

SOURCE EDITIONS / EDIÇÃO DE FONTES



(dir. Maria de Lurdes Rosa)



ESCREVER VINCULAÇÕES. LINHAGEM, FIDALGUIA E UM AUTOR.

Crónica da linhagem dos Castelo Branco,
por Garcia Velez de Castelo Branco

Maria de Lurdes Rosa (coord.)
Filipe Alves Moreira (edição do texto)



PROJETO VINCULUM

SOURCE EDITIONS /
EDIÇÃO DE FONTES
(Dir. Maria de Lurdes Rosa)

VIN CUL UM



**ESCREVER VINCULAÇÕES.
LINHAGEM, FIDALGUIA
E UM AUTOR.**

***Crónica da linhagem dos Castelo Branco,
por Garcia Velez de Castelo Branco***

Maria de Lurdes Rosa (coord.) e Filipe
Alves Moreira (edição do texto)

Edição

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: <https://www.uc.pt/imprensa>

Vendas online: <https://livrariadaimprensa.uc.pt>

Coordenação Editorial

Imprensa da Universidade de Coimbra

Conceção gráfica

Rui Veríssimo Design

Infografia

Rui Veríssimo Design

ISBN impresso

978-989-26-2762-5

ISBN digital

978-989-26-2763-2

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2763-2>

Apoio



VINCLUM project has received funding from the European Research Council (ERC) under the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme (grant agreement n° 891734).



The IHC is funded by National Funds through FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., under the projects UIDB/04209/2020, UIDP/04209/2020, and LA/P/0132/2020.





ÍNDICE

Prefácio Mafalda Soares da Cunha	07
Prefácio João Carlos Ventura Crespo	09
Apresentação Maria de Lurdes Rosa	11

I PARTE ESTUDOS HISTÓRICOS 21

“Volta, Garcia, estás perdoado!”: Viagem em busca de um Autor <i>Maria de Lurdes Rosa, Margarida Leme, Fábio Duarte e Pedro Pinto</i>	23
--	----

Imaginando os Castelo Branco: nobreza, serviço, genealogia. Uma Crónica nobiliárquica no contexto da cultura da nobreza portuguesa dos sécs. XV-XVI <i>Miguel Aguiar</i>	71
---	----

Nobreza, serviço ao rei e política na Crónica dos Castelo Branco <i>Pedro Cardim</i>	95
---	----

Embaixada, governo e percursos de D. Duarte de Castelo Branco, meirinho-mor de Portugal <i>Pedro Amorim</i>	137
---	-----

Achegas para o estudo da cultura e das práticas heráldicas no Portugal moderno a partir da crónica sobre a família Castelo Branco <i>Miguel Metelo de Seixas</i>	153
--	-----

Da história da Casa ao arquivo senhorial: um percurso entre a Crónica dos Castelo Branco e o Tombo do Cartório da Casa de Vila Nova <i>Fábio Duarte</i>	177
---	-----

O Livro da Fazenda do Senhor Conde Meirinho–Mor: Redescoberta de um inventário <i>Margarida Leme</i>	193
Crónicas, viajes, vidas, instrucciones... y una parábola en comedia. Ejercicios textuales de la experiencia nobiliaria portuguesa en los siglos XVI y XVII <i>Fernando Bouza</i>	209
Cultura manuscrita em tempos do impresso. Circulação, silêncios, aparato e reputação <i>Ana Isabel Buescu</i>	227
II PARTE	
EDIÇÃO DO TEXTO	247
Transmissão do texto <i>Filipe Alves Moreira e Maria de Lurdes Rosa</i>	249
Critérios de edição	269
<i>Crónica da Linhagem dos Castelo Branco</i>	273
Anexo 1: Organização dos Capítulos da <i>Crónica</i>	751
Anexo 2: Datações diretas de datas de redação	753
Anexo 3: Identificação dos livros e manuscritos citados nas listas iniciais da <i>Crónica</i>	755
Índice de pessoas e locais <i>Pedro Pinto</i>	767



PREFÁCIO

Escrever vinculações. Linhagem, fidalguia e um autor. Crónica da linhagem dos Castelo Branco, por Garcia Velez de Castelo Branco é o título da obra coordenada por Maria de Lurdes Rosa e com edição de texto de Filipe Alves Moreira. O contexto desta publicação é o projeto ERC Consolidator Grant intitulado *VINCULUM. Entailing Perpetuity: Family, Power, Identity. The Social Agency of a Corporate Body (Southern Europe, 14th–17th Centuries)*, coordenado por Maria de Lurdes Rosa entre 2019 e 2025. O projeto *VINCULUM* alcançou resultados notáveis. Integrou um conjunto de colaboradores especializados que, tal como Maria de Lurdes Rosa explica na sua apresentação, deram corpo a uma investigação fortemente interdisciplinar com contornos de história total, já que articula, além da investigação arquivística, a produção historiográfica, a ligação à sociedade civil, a colaboração com as instituições estatais de memória social, a preservação do património documental, e a disponibilização dos resultados de acordo com os melhores princípios da ciência aberta e da ciência cidadã.

O livro que agora se publica tem o mérito de apresentar simultaneamente a edição crítica do texto da crónica do grupo familiar fidalgo dos Castelo Branco e as reflexões produzidas por um conjunto de especialistas na história social e cultural entre os séculos XV e os inícios do século XVII. O processo de identificação de Garcia Velez de Castelo Branco, o agora reconhecido autor da *Crónica*, resultou de um trabalho de detetive, com análise, interpretação e cruzamento de indícios vários, com semelhanças metodológicas com o capítulo dedicado à história da transmissão do manuscrito. A interpretação da obra é facilitada por três preciosos anexos com as listagens dos protagonistas, datas de produção e a identificação dos livros e manuscritos citados e um índice onomástico.



Como os leitores terão oportunidade de comprovar, os estudos históricos falam dos contextos e dos espaços de atuação de um grupo familiar que em três séculos ascendeu de uma certa periferia social à elite aristocrática. Os conteúdos melhor documentados decorrem entre os séculos XV e XVI. Os elevadores sociais são vários e não distinguem os Castelo Branco de outras linhagens fidalgas em trajetórias ascensionais. O mais constante veículo de mobilidade entre os diversos ramos da linhagem é o serviço militar à coroa, no qual se destacam os cenários ultramarinos. Mais relevantes em matéria de remuneração de serviços são os cargos palatinos superiores, os ofícios na administração central e as responsabilidades diplomáticas que assumiram. As carreiras eclesiásticas assinalam o crescente prestígio da linhagem, em que se destaca a ocupação de três bispados.

Outra poderosa via de mobilidade é a família. Ao contrário de outros grupos familiares fidalgos, os Castelo Branco conseguiram multiplicar-se. E muito. Diz-se que “só do conde de Villa Nova dom Martinho de Castelbranco ha oje vivas mais de 130 pessoas que delle desçenden afora outros tantos ou mais que são falecidos” (cap. 115). Note-se o enorme sucesso reprodutivo, já que este número se refere a um período temporal um pouco inferior a 100 anos. No entanto e apesar de impressionante, estas 130 pessoas são apenas uma pequena parcela da capacidade reprodutiva e de propagação social dos Castelo Branco. O autor da crónica elenca mais de quarenta linhagens fidalgas com quem os ramos principais e secundários, varões e fêmeas, se cruzaram e que abrangem, não só os grupos aristocráticos mais ilustres, quanto os de relevo social com projeção apenas à escala provincial ou até mesmo local. Os serviços de tão frondosa linhagem permitiram a acumulação de riqueza e os acasos biológicos ou as estratégias matrimoniais deram azo à circulação e à concentração de bens, que foram fortalecendo alguns dos seus ramos, como demonstra a acumulação de morgados, bens da coroa, comendas e títulos nobiliárquicos na varonia dos Castelo Branco. Interessante notar que a *Crónica* descreve os Castelo Branco enquanto membros de uma linhagem e não apenas como titulares de uma casa senhorial. E será esse critério que justifica as centenas de pessoas mencionadas ao longo dos 116 capítulos da obra e que foram recuperadas no índice onomástico.

Outro poderoso tema presente nos estudos históricos que enquadram a *Crónica* respeita a cultura nobiliárquica em Portugal, realçando o papel dos cartórios para a construção das genealogias, da memória e da reputação das casas e linhagens.



E a contrapelo do que parece ser a intenção desta *Crónica*, salienta-se que a escrita pode também constituir-se num veículo de crítica e de controlo social e político da fidalguia.

Mas a mais relevante mensagem que quero deixar é a do apelo à leitura. Dos diferentes capítulos, claro está, mas sobretudo da *Crónica*. Além do prazer que proporciona, constitui uma fonte histórica com um enorme potencial analítico que agora fica à disposição de todos os que queiram aprofundar o conhecimento do grupo nobiliárquico, das linhagens fidalgas e, claro está, dos Castelo Branco.

Mafalda Soares da Cunha

Universidade de Évora – CIDEHUS

PREFÁCIO

Garcia Velez de Castelo Branco, natural de Arronches, onde terá nascido em 1554 ou 1555, foi uma figura notável num tempo igualmente excecional. No entanto, até muito recentemente, permanecia esquecido, perdido nas brumas da História. Este ilustre filho de Arronches formou-se em Direito na Universidade de Coimbra, onde teve contacto com alguns dos mais respeitados mestres da época. Após um breve período como docente universitário, iniciou uma carreira como alto magistrado régio, exercendo funções em várias regiões do país. Desempenhou ainda missões de natureza política ao serviço de figuras de grande relevo, sinal evidente da confiança nas suas vastas competências técnicas. Mais tarde, ao integrar duas das mais influentes casas nobres de então — os Condes de Vila Nova de Portimão e os Condes do Sabugal —, viria a redigir uma extensa e extraordinária obra: uma *Crónica* das famílias, que, porém, transcende esse título.

Trata-se de um verdadeiro exercício de erudição histórica, marcado por um cuidado rigoroso com a veracidade e fidelidade documental. Mas é também uma meditação sobre o passado e o presente, que nos transmite com grande força a memória de sucessivas gerações de portugueses — desde os tempos gloriosos da fundação do Reino, passando pela sua afirmação e expansão no mundo, até à



dolorosa realidade posterior à tragédia de Alcácer-Quibir, cujos ecos impuseram uma nova leitura da existência e do destino coletivo.

Como qualquer ser humano, Garcia Velez possuía tanto virtudes como defeitos. Um temperamento impetuoso e um orgulho acentuado marcaram a sua personalidade e, ao que tudo indica, terão contribuído para desentendimentos e dificuldades ao longo da vida. Em idade já madura, terá cometido um crime que provavelmente motivou o seu exílio do Reino. Ainda assim, parece ter regressado — em vida ou após a morte — pois encontra-se sepultado na igreja matriz de Arronches, numa bela capela lateral, onde repousa junto de vários membros da sua família.

Talvez devido às circunstâncias difíceis que marcaram o final da sua existência, a sua figura e a sua valiosa obra caíram no esquecimento. Quando a Crónica foi redescoberta, o nome do seu autor era já totalmente desconhecido.

A publicação deste livro, com o apoio da Câmara Municipal de Arronches, restitui-nos Garcia Velez de Castelo Branco, a sua obra e os seus contextos — incluindo, em especial, a história de Arronches no século XVI. Resulta de um longo trabalho coletivo de investigação, que permitiu identificar o autor e editar a Crónica segundo critérios científicos, antecedida por vários estudos de enquadramento histórico.

Este esforço nasceu no âmbito do projeto VINCULUM, vencedor do mais prestigiado concurso europeu de investigação, e que reuniu dezenas de investigadores ao longo de seis anos. Uma das prioridades deste projeto foi precisamente a devolução da História às comunidades, sempre que possível em articulação com as autoridades locais. O apoio editorial da Câmara Municipal de Arronches inscreve-se nessa lógica de valorização do conhecimento histórico como elemento central na construção de identidades e na promoção de um futuro mais consciente e sustentável.

João Carlos Ventura Crespo

Presidente da Câmara Municipal de Arronches



APRESENTAÇÃO

Maria de Lurdes Rosa

Identificar um Autor desconhecido é um pouco o sonho de todos os historiadores e editores de textos antigos. Se, antes disso se encontrar a sua obra há muito perdida, e for possível editá-la e estudá-la, entra-se numa espécie de paraíso da investigação. É esta a sensação que me deixa o décimo (e para já último) livro das publicações do projeto VINCULUM, que agora apresento. E que seria impossível sem a extraordinária aventura científica que foi este projeto.

De facto, a presente obra congrega, em si, todos os principais aspetos que nortearam o VINCULUM: investigação arquivística e histórica aprofundada, trabalho de equipa, interdisciplinaridade, ligação à sociedade civil, colaboração com as instituições estatais de memória social, trabalho de proteção do património documental, disponibilização de resultados. É importante deixar registo de tal, pois testemunha como este tipo de projetos – a que a comunidade portuguesa de investigadores em Ciências Sociais e Humanas deve tentar aderir cada vez mais –, permite fazer investigação de forma muito gratificante e maximizadora.

É certo que o livro foi fruto de um esforço grande, que durante quase dois anos teve momentos frustrantes, tantas foram as pistas falsas que seguimos para identificar o Autor da *Crónica*.. além da magna tarefa de ultrapassar todas as etapas de uma publicação envolvendo muitos colaboradores e instituições. Mas chegar ao ponto em que se apresenta um resultado que – sem falsas modéstias – a todos pode encher de orgulho profissional, compensa as dificuldades sentidas.



Na verdade, o percurso começou há quase dez anos, quando apareceu em leilão, na casa leiloeira Cabral de Moncada, um “manuscrito” que descreviam como «Descendência e linhagens dos Castelo-Branco» (título entre colchetes, atribuído). Por um acaso, reparei no anúncio, e interessei-me por ele por vários motivos, desde logo porque parecia uma crónica nobiliárquica, género de que se conhecem poucos exemplares em Portugal e que tem suma importância para o estudo das formas de coesionamento das entidades corporativas que organizam as famílias de elite, entre as quais avultam os vínculos. Por outro lado, dizia respeito ao grupo familiar “Castelo Branco”, que há muito estudava; e era provável que viesse do Arquivo da Casa de Abrantes, outra área de investigação antiga, então em renovação por investigadores em início de carreira – nomeadamente, o estágio curricular de Fábio Duarte no Centro de Documentação do Museu de Portimão, em 2017, que iria conduzir à sua tese de mestrado¹. O aparecimento pouco antes, em 2015, de mais um importante documento relacionado com os Castelo-Branco, e estudado por Margarida Leme no âmbito do projeto INVENT.ARQ – proveniente de um arquivo de outro ramo, os condes de Sabugal² – viera reforçar os indícios da importância deste centro de produção documental, infelizmente disperso em extremo.

Uma vez que o projeto VINCULUM oferecia possibilidades concretas de editar e estudar o texto, retomámos, por 2021, as tentativas para localizar o paradeiro do livro. Embora tenham passado por intervenções diretas e indiretas junto da leiloeira, não tiveram resultado positivo³. A grande atividade do projeto, e os tempos de COVID que ainda se viviam, impediram a continuidade da busca.

Eis se não quando, de um modo inesperado, no VI Congresso Casa Nobre, em Novembro de 2022, um conferencista que me era praticamente desconhecido veio falar-me da «Crónica dos Castelo-Branco», e disponibilizá-la para estudo pelo projeto! É certo que as circunstâncias não foram

1 Ver neste livro o texto de Fábio Duarte.

2 Ver neste livro o texto de Margarida Leme. Renovamos os agradecimentos ao proprietário do documento, Arquitecto Jorge Brito e Abreu, pela imediata disponibilização do documento.

3 Agradece-se a Pedro Pinto e a Margarida Leme a ajuda nesta demanda.



totalmente ocasionais. O conferencista, Doutor Miguel Aires de Campos, vinha com colegas e amigos, que eram antigos alunos do curso de História da FCSH e que fizeram as apresentações⁴; e o dono do manuscrito era afinal um colega historiador – embora com o percurso de formação feito fora de Portugal, e por isso menos conhecido nos meios académicos –, cultor de História local e erudito bibliófilo. Na mesma ocasião, conhecemos o investigador local Manuel Guilherme de Vasconcelos, autodidata com vastos conhecimentos de história e heráldica da Ribeira Lima, a quem se ficaria a dever, na sequência, uma primeira transcrição integral do manuscrito⁵.

Este enquadramento mereceu alguma extensão descritiva, pois revela tanto a importância destes eventos na criação de laços e troca de informações – e para tal o *Congresso Casa Nobre* tem sido um epicentro fortíssimo –, como permite ressaltar o gosto que é encontrar ajuda em antigos alunos, eles próprios lançados em carreiras de investigação, bem como a generosidade na partilha de documentos, em posse privada, por proprietários conscientes da importância da divulgação científica.

À disponibilização do manuscrito seguiu-se o planeamento da sua edição e estudo, que mais uma vez se desenrolou em processo de colaboração académica e institucional. Após a realização de trabalhos de consolidação e preservação física do documento, custeados pelo projeto VINCULUM – dentro de um conjunto de iniciativas do mesmo tipo⁶ –, membros da equipa do projeto publicaram, em Fevereiro de 2023, uma primeira apresentação da obra, na revista virtual/ blog *Philobiblon*, mantida pelo

4 Gonçalo Palmeira, António Ribeiro Teles Costa e Tomás Pinto Bravo, a quem se deixa um sincero agradecimento pela intermediação e entusiasmo.

5 Depois cuidadosamente revisto, a cargo do projeto VINCULUM, pela Doutora Ana Maria Pereira Ferreira; a estabilização final e anotação do texto foi feita por Filipe Alves Moreira, com apoio de Margarida Leme. Uma última revisão pontual foi feita por Pedro Pinto, a compasso da elaboração dos índices.

6 Nomeadamente, os restauros do «Livro da fazenda do Senhor Conde Meirinho mor»; do «Livro de missas» da Paróquia de Machico, de inícios do século XVI, posteriormente digitalizado e disponibilizado online pelo Arquivo Regional da Madeira, e que será publicado com transcrição integral anotação e estudo prévio, feitos pela equipa do projeto, na revista *Arquivo Histórico da Madeira*, em 2026; do «Livro de Tombo das Capelas da Ilha do Fogo» e do «Livro de Registo de Vínculos e capelas do concelho da Praia» do Instituto do Arquivo Nacional, de Cabo Verde, cuja informação foi inserida na base de dados do projeto e utilizada no vol. 4 dos «Estudos Históricos».



projeto do mesmo nome, na Bancroft Library da U. Berkeley⁷; organizou-se, no seguinte mês de Abril, um colóquio em Lisboa com a participação dos autores da presente obra, a equipa de investigação e outros investigadores, dedicado ao tema “Escrita de história, memória e gestão de um grupo familiar da nobreza Portuguesa, Séc. XV-XVI”⁸; por fim, contratualizou-se com o Arquivo Nacional da Torre do Tombo a digitalização integral do manuscrito consolidado, e a sua disponibilização no portal Digtarq, com o apoio de membros da equipa quanto à descrição arquivística⁹.

O conhecimento direto do documento permitiu verificar que os anúncios das leiloeiras, mesmo se relativamente extensos, davam uma pálida imagem da riqueza e importância do texto. Os estudos históricos da Primeira Parte deste livro caracterizam-no de forma aprofundada e poliédrica, pelo que aqui se sublinhará sobretudo o relevo do texto para uma compreensão da forma como o grupo familiar se via no presente e se projetava no futuro, a partir de uma reconstrução específica do seu passado – e como os vínculos adquirem, em tal, uma função de relevo. Editá-lo e estudá-lo tornou-se assim, para o VINCULUM, uma extensão fundamental, mesmo se inesperada, da investigação do projeto.

O peso do contexto da monarquia filipina é grande, certamente; mas há mais camadas de um longo passado, em que o serviço ao Rei é a espinha vertebral da ascensão de um conjunto de homens com fortes capacidades de gestão e liderança, que dominava saberes técnicos de administração, contabilidade e direito, que se distinguiu nas armas porque também nelas treinado – e que tinha ambições à medida de tudo isto. Porém, os numerosos vínculos – morgados e capelas – que os Castelo Branco possuíam, alguns fundados nas primeiras décadas do século XIV e que foram

7 ROSA, Maria de Lurdes; LEME, Margarida; DUARTE, Fábio; CAMPOS, Miguel Aires de - <https://update.lib.berkeley.edu/2023/02/26/philobiblon-2023-n-1-fevereiro-escrita-de-historia-memoria-e-gestao-de-um-grupo-familiar-da-nobreza-portuguesa-sec-xv-xvi-descoberta-recupera-cao-e-estudo-de-manuscritos-ineditos/>. Agradece-se a Charles Faulhaber o acolhimento e a ajuda na revisão da versão inglesa do texto.

8 <https://www.vinculum.fcsh.unl.pt/results/seminario-de-investigacao-escrita-de-historia/>

9 Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Código de referência PT/TT/CSI/A/001/0001 (<https://digtarq.arquivos.pt/documentDetails/c5219f92485c4c3cb79d68bdf30e1f82>).



aumentando ao longo das centúrias seguintes, eram afinal enquadramentos “internos” da maior importância, até ao alcance da primeira titulação (Vila Nova de Portimão), a recuperação desta, e o alcance da segunda (Sabugal) e terceira (Pombeiro), até finais do século XVI.

Se os cargos administrativos régios eram a componente vinda do exterior, os morgados e as capelas forneciam barreiras de estruturação e contenção internas, mais seguras até do que as titulações, sempre dependentes do favor régio. Não é por acaso que o Autor, mesmo depois de referir abundantemente os vínculos fundados pelos muitos Castelo-Branco que biografava, por vezes em grande extensão, encerra a obra com um capítulo intitulado “Das capellas e jaziguos que en diverssas partes tem os desta famillia de Castelbranco”. Nele, de forma engenhosa, se concilia memorialização e moralização, esta de algum modo até “moderna”. Num discurso com laivos de humanismo e de condenação de vícios eclesiásticos, o Autor aborda a prática de fundação de capelas fúnebres de modo severo:

“Mas ainda vemos que nella a vaidade achou lugar pera fazer diferença dos mais illustres aos menos illustres e dos nobres aos que o não são, tendo-se ja oje por hum dos principaes sinaes e demonstrações da nobreza não soamente ter sumptuosas sepulturas, mas ter pera ellas deputados moesteiros e capellas doutras igrejas muitas vezes aquiridas e apropiadas não sen viço de encuberta simonia. E parece que não podendo os homens pella brevidade da vida deixar de se apartar de suas pompas e faustos, ao menos aqui serão com o ultimo que podião que era com seus ossos manter-lhe companhia e fazer perpetua e immortal sua vam gloria”¹⁰.

A “vã glória” – pecado mortal das elites – aconteceria, porém, se se quisesse dar pompa apenas aos corpos... Pelo contrário, podiam os fundadores de capelas ter também preocupações espirituais, ao professarem alcançar a salvação das almas através das “obrigações das missas, sufragios e offícios”¹¹, que ademais contribuíam para incrementar o culto litúrgico.

Desta forma regressado à ortodoxia, o Autor invoca ainda a utilidade que a *Crónica* pode ter neste assunto – “fazer menção dos encargos espirituais

¹⁰ *Crónica*, fls. 241r/v.

¹¹ *Crónica*, fl. 241.



que os testadores nellas ordenarão, que pode servir pera conservar a memoria dos tais encargos e obrigações que muitas vezes se perde”¹² –, nisto seguindo esse grande referencial que era o Conde D. Pedro, expressamente citado. Com uma importante mutação, mesmo se prolongava esse processo, absolutamente central, nestas sociedades, que era a transformação da riqueza material (perigosa para a salvação da alma) em espiritual (vital àquela): as capelas vieram ocupar o lugar dos mosteiros fundados pelas “nobres fidalgos” a quem se dirigira o Conde D. Pedro no Prólogo do *Livro de Linhagens*, salientando a importância de conhecer estes locais sacros entre as sete razões que o haviam movido a escrever a obra. É o fechamento de um ciclo, em que os leigos se substituem ativamente aos eclesiásticos na ordenação da salvação das almas, e no “cuidado dos próprios mortos”¹³.

Assim percorrido, de forma hierarquizada em termos de princípios, o caminho da memória à moral, o Autor prossegue para a descrição dos sepulcros dos Castelo Branco, “que não menos neste particular que en todos os mais (...) he mui illustre e principal esta familia entre todas as do reino”¹⁴. Para além dos principais ramos, nas suas “cabeças” e membros mais ilustres, o elenco abarca as famílias de aliança, que ficam unidas numa vasta rede de beneficiação das almas.

A *Crónica*, na muito maior expressividade que um documento deste tipo alcança, sob os “atos da prática” do processo de fundação e gestão dos vínculos, permite de facto uma compreensão profunda e alargada do significado deste complexo fenómeno histórico. O título final da obra *Escrever vinculações. Linhagem, fidalguia e um Autor. Crónica da linhagem dos Castelo Branco, por Garcia Velez de Castelo Branco*, procura refletir este contexto: uma sociedade estruturada em múltiplas vinculações, um mundo organizado por entidades corporativas de vários tipos, que balizavam as estruturas do parentesco e que reforçavam, favorecendo a ascensão, as categorias sociais. Por cima de tudo isto, um genial (quicá atormentado) cronista, que consegue organizar uma imensa quantidade de pessoas, de

12 *Crónica*, fl. 241.

13 ROSA, Maria de Lurdes – Servir, fundar, perpetuar. O panteão dos Gama no Convento de Nossa Senhora das Relíquias da Vidigueira. In [Livro comemorativo do centenário de Vasco da Gama], dir. Diogo Ramada Curto, BNP, no prelo.

14 *Crónica*, fl. 241.



gerações e de fontes de informação, em torno de uma narrativa que desde o primeiro momento “nos deleita e alivia”:

“(…) com a variedade destas digressões que he forçado fazerem-se na relação de muitas empresas que se aqui resumem, me pareço que se ajudaria a tirar o fastio que communmente gerão os livros de linhagens, en que somen-te se trata das desçendenças de tronco e ramos com perpetua continuação dos graos sem mistura de erudição que deleite e alevie os leitores.”¹⁵

A última fase deste percurso foi a que resultou diretamente no livro que agora se publica: por um lado, fixação do texto, estudo da transmissão e história documental, anotação de variantes e lapsos, etc; por outro, realização dos estudos históricos com agregação de novos autores, oriundos de campos temáticos que enriquecem a contextualização da *Crónica*. A obra situa-se, afinal, na confluência de dois saberes, a Crítica textual e a História, numa interdisciplinaridade benéfica, cuja importância se começou a ver logo no colóquio de Abril de 2023, com a leitura de Filipe Alves Moreira sobre o manuscrito, que trouxe dados até aí desconhecidos dos historiadores; estes, por seu lado, foram carreando uma imensa quantidade de informação, e realizando interpretações contextuais aos vários níveis – desde a história cultural à história política, passando pela identificação do Autor.

Termina-se o presente texto com uma breve apresentação dos capítulos da obra que vão ler. Na Primeira Parte, abrangendo aos Estudos Históricos, encontrar-se-á, a abrir, um capítulo coletivo (M^a de Lurdes Rosa; Margarida Leme, Fábio Duarte e Pedro Pinto), dedicado ao “Autor enquanto Garcia Velez de Castelo Branco”, contendo, precisamente, a tão almejada identificação do escritor da *Crónica*, com uma alargada biografia de enquadramento. Os textos de Miguel Aguiar e Pedro Cardim exploram, num contínuo temporal, a constituição do grupo familiar Castelo Branco em função de tendências comuns ao estrato social em que se inseriam, como o uso da genealogia e a busca porfiada de ascensão no seio da nobreza, mas tendo papel central o papel do serviço ao rei,

¹⁵ *Crónica*, fl. 15v (Dedicatória).



elemento estruturador progressivamente aperfeiçoado, no que às capacidades de negociação dos Castelo Branco disse respeito. O capítulo de Pedro Amorim, dedicado à ação diplomática de D. Duarte de Castelo Branco, conde do Sabugal e putativo encomendador da *Crónica*, contribui para um aprofundamento do contexto político em que se moveu o Autor e o grupo biografado, aquando da redação da *Crónica*.

Segue-se um grupo de artigos dedicados a práticas de representação e de gestão dos capitais simbólico e material, por parte dos Castelo Branco. Por um lado, as práticas heráldicas, estudadas por Miguel Metelo de Seixas, na perspetiva alargada do significado social e político de um código visual que reforçava o poder e identidade. Por outro, os estudos de Fábio Duarte e de Margarida Leme, entre a arquivística histórica e a história da organização do conhecimento ao serviço do reforço da riqueza, realçando hábitos continuados de gestão pelo escrito que envolviam amiúde os próprios Castelo Branco chefes de linhagem, assim se evidenciando a sua mestria na área, e a importância a tal conferida.

Fecham esta parte dois estudos de escopo amplo quanto aos agentes e práticas culturais do contexto alargado. Fernando Bouza invoca múltiplos veículos textuais da “experiência nobiliárquica portuguesa” contemporânea da *Crónica*, permitindo uma visão do texto a partir de um contínuo plurissecular de escritos que lhe conferem novos significados; Ana Isabel Buescu salienta a importância daquilo que a *Crónica*, tal como chegou até nós, é completo paradigma – “a cultura manuscrita em tempos do impresso” –, e a base sócio-cultural da longa permanência, com traços de prestígio, de artefactos tecnicamente “menos avançados”.

A Segunda Parte da obra abre com o texto descritivo das operações de crítica textual realizadas por Filipe Alves Moreira, a par da investigação na história da transmissão do documento, por Maria de Lurdes Rosa, com a colaboração de outros membros da equipa, em especial Margarida Leme, experiente e incansável detetora de lapsos e incongruências. Seja permitido ressaltar o esforço de interdisciplinaridade que presidiu a esta parte em especial – uma experiência nova para os seus obreiros, em que aos poucos se foram ultrapassando os obstáculos, mesmo se tal por vezes conduziu a apresentar diferentes hipóteses, afinal talvez complementares.



À edição do texto, anotada quanto a incorreções da cópia, seguem-se tabelas de apoio à leitura: estrutura genealógica da obra, indispensável para navegar num texto longo e organizado de forma específica, com uma precisão quase milimétrica; elementos respigados sobre as datas de redação, que mostram ter esta sido bem mais complexa do que parece; por fim, uma primeira, mas vasta, identificação dos autores e obras que Garcia Velez indica ter usado, que comprova imediatamente a vasta e atualizada cultura do Autor. Por fim, o completíssimo índice onomástico da autoria de Pedro Pinto, com a imensa qualidade que todos conhecem.

Fechar com chave de ouro, neste caso, significa agradecer a todos os envolvidos no percurso, desde logo os Autores e todos os que foram colaborando nas investigações; deixa-se uma menção especial a Miguel Aires de Campos, proprietário do manuscrito, que tão prontamente o cedeu para estudo e edição. Que a sua ação possa ser replicada pelos muitos proprietários privados de documentos antigos, verdadeiros tesouros espalhados pelo Pais, a que só a disponibilização para estudo resgatará do esquecimento e, até, do desaparecimento. É ainda devida gratidão a Rita Sampaio da Nóvoa, que acompanhou mais esta edição com o cuidado e competência habitual. Agradece-se o sugestivo Prefácio a Mafalda Soares da Cunha, bem como o contributo inspirado para o título; e ao Engenheiro Ricardo Charters d’Azevedo, o redobrado apoio à edição dos livros do projeto VINCULUM: sem ele, esta obra teria tido dificuldades em ver a luz do dia. O pronto interesse manifestado pela Câmara Municipal de Arronches em custear a edição impressa desta obra merece-nos uma palavra de grande apreço. Ao longo de todo o projeto VINCULUM, a colaboração com as autoridades municipais revestiu a maior importância, dado o papel destas na valorização da cultura local. Ao município arronchense, na pessoa do seu Presidente, João Carlos Ventura Crespo, deixamos um sentido agradecimento, na certeza que reabilitar a figura e a obra de Garcia Velez de Castelo Branco é importante para todos nós. Relembro por fim Rafael Moreira, companheiro inicial da jornada, verdadeiro apaixonado pela *Crónica* e dedicado a descobrir o seu Autor. Este livro também homenageia essa demanda.



“Não temo parecer suspeito (sendo-o no mais por muitas rezões) quanto à verdade de relação das cousas, calidades e proezas desta linhagem e apelido, porque propus loguo comiguo no princípio da obra usar de hum remedio (que depois vi em hum historiador moderno hespanhol) que he dar licença a todos que me não creão senão aquilo en que lhe aleguar documento autentico donde o tirei, escrevendo o certo como tal, e o dovidoso com sua inçerteza, nomeando e referindo-me às imformações per que me movi.”

Garcia Velez de Castelo Branco,
Crónica da linhagem dos Castelo Branco, fls. 15v-16



Estudos Históricos

I PARTE







“Volta, Garcia, estás perdoado!”: Viagem em busca de um Autor

Maria de Lurdes Rosa, Margarida Leme, Fábio Duarte, Pedro Pinto¹

A *Crónica* não tem indicação do nome do Autor. Tal poderá ter, à partida, duas explicações: com maior probabilidade, a norma, usual na época, de ausência de indicação de autoria em manuscritos; ou, por outro lado, a natureza imperfeita, ou incompleta, da cópia que editamos². No entanto, se a certo passo se encontra o que poderia ser entendido como ocultação de autoria – a reclamação de recusa no desenvolvimento de certa linha de parentesco, para evitar suspeitas de parcialidade –, várias outras indicações de carácter circunstancial sobre atividades do Autor permitiriam, à época, identificar facilmente quem escrevia. Seja qual for a explicação, porém, a autoria perdeu-se no tempo, e decidimos tentar encontrá-la. A narração desta demanda está no centro das linhas que se seguem, que felizmente conseguem também incluir esse Santo Graal dos historiadores e editores de textos de autoria desconhecida, ou seja, um identificar Autor e o seu contexto.

O uso da palavra “narração” não é aqui casual: é de facto uma narrativa da vasta investigação coletiva que fizemos, que queremos aqui desenvolver.

¹ Maria de Lurdes Rosa redigiu, com os materiais provenientes da pesquisa feita por ela e pelos restantes autores. Agradecemos os conselhos e contributos de Rafael Moreira († 2025), que se contou entre os participantes do encontro que lançou esta investigação; agradecemos ainda sugestões bibliográficas e documentais a Afonso Soares de Sousa, Daniela Pereira, Gonçalo Melo Silva, João Paulo da Graça Pontes, José Pedro Paiva, Miguel Soromenho e Nuno Camarinhas,; em Arroches, Júlia Velez Lopes Adeiga, dedicada e sábia guardiã da Igreja matriz; Maria João Fernandes, vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Arronches, e Tiago Pereira, assessor, a quem ficamos a dever o melhor dos acolhimentos. 2 Cfr. neste livro, o capítulo “Transmissão do texto”, de Filipe Alves Moreira e Maria de Lurdes Rosa.



Tanto em homenagem a esta forma de trabalhar, como em testemunho da importância do raciocínio histórico e do conhecimento dos arquivos, numa época em que a “Inteligência Artificial”, pesem embora todos os seus benefícios, lança sombras negativas sobre a preservação destas técnicas pela “inteligência natural” dos historiadores. É certo que beneficiámos também das vantagens dessa Inteligência Artificial mais simples que é a pesquisa por palavra na informação digital, que nos poupa sobretudo tempo. Porém, os passos decisivos implicaram a ação de investigadores profundamente conhecedores dos arquivos; e o acaso, que também nos favoreceu, nem sempre foi casual, pois implicou procurar nos locais mais prováveis, mesmo quando resulta daquilo que a nossa estimada colega do grupo, Margarida Leme, denomina de “pesca à linha”: pescar em águas onde não há peixe, não leva a nada. É importante dizer, em segundo lugar, que os arquivos foram para nós um ponto de chegada, e não um ponto de partida.. A informação arquivística é socialmente construída, desde a sua produção até à sua arquivagem. Não se trata aqui, assim, de louvar o “regresso ao arquivo” na versão neo-conservadora da legitimação tradicional da investigação histórica, mas sim de seguir um mapa de produção da informação que nos conduza ao arquivo. Uma espécie de renovação, a partir das teorias da informação e dos dados, do método histórico, essa forma de raciocínio que será vital não entregarmos inteiramente às máquinas.

O texto que se segue divide-se em três partes: na primeira, apresentaremos os trechos da *Crónica* que contêm informações sobre o percurso de vida e a genealogia do Autor; na segunda, exporemos o percurso de investigação que levámos a cabo a partir daquelas, de forma a descobrir a identidade do Autor; a última e mais substancial parte, resume e analisa o que conseguimos saber sobre a vida deste e do contexto social em que viveu.

Uma última palavra quando ao título do capítulo. Se usámos uma expressão idiomática um pouco “fora da caixa”, foi para fazer com ela um jogo de palavras. Garcia de facto cometeu (pelo menos) dois crimes, e terá sido condenado por um deles (pelo menos). E terá partido para Madrid, após o segundo delito, muito grave – talvez, portanto, para não mais voltar. Terão sido estas circunstâncias que levaram à relativa obliteração da obra



que agora editamos, a tantos títulos admirável? Não sabemos... Mas em qualquer caso, aqui lhe deixamos um perdão histórico, devolvendo-o a Portugal e reabilitando a sua figura de Autor, que foi, em grande parte, uma de arquivista e de historiador, como nós.

À partida: Uma obra sem identificação do Autor mas deixando pistas sobre ele – apenas aparentemente fáceis³

Na *Crónica*, as indicações sobre o percurso do Autor são sempre dadas de forma casual, como se fosse normal partilhá-las e, em geral, feitas com precisão e extensão. Pela ordem de localização no texto temos, no texto dedicatório que abre a obra, a referência ao que será ser uma ligação de serviço à casa de D. Duarte de Castelo Branco, conde do Sabugal – “Assi que, senhor, pellas mui grandes obriguações que eu ao serviço de vossa senhoria tenho”⁴. Andados vários capítulos, reforça a ideia o relato de uma missão, em 1587, no âmbito dos altíssimos cargos de vedor da fazenda e provedor mor das terças, na altura desempenhados pelo Conde⁵. No trecho sobre D. João de Castelo Branco, tio de D. Duarte de Castelo Branco, discorre-se longamente sobre o encargo que a Rainha D. Catarina confiara ao fidalgo, com amplos poderes, meios financeiros e autonomia, de prover ao reforço militar do reino e em especial do Algarve, de que fora nomeado Capitão geral. Referem-se duas viagens, a que D. João levou muitos “sobrinhos e parentes”, entre os quais D. Duarte, sendo a segunda em 1559. O fidalgo deveria fazer-se acompanhar por Jerónimo de Ruão, “mestre de obras”, no que seria uma vistoria geral às fortificações do reino:

“E assi lhe mandou tãobem que com levar consigo Jeronimo de Ruão, mestre d’obras, visitase em pessoa todos os lugares do dito reino toman-

3 A apresentação da *Crónica* aos investigadores que escrevem neste livro foi feita num seminário dedicado ao tema, decorrido em Lisboa, a 28 de Abril de 2023 (“Escrita de história, memória e gestão de um grupo familiar da nobreza Portuguesa, Séc. XV-XVI” – <https://www.vinculum.fcsh.unl.pt/results/seminario-de-investigacao-escrita-de-historia/>) (juntaram-se depois, como autores, Miguel Metelo de Seixas e Pedro Amorim). É justo destacar que, logo nessa ocasião, os indícios relativos à viagem ao Algarve e à estadia em Salamanca foram postos em evidência por Rafael Moreira e por Fernando Bouza.

4 *Crónica*, fl. 14v.

5 *Crónica*, fls. 214v-215. Sobre os cargos, cfr. *infra*, nt. 132.



do assento das que serão necessárias fazerem-se pera fortificação de cada hum delles donde se seguio dar-se principio a muitas obras (...)”⁶.

É na sequência desta narrativa, ao referir que uma das principais obras fora a cerca da cidade de Lagos, mas que não se chegara a acabar, que o Autor insere dados sobre a sua pessoa:

(...) especialmente a cerca da cidade de Laguos, que estando quasi feita e avendo tanta necessidade de se acabar (como as excursões dos cosairos e imiguos ingreses, que alem de nos mais anos poderem fazer muito dano hà dita cidade este passado de 87 acometerão saquear, nos ensinão e mostram ao olho) se não poem em efeito acabar-se, podendo ser con tanta facilidade e tão pouca despesa como representei ao cardeal archiduque, nosso senhor, que oje governa estes reinos, quando o ano de 86, per mandado de sua magestade fui a diversas cousas de seu serviço ao Algarve, entre as quais me foi cometida a visitação das fortalezas do dito reino e a imformação do estado dellas e do en que [fl. 215] estaa esta obra de Laguos, a quoa pela curiosidade de sua alteza, inclinado entre outras sçiências maiores que a esta da architectura, mandei trazer em molde e delineação com relação de todos os particulares della e do que custou o que he feito e orçamento do que custaria a obra que estaa por fazer e lanço feito dos offiçiaes que em onesto preço se obrigão acaba-la, que tudo apresentei com imformação de viva voz a sua alteza, com ordem que a tudo isto deu o dito meirinho moor dom Duarte de Castelbranco, veedor da fazenda e provedor moor das terças”⁷.

Mais adiante, no cap. 106, um longo texto sobre o bispo D. Afonso de Castelo Branco, refere o Autor ter presenciado debates entre o futuro bispo e Fr. Martinho de Ledesma, seu professor.

“Entre mui eminentes mestres que nella teve, o seu mais familiar foi o grande frei Martinho de Ledesma, cathedratico jubilado de prima de quem

6 Crónica, fl. 214v. Sobre esta incumbência a Jerónimo de Ruão, vejam-se MOREIRA, Rafael – A arquitectura militar do Renascimento em Portugal. In *A introdução da arte da Renascença em Portugal*. Coimbra: EPARTUR, 1981; PEREIRA, Daniela – *A evolução urbanística de Lagos (séculos XV–XVIII)*. Faro: Direção Regional de Cultura do Algarve, 2017, p. 55–56, p. 70.

7 Crónica, fl. 214v–215 (itálicos nossos).



nos ficarão tratadas con mais firmeza de fundamentos que poliça de estilo as materias morais do quarto das *Sentenças*, adicionando en dous volumes o que o angelico Santo Thomas nellas escreveo. Costumava frei Martinho engrandeçer tanto o engenho e sçiença de dom Afonso de Castelbranco que depois que se agraduou nenhum outro professor de theologia dos que publicamente lião cadeiras nella lhe parecia iguoa a elle. *Sou testemunha de vista que apertado o mesmo frei Martinho muitas vezes de argumentos do dito dom Afonso mostrava no modo de responder a elles juntamente a difficuldade da duvida e o contentamento que da grande erudição e sotileza do discipulo elle en si sentia*⁸.

Já nas “Anotações” agregadas ao final da obra, um outro episódio coloca o Autor na cidade de Alcalá de Henares, em 1585, presenciando um acontecimento memorável: a visita do rei e família real à catedral da cidade, para venerar as relíquias de Fr. Diego de Alcalá, durante a viagem a Aragão, para entrega da Infanta D. Catarina ao Duque de Saboia, seu futuro marido:

“E polla veneração en que com muita rezão são tidas as reliquias e sepultura do dito Santo frei Dioguo, os reis e príncipes quando se na dita villa achão costumão hi-las visitar com muita humildade e devação, *como achando-me eu presente na dita villa no ano de 1585 vi que el-rei nosso senhor fez*, levando consigo o príncipe seu filho dom Fellipe, nosso senhor, que Deos prospere, e as serenissimas iffantas dona Isabel e dona Caterina, indo de caminho com grandissima magestade de real corte dina de tão grande monarca pera Aragão a entregar a dita senhora iffanta dona Caterina ao duque de Saboia dom Carlos, príncipe de Piamonte, rei de Chipre, seu marido”⁹.

Encontra-se, por fim, um conjunto de referências que testemunha a ação do Autor no labor de redação da *Crónica*, diretas ou indiretas. As primeiras surgem quase sempre em datações de acontecimentos genealógicos ou históricos relatados, que o Autor se preocupa em relacionar temporalmente com o presente em que escreve (usando formulações do tipo “há x anos”). É uma preocupação cronológica bastante obsessiva, por vezes

⁸ *Crónica*, fl. 224 (itálicos nossos).

⁹ *Crónica*, fl. 258 (itálicos nossos).



com discussão especializada e apreciação de hipóteses múltiplas – e que se virá a revelar uma importante pista. Já as referências indiretas são escassamente utilizáveis, dado que se baseiam em acontecimentos muito difíceis de datar, como casamentos ou mortes de personagens (de um total de vinte e uma, apenas conseguimos encontrar data aproximada para duas).

A mais precoce data de redação que se alcança através das referências diretas é o ano de 1587, em relação aos capítulos 7, 9, 16, 20, 29 e 56¹⁰. Tal testemunha, desde logo, uma redação diversa da ordem dos capítulos, ou uma reformulação do texto pelo Autor, pois a redação datável dos primeiros seis coloca-os em 1589, ano posterior à data que é apresentada como o que parece ser o termo da redação, no final do texto e antes das “Anotações” – 6 de abril de 1588¹¹. O capítulo seguinte de redação datável por este tipo de indícios é o 89, redigido em 1588. Trata-se do quarto capítulo de um bloco vasto que trata dos filhos e filhas de D. Martinho, primeiro conde de Vila Nova de Portimão, começando pelas filhas. Até ao final do texto, todos os indícios deste tipo são relativos a 1588. O Autor continua porém a redigir em 1589, acrescentando ou reformulando, nesses anos, como dissemos, os seis primeiros capítulos e as “Anotações”, a julgar pela única referência que conseguimos datar desta parte do texto e que a prova como posterior ao ataque de Francis Drake a Lisboa, que decorreu entre 1 e 4 de Junho de 1589¹². É provável que o texto tivesse continuado a ser redigido ou reformulado, de forma pontual, pelo menos até finais do século XVI, pois no cap. 106, relativo ao bispo de Coimbra D. Afonso de Castelo Branco, e apesar de o início estar datado de 1588, encontram-se menções a obras de melhoria ou construção de edifícios religiosos, realizadas pelo prelado, entre 1592 e 1600:

“Ao mosteiro das Çelas deu quinhentos mil reais pera acrescentamento do coro dele alem d’outras despesas que com o dito convento fez e faz. Funda de novo às religiosas de Santa Ana outra casa mui mais manifica e acomodada que a en que tee guora estão, e se espera que en tudo acreçente

10 Cfr. Anexo 2.

11 Cfr. Anexo 2.

12 *Crónica*, fls. 260v-261.



a reputação e renda daquelle moesteiro. Nos paços episcopais tem melhorado muito com custosos edefiços e aqueductos de agoa que de novo a elles trouxe¹³”.

No mosteiro de Celas, o início das obras e a construção do coro tiveram lugar em 1594; a primeira pedra das obras do convento de Santa Ana foi lançada 23 de junho de 1600; os trabalhos no paço episcopal começaram em 1592¹⁴.

As três indicações de teor genealógico explicitamente relacionadas com o Autor colocam, logo à partida, algumas questões complexas. A primeira informação, dada em texto, é professadamente contida para afastar o receio de “suspeita”; complementa-a uma “anotação” esclarecendo alguns aspetos, mas já sem escrúpulos de parcialidade; a última informação, de novo no texto central, é natural e direta, referindo o nome do parente do Autor e indicando outros relacionamentos familiares a partir dele.

[Cap. 12:] “Teve tãobem Guonçalo Vaz alem dos ditos sete filhos algũas filhas, e de soo hũa dellas ha descendentes, de que não trato porque sou sospeito¹⁵”.

[Anotação ao Cap. 12:] “No dito capitulo 12, no fim, se ha de acreçentar que posto que se digua que de hũa soo filha de Guonçalo Vaz de Castel-branco, o velho, senhor da honrra do Sobrado, ha desçendentes, se acha em hum estromento antiguo que outra filha sua chamada Lianor Paez de Castelbranco casou com João Camello Pereira, filho de hũ irmão de Alvaro Gonçalvez Camello, prior do Crato e que della e do dito seu marido, que forão moradores na villa de Castelbranco, nação Isabel Camella de Castel-branco, de quem pretendem desçender os que tirarão o dito estromento.”¹⁶

13 Crónica, fls. 226v.

14 BRANCO, Cátia C. C. Teles e Marques de Sousa – *A sacristia e a encomenda episcopal portuguesa no período da reforma católica. O caso da Sé de Coimbra e o patrocínio do bispo D. Afonso de Castelo Branco*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U. Nova de Lisboa, 1982, Dissertação de Doutoramento em História de Arte Moderna, p. 228 e p. 242.

15 Crónica, fl 39 (itálicos nossos).

16 Crónica, fl. 245v.



[Cap. 28:] “Hia Nuno Vaz por capitão da nao Santo Spirito de trezentos toneis com çento e vinte homens de pelleja, todos gente fidalgua e nobre e destra pera aquelle offiço, alem dos quais se passarão pera elle alguns fidalguos seus parentes pera o ajudarem e acompanharem no feito de aferrar a Mirhoçem, dos quais forão hum filho de Manoel Paçanha, alem d’outro que ja hia com elle, chamados Alvaro Paçanha e João Gonçalvez de Castelbranco e Rui Pereira; e estes dous derradeiros estiverão na proa e forão dos primeiros que se lançarão na nao de Mirhoçem. *O quoa! João Gonçalvez era meu tio, primo comirmão de minha avoo, e era avoo de Anrique de Sousa*¹⁷”.

Com a última indicação, afixa-se uma pertença ao grupo familiar Castelo Branco através de um personagem concreto, bem conhecido e mencionado mais do que uma vez no capítulo como fiel companheiro de Nuno Vaz Pereira de Castelo Branco, o membro da linhagem de quem extensamente então se trata. Já nas anteriores, tal pertença é feita de modo enigmático. Por que motivo seria o Autor “suspeito” em relação aos descendentes de uma das filhas de Gonçalo Vaz de Castelo Branco? Não sendo por inimizade, que ficaria verdadeiramente mal ostentar neste escrito, teria que ser por algum tipo de ligação de parentesco, que ele se conteria em aprofundar por motivos de isenção e modéstia, canónicos neste género de obra e bastante frequentes no caso da *Crónica*. Assim sendo, o Autor contar-se-ia entre os descendentes dessa filha de Gonçalo Vaz de Castelo Branco: parece-nos correto interpretar o fraseado da *Crónica*, no capítulo 12 e na “anotação”, indicando-a como possível ascendente da linha de que o Autor proviria. De facto, a Anotação pretende trazer dados adicionais sobre uma filha além daquela de quem o Autor se recusaria tratar a linha por pejo de ser dela descendente. Juntando esta indicação à outra, o “meu tio” (ou tio-avô, os termos são usados sem distinção e é dado como primo da avó), com apelido Castelo Branco, seria um dos elos desta cadeia.

Para além das explicações anteriores, uma terceira hipótese para a presença desta informação, velada, mas não totalmente, seria a de que o Autor sabia que, sendo do grupo familiar Castelo Branco, não era, porém, descendente tão direto desse “antepassado fundador” que era Gonçalo

¹⁷ *Crónica*, fl. 72v (itálicos nossos).



Vasques de Castelo Branco, mas sim de um ramo secundário. Numa variante mais amena, poderia o Autor estar enganado quanto à relação da sua linha ascendente com aquele, sendo, portanto, crível a reclamação de modéstia e imparcialidade. A precariedade dos dados genealógicos que a *Crónica* apresenta relativos às primeiras gerações de Castelo Branco não é escamoteada pelo Autor, que a vai apresentando, confessando com frequência não ter conseguido descortinar a verdade. Além disto, refere na “Advertência” as limitações de conhecimento das linhas femininas; e deve notar-se que, em cinquenta e oito anotações, treze se reportam a questões genealógicas, sendo as primeira doze totalmente nelas focadas, e dentro destas, oito são dedicadas às primeiras gerações, ou seja, os certos e os possíveis antepassados de Gonçalo Vaz de Castelo Branco. É até possível que as dificuldades em encontrar dados certos tenham sido um dos motivos que fizeram com que os seis primeiros capítulos tenham sido escritos ou reformulados em 1589, após a redação do resto da obra, que se processou entre 1587 e 1588, como vimos.

Deixando para já uma averiguação das razões, vejamos o que diz a *Crónica* sobre as filhas de Gonçalo Vaz de Castelo Branco. O Autor discorre longamente sobre os sete filhos varões deste indivíduo, discutindo até alguns destes que já então eram mais incertamente identificáveis, e que continuavam, a sê-lo nos nobiliários e afins¹⁸. Os seus nomes constam da *Crónica da Tomada de Ceuta* entre os fidalgos presentes na conquista de cidade norte-africana, o que lhes conferia uma aura heroica. Tal é com frequência referido nos nobiliários e genealogias¹⁹ e, neste texto, longamente glosado.²⁰ Já sobre as filhas, consta apenas o que acima citámos. À única referida pelo nome, Leonor, é dado marido, sogro, filha e descendentes, bem como estabelecimento em Castelo Branco; como fonte destas informações, refere-se um “estromento antigo”, ao que se entende na posse dos descendentes que o mandaram fazer²¹. Quanto à filha de Gonçalo Vaz de Castelo Branco cujo nome não é referido, a questão é mais complicada. Recorrendo, com

18 *Crónica*, caps. 12 a 16. Os mais dificilmente identificáveis eram Paio Rodrigues, João e Diogo Soares (fl. 38v, fl. 40v).

19 MORAIS, C. ALÃO de – *Pedatura Lusitana*. 6 vols. Nova edição reformulada. Braga: Carvalhos de Basto, 1998 vol. I, p. 553 (doravante PL).

20 *Crónica*, caps. 13 e 14.

21 *Crónica*, fl. 245v.



as devidas cautelas, a fontes genealógicas, sabemos que lhe é atribuído o nome de “Isabel”²²; reforça a hipótese de ser esse o nome facto de a *Crónica* reportar diversas reivindicações de descendências de uma “Isabel de Castelo Branco”, confusas já então – e ainda, como veremos adiante, existirem dados documentais inequívocos sobre uma outra Isabel Vaz de Castelo Branco, porém nunca referida na *Crónica*.

Nesta obra são mencionadas duas “Isabel Vaz de Castelo Branco”, nenhuma delas dada como filha de Gonçalo Vaz de Castelo Branco, e ambas rodeadas de contradições, que se encontram também nos livros mais comuns de genealogia. A cronologicamente mais recente é filha de um dos filhos de Gonçalo Vaz de Castelo Branco, de seu nome Lopo Vaz de Castelo Branco, e da mulher, Catarina Pessanha. Não seguiremos aqui esta referência, de resto imersa em contradições, porque a descendência, mais seguramente conhecida, nada tem a ver com a pista do Autor²³. Já a mais antiga seria filha ilegítima de Martim Vaz de Castelo Branco, um dos dois irmãos da terceira geração das que são apresentadas, sem dúvidas de maior, pelo Autor. É de um destes dois irmãos, Gonçalo, que descendem todos os que são “relatados” no texto, como se explica no cap. 11²⁴. Martim apenas teria tido descendência ilegítima – um filho, Lopo, e uma filha, Isabel. Desta pretendem proceder, segundo o Autor, que vai anotando dúvidas entre as fontes que refere – sem as considerar fidedignas o suficiente –, diferentes Castelo Branco espalhados por vários locais do

22 GAYO, Manuel Felgueiras – *Nobiliário de famílias de Portugal*. 3ª ed., 12 vols. Braga: Carvalhos de Basto, 1992, vol. IV, p. [219] e [232] e vol. I, p. [520] (doravante FG). Como referimos, o site *Geneall* indica Isabel como filha de Garcia Velez de Castelo Branco, a par de Leonor. <https://geneall.net/pt/nome/111408/goncalo-vaz-de-castelo-branco-senhor-de-sobrado/>. Cristóvão Alão de Moraes e genealogias manuscritas dos Velezes recolhem a tradição da fratria Lopo Vaz de Castelo Branco, monteiro-mor da Mata do Botão e Isabel, mas se o primeiro diz que não se sabe de quem são filhos, as segundas referem que são filhos de Garcia Velez de Castelo Branco do Sobrado (BIBLIOTECA NACIONAL, Reservados, *Arquivo do Visconde do Botelho*. Relação de documentos histórico-genealógicos dos séculos XVI-XVIII, cx. 2, doc. 10).

23 Isabel Vaz de Castelo Branco casada com Gonçalo Gomes de Azevedo – FG, vol. I, p [546] e vol. IV p. [219]. Ambos os sítios lhe dão como pais Lopo e Catarina Pessanha; em FG, vol. IV p. [219] dão-se mais os filhos que a *Crónica* refere e uma “Maria de Paiva”, mas acrescentam-se o casal Isabel e Gonçalo e ainda uma “Leonor de Castelo Branco”, casada com Lourenço Eanes de Almeida.

24 *Crónica*, fl. 35v.



reino – Covilhã e “comarcas da Beira”²⁵, Portalegre²⁶, e o “almotacé-mor Fernão Rodrigues de Castelo Branco”, este um personagem perfeitamente identificável, que viveu c. 1520– c.1571²⁷. Uma outra tradição relativa a Isabel surge na anotação, no termo do manuscrito, na letra possivelmente de quem fez as anotações marginais do século XVII espalhadas pelas margens. Teria casado com um certo Vasco Pais Cardoso, citando-se em abono de tal uma lápide de sepultura existente na igreja de Santa Eulália dos Coutos, perto de Viseu²⁸. Os nobiliários fazem-na ascendente de Bernardo do Amaral de Castelo Branco, que será o redator do *Epílogo*²⁹, mas aqui a relevância será a de indicar nova tradição de descendência desta Isabel, que apesar de estar na *Crónica*, não é diretamente relacionável com o seu Autor.

Adensa o panorama a referência feita num trecho pouco posterior da *Crónica*, o *Epílogo do livro da linhagem dos de Castelobranco*, no resumo do cap. 12, quanto às filhas de Gonçalo Vaz de Castelo Branco:

“Teue Mais duas filhas huã Leonor pais de casteL branco casou com Joaõ camello pereira filho de alluaro gonçalves camello prior do crato; e delles nasçeo Jsabel camella de CasteL branco; da outra filha cujo nome se não sabe procedem Jeronimo pereira de saa & seus Jrmaõs AnRique de sousa de mello /. frco lobo da Gama / Vasco Rjbeiro de casteL branco de Coimbra; Dona Britiz de Goes Molher de Dom Djogo de lima, e outros /³⁰”.

Voltaremos adiante ao *Epílogo* e seu elenco de personagens³¹; por agora, importa ao argumento sublinhar que este trecho, que não comparece na *Crónica* na versão que conhecemos, tem duas importantes novidades.

25 *Crónica*, fl. 36v

26 *Crónica*, anotação ao cap. 11, fl. 244v. Trata-se da reclamação dos descendentes de um certo Fernão Vaz de Castelo Branco, comendador de Cabeço de Vide, num “memorial” considerado pouco autêntico pelo Autor; o que se sabe ao certo é que este Fernão Vaz de Castelo Branco teve uma filha chamada Leonor Vaz de Castelo Branco, legitimada por carta de em 1452 (ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Leitura Nova*, lvº. 57, fl. 252v).

27 *Crónica*, anotação ao cap. 13, fls. 246v–247.

28 *Crónica*, fl. 261 r/v.

29 Sobre este texto ver capítulo “Transmissão do texto”, de Filipe Alves Moreira e Maria de Lurdes Rosa.

30 *Crónica*, fl. 5.

31 Cfr. *infra*, p. XXX



Por um lado, fornece dados sobre a descendência da filha não nomeada, mesmo que sem pormenores; por outro, permite uma ligação crucial a um trecho subsistente na *Crónica*, aquele que refere “(...) João Gonçalves era meu tio, primo comirmão de minha avoo, e era avoo de Anrique de Sousa”³². Essa ligação é feita através de Henrique de Sousa (e Melo), o único personagem do elenco do Epílogo que é mencionado na *Crónica*, aí como neto de João Gonçalves de Castelo Branco. Antes de avançarmos nesta linha, importa sublinhar que a exclusão deste trecho da versão da *Crónica* que analisámos poderá não ser de todo fortuita – por um lado, iria contra a reclamação de contenção quanto ao parentesco e poderia, portanto, ter sido considerada incongruente; por outro, especialmente, continha dados que permitiam uma identificação genealógica do Autor contrária à que ele pretendia deixar suposto, ou que estabelecia de modo errado. Ademais, se o manuscrito editado corresponde, como avançamos adiante, a uma versão revista sob alçada de D. Manuel de Castelo Branco, a exclusão poderá ter sido por ele indicada, conhecendo os parentescos em causa e os seus problemas³³. Por fim, a inserção do trecho pelo autor do Epílogo, neste texto, não nos parece uma hipótese provável, dada a fidelidade com que resume a *Crónica*, no seu todo.

Para avançar na identificação, procuraram-se dados documentais sobre os dois personagens referidos pelos nomes, ou seja, João Gonçalves de Castelo Branco e Henrique de Sousa. Ambos estão bem documentados, para além das obras genealógicas, tal como é documentável a relação de parentesco entre ambos. Alargando o escopo da investigação aos vários personagens do elenco, constatou-se também que eram todos aparentados. Num primeiro momento, foi impossível, porém, relacionar de forma inequívoca quer o Autor com eles, quer, através deles, a sua ligação com as linhagens descendentes de Gonçalo Vaz de Castelo Branco, dado que não se logrou estabelecer de forma segura a ascendência de João Gonçalves de Castelo Branco, o que impedia saber quem era a sua “prima”, avó do Autor. Esta investigação não foi, porém, em vão, pois permitiu reunir percursos e características sociológicas do grupo de pessoas de onde foi oriundo o Autor, que vieram a enriquecer o contexto relativo ao mesmo,

³² *Crónica*, fl. 72v.

³³ Ver capítulo “Transmissão do texto”, de Filipe Alves Moreira e Maria de Lurdes Rosa, p. 261.



quando foi por fim identificado e corretamente localizado entre elas. A elas regressaremos, no devido lugar.

Enfim, ler e reler este texto impressionante conduz-nos a uma inevitável proximidade ao seu Autor. Proximidade, desde logo, pela escrita que é feita em primeira pessoa, pelos comentários, pela expressão de sentimentos e estados de alma, alguns mesmo em forma de sentido desabafo; depois, pelas indicações que vai dando sobre si, seja de carácter genealógico, seja quanto a sucessos da sua vida que o aproximam do grupo familiar Castelo Branco, em especial de D. Duarte, conde do Sabugal, mas também do seu primo D. Afonso, bispo de Coimbra. Parece além disto conhecer de perto muitos outros parentes destes dois senhores, assim como vários personagens que com eles se foram ligando. Espalhadas ao longo do texto e também nas “Anotações”, tais indicações, que acabámos de rever, pareceriam, à primeira vista, possibilitar uma fácil identificação do Autor. Lamentavelmente, tal é enganador. Vamos então tentar reconstruir o percurso da investigação que levámos a cabo para descobrir o Autor.

O percurso de uma longa investigação

Deixaremos de lado hipotéticas identificações do Autor, uma vez que nenhum acertou³⁴. Sem lastro, seguimos o modelo de localização de informação que se baseou, desde logo, no que se apurava através das indicações sobre o percurso do Autor; personagens na órbita de serviço do Conde de Sabugal³⁵, arquitetos e/ou engenheiros que tivessem realizado vistorias às fortalezas do Algarve³⁶, estudantes portugueses da Universidade de Alcalá

34 MOREIRA, Rafael – O casamento da Infanta D. Beatriz em Sabóia (1521) e a mais antiga alusão a Gil Vicente. *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa: CHAM. Vol. XI (2020), p. 349–382, sumaria as anteriores e apresenta uma nova, com a qual discordámos desde a publicação do artigo – que, é justo registar, foi feito antes da descoberta e disponibilização da *Crónica*).

35 A pesquisa exaustiva levada a cabo em 2023 por Leonor Dias Garcia, membro da equipa do projeto, a partir do levantamento aprofundado feito por Margarida Leme, no que resta do arquivo da Casa do Sabugal (inserido no denominado “Arquivo da Casa de Santa Iria”, na Torre do Tombo), nada revelou de promissor, entre as referências a membros da Casa, de resto esparsas, num arquivo também ele delapidado (sobre ele ver LEME, Margarida – O Arquivo Costa no Arquivo Óbidos-Palma-Sabugal. In *Arquivos de família, séc. XIII–XX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012, pp. 279–290.

36 Agradecemos a Daniela Pereira, Miguel Soromenho e Rafael Moreira (†) a consultadoria sobre este assunto.



por volta de 1585³⁷, estudantes da Universidade de Coimbra, com ou sem ligações ao bispo D. Afonso de Castelo Branco³⁸, enfim autores de cartas ao arquiduque Alberto de Áustria³⁹. Prosseguimos, ainda, a pista genealógica – bem conscientes, porém, dos seus limites⁴⁰. Com a vantagem dos meios digitais, procurámos por apelido de família, em cruzamento com datas, nos repositórios mais prováveis. Reuniu-se um imenso conjunto de informação, na qual era forte a pista coimbrã, mercê tanto das referências à universidade, como das características do grupo de pessoas mencionadas no trecho do *Epílogo*. Não se conseguia, porém, uma identificação certa.

Um passo decisivo foi dado pela investigação no que resta do Arquivo dos Condes de Vila Nova de Portimão, em especial entre o primeiro e o terceiro titular, fortemente maximizada pela tese de mestrado de um dos membros do grupo, Fábio Duarte. Desde a descoberta da *Crónica* que este considerava importante investigar a ligação à Casa de Vila Nova de Portimão, com base em duas ideias: a atividade de genealogista do titular Manuel de Castelo Branco, e as semelhanças que via entre a letra deste, comprovadamente conhecida em documentos autógrafos, e a de boa parte das anotações marginais à *Crónica*. A clara preponderância do primo Duarte na encomenda da *Crónica* e uma atribuição anterior errônea – prejudicada, é certo, por muitos elementos em falta – a D. Manuel⁴¹, impunham algumas precauções. Foi, no entanto, o elemento decisivo, a vários títulos.

37 A partir dos livros de matrícula, por indicação de Fernando Bouza, a quem agradecemos – sem que tenhamos conseguido explorar a fundo esta fonte, complexa e vastíssima, tínhamo-la colocado em standby para verificar se valeria a pena um exame total.

38 No Arquivo da Universidade de Coimbra, pela utilização do motor de busca “Archeevo”, que reúne os dados de fontes várias, nomeadamente os livros de matrícula (cfr. o “Guia de pesquisa” BANDEIRA, Ana Maria Leitão – *Percurso académico na UC, séc. XVI a XX*. Disponível em https://www.uc.pt/site/assets/files/1174235/uc_guiapercursoacademico.pdf

39 Procurámos na Torre do Tombo (e arquivos distritais), na Biblioteca Nacional, na Biblioteca da Ajuda, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, na Biblioteca Pública do Porto. Em Espanha, no Catálogo PARES e, *in loco*, no *Archivo General de Simancas*, através de estadia de investigação de Fábio Duarte realizou, em 2024.

40 Seguimos os nobiliários mais comuns: MORAIS, C. ALÃO DE – *Pedatura Lusitana*. GAYO, Manuel Felgueiras – *Nobiliário de famílias de Portugal*, bem como alguns outros, manuscritos, que serão referenciados quanto utilizados.

41 MOREIRA, Rafael – O casamento da Infanta D. Beatriz.



Fábio Duarte editara, e estudara aprofundadamente, um inventário do arquivo dos condes de Vila Nova de Portimão, sem data, mas por ele localizado no período condal de D. Manuel de Castelo Branco. A pesquisa de personagens relacionáveis com a investigação sobre o Autor da *Crónica*, neste documento, muito rico em informações, conduziu-nos ao testamento de um certo Lopo Vaz de Castelo Branco, referido no inventário como irmão de Isabel Vaz de Castelo Branco, que aquele investigador tinha sinalizado como ainda existente, inserido no Arquivo do Visconde do Botelho (acervo depositado na Biblioteca Nacional, do qual fazem parte algumas dezenas de documentos do Arquivo da Casa de Abrantes, onde desaguara o Arquivo dos Condes de Vila Nova de Portimão⁴²). Dado que um dos sete filhos de Gonçalo Vaz de Castelo Branco se chamava Lopo, a descoberta alegrou a equipa, que acreditou ver resolvida a questão.

Não só tal não aconteceu, como a complicou extraordinariamente, embora tenha sido o elemento primordial da pesquisa correta – mesmo que só muito mais tarde o tivéssemos percebido. As surpresas foram várias. Desde logo, o documento estava mal descrito na capilha externa, sendo atribuído ao Lopo filho de Gonçalo Vasques de Castelo Branco; quando se abriu, apareceu um Lopo diferente, de quem nunca tínhamos ouvido falar: testando em 1466, era monteiro-mor da Mata do Botão, irmão de uma Isabel Vaz de Castelo Branco, casada com Diogo Gonçalves de Velez, e tinha ainda duas outras irmãs, Grimanesa e Mécia⁴³. Sem ter filhos, nomeou a irmã Isabel e o cunhado Diogo, seu testamenteiro, como herdeiros principais de bens bastante significativos. Os pais da fratria não são referidos pelo nome, e os restantes elementos do testamento, embora muito interessantes, não foram relevantes para a pesquisa, se bem que se tenha descoberto um monteiro-mor até agora ignorado⁴⁴. Porém, documentação da chancelaria régia permite saber que Lopo e Isabel eram filhos de um certo Afonso Vasques de Monsanto, tabelião do cível e do crime em Arronches, cargo

42 DUARTE, Fábio – *Herdar, Legar e Registar: o arquivo e o Tombo do Cartório da Casa de Vila Nova de Portimão*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U. Nova de Lisboa, Dissertação de mestrado em História, p. 322, nt. 1050.

43 BIBLIOTECA NACIONAL – Reservados. *Arquivo do Visconde do Botelho*, cx. oval n.o 1, doc. 23. Há ainda um erro na data da capilha, que indica 1467.

44 SOUSA, Afonso Soares de Sousa – *Monteiros e montarias em Portugal na Idade Média*. Faculdade de Letras U. Coimbra, Dissertação de mestrado em História, 2023. Agradecemos ao autor as trocas de informação sobre os monteiros quatrocentistas.



que Diogo Gonçalves de Velez recebeu após o casamento com Isabel, por renúncia do sogro. Na confirmação régia do cargo, de 1450⁴⁵, e numa outra confirmação de bens do sogro ao genro, pouco posterior, fica patente que Diogo era escudeiro de Álvaro de Sousa, conselheiro régio, mordomo-mor de D. Afonso V e alcaide-mor de Arronches⁴⁶.

Surgiu assim a primeira prova de que existira uma Isabel Vaz de Castelo Branco que não era filha de Gonçalo Vaz de Castelo Branco; o elemento adicional que a família estava sedeadada em Arronches, onde se cruzavam com uma família de aliança dos Castelo Branco; e por fim, surgiu também, no campo de pesquisa, o apelido Velez⁴⁷. A relação do Autor com os Castelo Branco descendentes de Gonçalo Vaz de Castelo Branco não ficou esclarecida, mas o facto de o original hoje conservado do testamento ter pertencido ao Arquivo da Casa de Abrantes e já constar do inventário do mesmo feito durante o período condal de D. Manuel de Castelo Branco, seria uma primeira ponte. Um segundo elemento reforçou a ideia de que se estava na boa pista: a entrada do inventário relativa ao documento era seguida de uma anotação identificando a descendência de Isabel Vaz de Castelo Branco e Diogo Gonçalves de Velez, focando-se na linha de Vasco Ribeiro de Castelo Branco, um dos personagens do grupo de descendentes da suposta filha de Gonçalo Vaz de Castelo Branco, mencionado no *Epílogo*⁴⁸.

Ligar as pontas, navegando no confuso e perigoso mar das genealogias, não foi tarefa fácil. O casal Isabel Vaz de Castelo Branco e Diogo Gonçalves de Velez consta de todas as principais obras deste tipo, mas a Isabel ou não é atribuída ascendência, ou é-lhe dado como pai Gonçalo Vaz de

45 ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Chancelaria de D. Afonso V*, lvº 11, fl. 95v (18 de Março de 1450).

46 ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Chancelaria de D. Afonso V*, lvº 11, fl. 19 (16 de Abril de 1451). É interessante constatar que D. Afonso de Sousa foi sogro do segundo Gonçalo Vaz de Castelo Branco, neto do primeiro, governador da Casa do Cível, por casamento em segundas núpcias com Guiomar de Castro, filha daquele (*Crónica*, fl. 120v).

47 Que, na documentação e nas bases de dados / Google, tem as variantes: Vilez, Viles, Veles, Velês. Mais uma nota do “caderno de investigação”: tal implica a pesquisa por todas estas formas.

48 A entrada refere Diogo Gonçalves de Velez como pai de Vasco Ribeiro de Castelo Branco, mas foi feita uma correção lateral indicando que este fora, sim, bisneto daquele (“Diogo goncaluez. de velles. foi pai de gaspar dias de velles. de quen foi filho. Amtonio velles de Castel branco pai de vasco ribeiro de Castel branco”) (DUARTE, FÁBIO – *Herdar, Legar e Registar*, p. 322, nt. 1050); do verso do original consta esta mesma descrição.



Castelo Branco. Uma relativa exceção é a *Pedatura Lusitana*, que refere como fonte de informação o testamento de Lopo Vaz de Castelo Branco, monteiro-mor da Mata do Botão, cujo conteúdo detalha; lamentavelmente, não indica a ascendência dos irmãos⁴⁹. Complicando ainda mais a questão, algumas genealogias atribuem ao casal a ascendência de João Gonçalves de Castelo Branco, seja como filho⁵⁰, seja como neto⁵¹. Seria irmão, ou sobrinho, do único filho realmente documentado do casal, e que aparece em todas as genealogias, de seu nome Gaspar Dias de Velez, de resto mencionado na anotação ao inventário do arquivo dos condes de Vila Nova de Portimão, acima referida. Dele conhecem-se vários dados seguros, através do longo epitáfio constante da sumptuosa capela familiar, na igreja do Salvador de Coimbra⁵². Reza o letreiro que foi embaixador de D. João II e D. Manuel aos reis de França e Espanha e à corte papal, bem como legado ao Senado de Veneza; foi casado com Ana Mendes Caldeira, e faleceu com 80 anos, em 1540⁵³. Segundo algumas genealogias, mas com um grau de verosimilhança elevado, pela correção dos por menores, Gaspar Dias de Velez mandou tirar um “instrumento da sua nobreza” em 1519, confirmando ser “primo em segundo grau” do Conde de Vila Nova de Portimão, D. Martinho de Castelo Branco⁵⁴. A lápide na sepultura foi mandada colocar pelo filho, António Velez de Castelo Branco, cujo nome consta, desta forma (em latim) do epitáfio em pedra, no âmbito de uma remodelação profunda da capela, por discípulos de João de Ruão, apondo-lhe também o seu brasão⁵⁵. António foi, por sua vez, pai de Vasco Ribeiro de Castelo Branco, ambos mencionados na genealogia do

49 PL, vol. 1, 462.

50 Geneall <https://geneall.net/pt/nome/126736/diogo-goncalves-de-velez/> - com confusão nas fontes que cita, que referem apenas o casamento do par e a Gaspar Dias Velez de Castelo Branco. 51 PL, vol. 1, 462.

52 MAMEDE, Eduardo Proença - Igreja do Salvador em Coimbra. Subsídios para o seu estudo. In *Munda*. 20 e 21 (1990/1991), pp. 23-39 e pp. 3-6; ver, por último, ANDRADE, Sara M. Saraiva de - *O panteão familiar e a adoção do vocabulário clássico-renascentista no panorama da escultura tumular portuguesa: o exemplo da capela dos Ataídes no antigo convento de Santo António da Castanheira*. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da U. Lusíada, Dissertação de doutoramento em História, 2014, , vol.2, “Ficha de inventário nº 10D”, pp. 1049-1065.

53 Transcrito nas obras citadas na nota anterior.

54 GALVÃO, Lourenço Mexia - *Nobiliário das famílias de Portugal*, ms., tomo 1, fl. 203 (BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL - purl.pt/38196); PEDROSA, Manuel Álvares - *Genealogias de famílias de Portugal*, vol. 2, fl. 286: (BIBLIOTECA NACIONAL, Reservados, Cód. 1323).

55 MAMEDE, Eduardo Proença - Igreja do Salvador em Coimbra; ANDRADE, Sara M. Saraiva de - *O panteão familiar*, vol.2, “Ficha de inventário nº 10D”.



inventário do arquivo dos condes de Vila Nova de Portimão. Por via destes Velezes Castelo Branco de Coimbra, a investigação a João Gonçalves de Castelo Branco – que por outras fontes se sabe ser um importante personagem da cidade do Mondego – adquire alicerces mais sólidos do que os da genealogias, como adiante referiremos, mas não possibilitou, ainda, estabelecer ao certo quem seria o seu sobrinho-neto, Autor da *Crónica*.

A segunda grande viragem partiu, de novo, de investigação de dados constantes no inventário do Arquivo dos condes de Vila Nova de Portimão. Dele consta uma singela entrada que refere um parecer jurídico elaborado para D. Manuel de Castelo Branco, datado de 20 de março de 1591, relativo aos direitos da Casa de Vila Nova de Portimão sobre uma portagem na zona de Silves⁵⁶. Embora a concessão formal do senhorio de Vila Nova de Portimão a D. Manuel date de 24 de Outubro do mesmo ano, já há muito que este fidalgo se reclamava legítimo herdeiro daquele senhorio e agia como tal, testemunhando o “tombo” do seu cartório múltiplas ações de defesa do vasto património da Casa, entre as quais o referido parecer⁵⁷. O Autor deste parecer – que, por (mais) um golpe de sorte, ainda subsiste no acervo da Casa de Abrantes depositado na Torre do Tombo –, foi um certo “doutor” Garcia Velez de Castelo Branco que, num apontamento pessoal escrito no último fólio do documento, evidencia proximidade a D. Manuel, aconselhando-o a seguir via extrajudicial, recorrendo antes ao parentesco e amizade que tinha com o oponente ao direito, Fernão da Silva, alcaide mor de Silves⁵⁸. Era até então um ilustre desconhecido para nós, talvez apenas um dos muitos nomes constantes das genealogias, sem garantias de veracidade.

Ora, no corpo do parecer, ao fazer o historial do direito em disputa, Garcia Velez de Castelo Branco exhibe uma acentuada preocupação de datação dos atos em apreço; e, no que é aqui mais relevante, num dos casos utiliza uma fórmula muito semelhante às que encontrarmos disseminadas na *Crónica*: “Foi esta carta del rei Dom Afonso o 5º feita no anno 1472, que há

56 DUARTE, Fábio – *Herdar, Legar e Registar*, p. 284.

57 DUARTE, Fábio – *Herdar, Legar e Registar*, p. 72-73, p. 135, p. 334.

58 ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Arquivo da Casa de Abrantes*, cx. 41, mc. 124, doc. 2470.



119 anos”⁵⁹. Ainda que caso singular, a sua expressividade, aliada aos apelidos do Autor, levou-nos a abrir uma linha de pesquisa sobre Garcia Velez de Castelo Branco, que conduziu, numa primeira fase, a interessantes resultados⁶⁰, tanto sobre o personagem como sobre a sua vila natal, Arronches, na segunda metade do século XVI, que adiante exploraremos em pleno.

Porém, a atribuição segura a este personagem só se realizaria mais tarde, através de uma perseverante investigação sobre o manuscrito, à qual não faltou, sequer, aquele acaso de que se diz que tem feito avançar, não poucas vezes, a ciência... Num fundamentado artigo dos anos 20 do século passado, o grande erudito filólogo Manuel Rodrigues Lapa analisa um tema histórico – a relação entre D. Afonso V e o seu filho, futuro D. João II – recorrendo a uma vasta panóplia de textos literários antigos. Um episódio forte no processo foi a contenda entre o Príncipe herdeiro e um dos principais Castelo Branco das primeiras gerações de poder consolidado na corte, de seu nome Lopo Vaz de Castelo Branco, por alcunha “O Torção”. À semelhança de muitos dos seus parentes, Lopo Vaz era um fidalgo belicoso, senhor dos seus bens e direitos, que se envolveu em vários conflitos, um dos quais bastante grave e que foi considerado, pelo príncipe herdeiro, um ato de traição envolvendo o castelo de Moura, do qual era alcaide. A *Crónica*, de resto, dedica vários capítulos ao episódio, num relato claramente crítico do poder régio⁶¹. Rodrigues Lapa, narrando o episódio com alguma extensão, remete, sem grandes pormenores, para um “manuscrito da Biblioteca Nacional, o códice n.º 1031”⁶². Este manuscrito é o segundo volume de uma recolha de genealogias e informações afins, em vários volumes, intitulada *Coleção de varios titulos genealogicos de familias de Portugal*. Embora sem grande esperança, dada a pouca fiabilidade de muitos textos desta tipologia, bem como o cansaço acumulado de os consultar sem resultados seguros, decidimos, por escrúpulo de

59 ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Arquivo da Casa de Abrantes*. cx. 41, mç. 124, doc. 2470, fl. [2v]. Para as datações deste tipo na *Crónica*, cfr. Anexo 3.

60 Seria injusto não deixar registado que a prossecução desta pista se deveu à absoluta convicção de Margarida Leme quanto à mesma provar a autoria da *Crónica*.

61 *Crónica*, caps. 18–21.

62 LAPA, Manuel Rodrigues – D. Afonso V e o príncipe D. João. Ensaio sobre uma regência. *Revista de Guimarães*, 34 (4) Outubro-Dezembro 1924, p. 211–222: pp. 215–216, nt. 3, salientando que o episódio é tratado com brevidade em várias outras fontes. O manuscrito refere também outras histórias dos irmãos de Lopo, João e Pedro, que só constam desse códice (uma delas, consta também da *Crónica*, mas Rodrigues Lapa, evidentemente, não conhece esta).



completude, consultar o espécime. Deu-se o caso de não ser um escrito genealógico banal, mas sim o resultado de uma empresa coordenada pelos sábios teatinos Tomás Caetano de Bem e António Caetano de Sousa, que haviam organizado um vasto inquérito no reino, ao que tudo indica – pelos textos recolhidos – com exigências de indicação de fontes, datas, etc.. O empreendimento, que recolheu colaboração de alguns dos principais genealogistas e antiquários da época, merece um estudo detalhado, configurando-se como uma iniciativa afim de outras na época e com os mesmos personagens, destinados a dotar a investigação histórica de instrumentos de trabalho fiáveis⁶³. O título sobre os Velez segue estas linhas, apresentando dados bastante sólidos, datados, criticados, e com indicação de origem. O seu autor poderá ser um certo António Vaz Castelo Branco, um dos colaboradores da recolha⁶⁴, a quem António Caetano de Sousa atribui respeitáveis trabalhos genealógicos, e informa ter falecido em 1723)⁶⁵.

E é precisamente neste título que se encontra a preciosa informação:

"Garcia Velez de Castello branco em hum livro que compôs desta família, e dedicou a D. Duarte de Castello Branco, 1.º Conde de Sabugal do qual nos valeremos por ser feyto com grande erudição e notícia das doações, registos e testamentos e mais papeis tocantes a esta linhagem, diz que em huma memoria antiga feyta no anno de 1500 achara, que pellos annos de 1300 fora Martim Roiz o 1.º que tomara o apellido de Castelbranco (...). O que diz se confirmava com que em hum livro que havia visto muito antigo das Linhagens e armas de muitos solares de Hespanha que estava em poder de João de Hespanha Rey de Armas Flandes rezidente em Madrid a fl. 196 se dizia que os Castellos brancos erão naturaes de Portugal ainda que tambem os houvese em Cuenca e Aragão"⁶⁶

63 MOTA, Isabel Ferreira da – *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Ed. Minerva Coimbra, 2009; CEIA, Sara Bravo – *Os Académicos Teatinos no Tempo de D. João V – Construir Saberes enunciando Poder*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U. Nova de Lisboa, 2010, Dissertação de mestrado em História de Arte Moderna.

64 Conforme a ficha do catálogo online da Biblioteca Nacional: <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/ca-tbnp/481205>

65 SOUSA, António Caetano de – *História genealógica da Casa Real Portuguesa*. Nova ed. revista. Coimbra: Atlântida, 1946-1955. (Provas, Vol. I, p. LXXXV, nº 173).

66 BIBLIOTECA NACIONAL, Reservados, Cód. 1031 – *Collecção de varios titulos genealogicas de familias de Portugal*, vol 2, fl. 105v.



Estava encontrado o Autor!, e tudo se tornou mais fácil.

Não imaginávamos, todavia, nem a riqueza da informação que iríamos encontrar, nem as surpresas que ela revelou.

Garcia Velez de Castelo Branco: a toga, a pluma, e a espada

A reconstrução da vida de Garcia Velez de Castelo Branco foi sendo feita ao compasso das informações que se conseguiam sobre ele reunir, em parte seguindo o percurso de lógica institucional, em parte beneficiando da pesquisa livre; em qualquer dos casos, apraz-nos salientar que o trabalho foi sempre maximizado em função da investigação ter sido coletiva⁶⁷. Iremos agora apresentar o que se apurou.

Garcia nasceu em 1554 ou 1555 em Arronches, terra natal da sua família, onde será realizada, cerca de vinte anos depois, a inquirição *de genere* para ingresso no Colégio de S. Pedro da Universidade de Coimbra⁶⁸. A data de nascimento é conhecida pela indicação da idade pelo próprio, aquando a realização, a 26 de Setembro de 1588, de uma denúncia à Inquirição, relativa ao cristão-novo Manuel Fernandes⁶⁹.

A família de Garcia, na qual se verifica uma forte concentração dos apelidos Velez, Simas⁷⁰ e Castelo Branco, teria assento em Arronches quase certamente desde, pelo menos, aquele que seria, com quase 100% de probabilidade, o seu quarto avô, Afonso Vasques, tabelião do cível e do crime naquela vila, acima referido. Pai de Isabel Vaz de Castelo Branco, cedera ao genro Diogo Gonçalves de Velez o cargo, por volta de 1450, em dote da filha, em conjunto com outros bens de algum vulto⁷¹. As genealogias atribuem a Diogo Gonçalves de Velez origem em Portalegre⁷², e terá

67 Seria injusto não referir que muitos dos contributos, digamos, “mais fora da caixa”, foram dados por Pedro Pinto.

68 Ver *infra*, p. 47.

69 ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Tribunal do Santo Ofício, Inquirição de Lisboa*, lvº 57, fls. 9–11v.

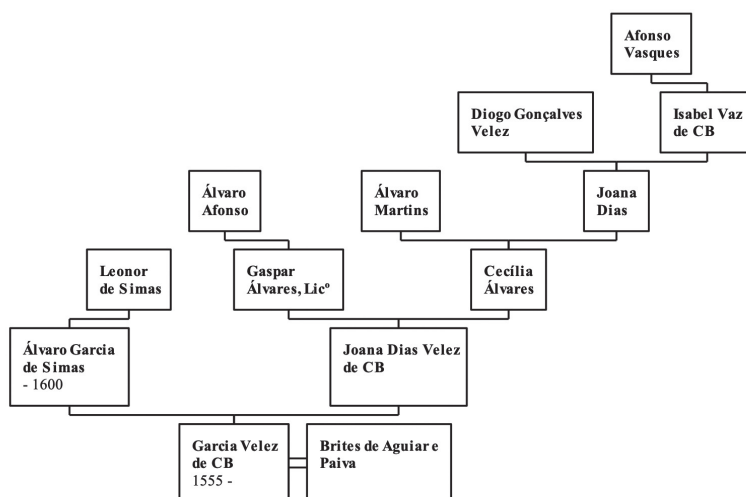
70 Tal como para “Velez”, este apelido tem variantes, que deve ser utilizadas na pesquisa: Cimas, Decimas.

71 Cfr *supra*, pp. 37–38.

72 FG, vol. I, p. [520] (tít “Avilezes”).



sido o casamento que o levou para Arronches. Segundo as mesmas fontes, mas de forma confusa e não fundamentada, Diogo e Isabel teriam tido vários filhos, sendo o mais consensual Gaspar Dias de Velez, como acima referido⁷³; Alão de Moraes, a quem conferimos crédito adicional por ter visto documentos da família, refere-lhe mais seis filhos, entre os quais duas filhas que nos interessam particularmente, por terem sido, segundo a mesma fonte, mães de João Gonçalves de Castelo Branco e de uma filha que, como passámos a saber pela inquirição *de genere*, se chamou Cecília Álvares⁷⁴. Estes são assim primos direitos, sendo o primeiro o nosso conhecido “elo” mencionado na *Crónica*, e a segunda, a documentalmente comprovada – através do processo de inquirição acima referido – avó de Garcia (ver Árvore Genealógica).



Ficou resolvido o “enigma genealógico” da *Crónica*!, com apenas uma ligação geracional carecendo de comprovação documental, estando embora presente nas genealogias.

⁷³ PL, I, 462.

⁷⁴ Os nomes destas filhas seriam, no caso de Cecília, “Joana”, o que ganha força no facto de a filha da-quele, mãe de Garcia, se chamar Joana; Inês, no caso de João Gonçalves de Castelo Branco (PL, I, 462).



Garcia seria assim terceiro neto de uma Isabel Vaz de Castelo Branco que seguramente não era filha de Gonçalo Vaz de Castelo Branco, mas sim de Afonso Vasques, tabelião do cível e do crime de Arronches na primeira metade do século XV. Seria Afonso Vasques aparentado a Martim Vasques de Castelo Branco, alcaide-mor da Covilhã, que viveu no reinado de D. João I, tendo recebido em 1422 as rendas e direitos dos judeus de Penamacor⁷⁵; e ao irmão deste, Gonçalo Vaz de Castelo Branco, alcaide mor de Castelo Branco ou de Moura, também ele partidário de D. João I, que lhe doou em 1386 a “honra do Sobrado”, junto a Lamego, e cujos sete filhos estiveram presentes na tomada de Ceuta⁷⁶? É possível, embora com alguma discrepância de idades, e com características sociológicas bastante diferentes, para Afonso Vasques. O que Garcia Velez de Castelo Branco sabia sobre o assunto fica para nós envolto em dúvidas.

A inquirição *de genere* fornece um significativo conjunto de informações sobre a família de Garcia, até aos bisavós maternos, e aos avós paternos, justificando-se a discrepância pelo facto de a origem dos últimos não ser a vila de Arronches, sendo portanto menos conhecidos das numerosas testemunhas interrogadas, a 18 e 19 de Setembro de 1576⁷⁷. No seu todo, os depoimentos, para além de deixarem assegurada a limpeza de sangue do candidato e a boa aceitação local deste e dos seus familiares, indicam os nomes de todos os parentes dos graus acima referidos, bem como a qualidade de “licenciado” ao avô materno de Garcia, Gaspar Álvares. Será com toda a probabilidade o “bacharel Gaspar Álvares” que é referido como escrivão dos órfãos de Arronches em 1514, numa carta régia de notificação do cargo às autoridades concelhias da vila⁷⁸. O bisavô, de seu nome Álvaro Martins, poderá ser o escudeiro, desse nome, que em 1503 recebe o ofício de escrivão das sisas e dos feitos de Arronches⁷⁹. A posse de

75 *Crónica*, cap. 11, com indicação detalhada das muitas incertezas e contradições nos autores consultados.

76 *Crónica*, cap. 12, no mesmo estilo.

77 ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Real Colégio de S. Pedro*, Processos de inquirições de colegiais e porcionistas”, cx. 27, processo 27 (cfr. BANDEIRA, Ana Maria Leitão; RAMOS, Júlio de Sousa – *Catálogo das Inquirições do Real Colégio de S. Pedro da Universidade de Coimbra* (1548–1824). *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. 21–22 (2001–2002), p. 147–293.

78 ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Chancelaria de D. Manuel I*, lvº. 15, f. 155v (1514, Novembro 8).

79 ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Chancelaria de D. Manuel I*, lvº. 35, f. 5 (1503, Janeiro 20) e f. 5 (1503, Jan. 23).



cargos da administração judicial – em especial o de juiz dos órfãos – era, já então, uma característica central deste grupo familiar, que mais não fará que acentuar-se ao longo do século XVI, como veremos.

Em 1571, com dezassete ou dezoito anos, Garcia ingressa na Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra, alcançando o grau de bacharel em Janeiro de 1576⁸⁰. Terá sido durante estes anos de primeira formação que ouviu Martinho de Ledesma louvar o futuro bispo Afonso de Castelo Branco, que quiçá considerava parente. Quanto aos encómios do dominicano, o contexto do testemunho direto parece indicar uma sala de aulas e nesse caso terá sido na disciplina de Prima, lecionada pelo ilustre dominicano entre 1557-1574⁸¹. Já a apreciação de D. Afonso pelo mestre, que é referida de forma mais vaga, refere-se a um tempo após a graduação daquele, o que remete para anos eventualmente posteriores a 1565, que poderão estender-se até c. 1572⁸². O interesse de Garcia por Teologia está de resto bem patente na *Crónica*, onde vai fazendo várias apreciações de autores ou obras teológicas – desde logo aos volumes de Martinho de Ledesma sobre S. Tomás ou, entre outras, a que se reporta ao Padre Pedro da Fonseca, SJ, indicando que “oje lemos” os seu escritos sobre a dialética e a metafísica, e que se espera com impaciência que saia a impressão de livros sobre “as mais sçiençias que com estas se insinão”⁸³. No texto é também claro o apreço pela qualidade e modernidade do ensino dos Jesuítas em Coimbra, referindo-se que a eles D. João III entregara “o carguo de ensinar naquella universidade humanidade e artes como atee então fazião os franceses e outros estrangeiros e e outros estrangeiros e alguns portugueses seculares que el-rei pera isso de diversas partes do mundo com rogos e merçes trouxera”⁸⁴.

80 ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, motor de busca “Archeevo”, PT/AUC/ELU/UC–AUC/B/001-001/V/004152; <https://pesquisa.auc.uc.pt/descriptions/219666>

81 RODRIGUES, Manuel A. – Sagrada Escritura e espiritualidade nas Universidades de Coimbra e Salamanca no século XVI. In *Península: revista de estudos ibéricos*. n.º 0, 2003, pp.107-118 (p.108).

82 Afonso de Castelo Branco graduou-se como mestre em Artes em 1557 e como doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra em 1565 (ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, motor de busca “Archeevo”, PT/AUC/ELU/UC–AUC/B/001-001/C/006544; <https://pesquisa.auc.uc.pt/descriptions/189259>). segundo a *Crónica*, saiu para a corte no ano seguinte ao doutoramento, c. 1566, portanto (fl.224v) ; voltou para lecionar em 1570 depois e regressou definitivamente à corte c. 1572 (PAIVA, José Pedro – *Os Bispos de Portugal e do Império, 1495-1777*. Coimbra: IUC, 2006, p. 364.)

83 *Crónica*, fl. 223v.

84 *Crónica*, fl. 223v.



No mesmo ano em que alcança o grau de bacharel, Garcia candidata-se ao Real Colégio de S. Pedro, um dos mais importantes da Universidade, que uns meros quatro anos antes tinha passado por uma profunda remodelação, com novo edifício, junto aos Paços Reais, e com apuramento da vocação no sentido de albergar graduados em preparação de estudos posteriores⁸⁵. Realizada a indispensável inquirição *de genere* em Setembro de 1576⁸⁶, Garcia vê aprovada a sua admissão a 31 de Outubro⁸⁷. A sua presença fica assinalada em várias atas de reuniões e registos de provimentos, entre Maio de 1577 e Fevereiro de 1580⁸⁸. Poderá ter estado ausente entre Maio de 1578 e Junho de 1579, pois não assina nenhum ato comum, mas como nem todos os colegiais assinam sempre, este dado não é totalmente certo; apenas se encontra a informação à capela dos colegiais, a 20 de Maio de 1579, que se ausentaria por “certos respeitos de que todos são sabedores”, sem saber ao certo quando voltaria⁸⁹. Garcia teve de resto uma participação ativa na vida do Colégio, embora – a julgar pelas assinaturas – não tão assídua como outros colegiais seus contemporâneos, como Simão Monteiro de Leiria.

No seu segundo ato documentado após a admissão, parece manifestar-se uma personalidade forte. A ata da reunião de 19 de Dezembro de 1577 regista um conflito entre Garcia e capela de colegiais, incluindo o Reitor da Casa, em que aquele se recusa terminantemente a devolver uma quantia que afirma ser o Colégio a dever-lhe, mesmo correndo o risco de impedir

85 BANDEIRA, Ana Maria Leitão – O arquivo do Pontifício e Real Colégio de São Pedro (1545–1834). *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 37-1 [2024], pp. 95–155 (pp. 94–95).

86 Os requisitos de admissão estavam estipulados nos “Estatutos”, que teriam sido os de 1551, pois a reformulação desta data de 1599 (BANDEIRA, Ana Maria Leitão; RAMOS, Júlio de Sousa – Catálogo das Inquirições, p. 1); sobre o processo de inquirição, veja-se BANDEIRA Ana Maria Leitão – O arquivo, p. 104, p. 125.

87 ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Pontifício e Real Colégio de S. Pedro*, Livro de capelas, vol. 1 (1564–1623), “Registo de provimentos”, fls. 37 r/v. Este livro alberga dois tipos de registo, escritos ao contrário: “Livro de visitas e apresentações e assentos de capelas, 1564–1623” e “Registo de provimento das colegiaturas e familiaturas, 1574–1606”.

88 Última assinatura em Maio de 1578 (ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Pontifício e Real Colégio de S. Pedro*, Livro de capelas, vol. 1 (1564–1623), “Registo de provimentos”, fl. 49); última assinatura em Fevereiro de 1580 (ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Pontifício e Real Colégio de S. Pedro*, Livro de capelas, vol. 1 (1564–1623), “Livro de visitas”, fls. 26 r/v).

89 ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Pontifício e Real Colégio de S. Pedro*, Livro de capelas, vol. 2 (1567–1619), “Assentos das eleições dos reitores e vice-reitores”, fl. 8 (reunião dessa data, em que Garcia, sendo vice reitor, pede para se eleger uma nova pessoa no cargo, pois não sabia quanto tempo iria estar ausente).



a refeição de todos e incorrer em punição⁹⁰. Não sabemos como terminou o conflito, por falha na documentação, mas é certo que Garcia se encontra como vice-reitor poucos meses depois, em 4 de Fevereiro de 1578⁹¹, cargo em que se mantém até 31 de Outubro do ano seguinte. Nesta data manda proceder à eleição de novo reitor, ficando ele como conselheiro e procurador da casa⁹². A documentação do Colégio de S. Pedro não contém mais referência a Garcia, mas os registos da Universidade (livros de conselhos e livros de atos e provisões) registam a sua presença, como lente de cânones, em reuniões entre Janeiro de 1580 e Março de 1581⁹³. Entretanto fora aprovado como Doutor em Cânones, a 8 de Maio de 1580⁹⁴. Dataria deste anos a boa relação, grande admiração e mesmo alguma proximidade, com D. Afonso de Castelo Branco, futuro bispo de Coimbra, tal como testemunha o capítulo 106 da *Crónica*, que se afasta totalmente de visões menos encomiásticos daquele prelado⁹⁵. Por fim, segundo a entrada sobre ele no

90 ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Pontifício e Real Colégio de S. Pedro*, Livro de capelas, vol. 1 (1564–1623), “Registo de provimentos”, fl.26.

91 ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Pontifício e Real Colégio de S. Pedro*, Livro de capelas, vol. 2 (1567–1619), “Assentos das eleições dos reitores e vice-reitores”, fl. 8.

92 ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Pontifício e Real Colégio de S. Pedro*, Livro de capelas, vol. 2 (1567–1619), “Assentos das eleições dos reitores e vice-reitores”, fl. 9. Editado em *Coimbra e D. António Rei de Portugal, II- Documentos de 1558 a 1581*, publ. Mário Brandão, Coimbra, Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra, 1945, p. 41.

93 Sem outras informações além da presença: *Coimbra e D. António Rei de Portugal, II*, p. 53, 58–59, 60–61, 63–64, 66–67, 76–79, 189–190, 208–209.

94 ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, motor de busca “Archeevo”, PT/AUC/ELU/UC–AUC/B/001–001/V/004152; <https://pesquisa.auc.uc.pt/descriptions/219666>

95 Tem sido usado com frequência um texto sobre a vida de Afonso de Castelo Branco da autoria de João de Almeida Soares, escrito c. 1635, existente na Academia das Ciências de Lisboa (Ms. 194 V) mas, para além de ser um texto confuso e em mau estilo, tão cheio de lugares comuns que cabe a interrogação da sua artificialidade, contém numerosos erros. O capítulo 106 da *Crónica*, salvos os parâmetros devidos ao género e à sua inserção num escrito de memória e justificação do grupo familiar a que pertencia o Bispo, tem muito mais pormenores verosímeis e informados. Cabe referir brevemente a existência de uma outra biografia, de escopo que poderá ser mais oficial – dado que constitui a continuação do conhecido texto do Cónego Pedro Álvares Nogueira, «Livro das vidas dos bispos da Sé de Coimbra» – mas que, sem deixar de louvar as boas obras e a personalidade do Bispo, não se coíbe de lançar sobre ele acusações de proteção aos Cristãos-novos e de conflitos acesos com o cabido, por esse e outros motivos. É interessante em si e pelo contraste quase total que se verifica em relação ao texto da *Crónica* (esta vida, e a do bispo que sucede a D. Afonso, encontram-se apenas no exemplar daquela obra atualmente custodiado pela Biblioteca Nacional de França – (BnF, Département des manuscrits, *Portugais* 7, fl.s 228–231; de notar que a informação da BnF identifica este manuscrito ao de Pedro Álvares Nogueira, quando de facto contém mais estas duas “vidas”. Rocha Madahil descreve os problemas levantados pela confusão – *Pedro Álvares Nogueira, Livro das vidas dos bispos da sé de Coimbra*, ed. António Gomes da Rocha Madahil. Coimbra: Arquivo e Museu de Arte da U. de Coimbra, 1942, pp. XLII– XLII. Deixa-se agradecimento à BnF pela cedência célere e gratuita da reprodução dos fólhos referidos.



Memorial de Ministros, Garcia deixou o Colégio de S. Pedro para casar, em data não indicada⁹⁶.

Antes de sairmos de Coimbra com Garcia, vale colocar uma questão relevante. Teria sido no contexto coimbrão que se desenhou, ou fortaleceu, a ideia da ligação aos Castelo-Branco? Com efeito, na cidade do Mondego, Garcia poderá ter conhecido diretamente D. Afonso de Castelo Branco⁹⁷, e com pelo menos alguns dos personagens referidos no *Epílogo* como descendentes de Isabel Vaz de Castelo Branco, supostamente filha de Gonçalves Vaz de Castelo Branco, (nomeadamente Vasco Ribeiro de Castelo Branco, presente em muitas das reuniões em que Garcia esteve, no anos de 1580–1581). Declara-se parente de João Gonçalves de Castelo Branco e de Henrique de Sousa de Melo, e deixa inferido que o seria dos restantes – Jerónimo Pereira de Sá (e seus irmãos), Francisco Lobo da Gama, Vasco Ribeiro de Castelo Branco; Beatriz de Goes, mulher de Dom Diogo de Lima. Conduzimos breves investigações sobre os mesmos, de forma a estabelecer os laços de parentesco e a tentar responder àquela questão, que encontrara no “instrumento de nobreza” pedido em 1519, por Gaspar Dias de Velez – ascendente de todos eles – um ponto de partida plausível.

João Gonçalves de Castelo Branco e Henrique de Sousa estão ambos bem documentados, para além das obras genealógicas, tal como é documentável a relação de parentesco entre eles. Vejamos o primeiro. A *Crónica* coloca-o entre os “fidalgos parentes” de Nuno Vaz Pereira de Castelo Branco,

96 SÃO BENTO, Luís; SOARES, António – *Memorial de ministros: catálogo alfabético dos ministros de letras*. Estudo e transcrição Nuno Camarinhas. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal: Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura, 2017, vol. 1, p. 708. Agradecemos a Nuno Camarinhas o envio dos dados dos juristas referidos neste capítulo.

97 Embora o futuro bispo de Coimbra tenha provavelmente estado pouco por esta cidade entre 1571 e c. 1582, anos em que Garcia aí viveu. É importante referir que há em diversa bibliografia um erro quanto à data de nascimento atribuída ao futuro bispo, que é 1528 (a partir da biografia de João de Almeida Soares, acima referida). Deve ser corrigida para 1541, segundo os documentos da Santa Sé relativos à sua entronização (Archivio Segreto Vaticano – *Acta camerarii*, vol 11, fl. 308v da num. original, inéditos, e a que tivemos acesso por generosidade de José Pedro Paiva), que conferem assim veracidade aos dados da *Crónica*, que refere ter D. Afonso de Castelo Branco ingressado muito jovem na Universidade (fls. 223v–224). Como referimos, a primeira menção segura à sua frequência da Universidade é de 1556, ano do bacharelato em Artes, o que colocaria a sua entrada com a idade de 13 anos.



o herói da narrativa⁹⁸, cuja presença na Índia é explicada pela *Crónica* num contexto trágico de vinganças de ofensas familiares⁹⁹. Como se verifica pela *Crónica de D. Manuel*, de Damião de Góis, onde é identificado expressamente como “de Coimbra”, esteve na Índia pelo menos entre 1509 e 1521, desempenhando cargos cada vez mais elevados, de guerreiro a capitão de embarcações e embaixador¹⁰⁰. Data de Maio de 1524 a primeira referência ao regresso a Portugal, quando um oficial régio lhe passa carta de quitação de uma carga vinda de Apúlia numa nau por ele comandada, como “capitão e feitor por ordem do Conde de Vila Nova” (i. é, de Portimão, D. Martinho de Castelo Branco)¹⁰¹. Em 1527, é referido com “fidalgo da Casa Real” na carta régia de confirmação de aforamento bens em Coimbra¹⁰² e no registo de um padrão de juro de 10.000 reais de tença¹⁰³. Numa carta de confirmação de transação de padrão de juro no valor de 8000 reais, em 1529, menciona-se que este fora nele renunciado por parte de Rui de Sá Pereira e Brites Mendes¹⁰⁴ (a razão da renúncia e o parentesco não são explicitados, mas segundo as genealogias, Brites seria sua sobrinha, ou sua prima, e Rui, marido dela, era seu cunhado, irmão de Antónia Pereira). Os dados seguintes são bastante posteriores, reportando-se com probabilidade aos seus últimos anos de vida. Em 1548 é referido no testamento de um certo João de Cáceres, eclesiástico e membro

98 «Hia Nuno Vaz por capitão da nao Santo Spirito de trezentos toneis com çento e vinte homens de pelleja, todos gente fidalgua e nobre e destra pera aquelle offiçio, alem dos quais se passarão pera elle alguns fidalguos seus parentes pera o ajudarem e acompanharem no feito de aferrar a Mirhoçem, dos quais forão hum filho de Manoel Paçanha, alem d'outro que ja hia com elle, chamados Alvaro Paçanha e João Gonçalvez de Castelbranco e Rui Pereira; e estes dous derradeiros estiverão na proa e forão dos primeiros que se lançarão na nao de Mirhoçem. O qual João Gonçalvez era meu tio, primo comirmão de minha avoo, e era avoo de Anrique de Sousa (*Crónica*, fl. 72v)

99 *Crónica*, fls 70v, 72–73v.

100 1509 é data da batalha de Diu relatada na *Crónica*, cap. 28. Sobre este episódio, João Gonçalves é referido na *Crónica de D. Manuel* de D. Góis, II p., cap. 39, p. 120–121 (GOIS, Damião de – *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Anot. e pref. por Joaquim Martins Teixeira de Carvalho e David Lopes. 4 partes. Coimbra: Imp. da Universidade., 1926); em 1510 acompanha a expedição em que morre D. António de Noronha, sobrinho de Afonso de Albuquerque (III p., cap. 7, pp. 27–31); em 1513 acompanha Albuquerque na tomada de Adem (III p., cap. 43, p. 150); em 1514 é enviado pelo mesmo, como embaixador, ao Sabaim Dalcao (III p., cap. 65, p. 219). Em 1520 é enviado por embaixador à corte do sultão de Bijapur, de onde regressa cerca de um ano depois (SUBRAHMANYAM, Sanjay – *A carreira e a lenda de Vasco da Gama*. Lisboa: CNCDP, 1998, p. 342).

101 FREIRE, A. Braamcamp – Cartas de quitação del Rei D. Manuel. In *Archivo Historico Portuguez*. Volume VIII. Lisboa: Typographia Calçada do Cabra, 1910 (p. 410).

102 ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Chancelaria de D. João III*, lvº 30, fl. 175.

103 ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Chancelaria de D. João III*, lvº 30, fl. 137.

104 ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Chancelaria de D. João III*, lvº 48, fl. 4v.



de uma influente família local, ao mencionar duas quintas constituídas em morgado para o sobrinho dele, o Doutor João de Melo, no contrato de casamento deste com Filipa Pereira, filha de João Gonçalves de Castelo Branco¹⁰⁵. Em Maio de 1550 é eleito para vereador da cidade do ano seguinte¹⁰⁶ mas logo de seguida pede para ser substituído, alegando viver fora da cidade, em Montemor-o-Velho, e estar doente¹⁰⁷. A 11 de Junho, porém, solicita o reingresso no futuro cargo, afirmando regresso à cidade e restabelecimento da saúde¹⁰⁸. No ano de 1551 irá falecer a sua mulher, Antónia Pereira, constando da lápide funerária desta, na igreja do Colégio da Graça, Coimbra, a última notícia que temos de João Gonçalves de Castelo Branco, que nela é mencionado como vivo¹⁰⁹. Deixou pelo menos quatro filhas: Filipa, Joana, Beatriz e Antónia¹¹⁰. Da primeira e do marido, João de Melo de Sousa, casal para o qual João Gonçalves de Castelo Branco e João de Cáceres haviam instituído o morgado acima referido, foi filho Henrique de Sousa, referido na enigmática frase da Crónica¹¹¹.

105 Testamento editado em ALMEIDA, José Manuel de – *Frei João de Mello de Cáceres. Um ilustre lousanense no século XVI*, Lousã: Câmara M. da Lousã, 2016, pp.134–137 (sem indicação do parágrafo atual).

106 ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE COIMBRA – *Vereações*, n.º 8, 1550, fl. 46v–48 (*Catálogo da série “Vereações” 1491–2003*. AHMC, 2017, p. 101, acessível em https://www.cm-coimbra.pt/wp-content/uploads/2017/08/coimbra.old_joomlatools-files_do-cman-files_Catalogo-Serie-Vereacoes-XV-XVI-1-9.pdf

107 IDEM, fl. 49–51v (*Catálogo da série “Vereações” 1491–2003*. AHMC, 2017, p. 101).

108 IDEM, fl. 53v–54 *Catálogo da série “Vereações” 1491–2003*. AHMC, 2017, p. 102).

109 A lápide menciona que João Gonçalves será sepultado no local “quando Deus o chamar” (está transcrita em CORREIA, Virgílio e GONÇALVES, Nogueira G. – *Inventário Artístico de Portugal – Cidade de Coimbra*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, p. 121). Agradecemos a João Paulo da Graça Pontes o envio das imagens dos túmulos do Colégio da Graça, a partir do seu arquivo fotográfico, constituído para a investigação de mestrado sobre o edifício (PONTES, João P. G. – *A construção do Colégio da Graça de Coimbra no Século XVI: estudo da organização do processo construtivo e gosto arquitetónico*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Dissertação de mestrado em História Moderna, 2017).

110 Beatriz Pereira, casada com Artur de Sá Pereira, está sepultada no mesmo local que os pais (lápide transcrita em *Inventário Artístico de Portugal – Cidade de Coimbra*, p. 121); a instituição da capela não é conhecida, mas os termos encontram-se no contrato que Henrique de Sousa e Melo, seu sobrinho, faz com os eclesiásticos em 1585 (ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Colégio da Graça*, cx. 2, n.º 13, dco. 10); Joana de Castelo Branco faz testamento em 16 de Outubro de 1612, mencionando as irmãs Beatriz, Filipa e Ana, bem com os pais (ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Colégio da Graça*, Cx. 2, doc. 4) (na base de dados do projeto VINCULUM: VINC003934); Filipa testa em 16 de Julho de 1614, mencionando as irmãs) (ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Colégio da Graça*, Cx. 2, doc. 11) (na base de dados do projeto VINCULUM: VINC003935).

111 Filipa Pereira e João de Melo e Sousa tiveram, segundo as genealogias, sete filhos e filhas, dos quais apenas um, precisamente Henrique, não seguiu a carreira eclesiástica (ALMEIDA, Eugénio Silvano de Castro e – *Os Sás de Coimbra. Raízes & Memórias*. Lisboa: Associação Portuguesa de Genealogia. N.º 16 (Dezembro 2000), pp. 3–64 (p.21).



Henrique de Sousa está documentado como “desembargador” em fontes várias, entre elas o contrato que faz em 1585 com os religiosos do Colégio de N^a Senhora da Graça, em Coimbra, quanto à capela que na igreja instituiu a sua tia Beatriz Pereira, que representava. É aí dado como fidalgo da Casa Real, desembargador régio e desembargador dos agravos na Casa da Suplicação¹¹². É nesta capela, ainda hoje parcialmente existente, que se encontra a lápide dos pais de Beatriz, acima referida¹¹³. Nela também se manda sepultar Filipa Pereira, mãe de Henrique, outra filha de João Gonçalves de Castelo Branco, que refere no seu testamento de 1614, a quinta “do morgado de João de Cáceres”, que lhe ficara dos pais e do marido¹¹⁴. Para além do parentesco, estabelece-se entre ele e Garcia uma interessante ligação: Henrique é indicado como um dos seus informadores pelo “primeiro biógrafo” de Sá de Miranda, e editor da sua obra, D. Gonçalo Coutinho¹¹⁵. Ora, na *Crónica* é referido um texto de Sá de Miranda até agora desconhecido – umas crónicas “emendadas” (isto é, corrigidas, reformuladas e eventualmente comentadas) por ele, sobre acontecimentos da época de D. João II¹¹⁶. Poderá ter sido Henrique (ou Jerónimo, como veremos adiante) a mediar o acesso?

Quanto a Vasco Ribeiro de Castelo Branco, João Gonçalves de Castelo Branco casara, como foi dito, com Antónia Pereira, que é dita filha de João Rodrigues de Sá e Filipa Pereira¹¹⁷. Segundo as genealogias, Antónia tinha um irmão, Rui de Sá Pereira, casado com Beatriz Mendes de Castelo Branco – o casal que transaciona em 1527 uma tença com João Gonçalves de Castelo Branco. Quer Brites, quer os Pereira abrem a porta para um outro grupo de pessoas com que João Gonçalves de Castelo Branco se relacionou, e que também se encontrava ligado aos Melos e Cáceres, proprietários de terras em Coimbra e zonas próximas, desde várias gerações

112 SÃO BENTO, Luís; SOARES, António – *Memorial*, p. 790.

113 Cfr. *supra*, nota 109.

114 Cfr. *supra*, nota 110.

115 VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de – Introdução. In *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, ed. de Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, imp. 1989, pp. I-CXXXVI (p. CXXXIV); MACHADO, José de Sousa – *O poeta do Neiva*. Braga: Livraria Cruz Ed., 1929, p. 18, corrigindo a identificação daquela autora quanto à identificação de Henrique de Sousa.

116 *Crónica*, caps. 43 e 48. Agradecemos a Filipe Alves Moreira ter-nos chamado a atenção para esta pista.

117 ALMEIDA, Eugénio Silvano de Castro e – Os Sás de Coimbra, p. 21 (as genealogias divergem quanto aos pais de Antónia, mas não é possível investigar o tema no âmbito deste estudo).



atrás. Brites Mendes de Castelo Branco era filha de Gaspar Dias de Velez e seria portanto sobrinha, ou prima, de João Gonçalves de Castelo Branco e de António Velez de Castelo Branco. Por incerta que seja a relação de parentesco, comprovam conhecimento mútuo a transação tença de 1527, bem como um segundo cruzamento, o enlace do neto de Gaspar, Vasco Ribeiro de Castelo Branco, com a Branca de Berredo, viúva do filho de Brites Mendes de Castelo Branco e Rui Pereira, Francisco de Sá Pereira. Em mais um dos habituais traços de endogamia deste tipo de elites, Vasco era sobrinho de Brites Mendes de Castelo Branco, cunhada de João Gonçalves de Castelo Branco e sogra de uma das filhas deste, Brites Pereira¹¹⁸. Caracterizável de forma aprofundada com dados documentais, Vasco Ribeiro de Castelo Branco é, entre os vários personagens em jogo, o que surge com maior ligação ao bispo D. Afonso de Castelo Branco. Foi contemporâneo deste na Universidade, enquanto aluno, e manteve-se nela lecionando nos anos em que o futuro bispo também desempenhou essa função, antes de ocupar cargos no Desembargo régio e na Casa da Suplicação¹¹⁹. À sua família ficou ligado o Paço de Óis, por doação do prelado¹²⁰. E não deixa de ser curioso que, no tombo do cartório dos condes de Vila Nova de Portimão, em nota à menção sobre o testamento de Lopo Velez de Castelo Branco, que acima analisámos, seja feita expressa ligação entre o testador e Vasco Ribeiro de Castelo Branco¹²¹.

“Jerónimo Pereira de Sá e os seus irmãos” eram filhos de Brites Mendes de Castelo Branco e de Rui Pereira de Sá. Entre a numerosa fratria¹²²,

118 ALMEIDA, Eugénio Silvano de Castro e – Os Sás de Coimbra, pp. 10–11.

119 SÃO BENTO, Luís; SOARES, António – *Memorial*, p. 1627. Sobre Vasco Ribeiro de Castelo Branco existe numerosa documentação, no arquivo de família (cfr. nota seguinte) e não só, tornando possível uma biografia substancial.

120 Ficha «Paço de Óis», “Pesquisa de Património Imóvel”, Património Cultural I.P. <https://imovel.patrimoniocultural.gov.pt/detalhes.php?code=327698>. No Arquivo da Universidade de Coimbra conserva-se bastante documentação à família “Ribeiro Castelo Branco”, no fundo “Casa de Óis” (<https://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=204696>). É uma documentação do maior interesse para o estudo de famílias de elite que tiveram presença ativa em Coimbra, do século XIV ao XVII, contendo alguns importantes tombos de capelas e morgados, resultando numa grande quantidade de informação de índole social, cultural e económica (nomeadamente o Cód. 2 – 1559. *Tombo do morgado q instituiu Antº Villez de Castelo Branco, m.or q foi na cidade de Coimbra, fidº da Casa del Rei nosso senhor, o qual faleceu a 20 de janeiro de 1557*; o Cód. 3 – 1539. *Tombo do morgado instituído por Vasco Fernandes Ribeiro e Inês Monteiro, sua mulher, na Quinta de Gondufe*; e o Códice 4 – 1520 – *Tombo da capela de Estêvão Gomes* (com anotações nos fls. finais, pelos vários proprietários, sobre eventos familiares).

121 Cfr. supra, nt. 48.

122 ALMEIDA, Eugénio Silvano de Castro e – Os Sás de Coimbra, pp. 10–15.



destacaremos o único nominalmente referido, Jerónimo, também ele jurista¹²³, tanto porque surgirá mais adiante, no contexto de um processo envolvendo Garcia Velez de Castelo Branco, do qual acabará por pedir escusa¹²⁴, como porque se contou, tal como o primo Henrique, entre os amigos de Francisco de Sá de Miranda, segundo o primeiro biógrafo¹²⁵.

Os dois restantes personagens referidos no elenco do *Epílogo* – Francisco Lobo da Gama e Beatriz de Góis – surgem-nos em maior obscuridade, quanto aos laços com Garcia e quanto à ligação a Coimbra. Eram, segundo as genealogias, primos direitos, descendentes de Isabel Vaz de Castelo Branco e Diogo Gonçalves Velez¹²⁶. Sobre Beatriz, o *Epílogo* (e portanto, uma das versões da *Crónica*) refere, não ocasionalmente por certo, um prestigioso casamento (D. Diogo de Lima era bisneto do segundo visconde de Ponte de Lima, mesmo se por linha secundária); as genealogias coincidem, adiantando cargos no serviço doméstico régio para os pais de Diogo de Lima, mas sempre com dados não fundamentados¹²⁷. Já Francisco Lobo da Gama, pelas datas de vida, será com probabilidade o governador de Cabo Verde e aí também provedor da fazenda do rei, nomeado em 1596¹²⁸.

Cremos que ficou provada a existência do que chamaríamos “ramo coimbrão” dos Velez Castelo Branco que, desde as primeiras décadas do século XVI, estaria convicto do parentesco com os Castelo Branco da corte, então cortesãos de topo e titulares. A maioria dos membros deste grupo adquiriu, em Coimbra, nas décadas anteriores à redação da *Crónica*, formação superior em Teologia e Direito, e cruzou-se com pelo menos um dos membros da “linhagem superior” dos Castelo-Branco descendentes de Gonçalo Vaz de Castelo Branco, o futuro bispo D. Afonso de Castelo Branco. E os dados sociológicos são interessantes, permitindo enquadrar também Garcia, pelo menos parcialmente, embora ele se desloque para

123 SÃO BENTO, Luís; SOARES, António – *Memorial*, pp. 809–810.

124 Cr. infra, p. 32.

125 Cfr. supra, nt. 115.

126 Em PL, vol. 1, 462, o parentesco é estabelecido por via de uma filha de Isabel e Diogo, de nome desconhecido, casada com um indivíduo de apelido “Lemos”, cujos filhos António e Maria seriam pais, respetivamente, de Francisco da Gama Lobo e de Brites de Góis.

127 FG, vol. VI, pp. [368–369].

128 Carta de capitania de 18–5–1596, editada em *Monumenta Missionaria Africana. África ocidental (1570–1600)*, coligida e anotada por António Brásio, vol. III, p. 387–388. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1958 (p. 387–388; sobre a provedoria, p. 389, em nota).



outras geografias. A geração anterior a estes doutores enriquecera pela ligação à Coroa (Gaspar Dias de Velez) ou na empresa indiana (João Gonçalves de Castelo Branco, aqui com eventual ligação aos Castelo Branco principais); já pertenceria ao grupo de proprietários locais, estando também inseridos nas vereações locais e aliando-se de forma cada vez mais endogâmica, como veremos suceder também com os seus “primos” de Arronches. Os contemporâneos da *Crónica* – Henrique de Sousa, Vasco Ribeiro de Castelo Branco, Jerónimo de Sá Pereira – exerceram depois altos cargos nos tribunais régios, nos quais seriam colegas de Garcia. Parecem corresponder a um padrão de ascensão social proporcionado pelo estabelecimento definitivo da Universidade em Coimbra e concomitante renovação, segundo o qual os filhos de proprietários locais, gente envolvida na governação camarária, alguns com presença nos campos ultramarinos, se voltam para o estudo de Leis, e enveredam por carreiras na alta administração régia. O par de primos Beatriz de Góis e Francisco Lobo da Gama escapa a esta ambiência de juristas e universitários entre Coimbra e os tribunais da Coroa, inserindo-se, porém, também na esfera de serviço régio, aqui entre a corte e a administração ultramarina.

Retornemos agora a Garcia, que deixa a cidade universitária. Prossegue carreira na administração régia, sem que tenhamos conseguido estabelecer uma cronologia segura. O *Memorial de Ministros* refere que foi provedor do rei em Beja, seguindo para Évora, o que talvez tenha ocorrido pouco depois da sua saída para casar, dado que se consorciara com uma senhora oriunda de famílias de relevo há muito sedeadas no Alentejo, de seu nome Beatriz de Aguiar de Paiva, filha de Diogo Mendes de Aguiar, alcaide mor de Ferreira do Alentejo¹²⁹. Mas em Janeiro de 1585, a primeira data certa nesta fase, encontramos-lo num local bem diferente – Alcalá de Henares. A única fonte é a *Crónica*, no extrato acima referido, que o coloca como espetador da visita da família real à catedral. A data exata da passagem da régia comitiva por Alcalá é conhecida: 19 e 20 de Janeiro¹³⁰; já a razão da presença de Garcia, tão casualmente referida,

129 FG, vol. VIII, p. [49], com erro no nome de Garcia; SÃO BENTO, Luís; SOARES, António – *Memorial*, vol. 1, p. 708.

130 COCK, Henrique – *Relación del viaje hecho por Felipe II, en 1585, á Zaragoza, Barcelona y Valencia. Escrita por Henrique Cock... y publicada de Real Órden por Alfredo Morel-Fatio y Antonio Rodríguez Villa*. Madrid: Imprenta Estereotipia y Galv.ª de Aribau y C.ª (Sucesores de Rivadeneyra), 1876, pp.9-12.



permanece por apurar. A referência seguinte reporta-o na sua terra natal, a 14 de Outubro do mesmo ano, a redigir o testamento de Gaspar de Simas, cavaleiro da Ordem de Cristo e seu parente¹³¹.

Terá sido pouco depois desta data que se relacionou mais de perto com o Conde de Sabugal, D. Duarte de Castelo Branco, mesmo se a evolução da sua carreira de magistratura indique que não entrou em serviço exclusivo do titular. Com efeito, o relato da viagem ao Algarve em 1586, a vários títulos extraordinário, coloca-o na órbita daquele, que à época desempenhava, como referimos, os cargos que se relacionavam diretamente com o serviço prestado pelo Autor da *Crónica*, ou seja, meirinho-mor, vedor da fazenda e provedor das terças¹³². A expedição teve uma vasta abrangência: sob ordem do Cardeal Alberto, Vice-rei, Garcia detinha incumbências várias, entre as quais a visitação da fortaleza de Lagos. Aí supervisionara a confeção de uma maquete da muralha¹³³ e elaborara um texto (seria uma espécie de relatório?) com “todos os particulares della”, acompanhado de orçamento do que estava feito e do que faltava. Além de tais tarefas, relata que apresentou tudo “de viva voz” ao Vice-Rei, depois de que teria sido uma organização dos materiais por D. Duarte de Castelo Branco. A vistoria das fortalezas terá mesmo avançado para outras regiões, embora tal não seja referido na *Crónica*. Com efeito, encontra-se na «Descrição do Algarve», da autoria de Alessandro Massai, uma referência com o maior

131 ARQUIVO DISTRITAL DE PORTALEGRE – *Provedoria da Comarca de Portalegre*. Tombos de Capelas e Morgados, cx. 15 (livro 7º, fls 105-109v). Na base de dados do projeto VINCULUM: VINC005688.

132 Duarte de Castelo Branco desempenhava o cargo de vedor da fazenda desde 1580 (cfr. neste livro os contributos de Pedro Amorim e Margarida Leme); apesar de busca nos vários tipos de livros das chancelarias de D. João III a Filipe II, não lográmos encontrar a nomeação para o cargo de “provedor mor das terças”. Rafael Moreira refere ter sido o cargo desempenhado, em 1579-1580 por D. Manuel de Portugal, comendador do Vimioso, precisamente com tarefas de fortificação das defesas do reino (MOREIRA, Rafael – *Um tratado português de arquitectura do século XVI (1576-1579)*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U. Nova de Lisboa, 1982, Dissertação de mestrado em História da Arte, p. 173), mas não há muito mais informação disponível sobre o dito. As “terças dos concelhos” contavam-se entre os direitos régios “menores”, destinadas ao fim específico de construção e manutenção de estruturas de defesa (HESPANHA, António M. – *Como os juristas viam o mundo. 1550-1750*. Lisboa: Ed. Autor, 2015, p. 336). Em tempos de guerra eram particularmente importantes, e explicar-se-a assim a nomeação do Conde de Sabugal para aquele cargo, a par do controlo das rendas gerais do Reino, na Vedoria da Fazenda.

133 SOROMENHO, Miguel – Os Filipes em Belém: dois desenhos de Teodósio de Frias (I) para o Mosteiro dos Jerónimos. In *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 2.ª série, n.º 10 (julho – dezembro 2018), pp. 235- 244 (nt. 5, p.236).



interesse para a vida de Garcia: por mandado do vice-rei, acompanhou Filippo Terzi na inspeção da fortaleza da Ilha do Pessegueiro, em 1588. A viagem de Terzi pela costa sul de Portugal começou em Abril de 1588, portanto c. de dois anos depois da inspeção de Garcia à fortaleza de Lagos¹³⁴. Não sabemos se Garcia o acompanhou a mais locais – o que talvez fosse difícil, dado que 1587 e 1588 foram anos de grande trabalho de redação da crónica; mas Massai refere-o expressamente na costa de Sines, acompanhando o perito italiano, a mando do cardeal Alberto:

“Derão por emformação ao ser.mo Cardeal Archiduque de austra [sic] que Deos guarde, que serando çe de h~ua ponta da sobreditta Jlha do pexig° / até h~u pennedo ~q se diz o caualllo q diste della 85 Brassas ~q com o dito serem.to se fiquaria guanhando h~u fermoso e seguro porto (...). [etc., sobre vantagens da obra].

E ouvido tudo o ditto sôr mandou ao *dezebargador grassia Veles*, E a Phelippe terssi emg° ~q fosse reconhecer o sobredito sitio o ~q delles com diligência foi feito E dada a S.A. por Relação E traça ~q o ditto negossio era emportante, E se podia sem duyvida esperar do ditto sitio tudo o asima proposto e ditto E m.to mais.

Emtão o ser.mo Archiduque mandou consultar o ditto negocio no seu Conselho [etc. sobre novas diligências, sem mais referências a Garcia Veles de Castelo Branco, a não ser que a informação dele e de Terzi foi considerada “boa e verdadeira”, começando-se a obra no mesmo ano, sob direção do Italiano]¹³⁵”.

Se bem que seja dito “desembargador” no relato de Massai, a próxima notícia dá-o, em Novembro desse ano de 1586, como procurador dos Feitos da Fazenda no Juízo da Guiné, Índia e Mina, o que o coloca em Lisboa permanência, ou pelo menos com frequência¹³⁶. Tal poderá ter favorecido o início do labor intensivo de redação da *Crónica*, que se situa sobretudo

134 RIBEIRO, José António Salazar – *Filipe Tércio, Ingegnere architetto em Portugal, 1577–1597*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tese de mestrado em História da Arte Portuguesa, 2016, p. 49–52.

135 GUEDES, Lívio da Costa – *Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI–XVII*. A ‘*Descrição*’ de *Allessandro Massai* (1621. 2 vols. Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 1988–1989, vol 2, p. 28 (Itálicos meus).

136 ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Chancelaria de Filipe I*, lv° 10, fl. 388v (carta de nomeação no cargo).



entre 1587 e 1588, com acrescentamentos e anotações em 1589. A aproximação a D. Duarte de Castelo Branco poderá ter começado pelo menos aquando das vistorias de fortalezas – se bem que o acarinhamento de uma relação de parentesco pudesse ter sido bem anterior; e referimos já a afirmação do Autor que reforça a ideia de uma ligação mais formal à casa do Conde do Sabugal. É certo, porém, que Garcia prossegue a carreira na administração régia de topo, que o leva e ser nomeado, em Fevereiro de 1591, desembargador da Relação do Porto¹³⁷. Temos um último testemunho de ligação aos Castelo Branco titulares no parecer redigido para D. Manuel de Castelo Branco, em Março de 1591, acima mencionado¹³⁸.

Fecha-se aqui uma primeira parte da vida de Garcia Velez de Castelo Branco, na qual ressaltam as suas qualidades, qualificações e saber, que lhe mereceram confiança dos governantes e uma carreira profissional bem sucedida. A escrita da *Crónica* vem acrescentar, a tal, traços claros de um homem cultíssimo, maneando com elegância uma vasta panóplia de obras, a maioria das quais editadas pouco antes, e algumas mesmo ainda manuscritas (Sá de Miranda, Duarte Nunes do Leão)¹³⁹; combinando e complementando os conhecimentos livrescos com informação documental em impressiva quantidade, judiciosamente discutida; por fim escrevendo numa prosa agradável e reflexiva – por vezes mesmo emotiva, como é o caso do longo excursus relacionando o desastre de Alcácer Quibir com o abandono das praças de África, no capítulo 26, ou as descrições das proezas dos Castelo Branco em todos os teatros de guerra em que o serviço aos reis exigira a sua presença. A obra não é com efeito, de um simples “sumário”, como o Autor lhe chama por vezes, seguindo tópico de modéstia; nem a relação com a genealogia é de finalidade absoluta, mesmo se reuniu uma extensíssima galeria de parentes. Garcia deixa claramente expresso que estudou e apresentou as linhagens para conhecimento dos parentescos, mas que considerou necessário incrementar o texto com todas as notícias q pode achar, em crónicas e outro escritos, sobre feitos valorosos dos personagens – tanto porque é pedagógico para os jovens da

137 ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Chancelaria de Filipe I*, lvº 24, fl. 78 (carta de nomeação no cargo); alvará de ordenado de 29 de Março de 1581 – *Chancelaria de Filipe I*, lvº 10, fl. 388 e lvº 23, fl. 63v.

138 Cfr. supra, pp. 40–41.

139 Ver Anexo 3.



linhagem para quem em especial escreve, como porque a genealogia, sozinha, é entediante:

“(…) com a variedade destas digressões que he forçado fazerem-se na relação de muitas empresas que se aqui resumem, me pareço que se ajudaria a tirar o fastio que communmente gerão os livros de linhagens, en que somente se trata das descendências de tronco e ramos com perpetua continuação dos graos sem mistura de erudição que deleite e alevie os leitores¹⁴⁰”.

Dado que a análise do texto e do contexto será feita nos estudos históricos que constituem os capítulos seguintes deste livro, não nos alongaremos mais sobre este tema. Aqui quisemos sobretudo enfatizar a qualidade desta atividade de Garcia, que certamente lhe ocupou muito tempo e esforço, a par de todas as outras responsabilidades que fomos indicando terem-lhe sido confiadas.

É assim com perplexidade que se toma conhecimento dos sucessos posteriores, que decorrem no curto período de tempo entre uma primeira notícia de conflitos, e a última referência até agora localizada a Garcia. Entre 1591 e 1598, este envolveu-se no que parecem ter sido desacatos sucessivos na sua terra natal, encerrando-se pela perpetração de um homicídio pelo nosso Autor, a perda dos seus bens e da custódia da sua filha menor, e uma provável fuga do Reino. Gerindo o melhor possível uma informação lacunar – que não nos permite estabelecer relações diretamente causais entre todos os eventos – tentaremos dar conta do sucedido.

Os primeiros ecos de um clima de violência em Arronches, envolvendo Garcia e os seus parentes próximos, chegam ao Rei, ao Vice-Rei e ao Desembargo do Paço, algures em 1591, antes de 1 de Julho. Esta é a data de uma missiva de Filipe I aos desembargadores, relatando que lhe haviam chegado duas cartas do Licenciado Antão Álvares Sanches, juiz de fora de Arronches¹⁴¹. Este, canonista que entrara para a Universidade de Coimbra pela altura em que Garcia de lá saiu, era natural de Évora¹⁴², e exerceu di-

140 *Crónica*, fl. 15v (Dedicatória).

141 BIBLIOTECA DA AJUDA – *Consultas do Desembargo do Paço*, vol. 2, fls. 194 r/v (Cód. 44–XIV–4).

142 ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, motor de busca “Archeevo”, PT/AUC/ELU/UC–AUC/B/001–001/S/001436, <https://pesquisa.auc.uc.pt/descriptions/215628>



versas magistraturas nos tribunais régios, ao longo de uma prolongada carreira. Fora nomeado juiz de fora na localidade alentejana um ano antes dos incidentes, pelo que estes teriam já algum lastro quando a situação se torna explosiva¹⁴³.

Pelo que se retira do registo do Desembargo, Antão Álvares Sanches relatara nas cartas dois incidentes que tinham sido considerados muito sérios pelo Rei: os “excessos e desordens” causados pelo juiz dos órfãos Gaspar Valente, que é ainda acusado de manter como escrivão um primo da sua mulher; e as “palavras injuriosas” proferidas contra o juiz de fora, pelo “Doutor Garcia Velez de Castelo Branco”, seu pai e seu irmão. A carta régia referiria expressamente que ao rei “pareceu que os erros e culpas do dito Gaspar Valente são mui graves e dignos de castigo exemplar, e que também é grave a culpa de Garcia Velez, pois sendo ministro da justiça desautoriza e afronta os ministros da mesma justiça”. O parecer dado ao Vice-Rei é que seja enviado a Arronches um desembargador “muito inteiro e zeloso da justiça”, para tirar devassa e, provadas as culpas, suspender aquele magistrado e o seu escrivão e prendê-los, bem como a Garcia e seus familiares implicados¹⁴⁴.

Os desembargadores respondem a 30 de Julho, numa longa consulta, que nos dá os pormenores mais concretos do que se passou¹⁴⁵. Os materiais tinham sido também vistos, a pedido daqueles, pelo corregedor da Corte Dr. Diogo da Fonseca, que elaborara um parecer. O relato dos acontecimentos coloca o início direto do conflito num incidente na praça da vila, mas adivinha-se um passado pouco pacífico. Garcia Velez de Castelo Branco estava sentado na praça e passou o juiz de fora, com os oficiais da audiência. O magistrado tirou o chapéu a Garcia e este, levantando-se, retribuiu o gesto, mas de má vontade (“carregadamente”), e dizendo que lhe não deveria falar, “porque não era seu amigo”. O juiz respondeu que teria sido melhor que aquelas palavras lhe tivessem sido ditas noutra local

143 Carta de nomeação de 1590, Julho 14, ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Chancelaria de Filipe I*, lvº 17, fl. 463.

144 BIBLIOTECA DA AJUDA – *Consultas do Desembargo do Paço*, vol. 2, fls. 194 r/v (Cód. 44-XIV-4).

145 BIBLIOTECA DA AJUDA – *Consultas do Desembargo do Paço*, vol. 2, fls. 193-194 (Cód. 44-XIV-4). Esta parte do processo encontra-se também no ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Corpo Cronológico*, Parte I, mc. 112, n.º 90.



que não a praça, e continuou o seu caminho. Então, nas costas do magistrado, Garcia afirmara que lhe podia dizer tais palavras na praça e em toda a parte. O juiz considerou que tal fora dito “com pouco respeito da vara de Sua Magestade que levava, e que delas houvera escândalo na terra”; e ainda, que Garcia as tinha proferido “por ele [juiz de fora] ter precedido fazer justiça e julgar algumas coisas contra seu pai, parentes e familiares de sua casa, que no auto estão particularmente detalhadas”. A situação, já de si tensa – porventura replicada, *mutatis mutandis*, em muitas outras ocasiões por todo o Reino, sempre que os juizes de fora tentavam inspecionar e limitar os abusos de poder das elites locais¹⁴⁶ – agravou-se de seguida.

O juiz decide levantar um auto ao comportamento de Garcia e começa a inquirir testemunhas, sentado nos degraus da Igreja matriz. Sabendo que um certo António Martins, criado do irmão de Garcia, António Velez, estava no local, mandou-o prender, certamente por presumir que estaria a espiar ou a tentar influenciar os testemunhos. Um certo António Tavares, que acompanhava o juiz na audiência, e que seria da localidade, pede-lhe que o solte, ao que o juiz aquiesce. Entretanto chega Álvaro Garcia (de Simas), pai de António Velez e de Garcia, e o criado queixa-se a ele. Álvaro responde-lhe que fora à cadeia, e que “era suspeito” ao juiz. Para o que se seguiu, há narrativas opostas: o pai de Garcia dirige-se ao juiz, uns dizendo que lhe tirara o chapéu, outros que não fizera tal e que, com este adereço sempre na cabeça – o que agravava a ofensa, claro – dissera-lhe “que bem parecia que era seu inimigo e de seus filhos e parentes”. Afonso Álvares Sanches responde à altura – “não era inimigo nem suspeito de ninguém, e que se fosse embora, que não perturbasse o que estava fazendo”. Segue-se novas trocas de palavras nesta linha, incluindo a acusação de perseguição ao juiz dos órfãos, que Álvaro Garcia identifica como seu genro; o juiz, vendo que Álvaro Garcia não se ia embora, levantara-se e mandara-o prender. O mesmo António Tavares que antes o aconselhara a não prender o criado de António Velez, pede-lhe que não faça tal, “por

146 HESPAÑHA, António M. – *Como os juristas viam o mundo*, pp. 71–73 e HESPAÑHA, António M. – *As Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994, pp. 196–199. Para o período tardo-medieval: COSTA, Adelaide (et al.) (ed.) – *Meeting the judge. The late medieval Portuguese peripheral justice in geographical and chronological context*. Palermo: Officina di Studi Medievali, 2023. Para os séculos posteriores: CAMARINHAS, Nuno – *Juízes e administração da justiça no Antigo Regime. Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ FCT, 2010, pp. 95–99.



ser homem velho e de qualidade”; desta vez é despedido pelo juiz, que o acusa de estar a estorvar o serviço ao Rei... Chega então António Velez, e mais uma vez as testemunhas divegem quanto à questão do chapéu e ao tratamento por “Vossa Mercê” (ou não). António Velez pergunta ao juiz como fora capaz de prender o seu pai, e de o tratar por “vós”, “sendo ele da qualidde que era”. A situação atinge um clímax de tensão, com cada vez mais gente, e “parentes do preso”, a acorrer ao local. Aqui a narrativa termina de forma abrupta, referindo que “não disseram nem falaram coisa nenhuma” – pode supor-se que, por comum acordo, se parou ali a discussão, para evitar ulterior escalada¹⁴⁷.

Não podemos saber quem exagera e em quê, mas foi certamente uma ocasião disruptiva que, ademais, o próprio Rei tinha considerado muito grave, colocando-se do lado do seu juiz de fora. Porém, os desembargadores do Paço relativizam o sucedido: consideram excessivo o envio de um desembargador para tirar devassa, sugerindo antes que ela fosse feita pelo corregedor de Elvas. Após a receção do relatório deste, a Mesa decidiria como proceder. Prudência? Ou “amigos em cargos elevados”, para Garcia? Assina o parecer o seu parente Jerónimo de Sá Pereira.. que, aliás, na continuação do caso do juiz dos órfãos, meses mais tarde, irá pedir escusa¹⁴⁸. Porém, o despacho régio, datado de 26 de Agosto de 1591, é salomónico: concorda que não se envie desembargador, mas recusa que se entregue o caso ao corregedor de Elvas. Deve antes encarregar-se dele o procurador Miguel Ferreira, que, “alem da informação que há-de tirar das ditas queixas, levará ordem para proceder contra o juiz dos órfãos Gaspar Valente e seu escrivão, na forma que S. Magestade tem escrito a Sua Alteza em carta de Fevereiro passado”¹⁴⁹. Filipe I está claramente convencido que a queixa contra o juiz dos órfãos é séria, e o processo prossegue, embora não se saibam grandes detalhes. A 7 de setembro de 1592 o Rei escreve à Mesa do Desembargo mandando ver a sentença que se dera contra ele; a 20 de Outubro a Mesa deixa lavrado que o desembargador Jerónimo Pereira de Sá se retirara do caso, e que haviam pedido o auxílio de um desembargador da Relação, para ajudar ao despacho.

147 BIBLIOTECA DA AJUDA – *Consultas do Desembargo do Paço*, vol. 2, fls. 193–194 (Cód. 44–XIV–4).

148 Cfr. texto, *infra*.

149 BIBLIOTECA DA AJUDA – *Consultas do Desembargo do Paço*, vol. 2, fl. 194 (Cód. 44–XIV–4).



Não se consegue saber qual é este, apenas que a 1 de Novembro do mesmo ano, o Rei concorda com o decidido¹⁵⁰. Mas é provável que pelo menos o escrivão do juiz dos órfãos tenha sido obrigado a renunciar ao cargo, pois um certo Álvaro Velez, que o detinha, renuncia a ele, que, em 1594, é dado pelo rei a um tal João Rodrigues¹⁵¹. Aponta para o sacrifício do elo mais fraco o fato do juiz Gaspar Valente se manter em funções à data do seu falecimento, conseguindo a viúva que o cargo fique para o filho mas, sendo este menor, seja desempenhado até à sua maioridade por.. Álvaro Velez, o antigo escrivão dos órfãos do seu marido... que por acaso – conferindo toda a verdade à acusação do juiz de fora, anos antes – era primo dela..¹⁵² Ora, esta viúva, de seu nome Leonor de Simas, era irmã de Garcia Velez de Castelo Branco. O juiz dos órfãos Gaspar Valente era portanto cunhado deste e o genro a quem o pai de Leonor e Garcia, Álvaro Garcia de Simas, se refere ao ser preso.

Sem podermos avançar por uma investigação aprofundada destes meandros, parece-nos certa a existência de uma intrincada rede de parentesco, dentro da qual circulavam vários cargos judiciais e de administração, englobando os Velez, os Simas e os Valente, desde pelo menos inícios do século XVI, quando o Licenciado Gaspar Álvares, avô de Garcia Velez de Castelo Branco, recebe o cargo de escrivão dos órfãos¹⁵³, e em 1537 um dos filhos é nomeado juiz dos órfãos¹⁵⁴, e assim sucessivamente. Entre eles se partilhariam outros cargos e encargos, como a vereação, a Mesa da Misericórdia, as confrarias da opulenta igreja matriz, reconstruída por estas décadas e a proteção ao recentemente criado Convento de Nossa Senhora da Luz. Um verdadeiro micro cosmos, com as suas virtudes e os seus problemas, parte dos quais coube ao juiz de fora Antão Álvares Sanches resolver, com tão complexos resultados. Acresce que os Velez, Simas e

150 BIBLIOTECA DA AJUDA – *Consultas do Desembargo do Paço*, vol. 5, fl. 62v (Cód. 44-XIV-7).

151 Carta de doação do cargo, 24 de maio de 1594 – ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Chancelaria de D. Filipe I*, lvº. 24, fl. 312.

152 Alvará de mercê do ofício de juiz dos órfãos de Arronches, concedido por D. Filipe II a Álvaro Velez. 1617, fevereiro 1. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Chancelaria de D. Filipe II*, lvº. 36, fl. 177.

153 Notificação da mercê ao juizes, concelho e homens bons de Arronches. 8 de Novembro de 1514. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Chancelaria de D. Manuel I*, lvº 15, fl. 155v.

154 Notificação da mercê ao juizes, concelho e homens bons de Arronches. 25 de Março de 1537. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Chancelaria de D. João III*, lvº 24, fl. 111v. Sobre a importância deste cargo, a nível local, CAMARINHAS, Nuno – *Juizes e administração*, p. 99.



Valentes não terão sido pacatos membros da comunidade, como as queixas do juiz de fora deixam entrever. As genealogias apontam ao pai de Garcia a qualidade de homiziado, vindo de Alter do Chão ou de Alegrete¹⁵⁵; se não a conseguimos comprovar a partir de outras fontes, é certo que Arronches era há muito couto de homiziados¹⁵⁶. Pormenor curioso é, ainda, a forma como o juiz dos órfãos Gaspar Valente, pai do juiz dos órfãos homónimo que está no centro das confusões de inícios da década de '90, se referira ao crucifixo de madeira recém instalado na igreja matriz, conforme queixa feita à Inquisição, em Janeiro de 1579, por um carpinteiro (quicá o autor da escultura..):

“muito mal proporcionado” e “tão mal feito que não ouverão consentir porsse aly”; por ele melhor seria “tirallo com um arcabus”¹⁵⁷.

Clima rude, ambiente tenso, redes familiares estreitas – talvez com rivalidades alimentadas ao longo de gerações –, interesses e poder a manter, a tudo se juntando uma personalidade forte: passará por aqui a explicação do crime cometido por Garcia Velez de Castelo Branco algures entre 1592 e 1595? Foram fatores suficientemente fortes para obliterar a sua faceta de homem de leis, de letrado escritor, de cuidadoso historiógrafo? Talvez nunca cheguemos a saber ao certo, mas o episódio com o juiz de fora e os contextos a que brevemente aludimos, confere alguma plausibilidade à hipótese.

Quanto ao homicídio, a primeira notícia do sinistro acontecimento data de 6 de março de 1595, na carta de D. Filipe I aos governadores do reino, ordenando que sentenciem lestageiramente a causa que corria contra o doutor Garcia Velez pela morte de Baltasar Rodrigues Sora. A carta, assim dirigida às mais altas instâncias, é breve mas contundente:

155 BRITO, Manuel da Costa Juzarte de – *Livro Genealógico das Famílias desta cidade de Portalegre*. Anotado, corrigido e aumentado por Nuno Borrego e Gonçalo de Melo Guimarães – Lisboa, s.n., 2002, p.867.

156 Tendo sido criado enquanto tal por D. João I: MONTEIRO, João Gouvía, MARTINS, Miugel Gomes – *As cicatrizes da guerra no espaço fronteiriço português (1250-1450)*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2010, p. 26.

157 Citado em BILOU, Francisco – *Escultura ao Romano no Alentejo do Mármore (1521-1557)*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2024, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, p. 531 (com confusão na menção a Gaspar Valente, que a fonte refere como “cristão velho” e não como “cristão novo”).



“Governadores amigos Eu El Rey uos envio muito saudar Como aquelles que amo. A causa que corre contra o Doctor Garçia Villez polla morte de Baltasar Rodriguez Sora, Vos encomendo que deis logo ordem pera se despachar. E que os Juizes se juntem todas as Vezes que for necessário até se sentençar na forma que tenho escrito, porque sou informado que esta conclusa em final E não hé justo que se detenha mais¹⁵⁸”.

O crime terá, portanto, ocorrido entre julho de 1592 e já bem antes de março de 1595. O único outro documento que localizámos sobre o assunto, apesar de exaustivas buscas, permite uma percepção parcial do episódio. Trata-se de um alvará de confirmação de um contrato passado por D. Filipe II a Álvaro Garcia de Simas, a 4 de Outubro de 1598¹⁵⁹. Nele encontramos o pai de Garcia Velez de Castelo Branco, certamente já bastante idoso (nos documentos do juiz de fora é referido que era “homem velho”), tornado tutor da neta, Luísa de Pavia, menor, em função da acusação pendente sobre o filho. A transcrição da chancelaria tem saltos de linha, não permitindo compreender totalmente o que se passou, e nem sequer a situação de Garcia, à data. A petição de Álvaro Garcia de Simas que dá origem à carta régia referia que a mulher, filhos e irmão de um certo Baltasar Rodrigues de Sora, morador em Arronches, haviam acusado Garcia Velez de Castelo Branco da morte deste, “e que se dera sentença que lhe fossem confiscados [os seus bens] e entregues aos ditos suplicantes”. Luísa de Pavia mantinha uma demanda com os queixosos sobre bens vinculados e livres que lhe vinham por outras vias que não a paterna; e havia-se chegado a um “conserto” com os referidos familiares do defunto “para que desistam de toda a ação criminal e cível que contra o dito Garcia Vilez pelo dito caso podem ter e assim fação desistência e cessão em favor da dita D. Luísa de todo o direito e aução que tiverem nos bens e montados do dito Garcia Vilez e nos usufrutos dos ditos morgados

158 Carta do rei D. Filipe I aos seus desembargadores deste reino ordenando que façam logo sentenciar a causa que corria contra o doutor Garcia Villez pela morte de Baltasar Rodrigues Serra [sic]. Madrid, 6 de Março de 1595. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Corpo Cronológico*, Parte I, mc. 113, n.º 4. O sumário do documento, posterior, escreve “Serra” e não “Sora”, por má leitura. Agradecemos a Pedro Pinto o tratamento da imagem quer permitiu a leitura integral do documento, que está manchado no lado direito.

159 ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Chancelaria de D. Filipe II*, liv. 6, fl. 49 r/v.



e legítimas da dita menor”¹⁶⁰. O registo refere ainda “muitas outras razões referidas” e uma “carta de obrigação”, bem como a recusa de fiadores em assegurar contratos à jovem sem uma autorização formal, mas nada de mais concreto. O avô pede assim ao rei uma provisão permitindo que o juiz dos órfãos de Arronches lhe desse licença para “fazer obrigação” em nome da menor, para “pagar as quantias do dito conserto”. Informa-se ainda que o documento já estava preparado pelo magistrado, e que fora enviado juntamente com a petição. O rei manda o juiz dos órfãos examinar o conteúdo, recebendo a resposta da sua conformidade, e ser “muito proveito da menor fazer-se o dito conserto”, bem como a obrigação feita pelo avô tutor, “com licença e autoridade dele juiz”. O rei acede ao pedido e confirma esse contrato, derrogando leis em contrário.

Ficamos a saber que Garcia fora considerado culpado por sentença, e que os bens tinham sido entregues à família do assassinado; não se sabe se está preso ou foragido, embora pareça estar vivo, pela forma como é referido. As circunstâncias do crime são desconhecidas, mas conseguiu-se alcançar mais alguma coisa sobre a vítima. Baltasar Rodrigues de Sora era natural de Arronches e seria certamente letrado, eventualmente magistrado. Entre 1586 e 1591 fora provedor da Fazenda no Brasil, de onde voltara acusado pela Coroa de uso indevido de fundos¹⁶¹. Além disso, fazia parte da rede familiar acima referida, dado que fora casado com uma certa Isabel Pimentel¹⁶², família à qual os Valentes estavam ligados – Gaspar Valente fora casado com uma senhora do mesmo nome¹⁶³. É provável que os Rodrigues de Sora (referidos também como apenas “Rodrigues”) não pertencessem ao núcleo duro da rede familiar, mas eram provavelmente do mesmo estrato social, e com várias ramificações, entre as quais os

160 Luísa herdara o morgado de S. Manços, em Évora por parte da mãe, certamente já falecida nesta altura, pois nunca é referida e o avô é o tutor em 1598, (FG, vol. 5, pp. [503–504]).

161 Sobre isto, veja-se MORETA PEDRAZ, S. – El fraude en la América portuguesa en el periodo de Monarquía Hispánica: la creación de la 'Junta da Fazenda do Brasil' (1612–1616). *Espacio Tiempo y Forma. Serie IV, Historia Moderna*, n.º 36 (2023), pp. 243–264.

162 Por exemplo: Carta de mercê, a Baltasar Rodrigues de Sora e Isabel Pimentel, da capela intitulada de Nossa Senhora do Rosário sita na igreja matriz da vila de Arronches instituída por Afonso Vaz e Teresa Fernandes sua mulher. 14 de Junho de 1567. ARQUIVO DISTRITAL DE PORTALEGRE – *Provedoria da comarca de Portalegre*. Tombo 6.º de capelas e morgados, fls. 286v–294v.

163 Por exemplo: Carta de escambo de um ferragial entre o Convento de Nossa Senhora da Luz e Gaspar Valente e sua mulher. 9 de Maio de 1573. ARQUIVO DISTRITAL DE PORTALEGRE – *Convento de Nossa Senhora da Luz de Arronches*, cx. 01, mc. 1, doc. 18.



Pimentel¹⁶⁴. Não lográmos localizar nenhuma Isabel Pimentel que enquadrasse neste conjunto. É certo, porém, que a própria filha de Garcia viria a casar com um Francisco de Mesquita Pimentel, comendador da Ordem de Cristo, pertencente a família oriunda de Elvas, onde aquela se sediou, depois de ter sido criada em Arronches pela tia paterna, Catarina de Simas, como expressamente refere no seu testamento de 1623¹⁶⁵.

Quanto a Garcia, terá fugido, ou viajado, para Madrid. Sabemo-lo nesta cidade através dos dados de uma procuração que lhe passam em Lisboa, a 23 de Setembro de 1598, o irmão António e a cunhada Leonor, permitindo-lhe vender um juro de cinquenta mil reais anuais que tinham no almoxarifado de Portalegre¹⁶⁶. A quantia obtida destinar-se-ia a permitir a Garcia sustentar-se em Madrid, porventura procurando alcançar o perdão régio? Não sabemos. Os apoios, porém, não ficam pela família, Um dia antes, D. Manuel de Castelo Branco obriga os seus bens, em registo notarial, a dois empréstimos a Garcia Velez, cada um até à quantia de seis mil cruzados. Fá-lo através de dois intermediários, o mercador Luís Vaz e o cavaleiro da Ordem de Cristo e fidalgo da Casa Real Francisco Rocha, ambos moradores em Lisboa; por sua vez, estes passam procurações a Paulo da Rocha de Moraes, referido como “servidor da toalha del Rei e estante em Madrid”, para que assegure a Garcia Vliez o acesso às quantias, “nos concertos que tiver feitos e ao diante fizer com a molher, filhos e irmão de Baltasar Rodrigues de Sora, que Deus tem, sobre as demandas que traziam, cíveis e crime, na forma declarada dos ditos concertos”¹⁶⁷.

164 A vulgaridade do apelido “Rodrigues” complica a identificação, e nem sempre lhe é junto o “Sora”. Mas, entre outros documentos, o testamento de uma certa Beatriz Rodrigues, de Arronches, datando de 1590, que era casada com um Gaspar Rodrigues de Sora, e deixa a capela então fundada a um “Baltasar Rodrigues”, testemunha bem da ampla rede, sendo possível que este seja o futuro assassinado (na base de dados do projeto VINCULUM: VINC006212). Deixa-se registada, para investigação futura, a grande frequência dos nomes “Baltasar”, “Belchior” e “Gaspar” neste grupo familiar, e em outros de Arronches.

165 Testamento de 19 de Dezembro de 1623, in ARQUIVO DISTRITAL DE PORTALEGRE – *Provedoria da comarca de Elvas*. Tombo 3º de capelas e morgados, fls. 434–436v: para o marido, FG, vol. 5, p. [503].

166 ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Cartório notarial de Lisboa* 15–A, lvº. 120, fl. 1–1v.

167 ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Cartório notarial de Lisboa* 2, lvº. 44, fl. 46v–47.



Face a estes dados, os últimos até agora localizados sobre o personagem¹⁶⁸, e em parte hipotéticos, podemos perguntar-nos o que sucedeu por fim a Garcia? Terá sido ilibado do(s) crime(s) ou pagou por estes? Foi favorecido pela justiça e/ou por influentes parentes e amigos? Referimos já, para além da consulta favorável do Desembargo de 30 de julho de 1591, o arrastar da sentença sobre o assassinato de Baltasar Rodrigues de Sora, que chegou a provocar, em 1595, a impaciência régia. Por outro lado, a composição alcançada em 1598 quanto aos bens da filha teve a participação do juiz dos órfãos local, que seria, com toda a probabilidade, o cunhado de Garcia, Gaspar Valente. Por fim, em Madrid parece ter gozado de liberdade, beneficiando de bens familiares e do apoio de D. Manuel de Castelo Branco. Poderá mesmo ter voltado, dados os termos do acordo alcançado em Arronches, segundo a carta de confirmação régia de outubro de 1598 acima analisada.

Indícios de que poderia ter continuado a trabalhar na *Crónica*, são as menções, no capítulo relativo ao Bispo D. Afonso de Castelo Branco, acima referidas, a obras custeadas por este prelado entre 1502 e c. 1600¹⁶⁹; ou a exclusão dos capítulos 103 e 104, a comprovar-se a teoria do contexto histórico para este facto¹⁷⁰. Neste caso, Garcia poderia estar a trabalhar para D. Manuel de Castelo Branco, a quem pertencem com grande probabilidade anotações marginais no manuscrito, e que lhe prestara o mencionado auxílio de relevo. Em Portugal ou em Madrid: sabe-se que o então já titular do condado de Vila Nova de Portimão esteve em Castela entre 1602 e 1605, como membro do Conselho de Portugal¹⁷¹.

Falecido em data desconhecida, é certo que Garcia foi enterrado na matriz de Arronches, na capela do irmão António, na verdade um pequeno panteão familiar situado do lado direito do altar mor. Estará bastante alterado, e seria interessante poder-se fazer um trabalho de recuperação como foi feito na capela de António Velez da Silveira, que adiante referiremos. A sepultura de Garcia é, no presente, uma lápide sobrelevada, na parede direita da Capela das Chagas, com os dizeres

168 Que não deve ser confundido com o sobrinho homónimo, que surge na documentação pela mesma época.

169 Cfr. supra, pp. 28–29.

170 Cfr. o capítulo “Transmissão do texto”, de Filipe Alves Moreira e Maria de Lurdes Rosa, pp. 258–259.

171 DUARTE, Fábio – *Herdar, Legar e Registar*, p. 78 ss.



Aqui iaz Alvaro Garcia / de Cimes e Dona Ioanna / de Villez sua molher e seu filho / o doutor Garcia Villez / de Castel Branco e do / na Catarina de Cimas sua filha.

Encima-a um escudo oval com elmo e timbre, esquartelado de Sá, Castelo Branco, e Avilez¹⁷². A lápide poderá ser uma tampa de ossário, dado que não se encontram vestígios de campas no chão. Na parede oposta, encontram-se um letreiro e um brasão, semelhantes em termos estilísticos, marcando a sepultura do irmão de Garcia e de sua mulher, e a propriedade da capela¹⁷³. No corredor do mesmo lado, situa-se a bela capela de António Velez da Silveira e de sua mulher Guiomar Ferreira, instituidores do morgado da Silveira¹⁷⁴, também parentes de Garcia Velez de Castelo Branco. A imponente matriz, reformada nas primeiras décadas do século XVI¹⁷⁵, configura-se assim como o local sepulcral dos Velezes, marcando anterioridade em relação aos conterrâneos sepultados no recém ereto convento de N. Senhora da Luz (1570), com o qual de resto houve conflitos de captação de devotos e sufrágios, que teve que ser sanado em 1575 por um acordo entre as duas instituições¹⁷⁶. Esta poderá, de resto, ser uma interessante pista a explorar, em investigação a desenvolver sobre as rivalidades entre redes familiares.

172 Fotografias, transcrição do letreiro e identificação das armas (assinalando dúvidas quanto ao timbre e à representação do apelido Avilez) no blogue “Solares e brasões”, mantido por Manuel Ferros – “post” de 7 de junho de 2021 <https://solaresebrasoes.blogspot.com/2021/06/igreja-matriz-de-arrronches.html>. O *Inventário artístico de Portugal* transcreve os letreiros e descreve as capelas, identificando o timbre como um leão (KEIL, Luís – *Inventário artístico de Portugal – Distrito de Portalegre*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1943, pp. 12-13).

173 “Esta capela he de António / Villez de Cimas e de Dona / Lianor de Siqueira sua molher / que a mandaram ornar e / fazer retabolo e tudo / o mais que tem a qual / fica para seus erdeiros.” <https://solaresebrasoes.blogspot.com/2021/06/igreja-matriz-de-arrronches.html>

174 O vínculo encontra-se na base de dados do projeto VINCULUM: VINC004604. Sobre a capela ver MONTEIRO, Patrícia Alexandra Rodrigues – *A Pintura Mural no Norte Alentejo (séculos XVI a XVIII) Núcleos temáticos da Serra de S. Mamede*, 2 vols. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2024, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, 2012 (vol. 1, pp. 210-211)–

175 FLOR, Pedro – O portal da igreja matriz de Arronches e a escultura do Renascimento em Portugal, in *O Largo Tempo do Renascimento – Arte, Propaganda e Poder*. Lisboa: Caleidoscópio, 2008, pp. 131-151; BILOU, Francisco – *Escultura ao Romano*, pp. 460 ss.

176 1581, Outubro 14. Compromisso de amigável composição entre a igreja matriz de Arronches e o Convento de Nossa Senhora da Luz, pelo qual dividiam entre si as missas e trintários deixados pelos defuntos sepultados no convento e rezadas na dita matriz, confirmado pelo bispo D. André de Noronha. Trelado do original datado de 28 de Abril de 1575 (ARQUIVO DISTRITAL DE PORTALEGRE – *Convento de Nossa Senhora da Luz de Arronches*, cx. 04, mç. 27, doc. 10).



Seja como for, a sua figura terá merecido alguma reabilitação. Quando, em Maio de 1643, Luis de Mesquita Pimentel, filho de Francisco de Mesquita Pimentel e de Luísa de Pavia, recebe do rei a comenda de S. Gens de Arganil, da Ordem de Cristo, com o hábito da mesma Ordem, é expressamente referido que tal se deve a ter servido de capitão-mor de Arronches e aos serviços de seu avô, o “Dr. Garcia Vilez de Castello-Branco”¹⁷⁷.

¹⁷⁷ *Inventário dos livros das portarias do Reino*, ed. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1909, vol.1, p. 70.



Imaginando os Castelo Branco: nobreza, serviço, genealogia. Uma Crónica nobiliárquica no contexto da cultura da nobreza portuguesa dos sécs. XV–XVI

Miguel Aguiar

A leitura do texto objeto deste estudo – doravante designado por *Crónica* – desperta num estudioso da nobreza e dos grupos dominantes um entusiasmo difícil de igualar. A escassez de testemunhos deste tipo que chegaram até aos nossos dias contrasta com os inúmeros exemplos, quase encantatórios, apresentados na bibliografia estrangeira. O aparecimento deste exemplar, cuja existência se conhecia, mas cujo paradeiro era há muito incerto, permite-nos aceder a um raríssimo testemunho para estudar a cultura da nobreza¹. Na verdade, a míngua de obras deste tipo não parece ser apenas o resultado de deficientes processos de preservação de espólios arquivísticos e bibliográficos. O próprio autor da *Crónica*, decerto também exaltando o carácter excecional do seu trabalho, realça o desinteresse dos portugueses por este tipo de materiais:

¹ ROSA, Maria de Lurdes; LEME, Margarida; Duarte, Fábio; CAMPOS, Miguel Ayres de – Escrita de história, memória e gestão de um grupo familiar da nobreza portuguesa, séc. XV–XVI: descoberta, recuperação e estudo de manuscritos inéditos. *PhiloBiblon*. N.º 1 (2023). (Acedido a 25 fev. de 2025). Disponível na internet: <https://update.lib.berkeley.edu/2023/02/26/philobiblon-2023-n-1-feve-reiro-escrita-de-historia-memoria-e-gestao-de-um-grupo-familiar-da-nobreza-portuguesa-sec-xv-xvi-descoberta-recuperacao-e-estudo-de-manuscritos-ineditos/>.



“os portugueses somos mais faltos que as outras nações de livros, de annais, de elogios, de epitaphios, de imagens, de letreiros, de pedras antigas e de todo outro genero de memoriais per que a notiça das cousas notaveis se conserva: que atee esas rudes e incompostas chronicas do reino que atee’guora temos (exçeuando as mui modernas) são tão breves e faltas do que convinha tratar-se, que somente parecem huns simples e nuus cathalagos ou tavoadas da conta dos tempos e da soçessão dos reis com hũa pequena lembrança das cousas e dos lugares e mui rara menção dos nomes e linhagens dos que as fizerão (...) Pois nas familias dos fidalguos de Portugal polla maior parte ha e ouve sempre tão pouca coriosidade nesta materia, que ainda das cousas propias, se oje os escritores modernos querem ampliar o que dellas nas chronicas se aponta, nem na memoria dos vivos nem nos papeis dos mortos achão a ajuda que se requiere de verdadeiras e copiosas imformações”².

A *Crónica* é dirigida a D. Duarte de Castelo Branco, conde de Sabugal e senhor de várias terras no reino de Portugal, meirinho-mor, vedor da Fazenda, membro do Conselho de Estado e, à época, a mais destacada figura da linhagem. O texto também fará parte de um projeto mais alargado para reclamar este estatuto, com todas as vantagens – patrimoniais, simbólicas e de poder – que lhe estavam associadas. Trata-se da história de um grupo de parentesco, das suas origens algo incertas até ao final do século XVI, seguindo as linhas de descendência masculinas e continuadoras do apelido Castelo Branco, marca identitária e agregadora. No prólogo são enunciados objetivos práticos, didáticos e morais, comuns neste tipo de obras, como a importância de “saberem distintamente os fidalguos todos desta linhagem os parentescos que entre si tem, e com os mais doutras famillias e apellidos con que estão liados”. Depois, e a partir de uma estrutura narrativa que combina o modelo genealógico próprio dos livros de linhagens com “digressões” de modo a evitar “o fastio que comummente gerão os livros de linhagens”, e com a vantagem suplementar de permitir encaixar os Castelo Branco nos grandes eventos do seu tempo, pretende-se infundir nos leitores – e desde logo nos membros da linhagem – uma inspiração pelos exemplos dos antepassados. Segundo esta conceção,

2 Prólogo, fls. 11v-12. Doravante faremos as citações remetendo para os capítulos da obra.



mais do que a “propagação de generoso sangue”, a nobreza era também “hũa certa grandeza d’ânimo e hũa particular disposição pera bem obrar”, a qual se alimentava pelo conhecimento das façanhas dos antepassados e pelo desejo de lhes seguir as pisadas.

Mercê de um vasto e complexo labor de investigação, foi possível identificar o autor, fornecendo uma leitura contextual mais fundamentada da obra³. Garcia Velez de Castelo Branco era descendente de um ramo lateral da linhagem. Estudou e foi professor em Coimbra, foi próximo do bispo D. Afonso de Castelo Branco (a quem, como adiante se verá, a *Crónica* dedica vários capítulos) e, ainda, funcionário régio. Os referenciais nobiliárquicos que estruturam o texto, para além de resultantes de uma hegemonia destas representações culturais convertidas em horizonte de progressão e consolidação social na Península Ibérica dos séculos XVI–XVII, resultariam, também, de um contexto familiar: no caso, o de uma pequena nobreza de âmbito local, com ligações de parentesco mais ou menos difusas a grupos de maior destaque. Este panorama, que identifica o autor com uma cultura nobiliárquica por virtude de nascimento e criação, é completado por uma cultura mais abrangente, decerto construída através dos estudos e ocupações ‘profissionais’ de Garcia. Ela fica patente pelo vastíssimo repertório de materiais coligidos, bastas vezes citado, confrontando opiniões discordantes ao longo da narrativa:

- Livros de linhagens, começando pelo célebre conde D. Pedro, cuja inspiração e propósitos para coligir obras deste tipo são enunciados no prólogo e no epílogo da *Crónica*, contemplando também o “moderno” livro da Torre do Tombo e o livro de António de Lima;
- Materiais genealógicos como a “arvore antiga desta linhagem que se acha em poder de dom Manoel de Castelbranco, herdeiro da casa de Villa Nova e morguado da Povia”;
- Crónicas e outras obras historiográficas sobre os reinos ibéricos;
- As *Décadas* de João de Barros e outros escritos sobre a Índia;
- Um conjunto documental reunido a partir dos arquivos da Coroa e dos cartórios das Casas dos senhores de Vila Nova de Portimão e do

³ Remetemos para o texto, incluído neste volume, de Maria de Lurdes Rosa, Margarida Leme, Fábio Duarte e Pedro Pinto, pp. 23–70.



conde de Sabugal, entre provisões, cartas de ofício, alvarás, testamentos e contratos de casamento;

- “Memórias de pessoas curiosas” e outras informações escritas ou transmitidas oralmente, mas sempre “dinas de fee”;
- Uma extensa lista formada por teólogos, historiadores “antiguos”, poetas e humanistas, de S. Tomás de Aquino a Cícero, do *Cancioneiro Geral* aos *Lusíadas* e ao *Palmeirim*.

O objetivo do presente artigo é fornecer uma proposta de leitura da *Crónica* através de um modelo mais abrangente, forjado com o intuito de compreender de forma articulada as dinâmicas culturais e materiais que constituíram o poder da nobreza portuguesa dos séculos XV e XVI. A importância desta compreensão transcende a nobreza em si mesma, inserindo-se em relações com outros grupos sociais, com estruturas de poder e processos sociais mais complexos. O itinerário sugerido passa, em primeiro lugar, por apresentar aspetos estruturais da obra, concernentes à sua organização e às matérias dos capítulos. Em seguida, apresentaremos um modelo de compreensão da cultura da nobreza assente em três pilares articulados entre si – *servir, lembrar, mandar* –, que servirá como proposta de grelha de leitura da *Crónica*.

1. A estrutura da obra: entre a genealogia e os exempla, a linhagem e o parentesco

Genealogia e exempla

A obra é composta pela *tavoada* das linhagens aliadas por casamento com os Castelo Branco e pela *tavoada* dos capítulos, seguidas do prólogo dirigido a D. Duarte de Castelo Branco, de um conjunto de “advertências ao leitor” com questões de método, pela lista de autores e documentos utilizados para construir o texto e pela lista de teólogos, historiadores antigos, poetas e humanistas que são referidos ao longo da *Crónica*. Seguem-se 114 capítulos, finalizando com “anotações e adições” ao conteúdo dos



mesmos ao longo de 17 fólhos⁴. No prólogo são enunciados os objetivos da obra, e tecem-se algumas considerações sobre a condição nobiliárquica. Os primeiros dois capítulos são dedicados à origem do apelido e das armas dos Castelo Branco. Seguem-se sete capítulos sobre as primeiras personagens recenseadas pelo autor a usar o apelido, apesar da dificuldade em ligá-las aos diversos ramos da linhagem. Neles figuram indivíduos presentes em momentos emblemáticos da história do reino, como Rui Gonçalves de Castelo Branco, presente na batalha do Salado.

A narrativa genealógica arranca de forma consistente e entroncando as várias gerações no capítulo doze, no qual se apresenta a descendência de Gonçalo Vaz de Castelo Branco, senhor da honra de Sobrado. Os seus filhos participaram na armada que conquistou Ceuta, concordando o autor com as informações que constavam da árvore genealógica de Manuel de Castelo Branco e de Damião de Góis “que fez o livro moderno das linhagens que estaa na Torre do Tombo”, e contestando a opinião de António de Lima. Os descendentes daquele senhor iniciaram fulgurantes carreiras ao serviço dos reis de Portugal, contando-se as suas histórias de vida, casamentos e descendências, adquirindo particular destaque Nuno Vaz de Castelo Branco, fundador do morgado dos Castelo Branco em Santa Iria da Azóia (cap. 14). E, em casos como os de Lopo Vaz de Castelo Branco, o Torrão, disputa-se a memória que sobre ele se construiu, não sem críticas ao rei D. João II e ao “ódio particular” por que era por vezes movido (caps. 18–21), seguindo a descendência deste senhor até à altura em que a *Crónica* foi escrita (cap. 22–37), com vários capítulos em que se destaca a participação de membros da linhagem em teatros de guerra como Azamor (cap. 25) e a Índia (cap. 31–33, 35), dando oportunidade ao autor para discorrer sobre os benefícios das guerras em África e dos grandes males que sobrevieram ao reino depois de D. João III ter decidido abandonar algumas das praças marroquinas (cap. 26).

Um destaque enorme é conferido a Gonçalo Vaz de Castelo Branco e ao seu filho primogénito, uma vez que desta linha viriam a originar-se os ramos

4 Na *tavoada* são elencados 116 capítulos. No entanto, estão em falta neste manuscrito os capítulos 103, 104. Nos anexos da presente edição são acrescentados resumos destes capítulos a partir de um manuscrito posterior e pertencente à Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães (cfr. Introdução de Filipe Alves Moreira e Maria de Lurdes Rosa, pp. 249–268).



mais destacados e poderosos dos Castelo Branco⁵, chegando até ao conde de Sabugal. Ambos concentram quase um terço dos capítulos da obra: a vida de Gonçalo Vaz de Castelo Branco é contada entre os capítulos 38–56, e a de D. Martinho de Castelo Branco entre os capítulos 64 e 85. Apresentam-se extensos relatos dos inúmeros serviços guerreiros, marcando presença nos principais campos de batalha na Península Ibérica e no Norte de África; mostra-se como foram presença efetiva na corte e nas estruturas administrativas e judiciais da coroa, com grande *priva*ncia com os reis e com um perfil comportamental ilustrado, piedoso e cortês; e descrevem-se os vastos patrimónios que em si concentraram, e as honras que receberam. Segue-se a descendência destes senhores passando por D. Francisco de Castelo Branco, menos afortunado, e chegando até D. Martinho, morto em Alcácer Quibir (cap. 97). Destacando, no conjunto final, capítulos sobre personagens de grande relevo, contemporâneos do autor da *Crónica* e seus conhecidos: D. Afonso de Castelo Branco, bispo de Coimbra e conde de Arganil (cap. 106), e D. Duarte de Castelo Branco, conde de Sabugal, a quem a obra é dirigida, relatando os seus ofícios e honras, património, casamento e descendência. (caps. 112–114). Finalmente, a narrativa termina com capítulos dedicados ao resumo dos principais palcos de guerra em que membros da linhagem haviam tomado parte, e enunciando as suas capelas e lugares de sepultura. Neste ponto, de resto, invocando a autoridade do exemplo do nobiliário do conde D. Pedro de Barcelos, reforçando a utilidade dos livros de linhagens não só para conhecer os parentescos, mas também para se saber a que mosteiros e igrejas estavam os senhores ligados⁶.

As mulheres na construção genealógica nobre: entre a linhagem e o parentesco

Deste breve resumo certamente terá ressaltado a ausência das mulheres. O protagonismo na história que se traça das linhagens nobres pertence aos seus homens, senhores e guerreiros, desde os seus fundadores em

5 Sobre este grupo considere-se DUARTE, Fábio – *Herdar, Legar e Registrar: o arquivo e o Tombo e Cartório da Casa de Vila Nova de Portimão*; sob a orientação de Maria de Lurdes Rosa e Pedro Cardim. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2022. Dissertação de Mestrado em História.

6 “E porque hũa das sete causas e utilidades prinçipaes que o conde dom Pedro, filho d’el-rei dom Dinis, no prologo que fez ao seu livro das linhagens, que he o antigo que ha na Torre do Tombo, aponta que se seguem da composição de tais livros he saberem-se por elles os moesteriros e lugares pios que os antepassados fundarão ou dotarão”.



centúrias mais longínquas até grandes senhores dos séculos XV e XVI. Praticamente até ao último terço, a estrutura da narrativa genealógica segue essencialmente as linhas masculinas, limitando-se a referir os casamentos das mulheres⁷. Pelo meio, dá-se destaque, por exemplo, a D. Maria, filha de D. João de Castelo Branco, por dela procederem os Cabrais de Belmonte (cap. 27). E a Beatriz Valente, primeira mulher de Gonçalo Vaz de Castelo Branco, por via de quem entra na linhagem o grande morgadio da Póvoa, enaltecendo a qualidade da linhagem desta senhora, relatando as suas origens e grandes feitos com base no nobiliário do conde D. Pedro de Barcelos e na *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes (cap. 56). Apenas na geração dos descendentes de D. Martinho de Castelo Branco, conde de Vila Nova de Portimão, se procede à escrita de capítulos específicos para as filhas (caps. 87-92), explanando os casamentos e descendências. Nas gerações mais recentes e próximas do autor da *Crónica*, e até por permitirem entroncar os Castelo Branco com outras linhagens e personagens de grande destaque, passa-se a elencar com maior detalhe as mulheres, os casamentos e descendências até ao final do século XVI, ainda que de forma mais telegráfica face às linhas masculinas. E são igualmente enunciados os conventos em que professaram, ressaltando ilustres cenóbios como Chelas e os conventos da Rosa e da Esperança, em Lisboa.

O autor não deixa de apresentar justificações para estas opções, aliás canónicas neste género de escritos. No capítulo sobre Beatriz Valente, filha de D. Martinho de Castelo Branco, explica que vai discorrer primeiro sobre as filhas e depois sobre os filhos para a partir destes dar continuidade às linhas de descendência com que acabaria o livro “como de pessoas propias e príncipaes desta linhagem e não nos descendentes per linha feminina, que mais diretamente são das famílias de seus pais” (cap. 87). Apesar de uma construção linhagística assente na transmissão do apelido e na primazia da transmissão do poder e das virtudes carismáticas em que ele assentava, essencialmente masculinas e patriarcais – a guerra, a corte, o serviço aos reis –, essa construção não anulava, porém, uma visão sobre as relações de parentesco mais abrangente.

7 BULTRACH-JELÍN, Carolina – The Visibility of Early Modern Castilian Noblewomen in Genealogical Narratives: Bilateral Kinship and its Memory Within a Patrilineal Society. *Early Modern Women: An Interdisciplinary Journal*. Vol. 6 (2011), p. 173-179.



O parentesco, sistema de relações consanguíneas e por aliança⁸, tinha um alcance mais vasto, destacado de várias formas pelo autor. Desde logo na *tavoad* das linhagens aliadas aos Castelo Branco, colocada no início do manuscrito, mas também justificada no curso da exposição. Quando trata da descendência de Gonçalo Vaz de Castelo Branco, o autor diz que enunciará as linhas de descendências todas até ao seu tempo porque

“hum dos principais efeitos deste sumario he saberem-se por elle distintamente os parentescos que os desta linhagem se tem, assi os que conservão o apelido de Castelbranco como os que della desçendem per linha feminina e se chamão de outros apellidos, porque pera con todos e entre todos há obrigações e respeitos dinos de saber e necessários de cumprir quando as ocasiões disso se oferecerem, como no prologo fica dito. E esta salva e rezão de descargua fique daqui entemdida pera com ela se non aver por desnecessaria neste summario a relação largua que em muitos luguares delle atras e adiante se veraa das desçendências de fidalguos de outro apellido e linhagens que per algũa via são parentes e conjuntos a esta” (cap. 57).

Ou seja, as relações de parentesco configuravam um conjunto de vínculos entretecidos em torno dos principais espaços de poder, base para a unidade do grupo aristocrático. Uma base sobre a qual se recortavam as relações em que se definiam as linhagens, de forma variável e através de vários dispositivos de poder e simbólicos, não raras vezes enunciados pelo autor: os apelidos, as armas, os senhorios, os morgados e capelas. A densidade das relações é um ponto enfatizado pelo autor de modo a colocar a linhagem no núcleo dos grupos de poder: a “propogação do sangue e liança com as demais famílias ilustres” dos Castelo Branco foi tão grande que quase não havia linhagem principal do reino que a ela não estivesse ligada (cap. 115). Proximidade e densidade de relações seriam indutoras de união, de certo modo decalcando, uma vez mais, o célebre prólogo do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. No livro do conde, o parentesco de sangue é apresentado como uma predisposição de *natura* para o amor

8 A *Crónica* não oferece informações sobre relações de parentesco batismal, outro dos componentes essenciais do sistema de parentesco das sociedades católicas.



e amizade que deveria unir os fidalgos da Espanha⁹. Na *Crónica*, são as “obrigações e respeitos” que unem as pessoas aparentadas.

Ambas as formulações são tributárias de uma visão acerca das relações de parentesco que faz equivaler a proximidade a uma natural propensão que esta gera para o amor e para a unidade entre os seres humanos. Visões elaboradas a partir de um mito fundador do casal original e sistematizadas pelos escritos dos Pais da Igreja, pela teologia e pelo direito canónico, num mundo em que a cosmologia cristã, longe de se apresentar enquanto visão ‘religiosa’ e, segundo as nossas próprias concepções do termo, individual e opcional, funcionava como uma inescapável chave de leitura do mundo e dos seus sentidos. Essa lógica de proximidade e de amor, no sentido cristão e caritativo do termo, é abundantemente enunciada no texto para descrever relações entre pessoas, parentes ou não. Está-lhe subjacente a crença no potencial decisivo para construir uma cidade terrestre coesa pela densidade dos laços que ligavam os seres humanos entre si, e em que o casamento, detendo o parentesco “na sua fuga” (tal como escrevia Santo Agostinho, autoridade central para teólogos e canonistas nestas matérias¹⁰), permitia reconstruir permanentemente as relações.

Este conjunto de aspetos afigura-se-nos determinante para enquadrar a visão sobre o parentesco implícita na *Crónica*, e que não pode ficar reduzida à aristocrática concepção da linhagem enquanto construção de poder encabeçada pelos homens¹¹. Por conseguinte, o parentesco era uma rede de relações mais alargada, funcionando como uma estrutura de base, um conjunto de células ligadas entre si determinantes para enquadrar o funcionamento da ordem social, e sobre a qual se construíam as linhagens.

9 FERREIRA, Maria do Rosário – “Amor e amizade antre os nobres fidalgos da Espanha”. Aparentamentos sobre o prólogo do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. *Cahiers d'études hispaniques médiévales*. 35 (2012), p. 93-122.

10 AGOSTINHO, Santo – *A Cidade de Deus*. Trad. de J. Dias Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017, vol. II, liv. XV, cap. XVI.

11 Parece-nos útil realçar a proposta de J. Morsel quanto a este tema, não reduzindo as concepções de parentesco aristocráticas às definições de linhagem. Por essa razão o autor insiste em definir a linhagem como uma construção “pseudo-parental”, moldando-a a partir de um conjunto de relações mais vasto dada a natureza cognática do sistema de parentesco: MORSEL, Joseph – *L'aristocratie médiévale. La domination sociale en Occident (V^e-XV^e siècle)*. Paris: Armand Colin, 2004, p. 290-291.



Simultaneamente, essa estrutura mais alargada permitia ativamente construir a consciência da distinção gerada pela pertença a um escol superior, pela delimitação de um universo social distinto, repleto de parentes ancestrais e vivos, com as quais se partilhavam apelidos e símbolos, mas que também ostentavam outros ilustres nomes e armas. As mulheres não são apresentadas como peças liderantes de grupos linhagísticos, primordialmente encabeçados por homens, mas desempenham um papel essencial no entretecimento de relações sólidas entre os grupos de poder, alianças através das quais circulavam bens e se selavam obrigações, como o autor não deixa de destacar ao longo da *Crónica*.

2. Servir, lembrar, mandar. Uma proposta de leitura da *Crónica* através dos pilares da cultura da nobreza

Por definição, os historiadores trabalham com estilhaços de mundos desaparecidos. Dentro da enorme massa documental que, ainda assim, sobreviveu para as centúrias sobre as quais a narrativa da *Crónica* se debruça, avultam fontes de natureza patrimonial. Os direitos sobre a terra e os homens e os seus rendimentos, estruturados a partir de entidades através das quais essas prerrogativas se exerciam e conservavam – a Coroa, instituições eclesiais e uma miríade de entidades corporativas, entre as quais os morgadios e as capelas – tornaram-se o grande eixo produtor e conservador de documentação ao longo dos séculos, ocupando vastos quilómetros dos arquivos nacionais, ainda largamente por explorar. Reconstituir concepções, sistemas de representações e, em suma, dispositivos culturais de um mundo desaparecido, implica com frequência a utilização de informação recolhida a partir de testemunhos de natureza diferenciada, religando-os e procurando, num esforço abstrato, ordená-los em função da lógica com que funcionariam. Testemunhos como a *Crónica* que temos em mãos constituem objetos excepcionais, com as quais os historiadores que passaram anos num labor de reconstrução de sentidos veem aparecer perante os seus olhos um mundo que intuía existir e personagens que sabiam ter interagido, permitindo, de certo modo, encaixar muitas peças. A excepcionalidade do testemunho – depois de um primeiro efeito encantatório, e submetendo-o a uma leitura crítica com lentes historiográficas



e antropológicas – reside no modo como reúne muitas peças do sistema cultural da nobreza portuguesa desta cronologia, permitindo que, simultaneamente, se faça nova luz sobre os conhecimentos adquiridos, se aprofundem análises e se lancem novas questões.

Mas o que queremos dizer com ‘cultura da nobreza’¹²? Quais são os seus pilares e como podem estes servir como grelha de leitura da *Crónica*? Usamos o conceito de cultura num sentido alargado, reconhecendo que, em cada sistema social, e certamente com variantes dentro do mesmo, existe um conjunto articulado de crenças, conceções e representações, vertidas em e alimentadas por práticas, símbolos e objetos, formando um sistema partilhado, inculcado e reproduzido entre as gerações¹³. O seu alcance é vasto e, no caso da sociedade com que estamos a lidar, significa também uma inserção num plano mais lato, cruzando-se com representações sobre a origem do mundo e o seu devir, organizados e nutridos por mitos fundadores cristãos e pela versão dos mesmos largamente imposta pela Igreja, e valorizadores da tradição. Visões que em grande medida justificavam a ordem ‘naturalmente’ estratificada do corpo social, abertamente proclamada e elogiada ao longo da *Crónica*. A narrativa surge encapsulada por referenciais nobiliárquicos, por um discurso filtrado pela *honra* enquanto valor e idioma cultural¹⁴, e expresso através de uma simbologia cavaleiresca persistente bem além dos tempos ditos medievais.

12 Retomamos aqui, com aplicação prática, a proposta que fizemos recentemente: AGUIAR, Miguel – *E por Deus e por el-rei que grande volta que eu dei*. Servir, lembrar, mandar: a cultura da nobreza portuguesa (sécs. XV–XVI). Texto a publicar num livro coletivo a propósito do quinto centenário da morte de Vasco da Gama.

13 A inspiração para esta visão vem de autores como M. Godelier, sugerindo a imbricação entre ideal e material na produção de uma ordem social estável: GODELIER, Maurice – *L'idéal et le matériel. Pensée, économies, sociétés*. Paris: Fayard, 1984. As críticas dirigidas a funcionalistas e estruturalistas – nomeadamente pela tendência de ver os sistemas sociais de forma monolítica, ignorando dinâmicas de transformação, formas de agência individual e coletiva e, até, modos de resistência a modelos dominantes – não conduziu necessariamente à elaboração de quadros de análise mais profícuos. Outros autores, porém, inspirados nas propostas de ‘História Global’ formularam caminhos interessantes sobre a noção de cultura que conciliam identidades e formas específicas de ver e organizar o mundo, suficientemente estáveis em cada sistema social para que eficazmente funcionem, com uma abertura com maior ou menor permeabilidade e velocidade de transformação em face dos contactos entre diferentes culturas. Considere-se, a título de exemplo, o recente livro de PUCHNER, Martin – *Cultura. Uma Nova História do Mundo*. Trad. de Mário Dias Correia. Lisboa: Temas e Debates, 2024.

14 AGUIAR, Miguel – A honra: entre idioma cultural e estruturação social. O caso da aristocracia portuguesa no século XV. In *Propter honorem: Vocabulario y práctica de la honorabilidad en el mundo ibérico entre Edad Media y Edad Moderna*. Eds: Jorge Fernández-Santos Ortiz-Iribas, Vera Cruz Miranda Menacho, María Teresa Martialay Sacritán. Madrid: Editorial Dykinson, no prelo.



A nossa proposta é que a cultura da nobreza estava assente em três pilares que se interrelacionavam, inscrevendo-se em estruturas e representações fundamentais desta sociedade, e agindo sobre várias esferas. O *serviço*, e a representação de atos em tais termos, é uma ideia que perpassa muita da documentação da época, inscrevendo-se num modelo relacional forjado a partir do paradigma divino, mas que irriga todo o tecido social. *Servir* – neste texto, sobretudo servir o rei – permite alcançar recompensas, riquezas, primazia e legitimidade social. *Lembrar* tem implícito lembrar as almas dos parentes, numa economia da salvação sempre ativa, mas também construir, através do passado, cadeias de parentes e listas de serviços legitimadoras de posições sociais. Finalmente, *mandar*, através da fortuna, da posse de terras e das relações com vassalos e criados, permitia alcançar as formas verdadeiramente concretas de poder, pensadas através de lógicas paternalistas eivadas de autoridade e responsabilidade. Vejamos de que modo cada um destes pilares se manifesta na *Crónica*.

Servir

Servir o senhor rei. Este é um dos motivos fundamentais que perpassam pela *Crónica*. O paradigma deste modelo vê-se exemplarmente personificado nas duas figuras centrais, nas quais se concentram cerca de um terço dos capítulos: Gonçalo Vaz de Castelo Branco e o filho primogénito Martinho. Figuras modelares, com uma vida de serviço a vários monarcas em diferentes esferas, complementares e todas marcadoras da distinção nobiliárquica: na guerra, na corte, na proximidade aos reis e na representação dos mesmos fora do reino; em serviços desinteressados, mas recompensados por monarcas justos; pela liberalidade e cortesia com que se relacionam com os demais senhores. Na mundividência que enforma a *Crónica*, este paradigma do serviço é essencialmente masculino, e expressa-se numa competitiva arena social aristocrática, de disputa de honras e primazias.

O espetro da cavalaria, com os seus valores e rituais, encapsulando a procura da honra e um modo de “ascetismo secular”¹⁵, surge como uma

15 Ideia de KAEUPER, Richard W – *Holly Warriors. The Religious Ideology of Chivalry*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2009.



constante na narrativa. Para mais quando o serviço pelas armas configurava, numa gama de textos englobando peças jurídicas e tratados nobiliárquicos, a marca identitária da nobreza no ordenamento da república cristã¹⁶. Os membros da linhagem são armados cavaleiros em decisivos campos de batalha. Rui Vaz de Castelo Branco, alcaide-mor de Almeida, recebeu a investidura das mãos de D. João I em Aljubarrota (cap. 6); Nuno Vaz de Castelo Branco foi armado cavaleiro pelo infante D. Duarte em Ceuta, depois da pomposa cerimónia em que D. João I havia investido os seus filhos (cap. 14)¹⁷. E o epíteto de “esforçado cavaleiro” – com que se topa nas fontes portuguesas pelo menos desde o século XIV – seguirá sendo aplicado para descrever personagens da linhagem dos Castelo Branco: como D. João de Castelo Branco, O Braço de Ferro, presente na conquista de Azamor (cap. 25), ou Nuno de Castelo Branco, com um histórico de serviços na Índia, onde foi morto (cap. 35). Nalguns casos, o tópico das “feridas dos guerreiros” será graficamente invocado¹⁸, marca por demais clara do estremado serviço aos reis. Assim se fala, por exemplo, de Matias de Albuquerque, neto do conde D. Martinho de Castelo Branco por via de sua filha D. Camila, que regressara em 1587 da Índia sem uma mão e “com muitos sinais de grandes e honrrosas feridas na cabeça e corpo, verdadeiras mostras do preço de seus grandes e assinados serviços” (cap. 89).

O serviço régio no campo de batalha e na corte foram, com efeito, marcas distintivas da linhagem. Menos cópia de homens forneceu à Igreja. Todavia, segundo o autor, com não menos louvor, honrando a família por ter homens em todos os estados. Estas considerações são feitas no capítulo de dedicado a D. João de Castelo Branco, filho de D. Afonso de Castelo Branco, meirinho-mor, e irmão do conde de Sabugal (cap. 109): adquirira pela religião virtude equivalente à que os irmãos haviam alcançado nas armas e na corte. Depois de estudar artes e teologia na universidade de

16 AGUIAR, Miguel – *Cavaleiros e cavalaria: ideologia, práticas e rituais aristocráticos em Portugal nos séculos XIV e XV*. Porto: Teodolito, 2018, p. 27–67.

17 “E pois aqui cahio fallar desta materia de armar cavalleiro, quem quiser ver as serimonias della e as obrigações de quem entra nesta ordem lea, alem dos autores antigos e dos modernos fabulosos, a Damião de Goes no sumario da chronica do príncipe dom João, capitulo 27, onde trata da solenidade com que el-rei dom Afonso o 5º, na tomada de Arzilla, armou o dito príncipe seu filho”. Sobre a importância da cerimónia de investidura cavaleiresca para a coesão dos estratos aristocráticos veja-se AGUIAR, Miguel – *Cavaleiros e cavalaria...*, p. 104–113.

18 Sobre este tema veja-se ROSA, Maria de Lurdes – *Longas guerras, longos sonhos africanos. Da tomada de Ceuta ao fim do Império*. Porto: Fio da Palavra, 2010, p. 109–125.



Coimbra, recolhera ao colégio de São Paulo para depois passar a outro “de mais estreita vida”. Finalmente, tornara-se frade descalço no mosteiro de Santo António de Coimbra, merecendo elogios pela sua vida ascética. Outros personagens merecem destaque pela vida eclesial, alcandorando-os, de resto, a posições de elevadíssimo destaque, como sucedeu com D. João de Castelo Branco, filho de Gonçalo Vaz: foi enviado para estudar em Itália onde fez amizade com João de Médici, futuro papa Leão X. Marcador de prestígio suficiente para o autor copiar na *Crónica* duas cartas do insigne eclesiástico florentino a D. Martinho de Castelo Branco, nas quais recordava o seu irmão, falecido em Roma na qualidade de embaixador do rei D. Manuel quando, ao que tudo indica, havia sido confirmado bispo de Lamego¹⁹ (cap. 59).

Para as personagens centrais da linhagem dos Castelo Branco, o serviço das armas não foi de modo algum exclusão do serviço nos órgãos de governo, justiça e administração, exigindo preparação intelectual e técnica, confiança do monarca e mesmo grande desgaste pessoal. Antes, tais serviços andaram de mãos dadas com a guerra. Vedor da Fazenda, Gonçalo Vaz participa na armada que conquista Arzila em 1471 e, antes de partir, detalha os planos para todos os filhos, incluindo a já prometida transmissão do ofício de vedor da Fazenda para o primogénito Martinho, e a possibilidade de alguém servir por ele enquanto aprendia²⁰. Ofício de grande gravidade, “nervo do reino”, em que D. Martinho serviu por 17 anos – a julgar por uma “carta de agravos” de seu filho D. Francisco de Castelo Branco dirigida a D. João III, assaz citada pelo autor da *Crónica* – e à qual o autor credita uma teorização elaborada por D. Martinho, defendendo grandes despesas nas “coisas da honra” e, em “despesa e merces ordinarias”, pelo contrário, “muita ordem e advertência grande em fugir da prodigalidade, inimiga capital do bem comum do rei e reino” (cap. 69).

¹⁹ O autor afirma que a informação quanto à eleição para a cátedra episcopal provém da árvore genealógica de D. Manuel de Castelo Branco e do livro de linhagens de António de Lima.

²⁰ Testamento publicado em AGUIAR, Miguel – *Aristocracia, parentesco e reprodução social em Portugal no final da Idade Média*; sob a orientação de José Augusto de Sottomayor-Pizarro e Joseph Morsel. Porto/Paris: Universidade do Porto / Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 2021. Tese de Doutoramento em História. Vol. 2, p. 100–113.



O serviço ao rei e aos seus parentes começava de tenra idade, inserindo os senhores e damas da linhagem no ambiente cortesão, onde se criavam, aprendiam e cultivavam a proximidade a estas figuras. De D. Martinho de Castelo Branco se diz que fora criado no paço “escola e berço onde quasi se criaram todos os principais desta linhagem” (cap. 65). A sua irmã D. Maria de Noronha viera para a corte com três anos de idade “onde tinha tias e parenta debaixo de cujo cuidado estaria” (cap. 92). O conde de Sabugal, retratado pelo autor como o sumário das virtudes de seus avós, começara a servir o rei D. João III como pajem aos doze anos de idade (cap. 112). A historiografia tem demonstrado como a corte se tornara há muito, e cada vez mais, um espaço social decisivo na formação das hierarquias deste estratificado corpo social²¹. Foco de polarização das alianças matrimoniais²², a disputa pelo exercício de ofícios técnicos e centrais no funcionamento da coroa, mas também de proximidade ao rei para servi-lo na sua esfera de ‘intimidade’, gerava disputas por primazias e precedências. Despeitado, D. Francisco de Castelo Branco, filho do conde D. Martinho, queixa-se da falta de oportunidade para servir o rei “a sós” na sua qualidade de camareiro-mor, sempre importunado pela presença de outras pessoas quando só a ele cabia “o trabalho do vestir e despir” o rei (cap. 95). A confiança e a proximidade geradas, pelos bons serviços e pela afeição pessoal – ou, nos termos da época, pela *privaça* com o rei – não deixam de ser motivo de reflexão por parte do autor: “não ha mais periguooso vidro cristalino que a graça dos príncipes, nem vento que a tantas partes se mude”. Excepcional foi o caso de D. Martinho, privado de quatro monarcas, “a quem a fortuna con todas as voltas de sua movivel roda nunca se pôde derribar” (cap. 84).

A frequência do espaço curial, pela aquisição de saberes e de uma disposição cortesã – como aquela que é atribuída a Francisco de Castelo Branco, “grande justador, e por escrito e palavra bem fallado em todas as festas,

21 GOMES, Rita Costa – *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995. PEREIRA, João Cordeiro – A estrutura social e o seu devir. In: *Portugal: do renascimento à crise dinástica*. Coord. João José Alves Dias, *Nova História de Portugal*, vol. 5. Lisboa: Editorial Presença, 1998, p. 277-336

22 O estudo sistemático de alianças matrimoniais de grupos curiais entre o final do séc. XIV e o séc. XVI fez ressaltar a partilha da presença no espaço social da corte régia como fator predominante: AGUIAR, Miguel – Why Marriage Mattered? Marriage and Social Reproduction – the Case of Late Medieval Portuguese Aristocracy (1380-1530). *Edad Media. Revista de Historia*. 23 (2022). (Acedido a 25 fev. 2025). Disponível na Internet: <https://doi.org/10.24197/em.23.2022.153-185>.



torneos, justas e canas que ouve em seu tempo” (cap. 94) – qualificam os senhores dos Castelo Branco para tomar parte em eventos tão significativos como o recebimento de princesas ou o acompanhamento de infantas para Castela (como D. Joana e D. Maria, caps. 68 e 94). Ou na liderança de magníficas embaixadas, como aquela enviada para acompanhar a infanta D. Beatriz a Saboia, encabeçada por D. Martinho de Castelo Branco, e objeto de vários capítulos recheados de descrições de festas, justas e torneios, reflexos da cultura cavaleiresca e cortesã nas relações entre poderes (cap. 75-77).

Constata-se o lugar central que o serviço, expresso de diversas formas, adquire no perfil dos Castelo Branco que a *Crónica* almeja traçar, e no destaque que buscam reclamar na esfera das linhagens da nobreza portuguesa. O quadro fica completo com as referências aos pródigos gastos feitos servindo os reis. Gastos na guerra e nas embaixadas – como os “gastos excessivos” feitos pelo arcebispo de Lisboa e pelo conde D. Martinho na embaixada de Saboia (cap. 75), ou a “mui excessiva despeza e gastos” feitos por D. Martinho na malograda armada de Alcácer Quibir (cap. 97) – prefigurando um uso liberal da fortuna que amealham e, nestes termos, virtuosamente administram. E, sobretudo, com as espirituais despesas nas obras de capelas e jazigos, como os setecentos cruzados empregues por D. Francisco de Castelo Branco na reconstrução da capela-mor na igreja de S. Martinho de Lisboa, para sua sepultura e de seus avós, “maior e melhor ornada e de abobada, e que avia de poer nella hum retabolo que lhe oje vemos com as armas dos Castelbranco”. Senhor que também havia fundado uma ermida dedicada a Nossa Senhora da Piedade no morgado da Póvoa, deixando um encargo de missa quotidiana por ele e pelas almas dos possuidores do morgado (cap. 96). Perpétuas obrigações de missas e sufrágios em copioso número, em diversas igrejas e mosteiros do reino, via principal do “desperdício sacro”²³ reconfigurador da fortuna, e que, lembra o autor, não isento de “vã glória”, tinha, porém, a virtude de beneficiar as almas “per que tãobem o culto divino se acreçenta” (cap. 116).

23 Baseamo-nos na proposta de ROSA, Maria de Lurdes – Servir, fundar, perpetuar. O panteão dos Gama no Convento de Nossa Senhora das Relíquias da Vidigueira. Texto a publicar num livro coletivo a propósito do quinto centenário da morte de Vasco da Gama.



Lembrar

A *Crónica* corporiza a “sombra dos antepassados”, tornando-a bem presente: cria a sua memória e destaca-a, mobilizando argumentos em favor da valia dos Castelo Branco, do prestígio de que gozavam e da posição primeira a que, legitimamente, se alcandoravam. O tempo era, nesta sociedade de tradição, um argumento em si mesmo²⁴. Assinalar a sua profundidade incrementava o lustre da linhagem e, por isso, a narrativa está pejada de referências temporais tão extensas quanto séculos antes do momento em que foi acabada. Profundidade em que a história dos Castelo Branco se confundia, em grande medida, com a história do reino de Portugal.

A antiguidade e a história das origens constituem o primeiro ponto a assinalar nesta construção ativa da memória, assente em específicas configurações de lembrança²⁵. A antiguidade, marca do valor do sangue e da nobreza do grupo, é comparada ao ouro “mais velho”, tido por “mais fino e puro”²⁶. Esmalte e antiguidade igualmente refletidos nas armas da linhagem, prévias a quaisquer autorizações formais de Reis de Armas – e, por conseguinte, à jurisdição régia expressa na concessão e reconhecimento heráldicos, já em voga na época em que a *Crónica* foi escrita²⁷ –, não se sabendo quem primeiro as tomou (cap. 2).

A história dos primeiros Castelo Branco adquire na *Crónica* configurações variáveis, na impossibilidade de apontar um fundador que claramente

24 HESPANHA, António Manuel – A mobilidade social no Antigo Regime. *Tempo*, n.º 21, vol. 11 (2006). (Acedido a 25 fev. 2025). Disponível na Internet: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042006000200009>.

25 Importantes sugestões de leitura destes modelos em SOLIGNAT, Anne-Valérie – *Perpétuer la maison. La place des ancêtres dans la transmission de l'identité nobiliaire*. In: *L'incorporation des ancêtres. Généalogie, construction du présent*. Dir. Isabelle Luciani, Valérie Piétri. Aix-en-Provence: Presses Universitaires de Provence, 2016, p. 175-195.

26 Prólogo: “assi como do ouro o mais velho temos por mais fino e puro, assi aquella he o mais generoso sangue e mais quilates de nobreza tem que, passando pelo escamel do longuo tempo e apurando-se na fraguoa dos varios soçessos da vida e mudanças de estado, permaneço sempre em sua dinidade e valor”.

27 Sobre a progressiva restrição no direito heráldico, sobretudo a partir do reinado de D. Afonso V, veja-se ABRANTES, Marquês de – *Introdução ao Estudo da Heráldica*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992, p. 41-45. Sobre o impacto desta restrição e sua relação com uma nova categoria de fidalgos (os “fidalgos de cota de armas”, criados ou confirmados através de cartas de armas régias), veja-se PEREIRA, João Cordeiro – A estrutura social e o seu devir..., p. 301-304.



se destaque como a origem de todos os que ulteriormente ostentaram o apelido. Como se realçou na apresentação da obra, os primeiros capítulos são dedicados aos primeiros senhores recenseados a utilizar o apelido, sem que o autor logre encaixar com segurança os parentescos entre todos e com os ramos da linhagem seus contemporâneos. E mesmo essas histórias são apresentadas com certa cautela, indicando as fontes de informação, mas não deixando essa incerteza de significar ela mesma grande antiguidade. Martim Rodrigues de Castelo Branco é um desses personagens, a quem se credita ter vindo da Galiza para Castelo Branco, tomando o apelido quase por aclamação popular depois de uma batalha. Uma tradição que, segundo o autor, terá sido “escrita no ano de 1500 e aponta que averia entao dozentos anos, que ficao oje sendo 289”, embora considere esta história apócrifa (cap. 1). A heroicidade desses primeiros Castelo Branco é também personificada em Rui Gonçalves de Castelo Branco, presente na batalha do Salado, episódio central na historiografia ibérica medieval que o autor da *Crónica* cita e manuseia²⁸, ocorrida cerca de 240 anos antes da sua composição (cap. 3). A profundidade temporal é não raras vezes assinalada no curso da narrativa. O primeiro homem que serve “na arvore desta linhagem de tronco dela”, Álvaro Vasques de Castelo Branco, é aludido como alcaide-mor da Covilhã em documentação da chancelaria de D. Pedro, que o autor cita. A posse da alcaidaria permite-lhe extrapolar que se trataria de um fidalgo de linhagem antiga, cujos pais e avós seriam já alcaides e fidalgos, assim provando que a fidalguia dos Castelo Branco seria reconhecida “de quatrocentos anos a esta parte” (cap. 9). No final do texto, resumindo os grandes feitos em que os homens da linhagem se viram envolvidos, os quatrocentos anos são novamente referidos, realçando, no entanto, que “ao menos de mais de dozentos e sesenta anos atee o presente não ouve empreza nem cousa notavel neste reino nem fora delle que à Coroa de Portugal por qualquer via tocassem en que se elles não achassem” (cap. 115).

É também com o lustre da antiguidade que o autor adorna a linhagem dos Valente, por via de quem o morgadio da Póvoa entrou na posse da linhagem. O autor considera os Valente uma das mais antigas linhagens nobres

28 O autor remete, neste capítulo, para o livro das linhagens de António de Lima e para a crónica castelhana de Afonso XI.



e fidalgas do reino. Com base no nobiliário do conde D. Pedro, “a mais autentica prova e a mais sem suspeita que nisto pode aver”, mas também, entre outros materiais, na *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes, assinala a origem da linhagem no fundador do mosteiro de Cête – no coração do Entre Douro e Minho, paisagem mítica das origens da fidalguia do reino –, passando pela fundação do morgado e pelo comportamento da linhagem na crise de 1383–1385 (cap. 56).

Outra vertente fundamental da lembrança, em grande medida inseparável da que acima se mencionou, reside na recordação dos mortos, sufragando as suas almas. E na associação que, para a nobreza, estas atividades tinham com formas espirituais de distinção social, parcialmente afloradas a propósito da reconversão da fortuna através de formas de *serviço*. Apesar da “vã glória” das “sumptuosas sepulturas” em capelas localizadas em reputados mosteiros e noutras igrejas, “muitas vezes adquiridas e apropriadas não sen viço de encuberta simonia”, a vantagem, para a comunidade dos fiéis, passava pelo acrescentamento do culto divino (cap. 115). Este preâmbulo consta do capítulo de dedicado às capelas e jazigos da linhagem e permite contar a ligação dos Castelo Branco a diversas igrejas. Destacam-se as grandes empreitadas de Francisco de Castelo Branco, filho do conde D. Martinho, na igreja de S. Martinho de Lisboa, de profunda ligação aos seus avós e, em particular, a várias gerações dos Valente, fundadores do morgado da Póvoa. O autor baseia-se no testamento de D. Francisco, lavrado em 1548, no qual se detalha que mandara reconstruir a capela-mor da igreja, com abóbadas e devidamente ornamentada, mandando nela colocar um retábulo onde também constavam as armas dos Castelo Branco. Nesse espaço, foco primordial da polarização do edifício eclesial pela proximidade ao altar, às relíquias e à cíclica transubstanciação do corpo e sangue de Cristo, ficaria a sua sepultura e a de seu pai Martinho, e dos avós Gonçalo Vaz e Beatriz Valente, cujos ossos haviam sido transferidos de outra capela localizada à entrada da igreja, para agora repousarem no mais espiritual local do edifício e junto de seus descendentes.

Não sem surpresa, tais reordenações, implicando seguramente grandes investimentos materiais e revestidos de grandes significações simbólicas, são operadas por um homem despeitado, que não vê o título condal de



seu pai em si renovado, e que opera uma *fuga mundi* da corte em conflito com o rei. Retira-se para a quinta do morgado da Póvoa, onde faz erguer a ermida de Nossa Senhora da Piedade, com encargo de missa quotidiana pela sua alma e pelas almas dos possuidores do morgado (cap. 96). Construir ativamente formas de lembrar os antepassados – não por acaso, as figuras centrais da *Crónica* – é o reflexo do mecanismo de defesa e afirmação que lembrar constituía para a nobreza.

Mandar

Fiéis servidores dos reis e assim lembrando-se a si mesmos e aos seus antepassados, os Castelo Branco apresentavam-se igualmente como protótipos de verdadeiros senhores. Senhores inscritos numa cadeia do tempo, e exercendo poder e autoridade a vários níveis: possuindo vastos bens e fortunas com as quais poderiam servir Deus e os reis, administrar as suas casas e amparar os parentes e criados; detento terras e senhorios concedidos pelos monarcas, em que administravam a justiça, nomeavam oficiais, recrutavam as mesnadas guerreiras e se relacionavam com as populações e com os órgãos concelhios²⁹. O modelo relacional transversal a estas esferas é o de um poder pensado em termos paternalistas, autoritário e afetivo, próprio da ordem social de Antigo Regime, em que a Casa enquanto comunidade doméstica institucionalizada, mas também como metáfora para pensar comunidades políticas mais abrangentes, é um paradigma organizador das relações sociais³⁰.

A primeira esfera destas formas de mando expressava-se no próprio perímetro da Casa e na autoridade exercida com justiça e temperança face aos

29 Para um enquadramento das estruturas de poder aristocrático formadas no século XV e perdurando até ao fim do Antigo Regime: CUNHA, Mafalda Soares; MONTEIRO; Nuno Gonçalo – Aristocracia, Poder e Família em Portugal, séculos XV–XVIII. In: *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos para uma História Comparativa*. Org. Mafalda Soares da Cunha, Juan Hernández Franco. Lisboa: Edições Colibri / CIDEHUS – Universidade de Évora / Universidad de Murcia, 2010, p. 47–76.

30 CARDIM, Pedro – *O Poder dos Afectos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*; sob orientação de António Manuel Hespanha. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2000. Tese de Doutoramento em História. CURTO, Diogo Ramada – A nobreza manuelina e seus descendentes. In *D. Álvaro da Costa e a sua descendência, séculos XV–XVII: poder, arte e devoção*. Coord. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais | Centro de História de Além-Mar | Caminhos Romanos, 2013, p. 343–359.



parentes de sangue, figurando, na lógica do texto, o elogio aos bons governadores da comunidade doméstica³¹. Não sem tensões, se necessárias, reveladoras pelo negativo dos limites de aceitação da autoridade formal e implícita entre gerações e membros das parentelas (encabeçadas pelo pai e senhor), e da latitude negocial que ela poderia implicar. Em vários capítulos é afluída a discórdia que se havia gerado entre o conde D. Martinho e o filho primogénito Francisco pelo “casamento por amor” que este, para evitar escândalo, obrigara os parentes a concertar com Francisca de Menezes, filha do conde da Feira (caps. 83, 94 e 96). Desobediência à autoridade paterna que levou D. Martinho a obter do rei a permissão para deixar Vila Nova de Portimão a um dos filhos à sua escolha – prerrogativa que acabou por não exercer –, retirando ao primogénito o privilégio da sucessão automática como resposta ao despeito que sentira, como o autor da *Crónica* sublinha diversas vezes. Alguns anos depois, já como chefe da Casa, Francisco de Castelo Branco deixará instruções ao primogénito Martinho para, dando expressão a essa autoridade afetiva do pai e senhor, e qual pilar de suporte da Casa, amparar os irmãos, cuidando-os e alimentando-os até eles terem idade para servir o rei “nas partes d’além ou na Índia” (cap. 96).

Esta representação da autoridade dos senhores assente no amor que cimentaria as relações nas suas Casas ultrapassa a dimensão do sangue para abarcar, num discurso de pretensão harmoniosa, os vassalos e criados. Um espectro largo de pessoas a viver na dependência e sob patrocínio dos senhores pelos serviços que lhes prestavam, evidenciando o lustre e a extensão da influência e o poder que os Castelo Branco poderiam mobilizar. O bispo de Coimbra e conde de Arganil D. Afonso é retratado como tendo sido alguém que “viveo com melhor nem mais abastada e honrrada Casa e criados, para os quais particularmente foi e he tão liberal que sempre sua remuneração passa muito alem dos serviços e merecimentos deles” (cap. 106). De vários senhores Castelo Branco se diz terem servido os reis com muitos homens: D. Martinho, por exemplo, defendeu o Algarve de turcos e corsários “acompanhado de parentes e criados, e com muito gasto” (cap. 97).

31 Sobre os modos de organizar as relações de parentesco e os princípios de hierarquia e autoridade vertidos numa “hierarquia corporativa da desigualdade” considere-se AGUIAR, Miguel – VINCULUM. *Imagining and organising kinship. The entailment system (14th–17th centuries)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2025, p. 221–229. (Acedido a 2 de junho 2025). Disponível na Internet: <https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/98099>.



Os grandes morgados constituíam componente fundamental desta construção de poder³², aliando bens com elevado potencial de rendimento, o prestígio e distinção da fortuna e dos seus símbolos³³, e uma dimensão espiritual pelas ligações a instituições eclesiais. O morgado fundado pelo vedor da fazenda Nuno Vasques de Castelo Branco e por Joana Juzarte em 1442 (cap. 14)³⁴, cuja cabeça era a quinta dos Castelo Branco em Santa Iria da Azóia, é várias vezes citado. Narram-se as cláusulas da instituição (que obrigavam ao uso do apelido e armas da linhagem), e alude-se às ligações espirituais: primeiro ao convento de Chelas e, na geração de D. António de Castelo Branco, bisneto do instituidor, através da fundação de um convento de frades capuchos junto à quinta para nela mandar fazer “os jaziguos de sua casa ao modo dos que tem a casa de Villa Nova na igreja de São Martinho” (cap. 116). Uma e outra configurando uma matriz de poder entrelaçando as dimensões materiais e espirituais.

Detalhada é também a riqueza do morgado da Póvoa: os muitos rendimentos que proporcionava em sal, pão, azeite, vinho e demais foros, assim como a nobreza de seus aposentos, pomares e capela permitem que o autor se lhe refira como um dos principais morgados patrimoniais de Portugal (cap. 56). O prestígio da instituição também se vertia nas casas localizadas na paróquia de S. Martinho de Lisboa, referidas como nobres e das mais magníficas do reino, em cujo portão figurava um escudo esbartelado com os símbolos dos Valente e dos Castelo Branco. Além das terras na Póvoa de Santa Iria e das casas em Lisboa, os morgados estavam ligados a dois templos na cidade: à igreja de S. Martinho pelas capelas destinadas ao fundador e administradores, e ao convento de Chelas, onde

32 ROCHA, Ana Rita – *VINCULUM. Power: Entailment, status and social mobility*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2025. (Acedido a 2 de junho 2025). Disponível na Internet: <https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/98096>.

33 NÓVOA, Rita Sampaio da – *VINCULUM. Entailment identity. Construction, transmission, perpetuation (14th–17th centuries)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2025. (Acedido a 2 de junho 2025). Disponível na Internet: <https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/98098>.

34 Sobre este morgado veja-se: ROSA, Maria de Lurdes; SOARES, Joana; MERÊNCIO, Maria Beatriz; NÓVOA, Rita Sampaio da – Morgadio de Castelo Branco “O Novo”, Nuno Vaz de Castelo Branco e Joana Juzarte – Periscope – Santa Iria de Azóia, 1442. In: *Vínculo do mês. Uma experiência de comunicação de ciência (2019–2024)*. Coord. Maria de Lurdes Rosa e Rita Sampaio da Nóvoa. Lisboa: Projeto VINCULUM (ERC) / Instituto de História Contemporânea, 2024, p. 45–48.



várias gerações de senhoras da linhagem professaram³⁵. Finalmente, a *Crónica* alude várias vezes ao morgado de Montalvo, instituído por Guiomar de Noronha, filha de Martinho de Castelo Branco e casada com Rodrigo de Eça, alcaide-mor de Moura (cap. 90). Um morgado formado a partir do universo dos bens desta senhora, encabeçado pelas propriedades em Montalvo e com um rendimento anual de cerca de um conto: rendimento suficientemente copioso para a instituidora haver fundado uma igreja sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição no termo das herdades, sustentando o pároco pelos rendimentos do vínculo, e também para haver obtido a capela-mor do convento do Carmo de Moura para local de sepultura dos administradores.

A Casa, corporizada pelos bens, pelos parentes e criados e institucionalizada pelos vínculos, ganhava expressão de poder ainda mais abrangente e completa pela posse de senhorios da coroa, aos quais é atribuído um destaque notório na *Crónica*. Desde logo, no inventário de mercês conferidas por D. Afonso V a Gonçalo Vaz de Castelo Branco (caps. 50–55). Enfatizámos por diversas vezes a centralidade atribuída a este senhor na narrativa, reforçada ainda mais pelo carácter de senhor exemplar no bom relacionamento com os seus vassallos. O autor cita uma carta de D. João II datada de 1485 na qual se faz menção ao pedido dos moradores de Vila Nova de Portimão para transmitir o senhorio ao filho D. Martinho em apreço pelo bom governo de seu pai. Um governo que possibilitou povoar, acrescentar e honrar a vila, permitindo ao autor caracterizar um uso temperado e justo dos poderes, em contraste com o que, segundo ele, se via “em terras de senhorios” (cap. 54)³⁶.

35 Entre as quais as filhas de Gonçalo Vaz de Castelo Branco, a propósito das quais é dito no cap. 57 que o mosteiro lhes tinha muitas obrigações “pellos leguados que seus avoos e parentes avião deixado pera sustentação do dito convento. E por esta razão nas obras da casa e igreja avia em muitos lugares as armas desta linhagem que tão sem razão forão delles tiradas”.

36 “Faz outrosi el-rei dom João na dita carta menção de como os moradores da dita villa de Villa Nova, sem embargo do privilegio que pretendião ter da dita villa não ser dada a senhor algum, pedirão a sua alteza por sua carta lhes fizesse merçe delles de a dar ao filho do dito Gonçalo Vaz, allegando como elle fora azo, ocasião e principal fundamento de se a dita villa povoar e acreçentar e como os tratava mui bem e honrrava e en nada danificava, e assi esperavão que seu filho o fizesse. E por aqui se vera quão bem usava o dito Gonçalo Vaz da jurdição de suas doações e quão poucas opresões e queixas delle tinham seus vassallos e as muitas merçes e homrras e acreçentamentos que delle recebião, cousas todas bem pouco costumadas en terras de senhorios”.



O sentido destas formas abrangentes de poder converge, na estrutura da narrativa, na potência senhorial que seria, à época da escrita, o conde de Sabugal D. Duarte de Castelo Branco. Senhor de terras da coroa, de morgados, de comendas das ordens militares devidamente arroladas pelo autor (caps. 112–113), decerto manuseando materiais produzidos na mesma época para organizar a Casa de D. Duarte e sustentar a pretensão de nele fazer convergir a representação da grande e ilustre linhagem dos Castelo Branco. Um poder que, finalmente, permite ao autor salientar os quatro mil vassalos que o conde senhoreava nas suas terras (cap. 115), um número significativo e que cifrava de forma concreta o domínio da terra e dos homens que permaneceria o eixo estruturante da organização social durante séculos.

Conclusão

A riqueza da *Crónica* torna-a num excecional testemunho que apresenta, de forma sistematizada, visões do grupo nobiliárquico sobre o mundo no final do século XVI, num caldo cultural que, todavia, é decerto cronologicamente mais amplo. A construção do texto, pelos materiais que o suportam – entre a genealogia, crónicas, documentos dos arquivos da coroa e de cartórios de diferentes Casas, até textos de substratos ‘culturais’ mais profundos, da teologia aos autores clássicos –, pelos episódios selecionados, e pelas mensagens veiculadas tanto nos episódios concretos como no sentido geral da narrativa, traçam uma imagem bastante vívida desta mundividência nobre, permitindo questioná-la não apenas como um produto ‘cultural’ – no sentido erudito do termo –, mas como um discurso estruturado e imbricado nas grandes estruturas que marcaram a organização da sociedade portuguesa da época. Visões complexas e que não se podem explicar através de persistentes oposições derivadas de construções historiográficas posteriores, tais como história medieval/moderna, história de Portugal ‘metropolitano’/história da expansão, ou mesmo uma separação analítica entre história política/económica/religiosa: afinal, todos estes componentes se apresentavam convergentes para explicar o poder dos senhores da linhagem dos Castelo Branco, como a *Crónica* bem o demonstra.



Nobreza, fidalguia e serviço ao rei na *Crónica dos Castelo Branco* ¹

Pedro Cardim

Concluída muito provavelmente no final da década de 1580, a *Crónica*, atribuída ao magistrado Garcia Velez de Castelo Branco, oferece um retrato muito sugestivo da cultura nobiliárquica e da dinâmica política do seu tempo. Dedicada «ao illustrisimo senhor don Duarte de Castelbranco, conde do Sabugal, senhor das villas de Santa Cruz, Lanhoso, Çimfães, Sinde e Azere», a obra propõe uma leitura da história de Portugal, da Península Ibérica e do império português a partir do papel desempenhado por D. Duarte e por diversas figuras da linhagem a que ele pertencia: os Castelo Branco.

D. Duarte de Castelo Branco era, então, um destacado dignitário do Portugal dos Áustrias², ou seja, o tempo em que esta obra foi composta: servia como meirinho-mor do reino de Portugal, tinha assento no Conselho de Estado e era vedor da fazenda. D. Filipe I nutria por ele uma confiança especial³.

¹ Este ensaio beneficiou enormemente da troca de impressões com Mafalda Soares da Cunha, profunda conhecedora dos temas aqui abordados. A ela expresso o meu mais sincero agradecimento. Fernando Bouza Álvarez, Maria de Lurdes Rosa e Fábio Duarte também leram uma versão preliminar deste trabalho e deram contributos muito valiosos para a análise aqui desenvolvida. A todos, expresso o meu mais profundo agradecimento.

² CUNHA, Mafalda Soares da – Las noblezas del reino de Portugal durante el período de los Felipes. In ÁLVAREZ-OSSÓRIO ALVARIÑO, Antonio; QUIRÓS ROSADO, Roberto; BRAVO LOZANO, Cristina, orgs. – *Las noblezas de la monarquía de España (1556-1725)*. Madrid: Marcial Pons, 2024. p. 343-361.

³ BOUZA ÁLVAREZ, Fernando – *Imagen y Propaganda. Capítulos de Historia Cultural del Reinado de Felipe II*. Madrid: Akal, 1998. p. 84 segs.



O presente ensaio tem por objetivo apresentar uma análise preliminar da *Crónica*, centrando-se no modo como esta constrói uma memória particular do serviço que essa linhagem prestou à Coroa ao longo de vários séculos. A primeira parte debruça-se sobre a forma como o autor da *Crónica*, a partir da trajetória da família Castelo Branco, projeta o ideal de nobreza vigente no final do século XVI. Na segunda parte, examina-se a concretização desse ideal através do serviço militar desempenhado por diversos membros da linhagem. A terceira secção mantém o foco na atuação dos Castelo Branco, abordando as funções não militares por eles desempenhadas ao serviço da Coroa, em especial na corte e em postos na administração central. Seguidamente, analisa-se a representação, na *Crónica*, da intervenção de membros da linhagem na crise sucessória de 1580-1581. O ensaio encerra com um breve excursus sobre a posição do cronista face a outros autores de crónicas e de livros de linhagens contemporâneos.

A principal contribuição deste ensaio consiste em demonstrar que a *Crónica* deve ser entendida como um *constructo* textual produzido no final do século XVI com o objetivo de valorizar uma linhagem de raízes medievais: a dos Castelo Branco. Essa intenção manifesta-se de forma clara na manipulação do vocabulário nobiliárquico – com especial destaque para o termo «fidalgo» –, na forma como se aborda o serviço régio, tanto em contexto de guerra como na corte, e no esforço para minimizar episódios menos abonatórios para a linhagem. Acresce ainda o modo como o texto aborda a conjuntura de 1580 e o papel nela desempenhado pelos Castelo Branco. Lida sob esta perspetiva, a *Crónica*, redigida no final da década de 1580, deve ser situada no contexto de intensa concorrência entre diversas linhagens fidalgas portuguesas, que então disputavam o reconhecimento e as recompensas por parte de Filipe II.

1. O que era ser «nobre» e «fidalgo» no final de Quinhentos

Logo na abertura da *Crónica*, o autor explicita a motivação que está por detrás do seu texto. Inscrevendo-o no horizonte de um propósito memorialista



e legitimador, declara que a sua finalidade é enaltecer a antiguidade e o carácter exemplar da família Castelo Branco.

Conhecer a linhagem é apresentado como um dever para qualquer membro da nobreza. É por isso que a *Crónica* abre com uma «Tavoadas das linhagens com que os da familia de Castelbranco estão liados que se neste livro apontão». Nela sobressai a importância do exemplo, o esforço dos progenitores como modelo a seguir⁴. O autor da *Crónica* afirma que, para um membro da nobreza, não saber o grau em que cada um dos parentes lhe toca era faltar a uma obrigação fundamental do «ser nobre», equivalia a não se conhecer a si mesmo. Tal constituía uma forte debilidade, para o próprio e para a sua linhagem, sobretudo em momentos de adversidade.

Aparece, aqui, portanto, uma primeira referência a um sentido de obrigação, inato e herdado dos pais, de saber o que fizeram os seus antepassados⁵. Por isso, conservar a memória afigurava-se fundamental, sobretudo para os «novos ramos que se nesta arvore oje crião em tenrra idade...»⁶. A *Crónica* é assim apresentada como um texto educativo. Como se sabe, a educação e a obrigação própria dos membros da nobreza estavam estreitamente relacionadas, sobretudo num tempo em que o respeito pela hierarquia era um elemento tão estruturante da vida comunitária.

A figura que mais se destaca, logo no início, é D. Duarte de Castelo Branco. A dedicatória enumera as suas principais virtudes: «exçellente talento pera guovernar»; «o sobido entendimento pera alcançar perfeitamente o conhecimento das cousas»; «os prudentes discursos nellas»; a capacidade de «açertar sempre os meios milhores e mais convenientes ao fim que se pretende»; o «expediente e resolução nos negoçios, a brevidade

4 Cfr. CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Pais e nobres. I. Cartas de instrução para a educação de jovens nobres (séculos XVI–XVIII)*. Porto: Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 2009.

5 GIL PUJOL, Xavier – “The Good Law of a Vassal”. Fidelity, obedience and obligation in Habsburg Spain. *Revista Internacional de Estudios Vascos*. Cuad. 5 (2009), p. 83–106; REGO, João de Figueiroa, “Não pode alguém negar limpeza, antiguidade & parentesco”: Portugal versus Castela: a genealogia como instrumento de legitimação política e identitária. In AA.VV. – *Repensar a identidade. O mundo ibérico nas margens da crise da consciência europeia*. Lisboa: CHAM, 2015.

6 NÓVOA, Rita Sampaio da – Family archives, the archival practices of noble families, and the social logic of archival preservation (Portugal, fifteenth to nineteenth centuries). In *Recovered voices, newfound questions. Family archives and historical research*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.



nos despachos»; e, finalmente, a «perpetua applicativa e cuidado nas obrigações de seus cargos». D. Duarte é descrito como o exemplo perfeito das virtudes nobres, alguém que não apenas iguala os feitos dos seus antepassados, mas vai além deles. O autor da *Crónica* é absolutamente enfático quando fala do «zelo» de D. Duarte:

«no que toca ao zelo, quando vejo o amor da patria, o desejo do bom governo que em vossa senhoria arde, a vontade que tem dos bons e habeis ministros da justiça e fazenda serem acrescentados e apremiados, e os maos e inutilles castigados e excluidos, o sentimento que mostra das desordens e miserias do tempo, a lembrança e cuidado dos remedios dellas, que poderião aproveitar se fossem seguidos e, emfim, hũa afeição tão grãode e tão poderosa ao serviço de sua magestade»⁷.

Para além deste panegírico tão taxativo de D. Duarte, a *Crónica* contém vários outros elementos que nos permitem perceber o que significava «ser nobre» no Portugal do final do século XVI.

Antes de mais, a antiguidade. A importância do carácter ancestral da linhagem é patente no primeiro capítulo, intitulado «Das callidades e antiguidade da fidalguia da linhagem dos Castelbranco e da origem deste apelido». Nele se realça a origem antiquíssima do apelido «Castelo Branco», bem como das suas armas. Logo de entrada se percebe, também, que o autor da *Crónica* tem uma forte preocupação de citar documentos probatórios, demonstrando uma quase obsessão por registar datas. A finalidade é, sempre, não deixar qualquer dúvida acerca da antiguidade do que ia relatando⁸.

⁷ Acerca do «zelo» como qualidade de D. Duarte de Castelo Branco, cfr. BOUZA ÁLVAREZ, Fernando – Una nota sobre un diálogo satírico condenado por la Inquisición el Zelo portugués y el léxico político quinientista. In ALABRÚS IGLESIAS, Rosa María; BETRÁN MOYA, José Luis; BURGOS RINCÓN, Javier; HERNÁNDEZ, Bernat; MORENO, Doris; PEÑA DÍAZ, Manuel, orgs. – *Pasados y presente: estudios para el profesor Ricardo García Cárcel*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2020. p. 289.

⁸ Cfr. GOUVEIA, António Camões – D. Francisco Manuel de Melo um nobre entre nobres. *Boletim do Centro de Estudos Históricos e Etnológicos*. Vol. 1 (1986), p. 43–61; também de GOUVEIA, António Camões – A linhagem ou o tempo da memória: D. Francisco Manuel de Melo e o nobre seiscentista. *Ler história*. Vol. 18 (1990), p. 3–24; AGUIAR, Miguel – Cavaleiros e cavalaria: ideologia, práticas e rituais aristocráticos em Portugal nos séculos XIV e XV. Porto: Teodolito, 2018; GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel Fernando – La memoria desvelada: Los archivos nobiliarios castellanos y la construcción de las crónicas de linajes (siglos XII–XIX). e-Spania. Vol. 34 (2019). Disponível na internet: <https://doi.org/10.4000/e-spania.32980>.



Outra dimensão do que significa «ser nobre», frequentemente mencionada ao longo da *Crónica*, é a forma como os Castelo Branco sempre se distinguiram na defesa do cristianismo. A partir do Capítulo 3, por exemplo, a *Crónica* incide em Rui Gonçalves de Castelo Branco, participante na batalha do Salado (1340). A luta dos Castelo Branco pelo cristianismo cruza-se, frequentemente, com a luta portuguesa pela mesma causa. São vários os episódios que demonstram o seu contributo para a imposição do domínio cristão, antes de mais na Península Ibérica, mas também no Norte de África e na Índia. Um bom exemplo, entre muitos, é proporcionado pelo capítulo 26, intitulado «Do que resultou ao bem deste reino da jornada do duque de Bragãoça a Azamor, em que se achou dom João de Castelbranco, alcaide moor e comendador de Castelbranco».

Na caracterização do que então significava «ser nobre» sobressai, igualmente, a importância do apelido, do nome da família⁹. No caso dos Castelo Branco, esse apelido é frequentemente associado ao papel do sangue como transmissor de qualidades, algo que, evidentemente, se aplica não só aos Castelo Branco, mas também a todas as demais linhagens fidalgas. Aliás, e como o próprio autor da *Crónica* admite, uma das suas finalidades é ir além do simples elogio dos Castelo Branco. Pretende mostrar o papel desempenhado por esta linhagem na disseminação, pelo sangue, da sua nobreza. Tal materializava-se nas inúmeras alianças matrimoniais que os Castelo Branco haviam estabelecido com as melhores famílias do reino e, também, de Castela:

«a propogação do sangue e aliança com as demais famílias illustres he tão grande e por tantas vias derivada que quasi não ha geração nenhuma de fidalgos em Portugal de todos os apellidos e linhagens príncipaes que nelle ha, afora algũas de Castella, que com estas dos de Castelbranco não tenha muito devido e respeito de parentesco, porque segundo neste livro larguamente fica tratado estão por casamentos conjuntos com esta linhagem todas as seguintes».

9 Cfr. NÓVOA, Rita Sampaio da – For the immortality of memory: family names and arms. In *Entailment Identity, Construction, Transmission, Perpetuation (14th -17th centuries)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2024. p. 137-176.



Como salientou Nuno Gonçalo Monteiro¹⁰, durante a primeira dinastia portuguesa, os nobres eram identificados sobretudo pelas funções que exerciam. Eram aqueles que combatiam, que detinham poderes jurisdicionais ou que recebiam determinadas competências delegadas pela Coroa. No entanto, a partir do século XV emergiu uma nova hierarquia, plasmada na tríade «fidalgos», «cavaleiros» e «escudeiros». Para além de refletir a crescente influência do ideário cavaleiresco, esta taxonomia introduzia uma dimensão hereditária, visível no próprio termo «fidalgo», derivado de «hijo de algo», expressão consagrada nas *Siete Partidas* de Afonso X. Como defendeu Nuno Monteiro, este vocabulário mostra que a nobreza estava cada vez mais a ser entendida como uma qualidade intrínseca, ligada ao nascimento e à linhagem.

A perpetuação da qualidade tinha no casamento um momento fundamental. Como é bem sabido, o matrimónio desempenhava, então, um papel de enorme importância para a definição e reprodução social da nobreza¹¹. Por isso, obedecia a um cálculo estratégico muito cuidadoso, como demonstraram os trabalhos de Mafalda Soares da Cunha¹². Assim, para além das longas enumerações dos casamentos contraídos por cada membro da linhagem, a *Crónica* destaca os enlances que foram especialmente importantes para a afirmação dos Castelo Branco, como por exemplo, no capítulo 16, o «casamento de Lopo Vaz de Castelo Branco com dona Catarina Paçanha, filha de Messer Itão Paçanha, neta de Messer Lançarote, almirante de Portugal, sobrinha do almirante Messer Carlos, a quem el-rei

10 MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Notas Sobre Nobreza, Fidalguia e Titulares nos Finais do Antigo Regime. *Ler história*. Vol. 10 (1987), p. 15–51; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – O “Ethos” Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack Braziliense*. Vol. 2 (Novembro de 2005), p. 7 segs.

11 CUNHA, Mafalda Soares da – Estratégias matrimoniais da casa de Bragança e o casamento do Duque D. João II. *Hispania: Revista española de historia*. Vol. 64, n.º 216 (2004), p. 39–62; CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV–XVIII. In CUNHA, Mafalda Soares da; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan, orgs. – *Sociedade, família e poder na Península Ibérica: elementos para uma história comparativa*. Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS–Universidade de Évora/Universidad de Murcia, 2010, pp. 47–75; AGUIAR, Miguel – Why Marriage Mattered? Marriage and Social Reproduction – the Case of Late Medieval Portuguese Aristocracy (1380–1530). *Edad Media. Revista de Historia*. Vol. 23 (2022). Disponível na Internet: <https://doi.org/10.24197/em.23.2022.153-185>.

12 CUNHA, Mafalda Soares da – Nobreza, alianças matrimoniais e reprodução social. Análise comparada dos grupos familiares dos Meneses e Cunha (séc. XV–1640). In ANDRADE, Amélia Aguiar; FERNANDES, Hermenegildo; FONTES, João Luís, coords. – *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009. p. 741–786.



dom João o primeiro no princípio da empreza de Çeita». Tal enlace serve de pretexto para o autor da *Crónica* discorrer sobre o ofício de almirante de Portugal, também chamado «almirante do reino».

O autor da *Crónica* explica que era fundamental possuir um conhecimento tão aprofundado quanto possível deste e dos demais enlaces, para

«saberem-se [...] distintamente os parentescos que os desta linhagem se tem, assi os que conservão o apellido de Castelbranco como os que della desçendem per linha feminina e se chamão de outros apellidos, porque pera con todos e entre todos ha obriguações e respeitos dinos de saber e neçessarios de cumprir quando as ocasiões disso se ofereçerem».

Esta passagem suscita uma reflexão sobre o uso dos apelidos. Nela sobressai a sugestão de que as linhas femininas não adotam os principais da linhagem. Sendo os apelidos elementos centrais da identidade fidalga, esta observação é relevante, mas deve ser confrontada com as práticas concretas, que por vezes revelam maior flexibilidade e estratégias de afirmação social por parte das mulheres¹³.

A temática do casamento é por diversas vezes colocada ao serviço do propósito exemplar da *Crónica*. É isso o que acontece no capítulo 24, intitulado

«De Dioguo de Mello de Castelbranco, filho segundo de Lopo Vaz de Castelbranco “o Torrão”, e de sua mulher e filho e neto, Lopo Vaz de Mello de Castelbranco e Francisco de Mello de Castelbranco, e de suas filhas e netos que dellas desçenderão».

Neste caso, o objetivo era evidenciar os prejuízos que tinham resultado do facto de um membro da linhagem se ter casado com alguém de condição inferior à sua. Num outro passo, a *Crónica* retrata o casamento como um momento fulcral de manifestação da disciplina paterna. É esse o tema do capítulo 56. «De quando e como casou dom Guonçallo de Castelbranco com dona Britez Vallente sua mulher, e da linhagen della e da instituição e callidade do morguado da Povia, de que ella foi senhora. Morgado da

¹³ Agradeço a Mafalda Soares da Cunha a chamada de atenção para esta questão.



Póvoa, 1346». Este é um capítulo em grande parte dedicado a um matrimónio seguindo a vontade do pai, em nome da honra da família.

Um outro elemento definidor da nobreza, visível no modo como a *Crónica* retrata a trajetória dos Castelo Branco, é a sua constância no serviço ao rei. Desde logo, a lutar contra movimentos de contestação ao poder régio, dentro e fora de Portugal. A *Crónica* lembra, por exemplo, a figura de Lopo Rodriguez de Castelo Branco e o seu contributo para sufocar as revoltas na coroa de Aragão em 1348. O autor da *Crónica* assevera que o rei D. Pedro IV de Aragão acreditou de imediato na obediência de Lopo Rodriguez de Castelo Branco, apesar de este ser estrangeiro, porquanto confiou na «lealdade natural de sua linhagem». Este episódio é apresentado como um exemplo do apoio constante e inequívoco dos Castelo Branco à Coroa, independentemente de qual fosse o monarca, sinal de que desde sempre estiveram empenhados na preservação da ordem régia.

As mercês, os títulos e as honras constituíam, também, um elemento importante na definição da nobreza. No que respeita aos Castelo Branco, a *Crónica* apresenta essas distinções como a consequência do esforço contínuo dos membros da linhagem para superarem os seus antepassados. É isso o que acontece na parte da obra onde se explicam os foros de «fidalgo» e de «vassalo». No capítulo 7, intitulado «sobre um terceiro Rui Vaz de Castelo Branco, que no tempo de D. João I foi possuidor do morgado na vila de Castelo Branco», o autor da *Crónica* apresenta uma sugestiva explicação do que era ter «foro e callidade e previllegio de vassallo». Lembra que Rui Vaz de Castelo Branco havia sido nomeado «vassalo do dito rei dom Pedro», explicando, porém, que o rei não o fez «vassalo», apenas confirmou que a linhagem de Álvaro Vasques de Castelo Branco já comportava essa condição. No capítulo 9, intitulado «De Alvaro Vasques de Castelbranco, vasalo d'el-rei dom Pedro e alcaide moor de Covilhã, etc., cuja fidalguia se prova de quatrocentos anos a esta parte» nota-se, uma vez mais, a preocupação do autor da *Crónica* em enfatizar a antiguidade – quatrocentos anos – da fidalguia dos Castelo Branco e em reunir provas que a comprovassem¹⁴.

14 GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio – Nobreza e fidalguia: el vocabulario del honor en el Portugal de los Habsburgos. *Cuadernos de Historia Moderna*. Vol. 36 (2011), p. 41-66.



A *Crónica* também aporta elementos sugestivos sobre o significado do tratamento de «Dom» e o privilégio, concedido à família, de usar a bandeira quadrada¹⁵. No que respeita ao uso de «Dom», inclui uma explicação nas páginas dedicadas a «dom João de Castelbranco, d'alcunha “Braço de ferro”, terceiro filho do almirão Nuno Vaz, e da jornada e tomada d'Azamor em que se elle achou». Aí se esclarece que os dois filhos mais jovens do almirante de Portugal,

«dom Pedro e dom João, se chamarão de “dom” porque nascerão depois de seu pai ter o dito cargo e dinidade d'almirante, por respeito do qual o podião tomar como podem os filhos de condes e d'outras dinidades dahi pera cima; e o filho mais velho, que foi o dito Lopo Vaz, por ser antes nascido o não tomou».

Numa outra passagem da *Crónica*, desta feita dedicada a Gonçalo Vaz de Castelo Branco, «primeiro senhor que foi de Villa Nova de Portimão, filho segundo de Lopo Vaz de Castelbranco, monteiro moor e irmão mais moço do almirante Nuno Vaz», explica-se «como Gonçalo Vaz de Castelbranco foi feito de “dom” e lhe foi dado assentamento de conde e bandeira quadrada por el-rei dom João o segundo. E foi o primeiro que se chamou guovernador da casa do çível, ano de 1485». Aí se relata que, nesse ano, o rei

«fez merçe ao dito Gonçalo Vaz de Castelbranco de lhe dar assentamento de conde e que pudesse trazer bandeira quadrada como os senhores de titullo soos podem, e que se chamasse de “dom”, elle e seus desçendentes, segundo consta do que nisto escreve Garçia de Resende na chronica do dito rei, capitulo 58».

Em diversos momentos, o autor da *Crónica* reitera que Gonçalo de Castelo Branco, para além de ter servido como «almotaçe moor, monteiro moor, escrivão da puridade, veador da fazenda e edor moor das obras e residuos, e guovernador da justiça e testamenteiro d'el-rei dom Afonsso o 5º», também teve «assentamento de conde e bandeira quadrada». Tudo isto é sem dúvida revelador da importância que era dada a estes signos de distinção.

15 MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Casa e linhagem: o vocabulário aristocrático em Portugal nos séculos XVII e XVIII. *Penélope. Fazer e desfazer a História*. Vol. 12 (1993), p. 43–64.



Naturalmente, na definição do que significava «ser nobre», destacava-se o título nobiliárquico. No caso dos Castelo Branco, o de conde de Vila Nova de Portimão. Assim, no capítulo 80, o autor da *Crónica* explica em que circunstâncias havia sido efetuada a «doação e mercê que foi feita ao conde de Vila Nova, Dom Martinho de Castelo Branco, do referido título». Nesse contexto, apresenta igualmente uma justificação para o facto de D. Martinho de Castelo Branco não ter usado imediatamente o título. Ainda assim, sublinha que, mesmo não ostentando o título, este havia sido, inequivocamente, «senhor de toda a jurisdição, foros e direitos régios de Vila Nova, da honra do Sobrado e dos serviços régios da judiaria de Coimbra, entre outros que se declarariam adiante»¹⁶.

2. O fidalgo e o serviço ao rei na guerra

Embora o autor da *Crónica* encarasse a fidalguia como um estado mais ou menos imutável que se transmitia de uma geração para a outra, esta forma de conceber a fidalguia também admitia a existência de dinamismo. Baseava-se no pressuposto de que certas atividades conferiam nobreza, algo que, como acabámos de assinalar, resultava da ação do rei ao identificar e distinguir aqueles cuja conduta correspondia à dos nobres, mesmo que fossem pessoas que, até então, não pertenciam a esse estrato social¹⁷.

Convém lembrar que, a partir da dinastia de Avis, a Coroa portuguesa passou a intervir, de uma forma mais consistente, na organização interna da nobreza. A partir dos trabalhos de Mafalda Soares da Cunha¹⁸ e de Nuno Gonçalo Monteiro¹⁹ percebe-se que essa intervenção se materializou na atribuição de títulos – como o de conde de Vila Nova de Portimão, concedido aos Castelo Branco –, mas, também, na atribuição de senhorios

16 Sobre D. Martinho de Castelo Branco, cfr. ROSA, Maria de Lurdes; CURTO, Diogo Ramada – D. Manuel: entre reformas e serviço ao rei. In *Vi o Reino renovar. Arte no tempo de D. Manuel I*. Lisboa: MNAA/IN-CM, 2021. p. 24 segs.

17 SCHAUB, Jean-Frédéric – *Race is about Politics. Lessons from History*. Princeton & Oxford: Princeton University Press, 2019. p. 45 segs.

18 CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Jerarquia nobiliaria y Corte en Portugal (siglo XV-1832). In CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, orgs. – *Poder y movilidad social: cortesanos, religiosos y oligarquías en la península Ibérica (siglos XV- XIX)*. Madrid-Múrcia: CSIC-Universidad de Murcia, 2006. p. 181-214.

19 MONTEIRO, O “Ethos” ..., p. 8-9.



e na aplicação da Lei Mental. Tais mecanismos de intervenção régia foram reforçados pela incorporação, na Coroa, das Ordens Militares e, também, pelas oportunidades de serviço proporcionadas pela expansão ultramarina²⁰. Os diferentes graus de nobreza, por sua vez, tornaram-se cada vez mais regulamentados, estando sujeitos a critérios formais de acesso e de prova, como os brasões, os hábitos das ordens militares, as ligações à Casa Real ou os cargos de governação.

Como assinalámos, todos estes elementos de interligação entre o mundo nobiliárquico e a Coroa estão muito presentes na *Crónica*.

O serviço ao rei na guerra era a principal das atividades reconhecidas como próprias da nobreza. Por isso, o autor da *Crónica* apresenta os Castelo Branco como intrinsecamente ligados à Coroa pelo exercício constante de funções militares. São várias as passagens nas quais é bem patente o peso da matriz cavaleiresca e nas quais se enaltece a participação dos Castelo Branco em algumas das batalhas mais decisivas da história de Portugal. A esse respeito, lembra que as próprias armas heráldicas dos Castelo Branco transmitiam essa ligação: a nobreza em todos os seus feitos; a fortaleza e a constância do seu comportamento; o sangue dos inimigos que derrotaram; a ferocidade e a braveza do seu esforço; e, finalmente, a firmeza e o condão de nunca recuarem perante as ameaças²¹.

Porém, importa frisar que não se tratava de um serviço militar prestado a qualquer rei e em qualquer circunstância. Os Castelo Branco são na *Crónica* apresentados como fundamentalmente comprometidos com a legitimidade régia e com a ordem vigente. Eximiam-se, por isso, de servir senhores que ainda não tivessem sido devidamente reconhecidos.

20 CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – El gobierno del imperio portugués: reclutamiento y jerarquía social de los gobernantes (1580–1808). In CARDIM, Pedro; LLUÍS PALOS, Joan, coords. – *El mundo de los virreyes en las monarquías de España y Portugal*. Madrid: Vervuert, 2012. p. 247–285.

21 Cfr. ROSA, Maria de Lurdes – Elementos para o estudo dos usos da heráldica a partir da produção documental familiar (sécs. XIII–XVI). In SEIXAS, Miguel Metelo de; ROSA, Maria de Lurdes, coords. – *Estudos de Heráldica Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais/Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos/Caminhos Romanos, 2012. p. 333–354; SEIXAS, Miguel Metelo de – A heráldica nos arquivos de família: formas de conservação e gestão da memória. In ROSA, Maria de Lurdes, org. – *Arquivos de Família, séculos XIII–XIX: que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais/Centro de História de Além-Mar/Caminhos Romanos, 2012. p. 449–462.



Um bom exemplo do que acabou de ser dito é o comportamento de Rui Vaz de Castelo Branco no contexto da crise de 1383–85: só passou a servir o mestre de Avis depois de as Cortes de Coimbra terem confirmado a sua condição régia. Acresce que, na *Crónica*, são vários os episódios que mostram como os Castelo Branco foram sempre implacáveis na luta contra os que incorreram em rebeldia contra um rei que haviam jurado. Ao mesmo tempo que salienta que os Castelo Branco sempre foram irrepreensíveis a esse respeito, o autor da *Crónica* empenha-se em negar acusações de deslealdade e de traição que foram feitas a membros da linhagem. Tal obrigou-o, em alguns momentos, a efetuar interessantes excursos sobre temas como o crime de lesa-majestade ou a heresia (cap. 20).

As guerras com Castela, nos séculos XIV e XV, ocupam um espaço importante da *Crónica*. Vários membros dos Castelo Branco aparecem na primeira linha dos combates, desde a batalha de Aljubarrota até à de Toro, na qual se destacou Gonçalo Vaz de Castelo Branco. O autor da *Crónica* compara os relatos da batalha feitos por diversos cronistas, fundamentalmente para demonstrar que Gonçalo Vaz de Castelo Branco esteve efetivamente presente no combate de Toro.

Preocupa o autor da *Crónica*, também, a questão seguinte: quem venceu em Toro? Dir-se-ia que, para o seu modo de pensar, era difícil conceber que, à exceção de Alcácer Quibir, um Castelo Branco tivesse estado envolvido numa derrota portuguesa. Por isso, todo o capítulo 43 é dedicado a demonstrar que os portugueses, e entre eles os Castelo Branco, protagonizaram os momentos mais gloriosos da história militar:

«En que se prova que por ficar o príncipe vencedor no campo se não pode el-rei seu senhor e pai chamar vencido, e que da dita batalha de Touro tirou el-rei dom Afonso muita mais gloria que el-rei dom Fernão seu contrario, e se trata daquelle grande e notavel feito de Guonçalo Vaz de Castelbranco, que por sua pessoa, e com çento e vinte de cavallo seus, foi o primeiro que rompeo a batalha dos imigos polla parte per que elles forão vencidos, en que tãoben se achou Martim Vaz de Castelbranco, seu filho, e se rellata o que por ambos dis Francisco de Sa de Miranda».



A evocação de Toro serve, também, para que o autor da *Crónica* explique o contexto em que se deu a doação de Vila Nova de Portimão aos Castelo Branco, depois dos serviços prestados nessa batalha. Além disso, ao relatar a participação dos Castelo Branco nas guerras com Castela, a *Crónica* toca em temas como o conflito entre diferentes lealdades, ou os problemas suscitados pela tensão entre a obediência ao rei e o dever interior de obrigação decorrente da «naturalidade».

Todavia, e por comparação com os confrontos com Castela, o combate na guerra no Norte de África tinha uma natureza completamente diferente e parece revestir-se de uma maior transcendência para o autor da *Crónica*²². Era uma luta contra muçulmanos, vistos como inimigos do cristianismo. Lutar contra o Islão aparece como uma espécie de obrigação de cada cristão. Em virtude disso, os Castelo Branco não podiam faltar à chamada e estiveram desde a primeira hora nessa luta pelo cristianismo, como mostra o capítulo 13, dedicado à participação de Nuno Vaz de Castelo Branco na conquista de Ceuta. Nele se assegura que Nuno Vaz terá sido o primeiro a hastear a bandeira portuguesa nessa cidade norte africana. A *Crónica* destaca, também, o papel de Lopo Vaz de Castelo Branco na difícil defesa dessa mesma urbe. Estes e outros relatos mostram que os Castelo Branco eram invariavelmente guerreiros obedientes, muito fiáveis e dispostos aos mais arriscados serviços. Reitera que residiram em Ceuta durante muito tempo, inclusive quando ocorreram os duros cercos de que a cidade foi alvo, numa altura em que muitos fugiram – assegura a *Crónica*.

O serviço na guerra estava alegadamente tão entranhado no modo de ser dos Castelo Branco que se manifestou não só no campo de batalha, mas também nos conselhos que deram a diversos reis sobre questões militares. Refira-se, a esse respeito, o período em que a Coroa equacionou abandonar as praças de África, algo que, para o autor da *Crónica*, esteve na origem do declínio da presença portuguesa no Norte de África. No capítulo 26, intitulado «Do que resultou ao bem deste reino da jornada do duque de Bragãoça a Azamor, em que se achou dom João de Castelbranco,

22 Sobre este tema, ver, de ROSA, Maria de Lurdes – *Longas guerras, longos sonhos africanos. Da tomada de Ceuta ao fim do Império*. Porto: Fio da Palavra, 2010.



alcaide moor e comendador de Castelbranco. Trata-se aqui mais do despejo que el-rei dom João o terceiro fez da dita cidade e algũs outros luguares d'África», a *Crónica* inclui uma longa e muito interessante reflexão crítica sobre a política portuguesa no Norte de África.

Este capítulo é relevante, também, por incidir em D. João de Castelo Branco, um membro da linhagem de uma geração que se seguiu à queda em desgraça de Lopo Vaz de Castelo Branco face a D. João II. Transparece nele a intenção de enaltecer D. João, visando a reabilitação da linhagem. Quanto à referência tão elogiosa aos Bragança, e em especial a D. Jaime e à sua atuação em Azamor, pode ser um sinal de reconhecimento a esta casa ducal, pelo apoio prestado na recuperação dos Castelo Branco²³.

Poder-se-á aventar a hipótese de toda esta insistência na participação dos Castelo Branco em diversas batalhas norte-africanas ter a ver com o facto de nunca terem ocupado cargos de comando relevantes. Com efeito, ao mesmo tempo que denuncia aqueles que se retiraram do campo de batalha, ou que diziam que haviam lá estado, mas que, na realidade, não estiveram, a *Crónica* apresenta inúmeros episódios do contributo efetivo dos Castelo Branco. Destaca, igualmente, a sua obediência imediata às ordens recebidas dos seus comandantes. No capítulo 98, por exemplo, fala-se de «dom Dioguo de Castelbranco, filho segundo do camareiro mor dom Francisco, e de suas partes, serviços, morte, molher e filhos», dando-se um especial realce à sua presença constante no Norte de África.

De D. João de Castelo Branco, terceiro filho do conde de Vila Nova, capitão-geral do Algarve, fala-se da sua participação no cerco de Safim e, também, do grande apoio que dispensou à guerra no Norte de África. Quanto ao capítulo 72, intitulado «De como o conde de Villa Nova dom Martinho de Castel Branco foi enviado ao Alguarve com poderes pera mandar socorro ao cerco de Arzilla e de como se ouve sempre en todas as materias de guerra», também insiste que Pedro de Castelo Branco esteve sempre presente na Índia.

23 Agradeço a Mafalda Soares da Cunha esta chave interpretativa para o capítulo no qual se enaltecem as ações do duque de Bragança.



A guerra no Estado da Índia também aparece em grande destaque na *Crónica*. Por um lado, essa guerra representava uma continuidade em relação a Marrocos, sobretudo pela sua componente de luta pela afirmação do cristianismo contra pessoas de outras religiões, com destaque para os muçulmanos. Porém, e ao mesmo tempo, constituía um outro nível de desafio: a Índia ficava incomparavelmente mais longe de Portugal e a guerra que por lá se travava era mais perigosa, implicando mais gastos e mais tempo longe do reino²⁴. A *Crónica* mostra que, também aí, os Castelo Branco se destacaram. É isso o que se vê no capítulo 33, «Dos serviços do dito dom Pedro na India em tempo do viso-rei dom Guarçia de Noronha e do governador dom Estevão da Gama, e de quando foi capitão d'Ormuz e do mais ata sua morte». Já o capítulo 62 trata de

«De dom Jeronimo de Castelbranco e de dom Antonio de Castelbranco, seu irmão legitimo, filhos primeiro e terceiro de dom Simão de Castelbranco, e de seus muitos e esforçados serviços na India, com o que mais delles ha e de seus descendentes».

Em destaque estão, igualmente, os serviços prestados pelos Castelo Branco no cerco de Diu e em batalhas no Golfo Pérsico. Foram tão relevantes os seus feitos que, como lembra o autor da *Crónica*, o próprio Camões os enalteceu em *Os Lusíadas* (cap. 62).

Importa assinalar, neste percurso pelos serviços militares prestados pelos Castelo Branco, a completa ausência de feitos guerreiros no Brasil e, também, na África subsariana, à exceção de Sofala e Quiloa. Foram, claramente, teatros de serviço ao rei nos quais os Castelo Branco não investiram²⁵.

Além do que acabou de ser dito, a *Crónica* também associa os feitos dos Castelo Branco à defesa da reputação de Portugal como um país de guerreiros valorosos que, por causa disso mesmo, muito contribuiu para a

24 CUNHA, Mafalda Soares – Nobreza e Estado da Índia. Um modelo de mobilidade social (século XVI e primeira metade do XVII). In MOLINA PUCHE, Sebastián; IRIGOYEN LÓPEZ, Antonio, orgs. – *Territorios distantes, comportamientos similares: familias, redes y reproducción social en la Monarquía Hispánica (siglos XIV-XIX)*. Murcia: Ediciones de la Universidad de Murcia, 2009. p. 237–260.

25 Acerca das opções de serviço à Coroa, nos espaços ultramarinos, por parte dos membros da nobreza, ver, de CUNHA, Nobreza e Estado..., p. 237–260.



expansão da cristandade. É nesse contexto que o cronista responde a Paolo Giovio, o humanista italiano que havia acusado os portugueses de serem combatentes fracos (cap. 63). A *Crónica* afirma perentoriamente que os Castelo Branco faziam parte de um povo de guerreiros valorosos e indómitos. A prova-lo estava o facto de os Castelo Branco terem tido uma presença constante nos vários teatros de operações e de terem saído sempre vitoriosos²⁶. Para além de rejeitar a acusação de fraca valia militar portuguesa, a *Crónica* critica os reis de Castela e a sua incapacidade militar, por contraste com os portugueses:

«El-rei dom Afonso nem foi morto nem foi preso e apenas se pode dizer que foi algũa ora vencido em parte e não de todo. Teve seus reinos salvos e inteiros atee ora de sua morte. Qual he loguo a causa fora destas que seja bastante a lhe chamar infeliçe e desventurado?».

Desmente, portanto, que Afonso V tenha sido derrotado em Toro e refuta as acusações vindas quer de Itália, quer de Castela, de que os portugueses não eram combatentes destacados. Em todo o caso, não deixa de criticar o declínio do ensino das armas em Portugal e de lamentar o abandono das praças do Norte de África.

Um último tema recorrente nas passagens da *Crónica* dedicadas aos serviços militares prestados pelos Castelo Branco: os gastos efetuados e a expectativa de remuneração. São inúmeras as passagens nas quais o autor da *Crónica* se refere ao muito que os membros da família despenderam ao serviço de vários reis. Algumas passagens chegam mesmo a ser bastante insistentes e detalhadas acerca das quantias que os Castelo Branco haviam gasto no serviço ao monarca.

26 GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio – Con muito perigo das suas vidas. La teoría nobiliaria y la imagen del servidor en el imperio portugués en tiempos de los Felipes. *Historia social*. Vol. 72 (2012), p. 3–21.



3. Serviço ao rei na administração central da Coroa

Embora o serviço militar ao rei receba maior destaque, a *Crónica* também dedica longas passagens aos serviços prestados pelos Castelo Branco em cargos de natureza não militar. Destaca-se, sem dúvida, o serviço que os Castelo Branco prestaram ao rei em vários postos da administração central da Coroa. Também eles são apresentados como manifestações do alegadamente inato sentido de obrigação que sempre moveu os Castelo Branco.

Um dos primeiros aspetos a assinalar, a respeito deste tema, é a preocupação por enumerar detalhadamente os cargos que várias figuras da linhagem haviam desempenhado na administração régia e, para cada uma delas, os poderes de que foram titulares. Um dos mais destacados é Gonçalo Vaz de Castelo Branco. A *Crónica* explica como foi «feito do conselho» do rei D. Afonso V e realça a sua presença contínua na corte. Refere, várias vezes, o laço de amor e amizade entre o rei e Gonçalo Vaz de Castelo Branco, género de ligação então associado à confiança e à dedicação ao serviço da Coroa²⁷. É isso, precisamente, o que se pode ler numa «Carta d'el-rei dom Afonso quinto pera Guonçallo Vaz de Castelbranco», incluída na *Crónica*:

«Guonçallo Vaz, amiguo, [...] Quanto ao que dizeis do que sentis deste reino e do que eu devo parar mentes, certo qua volo aguardêço muito. Assi isto como todo al que me escrevestes e aconselhastes, conheço que vem de são amor que sempre tivestes a minha alma e a minha honrra e a meu serviço, mais do que pella ventura outros tiveram».

A *Crónica* enaltece, igualmente, a polivalência de Gonçalo Vaz de Castelo Branco no serviço ao rei, ora como monteiro-mor e almotacé-mor, ora no exercício de cargos de justiça: em 1481 foi nomeado regedor da Casa do Cível de Lisboa. Também refere que foi nomeado escrivão da puridade, posição que, como sabemos, envolvia a «gestão do segredo» em matérias governativas. Só pessoas em quem o rei muito confiava podiam desempenhar este cargo.

27 Cfr. CARDIM, Pedro – *O Poder dos Afectos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000. Tese de Doutoramento.



Nas passagens que a *Crónica* dedica ao serviço na corte, o papel dos Castelo Branco no aconselhamento do monarca é um outro tema em destaque. A questão do conselho é sobretudo abordada a propósito de D. Martinho de Castelo Branco, o qual

«foi do conselho do estado, vedor da fazenda d’el-rei dom Afonso e d’el-rei dom João o segundo e d’el-rei dom Manoel e seu testamenteiro e governador de Lixboa e casa do çivel, camareiro moor d’el-rei dom João o terceiro...».

A *Crónica* assevera que o rei D. Manuel respeitava muito os conselhos de D. Martinho, algo bem patente no capítulo 71: «Como o conde de Villa Nova dom Martinho de Castelbranco foi do conselho dos reis a que servio, e a grande prudência, verdade e lealdade con que os sempre aconselhou». De D. Martinho de Castelo Branco realça-se a sua constante liberdade para dizer a verdade ao rei, atributo considerado fundamental nos bons conselheiros. Entrevê-se, aqui, uma certa defesa do papel político da nobreza, especialmente como contrapeso a reis de pendor mais autoritário.

Contudo, no que respeita à atuação dos Castelo Branco na corte, a *Crónica* não é apenas lisonjeira. Recorda, a este propósito, a figura de D. Francisco de Castelo Branco, dignitário que, na corte, era conhecido por ser muito duro a criticar os reis e os membros da família real. Teve mesmo um sério desentendimento com o infante D. Luís. Na *Crónica* percebe-se, também, um traço de ressentimento por parte de D. Francisco em relação ao rei D. João III, por este ter preferido nomear o Conde da Castanheira como seu privado, preterindo-o a ele para esse cargo de confiança.

O autor da *Crónica* assevera que tal comportamento acabou por ter efeitos negativos na trajetória de D. Francisco:

«Desta livre e isenta condição e secas pallavras que no teor desta carta se vem e do fallar tanta verdade de que nella faz menção tirou o camareiro moor dom Francisco de Castelbranco o proprio e ordinario fruto destas calidades que he desvaler comumente com os príncipes e ser odiado de seus privados, e assi morreo sem o efeito de suas pretensões».



Nesse sentido, D. Francisco contrastou com o seu pai, D. Martinho, conde de Vila Nova, o qual, no seio da família, foi sempre reconhecido como “o conde”, por ter servido e privado com quatro reis, sendo considerado o exemplo por excelência do verdadeiro cortesão. Já D. Francisco foi diferente. Herdou o ofício do pai, mantendo-se como camareiro-mor de D. João, mas a sua influência junto do monarca foi pouco significativa, tendo vivido afastado da corte. Aliás, o título de conde de Vila Nova não foi renovado e D. Francisco só pôde usar o título de Senhor de Vila Nova. Apenas cerca de cinquenta anos mais tarde é que o título foi recuperado, quando D. Manuel de Castelo Branco, descendente da família, voltou a ser oficialmente reconhecido como conde de Vila Nova²⁸.

Como facilmente se compreende, a atribulada trajetória de D. Francisco na corte possui uma dimensão fortemente exemplar: ilustra os danos que podiam advir, para o próprio e para a sua linhagem, de uma atuação menos conseguida junto do rei.

Os Castelo Branco desempenharam, igualmente, um papel relevante na gestão da liberalidade régia. Nessa área também se destacou D. Martinho de Castelo Branco: «foi hũ dos grandes vedores da fazenda e que melhor a guovernarão neste reino em tempo algum». Dele se dizia que a fazenda real tinha «dois canos, hum muito largo e outro muito estreito». Ou seja: «nas cousas de honrra e importância os reis avião de despender com magnificência e liberalidade real»; já «na despesa e merçes ordinarias, se devia ter muita ordem e advertência grande em fugir da prodigalidade, inimigua capital do bem comum do rei e reino». D. Martinho era consciente de que desbaratar os recursos régios tinha consequências nefastas para todos, claramente identificadas pelo autor da *Crónica*:

«da dissipação do patrimonio real vem a pobreza delle, de que recreçem os tributos novos e extorsões aos vassalos e faltarem as forças pera a despesa da guerra quando soçede e das cousas de honrra quando as ha, e suspenderen-se os paguamentos das dividas, juros, tenças e mantimentos dos officiaes e particulares e, emfim, toda a miseria e desaventura de hum reino depende das forças ou neçessidades da fazenda da Coroa e rendimento della».

²⁸ Agradeço a Fábio Duarte a informação prestada sobre a trajetória de D. Francisco de Castelo Branco.



Um outro membro da linhagem que se destacou no aconselhamento de reis foi D. João de Castelo Branco, o qual serviu no Conselho de Estado de D. Sebastião. A *Crónica* realça que «sempre com muita verdade e liberdade de propia de sua linhagem e de sua particular condição dava seu parecer». É igualmente relevada a ponderação que pautou o seu aconselhamento do rei acerca da remuneração dos serviços prestados por diferentes dignitários. Refere a *Crónica* que D. João de Castelo Branco, sempre que via nos demais conselheiros

«desigualdade na repartição com pouca guarda da justiça distributiva e muita consideração a respeito impertinentes, tomou por remédio não querer comumente votar nos despachos taixa do premio que se avia de dar, mas soamente dezia na verdade a pouca ou muita sufeição que sentia de cada hum».

Atrás já se referiu a profunda ligação entre Afonso V e Gonçalo Vaz de Castelo Branco. A *Crónica* apresenta vários exemplos de outros membros da linhagem muito próximos do rei²⁹. Um dos atributos desse laço era a confiança total³⁰, tão forte que se manifestava, até, em lugares muito distantes do reino, como o Estado da Índia. A *Crónica* refere-se ao facto de que

«não faltou dom Pedro a esta esperança que el-rei nelle tinha, antes ajudou em tudo o dito viso-rei de maneira que lhe teve por isso grandissimo amor e afeição, como se mostra de hũa carta de sua mão feita em Guoa a dous de novembro do dito ano».

O já referido Martinho de Castelo Branco é, talvez, a figura mais destacada na proximidade com o monarca, neste caso, D. Manuel I. É plausível que tal se relacione com o facto de ter sido sob este monarca – e muito graças à intervenção de D. Martinho na corte – que os Castelo Branco lograram recuperar da queda em desgraça de Lopo Vaz de Castelo Branco durante o reinado de D. João II. Como se abordará adiante, foi este rei quem ordenou a execução de Lopo Vaz, alargando a punição à sua descendência.

29 MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago – Heredar la privanza. Los marqueses de Castelo Rodrigo y la vindicación del valimiento de sangre. In VALLADARES RAMÍREZ, Rafael, org. – *Hijas e hijos de validos: familia, género y política en la España del siglo XVII*. Madrid: Albatros, 2018. p. 27–59.
30 Cfr. CARDIM, O Poder dos Afectos..., 2000.



A *Crónica* lembra que D. Martinho serviu vários reis, sinal da sua fiabilidade e da sua constância. Para além de privar com D. Manuel, foi camareiro-mor do príncipe e rei D. João III. Além disso, foi nomeado testamenteiro de D. Manuel. Para o autor da *Crónica*, essa era uma inequívoca prova do amor que o ligava ao rei. Tendo tido acesso a algumas cláusulas desse testamento, refere que

«pelo teor dellas se vera que são cheas de hum grande e exçessivo amor e de hũa rara e singullar confiança e das mais honrrosas e obriguatorias pallavras que d’el-rei pera vassalo pode aver nem se nunca virão, segundo sou lembrado que ja outra vez notei neste sumario».

Em seguida, a *Crónica* apresenta o testamento de D. Manuel, no qual o rei dava grandes mostras de reconhecimento pelo conde de Vila Nova. D. Martinho é apresentado como um caso excecional, pois o seu valor havia sido reconhecido não só por um rei, mas sim por vários³¹. É disso que trata, precisamente, o capítulo 84, intitulado «Da valia que o conde dom Martinho teve com os quatro reis a quem servio». Em abono da figura de D. Martinho, inclui, igualmente, uma carta que o imperador Carlos V lhe escreveu, assim como uma missiva que remeteu a D. João III.

O capítulo 75 contém uma longa descrição da jornada de Dona Beatriz a Saboia e nele se sublinha o papel que D. Martinho aí desempenhou: «Como o conde de Villa Nova levou a inffante dona Britez a Saboia ao duque Carlos seu marido, em hũa poderosa armada de que foi e veio por capitão geral e guovernador, com os mais particullares que na jornada ouve». De acordo com a *Crónica*, a atuação de D. Martinho de Castelo Branco foi determinante para o sucesso desse importante momento de exibição cerimonial, em Saboia, da nobreza de Portugal:

«E para dar mostra em Saboia e França da diversidade de apellidos, linhagens e castas que em Portugal avia, hião mais com a dita senhora inffanta dez donas e damas de mui callificadas fidalguias, afora outras tres donas nobres e moças da camara e da guoarda roupa».

31 Acerca da importância do valimento neste período, ver, de MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago – “Ya no hay Rey sin Privado”. Cristóbal de Moura. Un modelo de privanza en el Siglo de los Validos. *Libros de la Corte*. Vol. 2 (2010), p. 21–37.



«Apelidos, linhagens» e castas»: nesta passagem torna-se evidente que, no Portugal do século XVI, o vocábulo utilizado para designar os estratos superiores da sociedade não era «nobre» ou «nobreza», mas sim «fidalguia», o que vem corroborar a tese já avançada por Nuno Gonçalo Monteiro num estudo pioneiro sobre esta matéria³².

A acreditar na *Crónica*, a jornada foi um êxito em grande medida devido ao acerto da planificação, por D. Martinho, do cerimonial. Graças a ele, a reputação de Portugal saiu reforçada:

«E pera se lhe crer a muita soma que diz destas cousas, propoem que estava este reino de Portugal então o mais rico da christandade e remata con dizer que nunca tal gente se vio de riqueza e gualantaria, e que priçipalmente forão muitos, mui grandes e mui exçessivos os gastos do arçebispo de Lixboa e do dito conde de Villa Nova e os que fez o conde almirãote com dom Françisco e dom Estevão da Guama, seus filhos, que com os mais fidalgos acompanharão a dita senhora infanta».

A par da ênfase atribuída ao papel dos Castelo Branco na organização do cerimonial palaciano, a *Crónica* inclui também passagens particularmente reveladoras sobre a crescente influência da corte régia – e dos seus estilos de comportamento – na vida política do período³³. Assevera que alguns membros da linhagem dos Castelo Branco se tinham distinguido pela sua cortesia³⁴. De D. Martinho de Castelo Branco, a *Crónica* enaltece «o nascimento, criação, feições corporaes e cortesania». Assegura que

«foi hum dos cortesões guabados, avisado, gualante, servidor de damas, gastador e juguador que en seu tempo ouve. Achan-se no *Cançioneiro Geral* de Portugal, em muitos lugares, trovas suas e repostas a ellas. E nunca as suas entre as dos outros con que se relatão perdem o preço, como se dellas pode ver folio 147, 143, 126, 124, 71, 72, 157, 159, 172 e em outros lugares».

32 MONTEIRO, Notas Sobre Nobreza..., p. 15–51.

33 BOUZA ÁLVAREZ, Fernando – Vies de palais. Les biographies manuscrites comme manuel de cour. *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*. Vol. 39 (2000), p. 65–85.

34 GOUVEIA, António Camões – O nobre cortêsão. Esboços de um auto-retrato seiscentista. *O Estudo da História*. N° 12–15 (1990–93), p. 213–234.



A acreditar na *Crónica*, a habilidade curial de D. Martinho também foi determinante para o seu bom desempenho do cargo de conselheiro: era «homen de muita confiança e a elle muito afeito e gualante pera o tal cargo, pois era pera gentileza e gualantaria. Por estas pallavras se ve bem a reputação de bon cortesão que o dito conde tinha».

A *Crónica* oferece um exemplo muito sugestivo da cortesia de D. Martinho. Quando D. João III decidiu viajar até Santiago de Compostela, incumbiu D. Martinho de Castelo Branco de acompanhar a rainha. Durante esse período os dois dedicaram-se à leitura de livros de cortesias, entre os quais o famoso tratado de Baltazar Castiglione:

«era ordinario neste tempo manda-lo a rainha chamar pera os serões, e estando sua alteza com as damas manda-lo assentar e leren-se livros de historias e tratar-se cortesãmente das materias delles pello modo que no livro intitulado *Cortesão Perfeito* se diz que se fazia na corte do duque de Urbino, de que resultou a composição daquelle exçelente tratado»³⁵.

Contudo, e a par de enaltecer a corte régia, o autor da *Crónica* não deixa de assinalar os aspetos negativos da política curial. Lastima, por exemplo, que a dissimulação, a inveja e a intriga política fossem comportamentos frequentes no palácio real. Tal acontece, por exemplo, quando explica os motivos pelos quais D. Martinho não ostentou, de imediato, o título de conde.

Importa lembrar, como assinalaram Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro, que o serviço continuado na corte foi-se revestindo de crescente prestígio, vindo mesmo a ser mais generosamente recompensado pelo rei do que os serviços de carácter militar. Importa sublinhar, aliás, que o *consilium* constituía um dever inerente à condição nobre³⁶.

35 MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago – Semblanza de un cortesano instruido: el Marqués de Velada, ayo del príncipe Felipe (III) y su biblioteca. *Cuadernos de Historia Moderna*. Vol. 22 (1999), p. 53-78.

36 CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Aristocracia, poder e família em Portugal..., p. 47-75; CUNHA, Mafalda Soares da – A casa de Bragança e a expansão, séculos XV-XVII. In COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, orgs. – *A alta nobreza e a fundação do Estado da Índia: actas do colóquio internacional*. Lisboa: CHAM-Universidade Nova de Lisboa, 2004. p. 303-320.



Para o autor da *Crónica*, o servidor ideal era aquele que conseguia combinar harmoniosamente o serviço na guerra e o serviço na corte. Ainda a respeito de D. Martinho de Castelo Branco, embora assinala os serviços de guerra que prestou, designadamente em Larache, a *Crónica* concede muito mais destaque à sua prestação no planificar de cerimónias, designadamente nas «jornadas de Castella e Aragão e entradas das rainhas e princesas, e mortes dos reis em que se achou o conde dom Martinho de Castelbranco». D. Martinho terá sido fundamental na organização do cerimonial de todos estes eventos.

Nuno Vaz Pereira também se destacou como soldado e conselheiro no tempo em que serviu no Estado da Índia:

«Concorrerão neste fidalguo tres cousas mui difficultosas de ajuntar: grande conselho pera guoverno, grande esforço e deligençia pera pellejar, singular condição e brandura pera conversar; com as quais partes foi não soamente exçelente capitão e soldado, mas geralmente de todos mui amado e benquisto, assi do viso-rei como dos fidalguos e soldados da India...».

Numa das poucas referências ao serviço prestado ao rei na África Subsaariana (mas na área de jurisdição do Estado da Índia), a *Crónica* sublinha o papel desempenhado por Nuno Vaz Pereira em Quiloa. Nomeado capitão-mor da fortaleza de Sofala, «partindo elle da India a servir o dito cargo se forão com elle muitos fidalguos e homens nobres sem cargo algũ mas so por ser benquisto e o amarem e desejarem debaixo de sua bandeira e conversação servirem a el-rei». Chegado a Quiloa, deparou com muitas «alterações» e com os portugueses divididos em vários «bandos». De acordo com a *Crónica*, Nuno Vaz

«paçificou a terra de todo. E sossegadas as alterações, fez rei da dita çidade a quem justamente por direito conforme as provisões d'el-rei dom Manoel o devia ser, e deu tal ordem nos tributos e arrecadação delles que com grande facilidade em mui breve tempo se tornou a povoar e ennobrecer melhor que d'antes a dita çidade de Quiloa».



Citando João de Barros, refere que «Nuno Vaz mostrou não ter menos de prudência que de cavalaria».

No meio do enumerar dos serviços prestados pelos Castelo Branco, o autor da *Crónica* desenvolve uma série de reflexões sobre o ofício de reinar. As qualidades de um bom rei são elencadas em vários momentos, por exemplo quando afirma que «eu não vejo como el-rei podia deixar o conselho que tomou sem faltar aos primores da honrra, à obrigueação de tutor, à natureza de parente, ao animo e ofício d’el-rei, ao foro d’amizade, à lei de cavaleiro e finalmente ao ser de bom homen». O ofício régio surge, neste passo, subsumido ao *ethos* nobiliárquico e à lógica do *consilium et auxilium*.

Contudo, a *Crónica* também define o ofício régio em termos negativos, ao apresentar exemplos de monarcas cuja conduta é apresentada como desadequada face aos deveres da figura real.

A *Crónica* critica com frequência a irascibilidade dos reis, chegando mesmo a apontar traços de crueldade. D. João II, ainda como príncipe, é um dos mais visados, sobretudo no capítulo 21, intitulado «Da morte de Lopo Vaz de Castelbranco, e de como o príncipe dom João se ouve no modo de a ordenar». Nessas páginas a *Crónica* apresenta uma forte crítica ao papel do príncipe D. João, futuro D. João II, que mandou matar Lopo Vaz de Castelo Branco. O autor da *Crónica* é muito severo para com o futuro rei, explicando que o próprio príncipe havia preparado a cilada, instruindo os matadores a cultivarem uma «fingida amizade» com Lopo Vaz. Assegura que «ao príncipe o não movião nisto respeitos pubricos do bem do reino e segurança da villa, mas odio particular». D. João é, portanto, criticado por ser um rei vingativo, por estender a sua cólera à descendência de Lopo Vaz de Castelo Branco – o seu filho foi excluído da sucessão e perdeu o morgado.

O rei D. Manuel, com a sua condição colérica, também é visado pelo autor da *Crónica*, mas de um modo muito menos severo do que D. João II.

Nos comentários críticos a estes monarcas ecoa a ideia de que o amor (e não o medo) era o que servia de base à verdadeira autoridade. E percebe-se,



também, que, para o autor da *Crónica*, este tipo de comportamento violava o princípio do *consilium et auxilium*, estruturante na relação entre senhor e vassalo.

4. Os Castelo Branco na crise sucessória de 1580–81

A *Crónica* contém várias referências a um acontecimento marcante ocorrido pouco tempo antes da data em que o texto foi redigido: a crise sucessória que afetou a coroa portuguesa em 1580–81 e que culminou na integração de Portugal na Monarquia Hispânica³⁷.

A crise sucessória aparece, desde logo, nas páginas que tratam de D. Martinho de Castelo Branco e do seu envolvimento nas negociações relativas à sucessão de D. Manuel, após o casamento deste, em 1497, com Isabel de Aragão, então herdeira dos tronos de Castela e Aragão. A *Crónica* destaca o facto de D. Manuel se ter feito acompanhar de alguns dos melhores fidalgos do reino para essa «jornada de tanta magestade e importância». Um deles foi D. Martinho de Castelo Branco.

A par de enaltecer mais um serviço prestado por D. Martinho, a *Crónica* recorda as Cortes de Lisboa de 1499 e a sua influência na «assembleia dos três estados» que se celebrou na vila de Tomar, quase um século mais tarde, em 1581, na qual Filipe II foi jurado como rei de Portugal. A *Crónica* evoca, em especial, os chamados «Artigos de Lisboa de 1499», assinalando que estes tinham influenciado o articulado que, décadas mais tarde, seria jurado nas Cortes celebradas em Tomar. Refere o autor da *Crónica* que,

«depois d’el-rei dom Manoel ter muitos e graves conselhos e cortes geraes sobre sua ida e soçessão de Castella, emfim tomou por derradeira determinação não faltar em ocasião e jornada tão importante, deixando primeiro assentadas todas as cousas que cumprião ao bem do reino con tanta prudência que ainda aguora el-rei dom Felliipe, nosso senhor, seu neto,

37 Os melhores estudos sobre este período são os de BOUZA ÁLVAREZ, Fernando – *Portugal en la Monarquía Hispánica (1580–1640). Felipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal Católico*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1987; e também de BOUZA ÁLVAREZ, Fernando – *Portugal no tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações (1580–1668)*. Lisboa: Cosmos, 2000.



nas merções que fez a estes seus reinos nas cortes de Tomar no ano de 581 se conformou na maior parte dos capitulos della com o que o dito senhor rei dom Manoel em semelhante caso assentara com os povos nas cortes de Lixboa antes que partisse pera Castella».

Vislumbra-se, neste excerto, um primeiro posicionamento do autor da *Crónica* a favor de D. Filipe I.

A *Crónica* mostra, igualmente, que os Castelo Branco estiveram no epicentro da crise sucessória. Tal é demonstrado no capítulo 102, intitulado «Das mulheres e filhos e descendentes de dom João de Castelbranco, filho terceiro do conde de Villa Nova». Uma das descendentes de D. João de Castelo Branco, D. Helena, casou com D. João Mascarenhas, «alcaide moor e comendador de Castelo de Vide, mui famoso pello segundo cerco de Dio que aconteeço no ano de 1546». Mascarenhas destacou-se como mordomo-mor do cardeal-rei D. Henrique e foi um dos cinco governadores que lideraram o reino depois do falecimento de D. Henrique em janeiro de 1580: «por sua morte foi hum dos çinco guovernadores deste reino que deixou eleitos o dito senhor rei dom Henrique, os quais escolheo d'entre os que forão nomeados pellos povos nas cortes de Lixboa, ano de 79».

O registo predominante, nas passagens referentes ao período da crise sucessória, vai no sentido de demonstrar que os Castelo Branco haviam dado sempre um apoio inequívoco a quem ostentava a dignidade régia, primeiro D. Henrique e, depois, Filipe de Habsburgo. É isso o que acontece nas páginas dedicadas a um outro membro da linhagem, o prelado D. Afonso de Castelo Branco. No capítulo 106, intitulado «De dom Afonso de Castelbranco, bispo que foi do Alguarve e ora he de Coimbra e conde de Arganil», o autor da *Crónica* lembra que D. Afonso havia dado vários sinais de lealdade a D. Henrique enquanto este ainda estava vivo. Tal tinha acontecido, por exemplo, durante as Cortes que ocorreram nesse período, onde proferiu discursos muito claros a esse respeito:

«E sendo levantado por rei el-rei dom Henrique, en todas as cortes que fez sobre materia da soçessão do reino depois de seus dias se achou dom Afonsso no estado da nobreza, e nas primeiras dellas, ano de 79, falou



ao povo da parte d'el-rei com hũa oração grave, elegante e compendiosa como a calidade de materia e dificuldades do tempo requerião».

A *Crónica* lembra, igualmente, que D. Afonso havia desempenhado um papel crucial nos tensos meses que se seguiram à morte de D. Henrique, assegurando que, nessa ocasião, se posicionou invariavelmente do lado do ordenamento régio e das pretensões de Filipe II: «Nas alterações que soçederão por morte do dito rei dom Henrique escolheo a melhor parte, seguindo a voz d'el-rei dom Phelipe, nosso senhor, verdadeiro e legitimo suçessor pera quem se foi». O autor da *Crónica* é inequívoco a respeito do seu posicionamento relativamente aos vários pretendentes da coroa portuguesa em 1580: D. Afonso «escolheo a *melhor parte*» [itálico nosso].

Além disso, a *Crónica* também conta que D. Afonso desempenhou um papel crucial nos tempos conturbados em que os governadores fugiram de Setúbal, durante um período em que as movimentações de D. António, Prior do Crato, já estavam em andamento. Por ordem de Filipe II, D. Afonso de Castelo Branco «esteve com os guovernadores na çidade d'Elvas assistindo no despacho da Mesa da Consciencia, carreguo que elle tãobem tivera em tempo dos reis don Sebastião e dom Henrique». Mais tarde seria devidamente recompensado por Filipe II:

«Poucos dias depois de dom Afonso de Castelbranco ser em Elvas, vagando o bispado do Algarve por morte do eloquentissimo e doutissimo varão dom Jeronimo de Osouro, çelebrado per seus livros, el rei nosso senhor de Badajoz, onde estava, lhe fez saber como o avia postulado a Sua Santidade pera suçessor na dita prelasia».

Uma vez estabilizada a situação no reino a favor de Filipe II³⁸, D. Afonso foi logo escolhido para servir na corte do novo rei durante o período em que este permaneceu em Portugal: «continuou dom Afonso na corte e serviço de sua magestade, não deixando de cumprir algũas vezes com a obrigação de seu preguador que lhe ja vinha do tempo dos reis atras». Foi isso o que sucedeu em 1583: D. Afonso de Castelo Branco

38 VALLADARES RAMÍREZ, Rafael – *La conquista de Lisboa. Violencia militar y comunidad política en Portugal, 1578–1583*. Madrid: Marcial Pons, 2008.



voltou a ser escolhido para proferir a «oração de proposição» das Cortes que foram convocadas para jurar o príncipe D. Filipe, futuro Filipe III: «no levantamento do príncipe dom Felipe, nosso senhor, que se fez em Lixboa o ano de 83 en cortes teve outra oração».

O autor da *Crónica* incluiu o discurso de Dom Afonso na obra, lembrando que essa «oração anda impressa com o estromento do dito levantamento e cortes e com outro das que sua magestade fez em Thomar o ano de 81». A «Falla de don Afonso de Castelbranco nas cortes, ano de 83, no levantamento e juramento do príncipe dom Felipe, nosso senhor», proferida diante dos representantes dos três estados, está toda ela orientada para a obediência a Filipe II e seus descendentes. D. Afonso chega mesmo a equiparar essa obrigação ao dever de obedecer a Deus:

«[uma] devida e natural obrigação de o amarem, obedecerem, honrrarem e confiarem em tão verdadeiro senhor. E quanto o justo e prudente guoverno de sua magestade he mais conforme a este natural e divino, tanto de nós deve ser melhor recebido e amado. Obrigua-nos a real manifiçençia d'el-rei nosso senhor con que a todos en geral e a cada hum em particullar fez tantas e tão asinaladas merçes a o servirmos con lealdade de amor. Obrigua-nos sua singular prudênçia con que nos guoverna com inteireza de justiça e quietação de paz a o seguirmos com prontidão de obediênçia. Obrigua-nos a grandeza de seu poder con que nos defende de nossos imigos a o venerarmos com o amor e obediênçia que devemos. Obrigua-nos, finalmente, muito a tudo sua inviolavel verdade con que nos fez merçe de cumprir e guoardar todas as merçes, privilegios, graças, isenções que a estes seus reinos con tanta liberalidade e grandeza prometeo e quis cumprir...».

Como seria de esperar, o contributo de D. Duarte de Castelo Branco – a quem a *Crónica* é dedicada – para a entrada de Portugal na Monarquia dos Áustrias também merece uma atenção especial.

Assim, a partir do capítulo 112, a *Crónica* descreve a trajetória de D. Duarte, referindo, por exemplo, a sua longa estadia em Madrid na década de 1570. Recorde-se que, durante esse período, D. Duarte visitou D. Joana de Portugal e exerceu funções como embaixador junto de Filipe II. Ele e a sua



mulher, Catarina de Silva, tiveram vários filhos nascidos em Castela, os quais foram apadrinhados por figuras cimeiras da nobreza daquela coroa. Tal facto é revelador da forte inserção de D. Duarte no universo nobiliárquico castelhano³⁹.

Porém, mais do que salientar estes factos, a *Crónica* destaca o papel que D. Duarte desempenhou na crise sucessória de 1580.

Antes de mais, recorda que D. Duarte havia estado profundamente envolvido na tentativa de obter autorização papal para que D. Henrique fosse dispensado dos votos religiosos, o que, a ser alcançado, lhe permitiria casar e tentar dar um sucessor para o trono de Portugal. O autor da *Crónica* afirma que D. Duarte tinha consciência de que essa autorização dificilmente seria concedida, mas assevera que isso não o tinha impedido de tentar e de viajar mesmo até Roma, no que constituiu mais uma prova do quanto a família Castelo Branco valorizava o serviço ao rei. E quando percebeu que essa autorização não iria ser concedida, D. Duarte

«loguo deu por escrito seu parecer ao afligido rei do que era bem que fizesse pera quietação e benefício geral do serviço de Deos e bem deste reino. E assi se foi declarando en tudo nas cortes e juntas e en toda a outra parte, sem embargo dos inconvenientes e perigosos que os tempos offereção».

No meio de todas essas atribulações, D. Duarte deu outra prova do quão diligente era no serviço à Coroa: mesmo circulando rumores de que haveria peste em Lisboa, conseguiu «fazer a armada da Índia do ano de 580, que lhe tocava pelo cargo de veador da fazenda (de que neste ano fora promovido)».

A *Crónica* também dedica atenção à ação de D. Duarte de Castelo Branco nos atribulados tempos que se seguiram à morte de D. Henrique, em janeiro de 1580:

39 Cfr. AGULLÓ, Mercedes – *Extranjeros en España, siglos XVI-XVII*. Boston: Joseph P. Healey Library-University of Massachusetts Boston, 2016. p. 148. A melhor análise deste tema é de CUNHA, Mafalda Soares da – *Títulos portugueses y matrimonios mixtos en la Monarquía Católica*. In CASA-LILLA, Bartolomé Yun, org. – *Las redes del imperio: élites sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714*. Madrid: Marcial Pons, 2009. p. 205-232.



«com o mesmo intento e por çima das mesmas dificuldades (que por respeito da pretensão e divisão do reino sempre hião crecendo) [Dom Duarte] tinha continuado com os guovernadores que por morte d'el-rei dom Henrique ficarão, satisfazendo por obra com a obediência que en vida de sua alteza lhe prometera e jurara guoardar nas cortes que el-rei fez en Lixboa no ano de 579 (como fizerão os mais fidalguos principais, prellados e povos, cousa que muitos delles depois mal comprirão)».

Ou seja, na *Crónica* D. Duarte é mais um membro da linhagem dos Castelo Branco enaltecido pela sua constância no serviço ao rei, mesmo nos momentos mais difíceis, nisso contrastando com outros fidalgos, muito mais instáveis no seu compromisso com a Coroa e com o ordenamento régio. Nos meses de grande tensão entre a morte de D. Henrique e a entrada das forças de Filipe II em Portugal (final de junho de 1580)⁴⁰, D. Duarte

«se foi a Almeirim a elles e os acompanhou [aos governadores] sempre atee en Setuval chegar o dia de se elles sairem da dita villa, que se poderá afirmar con verdade o não fizerão se elle não fora, como em particullar está sabido que ouve esta sua saida e salvação e feito pelo que lhes elle disse e fez fazer».

Por outras palavras, segundo a *Crónica* os governadores de Portugal só conseguiram sair ilesos de Setúbal graças às diligências de D. Duarte de Castelo Branco. Uma vez em Aiamonte com os governadores, D. Duarte recebeu de Filipe II a ordem para que se colocasse sob a proteção do duque de Medina Sidónia. No entanto, a *Crónica* sublinha que D. Duarte prescindiu de o fazer e de se ir encontrar com Filipe II em Badajoz, decidindo permanecer com os governadores em Castro Marim. Tal gesto é explicado pelo autor da *Crónica*: ao invés de se colocar em segurança e de ir para junto do rei para receber as mercês que lhe competiam, D. Duarte preferiu permanecer junto dos governadores a fim de garantir que não haveria «alterações» no Algarve:

40 Acerca desta conjuntura, ver, de CARDIM, Pedro – Élités, représentation et participation politique du «peuple». Les Cortes et le débat sur l'élection du roi dans la crise de succession portugaise de 1578–1581. In JUNOT, Yves; RUIZ IBÁÑEZ, José Javier, orgs. – *Quand le Peuple élit le Roi*. Lille: Les Presses Universitaires du Septentrion (no prelo).



«Porque, posto que entendia convir-lhe muito a elle pera suas ertenceres pretensões [ir ao encontro de Filipe II], o deixou de fazer pello benefício geral destes reinos e particularmente pello do Algarve em cuja ertencer e ertenc ao serviço de sua ertencer fez o que he notório».

D. Duarte terá sido, portanto, decisivo na «quietação» do reino e na sua aceitação do domínio de Filipe II, «em particular no caso do decreto que sua magestade mandou aos guovernadores que assinassem, por que elles declaravão pertencer-lhe a soçessão deste reino». O autor da *Crónica* assevera que D. Duarte também esteve por detrás da aprovação deste decreto: «ouve muitos particulares a que a prudência e inteireza do dito meirinho moor acodio pera isto ser na forma que devia».

D. Duarte só partiu ao encontro do rei quando o cenário político se mostrou finalmente mais estável:

«foi com os mesmos guovernadores a Badajoz beijar a mão a sua magestade donde, recolhendo-se pera Olivença ao dia que chegou tornou a ser chamado, e sua magestade o mandou vir a esta çidade de Lixboa acudir ao muito que nella de seu serviço avia que fazer».

Conclui o autor da *Crónica* que, graças a D. Duarte, «tudo por sua grande verdade cuidado e diligência se fez melhor e com mais brevidade do que en tais tempos parecia possível»⁴¹. Os Castelo Branco, e em particular D. Duarte, são apresentados como os fautores do Portugal dos Áustrias. Além disso, a *Crónica* acrescenta que, nem sequer nesse ambiente de convulsão política D. Duarte se esqueceu dos seus deveres como vedor, pois tratou diligentemente do apresto da armada da Índia do ano de 1581:

«como que não ouvera peste na çidade nem fora nela viso-rei, com acreçimento de tantas mais despesas e gastos quantas nunca neste reino se fizeram sendo nelle tal o ano de trabalhos, perdas e roubos de fazenda qual foi».

41 Acerca da ação de D. Duarte de Castelo Branco nesta conjuntura, ver, de LUXAN MELENDEZ, Santiago de – *La Revolución de 1640 en Portugal, sus fundamentos sociales y sus caracteres nacionales. El Consejo de Portugal. 1580-1640*. Madrid: Editorial de la Universidad Complutense, 1988. p. 76 segs.



Além disso, continuou a tratar do provimento dos ofícios «e das esmolas ordinarias que os reis fazião e às vendas e arrecadações da fazenda como se fora em tempos quietos e bonãosos».

Nesse mesmo ano D. Duarte foi eleito pela câmara de Lisboa para seu procurador nas Cortes que iriam reunir em Tomar. Foi escolhido, segundo a *Crónica*, porque a câmara teve em conta «os bons respeitos e considerações con que neste particular desejava servir e contentar a sua majestade». Porém, e sempre a acreditar na *Crónica*, Filipe II considerou que não era oportuno que D. Duarte se ausentasse de Lisboa, talvez por saber que a situação política, na capital, não estava ainda completamente estabilizada. D. Duarte só partiu para Tomar depois de ter a certeza de que a resistência contra Filipe II tinha sido completamente vencida.

Depois das Cortes de Tomar, Filipe II confiou a D. Duarte as obras no Paço da Ribeira, para que tudo estivesse preparado para a sua entrada em Lisboa. E na sequência da bem-sucedida «joyeuse entrée» de Filipe II em Lisboa, D. Duarte deu mais uma prova da sua lealdade e do seu apego a Portugal. Como explica a *Crónica*,

«vindo da dita villa de Tomar sua magestade a Almeirim, foi [D. Duarte] mandado ir ao despacho de que se escusou por duas vezes. E tronando-se el-rei nosso senhor para os seus reinos de Castella ficou nestes de Portugal servindo de veador da fazenda por lho elle assi mandar mui estreitamente, posto que por algũas causas fez particular instançia a sua magestade antes de sua partida por deixar este cargo».

Entrevê-se, aqui, um sinal de que D. Duarte ambicionava outro cargo, tendo-se resignado com o que Filipe II então lhe determinou.

O relato das ações de D. Duarte de Castelo Branco estende-se até tempos muito próximos da composição da *Crónica*, ou seja, os anos finais da década de 1580. Nele se refere que, no final de 1586, Filipe II havia dado ordem para que D. Duarte servisse no Conselho de Estado do vice-rei Alberto de Áustria, «na materia do guoverno e do despacho». A respeito deste episódio o autor da *Crónica* explora, uma vez mais, um tópico muitocorrente na literatura da época dedicada ao serviço: o «desinteresse».



Assim, refere que D. Duarte, dando mais uma vez mostras de desapego ao poder e de serviço «desinteressado», «se escusou com grão força e detreminada resolução por vezes, e da derradeira lhe respondeo sua magestade que nenhuma de suas rezões e escusas lhe admetia e que via que em todo o caso o servisse niso». D. Duarte não teve, por isso, outra alternativa a não ser servir nesse cargo, o qual acumulou com o de vedor da fazenda, tanto na repartição do reino como na dos contos e das terças. Nessa qualidade, levou a cabo uma «nova reformation de offeçiais» e muitos outros serviços, todos eles

«importantes ao bem comum, ao acreçentamento e arrecadação da fazenda real, ao provimento dos luguares de Africa e das mais fortalezas da costa e à conservação da justiça e inteireza dos ministros e finalmente ao pagamento das tenças, juros, ordenados, desembarguos das partes e breve e expediente despacho de toda a maneira de negoçios».

A *Crónica* encerra a parte referente a D. Duarte de Castelo Branco com (mais) um rasgado elogio ao mesmo:

«he tão notoria sua rara prudência, inteireza, constância, seu perpetuo cuidado e continuação nas obrigações de seus carguos e o muito effeito que sempre resulta de sua assistência nos tribunais que lhe tocão, e a grande differença que per sua presença ou ausência o d'el-rei e o das partes nella sentem, e tão entendido de todos o rarissimo dom de seu exçelente talento pera toda a materia de guoverno que com a notariedade e largua experiência que ha destas suas tão perfeitas calidades se escusa bem o que dellas aqui se pudera dizer».

Complementa este elogio com os votos de que tão grandes serviços viessem a ser devidamente remunerados. Aliás, a *Crónica* inclui, mesmo antes do final, um rol das «socesões de morguados de bens da coroa e patrimoniais e comendas que ate'guora tem o conde meirinho mor dom Duarte de Castelbranco», e uma enumeração «Das capellas e jaziguos que en diverssas partes tem os desta famillia de Castelbranco»⁴².

42 Cfr. ROSA, Maria de Lurdes – *As Almas Herdeiras. Fundação de Capelas Fúnebres e Afirmação da Alma como Sujeito de Direito (Portugal 1400-1521)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.



No final da *Crónica* o seu autor faz uma declaração absolutamente perentória: D. Filipe I «a ninguém neste reino por nenhum respeito mais deve» senão a D. Duarte⁴³. Os seus valiosos serviços seriam devidamente recompensados: a 25 de fevereiro de 1582 o rei concedeu-lhe o título de conde de Sabugal. Mais tarde, em 1593, com a saída do vice-rei Alberto da Áustria, D. Duarte tornar-se-ia num dos governadores do reino na ausência do monarca.

5. Críticas a cronistas e a autores de livros de linhagens

Embora a *Crónica* se baseie, e muito, em textos cronísticos e em livros de linhagens, o seu autor é frequentemente crítico a respeito das obras que compulsou. É esse o tema a que serão dedicadas as derradeiras páginas deste ensaio.

Logo no prólogo, o autor da *Crónica* lamenta o facto de os portugueses, ao contrário de outros povos, disporem alegadamente de menos livros, anais, elogios, epitáfios, imagens, letreiros, pedras antigas e memoriais. Em vários passos também declara que as «crónicas do reino» eram «rudes e incompostas (exceituando as mui modernas)». Além disso, afirma que desejava corrigir os livros de linhagens e ir além deles, desde logo em termos estilísticos, por os considerar fastidiosos. Assume, constantemente, a preocupação por citar documentos autênticos e alardeia, frequentemente, o seu compromisso com a verdade. No final da *Crónica* essa atitude é reforçada com a inclusão de umas «Anotações e adições a diversos lugares deste livro», de acrescentos para «dar mais crédito» e, ainda, de uma série de erratas.

Em todo o caso, não faltam as passagens nas quais a *Crónica* diverge das fontes que utiliza. Entre as críticas mais correntes estão as omissões, a falta de rigor e algum facciosismo. Queixa-se, por exemplo, de que Jerónimo Zurita diminuiu a vitória dos portugueses em Aljubarrota. São também

43 MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago – “Fineza, lealtad y zelo”. Estrategias de legitimación y ascenso de la nobleza lusitana en la Monarquía Hispánica: Los marqueses de Castelo Rodrigo. In RIVERO RODRÍGUEZ, Manuel, coord. – *Nobleza hispana, nobleza cristiana: la Orden de San Juan*. Vol. 2, 2009. p. 913-960.



numerosos os passos em que corrige livros de linhagem. Um exemplo: «porem, (a meu joizo) dom Antonio [de Lima] se enganou e confundio en todos estes particulares...».

Como se disse, o autor da *Crónica* anuncia, por diversas vezes, que a sua prioridade era repor a verdade, para estabelecer em que momento os factos tinham acontecido. Nota-se, ao longo da *Crónica*, a preocupação por esclarecer não só a data, mas também os bens dos Castelo Branco e em que circunstâncias haviam sido adquiridos. Sucedem-se, igualmente, as listas de mercês recebidas pelos Castelo Branco, como por exemplo «as merçes e doações que forão feitas a Guonçallo Vaz de Castelbranco». Também é visível a preocupação por esclarecer a ordem de sucessão dentro da linhagem, o que leva o autor da *Crónica* a ocasionalmente corrigir escritos cronísticos e livros de linhagens.

Em alguns passos também é notório o empenho em desmentir cronistas que tinham falado de traições de membros da linhagem dos Castelo Branco, ou de episódios de desentendimento com reis. É isso o que sucede no capítulo 18, intitulado «De Lopo Vaz de Castelbranco, “o Torrão”, primeiro filho do almirãote Nuno Vaz, e de suas callidades e condições e das cousas que erradamente alguns autores delle escrevem». Neste caso, a preocupação é desmentir que Lopo Vaz havia cometido traição no contexto das guerras com Castela. Reconhece que Lopo Vaz era conflituoso, mas diverge do que Damião de Góis tinha afirmado, avisando que iria «repor a verdade» sobre o que realmente tinha acontecido. Admite que tinha ocorrido um conflito entre Afonso V e Lopo Vaz, mas nega que este tenha sido um traidor. Desmentindo perentoriamente vários cronistas, afirma que Lopo Vaz jamais «tomou a voz por Castela».

Um outro caso de que se ocupa a *Crónica* é o do alegado desentendimento entre D. Martinho de Castelo Branco e D. João II. Esse é, precisamente, o tema do capítulo 83: «D’algũas merçes que o conde en sua vida ouve pera seus filhos, e de duas historias que se delle com el-rei dom João o segundo contão en sua chronica». A finalidade é, uma vez mais, demonstrar que D. Martinho jamais havia sido repreendido pelo rei.



O autor da *Crónica* chega mesmo a incluir reflexões sobre o cuidado que deveriam ter todos aqueles que escreviam sobre o passado nobiliárquico. Uma das passagens mais sugestivas sobre este tema relaciona-se com o atrás citado Lopo Vaz de Castelo Branco, «o Torrão», e a sua alegada traição. Refere o autor da *Crónica* que

«neste exemplo se ve bem quãoto importa quem escreve istoria tratar mui particulamente de tomar meudas e verdadeiras imformações, não soomente dos feitos de cada hum, mas das causas e fins que moverão sua tenção (pella qual todos os autos humanos se julgão e tomão o nome de maos ou bons), para conforme a ella lhe dar a cor e tinta que na istoria merecerem».

O rigor na escrita de crónicas era tanto mais importante quando se tratava de «materias desta calidade, de que a maculla e nodoa (quando a há) alcança não soamente ao autor, mas a toda sua familia». O pior que podia acontecer a uma linhagem era ter uma crónica a relatar um episódio de traição. Quando tal acontecia, só a muito custo se poderia restaurar a sua reputação.

Este compromisso com o rigor faz com que a *Crónica* esteja carregada de elementos probatórios⁴⁴. São muitos os autores citados, elencados logo no início com uma lista de «Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle», seguida de uma enumeração de «Autores theologos e historicos antiguos e poetas e humanistas que se neste livro citão pera algum dito, sentença ou exemplo ou acaso pera outro efeito».

Quanto a outras fontes, o autor da *Crónica* refere ter tido acesso a arquivos de família⁴⁵ e, até, à Torre do Tombo. Tal acontece, por exemplo, no capítulo 9, intitulado «De Alvaro Vases de Castelbranco, vassalo d'el-rei dom Pedro e alcaide moor de Covilhã, de quem escendem todos os fidalguos desta linhagem que oje há, cuja fidalguia se prova de quatroçentos anos a esta parte». Ali se pode ler que

44 MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago – Memoria aristocrática y cultura letrada: usos de la escritura nobiliaria en la Corte de los Austrias. *Cultura escrita y sociedad*. Vol. 3 (2006), p. 58-112.

45 DUARTE, Fábio – *Herdar, Legar e Registar: o arquivo e o Tombo do Cartório da Casa de Vila Nova de Portimão*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2022. Dissertação de Mestrado.



«consta pello livro dos registos d’el-rei dom Pedro, folhas primeira, que fez merçe ao dito Alvaro Vasquez de Castelbranco, seu vassalo, do castello de Covilhã, en Lixboa, a treze de julho da era de Çesar de 1395, que fica sendo do nascimento de Christo de 1357, e ha 230 anno».

Este excerto revela a preocupação em destacar há quantos anos os Castelo Branco eram detentores do título de alcaide-mor da Covilhã.

O autor da *Crónica* recorreu, também, a fontes orais: «E he mui viva naquella villa entre as pessoas antiguas (que ouvirão fallar nelle a seus antepassados) a memoria deste fidalguo». A isto se soma a inclusão, na *Crónica*, de cartas de dignitários, como papas, o imperador Carlos V e outras figuras, como Giovanni de Medici, no capítulo 59:

«De dom João de Castelbranco, terçeiro filho do guovernador don Gonçalo, embaixador que foi en Roma en tempo d’el-rei dom Manoel e que laa falleçeo elleito bispo de Lameguo, e das cartas que sobre elle escreveo o cardeal João de Mediçis e depois de ser papa Leão deçimo».

A *Crónica* termina com um capítulo de síntese de tudo o que foi apresentado, intitulado

«En que se resume como os desta familia de Castelbranco se acharão en todos os prinçipaes feitos de guerra e emprezas que à Coroa de Portugal tocassem e tiverão quasi todos os mores offiçios do reino e estão liados con quasi todas as mais illustres e prinçipaes familias delle».

Para além de apresentar mais dados sobre o facto de a designação «fidalgo» ser, então, preferencial à de «nobre», nesse resumo o alegado autor – Garcia Velez de Castelo Branco – sintetiza todos os pontos que havia abordado acerca da linhagem dos Castelo Branco, a saber: eram inequivocamente fidalgos há mais de quatrocentos anos; nos duzentos anos anteriores à composição da *Crónica* haviam estado em todos os momentos decisivos da vida do reino; tinham participado nas principais batalhas travadas na Península Ibérica, no Norte de África e na Índia; estavam



aparentados com as melhores famílias de Portugal; e, finalmente, haviam sido titulares dos melhores ofícios e dignidades da Coroa, assim, como de benefícios eclesiásticos, tendo sempre servido os vários reis – incluindo D. Filipe I de Portugal – de uma forma exemplar. Assim se demonstrava a antiguidade, valentia, ousadia, pureza de sangue, generosidade e justiça dos Castelo Branco.

6. Epílogo

A *Crónica* é um excelente exemplo de histórias de linhagens. Pode dizer-se que condensa o que, naquele final do século XVI, a nobreza pensava de si mesma, da sua superioridade em relação aos demais estados sociais e de como essa qualidade se materializava numa espécie de autoridade moral que se transmitia de uma geração a outra⁴⁶. Como vimos, para Garcia Velez de Castelo Branco, alegado autor da *Crónica*, a fidalguia comportava uma série de traços «invisíveis» de obrigação, nascidos do sangue, do parentesco e do estatuto social⁴⁷. Porém, também assinalámos que, para o autor da *Crónica*, esses traços se tornavam visíveis no comportamento dos membros da linhagem, designadamente no modo como entendiam o serviço ao rei, tanto em cargos de guerra como de paz.

A redação desta crónica nobiliárquica constitui um exercício de autorrepresentação, funcionando, antes de mais, como mecanismo de preservação da honra. No entanto, no momento em que foi escrita a *Crónica* funcionou, igualmente, como instrumento de afirmação social. Os Castelo Branco moviam-se num espaço social ávido por distinção e por reconhecimento. Como vimos, tal faz-se sentir, em diversos momentos, ao longo do texto. Por exemplo, nos longos excursos dedicados às campanhas dos Castelo Branco no Norte de África, em Castela ou na Índia. É plausível

46 GOUVEIA. António Camões – D. Francisco Manuel de Melo, polígrafo. Escrever, descrever, contar, falar e pintar. In AA.VV – *Da Pré-História à História. Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*. Editorial Delta, 1987. p. 391-410; GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio – *La edad de la nobleza: identidad nobiliaria en Castilla y Portugal (1556-1621)*. Madrid: Polifemo, 2012.

47 AGUILERA PORTALES, Lucía; GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio – De sangre, familia y otros conceptos nobiliarios en Castilla y Portugal en los inicios del siglo XVII. In BESTARD COMAS, Joan; PÉREZ GARCÍA, Manuel, orgs. – *Familia, valores y representaciones*. Murcia: Universidad de Murcia, 2010. p. 95-114.



considerar que as extensas descrições dessas ações tenham como objetivo sobrevalorizar o envolvimento militar da linhagem para, dessa forma, dissimular ou secundarizar a participação de alguns dos seus membros em atividades pouco próprias de um nobre, como a atividade mercantil. Também se pode formular a hipótese – já atrás referida – de que a recorrente ênfase na participação dos Castelo Branco nas campanhas norte-africanas se prenda com a circunstância de jamais terem exercido, nesse contexto, funções governativas de destaque. Além disso, a referência a outras linhagens – como a dos duques de Bragança – pode também servir para sinalizar o apoio que tais grupos familiares deram aos Castelo Branco, sobretudo depois de momentos mais negativos para este grupo familiar.

Como também assinalámos, o serviço dos Castelo Branco na administração central da Coroa é amplamente lembrado pela *Crónica*. Tal é tudo menos irrelevante pois, como sabemos, o serviço continuado na Corte foi paulatinamente ganhando prestígio e, na viragem para o século XVI, passou até a ser mais bem remunerado pelo rei do que os serviços na guerra. De resto, o *consilium* era um dever da nobreza. Acresce que, depois de ter sido redigida, naqueles anos finais da década de 1580, a *Crónica* pode muito bem ter sido utilizada, pelos Castelo Branco, na concorrência com outros membros da alta nobreza que também disputavam o favor régio. É o caso, por exemplo, das casas de Aveiro, Castanheira ou Castelo Rodrigo. A compreensão plena desta *Crónica* exige, portanto, que se tenha em conta o contexto mais amplo do Portugal dos Áustrias e, em particular, da competição dos Castelo Branco pelo reconhecimento e pelas mercês de D. Filipe I, em confronto direto com os seus pares.

Como ficou patente, este ensaio abre múltiplas vias de aprofundamento para investigações futuras. A *Crónica* apresenta-se como uma genealogia apologética, construída para enobrecer a linhagem dos Castelo Branco. A comparação com outras obras similares a esta é um trabalho que se impõe. Tal comparação poderá permitir deslindar os limites entre factualidade e construção simbólica, nomeadamente na forma como, nesta crónica, se valorizam atributos recorrentes como a posse de cargos, comendas ou senhorios.



Observar esta linhagem numa perspectiva de longa duração obriga a questionar se existiram transformações reais no entendimento do que era ser fidalgo, ou se, pelo contrário, os seus contornos foram cristalizados segundo os padrões do final de Quinhentos. Também é fundamental questionar até que ponto a *Crónica* se limita à descendência varonil, ignorando os ramos femininos, e que implicações teve esse recorte na representação do prestígio familiar. Não menos relevante será examinar o papel do serviço militar (nos seus eventos, cronologias e geografias) na afirmação nobre, bem como as remunerações associadas, de modo a identificar continuidades ou ruturas na relação entre a nobreza e a Coroa.

Contudo, todas estas questões remetem para investigações futuras, que ultrapassam os limites deste ensaio e que aqui apenas se esboçam como sugestões de aprofundamento.





Embaixada, governo e percursos de D. Duarte de Castelo Branco, meirinho-mor de Portugal

Pedro Amorim

Entre os reinados de D. João III e o de Filipe II (III de Espanha), que mediam exatamente um século, de 1521 a 1621, estiveram no trono português cinco monarcas. Por estes reinados, revela-se perene a figura de D. Duarte de Castelo Branco.

Depois de séculos de historiografia focada sobretudo em figuras régias, as últimas décadas foram preenchendo a lacuna que envolvia o corpo social cortesão. Em Espanha, os estudos têm sido abundantes¹, justificados pela riqueza documental existente, sobretudo no Archivo General de Simancas, e pelo interesse que o “Século de Ouro” suscita na investigação histórica que vai para além das fronteiras espanholas². Grandes trabalhos têm trazido a lume prosopografias de identidades políticas do círculo político

1 MARTÍNEZ MILLÁN, José (coord.) – *La Monarquía de Felipe II: la Casa del Rey*. 2 vols. Madrid: Fundación MAPFRE, 2005; MARTÍNEZ MILLÁN, José (coord.) – *La Monarquía de Felipe III*. 4 vols. Madrid: Fundación MAPFRE, 2008; MARTÍNEZ MILLÁN, José (coord.) – *La corte de Felipe IV (1621–1665). Reconfiguración de la Monarquía católica*. 4 vols. Madrid: Polifemo, 2015.

2 BOYDEN, James M. – *The Courtier and the King: Ruy Gómez de Silva, Philip II, and the Court of Spain*. Berkeley: University of California Press, 1995; BÉNICHOU, Lea – “La más dificultosa y trabajosa de todas las demás”: *L’ambassade d’Espagne à Rome sous Philippe III (1598–1621)*. Montpellier: Université de Montpellier, 2016. Dissertação de doutoramento.



de Filipe II, como Ruy Gomes da Silva³ e D. Cristóvão de Moura⁴, que privaram com D. Duarte de Castelo Branco.

Em Portugal há ainda muito trabalho por realizar, apesar dos bons contributos, como, por exemplo, os que se debruçaram sobre o embaixador João Pereira Dantas⁵ e os secretários de Estado Miguel de Moura⁶ e Pêro de Alcáçovas Carneiro⁷, cujos mandatos abarcaram os reinados joanino, sebástico, henriquino e, os dois últimos, filipino. Apesar do Poder se centralizar na figura régia, as ações governativas refletiam-se nos que a la-deavam e, de forma mais evidente, na gestão diplomática, ou seja, nos embaixadores que se encontravam longe da Corte. Deste modo, é imperativo que se promova o estudo da estrutura social e política em torno dos últimos monarcas da dinastia que terminou em 1580.

Por outro lado, faltam estudos sobre a Casa Real portuguesa no século XVI. Félix Labrador Arroyo estudou esta instituição durante a Monarquia Dual até à morte de Filipe II de Portugal, em 1621, com retrospectiva parcial sobre o tempo de D. Sebastião e D. Henrique⁸. Se para o reinado de D. Manuel I há um trabalho recente e exaustivo⁹, já para o de D. João III, a tarefa está por fazer, bem como para os primeiros monarcas da dinastia de

3 GARCÍA LÓPEZ, Aurelio – *Ruy Gómez de Silva: De privado de Felipe II a señor de vassallos*. Polanco: Editorial Fanes, 2016; GARCÍA LÓPEZ, Aurelio – *Ruy Gomes da Silva: prudência e temperança na monarquia hispânica durante o reinado de Filipe II*. Chamusca: Município da Chamusca, 2019; BOYDEN, James M. – *The Courtier and the King...*, *passim*.

4 MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago – Os marqueses de Castelo Rodrigo e a Nobreza portuguesa na monarquia hispânica: estratégias de legitimação, redes familiares e interesses políticos entre a agregação e a restauração (1581–1651). *Ler História*. Lisboa: (2009), p. 7–32; MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago – “Ya no Hay Rey Sin Privado”: Cristóbal de Moura, un modelo de privanza en el Siglo de los validos. *Libros de la Corte.es*. Madrid: II-2 (outono–inverno 2010), p. 21–36.

5 VILA-SANTA, Nuno – *Knowledge Exchanges between Portugal and Europe: Maritime Diplomacy, Espionage, and Nautical Science in the Early Modern World (15th–17th Centuries)*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2024.

6 LOUREIRO, Francisco de Sales – *Miguel de Moura (1538–1599). Secretário de Estado e Governador de Portugal*. Lourenço Marques: [s.n.], 1974.

7 RAMOS, Maria Cecília Costa Veiga de Albuquerque – *O Secretário dos despachos e coisas da Índia Pero d’Alcaçova Carneiro*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009. Dissertação de mestrado.

8 LABRADOR ARROYO, Félix – *La Casa Real en Portugal (1580–1621)*. Madrid: Polifemo, 2009.

9 FATELA, Mário Soares – *A Casa Real portuguesa no reinado de D. Manuel I*. Évora: Universidade de Évora, 2022. Dissertação de doutoramento.



Bragança que, para além das rainhas¹⁰ e de D. Pedro II¹¹, mais nenhum reinado foi estudado de forma sistemática, embora existam estudos estruturais sobre o funcionamento da Casa Real no período pós-Restauração¹². Com este preâmbulo se identifica a importância da *Crónica* que se publica e à qual este curto estudo se junta.

O título deste texto procede dos cinco tomos provenientes da coleção do Conde de Redondo, hoje na Biblioteca da Ajuda, pouco explorada entre os investigadores, intitulada *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*¹³. O texto que se segue dará destaque ao papel político do homem que foi meirinho-mor da Casa Real portuguesa durante seis décadas. Através do estudo do seu passado familiar, da sua intervenção nos trâmites régios, da embaixada que encabeçou em Madrid durante seis anos e da sua ação na gestão da crise sucessória de 1580 e subsequente posição política durante o domínio filipino, procura-se biografar politicamente D. Duarte de Castelo Branco neste momento específico da monarquia portuguesa e, deste modo, contribuir para o preenchimento da lacuna acima exposta.

D. Duarte de Castelo Branco era filho de D. Afonso de Castelo Branco, meirinho-mor de D. João III, e de D. Isabel de Castro, filha de D. Duarte de Meneses, governador de Tânger e alcaide-mor do Sabugal por herança do sogro, D. Diogo de Castro¹⁴. O seu avô paterno, D. Martinho de Castelo Branco, foi o 1.º conde de Vila Nova de Portimão e serviu como vedor da Fazenda de D. Afonso V, D. João II, D. Manuel e ainda de D. João III, de quem também foi camareiro-mor¹⁵. O contrato de casamento dos pais foi

10 LOURENÇO, Maria Paula Marçal – *Casa, Corte e Património das Rainhas de Portugal (1640 – 1754). Poderes, Instituições e Relações Sociais*, 4 vols. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1999. Dissertação de doutoramento.

11 TRONI, Joana de Almeida – *A casa real portuguesa ao tempo de D. Pedro II (1668–1706)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2014. Dissertação de doutoramento.

12 CARDIM, Pedro – *A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da Segunda metade de Seiscentos. Tempo*. 13 (2002), p. 13–57.

13 BIBLIOTECA DA AJUDA, códs. 49-X-1, 49-X-2, 49-X-3, 49-X-4 e 49-X-5.

14 Árvores feitas pelo Conde de Vila Nova de Portimão (Manuel de Castelo Branco). BIBLIOTECA DA AJUDA, cód. 47-XIII-12, fl. 14.

15 Nobiliário de Portugal de Manuel Barbosa Cabral. BIBLIOTECA DA AJUDA, cód. 49-XIII-28, fl. 55v.



celebrado em 1536, em Évora¹⁶, tendo D. Duarte de Castelo Branco sido o segundogénito do matrimónio. É incerto o ano do seu nascimento. A *Crónica* refere que em 1571, quando D. Duarte de Castelo Branco foi enviado para Castela, era “de idade de 31, anos”, o que colocaria o seu nascimento em 1540¹⁷. Mais adiante, indica o ano de 1567 para o casamento com D. Catarina da Silva, estando “o conde meirinho mór em idade de 28, anos”; tal colocaria o nascimento deste em 1539¹⁸. D. Catarina da Silva, filha de D. Bernardo Coutinho, alcaide-mor de Santarém, passou ao serviço da rainha-viúva em 1561¹⁹. Nesse mesmo ano, o meirinho-mor foi elevado a cavaleiro-fidalgo²⁰. O casal teve onze filhos.

Filho de uma alta figura da Casa Real, fora feito pajem da companhia de D. João III²¹, pelo que terá recebido uma educação cortesã, conforme reservada aos pajens. O seu pai morreu em setembro de 1556 e, em junho do ano seguinte, faleceu D. João III. Na qualidade de primogénito do meirinho-mor, devido ao falecimento do seu irmão mais velho em idade pueril, veio a suceder no ofício, para o qual foi nomeado, e reconhecido em 1558, durante a regência de D. Catarina de Áustria²². O meirinho-mor, ao tempo de D. Sebastião e D. Henrique, tinha por principal função “prender pessoas d’Estado, quando lhe por Nós mandado, e assi grandes Fidalguos, e taees, que as outras Justiças os nom possam bem prender”²³. Também passava pelas suas tarefas a guarda do palácio, fazendo-se acompanhar por homens da guarda, conforme uma descrição da Corte portuguesa no século XVI, que indica que nela:

16 ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, *Casa de Santa Iria, Livro da Fazenda do Senhor Conde Meirinho-Mor e Rendimento dela e dos seus papéis e outras lembranças*, fl. 251.

17 *Crónica*, fl. 235.

18 *Crónica*, fl. 238v.

19 ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, *Casa de Santa Iria, Livro da Fazenda do Senhor Conde Meirinho-Mor e Rendimento dela e dos seus papéis e outras lembranças*, fl. 244v.

20 ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, *Casa de Santa Iria, Livro da Fazenda do Senhor Conde Meirinho-Mor e Rendimento dela e dos seus papéis e outras lembranças*, fl. 237.

21 Nobiliário de Portugal de Manuel Barbosa Cabral. BIBLIOTECA DA AJUDA, cód. 49-XIII-28, fl. 56; GÓIS, Damião de – *Livro de Linhagens de Portugal de Damião de Góis*. Introdução e transcrição paleográfica de António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos. Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 2014, p. 129.

22 Carta de Ofício. Lisboa, em 20 de fevereiro de 1558. ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 1, fl. 64.

23 *Ordenações Manuelinas*, nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, liv. I, tit. XIV, § 1º.



“ha hum meirinho do Paço que tras hua vara groça e anda com ella no Paço, e não fora, e quando Sua Alteza vay fora vay diante cuberto, e pode prender no Paço Real qualquer ação que aja, ou pessoa de qualquer calidade que seja ainda que seja titulo [...] . [...] tem quatro negros grandes e bem dispostos, os quaes tem hums azoragues com que afastao os cavallos quando esta hay Sua Alteza”²⁴.

As primeiras ações de D. Duarte na manutenção do reino, fora dos limites do paço régio, tiveram lugar durante nos primeiros anos da regência de D. Catarina de Áustria. Em 1559, foi enviado para tratar da “guarda e defensão”²⁵ do reino algarvio e também de Mazagão²⁶, às vésperas do grande cerco que a praça sofreu em 1562. No mesmo ano, D. Duarte de Castelo Branco, como uma das principais figuras da Casa Real, participou nas Cortes celebradas em Lisboa.

Como se salientou, D. Duarte de Castelo Branco foi uma figura de grande destaque no final da centúria quinhentista. A sua privança com a família real portuguesa foi fundamental na nomeação para embaixador em Castela, em 1570. A sua embaixada iniciou-se com a congratulação ao Rei Católico pelo seu casamento com Ana de Áustria. Mas seria essa a verdadeira intenção? E de que modo procedeu o meirinho-mor na sua missão, que se prolongou até 1576?

Em Madrid residia por embaixador português D. Francisco Pereira, há mais de uma década, desde o início da regência de D. Catarina de Áustria²⁷. O triénio 1568-1570 foi fundamental no panorama matrimonial das casas reais da Europa, no qual D. Sebastião se encaixava como potencial noivo. Depois de anos de negociações com França e o Sacro Império,

24 LABRADOR ARROYO, Félix – *La Casa Real en Portugal...*, p. 147.

25 Carta de D. Catarina de Áustria a D. Duarte de Castelo Branco. Lisboa em 31 de agosto de 1559, in *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, tomo I. BIBLIOTECA DA AJUDA, cód. 49-X-1, fl. 1.

26 Carta de D. Catarina de Áustria a D. Duarte de Castelo Branco. Lisboa em 16 de maio de 1561, in *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, tomo I. BIBLIOTECA DA AJUDA, cód. 49-X-1, fl. 2.

27 CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo – *As Regências na Menoridade de D. Sebastião: Elementos para uma História Estrutural*. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1992, vol. I, p. 233–236



procurando o casamento de D. Sebastião com Margarida de Valois ou com Isabel de Áustria, encontrou-se finalmente consenso na filha do imperador Maximiliano II, Isabel de Áustria²⁸.

Ora, Filipe II envolvia-se de forma intensiva nos negócios familiares e dinásticos da Europa, estratégia assumida pelos Habsburgo desde Carlos V, como manifestação da sua influência e poder²⁹, até ao declínio da dinastia na segunda metade do século XVII. Quando as diligências de casamento de D. Sebastião com Isabel de Áustria pareciam prontas a fecharem-se, Filipe II, viúvo e com apenas duas filhas, casou com Ana de Áustria, sua sobrinha, e irmã da potencial noiva do rei português. Assim se alterou o mapa de casamentos na Europa, parecendo mais conveniente ao rei castelhano que Isabel de Áustria, agora cunhada, casasse com Carlos IX, sobretudo pela crise religiosa que o reino francês atravessava.

Neste contexto, Filipe II chegou mesmo a instar com D. Sebastião que enviasse, de forma simples e imediata, os poderes para que o seu embaixador em Castela, D. Francisco Pereira, pudesse avançar com a efetivação de um novo contrato de casamento – desta feita, com Margarida de Valois, princesa de França³⁰. Perante tal cenário, a resposta de D. Sebastião foi direta e curta, não lhe parecendo «auer necessidade por agora de mandar meus poderes como se pedê e tenho por certo parecer o mesmo a V.A. pelas muitas razoes q̃ pera isso ha»³¹. Pouco depois, em 1570, o rei português procurava um equilíbrio diplomático, felicitando Filipe II pelo seu casamento, através do experiente D. Francisco Pereira, afirmando que “cõ estas tão boas nouas [...] me alegrei m^{to} e recibi partikular cõtentamento”³². Porém, meses depois, pediu o retorno do seu embaixador³³.

28 AMORIM, Pedro Serralheiro – *A Política Externa de D. Sebastião. Portugal na Cristandade Às Vésperas de Alcácer-Quibir*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2019, p. 16-17. Dissertação de mestrado.

29 RODDY, Daniel E. – *Forging Royal Bonds: Dynastic Logic, Reason of State, and Marriage Diplomacy under the Spanish Habsburgs, 1526-1660*. Berkeley: University of California–Berkeley, 2020. Dissertação de doutoramento.

30 AMORIM, Pedro Serralheiro – *A Política Externa de D. Sebastião...*, p. 16-26.

31 Carta de D. Sebastião a Filipe II. Alcobça em 19 de agosto de 1569. ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS, *Estado, Portugal*, leg. 386, fl. 31.

32 Carta de D. Sebastião a Filipe II. Sintra em 28 de junho de 1570. ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS, *Estado, Portugal*, leg. 387, fl. 13.

33 AMORIM, Pedro Serralheiro – *A Política Externa de D. Sebastião...*, p. 196.



Ao retirar o seu embaixador de Castela sem antes enviar outro, D. Sebastião demonstrava o seu desagrado, de forma não declarada, perante a solução do casamento em França, conforme aventado por Filipe II. A pressão, porém, continuava.. Em 1570, o monarca português recebeu o nuncio papal Luís de Torres, em duas audiências, em junho e setembro, dando corpo a uma diligência de Pio V, que procurava o apoio do rei português na Santa Liga e retomava a questão do casamento de D. Sebastião com Margarida de Valois, enlace visto com bons olhos pelo pontífice devido à conjuntura religiosa na Cristandade³⁴. Luís de Torres, contudo, relatava os murmúros na Corte portuguesa e a intenção de casar D. Sebastião com a primogénita de Filipe II, Isabel Clara Eugénia³⁵.

Foi no seguimento desta situação que, em novembro, D. Duarte de Castelo Branco foi enviado para Madrid sob pretexto de visitar e congratular Filipe II e Ana de Áustria, e para substituir oficialmente D. Francisco Pereira³⁶. Se é certo que não era natural uma embaixada vagar, sendo comum o encontro, in loco, entre antecessor e sucessor, é bem provável que D. Francisco Pereira e D. Duarte de Castelo Branco se tenham reunido ainda com D. Sebastião em Almeirim, onde o rei estanciava em novembro de 1570, e de onde o cardeal-infante D. Henrique indicou ter partido o meirinho-mor em direção a Madrid, em 27 de novembro³⁷. Na mesma vila, D. Francisco Pereira assinou a carta onde relatou a sua própria chegada³⁸.

Não sendo conclusivo que D. Sebastião pretendia ou não avançar com as diligências para o matrimónio com Isabel Clara Eugénia, o que parece

34 AMORIM, Pedro Serralheiro – “Cassar el Rey Negoceo he Publico”. As diligências matrimoniais dos últimos monarcas de Avis. In RODRIGUES, Ana Maria S.A., SILVA, Manuela Santos, e FARIA, Ana Leal – *Casamentos da Família Real Portuguesa – Êxitos e fracassos*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2018, vol. III, p. 156–160 e 173.

35 MONIZ, Jaime Constantino Pereira – *Corpo Diplomático Português contendo os actos e relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do Mundo desde o século XVI até os nossos dias*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1891, tomo X, p. 373.

36 Carta de D. Catarina de Áustria a Filipe II. Xabregas em 15 de novembro de 1570. ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS, *Estado, Portugal*, leg. 387, fl. 31.

37 Carta do cardeal-infante a D. Joana de Áustria. Almeirim em 27 de novembro de 1570. ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS, *Estado, Portugal*, leg. 387, fl. 17.

38 Carta de D. Francisco Pereira a Filipe II. Almeirim em 29 de novembro de 1570. ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS, *Estado, Portugal*, leg. 387, s. fl..



quase certo pelas negociações que se orientaram nesse sentido na década de 1570, pode-se interpretar este corte abrupto da embaixada do experiente embaixador, e sua substituição, como um sinal da chegada à fase de transição do reinado de D. Sebastião³⁹. Neste momento do seu reinado, o monarca procurava integrar no seu círculo governativo e diplomático figuras da sua mais estreita confiança, da qual o meirinho-mor gozava, não obstante a partilha dessa confiança com outras entidades políticas, dado o seu cargo elevado dentro da Casa Real portuguesa. Assim, D. Catarina de Áustria e o cardeal-infante D. Henrique valeram-se do embaixador não apenas para tratar dos seus negócios pessoais, em que D. Duarte de Castelo Branco atuava como um intermediário de uma diplomacia paralela à da coroa, mas ainda para através dele ensaiarem uma maior aproximação a Filipe II. Convém agora salientarem-se as ferramentas e o processo da embaixada.

O início de uma missão diplomática, ao tempo de D. Duarte de Castelo Branco, garantia-se através de dois documentos oficiais e essenciais: a instrução e a credencial. Desconhece-se a instrução de D. Sebastião a D. Duarte de Castelo Branco, mas sobreviveu a que D. Catarina de Áustria lhe passou em 16 de novembro de 1570. Os seus pontos fulcrais são as visitas que a rainha pretendia que o embaixador fizesse por si, bem como as notícias que pretendia que lhe fossem entregues⁴⁰. Quanto à credencial do rei português, datada de 18 de junho de 1571, foi entregue a Filipe II atestando a competência do meirinho-mor:

“por que esta materia he de muita ymportança, E que tambem toca a esses Reinos, [...] Como lhe dirà de minha parte mais largamente dom duarte de castel branco meirinho mór de meus Reinos do meu consselho meu embax^{or}”, a que me Remeto, pedindolhe afetuosamente lhe de credito em tudo o que lhe nisto disser de minha parte”⁴¹.

A propósito da estreita relação com a família real, D. Catarina de Áustria enviou os parabéns a D. Duarte de Castelo Branco e a sua mulher por

39 AMORIM, Pedro Serralheiro – *A Política Externa de D. Sebastião...*, p. 114 e 157.

40 AMORIM, Pedro Serralheiro – *A Política Externa de D. Sebastião...*, p. 182-183

41 Carta de D. Sebastião a Filipe II. Lisboa em 18 de junho de 1571. ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS, *Estado, Portugal*, leg. 389, fl. 119.



pelo nascimento de dois dos filhos que nasceram em Madrid, D. Isabel⁴² e D. Francisco⁴³. Também se encontra uma carta do cardeal-infante em tom de pêsames pela morte do irmão do meirinho-mor, D. Martinho de Castelo Branco⁴⁴. Tal evidencia o papel de D. Duarte de Castelo Branco na Corte, figura maior da Casa Real, próximo da família reinante e responsável pela mais relevante das embaixadas portuguesas a par com a de Roma.

Também na corte castelhana D. Duarte de Castelo Branco terá tido excelentes relações. Os seus três filhos nascidos em Madrid entre 1572 e 1575, tiveram como padrinhos de batismo nobres ligados à família real castelhana. D. Bernardo de Castelo Branco, batizado em 25 de março de 1572, foi apadrinhado por Fernando Ruiz de Castro, marquês de Sarria, filho de Beatriz de Castro Osório (condessa de Lemos) e de D. Dinis de Portugal, filho do duque de Bragança, mordomo-mor da princesa D. Joana; e por Guiomar de Vilhena, que fora dama da mesma princesa e nora do duque de Alba. A filha D. Isabel da Silva, batizada em 29 de agosto de 1573, recebendo o nome de uma irmã falecida em idade precoce, como indica a *Crónica*⁴⁵, teve por padrinho Fadrique Enríquez, filho do duque de Alba e seu sucessor no título, que tinha sido mordomo-mor do príncipe D. Carlos (1545-1568), o falecido primogénito e herdeiro de Filipe II. Finalmente, o último filho do casal nascido em Madrid, D. Francisco, que viria a herdar o património de D. Duarte de Castelo Branco em 1618, foi batizado em 16 de março de 1575 e teve por padrinhos os referidos Fadrique Enríquez e Guiomar de Vilhena⁴⁶.

42 Carta de D. Catarina de Áustria a D. Duarte de Castelo Branco. Xabregas em 6 de setembro de 1573, in *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, tomo I. BIBLIOTECA DA AJUDA, cód. 49-X-1, fls. 126).

43 Carta de D. Catarina de Áustria a D. Duarte de Castelo Branco. Xabregas em 5 de maio de 1575, in *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, tomo I. BIBLIOTECA DA AJUDA, cód. 49-X-1, fls. 218.

44 Carta do cardeal-infante a D. Duarte de Castelo Branco. Alcobaça em 2 de outubro de 1573, in *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, tomo I. BIBLIOTECA DA AJUDA, cód. 49-X-1, fls. 133.

45 *Crónica*, fl. 238v.

46 AGUILLÓ, Mercedes - *Extranjeros en España, siglos XVI-XVII*. Boston: Joseph P. Healey Library - University of Massachusetts, 2016, p. 148. Um público agradecimento ao professor Fernando Bouza pela partilha desta informação.



As boas relações familiares em Castela e a permanência junto de Filipe II terão levado a uma aproximação que no futuro se revelou proveitosa para o meirinho-mor. Recorde-se que serviu de embaixador de D. Sebastião durante quase seis anos, entre 1570 e 1576. Neste último ano, Filipe II chegou a queixar-se de uma audiência que teve com o representante português na sua Corte, que não lhe deixara “tempo para mais nada”⁴⁷. Em 1571 e 1572, o embaixador teve que lidar com a tentativa de abandono de Portugal por parte de D. Catarina de Áustria, que assim reagia, desgostosa, ao comportamento do neto. D. Duarte, que conhecia a frequência com que D. Catarina se correspondia com D. Sebastião e com Filipe II, numa intensidade e resolução por ele consideradas quase impróprias à saúde e idade da rainha, explicou o sucedido ao monarca castelhano, pedindo-lhe que interviesse na vontade de D. Catarina, que o embaixador apresentou como pouco conveniente ao decoro do reino português e às relações da família real⁴⁸. Ao longo do tempo, tratou ainda de questões relacionadas com os negócios de casamento de D. Sebastião, nomeadamente quanto a possíveis noivas que tinham relação dinástica com os Áustria, como as princesas Maximiliana da Baviera e Doroteia de Lorena⁴⁹.

Era a Madrid que chegavam avisos do Mediterrâneo relacionados com os avanços dos Otomanos. D. Duarte de Castelo Branco acompanhou de perto os avanços da Liga contra o Grão-turco, formada por aliança entre Filipe II e Pio V, e do desempenho naval dos castelhanos em Lepanto, em 1571⁵⁰. Também as movimentações do corso francês no Atlântico chegavam à secretária do meirinho-mor, bem como com as intenções da Inglaterra isabelina face ao resto da Cristandade, notícias que eram relatadas pelo embaixador português a D. Sebastião⁵¹. D. Duarte de Castelo Branco cuidava ainda dos interesses dos portugueses residentes em território castelhano, mormente em matérias ligadas à gestão da zona raiana e com questões de justiça, nas quais se viu enredado o seu irmão, D. Gonçalo de

47 PARKER, Geoffrey – *O Rei Imprudente: a vida de Filipe I de Portugal e II de Espanha*. Porto Salvo: Desassossego, 2022, p. 110.

48 Cópia de carta de D. Duarte de Castelo Branco a Filipe II. Madrid em 4 de junho de 1571. ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS, *Estado, Portugal*, leg. 389, fl. 152.

49 AMORIM, Pedro – *(Não) casar o rei no ocaso de uma dinastia: D. Sebastião e D. Henrique, no prelo*.

50 CRUZ, Maria Augusta Lima – *D. Sebastião*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p. 197.

51 Cf. todo o tomo 3 da *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*. BIBLIOTECA DA AJUDA, 49-X-3.



Castelo Branco, que foi perseguido por contrabandear cavalos em Castela, pelo que foi homiziado e, depois, perdoado⁵².

Ao longo da Época Moderna, foi comum entre os embaixadores, numa realidade transversal aos reinos europeus⁵³, a apresentação de queixas aos seus soberanos, nomeadamente no tocante à falta de fundos. As embaixadas eram bastante dispendiosas e por vezes era o enviado quem custeava a missão quando os pagamentos se atrasavam⁵⁴. Das poucas cartas autografas e hológrafas do meirinho-mor que sobreviveram, nenhuma delas tece queixas relativas à sua estadia ou ao dinheiro despendido com a embaixada. No entanto, de forma indireta, através de respostas às suas minutas, é possível constatar que o embaixador requereu o fim da sua missão e o retorno a Portugal, pelo menos, uma vez em 1574⁵⁵ e duas vezes em 1575⁵⁶, com anuição de D. Sebastião apenas em meados de 1576⁵⁷.

Deve ainda referir-se que D. Duarte de Castelo Branco levou a cabo as primeiras diligências em Castela para que este reino garantisse apoios para a planeada guerra de D. Sebastião ao rei de Marrocos. Especulou-se se o embaixador não teria influenciado Filipe II para que este não concordasse com a iniciativa de D. Sebastião⁵⁸. Enquanto membro do Conselho Real, veio depois a estar envolvido nos preparativos e participou na Jornada de Larache de 1578, que culminou na Batalha de Alcácer-Quibir em 4 de agosto,

52 Carta de D. Catarina de Áustria a D. Duarte de Castelo Branco. Xabregas, em 24 de novembro de 1574, in *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, tomo I. BIBLIOTECA DA AJUDA, cód. 49-X-1, fl. 199.

53 Capítulos de carta de D. Juan de Borja a Gabriel de Zayas. Lisboa, em 22 de julho de 1572. ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS, *Estado, Portugal*, leg. 390, fl. 11.

54 AMORIM, Pedro Serralheiro – *A Política Externa de D. Sebastião...*, p. 149-150.

55 Carta do cardeal-infante, regente, a D. Duarte de Castelo Branco. Lisboa, em 23 de setembro de 1574, in *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, tomo I. BIBLIOTECA DA AJUDA, cód. 49-X-1, fl. 175.

56 Carta de D. Sebastião a D. Fernão Álvares de Noronha. Salvaterra de Magos, em 4 de maio de 1575, in *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, tomo I. BIBLIOTECA DA AJUDA, cód. 49-X-1, fl. 217) e Carta de D. Henrique a D. Duarte de Castelo Branco. Évora, em 13 de novembro de 1575, in *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, tomo I. BIBLIOTECA DA AJUDA, cód. 49-X-1, fl. 222.

57 AMORIM, Pedro Serralheiro – *A Política Externa de D. Sebastião...*, p. 153-154.

58 BAIÃO, José Pereira – *Portugal Cuidadoso, e Lastimado com a Vida, e Perda do Senhor Rey Dom Sebastião, o Desejado de Saudosa Memoria: Historia Chronologica de suas Acçoens, e Sucessos desta Monarquia em Seu Tempo: Suas Jornadas a Africa, Batalha, Perda, Circunstancias, e Consequencias Notaveis Della*. Lisboa: Oficina de António de Sousa da Silva, 1737, p. 387-388.



integrando a hoste militar que D. Sebastião levou até ao Norte de África e que levou à morte e prisão da maior parte da nobreza portuguesa e do próprio rei. Entre as mortes da família do meirinho-mor contam-se as do seu tio D. Diogo de Castelo Branco e a do seu irmão D. Gonçalo de Castelo Branco. D. Duarte de Castelo Branco foi, a propósito, um dos muitos que foram reconhecer o cadáver de D. Sebastião⁵⁹. No final de 1578 retornou a Portugal, onde veio a integrar o Conselho de D. Henrique, entretanto aclamado rei num ambiente de profundo luto⁶⁰.

A política do reinado do cardeal-rei assentou em três pilares fundamentais: recuperar a nobreza portuguesa cativa no norte de África, cuidar do estado ruinoso de Portugal e diligenciar a sucessão do reino. Depois da reunião das Cortes de 1579, em Lisboa, assentou-se que o monarca deveria casar, abandonando o estado eclesiástico através de uma dispensa papal, com o propósito de garantir descendência legítima para assegurar a dinastia. D. Duarte de Castelo Branco foi o escolhido para seguir até Roma, onde se juntaria a João Gomes da Silva, numa embaixada derradeira a fim de convencer Gregório XIII a autorizar a passagem de D. Henrique ao estado laico; a embaixada, porém, não se concretizou⁶¹, não tendo sequer havido instrução. Deve assinalar-se, ainda, que durante o reinado de D. Henrique, D. Duarte de Castelo Branco, na qualidade de meirinho-mor, foi incumbido pelo rei de localizar D. António, o Prior do Crato, a fim de o prender⁶², no que pode ser considerado um dos momentos mais assinaláveis da sua posição na Casa Real. Sinal da confiança nele depositada, D. Duarte de Castelo Branco, recebeu a mercê do cargo de vedor da Fazenda nas vésperas da morte de D. Henrique⁶³.

59 VELOSO, José Maria de Queirós – *D. Sebastião, 1554–1578*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1935, p. 397–402; SOUSA, Luís Costa e – *A Batalha de Alcácer-Quibir – 1578. Visão ou Delírio de um rei?*. Lisboa: Tribuna da História, 2009, p. 112.

60 POLÓNIA, Amélia – *D. Henrique. O Cardeal-Rei*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p. 191–194.

61 AMORIM, Pedro Serralheiro – “Cassar el Rey Negoceo he Publico”..., p. 169; POLÓNIA, Amélia – *D. Henrique...*, p. 214.

62 *Jornada del Rey Dom Sebastião á África e Cronica de dom Henrique*. Transcrição e prefácio de Francisco de Sales de Mascarenhas Loureiro. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1978, p. 175.

63 Carta de mercê de Vedor da Fazenda a D. Duarte de Castelo Branco. Almeirim, em 28 de janeiro de 1580. ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 46, fl. 15.



O cardeal-rei tinha perfeita consciência da iminência do seu desaparecimento e das consequências para Portugal: uma guerra de sucessão, em função da existência de numerosos candidatos e da pressão exercida por Filipe II para ser nomeado sucessor. Foi em D. Duarte de Castelo Branco que o cardeal-rei, nos últimos dias de vida, depositou os planos de prevenção a esse cenário, ordenando-lhe armar, com a maior celeridade, todas as embarcações, que deveriam estar preparadas para atuar rapidamente⁶⁴ e grande parte das fortalezas do Reino⁶⁵. O monarca morria dias depois em Almeirim, onde se reuniam as Cortes, em 31 de janeiro de 1580. D. Duarte de Castelo Branco foi notificado pelos Governadores que agora seguiam o governo de Portugal, em carta datada do último dia de janeiro⁶⁶, provavelmente escrita entre tantas outras já na madrugada de 1 de fevereiro, dado que D. Henrique morreu a poucos minutos da meia-noite⁶⁷.

Em Lisboa grassava a peste de forma violenta, dificultando os negócios⁶⁸, e era o meirinho-mor quem geria a cidade, onde vivia, enquanto os Governadores se mantinham em Almeirim concluindo a reunião de Cortes. Em 2 de fevereiro, D. António, prior do Crato, sabendo da morte do rei, dirigiu-se a Lisboa confiando que a cidade estava do seu lado⁶⁹. Foi com esse intuito que o filho do infante D. Luís pediu a D. Duarte de Castelo Branco e a outros membros da Corte portuguesa que o levantassem por rei no Campo (hoje Largo) de Santa Bárbara, não obtendo, contudo, resposta positiva⁷⁰.

64 Carta de D. Henrique a D. Duarte de Castelo Branco. Almeirim, em 28 de janeiro de 1580, in *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, tomo I. BIBLIOTECA DA AJUDA, cód. 49-X-1, fls. 244-245.

65 Carta de D. Henrique a D. Duarte de Castelo Branco. Almeirim, em 27 de janeiro de 1580, in *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, tomo I. BIBLIOTECA DA AJUDA, cód. 49-X-1, fls. 243-243v.

66 Carta dos Governadores a D. Duarte de Castelo Branco. Almeirim em 31 de janeiro de 1580, in *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, tomo I. BIBLIOTECA DA AJUDA, cód. 49-X-1, fl. 380.

67 POLÓNIA, Amélia – *D. Henrique...*, p. 246.

68 Carta de D. Duarte de Castelo Branco aos Governadores. Lisboa em 23 de março de 1580, in *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, tomo IV. BIBLIOTECA DA AJUDA, cód. 49-X-4, fl. 386.

69 VELOSO, José Maria de Queirós – *O Interregno dos Governadores e o Breve Reinado de D. António*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1953, p. 12.

70 VEIGA, Carlos José Margaça – *Poder e Poderes na Crise Sucessória Portuguesa (1578-1581)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1999, vol. I, p. 369-370. Dissertação de doutoramento.



Ao longo de 1580, D. Duarte foi mantendo Lisboa armada perante a ameaça de invasão que vinha de Castela. Depois da sentença dos Governadores, que declararam Filipe II, em 27 de junho de 1580, como “Rey e senhor natural nosso de todos os ditos reynos e senhorios da coroa de Portugal”⁷¹, o antigo embaixador aderiu imediatamente à causa filipina. A partir do verão de 1580, a correspondência entre o meirinho-mor e Filipe II seria frequente, revelando o monarca castelhano uma grande confiança em D. Duarte de Castelo Branco, muito provavelmente devido aos anos da embaixada do tempo de D. Sebastião. Passou, então, a fazer parte do Conselho de Filipe II em Portugal, juntamente com o duque de Alba, o bispo de Leiria D. António Pinheiro, e Pêro de Alcáçova Carneiro.

Um dos pedidos de Filipe II a D. Duarte de Castelo Branco foi que se pagasse o devido ao embaixador em Roma que, entretanto, passava por algumas necessidades⁷², revelando-se novamente no meirinho-mor a concentração de responsabilidades que se juntariam, oficialmente, dois séculos depois, no cargo do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra, unindo a gestão diplomática à bélica.

D. Duarte de Castelo Branco mantinha com o rei um diálogo de preparativos, no domínio do imagético, do cerimonial, do simbólico⁷³, da propaganda tão necessária à sua imagem régia⁷⁴. Entre os eventos delineados, destacaram-se os preparativos para a Entrada Régia filipina, a trasladação dos restos mortais de D. Sebastião, D. Henrique e do infante D. Luís para Belém, respetivamente de Ceuta, Almeirim e Abrantes, bem como a montagem da Sala dos Capítulos para as Cortes de 1581. Para estas, o rei endereçou convite pessoal a D. Duarte de Castelo Branco para integrar na assembleia cortesã em Tomar⁷⁵, onde o aclamado Filipe I de Portugal prometeu respeitar os foros, privilégios, liberdades, usos e costumes do

71 VELOSO, José Maria de Queirós – *O Interregno dos Governadores...*, p. 179.

72 Carta de Filipe II a D. Duarte de Castelo Branco. Elvas, em 15 de janeiro de 1581, in *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, tomo I. BIBLIOTECA DA AJUDA, cód. 49-X-1, fls. 300.

73 MEGIANI, Ana Paula Torres – *O Rei Ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619)*. São Paulo: Alameda, 2004, p. 65.

74 BOUZA ALVARES, Fernando – *Portugal no Tempo dos Filipes: Política, Cultura, Representações (1580-1668)*. Lisboa: Cosmos, 2000.

75 Carta de Filipe II a D. Duarte de Castelo Branco. Elvas, em 10 de janeiro de 1581, in *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, tomo I. BIBLIOTECA DA AJUDA, cód. 49-X-1, fls. 289.



reino, que agora assumia no seu vasto império. O monarca manteve-se em Portugal até 1583, ano em que foi obrigado a convocar Cortes, pela morte do seu herdeiro em novembro de 1582. Reunidas em janeiro de 1583, em Lisboa, a magna assembleia teve como assunto o juramento do único filho varão sobrevivente de Filipe I, Filipe Hermenegildo, que viria a ser seu sucessor. Acrescente-se que foi também em 1583 que o filho-segundo do meirinho-mor, D. Francisco de Castelo Branco, foi feito pajem de lança de Filipe II⁷⁶.

Os favorecimentos e os serviços prestados por D. Duarte de Castelo Branco aos monarcas castelhanos⁷⁷ valeram-lhe a consagração como Conde do Sabugal, por carta de assentamento de 20 de fevereiro de 1582, sendo este um dos primeiros títulos nobiliárquicos a serem outorgados depois da coroação de Filipe II como rei de Portugal⁷⁸. Ainda a nível político, D. Duarte integrou o Conselho do duque de Alba⁷⁹, assessorou o arquiduque Alberto⁸⁰, entre 1583 e 1593, e fez parte de um grupo de cinco Governadores que regeram Portugal a partir de 1593 até ao final do século XVI⁸¹.

O conde-meirinho seria ainda um elemento ativo no governo de Portugal praticamente durante todo o reinado de Filipe II de Portugal, apesar de, no início, ter havido uma tentativa de o afastar dos domínios do governo, saindo em sua defesa D. Cristóvão de Moura, um dos principais validos de Filipe I e embaixador deste junto do cardeal-rei, que era, no início do reinado de Filipe III, o vice-rei de Portugal⁸². Em 1612, D. Duarte foi com este a Madrid, juntamente com outros fidalgos portugueses, a fim de dar parecer sobre a reforma na administração portuguesa⁸³. Esta seria a última

76 ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, *Casa de Santa Iria, Livro da Fazenda do Senhor Conde Meirinho-Mor e Rendimento dela e dos seus papéis e outras lembranças*, fl. 237.

77 Carta de D. Duarte de Castelo Branco a Filipe II. Lisboa, em 21 de fevereiro de 1581, in *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, tomo IV. BIBLIOTECA DA AJUDA, cód. 49-X-4, fl. 268.

78 LABRADOR ARROYO, Félix – *La Casa Real en Portugal...*, p. 146

79 VEIGA, Carlos José Margaça – *Poder e Poderes ...*, vol. I, p. 392.

80 CAEIRO, Francisco – *O Arquiduque Alberto de Austria. Vice-rei e inquisidor-mor de Portugal, cardeal legado do papa, governador e depois soberano dos Países Baixos*. Lisboa, [s.n.], 1961.

81 OLIVEIRA, António de – *Capítulos da História de Portugal*. Coimbra: Palimage, 2015, III, p. 1285-1299.

82 LABRADOR ARROYO, Félix – *La Casa Real en Portugal ...*, p. 147.

83 ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960-1989, vol. III, p. 245-246.



embaixada em que participaria, envolvendo-se nos preparativos da vinda do monarca a Portugal, que já vinha sendo planeada desde 1609, concretizando-se apenas dez anos depois⁸⁴. O conde-meirinho não chegou a presenciar o evento, falecendo quase octogenário no dia 21 de março de 1618⁸⁵, na sua Quinta de Belém “junto a noSa Sñora daJuda”⁸⁶. Por seu testamenteiro ficou o filho, D. Francisco de Castelo Branco, que lhe sucedeu nos títulos de meirinho-mor do reino luso e no condado do Sabugal⁸⁷ e que acompanhou as festividades da chegada de Filipe III a Lisboa⁸⁸.

84 MEGIANI, Ana Paula Torres – *O Rei Ausente...*, p. 77–83.

85 Registo de óbito de D. Duarte de Castelo Branco. Ajuda (Lisboa), em 11 de fevereiro de 1618. ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, *Paróquia da Ajuda, Óbitos*, liv.1, fl. 652v.

86 ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, *Casa de Santa Iria, Livro da Fazenda do Senhor Conde Meirinho-Mor e Rendimento dela e dos seus papéis e outras lembranças*, fl. 54.

87 Carta de Conde do Sabugal. ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, *Chancelaria de D. Filipe II, Certidões*, liv. 40, fls. 217v–222.

88 LAVANHA, João Baptista – *Viagem da Catholica Real Magestade dei Rey D. Filipe II N. S. ao Reyno de Portugal e rellação do solene recebimento que nelle se lhe fez*. Madrid: [s.n.], 1622, fl. 15; SILVA, Francisco Ribeiro da – A viagem de Filipe III a Portugal: Itinerários e Problemática. *Revista de Ciências Históricas*, 2 (1987), p. 290–302.



Achegas para o estudo da cultura e das práticas heráldicas no Portugal Moderno a partir da Crónica sobre a família Castelo Branco

Miguel Metelo de Seixas¹

O termo *heráldica* designa dois fenómenos distintos e complementares: por um lado, o código de auto-representação e de comunicação visual surgido durante o século XII, rapidamente difundido por toda o Ocidente europeu e por diversas camadas sociais; por outro, o conjunto de práticas consuetudinárias e de saberes, depois transformados em normas, produzidos sobre este mesmo código a partir da centúria seguinte, consubstanciando uma cultura heráldica. A relação entre estes dois fenómenos, abrangidos pela mesma designação, afigura-se complexa e tem sido abordada com insuficiente cuidado: toma-se amiúde a norma pela realidade. Interessa, por isso, lançar um olhar renovado sobre as fontes para o conhecimento dos usos heráldicos efectivos e, bem assim, sobre as vias pelas quais se difundiam as normas heráldicas.

¹ Investigador do IEM – NOVA/FCSH, financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. – no âmbito do Estímulo ao Emprego Científico – projecto “Heraldry in Portuguese early Overseas expansion: acculturation and resistance”, referência 2023.09330. CEECIND, e do Projeto Estratégico IEM – NOVA/FCSH, referência UID/00749, DOI 10.54499/UIDB/00749/2020. O presente texto insere-se ainda no âmbito do projecto de investigação ref. PID-2022-139013NB-I00, *De Excellentia*. Teoría y Práctica de la virtud en la Monarquía de España (siglos XV-XVII) DEXVIR, financiado por MICIU/AEI/10.13039/501100011033 e por FSE+.



Tais fontes são de natureza diversificada, abrangendo distintas tipologias patrimoniais e documentais. No seio destas últimas, já foi salientado como a produção documental familiar se revela capaz de fornecer múltiplas informações acerca de práticas heráldicas concretas². Uma importante dimensão heráldica encontra-se por regra presente, assim, nos arquivos de família, no que se refere quer a obras de natureza propriamente emblemática, como armoriais e tratados de armaria, quer a documentos que se prendem com concessões de armas e registos de usos heráldicos, quer ainda, de forma mais lata, a objectos armoriados, entre os quais avultam, entre outros, códices, matrizes sigilares e selos³.

A presente crónica referente à linhagem Castelo Branco não escapa à regra, revelando-se rica em menções heráldicas. Inclui até um capítulo especificamente dedicado às armas da família, com honras de segundo na ordem do códice, logo a seguir àquele que trata “Das callidades e antiguidade da fidalguia da linhagem dos Castelbranco e da origem deste apelido”. Bastaria esta circunstância para se verificar a que ponto a matéria heráldica se considerava como essencial, no sentido mais forte do termo, para a própria identidade da linhagem.

Na verdade, o citado capítulo inicial abre com uma frase que importa reter e analisar:

“A principal qualidade e toque das fidalguias e nobrezas (como todos sabem) he a antiguidade dellas porque, assi como do ouro o mais velho temos por mais fino e puro, assi aquelle he o mais generoso sangue e mais quilates de nobreza tem que, passando pelo escamel do longuo tempo e apurando-se na fraguoa dos varios soçessos da vida e mudanças de estado, permanecção sempre em sua dinidade e valor e, illustrando-se cada vez mais com feitos e mereçimentos notaveis, preeminentes offiços e titolos,

2 ROSA, Maria de Lurdes – Elementos para o estudo dos usos da heráldica a partir da produção documental familiar (sécs. XIII–XVI). In SEIXAS, Miguel Metelo de; ROSA, Maria de Lurdes, ed. – *Estudos de Heráldica Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos / Caminhos Romanos, 2012. p. 333–354.

3 SEIXAS, Miguel Metelo de – A heráldica nos arquivos de família: formas de conservação e gestão da memória. In ROSA, Maria de Lurdes, ed. – *Arquivos de Família, séculos XIII–XIX: que presente, que futuro?*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Centro de História de Além-Mar / Caminhos Romanos, 2012. p. 449–462.



resplandece puro e limpo de todo o genero de fezes e escorias sem memoria algũa de as nunca aver tido” (fl. 19).

Neste trecho, o autor insiste sobre o valor da antiguidade e pureza da linhagem enquanto elementos essenciais da qualidade dela e sustentáculos da fidalguia autêntica. Traça, a este respeito, dupla metáfora: por um lado, com o ouro e, por outro, com o sangue; em ambos os casos, sobressai o valor atribuído à pureza. Apesar de não se tratar de uma imagem propriamente heráldica, ela não deixa de ter natureza visual e de estabelecer de antemão uma conexão que será explorada no capítulo seguinte, esse sim consagrado às armas da linhagem.

O capítulo heráldico começa, por sua vez, com uma singular fundamentação erudita. O autor, com efeito, cita desde logo um *Livro de Armaria* da autoria de um rei de armas Portugal. Atendendo à época em que o códice Castelo Branco foi redigido, é provável que a obra referida seja o livro com idêntico título compilado por Manuel Teixeira, que efectivamente ocupou o lugar cimeiro do corpo de oficiais de armas portugueses no princípio do século XVII. Infelizmente, desconhece-se o paradeiro deste manuscrito heráldico, sendo contudo identificáveis determinadas cópias⁴. O recurso à obra do rei de armas Portugal por parte do autor do manuscrito Castelo Branco é usado como forma de comprovar a legitimidade e antiguidade das armas desta família. O códice do oficial de armas funciona, portanto, neste contexto, como instrumento de autoridade, capaz de gerar tal comprovação por parte dos potenciais leitores.

Tal conceito de autoridade detida pelo rei de armas Portugal inscreve-se na progressiva apropriação simbólica da heráldica pela Coroa portuguesa, operada ao longo do século XV e definitivamente institucionalizada na centúria seguinte com a legislação manuelina e com a estabilização do

4 SOUSA, D. Antonio Caetano de – *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Regia Officina Sylviana, 1735. tomo I. p. XCV-XCVI; MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana Historica, Critica, e Cronologica*. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1731-1759. tomo III. p. 388-389; SOARES, Eduardo de Campos de Castro de Azevedo – *Bibliographia Nobiliarchica Portugueza*. Braga: Edição do Autor, 1916-1947. vol. II. p. 211. É possível que o códice *Libro de Armeria del Reino de Portugal sus Ciudades, Villas, y Fidalgos*, copiado e traduzido para castelhano em 1678 por José Alfonso Guerra y Villegas, cronista-geral dos reinos de Castela e Leão, conservado na BNE, MSS/11665, seja uma cópia parcial da obra de Manuel Teixeira.



corpo de oficiais de armas⁵. O caso português revela-se, neste sentido, excepcional, na medida em que a Coroa conseguiu concentrar nas mãos dos seus oficiais (heráldicos ou não) o monopólio da produção de obras sobre estas matérias, quer se tratasse de armoriais, quer de tratados de armaria⁶.

Não obstante este esforço normativo, o carácter espontâneo e consuetudínario dos usos heráldicos nunca deixou de subsistir. Coexistiram assim, a partir de então, dois universos heráldicos paralelos: o das armas livremente transmitidas ou assumidas, geralmente baseadas em tradições pré-existentes, e o das armas homologadas ou verificadas pelo rei de armas Portugal, agindo em nome do soberano enquanto fonte de toda a justiça, incluindo a de teor heráldico⁷.

Esta coexistência nem sempre foi pacífica. A partir de meados do século XVI, o domínio régio sobre a matéria heráldica foi alvo de contestação, naturalmente centrada nos círculos cortesãos, por natureza propícios ao conhecimento da cultura heráldica e, aliás, utilizadores de armas quase unicamente espontâneas, isto é, não homologadas pela autoridade régia⁸. Na segunda metade do século XVI, começaram a surgir encomendas provenientes de círculos próximos do monarca: outros membros da dinastia real, da aristocracia titulada, detentores de cargos palatinos ou letrados da corte mandaram elaborar ou compilar obras heráldicas. Assim, D. Duarte de Bragança, neto do rei D. Manuel I, encomendou um armorial, o *Livro do Senhor Dom Duarte*, do qual se conhecem várias cópias; António de Ataíde, segundo conde de Castanheira e valido de D. João III, compilou

5 SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – Elementos de uma cultura visual e dinástica: os sinais heráldicos e emblemáticos do rei D. Duarte. In BARREIRA, Catarina Fernandes; SEIXAS, Miguel Metelo de, ed. – *D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade*. Lisboa: IEM / CLEGH, 2014. p. 257-284.

6 SEIXAS, Miguel Metelo de – Heráldica, Coroa e Nobreza em Portugal no dealbar da Idade Moderna: em redor dos conceitos de justiça e desafio. In SÁNCHEZ, Raquel; GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio, ed. – *La cultura de la espada. De honor, duelos y otros lances*. Madrid: Dykinson, 2019. p. 63-94.

7 HABLOT, Laurent – Le roi fontaine de justice héraldique. La captation royale de l'expression emblématique à la fin du Moyen Âge. In MENEGALGO, Silvére; RIBÉMONT, Bernard, ed. – *Le roi fontaine de justice. Pouvoir justicier et pouvoir royal au Moyen Âge et à la Renaissance*. Péronnas: Klincksieck, 2012. p. 223-240.

8 SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – «E tragam as armas direitas dos Costas em todos os lugares, e peças». O património armoriado dos Costas: uma estratégia de comunicação?. In ROSA, Maria de Lurdes, ed. – *Dom Álvaro da Costa e a sua descendência, séculos XV-XVII. Poder, arte e devoção*. Lisboa: IEM / CHAM / Caminhos Romanos, 2013. p. 319-342.



um *Livro dos Braçoens das Famílias deste Reino, com suas origens*; Brás Pereira Brandão, oficial da guarda-roupa do rei, reuniu um armorial que o seu sobrinho-neto Brás Pereira de Miranda veio a completar; o letrado Jorge de Montemor escreveu um livro de *Blasones*⁹. Todas estas obras apresentavam dois pontos em comum: provinham de cortesãos e inspiravam-se largamente nos armoriais preexistentes, de encomenda régia, aos quais os seus autores logravam acesso no arquivo real da Torre do Tombo, no Cartório da Nobreza, no guarda-roupa do soberano ou nos arquivos de certos altos oficiais da Coroa, nomeadamente o armeiro-mor. Desde meados do século XVI, a literatura heráldica escapara, assim, ao monopólio dos oficiais de armas.

Quais foram as razões que motivaram a compilação destas obras heráldicas “privadas”, concebidas e executadas sem a intervenção dos oficiais régios? Provavelmente, em primeiro lugar, um fenómeno de emulação, proveniente da curiosidade e do desejo de possuir livros semelhantes aos do rei. No entanto, poderá também ter havido uma reação às normas promulgadas pela Coroa nesta matéria, desde o reinado de D. Afonso V, culminando no regimento de armaria de D. Manuel I¹⁰. Todas essas disposições legais apontavam numa mesma direção: o príncipe afirmava-se como fonte suprema da justiça heráldica no seu reino e como única autoridade legítima na homologação de brasões, independentemente de estes terem sido efetivamente outorgados por ele ou não. Não por acaso, os arautos ao serviço de grandes senhores, relativamente numerosos no século XV, desapareceram no século seguinte. A partir do reinado de D. João III, apenas persistiram os oficiais de armas ao serviço da Coroa, cuja organização corporativa fora definida, precisamente, pelo regimento manuelino. A produção de literatura heráldica à margem destes oficiais régios, incluindo dentro da própria corte, pode ser interpretada como uma reacção da nobreza contra o crescente controlo imposto pelo rei sobre a matéria de armaria¹¹.

9 SEIXAS, Miguel Metelo de – Qual pedra íman: a matéria heráldica na produção cultural do Antigo Regime. *Lusíada. História*. Série II, n.º 7 (2010), p. 357–413.

10 SEIXAS, Miguel Metelo de – A emblemática manuelina, instrumento de comunicação política. In CAETANO, Joaquim Oliveira; AZEVEDO, Rosa; LOUREIRO, Rui Manuel, ed. – *Vi o Reino renovar. Arte no tempo de D. Manuel I*. Lisboa: MNAA, 2021. p. 62–75.

11 SEIXAS, Miguel Metelo de – Une pierre d’aimant qui attire tout : l’héraldique au Portugal au XVII^e siècle, un savoir disputé. *Revue dix-septième siècle*. N.º 291 (2021), p. 63–78.



A longa regência de Catarina de Áustria (1557–1568), durante a menoridade de D. Sebastião, seguida pela transferência da corte de Lisboa para Madrid durante a união dinástica sob a égide da Casa de Habsburgo (1580–1640), favoreceram esta contestação à autoridade dos oficiais de armas e à legislação manuelina. A impugnação surgiu no seio das próprias instituições régias: num célebre processo, Baltasar do Vale, escrivão da nobreza, acusou Gaspar Velho, rei de armas Portugal, de ter concedido indevidamente brasões “muito antigos” a famílias de mercadores cristãos-novos e a “pessoas de baixa extracção” que o teriam subornado para esse efeito. Em resposta, o rei de armas acusou Vale de insubordinação e incompetência, sublinhando que este último era ourives, uma profissão “mecânica” considerada incompatível com a sua função e com a própria ideia de nobreza¹². A conclusão deste processo permanece desconhecida, mas o caso testemunha as rivalidades existentes entre os diversos oficiais encarregados do controlo régio sobre a matéria heráldica.

O sucessor de Gaspar Velho foi, precisamente, Manuel Teixeira. Não admira, assim, que este rei de armas Portugal tenha sentido necessidade de reforçar a preeminência do seu ofício. Por carta de 11 de maio de 1607, obteve da Coroa um privilégio considerável: o monarca proibiu a publicação de livros de heráldica e genealogia sem a prévia censura do rei de armas Portugal¹³. Esta decisão garantia, em teoria, aos oficiais de armas o controlo sobre todos os textos publicados nestas duas disciplinas, que estavam no âmago das suas funções. A reacção, como seria de esperar, não se fez esperar. Cerca de um século depois, esta medida ainda ecoava nas palavras de D. António Caetano de Sousa, que oscilava entre indignação e desprezo:

“A este mesmo Rey de Armas, que devia ser bem instruido, e ao meu parecer, de differente character dos que nos nossos tempos tem esta occupação, achey passado à sua instancia hum Alvará [...] para que ninguem

12 FRANCO, Luís Farinha – *Les rois d’armes et les réformateurs du greffe de la noblesse (XVII^e–XVIII^e siècles)*. Separata de *Arquivos do Centro Cultural Português*. (1989), p. 461–462. Veja-se também BA 44–XIV–6, *Do Dezembargo do Paço*, fls. 102v–106v, secção intitulada “Sobre o rei d’armas”.

13 Este alvará vem transcrito em diversas fontes. Veja-se, por exemplo, “Alvará de S. Mag.de que se não possam imprimir geraçoens nem brasoens de armas sem serem vistos por Portugal Rey de Armas Principal”, in *Compendio breue na materia da nobreza & fidalguia deste Reyno*, BNP, Cód. 1151, fls I–II.



imprimisse livros alguns de Armas, nem de Familias sem elle Rey de Armas, ou seus successores, que tiverem o dito officio os reverem, e approvarem. E se por ventura este Alvará houvesse de ter effeito, e se guardasse, desejara de ver hum Rey de Armas sem sciencia, nem estudo, nem mais applicação, que ao officio, que na Republica exerceo, fazer juizo sobre materias da Historia, e de huma parte tão difficultosa como he a Genealogia, como se foraõ obras mecanicas do officio, que elle aprendeo, porque esta occupação, como todos sabem, anda em hum Official dos Officios, que entraõ na Casa dos vinte e quatro desta Cidade¹⁴”.

Não obstante as críticas formuladas, os oficiais de armas continuaram a fundamentar as suas opções heráldicas nas obras monumentais quatrocentistas e quinhentistas, limitando-se a complementá-las com a produção de novas compilações de carácter officioso, que serviam como meros instrumentos de trabalho ou mesmo, simplesmente, como copiadores de lembretes para orientar os ditos oficiais em casos duvidosos ou complexos. Assim se procedia à divulgação interna do saber heráldico. Talvez fosse esse o escopo do rei de armas Manuel Teixeira ao produzir o citado *Livro de Armaria*, capaz de actualizar os conhecimentos dos velhos armoriais quatrocentistas e quinhentistas, adaptando-os à realidade social coeva e às necessidades sentidas pelos oficiais de armas no desempenho das suas funções.

É neste contexto que se explica o recurso do cronista da família Castelo Branco à obra deste rei de armas Portugal como fonte de autoridade heráldica: o *Livro de Armaria* é citado não pela definição das armas da linhagem, que naturalmente esta conhecia melhor que ninguém, mas como instrumento para situá-las no âmbito da heráldica geral da nobreza do reino:

“o primeiro registo dellas [armas de Castelo Branco] corre nas primeiras folhas do dito livro, onde todas as que ha são de gerações que sabemos serem nobres de 300 e 400 anos a esta parte, e atee’li não ha algũa mais moderna que isto” (fl. 21).

14 SOUSA, D. Antonio Caetano de – *Historia Genealogica...* tomo I. p. 95–96.



Neste juízo comparativo não podiam os membros da própria família ser, decerto, tomados como fonte fidedigna, uma vez que eram parte interessada. Assim se explica por que razão a nobreza – incluindo, como neste caso, a alta nobreza titular e de corte –, se não se mostrava disposta a solicitar o reconhecimento ou registo das suas armas, aceitava, contudo, o exercício da autoridade heráldica por parte da Coroa na medida em que esta era definidora de uma ordem hierárquica fundamentada num ideal de justiça. E apenas o rei – e o rei de armas Portugal agindo em seu nome neste domínio – tinha legitimidade para definir tal hierarquia, acima dos constantes conflitos de precedência que caracterizavam a sociedade de corte. Ou mesmo a nobreza em geral, neste período.

É interessante observar que, depois de sinalizar a preeminência da família com base na posição relativa que as suas armas ocupavam no *Livro da Armaria*, o autor do códice teve o cuidado de indicar que

“25 folhas adiante está outro segundo registo das ditas armas desta linhagem, e se mostra pello titulo dele serem registadas a instância de Alvar'Eanes de Castelbranco, o quoa (pareçe), provando ser desta familia ao tempo que tirou o brazão das armas dela as fez nomeadamente registrar em seu nome, mas (como diguo) muito antes se achavão no dito livro em melhor lugar” (fl. 21).

Esta indicação serve para realçar, por contraste, o grau de antiguidade das armas primitivas da linhagem, na verdade tão remotas que “a quem primeiramente forão dadas e por que causa e feito particular não ha memoria”. Tal carácter imemorial, longe de se afigurar danoso (como seria numa visão processual ou institucional), constitui quase uma confirmação da antiguidade destas armas, reportadas a uma época anterior à existência de uma autoridade heráldica.

Após este intróito, o autor descreve as armas da linhagem:

“hum lião d'ouro rompente em campo azul armado (unhas dentes e lingua) de vermelho com o rabo retornado e a boca aberta; per timbre, o mesmo lião inteiro tãoobem rompente com os pees soamente sobre o elmo



e com as mãos levãotadas como que se arremeça o elmo aberto; paquife, d'ouro e azul" (fl. 21).

Nesta descrição, comprova-se o seu domínio da dimensão técnica do brasão, incluindo um certo aspecto didático, como quando explica que o termo “armado” diz respeito à figuração das garras, dentes e língua em esmalte diferente (vermelho) do que se aplica ao corpo do leão (ouro). Lança-se o autor, em seguida, na explicação simbólica das armas.

Começa por atentar no leão, do qual destaca diversos pontos. Em primeiro lugar, que é de ouro, sendo este o melhor metal existente em armaria, e denotativo de “ser nobre en todos os seus feitos”; depois, que é rompante, sendo esta posição “a melhor na armaria porque o rompente precede ao batalhãote e ao passãote”. Por fim, ponderando os pormenores da figura realçados de outro esmalte, afirma que

“Em ser armado de vermelho denota o sangue que dos inimigos derramou ferindo-os e desbaratando-os na demanda. A boca aberta denota a feroçidade e braveza de esforço, o rabo retornado denota ser firme e não tornar atrás no que faz”.

Em todas estas considerações, o autor segue os preceitos de equivalências simbólicas estabelecidos pelos tratados de armaria desde finais da Idade Média, amplamente difundidos na cultura cavaleiresca da época¹⁵. Tais tratados conheceram igualmente divulgação em Portugal, dando origem ao códice *De Ministerio Armorum*, do arauto Constantinopla ao serviço de D. João I e, mais tarde, ao *Tratado de Nobreza* de António Rodrigues, rei de armas Portugal ao serviço de D. Manuel I, largamente inspirado no *Blason general y Nobleza del Universo* publicado em 1489 por Pedro de Gracia Dei¹⁶.

15 BOUDREAU, Claire – *L'héritage symbolique des héralts d'armes*. Paris : Le Léopard d'Or, 2006. vol. I, p. 5-37. Sobre os variados instrumentos de coesão do grupo nobiliárquico, veja-se AGUIAR, Miguel – *Cavaleiros e Cavalaria. Ideologia, práticas e rituais aristocráticos em Portugal nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Teodolito, 2018. p. 91-134.

16 Obra da qual existe uma recente reedição fac-simile: GRACIA DEI, Pedro de – *Blasón General y Nobleza del Universo*. Badajoz: Unión de Bibliófilos Extremeños, 1993.



Como define Claire Boudreau, os armoriais e os tratados de armaria e de cavalaria tardo-medievais são construídos sobre a pedra de toque da noção de justiça, dada como a própria origem das armas: estas servem para identificar e recompensar os cavaleiros mais valorosos. Ora, a responsabilidade de avaliação do valor cabia, precisamente, aos oficiais de armas. E as armas destinavam-se a premiar, lembrar, fixar os méritos de uma pessoa, segundo o critério inelutável da verdade e da justiça¹⁷. Daí decorriam as origens míticas do ofício de armaria: os doze arautos criados por Júlio César, ligados simbolicamente aos doze apóstolos encarregados de transmitir a Boa Nova. Os antecessores simbólicos dos arautos eram, aliás, os próprios anjos, considerados como mensageiros de Deus e colocados sob a autoridade do seu chefe, o arcanjo São Miguel¹⁸. As cotas de armas daqueles oficiais lembravam por isso as túnicas envergadas pelos diáconos para a leitura dos Evangelhos, ou seja, da Verdade¹⁹.

No seio desta missão de justiça, armoriais e tratados de cavalaria serviam como obras de referência, de testemunho para identificação dos melhores. Podiam também servir para corrigir os usos indevidos. A longo prazo, o armorial protegia a antiguidade do nome e a pureza da linhagem contra as usurpações falaciosas que pudessem atrair a nobre verdade de uma ascendência longínqua. Os manuais de armaria e de cavalaria nutriam objetivos idênticos. Os seus autores pretendiam sempre ensinar a verídica e vetusta ciência heráldica, a única capaz, na sua opinião, de permitir a destriça entre armas falsas e verdadeiras. Sobretudo pelo viés da etimologia, os autores de tratados procuravam a verdade original contida no nome de cada coisa. A simbólica das cores, dos móveis e dos animais

17 BOUDREAU, Claire – *Traité de blason et armoriaux : pédagogie et mémoire*. In HOLTZ, Louis; PASTOUREAU, Michel; LOYAU, Hélène, ed. – *Les armoriaux médiévaux*. Paris : Le Léopard d'Or, 1997. p. 388.

18 BOUDREAU, Claire – *Les héralds d'armes et leurs écrits face à l'histoire: enquête sur la diffusion du mythe des origines de leur office (XIV^e – XVII^e siècles)*. In *L'identità genealogica e araldica. Fonti, metodologie, interdisciplinarietà, prospettive*. Roma: Ministero per i Beni e le Attività Culturali, 2000. vol. I, p. 453-476.

19 BOUDREAU, Claire – *Messagers, rapporteurs, juges et «voir-disant»*. Les héralds d'armes vus par eux-mêmes et par d'autres dans les sources didactiques (XIV^e – XVI^e siècles). In BOUDREAU, Claire [et al.], ed. – *Information et société en Occident à la fin du Moyen Âge*. Paris : Publications de la Sorbonne, 2004. p. 233-245; HILTMANN, Torsten – *Vieux chevaliers, pucelles, anges. Fonctions et caractères principaux des héralds d'armes d'après les légendes sur l'origine de l'office d'armes au XVe siècle*. In SCHNERB, Bertrand, ed. – *Le héraut, figure européenne (XIV^e-XVI^e siècle)*. Lille : Revue du Nord, 2006. p. 503-528.



servia para fixar, para reconhecer e para classificar como devia ser o grau de nobreza das armas²⁰.

Desta forma, armoriais e tratados, usados em conjunto, transmitiam uma concepção original do sistema heráldico e da nobreza. Por via destes dois tipos de obras, os arautos vincavam, antes de mais, o carácter honorífico das armas. Estas eram assim entendidas como marcas de honra destinadas a recompensar e distinguir os mais valorosos. No imaginário dos arautos, as armas relembavam as qualidades de cada guerreiro e serviam de exemplo para a posteridade. Armoriais e tratados de armaria eram pois entendidos como expressões complementares da realidade heráldica vigente, sobretudo no que respeita ao conceito honorífico das armas, próprio do seu entendimento moderno (em oposição ao medieval), tal como assinala Claire Boudreau:

“Elles sont des marques d’honneur qui récompensent et distinguent les plus vaillants. Dans l’imaginaire des hérauts, elles rappellent les qualités de chaque guerrier et servent d’exemple à la postérité²¹”.

Dentro desta lógica, o autor do códice Castelo Branco continua a fornecer leituras simbólicas das armas desta linhagem, indicando que o campo azul

“he a cor celeste e das duas primeiras e milhores cores da armaria, denota que a pessoa a que se dá por campo de suas armas está tido por leal, virtuoso, verdadeiro, zeloso do bem comum e inteiro em tudo aquillo que lhe foi encarreguado, propiedades que bem cabem aos desta geração, em que tão conhecida he lealdade, verdade, inteireza” (fl. 21).

De igual modo, aponta o facto de o leão em timbre dever ser representado inteiro, e não sainte (ou seja, apenas com a metade superior a irromper do elmo), pois esta última figuração denota

20 GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio – Iconografia da honra e do prestígio: Reis de armas e Cavaleiros das Ordens Militares em Portugal e Castela (séculos XV–XVII). *Ler História*. N.º 60 (2011), p. 35–52.

21 BOUDREAU, Claire – *Traité de blason et armoriaux...* p. 389.



“aver algum impedimento que ainda no ganhar das armas teve, sem embargo do quoad lhe forão dadas em satisfação dos trabalhos que hia acabando de coar, o que aqui a esta linhagem não pertence” (fl. 21 v).

O autor esclarece, por fim, que o elmo

“em ser aberto denota geralmente ser de antiga linhagem e não aver escoria algũa de sua primeira origen e tronco; e ao contrairo, ser çerrado, denota estar ainda na escuridade de seu nascimento. E não se abre senão da quarta geração por diante, e attee a quarta geração não vão os elmos de todo abertos, mas, com diferença do aberto e da quarta geração por diante, fica de todo o elmo aberto como os de antigua linhagem” (fl. 21v).

Corresponde esta interpretação a uma tendência própria da heráldica tardo-medieval e moderna para valorizar os elementos exteriores ao escudo de armas. Tal valorização decorre de uma alteração semiótica profunda que a heráldica conheceu nestes séculos. Até então, a carga significativa havia-se concentrado no escudo e em escassos e variáveis elementos exteriores; a função identificativa imperara sobre as demais, ou fora mesmo exclusiva.

Mas, a partir do século XIV, as armas passaram a compreender comumente uma série de elementos exteriores pelos quais se exprimia a condição social do detentor das armas. Tais elementos podiam ser denotativos da condição de cavaleiro (o elmo com paquife e virol), da participação em torneios ou em actos guerreiros memoráveis (o timbre), da pertença a determinada ordem militar ou de cavalaria (as respectivas insígnias, eventualmente em escudo próprio), da partilha de ideais (a figuração de escudos de São Jorge ou de empresas), da detenção de títulos nobiliárquicos (as coroas e coronéis). Todos estes elementos exprimiam visual e simbolicamente a inserção do armígero em determinadas categorias ou estruturas que hoje classificaríamos de sociais, políticas, culturais, religiosas ou militares. Mas, dentro da lógica concomitante de criação de uma autoridade heráldica, os elementos exteriores ao escudo tornavam patente – e por essa via, por vezes, verdadeiramente actuante – uma visão hierarqui-



zada da sociedade sob a égide do rei. Na verdade, a expressão das categorias hierárquicas transformara-se, na heráldica em fase de transição para a modernidade, numa componente tão fundamental como o próprio elemento identificativo básico (o escudo), que havia estado na origem do fenómeno heráldico. Daí decorreu a profusão de tipologias de elementos exteriores patente nos tratados de armaria e bem espelhados nas diferenças dos elmos descritas pelo cronista em análise. Tais tipologias, de uma forma geral, correspondiam mais a normativas abstractas que a práticas efectivas, ainda que a sua difusão sistemática pela profusão da tratadística tenha acabado por influenciar inevitavelmente os usos heráldicos. Termina o cronista a sua interpretação simbólica das armas da linhagem Castelo Branco com um trecho particularmente inspirado acerca do paquife, ou seja, dos panejamentos que caem do virol enrolado no topo do elmo, espalhando-se em redor do escudo:

“O paquife, nas armas geralmente denota o trabalho com que forão ganhadas, incluindo em seu nome duas prinçipaes virtudes, paz e fee. E corre o paquife sempre por derredor do escudo e timbre em voltas, como que se move acompanhando aquellas figuras que forão dadas ao ganhador por seus trabalhos, lealdade e fee. E mostra que elle teve sempre firme intento no que lhe foi emcarreguado sem repousar nunca atee o acabar. Porque assi como o vento move as folhas, assi a folhagen do paquife sinifica que o ganhador não esteve quedo nem sossegou, mas esteve firme em perpetuo cuidado e deligençia, obrando com fee na guerra por alcançar a paz”.

Transparece neste trecho uma dimensão onírica da heráldica, cultivada a par com a sua imprescindível natureza épica. Este entrelaçamento entre heráldica e discurso heróico tornou-se caraterístico do século XVII, levando à constituição de um “armorial de Calíope²²”.

É aliás neste âmbito que, no final do seu capítulo heráldico, o autor cita João Rodrigues de Sá de Meneses, alcaide-mor do Porto e autor de celebradas

22 LOSKOUTOFF, Yvan – *L'armorial de Calliope*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 2000.



trovas heráldicas inseridas no *Cancioneiro Geral*²³. Esta obra é alvo de louvor pelo cronista, que da mesma penada assinala também o parentesco do trovador heráldico com a família Castelo Branco:

“São mui sabidas e lidas as suas trovas das linhagens, de que as que nos pertencião referimos neste livro, e por ellas e por muitas outras que ha suas no *Cançoneiro Geral* portugues impressas se conhece façilmente que dos cortesãos servidores de damas e poetas daquela rude idade a elle se deve hũ dos primeiros e milhores luguares. Por todas estas partes e callidades de João Rodriguez de Saa de Meneses o casou o conde de Villa Nova don Martinho de Castelbranco com sua filha segunda dona Camilia de Noronha” (fl. 188).

A primeira menção das trovas do alcaide-mor do Porto transcreve, naturalmente, as coplas referentes às armas de Castelo Branco:

“Onde se der campo franco
Em novo mas dino estado,
Rompende leão dourado
Trarão os de Castelbranco,
Em campo azul assentado.

E de sua perfeição
E quanto val con rezão
Dara muito çerta prova
Em seu conde Villa Nova,
Aquella de Portimão”

23 Trata-se das *Quintilhas heraldicas declarando alguns escudos darmas dalgumas lyhnajeas de Portuguall que sabya donde vynham*, das quais existem numerosas cópias (cf. SOUSA, D. Antonio Caetano de – *Historia Genealogica...* p. XL–XLII; SOARES, Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *Bibliographia Nobiliarchica...* vol. II, pp. 67–68). A esta obra pioneira juntaram-se em seguida a *Miscelânea* de Garcia de Resende, as *Coplas às Armas da Nobreza de Portugal* de D. João Ribeiro Gayo, bispo de Malaca, e as *Endeixas e Quintilhas* de Manuel de Sousa da Silva. Para uma visão genérica, vejamos as considerações e transcrições de SÃO PAYO, D. António, Conde de – *Cancioneiro d’Armoria*. Lisboa: Centro Tipografico Colonial, 1929; e BORGES, J. G. Calvão – *A Armoria em Portugal e na Cultura Portuguesa*. In REDONDO VEINTEMILLAS, Guillermo, ed. – *Actas del I Congreso Internacional de Emblemática General – Proceedings of First Internaitonal Conference on General Emblematics*. Zaragoza: Institución «Fernando el Católico», 2004. vol. II, p. 983–1011.



A presença da palavra “novo” nestas coplas leva o autor, de resto, a um excursão em que explica que ela se aplica tão-somente à condição condal e à própria designação da respectiva vila, não à antiguidade da linhagem. Não fosse o leitor desprevenido tresler ponto tão significativo... Termina o cronista com uma advertência:

“Estão estas armas tãobem registadas en alguns livros de linhagen e armas de Castella no capitulo preçedente referidos, mas recebem os autores deles engano en dizer que o lião he de prata, sendo na verdade d’ouro como aqui estão. E as armas de leão de prata en cãopo azul, que radamente os ditos autores castelhanos atrebuen aos de Castelbranco são as dos Silvas, como a todos he notorio” (fl. 22).

Comprova-se, mais uma vez, a importância do conceito de correção das armas, consideradas como penhor da legitimidade da nobreza da linhagem e, neste caso, da sua antiguidade: desrespeitá-las ou figurá-las de forma incorrecta era atentar contra a própria linhagem e, de modo mais lato, contra o princípio de justiça que se considerava subjacente a todo o sistema honorífico e à autoridade régia de que ele provinha. Note-se, contudo, que o cronista comete por sua vez um erro: as armas de Silva apresentam campo de púrpura, não de azul.

As trovas do alcaide-mor do Porto são novamente transcritas quando o autor se refere às armas da família Valente:

“No bravo leão rompente
por tres luguares faxado
se mostra bem amostrado
sangue Ouvequez e Vallente
co nome mui concertado.
Ambos sairão da vide
do bom que morreo na lide
d’Ourique diante el-rei
de louvor segundo lei
nom menos digno que o Çide.”



Mas não se resumem às coplas de João Rodrigues de Sá as fontes citadas pelo autor do códice em matéria heráldica. Como se viu, ele também conhecia o *Livro de Armaria* do rei de armas Portugal, provavelmente Manuel Teixeira, citado com valor de autoridade; bem como, no mesmo registo, outros livros atribuídos aos reis d'armas de Castella, não identificados (fl. 18). A mesma falta de identificação concreta encontra-se na referência a “Memorias de pessoas curiosas e vistas na materia das linhagens e muitas outras informações per escrito e palavra dinas de fee”, citadas no mesmo fólio, ainda que depois, no decurso do texto, algumas delas venham efectivamente nomeadas. Algumas obras são evocadas para descrever emblemas usados em ocasiões específicas, como “Jorge Ferreira de Vasconcelos no torneio do príncipe dom João” (fl. 18v).

Igualmente relevante é a menção genérica de “Estromentos autenticos em publico e blasões de pessoas deste appellido tiradas da Torre do Tombo” (fl. 18), que indica o cuidado em fundamentar o texto em fontes primárias documentais. Sem desprimor de atentar também nas fontes gráficas, nomeadamente selos, sepulturas e pedras de armas aduzidas como prova (“Letreiros en diversas sepulturas de igrejas e moesteiros em seus lugares nomeados e em especial em São Martinho, São Jorge e no moesteiro da Trindade, em Lixboa”, fl. 17v).

Assim, ao evocar a doação de Vila Nova de Portimão por D. Afonso V, o autor precisa: “Às quais merçes el-rei dom João o 2º então deu seu consentimento por sua letra ao pee do sinal d’el-rei seu pai nas ditas cartas” (fl. 113v). Este carácter probatório da heráldica não se limita à sigilografia, pois transparece também, por exemplo, na identificação da pedra de armas das casas nobres anexas ao morgado da Póvoa de Santa Iria instituído por Vicente Afonso Valente:

“E alem dos bens da Povoa lhe annexou mais as casas de Lixboa defronte de São Martinho, que oje sabemos tão nobres e das mais manificas do reino, e sobre a porta dellas estão quarteados os liões faxados dos Vallentes com os d’ouro dos Casteisbrancos” (fl. 116v).



Reencontra-se similar dimensão probatória na descrição das melhorias introduzidas na mesma igreja de São Martinho de Lisboa por

“dom Francisco de Castelbranco camareiro moor [, que] derribara a dita capella moor con liçença do dito vigairo e a mandara fazer maior e milhor ornada e de abobada, e que avia de poer nella hum retabolo que lhe oje vemos com as armas dos Castelbranco no frontispiço e ornamentos e outras cousas en que gastaria mais de seteçentos cruzados” (fl. 204).

De igual modo, ao tratar de um ramo segundo da linhagem, descendente de Rui Vaz de Castelo Branco e estabelecido na Beira, assevera o cronista que

“no livro segundo dos registos d’el-rei dom João o primeiro, folio 3, verso. Acha-sse em alguns brasões autenticos de alguns que pretendem deçender deste fidalguo que foi senhor d’Almeida e das Sarzedas e da Sovereira Fermosa e alcaide moor de Monsanto” (fl. 30).

Ainda dentro dos usos heráldicos próprios da família, o cronista alude também à importante questão da obrigatoriedade do uso de nome e armas em associação ao património vinculado. Assim, ao descrever as cláusulas da instituição do morgado por Nuno Vaz de Castelo Branco e sua mulher Joana Juzarte, refere o dever de

“que todos os possoidores deste moorguado fossem da sua linha e linhagem e se chamassem do appellido do de Castelbranco sem o mudarem nem acreçentarem outro algum e trouxessem as armas direitas desta linhagem, apellido e solar (que desta palavra usa a dita instituição) sem poderem misturar com ellas outras algũas” (fl. 42v-43).

Tal era uma prática onomástica e heráldica amplamente difundida, destinada a criar e manter a identidade linhagística em estreita associação com a instituição vimcular e com as obrigações pias pela salvação das almas dos defuntos²⁴.

24 ROSA, Maria de Lurdes – *As Almas Herdeiras. Fundação de Capelas Fúnebres e Afirmação da Alma como Sujeito de Direito (Portugal 1400-1521)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2012; NÓVOA, Rita Sampaio da – *For the immortality of memory: family names and arms*. In *Entailment Identity, Construction, Transmission, Perpetuation (14th-17th centuries)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2024. p. 137-176.



Outra associação simbólica referida pelo manuscrito consiste na concessão de um vexilo de formato específico para os titulares. Assim o determinou em 1485 D. João II quando

“fez merçe ao dito Gonçalo Vaz de Castelbranco de lhe dar assentamento de conde e que pudesse trazer bandeira quadrada como os senhores de titullo soos podem, e que se chamasse de “dom”, elle e seus desçendentes” (fl. 114).

Deste modo, o título condal, levando à condição de grande do reino, vai acompanhado pelo privilégio do tratamento de Dom e do uso de uma bandeira de formato quadrado, próximo, portanto, do formato da própria bandeira real²⁵.

Claro que a crónica está longe de cobrir todos os usos heráldicos da família. As informações a este respeito podem ser complementadas por via dos inventários, geralmente arrolados *post-mortem*, como foi o caso de D. Francisco de Castelo Branco Valente. O inventário dos bens deste fidalgo permite reconstituir, pelo menos em parte, o esplendor heráldico de uma casa nobre de tal estatuto, compreendendo cinco reposteiros armoriados, oito coxins “de ras vazios com as armas do defunto”, um cobertor “de cetim cramesim avelutado que tem quatro panos barrado ao redor por tres partes de tela d’ouro com as armas do defunto no meo”, mais outro cobertor similar, uma cabeceira “de tela d’ouro” com as mesmas armas, um gomil de prata pequeno, um bacio e duas galhetas, todos armoriados, “sete escudos com as armas do defunto de liões”; e, na quinta da Póvoa, dois panos de armar, oito guarda-portas, dois panos de mesa e um reposteiro, todos com as mesmas armas²⁶.

25 SÃO PAYO, Marquês de – A nomenclatura das signas medievais. *Armas e Troféus*. I série, vol. I (1932), p. 21–27.

26 Apud ROSA, Maria de Lurdes – Elementos para o estudo dos usos da heráldica... p. 348–349. Sobre o uso da heráldica nos interiores palacianos, veja-se SEIXAS, Miguel Metelo de – O uso da heráldica no interior da casa senhorial portuguesa de Antigo Regime: propostas de sistematização e entendimento. In MENDONÇA, Isabel; CARITA, Hélder; MALTA, Marize, ed. – *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: Anatomia dos interiores*. Lisboa – Rio de Janeiro: Instituto de História da Arte/Universidade Nova de Lisboa; Escola de Belas Artes/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014. p. 86–109.



Por outro lado, as referências heráldicas no manuscrito em análise não se cingem às da própria linhagem. Abundam, com efeito, menções a usos e práticas genéricas neste âmbito. Antes de mais, em contexto de guerra, dando conta de dimensões simbólicas e concretas. Assim, ao descrever a batalha do Salado em 1340, o cronista refere que

“d’el-rei dom Afonso [IV] de Portugal forão presos e cativos dous filhos de reis mouros, hũ dos quais el-rei trouxe a Portugal com cinco bandeiras ganhadas dos imiguos, que forão postas na see de Lixboa” (fl. 23v).

Tal uso constituía uma prática comum, que permitia que a vitória fosse, por um lado, consagrada a Deus (o que se revelava particularmente adequado tratando-se de um conflito contra forças islâmicas) e, por outro, objecto de pública e longa divulgação na catedral, lugar central da vida religiosa da cidade cabeça do reino, onde o mesmo rei se fez sepultar. O hasteamento de bandeiras em praças conquistadas desempenhava papel análogo, como o cronista aponta ao tratar da tomada de Azamor por D. Teodósio, duque de Bragança, em 1513:

“Ao outro dia em amanheçendo se arvorarão na cidade as bandeiras de Portugal, e o duque fazendo consagrar a mesquita maior em igreja da adoração do Spirito Santo ouvio nella missa e se apousentou con sua gente dentro na cidade” (fl. 64).

O valor simbólico da heráldica em contexto bélico ganha especial expressão na pena do cronista ao tratar da batalha de Toro em 1476, quando descreve a perda e recuperação da bandeira real portuguesa:

“polla força dos acobertados d’el-rei dom Fernando, que erão muitos, os nossos se começarão a desordenar de maneira que desemparrarão a bandeira real, a quoa, posto que os imigos ouverão à mão (cortando primeiro ambas as suas a Duarte d’Almeida, alferes pequeno, que a trazia, que atee lhas não deçeparem a não largou), contudo foi cobrada por hum Guonçalo Pires, criado de Guonçallo Vaz Pinto que com ajuda d’outros esforçados portugueses a tomou a hum fidalguo castelhano que a trazia, por sobrenome Soto Maior, e a trouxe com ella prezo ao príncipe dom João” (fl. 98-98 v).



A perda da bandeira é considerada tão relevante que influi de forma decisiva no ânimo de D. Afonso V:

“El-rei dom Afonso, vendo sua bandeira real no chão e sua batalha desbaratada, requeando que o mesmo tivesse acontecido ao príncipe seu filho que tinha menos gente, sobreveo-lhe aquelle seu admiravel espirito de esforço com algũa mistura de desesperação do estado de suas cousas, e escolhendo antes morrer honrrada e cavalleirosamente que viver con desgosto, quisera, qual hum dos Deçios romanos, lançar-se no meo dos imigos e matando nelles acabar seus dias” (fl. 98v).

Perante o desfecho contestável da batalha, o príncipe D. João, que ao contrário do seu pai não abandonara o campo de batalha, decidiu “conforme ao costume dos reis e príncipes vencedores em batalhas reais de estar ali tres dias no campo feito senhor delle, esperando quem lho quisesse contrariar, pera clara de mostraçãõ de não aver quem”, acabando por “abalar muito contra sua vontade pera a çidade de Touro, pera onde caminhou com bandeiras despreguadas guoardando en tudo a ordem que os vencedores costumão ter segundo lei e uso de cavallaria” (fl. 99–99v).

Pelo contrário, os despojos de guerra reunidos pelos Reis Católicos na sequência da mesma batalha são arrolados pelo cronista de modo a salientar a sua insignificância e a ridicularizar as pretensões destes soberanos à vitória:

“Se oulhamos aos despojos, todos os mais que os castelhanos ouverão forão as armas do escudeiro pobre do alferes pequeno con oito guiões e pendões que guanharão, que tudo per mandado de seu rei e rainha foi levado en sinal de grande triumpho a Tolledo e posto na capella dos reis da igreja maior de Nossa Senhora, que não podem ser mais fracos despojos de batalha real e que cuido que antes acanhão do que acreditão sua vitoria, maiormente pera quem se lembrar que tendo guanhada a nossa bandeira real (sem nenhuma quebra do nosso alferes que a tinha, antes con grande louvor e honrra por como nisso se ouve) a tornarão a perder pello esforço de hum portugues de pouca contia que lhe prendeo hum fidalguo honrrado que a levava” (fl. 99v).



Fora dos campos de batalha, a heráldica aparece ainda na crónica estudada por ocasião de rituais áulicos, cívicos e religiosos. Ela ocupa especial destaque nas cerimónias da viagem e casamento da infanta D. Beatriz com Carlos III, duque de Sabóia, em 1521, em que o conde de Vila Nova desempenhou papel de relevo. Assim, ao descrever a armada que conduziu a infanta portuguesa junto do seu marido, o cronista descreve-a como

“toda guarneçada e armada de toldos e bandeiras e paramentos de sedas, tellas e brocados, hũa das mais ricas e fermosas peças que no mar nunca entrou, [com] conçertos e guarnimentos dos ricos toldos, estãodartes, bandeiras, armações de camaras, apercebimento e gualataria das vellas enxarças de todos os ditos navios e bateis dellas, e as infinitas sedas e brocados de diverssas sortes e cores, e devisas e borlados e entretalhados que nellas avia” (fl. 154v-155).

A heráldica desempenha aqui um papel ostentatório, destinado a enaltecer a grandeza da infanta e da sua comitiva portuguesa, transmitindo o prestígio do reino.

Nas festividades deste casamento principesco, o cronista refere também a presença da heráldica em torneios, próprios da cultura cavaleiresca da época:

“No meio do terreiro onde erão as justas estava hun cadafalso en que estavam as lanças de justa e hum rei d’armas con ellas. Aqui estavam tãoobem algūs fidalguos dos nossos, posto que os mais estavam a cavallo com o duque, e junto deste estava hun castello de madeira pintado de pardo a obra romana branca com covellos de redor e nelles as armas do duque en quarteirões com as de vossa alteza”.

A esta heráldica dos dois esposos juntava-se a dos participantes na justa, conforme as práticas consagradas, que envolviam também a intervenção de oficiais de armas:

“No meio deste jardim estava hum padrão da mesma madeira, alto mui bem pintado com as armas do duque e sua coroa real en çima feita de



madeira pintada d'ouro. E abaixo destes estavam huns escudos soltos de-pendurados e nelles pintadas as armas dos justadores, as quais forão d'ali tiradas no meio das justas pellos parentes dos justadores. E corrião com os escudos altos na mão ao longo da tea por sinal que os justadores erão de gente nobre e de cotas d'armas, porque não podem justar senão com esta examinação e outros reis d'armas que fazião este ofício. O nome destas justas he justas d'armas. No meio daquelle padrão estava hũa rocha pintada donde sahia hum braço grande com hũa mão fechada e nella hum escudo das armas da senhora inffanta pintadas que o lançava de dentro e o tornava a recolher”.

Bem ao gosto renascentista, como se vê, o esplendor heráldico das justas incluía o recurso a um mecanismo, destinado a provocar a admiração dos espectadores²⁷.

O cronista revela, aliás, uma atenção especial em relação à presença de elementos e usos emblemáticos da corte sabauda. Ao descrever os aposentos que o duque mandara preparar, assinala que

“as varandas da primeira meia entrada, assi as paredes dellas como o que pendia pera fora, tudo estava armado de hūs panos de çetim cramesim com huns bastões em molhos atados d'ouro e de redor de prata, borlados e muitos outros conçertados com ramos que delles sahião sameados entre os molhos e por çima hũa bordadura largua com as mesmas invenções, çercado todo de hum cordão de São Fraçisco com seus noos de tella d'ouro” (fl. 163v).

Mais adiante, aponta a existência de

“Outra camara de çima, que foi a primeira en que entrou a senhora infante, estava armada de brocado rico raso cramesim e de veludo cramesim com hũa bordadura largua por çima do mesmo brocado entretalhada com huns laços bem obrados. Estes laços erão sua empreza e suas armas com

27 Sobre a relação entre técnica e heráldica no contexto das festas renascentistas, veja-se CRÉPIN-LEBLOND, Thierry, HABLOT, Laurent, RITZ-GUIBERT, Anne, ed. – *Le blason des temps nouveaux. Signes, emblemes et couleurs dans la France de la Renaissance*. Écouen : Musée national de la Renaissance / In Fine éditions d'art, 2022.



a letra que avante se dira, que hião acabar em huns “CC” e “LL”. E todavia esta bordadura hia çercada de huns cordões de São Françisco entre talhadas do mesmo brocado e hum doçel e hũ leito e seus paramentos desta sorte, e tudo entretalhado do mesmo cordão de São Françisco com franjas d’ouro” (fl. 164).

Nestas descrições, o cronista revela o seu conhecimento das empresas efectivamente utilizadas pela Casa de Sabóia, instrumento fundamental para a sua projecção dinástica e política na transição da Idade Média para a Moderna²⁸.

Tal conhecimento abrange até a explicação mitográfica da divisa “FERT”, consignada juntamente com a descrição da cortina em que o duque ouvia missa:

“Aqui he bem que digua das suas armas, porque açertei de ver a cortina en que ouvio missa, en que estavam borladas. Erão as cortinas de brocado roxo e veludo cramesim com outros entretalhos mui bem borlados e as armas sameadas pellas cortinas com aquella letra por çima dellas e no meio da letra hum laço. E diz a letra “*ferte, ferte*”, que quer dizer em françes “soportar” ou “sofrer”. Estas armas não são as antiguas desta casa, porque hum senhor della em hum çerco de Rhodes, avera 150 anos, desbaratou e vençeo hũa grande armada dos turcos per onde Rhodes foi livre, e o papa e o emperador por aquella tão nobre e honrrada pelleja lhas deu. As armas antiguas são cruzes brancas en campo sanguinho com as mesmas letras, “*ferte, ferte*”. Alem do que disse tem a seguinte senificação: “*fortitudo eius Rhodas tenuiti fortitudo eius hostes domuit*”. Que quer dizer “a sua fortaleza sosteve Rhodes”. Tras tãobem outras cruzes brancas com frol de lizes no cabo con sua coroa real que trazião os seus alabardeiros nos peitos e nas costas dos pellotes, feita de chaparia d’ouro e de prata. Soube que a trazião por devação de hum santo que jaz em Saboia, o quoyal santo nomeão en suas guerras, como em Portugal São Jorge e en Castella Santiago” (fl. 166).

28 Sobre a emblemática da Casa de Sabóia e o seu uso político, consulte-se GENTILE, Luisa Clotilde – *Riti ed emblemi. Processi di rappresentazione del potere in area subalpina (XIII-XVI secc.)*. Torino: Silvio Zamorani editore, 2008.



Causa algum espanto que o cronista não identifique São Maurício, santo patrono da dinastia sabauda, mas trata-se de um pequeno lapso no seio da erudição emblemática patenteada ao longo do manuscrito.

Tal erudição dá bem conta da importância de que o conhecimento heráldico se revestia para a construção da identidade linhagística. Num sentido, antes de mais, centrado nos usos heráldicos da própria Casa, devidamente registrados e invocados pelo seu valor probatório. Mas também, em seguida, num sentido mais amplo, na medida em que se torna claro que o signo familiar só toma o seu inteiro valor quando inserido no âmbito mais vasto dos sinais ostentados pela nobreza, que formam um sistema emblemático colocado sob a autoridade do rei. Este sistema é regido por normas próprias e integra, além delas, um conjunto de práticas comuns, ambas (normas e práticas) evocadas na crónica. Sob a pena do cronista, a heráldica surge, assim, como parte integrante e necessária da cultura de qualquer indivíduo pertencente aos estratos superiores da sociedade. Conforme resumia o autor anónimo duma *Miscelânea* coeva:

“Todo homem discreto, cortezam, e nobre, tem obrigaçam de saber a matéria de ordenar escudos de Armas. E dar razam das de seu Rej príncipe e senhor natural, e sua origem. E da mesma maneira das que pertencerem a sua progenie e apelido de seu nome, de modo que de huma e outra couza a de saber, razoar, tratar e brazonar perfeitamente²⁹”.

29 *Miscelânea*, BA 54-X-54, n.º 3, fl. 37v.º.



Da história da Casa ao arquivo senhorial: um percurso entre a *Crónica dos Castelo Branco* e o *Tombo do Cartório da Casa de Vila Nova*

Fábio Duarte

1. Vidas cruzadas: D. Manuel, D. Duarte e D. Afonso de Castelo Branco

Quando, em Agosto de 1626, D. Manuel de Castelo Branco, 2.º Conde de Vila Nova de Portimão, fez o seu testamento, já ultrapassara os 60 anos e tinha, meses antes, perdido a sua mulher, D. Branca de Vilhena. Chegada a altura de acertar contas com Deus e os homens, queixava-se da falta de resposta do Rei aos seus rogos por mais mercês e pedia ao seu filho e herdeiro, D. Gregório, que não se atrasasse no pagamento aos credores. As dívidas, que pesavam sobre a Casa e o seu administrador, estavam escrupulosamente registadas nos “Liuro de minha fazenda [...] e [n]o Liuro grande de folha inteira emcadernado em pergaminho”¹.

Depois de mais de 40 anos ao serviço da Coroa, o Conde declarava-se ressentido por não ver o seu zelo recompensado. E recordava que “serui[ra] a sua Magestade que Deos tem nas Alterações”, sublinhando

¹ O testamento, aprovado em 05/12/1626, está copiado no interior de uma sentença régia de 14/09/1711, em ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO – Casa de Abrantes, cx. 1, mç. 1, doc. 10.



“o risco [...] e resolução com que mandey meo filho e minha molher que entrassem no primeiro lugar de Castella como o fazião quando lhe chegou recado a Castello de Vide que hera levantado de sobre os muros Dom Antonio que foy Prior do Crato e o mais que antes e depois passey que não posso nem deuo dizer agora”. Por muito que se contivesse, as águas da memória não paravam de fluir. Naquele mesmo dia em que assentara a sua última vontade, a 4 de Agosto, cumpriam-se 48 anos “que me Deos liurou na batalha de Alcaçere tirando me dantre os mortos”.

O famoso desastre africano alterou completamente os destinos do Reino, precipitou-o numa crise sucessória, económica e social. Num ambiente de trauma colectivo, a adivinhação e a prática de magia tornaram-se comuns². A nobreza portuguesa sofreu um duro volte-face com a tragédia, já que grande parte dos herdeiros masculinos das suas famílias figuraram entre as listas de cativos, desaparecidos e mortos³. Com a abrupta interrupção das linhas sucessórias, algumas delas envolveram-se, mais tarde, em disputas legais pela administração dos vínculos que detinham⁴. Houve mesmo fundadores de morgadios que, perante esta nova situação, foram forçados a escolher um outro herdeiro que os pudesse suceder ou pelo menos consideraram a hipótese de o fazer em caso de não se dar o regresso pretendido do sucessor eleito⁵.

Uma nova conjuntura política, marcada pela incerteza, emergiu, e a sua consumação chegou quando o velho Rei D. Henrique, impossibilitado de contrair matrimónio, abriu as portas às candidaturas dos pretendentes

2 CURTO, Diogo Ramada – *A cultura política no tempo dos Filipes (1580–1640)*. Lisboa: Edições 70, 2011, pp. 29–33.

3 BETHENCOURT, Francisco – D. Henrique in *História de Portugal – No Alvorecer da Modernidade*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 548.

4 Veja-se uma informação sobre o pleito relativo à administração do morgado instituído por Dona Maria de Vilhena em *Informaçam de direito por Ruy Telez de Menezes na cauza que lhe moveo Dona Maria de Noronha sua sobrinha, sobre a successão do morgado da sua casa dos Telles*. Lisboa: impresso por Pedro Crasbeeck, 1605. Outro caso semelhante terá sido o do conflito legal pela administração do morgadio da Póvoa, que vem indicado em DUARTE, Fábio – *Herdar, Legar e Registar: o arquivo e o Tombo do Cartório da Casa de Vila Nova de Portimão*. Lisboa: FCSH-UNL, 2022. Dissertação de Mestrado em História Especialização em História Moderna e dos Descobrimentos, pp. 73–75.

5 Quanto a esta matéria, considerem-se os testamentos de João de Mendonça Furtado, de 1578 (copiado em ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO – *Morgados e Capelas, Vínculos*, Lisboa, n.º 18, fls. 24–33v) e de Pedro de Alcáçova Carneiro, de 1584 (copiado em ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO – *Hospital de S. José*, liv. 85, fls. 207v–211).



ao trono luso⁶. Por essa altura, era já pública a vontade de Filipe II de incorporar o território português na Monarquia Católica. Como aponta Rafael Valladares, entre 1578 e 1579, a atitude do monarca face ao destino do reino vizinho foi-se alterando, passando de tentar uma “solução negociada” até se decidir pelo emprego da força, caminho aconselhado por homens como Cristóvão de Moura⁷. A via das armas, consubstanciada na invasão de Portugal, parecia a única opção capaz de debelar a resistência dos detratores do soberano.

Mesmo numa região periférica como era o Algarve, a divisão social parecia ser palpável. O corregedor da comarca de Lagos, Luís do Quintal Botelho, noticiava, em carta enviada aos Governadores do Reino, em Julho de 1580, que

“esta cidade [Lagos] está diuidida em bandos porque muitos tem a parte do Senhor dom António especialmente hum capitão de huma bandeira que se chama Pero Reixas de Sousa, que he irmão de Christouão de Sousa hum dos procuradores das Cortes”. Ufanava-se, ainda assim, de que “o mais da Comarca tenho da minha mão soo Silues está jnquieto”⁸.

Se o triunfo de Filipe II em terras portuguesas dependeu, necessariamente, do recurso à violência bélica (como demonstrou a entrada do Duque de Alba em Lisboa), tal não anula o facto de parte considerável da nobreza ter aderido de bom grado à causa dos Áustria, após terem sido pesadas as vantagens e mercês que caberiam em sorte aos seus membros⁹.

Entre as famílias que alinharam e prosperaram com a nova situação vigente no Reino, contava-se a dos Castelo Branco. Três homens pertencentes a esta linhagem, três primos descendendo do mesmo avô, D. Martinho

6 PAIVA, José Pedro – Bishops and Politics: The portuguese Episcopacy during the Dynastic Crisis of 1580”. E – *Journal of Portuguese History*. Brown University. Vol. 4, n.º 2 (2006). [Disponível em https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue8/html/jpava_main.html].

7 VALLADARES, Rafael – *A conquista de Lisboa – violência militar e comunidade política em Portugal, 1578–1583*. Lisboa: Texto Editores, 2010, pp. 44–45.

8 BIBLIOTECA DA AJUDA – Códice 49-X-1, fl. 507.

9 BOUZA ÁLVAREZ, Fernando – *Portugal en la monarquía Hispanica (1580–1640) – Felipe II, las Cortes de Tomar y la genesis del Portugal Catolico*, tomo I. Madrid: Editorial de la Universidad Complutense de Madrid, 1987. Tesis Doctoral, pp. 481–491.



de Castelo Branco, 1.º Conde de Vila Nova de Portimão, afirmaram-se como figuras importantes na cena política nacional neste período, foram eles D. Duarte, D. Afonso e D. Manuel. D. Duarte de Castelo Branco desempenhava o ofício de Meirinho-mor desde 1558, na sequência da morte de seu pai, D. Afonso de Castelo Branco¹⁰. Tinha já créditos firmados na área diplomática antes da aclamação de Filipe II. Fora embaixador de D. Sebastião em Castela, entre 1570 e 1576, e o Rei D. Henrique nomeou-o como enviado à Cúria Papal. Quando estalou a crise sucessória, parece ter demonstrado a sua preferência pela candidatura de D. Catarina de Bragança¹¹. Mas a breve trecho, mudou de ideias. Note-se que tanto o seu nome, como o de D. Afonso, figuram entre os dos nobres arrolados numa “memoria de las personas que se an ofrescido al seruício de Su Majestade nel rreyno de Portugal”¹². O apoio deu rapidamente frutos. Para lá de ter desempenhado funções em juntas governativas, D. Duarte recebeu, logo em 1582, o título de Conde de Sabugal¹³. Foi, durante o resto da sua existência, uma figura de relevo na ligação entre o centro decisório (Valladolid; Madrid) da Monarquia Católica e Lisboa, tendo a seu cargo, além de funções ligadas à justiça, a superintendência da fazenda do Reino. A prudência, que lhe reconheciam, na gestão dos dinheiros públicos e a sua identificação com a visão dos reis espanhóis que serviu não o livraram de ser alvo do sarcasmo anónimo. Em 1613, um libelo em verso caracterizava-o do seguinte modo: “Sempre viveu de cautela./ Viveu bem, fazendo mal,/ e não foi em Portugal/ Castilho, mas foi Castela”¹⁴.

D. Afonso de Castelo Branco foi Esmoler-mor de D. Sebastião e de D. Henrique¹⁵. Também ele, como dissemos, foi partidário de Filipe II. Em 1581, o Rei nomeou-o Bispo do Algarve e, 4 anos depois, Bispo de Coimbra, diocese à frente da qual estaria até à data do seu falecimento,

10 LABRADOR ARROYO, Félix – *La Casa Real Portuguesa de Felipe II y Felipe III: la articulación del Reino a través de la integración de las elites de poder (1580-1621)*. Madrid: Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Autónoma de Madrid, 2006. Tesis Doctoral, p. 101.

11 AMORIM, Pedro Serralheiro – *A política externa de D. Sebastião – Portugal na Crisandade às vésperas de Alcácer-Quibir*. Lisboa: UL-FLUL, 2019. Dissertação de Mestrado em História das Relações Internacionais e Diplomacia Moderna, p. 97.

12 BOUZA ÁLVAREZ, Fernando – *Portugal en la monarquia Hispanica (1580-1640)*..., p. 524.

13 LABRADOR ARROYO, Félix – *La Casa Real Portuguesa de Felipe II y Felipe III*..., pp. 101-102.

14 OLIVAL, Fernanda – *D. Filipe II – de cognome “o Pio”*. Maia: Círculo de Leitores, 2013, p. 183.

15 LABRADOR ARROYO, Félix – *La Casa Real Portuguesa de Felipe II y Felipe III*..., p. 67.



em 1615¹⁶. E foi na cidade à beira do Mondego que deixou a sua marca indelével. Conforme notou Amador Vieira, editor de uma compilação de sermões de Francisco Fernandes Galvão dedicada ao Bispo, D. Afonso dotara a catedral coimbrã com ricos ornamentos, a Santa Casa da Misericórdia com juro que permitiram o sustento dos pobres e o auxílio aos presos, e garantira uma renovação urbana com a aplicação das rendas que cobrava¹⁷. Entre 1603 a 1604, foi, ainda, Vice-rei de Portugal¹⁸.

D. Manuel de Castelo Branco era o mais jovem e inexperiente dos três no palco cortesão. Depois de ter sobrevivido a Alcácer-Quibir e ao cativeiro, achou-se no Reino nos tempos convulsos que precederam a vitória de Filipe II e, tal como os seus parentes, apoiou-o. Conquanto os serviços prestados nessa época não fossem esquecidos, só a partir de 1589, ano em que participou na defesa de Lisboa contra o ataque da armada inglesa, foi o seu esforço recompensado. Em 1591, recebeu o senhorio de Vila Nova de Portimão e, em 1599, o título de Conde. Três anos depois, integrará o Conselho de Portugal, em Valladolid, onde se manterá até que um conflito com o Conde de Salinas o leve a abandoná-lo, em 1605. Embora, na sequência desta dissensão, possa ter atravessado um período de afastamento da corte, foi posteriormente reabilitado. Prova-o a sua nomeação para o ofício de Escrivão da Puridade, em 1619, aquando da visita de Filipe III ao Reino Português¹⁹.

Unia-os, além do sangue, uma herança comum, ou, melhor dizendo, uma identidade aristocrática que, não raras vezes, se exprimia através de preocupações culturais e artísticas singulares. Estas últimas tornaram-se visíveis nos contactos que os três mantiveram com intelectuais e artistas

16 BRANCO, Cátia de Sousa – *A sacristia e a encomenda episcopal portuguesa no período da reforma católica. O caso da Sé de Coimbra e o patrocínio do bispo D. Afonso de Castelo Branco*. Lisboa: FCSH-UNL, 2013. Tese de Doutoramento em História de Arte Moderna, p. 201.

17 GALVÃO, Francisco Fernandes – *Sermões do Doutor Francisco Fernandes Galvam, Arcediago de Cerveira no Arcebispado de Braga : primeira parte : que começa de quarta feira de Cinza até a primeira oitava de Pascoa : dirigidos ao... Dom Afonso de Castelbranco, Bispo de Coimbra*. Lisboa : Por Pedro Crasbeeck, 1615.

18 OLIVAL, Fernanda – Los Virreyes y Gobernadores de Lisboa (1583-1640): características generales. In *El Mundo de los Virreyes en las Monarquías de España y Portugal*. Madrid: Iberoamericana – Vervuet, 2012, p. 312.

19 LABRADOR ARROYO, Félix – *La Casa Real Portuguesa de Felipe II y Felipe III...*, pp. 751-752; DUARTE, Fábio – *Herdar, Legar e Registrar*, pp. 71-72; 75-78.



seus contemporâneos ou na forma como se dedicaram ao cultivo de vários saberes, da matemática à genealogia familiar, patrocinando edições de livros ou criando bibliotecas²⁰.

Não parece restar correspondência enviada e recebida pelos três primos, a não ser duas cartas trocadas entre D. Duarte a D. Manuel, em 1605 e 1608²¹, mas é possível saber que tipo de relações mantinham e como colaboravam, buscando outras fontes. Note-se, por exemplo, que o Bispo D. Afonso, ao fundar o Convento de S. Ana, em Coimbra, associou-se ao seu primo D. Duarte, pedindo ao Papa autorização para que este pudesse dotar a instituição com uma renda perpétua de 500 cruzados. Em troca, os herdeiros da Casa de Sabugal passariam a usar a capela-mor do convento como seu panteão pessoal²². Nos papéis relativos à execução do testamento de D. Afonso, ficamos também a saber, da pena de D. Manuel, que

“o senhor Bispo [lhe tinha] em sua Vida no anno de 612 feito promessa de dar sincoenta mil reais de juro para hum capellão perpetuo que assistisse na Capella de S. Martinho, cuia Jgreia he do padroado desta caza, na qual pois era de seus Auos considerou que seria conueniente auer memoria sua em que se conseruasse seu nome”²³.

2. A Crónica: a(s) história(s) e o(s) nome(s)

Parece-me que tanto este cenário sociopolítico, como o contexto familiar específico dos Castelo Branco podem iluminar algumas das razões que explicam a elaboração da crónica dedicada ao Conde de Sabugal, D. Duarte de Castelo Branco, na década de 80 do século XVI. Embora o cronista se tenha empenhado a apagar o seu rasto, o certo é que vários indícios

20 Veja-se, a título de exemplo, o instrumento de doação, de 1600, pelo qual D. Afonso doou a sua livraria, tapeçarias e colecção de pinturas ao colégio jesuíta daquela cidade, que está em Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Coimbra – *Pergaminhos Avulsos*, n.º 126 (PT/CMCBR-AH/COL/PA/126) ou a lista de alguns livros que integravam a biblioteca dos Condes de Vila Nova, em DUARTE, Fábio – *Herdar, Legar e Registar...*, pp. 362-368.

21 BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – Reservados, *Pombalina* 249, fls. 437-439 e ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO – *Casa de Abrantes*, cx.17, mç. 51, doc. 928.

22 BRANCO, Cátia de Sousa – *A sacristia e a encomenda episcopal portuguesa...*, pp. 243-245.

23 ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO – *Casa de Abrantes*, cx. 116, doc. 795, fl. 8.



apontam para Garcia Velez de Castelo Branco como tendo sido o responsável por passar à escrita a história da linhagem, conforme demonstrado noutro capítulo deste volume. Se, porventura, não conhecêssemos nada da sua identidade e tivéssemos de confiar somente na leitura do manuscrito, teríamos de reconhecer que seria alguém próximo da família, que o autor era um profundo conhecedor da cultura clássica, tinha uma formação letrada sólida e grande capacidade de digestão de informação.

Na dedicatória, o autor propunha-se a “resumir e apontar as coisas desta muy antiga fidalguia e muy ilustre linhagem dos Castelbranco [...] e ajuntar nelle como em compendio o que diuididamente por muitas chronicas liuros e documentos outros achej”²⁴, lamentando-se, como décadas atrás o fizera Garcia de Resende, no prólogo do *Cancioneiro Geral*, da falta de vontade dos portugueses para deixarem recordados em papel os feitos dos seus avós. Embora se descrevesse como um mero compilador de informações, apelidando a sua obra, repetidas vezes, de “Sumário”, o autor não escondia que tinha também outros desideratos como o de apresentar exemplos educativos que pudessem nortear a vida dos descendentes de D. Duarte. Ou seja, servindo-se da força da palavra escrita, o seu intento era gravar a memória dos antepassados no interior dos descendentes vivos. Veja-se como nos explica que tendo

“entendi[do] que aos nouos Ramos que se nesta Aruore oie crião em tenrra jdade poderia este Livro mais serujr e delles auia de ser mais fameliarmen-te tratado e mais ameude lido [...] detreminej guoardar tal ordem que nos luguares onde se faz menção de algum desta linhagem se ter achado em Jornada ou feito notauel se Relatasse taobem a sustança do discurso e successo das tais empresas”²⁵.

Para garantir que feitos, personagens e ditos seriam inculcados nas cabeças dos leitores, o cronista evitaria a aridez dos livros de linhagens, recorrendo a digressões que pudessem deleitar o seu público.

24 *Crónica*, fl. 13v.

25 *Crónica*, fl. 15v.



Não é raro encontrar, entre os escritos dos nobres, esta instrumentalização da história familiar para imprimir na mente dos mais novos modelos de conduta dignos do estatuto que tinham. Como concluiu José Adriano Freitas de Carvalho ao fazer um estudo de várias instruções deixadas a filhos por seus progenitores nobres,

“em todas essas «instruções» – ou, melhor, em quase todas [...] os *exempla de gestis et moribus*, quando é necessário ou conveniente apresentá-los, não provêm, em geral, de heróis mais ou menos míticos, mas dos antepassados da família nas suas genealogias..., ditos..., feitos..., memórias..., – história lida e/ou escutada, legitimadora sempre de um presente”²⁶.

Ao registar velhas narrativas, o autor usa o seu espírito crítico, pondo as crónicas régias à prova, comparando-as com dados que coligira de nobiliários ou mesmo testemunhos orais dos “antigos” que lhe tinham chegado aos ouvidos. Ainda que apresente o fruto do seu labor como se fosse uma síntese dos vários trajectos de membros de uma mesma linhagem, é nítido que interpreta os factos que vai descrevendo à luz de uma verdade essencial: ao longo dos tempos, os Castelo Branco mantiveram-se constantemente junto do poder, leais aos Reis que serviram e intrépidos nas suas façanhas²⁷. A propósito de Lopo Rodrigues de Castelo Branco, servidor de D. Pedro IV de Aragão e responsável pela sua defesa contra os ataques de inimigos, diz-se no capítulo 4:

“bem ymitarão depois os soçessores jsto tendo sempre os do apelido de Castelbranco em quaõntas Alterações, guerras traições e sedições soçede-rão em seus tempos nestes Reinos a parte do legitimo Rej, conservando a lealdade e obediência tão antiga em sua linhagem como se adiante verá quando falarmos dos que forão no tempo das guerras del Rej Dom João o primeiro, [...] e nas del Rei Dom Afonso V, e nas traições del Rei Dom João o segundo, e finalmente nas próximas alterações passadas da soçessão del Rej Dom Fellipe nosso senhor”²⁸.

26 CARVALHO, José Adriano Freitas de – *Pais e Nobres*, Vol. II – *A descendência portuguesa de um texto célebre: a Instrucción de Juan de Vega a seu filho Hernando de Vega (1548)*. Porto: Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade, 2009, p. 38.

27 Veja-se o capítulo 115 (fls. 239-240v), no qual se resumem e comprimem todos os feitos notáveis listados ao longo do tomo.

28 *Crónica*, fl. 24v.



E parece ter sido, afinal, a necessidade de respaldar esta tese que motivou o autor a dedicar 4 capítulos (18, 19, 20 e 21) a provar que Lopo Vaz de Castelo Branco, o Torrão, acusado de se ter insurgido contra D. Afonso V e de se autoproclamar Conde de Moura, não cometera crime de lesa-majestade, mas tomara tal decisão para se vingar de seus émulos. “Lopo Vaz foi vingativo, e não desleal”, salienta o cronista, tentando afastar do horizonte do leitor a possibilidade de que um dos antepassados da linhagem tivesse cometido traição²⁹. O seu assassinato, encomendado por D. João II, é visto como “o pior feito que o dito príncipe e Rei [...] fez em sua vida”³⁰. Bem se sabia que bastava uma só mancha para lançar suspeita sobre toda uma linhagem.

Note-se que, no que concerne à divisão das matérias pelos capítulos da crónica, duas figuras se impõem sobre as demais, tamanha é a atenção que o autor dedicou às suas vidas, trabalhos e influência política. As biografias de D. Gonçalo de Castelo Branco, 1.º Senhor de Vila Nova, e de seu filho, D. Martinho de Castelo Branco, 1.º Conde de Vila Nova, espraíam-se, respectivamente, por 19 e 21 capítulos. São personagens incontornáveis da família, já nimbadas de uma aura mítica. A permanência de ambos junto de vários monarcas assegurou-lhes o prestígio de quem conseguiu aconselhar e influenciar homens tão distintos quanto D. Afonso V, D. João II, D. Manuel ou D. João III. Como confessa o autor, no capítulo 38,

“os seruiços callidades offiços virtudes e bondades do dito Gonçalo Vaz de Castelbranco forão tantos e tão grandes que não sera possiuel [serem] Relatados em poucos capítulos”³¹;

ou, já no capítulo 64,

“são tantas e tão grandes as cousas, callidades, virtudes, seruiços, carguos, e mereçimentos, partes e perfeições que ha pera se dizerem do Conde de Villa Noua Dom Martinho de Castelbranco que só pera ellas se Requeria hum copioso liuro”³².

29 Crónica, fl. 56v.

30 Crónica, fl. 57v.

31 Crónica, fl. 88.

32 Crónica, fl. 132v.



Os capítulos devotados a D. Gonçalo e a D. Martinho dividem-se entre os que se dedicam a esmiuçar os serviços que prestaram à coroa, no campo de batalha ou na administração régia, e as mercês que em paga dessa dedicação receberam. Revolvendo a letra morta das doações registadas nos livros de chancelaria, o autor frisava “os respeitos e palavras de honra e confiança” expressos nesses documentos, destacando a proximidade entre os reis e os dois primeiros senhores de Vila Nova³³.

A associação entre o passado familiar e o tempo da escrita da crónica assume novos matizes num dos seus últimos capítulos, o 112, inteiramente dedicado a D. Duarte de Castelo Branco. Aí, o autor reforça a identificação da obra manuscrita como sümula genealógica, referindo-se ao seu paterno nos seguintes termos:

“outra bastante causa avia tãobem pera o assy fazer que he vermos nelle [D. Duarte] juntas todas as virtudes calidades e partes que en cada hum de seus avoos e parentes neste liuro notamos”.

Se a crónica sumariava a ascensão de uma linhagem, na pessoa do Meirinho-mor “esta[v]a abreuiado todo o bom, que pelos passados se Repartio”³⁴.

Posto que todas as boas lições dos antepassados tinham sido frutíferas para D. Duarte, conselheiro e homem de confiança de D. Henrique e Filipe II, também o seu exemplo seria inspirador para as gerações futuras que folheassem a sua biografia.

3. Os arquivos e a crónica

“Não temo parecer sospeito (sendo o no mais por mujtas Rezões) quanto a verdade de Relação das cousas, calidades e proezas desta linhagem e Ape-lido, porque propus loguo comiguo no principio da obra vsar de hum re-medio (que depois vj em hum historiador moderno hespanhol) que he dar

³³ Crónica, fl. 101v.

³⁴ Crónica, fl. 234v.



liçensa a todos que me não creão senão aquilo en que lhe aleguar documen-
to Autentico donde o tirej escrevendo o çerto como tal, e o doudoso com
sua jnçerteza nomeando e Referindo me as jmformações perque me mouj”³⁵

Parece claro, pela leitura da dedicatória e dos capítulos introdutórios, que a elaboração do “Sumário” da história dos Castelo Branco dependeu, em larga medida, além da consulta aturada das crónicas e nobiliários, do acesso a documentação guardada no arquivo régio da Torre do Tombo, nos cartórios do Conde de Sabugal e de D. Manuel de Castelo Branco. O autor, revelando um desejo de tornar transparentes os seus procedimentos, comprometia-se no princípio da obra a justificar as suas escolhas e a munir-se de documentos autênticos que as pudessem sustentar. Dando corpo a essa mesma vontade, colocou, após as advertências ao leitor, um rol de “Autores e documentos que neste livro se alegão de que se tirou a historia delle” entre os quais se encontram uma “Aruore Antigua desta linhagem que se acha em poder de Dom Manoel de Castelbranco herdeiro da casa de Villa noua e Morguado da pouoa”, as “cartas do papa Leão deçimo Emperador Carlos Quinto Infante dom Luis e outras de outros senhores [...]” ou “Diuersos testamentos sentenças e muytos outros papeis dos cartórios das casas de Villa noua sabugal e morguado de caste-lbranco e pombejro que em seus luguares se Referem”³⁶.

O recurso aos arquivos de família permitiria ao autor complementar as informações aduzidas pelos cronistas régios e corrigir os seus lapsos. Garcia não terá sido o primeiro a perceber a importância destes acervos documentais e a sua capacidade para oferecerem uma visão diferente de acontecimentos problemáticos ou personagens neles envolvidas. Na década de 60 do século XVI, um anónimo membro da Casa do Cadaval tecera duras críticas a Damião de Góis por ter narrado erroneamente o retorno do Duque de Bragança ao Reino, na crónica que dedicara ao reinado de D. Manuel. Falha que poderia ser colmatada se o cronista tivesse consultado correspondência trocada entre D. Álvaro de Bragança e o Rei³⁷. Embora Góis tivesse questionado o crítico sobre o Vice-rei da Índia, D. Francisco

35 *Crónica*, fls. 15v-16.

36 *Crónica*, fls. 17-18.

37 PRESTAGE, Edgar – Crítica contemporânea da “Chronica de D. Manuel” de Damião de Goes. *Arquivo Historico Português*, vol. IX. Lisboa: Oficina Tipográfica da Calçada do Cabra, 1914, pp. 351-352.



de Almeida, não procurara saber se no arquivo do seu correspondente haveria outros papéis pertinentes para o seu labor.

Voltemos, agora, à obra de Garcia Velez e à sua relação com os arquivos dos Castelo Branco. É interessante notar que, muito provavelmente, ao mesmo tempo que a escrita da crónica ia avançando, dependente da leitura, interpretação e resumo dos documentos à disposição do autor, os arquivos dos primos D. Manuel de Castelo Branco, senhor do Morgado da Póvoa e futuro Conde de Vila Nova, e D. Duarte de Castelo Branco, o Conde Meirinho-mor, deveriam estar a ser reorganizados e inventariados. Considere-se, por exemplo, o *Livro da Fazenda do Senhor Conde Meirinho-mor e Rendimento dela e dos seus papéis e outras lembranças*³⁸, datado de 1588, no qual se encontram sumários documentais distribuídos por várias secções temáticas, anotações relativas aos rendimentos anuais de D. Duarte de Castelo Branco ou referentes à administração dos seus morgadios.

Não estando datado, não é possível afirmar, sem qualquer margem para dúvida, se o *Tombo do Cartorio da Casa de Vila Nova*³⁹, inventário do arquivo dos senhores daquela Casa, foi ou não produzido na época supracitada. Contudo, como já tive oportunidade de indicar no estudo que dediquei a este índice, várias das suas características, nomeadamente o arco cronológico dos documentos que nele estão resumidos, as extensas anotações que nele se encontram e os sucessivos acrescentos de informação, levam-me a crer que terá sido começado no dealbar do século XVII⁴⁰. Tal não impossibilita que a tarefa de reordenação do arquivo tivesse começado anos antes e que haja, até, correspondência entre documentos sumariados no *Tombo* e citados na crónica. A título de exemplo, observe-se que várias cartas enviadas a membros da linhagem pelo Papa Leão X, pelo Imperador Carlos V ou o Infante D. Luís aparecem resumidas no “Maço 21. de cartas que os Reis passados mandarão: aos Senhores de Villa noua”⁴¹.

38 LEME, Margarida – 9. Livro da fazenda do senhor conde meirinho-mor e rendimento dela e dos seus papeis e outras lembranças. In *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th Century*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2015, p. 116.
39 CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO HISTÓRICO (Portimão) – *Colecção de documentos*, cx. 1, doc. 1.

40 DUARTE – Fábio – *Herdar, Legar e Registar...*, pp. 99-104.

41 CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO HISTÓRICO (Portimão) – *Colecção de documentos*, cx. 1, doc. 1., fls. 70-71v.



Curiosamente, outras referências directas ao *Tombo do Cartorio* podem, ainda, ser encontradas na crónica. Veja-se o caso da anotação marginal que está no fl. 46v da mesma, na qual é mencionado que

“no comdesilho do governador dom gonçalo que esta no maço 5 n.º 2 se nomea por priora de Chelas D. Britis de Castelbranco por filhas do governador d. mecia e dona maria nomea se mais entre as freiras jnes de gonçaves de castelbranco e briatris vas de Castelbranco”.

De facto, a cota acima mencionada corresponde, no *Tombo do Cartorio*, ao seguinte sumário:

“Codecilho do senhor Dom Guoncalo de Castel branco, em que declara serem as casas do Limoeiro do morgado feito por Bras Afonso tabalião na Cidade de Lisboa. Anno de 1493”⁴².

Parece-me certo que D. Manuel de Castelo Branco, escrupuloso anotador⁴³ e conhecedor dos arquivos da sua família, terá auxiliado o cronista na pesquisa documental e a desentranhar, de pergaminhos e papéis de letra desbotada, um sentido para as suas biografias e notícias sobre vários parentes. Ao longo dos anos que se seguiriam até à sua morte, o Conde tornar-se-ia num especialista em matérias genealógicas, quer elas envolvessem a sua parentela ou outras linhagens aristocráticas: sabe-se, afinal, que foi autor de um volume impresso de árvores genealógicas de famílias da velha nobreza lusa⁴⁴ e, provavelmente, de uma relação manuscrita que nomeia e caracteriza várias das gerações dos Castelo Branco⁴⁵.

Perante tais evidências, cabe, ainda, perguntar: terá também a feitura da crónica influenciado a reestruturação do arquivo dos Senhores de Vila Nova? Será que maços como os que se encontram identificados no *Tombo*

42 *Idem*, p. 245.

43 Conhece-se, por exemplo, um livro de lembranças das Rendas da Casa de Vila Nova, entre 1609 e 1611, com adendas que creio serem do punho do próprio conde (ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO – Casa de Abrantes, cx. 82, mc. 247, doc. 4796).

44 MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana*. Tomo III. Lisboa: Oficina de Inácio Rodrigues, 1752, p. 218.

45 BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE – Département des Manuscrits, ms. Portugais 48, fls. 193–202v.



do Cartorio, com o número 23, contendo “Papeis do senhor Guouernador Dom Guoncalo”, o 24 “dos Papeis do senhor Conde de Villa noua” ou o 25 de “Papeis do senhor dom Francisquo Camareiro Mor”⁴⁶, foram formados após se terem reunido vários documentos com o fito de os disponibilizar ao autor da crónica? Ou estas arrumações antecederam o momento da escrita e remontam às atividades de gestão documental dos próprios senhores nomeados?

Ao longo da Época Moderna, os arquivos de família constituíram-se como organismos vivos, passando por várias mutações causadas por eventos como mudanças de gerações, casamentos ou compras e vendas de bens⁴⁷. A aparente concomitância destas reorganizações de arquivos senhoriais com a produção de uma síntese da história da família parece indicar-nos que, face aos novos desafios que enfrentavam, estava em causa, para homens como D. Duarte e D. Manuel de Castelo Branco, além da ordenação das suas Casas, a legitimação da sua posição num novo contexto político e a busca de reconhecimento por parte do monarca. Conforme indicou João de Figueirôa-Rêgo, outros nobres portugueses que se dedicaram à literatura genealógica no Portugal dos Áustria fizeram-no com o propósito de buscar “forma de litigar mercês e reconhecimento social e identitário, face aos congêneres hispânicos”⁴⁸.

Remato esta curta digressão entre a história, os arquivos e a crónica dos Castelo Branco com a referência ao *Memorial* do Marquês de Montebelo, datado de 1642, outro exemplo de como se podiam unir menções a documentos pertencentes a arquivos familiares e conhecimentos genealógicos para persuadir o monarca a atender aos pedidos dos seus vassalos.

46 CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO HISTÓRICO (Portimão) – *Colecção de documentos*, cx. 1, doc. 1., fls. 75–82.

47 NÓVOA, Rita Sampaio da – Family archives, the archival practices of noble families, and the social logic of archival preservation (Portugal, fifteenth to nineteenth centuries). In *Recovered voices, newfound questions. Family archives and historical research*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, pp. 181–182.

48 FIGUEIRÔA-RÊGO, João de – Não pode alguém negar limpeza, antiguidade & parentesco» a genealogia como instrumento de legitimação política e identitária (Portugal versus Castela – século XVII). In *Repensar a identidade. O mundo ibérico nas margens da crise da consciência europeia*. Lisboa: CHAM, 2015, p. 49.



Dirigindo-se ao Rei, o autor punha à sua consideração “los meritos de su casa, i la justa esperança que por ellos puede tener de que V. Magestad por su grandeza no permita que passen adelante las causas con que ou se halla de dolor”.

No interior do impresso, caracterizam-se longamente as gerações de antepassados e citam-se documentos como o seguinte: “unas memorias de antiguidades de letra i mano de Manuel Machado de Azevedo, bisabuelo del Marques de Montebelo”⁴⁹.

Também na crónica, que neste volume se publica, uma visão muito particular da história e memória de uma família nobre, alicerçada em testemunhos orais e documentos de arquivos particulares, persuade o leitor e exorta-o a imitar os gestos dos notáveis antecessores. E a reconhecer nos feitos bélicos e no serviço ao Rei as fontes primordiais de distinção e honra para toda a nobreza.

49 CASTRO E VASCONCELOS, Félix Machado da Silva – *Memorial del Marques de Montebelo*. 1642, fl. 6.





O Livro da Fazenda do Senhor Conde Meirinho-Mor: Redescoberta de um inventário

Margarida Leme

Datado de 1588, mas com aditamentos até 1609, o *Livro da fazenda do senhor conde meirinho moor e rendimento della e dos seus papeis e outras lembranças* foi elaborado com o intuito de elencar todo o patrimônio e rendimentos da Casa do primeiro conde de Sabugal, D. Duarte de Castelo Branco (1539–1618), bem como os respectivos documentos comprovativos. Trata-se de um manuscrito in-folio, em papel, mantendo a encadernação da época, em inteira de pele, com 301 fólios inumerados (se bem que escritos sejam apenas 113, contando com o fólio de rosto). Escrito numa caligrafia idêntica, mas não igual, à da *Crónica* tem, conforme referido, aditamentos posteriores a 1588 com caligrafia diferente e cursiva e a sua autoria não é declarada. A data expressa da sua execução é a mesma da da *Crónica* e corresponde à do registo na Chancelaria régia da Carta de mercê do título de conde de Sabugal¹.

Tanto quanto se sabe, este manuscrito pertenceu ao cartório da Casa de Sabugal até à sua incorporação no arquivo da Casa de Palma pelo casamento da 3^a condessa de Sabugal, D. Beatriz de Meneses, com D. Nuno

¹ Cujá mercê, por carta de 20 de fevereiro de 1582, foi registada na Chancelaria em 28 de julho de 1588. Cf. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – Chancelaria de D. Filipe I, lv. 13, fl. 187.



Mascarenhas da Costa, em 1638. Pelo casamento de sua neta D. Beatriz Mascarenhas Castelo Branco da Costa, herdeira dos títulos de Palma e de Sabugal, com o 2º conde de Óbidos, os arquivos foram integrados num só fundo. Assim, em 1836 o *Livro da fazenda* vem descrito num inventário que pertenceu igualmente ao Arquivo dos condes de Óbidos, Palma e Sabugal, a saber, o *Summario alfabético dos documentos existentes no Cartorio da Ill.^a e Ex.^{ma} Casa dos Senhores Condes de Palma, Obidos e Sabugal*², como “Livro das fazendas do Conde D. Duarte de Castello branco Meirinho Mor, repartido em 3 partes a 1ª do rendimento de cada couza, por titulos, com declarações dos lugares, sitios etc^a. As confrontações de cada propriedade, e as obrigações, e condições dellas. A 2ª pela mesma ordem de titulos lançados os papeis pertencentes a dita fazenda. A 3ª de Lembranças, e declarações necessarias para bem da mesma fazenda, acabado em 1600. N.B. Este livro he hum indece dos papeis que continha o Cartorio naquelle tempo, e se não extrata por estar extratado por miudo o dito cartorio neste Indice geral”.

Por morte do último conde de Óbidos, todo o arquivo, inclusive certamente o *Livro da fazenda*, passou para a posse do marquês de Santa Iria, o parente mais próximo e representante do título. A documentação avulsa deste Arquivo foi adquirida em 1995 pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), estando atualmente disponível para consulta³. Quanto ao *Livro da fazenda*, o atual proprietário, o Arquiteto Jorge Brito e Abreu, adquiriu-o em finais do século XX, a um alfarrabista de Lisboa, estando igualmente disponível em formato digital no site do ANTT⁴.

O conde meirinho-mor, D. Duarte de Castelo Branco, nasceu do segundo casamento de D. Afonso de Castelo Branco com D. Isabel de Castro, sendo neto paterno do primeiro conde de Vila Nova de Portimão, D. Martinho de Castelo Branco, e de D. Mecia de Noronha, e materno de D. Duarte de Meneses e de D. Isabel de Castro. Foi pajem da campainha de D. João III e em 1557 herdou a Casa de seu pai, sucedendo-lhe então como meirinho-mor do Reino. Em 1567 casou com D. Catarina da Silva (filha de D. Duarte

2 Disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4628121>.

3 Disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4164750>.

4 Disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=9202022>.



Coutinho, alcaide-mor de Santarém e de sua mulher D. Joana de Mene-
ses), de quem teve oito filhos.

Foi embaixador do rei D. Sebastião à Corte de Castela entre 1571 e 1577 e em 1578 participou na batalha de Alcácer-Quibir e, tendo ficado cativo, foi depois resgatado por mais de 11.000 cruzados como refere a *Crónica*. Em 1580 tomou o partido de Filipe II de Espanha, de cujo Conselho de Estado foi membro a partir de 1586. Foi nomeado vedor da Fazenda ainda em 1580. Foi-lhe concedido o título de conde de Sabugal por Carta de 25 de Fevereiro de 1582, registada na Chancelaria em 28 de Julho de 1588. Em 1593, após a partida do vice-rei o Cardeal Alberto, foi escolhido para ser um dos cinco governadores do Reino, em cujo cargo permaneceu até 1600. Morreu em 1618, data em que seu filho, D. Francisco de Castelo Branco herdou a Casa.

Sendo o filho mais velho (por morte prematura do irmão primogénito) de um filho terceiro do primeiro conde de Vila Nova de Portimão, D. Duarte de Castelo Branco herdará do pai, D. Afonso de Castelo Branco, falecido em 1556, além do ofício de meirinho-mor, o Morgado de Montalvo, ins-
tituído em 1532 em Moura, por D. Guiomar de Noronha, sua tia pater-
na, mulher de D. Rodrigo d'Eça, bem como “treze moradas de casas” na
Rua Nova, em Lisboa, que haviam pertencido à sua tia-avó, D. Filipa de
Abreu, em dote de casamento com D. Pedro de Ataíde. Posteriormente,
em 1587, virá a receber por doação da meia-irmã, D. Maria de Castro, viú-
va de D. Garcia de Meneses (que morreu em Alcácer-Quibir juntamente
com o único filho sobrevivente do casal, D. Duarte de Meneses), um vasto pa-
trimónio em Évora. Pelos serviços prestados à Coroa, foi-lhe feita mercê
da alcaidaria-mor de Sabugal e das terras de Alfaiates, Lanhoso, Sinfães,
Santa Cruz, Sinde e Ázere, bem como das saboarias de Évora, que haviam
pertencido a D. Garcia de Meneses, seu tio e cunhado. Também recebeu a
comenda da Espada, em Elvas, da Ordem de Santiago, e finalmente, em
1582, o título de conde de Sabugal.

O *Livro da fazenda* dá-nos uma panorâmica da situação patrimonial da
recém criada Casa de Sabugal e reflete a importância das práticas de gestão
da informação no cuidado com a administração dos bens e propriedades



de uma Casa nobre na transição do século XVI para o XVII. Está organizado, dentro de cada uma das três secções que o compõem⁵, por títulos que enumeram os rendimentos e as despesas do morgado, senhorios e propriedades detidas pela Casa, bem como os documentos que servem de suporte à sua gestão administrativa, garantindo a manutenção de privilégios e a cobrança das rendas, assim como a defesa jurídica de direitos.

Na primeira parte, os “Rendimentos” da Casa do conde meirinho-mor são elencados minuciosamente e acompanhados das respectivas quantias a receber, remetendo muitas vezes para os fólios onde se encontram os documentos comprovativos.

Bens e rendimentos	Rendimento anual	Outros rendimentos	Obs.
Ordenado do ofício de meirinho-mor	14.520 rs	metade da carceragem	assentado na Alfândega de Lisboa
Morgado de Montalvo	900.000 rs		arrendado antes: 870.000 rs
Casas (13) da Rua Nova	1.096.952 rs	pitanças	10 arrendadas e 3 aforadas em vidas
Quintã de Belém (freg. ^a da Ajuda)			não consta o rendimento
Casal de Caselas (freg. ^a da Ajuda) e terra em Montijo (junto a Benfica)		5 moios de pão de 60 alqueires o moio (3 de trigo e 2 de cevada)	arrendado casal vendido
Bens em Évora (casas, foros, vinha, herdades)	4.479 rs	44 moios de pão, 8 porcos, 8 carneiros, 4 coalhadas, 1 1/2 alqueires de manteiga, 60 queijos, 60 galinhas, 14 cargas de palha	arrendados foros
Comenda da Espada, Elvas (Ordem de Santiago)	412.000 rs		arrendada

⁵ Cf. Anexo 1.



Bens e rendimentos	Rendimento anual	Outros rendimentos	Obs.
Pensão na Comenda de N ^a Sr ^a do Castelo de Serpa (Ordem de Avis)	150.000 rs		arrendada
Sabugal, alcaidaria-mor (foros e direitos reais)	465.000 rs		arrendada
Lanhoso (foros e direitos reais) e Santa Cruz de Riba-Tâmega (foros e direitos reais)	425.000 rs		arrendadas
Sinde e Ázere (foros e direitos reais)	101.200 rs		arrendadas.
Sinfães (foros e direitos reais)	62.700 rs		arrendada
Saboarias de Évora, Évora Monte, Portel, Redondo, Arraiolos, Viana e Alcáçovas	205.600 rs		arrendadas
Assentamento de conde	108.414 rs		assentado na Alfândega de Lisboa
Juros	240.380 rs		assentados na Alfândega de Lisboa e na Casa da Índia
Tenças	475.000 rs		assentadas na Alfândega de Lisboa
Ordenado de Vedor da Fazenda	386.383 rs + 4.100 rs		assentado na Alfândega de Lisboa, na Casa da Índia e na Chancelaria da Corte
Moradias	66.000 rs + 18.570 rs + 18.570 rs + 18.570 rs + 18.570 rs		de D. Duarte de Castelo Branco e 4 filhos
TOTAL	5.192.008 rs		



A estes rendimentos correspondem, na segunda parte, os “Papeis”, descritos em 13 títulos e conservados em 23 maços, a que correspondem mais de 480 documentos numerados sequencialmente dentro de cada maço ou título, além de 9 livros⁶. A documentação do cartório está compreendida entre as datas de 1356 e 1591.

O autor da *Crónica*, Garcia Velez de Castelo Branco, poderá, eventualmente, ter sido o autor da organização do Arquivo da Casa de Sabugal, da subsequente elaboração do *Livro da Fazenda* e mesmo da elaboração do “Tombo do cartório da casa de Vila Nova de Portimão”⁷. Quando se diz “Autor”, a maior probabilidade é que seja uma autoria de supervisão. Sabe-se que Garcia Velez manteve, pelo menos nos anos anteriores à redação da *Crónica*, uma carreira de alto funcionário régio. Tal não permitiria a dedicação necessária à organização de cartórios, mas seria adequada a uma supervisão de proximidade, sugerida pela facilidade e frequência com que refere a muito variada documentação. De facto, Garcia Velez manifesta na *Crónica* um conhecimento aprofundado do conteúdo do Arquivo da Casa de Sabugal e, como foi referido, declara-se no preâmbulo da *Crónica* como estando ao serviço do Conde de Sabugal. A prática de acumular a supervisão dos arquivos e a escrita de crónicas encontra-se atestada em muitos casos, desde logo no arquivo régio da Torre do Tombo.

Prova do conhecimento aprofundado do Arquivo Sabugal é o capítulo 113 da *Crónica* – “Das socesões de morguados de bens da coroa e patrimoniais e comendas que ate’guora tem o conde meirinho mor dom Duarte de Castelbranco”, como se pode ver pela comparação feita no seguinte quadro:

6 Cf. Anexo 2.

7 Cf. neste livro o texto de Fábio Duarte – “Da história da Casa ao arquivo senhorial: um percurso entre a *Crónica* dos Castelo Branco e o *Tombo do Cartório da Casa de Vila Nova*”, p. XXX.



<i>Livro da Fazenda</i>		<i>Crónica capº 113</i>
Do rendimento	Dos papeis	
Offício de meirinho mor	Officio de meirinho mor	offício de meirinho moor
Montaluo	Montalvo	morguado de Montalvo no termo de Moura
	Igreja de Montalvo	
	Capela do Carmo	pequena capella que he da geração de sua mai dona Isabel de Castro
Casas da Rua Nova e medidas delas	Casas da Rua Nova	treze moradas de casas da rua Nova [...] entrando nellas tres que derribou e de novo redeficou e pos em melhor forma
Quintam de Belem	Quintam de Belem	
Casal de Caçelas	Casal de Caçelas	
Fazenda d Evora	Fazenda d Evora	herdades patrimoniais do termo de Evora
Comenda da Espada	Comenda	comenda da Espada da çidade d'Elvas
Penção	Penção	pensões que tem noutras
Sabugal		
Lanhoso		
Santa Crus	Sabugal, Lanhoso, Santa Crus, Sinde e Azere, Sinfaes, Saboarias	çertas villas e conçelhos que o dito dom Garçia tinha en sua vida juntamente com as saboarias de Evora e com a alcaidaria moor da villa do Sabugal [...] Lanhoso, Santa Cruz, Çimfaes, Sinde e Azere
Sinde e Azere		
Sinfaes		
Saboarias		
Asentamento de conde	Titolo de conde	titulo de conde da villa do Sabugal
Juros		
Tenças	Juros, tenças e officio de veedor da ffazenda	juros, tenças e ordenados
Officio de vedor da fazenda		
Moradias	Filhamentos, acrescentamentos e alvaras pera o abito	
	Contratos de casamentos	
	Testamentos e quitações	



É interessante que, para além destas empreitadas de organização dos arquivos Sabugal e Vila Nova de Portimão, pela mesma altura, o 3º conde da Sortelha, D. Luís da Silveira (n. 1578-m. 1617), tenha patrocinado a organização do seu cartório. De tal conhecemos o produto final, datado de 1609 – a *Tabuada do cartório da Casa de Sortelha*, feita por Gaspar Coelho Aranha, prior de um local chamado Atalaia e “criado do Conde”⁸. Vale a pena algum detalhe, pois é um dos únicos documentos que se conservam – entre várias empreitadas de organização de arquivos senhoriais de que apenas restam vestígios parcelares⁹ – que refere tanto práticas arquivísticas, como um discurso sobre a importância destas para a grandeza e conservação das Casas¹⁰. Além disto, D. Luís da Silveira tem muitas semelhanças com os Castelo Branco em análise, do ponto de vista da proveniência social e dos percursos de ascensão ao poder, sendo também parentes próximos por aliança – D. Luís casara com D. Maria de Vilhena, filha de D. Manuel de Castelo Branco, conde de Vila Nova de Portimão.

O cartorário Aranha refere que o empreendimento começara pelo avô do conde, o 2º Conde da Sortelha, que mantinha o cartório “limpo e perfeito” e mandara fazer “livros grandes” que até então se conservavam¹¹. Sugere, ainda, a elaboração do que hoje chamaríamos uma cópia de uso, com arquivagem dos documentos autênticos em local seguro. Esta cópia seria de relativa magnificência, talvez de “uso e aparato” – em “doze livros de pergaminho com letra escolhida, dourados e muy pollidos e autênticos” onde se mandaria tresladar “todas as escrituras de importancia, a saber: doações, testamentos, foraes, sentenças, aforamentos, os quaes livros andem na guarda roupa de V.S. num escritório”. Argumenta astutamente o cartorário que, assim fazendo, “vencerá os outros senhores”, numa

8 Tentativa de identificação em DUARTE, Fábio – *Herdar, Legar e Registrar: o arquivo e o Tombo do Cartório da Casa de Vila Nova de Portimão*. Dissertação de Mestrado em História, especialização em História Moderna e dos Descobrimentos. Lisboa: FCSH–UNL, 2022, p. 105

9 Cf. *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th Century* / ed. Maria de Lurdes Rosa, Randolph C. Head. [Lisboa]: Instituto de Estudos Medievais, D.L. 2015; DUARTE, Fábio – *Herdar, Legar e Registrar...*, p. 104–105.

10 O caso foi estudado em maior detalhe em ROSA, Maria de Lurdes – “Penser et organiser les archives de famille, entre Histoire et archivistique”, in LAMAZOU-DUPLAN, Veronique (Ed.) – *Les archives familiales dans l’Occident medieval et moderne. Tresor, arsenal, memorial*. Madrid: Casa de Velazquez, 2021, p. 63–76.

11 Todos os extratos em: “*Tabuada do cartório da Casa de Sortelha feita pelo Doutor Gaspar Coelho Aranha prior d’ Atalaia*”, ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – Manuscritos da Livraria, n.º 2603, fl. 2–3v.



lógica de emulação cara ao grupo aristocrático. Já os “originaes” “se devem recolher e poer em cartorio estavel e imundavel na vossa villa de Goes nos paços de V.S. porque para negocios occurrentes bastarão os livros autenticos que sempre devem andar com V.S.”. A visão grandiosa que Aranha propõe para o arquivo senhorial vai ao ponto de chamar ao cartório conservado nos paços de Góis “Archivo e Torre do Tombo de Goez”.

Por detrás da importância assim conferida ao arquivo está, como dissemos, um racional de conservação e grandeza que os senhores devem cultivar, seguindo o exemplo régio:

“Porque os principes e senhores tem obrigação de conservar a honra e autoridade da Caza de que são cheffe e cabeça. E esta depende boa parte da conservação dos archivios, onde estão os originaes de suas honras e morgados. E muito mais, onde os cartorios são taes como este da Caza de V.S. tam cheo de doações dos reys, de merces, de cargos, de morgados. Imitando aos reys nossos avós que tem neste reino caza dedicada ao Archivo Real e officiaes destinados para dar muita conta e saber, onde estaa a substancia da honra e fazenda do Reyno conservada nas escrituras publicas na Torre do Tombo”.

Regressando ao *Livro da fazenda*, salientaríamos um dos títulos mais interessantes, o relativo às casas que D. Duarte de Castelo Branco herdou do pai na Rua Nova de Lisboa, arruamento nobre da cidade, perto do Paço da Ribeira, onde além do intenso comércio que a caracterizava, residiam nobres e mercadores ditos “de grosso trato”. Eram treze as ditas casas que haviam pertencido ao Armazém régio e que D. Afonso V vendera em 1476 a D. Álvaro de Ataíde e sua mulher D. Leonor de Noronha, para as dar em dote de casamento do filho de ambos, D. Pedro de Ataíde, com D. Filipa de Abreu, irmã do conde de Vila Nova de Portimão, D. Martinho de Castelo Branco. Mais tarde, em 1526, D. Filipa de Abreu venderá essas mesmas casas ao irmão, o conde de Vila Nova, para este as dar ao filho, D. Afonso de Castelo Branco. À data da execução do *Livro da fazenda*, dez das casas estavam arrendadas e apenas três aforadas em vidas, correspondendo ao maior rendimento anual do conde de Sabugal. Na primeira parte do livro elas são minuciosamente descritas: quem era então o arrendatário ou



foreiro, data de início do contrato e sua duração, rendimento anual, localização e estrutura das casas, incluindo as medidas de cada loja e sobrado, bem como outros pormenores, quando necessário, para as caracterizar. A documentação comprovativa da sua posse e as diversas sentenças que foram dadas sobre estas casas correspondem a 28 documentos datados de 1473 a 1588, em que se incluem duas “traças de tres moradas de casas que se fizerão de nouo os annos de Lxxxbj e Lxxxbij”. Na parte final do livro, no título “Dinheiro que se gastou no morgado”, estão contabilizadas as despesas nas casas da Rua Nova, com demandas e benfeitorias, bem com as obras de concerto e de reconstrução de três delas.

Além do património que recebeu por morte do pai, o conde meirinho-mor assinou, em 1587, uma escritura de concerto e doação com a sua meia-irmã, D. Maria de Castro, então já viúva de D. Garcia de Noronha (além de cunhado, também seu tio, por ser irmão de D. Isabel de Castro, mãe de D. Duarte) que tinha morrido em Alcácer-Quibir, juntamente com o filho único do casal, D. Duarte de Meneses. Por esse acordo, D. Maria de Castro cedia ao irmão toda a fazenda que possuía em Évora (casas e foros na cidade e herdades no termo), a troco de uma uma tença em sua vida e de continuar a morar nas suas casas de Évora. O conde também se comprometia a dar um padrão de juro ao mosteiro de Odivelas (onde eram freiras quatro filhas de D. Maria) e a pagar uma verba ao convento de Santa Clara de Évora. D. Maria reservava uma verba para testar e o conde deveria pagar ao mosteiro do Espinheiro uma certa quantia para uma capela. Toda esta informação e muita outra referente a esta fazenda de Évora, está descrita no *Livro da fazenda* na secção “Dos Papeis”.

Igualmente aí se encontra descrita toda a documentação que se refere às terras de Sabugal, Alfaiates, Lanhoso, Santa Cruz, Sinfães, Sinde e Ázere e às saboarias de Évora (e de Évora Monte, Portel, Redondo, Arraiolos, Viana e Alcáçovas) que haviam pertencido a D. Garcia de Noronha e cuja mercê foi feita a D. Duarte em 1582, juntamente com o título de conde de Sabugal¹².

Se bem que terminado em 1588, alguma da documentação descrita nesta segunda parte “Dos papeis” ultrapassa esta data ou é anterior à recepção da

12 Cf. Anexo 2.



Casa do pai por D. Duarte de Castelo Branco. Em ambos os casos, porque no cartório deram entrada novos documentos, quer aqueles que acompanharam a doação feita por D. Maria de Castro da sua “fazenda de Évora”, igreja de Montalvo e capela no convento de Moura, quer os provenientes da mercê das terras de Sabugal e Alfaiates, Lanhoso, Santa Cruz, Sinfães, Sinde e Ázere e dos padroados da respectivas igrejas. Há mesmo um maço “Em que estão escrituras antigas que pertencem a fazenda d Evora que se não lançarão no titolo que fica atras porque quando se comessou este livro não tinha o senhor conde em seu poder estes papeis e fica atras”.

Finalmente, na terceira parte, intitulada “Lembranças”, regista-se o “dinheiro que se gastou no morgado”, as “propriedades que se podem anexar ao morgado” e uma relação de “tudo o que é de morgado”, com a informação acerca de cada rubrica, acompanhada das respectivas obrigações e a localização no próprio livro das correspondentes escrituras¹³.

A elaboração do livro terminou no final do ano de 1588 mas, conforme já referido, entre 1589 e 1609 foram feitas algumas anotações a entradas existentes, tanto na parte “Dos rendimentos” (datadas de 1590), como na “Dos papeis” (datadas de 1589 a 1591). Já toda a terceira parte “Das lembranças” foi escrita posteriormente a 1588, em letra mais cursiva, e os documentos nela referidos datam de 1596 a 1598. Tem ainda uma referência posterior quando, tratando das despesas, o autor escreve: “ No anno de 609 mandou o senhor conde consertar as casas da Rua Nova em que vive Diogo Fernandez Fronteira em que fizerão o frontal todo de alto abaixo e os telhados e forrarão hũa casa, fizerão muitas portas e todas as janelas, e assi consertarão mais outras moradas de casas <na dita Rua Nova de remendos> o que tudo custou noventa mil noveçentos e corenta e oito rs.”

Parece, pois, estarmos perante um momento de organização dos arquivos dos Castelo Branco – quer do ramo Sabugal, quer do ramo Vila Nova de Portimão¹⁴ – e da escrita de uma crónica que abrange ambos os ramos.

13 Por exemplo, no fl. 288: “São de morgado treze moradas de casas na Rua Nova declaradas neste livro de fl. 19 te 47 e conforme aos papeis que a elas pertencem de fl. 163 te 167 e a huma provisão del rei Dom Sebastião neste livro fl. 166 n° 18”.

14 Cf. neste livro o texto de Fábio Duarte – “Da história da Casa ao arquivo senhorial: um percurso entre a Crónica dos Castelo Branco e o Tombo do Cartório da Casa de Vila Nova”, p. 177.





Anexo 1

[Índice do]

Liuro da fazenda do senhor conde meirinho moor e rendimento della e dos seus papeis e outras lembranças, 1588

	Fl.
Tauoada do Rendimento	2
Tauoada dos Papeis	4
Tauoada das Lembranças	6
<u>Do rendimento</u>	
Offício de meirinho mor	15
Montalvo	17
Casas da RuaNova e medidas delas	19
Quintam de Belem	52
Casal de Caçelas	54
Fazenda d Evora	56
Comenda da Espada	74
Penção	76
Sabugal	78
Lanhoso	80
Santa Crus	82
Sinde e Azere	84
Sinfaes	87
Saboarias	89
Asentamento de conde	91
Juros	93
Tenças	95
Officio de vedor da fazenda	97
Moradias	99

Dos papeis

Officio de meirinho mor	119
Montalvo	135
Igreja de Montaluo	153
Capela do Carmo	154
Casas da Rua Nova	163
Quintam de Belem	184
Casal de Caçelas	189
Fazenda d Evora	195
Comenda	201
Penção	201
Sabugal, Lanhoso, Santa Crus, Sinde e Azere, Sinfaes, Saboarias	204
Titulo de conde	212
Juros, tenças e officio de veedor da ffazenda	236
Filhamentos, acrescamentos e alvaras pera o abito	244
Contratos de casamentos	251
Testamentos e quitações	251

De lembranças

Dinheiro que se gastou no morgado	271
Propriedades que se podem anexar ao morgado	279
Tudo o que he morgado	284



Anexo 2

Fls. [119-270]

[Dos Papeis]

Titulo dos papeis que pertencem ao officio de meirinho moor

maço 1 – n°s 1 a 27 (35 documentos, 1510-1588)

maço 2 – n°s 1 a 6 (6 documentos, 1509-1577)

Titulo dos papeis que pertencem ao morguado de Montaluo

maço 1 – n°s 1 a 22 (50 documentos, 1529-1579)

maço 2 – n°s 1 a 6 (22 documentos, 1557-1587)

Titulo dos papeis que pertencem a ygreja de Nosa Senhora da Conceição
setuada em Montalvo e a capela mor do mosteiro do Carmo de Moura

Conceição – n°s 1 a 4 (4 documentos, 1536-1560)

Carmo – n°s 5 a 7 (3 documentos, 1526-1586)

Titulo dos papeis que pertencem as casas da Rua Nova

maço 1 – n°s 1 a 20 (28 documentos, 1473-1588)

Titulo dos papeis que pertencem ha quintam de Belem

maço 1 – n°s 1 a 5 (6 documentos, 1581-1583)

Titulo dos papeis que pertencem ao casal de Caçelas e a outras propriedades

maço 1 – n°s 1 a 6 (8 documentos, 1582-1586)

Titulo dos papeis que pertencem a fazenda d Evora que foi da senhora
dona Maria de Castro

maço 1 – n°s 1 a 3 (24 documentos, 1548-1587)

maço 2 – n°s 1 a 4 (31 documentos, 1589)



maço 3 – n.ºs 1 a 3 (32 documentos, 1589–1590)

Titulo dos papeis que pertencem à comenda da Espada e outras rendas nas ordens

n.ºs 1 a 4 (8 documentos, 1579–1588)

Titulo dos papeis que pertencem às vilas do Sabugal, Alfayates, Lanhoso, Cinfães, Santa Crus, Sinde e Azere e saboarias d Euora

maço 1 – n.ºs 1 a 17 (17 documentos, 1489–1574)

maço 2 – n.ºs 1 a 8 (9 documentos, 1471–1579)

maço 3 (tombos) – n.ºs 1 a 14 (22 documentos, 1503–1574)

maço 4 (doações) – n.ºs 1 a 10 (20 documentos, 1565–1591)

Foraes e outros liuros que pertencem às vilas do Sabugal, Alfayates, Lanhoso, Santa Crus, Cinfães, Sinde e Azere

9 livros

maço 5 (escrituras antigas) – n.ºs 1 a 16 (23 documentos, 1388–1546)

maço 6 (escrituras antigas) – n.ºs 1 a 14 (19 documentos, 1356–1589)

maço 7 – n.ºs 1 a 8 (10 documentos, 1430–1508)

Titulo dos padrões de juro e tenças e provisões do offiço de vedor da fazenda e do ordenado dele

n.ºs 1 a 10 (12 documentos, 1532–1588)

Titulo de prouisões de filhamentos, acrescentamentos e alvaras pera o abito

n.ºs 1 a 6 (21 documentos, 1556–1588)

Titulo de contratos de casamentos, testamentos e quitações de como são compridos e da conta de embaixador

n.ºs 1 a 12 (19 documentos, 1517–1585)

Maço

Em que estão escreturas antigas que pertencem a fazenda d Evora que se não lançarão no titulo que fica atras porque quando se comessou este livro não tinha o senhor conde em seu poder estes papeis e fica atras a f. [...]

n.ºs 1 a 12 (48 documentos, 1443–1518)



Crónicas, viajes, vidas, instrucciones... y una parábola en comedia. Ejercicios textuales de la experiencia nobiliaria portuguesa en los siglos XVI y XVII

Fernando Bouza

Cuando Gianbattista Confalonieri visitó Portugal en 1593 anotó con sorpresa que “quase todas” las mujeres “sabem escrever”. La afirmación es a todas luces errónea, aunque acaso lo interesante es que el secretario del nuncio apostólico Fabio Biondi Montalto apuntase que el grado de alfabetización femenina en Lisboa le parecía superior al que hubiera esperado encontrar. Confalonieri añade que se daría la circunstancia de que “as senhoras fidalgas serem mais sábias, argutas, prudentes, de governo agudo, e, em resumo, de ultrapassarem tanto os homens fidalgos”. La razón que apunta es la que habría ofrecido una señora principal de Lisboa, cuyo nombre por desgracia no se menciona, y que aseguraba que los jóvenes de la nobleza habían quedado “sem disciplina de pais” debido a que habían sido muchos los progenitores muertos en Alcazarquivir en 1578¹.

¹ CONFALONIERI, Gianbattista – Da grandeza e magnificência da cidade de Lisboa. In *Por terras de Portugal no século XVI*. Lisboa: CNCDP, 2002. p. 250. Esta investigación se enmarca en el proyecto PID2020-113906GB-I00, ‘Las prácticas culturales de las aristocracias ibéricas del Siglo de Oro: en los orígenes del cosmopolitismo altomoderno (siglos XVI-XVII)’ del Gobierno de España y se ha beneficiado de su financiación.



Los ejercicios textuales desempeñaron en parte ese papel disciplinar, individual o colectivo, que la desconocida dama lisboeta echaba en falta entre los hijos de señores a finales del siglo XVI. Además de por convertirse en poetas y, en menor medida, historiadores, los nobles portugueses de la alta Edad Moderna sintieron especial predilección por cuanto se englobaba en el campo de la escritura genealógica o de linajes. Con mucha razón António Soares de Alarcão proclamaba en sus *Relaciones genealógicas* de 1656 “no soy el primero que ha escrito de su familia”. El primogénito de los condes de Torres Vedras evoca que también lo habían hecho, entre otros, Manuel de Moura, marqués de Castelo Rodrigo, y los *senhores* António de Lima, Luís Lobo da Silveira o Álvaro Pires de Távora². A ellos, se les podrían añadir, por ejemplo, António Pereira Marramaque, Francisco Rolim de Moura, António y Jerónimo de Ataíde, condes da Castanheira y de Castro Daire, o Félix Machado de Castro e Silva, marqués de Montebelo.

La rica y variada experiencia nobiliaria portuguesa de la alta Edad Moderna encontró expresión en manifestaciones de muy diversa índole³. Así, cabe hablar de una constelación de formas institucionales de naturaleza jurídica y larga duración destinadas al mantenimiento de la eminencia sociopolítica y la supervivencia económica de linajes, familias e individuos. Igualmente, dicha experiencia también se plasmaría en realidades materiales y usos culturales que revelarían la condición egregia del estamento en un proceso de conspicua resiliencia. Esto se hizo, en buena medida, a través de la adopción de renovadas formas de distinción que permitirían la reinención de su (auto)imagen, sin abandonar nunca el supuesto carácter *ingenuus* del que harían gala sus componentes.

Desde este punto de vista, el estamento forjó, en términos generales, una estrecha relación con la cultura escrita ya desde los tiempos medievales.

2 ALARCÃO, António Soares de – *Relaciones genealógicas de la casa de los marqueses de Trocifa, condes de Torresvedras, su varonía Zevallos de Alarcón*. Madrid: Diego Díaz de la Carrera, 1656. “Razón deste escrito”, preliminar sin foliar.

3 En una bibliografía inmensa, remitimos por su innovador carácter a MONTEIRO, Nuno Gonçalo – 17th and 18th century Portuguese nobilities in the European context: A historiographical overview. *E-Journal of Portuguese History*. Rhode Island-Porto: Brown University-Universidade do Porto. Vol. 1, n.º 1 (2003). MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Casa e linhagem: o vocabulário aristocrático em Portugal nos séculos XVII e XVIII. *Penelope. Fazer e desfazer a História*. Lisboa: Cosmos-Cooperativa Penelope. Vol. 12 (1993), p. 43-64.



En primer lugar, la escritura sirvió para dejar constancia y registro de los diplomas y documentos que, reunidos en *cartórios* o archivos, constituían un lugar de memoria de la preeminencia social, política y económica expresado en, propiamente, “escrituras”. En segundo lugar, en la gestión de los dominios señoriales es observable un paulatino proceso de escriturización que corrió en paralelo al empleo reduplicado de la correspondencia escrita, tanto para la creación de redes clientelares como para la comunicación política, bien con las *terras* bien con la corte regia de un imperio de tinta por el que se movieron numerosos nobles al servicio de la Monarquía.

Aunque las dimensiones de lo visual, en los armoriales, por ejemplo, y lo oral, en los *ditos* y otras anécdotas de palacio, no pueden ser ignoradas, genealogías y crónicas son géneros textuales estrechamente vinculados tanto a los *cartórios* como a la escriturización de los lugares de la memoria de los linajes nobiliarios y los avatares de sus dominios y vínculos. La *Crónica* parece encontrar en esto un contexto textual que en parte ayuda a explicarlo.

Los contenidos genealógicos y cronísticos se pueden presentar, incluso, en formas que no responden a lo que cabe esperar del género crónica. Por ejemplo, pueden expresarse a través de carta, extendida a la manera del *ars dictamini*, como la que el inefable António Pereira Marramaque, senhor de Basto, escribió a Pedro de Alcáçova Carneiro “sobre o morgado de Figueiró”, una cuestión de total actualidad en los años finales del reinado de D. Juan III y que ha sido editada por António Dias Miguel⁴.

Pereira se ocupaba de la encendida polémica sobre este mayorazgo también en otro escrito suyo, firmado en Basto a 1 de febrero de 1557, bajo el título de *Mandados de Deus sobre as viuvas e órfãos tirados da sagrada escritura*⁵. En este caso, el “doudo” Marramaque parece referirse

4 MIGUEL, António Dias – António Pereira Marramaque, senhor de Basto. Subsídios para o estudo da sua vida e da sua obra. *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian. Vol. 15 (1980), p. 135–221. “Carta a Pero de Alcáçova Carneiro, sobre o Morgado de Figueiró”, p. 188–207. Agradezco a la profesora Maria de Lurdes Rosa su gentileza al franquearme copia del artículo.

5 PEREIRA, António, senhor de Basto – *Mandados de deus sobre as viuvas e órfãos tirados da sagrada escritura por Antonio Pereira con aquellas letras e entendimento que lhe deus deu no tempo que o prenderã por doudo e nos dias e noites que esteue sem dormir e sem comer e sem beber e sem sahir e sem mijar*. Real Academia de la Historia – Colección Luis Salazar y Castro, n.º 76, fls. 39v.–



a la citada carta a Pedro de Alcáçova, señalando que le había mandado “humas lembranças dos seruiços desta casa de Vasconçelos”⁶, los cuales vuelve a recordar en sus *Mandados*, retomando su diatriba sobre la verdadera justicia y los peligros que la acechan. No obstante, en este manuscrito el senhor de Basto no recurre a la forma epistolar, sino que ensaya una particular forma textual en la que se mezclarían las parábolas neotestamentarias con las “comedias” hechas por los “antiguos jentios” para “se manifestarem os vicios e publicarem os enguanos tudo a fim de se emmendarem os maos”⁷. Como resultado, propone “hum juizo de Deus diante de quem çertas pessoas tratem este caso”⁸.

Dada la rareza de los *Mandados* conviene detenerse un tanto en su presentación. Los primeros en aparecer en la escena del *juízo* son “dous meninos” que irán interpelando al hipotético auditorio con sus alegatos hechos en primera persona. Uno de los niños representaría al entonces jovencísimo Rui Mendes de Vasconcelos, huérfano de padre e hijo de la viuda Maria de Vasconcelos desheredada por su padre, aunque era su hija mayor, debido a haberse enemistado éste con su marido Diogo de Sousa de Vasconcelos, cuyo fallecimiento coincide en el tiempo con el de su suegro Rui Mendes de Vasconcelos, señor de Figueiró y Pedrogão⁹. El otro “menino” incorporaba a la figura de Luís de Alcáçova de doce años de edad, “que nam he orfão nem desemparedado e nem pobre”, sino “filho do secretario Pero dalçaçoua que val aguora muito com elRey nosso senhor”¹⁰. Ambos van enhebrando sus respectivas genealogías, así como los servicios prestados a los reyes de Portugal por sus antepasados, remontrándose al menos al siglo XIV.

Más tarde, llegará el turno de otro niño que representaría a Maria de Vasconcelos, viuda y desheredada por su padre en beneficio de su hermana

–46v. Preparo una edición del manuscrito y de otros textos del senhor de Basto.

6 PEREIRA, António, senhor de Basto – *Mandados*.... fl. 41r.

7 PEREIRA, António, senhor de Basto – *Mandados*.... fl. 42r.

8 PEREIRA, António, senhor de Basto – *Mandados*.... fl. 42r.

9 Sobre Diego de Sousa y su matrimonio “por amores” con D. Maria contra la voluntad de su padre, véase ARAUJO, João Salgado de – *Sumario de la familia ilustríssima de Vasconcelos, historiada, y con elogios*. Madrid: Juan Sánchez, 1638. fls. 61r.–66r. Según el abad de Pera, Sousa había hecho componer a religioso su deudo un parecer, en 1556, atacando la *lei mental*, cuestión sobre la que descansaría parte del pleito con su suegro al no tener éste descendiente varón.

10 PEREIRA, António, senhor de Basto – *Mandados*.... fl. 44v.



menor D. Joana de Vasconcelos, que se hizo con el mayorazgo en disputa y que aceptó casarse con Luís de Alcáçova en 1559¹¹. El niño que habla por D. Maria asegura que su tía les había prometido que nunca tomaría su herencia y, lo que es más, que “furtou os estatutos dos morguados das capelas a seu pai e mandounolos escondidamente pera os treladarmos”¹². La entrada de D. Joana no se hace esperar, pero hace acto de presencia enmudecida porque su falsedad le impediría hablar en un juicio de Dios. La apoteosis de la comedia/parábola de António Pereira se alcanza cuando aparece el Niño Jesús “em cueiros” pobres como los que lo envolvieron “em belem no presepe” y que, por supuesto, dicta sentencia en favor de la viuda y sus hijos huérfanos¹³.

El *juízo* de António Pereira es una fórmula textual que, como señalábamos, le permite presentar largas sucesiones genealógicas que son ilustradas con el relato de servicios prestados a los monarcas y mercedes derivadas de ellos, andanzas en la corte o hechos de armas. Por ejemplo, el *menino* Rui Mendes de Vasconcelos, futuro primer conde de Castelo Melhor, recuerda cómo:

Minha bisaboo dona Isabel [Galvão] molher deste Rui mendez andando prenhe neste cerco [de Ceuta] acarretaua as caldeiras com azeite feruendo e outras cousas necessarias pero os combates em que seu marido estaua pelejando andando pello muro nestes trabalhos vio hum bombardeiro que avia medo de por o foguo a huma bombarda que tinha apontada porque era muito ferrugenta de ferro. Ella lhe tomou o murrão da mão reprechendo de couarde. E pos o foguo a bombarda e este soo tiro quis deus que matasse castelhanos naquelle cerco. Tal era a artelharia, taes erão os bombardeiros com que Rui mendez se defendeo a dous campos [uno de Castilla y el otro de Fez]¹⁴.

Como se puede ver, las máscaras textuales de la relación genealógica y cronística pueden llegar a ser muy variadas, aunque es cierto que el

11 Pereira señala que D. Luís tiene unos 12 años y que D. Joana sería de 29 (PEREIRA, António, *senhor de Basto – Mandados....* fl. 44).

12 PEREIRA, António, *senhor de Basto – Mandados....* fl.45v.

13 PEREIRA, António, *senhor de Basto – Mandados....* fl.46r.-v.

14 PEREIRA, António, *senhor de Basto – Mandados....* fl.42v.



senhor de Basto es un autor extraordinariamente original en el doble panorama de la nobleza y las letras quinientistas portuguesas. Obviamente, no es necesario que una obra se encabece como crónica para ser historia documentada de un linaje y ponerse al servicio de los valores nobiliarios.

Así, la *Crónica* se abre con una dedicatoria remitida a Duarte de Castelo-Branco, conde do Sabugal, en la que se hace hincapié en los beneficios que se derivarían a sus descendientes de la imitación de la persona y obras del *meirinho-mor* y *vedor da fazenda*. La relación cronística les serviría a los descendientes de D. Duarte como un modelo, de forma que “podem bem escusar outro libro que leaõ, outro espelho em que se veiaõ, outro exemplo que siguaõ”¹⁵.

Considerada, así, libro, espejo y ejemplo, la *Crónica* no se ceñiría exclusivamente a una simple genealogía o una cronografía familiar, sino que desbordaría esos usos, sin duda, importantes, para entrar de lleno en los correspondientes al aprendizaje para la vida palatina y de corte¹⁶. Se trataría de una voluntad de instrucción semejante a la que cabe encontrar en los textos de la rica y amplia tradición que ha sido estudiada por José Adriano de Freitas Carvalho en su monumental *País e nobres*¹⁷. Dicha voluntad tampoco desentona con escritos como el papel quinientista por el que D. António de Ataíde “deu rezão de si a seus filhos e descendentes”, fechado en Lisboa, a 10 de enero de 1557, el año crítico de la muerte de D. Juan III¹⁸.

Este modo de vida o “rezão” que dio de sí el primer conde da Castanheira corrió manuscrito¹⁹ y fue llevado a la imprenta, publicándose en Madrid

¹⁵ *Crónica*, fl.12.

¹⁶ BOUZA, Fernando – Vies de palais. Les biographies manuscrites comme manuel de cour. *Archivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian. Vol. 39 (2000), p. 65–85.

¹⁷ CARVALHO, José Adriano de Freitas – *País e nobres*. I. *Cartas de instrução para a educação de jovens nobres (séculos XVI–XVIII)*. Porto: Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade, 2009.

¹⁸ ATAÍDE, António de, conde da Castanheira – *Cópia d’hum papel em que Dom António de Atayde, primeiro conde da Castanheira, deu rezão de si a seus filhos e descendentes*. Madrid: Empresa Real, 1598.

¹⁹ Hay ejemplares en Arquivo Nacional da Torre do Tombo – *Manuscritos da Livraria*, n.º 435, 23; n.º 1107, 21; Biblioteca Nacional de España – Mss. 9524.



por Juan Flamenco en la “Emprensa Real” en 1598²⁰. Las razones de su tardía edición en la corte de los Felipes, aunque en portugués, son dudasas, pero es probable que se tratara de una iniciativa de D. António de Ataíde, futuro quinto conde da Castanheira, quien fue promotor singular de la impresión de las *Sentenças* de D. Francisco de Portugal, aparecida en Lisboa en 1605 a instancias de su nieto Henrique de Portugal. De hecho, en la epístola a D. Henrique que abre esa edición, firmada en 1601, Ataíde hace un paralelo entre ambos como “netos” de los primeros condes da Castanheira y do Vimioso, al tiempo que anima a que se impriman las *Sentenças* porque “resuscitará neste Reyno a pureza com que os passados tratavam a honra, & restituyrá aos homês este legado”²¹.

Aparte de sus pretensiones de obtener un marquesado, D. António de Ataíde habla en su “papel” de 1557 de sus venturas y, también, desventuras en el servicio regio, al tiempo que también expone distintas rivalidades con otros nobles y cortesanos, tratos matrimoniales o pretensiones a la sucesión en mayorazgos y *bens da coroa*. De este modo, Castanheira traslada a sus hijos y descendientes no sólo su modo de vida, sino también una suerte de crónica de D. Juan III, primero príncipe y luego rey, en la que aparecen desde rumores como que el futuro monarca no aceptó de buen grado el matrimonio de su padre con D. Leonor de Austria en 1519 al conflicto surgido en torno a la provisión del oficio de *camareira-mor*, pasando por sus relaciones con los Silveira de Sortelha, los Vasconcelos de Penaguião o los Rolim de Azambuja.

La consulta del inventario de la *livraria* de los Ataíde da Castanheira hecho por João Baptista da Silva en Lisboa en 1634 permite reconstruir el lugar reservado a lo genealógico en el orden de materias y saberes de una colección libraria y documental nobiliaria como la que había acumulado Jerónimo de Ataíde, conde de Castro Daire, él mismo genealogista y heredero de una tradición de nobles estudiosos de los linajes²². Según

20 Ejemplares en Biblioteca Nacional de Portugal – F. 241 [microfilme]; Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda – Mss. 50-X-19(5).

21 REMEDIOS, Joaquim Mendes dos – *Francisco de Portugal, 1º conde do Vimioso* [Lisboa, 1605]. Coimbra: França Amado editor, 1905. [Epístola de] Dom António d’Attaide a Dom Anrique de Portugal [Alcobaça, 10 de enero de 1601], p. 11.

22 Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda – *Rol da livraria do Conde [de Castro Daire] D. Jeronimo de Ataide*, Lisboa, 1634. Mss. 51/II/66.



esto, existía una entrada para “Genealogias” que contenía diversos tratados de linajes y armería, manuscritos o impresos, en folio, cuarto u octavo y en portugués, castellano o francés²³. Se trataba de:

- ¶ Linhajens de Portugal 4 D. Antonio de Lima Genealogia folha portugues manuscrito manuscrito 1583
- ¶ Linhajens 5 [tachado ilegible] antigo Genealogia folha Portugues manuscrito
- ¶ Noblesa de Andalusia 6 Argote de Molina Genealogia folha castellano Seuilla 1586
- ¶ Aruores de Portugal 1 Conde de Villa Noua D. Manoel Genealogia folha português [Manuel de Castelo Branco, conde de Vila Nova de Portimão]
- ¶ Ilustraciones genealógicas 2 Esteuan de Garibay Genealogia folha Madrid cas. Madrid 1596 [Esteban de Garibay y Zamalloa]
- ¶ Nobiliario de España 2 tomos 7 8 Alonso Lopes de haro Genealogia folha Madrid 1622 [Alonso López de Haro]
- ¶ Lusero de Nobleza 9 genealogia folha manuscrito
- ¶ Genealogias de Castilla 10 fray Prudencio genealogía folha Madrid 1600 [Prudencio de Sandoval]
- ¶ Noticias da torre do tombo 11 genealogia folha manuscrito
- ¶ Compendio de los Girones 11 Jeronimo Gudiel Genealogia folha Alcala 1577 [Jerónimo Gudiel]
- ¶ Linajes de Murçia 12 Francisco Cascales genealogía folha Murçia 1627 [Francisco Cascales]
- ¶ Conde Lucanor 14 D. Juan Manuel Genealogia quarto Seuilla 1575 [Juan Manuel. infante de Castilla]
- ¶ Linajes de España 15 Cardenal Mendoça genealogía quarto manuscrito [Francisco de Mendoza y Bobadilla, cardenal]
- ¶ Ascendencia de la casa de Asambuja 15 D. Francisco Rolim Genealogia quarto 1633 [Francisco Rolim de Moura, Madrid, 1633]
- ¶ Luçero de Noblesa 13 Jeronimo de Aponte genealogía folha manuscrito [Jerónimo de Aponte]
- ¶ Arboles de Castilla Sr. D. Jeronimo de Attayde Genealogia folha manuscrito [Jerónimo de Ataíde, conde de Castro Daire]

²³ Los registros del Rol se acomodaban, en las descripciones más completas, al siguiente orden: título; número *currens*; autor; materia; formato; soporte; lengua; lugar; año; manuscrito; o impreso.



- ¶ Registo das merces dos Reis de Portugal 16 D. Antonio de Lima Genealogia folha manuscrito 1583
- ¶ Lusero de nobreza 2 tomos Melpica alheo Genealogia folha manuscrito
- ¶ Armas de Portugal 21 D. Antonio de Attayde 2º Conde da Castanheira genealogia folha manuscrito [António de Ataíde, 2º Conde da Castanheira (†1603)]
- ¶ Graça Dej 19 Gracia Dei Genealogia quarto manuscrito [Pedro de Gracia Dei]
- ¶ Tropheos Lusitanos 18 Antonio Soares Albergaria genealogia quarto Lisboa 1632 [António Soares Albergaria]
- ¶ Linhagens 3 Conde D. Pedro genealogia folha português [D. Pedro de Portugal, conde de Barcelos]
- ¶ Armas de Portugal 20 Conde de Castro [Jerónimo de Ataíde, conde de Castro Daire]
- ¶ Armas de Portugal 22 pergaminho grande iluminadas com ouro e prata
- ¶ Jardim darmarias armarias 8º Em Guante 1567 [Jean Lautte, *Le iardin d'armoiries*, Gendt, 1567]²⁴

24 A la luz de los ítems, el *currens* de la sección genealógica de los Ataíde/Castro Daire revelaría este orden topográfico:

- ¶ Aruores de Portugal 1 Conde de Villa Noua D. Manoel Genealogia folha português [Manuel de Castelo Branco, conde de Vila Nova de Portimão]
- ¶ Ilustraciones genealógicas 2 Estuan de Garibay Genealogia folha Madrid cas. Madrid 1596 [Esteban de Garibay y Zamalloa]
- ¶ Linhagens 3 Conde D. Pedro genealogia folha português [D. Pedro de Portugal, conde de Barcelos]
- ¶ Linhagens de Portugal 4 D. Antonio de Lima Genealogia folha portugues manuscrito manuscrito 1583
- ¶ Linhagens 5 [tachado ilegible] antigo Genealogia folha Portugues manuscrito
- ¶ Nobreza de Andalusia 6 Argote de Molina Genealogia folha castellano Seuilla 1586
- ¶ Nobiliario de España 2 tomos 7 8 Alonso Lopes de haro Genealogia folha Madrid 1622 [Alonso López de Haro]
- ¶ Lusero de Nobreza 9 genealogia folha manuscrito
- ¶ Genealogias de Castilla 10 fray Prudencio genealogia folha Madrid 1600 [Prudencio de Sandoval]
- ¶ Noticias da torre do tombo 11 genealogia folha manuscrito / ¶ Compendio de los Girones 11 Jerónimo Gudiel Genealogia folha Alcalá 1577 [Jerónimo Gudiel]
- ¶ Linajes de Murcia 12 Francisco Cascales genealogia folha Murcia 1627 [Francisco Cascales]
- ¶ Lucero de Nobreza 13 Jeronimo de Aponte genealogia folha manuscrito [Jerónimo de Aponte]
- ¶ Conde Lucanor 14 D. Juan Manuel Genealogia quarto Seuilla 1575 [Juan Manuel. infante de Castilla]
- ¶ Linajes de España 15 Cardenal Mendoza genealogia quarto manuscrito [Francisco de Mendoza y Bobadilla, cardenal] / ¶ Ascendencia de la casa de Asambuja 15 D. Francisco Rolim Genealogia quarto 1633 [Francisco Rolim de Moura, Madrid, 1633]
- ¶ Registo das merces dos Reis de Portugal 16 D. Antonio de Lima Genealogia folha manuscrito 1583
- ¶ Tropheos Lusitanos 18 Antonio Soares Albergaria genealogia quarto Lisboa 1632 [António Soares Albergaria]
- ¶ Graça Dej 19 Gracia Dei Genealogia quarto manuscrito [Pedro de Gracia Dei]
- ¶ Armas de Portugal 20 Conde de Castro [Jerónimo de Ataíde, conde de Castro Daire]



Merece la pena comparar estas entradas de la librería de Ataíde con la lista de los “Autores e documentos que neste livro se alegaõ de que se tirou a historia delle” que figura en la *Crónica*, aunque en el caso de Castanheira se distingue entre genealogías y libros de Historia. Contando con ambas materias y salvando la diferencia cronológica entre ambas fuentes (1634–circa1588), encontramos a D. Pedro de Barcelos, António de Lima, Manuel de Castelo Branco, Esteban de Garibay y toda una larga serie de crónicas reales de Portugal, Castilla y Aragón.

El autor de la *Crónica*, además, anota otras referencias documentales tomadas de los “papeis” de los cartórios de las casas de Vila Nova de Portimão y de Sabugal, así como de los mayorazgos de Castelo Branco y Pombeiro. A ellos, se añadirían las fuentes provenientes de la Torre do Tombo, donde habría consultado libros de linajes antiguos y modernos, pero, además, los “registos” de las cancellerías reales²⁵.

El prestigio del archivo real, sin duda, fue eminente para la fabricación de la memoria nobiliaria y para la mitificación de los individuos más señeros de un linaje o una casa. Así, por ejemplo, en algún momento entre finales del siglo XVI y comienzos del XVII, se localizaron y se hicieron copiar en la Torre do Tombo documentos relativos a Rui Gomes de Silva entre 1559 y 1567. No sólo se traslada la provisión de villazgo para Chamusca, sino, en especial, las cartas que probaban su relación con la reina Catalina de Austria o D. Sebastián, indicándose el “maço” o el “almario” en los que se conservaban. Reunidos como *Cosas tocantes al señor príncipe de Éboly, Torre do Tombo*, se trataba de:

¶ Armas de Portugal 21 D. Antonio de Attayde 2º Conde da Castanheira genealogía folha manuscrito [António de Ataíde, 2º Conde da Castanheira (†1603)]

¶ Armas de Portugal 22 pergaminho grande iluminadas com ouro e prata

¶ Arboles de Castilla Sr. D. Jeronimo de Attayde Genealogia folha manuscrito [Jerónimo de Ataíde, conde de Castro Daire] [sin determinar]

¶ Lusero de noblesa 2 tomos Melpica alheo Genealogia folha manuscrito [sin determinar]

¶ Jardim darmarias armarias 8º Em Guante 1567 [Jean Lautte, *Le iardin d’armoiries*, Gendt, 1567] [sin determinar].

25 No obstante, también se recurrió a lápidas y epígrafes de iglesias y monasterios o a lo que se describe como “Memorias de pessoas curiosas e vistas na materia das linhagens e mujtas outras jmformações per escrito e palavra dinas de fee”. *Crónica*, fl. 16r. Sobre los archivos familiares, LAMAZOU-DUPLAN, Véronique, ed. lit. – *Les archives familiales dans l’Occident médiéval et moderne. Trésor, arsenal, mémorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2018.



- ¶ Carta a D^a Catalina de Austria, reina de Portugal, Madrid, 30 de enero de 1562, sobre André Teles, tío de Rui Gomes. “En el maço 20 del Almario 2º a la entrada de la casa, que se llama de la Reyna ques a la mano derecha[...]²⁶”
- ¶ Carta a D^a Catalina de Austria, Madrid, 27 de febrero de 1562, sobre el mismo asunto. “En el mismo maço acima [...]²⁶”
- ¶ Carta a D^a Catalina de Austria, Madrid, 6 de marzo de 1562, sobre Isabel de Noronha, abadesa de Monchique. “En el mismo maço arriba [...]²⁶”
- ¶ Capítulo de una carta de Francisco Pereira, embajador en Madrid, al rey D. Sebastián I sobre Rui Gomes, Madrid, 20 de octubre de 1567. “En el mismo maço acima 20 [...]²⁶”
- ¶ Provisão y alvará por los que D. Sebastián I hace villa el lugar de Chamusca, 1559. “En el maço veinte acima está la minuta de la mano del secretario Pedro d’Alcaçoua por domde se ue fue hecha villa el lugar de Chamusca [...]²⁶”
- ¶ Carta de Rui Gomes de Silva a D. Sebastián I, Bruselas, 24 de abril de 1559. “En el mismo maço 20 acima [...]²⁷”

Como ha mostrado Miguel Gómez Vozmediano en su “La memoria desvelada”, los archivos fueron fundamentales en la composición de las crónicas de linajes castellanos²⁸. En el mismo título de la *Crónica de armería*, llamada selva y vergel de nobles de Diego de Noguero y dedicada a María de Urrea, condesa de Alba de Liste, a mediados del XVI, se declara “reco-pilada de muchos doctos y auténticos authores y parte sacada de antigos archiuios reales, preuilegios y executorias con toda authoridad”²⁹.

26 Según el manuscrito *Livros e papéis que estão nos almarios da caça da Coroa*, publicado por Fernanda Ribeiro este almario 2º contendría “Livros de enmentas da chancelaria que comessam do Senhor Rey D. João 3º no anno de 1526...”. RIBEIRO, Fernanda – Como seria a estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)? In *Os reinos ibéricos na Idade Média: Livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: Livraria Civilização Editora, 2003. Vol. 3, p. 1401-1414.

27 Archivo Histórico de la Nobleza – Osuna, legajo 3521-15.

28 GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel Fernando – *La memoria desvelada: Los archivos nobiliarios castellanos y la construcción de las crónicas de linajes (siglos XII-XIX)*. e-Spania. Vol. 34 (2019). Disponible en línea: <https://doi.org/10.4000/e-spania.32980>.

29 Archivo Histórico de la Nobleza – Alba de Liste, C. 1, D. 1. Disponible en línea: <https://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/12938852?nm>.



No obstante, un grave problema en este tipo de ejercicio textual puede ser la imposibilidad de acceder al archivo de la casa, como le sucedió a António Soares de Alarcão, según explica en el paratexto “Razón deste escrito” que abre sus *Relaciones genealógicas de la casa de los Marqueses de Trocifal, Condes de Torres Vedras*, impreso en Madrid en 1656. En este caso, los *cartórios* originales no habían salido indemnes de los “accidentes y turbaciones destos tiempos”³⁰.

Primero, en 1589 se habrían visto mermados durante el asalto inglés a Torres Vedras comandado por Francis Drake al servicio de los intereses de D. Antonio I, prior do Crato. En segundo lugar, otros muchos se perderían durante los inicios de la Restauração de 1640, puesto que, como se sabe, el conde de Torres Vedras no apoyó la entronización de D. Juan IV. Si esto no era suficiente, lo conservado en Portugal no podía ser consultado debido a la falta de comunicación durante la guerra.

D. António compone sus *Relaciones* sobre la base de códices manuscritos –por ejemplo, los que Jerónimo de Ataíde había traído de Lisboa a Madrid³¹– e impresos que puede encontrar en la corte de Felipe IV, así como a distintos archivos castellanos y aragoneses que guardan la memoria de los Alarcón, cuya progenie reivindica. En total, revolviendo archivos logró reunir 175 privilegios reales y otras escrituras que cita en su obra.

”Con intento de guardarlos –dice–, ha parecido más conveniente darlos a la estampa”³², de forma que la tipografía se pone al servicio del engrandecimiento de una casa, en situación comprometida, sin duda. A este instrumento textual, con la edición completa de numerosos documentos, ya se había recurrido en *Historia de varoens illustres do appellido Tavora* de

30 ALARCÃO, António Soares de – *Relaciones genealógicas*.... “Razón deste escrito”, preliminares sin foliar.

31 ALARCÃO, António Soares de – *Relaciones genealógicas*.... p. 83, se trataba de unos códices genealógicos de D. António de Lima. Aparte de la librería de Ataíde, el primogénito de Torres Vedras visitó en la corte madrileña las librerías del propio rey en el Alcázar, para consultar un original de J.B. Lavanha sobre el *Nobiliario* de D. Pedro, y la de Jerónimo Mascarenhas, en busca de un *Nobiliario* del arzobispo de Braga.

32 ALARCÃO, António Soares de – *Relaciones genealógicas*.... “Razón deste escrito”, preliminares sin foliar.



Álvaro Pires de Távora, publicada por su hijo Rui Lourenço de Távora “ao commun beneficio” en París en 1648³³.

Aunque siempre se ha preferido hacer hincapié en los estrechos vínculos establecidos entre saberes de *linhagens* y manuscrito, con sobradas razones, no puede olvidarse, sin embargo, el creciente recurso a lo tipográfico en la impresión de genealogías y textos afines. Es cierto que la copia manual de instrucciones de heredero, por ejemplo, permitiría controlar mejor, o intentar controlar, la divulgación de algunos arcanos nobiliarios, al tiempo que haría posible su continua adaptación a nuevas circunstancias de la mudable vida de palacio. No obstante, en otras ocasiones, dar a la imprenta un nobiliario significa acotar o frenar las posibilidades de alterar intencionadamente un código manuscrito mediante sucesivas copias en las que cabe hacer añadidos o eliminar referencias. La fijación que impone la mecánica impresa congela el texto, si se permite la expresión, frenando una interminable cadena de modificaciones respecto al original, que no sólo se copia, sino que se recrea.

Los autores de la edición madrileña de 1646 del *Nobiliario* de D. Pedro de Barcelos parecen haber sido plenamente conscientes de lo necesario que era fijar el texto del Conde por medio de su impresión. Como escribió Jerónimo de Mascarenhas, la obra de D. Pedro quedaba “más vulgarizado con andar manuscrito que otros muchos por andar impresos”, siendo utilizado incluso para fundamentar reclamaciones ante los Consejos y otros tribunales. Continúa Mascarenhas señalando que la edición y traducción del texto hecha por Manuel de Faria e Sousa, así como las notas de Félix Machado de Castro y Álvaro Ferreira de Vera, permitirían limpiar el afamado texto de D. Pedro de los “vicios”, introducidos por la reiterada copia, y de los “engaños” en los que habían caído “sus aumentadores i anotadores”. De esta forma, imprimir el código manuscrito conducía a la verdad y a la “comodidad pública”³⁴.

33 TÁVORA, Álvaro Pires de – *Historia de varoens illustres do appellido Tavora continuada em os Senhores da Casa, e Morgado de Caparica com a relação de todos os Sucessos politicos deste Reyno, e suas conquistas desde o tempo do S. Rey D. Joao o III a esta parte. Noticia de Casamentos, Guerras, Pazas, Ligas, Negociações, e Embaxadas dos Senhores Reys de Portugal, e outros de Europa, Africa e Asia, em entrevierao aquelles de quem se escreve*. Paris: Sebastiam Cramoisy e Gabriel Cramoisy, 1648. “Al lector”, preliminares sin foliar.

34 MASCARENHAS, Jerónimo – Aprobación [Madrid, 3 de octubre de 1644]. In *Nobiliario del Conde*



Sin embargo, la escritura, sea cual sea su materialidad, también puede ser poco halagüeña para los miembros de un linaje, por ejemplo, bajo la forma de sátiras. En la llamada del *Terremoto* de 1612 se presentan sendas semblanzas de dos importantes miembros de la familia Castelo Branco, D. Duarte, conde Sabugal, y D. Manuel, conde de Vila Nova de Portimão. De un lado, se les presenta ridículamente en el que momento en el que se produce un temblor de tierra y, de otro, se ofrecen referencias testamentarias y el epitafio que pondrían en sus tumbas:

El Conde de Sabugal estaua ya en la cama, cayósele el pauellón y quedó amortaxado en él y como muerto de suerte que fue menester buscar debajo de sus almohadas sus reliquias para ponérselas en pescuezo y sacando unos arbitrios que se callan aquí por no estar aun practicados. Hizo a otro día su testamento en que descargó su alma y que si algún bien hauía hecho a alguno en esta vida declaró que lo hizo sin tener tal intención y que perdonaua todo lo que dixesen de él conforme las razones y la materia que para ellos hauía dado. La letra que dexó para su sepultura fue la siguiente:

Aquí en esta sepultura
Un Castelbranco está
que fue siempre cosa mala
en la hazienda y en la figura
Siempre viuió con cautela
viuió ben haciendo mal
y no fue en Portugal
Castillo, pero fue Castilla
Nunca dio nada a ninguno
ni agradeció lo que le dieron
de quantos mal le quisieron
ningún hombre le quiso bien.

Unos legados a particulares que quedaron en el testamento están en poder de un padre que le confesó saldrán presto a luz con la partida de S.Mgd.



El Conde de Villanoba estaua en un terrado quando comenzó el terremoto y pensó que la arrebatoua algún pie de viento y cayó a los de sus intentos sauiedo que todo el mundo se apercibía para el peligro, hizo testamento nombrando más lo que se dexaua que lo que tenía y mandó que lo enter-rasen en su Quinta de Pouoa que tiene mucha sal. La letra que tenía para la sepultura decía assi:

Caí algo despreciado
y por boluer a subir
empezé un poco a caer
hasta caer enterrado.
Aquí hallarán conmigo
soberuia y embidia enterrada
que no importarán más nada
pero seruirán de castigo³⁵.

En otras ocasiones, mantener una correspondencia o un diario de viaje es un ejercicio textual que está pensado para controlar al noble viajero, en especial si es joven. La obligación de referir por carta los sucesivos itinerarios, lugares o personas que se visitan o anécdotas y otras variopintas circunstancias de las jornadas que se realizan puede no venir exclusivamente determinada por la retórica de la epistolografía *ad familiares*. Por el contrario, tanto detalle puede responder a una práctica apodémica en la que las epístolas no son una simple forma de comunicación, sino noticia que informa a los progenitores o curadores de las andanzas que se realizan. Aquí, en consecuencia, la escritura no es un instrumento de la personal expresión liberal, sino un medio de disciplina.

Un buen ejemplo de control ejercido a través de un ejercicio escrito se encuentra en el *Discurso do Conde da Castanheira nas jornadas que fez a Valhadolid e d'ali a Nossa Senhora de Montserrate em Aragão, a Catalunha e Navarra, desde 1602 athe 1603*, un diario o memoria del viaje que Manuel de Ataíde inició cuando todavía era heredero del condado da

35 Biblioteca Nacional de España – Otra sátira que salió en Madrid año de 1612 con nombre de terremoto, Mss. 9087, fls.144r.-145r.



Castanheira y concluyó siendo ya titular de la casa³⁶. A la luz de diversas referencias internas, la composición del *Discurso*, de propia mano o dictado de viva voz, debió ser resultado de una exigencia familiar y un manifiesto de D. Manuel de que “bem parece polo descurso deste roteiro e das meudesas nele apontadas e notadas ser falsa a fama que de mym correo nesta minha ausencia”³⁷. En él, en primera persona, se rinde cuenta del cumplimiento de las etapas del viaje, así como de los gastos y el decoro en su presentación, sin olvidar que el futuro tercer Conde deja constancia de sus dotes para el mando, mostrándose como alguien con actitud y capacidad para conducir y dirigir, es decir gobernar, al pequeño cortejo que lo acompaña desde el Atlántico al Mediterráneo.

Algo de autobiografía tiene también la *Carta* manuscrita que Luís Real de Gouvea envió a Manrique de Silva, marqués de Gouvea, en 1637 y en la que este criado de la casa de Portalegre hace un “memorial”, “relação”, “tratado” o “coronica” de las vidas de Juan de Silva, Diogo da Silva y el propio D. Manrique³⁸. De especial interés para esta ocasión es la identificación del manuscrito como una crónica de los Portalegre, señalando su autor, en la dedicatoria a Manrique de Silva, que su principal intención es:

[...] nesta se achara grandezas e doutrina de príncipes generosos que siruão de Doutrina pera os que com curiozidade de lerem e pera os senhores soçessores da casa de V.Exa. e netos de meu senhor o conde dom João da Silua, e porque seus feitos e grandezas estão em esqueçemento por não vi-rem à noticia dos presentes me offereço a fazer huma coronica de sua vida e dos mais senhores ynstituidores dessa casa pera exemplo dos que a lerem e gloria de seus soçesores³⁹.

36 ATAIDE, Manuel de, conde da Castanheira – *Discurso do Conde da Castanheira nas jornadas que fez a Valhadolid e d’ali a Nossa Senhora de Montserrat em Aragão, a Catalunha e Navarra, desde 1602 athe 1603*. Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda – Mss. 52-VIII-44.

37 ATAIDE, Manuel de, conde da Castanheira – *Discurso do Conde da Castanheira*.... fl. 63v.

38 GOUVEA, Luís Real de – *Carta que mandou Luys Real de Gouvea à Dom Manrique de Silva na qual se contem as obrigaçons que à casa de Portalegre lhe tem e nella trata alguas couzas curiosas da vida do conde Dom João da Silva pay do Marquez*, [10 de julio de 1637]. Biblioteca Pública de Évora – COD CXVI/1-18.

39 GOUVEA, Luís Real de – *Carta que mandou*.... fl.51r.



La retórica textual de la *Carta* de este servidor de los Portalegre es semejante a la que impera en la *Crónica*, aunque rápidamente el texto se convierte en una vida de Juan de Silva y, lo que es más, un relato del conocimiento estrecho e íntimo que el criado tiene de las debilidades y secretos de la casa. A juicio de Luís Real de Gouvea, él es el criado al que más amó D. Juan, de forma que se autoproclama como su “verdadeiro coronista”⁴⁰. Encontrándose en mala situación por estar en prisión, pide la merced y amparo del marqués de Gouvea o, quizá, exige que se le remunere por sus largos servicios, con un cargo de consejero, pero también algún oficio de ayo, caballerizo, camarero o mayordomo. Porque en esta crónica particular de los Silva Portalegre compuesta por un servidor antiguo destaca, obviamente, la atención prestada a los criados de la casa, un elemento que suele estar ausente en los escritos sobre los titulados de la época. Sin embargo, Luís Real de Gouvea no deja de apuntar desde pajes y copeiros a cocineros, de *estribeiros* a panaderas y a personas esclavizadas, hombres y mujeres, algunos de los cuales han pasado a la condición de libertos.

Frente al relativo maltrato que está recibiendo de su *senhor*, el criado insiste en lo mucho que lo han estimado otros señores, entre los cuales conviene destacar en la presente ocasión a Duarte de Castelo Branco, conde de Sabugal, a quien, asegura, acompañaba hasta el Conselho de Fazenda en Lisboa. En suma, la *Carta* de Luís de Gouvea es más una crónica de sí mismo que de los Portalegre o, también podría decirse, la crónica de una casa nobiliaria vista desde los ojos y la experiencia de un criado eminente, pero criado al fin de cuentas.

La escritura le permite una estratagema última que no debería ser pasada por alto. Como señala en unas iniciales “Aduertências pera as pessoas que lerem este tratado ou relação que não forem os senhores a quem vay dirigida”, lo que él sabe sobre la casa podría ser también conocido por otros. Esa posibilidad de que el manuscrito circulase lo convertiría en autor, un objetivo que no deja de tentar a Luís Real de Gouvea, quien habla de continuo de su experiencia en la casa, pero además se esmera en mostrar su conocimiento de una pequeña multitud de libros, fundamentalmente impresos, y reconocidos escritores, desde Giovanni Botero a Miguel de

40 GOUVEA, Luís Real de – *Carta que mandou....* fl.53r.



Cervantes, de Diogo do Couto a la crónica de D. Dinis de Portugal, sin olvidar los Contos de Gonçalo Fernandes Trancoso.

En suma, la memoria genealógica portuguesa se empapó de tinta a lo largo de la alta Edad Moderna mediante el desarrollo de una amplia panoplia de ejercicios escritos. Algunos miembros de la nobleza tomaron ellos mismos las plumas para escribir sobre sus casas y sus linajes, al tiempo que atesoraban colecciones documentales en archivos y códices en bibliotecas o protegían a hombres de pluma y autores de cronística nobiliaria. Sin que esto suponga que la escritura no pudiera ser empleada para ridiculizar a los titulares, controlar a sus miembros o desvelar sus supuestos arcanos, la resiliencia mostrada por el *ethos* aristocrático durante el mencionado período contó con la ayuda de crónicas, viajes, vidas, instrucciones e, incluso, una parábola en comedia.



Cultura manuscrita em tempos do impresso. Circulação, silêncios, aparato e reputação ¹

Ana Isabel Buescu

Apesar das transformações que a tipografia põe em marcha, a cultura manuscrita mantém uma expressão assinalável na Época Moderna. A reavaliação de formas e mecanismos de comunicação na sociedade europeia de Antigo Regime assinalando continuidades, permanências e intersecções (oral/visual/escrito, manuscrito/impresso) é uma das vertentes que a historiografia sobre a cultura escrita tem procurado desenvolver². Assim, falar de manuscritos em tempos do impresso não é considerar uma realidade homogênea mas sim um mundo complexo na diversidade dos seus significados e do seu alcance. Procuraremos adiante tipificar algumas das modalidades da circulação e dos destinos do manuscrito em tempos do impresso.

¹ A Autora não segue o AO de 1990.

² V. o balanço crítico de CHARTIER, Roger – El manuscrito en la época del impreso. Lecturas y reflexiones. In *La Cultura del Libro en la Edad Moderna. Andalucía y America*. Coord. M. Peña Díaz, P. Ruiz Pérez, J. Solana Pujalte. Córdoba: Ed. Universidad de Córdoba, 2001, p. 21–35. BOUZA, Fernando – *Corre manuscrito. Una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001. BUESCU, Ana Isabel – A persistência da cultura manuscrita em Portugal nos séculos XVI e XVII. *Ler História*. N° 45 (2003), p. 19–48. Para o caso português no século XVIII, LISBOA, João Luís, MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis e OLIVAL, Fernanda – *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*, vol. I (1729–1731). Lisboa: Colibri, 2003.



1. Obscuridade e perda de memória

Em primeiro lugar, a permanência manuscrita de obras culturais pode significar obliteração, definitiva, ou mais tarde recuperada. Obras que, não tendo sido impressas, se perderam, e cujo rasto chegou até nós de forma indirecta; ou que, recuperadas após uma longa obscuridade, vieram tardiamente a letra de forma. Vejamos alguns casos que têm como elemento comum a sua ligação às livrarias ou aos círculos da corte régia em Portugal.

O primeiro é o da versão portuguesa do tratado de Pier Paolo Vergerio (†1444), *De Ingeniis Moribus et Liberalibus Studiis* (1402–3), considerado o primeiro tratado humanista de educação³. O infante D. Pedro conheceu Vergerio na Hungria, aquando da sua viagem pela Europa (1425–28), tendo o humanista oferecido uma cópia do seu tratado ao infante. Este ordenou a respectiva tradução para português a Vasco Fernandes de Lucena para a formação do futuro D. Afonso V. Desta tradução resta somente o “Prólogo” numa única cópia seiscentista na Biblioteca da Ajuda⁴. Contudo, essa tradução encontrava-se ainda na livraria de D. João V, constando de um inventário de manuscritos da livraria do monarca, posterior a 1742⁵. Neste caso a obra permaneceu na biblioteca régia entre os séculos XV e XVIII, mas uma vez que não se conhecem outras cópias e a tradução não foi objecto de edição impressa, a sua perda foi definitiva. O mesmo sucedeu com a perdida tradução para português, encomendada por D. Afonso V ao seu corregedor Vasques de Serpa Lobo, de um relato, não identificado, sobre a queda de Constantinopla em 1453, um dos acontecimentos de maior impacto ocorridos na Cristandade durante o seu reinado⁶. Outros casos poderiam ser invocados, como o também perdido *Tratado da Eloquência*

3 ROBEY, David – Humanism and Education in the Early Quattrocento: The *Ingeniis Moribus* of P. P. Vergerio. *Bibliothèque d’Humanisme et Renaissance*. Vol. 42 (1980), p. 27–58.

4 BIBLIOTECA DA AJUDA – Cod. 51–V–28, publicado por Joseph Piel em apêndice à ed. crítica do *Livro dos Ofícios* do Infante D. Pedro, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1948, p. XLVI–XLVII.

5 BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – Res. cod. 1018 – *Index dos Manuscritos da Livraria do Rey de Portugal* – “Lucena (Vasco Fernandes de) O livro de Paullo Vergerio tornado de latim em português para el rey D. Afonso 5 por mandato do Duque D. Pedro seu tutor, e curador in 4º”, fl. 93.

6 BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – Res. cod. 1018, “Serpa, Lobo (Vasques de) Historia como o Gram Turco tomou a cidade de Constantinopla, e da destruição, que em ella fez enviada ao Papa Nicolao, tresladada de latim em lingoagem por mandado delRey D. Affonso 5”, fl. 66.



Portuguesa de António Pinheiro († 1582), figura grada na corte de D. João III e bispo de Miranda⁷. Para Manuel Severim de Faria, no Discurso II dos seus *Discursos Vários Politicos* (1624), que dedica à língua portuguesa, “grande perda foi para nós não sair à luz esta obra de tão erudito varão”⁸. O desaparecimento definitivo foi o destino de um número não negligenciável de obras ao longo do período que consideramos.

Noutros casos, a permanência manuscrita teve por consequência uma obscuridade de séculos até ocorrer uma recuperação tardia. Tal sucedeu com a tradução portuguesa do *Secreta Secretorum* (séc. VII-VIII), que a Idade Média atribuiu a Aristóteles, facto decisivo para a sua fortuna no Ocidente medieval. A obra teve uma intensa difusão manuscrita a partir do século XIII, com inúmeras versões e variantes em muitas línguas vernáculas⁹, dela havendo uma tradução para português entre os “*livros de lingoagem*” de D. Duarte¹⁰. Em 1937 foi descoberto em Roterdão um manuscrito quatrocentista desta tradução, controversa e infundadamente atribuída ao infante D. Henrique¹¹, provavelmente o que pertenceu ao rei e que seria editado em 1960¹².

Também entre os “*livros de linguagem*” da livraria deste monarca estava *O Amante*, tradução portuguesa da *Confessio Amantis* (c. 1390), poema em língua inglesa do poeta e moralista inglês John Gower († 1408)¹³. O seu

7 Que poderá não ter sido impresso devido aos “cargos áulicos e ao desempenho do seu múnus episcopal”. CASTRO, Aníbal Pinto de – *Retórica e Teorização Literária em Portugal. Do Humanismo ao Classicismo*. Coimbra: Centro de Estudos Românicos, 1973, p. 52.

8 FARIA, Manuel Severim de – Discurso Segundo. In *Discursos Vários Politicos* [1624]. Introdução, actualização e notas de Maria Leonor Soares Albergaria Vieira. Lisboa: IN-CM, 1999, p. 95.

9 O que tornou a questão textual e a sua transmissão um problema muitíssimo complexo. WILLIAMS, Steven J. – *The ‘Secret of Secrets’, the Scholarly Career of a Pseudo-Aristotelian Text in the Latin Middle Ages*. Ann Harbor: University of Michigan Press, 2003.

10 DIAS, João José Alves – *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*. Ed. diplomática com transcrição de João J. Alves Dias, Introdução de A. H. de Oliveira Marques e João J. Alves Dias, Lisboa: Estampa, 1982, p. 206-208.

11 BUESCU, Ana Isabel – A tradução portuguesa do *Secreta Secretorum* do Pseudo-Aristóteles e o Infante D. Henrique. Entre o mito e a história. In *A herança do Infante*. Coord. Artur Teodoro de Matos e João Paulo Oliveira e Costa, Lagos-Lisboa: Câmara Municipal de Lagos, CEPCEP, CHAM, 2011, p.145-158.

12 PSEUDO-ARISTÓTELES – *Segredo dos Segredos. Tradução portuguesa segundo um manuscrito inédito quatrocentista*. Introdução de A. Moreira de Sá, Lisboa: FLUL, 1960. Desconhece-se hoje, de novo, o paradeiro deste manuscrito.

13 BUESCU, Ana Isabel – *A Confessio Amantis* de John Gower na livraria do rei D. Duarte. In *Actas do I Congresso Internacional de Estudos Anglo-Portugueses*. Lisboa: CEAP-FCSH, 2001, p. 67-75.



rasto perdeu-se até 1995, quando uma cópia mais tardia foi encontrada na Biblioteca del Palacio (MS II-3088), em Madrid. Esta tradução portuguesa em prosa, que esteve na base da versão castelhana, única conhecida até 1995¹⁴, tem a particularidade de constituir provavelmente a primeira tradução para qualquer língua vernácula de uma obra literária de língua inglesa. A sua descoberta é de grande importância no que respeita aos processos de transmissão textual, às relações da literatura inglesa com Portugal e com a cultura peninsular nos finais da Idade Média¹⁵.

Consideremos ainda o caso do *Speculum Regum* obra redigida entre 1341 e 1344 por Álvaro Pais, bispo de Silves, dedicada a Afonso XI de Castela. Conservado num único manuscrito na Biblioteca Vaticana, o *Speculum Regum* permaneceu inédito – e desconhecido¹⁶ – até 1955, quando foi publicado¹⁷. Este caso ilustra a necessidade de avaliar sem anacronismos a importância cultural de obras em relação às quais deixou de haver memória, como sucedeu com a produção cultural dos príncipes de Avis, as obras que escreveram, as traduções que ordenaram ou que eles próprios realizaram.

1.1. A “literatura dos príncipes de Avis”

A primeira edição impressa do *Leal Conselheiro* de D. Duarte, publicada em conjunto com a *Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, data do século XIX. Foi realizada com base num códice até então desconhecido, que Cândido José Xavier detectou em 1820 na Biblioteca Nacional de Paris – facto hoje controvertido, já que, de acordo com Léon Bourdon, o

14 SANTANO MORENO, Bernardo – The Fifteenth-Century Portuguese and Castilian Translations of John Gower, *Confessio Amantis*. Manuscripta. Vol. 35 (1991), p. 23–34.

15 Sobre esta descoberta e breve descrição do manuscrito: CORTIJO OCAÑA, Antonio – La traducción portuguesa de la *Confessio Amantis* de John Gower. *Euphrosyne. Revista de Filologia Clássica*, nova série. Vol. XXIII (1995), p. 457–465. CORTIJO OCAÑA, Antonio – Texto y Concordancias de *Índices Castellanos* de la traducción portuguesa de la *Confessio Amantis* de John Gower. Madison: The Hispanic Seminary of Medieval Studies, 1997, p. 1–9. FACCON, Manuela – *Fortuna de la Confessio Amantis en la Península Ibérica: el testimonio portugués*. Saragoça: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2010. SÁEZ-HIDALGO, Ana, YEAGER, R.F. (ed.) – *John Gower in England and Iberia. Manuscripts, Influences, Reception*. Cambridge: Boydell & Brewer, 2014. Está em curso uma edição trilingue da *Confessio Amantis*.

16 CARVALHO, Joaquim de – Cultura filosófica e científica – período medieval. In *Obra Completa*, II – *História da Cultura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, p. 289–290.

17 PAIS, Álvaro – *Espelho dos Reis (Speculum Regum)*. Ed. bilingue com estabelecimento do texto e tradução de Miguel Pinto de Menezes. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1955 e 1963.



manuscrito de Paris fora já referenciado e copiado em 1804 pelo Abade José Correia da Serra¹⁸. Desta descoberta deu conta Cândido José Xavier, com minúcia e entusiasmo, mas também com desencanto, nos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, notável publicação da emigração portuguesa em Paris no início do século XIX¹⁹:

“[...] os escriptos de tantos Monarchas, por mais de hum titulo interessantes à literatura nacional, e dos quaes huns jázem sepultados nas livrarias publicas, ou particulares, sem merecerem aos seus possuidores o generosos sacrificio de os darem ao publico, e a maior parte se extraviarão, ou inteiramente se perdêrão”²⁰.

A publicação ocorreu em Paris, por iniciativa de José Inácio Roquete com prefácio do Visconde de Santarém, em 1842²¹, seguindo-se nova edição em 1843, desta vez anónima. A edição crítica e autónoma do *Leal Conselheiro* é de 1942, e a da *Ensinaça* de 1944, ambas da autoria de Joseph Piel.

Por seu turno, o *Livro da Montaria* de D. João I, a que Barbosa Machado não faz referência no elenco das obras do primeiro monarca de Avis²², teve a sua primeira edição impressa em 1918²³. Quanto ao *Tratado da Virtuosa*

18 Existente na Biblioteca da Academia das Ciências. BOURDON, Léon – Question de priorité autour de la découverte du manuscrit du ‘Leal Conselheiro’. *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. XIV (1979), p. 3–26. Ponto de situação sobre o intrincado problema do itinerário deste manuscrito por CASTRO, Maria Helena Lopes de – ‘Leal Conselheiro’. Itinerário do manuscrito. *Penélope*. Vol. 16 (1995), p. 109–124. O manuscrito de Paris seria o que D. Duarte ofereceu a Leonor de Aragão, sua mulher, que depois da morte do monarca o levou para Castela, sendo mais tarde integrado nos fundos da biblioteca do rei de França, proveniente da biblioteca dos reis aragoneses de Nápoles.

19 Publicação da iniciativa “de huma sociedade de portuguezes residentes em Paris”, cujos redactores foram, de início, Francisco Solano Constâncio, autor do importante *Discurso Preliminar* que antecede o Tomo I, Cândido José Xavier e José Diogo Mascarenhas Neto. QUEIRÓS, Francisco Fortunato – *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras (Paris, 1818–1822)*, I Parte. Porto: Universidade do Porto, 1983.

20 XAVIER, Cândido José. *Annaes....* Tomo VIII, Parte I, “Resenha Analytica”. Paris: A. Bobée, 1820, p. 3–35 (sobre o *Leal Conselheiro*) e T. IX, Parte I. Paris: A. Bobée, 1820, p. 92–127 (sobre a *Ensinaça...*).

21 Existem alguns exemplares com frontispício novo de 1854, o que tem originado alguma confusão quanto à data da 1ª edição, que é realmente de 1842.

22 MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana*, II. Lisboa: A. Isidoro da Fonseca, 1747, p. 562–565.

23 Com base no único manuscrito conhecido, do século XVII. Por ordem da Academia das Ciências, por Francisco Maria Esteves Pereira, conforme o manuscrito da BNP n.º 4352, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918. <https://purl.pt/14553>.



Benfeitoria do infante D. Pedro e de Fr. João de Verba, permaneceu inédito até 1910, ano em que foi publicado o manuscrito da Biblioteca Pública Municipal do Porto, até então ignorado, em edição conjunta com o manuscrito quatrocentista da *Corte Imperial*. O exemplar iluminado que D. Pedro ofertou a D. Duarte, que permaneceu na livraria régia até data indeterminada, é provavelmente o códice da Biblioteca Municipal de Viseu²⁴. Desta obra existe um outro códice iluminado, que pertenceu a D. Pedro, filho do duque de Coimbra, que o terá levado para Espanha após o desastre de Alfarrobeira (1449), integrando hoje as colecções da Real Academia de Historia, em Madrid²⁵.

Também a tradução do *Livro dos Ofícios* de Cícero, da autoria de D. Pedro, foi apenas publicada em 1948 por Joseph Piel, com base no manuscrito existente em Madrid. Segundo Rui de Pina²⁶ e Barbosa Machado, o infante terá ainda traduzido o *De Regimine Principum* de Egídio Romano (†1316). Esta atribuição não é consensual, e enquanto Joaquim de Carvalho dá crédito à informação de Rui de Pina, Joseph Piel atribui-a a Vasco Fernandes de Lucena²⁷. Também esta versão portuguesa de uma das obras da literatura política medieval de maior circulação europeia entre finais do século XIII e o século XVI, verdadeira *summa* do pensamento medieval sobre a realeza, que existia na livraria régia em dois exemplares – um em latim e outro em português – se perdeu, embora tal facto pareça ter ocorrido bastante tarde. De facto, Alexandre Herculano parece ter visto ainda um fragmento do *Regimento de Principes* da livraria de D. Duarte²⁸.

24 CEPEDA, Isabel Vilares – Manuscritos iluminados da Corte portuguesa no século XV. In *A Iluminura em Portugal: Identidade e influências (do séc. X ao XVI): Catálogo da Exposição*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999, cat. 076, p. 354.

25 CEPEDA, Isabel Vilares – Manuscritos iluminados... cat. 077, p. 355.

26 PINA, Rui de – *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*. In *Crónicas de Rui de Pina*. Introdução e revisão de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, cap. CXXV, p. 754.

27 PIEL, Joseph – Introdução a D. PEDRO, Infante – *Livro dos Ofícios*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1948, p. XVII. NASCIMENTO, Aires Augusto – Vasco Fernandes de Lucena. In *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Org. e coord. por Giuseppe Tavani e Giulia Lanciani. Lisboa: Editorial Caminho, 2000, p. 647–648. Sobre Vasco Fernandes de Lucena e os Lucena na corte da Borgonha, PAVIOT – *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384–1482)*. *Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Lisboa–Paris: CCCG/CNCDP, 1995, p. 108–111.

28 SÁ, Artur Moreira de – Introdução à ed. de REBELO, Diogo Lopes – *De Republica Gubernanda per Regem/Do Governo da República pelo Rei*, reprod. fac-similada da ed. de 1496, com trad. para português de Miguel Pinto de Menezes. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1951, p. XV.



O caso da *Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* de D. Duarte é talvez o mais flagrante exemplo da necessidade de avaliar sem anacronismos a importância cultural de obras em relação às quais deixou de haver memória. Em 1742 Barbosa Machado faz uma vaga alusão à obra *Da Arte de Domar Cavallos* do rei D. Duarte, alusão que deixa entrever tratar-se de referência a obra perdida²⁹. Ora, como observa Joseph Piel, “O Livro de Cavalgar é nada menos – e aqui reside o seu capital interesse, ainda não posto em relevo – que o primeiro tratado de equitação da literatura europeia”³⁰. Não funcionou, no entanto, como tal, e nesse sentido o seu impacto cultural deve ser relativizado. Para todos os efeitos, a arte da equitação nasceu em Nápoles no início do século XVI, pela mão de Giovanni Battista Pignatelli, publicando um discípulo seu, Federico Grissone, *Gli Ordini di Cavalcare* em 1550, objecto de numerosíssimas edições e traduções em toda a Europa, e que se tornou o modelo do género. O papel pioneiro de D. Duarte na sistematização da arte de domar e montar cavalos ficava, assim, esquecido – desde logo na sua pátria de origem³¹.

Finalmente, assinalemos ainda as incertezas em torno de uma eventual tradução para português, também da autoria do infante D. Pedro, do *Epitoma Rei Militaris* (= *De Re Militaris*) de Públio Flávio Vegécio (séc. IV), o mais importante tratado sobre organização e estratégia militares da Antiguidade. Esta influentíssima obra, de que se contabilizam mais de 200 manuscritos nas bibliotecas europeias, teve edição *princeps* em Utrecht, em 1473. A ter existido essa tradução, também ela infelizmente se perdeu³².

29 Com base em indicações de Duarte Nunes de Leão e Bernardo de Brito. MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana*, I... p. 721.

30 PIEL, Joseph – Prefácio a D. DUARTE. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda Sela*, fac-símile da ed. crítica de 1944. Lisboa: IN-CM, 1986, p. VIII.

31 PIEL, Joseph – *Livro da Ensinança...* p. IX-X.

32 A Biblioteca Nacional de Portugal possui a raríssima edição incunabular de Paris, impressa entre 1475 e 1479: BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – Inc. 396. Há uma moderna edição bilingue latim/português: Vegécio. *Compêndio da Arte Militar*. Trad. João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga, Estudo Introdutório, comentários e notas João Gouveia Monteiro, Pref. Maria Helena da Rocha Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009. Sobre Vegécio em Portugal, p. 133-147. Com base em estudo de Peter Russel – Terá havido uma tradução medieval portuguesa do *Epitome rei militaris* de Vegécio?. *Euphrosyne, Revista de Filologia Clássica*, nova série. Vol. XXIX (2001), p. 247-256 – Monteiro inclina-se para que o infante D. Pedro tenha de facto realizado a tradução desta obra para português.



2. Desnecessidade e estratégia

Outros manuscritos, outras razões: os escritos técnico-naturalistas da Expansão registam “um largo predomínio do manuscrito sobre o impresso”, para o qual Luís Filipe Barreto evoca duas ordens de razões: por um lado, uma desnecessidade: trata-se de uma

“cultura especializada e prática que muitas vezes encontra a sua comunidade de leitura e conhecimento através de um muito reduzido número de cópias não necessitando das poucas centenas de exemplares impressos”.

Por outro, a estratégia da Coroa visando garantir um controlo da circulação da informação, através “de um reduzido número de cópias em vez de uma aberta circulação impressa de centenas de exemplares”³³.

Como observa também Ramada Curto:

“Em termos genéricos, será possível falar de um divórcio entre literatura e império, apenas compensado pela circulação europeia de notícias e encómios, com particular destaque para os impressos em latim”³⁴.

Em todo o caso, é difícil dissociar a permanência manuscrita de muita dessa produção do controlo editorial das dominantes culturais, bem como do estatuto periférico de Portugal na Europa da edição, no âmbito do que Roger Chartier chamou o “antigo regime tipográfico”³⁵.

Obras como o *Soldado Prático* de Diogo do Couto, publicado em 1790, ou as *Lendas da Índia* de Gaspar Correia, editadas entre 1860 e 1931; monumentos do chamado “humanismo prático” como os *Roteiros* de D. João de Castro, publicados entre 1833 e 1888, a *Carta* do achamento do Brasil, de Pero Vaz de Caminha em 1817, o diário sobre a viagem de Vasco da Gama

33 BARRETO, Luís Filipe – Da cultura da Expansão Portuguesa no mundo. In *Outro Mundo Novo Vimos*. Lisboa: CNCDP, 2001, p. 238. Tese não consensual. CURTO, Diogo Ramada – Notas para a história do livro em Portugal. In *Cultura escrita (séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p. 320.

34 CURTO, Diogo Ramada – Notas para a história... p. 319.

35 CHARTIER, Roger – L'Ancien Régime typographique: réflexions sur quelques travaux récents. *Annales ESC*, 36^e année. Vol. 1 (1981), p. 191-209.



a partir de 1838; o *Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira, impresso em 1892, o *Livro da Fábrica das Naus* de Fernão de Oliveira em 1898, ou a *Suma Oriental* de Tomé Pires em 1942, comprovam esta (quase) sistemática obscuridade. A estatística das obras impressas em Portugal no século XVI revela uma percentagem muito significativa dos temas religiosos, teológicos e litúrgicos³⁶, evidenciando o controlo editorial das dominantes culturais³⁷, embora a tendência fosse, em toda a Europa a partir do século XVI, para uma regressão do peso dos livros de carácter religioso no conjunto da produção impressa³⁸.

3. Manuscrito e poder. As crónicas régias

Para lá dos manuscritos sepultados num esquecimento, irremediável ou não, ou daqueles que não conheceram a letra de forma, por desnecessidade, estratégia ou incúria, há outros manuscritos: aqueles que permanecem através de uma visibilidade conferida pelos poderes. Já em tempos do impresso, o poder da escrita manuscrita, a sua capacidade de solenização e o fascínio pela sua potencial magnificência material permanecem.

No século XVI, a fixação da memória do reino e dos reis passados na cronística teve uma correspondência material em que D. Manuel investiu fortemente, patente na riqueza dos manuscritos, na qualidade dos pergaminhos e no talento de calígrafos e iluminadores, como vemos nas *Crónicas* de D. Duarte e de D. Afonso V e de D. João II da autoria de Rui de Pina, representado oferecendo o fruto do seu labor ao rei, numa imagem de solenização frequente na cronística manuscrita europeia de encomenda régia e senhorial. É ao manuscrito, e não ao impresso, que o monarca confia não só a fixação sumptuosa das crónicas régias, como outros instrumentos do poder, como a *Leitura Nova*, os forais novos, os livros de heráldica e as cartas de armas.

36 MACEDO, Jorge Borges de – Livros impressos em Portugal no século XVI. Interesses e formas de mentalidade. In *Os Lusíadas e a História*. Lisboa: Verbo, 1979, quadros 5 (p. 50), 6 (p. 52–53) e 7 (p. 57).

37 BARRETO, Luís Filipe – *Os Descobrimentos e a Ordem do Saber*. Lisboa: Gradiva, 1989, p. 49–50.

38 MARTIN, Henri-Jean e FEBVRE, Lucien – *L'Apparition du Livre*. Paris: Albin Michel, 1971, p. 370–371.



O investimento manuelino nos manuscritos de aparato³⁹ assinala aliás, como observam Markl e Deswarte, o período áureo do manuscrito iluminado em Portugal, ocorrido na primeira metade do século XVI, já no declínio da iluminura europeia e paralelamente à afirmação do livro impresso⁴⁰. Albinia de la Mare articula a prosperidade da “indústria” do livro manuscrito em Florença nos finais do século XV e no início do século XVI com a indesmentível preferência dos grandes senhores laicos e eclesiásticos da época (Lorenzo e Pedro de Médicis, o cardeal de Aragão, Leão X, o rei D. Manuel) pelo livro manuscrito⁴¹. Para o caso dos Países-Baixos, Cécile Van Hoorebeeck sublinha que os anos de 1520–1530 instauraram uma indubitável supremacia do impresso depois de décadas de coabitação, mas tal não significou a morte do manuscrito, por razões como o peso da tradição, o valor dos manuscritos com miniaturas, o poder de atracção dos manuscritos antigos e o enraizamento da prática das cópias pessoais⁴².

Para além das cópias luxuosas das crónicas de Fernão Lopes, Zurara e Rui de Pina de encomenda régia⁴³, as crónicas conheceram “uma razoável difusão nos círculos aristocráticos e eclesiásticos, verificando-se uma persistente prática de cópias até ao século XVIII”⁴⁴. Mosteiros e casas conventuais, com destaque para Alcobaça, guardavam nas suas livrarias traslados das crónicas régias, umas mais raras, outras, como a *Crónica de D. Pedro*, de que se conhecem cerca de 40 manuscritos, alguns incompletos.

Os manuscritos iluminados encomendados e patrocinados pela Coroa solenizavam uma memória oficial do reino, mas o seu alcance e impacto

39 GARCIA, José Manuel – O culto da memória: as crónicas portuguesas iluminadas. In *Memória dos Afectos – Homenagem da Cultura Portuguesa ao Prof. Giuseppe Tavani*. Lisboa: Edições Colibri, 2001, p. 93–113.

40 MARKL, Dagoberto – Estudo Introdutório à edição do *Livro de Horas de D. Manuel*. Lisboa: IN-CM, 1983, p. 9–15; DESWARTÉ, Sylvie – *Les Enluminures de la Lecture Nova 1504–1551. Étude sur la culture artistique au Portugal au temps de l’humanisme*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.

41 DE LA MARE Albinia – Notes on Portuguese Patrons of the Florentine Book Trade in the Fifteenth Century. In *Cultural Links between Portugal and Italy in the Renaissance*, edited by K. J. P. Lowe. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 177.

42 VAN HOOREBEECK, Cécile – *Livres et lectures des fonctionnaires des ducs de Bourgogne (ca 1420–1520)*. Turnhout: Brepols 2014, p. 193–203.

43 OLIVEIRA MARQUES, A H. de – As realidades culturais. In *Nova História de Portugal*. Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. V. Lisboa: Editorial Presença, 1998, p. 462.

44 BETHENCOURT, Francisco – A sociogénese do sentimento nacional. In *A Memória da Nação*. Org. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1991, p. 486.



eram naturalmente restritos. Em 1562, nas primeiras cortes do reinado de D. Sebastião, um capítulo recomendava a impressão das “Chronicas dos Reys passados” guardadas na Torre do Tombo, “para exemplo, e esforço dos presentes, e vindouros”⁴⁵. Frei Bernardo de Brito, cronista-mor desde 1614, teve entre mãos o projecto de edição das crónicas dos reis de Portugal por encomenda expressa de Filipe II, projecto que não teve continuidade⁴⁶. Em 1644, em contexto restauracionista, foi impressa a *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes. Em 1649, na licença de impressão da *Crónica de D. Afonso IV* de Rui de Pina por iniciativa do impressor Paulo Craesbeeck, Tomé Pinheiro da Veiga lamentava que as crónicas “[...] estejam por imprimir, & estampar, com muita utilidade, & gloria do Reino [...] pello que se deve imprimir esta, & as mais Chronicas”. A *Crónica de D. Afonso IV* foi finalmente impressa em 1653⁴⁷. Mas apenas na primeira metade do século XVIII foram dadas à estampa as crónicas dos seis primeiros reis⁴⁸.

O abade Correia da Serra, um dos fundadores da Academia Real das Ciências, promoveu entre 1790 e 1824 a publicação de várias crónicas e outras obras inéditas na *Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza*. A proveniência dos manuscritos que estiveram na base destas edições era diversa: em muitos casos, guardavam-se na Torre do Tombo, mas outros pertenciam a particulares e a instituições eclesiásticas. O manuscrito iluminado do *De Bello Septensi* (c. 1460) com as armas reais⁴⁹ estava então na posse de D. Fernando Teles da Silva († 1818), 7.º conde de Tarouca e 3.º marquês de Penalva⁵⁰. A sua cedência à Academia das Ciências para, a partir dele, se realizar a primeira edição impressa, distinguia aquela casa

45 BAIÃO, José Pereira – *Portugal cuidadoso, e lastimado com a vida e perda do Senhor Rey Dom Sebastião, o desejado de saudosa memoria*. Lisboa: Antonio de Sousa da Sylva, 1737, cap. VII, § 131, p. 41.

46 SÃO BOAVENTURA, Frei Fortunato de – *Memoria de algumas particularidades com que se pode accrescentar, e corrigir o que até ao presente se tem publicado sobre a Vida e Escritos do Chronista mór Fr. Bernardo de Britto. Memórias dos Correspondentes*. In *Historia e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, vol. VII. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1821, p. 28.

47 *Chronica de El Rey Dom Afonso o quarto do nome e settimo dos Reys de Portugal. Assy como a deixou escrita Ruy de Pina, Guardamor da Torre do Tombo & Chronista mór do mesmo Reyno. Tirada a luz por industria de Paulo Craesbeeck E na sua officina impressa, & a sua custa*, 1653. Sublinhado nosso.

48 Por Miguel Lopes Ferreira (1689–1739), Escrivão dos Contos do Reino e familiar do Santo Offício.

49 PISANO, Mateus, *Gesta illustrissimi Regis Iohannis de bello Septensi*, versão latina ordenada por D. Afonso V da *Crónica da Tomada da Cidade de Ceuta* de Zurara.

50 Mais tarde veio a integrar as colecções da Casa de Bragança. D. MANUEL II, *Livros Antigos Portugueses*, vol. 1. Cambridge: University Press; Londres Maggs bros. 1929, p. 1.



aristocrática, como Correia da Serra sublinhava, exortando possuidores de raridades a imitarem a “douta generosidade” do marquês de Penalva, “a quem os Portugueses devem agradecer a comunicação do presente livro”⁵¹. Também as livrarias de ordens religiosas deram o seu contributo: no caso da *Crónica de D. Afonso V*, para além do exemplar da Torre do Tombo, Correia da Serra socorreu-se do exemplar “preciosissimo” da livraria de S. Bento do Mosteiro de Lisboa⁵², como sucedeu ainda com a *Crónica de D. João II*⁵³. Pela sua raridade e/ou aparato, esses tesouros de memória acrescentavam prestígio aos seus possuidores, quer fossem eruditos, senhores de grandes casas ou livrarias conventuais.

Até ao século XVIII, numa época em que as livrarias cresciam mas muitas crónicas não conheciam a letra de forma, ou a sua circulação impressa era escassa, foram as cópias manuscritas, sem esquecer os *Sumarios das Crónicas*⁵⁴, o principal suporte de difusão das crónicas dos reis. A fraca actividade da “arte da imprimissão”, em articulação com a falta de investimento da Coroa, conduziu a que a cronística régia, apesar de todos os apelos, permanecesse em grande medida manuscrita.

4. A raridade e /ou o aparato como lógica de distinção

Em suma, a presença de manuscritos nas livrarias régias, aristocráticas e conventuais, em traslados que se guardam, se copiam e se legam, assumiu uma dimensão particular ao longo de toda a Época Moderna. O seu prestígio material e simbólico permanecia intacto nos séculos XVI e XVII, e o recurso ao manuscrito, podendo ser resultado de encomenda

51 *Livros Inéditos*, I, 1790, p. 6.

52 *Livros Inéditos*, I, p. 197. BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – Cod. 7435, *Indice que mandou fazer O M. R. P. Preg. Geral Fr. João do Pillar sendo Abade deste Mosteiro de S. Bento da Saude, para se procurarem, e descobrirem com muita facilidade os Livros de que se compoem esta Livraria, 1776*, in *Clavis Bibliothecarum. Catálogos e inventários de livrarias e instituições religiosas até 1834* <https://purl.pt/24978/1/index.html#/1/html>. Ruy de Pina: *Chronica d’El Rey Dom Affonso V* manuscrita em pergaminho, fol. 157v. A *Crónica de D. João II* estava junta num mesmo volume com a de D. Duarte: *Chronica d’ElRey D. Duarte*, e d’ElRey D. João II, p. 92 do Índice digitalizado.

53 *Livros Inéditos*, II, 1792, p. 5.

54 MOREIRA, Filipe Alves – Os sumários de crónicas portuguesas: textos, contextos, paratextos. In *Cahiers d’études hispaniques médiévales*. Vol. 35 (2012/1), p. 79–92. <https://www.cairn-mundo.info/revue-cahiers-d-etudes-hispaniques-medievales-2012-1-page-79.htm>.



ou de uma escolha deliberada, distinguia sempre ofertante e destinatário. A gramática latina iluminada da autoria de João de Barros (c. 1540), desconhecida até ao século XIX, visava o ensino da língua latina à infanta D. Maria, filha de D. João III, num tempo em que essa aprendizagem podia fazer-se com recurso ao objecto impresso⁵⁵. Também o suporte material do pequeno livro *Lenda da Rainha Dona Isabel*, produzido entre 1548 e 1557, que Damião de Góis dedicou à rainha D. Catarina, era o pergaminho iluminado⁵⁶.

Cerca de um século após a invenção da arte tipográfica, as *Sentenças para a Ensinança e Doutrina do Príncipe D. Sebastião*, manuscrito iluminado realizado em 1554 por ocasião do nascimento do príncipe, evidenciam também essa realidade⁵⁷. As cerca de 700 sentenças que reúne foram seleccionadas por André Rodrigues de Évora de um conjunto de cerca de 3400, cuja edição *princeps* foi publicada ainda em 1554, republicada catorze anos mais tarde e objecto de múltiplas edições no estrangeiro⁵⁸. Neste caso, temos o recurso simultâneo ao manuscrito e ao impresso: o primeiro na sua dimensão singular, cortesã e de aparato, o segundo num horizonte de divulgação para públicos mais alargados.

A demanda e a cópia de manuscritos, guardiães simbólicos de uma memória por vezes única e irrepetida, mantinha-se uma prática em que se empenhavam reis e grandes senhores com o intuito de enriquecerem as suas bibliotecas. A raridade ou maior aparato dos manuscritos atestavam

55 BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – Il. 148. BUESCU, Maria Leonor Carvalhão – *Os Grammatices Rudimenta* de João de Barros. In *Arquivos do Centro Cultural Português*. Vol. IV. Paris: Fundação Calosute Gulbenkian, 1972, p. 93–140.

56 BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – Il. 223. FERREIRA, Teresa A. S. – *Lenda da Rainha Dona Isabel* (Códice Iluminado 223 da Biblioteca Nacional). *Revista da Biblioteca Nacional*, s. 2. Vol. 2 (1) (1987), p. 23–48. *Damião de Góis Humanista Português na Europa do Renascimento*, Lisboa: BN, 2002, cat. 24, p. 88–90.

57 ÉVORA, André Rodrigues de – *Sentenças para a Ensinança e Doutrina do Príncipe D. Sebastião*. Fac-símile do ms. inédito da Casa de Cadaval, Introd. de Luís de Matos. Lisboa: Banco Pinto e Sottomayor, 1983.

58 Sobre a relação entre as *Sentenças...* e a *Primera Parte de las Sentencias que hasta nuestros tiempos, para edificación de buenos costumbres, estan por diversos autores escriptas...* Coimbra: João Álvarez, 1554, v. Introdução de MATOS, Luís, à ed. facsimilada das *Sentenças...*, espec. p. 24–28. PIMPÃO, A. J. da Costa – André Eborense e o seu livro de sentenças e exemplos. In *Escritos Diversos*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1972, p. 385–401. SERRÃO, Vitor – *As Sentenças para a ensinança e doutrina do Príncipe D. Sebastião (1554–1555)*. Contributos para o seu estudo histórico-artístico. *Callipole. Revista de Cultura*. N.º 29 (2023), p. 247–278.



a importância reputacional da sua posse e empréstimo, como vimos com o *De Bello Septensi*. A averiguação sistemática de manuscritos nas livrarias e arquivos particulares, nomeadamente aristocráticos foi, à fundação da Academia Real da História em 1720, um dos objectivos primeiros e centrais dos trabalhos académicos⁵⁹. E os traslados circulavam entre vários possuidores, sendo legados, transmitidos, comprados e vendidos. Entre os manuscritos da livraria do marquês de Pombal existiam, entre outras, duas cópias quinhentistas da 1ª parte da *Crónica de D. João I*, e uma seiscentista da *Crónica de D. João II* de Rui de Pina⁶⁰. Também a oferta de cópias manuscritas de obras raras, ou a permissão da sua cópia, integravam a lógica de distinção e de reputação da sociabilidade aristocrática no que respeita à cultura escrita.

O destaque conferido aos “livros de mão” antigos, raros ou iluminados era indiscutível, pois seriam esses, fundamentalmente, a conferir renome e reputação a uma grande biblioteca. No caso das livrarias régias, essa “retórica da distinção” alcançava o seu maior grau, como sucedeu com a biblioteca do Escorial que, nas palavras de Bouza, “expressa por si só a majestade de Filipe II”⁶¹. No primeiro projecto de uma biblioteca régia proposta por Juan Páez de Castro a Filipe II em 1555, quando iniciou as funções de cronista régio, era evidente o destaque conferido aos “*libros de mano*” antigos⁶². Exemplificando a partir do caso português, o magnífico códice iluminado da primeira parte da *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes, encomendado pelo infante D. Fernando (c. 1530), ao serviço do qual

59 ASKINS, Arthur, SOBRAL, Cristina, ALMEIDA, Isabel – *Examinar os Manuscritos das Livrarias particulares. Obra do Conde de Ericeira*. Lisboa: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos e Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2012.

60 *Inventário: secção XIII / Biblioteca Nacional de Lisboa*, Lisboa: [Biblioteca Nacional], 1889, pba n.ºs 73 e 74, p. 102. A 2ª parte da crónica de Lopes existe em cópia seiscentista, n.º 496. Colecção adquirida em leilão, em 1887, aos herdeiros do 1º Marquês de Pombal, é constituída pela livraria manuscrita do marquês e seus descendentes. <https://purl.pt/200>.

61 BOUZA, Fernando – *Comunicación, conocimiento y memoria en la España de los siglos XVI y XVII*. Salamanca: Semyr. Seminario de Estudios Medievales y Renacentistas, 1999, p. 121. AMADO, Maria Teresa – A ideia de Saber na constituição da modernidade: os livros e a sua Ordem. *Classificação*. N.º temático de *Leituras*. *Revista da Biblioteca Nacional* (1998), em particular p. 40–50.

62 Sobre o pensamento e propostas sobre a “ordem dos livros”, BOUZA, Fernando – La biblioteca de El Escorial y el orden de los saberes en el siglo XVI. In *El Escorial: Arte, Poder y Cultura en la Corte de Felipe II*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1989, p. 81–99. CHARTIER, Roger – *L'Ordre des livres. Lecteurs, Auteurs, Bibliothèques en Europe entre XIVe et XVIIIe siècle*. Aix-en-Provence: Alinea, 1992.



estava então António de Holanda, foi provavelmente levado para Espanha por Filipe II em 1583, conservando-se na Biblioteca Nacional de Madrid⁶³.

No século XVII, o ministro Colbert recomendava aos agentes diplomáticos da França a compra de manuscritos raros para integrarem os fundos da biblioteca régia francesa⁶⁴. Em Março de 1670, Verjus comunicava ao ministro que reunira em Lisboa 264 volumes destinados à biblioteca do rei⁶⁵. A historiografia tem sublinhado como as bibliotecas, além da sua função enquanto instrumento e veículo de leitura, eram objecto de distinção, de representação do poder e até de emulação⁶⁶. A ligação entre as grandes colecções aristocráticas de livros e os poderes nobiliárquicos tornava-se indiscutível, e portanto o estudo do coleccionismo de livros deve ser também perspectivado, como observa López-Vidriero, como uma forma de patrocínio político⁶⁷. Aliás, como sublinha Pierre Petitmengin, só hoje se pode falar de uma certa estabilidade das colecções, depois de séculos de migrações, apropriações e incorporações sucessivas de fundos, em particular de manuscritos, em muitas bibliotecas europeias⁶⁸. Tomemos como exemplo a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, primeiro monumento da historiografia em Portugal, da autoria de D. Pedro, conde de Barcelos⁶⁹. O códice quatrocentista iluminado que pertenceu à livraria de D. Duarte⁷⁰ integrou as colecções da Academia das Ciências de Lisboa

63 <https://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000041820>.

64 Ambos os casos são referidos em PETIMENGIN, Pierre, Collections de manuscrits et bibliothèques européennes. In *Des Alexandries I. Du livre au texte*. Dir. L. Giard e C. Jacob. Paris: Bibliothèque Nationale de France, 2001, p. 275-287.

65 DIAS, Isabel – *A arte de ser bom cavaleiro*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 43.

66 PEÑA DÍAZ, M. – El espejo de los libros: Lecturas e lectores en la España del Siglo de oro. In *La cultura del libro en la edad moderna: Andalucía y América*, coord. por Manuel Peña Díaz, Pedro Ruiz Pérez, Julián Solana Pujalte. Córdoba: Universidad de Córdoba, 2001, p. 148-149.

67 LÓPEZ-VIDRIERO, María Luisa – Encomio y gloria: brillo imperial del Milanésado en los libros italianos de las colecciones de Frías y Gondomar. In *Mecenazgo y Humanidades en tiempos de Lástana. Homenaje a Domingo Ynduráin, Aurora Egido y José Enrique Laplana* (eds.). Saragoça: Instituto de Estudios Altoaragoneses, Institución “Fernando el Católico”, 2008, p. 303-448.

68 O que permite hoje estudá-las de outro modo. PETIMENGIN, Pierre – Collections de manuscrits... p. 275.

69 Uma importante revisão e actualização sobre manuscritos e versões da *Crónica* em MOREIRA, Filipe Alves e ASKINS, Arthur L-F. – A *Crónica* de 1344 para além de Pedro de Barcelos: perspectivas recentes e novidades. *eHumanista*. Nº 31 (2015), p. 64-79.

70 De acordo com Lindley Cintra, o códice foi escrito pelos escrivães da câmara de D. Duarte e decorado pelos seus iluminadores, nas primeiras décadas do século XV, e conservou-se na biblioteca régia durante algum tempo. *Crónica Geral de Espanha de 1344*, ed. crítica do texto português por Luís Filipe Lindley Cintra, vol. 1. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1951, p. CDXCVIII. A *Imagem do tempo. Livros manuscritos ocidentais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 260.



em 1879, quando foi adquirido à Casa Castelo Melhor⁷¹, depois de estar na posse da família Alcáçova Carneiro desde a 2^a metade do século XVI⁷².

5. Escrita alheia à impressão

Mas há também a considerar outros manuscritos, alheios à lógica da impressão. O destaque vai para a abundantíssima produção de genealogias, livros de gerações e nobiliários, crucial instrumento de memória das linhagens, presença habitual nos arquivos das casas nobres, bem como cópias de crónicas. Na livreria dos duques de Bragança na 2^a metade do século XVI, lado a lado com as crónicas régias, lá se encontrava um “Liuro das Linhages de Portugal de Letra de mão de Marqua grande de pasta”, que corresponderia a uma das muitas cópias do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro⁷³.

É também neste aspecto relevante o campo literário, em virtude dos cruzamentos da persistência do manuscrito com práticas da cultura aristocrática. Até finais de Seiscentos, o manuscrito foi, como notam, entre outros, Maxime Chevalier, Rodríguez Moñino ou Teresa Ferreira, uma forma privilegiada de circulação da cultura escrita em Espanha e Portugal, e o principal veículo da difusão da poesia lírica e das novelas, especialmente de cavalaria – além, é claro, das obras proibidas. Pina Martins sustenta que no século XVI o manuscrito podia ser uma forma de publicação, em particular da poesia lírica, como sucede com o *Cancioneiro* de Luís Franco Correia⁷⁴.

71 Descrito no *Catalogo dos preciosos manuscriptos da Bibliotheca da Casa dos Marquezes de Castello Melhor*. Lisboa: Typogr. Universal de Thomaz Quintino Antunes, Impressor da Casa Real, 1878, n.º 5, p. 2-5.

72 PEIXEIRO, Horácio – A iluminura portuguesa nos séculos XIV e XV. In *A Iluminura em Portugal...* p. 295-296. CEPEDA, Isabel Vilarés – Manuscritos iluminados... p. 349; cat 078, p. 356.

73 Descrito como Liuro das Linhages de Portugal de Letra de mão de Marqua grande de pasta. BUES-CU, Ana Isabel – *A livreria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2016, p. 143.

74 BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – Res. cod. 4413, *Cancioneiro em que uão obras dos milhores poetas de meu tempo ainda não empresas e treladadas de papeis da letra dos mesmos que as compozerão comessado na india a 13 de janeiro de 1557 e acabado em LX^a em 1589 per luis franco correia companheiro em o estado da india e muito amigo de luis de Camoens*. <https://purl.pt/31544>



Esta vitalidade era sobretudo evidente em meios aristocráticos e cortesãos, justamente porque, como observa Fernando Bouza, o manuscrito opunha a distinção e a privacidade que o singularizava ao carácter eminentemente difusor e vulgarizador do impresso. O mesmo autor fala dos circuitos específicos do manuscrito no seio da aristocracia da Espanha moderna⁷⁵, imprescindível para compreender, por exemplo, a difusão de poetas maiores, como Quevedo⁷⁶. Para o caso português, Aguiar e Silva destacou a importância das miscelâneas e “cancioneiros de mão” na circulação da poesia, em particular nos meios cortesãos dos séculos XVI e XVII⁷⁷, e Isabel Almeida e Ettore Finazzi-Agrò sublinham a prática corrente da cópia manuscrita dos livros de cavalaria⁷⁸. Em campos específicos é possível falar numa convivência e até em cruzamentos entre os dois modelos de difusão da palavra escrita⁷⁹, de que encontramos ainda expressão na circulação manuscrita de informação de natureza política e social na primeira metade do século XVIII nas gazetas da Biblioteca Pública de Évora⁸⁰.

Circuitos em parte alheios à imprensa, e alguns deles obedecendo a uma lógica diversa ou até oposta à da impressão – para além dos manuscritos de aparato e dos “cancioneiros de mão”, é também o caso dos epistolários, meditações espirituais, recolhas de anedotas, profecias, pasquins, sátiras políticas, diários, poesias académicas, instruções e advertências de carácter político, obras que os seus próprios autores destinariam apenas a uma difusão manuscrita⁸¹. Os ditos, historietas e anedotas quinhentistas,

75 BOUZA, Fernando – *Comunicación, conocimiento y memoria...* p. 74 e ss.

76 LUQUE LAGUNA, Antonio Manuel – *Un género popular entre el manuscrito y el impreso: el Panegírico a la Virgen de la Sierra*. In *La Cultura del Libro en la Edad Moderna...* p. 115.

77 SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e – *Maneirismo e Barroco na poesia lírica portuguesa*, I vol.. Coimbra: Centro de Estudos Românicos, 1971, p. 47 e ss. FERREIRA, Teresa A. S. Duarte – *O livro impresso e o manuscrito coexistem. O manuscrito permanece*. In *Tesouros da Biblioteca Nacional*. Coord. Maria Valentina C. A. Sul Mendes. Lisboa: Inapa, 1992, p. 217–252.

78 ALMEIDA, Isabel – *Libros portugueses de cavalaria. Do Renascimento ao Maneirismo*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1998. Tese de doutoramento, p. 73. FINAZZI-AGRÒ, Ettore – *A novelística portuguesa do século XVI*. Lisboa: IAC, 1978, p. 65 e ss.

79 LUQUE LAGUNA, Antonio Manuel – *Un género popular...* p. 111.

80 LISBOA, João Luís – *Gazetas feitas à mão*. In *Gazetas manuscritas...* p. 13–42.

81 CURTO, Diogo Ramada – *Curto, Diogo. A História do Livro em Portugal: uma agenda em aberto. Leituras – Revista da Biblioteca Nacional*. Vol. 9–10 (2002), p. 14–15. BOUZA, Fernando – *Cultura escrita e história do livro. A circulação manuscrita nos séculos XVI e XVII. Leituras. Revista da Biblioteca Nacional*. Número temático *O livro antigo em Portugal e Espanha séculos XVI–XVIII. El libro antiguo en Portugal y España siglos XVI–XVIII*, 1998, p. 65.



de autor anónimo, que tiveram a sua primeira edição impressa no século XX com o título *Ditos Portugueses Dignos de Memória*⁸², alcançaram ampla circulação através de um número significativo de cópias manuscritas. Mesmo no que respeita a obras de menor destaque, são frequentes os casos de uma difusão apreciável, como sucedeu com a *Doutrina ao Infante D. Luís* (c. 1525–26) de Lourenço de Cáceres, que teve, antes da sua primeira impressão no século XVIII⁸³, alguma notoriedade, dela existindo pelo menos sete cópias manuscritas, com destaque para o exemplar seiscentista da Biblioteca Pública Municipal do Porto, que pertenceu provavelmente ao infante D. Duarte, irmão de D. João IV⁸⁴. A circulação manuscrita das obras não constituía obrigatoriamente na época um “obstáculo à sua valorização”⁸⁵.

Mas em época de inexorável avanço do impresso, casos há de tensão entre os dois modelos de difusão da palavra escrita. Sabemos que quer *Il Libro del Cortegiano* de Castiglione, pela mão de Vittoria da Collona, marquesa de Pescara, que o fez copiar⁸⁶, quer o *Relox de Príncipes* de Antonio de Guevara, neste caso na corte de Carlos V, correram manuscritos nos círculos cortesãos à revelia dos seus autores, acabando por precipitar as respectivas edições impressas. Como escreve Castiglione na dedicatória a D. Miguel da Silva, não sem ironia, justificando a edição do seu livro em 1528, era preferível “que fosse visto insuficientemente corrigido pela minha mão do que totalmente dilacerado pela mão de outrem”⁸⁷. Eram frequentes os casos de traslados obtidos por copiadores sem autorização dos autores, por sua vez vendidos a livreiros e impressores, que os imprimiam sem autorização. Em 1627, António Carvalho de Parada, nas

82 *Ditos Portugueses Dignos de Memória. História Íntima do século XVI*, anotada e comentada por José Hermano Saraiva. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

83 SOUSA, António Caetano de – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. II, Parte II. Lisboa: Regia Officina Sylviana e Academia Real, 1742, p. 491–511.

84 BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO – Códice 613. No caso de Cáceres, e com uma única excepção – o raro opúsculo dedicado ao duque D. Jaime de Bragança, *Laurentii Carceres Portugallicae Clientuli ad Inclutum Gemmem Bragantiae Ducem Epigrammaton Libellus*, talvez impresso em Salamanca em 1518, republicado em fac-símile por Eugenio Asensio – todas as suas obras chegaram até nós manuscritas, tendo sido apenas modernamente impressas.

85 CURTO, Diogo Ramada, Notas para uma história... p. 321.

86 Para grande mágoa de Castiglione. MARNOTO, Rita – *Cortegiano e cortesão. Baldassarre Castiglione e D. Miguel da Silva*. Genebra: Centre International d’Études Portugaises, 2017, p. 185–190.

87 CASTIGLIONE Baldesar – *O Livro do Cortesão*. Trad. de Carlos Aboim de Brito. Porto: Campo das Letras, 2008, p. 8.



palavras ao leitor que antecedem a edição do seu *Discurso Politico*, afirma que quase foi “obrigado” a publicar o seu trabalho não como pretendia, “en compañía de otros que sobre materias politicas he escrito”, mas avulso, pressionado pelo facto de que “se ha divulgado tanto manuscrito, que corre ya com mas yerros de los del original [...]”⁸⁸.

6. Mais manuscritos, a partir de impressos

Finalmente outra modalidade neste mundo dos manuscritos: a da reprodução a partir de obras já impressas. Desta prática – bastante comum nos primeiros tempos da tipografia⁸⁹ – em virtude da sua raridade ou da precariedade da sua difusão existem abundantes testemunhos, de que evocaremos cópias manuscritas de várias obras de João de Barros, feitas a partir das respectivas edições impressas⁹⁰. De Pedro Nunes existe um número assinalável de cópias manuscritas setecentistas dos seus tratados científicos⁹¹. Outro caso é o das *Trovas do Bandarra* que, publicadas em 1603, talvez em Paris, por D. João de Castro († c. 1623), neto homónimo do vice-rei, e em 1644, em Nantes, eram antes dessas impressões – e seriam depois delas – objecto de intensa circulação manuscrita, sendo que muitas dessas cópias foram feitas sobre a edição de 1644⁹². Em 1747 o *Vocabulario da Lingoa de Iapam*, impresso em Nagasaki pela Companhia de Jesus em 1603, era “tresladada do Livro Emprenso”, como se assinala⁹³.

88 PARADA, António Carvalho de – *Discurso politico fundado en la doctrina de Christo*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1627.

89 BOURGAIN, Pascale – L'édition des manuscrits. In *Histoire de l'édition française. Le livre conquérant 1 – Du Moyen Age au milieu du XVIIe siècle*. Paris: Promodis, 1982, p. 48–75. LUTZ, C. E. – Manuscripts copied from printed books. In *Essays on Manuscripts and Rare Books*. Hamden, Conn.: Archon Books, 1975, p. 129–138.

90 BAIÃO, António – Introdução. In *Asia de Joam de Barros, Primeira Década*. 4ª ed. revista e prefaciada por António Baião. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932, p. L.

91 Algumas delas integraram a Exposição dedicada a Pedro Nunes na Biblioteca Nacional de Portugal, por ocasião das comemorações do 5º centenário do seu nascimento. *Pedro Nunes, 1502–1578: novas terras, novos mares e o que mays he: novo ceo e novas estrelas*. Coord. científica de Henrique de Sousa Leitão. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2002.

92 CASTRO, Aníbal Pinto de – Introdução. *Trovas do Bandarra. Reprodução fac-similada da edição de Nantes (1644)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1989, p. 19.

93 BIBLIOTECA DA AJUDA – Cod. 46–VIII–35.



A versão portuguesa da obra de Giovanni della Casa († 1556), *Il Galateo* (1550–55), um dos expoentes da literatura de civilidade no século XVI, foi tardiamente traduzida para português e publicada em 1732; esta versão foi objecto de cuidada edição manuscrita por Francisco Nunes Ferreira, em 1763⁹⁴. Exemplo expressivo é ainda o da *Summa Politica* de Sebastião César de Menezes († 1672), dedicada ao príncipe D. Teodósio e impressa em Lisboa em 1649, de que existe cópia, com letra do século XVIII, na secção de manuscritos da biblioteca de D. Manuel II, em Vila Viçosa⁹⁵. Na “Advertencia” que antecede o texto, justifica-se a realização da cópia:

“A raridade deste livro, e o não ser facil encontrar-se impresso, por mais diligencias, que se tem feito, excepto na mão do Exm^o Conde de S. Dumil, que custou muito a emprestallo, foi a causa de se mandar copiar, para que os curiosos se pudessem aproveitar das suas lições”⁹⁶.

Em suma, foram múltiplos os destinos e o lugar do manuscrito em tempos do impresso, como procurámos tipificar e ilustrar através de casos significantes. Inquestionável foi, sem dúvida, a sua permanência, como testemunha a *Bibliotheca Lusitana*⁹⁷. Em 1741, no “Prologo” do Tomo I, Barbosa Machado enfatizava como procurara resgatar “das urnas dos Archivos as Obras M.S. a quem a Arte Typographica negou o beneficio da luz publica”, para fazer justiça aos autores que “não alcançarão o merecido premio das suas laboriosas applicações por se não fazerem patentes ao mundo pelas vozes da Impressão”.

94 BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – Res. cod. 11061.

95 BIBLIOTECA DE D. MANUEL II – Ms. LXXXVI. *Manuscritos da Biblioteca de D. Manuel II*. Introdução e Organização João Ruas. Caxias: Fundação da Casa de Bragança – Casa de Massarelos, 2006, cat. 124, p. 103.

96 BORRÕES, Gualdino – *Inventário da Biblioteca de D. Manuel II. Manuscritos e Impressos*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1982, LXXXVI, p. 36.

97 FERREIRA, Teresa A. S. Duarte – O livro impresso e o manuscrito... p. 218–220.



Edição do Texto

II PARTE

2





Transmissão do texto

*Filipe Alves Moreira e Maria de Lurdes Rosa*¹

1. Os testemunhos

Conhece-se atualmente um testemunho direto (de que existe uma cópia parcial moderna) e dois testemunhos indiretos da *Crónica*². Certas características destes manuscritos, assim como a comparação dos respetivos textos, revelam, porém, a existência de outros, hoje perdidos ou ainda por localizar.

a) O manuscrito Aires de Campos (ms. AC)

O único testemunho direto hoje conhecido da *Crónica da linhagem dos Castelo Branco* pertence à biblioteca particular da Casa de Sá (Ponte de Lima, sem cota), de Miguel Aires de Campos. É um manuscrito em papel, com 261 fólios. A letra, toda da mesma mão, é uma gótica cursiva bastante cuidada e elegante, típica dos meados e finais do século XVI, embora, como se viu no capítulo inicial sobre o Autor, a leitura do texto permita situar este manuscrito entre o último quartel de quinhentos e os primeiros

¹ Filipe Alves Moreira elaborou os pontos 1) e 2), e Maria de Lurdes Rosa foi responsável pelo ponto 3) e pelas interpretações históricas dos pontos 1) e 2).

² Embora o texto se refira consistentemente a ele mesmo como “Sumário” (desde logo no capítulo 1, entre outros), optou-se nesta edição pela designação convencional de “Crónica”, não só para tornar mais facilmente reconhecível o seu conteúdo, mas também devido à polissemia do termo “sumário”, que tanto designava, à época, um resumo de texto mais extenso como, genericamente, uma narrativa histórica. Este texto é aliás exemplo disso, designadamente no modo como se refere à *Crónica do príncipe D. João*, de Damião de Góis (uma das suas fontes principais) ora como “summario da chronica do príncipe dom João” (capítulo 19 e outros), ora como “Chronica do príncipe dom João” (p. ex., no capítulo 68).



anos do século XVII. É uma cópia homogênea, sendo apenas de notar uma grande lacuna textual que abrange o final do capítulo 102, todo o capítulo 103 e quase todo o 104, falta assinalada pelo facto de se terem deixado dois fólios e meio em branco (219v–221). Ostenta diversas anotações marginais de diferentes letras e épocas, avultando, pela quantidade, duas mãos: uma, contemporânea da cópia, deixou apontamentos sobre personagens ou acontecimentos referidos pela *Crónica*, frequentemente com recurso a documentação de arquivo; outra, do século XIX ou já de inícios do XX, certamente de algum dos antigos possuidores do manuscrito, destacou, sobretudo, elementos textuais que permitem datar o texto e notou anomalias, nomeadamente a falta dos capítulos 103 e 104. Por comparação com documentos reconhecidamente de sua mão, é possível identificar, com elevada probabilidade, a primeira destas mãos com D. Manuel de Castelo Branco (2º conde de Vila Nova de Portimão) que terá, assim, sido um dos seus possuidores, talvez mesmo o indivíduo para quem esta cópia se fez³. A encadernação é bastante posterior à original (se a teve), podendo ser datada do final do século XIX ou primeira metade do XX. O manuscrito foi noticiado e alvo de estudo preliminar por Maria de Lurdes Rosa, Margarida Leme, Fábio Duarte e Miguel Aires de Campos no *Philobiblon blog* (fevereiro de 2023)⁴, tendo sido também descrito e digitalizado na *Digitarq*⁵.

3 A letra das anotações marginais dos fls. 25, 25v, 37, 88v, 104v, 116, em especial, apresentam inequívocas semelhanças com a letra de documentos autógrafos de D. Manuel de Castelo Branco, que se podem ver em DUARTE, Fábio – *Herdar, Legar e Registar: o arquivo e o Tombo do Cartório da Casa de Vila Nova de Portimão*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2022. Dissertação de mestrado. p. 186–191 (figs. 10 a 16); e ainda em vários outros documentos avulsos, v.g.: a) Carta do Conde de Vila Nova, D. Manuel de Castelo Branco, endereçada a Nuno da Fonseca, Desembargador dos Agravos, de 13/08/1619. Contém resposta deste, datada de 14/08. BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (BNP), Pombalina 249, fl. 447; b) Carta do Conde de Vila Nova, D. Manuel de Castelo Branco, aos membros do Estado Eclesiástico sobre as cortes de 1619, de 28/08/1619. BNP, Pombalina 249, fl. 457. A carta foi escrita por um escrivão ou secretário do Conde, mas contém notas do seu punho e foi por ele assinada. c) Resposta do Conde de Vila Nova, D. Manuel de Castelo Branco, a uma carta de João da Costa, escrivão da câmara do Rei, datada de 13/08/1619. BNP, Pombalina 249, fl. 466. Esta pesquisa e comparação foram feitas por Fábio Duarte, a quem penhoradamente se agradece.

4 ROSA, Maria de Lurdes et al. – *Escrita de história, memória e gestão de um grupo familiar da nobreza portuguesa, séc. XV–XVI: descoberta, recuperação e estudo de manuscritos inéditos*. Berkeley: University of California, 2023 [acedido a 11 de jun de 2025]. Disponível na internet: <https://update.lib.berkeley.edu/2023/02/26/philobiblon-2023-n-1-fevereiro-escrita-de-historia-memoria-e-gestao-de-um-grupo-familiar-da-nobreza-portuguesa-sec-xv-xvi-descoberta-recuperacao-e-estudo-de-manuscritos-ineditos/>.

5 ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO (ANTT) – *Casa de Santa Iria*, sem cota (atividade privada – Documentos genealógicos – Linhagem dos Castelos Brancos: códice do século XVI) (código de referência PT/TT/CSI/A/001/0001). Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/c5219f92485c4c3b79d68bdf30e1f82>.



b) O resumo seiscentista (Ep)

Conhecem-se também dois testemunhos indiretos da *Crónica da linhagem dos Castelo Branco*. O mais antigo é o “Epilogo do livro da lineage [sic] dos de Castelbranco” que consiste, segundo o título o denota, num extenso resumo da *Crónica*. É um manuscrito de inícios do século XVII constituído por [1] + 39 folhas em papel e encadernação em pergaminho (reutilização de códice medieval, com texto a duas colunas, em latim), atualmente à guarda da Sociedade Martins Sarmento (Guimarães – sem cota)⁶, para onde veio aquando da incorporação do arquivo da Casa do Costeado, também de Guimarães, de que fazia parte. Esse título consta da folha de guarda e é da mesma mão que escreveu todo o texto. Abaixo dele, em letra posterior e possivelmente já do século XVIII, alguém acrescentou: “Escritto por Bernardo do Amaral de Castelbranco”⁷. Desconhece-se a origem e consequente fiabilidade desta anotação, aliás sintaticamente ambígua, pois que tanto pode referir-se a “Livro da lineage dos de Castelbranco” como ao Epílogo, mas é possível que esteja relacionada com uma outra, escrita por mão seiscentista e presente no pergaminho que serve de capa ao manuscrito: “EPilloguo dos casteis brancos pela aruore que tem os condes do sabugual e villa noua he cõforme a aruore de Bernardo damaral de Castelbranco”. No fol. 1 repete-se o título, mas em modo mais extenso e com acréscimo de informação: “Epilogo do liuro da linhagem dos de Castelbranco dedicado ao conde do sabugual Meirinho mor Do Reino D. Duarte de Castelbranco em cuio poder hora esta”. Admitindo não estarmos perante cópia posterior, temos aqui um elemento para situar a feitura desta abreviação antes de 1618, ano da morte do conde D. Duarte. Entre as folhas 21 e 22 está uma folha solta, de dimensões mais pequenas, mas aparentemente da mesma mão que escreveu o Epílogo, com notícias

6 Disponível em: <https://www.csarmento.uminho.pt/site/s/archsms/item/183926#?xywh=-1472%-2C-131%2C4498%2C2617>.

7 Sobre esta figura veja-se NORTON, M. A.; FORJAZ, J. P. – *Carta de Brasão de Armas*. XV. *O morgado dos Amarais em Elvas*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1980. Segundo as genealogias, Bernardo do Amaral Castelo Branco era descendente da Isabel Vaz de Castelo Branco, filha ilegítima de Martim Vaz de Castelo Branco, irmão de Gonçalo Vasques de Castelo Branco “do Sobrado”, de cuja descendência se trata na *Crónica*. A anotação final do ms. AC sobre esta senhora poderá ou não ser de D. Manuel de Castelo Branco, segundo comparação feita por Fábio Duarte, que considera que a letra daquela contém algumas semelhanças com a letra inequivocamente de D. Manuel, sem serem porém de molde a proporcionar a mesma certeza que as restantes, referidas na nt. 3, supra. Mais uma vez se agradece a Fábio Duarte a cuidadosa comparação entre as três amostras.



históricas sobre mosteiros. Há também raras anotações marginais, de mão do século XVII, que denotam conhecimento da matéria tratada, se é que não da mesma *Crónica da linhagem dos Castelo Branco*, como se vê da seguinte nota aposta ao fólio 38v, alusiva à lista de famílias ligadas por casamento à de Castelo Branco, de que o Epílogo retém somente algumas: “Bem se puderão nomear estoutras muitas, porque não são menos que as poucas nomeadas”.

Estamos perante um resumo integral da *Crónica da linhagem dos Castelo Branco*. Mantém-se não apenas a divisão em capítulos, mas também as respetivas epígrafes (por vezes com diferente formulação), ainda que o conteúdo seja drasticamente reduzido. O responsável por este resumo estava aparentemente mais interessado nas relações de parentesco do que nos feitos da família, de certo modo aproximando este seu trabalho do género linhagístico, então muito florescente, mais do que do cronístico. Boa parte dos capítulos começa com expressões como “mostra o autor que”, “mostra” [o livro] e afins, o que talvez indicie intenções ou usos pragmáticos subjacentes a este trabalho. Uma só vez parece o autor do Epílogo ter acrescentado matéria à obra que estava resumindo. Nesta, o capítulo XII, dedicado à figura e elenco da descendência de Gonçalo Vaz de Castelo Branco (séc. XV), termina com uma breve, ainda que significativa, alusão às filhas: “Teve tãobem Guonçalo Vaz alem dos ditos sete filhos algũas filhas, e de soo hũa dellas ha descendentes, de que não trato porque sou suspeito”. No Epílogo, este trecho foi reformulado, havendo a mais informações sobre tais filhas, respetivos casamentos e descendência:

“Teue Mais duas filhas huã Leonor pais de casteL branco casou com Joaõ camello pereira filho de alluaro gonçalves camello prior do crato; e delles nasçeo Jsabel camella de CasteL branco; da outra filha cujo nome se não sabe procedem Jeronimo pereira de saa & seus Jrmaõs AnRique de sousa de mello /. frco lobo da Gama / Vasco Rjbeiro de casteLbranco de Coimbra; Dona Britiz de Goes Molher de Dom Djogo de lima, e outros”⁸.

A informação relativa à descendência de Leonor Pais de Castelo Branco coincide com o que se lê numa das anotações finais presentes no ms. AC,

⁸ *Crónica*, fl. 5.



relativa a esse capítulo XII⁹. Mas o que no epílogo se diz sobre a descendência de sua irmã (cujo nome ignora) é específico desta versão resumida. Terá existido na versão que o Epílogo copia e sido eliminada no ms. AC? Parece-nos mais plausível do que a hipótese de ter sido acrescentado por Bernardo do Amaral Castelo Branco, que se limita em geral a sumariar os conteúdos. O principal interesse deste Epílogo reside, porém, no facto de, como em seguida veremos, ter sido feito a partir de um manuscrito da *Crónica da linhagem dos Castelo Branco* que não pode ser identificado com o ms. AC e preservar passagens do texto que neste último não se encontram.

c) O Capítulo avulso de “Biographias de eclesiásticos notáveis”

O segundo testemunho indireto conhecido da *Crónica da linhagem dos Castelo Branco* consta de um capítulo de uma coletânea setecentista sobre vidas de Bispos, parte em português, parte em latim e em castelhano. Trata-se do Cod. 270 da Biblioteca Nacional de Portugal, primeiramente noticiado e descrito pelo *Inventário* oitocentista impresso de manuscritos desta instituição, o qual lhe atribuiu o título, convencional, de “Biographias de eclesiásticos notáveis”¹⁰. É um manuscrito composto, resultado da reunião de [2] + 79 + [2] folhas escritas por diferentes mãos (todas aparentemente do século XVIII), com dimensões variáveis (a maioria delas de 23*16 cm) e encadernação posterior em cartão marmoriado. Entre os autores das biografias de eclesiásticos aqui reunidas é possível identificar-se os nomes de D. Luís Caetano de Lima, D. Tomás Caetano de Bem e D. António Caetano de Sousa, embora nem sempre seja claro se estamos ou não na presença de autógrafos. O aspeto material de algumas secções

9 “No dito capitulo 12, no fim, se ha de acreçentar que posto que se digua que de hũa soo filha de Guonçalo Vaz de Castelbranco, o velho, senhor da honrra do Sobrado, ha desçendentes, se acha em hum estromento antigo que outra filha sua chamada Lianor Paez de Castelbranco casou com João Camello Pereira, filho de hũ irmão de Alvaro Gonçalvez Camello, prior do Crato e que della e do dito seu marido, que forão moradores na villa de Castelbranco, nação Isabel Camella de Castelbranco, de quem pretendem desçender os que tirarão o dito estromento”.

10 MONIZ, J. A. – *Bibliotheca Nacional de Lisboa. Inventario. Seccção XIII–Manuscriptos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1896 [Cod. 270]. Há também uma descrição mais recente no catálogo online da Biblioteca Nacional de Portugal.



que contêm rasuras, bem como certos dos títulos (p. ex.: “Memoreas p^a a vida de D. Manoel da Cunha Cappellao Mor”, fol. 20¹¹) e o facto de algumas biografias não irem além da reunião de notícias isoladas indicam estarmos perante materiais provisórios e/ou para uso próprio. Entre os fólhos 28 e 42v surge uma biografia de “D. Affonso de Castel. branco”, título a que outra mão juntou “Bispo do Algarve”. É uma cópia do capítulo 106 da *Crónica da linhagem dos Castelo Branco*, que termina imediatamente antes da “Falla de don Afonso de Castelbranco nas cortes, ano de 83, no levantamento e juramento do príncipe dom Fellipec, nosso senhor”, constante do ms. AC, mas não nesta cópia parcial¹².

2. Antecedentes e relações entre os testemunhos

Embora seja o único testemunho direto da *Crónica da linhagem dos Castelo Branco* atualmente conhecido, o ms. AC não pode ser identificado com o arquétipo (isto é, o ponto de partida da transmissão textual), como o demonstram, por um lado, certas características deste manuscrito, por outro, a independência de Ep em relação ao ms. AC.

a) O(s) antecedente(s) do ms. AC

A leitura do ms. AC faz supor a existência de, pelo menos, duas outras cópias do texto. Vejamos os trechos em que nos apoiamos para fazer esta afirmação, assim como o que, com base neles, podemos deduzir acerca de algumas características desses exemplares perdidos ou ainda por localizar. Após a dedicatória a D. Duarte de Castelo Branco, conde do Sabugal, nitidamente composta pelo próprio autor da *Crónica*, surge no ms. AC um parágrafo intitulado “Ao leitor. Advertencias”, escrito pela mesma mão que copia todo o texto. Este parágrafo resulta da leitura crítica que alguém fez sobre um exemplar da *Crónica*. Segundo essa leitura, tal exemplar enfermaria de defeitos não atribuíveis ao autor, nomeadamente na ortografia:

11 Sendo que “Memoreas p^aa a vida de” e “Cappellao Mor” são acrescentos de outra mão, ou da mesma em momento posterior e com diferente tinta.

12 Sobre a vida do bispo, cfr. neste livro o texto de Maria de Lurdes Rosa (et al.), p. 46.



“Alem do que no prologo atras se dise das causas que ouve pera se ordenar este livro, pareço neçesario neste lugar pera mais desculpa das faltas delle advertir que se não devem atreboir ao autor as muitas que se acharem na orthographia, porque, não sendo latino quem o tresladou, era forçado cair nellas, pois atee dos que o são ha poucos que as saibão evitar e guoardar as leis della; e sendo os ditos barbarismos tãotos não foi posivel emmendaren-se por não riscar o livro”¹³.

O responsável por este comentário distingue, assim, claramente, dois manuscritos: o que, por comodidade, podemos considerar o original, escrito pelo autor da *Crónica*, e outro que foi “tresladado” (isto é, copiado) por quem não era “latino” (entenda-se, certamente, “letrado”) e, por isso, usou de uma ortografia com falhas, produzindo uma cópia considerada defeituosa. Esta apreciação pode parecer um pouco estranha, sabida a irregularidade ortográfica que marca esta época, apesar de ser precisamente no século XVI que surgem as primeiras tentativas de descrição e codificação da língua portuguesa, com gramáticas tais as de João de Barros e Fernão de Oliveira. Quem fez este comentário seria, certamente, adepto da corrente codificadora e regularizadora da ortografia do português e, com base nesses pressupostos, julgou negativamente o traslado (a tal “cópia defeituosa”), decidindo incluir nele esta advertência como forma de atenuar os seus defeitos, os quais eram em tal quantidade que inviabilizavam uma correção sistemática do texto (“sendo os ditos barbarismos tãotos não foi posivel emmendaren-se por não riscar o livro”).

As intervenções deste leitor crítico não se ficaram, contudo, pela redação desta advertência. Além dela, dois outros elementos foram incluídos na “cópia defeituosa”, segundo explica a mesma advertência. O primeiro destes elementos é um conjunto de comentários, aditamentos ou correções a certas passagens da *Crónica*. Estes comentários foram materialmente acrescentados no final, num caderno autónomo:

“E porque depois da mor parte deste livro ser treslladado se acharão muitas cousas pertencentes à materia delle que parecerão ou neçesarios à

13 *Crónica*, fl.16.



declaração da verdade da historia ou convenientes ao ornamento della, se lhe acrescentou na fim hum caderno de annotações e adições”¹⁴.

O segundo elemento acrescentado, e este antes do início do texto, foi uma lista de fontes ou autoridades de que o autor da crónica se socorreu e a que se vai referindo no decorrer dela:

“E posto que os autores ou documentos com que se confirmão e justificação as cousas neste livro relatadas se citão e alegão en cada hum dos capitulos e luguares a que convem, contudo pareço tãobem dever-se fazer aqui (ó exemplo de muitos modernos graves) hũ memorial dos ditos, documentos e livros de que se neste usou, porque, alem de se por elles ver o trabalho que na composição se teve, servirá muito pera quem loguo no princípio o ler, entender o credito que se deve dar ao que se dos tais autores tirou, dos quais huns servirão pera a historia e d’outros se tomarão somente sentenças e exemplos de casos semelhantes”¹⁵.

Deduz-se, portanto, deste conjunto de afirmações, a existência de dois exemplares da *Crónica da linhagem dos Castelo Branco*: um, talvez o original ou primeira cópia limpa do texto com vistas à sua difusão, continha somente a obra, antecedida de dedicatória ao conde do Sabugal; o outro, cópia defeituosa deste, tinha, adicionalmente, uma lista de fontes no início e anotações ao texto no final. Poderá este segundo manuscrito ser identificado com o próprio ms. AC? Não, segundo o denota o seguinte trecho da já citada advertência ao leitor, no qual se particulariza o modo como se há de proceder com a leitura das anotações finais¹⁶:

“se lhe acrescentou na fim hum caderno de annotações e adições que todas vão numeradas, e nos luguares do livro a que pertencem vai posta hũa nota

¹⁴ *Crónica*, fl.16v.

¹⁵ *Crónica*, fl. 16v.

¹⁶ Além dos argumentos em seguida aduzidos, há também interesse em notar o seguinte: as anotações finais presentes no ms. AC, embora escritas, como dito, pela mesma mão que copiou todo o texto, seguem a ordem de capítulos apenas até ao capítulo 116, terminando com anotações relativas aos capítulos 4, 108 e 89, tendo mão posterior, do século XVII, ajuntado ainda uma outra, sobre o capítulo 11. É possível que estas anotações sobre os capítulos 4, 108 e 89 tenham sido acrescentadas ao antígrafo do ms. AC em momento posterior ao da redação das restantes notas, num processo semelhante ao do acréscimo da nota acerca do capítulo 11 no ms. AC.



desta feição [segue espaço em branco], com o numero da adição que a cada lugar toca, pera que indo-se buscar no caderno das adições o mesmo numero que estiver junto com a dita nota se ache facilmente a adição ou anotação per que o tal lugar se emmendou, declarou ou acrescentou”¹⁷.

Por aqui se vê que, de resto como era comum e facilmente se explica por razões pragmáticas, as anotações finais estariam numeradas e haveria uma chamada com o respetivo número e um sinal gráfico que indicaria a existência de nota final em cada um dos trechos da crónica alvo de comentário. Porém, nenhum destes elementos, nem as chamadas numéricas, nem o sinal gráfico indicando a existência de comentário no final (o qual falta mesmo na passagem da advertência que se lhe refere), nem, sequer, a numeração das notas finais, existe no ms. AC. Embora estas ausências possam dever-se ao estado de incompletude em que tenha ficado esta cópia, a funcionalidade, puramente pragmática, da sinalética em falta, indica como mais provável que o ms. AC não possa ser identificado com o exemplar no qual todos estes elementos (incluindo a advertência ao leitor) foram inicialmente agregados ao texto. O mesmo se diga das remissões para números de páginas presentes nessas anotações finais, mas em que essa informação não chegou a ser preenchida, talvez porque não correspondiam ao número de página no ms. AC (ex: “No capº 39, pagina [espaço em branco]”). Podemos, assim, supor a existência de, pelo menos, dois outros exemplares da *Crónica*, além do ms. AC, único a que atualmente temos acesso: o “original” (designação cómoda) e um “traslado imperfeito” deste, o qual, além de ostentar numerosos erros ortográficos, tinha a mais uma advertência e um caderno final com anotações, acompanhadas por uma sinalética que permitisse localizar facilmente as passagens do texto que lhes diziam respeito.

Além disso, o segundo desses exemplares, ou seja, o “traslado imperfeito”, que foi o que deu origem ao ms. AC, deve ter perdido folhas antes de ter sido copiado. Isso explicará a existência, no ms. AC, da grande lacuna textual já referida, correspondente ao final do capítulo 102, a todo o capítulo 103 e a boa parte do capítulo 104. O copista do ms. AC terá notado esta falha, deixando quatro páginas e meia em branco (parte final do fólho 219v

¹⁷ *Crónica*, fl.16v.



e ainda os fólhos 220 e 221), decerto com a expectativa de que as partes em falta viessem a ser posteriormente acrescentadas. Ambos estes capítulos, com as respectivas epígrafes, estão assinalados na tabela de capítulos presente no início do ms. AC, havendo, ademais, anotações finais relativas ao capítulo 103. Estes factos, juntamente com a circunstância de o texto ser retomado a meio de uma frase (“e perdidas em tão calificados serviços”), muito provavelmente porque assim começaria a primeira folha preservada no antígrafo após a lacuna, estarão mostrando que a ausência desses dois capítulos e meio neste ms. AC será meramente fortuita, tendo o copista procedido como era então habitual, deixando espaços em branco com a expectativa de que a lacuna viesse a ser posteriormente preenchida com recurso a outro exemplar¹⁸.

Parece, por outro lado, que o responsável pela “advertência ao leitor” e pelas anotações finais foi o próprio autor da crónica. Com efeito, embora essa advertência se refira ao “autor” de modo que pode levar a pensar tratar-se de indivíduos diferentes, a verdade é que vários momentos das anotações finais denotam que estas e a crónica foram feitas pela mesma pessoa, como se vê no seguinte exemplo (anotação aos capítulos 3, 6 e 9): “E nós com o dito livro [i.e., o nobiliário do conde D. Pedro] também aleguamos neste, em o capítulo 56 e capítulo 102, pera os quais servirá tãobem esta anotação”¹⁹.

A questão dos capítulos em falta pode, ainda assim, explicar-se por outra razão: uma omissão deliberada, motivada pelo conteúdo dessa parte do texto. Esta hipótese, mesmo se necessite de maior investigação documental, ganha em ser apresentada. Ela cruza a possibilidade, que considerámos muito forte, como acima demonstrado, de estarmos perante uma cópia lida e anotada por D. Manuel de Castelo Branco, com o facto de os capítulos em falta serem precisamente os que dizem respeito às pessoa

18 Um exemplo, bem conhecido, deste procedimento ocorre no manuscrito M-VIII-15 da Casa Cadaval, cópia quinhentista da *Crónica de 1419*. O copista foi deixando partes de páginas, ou páginas inteiras, em branco, por vezes suspendendo e retomando frases a meio, certamente porque notou falta de fólhos no manuscrito que estava copiando; posteriormente, outros copistas recorreram a cópias das crónicas de Rui de Pina para completarem essas lacunas. Veja-se, sobre as características deste manuscrito da Casa Cadaval e a explicação das suas características, CALADO, A. A., ed. – *Crónica de Portugal de 1419*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998. p. VIII-XV.

19 *Crónica*, fl. 244v.



e família deste senhor. Tendo em contas as balizas 1587-1589 para a redação da *Crónica*, com quase certas adições entre 1592 e 1600, no capítulo relativo ao Bispo D. Afonso de Castelo Branco²⁰, é possível que D. Manuel de Castelo Branco tivesse pretendido uma atualização dos capítulos em apreço, em função de uma alteração central do seu estatuto e riqueza, alcançada em 1591, e que estava ainda em pleito nos anos centrais da redação da *Crónica*. Vejamos brevemente os meandros da questão.

O capítulo 104, conforme ao Epílogo – e, portanto, também na versão completa a partir da qual aquele é feito – termina reportando-se a um período em que a complexa situação do senhorio de Vila Nova de Portimão e do morgado da Póvoa ainda não estava resolvida, e com uma afirmação clara do direito a resolução em favor de D. Manuel:

“Esta Casado Com sua sobrinha Dona Branca de Vilhena filha de sua Jirmaan Dona Leanor de Milão E de Dom Diogo de Castel branco seu primo E por Rezaõ da dita Dona Branca sua molher (a quoa D. Martinho Tio seu Deixou por herdeira E sobcessora na casa de villa noua; e Morguados da Pouoa de que o dito Dom Martinho foi senhor Como Dissemos no cap. 97) pertencem ao dito Dom Manoel os Morgados e a dita casa E titulo que Requere, e sen duuyda terá”²¹.

De facto, o senhorio de Vila Nova de Portimão estava vago desde a morte, em tenra idade, de D. António, o último herdeiro com características conforme ao consignado pelos senhores da vila com consentimento dos sucessivos monarcas. Era o único sobrinho do último possuidor, D. Martinho, que falecera sem filhos, em Alcácer Quibir. Aquele jovem herdeiro morre, porém, antes da maioridade, sem sucessão e a sua mãe, Leonor de Milão (cunhada de D. Martinho, pois viúva do irmão Diogo, também ele falecido na batalha), tenta então que o senhorio passe para a sua outra única descendente, uma filha, de seu nome Branca. Chega a tomar posse dos bens em nome desta, em março de 1584. Por detrás destes acontecimentos estão complexas querelas familiares, cruzadas com

20 Cfr. capítulo de Maria de Lurdes Rosa (et al.), pp. 28-29.

21 *Epílogo*, fl. 34v. São ainda brevemente referidos os nascimentos de dois herdeiros, e o falecimento de um deles, com dois meses de idade, mas não conseguimos datar estes eventos.



favores régios, em função dos problemas de eventuais sucessões femininas, e que no contexto pós- Alcácer Quibir se complicaram ainda mais pelas incertezas da morte dos proprietários dos bens naquela batalha²².

Sem podermos entrar nelas em pormenor, interessa referir que, talvez pela ação voluntariosa de D. Leonor de Milão – que na verdade era mais dirigida ao conflito que mantinha com a viúva do cunhado D. Martinho, que defendia ser senhora dos bens, sem aceitar a morte do marido²³ –, o Arquiduque Alberto de Áustria encetou um processo legal confidencial, com vista a assegurar à Coroa a posse do rico e lucrativo senhorio. Em 29 de Novembro do próprio ano de 1584, foi promulgada uma sentença dos desembargadores do Paço, decretando a posse do senhorio pela Coroa. O contexto em que é elaborada a sentença revela a delicadeza do caso e a ambição da Coroa (ou do Vice-Rei?) em ficar com Vila Nova de Portimão: o Arquiduque Alberto pedira a “quatro letrados em segredo” um parecer sobre o caso, tendo três deles deliberado que D. Branca tinha justiça em requerer a mercê de suceder no Senhorio de Vila Nova de Portimão. O Cardeal discordou, advogando que, terminada a sucessão de D. Martinho em D. António, cabia à Coroa a posse de Vila Nova de Portimão, e fez com que se pedisse outra opinião, desta feita aos Desembargadores do Paço, que decidiram no mesmo sentido do parecer do vice-rei²⁴. De resto, teria provavelmente sido também interpretado como ameaça às pretensões da Coroa o casamento de D. Manuel e D. Branca (sendo o primeiro tio materno da segunda) em 1584, algures depois de março, tendo como objetivo, entre outros, fortalecer a pretensão ao senhorio, pois era seguida a consignação testamentária do último proprietário efetivo, D. Martinho de Castelo Branco, que no testamento condicionara a possibilidade de sucessão feminina ao casamento da herdeira dentro da linhagem dos Castelo Branco. É de assinalar que a *Crónica* expressamente refere que D. Martinho alcançara de D. Sebastião, em 1577, a mercê de sucessão por fêmea, “contra a Lei Mental”, sendo tal sucessora “obriguada a casar

22 DUARTE, Fábio – *Herdar, legar*, p. 72 ss.

23 Os conflitos com a viúva, Joana da Silva, irão passar para d Manuel que, mesmo sem ter direito formal ao morgadio da Póvoa, sustentou pleitos com ela em 1586 e 1588: DUARTE, Fábio – *Herdar, legar...*, p. 74–75.

24 DUARTE, Fábio – *Herdar, legar...*, p. 74. O parecer é transcrito na íntegra em INÁCIO, Nuno Campo – *História do condado de Vila Nova de Portimão (1465–1698)*. Portimão: Arandis, 2017. p. 156–159.



com a pessoa da linhagem dos Castelbranco que lhe o dito dom Martinho nomeasse, e não o fazendo não ouvesse a casa”²⁵. Porém, o parecer dos desembargadores apresenta uma versão diferente da concessão de D. Sebastião: este tinha apenas feito mercê a D. Martinho que quem sucedesse no morgado da Póvoa, que era patrimonial, sucederia também, em sua vida, no senhorio de Vila Nova de Portimão, que era da Coroa²⁶.

Fosse como fosse, em 1591 a situação irá inverter-se, e D. Manuel de Castelo Branco recebe da Coroa o tão desejado bem, por carta régia de 24 de outubro. Segundo Fábio Duarte, que estudou o assunto detalhadamente, teve aqui importância central a ação de D. Manuel na defesa de Lisboa contra o ataque de Francis Drake, em 1589 – de resto salientada na *Crónica*²⁷. Se bem que a concessão do título condal, o cume sempre almejado pelos pretendentes ao senhorio, se concretizasse apenas em 1599²⁸, a posse do senhorio de Vila Nova era sem dúvida de molde a justificar, da parte de D. Manuel de Castelo Branco, uma vontade de atualização dos capítulos a ele relativos. Tal poderia explicar a sua ausência do ms. AC: estando em reformulação, mas nunca tendo chegado a ser copiados, por razões que poderão ter a ver com a vida do Autor, conforme exposto no capítulo a ele relativo. Como referimos no capítulo sobre o Autor, há indícios de que poderia ter continuado a trabalhar na *Crónica* entre 1592 e c. 1600²⁹ e sabemos que em 1592 vivia em Madrid. Garcia poderia estar a trabalhar para D. Manuel de Castelo Branco, a quem pertencem com grande probabilidade anotações marginais no ms. AC. Sabe-se que o então já titular do condado de Vila Nova de Portimão esteve em Castela entre 1602 e 1605, como membro do Conselho de Portugal³⁰.

25 *Crónica*, fl. 208. A *Crónica* acrescenta que D. Martinho estipulou depois, no seu testamento, que vindo a sucessão a Branca de Vilhena, ela deveria casar com o filho mais velho do meirinho-mor D. Duarte ou, caso isto não fosse possível, com outro fidalgo do apelido Castelo Branco, com conselho do dito meirinho e do bispo D. Afonso. Na verdade, o testamento de D. Martinho não refere tal expressamente (o documento encontra-se no Centro de Estudos História (CEH) da U. Nova de Lisboa; agradece-se ao seu Diretor, João Alves Dias, a facilidade no acesso ao mesmo. CEH – Casa de Abrantes, Leilão Silva’s/ Pedro de Azevedo, de 16-18 de Maio de 1994, lote 607), e a falta dos caps. 103 e 104, para os quais se remete no cap. 97, não nos permite saber mais sobre o assunto.

26 INÁCIO, Nuno Campo – *História do condado*, p. 156.

27 DUARTE, Fábio – *Herdar, legar...*, p. 76-77.

28 DUARTE, Fábio – *Herdar, legar...*, p. 76-77.

29 Cfr. capítulo de Maria de Lurdes Rosa (et al.), p. 268.

30 DUARTE, Fábio – *Herdar, legar*, pp. 78-79.



b) A independência de Ep face ao ms. AC

À vista das particularidades do ms. AC, percebe-se que o Epílogo seiscentista (Ep) foi feito a partir de um outro exemplar que não AC. Basta para o demonstrar a inexistência, em Ep, daquela lacuna: tanto o final do capítulo 102, como os capítulos 103 e 104 estão aí resumidos (fólio 34), sem nada que indique ter havido recurso a mais que um exemplar. Mais: atendendo ao facto de, como vimos, essa lacuna do ms. AC resultar, provavelmente, de perda material no seu antígrafo, e sendo o Epílogo materialmente posterior ao ms. AC, podemos também concluir não só que o Epílogo não foi feito com base no ms. AC, mas também que não foi feito com base no antígrafo de AC (que teria já perdido folhas quando foi feito o Epílogo). Temos de supor, pois, a existência de pelo menos mais um exemplar da *Crónica da linhagem dos Castelo Branco* hoje perdido ou não localizado, a juntar aos dois que havíamos postulado a partir da análise intrínseca do ms. AC. Recorde-se, além disso, que segundo o título do Epílogo, o manuscrito por ele resumido pertencia a D. Duarte de Castelo Branco, ao passo que o ms. AC ostenta anotações marginais do seu primo, D. Manuel de Castelo Branco, o que denota que o exemplar a partir do qual se fez o Epílogo e o ms. AC terão pertencido a ramos diferentes da família. É possível, não obstante, que o ms. AC e o Epílogo tenham um antecedente comum não identificável com o arquétipo da tradição. Esta suposição resulta do seguinte. Na tabela de capítulos presente no ms. AC aparece a epígrafe do 64: “Das virtudes e partes do conde dom Martinho em soma, e de alguns ditos seus e da ordem que se tera na relação de suas cousas”. Apesar disso, no texto, não aparece essa epígrafe, nem se assinala o início desse capítulo³¹ e isso mesmo acontecia, certamente, no exemplar a partir do qual se fez o Epílogo, já que neste os capítulos 64 e 65 são resumidos num único, sem epígrafe, antecedido da seguinte indicação: “Cap. 64 e 65” (fl. 22v). No estado atual de conhecimentos, apenas se poderá afirmar que o manuscrito com base no qual se fez o Epílogo, e que

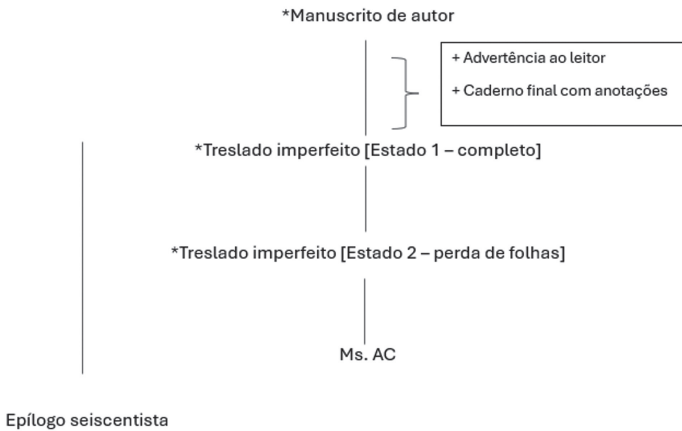
31 A epígrafe do capítulo 64 parece ter sido substituída, no ms. AC, pelo seguinte título: “Seguense as cousas do conde de Villa Nova dom Martinho de Castelbranco, que foi do conselho do estado, vedor da fazenda d’el-rei dom Afonso e d’el-rei dom João o segundo e d’el-rei dom Manoel e seu testamenteiro e guovernador de Lixboa e casa do çivel, camareiro moor d’el-rei dom João o terceiro, superior das apousentadorias, senhor da honrra do Sobrado, capitão geral da armada en que levou a infante dona Brites a Saboia” (fl. 130v).



pertencia ao Conde do Sabugal, representaria um estado textual similar ao do “treslado imperfeito”, sem que possamos dizer se era ou não identificável com este.

O Epílogo seiscentista, se não pode ser colocado ao mesmo nível do ms. AC, permite-nos, no entanto, ter uma ideia do conteúdo da *Crónica* para o qual não conhecemos testemunhos diretos. Por isso, embora não usemos o Epílogo na fixação do texto, editamos em anexo os resumos dos capítulos não presentes no ms. AC.

Tendo em conta as hipóteses aqui explanadas, a transmissão conhecida da *Crónica da linhagem dos Castelo Branco* pode visualizar-se no seguinte esquema, do qual excluímos a cópia avulsa presente na coletânea setecentista de vidas de bispos, por não ser possível situá-la, com os dados disponíveis:



3. História do ms. AC e receção da *Crónica*

Aceitando o argumento da similitude da letra, reforçado pela explicação contextual para a ausência dos capítulos 103 e 104 (ou mesmo apenas com a primeira prova, mais segura), o ms. AC teria estado na posse de D. Manuel de Castelo Branco, existindo outra cópia na livraria do primo,



D. Duarte. A pesquisa sobre ambas as livrarias foi, infelizmente, infrutífera. Não seria possível aqui detalhar os seus meandros, mas foram consultados os acervos das duas grandes Casas em que vieram a entrar os arquivos Vila Nova de Portimão e Sabugal, seguindo o curso da transmissão dos senhorios e títulos acumulados, através de descendências e casamentos – a Casa de Abrantes (condes de Vila Nova de Portimão, de Sortelha e de Figueiró, e Marquesses de Abrantes) e a Casa de Santa Iria (condes de Óbidos, Palma e Sabugal), tanto no Arquivo Nacional na Torre do Tombo, como em outros arquivos e coleções privadas pelas quais se dispersaram. O único inventário conhecido do arquivo dos condes de Vila Nova de Portimão, datado de inícios do século XVII, e que é seguido por uma lista significativa de livros, está editado e estudado, tendo sido utilizado com o maior proveito neste livro, mas não nos forneceu qualquer pista sobre exemplares da crónica³². Em relação ao arquivo dos Condes de Sabugal, pela mesma época, conhece-se também um único inventário, estudado neste livro por Margarida Leme, mas incide quase exclusivamente sobre documentação de posse de bens e de administração da casa³³.

A mais antiga referência que lográmos localizar à leitura da *Crónica* dista c. de cem anos da época em que a obra foi escrita, e encontra-se no título genealógico que nos permitiu identificar o Autor. Caso a atribuição que fizemos a António Vaz Castelo Branco esteja correta, será de finais do século XVII/ inícios do século XVIII (aquele autor faleceu em 1723). Embora não seja possível afirmar com certeza se foi o ms. AC o documento usado, poderá ter sido o caso³⁴.

Assinale-se de seguida a consulta da *Crónica* para cópia parcial do capítulo sobre D. Afonso de Castelo Branco, no já mencionado códice “Biografias de eclesiásticos ilustres”, atribuível a décadas posteriores do século XVIII (sem que seja possível data mais aproximada)³⁵. Sobre se foi o ms. AC o utilizado, paira a mesma dúvida que no caso anterior.

32 Na tese de DUARTE, Fábio – *Herdar, legar*.

33 Cfr. capítulo de Margarida Leme.

34 Cfr. capítulo de Maria de Lurdes Rosa (et al.), p. 42.

35 Ver supra, pp. 253–254. Tomás Caetano de Bem faleceu em 1797, António Caetano de Sousa em 1759, Luís Caetano de Lima em 1757.



Pelos anos de 1867 principia um novo percurso da obra, próprio dos tempos que assistiram à desagregação e dispersão dos arquivos e bibliotecas de Antigo Regime, em especial de casas titulares: o circuito dos livreiros e dos bibliófilos. O início dá-se, num autor e numa obra que, dir-se-ia, eram quase inevitáveis: Inocêncio Francisco da Silva e o seu *Dicionário Bibliográfico Português*. Numa das entradas relativas ao bispo D. Afonso de Castelo Branco, o grande bibliógrafo deixa uma preciosa informação. A propósito da naturalidade do bispo, corrige uma sua primeira afirmação, baseada em Barbosa Machado, que indica ser aquela a cidade de Lisboa, e informa ser Santiago do Cacém,

“por achal-o assim confirmado em uma importante e mais que rara *Historia da casa dos condes de Castello-Branco e Sabugal*, que possui manuscrita e autographa em um grosso volume de folio; escripta por auctor que até agora desconheço, e concluída a 6 de Abril de 1588. Ahi nos capítulos 105 e 106 se tracta largamente da vida e acções do referido prelado (que então ainda vivia) e se lhe assigna por pátria S. Tiago do Cacem, onde sua tia D. Brites Valente era casada com Affonso Peres Pantoja, senhor e comendador da mesma villa”³⁶.

Terão sido os dados biográficos sobre D. Afonso de Castelo Branco, que elenca como autor que elencou no seu *Dicionário*, que levaram o grande bibliófilo a copiar dois capítulos da *Crónica*, em manuscrito autógrafo que se encontra no seu espólio, na Biblioteca Nacional. São precisamente os relativos ao bispo de Coimbra e a seu pai, D. António de Castelo Branco³⁷. O texto do documento é o mesmo que o da *Crónica*; uma única diferença significativa é claramente repetição de linhas por salto a partir de uma palavra idêntica³⁸. Esta comparação permite relativizar a diferença no número de páginas que é indicado para o manuscrito no leilão da biblioteca de Inocêncio, de resto em notícia mínima:

“69 – Livro dos Casteis-Brancos, fol. 600 pag.”³⁹.

36 SILVA, Inocêncio Francisco da – *Dicionário bibliográfico português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923 (“Suplemento”, vol. VIII, pp. 10-11). Itálicos do Autor.

37 BNP – Reservados, Espólio de Inocêncio Francisco da Silva, doc. N30/272.

38 Na cópia do Cap. 105, fl. 222v, está repetida a linha “D. João. Das rendas dellas (...) não cessando” (seguimos aqui a pontuação da *Crónica*).

39 *Catalogo da copiosa bibliotheca do fallecido Innocencio Francisco da Silva*. Lisboa: Typ. Universal, 1877. Terceira Parte, p. 7.



O ms. AC tem atualmente 522 páginas, e pode colocar-se a hipótese que Inocêncio tenha possuído outro manuscrito da obra. Desde logo, no entanto, o *Catálogo* poderia ter arredondado o número de páginas; e se a igualdade da cópia do espólio com o ms. AC não prova conclusivamente que Inocêncio tenha tido este – pois os capítulos copiados poderiam ser idênticos no(s) outro(s) manuscrito(s), pelo menos não prova que não fosse o ms. AC o referido no *Dicionário Bibliográfico Português* e que surja no catálogo do leilão.

Vendida portanto no leilão da biblioteca de Inocêncio, a obra poderá sido comprada pelo arquiteto bibliófilo José Maria Nepomuceno (1836–1895), que efetivamente possuiu um exemplar. A crer pela cópia de um pequeno extrato existente na Biblioteca Pública de Évora, deixava-a consultar a amigos. Em meados do século XIX, uma secção do ms. AC foi copiada autonomamente, talvez por iniciativa de D. José Bernardo de Barahona Fragoso Cordovil da Gama Lobo (1841–1925), visconde da Esperança e proprietário da quinta da Manizola (Évora), a cujo fundo pertencia esta cópia parcial, presentemente à guarda da Biblioteca Pública de Évora com a cota Cod. 431 núm 2. Trata-se de uma transcrição dos capítulos LXXV a LXXVII da *Crónica*, que se ocupam do matrimónio e viagem da infanta D. Beatriz para Saboia, cuja comitiva foi liderada por D. Martinho de Castelo Branco. Este excerto, que tem neste testemunho um título extenso («Hida da Infanta D. Biatriz para Saboya: copia do Capitulo 75 d’um preciozo Nobiliario da familia Castello-branco que existe na livraria do architecto Joze Maria Nepomuceno. Ms. precioso e autographo escripto no tempo do Cardeal Alberto, e datado no fim a data de 6 de Abril de 1588»), foi já estudado e editado⁴⁰.

Reaparece no leilão da coleção Nepumoceno, em 1897, sendo vendida a Francisco Arthur da Silva, editor e livreiro⁴¹. O catálogo não fornece, lamentavelmente, qualquer indicação sobre a proveniência. Um escasso ano depois do leilão, em 1898, Francisco Arthur da Silva irá colocá-la de

40 MOREIRA, R. – O casamento da Infanta D. Beatriz em Sabóia (1521) e a mais antiga alusão a Gil Vicente. *Anais de História de Além-Mar*. XXI (2020), p. 349–382.

41 SILVA, Francisco Arthur da, ed. – *Catalogo da livraria do distincto bibliografico e bibliophilo José Maria Nepomuceno (...)*. Lisboa: Empreza Editora de Francisco Arthur da Silva, 1897 (lote 2187).



novo em praça, com o valor, a crer na indicação lateral, de 6.500 reis; não terá sido arrematado, pois o Apêndice mostra que ficou para o próprio⁴².

Entre aquela última data e o reaparecimento da *Crónica* em leilão, de 2016, na casa leiloeira Cabral de Moncada⁴³, há um hiato quase total. Temos, no entanto, a algo enigmática informação que foi vista por Raoul de Scorraile, um erudito jesuíta, que levou a cabo várias missões em arquivos e bibliotecas portuguesas, a propósito da monumental biografia que dedicou a Francisco Suárez. Scorraile refere-a com uma certa curiosidade e condescendência, mas, lamentavelmente, sem referir onde a viu:

“Le premier volume venait, en effet, de paraître vers le milieu de l'année 1608 et le second parut l'année suivante, dédiés, selon la manière de l'époque, l'un à Alphonse de Castellobranco, évêque de Coïmbre, le suivant à Martin Alphonse de Mello, évêque de Lamego (2). Ces deux prélats étaient des amis de Suarez, surtout Castellobranco. Nous avons déjà vu Mello lui conférer les insignes du doctorat à l'université d'Evora. Castellobranco fut trop longtemps et de trop près son protecteur pour ne pas lui consacrer au moins quelques lignes. Étudiant au collège des arts de Goïmbre, lorsque Jean III venait de le confier aux Pères de la Compagnie, il s'y était distingué dans les études classiques, notamment dans la poésie, puis dans les cours de philosophie, où il eut pour maître le Père Pierre de Fonseca. Il devint très érudit dans les sciences sacrées, érudition dont il semble toutefois avoir fait un usage plus conforme aux goûts de ce temps, qu'au bon goût de tous les temps. Ainsi un biographe contemporain constate, avec une naïve admiration, que, dans un sermon de huit folios, qu'il prononça à l'occasion d'un auto-da-fé à Coïmbre, le 3 juillet 1588, on trouve plus de cent vingt citations de l'Écriture, des Saints Pères et des Docteurs”⁴⁴.

As pesquisas realizadas nos catálogos de várias bibliotecas portuguesas referidas por Scorraile (Porto, Lisboa, Coimbra, Évora) foram infrutífe-

42 SILVA, Francisco Arthur da Silva, ed. – *Catalogo de uma boa coleção de livros raros, curiosos e manuscritos de varias procedências*. Lisboa: Empreza Editora de Francisco Arthur da Silva, 1898 (lote 1124)

43 Cabral de Moncada Leilões. Leilão 184. *Antiguidades e Obras de Arte*. 12 3 13 de Dezembro de 2016. Lisboa, Scribe, 2016, p. 115.

44 SCORRAILLE, Raoul de – *François Suarez, de la Compagnie de Jésus d'après ses lettres, ses autres écrits inédits et un grand nombre de documents nouveaux*. Paris, 1913. vol. 2, pp. 132-133 (itálicos nossos).



ras, assim como a pista aberta pelo conhecimento do seu principal colaborador entre nós, o professor António de Vasconcelos, a quem expressamente agradece o apoio nas pesquisas⁴⁵. Seria de resto impossível que um historiador do calibre daquele, com foco especial na história da universidade de Coimbra e da igreja, negligenciasse o estudo de uma obra como a *Crónica*.

Enfim, retomando o fio do percurso leiloeiro, constata-se que em 2016 não terá sido vendida, ou mudou de mãos, dado que volta à praça em Setembro de 2021, desta feita nos leiloeiros Palácio do Correio Velho, inserido na “Coleção Dom Domingos Sousa e Holstein (Monfalim)”, mas não foi possível apurar nada de concreto sobre o assunto⁴⁶. Encontra-se desde então nas mãos do proprietário referido no início deste texto.

45 SCORRAILLE, Raoul de – *François Suarez*, vol. 1, pp. XVI–XVII.

46 Palácio do Correio Velho, *Leilão online 1506 (20 Setembro de 2021)*. Catálogo online – lote 102. https://www.pcv.pt/auction-lot/manus-linhagem-da-familia-castelo-branco-1-vol_D084B96890



Critérios de edição

Tratando-se de dar a público pela primeira vez este texto e dele se conhecendo um único testemunho direto, optou-se por uma edição de características conservadoras, com escassa intervenção editorial, a qual se limita a facilitar a leitura e a detetar ou corrigir possíveis erros, de cópia ou vindos já do autor. Tendo em conta este princípio geral, as intervenções editoriais são limitadas aos seguintes aspetos:

- Introdução de pontuação de acordo com as conceções atuais, de tipo sintático e não retórico-prosódico (como seria a da época). Mantém-se, porém, a divisão do texto em parágrafos, a qual denota, geralmente, uma lógica discursiva coerente.
- Deslocação do til ou sinal de abreviatura indicando a nasalidade para a vogal correspondente. Ex: huã « hũa.
- Introdução de apóstrofo para assinalar elisões. Ex: darmaria « d'armaria.
- Regularização de <i> e <j> (com as respetivas variantes alográficas) e de <u> e <v> segundo o valor consonântico ou vocálico que possuam.
- Regularização de <R> intervocálico, passando a <rr>.
- Introdução de maiúsculas em nomes próprios, topónimos, títulos de obras e início de frase.



- Os títulos de obras que claramente o sejam são, adicionalmente, grafados em itálico. Ex.: *Chronica d'el rei dom João*; mas: escreveo a chronica do dito rei.
- O itálico será também usado para segmentos de extensão variável em outra língua que não o português.
- Introdução de aspas para sinalizar citações.
- Separação e união de palavras segundo a norma atual.
- Introdução de hífen para separar as enclíticas.
- Regularização de <c> em <ç> e de <ç> em <c> quando o valor fonético o indique. Ex: começando « começando; Curita « Çurita; mas: chefe « chefe; açhou « achou. Mantém-se, contudo, o dígrafo <ch> com o valor de /k/. Ex: Chevedo.
- Eliminação do til ou sinal de abreviatura em casos em que este não tenha implicações fonéticas. Ex: Dêos; homem.
- Introudção de <u> após <g> como representação de /g/. Ex: Migel « Miguel.
- Snalização de lacunas textuais, de extensão variável, com recurso a reticências entre parêntesis retos: [...]
- Detecção e/ou correção de erros: tratando-se da edição de um testemunho único, os erros deste serão, por norma, mantidos, assinalando-se em nota a sua existência e hipótese de correção. Excetuam-se os seguintes casos:
 - 1) Falta ou troca de letras: serão acrescentadas ou substituídas entre parêntesis retos, indicando-se em rodapé a lição do testemunho no caso das substituições.



2) Duplicação errónea de letras: será corrigida, indicando-se em rodapé a leitura do testemunho.

– Desenvolvimento das abreviaturas, sem que tal seja indicado. A palavra “nhũa” é desenvolvida como “nenhuma” (forma plena que aparece algumas vezes no testemunho), embora estejamos cientes das dúvidas que persistem quanto ao seu valor fonético.

– A acentuação é reservada a casos em que a sua ausência possa gerar dúvidas ou confusões.

O aparato é constituído por uma única zona, na qual se registarão os erros detetados e/ou corrigidos, bem como particularidades do testemunho (anotações marginais e rasuras, nomeadamente). Ocasionalmente, e quando tal seja considerado imprescindível para a correta compreensão do texto, inserem-se notas explicativas, de extensão variável, sobre determinada palavra ou segmento.

Em anexo, editam-se os capítulos em falta no manuscrito AC, mas presentes no Epílogo seiscentista da Sociedade Martins Sarmiento, adotando-se os mesmos critérios.





Crónica da Linhagem dos Castelo Branco

Garcia Velez de Castelo Branco

[Fl. 3]

Tavoadas das linhagens com que os da familia de Castelbranco estão liados que se neste livro apontão.

¶ Ataides	Cabrais	Farias	¶ Paçanhas
Azevedos	Cascos	¶ Guerras	Pereiras
Alemcastros	Cunhas	Gamas	Pantojas
Albuquerque	Calvos genovezes	¶ Herreras de Castella	Porto Carreiros
Anrriques	Coutinhos	Henrriques	de Castella
Abranches	Camaras	¶ Limas	¶ Soares
Abreus	Correas	¶ Meneses	Silvas
Aguiares	Castros	Mendoças	Sousas
Almadas	Carvalhos	Mellos	Saas
Alcaçovas	Costas	Mouras	Silveiras,
Aragão	Corte Reais	Monizes	¶ Tavoras,
Almeida	¶ D'Eças	Manoeis	[Fl. 4]
¶ Barretos	¶ Eças	Milão	Telles,
Botelhos	[Fl. 3v]	Mascarenhas	Tibaos,
Britos	Enrriques	¶ Noronhas	¶ Vallentes
Brandões	¶ Furtados	Nogueiras	Vasconsellos
¶ Cerveiras	Figueiras	¶ Oliveiras	Vilhenas



[Fl. 4v em branco]

[Fl. 5]

Tavoada dos capitulos deste livro¹.

Capitulo 1º. Das calidades e antiguidade da fidalguia da linhagem dos Castelbranco e da origem deste apelido. Fl.

Capitulo 2º. Das armas dos Castelbranco e sua explicação conforme a regras d'armaria. Fl.

Capitulo 3º. De Rui Gonçalvez de Castelbranco que foi na batalha do Salado. Fl.

Capitulo 4º. De Lopo Rodriguez de Castelbranco que servio a el-rei dom Pedro o 4º d' Aragão e d'outros fidalguos deste appellido naquele reino. Fl.

Capitulo 5º. Do primeiro Rui Vasques de Castelbranco, comendador moor d'Alcantara em tempo d'el-rei dom Fernão do de Portugal. Fl.

Capitulo 6º. Do 2º Rui Vaz de Castelbranco, alcaide mor d'Almeida em tempo d'el-rei dom João o 1º, e da batalha d'Aljubarrota e tomada d'Almeida e que filhos teve. Fl.

Capitulo 7º. Do terceiro Rui Vaz de Castelbranco, que em tempo d'el-rei dom João o 1º foi possoidor do morguado na vila de Castelbranco. Fl.

Capitulo 8º. De Lopo Vasques, comendador de São Viçente da Beira, senhor da renda dos judeus da vila de Castelbranco. Fl.

Capitulo 9º. De Alvaro Vasques de Castelbranco, vasalo d'el-rei dom Pedro e alcaide moor de Covilhã, etc., cuja fidalguia se prova de quatrocentos anos a esta parte. Fl.

Capitulo 10º. De Vasco Pirez de Castelbranco, alcaide mor de Covilhã e de Monsanto, vasalo d'el-rei dom Pedro. Fl.

Capitulo 11. De Martim Vaz de Castelbranco, senhor das rendas dos judeus da vila de Penamacor, alcaide moor de Covilhã e Mou[r]ja², etc., vasalo d'el-rei dom João o 1º. Fl.

¹ Algumas epígrafes foram abreviadas em relação aos títulos dos capítulos, no texto.

² No ms.: Mouta.



Capítulo 12. De Guonçallo Vaz de Castelbranco, senhor da honrra do Sobrado, alcaide moor da vila de Castelbranco segundo alguns, e segundo outros de Moura, e de sua molher e filhos. Fl.

Capítulo 13. De Nuno Vaz de Castelbranco, veedor da fazenda e do conselho d'el-rei, e de seus seis irmãos que forão na tomada de Çeita [fl. 5v] e de como a dita empresa se ordenou e acabou. Fl.

Capítulo 14. De como Nuno Vaz de Castelbranco foi armado cavalleiro pelo inffante dom Duarte en Çeita e do grande assentamento e moradia que tinha, e da instituição que fez do morgado de Castelbranco no termo de Lixboa e de sua molher e filhos. Fl.

Capítulo 15. De Lopo Vaz de Castelbranco, monteiro moor d'el-rei dom João e d'el-rei dom Duarte, alcaide moor de Moura e de seus serviços en Çeita. Fl.

Capítulo 16. Dos offiços, molher e filhos de Lopo Vaz de Castelbranco, alcaide. Fl.

Capítulo 17. De Nuno Vaz de Castelbranco, almirãote de Portugal, alcaide moor de Moura e de Obidos, senhor do Bombarral, monteiro moor d'el-rei dom Afonso o 5º, e de sua molher e filhos. Fl.

Capítulo 18. De Lopo Vaz de Castelbranco, o Torrão, primeiro filho do almirãote, e das cousas que erradamente algũs autores delle escrevem. Fl.

Capítulo 19. De como soçedeo o caso de Lopo Vaz de Castelbranco em Moura, sem nunca entregar a villa aos castelhanos nen tomar voz por Castella. Fl.

Capítulo 20. En que se prosegue a historia do dito Lopo Vaz de Castelbranco em Moura e se mostra que não cometeo verdadeiro e formal crime de leza majestade. Fl.

Capítulo 21. Da morte de Lopo Vaz de Castelbranco, e de como o príncipe dom João se ouve no modo de a ordenar. Fl

Capítulo 22. De Nuno Vaz de Castelbranco, filho primeiro de Lopo Vaz, o Torrão, e de sua molher e filhos. Fl

Capítulo 23. De Lopo Vaz de Castelbranco, o de Évora, e de sua molher, filha e genro, e de quem pode oje pretender ser chefe desta linhagem. Fl.

Capítulo 24. De Diogo de Mello de Castelbranco, filho segundo de [fl. 6] Lopo Vaz de Castelbranco, o Torrão, e de sua molher, filho e neto, Lopo Vaz de Mello de Castelbranco e Françisco de Mello de Castelbranco, e de suas filhas e netos que dellas desçenderão. Fl.



Capítulo 25. De dom João de Castelbranco, d'alcunha “braço de ferro”. E da jornada e tomada d'Azamor, en que se elle achou. Fl.

Capítulo 26. Do que resultou ao bem deste reino da jornada do duque de Bragança a Azamor. Trata-se aqui mais do despejo que el-rei dom João o terceiro fez da dita çidade e algũs outros lugares d'Africa. Fl.

Capítulo 27. Das mais cousas e soçessos do dito dom João, alcaide moor e comendador da villa de Castelbranco, e de sua molher e filha dona Maria, donde procedem os Cabrais de Belmonte. Fl.

Capítulo 28. De dom Pedro de Castelbranco, filho 2º do almirãote, e de Nuno Vaz Pereira de Castelbranco, seu sobrinho. Fl.

Capítulo 29. De como e con quem casou o dito dom Pedro de Castelbranco, senhor do morguado de Castelbranco, 2º filho do almirãote Nuno Vaz, e dos filhos e filhas que teve. Fl.

Capítulo 30. Do 2º dom Pedro de Castelbranco, do conselho d'el-rei, etc. e de seus serviços na guerra d'Africa. Fl.

Capítulo 31. Dos serviços do dito dom Pedro, feitos nas partes da India ate morte do guovernador dom Anrrique de Meneses, a quem tinha desafiado. Fl.

Capítulo 32. Dos serviços de dom Pedro de Castelbranco na India, em tempo do guovernador Nuno da Cunha. Fl.

Capítulo 33. Dos serviços do dito dom Pedro na India, em tempo do viso rei dom Guarçia de Noronha e do guovernador dom Estevão da Guama, e de quando foi capitão d'Ormuz e do mais atee sua morte. Fl.

Capítulo 34. Da molher e filhos e filhas do dito dom Pedro de Castelbranco. Fl.

Capítulo 35. De dom Nuno de Castelbranco, filho de dom Pedro de Castelbranco, e de seus serviços na India. Fl.

Capítulo 36. De dom Antonio de Castelbranco, senhor da villa de Pombeiro [fl. 6v] e morguado de Castelbranco, e de seus serviços, molheres e filhos. Fl.

Capítulo 37. De dom Pedro de Castelbranco, filho primeiro de dom Antonio de Castelbranco, senhor da villa de Pombeiro e moorguado de Castelbranco. Fl.

Capítulo 38. De dom Guonçallo Vaz de Castelbranco, primeiro senhor que foi de Villa Nova de Portimão, filho 2º de Lopo Vaz de Castelbranco, monteiro moor, e de seus serviços príncipaes nas guerras d'Africa. Fl.



Capítulo 39. Dos serviços de Guonçallo Vaz de Castelbranco na guerra de Castella, no qual se mostra que el-rei dom Afonso não foi tão mal aconselhado. Fl.

Capítulo 40. Da ida que el-rei dom Afonso o 5º fez com o príncipe dom João sobre Çamora, nos quais feitos foi Guonçalo Vaz de Castelbranco com sua gente muita e boa. Fl.

Capítulo 41. De como se ordenou a batalha real de Touro. E como Guonçalo Vaz de Castelbranco ficou nas batalhas do príncipe de Portugal, que forão vencedoras. Fl.

Capítulo 42. Da batalha real de Touro e do que nella soçedeo, e como o príncipe dom João de Portugal, con quem se achou Guoncallo Vaz de Castelbranco, ficou no campo vencedor. Fl.

Capítulo 43. En que se prova que por ficar o príncipe vencedor no campo se não pode el-rei seu senhor e pai chamar vencido, e se trata daquelle grande e notavel feito de Guonçalo Vaz de Castelbranco, que por sua pessoa, e com 120 de cavallo seus, foi o primeiro que rompeo, en que se tãobem achou Martim Vaz de Castelbranco, seu filho. Fl.

Capítulo 44. Da ordem que se ha de levar nas cousas de Guonçallo Vaz de Castelbranco e nas do conde seu filho que se relatão neste sumario. Fl.

Capítulo 45. De quando Guonçallo Vaz de Castelbranco foi feito do conselho e de como se ouve sempre en o aconselhar. Com o treslado de hũa carta d'el-rei por sua mão pera elle, de França, e dos respeitos por que nos mesmos tempos³. Fl.

Capítulo 46. De como e quando Guonçallo Vaz de Castelbranco foi Monteiro moor e almotaçe moor. Fl.

[Fl.7]

Capítulo 47. De quando e como Guonçallo Vaz de Castelbranco foi feito escrivão da puridade e veedor moor das obras e residuos do reino e depois veedor da fazenda. Fl.

Capítulo 48. De como e por que respeitos Guonçallo Vaz de Castelbranco foi feito regedor da justiça da casa do çível e foi o primeiro que se depois chamou governador della, e os poderes que teve. Fl.

Capítulo 49. De como Guonçallo Vaz de Castelbranco foi testamenteiro d'el-rei dom Afonso o 5º. Fl.

³ Falta texto, por abreviatura da epígrafe.



Capítulo 50. Da merçe da honrra do Sobrado e quintã de Santa Comba, que el-rei dom Afonso deu de juro a Guonçallo Vaz de Castelbranco. Fl.

Capítulo 51. Dos direitos de Santarem, que forão dados a Guonçallo Vaz de Castelbranco. Fl.

Capítulo 52. Das doações que el-rei dom Afonso o 5º e o príncipe dom João seu filho fizeram a Guonçallo Vaz de Castelbranco dos direitos novos e velhos da judaria de Coimbra. Fl.

Capítulo 53. Da doação que el-rei dom Afonso o 5º fez a Gonçalo Vaz de Castelbranco da villa de Vila Nova de Portimão. Fl.

Capítulo 54. Das doações, privilegios e merçes que el-rei dom Afonso concedeo a Guonçallo Vaz de Castelbranco acerca de Vila Nova. Fl.

Capítulo 55. De como Gonçalo Vaz de Castelbranco foi feito de dom e lhe foi dado assentamento de conde e bandeira quadrada. Fl.

Capítulo 56. De quando e como casou dom Guonçallo de Castelbranco com dona Britiz Valente, sua molher, e da linhagem della e da instituição e qualidade do morguado da Povia. Fl.

Capítulo 57. Dos filhos e filhas que teve dom Guonçallo de Castelbranco e dos descendentes das ditas filhas. Fl.

Capítulo 58. De dom Lopo de Castelbranco, filho 4º do guovernador dom Gonçalo de Castelbranco, e das capellas que desta linhagem ha na igreja de São Martinho de Lixboa e letreiro do dito dom Gonçalo. Fl.

Capítulo 59. De dom João de Castelbranco, embaixador que foi em Roma eleito bispo de Lamego, e das cartas que sobre elle escreveo o cardeal João de Mediçis e depois de ser papa Leão [fl. 7v] deçimo. Fl.

Capítulo 60. De dom Pedro de Castelbranco, 2º filho do guovernador dom Guonçallo, e de sua molher e filhos. Fl.

Capítulo 61. De dom Simão de Castelbranco e de sua molher e filhos, e especialmente de don Antonio de Castelbranco, seu filho ilegitimo, que servio de capitão de Ormuz, e das filhas todas e de tres filhos que fallegerão moços. Fl.

Capítulo 62. De dom Jeronimo de Castelbranco e de dom Antonio de Castelbranco, seu irmão, e de seus descendentes. Fl.

Capítulo 63. De dom João de Castelbranco, filho 4º, e de dom Jorge, seu irmão, filho 6º de dom Simão de Castelbranco, e da molher e filhos do dito dom João. Fl.



Capitulo 64. Das virtudes e partes do conde dom Martinho em soma, e de alguns ditos seus e da ordem que se tera na rellação de suas cousas. Fl.

Capitulo 65. Do nascimento, criação, feições corporaes e cortezania do conde de Villa Nova, dom Martinho de Castelbranco. Fl.

Capitulo 66. Dos serviços na guerra de Castella de dom Martinho de Castelbranco; de sua ida a França com el-rei dom Afonso o quinto. Fl.

Capitulo 67. Da jornada da Graçiosa e cerco da dita villa, em que se achou dom Martinho de Castelbranco. Fl.

Capitulo 68. Das jornadas de Castella e Aragão e entradas das rainhas e princesas, e mortes dos reis em que se achou o conde dom Martinho de Castelbranco. Fl.

Capitulo 69. De quando o conde dom Martinho foi feito veedor da fazenda e a quantos reis servio no dito cargo e de como se nelle ouve. Fl.

Capitulo 70. De quando e como o conde de Villa Nova foi feito guovernador da justiça. Fl.

Capitulo 71. Como o conde de Villa Nova foi do conselho dos reis a que servio, e a grande prudência⁴. Fl.

Capitulo 72. De como o conde de Villa Nova foi enviado ao Al[fl. 8]garve com poderes pera mandar socorro ao cerco d'Arzilla e de como se ouve sempre em todas as materias de guerra. Fl.

Capitulo 73. De como o conde dom Martinho de Castelbranco foi superior das aposentadorias, e a origem calidade e poderes deste cargo: Fl.

Capitulo 74. Como o conde dom Martinho foi camareiro moor do príncipe e rei dom João o terceiro. Fl.

Capitulo 75. Como o conde de Villa Nova levou a iffanta dona Britez a Saboia, com os mais particulares que na jornada ouve. Fl.

Capitulo 76. Dos poderes e alçada suprema que o conde de Villa Nova levou pera Saboia e comissões sobre graves negoçios. Fl.

Capitulo 77. Em que se contem o treslado de parte de hũa carta do conde de Villa Nova, das festas que em Saboia se fizerão. Fl.

Capitulo 78. Como o conde de Villa Nova dom Martinho de Castelbranco foi testamenteiro d'el-rei dom Manoel e eleito em seu testamento por hũ dos quatro primeiros pera a governação do reino, e das mui honrrosas clausulas. Fl.

⁴ Falta texto, por abreviatura da epígrafe.



Capítulo 79. De quando foi dado assentamento de conde e bandeira quadrada a dom Martinho de Castelbranco. Fl.

Capítulo 80. Da doação e merçe que foi feita ao conde de Villa Nova dom Martinho de Castelbranco do dito titullo. Fl.

Capítulo 81. Das tenças que o conde teve e de outras merçes que lhe forão feitas. Fl.

Capítulo 82. De como o conde dom Martinho foi senhor de toda a jurisdição, foros, direitos reais de Villa Nova e da honrra do Sobrado, e dos serviços reais da judaria de Coimbra e de outras abaixo declaradas. Fl.

Capítulo 83. Dalgũas merçes que o conde ouve pera seus filhos e de duas historias que se delle com el-rei dom João o 2º contão en sua chronica. Fl.

Capítulo 84. Da valia que o conde dom Martinho teve com os quatro reis a quem servio e de hũa carta que o emperador Carlos 5º lhe escreveo, e de outra que elle escreveo a el-rei dom João o 3º. Fl.

Capítulo 85. Da morte do conde de Villa Nova e de seu testamento e [Fl. 8v] sepultura. Fl.

Capítulo 86. Da molher, filhos e filhas do conde de Villa Nova. Fl.

Capítulo 87. De dona Britez Vallente, filha primeira do conde de Villa Nova, molher de Alonso Peres Pantoja, e de seus descendentes. Fl.

Capítulo 88. De dona Camilia de Noronha, molher de João Rodriguez de Sá, e de seus descendentes. Fl.

Capítulo 89. De dona Lianor de Noronha, molher que foi de Rui de Sousa, e de seus descendentes. Fl.

Capítulo 90. De dona Guimar de Noronha, molher de dom Rodrigo d'Eça, alcaide moor de Moura, instituidora do morguado de Montalvo, e de seus filhos. Fl.

Capítulo 91. De dona Françisca de Noronha, molher de dom Bernardo Manoel, camareiro moor, e de seus descendentes. Fl.

Capítulo 92. De dona Maria de Noronha, molher de dom Nuno Alvarez Pereira, filho do marques de Villa Real. Fl.

Capítulo 93. De dom Guonçallo de Castelbranco, filho primeiro do conde de Villa Nova, que falleçeo esposado com hũa filha do conde de Penella. Fl.

Capítulo 94. De dom Françisco de Castelbranco, camareiro moor d'el-rei don João o terceiro. Fl.

Capítulo 95. De como dom Francisco de Castelbranco teve alvara do offiço de veedor da fazenda, e do mais atee sua morte. Fl.



- Capitulo 96. Da morte do camareiro moor dom Francisco de Castelbranco, e de seu testamento e sepultura e cousas que deixou ordenadas, e das molheres e filhos que teve, e das merções que ouve pera seu filho erdeiro. Fl.
- Capitulo 97. De dom Martinho de Castelbranco, senhor de Villa Nova. Fl.
- Capitulo 98. De dom Dioguo de Castelbranco, filho 2º do camareiro moor, e de suas partes, serviços, morte, molher e filhos. Fl.
- Capitulo 99. De dom Luis de Castelbranco e de dom Guonçalo, frade de São Francisco, com relação do famoso çerco de Chaul. Fl.
- Capitulo 100. De dom João de Castelbranco, que foi superior das apou[Fl. 9]sentadorias e do conselho do estado del-rei don Sebastião. Fl.
- Capitulo 101. Dos mais serviços, carguos, partes e virtudes, e testamento morte e sepultura do dito dom João de Castelbranco. Fl.
- Capitulo 102. Das molheres e filhos e desçendentes de dom João de Castelbranco, filho terceiro do conde de Villa Nova. Fl.
- Capitulo 103. De dom Martinho de Castelbranco e dom Francisco de Castelbranco, filhos 2º e 3º de dom João de Castelbranco. Fl.
- Capitulo 104. De dom Manoel de Castelbranco, filho erdeiro de dom João de Castelbranco, possoidor e soçessor nos morguados da Pova e no direito da casa de Villa Nova. Fl.
- Capitulo 105. De dom Antonio de Castelbranco, filho 4º do conde de Villa Nova. Fl.
- Capitulo 106. De dom Afonso de Castelbranco, bispo que foi do Algarve e ora he de Coimbra e conde d'Arganil. Fl.
- Capitulo 107. De don Afonso de Castelbranco, filho 5º do conde de Villa Nova, meirinho moor, e de seus serviços, molheres, filhos e descendentes. Fl.
- Capitulo 108. De dom Francisco de Castelbranco, filho mais moço de dom Afonso de Castelbranco, meirinho moor. Fl.
- Capitulo 109. De dom João de Castelbranco, filho 5º do meirinho moor dom Afonso, que ora he frade. Fl.
- Capitulo 110. De dom Martinho de Castelbranco, filho 4º do meirinho moor dom Afonso, que falleço solteiro sendo Capitão de Ormuz. Fl.
- Capitulo 111. De dom Gonçallo de Castelbranco, filho 3º do meirinho moor dom Afonso. Fl.
- Capitulo 112. De dom Duarte de Castelbranco, conde do Sabugal, senhor das terras, etc. e de seus serviços. Fl.



Capitulo 113. Das soçessões de morguados de bens da Coroa e patrimoniais e comendas que ate'guora tem o conde meirinho moor. Fl.

Capitulo 114. Da molher e filhos de dom Duarte de Castelbranco, meirinho [Fl. 9v] moor destes reinos, conde do Sabugal. Fl.

Capitulo 115. En que se resume como os desta familia de Castelbranco se acharão en todos os prínçipaes feitos e tiverão quasi todos os mores offiços, etc., e estão liados com quasi todas as mais illustres e prínçipaes familias. Fl.

Capitulo 116. Das capellas e jazigos que en diversas partes tem os desta famillia de Castelbranco. Fl.

Anotações e addições a diversos lugares deste livro. Começão Fl.

[fls. 10, 10v, 11, 11v, 12 e 12v, em branco]

[fl. 13]

Ao illustrisimo senhor don Duarte de Castelbranco, conde do Sabugal, senhor das villas de Santa Cruz, Lanhoso, Çimfães, Sinde e Azere, meirinho moor dos reinos de Portugal, do conselho do estado de sua magestade e seu veador da fazenda nelles:

Mui sabidos são e mui verdadeiros, illustrisimo senhor, aquelles muitos e grandes louvores que Marco Tulio, em poucas e ellegantes palavras, justissimamente deu ha historia, chamãodo-lhe luz da verdade, vida da memoria, mestra da vida, embaixador da Antiguidade. E com não menos rezão se lhe pode aplicar o que na comedia portuguesa a fama de si diz: que quasi tudo o que temos lhe devemos, pois o presente pouco he e pouco dura. O porvir a Deos pertence, todo o passado por ella se conserva. Entendendo isto os antiguos romanos, loguo no princípio de sua repubrica, que con tanta prudência fundarão, foi por elles ordenado que o seu supremo sacerdote (chamado Pontifçe Maximo) tivesse cuidado cad'ano de escrever todas as cousas que nelle acontecessem, e fazendo dellas memorial em hũa grande tavao (porque en tavoas então se escrevia) a pendurasse en sua casa em parte que qualquer do povo a podesse ler se quizesse, pera que assi a memoria publica dos bons feitos se perpetuassem e a



emulação da gloria e louvor exçitasse os que a lessem à imitação delles, que este he o fruto principal de qualquer historia (que ainda nas fabulosas se muito exprimenta): mover com exemplos; e quasi não he possivel a quem a lê resistir aos affeitos que a mesma lição, contra os maos e em favor dos bons de que trata, nos leitores imprime.

E se os estranhos e fingidos exemplos tanta força tem pera fazer fugir de vícios e seguir virtudes, quanta mais impressão farão nos animos dos descendentes os de seus antepassados, e quanto mais neçesaria e de mor efficaça seraa [fl. 13 v] nelles a rellação de seus exçellentes feitos quando tais forem, pois vemos que, assi como por singullar misterio da natureza sempre os pais procurão gerar filhos semelhantes a ssi, da mesma maneira, por secreta inclinação que comnosco nasce, tal cada filho communmente deseja ser qual seu pai sabe que foi. Particullarmente na nobreza ha isto mais luguar, porque he proprio dom seu imfundir nos descendentes, juntamente com a propagação de generoso sangue, hũa çerta grandeza d'animo e hũa particular disposição pera bem obrar, a que outros chamarão "semente de virtudes". E assi aos nobres toca tãobem mais desejar parecer-se com os seus, enverguonhar-se lendo suas proezas, degenerar delles e mover-se com mor impeto de vontade a lhe seguir as pizadas.

Consideradas estas rezões, cuido que não poderá parecer a ninguem inutil e desnecessario este trabalho que tomei, pretendendo neste livro resumir e apontar as cousas desta mui antigua fidalguia e mui illustre linhagem dos de Castelbranco (de que vossa senhoria he tão principal ramo), e ajuntar nelle como em compendio o que divididamente, por muitas chronicas, livros e documentos outros, achei posto em lembrãoça dos esforçados feitos e grandes virtudes de vossos progenitores. E tanto com mais facilidade se me deve isto permitir quanto os portugueses somos mais faltos que as outras nações de livros, de annais, de elogios, de epitaphios, de imagens, de letreiros, de pedras antiguas e de todo outro genero de memoriais per que a notiça das cousas notaveis se conserva: que atee esas rudes e incompostas chronicas do reino que atee'guora temos (exçeuando as mui modernas) são tão breves e faltas do que convinha tratar-se, que somente parecem huns simples e nuus cathalaguos ou tavadadas da conta dos tempos e da soçessão dos reis com hũa pequena lembrança das cousas e dos



lugares e mui rara menção dos nomes e linhagens dos que as fizerão. De maneira que os que as compuserão parece (como d'outros tais escritores diz Çiçero) que todo o louvor de sua historia poserão na brevidade. Pois nas familias dos fidalguos de Portugal polla maior parte ha e ouve sempre tão pouca coriosidade [fl.14] nesta materia, que ainda das cousas propias, se oje os escritores modernos querem ampliar o que dellas nas chronicas se aponta, nem na memoria dos vivos nem nos papeis dos mortos achão a ajuda que se requere de verdadeiras e copiosas imformações.

Bem vejo que se soo esta rezão da imitação de avos ouvera, pouca neçesidade tinhão os desçendentes de vossa senhoria da rellação deste livro, assi porque os grandes mereçimentos e exçellentes qualidades daquelles de que proçedem durão e durarão sempre por fama e gloria mui vivos na memoria dos homens, como porque, tendo a vossa senhoria presente e a fresca doutrina de suas obras, podem bem escusar outro livro que leão, outro espelho em que se vejao, outro exemplo que siguão. Notorio he ao mundo (e não ha olhos tão çegos de odio que o não vejao nem juizo tão envejoso que o não confesse) que as tres singullares virtudes que em os avoos de vossa senhoria sempre se acharão e pareçem propias e particullares de vosso apellido e sangue, que são verdade, lealdade, inteireza, florecem em vossa senhoria em perfeitissimo grao, acompanhadas de summa justiça, gravidade, modestia, constância. Não he isto querer encher clasulas laudatorias com ajuntar sem escolha hũas virtudes a outras, como alguns autores neste lugar de proemios fazem, mostrando-se mais eloquentes que verdadeiros louvadores. Mas são estas que nomeei tão propriamente e com tanta rezão atribuidas a vossa senhoria, que por se não conhecer en qual dellas vossa senhoria mais se exçede a ssi mesmo, mereçerão todos iguoalmente ser aqui relatadas. E assi com tão iguoal confiança fiz de cada hũa menção que me não fica poder sospeitar por qual parte entrará contra ellas a calunnia.

Porem, tres outras cousas são sobre todas em vossa senhoria admiraveis e incomparaveis: magnanimidade, prudência, zelo do bem comum. Quando leo o que o angelico Santo Thomas de Aquino, príncipe dos theologos e escholasticos despois do Filosofo, diz e declara das propiedades e sinaes do perfeito magnanimo, não me parece senão de que nomeadamente fala



e trata vossa senhoria. Quando considero o exçellente talento pera guovernar que Deos en vossa senhoria pos (dom tão raro da natureza e [fl. 14 v] tão importante à repubrica), o sobido entendimento pera alcançar perfeitamente o conhecimento das cousas, os prudentes discursos nellas, a açertar sempre os meios milhores e mais convenientes ao fim que se pretende, o expediente e resolução nos neguoçios, a brevidade nos despachos, a perpetua applicativa e cuidado nas obrigações de seus carguos, venho forçado destas partes todas que em vossa senhoria concorrem a duvidar se o grão conde de Villa Nova, vosso avo, que tão çelebrado veador da fazenda foi de tres reis, e tão louvado conselheiro de quatro (como se vera pello que se delle neste livro trata) chegou à perfeição que oje vemos em vossa senhoria, nestes offiços. Finalmente, no que toca ao zelo, quando vejo o amor da patria, o desejo do bom guoverno que em vossa senhoria arde, a vontade que tem dos bons e habiis ministros da justiça e fazenda serem acrescentados e apremiados, e os maos e inutilles castigados e excluidos, o sentimento que mostra das desordens e miserias do tempo, a lembrança e cuidado dos remedios dellas, que poderião aproveitar se fossem seguidos e, emfim, hũa afeição tão grãode e tão poderosa ao serviço de sua magestade e ao que entende que a elle cumpre, que a toda a natural das cousas propias e dos filhos, irmãos, parentes e servidores sempre ante vossa senhoria prevaleçe, não tenho mais que espantar-me de virtude tão desacostumada e parecer-me que se recolheo todo a vossa senhoria o zello portugues, que o satirico que dele compos fingio tão desagasalhado e mal recebido noutras casas de príncipes e senhores.

Assi que, senhor, pellas mui grandes obrigações que eu ao serviço de vossa senhoria tenho, posso e devo desejar a vossos filhos e desçendentes maior valia e medrança e maiores estados e titullos do que a vossa senhoria a fortuna deu, que, posto que sejam grãodes, foi a repartição mui desigual do mereçimento. Porem, mais nem maiores perfeições e virtuosos trabalhos, nem vossa senhoria a elles, nem elles a ssi mesmos os podem desejar nem pode aver outrem de quem os melhor devão tomar. E se ainda alem destas virtudes fica mais que querer, de vossa senhoria aprendão serviços na guerra, liberdade na paz, verdade na amizade, compaixão dos pobres, esmolaria com elles, amor das religiões, afeição aos virtuosos, favor às obras pias, ordem e [fl. 15] providência no regimento da familia e estado,



eleição nos servidores, aguardeçimento de serviços, moderação na ira, majestade nas palavras, honestidade nellas nos trajos e costumes, e, o que a tudo preponderar, muita christandade e frequentação dos sacramentos.

Tantas exçelências não cabem em pouco papel nem em rudes palavras: conheço e acuso minha temeridade en tentar tal materia. Pello que, tornando a meu intento, quãoto mais move o ver que o ouvir e a experiência que a lição, tanto de mor fruto virá a ser pera os desçendentes de vossa senhoria o exemplo de seus feitos que os mais que deste livro podem tirar. Porem, como ainda agora a pouca idade delles não he capaz da madureza de juizo que no ponderar das obras se requiere e, pello contraio, pella lição da escritura (em que o bom vai apontado e o mal reprovado) continuada nos temrros anos da moçidade façilmente se aprende e pera sempre se imprime nos animos e memorias e inclinações pueriis, espero que esta pequena ajuda ao seu bom sogeito e natural possão elles colher deste meu trabalho.

Ouve tãobem outro prinçipal intento na composição deste livro, que he saberem distintamente os fidalguos todos desta linhagem os parentescos que entre si tem, e com os mais doutras famillias e apellidos con que estão liados. Porque como estas conjunções de parentescos são nas gerações illustres de Portugal tantas e por tantas vias misturadas, e por tantos ramos repartidas, sem as conservar na escritura poderão mal reter-se na memoria, e do esqueçimento dellas podem e costumão recreçer graves inconvenientes, porque aos chegados en sangue per obriguação da natureza he devido amor e afeição; donde, o outro chamou aos parentes amigos neçessarios, pella neçessidade en que seu nasçimento os pos de se amarem entre si e comprirem inteiramente huns con outros todas as leis da verdadeira amizade que pera com os estranhos são voluntarias. Com estes respeitos devidos ao parentesco poderá mal satisfazer assi na paz como na guerra, nos gostos, nos desgostos, nas prospiridades, nas adversidades, nos desafios, nas preçedenças, nos luguares, nos emprestimos, nas visitações, nas cortesias, e en todas [fl. 15 v] as mais ocasiões dos soçessos da vida que não souber o grao en que cada hum de seus parentes lhe toca e a obriguação que por esa causa lhe tem. E não sei eu que mor ignorância possa aver que esta en nobres animos: porque se poderá esperar que saiba



quem de si e dos seus não souber? Nem pode ser mor desatino, conforme a Platão, que ignorar a si e querer saber dos outros.

Asi que estes tres fins que toquei se pretenderão principalmente da composição deste sumario conservar a louvada memoria dos passados de que trata que a tãobem mereçerão dar ocasião a seus descendentes com a lição de suas virtudes e grãodes perfeições pera se exçitarem mais aos imitar e saber-se distintamente a genealogia de toda esta illustre linhagen dos de Castelbranco. E como entendi que aos novos ramos que se nesta arvore oje crião en tenrra idade poderia este livro mais servir, e delles avia de ser mais fameliarmente tratado e mais ameude lido (porque tãobem nelles ha mais luguar a necessidade deste meio pera os fins pretendidos), detreminei guardar tal ordem que nos luguares onde se faz menção de algum desta linhagem se ter achado em jornada ou feito notavel se relatasse tãobem a instancia do discurso e soçesso das tais emprezas, porque, ainda que a maior parte dellas se achem escritas nas chronicas de que as tirei, por esta maneira poderião eles (a que sua idade não daa ainda tempo e curiosidade pera a lição de muitos e diversos livros) lendo por estes os feitos de seus antepassados ter juntamente algum distinto conhecimento de todas ou das mais cousas notaveis que na paz e guerra neste reino soçederão, pois en quasi todas elles tiverão muito grande parte; e tãobem com a variedade destas digressões que he forçado fazerem-se na relação de muitas emprezas que se aqui resumem, me pareço que se ajudaria a tirar o fastio que comummente gerão os livros de linhagens, en que somente se trata das descendências de tronco e ramos com perpetua continuação dos graos sem mistura de erudição que deleite e alevie os leitores.

Não temo parecer sospeito (sendo-o no mais por muitas rezões) quanto à verdade de relação das cousas, calidades e proezas desta linhagem e apelido, porque propus loguo comiguo [fl. 16] no princípio da obra usar de hum remedio (que depois vi em hum historiador moderno hespanhol) que he dar licença a todos que me não creão senão aquilo en que lhe aleguar documento autentico donde o tirei, escrevendo o çerto como tal, e o dovidoso com sua inçerteza, nomeando e referindo-me às imformações per que me movi. Se esta rezão e outros descarguos das faltas do livro que por mim tenho não bastarem a me defender de poder dos caluniadores



que a obras menos sospeitosas e dinas de grande louvor estenderão ja muitas vezes sua jurdição, bastará pera os não temer o favor e emparo que vossa senhoria der ao livro, que, alen das notorias rezões que tem pera lhe ser deregido, a neçesidade en que se sente da segura proteção de vossa senhoria o obriguará recolher-se a ella. Aja-o vossa senhoria por dino de lha conçeder, posto que todos os mais respeitos lhe faltem, soo porque sabe que o gosto de cuidar que servia nelle a vossa senhoria fez façilmene passar a quẽ o compos por todas as molestias e tedios e trabalho que em o ordenar teve; e sera esa asaz bastante remuneração deste pequeno serviço a quem deseja fazer-lhe muitos maiores. Nosso Senhor a vida e estado de vossa senhoria por longos anos conserve e muito acreçente pera bem comum deste reino, en cujo guoverno seu talento, prudência e inteireza são tão proveitosas e neçesarias.

Ao leitor. Advertencias.

Alem do que no prologo atras se dise das causas que ouve pera se ordenar este livro, pareçeo neçesario neste luguar pera mais desculpa das faltas delle advertir que se não devem atreboir ao autor as muitas que se acharem na orthographia, porque, não sendo latino quem o tresladou, era forçado cair nellas, pois atee dos que o são ha poucos que as saibão evitar e guoardar as leis della; e sendo os ditos barbarismos tãotos não foi posivel emmendaren-se por não riscar o livro.

Em algũas desçendências que proçedem desta familia de Castelbranco por linha femenina de que pello discurso do livro se trata não se relatão inteiramente todas as pessoas que ora ha [fl. 16 v] ou ha pouco falleçerão por não ter o autor de seus nomes e graos perfeita notiçia. Mas como en todos os ramos e linhas se chegua atee nomear algũs dos que oje vivem, façilmente por elles se pode saber a maneira per que os que se não nomeão desta stirpe proçedem, dos quais consta serem seus irmãos, primos comirmãos ou parentes muito chegados. E porque depois da mor parte deste livro ser treslladado se acharão muitas cousas pertencentes à materia delle que parecerão ou neçesarios à declaração da verdade da historia ou convenientes ao ornamento della, se lhe acrescentou na fim hum



caderno de anotações e adições que todas vão numeradas, e nos lugares do livro a que pertencem vai posta hũa nota desta feição:⁵, com o numero da adição que a cada lugar toca, pera que indo-se buscar no caderno das adições o mesmo numero que estiver junto com a dita nota se ache facilmente a adição ou anotação per que o tal lugar se emmendou, declarou ou acrescentou. E posto que os autores ou documentos com que se confirmão e justificação as cousas neste livro relatadas se citão e alegão em cada hum dos capitulos e lugares a que convem, contudo pareço tãobem dever-se fazer aqui (ó exemplo de muitos modernos graves) hũ memorial dos ditos, documentos e livros de que se neste usou, porque, alem de se por elles ver o trabalho que na composição se teve, servirá muito pera quem loguo no princípio o ler, entender o credito que se deve dar ao que se dos tais autores tirou, dos quais huns servirão pera a historia e d'outros se tomarão somente sentenças e exemplos de casos semelhantes.

Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.

¶ Livro antiguo das linhagens que compos o conde dom Pedro, filho bastardo d'el-rei dom Dinis, que está na Torre do Tombo de Portugal.

¶ Livro moderno das mesmas linhagens que está na dita Torre do Tombo. [fl. 17].

¶ Registos dos livros dos reis passados, de suas chancellarias e leituras, que estão na dita torre.

¶ Livro de linhagens que compos dom Antonio de Lima.

¶ Memorias por escrito da letra de Guaspar de Barreiros.

¶ Arvore antigua desta linhagem que se acha em poder de dom Manoel de Castelbranco, herdeiro da casa de Villa Nova e morguado da Povia.

¶ Chronicas do reino que não andão impressas, em espeçial a d'el-rei dom Afonso Anriquez, dom Afonso o 4º, dom Pedro, dom Fernão, dom João o primeiro, dom Afonso o quinto.

¶ O licenciado Duarte Nunez do Lião nas vidas dos reis de Portugal, que ainda não andão impressas.

⁵ Segue-se espaço em branco.



¶ Chronica impressa d’el-rei dom João o 2º por Guarçia de Resende e, sendo príncipe, outra sua por Damião de Goes.

¶ Tratado da jornada d’el-rei dom Manoel e rainha dona Isabel, sua mulher, a Castella e Aragão. E outro tratado da jornada da infante dona Britez a Saboia, pello mesmo autor.

¶ Chronica impressa d’el-rei dom Manoel pello dito autor Damião de Goes e por Jeronimo de Osorio, bispo do Algarve, em latim.

¶ O licenciado Duarte Nunez do Lião no livro *De vera regum Portugalie genealogia* e no livro das çensuras *In fratrem Josephum Teixeira*.

¶ *Decadas* de João de Bairos da sua Asia.

¶ Livros da India de Fernão Lopez da Castanheda.

¶ Livro do primeiro cerco de Diu por Dioguo de Teive e Damião de Goes em latim e Jeronimo Corte-Real em metro.

¶ Tratados dos cercos de Goa e Chaul pello doctor Antonio [fl. 17 v] de Castilho, chronista e guoarda-moor da Torre do Tombo.

¶ Outro livro maior dos mesmos cercos que ainda não anda impresso, composto por Antonio Pinto, irmão de Nuno Alvarez Pereira, secretario que foi de sua magestade e do seu conselho.

¶ *Annaes de Aragão* em todas suas partes compostas por Jeronimo Çurita.

¶ *Compendio historial de Hespanha* em quasi todas suas partes per Estevão de Guaribai.

¶ *Historia pontifical* per Guonçallo de Ilhescas.

¶ *Carolea* per João Ochoa de la Salde, prior de São João de Letrão.

¶ Ambrosio de Moralles na Chronica das antiguidades de Hespanha, em diversas partes della.

¶ Andre de Resende na Epistolla impressa a⁶ Bertollameu de Chevedo, cónego de Toledo.

¶ *Chronica d’el-rei dom João o segundo* de Castella por Fernão Perez de Gusmão.

¶ *Chronica dos reis dos catholicos*⁷ em lingoa hespanhol que se intitulla por de Antonio de Nebriça, treslladada da sua latina.

6 Palavra ilegível e riscada, substituída por “a”; acrescentado no final da frase “cónego de Toledo”, com letra diferente.

7 Entenda-se: dos reis Católicos.



- ¶ *Chronica d'el-rei dom Afonso*, ultimo deste nome de Castella, que communmente he contado por Onzeno e d'outros por Dozeno.
- ¶ *Chronica das ordens militares* por Francisco de Rhades.
- ¶ *Julião de Castilho* na istoria que compos dos reis godos.
- ¶ Luis de Marmor na *Descripção geral d'Africa*.
- ¶ Letreiros en diversas sepulturas de igrejas e moesteiros em seus luguares nomeados e em espeçial em São Martinho, São Jorge e no moesteiro da Trindade, em Lixboa.
- ¶ Cartas do papa Leão deçimo, emperador Carlos quinto, infante dom Luis e outros⁸ de outros senhores en seus luguares nomeados.
[fl. 18]
- ¶ Muita copia de provisões, regimentos, cartas de offiços e alvaras em seus luguares aleguados e treslladados, e petições de requerimentos feitos aos reis per que se derão despachos e muitas çertidões de serviços.
- ¶ Diversos testamentos, sentenças e muitos outros papeis dos cartorios das casas de Villa Nova, Sabugal e morguado de Castelbranco e Pombeiro, que em seus luguares se referem.
- ¶ Estromentos autenticos em publico e blasões de pessoas deste appellido tiradas da Torre do Tombo.
- ¶ Livros d'armaria de rei d'armas Portugal e dos reis d'armas de Castella.
- ¶ Hum tratado que compos Jeronimo Luis, ouvidor geral que foi da India.
- ¶ Outro tratado que fez hum confessor de dom Martinho de Castelbranco, capitão d'Ormuz, sobre sua morte a modo de pregação.
- ¶ Os poetas portugueses abaixo çitados que servirão tãobem pera a istoria.
- ¶ Instrumetos impressos das cortes de Thomar e do juramento do príncipe nosso senhor que se fez noutras en Lixboa.
- ¶ Memorias de pessoas curiosas e vistas na materia das linhagens e muitas outras imformações per escrito e palavra dinas de fee.

8 Entenda-se: e outras.



Autores theologos e historicos antigos e poetas e humanistas que se neste livro çitão pera algum dito, sentença ou exemplo ou acaso pera outro efeito.

¶ Santo Tomas de Aquino.

¶ Plutarco.

¶ Tito Livio.

¶ Seneca.

[fl. 18 v]

¶ Çiçero.

¶ Ovidio.

¶ [S]enazaro⁹ na *Arcadia*.

¶ *Cançoneiro geral de Portugal* em diversas partes e autores.

¶ Luis de Camões nos *Lusiadas*.

¶ Jeronimo Corte-Real na *Batalha naval do senhor don João de Austria*.

¶ Luis Pereira na *Elegiada d'el-rei don Sebastião*.

¶ O liçenciado Duarte Nunez no tratado de orthographia portuguesa.

¶ Achilles Estação em hũa oração sua impressa que teve ante o papa Gregorio deçimo tertio.

¶ Hum poeta cordoves que escreveo a vida do senhor dom João de Austria.

¶ Outro livro em lingoa espanhol em prosa da mesma batalha naval do dito senhor com os turcos e o *Flos Samtorum* novissimamente impresso em castelhano onde trata da dita batalha e çita outros autores.

¶ Jorge Ferreira de Vasconçelos no torneio do príncipe dom João.

¶ Francisco de Moraes, que compos *Palmeirim*, no tratado que fez do mesmo torneio que não anda impresso.

¶ Jeronimo de Osorio *De Institutione Regum*.

¶ Livros da logica e methaphisica do padre Pedro da Fonseca da Companhia de Jesus.

¶ Fallas nas cortes do bispo de Coimbra dom Afonso de Castelbranco e sermão seu. E auto da fee.

¶ Frei Marino de Ledesma sobre o quarto das *Sentenças*.

¶ Tratado do padre frei Tomas Pinto da ordem de São Domingos sobre o naufragio da nao Santiago, capitão Fernão de Mendoça.

⁹ No ms.: Fenazaro.



[fl. 19]

Capitulo iº.

Das callidades e antiguidade da fidalguia da linhagem dos Castelbranco e da origem deste apelido.

A principal qualidade e toque das fidalguias e nobrezas (como todos sabem) he a antiguidade dellas porque, assi como do ouro o mais velho temos por mais fino e puro, assi aquelle he o mais generoso sangue e mais quilates de nobreza tem que, passando pelo escamel do longuo tempo e apurando-se na fraguoa dos varios soçessos da vida e mudanças de estado, permaneceo sempre em sua dinidade e valor e, illustrando-se cada vez mais com feitos e mereçimentos notaveis, preeminentes offiços e titolos, resplandeçe puro e limpo de todo o genero de fezes e escorias sem memoria algũa de as nunca aver tido. Sendo isto assi, nesta linhagem dos de Castelbranco he a nobreza e fidalguia tão antiga que se lhe não sabe princípio, e com todas as deligenças que se pera iso fizeraã que não forão poucas se não pode alcançar çerta notiça da origem do apellido e muito menos dos que nesta stirpe começarão a ser illustres, porque achando-se livros dinos de fee e documentos autenticos que de mais de dozentos e quarenta anos tratão de pessoas desta familia e apellido, consta por elles que ja ao tal tempo aqueles de que falã erão fidalguos príncipaes, capitães e alcaides moores de nobres villas, vassalos dos reis que os servião com muitas lanças nas guerras, filhos, netos e bisnetos de fidalguos de linhagem, como tudo adiante en seus luguares particularmente se dira. Donde se ve quão averiguoad a cousa foi sempre seren os de Castelbranco de immemorial tempo a esta parte fidalguos illustres de solar conhecido, segundo tãobem per provisões dos reis passados esta declarado. E se de tempo mais atras se não achão relatados nomeadamente os feitos deste apellido he a culpa dos pouco curiosos chronistas antigos, que nesta parte con sua negligência e brevidade a quasi todas as materias graves causarão notaveis faltas, especialmente neste particullar de em cousas e feitos sinalados não nomearen declaradamente os nomes e [fl. 19 v] apellidos de todos os nobres que se nelles acharão, como deverão fazer por honrra de suas linhagens; cousa en que os escritores modernos que



desejarão soprir esta falta e o não poderão fazer por defeito das escrituras antigas tanto a cada paso dos autores dellas se queixão. Ha mais outra rezão particular disto ser assi nesta linhagem e de não estar distintamente declarado nas chronicas sempre o apellido dos desçendentes della, a qual abaixo, no capitulo 8º, se tocará.

Achei contudo hũa memoria antiga da origem deste apellido de Castelbranco, cuja istoria, por não ser tão autentica que se possa com çerteza afirmar, não relatarei meudamente, mas em sustança diz que:

¶ O primeiro fidalguo desta linhagen que tomou o apellido de Castelbranco foi Martim Rodriguez que, casando com hũa senhora veuva cuja era a alcaidaria moor e capitania de Covilhã, teve os ditos carguos e que sendo estremadamente esforçado e fazendo feitos mui grandes nas guerras entre Portugal e Castella especialmente se asinou seu esforço em hũa notavel vitoria que nas fronteiras do Sabugal os portugueses dos castelhanos ouverão, no quoad dia por sua propia mão em vingança da morte do primeiro marido de sua molher matou muitos imigos como evidencia do feito a todos foi notorio e que, tornãodo com a mais gente pera o lugar do Sabugal com a gloria desta batalha, saindo o povo a recebe-llo com danças e festas, as molheres, convertendo as chacotas e cantiguas em seu louvor, cantavão motes a seu modo ordenados dizendo que viesse embora e que vivese Martim Rodriguez, o de Castelbranco, chamando-lhe assi por ser natural da villa de Castelbranco, filho de hum fidalguo gualleguo que pera ella com outro seu irmão por çerto homizio se viera da Gualiza, e que por honrra e memoria deste caso e dia tão honrroso tomara o dito Martim Rodriguez dahi por diante o apellido de Castelbranco.

Assi que, conforme a esta tradição (que foi escrita no ano de 1500 e aponta que averia então dozentos anos, que ficão oje sendo 289, que o caso passarão), neste Martim Rodriguez capitão e alcaide moor de Covilhã teve principio o apellido de Castelbranco. E posto que por algũas rezões me parece esta istoria apocripha, comtudo tenho por mui provavel que do solar da dita villa de Castelbranco se tomou [fl. 20] este apellido como he geral nos mais e mais illustres apellidos d'Espanha e França e ainda da christandade. E entendo conforme a isto que com rezão os desta linhagem



não fazem diferença em se assinar e nomear de Castelbranco ou de Castelo Branco, e que tudo alude a hum mesmo solar e appellido porque tãobem a mesma villa hūs lhe chamão Castelo Branco e outros Castelbranco, como Damião de Goes na *Chronica d’el-rei dom Manoel*, terceira parte, capitulo 46. E Nuno Vaz de Castelbranco, veedor que foi da fazenda, o primeiro dos sete irmãos que forão na de Çeita e que instituhio o morgado de Castelbranco, que tem dom Pedro de Castelbranco, senhor de Pombeiro, como diremos adiante, capitulo 14, poem per obriguação nelle que os possoidores sejam deste appellido e solar de Castelbranco. Comfirma-se mais isto porque em hum livro mui antiguo que trata das linhagens e armas de muitos solares de Espanha que estaa em poder de João de Espanha, rei d’armas Frandes residente em Madrid na corte d’el-rei dom Fellipe o segundo, nosso senhor, no titulo desta linhagem, folhas 196, se diz que os de Castelbranco são naturaes portugueses como vi por çertidão autentica do dito rei d’armas, com o quoaal conforma outro livro de linhagens castelhano de que me juntamente foi trazido o tresllado do que dos desta familia diz, onde depois de afirmar, conforme a dita çertidão, que os desta linhagem e armas são de Portugal refere que os ha tãobem en Cuenca e en Aragão. O que nisto ha mais que notar he que começando o appellido no dito Martim Rodriguez (se a dita memoria he verdadeira), a nobreza, poren, conforme a ella ja era tanto mais antiga que nen nos ditos livros e no do rei d’armas Portugal alegado¹⁰ no capitulo seguinte, nen na istoria da dita tradição se aponta notícia algũa de sua origem senão referindo-a a ser de Gualiza, donde são e proçeden as mais antigas e aprovadas fidalguias d’Espanha; e não sei eu en quãotas gerações illustres se isto poderá achar, pois quasi de todas ellas, tirando as reais (e ainda desas en algumas) sabemos¹¹ quando e como seus troncos começarão a ser nobres não o sendo dantes. Comcorrem com isto outras considerações e callidades que bem declarão a pura e exçelente nobreza e fidalguia desta linhagem de Castelbrãoco, e são que destes [fl. 20v] ditos 240 annos de que temos memoria das pessoas desta familia e especialmente de 170 anos a esta parte quasi nunca esteve este reino de Portugal sem nelle aver algum desta geração que tivesse ofiçio moor na justiça, fazenda, casa do rei, conselho do estado ou guerra; e ouve muitos que en todas estas materias

10 No ms.: alegando.

11 Entenda-se: não sabemos.



ou nas mais delas os tiverão e nenhenhum que tivesse carguo ainda dos que caben em fidalguos que não fosse supremo ou dos maiores e prinçipaes, como tudo pella relação do que de cada hum neste summario se ha de dizer manifestamente constará, e no que toca a feitos e mereçimentos se a nobreza (como os que della tratarão dizem) he mãi dos animosos spritos, porque aqui se vera bem a pureza, calidade e antiguidade da verdadeira nobreza desta linhagem pois he tão proprio nella o esforço que este dom parece comnatural a este appellido. E de Martim Rodriguez, Vasco Pirez, Rui Gonçalves, Alvaro Vasques, Rui Vasques de Castelbranco, que são os mais antigos de que ha memoria atee os presentes que vivem não se sabe ja mais Castelbranco delles verdadeiro descendente covarde, antes todos assinadamente conhecidos (a qual mais) por esforçados e valerosos, não soamente nas guerras do reino, Castella e Aragão e nas de Africa e India, mas nas particulares diferenças, briguas e desafios como a todos he notorio, o que em poucas outras familias e gerações se poderá assi sem exceição geralmente com verdade afirmar. Finalmente outra boa mostra da antiga e calificada nobreza e fidalguia desta linhagem se verá nas armas e luguar do registo e explicação dos luguares dellas de que trata o capitulo seguinte.

Capitulo ii.

Das armas dos Castelbranco e sua explicação conforme a regras d'armaria.

Entre as armas das primeiras, mais antigas e mais illustre[s] linhagens deste reino que estão no *Livro da Armaria* de rei d'armas Portugal, principal rei dellas, estão as dos de Castelbranco [fl. 21] e o primeiro registo dellas corre nas primeiras folhas do dito livro, onde todas as que ha são de gerações que sabemos serem nobres de 300 e 400 anos a esta parte, e atee'li não ha algũa mais moderna que isto. Deste primeiro registo, 25 folhas adiante está outro segundo registo das ditas armas desta linhagem, e se mostra pello titulo dele serem registadas a instancia de Alvar'Eanes de Castelbranco, o quoa (pareçe), provando ser desta familia ao tempo que tirou o brazão das armas dela as fez nomeadamente registrar en seu nome, mas (como diguo) muito antes se achavão no dito livro em melhor luguar.



Porem, a quem primeiramente forão dadas e por que causa e feito particular não ha memoria, nen deste Alvar'Eanes de Castelbranco e quem foi se acha outra senão a do dito registo.

As armas são hum lião d'ouro rompente em campo azul armado (unhas dentes e lingua) de vermelho com o rabo retornado e a boca aberta; per timbre, o mesmo lião inteiro tãobem rompente com os pees soamente sobre o elmo e com as mãos levãotadas como que se arremeça o elmo aberto; paquife, d'ouro e azul.

¶ O lião, em ser d'ouro denota ser nobre en todos os seus feitos; e este he o melhor dos metais na armaria. E em ser rompente denota ser forte e constante no que detremina fazer; e esta maneira de poer o lião he outrosi a melhor na armaria porque o rompente preçede ao batalhãote e ao passãote. Em ser armado de vermelho denota o sangue que dos inimigos derramou ferindo-os e desbaratando-os na demanda. A boca aberta denota a feroçidade e braveza de esforço, o rabo retornado denota ser firme e não tornar atras no que faz. O campo azul, que he a cor çeleste e das duas primeiras e milhores cores da armaria, denota que a pessoa a que se dá por campo de suas armas está tido por leal, virtuoso, verdadeiro, zeloso do bem comum e inteiro en tudo aquillo que lhe foi encarreguado, propiedades que bem cabem aos desta geração, em que tão conhecida he lealdade, verdade, inteireza. O timbre nas armas geralmente denota o ganhador dellas, e nestas, em ser o lião inteiro denota estar triunfando dos trabalhos e perigos passados e guozando do gualardão por estar de todo livre deles, assi que he erro trazer nestas armas por timbre meio lião que saia do elmo, como alguns desta familia descuidadamente trazem, sendo o que [fl. 21 v] lhe compete inteiro como lhe foi dado. E sendo o meio lião menos nobre timbre, que denota aver algum impedimento que ainda no ganhar das armas teve, sem embargo do quoyal lhe forão dadas en satisfação dos trabalhos que hia acabando de coar, o que aqui a esta linhagen não pertence. O elmo, em ser aberto denota geralmente ser de antiga linhagem e não aver escoria algũa de sua primeira origen e tronco; e ao contrairo, ser çerrado, denota estar ainda na escuridade de seu nascimento. E não se abre senão da quarta geração por diante, e attee a quarta geração não vão os elmos de todo abertos, mas, com diferença do



aberto e da quarta geração por diante, fica de todo o elmo aberto como os de antiga linhagem.

Assi que sendo o destas armas aberto, e ellas ha tanto tempo (sem se saber o autor que as ganhou nem a causa) entre as antiquissimas registadas, bem ajuda a certeza da antiguidade desta linhagem. O paquife, nas armas geralmente denota o trabalho com que forão ganhadas, incluindo em seu nome duas prinçipaes virtudes, paz e fee. E corre o paquife sempre por derredor do escudo e timbre em voltas, como que se move acompanhando aquellas figuras que forão dadas ao ganhador por seus trabalhos, lealdade e fee. E mostra que elle teve sempre firme intento no que lhe foi emcarreguado sem repousar nunca atee o acabar. Porque assi como o vento move as folhas, assi a folhagen do paquife sinifica que o ganhador não esteve quedo nem sossegou, mas esteve firme em perpetuo cuidado e deligençia, obrando com fee na guerra por alcançar a paz. E não ha mais particularidade nem diferença nos paquifes que responderem sempre as cores de cada hum às cores do cãopo e da figura prinçipal das armas. E por isso o paquife destas he de ouro e azul, de cuja exçelência sobre as mais cores e metais se ja tocou. En todos estes particulares, explicados pella maneira açima pellos reis de armas, ha muitos misterios e prerrogativas de illustre nobreza e preçedençia. E conforme a como forão dadas e atras ficção declaradas se hão de pintar e iluminar da maneira que abaixo se segue¹². E a esta antiguidade d'armas e fidalguia, tão provada como neste capitulo e no preçedente está, a não quis nem podia contradizer João [fl. 22] Rodriguez de Sá, tão visto nas antiguidades e lido nas historias do reino, nas duas trovas que destas armas fez, entre outras que sobre armas de diversas linhagens compos, que andão no *Cançioneiro Geral* portugues e dizem:

“Onde se der campo franco
Em novo mas dino estado,
Rompente leão dourado
Trarão os de Castelbranco,
Em campo azul assentado.

¹² Estas ilustrações não constam do manuscrito.



E de sua perfeição
E quanto val con rezão
Dara muito çerta prova
Em seu conde Villa Nova,
Aquella de Portimão”.

Porque, como por a letra da primeira dellas se ve sem a torçer, não chama nova linhagem, nem às armas, mas ao estado de Villa Nova, que por duas rezões era novo, assi por a villa o ser en nome e em fundação (que de çento e vinte anos a esta parte foi começada de fumdar e pouco menos teve de idade o dito João Rodriguez, e podia ao tempo que fez a trova serem os princípios da dita villa de menos de trinta ou quarenta anos), como porque o estado e senhorio dela por a mesma rezão era forçadamente novo e se avia dado a dom Guonçalo de Castelbranco, pai do conde, tanto que a dita villa se começou a fumdar, como consta da doação e o veremos adiante, capitulo 53 e 54. E muito mais novo avia de ser naquele tempo o titulo de conde que da dita vila teve aquele por tantas rezões tão illustre, tão notavel, tão valido conde de Vila Nova, dom Martinho, assi que a isto se refere o novo estado que a trova diz e o ser dino delle e o valer com rezão, como a segunda manifestamente declara. Estão estas armas tãobem registadas en alguns livros de linhagen e armas de Castella no capitulo preçedente referidos, mas reçeben os autores deles engano en dizer que o lião he de prata, sendo na verdade d’ouro como aqui estão. E as armas de leão de prata en câopo azul, que radamente¹³ os ditos autores castelhanos atrebuen aos de Castelbranco são as dos Silvas, como a todos he notorio.

[fl. 22 v está em branco]

[fl. 23]

¹³ Entenda-se: qu’erradamente.



Capítulo iii.

De Rui Gonçalves de Castelbranco, que foi na batalha do Salado, anno de 1340.

De alguns fidalguos prinçipaes deste appellido e linhagem de Castelbranco se acha memoria nos livros e chronicas antiguas. E porque delles não sabemos, pella antiguidade do tempo, emfiar as descendências, posto que alguns delles não sejam tão antigos como outros de que ao diante se ha de fallar, quis porem, destes tratar primeiro nos seguintes capitulos. E por ordem dos tempos em que elles forão o primeiro que se oferece he Rui Gonçalves de Castelbranco, de que faremos por essa rezão primeiro menção. Não ha quem não saiba daquella tão famosa e tão memoravel batalha do Salado, hũa das duas maiores que jamais antes nem depois ouve em Espanha, e poucas em parte algua do mundo, na quoa o poder e gentes de muitos reis mouros e pessoalmente o seu prinçipal rei de Marrocos, Haliboaçem Abenamarim, e assi o valeroso Hamet Juçeph, rei de Granada, com os seus cavalleiros andaluzes e granadis, forão vencidos e desbaratados pellos dous exçellentes reis Afonssos, sogro e genro: dom Afonso o quarto de Portugal e dom Afonso ultimo do nome de Castella, que comummente he contado por Onzeno, e de Estevão de Guaribai, com eficaz rezão, por Dozeno. Deu-se a batalha junto ao rio Salado, de que ella tomou o nome, desta parte de Tarifa, villa pouco antes pellos christãos guanhada, a qual os mouros vinhão recobrar e com ella todo o restante de Hespanha, ja por elles quasi de todo perdida. Nem pera menos efeito era bastante a innumeravel multidão de seu exercito, em que se afirma vi-rem mais de quatroçentos mil homens de pee e sesenta mil de cavallo. E muito – sem comparação – menos forão os que em tempo do desditoso rei dom Rodrigo por diversas vezes em Hespanha entrarão e seus miseraveis reinos guanharão. Mas em vinguação dos dannos então recebidos foi Deos servido dar aos ditos dous reis christãos dentro na mesma Espanha e quasi no mesmo lugar hũa tão comprida vitoria de toda a mourisma, dina, bem çerto, de immortal e eterna memoria, que foi avida a vinte [fl. 23 v] e oito de outubro do ano de 1340, que ha 249 anos. E nella (comforme aos autores que menor numero põem) morrerão dozentos mil mouros, entrando nelles muita copia de gente que o soldão do Cairo e Egipto e



outros reis da mesma çeita avião mandado ao dito Haliboaçem, rei de Marrocos, pera esta guerra entre elles avida por santa. Rompeo el-rei dom Afonso de Portugal, desbaratou e fez fugir con suas gentes, em muito breve espaço, a el-rei de Granada. E pella parte dos portugueses foi primeiramente conhecida a vitoria, e vindo depois ajudar aos castelhanos no rompimento d’el-rei de Marrocos fizeram todos no alcance aquella grande e infinita matança de imiguos. E nas batalhas d’el-rei dom Afonso de Portugal forão presos e cativos dous filhos de reis mouros, hũ dos quais el-rei trouxe a Portugal com çinco bandeiras guanhadas dos imiguos, que forão postas na see de Lixboa.

Nesta tão gloriosa jornada e batalha, entre os fidalguos que deste reino forão com el-rei dom Afonso quando delle partio por roguos da rainha de Castella dona Maria, sua filha, a socorrer o dito seu genrro foi Rui Gonçalvez de Castelbranco como se aponta no livro das linhagens que fez dom Antonio de Lima e consta da chronica castelhana do dito rei dom Afonso 11º, capitulo 253, folhas 132, onde (pareçe por erro da impressão do livro que me cahio em sorte ver) se nomea Rui Gonçalvez de Castil, devendo dizer Rui Gonçalvez de Castelbranco, pois he assi que não ouve nunca em Portugal fidalguos do appellido de Castil nem d’outro semelhante a este (ao menos naquelles tempos), senão de Castelbranco. E ve-se bem a negligência e descuido de nossos chronistas, que sendo este fidalguo portugues, delle nem de muitos outros que acompanharão seu rei em feito tão sinallado e cousa tão famosa se não faz menção na chronica de Portugal, e teve mais conta e lembrança de suas honrras o chronista estrangeiro que o natural.

[fl. 24]

Capitulo iii.

De Lopo Rodriguez de Castelbranco que servio a el-rei dom Pedro o quarto de Aragão nas guerras contra os da união e outros fidalguos deste appellido naquelle reino.

Conta Jeronimo Çurita nos *Annais de Aragão*, primeira parte, livro oitavo, capitulo 33, que no anno de Christo de 1348 (que ha dozentos e



quarenta e hũ annos), reinãodo em Aragão o belicoso e ardido rei dom Pedro, o 4º deste nome dos daquelle reino, e estando muito temido e apertado das guerras e alterações que contra elle avia dentro en seus reinos, movidas por seus propios vassallos com titulo de união que entre si fizerão os reinos de Aragão e Valença contra o dito rei para por força d'armas lhe fazerem comservar os foros, por uso dos quais dezião a tal guerra lhe ser liçita, andando as cousas por esta causa en grandes revoltas e a parte d'el-rei posta em grande perigo, mandou Lopo Rodriguez de Castelbranco com algũas companhias de gente de pee e de cavalo pera que acodise a socorrer e defender os luguares que estavão en sua obediência que pellas armas e gentes dos luguares reveis erão mui infestados e reduzidos a grande aperto e perigo e se temia que alem dos pubricos reveis outros mais povos daquelle reino de Aragão se alevãotarião e comfederarião com elles pera intentar novas cousas en desserviço d'el-rei. E pera socorrer a todos estes males e dar favor a dom Lope de Luna, grão senhor naquele reino, e aos mais cavalleiros que com elle sostinhão as partes d'el-rei foi enviado por elle o dito Lopo Rodriguez de Castelbranco. Este rei dom Pedro fora casado com a inffante dona Lianor, filha d'el-rei dom Afonso o quarto de Portugal (princesa mui exçelente e de singulares virtudes) como se ve do mesmo autor no dito livro capitulo 6º, e capitulo 14 e 18, a quoaal senhora naquele mesmo ano falleçera de peste, segundo o dito chronista conta, capitulo 32. Com esta rainha em seu serviço foi porventura deste reino o dito Lopo Rodriguez de Castelbranco; e sendo asi, colige-se [fl. 24 v] claro que, comquãoto o dito Lopo Rodriguez era estrangeiro, mostrou bem a lealdade natural de sua linhagem em estar em tempo tão alterado na firme obediência do rei a quem servia sendo contra elle o infante dom James, e depois o infante dom Fernãodo, seus irmãos e maior parte dos senhores, ricos homens, fidalguos e naturaes vassallos de seus reinos. E he de notar que, como de bom e leal teve el-rei dom Pedro comfiança delle pera se não fiar de ser estrangeiro, mas cometer-lhe seguramente a defenssão e socorro dos luguares de sua obediência, bem imitarão depois os soçessores isto, tendo sempre os do apellido de Castelbranco em quãotas alterações, guerras, traições e sedições soçederão em seus tempos nestes reinos a partes do legitimo rei, conservando a lealdade e obediência tão antiqua em sua linhagem como se ao diante vera, quando



falarmos dos que forão no tempo das guerras d’el-rei dom João o primeiro de Portugal e nas d’el-rei dom Afonso o quinto, e nas traições d’el-rei dom João o segundo, e finalmente nas proximas alterações passadas da soçessão d’el-rei don Fellipe, nosso senhor. Mas eu tenho por mais provavel aver sido o dito Lopo Rodriguez de Castelbranco natural daquelles reinos de Aragão, onde nos consta pello livro de linhagens castelhano citado atras no capitulo Iº que ha este apellido, e o dito Jeronimo Çurita, na dita primeira parte de seus *Annaes*, livro quinto, capitulo 51, nomea Beltrão de Castelbranco, que viveo em tempo d’el-rei dom Jaime, o segundo do nome, e era hum dos cavalleiros que no dito capitulo quinto o dito autor afirma serem os prinçipaes do reino, anno 1301, quarenta e sete anos antes do en que faz menção do dito Lopo Rodriguez. E no livro dezasete, que he da segunda parte, livro setimo, capitulo iiº, na vida d’el-rei dom João o segundo, anno 1460, a faz tãobem de Gil Ruiz de Castelbranco entre os prinçipais cavalleiros que concorrerão nas cortes de Lerida quando o dito senhor foi jurado por rei. E no mesmo livro, capitulo 62, anno 1464, se torna a nomear hum Castelbranco entre Rodriguo de Bovadilha e Alvarado, que erão pessoas mui prinçipaes, como se colhe de outros lugares da dita segunda parte dos *Annaes*. E como pellos documentos e livros castelhanos no capitulo primeiro nos consta [fl. 25] que o originario solar e natureza dos deste appellido he em Portugal, parece que delles se derivarão e proçedem os que tãobem ha em Cuenqua e Aragão, como ali se senificou. E naquelles tempos antigos se mostra pelo decoro com que Çurita os trata e nomea e luguar que lhe da que conservavão a reputação e foro de sua illustre nobreza e fidalguia. Devião depois com o tempo fazer declinação, porque sou imformado que oje seus desçeendentes estão na-quele reino em foro de *hijos dalguo* e que o possoidor do morguado deles se chama ora Tubal Rodriguez de Castelbranco.¹⁴

¹⁴ Na margem direita em letra do século XVII: “1589”.



Capítulo bº.

Do primeiro Rui Vasques de Castelbranco, comendador moor d'Alcantara em tempo d'el-rei dom Fernão do de Portugal.

¹⁵Deste nome de Rui Vaz de Castelbranco acho memoria de tres fidalguos, quasi todos em hum tempo, pello que podia ser toda hũa pessoa, ou ao menos ser de hum o que direi dos primeiros dous. Em tempo d'el-rei dom Fernão do ouve hum destes Rui Vasques de Castelbranco, que foi comendador moor de Alcantara, a quen o dito rei dom Fernão do deu os bens de Vasco Martinz de Monsanto, pelos perder por ser culpado na morte de Alvaro Vasques de Castelbranco, alcaide moor de Covilhã, de quem se adiante tratará, capitulo 9; o quoa Vasco Martinz, no registo que loguo abaixo se ha de aleguar, se nomea de Monsanto, porque parece era natural da dita villa, mas não porque fosse alcaide moor della, porque naquelle tempo nos consta que o era Vasco Pirez de Castelbranco, como se vera adiante, capitulo deçimo.

¶ Foi a dita doação dos bens de Vasco Martinz feita ao dito Rui Vaz de Castelbranco no anno de 1407, como consta do registo [fl. 25v]¹⁶ della que esta na Torre do Tombo, no livro dos registos do dito rei dom Fernão do. A qual conta se ha de entender necessariamente conforme a era de Çesar e não do nascimento de Christo, porque conforme a de Cristo el-rei dom Fernão do falleço no ano de seu nascimento de 1383, segumdo consta por sua chronica e escreve Çurita, primeira parte dos *Annaes de Aragão*, livro deçimo, capitulo 38, e depois delles o doctissimo varão nosso portugues, liçenseado Duarte Nunez de Lião, no livro *Da verdadeira genealogia dos reis de Portugal*, no titulo do dito rei dom Fernando. E atee todo o tempo da vida do mesmo rei e ainda depois muito tempo, en vida d'el-rei dom João o primeiro, atee anno de Christo 1422, era de Çesar 1460 (trinta e

15 Na margem direita, em letra da mesma época: “não se chamava senão Rui Castelo. Consta das palavras da mesma doação aqui referida fl. 43”.

16 Nota no topo da página, em letra da mesma época: “palavras formais do registo. Carta porque o ditto Senhor fes a Rui Castelo comendador mor d'Alcantara e a todos seus suseçores de todos os beïs moveis e de rais que Vasco Martins de Monsanto avia na ditta villa e seu termo e en outros luguares se seu senhorio: porque foi culpado na morte de Alvaro Vasques de Castelo Branco en Abrantes a 24 de agosto era 1407”. À margem esquerda: “livro primeiro fl. 43”.



sete annos do reino¹⁷ do dito rei dom João) se contou sempre nas escrituras pella conta de Çesar e não pella de Christo, como consta da *Ordenação*, livro 4º, titulo 51, de maneira que reduzida a dita doação feita a Rui Vaz de Castelbranco por el-rei dom Fernão do à conta do nascimento de Cristo (em que ha 38 annos de diferença da era de Çesar) fica sendo no anno de 1371¹⁸, que ha 218 annos. E não nos consta per que rei nem per que serviços foi o dito Rui Vaz feito comendador moor de Alcantara mais que quão to el-rei dom Fernão do de Portugal o nomea assi no registo da dita doação, que he sinal que não ouve a dita dinidade por serviços feitos a Castella contra elle e contra seus reinos como nas alterações de aquelle tempo muitos fidalguos ouverão outras.

Capitulo bi.

Do segundo Rui Vaz de Castelbranco, alcaide moor d'Almeida em tempo d'el-rei dom João o primeiro, e de todos os feitos de guerra em [fl. 26] que se achou, especialmente da batalha d'Aljubarrota e tomada d'Almeida, e que filhos teve.

¹⁹O segundo Rui Vaz de Castelbranco (entre os fidalguos prinçipaes que a ellas vierão) se achou nas cortes de Coimbra nas quais foi elegido por rei o mestre de Avis el-rei dom João o primeiro de boa memoria, no anno de Christo de 1385, era de Çesar de 1423, que ha 204 annos. E em tempo tão deficultoso, em empreza tão duvidosa e arriscada como foi a daquela eleição e guerra contra Castella, este fidalguo com outros poucos que se com elle nomeão na primeira parte da chronica do dito rei dom João, capitulo 181, sendo çerto por aquellas famosas rezões e alleguações de direito do insigne doctor João das Regras que faltava legitimo herdeiro e soçessor destes reinos e avia então luguar de eleição, sosteve firmemente, con singular lealdade, a parte mais justa e honrrosa, posto que mais arriscada e

¹⁷ Entenda-se: do reinado.

¹⁸ Sobescritotem "69". À margem esquerda, em letra do século XIX ou XX, uma soma: "1371+218=1589".

¹⁹ Na margem direita, em letra do século XIX ou XX, uma soma: "1385+204=1589".



perigosa; não vaçilou nunca sua fee como a da maior parte dos grandes e nobres do reino que refere a chronica, capitulo 159, mas (quais os constantes confessores de que ella trata no capitulo 160) permanecêo sempre em hũa leal firmeza e openião portuguesa, con a qual a justiça naquele caso concorria. E he de notar que emquãoto o mestre por sua propia autoridade e da çidade de Lixboa somente tratou de fazer guerra a Castella, não se le que Rui Vaz de Castelbranco fosse em seu serviço; porem, como se dispos a justificar sua causa en cortes geraes, loguo interveio nellas e, tanto que se fundou a justiça e direito da eleição dos povos que nas ditas cortes poderãõ intervir, foi o dito rei levãotado e obedecido, nunca mais se apartou de seu serviço nen se fez cousa sinalada sem elle sendo sempre continuo entre os primeiros e prinçipaes que el-rei em seu campo trazia. Por onde se ve que nesta materia, comummente tão interessada e chea de respeitos, se não movia Rui Vaz de Castelbranco [fl. 26 v] por afeição, medo ou interese, mas puramente por justiça, esforço e lealdade, e ficão por esta rezão seus serviços mais dinos de louvor e gloria e mereçedores de particularmente serem aqui por extenso relatados conforme ao que da dita chronica se collige.

¶ Foi depois assi que, acabadas as cortes de Coimbra, el-rei se partio pera o Porto e dahi foi cobrar Guimarães, Bragua e Ponte de Lima, que estavam por Castella. E tendo novas que seu adversario, el-rei dom João o primeiro de Castella (semelhante a elle no nome e não en callidades pessoas nem en ventura), com mui grão poder que ja tinha junto se fazia prestes com muita pressa pera entrar poderosamente em Portugal pella parte de Badajos por terra, e que por mar com sua frota tinha ja çercada Lixboa, se resolveo com aquele seu de immortal fama digno condestabre Nuno Alvarez Pereira pera ir apresentar batalha a seu imiguo e peleiar com elle de poder a poder, posto que a multidão dos castelhanos grandemente exçedesse o pequeno numero de portugueses. Com esta determinação se tornou a Coimbra, e dahi por jornadas veio a Torres Novas, donde começou a caminhar pera Santarem, que tinha a voz d’el-rei de Castella e era o prinçipal luguar que por elle estava e onde mais gentes d’armas suas avia. Partio el-rei de Portugal de Torres Novas com seisçentas lanças (que assi chamavão aos homens d’armas); e dos fidalguos do reino que hião com elle nomea a chronica os tres primeiros e prinçipaes Vasco Martinz



de Mello, Vasco Martinz da Cunha e Rui Vaz de Castelbranco, e apos elles João Afonso d’Azambuja que depois foi cardeal e Antão Vasques, que na batalha real levou a ala esquerda, e outros dous que declara no capitulo 24 da segunda parte sem nomear mais. Estes todos se avião achado nas cortes de Coimbra e parece que daquela çidade partirão com el-rei pera o Porto e comarca d’antre Douro e Minho e em seu serviço forão en todos os ditos feitos e tomada das villas açima nomeadas e com elle tornarão [fl. 27] seguindo as ditas jornadas.

¶ Chegando el-rei ao Tejo a par de Santaren en direito de Santa Eiria, a Pequena, ao passar o rio ouve hũa grande e mui pelejada escaramuça entre a gente d’el-rei e os castelhanos, assi com huns que erão no campo em favor dos seus que avião mandado a erva como com os mais que na villa ficarão, que, vendo a conjunção da peleia, sairão a receber e defender os seus. E assi nesta escaramuça, como noutra primeira que os mesmos castelhanos travarão com a vãaguorda em que hia o condestabre, forão os imiguos rebatidos e lançados por força no rio e nelle mortos e feridos muitos e os mais se recolherão à villa desbaratados.

Dali foi el-rei dar vista a Alanquer, que a tinha por Castella Vasco Pirez de Camões; e entre os da villa e do arraial se fazião às vezes muitas e boas escaramuças, posto que a tenção d’el-rei não era por çerco formado nem dar combates por então à dita villa, nem a outra algũa, mas ir ajuntando suas gentes pera a batalha campal que esperava ter çedo com el-rei de Castella. Com este intento procurava soo entreter-se fazendo maa vezinhãoça com seu arraial à villa emquãoto não vinha a gente de Lixboa que esperava. E tanto que chegou com ella Fernão Rodriguez de Siqueira, fronteiro moor da dita çidade, que trouxe somente çem lanças (em que entravão vinte e hũa ingresas) el-rei tornou a caminhar direito pera onde vinhão seus imigos, e vindo d’Alanquer outra vez por junto de Santaren (tendo ja mandado o condestabre con sua gente a Alentejo pera tornar com a mais que pudesse aiuntar) não lhe ousando sair os castelhanos da guoarnição, amedrontados do passado soçesso. El-rei, depois de os esperar hum pedaço, continuou seu caminho pera Abrãotes, onde, ajuntando-se com elle o condestabre com os que trouxe d’Alentejo, el-rei, en contradição de muitos do seu conselho, seguindo soamente o do condestabre



se detreminou de todo em pellejar com seu adversario. Partindo de Abrantes por Tomar, Ourem e Porto de Moos, veio assentar seu arraial [fl. 27v] no campo onde foi a batalha, que era perto de hũa leguoa da dita villa de Porto de Moos e menos espaço de villa d'Aljubarrota, de que aquela gloriosa batalha tomou o nome.

Ali esperou el-rei dom João de Portugal a el-rei de Castella com soos seis mil e quinhentos homens de peleia – *scilicet* – mil e seteçentas lanças, oitoçentos besteiros, quatro mil homens de pee, avendo no campo contrairo çinco ou seis vezes tantos, porque (segundo os que mais çertos escrevem) trazia el-rei de Castella trinta e hum mil homens de peleia, a saber seis mil lanças, dous mil ginetes, oito mil besteiros, quinze mil infantes, que fazem a dita contia, alem de muitos engenhos de tiros pelo modo que se naquele tempo usavão. Vinhão no campo d'el-rei de Castella os mais e maiores senhores, grandes, e mais illustres personagens que en seu reino avia, dos quais erão dom Pedro, filho do marques de Vilhena, dom Afonso, primeiro condestabre de Castella, bisneto legitimo d'el-rei de Aragão, dom João, filho de dom Tello, dom Fernãodo, filho do conde dom Sancho e ambos primos com irmãos d'el-rei de Castella, dom Guo[n]çalo Nunez, mestre de Alcantara, dom Pedro Diaz, prior de São João, Pero Guonçalvez de Mendoza, moordomo moor, João Furtado de Mendoza, alferes moor, Dioguo Guomez Manrriques, adelantado de Castela, e outros muitos de não menos sangue, casa e dinidade que estes. E dos portugueses reveis que em Castella erão lançados vinhão dos prinçipaes dom Pedr'Alvarez Pereira, mestre de Calatrava, irmão do condestabre dom Nuno Alvarez Pereira, com outros seus irmãos, dom João Afonso Tello, almirãote de Portugal, Guonçalo Vasquez d'Azevedo, João Duque, Guarçia Rodriguez e outros muitos fidalguos e nobres que tinham a voz da rainha dona Britez, filha d'el-rei dom Fernãodo de Portugal, mulher do dito rei dom João de Castella que pretendia por soçessão e por assento de cortes ser-lhe Portugal devido. Notorio he a todo o mundo que, sendo os exerçitos tão desiguoaes, e pelejando-se em campo raso a bandeiras tendidas, com tão grande vantagem de gente d'armas como os castelhanos tinham, vençeo el-rei de Portugal a el-rei de Castella e fez em suas gentes [fl. 28] admiravel estraguo e matança, pereçendo no campo em breve espaço a maior parte da nobreza dos reinos de Castella e de Leão, em que entrarão quasi



todos os acima nomeados e outros muitos, e escapou seu rei a unha de cavallo com muito trabalho e grande ventura. Foi avida esta vitoria a 14 d'agosto (como todos saben) do dito ano de 1385, que vai en dozentos e quatro annos. E posto que Çurita, na primeira parte dos *Annaes de Aragão*, livro deçimo, capitulo 35, aponta menor numero de gente a el-rei de Castella do que acima está dito (que he tirado das nossas chronicas, cujo autor, depois de muita variedade de openiões que relata, averiguo a esta que seguimos por çerta e seguramente reprova as contrairas e tinha mais rezão de o saber pellos memoriaes do reino onde o caso aconteceu), contudo, o mesmo Çurita no dito lugar confessa que erão os portugueses mui emfiores em numero e que foi esta hũa das mui famosas e nomeadas batalhas que ha auido em Espanha e a empreza desta guerra das mui sinaladas daquelles tempos.

Neste tão honrrroso e memoravel feito teve sua parte como muito principal entre os que nelle forão o dito Rui Vaz de Castelbrãoco, a quem com alguns outros el-rei de Portugal por sua pessoa armou cavalleiro antes da batalha, honrra e merçe que lhe elle loguo nella bem mereçeo e servio; e assi, diz a chronica, segunda parte, capitulo 40, acabando de o nomear e aos companheiros na tal orden de cavallaria, que foi delles el-rei naquella jornada mui ben servido e o ajudou por elles Deos naquella dia e depois ao diante, como en seus luguares relata.

O que mui propia e particullarmente cabe a elle Rui Vaz de Castelbranco, porque, continuando seus serviços sem sua fee, animo grande e leal se contentarem com o trabalho e gloria dos passados, acompanhou depois a el-rei en todos os mais feitos de guerra que se lhe seguirão, atee o dito Rui Vaz ficar por seu mandado em a villa d'Almeida por alcaide moor dela como loguo contaremos.

El-rei, acabada a batalha, se foi a Alcobaça e dahi a Santarem, onde gastou alguns dias, mais por gualardoar os seus e lhe or[fl. 28 v]denar as meerçes que mereção que por descancar dos trabalhos passados. E cobrando muita parte dos luguares mais fortes que sostinhão a voz de Castella, cujos alcaides e loguotentes os larguarão em breves dias desanimados com o soçesso da batalha, tornou el-rei a prosseguir seu intento de



se apoderar dos mais que restavão e persistião na obediência de Castella. Para este efeito, partindo da dita villa de Santarem, cobrando Leiria foi ter a Coimbra e de ahi a çidade do Porto, e do Porto ordenou ir pella comarca de Tras-os-Montes cobrar alguns lugares que estavão pellos imiguos. E sem embargo de ser entrada de inverno fez chamamento de suas gentes e juntas ellas e a carriagem neçessaria entrou pellas terras d'antre Douro e Minho, e em janeiro de 386 pos çerco à villa de Chaves, no quoa, vençendo muitas dificuldades, continuou avendo sempre muitas escaramuças e recontros por espaço de perto de quatro meses em que se lhe fez pellos da villa muita resistência por aver nella muita e boa gente de guarnição que a bem defendião atee se renderem a partido. E cobrado este lugar partio el-rei pera Valariça, termo da Torre de Mencorvo, onde fez alardo, assi de sua gente que com elle estivera no cerco de Chaves como da que novamente lhe viera de Lixboa e de outras parte e da que o condestabre de Alentejo levava (sendo elle e os mais chamados por el-rei temendo-se que el-rei de Castella viesse desçercar Chaves e fazendo conta se assi fosse de lhe segunda vez dar batalha). E pera este intento tinha el-rei convocado de novo as gentes do reino que se no dito alardo acharão, em que a chronica conta, segunda parte, capitulo 75, que avia quatro mil e quinhentas lanças (que como está dito era a gente d'armas e cavallos) e diz mais que aqui estavão todos os que na batalha de Aljubarrota se acharão e outros mais, per onde se ve que en todos estes feitos açima rellatados depois da dita batalha se achou o dito Rui Vaz de Castelbranco que nella fora e se não nomea entre os que de novo acudirão do reino a el-rei estando en Chaves sendo por elle chamados, declarando a chronica os nomes que então vierão. E [fl. 29] ficará isto mais claro pello que loguo adiante a dita chronica conta do dito Rui Vaz de Castelbranco sobre a tomada de Almeida, que passou desta maneira.

El-rei, do lugar de Valariça onde fez o dito alardo continuou seu caminho e passou o Douro, e porque hia prestes e detreminado pera entrar por Castella não combateo Castello Rodriguo, que lhe era revel, posto que chegou ao pee do monte d'elle, porque, sendo lugar forte requeria mais detença do que era sua vontade fazer e pella mesma rezão, levando o caminho de Almeida que outrosi estava por el-rei de Castella, detreminou não o combater e seguir sua viagem. Estava em Almeida por alcaide Lopo



Guomez Pee de Ferro, castelhano, homem esforçado e pratico na guerra que saindo com os seus dali infestava a Pinhel e a outros lugares vezinhos que se tinham por Portugal. El-rei, chegando perto de Almeida, assentou seu arraial junto do lugar, não com preposito de lhe dar combate mas de dormir ali aquela noite. E tanto que foi alojado, certos homens de pee e azemeis e moços de serviço virão estar algũas colmeas junto da barreira e apellidando-se huns a outros por certo modo de lingoagem per que se entendião, arremeterão a prear nellas, o que, vendo os do castello, sairão por as defender e se travarão sobre isso, de maneira que acudindo alguns do arraial se começou a formar escaramuça entre huns e outros. El-rei mandou avisar os seus que não escaramuçassem, que sua tenção não era deter-se mas ir por seu caminho adiante como hia porem, a escaramuça se ençendeo de maneira que diz a chronica que acudirão a ella mui bons escudeiros (gente que naquelle tempo não era de pouca estima e contia, especialmente nas guerras) e creçeo muita gente do arraial sobre os da villa. El-rei, vendo o neguocio tão travado e que tomavão ja os seus aas colmeas querendo-se aproveitar da ocasião que se lhe ofereçia (no que principalmente consiste a prudência do capitão e o bom sucesso das em- prezas) mudou conselho e, mandando tocar as trombetas e tirar a bandeira real, emcaminhou com sua gente [fl. 29 v] pera a villa. E passando de hum curral forte açerca de hũa grão torre e bem defensavel que ahi estava acostarão os d’el-rei vigas grandes ao meio dela e começarão a picar a parede do curral. Vendo el-rei o esforço dos seus e como o combate cada vez era maior, mandou que não çessassem delle nem dessem vaguar aos imiguos, e assi se fez. E durou o combate do meio dia atee sol posto que foi forçado de o deixar e tornar-se a gemte ao alojamento, porem, como em cousa em que tanto se insistira e que ja tocava a honrra e reputação d’el-rei e de seu exerçito sair com ella, pos el-rei o recado neçessario com entregar a Rui Vaz de Castelbranco a guoarda da porta da traição pera que provesse que por ella não entrasse de noite socorro algum, em que consistia o todo de sua defenssão ou entrega. E elle seguiu o que lhe foi encarregado por el-rei de maneira que se conseguiu o efeito desejado sem outra mais resistencia, porque loguo ao outro dia seguinte, depois de ouvida missa, tocando-se as trombetas, os nossos armados todos abalarão pera o lugar. E o alcaide castelhano, vendo-se sem socorro e atalhadas as esperãoças delle e a detreminação dos portugueses e como ja dantes



começarão a picar a cerca do curral (o qual tanto que fosse entrado estava certo aver-se de por fogo à porta da torre) ofereço que dando-se-lhe refens em segurança de sua pessoa hiria fallar com el-rei, e sendo-lhe dado Guonçalo Vaz Coutinho sahio e se preitejou com el-rei que elle e todos os do luguar se pudessem ir com o seu, e com iso entregou a villa e castello. Vendo el-rei quãota parte fora Rui Vaz de Castelbranco pera se aquele luguar cobrar e o que importava a seu serviço ficar em castello tão forte (como aquelle então era) posto nas fronteiras de Castella hũa pessoa de muita callidade, esforço e confiança, entregou a dita villa e seu castello ao dito Rui Vaz de Castelbranco e o deixou nelle por alcaide moor. E aponta a chronica que era a fortaleza daquella villa tal e tão defensavel, posto que luguar chão fosse, que em tempo d'el-rei dom Fernãodo de Portugal [fl. 30] o mesmo Rei de Castella dom João, que então nella reinava, entramdo neste reino o teve de cerco sete somanas, e sem embargo de o combater com tiros e bestaria o não pôde nunca ganhar. Estas são as cousas que deste segundo Rui Vaz de Castelbranco achamos postas em memoria, e conforme a ordem da escritura da chronica e tempos e luguares en que faz menção de elle estar autualmente no serviço e companhia d'el-rei, sem nenenhuma duvida se achou este fidalguo en todas as jornadas, cercos e tomadas de luguares, batalhas, escaramuças e mais feitos de guerra açima tocados, e por esse respeito fiz mais particullar relação delles do que porventura parecerá que comvinha ao intento deste sumario. Deste Rui Vaz forão filhos Men Rodriguez e Lopo Vaz de Castelbranco e outros, que forão çinco, segundo se diz no livro das linhagens que fez dom Antonio de Lima, onde se não declara os que deste desçenderão nem os delles consta per notícia certa. A este Rui Vaz se deve tambem entender que foi feita a confirmação da quintã d'aldea de Joane, termo de Covilhã, que se acha feita a Rui Vaz de Castelbranco no livro segundo dos registos d'el-rei dom João o primeiro, folio 3, verso. Acha-sse em alguns brasões autenticos de alguns que pretendem deçender deste fidalguo que foi senhor d'Almeida e das Sarzedas e da Sovereira Ferosa e alcaide moor de Monsanto.



Capítulo bii.

Do terceiro Rui Vaz de Castelbranco que em tempo d’el-rei dom João o primeiro foi possuidor do morguado na villa de Castelbranco.

O terceiro Rui Vaz de Castelbranco foi outrosi em tempo d’el-rei [fl. 30 v] dom João o primeiro de Portugal. Acha-se no livro terceiro de seus registos, folhas vinte e quatro, que estaa na Torre do Tombo, que o dito rei lhe confirmou certa possessão²⁰ de bens que ajuntou a hum morguado ja antiguo que possohia no anno de 1431, que se erão pella conta do nascimento de Christo (o que o registo não declara) ha 156 anos e pella era de Çesar ha 194, o quoa moorguado fora ja do pai e avo do dito Rui Vaz. E na instituição delle que outro antecessor fizera se mandava que se mantivesse hũa capella e hum hospital na villa de Castelbranco pellas rendas e fruitos do dito morguado que o seu primeiro instituidor deixara, como se na dita confirmação relata. E por esta callidade de encarguos se deixa bem entender que era o morguado de importancia e conveniente à disposição de pessoas fidalgũas. E o dito Rui Vaz de Castelbranco lhe ane-xou mais outros bens acrescentando certas comdições e substituições e maneiras de soçeder, das quais pedio a el-rei a dita confirmação que lhe conçeado. E entre o mais que dispos foi que sendo extinta a linhagen de seu pai e mai, e acontecendo por quoaquer caso em algum tempo não se achar parente seu de nenenhuma destas linhas que o dito morguado er-dasse, soçedesse nelle hum criado da criação de seu pai que fosse idoneo e pertencente. O quoa modo de dispor he so de casas illustres, onde soo-mente se achão criados capazes de tais soçessos en defeito de parentes, quais elle parece sabia que tivera seu pai. E posto que ha quem digua que este terceiro Rui Vaz se nomea na dita confirmação de Castelbranco não por ser deste appellido e linhagem mas por ser natural e morador da dita villa de Castelbranco (o que tambem o instituidor do morguado e o avo e pai do dito Rui Vaz erão, a nenenum dos quais a confirmação daa este appellido senão ao dito Rui Vaz), nem consta oje pessoire o dito morguado fidalguos desta geração e nome ainda que dizem que o tem outras pessoas

²⁰ Corrigido sobre “disposição”.



illustres a que veio por casamento [fl. 31], comtudo pollas calidades que aponte parece certo que forão os ditos instituidores e pessoidores fidalguos illustres, e podia, faltando a linha, vir a soçessão do morguado a seus criados, conforme ao que o dito Rui Vaz dispos ou a parentes que não conservassem o appellido.

Capitulo biii.

De Lopo Vasques, comemdador de São Viçente da Beira, senhor das rendas dos judeus da villa de Castelbranco.

No livro dos registos d'el-rei dom João o primeiro, folio 38, se acha que sendo Lopo Vaz comendador de São Viçente da Beira lhe deu el-rei tãobem as rendas dos judeus da villa de Castelbranco tendo ainda soamente o nome de regedor e defensor do reino. E foi feita a doação em Alanquer, a onze de setembro da era de Çesar de 1422, e de Christo 1384. E não dovido que assi como neste fidalguo faltou no registo por-lhe o appellido de Castelbranco, e soamente se nomeou por Lopo Vazques (nome e sobrenome que depois tanto se continuarão e repetirão em os desçendentes desta linhagem como se vera ao diante, dos quais muitos e mui prinçipaes ouve Lopos e quasi todos, atee se nomearem de dom, se chamarão Vazes), assi nas chronicas mais amtiguas se entende que estão relatados muitos feitos dos desta geração dos quais nos não podemos conçerteza aproveitar pera este sumario porque soamente se nomeão os autores dos tais feitos por João Vaz, João Vaazquez, sem exprimir o appellido de Castelbranco conforme ao uso daquele tempo antiquissimo, em que os appellidos particulares das linhagens, ainda que os ouvesse, nem os homens nobres e grandes, condes e senhores, nem [fl. 31 v] as mulheres pella maior parte usavão delles en seus sinais e titulos, nem nas escrituras comummente se punhão, como he notorio aos que lerão as istorias de todos e quaisquer reinos de Espanha onde a cada passo se isto ve, e por isso não he neçessario apontar exemplos.



Capítulo ixº.

De Alvaro Vasques de Castelbranco, vassalo d’el-rei dom Pedro e alcaide moor de Covilhã, de quem desçendem todos os fidalguos desta linhagem que oje ha, cuja fidalguia se prova de quatroçentos anos a esta parte.

Posto que este fidalguo, segundo pella rezão dos tempos se mostra, foi mais antigo que nenhenhum dos tres Rui Vasques de Castelbranco de que se açima tratou, e porventura o segundo Rui Vasquez, alcaide moor de Almeida, a quem forão dados os bens dos matadores do dito Alvaro Vasquez que se comfiscarão pera a coroa, foi seu filho (ainda que dom Antonio de Lima no livro que fez das linhagens diz que lhe parece que o dito segundo Rui Vaz devia ser filho de Guonçalo Vaz, filho primeiro de Vasco Pirez, de quem adiante diremos), contudo quisemos primeiro tratar dos ditos tres fidalguos que deste Alvaro Vasquez de Castelbranco, porque dele en diante (e dos outros não) sabemos continuar a desçendencia dos príncipais desta linhagem e appellido de Castelbranco que oje vivem. E pois se perdeo a memoria da ordem da des[fl. 32]çendencia dos mais antigos, este Alvaro Vasquez ha de servir na arvore desta linhagem de tronco dela. Consta pello livro dos registos d’el-rei dom Pedro, folhas primeira, que fez merçe ao dito Alvaro Vasquez de Castelbranco, seu vassalo, do castello de Covilhã, en Lixboa, a treze de julho da era de Çesar de 1395, que fica sendo do nascimento de Christo de 1357, e ha 230 annos²¹. E porque os que oje virem aos de nação fallar no foro e callidade e previllegio de vassallo e não forem lidos nas chronicas antigas entenderão mal a callidade do dito Alvaro Vasquez de Castelbranco, que no dito registo se nomea por vassallo do dito rei dom Pedro, declararei aqui por as proprias pallavras das nossas chronicas que cousa era ser vassalo naquelles tempos. Os reis antigos deste reino, ate o dito rei dom Pedro inclusivamente, que tãobem assi o usou, tomavão os fidalguos príncipais do reino e ordenavão-lhe que os servissem na guerra con çertas lanças quando neçessario fosse; e segundo cada hũ era fidalguo ou de estado assi conforme à sua callidade e renda e casa, lhe ordenava el-rei as lanças que avia de ter e pera tantas como lhe

²¹ Na margem, em letra do século XIX ou XX: “1357+230=1587”.



erão ordenadas lhe dava el-rei cada ano certo mantimento que se chamava contia, e elle podia tirar e por qualquer lança que quizesse atee aquelle numero e afora isto lhe dava outra contia que elle avia pera seu corpo e pessoa. E se algum levava mais lanças das que lhe erão ordenadas não lhe dava el-rei soldo pera ellas. E estes fidalguos que avião as tais contias se chamavão vassallos d’el-rei e a todos os filhos herdeiros destes fidalguos como nasção loguo o escrivão das contias que chamavão maravedis, se o soubesse, ou lho seu pai mandasse dizer, lhe mandava a casa a carta da contia que avia d’aver polla taxa que seu pai avia, sem mais requerimento nem emmenta [fl. 32 v] nem outro sinal d’el-rei. E dezia o que lha levava o recado nesta forma: manda-vos aqui Foão, escrivão dos maravedis, a carta da contia pera o filho que vos nação e manda-vos pedir alviçara. Então punha a carta nos peitos do menino no berço onde jazia ou no colo da ama se açertava então de o ter nos braços. E quãotos filhos nasção ao fidalguo tantas cartas lhe mandava o escrivão das contias por aquelle modo, e o pai tinha diso grande gosto. E por cada carta de cada filho dava ao escrivão alviçaras. E quando el-rei depois tomava alguns destes fidalguos acrescentava-lhe na contia aquillo que sua merçe era e se o pai morria ficava o filho maior em sua contia. E isto se usou no tempo dos ditos reis e em tempo do dito rei dom Pedro, e por sua morte el-rei dom Fernão do, seu filho, mudou este costume e mandou que a carta de contia se não desse senão ao filho mais velho, e morrendo o mais velho se dava ao segundo ou a outro algum que depois nasce. E por morte d’el-rei dom Fernão do, pellas guerras e alterações que soçederão, çessou de todo esta usança e ordenãoça de vassallos, atee que noutra forma os ordenou el-rei dom João o primeiro ao modo das moradias que ora se usão, depois de estar paçifico senhor de seu reino, como tudo isto consta da segunda parte da chronica do dito rei dom João, capitulo 72 e capitulo 129.

E na chronica do dito rei dom Pedro, capitulo primeiro, se diz assi: “elle foi grande criador de fidalguos de linhagem, não se costumava ser vassallo senão filho ou neto ou bisneto de fidalguo de linhagem e por usança”, etc. Onde se ha de advertir que, ainda que a chronica falle por alternativa, tanto importa como se fallara per conjuntiva, porque considerãodo que fidalguo de linhagem quer dizer homen que não he feito novamente por el-rei fidalguo, mas que he de sangue, geração e linhagem fidalgua,



claro está que [fl. 33] não pode ninguém ser filho de fidalguo de linhagem que não seja também filho e neto de fidalguo, pois seu pai sem desçender tãoobem de fidalguos não podia ser fidalguo de linhagem. E assi fica em efeito sendo todo hum sentido dizer filho, ou neto, ou bisneto de fidalguo de linhagem e dizer filho neto e bsneto de fidalguo de linhagem. Preso-pondo isto se ve claramente a muita antiguidade da fidalguia deste Alvaro Vasquez de Castelbranco, porque a merçe da alcaidaria de Covilhã lhe foi feita loguo no princípio do reino do dito rei dom Pedro, como se ve do ano da data dela e do lugar do registo que estaa folio 1. E sendo verdade notoria que el-rei dom Pedro não reinou mais que dez anos e nove meses, em qualquer tempo que reinãodo elle lhe fora feita a dita merçe se convençia que ainda que o registo lhe chame seu vassalo não he pello elle fazer nem naçer em seu tempo, mas porque de seu nasçimento o era dos reis atras, conforme ao costume dos filhos dos fidalguos que no berço se fazião vassalos, como açima he dito. E porque no dito registo não estaa treslladado o teor da dita doação não podemos saber conçerteza o respeito por que se fez nem se fora ja a dita alcaidaria moor de Covilham do pai e avoos do dito Alvaro Vasquez de Castelbranco, como podia mui bem ser pois foi de Martim Rodriguez de Castelbranco, que pella tradição antiga que contei no capitulo primeiro deste sumario se refere ser o primeiro fidalguo desta linhagem que este appellido tomou. E sendo isto assi, que a dita alcaidaria fosse dos avoos do dito Alvaro Vasquez, não he neçesario aleguar mais pera a antiguidade de sua fidalguia, mas, fazendo fundamento que lhe foi a elle dada novamente, pera se verem nelle as callidades pessoases que a ordenação refere, livro primeiro titulo 55, que então se mais respeitavão que aguora, e pera concorrerem serviços seus quais soem mover aos reis a fazer de novo tais doações de alcaidarias moores ao menos avia de ser o dito Alvaro Vasquez ao [fl. 33 v] tempo da dita doação de idade de 30 anos que, com 230 que ha que a dita doação foi feita, são 260; e acreçentada a idade das vidas do pai, avo e bisavo do dito Alvaro Vasquez que pella ordenãoça e usança dos vassalos antiga avião de ser fidalguos de linhagem pera elle poder ser vassallo como era, e tomando por estas tres vidas somente 140 annos, fica claro que de 400 anos a esta parte se convençe forçadamente e ha çerta prova de fidalguos desta linhagem.



Capítulo xº.

De Vasco Pirez de Castelbranco, alcaide moor de Covilhã e de Monsanto, vassallo d’el-rei dom Pedro.

No livro das linhagens que fez dom Antonio de Lima se conta que Vasco Pirez de Castelbranco foi alcaide moor de Covilhã e de Monsanto e que se não sabe se foi pai se filho de Alvaro Vasquez de Castelbranco, de quem acima no capitulo proximo tratamos. Para hũa cousa e outra ha rezões e indícios, porque o dito livro tem por tão antigo ao dito Vasco Pirez que o faz o primeiro de que nomeadamente tenhamos notiçia nos fidalguos deste appellido, e a arvore desta geração que abaixo nomearei o toma por tronco e raiz. E achei noutros livros de coriozos algũas memorias que tãobem assi o dizem, declarando que viveo este Vasco Pirez, ou Vasco Paez de Castelbranco (como outros lhe chamão) em tempo d’el-rei dom Afonso o 4º e d’el-rei dom Pedro de Portugal; mas, sem embargo destas rezões, perque parecia que [fl. 34] o dito Vasco Pirez foi mais antigo que o dito Alvaro Vasquez, o contraíro se colige que seguirão os que ordenarão a arvore que tem em seu poder dom Manoel de Castelbranco, soçessor da casa de dom Martinho de Castelbranco, seu primo, senhor de Villa Nova de Portimão, que morreo com el-rei don Sebastião na batalha d’Alcaçere.

E como as pessoas que forão no ordenar da dita arvore, ou por cujas informações ella se ordenou, erão mais chegados aos tempos antigos per que podião ter mais fresca a lembrança da verdade e erão pessoas tão qualificadas e tão príncipaes desta linhagem, deve-se bem crer que não procederião a por este Vasco Pirez de Castelbranco na dita arvore nem em lhe assinar pai e filhos e as ditas alcaidarias moores sem documentos claros e çerta notiçia destes particulares. E assi, com a dita arvore se conforma com rezão o dito livro de linhagens que fez dom Antonio de Lima, de maneira que em ambos estes lugares se poem este Vasco Pirez por pai de Guonçalo Vaz de Castelbranco e de Martim Vaz de Castelbranco e não por pai do dito Alvaro Vasquez, nem se assinão ao dito Vasco Pirez mais que os ditos dous filhos de que abaixo avemos de falar nos dous capitulos seguintes, per omde se ve que o dito Alvaro Vasquez não foi filho do dito



Vasco Pirez, mas elle o podia ser seu. E posto que disto claramente não consta a conjectura de o nome de hum ser sobrenome do outro, denota que avia antre elles descendência, conforme a ordem que naquelles tempos avia dos filhos tomarem por nomes os sobrenomes de seus pais, e ao contrario que se usava entre toda a calidade de gente, ainda entre os reis, infantes, filhos de grandes e fidalguos, como a cada passo das chronicas se ve e nota a *Istoria Pontifical*, segunda parte, livro, 4º, capitulo 85, tratando d’el-rei de Navarra Guarçia Innigues. E quasi inviolavelmente sem exceição se guoardava este costume, como diz Ambrosio de Morales no seu tratado das antiguidades de Espanha que [fl. 34 v] anda na segunda parte na sua chronica, no titulo de Cordova, pouco antes do fim, tratando do sobrenome de Fernãodez na linhagem dos de Cordova, casa de Priego e Sessa, e outros muitos autores affirmão o mesmo destes nomes patronímicos. O que consta he que o dito Alvaro Vasquez de Castelbranco e este Vasco Pirez concorrerão ambos em algum tempo porque no mesmo mes e ano em que se deu a alcaidaria moor de Covilhã ao dito Alvaro Vasquez, como fica dito no capitulo atras, que foi no anno de Christo de 1357 e de Çesar de 1395, foi tãobem feita doação do castelo e alcaidaria moor de Monsanto ao dito Vasco Pirez, segundo se ve no livro dos registos d’el-rei dom Pedro, folio 4, onde o dito Vasco Pirez se nomea tãobem por vassalo do dito rei dom Pedro, que ja declarei no capitulo preçedente o foro que era naquele tempo. E posto que no dito registo não se poem ao dito Vasco Pirez o appellido de Castelbranco como em outros registos se deixa de por o de outros fidalguos (e particularmente o veremos em hum Silva no capitulo doze), comtudo se ve sem duvida que este he o registo da merçe da dita alcaldaria de Monsanto feita ao dito Vasco Pirez de Castelbranco, porque, pois nos consta pelo dito livro e arvore e pellas idades em que viverão e foi sempre tradição averiguoad a entre os desta linhagem que o dito Vasco Pirez de Castelbranco foi alcaide moor de Monsanto em tempo d’el-rei dom Pedro, nom he provavel que nos dez anos que este rei reinou ouvesse loguo outro Vasco Pirez vassalo de el-rei e alcaide moor da mesma villa. Assi que, presopondo que era este o do dito registo, bem se vem a colligir quão bons fidalguos e leais vassalos erão estes Alvaro Vasquez de Castelbranco e Vasco Pirez de Castelbranco, pois seus serviços obriguavão a el-rei dentro de hum mes dar hũa alcaidaria moor ao pai e outra ao filho. Ha entre os antiguos desta linhagem que oje viven que diz que ouviu



a seus antepassados que este Vasco Pirez [fl. 35] de Castelbranco viera de Castella e fora pai do dito Alvaro Vasquez e alcaide moor de Almeida, e que Martim Vaz e Guonçalo Vasquez, de quem se ha de tratar nos capitulos seguintes e acima dissemos neste capitulo serem filhos deste Vasco Pirez, não erão senão seus netos, filhos do dito Alvaro Vasquez, seu filho. Porem, esta opinião e imformação não siguo pelas rezões que neste capitulo ficão apontadas e porque da villa d'Almeida não acho outro Castelbranco que fosse alcaide moor senão o segundo Rui Vaz de Castelbranco de quem falamos no capitulo sexto.

Capitulo xi.

De Martim Vaz de Castelbranco, senhor das rendas dos judeus da villa de Penamacor, alcaide moor de Covilhã e Moura, filho primeiro de Vasco Pirez de Castelbranco, vassallo d'el-rei dom João o primeiro.

Martim Vaz de Castelbranco, diz dom Antonio de Lima no seu livro das linhagens que foi filho segundo do dito Vasco Pirez de Castelbranco e que foi casado com Caterina Paçanha, filha de Messer Jtão Pasanha, neta do almirãote de Portugal Meser Lançarote, e que dela ouve os sete irmãos que forão na tomada de Çeita de que adiante se ha de falar e assi mais duas filhas, hũa que foi molher de João Fogaça, comendador de Canha e Cabrella, e outra que casou com Guonçalo Guomez d'Azevedo, alcaide moor de Alanquer; porem, (a meu joizo) dom Antonio se enganou e confundio en todos estes particulares porque Caterina Paçanha [fl. 35 v] não foi molher de Martim Vaz senão de Lopo Vaz de Castelbranco, monteiro moor, e suas filhas forão as acima nomeadas, como se vera adiante no capitulo 14. E os irmãos que forão na de Çeita forão filhos de Guonçalo Vaz como mostrarei por evidente conjectura no capitulo seguinte; e quãoto a ser Martim Vaz filho segundo do dito Vasco Pirez de Castelbranco, ainda que se conforma com a arvore que tem dom Manoel de Castelbranco de que fiz menção no capitulo antes deste, contudo mais provavel parece que foi o filho mais velho, pois, alem da alcaidaria moor de Moura que



teve (segundo o dito dom Antonio de Lima afirma) soçedeeo tambem a seu pai na de Covilhã como se declara na dita arvore e consta claramente pelo que abaixo direi. E não he verosimel que a dita alcaidaria se desse ao filho segundo e não ao primeiro, e mais sendo Guonçalo Vaz que apontão por filho mais velho tal e tão honrrado como no capitulo seguinte se diraa. Ha mais outra rezão, que este Martim Vaz era vassallo como loguo diremos e do tempo d’el-rei dom Fernãodo por diante soo o filho maior avia a contia de vassalo ao menos no berço, segundo ja fica declarado no capitulo 9; mas, ou fosse Martim Vaz filho primogenito ou não, pareçeo-me tratar delle primeiro que de Guonçalo Vaz de Castelbranco seu irmão, porque, segundo a ordem que siguo de emfiar a desçendencia desta linhagem e pera o intento de formar arvore, he assi mais conveniente à relação dela como se entenderá do que neste capitulo se tratar, porque os desçendentes relatados neste sumario vem todos do dito Guonçalo Vaz e não deste Martim Vaz, conforme a mais provavel opinião. E parece que por estas causas o pos tãobem primeiro a dita arvore que tem dom Manoel, posto que o nomea por filho segundo. Consta entre todos que Martim Vaz de Castelbranco foi hum fidalguo muito honrrado, alcaide moor das ditas villas de Covilhã e Moura, segundo os documentos que pera cada hũa destas alcaida[fl. 36]rias açima toquei e assi em hũas memorias que me forão mostradas e me afirmarão ser da letra e mão de Guaspar de Barreiros, o que fez o itinerario de Roma, varão mui docto e curioso, o intitulla por alcaide moor d’ambas. Dom Antonio de Lima diz mais que foi monteiro moor d’el-rei dom João o primeiro, não sei se se confundio tãobem nisto atribuindo-lhe o ofício de Lopo Vaz de Castelbranco (de que falará o capitulo 14), como em lhe atrebuir a molher e filhas do mesmo se enganou. Devia resedir mais continuadamente Martim Vaz de Castelbranco o tempo que não estava na corte en Covilhã e ahi acho que vivia e se servia com muita gente de pee e de cavallo, segundo vi provado por brazoões e estromentos autenticos d’alguns que por bastardia dele desçendem. E he mui viva naquela villa entre as pessoas antiguas (que ouvirão fallar nelle a seus antepassados) a memoria deste fidalguo. Na aldea do Tortuzando, hũa legoa de Covilhã, ha hũas casas que chamão o paço que forão do dito Martim Vaz e no nome demonstrão a conta em que era tida e servida sua casa. E ha lembrança, que de huns antiguos passou a outros atee este tempo, que morrendo a Martim Vaz hum cavallo en que elle nas guerras



de Castella muitas vezes pellejara porque parece o achava capaz de arriscar nelle sua pessoa, honrra e vida antes que em outro, o mandou enterrar na praça de Covilhã, dizendo que não avião os cae~s de comer cavallo que o tam bem servira e em que elle ganhara tanta honrra há imitação de Alexandre Magno, que ao seu Buçefallo fez sepultura d'ouro e no lugar della edificou hũa das Alexandrias, por sobrenome “o Buçefalia”, como conta Plutarco em sua vida; e Julio Çesar e outros grandes da fama tam-bem pera com seus cavallos usarão de honrrosos benefícios, mostrando-se-lhe na morte aguardeçidos. Foi este Martim Vaz senhor das rendas e direitos dos judeus da villa de Penamacor de que lhe fez merçe el-rei dom João o primeiro, como consta do livro dos registos do dito rei, folio 50, e era seu vassallo, segundo o registo [fl. 36 v] da dita doação declara, que era a primeira e principal demonstração de fidalguia. A qual então tinham os milhores do reino como o conde de Barçelos dom João Afonso Tello de Meneses e outros tais. E por esta obriguação servião con çertas lanças (gente d'armas de cavallo na guerra) como no capitulo nove fica declarado. Foi a dita doação dos direitos de Penamacor feita no anno de 1422, a vinte d'agosto; e se erão da era de Çesar (o que o registo não exprime) ha 203 annos, e se erão da de Christo (pela quoaal naquelle anno se começou a contar como a ordenação diz) fica avendo 165 annos. Este Martim Vaz, ainda que alguns dizem que foi casado duas vezes e outros nenenhuma, o que se tem por çerto he que não teve filhos legitimos, soposto que o não forão os que inadvertentemente dom Antonio de Lima lhe atribue, como no prinçipio deste capitulo mostrei. Mas conforme as memorias de Guaspar de Barreiros açima alleguadas e imformação d'outras pessoas que disso podem ter notiçia, teve dous filhos bastardos – *scilicet*– Lopo Vaz de Castelbranco, que chamarão “o pico”, que se desnaturou deste reino por paixões que teve com hum imfante e en Castella falleçeo, e hũa filha outrosi bastarda per nome Isabel Vaz de Castelbranco²², da quoaal pretendem proçeder muitos deste appellido que naquellas partes e comarcas da Beira ouve e ha deramados, de que alguns são padroeiros de hũa igreja mui antigua que estaa junto da dita villa de Covilhã, onde antiguamente se diz que foi a villa e povoação maior e he da advocação de São Miguel, que em tempos antiguos foi freguesia e oje en dia tem pia de bautizar e o capellão

22 À margem, em letra do século XIX: “Vide a ultima anotação escrita por punho diferente a final deste livro”.



della retem o nome de prior posto que não tem fregueses nem cura d'almas. E desta descendência dizem tãobem que era hũ fidalguo honrrado per nome Fernão Vaz de Castelbranco, "bicos", ou "beijos", d'alcunha [fl. 37]²³, comendador de Cabeça da Vide em tempo d'el-rei dom Afonso o quinto. Guiomar Vaz de Castelbranco, sua filha, casou com Rui Gonçalvez Coronel, que tãobem se chamava de Castelbranco, veador que foi da casa d'el-rei dom Duarte, e della desçendem huns fidalguos Vazes de Castelbranco que ha em Portalegre, posto que outros dizem que este Fernão Vaz era filho ou desçendente de hum dos sete irmãos que forão na de Çeita, de que fallaremos no capitulo treze.

Capitulo xii.

De Guonçallo Vaz de Castelbranco, senhor da honrra do Sobrado, filho de Vasco Pirez de Castelbranco e alcaide moor da villa de Castelbranco, segundo alguns, e segundo outros de Moura, e de sua molher e filhos.

Guonçallo Vaz de Castelbranco foi irmão do dito Martim Vaz, ambos filhos do dito Vasco Pirez de Castelbranco, alcaide moor de Covilhã, como açima está dito. E conforme ao livro de dom Antonio de Lima e arvore que tem dom Manoel de Castelbranco, elle foi o filho primeiro de seu pai, posto que a mim parece o contrairo pellas rezões que no princípio do capitulo passado aponteí. No dito livro de dom Antonio de Lima, debaixo do titulo desta linhagem dos de Castelbranco, acabando de fallar do dito Vasco Pirez se continua desta maneira:

¶ Guonçallo Vaz de Castelbranco, filho primeiro deste Vasco Pirez, foi alcaide moor de Castelbranco; foi casado com Foã.

23 Anotação no topo da página, em letra do século XVII: "vol. 2º dos mysticos, folio 165. anno de 1468. Legitimação a Guiomar Vas filha de Fernão Vas de Castelbranco fidalguo da casa d'el-rei, comendador de Cabeça de Vide, e de Lianor Rodrigues mulher solteira".



E nestas poucas regras está dado risco e por iso não ousou afirmar o que da dita alcaidaria se nelas diz, ainda que entendo que a rezão de se riscarem foi outro enleio que o dito dom Antonio de Lima teve com a pessoa e nome deste Guonçallo Vaz, cuidando que fora outro segundo [fl. 37 v] Guonçalo Vaz de Castelbranco, pai do conde de Villa Nova, como abaixo apontarei. ¶ Em hũa carta que dom Françisco de Castelbranco, camareiro moor d’el-rei dom João o terceiro, filho do dito conde, escreveo ao dito rei antes que se saísse da corte agravado de sua alteza, em que lhe relata parte dos mereçimentos de seus antepassados juntamente com os agravos que a elle e a seus irmãos e irmãs por el-rei entendia lhe serem feitos, se queixa que sua alteza tomara a sua irmã a fortaleza de Moura que el-rei dom Manoel lhe deixara em seu testamento, a quoa fora ja de seu tresavo dele, camareiro moor. E pella conta da arvore que o dito dom Manoel de Castelbranco tem e que ordenou o dito camareiro moor ou seu filho dom Martinho, que se devia conformar com o que dele soubese, este Guonçalo Vaz de Castelbranco de que falamos foi tresavo do dito camareiro moor. E assi fica collegido da dita carta que foi alcaide moor de Moura, o que o dito camareiro moor não affirmaria por escrito a el-rei falando-lhe em materias tão graves e tanto de preposito sem lhe muito no çerto constar diso. E não emcontra a isto, amtes d’algũa maneira ajuda, o que no capitulo passado dissemos, que Martim Vaz, hirmão deste Guonçalo Vaz, foi alcaide moor da dita villa de Moura, porque ha memorias de antigos que dizem que por não ficarem filhos legitimos do dito Martim Vaz se passou sua casa e offiços e alcaidarias a seu irmão, posto que erradamente o nomeão por Lopo Vaz (aquelle de quem se fallará no capitulo 14), que foi filho deste Guonçallo Vaz e sobrinho do dito Martim Vaz. Podia contudo o dito cammareiro moor na dita carta receber emguano chamando tresavo a seu bisavo, porquanto diz que a dita alcaidaria de Moura lhe mandou el-rei dom João o primeiro de Boa Memoria a Çeita sem lha elles pedir e o que ficou em Çeita depois da tomada della e tornada d’el-rei pera o reino foi Lopo Vaz de Castelbranco que, segundo a conta que seguimos e a dita [fl. 38] arvore, foi bisavo do dito camareiro moor e não tresavo

¶ O que não tem duvida he que este primeiro Guonçalo Vaz de Castelbranco, de que tratamos neste capitulo, foi senhor da honrra do Sobrado, que he en terra de Paiva, bispado de Lameguo, segundo se ve por dous registros



no livro primeiro da leitura d’el-rei dom João o primeiro, folio 171 e folio 174, a quoa honrra, posto que consta pello segundo registo que fora de Afonso Guomez²⁴, que em outros registos daquelle tempo se nomea por Afonso Guomes da Silva, contudo do outro primeiro registo se ve (folio 171) que a dita honrra do Sobrado, antes ou depois do dito Afonso Guomez da Silva, fora de Paio Soares²⁵ e de dona Ines e de Estevão Paez, avoos de Lianor Vasquez, molher do dito Guonçalo Vasquez de Castelbranco. E constou-me por hum estromento antigo que ainda no ano de 1447 os fregueses da igreja da dita honrra do Sobrado renunçiarão todos o padroado da dita igreja que tinham em Diogo Soares de Paiva, descendente dos ditos fidalguos Soares, senhores da dita honrra e outrosi senhor della. E deste estromento e renunçiação mandou tirar o treslado, pera se aproveitar delle, o segundo Guonçalo Vaz de Castelbranco, senhor de Villa Nova de Portimão, no anno de 1473, sendo tãobem senhor da dita honrra do Sobrado, per que se da a entender que era parente do dito Diogo Soares. Foi feita a doação ao dito Guonçalo Vaz no arraial, estando el-rei sobre Chaves, a quinze de abril, ano de Christo 1386 e de Çesar 1422. E diz sua alteza nella que por o muito serviço que elle e o reino tinham recebido do dito Guonçalo Vasquez e querendo-lho conhecer e gualardoar com merçes, o que deve fazer bom rei e senhor a bom servidor, lhe faz a dita doação da honrra do Sobrado pera elle e todos seus soçessores, sem embargo de a ter primeiro dada a Guomez Freire seu escudeiro (que assi se nomeavão então os fidalguos prinçipaes muitas vezes nas provisões dos reis) e no dito anno e lugar lhe deu outrosi privilegio pera lhe não tirarem gente dos moradores da dita honrra pera servirem nas guallees de remeiros que se então [fl. 38 v] chamavão gualcotes nem lhe tomarem bestas como se contem no dito registo folio 171

¶ Deste Guonçalo Vaz de Castelbranco e não de Martim Vaz, seu irmão, forão filhos Nuno Vaz de Castelbranco e os seus seis irmãos que forão na tomada de Çeita, conforme a arvore desta linhagem que tem o dito dom Manoel de Castelbranco²⁶ e conforme ao que dizia Damião de Goes, que fez o livro moderno das linhagens que estaa na Torre do Tombo (segundo

²⁴ Segue-se “da Silva”, posteriormente riscado.

²⁵ Na margem direita: “¶ Soares de Paiva”.

²⁶ Segue-se o mesmo segmento, posteriormente riscado: “conforme a arvore desta linhagem que tem o dito dom Manoel”.



dele refere isto dom Antonio de Lima que sem rezão o reprova, como abaixo se dira). E mostra-se notoriamente ser isto assi por evidente conjectura, porque dos ditos sete irmãos que se acharão na tomada de Çeita, de que fallará o capitulo seguinte, dous delles se chamavão Dioguo Soares e João Soares, per que se demonstra serem filhos deste Guonçalo Vaz de Castelbranco e da dita dona Lianor Vasquez Soares, sua molher, que era da familia daquelles fidalguos Soares, senhores antigos da honrra do Sobrado. Donde se colhe que se enguanou dom Antonio de Lima em fazer Martim Vaz pai do dito Nuno Vaz e de seus irmãos, sendo assi que do dito Martim Vaz não ficarão filhos legitimos e seu irmão Guonçalo Vaz, e não elle, foi casado com a dita senhora da linhagem dos Soares; e assi com muita rezão Damião de Goes dizia ser o dito Nuno Vaz e Lopo Vaz e os outros irmãos filhos deste Guonçalo Vaz, primeiro senhor da honrra do Sobrado, dos deste appellido de Castelbranco e sem causa o reprovou o dito dom Antonio de Lima, dizendo que Guonçalo Vaz senhor da honrra do Sobrado tivera por filhos o conde dom Martinho e outros, no que se ve claro o emleio do dito dom Antonio, porque, sabendo que o dito Guonçalo Vaz pai do conde fora tãobem senhor da honrra do Sobrado como em seu titulo e luguar diremos, pareço-lhe que deste Guonçalo Vaz dizia Damião de Goes que os ditos Nuno Vaz e Lopo Vaz forão filhos, não advertindo que ouvera outro Guonçalo Vaz bisavo do conde que primeiro fora senhor da dita honrra do Sobrado de quem o dito Damião de Goes entendia, e que na verdade foi pai do dito Lopo Vaz, monteiro moor e de seus irmãos. Daqui re[fl. 39]sulta tãobem que erradamente no livro moderno das linhagens que está na Torre do Tombo se acha escrito que o dito Lopo Vaz monteiro moor foi filho de Martim Vaz. O que sem duvida no dito livro pos alguem que avia visto o livro de dom Antonio de Lima que assi o dizia e não foi escrito per orden do dito Damião de Goes, autor do dito livro da Torre, pois elle era de contraira opinião como o dito dom Antonio o comfessa. E ve-se claramente ser assi porque, começando o titulo dos de Castelbranco no dito livro da Torre do Tombo desta maneira:

¶ Lopo Vaz de Castelbranco, filho deste Martim Vaz, foi alcaide moor de Moura, etc., se conhece e enxergua claramente que aquellas palavras, “Martim Vaz”, estão escritas de diferente letra e tinta, e tendo-se em hũa cota deçima junto ao princípio do titulo desta linhagen feita menção im-



mediatamente de Guonçalo Vaz senhor da honrra do Sobrado, a elle se referia o principio da leitura do dito Lopo Vaz, dizendo foi filho deste, *scilicet*, do dito Guonçalo Vaz de que tinha fallado na cota, e não de Martin Vaz de que se não avia feito memoria. Tanto vai em averiguoar con consideração qualquer particullar e tanto mudão na sustança duas palavras, mais ou menos! Teve tãobem Guonçalo Vaz alem dos ditos sete filhos al-gũas filhas, e de soo hũa dellas ha descendentes, de que não trato porque sou suspeito.

Capitulo xiii.

De Nuno Vaz de Castelbranco, vedor da fazenda e do conselho d'el-rei, e de seus seis irmãos que forão na tomada de Çeita, todos filhos de Guonçalo Vaz senhor da honrra do Sobrado e de como a dita empreza se ordenou e acabou.

¶ Foi sen duvida el-rei dom João o primeiro de Portugal [fl. 39 v] príncipe de exçellentes virtudes, de real animo, invençiveis espiritos, esclarecidos feitos, e sobretudo de singullar esforço e vallor de sua pessoa, inclinado a grandes e memoraveis emprezas e en todas suas cousas mui bem afortunado, bem dino por çerto de gloriosa memoria de que alcançou o renombre, e hum dos dous mais famosos reis de Portugal, e que entre os varões illustres e príncipes de todas as nações que en diversos tempos no mundo florecerão pode ter mui bom lugar. E sendo en tudo felicissimo, em nada o foi mais que em lhe Deos dar tantos e tais filhos nos quaes a imitação de suas altas virtudes e a perfeição de suas reais partes e inclinações tão claramente resplandeço. Entre as cousas de moor nome e louvor que este esclarecido rei emprendeo e acabou foi a conquista e tomada de Çeita que com ajuda e persuasão dos mui esforçados e virtuosos infantes dom Duarte, dom Pedro e dom Anrrique, seus filhos legitimos mais velhos, e do conde de Barçellos dom Afonso, primeiro duque de Bragança, seu filho illigitimo cometeo e a que deu tão glorioso e vitorioso fim. 58 annos tinha de idade el-rei dom João quando ganhou Çeita, 31



avia que reinava, e mais de 27 que quasi sempre trouxera continua guerra con Castella, contando o tempo que a fez antes de tomar nome de rei assistindo en todos os maiores e mais periguosos feitos della e andando no campo quasi todo o tempo por sua pessoa com seu exercito, não defendendo somente seu reino, mas entrando pellos reinos de seu imiguo e devastando suas terras com multiplicadas vitorias sem nenhum contrairo soçcesso. E não bastou sua madura idade nem a continuação de tantos trabalhos e periguos de tão porlonguada guerra pera que, em sendo acabada per paz que com muita honrra e ventagem sua foi conçertada ao derreideiro de outubro da era de Christo de 411 e de Çesar de 449, logo nesse mesmo ano, não estando ainda os tratos de paz bem seguros, deixase de ordenar esta tão memoravel e assinada [fl. 40] empreza em cuja ordenaçãoça e aperçebimento gastou mais de quatro anos cuidando, consultando e resolvendo-se das difficuldades e remedios delas mui devaguar e com maduro e prudente conselho e, pello contrairo, pondo na execução tanta brevidade que em 27 dias que vão de dia de São Tiaguo em que partio de Lixboa ate 21 d'agosto da era da Çesar de 453 e de Christo de 415, este feito tão exçelemte e tão maravilhoso (como diz o chronista) mui esforçadamente cometeo, millagrosamente proseguio e prosperamente acabou. E, çerto, não parece menos de louvar a constançia grande e firmeza immudavel com que este glorioso rei persistio em sua detreminação e empreza, vençendo tantos contrastes e difficuldades e inconvenientes como sobrevierão que o animo altivo e generoso com que tão arduo feito em tais tempos emprendeo e o esforço e boa ventura que nelle teve. Era falleçida de oito dias a serenissima rainha dona Fellipa, de immortal fama dina por suas grandes virtudes, avia sinaes no çeo de infelliçes pronosticos, peste no reino e na armada, muitas e graves tormentas no mar, muitos e fortes imiguos na terra, muita fraqueza e desesperação na gente comum da armada, muitos e mui afincados conselhos e rogos e quasi motins pera persuadirem a el-rei que sem conseguir o efeito de sua empreza se tornasse pera o reino. Mas tantos e tais impedimentos, adversidades e contrastes não poderão nunca vençer nem dobrar o invençivel coração e immudavel proposito do exçelente rei e dos infantes seus filhos e de seus leais fidalguos, de cujo natual esforço he proprio nos maiores periguos em que os outros desfalleçem e desmaião ahi mais se apurar, como nesta empreza fizerão, onde nunca sua fee vaçilou nem falleçeo sua prontidão e esforço.



Nos fidalgos prínçipaes que nesta jornada servirão escasamente a chronica nomea dous atee tres de hũa geração e apellido e soo desta linhagem de Castelbranco nomea sete que são [fl. 40 v] Nuno Vaz, Lopo Vaz, Pedro Vaz, Gil Vaz de Castelbranco²⁷, Paio Rodriguez de Castelbranco, Dioguo Soares e João Soares de Castelbranco, como se pode ver da chronica do dito rei, 3.^a parte, capitulo 41; os quais sete irmãos erão filhos de Guonçalo Vaz de Castelbranco, senhor da honrra do Sobrado, como provamos no capitulo antes deste. E dá a chronica a entender que Nuno Vaz era irmão mais velho porque alem de o nomear primeiro acabando de nomear os mais, diz: “Todos estes irmãos de Nuno Vasquez”, pallavras que denotão preçedençia do dito Nuno Vaz entre seus irmãos. E assi no capitulo 63 da dita chronica elle soo delles foi armado cavaleiro, ainda que isto podia acontecer por outra rezão que abaixo tocarei. E a arvore do dito dom Manoel de Castelbranco, em conformidade disto, faz ao dito Nuno Vaz filho primeiro de seu pai e nella, exçep̃to Lopo Vaz de Castelbranco, de quem desçendem os que adiante irão neste sumario, soo ao dito Dioguo Soares se assina molher sem nomear qual e por isso não sabemos emfiar as desçendençias dos seis irmãos e porventura as não ouve senão illegitimos. Contudo, consta pello testamento do dito Nuno Vaz e instituição do morguado que fez que do dito Paio Rodriguez de Castelbranco, quinto irmão, ouve hum filho chamado Guonçalo Vaz de Castelbranco, mas não temos notiçia dos que dele desçenderão. E tornando ao feito de Çeita, pode-se com verdade afirmar que nelle teve esta linhagen de Castelbranco maior parte que nenhuma outra fidalguia, e podem-se os que dela são justamente entre todos gloriar que com o primeiro rei d’Espanha que depois dos guodos passou a Africa Tingitana e nella ganhou luguar e força tão importante se acharão de sua familia mais fidalguos que de nenhuma outra. Era Çeita das maiores e mais prínçipaes çidades da Mauritania, tão rica como forte, escala de todas as armadas de infieis que contra os christãos a nossos mares deçião, porta per que entrou destroição geral do [fl. 41] infelliçe rei dos guodos dom Rodriguo e de seus reinos, e por a quoa cada dia poderosos exerçitos de diversos reis mouros entravão a invadir e conquistar a Andaluzia e mais provincias de Espanha; finalmente era Çeita, e he, con rezão chamada chave della. Estava dentro Çala ben Çala mouro nobilissimo do real sangue dos Marins que da dita çidade e de muitos outros

27 Segue-se um segmento riscado: “como se pode ver”.



luguares era senhor. Tinha consigo infinita multidão de mouros, assi vassallos seus como de socorro, e pella grandeza e fortaleza da çidade se achava mui comfiado na defenssão della mas o soçesso em tão breve espaço o desemguanou de sua vã confiança que do primeiro combate lhe foi a çidade guanhada pellos mui vallerosos infantes dom Duarte e dom Anrrique, que por a porta da Almina primeiro que el-rei e que o infante dom Pedro a entrarão e se apoderarão della fazendo com as gentes de suas bandeiras admiravel destroço per todas as partes e luguares e ruas mais fortes da çidade onde a multidão dos imiguos fazia resistençia. Conta a chronica, na dita terceira parte, capitulo 57, que quando a primeira bandeira viteriosa do imffante dom Anrrique entrou na çidade, que foi o que por si e com sua gente mais estremos de cavalaria fez, hia acompanhada de 500 homens d'armas, entre os quais erão com suas bandeiras Martim Afonso de Mello e Gil Vaz. E porque a chronica não declara neste luguar o appellido deste Gil Vaz e por ella consta no capitulo 41 que, alem de Gil Vaz de Castelbranco, irmão do dito Nuno Vaz, foi nesta jornada outro fidalguo chamado Gil Vaz da Cunha, o quoad viera com o dito infante dom Anrrique em a frota que trouxe do Porto pera Lixboa, como se relata no capitulo 28 da dita chronica, não quero atrebuir este feito e louvor inçerto de entrar na çidade dos primeiros com sua bandeira em companhia do dito infante a Gil Vaz de Castelbranco, por não parecer que a afeição [fl. 41 v] e desejo de encareçer os mereçimentos e serviços dos deste appellido me faz meter com os çertos os duvidosos. O mais que ha de Nuno Vaz de Castelbranco se dira no capitulo seguinte.



Capítulo xiiii.

De como Nuno Vaz de Castelbranco foi armado cavalleiro pello infante dom Duarte en Çeita e como foi veador da fazenda e do conselho d’el–rei dom Afonso o quinto e do grande assentamento e moradia que tinha, e da instituição que fez do morguado de Castelbranco no termo de Lixboa com os mais bens a elle anexos e de sua molher e filhos

Entrada a çidade de Çeita e acabada de ganhar pellos nossos da maneira que no capitulo acima fica contado, el–rei dom João, depois de fazer consagrar em igreja a mesquita maior dos mouros e depois de nella dar graças a Nosso Senhor pella grande merçe que a elle e a seu reino e a toda Espanha e christandade fizera em lhe dar tal çidade con tanta gloria sua, destroição dos imiguos e pouca perda dos seus, assentou de armar cavaleiros com grande e solene festa na propia igreja maior aos imfantes e condes seus filhos e depois delles, por sua mão e dos imfantes, serem tãobem armados os maiores e prinçipaes fidalguos que ou por nobreza e mereçimentos ou por se averem sinaldo na entrada da çidade precedes–se[m] aos outros mais da armada que não tivessem recebido ainda ordem de cavallaria. E refere a chronica, capitulo 63, que o infante dom Duarte, filho primogenito, armou ali a Nuno Vaz [fl. 42] de Castelbranco com outros alguns fidalguos dos prinçipaes de todo o exercito – *scilicet* – o conde dom Pedro, seu alferes moor, que depois ficou por capitão da dita çidade; dom Fernão de Meneses, dom João de Noronha, dom Anrrique, seu irmão; Pedro Vaz d’Almada, Dioguo Fernandez d’Almeida e Nuno Martinz da Silveira, do quoa diz o chronista no fim do capitulo 59 que fez naquella dia feitos d’armas tão assinados que por esse respeito o infante dom Duarte, cujo elle era, entre os prinçipaes que escolheo pera armar cavaleiros por si armou tãobem a este Nuno Martinz da Silveira, das quais palavras se ve quão especial callidade mereçimentos e esforço foi a daquelles poucos fidalguos que pello dito infante dom Duarte forão com particullar escolha e elleição feitos cavaleiros, e entendendo que sendo tão prinçipal pessoa Lopo Vaz de Castelbranco, monteiro moor, e Gil Vaz e os



mais seus irmãos, não forão ali armados cavaleiros porque porventura o serião ja dantes nos continuos feitos de guerra com Castella que o dito rei tantos anos tivera. E esta he a rezão por que tãobem se deve entender que muitos outros fidalguos mui calificados que na jornada forão deixarão de receber nella aquella honrra e ordem de cavallaria que el-rei e os imfantes a alguns derão. E pois aqui cahio fallar desta materia de armar cavalleiro, quem quiser ver as serimonias della e as obriguações de quem entra nesta ordem lea, alem dos autores antigos e dos modernos fabulosos, a Damião de Goes no sumario da chronica do príncipe dom João, capitulo 27, onde trata da solenidade com que el-rei dom Afonso o 5º, na tomada de Arzilla, armou o dito príncipe seu filho.

E tornando ao dito Nuno Vaz de Castelbranco, consta-me que foi do conselho e veedor da fazenda d’el-rei dom Afonso o 5º, e que estes carguos servia no ano de 434, porem, por os livros da chancelaria dos reis atras pella maior parte serem perdidos, me nom pode constar se lhe forão primeiramente dados pello dito rei dom Afonso ou per seu pai ou avo. Mostra-sse que os tinha no anno de 434 porque se nomea com estes titulos em hũ registo de hũa merçe que no dito ano el-rei dom Afonso fez en comfir [fl. 42 v] mação de hũ alvara d’el-rei dom Duarte seu pai, incorporado na carta pella qual el-rei dom Afonso manda a Fernão Alvarez de Faria, recebedor de sua alfandegua da çidade de Lixboa, que faça paguamento ao dito Nuno Vaz de Castelbranco do seu conselho e seu veador da fazenda de çento e quarenta mil reaes en cada hũ mes que o dito rei lhe ordena dahi en diante de sua moradia e acreçentamento, pagos na dita alfandega per carta feita en Santarem a treze de fevereiro de 434, que está registada na Torre do Tombo, fl.²⁸

A quoa contia çerto he espantosa e exçesiva, nem se deixa bem entender como podia ser isto moradia, salvo era a contia ordenada que se dava aos fidalguos vassalos pera servirem con çertas lanças na guerra segundo suas calidades e rendas, como fica dito atras no capitulo nono; porem, esta ordenação dos vassalos ja neste tempo d’el-rei dom Afonso era mudada e o foro de vassalo muito abatido, nen no dito registo da merçe e moradia de Nuno Vaz se faz tal menção de vassalo, pello que pode porventura estar

28 Segue-se espaço em branco.



no dito registo a contia errada ou o tempo, avendo de dizer “en cada ano” onde diz “en cada mes”.

No ano de 1442, sendo o dito Nuno Vaz de Castelbranco casado com Joana Jusarte, achando-se ambos velhos e sem filhos instituirão hum moorguado de seus bens, cuja cabeça fizerão a quimtã de Castelbranco sita no termo desta çidade de Lixboa na freguesia de Santa Eiria, anexando-lhe outras herdades muitas no termo desta dita çidade e outras no de Sintra e outras no Marmelar, termo de Torres Vedras. E ordenou o dito Nuno Vaz, instituidor, que este morguado por sua morte e da dita sua mulher, fallecendo ambos sem filhos, viesse a Lopo Vaz de Castelbranco, seu irmão, alcaide moor de Moura, e depois delle a seus descendentes, andando sempre no filho maior que ouvesse ao tempo do fallecimento e que todos os possuidores deste moorguado fossem da sua linha e linhagem e se chamassem do appellido do de Castelbranco sem o mudarem nem acreçentarem outro algum e trouxessem as armas direitas desta linhagem, [fl. 43] apellido e solar (que desta palavra usa a dita instituição) sem poderem misturar com ellas outras algũas, e com obriguação mais de çertas missas cantadas no moesteiro de Chellas junto a esta dita çidade de Lixboa (que tão antigo como isto he ter aquela casa e moesteiro obriguação a esta linhagem, de que depois proçederão muitas prelladas e pessoas que a guovernarão, como adiante se vera), em defeito dos descendentes do dito Lopo Vaz de Castelbranco, seu sobrinho, filho de Paio Rodriguez de Castelbranco, seu irmão, de quem no capitulo preçedente fizemos alguma menção. Este he o morguado que oje possui dom Antonio de Castelbranco, senhor delle e da villa de Pombeiro, quarto neto do dito Lopo Vaz, monteiro moor e alcaide moor de Moura, primeiro herdeiro instituido nelle, de quem mais larguamente trataremos nos capitulos seguintes. E por estas soçessões que ouve neste morguado se mostra que o dito Nuno Vaz de Castelbranco, instituidor, do conselho d’el-rei e veador da fazenda, falleçeo sem filhos, pois o morguado veio aos transversaes, sostituídos e chamados na instituição por elle feita en defeito de filhos e descendentes seus. E isto he tudo o que do dito Nuno Vaz de Castelbranco e de seus serviços honrras e cargos, mulher e filhos se pode alcançar.

Capitulo xbº.



De Lopo Vaz de Castelbranco, monteiro moor d'el-rei dom João e d'el-rei dom Duarte, alcaide moor de Moura e de seus serviços en Çeita depois dela guanhada aos mouros.

Lopo Vaz de Castelbranco foi filho de Guonçalo Vaz de Castelbranco, senhor da honrra do Sobrado, segundo se provou no capitulo xii. E posto que delle juntamente com seus irmãos que forão na de Çeita se tratou no capitulo [fl. 43 v] treze, contudo, porque de suas cousas, offiçios, molher e filhos ha mais notiça e delle desçendem os fidalguos de que ao diante en todo este summario se ha de fallar, e dos antigos elle he o mais çerto e vivo progenitor na lembrança de todos, quis dele fazer este capitulo particular. E continuando com a materia dos capitulos passados açerca da tomada de Çeita, he de saber que guanhada a çidade no dia que el-rei armou seus filhos cavaleiros e elles armarão alguns fidalguos e entre elles a Nuno Vaz de Castelbranco, seu irmão, como ja fica dito, teve el-rei conselho se devia sustentar e conservar em seu senhorio a dita çidade ou depois de saqueada e despejada das muitas riquezas que nella forão achadas desempara-la e largua-la aos mouros. E sem embargo de muitos e grandes inconvenientes que por alguns do conselho forão apontados el-rei se resolveo por milhores e mais honrrosas e catholicas rezões em a ter e defender. E tratando el-rei de deixar tal capitão e capitães nella de cujas callidades, nobreza, prudência e esforço se pudesse cõfiar cousa tão perigiosa e difiçil como se entendia que seria a defenssão daquella çidade, a quem tanta multidão de inimigos maguoados da fresca perda della ficavão à porta e de quem se tinha por çerto averen-na loguo de vir çercar, ouve alguns senhores e fidalguos que por respeito destes periguos e dificuldades sendo apontados pello conselho e nomeados por el-rei pera o carguo de capita~es da dita çidade, posto que erão pessoas mui notaveis e de mui conhecido valor se escusarão de ficar nella, e emfim el-rei deu a dita capitania e guovernança da çidade ao grão conde de Viana dom Pedro de Meneses, que não somente pospondo todos os periguos a aceitou, mas por esse mesmo respeito a pedio a el-rei, metendo grandes interçessores pera a alcançar, que forão o infante dom Duarte, seu senhor, cujo alferes moor elle era, e o mestre de Christo dom Lopo Diaz de Sousa, seu tio. E porque el-rei entendeo que polla importancia e periguo



do negoço cumpria deixar alem do dito conde tais fidalguos de mais confiança que avia em [fl. 44] seu serviço, a quem encomendarão as capitánias das gentes que com elles avião de deixar, que erão os milhores e mais nobres moradores de suas casas. E a defenssão da çidade se repartio emtre o dito conde dom Pedro e os ditos fidalguos capitães, e coube ao conde a guoarda do castello com mil homens en que entravão 300 que lhe o infante dom Duarte deixou. E da gente d’el-rei, que forão trezentos escudeiros de sua casa, todos gente nobre e escolhida, deixou el-rei por capitão a Lopo Vaz de Castelbranco, seu monteiro moor. No que ha que considerar duas cousas: a primeira, como en tamanha armada (que se diz ser a maior que atee aquelle tempo se vira em Espanha e assi o comfessa Çurita, livro xii, capitulo Liii de seus *Annais*) não achou el-rei fidalguo nenhum de tanta confiança pera negoço tão propio seu quãoto era a capitania dos nobres criados de sua casa como o dito Lopo Vaz de Castelbranco; e a outra he que não soamente nesta jornada os deste apellido de Castelbranco forão os mais que de hũa familia de fidalguos se nomeão que se nella acharão, mas, por que en tudo ficasse esta linhagem sempre sendo dos primeiros e prinçipaes no servir, quando os mais se vinhão com el-rei descansar e guozar do fruto da vitoria ficava hum tão prinçipal desta linhagem antre outros poucos que direi abaixo, servindo de novo, disposto a maiores periguos e mais arriscados serviços, como tudo isto se ve do capitulo Lxb da terceira parte da chronica do dito rei dom João, o primeiro. E posto que ella não declara que nos çercos da dita çidade que ao diante se seguirão se achassem o dito Lopo Vaz de Castelbranco, Guonçalo Nunez Barreto, João Pereira Agostinho, Alvaro Mendes Serveira (que erão os fidalguos que el-rei e os infantes nella deixarão com os ditos carguos da defenssão della e capitánias de gente que lhe derão) contudo, pois a chronica não faz menção que fossem tornados pera o reino no tempo dos çercos, he bem de crer que o dito Lopo Vaz de de Castelbranco e os açima nomeados residirão na dita çidade não tão soamente nos tres primeiros annos, en que somente ouve rebates e cometimentos ordinarios de mouros da comarca, mas que tãobem se acharão nos çercos que passados os ditos tres anos loguo se seguirão hum apos outro.



No primeiro cerco destes vierão çento e vinte mil mouros emtre gente de pee e de cavallo com algũas gualees e muitas fustas e por mar e por terra combaterão a çidade mui rijamente, pellejamdo sem nenhum temor e com muito esforço e determinação. Mas os que na çidade estavam a defenderão tão valerosamente que com morte de muitos e grande dano recebido os mouros levãotarão o cerco. E bem parece que em cerco tão apertado e contra tanta multidão de imigos pera defenssão de tão grande e espaçosa çidade como então era Çeita serião bem neçessarios os dous mil e seteçentos homens de pelleja que erão ao todo os que el-rei e os imffantes deixarão ao dito conde dom Pedro e a Lopo Vaz de Castelbranco e aos mais fidalguos.

¶ Apos este cerco se seguio loguo outro da armada e gente que veio per ordem e a requerimento d’el-rei de Granada chamado “o Esquerdo”, que em 64 galees mandou toda a frol de seu reino e outra muita e por capitão moor Molei Çaide, seu sobrinho, mouro esforçado e de grande estima sobre todos os do reino, o qual continuou o dito cerco con tanta braveza que por mais dano que os seus recebião não fazia a morte dos muitos mortos espanto aos vivos, antes se lhe dobrava o animo com a ira e assi derão os mouros a çidade por todas as partes mui aturados e afrontados combates. Mas en todos elles foi tão grande o esforço dos da çidade que con grande destroço dos imiguos lhe fazião sentir a dura resistencia que nelles avia, e finalmente forão de todo desbaratados em hum rebate que no derradeiro dia do cerco os da çidade lhe derão saindo a elles com animosa furia, em que foi morto o dito capitão moor Molei Çaide e com elle muitos outros alcaides prinçipaes do reino de Granada, cujas mortes e desbarate quasi con seus olhos esteve oulhando como d’atalaia desd’os mais altos montes de Gibraltar o mesmo rei de Granada que à dita villa viera.

En todos estes feitos deste cerco se não achou outra gente que de novo do reino fosse en socorro salvo seisçentos homens que el-rei com o primeiro aviso mandou e por capitão prinçipal delles a dom João de Noronha e com elle dom Fernãodo seu irmão [fl. 45] e outra pouca de gente con que de diuerssas partes acudirão alguns fidalguos particulares, e entre elles foi do Algarve Carlos Paçanha, tio da molher de Lopo Vaz de que loguo falaremos. E posto que el-rei con segundo aviso mandou mais aos imffantes dom



Anrrique e dom João com muita e mui nobre gente de seus reinos a descercar a dita çidade, não chegarão a tempo mais que pera ver o grande estraguo dos mouros que naquele derradeiro combate e pelleja que os da çidade tiverão quasi na ora antes da chegada dos imffantes forão mortos.

De maneira que o trabalho, pellejas e cavalleirosos feitos daquelle çerco e vitorias nelle guanhadas contra os mouros se devem principalmente aos que na çidade residião e a quem era emcarreguada a defenssão della que, por se não colligir o contrairo da dita chronica, se entende que erão o dito Lopo Vaz de Castelbranco e os mais fidalguos que com elle avião ficado por mandado d'el-rei e imfantes e se confirma isto, mais do que referi no capitulo xii, da carta do camareiro moor pera el-rei dom João o terçeiro, em que diz que a este seu bisavo (a que elle chama inadvertidamente tres avo) mandou el-rei a Çeita a alcaidaria moor de Moura, a qual, ainda que fora de seus antepassados, contudo o mandar-lha el-rei a elle sem a pedir he provavel que fosse com ocasião fresca dos notaveis serviços daquelles çercos.

Capitulo xbi.

Dos officios, molher e filhos de Lopo Vaz de Castelbranco, alcaide moor de Moura, monteiro moor dos reis dom João e dom Duarte.

Este Lopo Vaz de Castelbranco, como ja atras fica apontado, foi alcaide moor de Moura, segundo dizem os livros ambos [fl. 45 v] das linhagens de Damião de Goes e dom Antonio de Lima e se ve pella instetuição do morguado de Castelbranco feita por Nuno Vaz, seu irmão, de que se tratou atras, capitulo xiii, e consta per outros muitos documentos e pella arvore que ten dom Manoel de Castelbranco e he cousa sen duvida. Foi outrosi, conforme aos ditos livros e à dita *Chronica da Tomada de Çeita*, capitulo 65, monteiro moor d'el-rei dom João o primeiro e d'el-rei dom Duarte, seu filho, o quoa offiço lhe foi dado a 26 d'agosto, era de Çesar de 1452, que fica sendo de Christo 1414, como se ve do registo, livro 3º, folio 172, entre os registos do dito rei dom João, que ha 173 anos. E os poderes con



que o teve forão os mesmos con que depois foi dado ao almirãote Nuno Vaz de Castelbranco, seu filho, parte dos quais apontaremos no capitulo seguinte.

¶ Casou o dito Lopo Vaz de Castelbranco com dona Catarina Paçanha, filha de Messer Itão Paçanha, neta de Messer Lançarote, almirãote de Portugal, sobrinha do almirãote Messer Carlos, a quem el-rei dom João o primeiro no princípio da empreza de Çeita, quando começou a perceber-se pera ella, mandou e encarregou que provesse todos os mareantes cada huns en seu estado que erão sogeitos a jurdição do dito offiço pera que estivessem prestes de maneira que brevemente podese elle almirante fazer delles o que lhe el-rei mandasse, como se refere na chronica açima aleguada, dita terceira parte, capitulo xiii. Este almirante Messer Carlos foi sogro do conde de Viana e Villa Real dom Pedro de Meneses, primeiro capitão da dita çidade de Çeita, pai de dona Genebra, sua 4^a molher, como se relata no livro moderno das linhagens.

¶ Era o dito offiço de almirãote dado de juro e erdade em feudo por os reis dom Dinis e dom Afonso o 4^o aos desta geração e apellido de Paçanhos, deçendentes lidimos barões de Messer Manoel Paçanho, fidalguo genovez de nação, a quem se a dita merçe fez por sua callidade, esforço e esperiençia da guerra do mar. O qual almirãote Manoel teve mui grande ordenado com o dito [fl. 46] offiço e foi senhor da villa de Mira e de muitas outras rendas, reguengos e honrras neste reino. À jurdição deste offiço pertencia o guoverno da gente do mar e das vintenassas que erão ordenadas nos luguares maritimos; punha seus ouvidores, alcaides, meirinhos e porteiros, escrivães e outros offeçiais que conheçião dos feitos dos homens do mar sem nelles entender outro algum juiz nem justiça. Com estes mesmos poderes e preheminençias teve este offiço o almirante Messer Lançarote, avo da dita Caterina Paçanha, que era almirãote ao tempo que se efectuou a dita tomada de Çeita e foi hum dos prínçipaes fidalguos que nella forão. O quoal, ancorãodo a armada à vista da dita çidade, ficando todos os demais navios afastados ao mar onde lhe não podia chegar a artelharia dos mouros, soo elle com a sua galee que hia foi ancorar mais perto da praia que todos. E sendo lugar mui perigoso, por mais que lhe persuadião nunca se delle quis apartar, dizendo que pera ir adiante viera ali e não



pera tornar atras. Foi sempre em sua vida mui esforçado cavalleiro e tinha disso mui grão nome e reputação, como a chronica conta, capitulo 48, e o que mais acima toquei dos poderes do offiço do almirantado que teve vi por hum estromento antiguo que o conde dom Pedro, senhor de Villa Real e capitão de Çeita, que lhe depois no offiço soçedeo e foi almirante de Portugal fez treslladar e tirar da Torre do Tombo pera delles poder usar e me constou tãoobem pellas proprias doações e contrato feito antre el-rei dom Dinis e o dito almirãote Manoel, assinado por ambos, onde o dito almirãote se assina por esta palavra italliana: “Paçagno”, que, guoardando a regra de como em portugues se ha de mudar o “gn” italliano em “nh” fica constando que o appellido desta geração he propriamente Paçanho. E assi o vi posto em muitas outras provisões daquelle tempo, posto que o uso depois mais comunmente entre nós induzio nomearmos Peçanha, como tambem nomea Jeronimo Çurita nos *Annaes de Aragão*, nas partes onde falla dos serviços [fl. 46 v] e feitos em guerra destes almirantes de Portugal que tãoobem nas nossas chronicas estão larguamente rellatados. E não faltão pessoas nobres, curiosas e de entendimento, genovezes de nação, que dizem que os desçendentes desta familia se chamão em Itallia “Passanos”, com dous “ss” e sem “g”. Desta linhagem, appellido e avos proçedia a dita Catarina Paçanha, molher do dito Lopo Vaz de Castelbranco. E fazião naquelle tempo as senhoras de grande sangue tão pouco caso do dom que chamando-se dona Genebra a molher do almirante Misser Manoel, bisavo da dita Catarina Paçanha, ella o não tomou nem o consentio tomar a suas filhas, que abaixo nomearemos. O dito Messer Itão, pai desta senhora, quando se el-rei dom João veio de Çeita ficou com algũas galees no mar por guoarda do estreito, porque se esperava virem navios de immiguos.

¶ Desta senhora, filha de tal pai, neta de tais avoos, ouve o dito Lopo Vaz de Castelbranco os filhos seguintes, como consta do livro das linhagens de Damião de Goes²⁹ e, mais no çerto, por hum testamento de Guonçalo Vaz de Castelbranco, filho de Lopo Vaz e primeiro senhor de Vila Nova de Portimão, que fez indo na jornada de Arzilla o ano que se ella guanhou, onde

29 Nota na margem esquerda, em letra do século XVII: “no comdesilho do governador dom Gonçalo que esta no maço 5 n.º 2 se nomea por prioresa de Chelas D. Britis de Castelbranco por filhas do governador d. Mecia e dona Maria nomea se mais entre as freiras Ines de Gonçalves de Castelbranco e Briatris Vas de Castelbranco”.



nomea muitos de seus irmãos e irmãs e por elle se convençe tãobem o erro de dom Antonio de Lima no seu livro das linhagens, do quoa[al] ja tratei no princípio do capitulo xi. Assi que a verdade he que os filhos e filhas do dito Lopo Vaz de Castelbranco e da dita Catarina Paçanha forão, conforme ao dito testamento, estes: Nuno Vaz de Castelbranco e Guonçalo Vaz de Castelbranco, Maria de Paiva, Lianor d'Abreu. E no dito testamento estão os ditos Rui Fernandez de Castelbranco e Lianor d'Abreu especialmente nomeados sem que delles, nem nos livros das linhagens, nem na arvore desta ja por nos muitas vezes aleguada se faça menção. E porque delles ambos, irmão e irmã, não sabemos imfiar as desçendenças, e dos ditos Nuno Vaz e Guonçalo Vaz e seus filhos netos e desçendentes se ha de tratar mui larguamente adiante neste sumario por destes dous irmãos que forão ambos e cada hum por si mui notaveis e aba[fl. 47]lizados fidalguos desçenderem todos os que oje ha prinçipaes desta linhagem, trataremos somente neste capitulo do que toca às outras duas irmãs.

¶ Concordão todos que a dita Isabel Vaz de Castelbranco³⁰ (a que outros chamão Isabel Vaz Paçanha) casou com Guonçalo Guomez d'Azevedo, alcaide moor d'Alanquer, que devia ser filho de Rui Guomez d'Azevedo, tãobem alcaide moor da dita villa, que se perdeo com tormenta vindo de Çeita com os infantes dom Anrrique e dom João do socorro do segundo cerco que a dita çidade teve, segundo se ve na chronica d'el-rei dom João o primeiro, terçeira parte, capitulo 69. E devia ser outrosi neto o dito Guonçalo Guomez de Martim Lopez d'Azevedo, alcaide moor tambem de Alanquer, que no capitulo 41 da dita chronica se conta entre os prinçipais fidalguos que forão na jornada da tomada de Çeita. E desta familia foi tãobem o alferes moor d'el-rei dom Afonso o 4º na batalha do Salado. Do dito Guonçalo Guomez d'Azevedo e da dita Isabel Vaz de Castelbranco, sua mulher, proçedem os almirantes que oje são deste reino e outros fidalguos deste apellido de Azevedo, seus parentes, que ha em Elvas por esta maneira. Guonçalo Guomez e sua mulher tiveram tres filhos machos: o primeiro foi Rui Guomez d'Azevedo, que soçedeo ao dito seu pai na alcaidaria moor d'Alanquer; e Lopo Vaz d'Azevedo, filho segundo, que tomou o nome do dito Lopo Vaz de Castelbranco, pai de sua mãe; e Francisco d'Azevedo, filho terçeiro. O dito Lopo Vaz, filho segundo, foi

30 Na margem direita, em letra da mesma época: "¶ Azevedos".



almirãote (no que alem de sua calidade e muitas partes e mereçimentos per que foi muito açeito a el-rei parece que se teve tãoobem respeito a desçender da familia dos Paçanhas, cujo o dito offiço fora de juro como atras he declarado); não teve filho legitimo o dito almirãote Lopo Vaz, mas a dom Antonio d'Azevedo, seu filho natural, deu el-rei o mesmo offiço de almirãote. Delle nasceo dom Lopo d'Azevedo, e deste veio outro dom Antonio d'Azevedo, todos almirantes. E por não ficarem filhos do dito dom Antonio lhe soçedeo o almirãote seu irmão, que oje o he, conhecido elle e seus antepassados por de muito vallor e es[fl. 47 v]forço.

¶ Do terceiro filho, Françisco d'Azevedo, naçeo Rui Guomez e delle veio Françisco d'Azevedo, o d'Elvas, que ha pouco que falleçeo, cujo filho he Rui Guomez d'Azevedo, hum fidalguo de mui boas partes e callidades e de muita renda que oje vive na dita çidade de Elvas; foi na jornada d'el-rei don Sebastião e nella cativo antre os oitenta fidalguos do rol d'el-rei de Fez e Marrocos.

¶ A outra filha do dito Lopo Vaz de Castelbranco, que se chamou Maria de Paiva como atras dito he, entendo que tinha este appellido por parte de sua avo Lianor Vasquez Soares, molher que foi do primeiro Guonçalo Vaz e desçendente de huns fidalguos Soares que por serem senhores da honrra do Sobrado, como dissemos no capitulo xii, que he no julgado de Paiva, se chamavão tãoobem desse appellido de Paiva, como se ve em Dioguo Soares de Paiva que no ano de 447 foi senhor da dita honrra, e nelle trespassarão os moradores o padroado da igreja della segundo atras vai referido no capitulo xii, e adiante, capitulo 50, onde tratamos da merçe e doação que da dita homrra foi feita ao segundo Guonçalo Vaz, senhor de Villa Nova de Portimão. Foi casada com João Fogaça, comendador de Canha e Cabrella, veador do conde de Barçellos dom Afonso, filho d'el-rei dom João o primeiro, e primeiro duque de Bragança, o quoa João Fogaça tambem foi na dita jornada de Çeita e se conta entre os prínçipaes fidalguos que nella se acharão, conforme a dita chronica no capitulo 41. E no capitulo 57 se diz delle que era mui esforçado e como tal, quoaando o infante dom Anrrique pretendeo com grande risco tomar terra na praia da dita çidade de Çeita, andando ja os mouros mui soltos e ousados nella, foi João Fogaça o primeiro que con seu batel mais rijo vogou pera a praia



e mais perto de terra diante de todos abordou e varou em ella. E isto diz a chronica, que João Foguaça fez anojado³¹ da tardança do sinal d’el-rei que se esperava e alvoroçado da vista e soltura dos mouros. Dos filhos que teve nos não consta. No testamento do almirante Nuno Vaz, seu cunhado, que foi aberto em Alanquer no ano de 1481, sendo alcaide moor da dita villa Rui Guomez, seu sobrinho, acima [fl. 48] nomeado, se declara que foi do dito testamento testemunha Rui Vaz de Castelbranco, sobrinho do dito almirante, mas não sabemos se proçeedo do dito João Fogaça ou do dito Rui Fernandez de Castelbranco, terceiro filho de Lopo Vaz, monteiro moor, de quem imos falando nestes capitulos, nem outrosi temos noticia se este Rui Vaz de Castelbranco, que na aprovação do dito testamento se nomea, teve filhos ou descendentes alguns.

Capitulo xbii.

De Nuno Vaz de Castelbranco, almirante de Portugal, alcaide mor de Moura e de Obidos, senhor do Bombarral, monteiro mor d’el-rei dom Afonsso o 5º e de sua mulher e filhos.

O filho mais velho de Lopo Vaz de Castelbranco, de quem se falou no capitulo preçedente, foi Nuno Vaz de Castelbranco como se nelle dise. O qual foi de tantas e tão boas callidades pessoaes e serviços que alem da alcaidaria moor de Moura que foi de seu pai lhe deu el-rei a de Obidos e foi senhor do Bombarral, que he outro lugar perto da dita villa de Obidos, como dizem a arvore de dom Manoel de Castelbranco e outras imformações, posto que nos livros das linhagens de Damião de Goes e de dom Antonio de Lima somente se nomea a de Moura. Teve tãoobem o offiçio de monteiro moor como seu pai com os poderes costumados, que são prover e dar per cartas em nome d’el-rei, mas por elle assinadas, os offiços de monteiros moores nas comarcas do reino e todos os outros monteiros pequenos das matas todas as vezes que vagarem os ditos offiços ou por morte ou por

31 Fez anojado: Certamente erro, por “foi anojado”. O autor parafraseia o capítulo LXXII da *Crónica da Tomada de Ceuta*, de Gomes Eanes de Zurara que tem a lição “foi anojado”.



privação ou per velhiçe per [fl. 48 v] que fossem os que tinham aposentados; podia castigar e prender com as penas que lhe justas parecessem aos ditos monteiros moores e monteiros quantas vezes errassem em seus offiços ou fizessem o que não devessem e tira-los dos offiços e por outros, e mandar aos corregedores juizes e justiças do reino que prendessem os ditos monteiros moores e monteiros pequenos e lhe dessem todas as penas e castiguos que lhe elle enviasse dizer per alvara assinado por sua mão, o que assi erão as ditas justiças obrigadas a cumprir, e pella mesma maneira a os soltar en vendo recado do dito monterio moor e outras mais cousas das penas e proes e moços do monte que se aguora usão. Foi o dito Nuno Vaz provido deste carguo por el-rei dom Afonso o quinto, guovernando por elle o imffante dom Pedro, seu tio, en Santarem, a 27 d'abril, anno de 1442, segundo consta do livro primeiro das extras en tempo d'el-rei dom Manoel, folio 210, onde a outro monteiro moor por nome dom Alvaro de Luna foi dado outra carta incorporado o teor desta.

No anno de 1467, a doze d'abril, na see d'Evora, foi o dito Nuno Vaz de Castelbranco por o dito rei com grande solenidade feito almirante do reino, que he carguo que en todos os reinos e assi neste de Portugal tiverão sempre senhores de titulo ou pessoas de muito callificada fidalguia e valor. E de seus poderes algũa cousa toquei atras no capitulo preçedente, fallando dos Paçanhos almirantes, avoos e tios deste Nuno Vaz de Castelbranco. Nos memoriaes da dita see d'Evora está mais larguamente posto em lembrança o modo que se teve quando el-rei fez o dito almirante, segundo refere, em hũas memorias suas de mão que vi, Guaspar de Barreiros, homem que foi mui douto nas cousas da humanidade e em outras sciências e coneguo da dita see. No anno de 1474, lhe fez o mesmo rei dom Afonso o 5º merçe das dizimas das sentenças que se dessem na villa de Moura por quaisquer juizes e não nomea na provisão ainda por alcaide moor della, que he sinal que depois disso lhe foi dada.

Este almirante Nuno Vaz foi casado com dona Fellipa de Taide³², filha de João de Taide, senhor da Penacova, como consta do livro das linhagens de dom Antonio de Lima e do moderno [fl. 49] da Torre do Tombo e do que Damião de Goes, autor delle, escreve na *Chronica do Príncipe Dom*

32 Na margem esquerda, em letra da mesma época: “¶ Ataydes”.



João, capítulo 98, e desta senhora ouve filhos e filhas – *scilicet* – Lopo Vaz de Castelbranco, “o Torrão” d’alcunha, filho primeiro; e dom Pedro de Castelbranco, e dom João de Castelbranco, d’alcunha “Braço de Ferro”; e dona Joana de Taide, e dona Maria e dona Madanella e dona Marguarida e dona Isabel e outra senhora, cujo nome não sabemos. Das filhas diremos neste capítulo e dos filhos e de seus descendentes trataremos adiante nos capítulos seguintes, atee o capítulo 38, em que tornaremos a infiar en Guonçallo Vaz de Castelbranco, primeiro senhor de Villa Nova, irmão mais moço deste almirante, a quem elle deixou por seu testamenteiro en seu testamento, pella abertura do quoaal consta que falleço o dito almirante no fim do ano de 481, em dezembro, que foi o ano em que tambem falleço o dito rei dom Afonso o quinto; e jaz o almirante na capella moor do mosteiro de São Françisco d’Alanquer. A dita dona Joana de Taide ou, segundo outros, dona Ana, foi casada com Alonsso de Herrera, fidalguo castelhano que nas guerras de Castella no tempo da rainha dona Joana, chamada depois “Exçelente Senhora”, de que tratamos adiante, capítulo 39, seguiu as partes da dita princesa e d’el-rei dom Afonso quinto, seu tio e esposo. E por elle, andando-o servindo nas ditas guerras, mandou el-rei dom Afonso responder e açoitir o desafio de pessoa a pessoa que lhe el-rei dom Fernão do offereçera por outro fidalguo muito principal chamado Guomez Manrique, os quais andarão nestes recados atee se o dito desafio desfazer, como conta Damião de Goes, na chronica do dito príncipe dom João, capítulo 54, 55 e 56. Este Alonsso de Herrera era primo comirmão de Guarçia de Herrera, sogro do condestabre de Castella.

¶³³ Desta senhora nasceo hũ filho que falleço na India, fullano de Herrera, e hũa filha per nome dona Fellipa d’Ataide, como a molher do almirante sua avo, que foi casada com dom Dioguo de Noronha, irmão do marques de Villa Real dom Pedro, do quoaal dom Dioguo ouve duas filhas: hũa casou com dom João de Meneses, senhor de Cantanhede [fl. 49 v] e falleço sem filhos; a outra, por nome dona Costança d’Ataide, casou com dom Afonso, filho de dom Dinis, conde de Lemos en Castella, etc., e irmão do duque de Bragança, dom James. E delles naço dom Dinis d’Alencastro, que oje he comendador moor de Christo neste reino como o foi seu pai;

33 Na margem direita, em letra da mesma época: “¶ casado comendador moor Alencastros ¶ Noronhas D’eças ¶ Meneses”.



e por sua callidade lhe conçedeo el-rei dom Fellipe, nosso senhor, que sem ter titullo se cobrisse ante elle como os grandes. Nação mais a marquesa de Villa Real dona Fellippa, que conservou o nome de sua avoo e de sua tresavo, e foi molher do marques dom Miguel de que lhe não ficarão filhos, e oje reside em hũas terras do estado, que chamão Chão do Couço.

¶ A segunda filha do almirante, dona Maria, foi a primeira molher de Pedro Barreto³⁴, fidalguo de muitas calidades, comendador de Crasto Verde; e delles nação Jorge Barreto, pai de Pedro Barreto que oje vive, comendador que foi d'Almada.

¶ E hũa senhora dona Luisa que casou com Lopo Furtado³⁵ da nobillissima familia dos Mendoças e Furtados, comendador que ora he de Loule.

¶ A terceira filha do dito almirante, dona Madanella, dizem os livros das linhagens de dom Antonio de Lima e da Torre do Tombo que casou com hum fidalguo por nome Rui Mendez Çerveira, de que atee guora não tenho mais notiça que contar-se na chronica d'el-rei dom Afonso quinto, no capitulo da batalha d'Alforrabeira, que por serviço d'el-rei contra o imffante foi este fidalguo dos príncipais que morrerão.

¶ Da quarta filha, dona Marguarida, que casou com Rui Diaz Pereira³⁶, mui nobre fidalguo que via em Serpa, nação o mui esforçado Nuno Vaz Pereira, de quem ei de fallar adiante, no capitulo vinte e oito.

¶ De dona Isabel, quinta filha, se diz no dito livro da Torre do Tombo que não casou.

¶ E a outra senhora de que nos ditos livros se não faz menção, acho por emformação d'alguns desta linhagem que casou com João de Mello³⁷, alcaide moor de Serpa, pai de Cristovão de Mello, o velho, e avo do João de Mello que oje vive, alcaide moor da dita villa e porteiro moor e bisavo de Christovão de Mello, seu filho, que por elle serve o dito cargo.

34 Na margem esquerda, em letra da mesma época: "¶ Barretos".

35 Na margem esquerda, em letra da mesma época: "¶ Furtados Mendoças".

36 Na margem esquerda, em letra da mesma época: "¶ Pereiras de Serpa".

37 Na margem esquerda, em letra da mesma época: "¶ Melos de Serpa".



[fl. 50]

Capitulo xbiij.

De Lopo Vaz de Castelbranco, “o Torrão”, primeiro filho do almirãote Nuno Vaz, e de suas callidades e condições e das cousas que erradamente alguns autores delle escrevem.

Ja no capitulo atras aponteí que o primeiro e mais velho filho do almirante Nuno Vaz foi Lopo Vaz de Castelbranco, d’alcunha “o Torrão”, o qual dizem que por ser pequeno de corpo e refeito era assi chamado. A *Chronica d’el-rei dom Afonso o quinto*, feita por Rui de Pina, capitulo³⁸, e Guarçia de Resende na d’el-rei dom João o segundo, capitulo 19, dizem que o dito Lopo Vaz foi alcaide moor de Moura e a estes parece que se segue dom Antonio de Lima no seu livro das linhagens e, o que mais he, isto dá a entender Damião de Goes no sumario da chronica do príncipe dom João, capitulo 98, enquãoto diz que el-rei dom Afonso, depois de tornar a sua graça a este Lopo Vaz e lhe perdoar o erro de que loguo trataremos lhe fez de novo merçe da dita alcaidaria moor de Moura como lhe elle pedira quando se mandou desculpar e descarregar com el-rei. Assi que parece presopor Damião de Goes nestas pallavras o que os outros autores disserão, que era este Lopo Vaz alcaide moor da dita villa de Moura. No que todos manifestamente se enguanão, porque Nuno Vaz, o almirãote, pai deste Lopo Vaz, o “Torrão”, foi alcaide moor da dita villa, como se vio no capitulo preçedente, e en sua vida do dito almirãote foi morto este seu filho Lopo Vaz, per onde não era posivel ser alcaide moor de Moura. Consta isto porque, vindo o morguado patrimonial de Castelbranco (que inste-toio Nuno Vaz, irmão mais velho dos sete de Çeita, como dissemos atras, capitulo 14) por soçessão conforme as clausullas da [fl. 50 v] instetuição ao dito almirante, ouve depois contenda emtre Nuno Vaz, filho mais velho do dito Lopo Vaz do Torrão³⁹ e neto do dito almirante, com dom Pedro seu tio, filho segundo do dito almirante, sobre a soçessão do dito moorguado;

38 Segue-se espaço em branco.

39 Entenda-se: “o Torrão”.



e por demanda vençeo dom Pedro, dando-se sentença em favor do tio contra o sobrinho por respeito de seu pai, o dito Lopo Vaz, fallecer em vida do dito almirãote, como consta da sentença que tem em seu poder dom Antonio de Castelbranco, possuidor deste moorguado, neto do dito dom Pedro. E deve ser esta hũa das primeiras sentenças que se neste reino derão em moorguado patrimonial pello tio contra o sobrinho. E comforma com isto o livro moderno das linhagens da Torre do Tombo, que declara que este Lopo Vaz em vida de seu pai morreo e teve o castello de Moura por elle, que sendo o dito livro composto por o dito Damião de Goes me causa mais admiração dar a entender na chronica que foi o dito Lopo Vaz propietairo da dita alcaidaria, como acima aponteí. Quis averiguoar aqui isto porque nas cousas deste Lopo Vaz que se neste capitulo e nos seguintes não de tratar pode nalgũa parte servir esta advertência de aliviar suas culpas se as outras descarguas que lhe con verdade deremos não bastarem de todo pera o livrar de mau caso.

¶ Foi este fidalguo muito esforçado e bom cavaleiro e tal se mostrou nas guerras de Castella en que servio a el-rei dom Afonso o 5º, en cuja corte foi criado e ante quem sua callidade e esforço tiverão sempre bom lugar e valia. Mas era tão assomado e feito à sua vontade, e de brigosa e isenta condição que por estes respeitos não somente teve muitos inimigos no reino e especialmente na dita villa de Moura fidalguos principaes do apellido dela, mas do príncipe dom João, rei que depois foi, segundo do nome, foi mui desamado, perseguido e enfim por sua ordem morto, segundo adiante contaremos.

E posto que Rui de Pina (cuja escritura treslladou quasi ao pee da letra Guarçia de Resende nos lugares acima nomeados) escreve que este fidalguo se levantou sen causa⁴⁰ [fl. 51] com o castello e villa de Moura fazendo-se chamar conde della, tomando voz por el-rei de Castella contra el-rei dom Afonso que o criara, não menos lhe faltou nisto verdadeira informação que en dizer que foi alcaide moor de Moura, como atras reprovamos. He bem verdade o que estes autores dizem, que nenhuma causa tinha Lopo Vaz d'agravo comtra el-rei dom Afonso, antes lhe tinha por sua criação e muitas merçes que lhe fizera grandes obrigações de

40 Repete-se, no início do fólío seguinte: “sem causa”.



lealdade e amor como a excelente rei e de seus vassallos, moormente dos fidalguos, tão amado quanto lemos que elle o foi. Mas esta propria rezão de não ter causa nem agravo algum delle he mui eficaz mostra pera se entender que o animo e tenção de Lopo Vaz nunca foi errar a seu rei e tal senhor, nem o trocar por outro algum, como adiante por outras mais rezões claramente se mostrará. E como o dito Rui de Pina não sabia nen tinha inteiro nem verdadeiro conhecimento da origem e raiz de toda a istoria, vendo que de seu natural e por calidade propria de sua linhagem o dito Lopo Vaz no discurso de sua vida e nos tempos mais alterados mostrara sempre boa e leal tenção e servira como esforçado e leal vassalo, e que depois, sendo ja as guerras quasi acabadas e el-rei dom Afonsso tornado de França, fizera as ditas mostras de levãotamento (a que elle não sabia a causa nem podia dar outro intento) escreveo que por induzimentos alheos que çeguarão e forçarão sua propria lealdade sem causa algũa tomara o dito titulo de conde e voz por el-rei de Castella. E neste exemplo se ve bem quãoto importa quem escreve istoria tratar mui particullarmente de tomar meudas e verdadeiras imformações, não soamente dos feitos de cada hum, mas das causas e fins que moverão sua tenção (pella qual todos os autos humanos se julgão e tomão o nome de maos ou bons), para conforme a ella lhe dar a cor e tinta que na istoria mereçerem. O que muito mais que en tudo he neçessario em materias desta calidade, de que a maculla e nodoa (quando a ha) alcança não soamente ao autor, mas a toda sua familia. Em [fl. 51 v] tendendo isto Damião de Goes (hum dos graves autores e que com mais zelo de verdade e acomodado estillo e com mais çerta notiçia das cousas de Espanha e ainda da christandade e mais particullar conhecimento das linhagens escreveo istoria en linguaoua vulgar), tratou de emmendar o feito neste caso dos ditos Rui de Pina e Guarçia de Resende, e no dito capitulo 98 do sumario da chronica do príncipe dom João rellata na verdade as causas e intento do que fez o dito Lopo Vaz. Porem, como não teve tão particullar comonicação com as pessoas que neste caso tem rezão de saber todos os particullares delle, ainda lhe faltarão muitos pontos que elle tambem porventura calaria por honrra do príncipe dom João, nem eu, posto que tenha delles emformação por escrito que ficou de pessoa mui calificada e ha muitos dias defunta, que por si e por seus antepassados o podia bem saber, os não ousarei afirmar con çerteza. Mas da maneira que achei relatarei toda a dita istoria, que em sustançia he a que o dito Damião de Goes conta e no efeito não



discrepa do que Pina e Resende dizem, posto que no intento e modo vai grande deferença. E porque he comprida tratará della o capitulo seguinte.

Capitulo xix.

De como soçedeo o caso de Lopo Vaz de Castelbranco em Moura e a vingança que fez en seus imigos, sem nunca entregar a villa aos castelhanos nen tomar voz por Castella.

A verdadeira e inteira rellação de toda a istoria desde seu princípio e raiz he que, andando Lopo Vaz de Castelbranco no serviço de seu rei e senhor dom Afonso nas guerras de Castella, o príncipe dom João lhe pedio hum guavião muito bom que elle tinha. E porque Lopo Vaz entendia que sua arte era pouco aceita ao príncipe [fl. 52], e tãobem porque por natureza dobrava mal o gosto por respeito do alheio, lhe respondeo que pois lho não podia neguar, que fosse elle mesmo o caçador. As quais palavras, nesta forma referidas pello dito Damião de Goes, parece a algũs que ten dous sentidos: o primeiro, que avia de ser con condição que o mesmo príncipe por sua pessoa caçase com o guavião, como quem dizia que pera o dar a caçar e lograr ao caçador moor, ou a qualquer outro caçador, que lho não queria dar nem perder seu gosto sem o ter o príncipe. E este sentido não parece provavel, porque não cabia em siso de homem fidalguo criado na corte apontar tal condição. O segundo sentido (que entendo ser o verdadeiro) he que avia elle Lopo Vaz (e não o príncipe) de ser o caçador, de maneira que quando o príncipe quizesse ver voar o guavião avia de ser levando Lopo Vaz de Castelbranco consigo e gostando do seu guavião por sua ordem e não pela do caçador moor do príncipe, Afonso Vaz de Brito, que a estas praticas presente estava. O quoal, sentido isto por quebra de sua pessoa e offiço, assi em Lopo Vaz o cometer como, e muito mais, se o príncipe lho concedesse, dise pera contra Lopo Vaz: “Ja que dais o guavião a sua alteza seja sem condições!”. Isto dizem que tomou Lopo Vaz muito mal e a meu ver tinha rezão de se sentir, não tanto do caçador moor como do erro contra cortesia e primor em que o elle comprehendia, porque



na verdade Lopo Vaz, nem em dar a entender ao príncipe que se lhe pudera neguar o guavião o fizera, nem em por condição, andou cortesão, se o queria grangear, nem escolhia bom meio, pera se mostrar isento ao príncipe e pouco afeiçoado a seu serviço (se isto pretendia), meter-lhe per condição que o levasse consigo à caça. E finalmente, se sua tenção não era tão dobrada, mas singelamente, como muitos caçadores sobejamente afeiçoados a suas aves ou cães costumão, que nem por rogos de iguoais nem por mandado de maiores larguão suas peças da mão e quando as emprestão he pera em pessoa irem com ellas, era este termo mui indeçente de hum fidalguo tão nobre pera seu príncipe e, como diguo, advertido disto por hum seu contrairo tinha rezão [fl. 52 v] de se sentir de si mesmo Lopo Vaz, mas não de afrontar o outro, como fez. Porem, elle, fazendo estas contas mais en grosso como comummente acontece aos esforçados assomados como elle era, parece que ouve por bastante causa ir-lhe à mão o outro diante do príncipe e dar-lhe a entender que não podia apontar condições em seu despeito; e, como se lho muito mais mereçera, o esperou de preposito e espancou na ponte de Touro, pello quoa caso el-rei dom Afonso o mandou loguo prender. Mas o príncipe, que sobre muitas virtudes e inclinações reais que teve, tinha este defeito de qualquer offensa se lhe imprimir muito no coração e lembrança, mostrou isto tanto nesta que não somente sempre depois teve ma vontade a Lopo Vaz, mas favoreçeo tanto seus imiguos que se diz dar a hum delles alvara per que lhe fazia merçe do castello de Moura se o podesse tomar ao dito Lopo Vaz por força ou por manha. E pera isso lhe deu mantas e bancos pinchados e outros petrechos de guerra que lhe o dito Lopo Vaz achou quando deu em suas casas e se vingou delles. E que alem disto fez con dous homens que pera o effeito lhe parecerão azados que açoitassem viver com Lopo Vaz pera melhor o poderem matar e lhe deu alvaras pera que, fazendo-o, fossem recebidos e recolhidos em qualquer castello ou lugar forte deste reino, a que se acolhessem.

Provocado Lopo Vaz a maior odio com estas intelligências que seus imiguos tinhão com o príncipe e muito favor que delle rezebião, de que não faltava quem o avizase, determinou larguar as redeas a sua vingativa condição e tomar hũa geral e afrontosa vinguañça de seus imiguos por qualquer modo que melhor o podesse effectuar. E porque pera se isto



fazer com a segurança necessária compria ter copia de gente consiguio por serem seus imigos (como ja fica dito) fidalguos mui honrrados e mui aparentados entre si na mesma villa de Moura, e se lhe sentissem meter no castello mais gente que a ordinaria de sua casa seria dar-lhes claras sospeitas de seu intento e avisa-los pera se previnirem e [fl. 53] segurarem delle, não achou outro meio senão secretamente mandar dizer a dom Afonso de Cardenas, mestre de Santiago de Castella, que con gente de guerra estava nas frontarias daquella comarca, que se viesse lançar com ella junto da dita villa de Moura fingindo que se o fizesse lha entreguaria sen ser esta nunca sua tenção do dito Lopo Vaz, como a obra na maior furia de sua ira logo mostrou. Esta vinda secreta do mestre de Santiago se começou a divulgar não se sabendo ser ordenada pello dito Lopo Vaz, pello que elle, sem seus imiguos se reçoarem, teve lugar e ocasião de à sua vontade meter na villa todos os amigos e aliados que tinha naquella comarca, com pretexto de se querer aperceber e ajudar delles pera defenssão do lugar e castello contra os castelhanos. Posto Lopo Vaz a recado e apercebido pera o que ordenava, tanto que o mestre de Santiago chegou con sua gente se fez chamar conde de Moura e juntamente debaixo daquelle titullo começou de tomar vingança daquelles a que queria mal, assi homens como molheres, dando a cada hum a pena e castigo ou o tormento e afronta que lhe vinha à vontade, atee que de todo a satisfiez, sem porem neste tempo entregar aos castelhanos a dita villa nem se por nella nunca a bandeira d'el-rei de Castella ou outra algũa em seu nome, nem entrar dentro castelhano algũ, exçeito o mestre de Santiago que, pedindo ao dito Lopo Vaz de Castelbranco lhe deixase ir ver a torre da menagem, que naquelle tempo era muito guabada, lho conçoedeo con condição que avia de entrar soo e em pellote, e assi o foi ver e se tornou aos seus. No que então por joizo de muitos forão ambos notados, dizendo-se que ouvera no caso dous reçoos: o mestre em emtrar en tal forma sem mais segurança de sua pessoa, vendo por efeito que a determinação de Lopo Vaz não era entregar-lhe a villa nem metella na obediência d'el-rei de Castella, e Lopo Vaz em o não prender, que, sendo tão grão pessoa, se avia que fora serviço mui notavel pera el-rei dom Afonso, pelo quoa não soamente lhe perdoara o que contra seus imiguos fizera mas fora ocasião de novas [fl. 53 v] merçes. Porem, a meu ver o reço (se o ouve) foi somente o castelhano, que quanto a Lopo Vaz de Castelbranco, fez o que devia a primor, fidalguia e verdade



em guoardar ao mestre de Santiago inteiramente sua pessoa e liberdade, pois, comfiado sobre sua palavra e fee entrara em tal abito. E quanto moor confiança o mestre mostrava delle em ir so e em abito de paz e em não se segurar com mais preitos, arefens nem juramentos, e quanto moor personagem elle era e mais interesse se podia tirar de sua prisão e morte, tanto maior primor e lealdade usou Lopo Vaz em por nenhum destes respeitos quebrantar a fee que atee a imiguos he obriguação guoardar. Nem era a arte de Lopo Vaz danar a enemigos por manha, senão como cavaleiro, por força. E porque isto era dele ben sabido podemos tãooben dizer que o mestre foi generoso e não neçeo en se assi delle comfiar. E temos exemplo semelhante em o grande Publio Scipião Africano quando, conquistando Espanha e tendo nella grandes exerçitos, partio della so com Lelio en duas gualees a ver-se com el-rei Sifaçe de Africa, não muito firme na pallavra e fee nem na amizade com os romanos atee'quelle tempo, posto que na dita visita, açertando-se Sçipião nella juntamente com Hasdrubal, capitão contraíro dos cartaginenses, o mouro mostrou pera com ambos iguoal inteireza, amizade e fidellidade. E os fez juntos estar não soamente em hũa casa mas conversar e comer a hũa mesa, como particullarmente, alem de Tito Livio e dos autores latinos, conta em lingua espanhol o doctissimo Ambrosio de Morales na *Chronica da Antiguidades de Espanha*, livro sexto, capitullo vinte e çinco. Assi que com a imitação de Sçipião e d'outros grandes e illustres varões que usarão semelhante confiança dignas da grandeza de seu animo fica o mestre de Santiago de Castella bem desculpado e se convençe que no nosso caso dos dous que erão tidos por neçios no modo que nelle tiverão nenhum o ffoi.

[fl. 54]



Capítulo xx.

En que se prosegue a istoria do dito Lopo Vaz de Castelbranco em Moura e se mostra per evidentes rezões que não cometeo verdadeiro e formal crime de lesa-magestade.

Tornando à istoria do dito Lopo Vaz de Castelbranco “o Torrão”, tanto que o feito por elle em Moura foi sabido no reino por seus parentes aco-dirão loguo com muita pressa a isso muitos delles em pessoa, e porque el-rei e a corte estava em Evora e dela à dita villa ha somente dez ou doze legoas da-se bem a entender quão pouca dilação averia em sua ida depois do caso acontecer. E como elles erão dos principais e mui leais que no reino avia, como Rui de Pina e Guarçia de Resende apontão nos lugares aleguados acima, capítulo 18, tratarão de lhe muito estranhar o erro que fizera e de procurarem a emmenda e remedio d'elle. Aos quais o dito Lopo Vaz de Castelbranco loguo deu de si inteira satisfação con declaração que não fora nunca sua tenção trocar o serviço d’el-rei dom Afonso, seu natural rei e senhor a quem tanto sempre desejara e procurara servir, por o serviço dos reis de Castella nem d’outro algum príncipe do mundo, pelo que nesta parte não avia que cansar em o persuadir porque o que fizera fora por se vingar de seus imiguos, e que isto podião de sua parte dizer a el-rei afirmando-lhe que era tão leal vassalo seu e verdadeiro portugues como sempre fora e que esta tenção não mudara nunca nem mudaria jamais; e aquella fortalleza em seu nome e por sua a tinha, e se errara não fora contra a fee e lealdade a elle devida, pello que lhe devia sua alteza perdoar, a cuja merçe se punha. E a imformação particullar deste caso que tenho per escrito, de que fiz menção no capítulo xbiii, da quoa vou tirando neste e no passado, tudo aquillo que nelles se diz (alem do que [fl. 54 v] Damião de Goes e Pina e Resende escrevem) acreçenta neste passo que este recado e comissão que o dito Lopo Vaz deu a seus parentes tinha ja primeiro mandado a el-rei na noite seguinte depois que de seus imiguos tomou vinguança. Mas ou por hũa via ou per outra, tanto que el-rei do caso foi imformado e por o rellatorio d'elle e pella obediência que Lopo Vaz lhe mandava oferecer entendeo que seu erro não procedera de animo desleal,



o que, alem de assi manifestamente se ver pella obra, a el-rei ficava mais fácil de crer pelo que sabia dos imiguos de Lopo Vaz e de sua condição, sempre tão eficaz en se satisfazer, como rei piadoso e de animo real, lembrando-se mais das callidades, esforço e serviços passados de Lopo Vaz de Castelbranco que de seus desatinos apaixonados tão facilmente acabarão com elle os parentes que lhe perdoasse que de novo lhe tornou a dar o dito castello de Moura que o tivesse por seu pai, avendo que na lealdade de o sustentar em sua obediência e serviço não era então Lopo Vaz de menor confiança que d’antes. Isto soçedeo no ano de 1478, que ha 109 anos, e era ja el-rei dom Afonso vindo de França no fim do ano atras, e avia mais d’outro que saira de Castella. E o fervor das guerras quasi de todo estava esfriado, posto que as pazes se não concluirão finalmente senão no ano seguinte de 79.

¶ Este he todo o discurso da istoria do dito Lopo Vaz de Castelbranco “o Torrão” como nestes dous capitulos proximos fica contado atee sua morte, de que no capitulo seguinte fallaremos, averiguando primeiro neste se foi della mereçedor ou se lhe pode ser posto nome de desleal.

Para o que he de notar que segundo a imformação particular por escrito que neste caso tenho acima aleguada e relatada, e segundo o que Damião de Goes escreve no dito capitulo 98 da *Chronica do príncipe dom João*, não consta tomar nunca Lopo Vaz de Castelbranco voz por el-rei de Castella nem sogeitar a villa à sua obediência, nem aceita-lla e te-lla de sua mão, posto que tinha mandado dizer ao dito mestre de Santiago que lha entreguaria, o que não fez nem finalmente se mostra neguar o serviço e [fl. 55] fee de seu rei. E porem, porque Rui de Pina e Guarçia de Resende nos luguares referidos acima, capitulo 18, presupoem o contrairo, dizendo que se levantou com a villa por el-rei de Castella e que como dado por elle tomou o titulo de conde, quero somente, pera defenssão de Lopo Vaz, aproveitar-me do que entre todos consta – *scilicet*– que não entrou gente algũa castelhana em Moura nem se levantou bamdeira por seu rei nem ouve entrega actual da villa, e que antes de virem os parentes no proprio dia da revolta, como a nossa imformação diz, ou loguo em elles acheguando, que foi tanto que se o caso soube (que por sua callidade devia ser com asaz brevidade), se reduzio ao serviço d’el-rei dom Afonso, o que o dito Rui de



Pina comfessa que fez não soamente por meio de seus parentes mas por sua propia inclinação, e emfin que isto soçedeo no tempo atras apontado.

¶ Sopostas todas estas cousas que nenhum destes autores contraria e so-pondo outrosi por cousa mui averiguada e çerta (como he) a dos imiguos que o dito Lopo Vaz tinha na dita villa e a vingança que então fez nelles, fição resultando mil rezões bastantes cada hũa dellas, quãoto mais tod[a]⁴¹ pera defender de mau caso e de nome de tredo ou desleal ao dito Lopo Vaz de Castelbranco.

¶ Porque primeiramente per todas as ditas çircūstanças se convençem duas cousas sem ninguem as poder neguar: a primeira, que o fim e tenção de Lopo Vaz en tudo o que fez foi pera efectuar a vingança contra seus imigos que delles tomou; a segunda, que não foi seu animo nunca ficar por vassallo d’el-rei de Castella nem alhear do patrimonio da Coroa real de Portugal a dita villa de Moura, porque se isto pretendera claro está que folguara muito de correr con todos os autos de obediência per que muito podera obrigar a el-rei dom Fernãodo e segurar a dita villa contra o poder d’el-rei dom Afonso, metendo as suas gentes que o mestre trazia de guarnição na villa, arvorando suas bandeiras com solenes appellidações de “real, real!” en seu nome como he costume fazendo primeiro preitezas e partidos im[fl. 55 v]teressados com o dito rei, ou ao menos com o dito mestre de Santiago, e finalmente passando-se pera el-rei dom Fernamdo a quem via ja estar paçifico senhor dos reinos de Castella e Leão. Isto he o que fazem todos os que por interesse ou deslealdade ou per outro quoaquer respeito querem mudar vassalagem, pelo que como Lopo Vaz de Castelbranco nenhuma cousa destas fez, antes tudo pelo contrairo, e estava neguando ao mestre entrar na villa senão em pelote e nos tempos do ardor das guerras (em os quais quem fora desleal ou cobiçoso ou covarde tivera asaz porta aberta e ocasiões aparelhadas pera usar de sua inclinação), elle se tinha mostrado cheo de muito esforço e lealdade. Claro fica quam verdadeira foi a declaração que de seu intento fez a seus parentes e o que a el-rei dom Afonso por elles e antes delles mandou dizer.

41 No ms.: todos.



Sendo isto assi (como he na verdade), caso he sen duvida não se poder a Lopo Vaz por este feito impor mau nome nem ser inculpado de lesa- magestade, por urgentes rezões e fundamentos eficazes.

¶ Porque he de saber que o crime de lesa- magestade humana de sua natureza requere, pera ser verdadeira traição, não somente obra exterior que o pareça mas erro d'animo e tenção desleal, assi como no crime de lesa- magestade divina, que he a heresia, acontece, no qual não basta pera razão de verdadeiro e formal hereje fazer obras condenadas, mas pecar con contumácia no entendimento tendo por melhor e escolhendo com a razão cegua antes o que a fee e Igreja catollica reprova que o que insina e recebe. Daqui vem que nem o rustico que diz blasfemias e cousas contra a fee, nem o cristão velho que faz as serimonias e obras de judeu ou mouro e, o que mais he, nem a feitiçeira ou bruxa a quem o demonio faz com a boca a re[fl. 56]neguar a fee, nem finalmente o helche de Berberia, se dentro em sua alma se não apartou da fee christã, são formalmente perfeitos herejes, mas somente se chamão herejes vocaes ou materiaes, posto que gravissimamente pequem todos estes.

¶ Pella mesma razão, o capitão que com medo do poder dos immiguos entregua no cerco fracamente a fortalleza em que está se pode chamar fraco e covarde, mas verdadeiro tredo não he, porque seu erro não de animo desleal, mas timido proçeedo, e muito mais facilmente se escusará de mau caso o que por outro qualquer respeito humanamente melhor que o do medo isto fizer.

¶ Confirma-se esta razão com a regra geral de todos os filosofos, theologos e juristas que a tenção e fim nos autos lhe dá o nome e ainda a especie e diferença da malícia ou bondade, de viço ou de vertude pela qual regra he communmente recebido por todos e mui celebrado aquelle ditto de Aristotilles, que o que furta pera adulterar mais he adultero que ladrão. E pello consequinte o que se faz justiça e se chama corregedor, ou juiz, ou desembargador, ou inquisidor, pera ser bem aguasalhado ou pera lhe abrirem as portas a fim desonesto, ou pera poder cobrar peitas, mais he deliçioso, luxorioso e cobiçoso que usurpador de jurdição ou offiço alheo.



¶ E assi como não são tredos os que nas tragedias, comedias e farças se representam reis, duques e condes, porque se ve que o fazem simulladamente, pera fim de usarem dos tais titulos soamente enquãoto cumpre a seu intento, que he representar a istoria do seu fingimento. Assi, e pella mesma rezão, se devem de escusar de desleais os que os ditos titulos tomarão pera algum outro fim, não con vontade de os apropriar a si, mas pera usarem como em figura da autoridade delles, enquãoto neçessaria lhe fosse pera conseguirem sua vinguança ou outro particullar intento não desleal ao rei, e em o con [fl. 56 v] desestir delles, porque, se bem considerarmos, não ha mais diferença dos que isto fazem aos comediantes que, quanto no das comedias he mais clara a simulação e fingimento e se ordena pera fim menos mao e que a ninguem prejudica por enquanto a lealdade, pello mesmos termos proçedem. E não parece que⁴² he mais tredo ao rei hum que outro, e bem como en comedia usou Lopo Vaz de Castelbranco do titulo de conde, pois acabada a representação do auto de sua vinguança incontinente o largou.

¶ Aqui se pode aplicar tambem o que o direito noutros termos diz e poem por regra, que o que por pouco tempo diverte não he nunca visto faltar. E assi considerada a culpa ou divertimento de Lopo Vaz e a muita brevidade e quasi nenhuma dilação em se reduzir, por este soo respeito podia ser visto: nunca ter caído, mas somente embicado quem tão depressa se levantou; porem, esta rezão fora-nos neçessaria e proveitosa quando não tiveramos mostrado tão claramente como atras fica que o intento e feito de Lopo Vaz foi vingativo e não desleal.

¶ Daqui se ve tãobem que sendo a tenção de Lopo Vaz esta que dizemos estava mal no presoposto della el-rei dom Fernãodo de Castella quando, sabendo do pouco fruto que à sua Coroa resultara deste feito disse (como refere dom Antonio de Lima no seu livro das linhagens) pello dito Lopo Vaz de Castelbranco: “o mao torrão, que não foi bom de vinho nem de pão!”, querendo dar a entender que nem obriguara a hum rei nem a outro. Porem, como o generoso animo de Lopo Vaz se não movia por respeitos interessados que se denotão pello vinho e pão, e seu fim no que fizera fora soo satisfazer a seu particullar desejo de vinguança e não ganhar terra

42 Palavra antecedida por uma cruz, feita pelo mesmo copista.



nem valia por este meio com nenhum dos reis, não ficava este ditto d'el-rei dom Fernão do tendo nele lugar. E com isto parece que fica ja bastante mostrado e provado ser este caso de Lopo Vaz de Castelbranco alheo de nome de traição nem deslealdade.

[fl. 57]

Capitulo xxi.

Da morte de Lopo Vaz de Castelbranco, e de como o príncipe dom João se ouve no modo de a ordenar.

Quisera achar tão vivas rezões pera desculpar o príncipe dom João do modo que teve em mandar matar Lopo Vaz de Castelbranco per meios tão indinos de seu real animo como se nos ofereçerão no capitulo passado pera mostrar que Lopo Vaz não foi de tal morte mereçedor, nem teve culpas, nem pode ter nome de desleal. Mas, çerto, se de príncipe ainda não herdado pera vassalo d'el-rei seu pai pode caber nome de mau caso, ao príncipe dom João, por tantas outras vias esclarecido e por tantas virtudes louvado, difficultosamente poderemos delle defender pello que na morte deste fidalguo usou indo contra o perdão d'el-rei seu pai e senhor e proçedendo como imiguo particullar sem nenhuma ordem de justiça nem poder ou jurdição della (pois a não tinha emtão, e da que tivera estando seu pai em França avia desestido) e, o que pior he, que lhe ordenou o príncipe a morte per seus amiguos propios do dito Lopo Vaz, indozindo-os a serem tredos a quem lho não mereçia debaixo de abito de paz, violando por seu mandado o santo e inviolavel nome da amizade e direito da hospedaria, banhando atraçoadamente as mesmas mãos no sangue daquelle em cuja mesa e casa tinhão com ellas comido e que con tanta fidalguia e primor os recolhera e sustentara, e finalmente tirando a vida a quem os emparrava e defendia de lhes tirarem as suas. Sobretudo agrava mais este feito do príncipe o que se diz na imformação particullar que tenho por escrito neste caso de que fiz menção no capitulo 18, que tinha Lopo Vaz de Castelbranco, quando foi morto, hum seguro real do príncipe assinado por sua mão que (se lhe foi dado na verdade) se lhe tão mal guoardou, como abaixo veremos. Para quem tanto se prezava de príncipe e juntamente homem



[fl. 57 v] e cavalleiro, e que tanto estimava aquelles que cavaleirosamente vingavão suas injurias ainda que quando a Deos e às justiças pecassem, e pello contraíro tanto desamava aos traiçoados e desleais, como tudo isto o dito príncipe (rei dom João que depois foi, segundo) en todo o mais dis-curso de sua vida sempre mostrou, grande admiração faz ver quanto neste caso se esqueço de suas reais inclinações. Mas como era sogeito demasiadamente ao odio que hũa vez concebía, este pôde nelle mais que tudo e lhe fez quebrantar os bons respeitos de sua real natureza e sangue – tanto pode, e tão perigosa he, esta terrivel e furiosa paixão nos animos reais quando delles se senhorea. E, alem destes meos tam pouco deçentes o ficarem muito menos no príncipe por a muito maior obrigação que sobre os outros homens tem a limpeza de seus feitos, tãoobem se lhe acreçenta a graveza pelo poder e grandeza de seu estado, porque conforme a elle se desejava a morte de Lopo Vaz não lhe poderão faltar outras ocasiões de menos feas çircunstanças do que foi a que tomou. E posto que a me-neira que Lopo Vaz de Castelbranco teve en se vinguar de seus imiguos como contamos no capitulo 19 não he pera aprovar, contudo, sendo elles muitos e mui príncipaes, e querendo Lopo Vaz satisfazer-se en geral de todos, escasamente se podera achar outro mais eficaz meio nem mais seguro pera o poder efetuar que a simullação do levantamento de que usou. E se cotejaremos os particulares de sua vingança com a do príncipe, sem nenhuma duvida acharemos muitas notas de diferença. Finalmente, por que acabe com isto de dar remate ao encareçimento deste caso do príncipe, diguo que a morte de Lopo Vaz de Castelbranco foi o pior feito que o dito príncipe el-rei dom João fez en sua vida, e porventura para com fidalguo particular se achará com difficuldade em príncipe christão outro caso mais culpavel e indino de quem o fez, o que muito melhor que por estes encareçimentos constará da relação delle, que passou desta maneira.

[fl. 58]

Vendo o príncipe dom João que Lopo Vaz de Castelbranco era restetuido à graça d’el-rei seu pai e que sua contradição não bastara pera estrovar isto, não podendo acabar consiguo e com sua natural condição ve-llo naquelle estado pello odio que lhe tinha, ordenou de o mandar matar. E pera execução de seu preposito, sabendo que Lopo Vaz se temia delle e estava



em Moura bem guoardado, ordenou com João Palha, Mem Palha, Pedro Palha e Bras Palha, irmãos (cuja geração não somente neste caso mas em muitos outros exercitou este offiço de matar à traição não somente amigos e parentes, mas ainda irmãos, como en nossos dias vimos em muitos exemplos e particulamente en dous irmãos destes nomes) que levando consigo Diogo Gil e Rui Gil, “Magros” d’alcunha, naturais d’Evora, também irmãos e todos entre si primos e cavaleiros de sua casa se fossem manhosamente a Moura pera o dito Lopo Vaz de Castelbranco, dizendo-lhe que hião fogidos e atemorizados da justiça, e que como estava certo delle ave-llos de receber e querer emparar conforme ao costume que os fidalguos e senhores nestes casos usão com os que se para elles acolhem, não faltaria algũa maneira de o poderem matar, para o que lhes emcomendou muito en segredo que buscassem todo modo e meo que pudessem achar porque por isso lhes faria a todos muitas merçes. De maneira que não somente por mandado do príncipe foi Lopo Vaz morto, mas a manha de se ir executar sua morte por esta fingida amizade foi também inventada pello mesmo príncipe, como confissão Rui de Pina e Garçia de Resende nos lugares referidos acima no capitulo 18; e hũ delles aponta logo que Lopo Vaz não estava çhão ao serviço do príncipe e o outro declara como vevia delle reçooso e guoardado, en que sinificão bem a verdade, *scilicet*, que ao príncipe o não movião nisto respeitos publicos do bem do reino e segurança da villa, mas odio particular. O que tudo pella obriguação da verdade refiro aqui não sem dor propia pella afeição que naturalmente sempre tive aos mais feitos e virtudes deste príncipe e à sua memoria gloriosa.

[fl. 58 v]

Vençidos das promessas e induções do príncipe os gentis seis cavaleiros, e vemdo o gosto que sua alteza mostrava de se o neguoçio efectuar e com quãota eficacia lhe descobrira en grão segredo sua tenção, a puserão por obra mui compridamente. Fingirão o dito homizio como lhe era mandado e, indo –se a Moura, pedirão ao dito Lopo Vaz que os recebesse e emparasse no castello della. Elle o fez assi, e forão delle bem recebidos e aguazalhados, o que lhe pagarão en tão maa moeda como lhe o príncipe ordenara. E esperando conjunção, hun dia que o dito Lopo Vaz sahio



com elles a folguar à caça, fiando-se delles como ja outras vezes fizera (dillatando elles sua determinação pello mais segurarem) o matarão no campo. E ainda se conta que depois de o mortalmente ferirem e se irem elle levãotou a cabeça e os ameaçou que lho avião de pagar, e elles então tornarão a elle e o acabarão. O príncipe, tanto que lhe chegou esta nova de tanto gosto seu, partio em pessoa pella posta pera Moura, levando apos si toda a corte, como se corraera à entrada de hũ poderoso rei imiguo. E segurando a villa e fortalleza, en que não avia nem ouvera nunca que segurar, mandou entregar à iffante dona Britez, como tutor do duque de Viseu dom Dioguo, seu filho, cuja a villa era. E como os joizos de Deos se não perdem, permetio elle que viesse o tempo a mostrar que tirara o príncipe a fortaleza ao leal e a dera ao tredo que elle depois matou às punhaladas por tal. E ha se de advertir que, posto que a dita villa de Moura era do dito duque dom Dioguo per doação que lhe el-rei dom Afonso fizera della por fallecimento do infante dom Fernando, pai do dito duque, contudo, o dito Lopo Vaz não por o dito duque e infante mas por o almirãote Nuno Vaz, seu pai, tinha o castello, e o dito almirãote e seu pai Lopo Vaz per doações dos reis erão alcaides moores, e por elles estavam e não da mão d'outrem, como atras em seus capitulos mostramos.

Este Lopo Vaz “Torrão” foi casado com dona Isabel da Silva, filha de Dioguo de Mello⁴³ “o Esquerdo”, pai ou irmão de Rui de Mello, conde de Olivença, cuja casa oje tem o marques de [fl. 59] Ferreira, dom Francisco de Mello, seu bisneto. Desta senhora ouve o dito Lopo Vaz dous filhos, Nuno Vaz de Castelbranco e Dioguo de Mello de Castelbranco, de que ao diante trataremos.

Capitulo xxii.

De Nuno Vaz de Castelbranco, filho primeiro de Lopo Vaz “o Torrão”, e de sua molher e filhos.

Por morte de Lopo Vaz de Castelbranco “o Torrão”, o filho mais velho que delle ficou foi Nuno Vaz de Castelbranco, do quoaal não ha que espantar de não soçeder ao almirante seu avo na dita alcaidaria moor de Moura nem

⁴³ Na margem esquerda, em letra da mesma época: “¶ Mellos”.



no almirantado, porque o almirante falleceu em dezembro do ano de 481, como dissemos no capitulo 15, tres meses depois da morte d'el-rei dom Afonso o quinto, que falleçera em agosto do mesmo ano. E como ja reinava el-rei dom João o segundo, que com tanto odio e meos tão extraordinarios mandara matar o dito Lopo Vaz "o Torrão", como larguamente nos capitulos atras fica contado, não ficava lugar a seu filho Nuno Vaz pera pretender nem esperar estas merçes do dito rei que, posto que em tudo o mais fosse de mil virtudes, grandes e louvadas calidades dotado, na paixão de vingança era tão excessivo que tinha por presuposto as penas das culpas ou maa vontade que contra os pais concebía passaren aos filhos innoçentes. Da qual natural condição se não pôde escusar de ainda em seu testamento dar claros sinais, encomendando e mandando a quem ja não podia obrigar nem mandar que nem depois de sua morte com os filhos dos que elle entendia terem-lhe errado se usase misericordia nem fossem no reino recolhidos, como se ve da verba ultima de seu testamento [fl. 59 v] das que refere Damião de Goes na *Chronica d'el-rei dom Manoel*, primeira parte, capitulo 1º. E segundo o modo que el-rei sendo príncipe tivera na dita morte e as çircunstâncias que aportamos nos capitulos 17 e 18 podera, çerto, com mais rezão ser ella causa de el-rei dom João lançar mão da ocasião que se lhe offereçia de desemcarregar sua consciência con satisfazer à morte de seu pai a Nuno Vaz em lhe fazer merçe das cousas da Coroa que por o dito almirante seu avo vaguavãao. Mas, em fim, Nuno Vaz não somente destas ficou excluido, mas tãooben do morguado patrimonial de Castelbranco que o dito almirãote possohia, instituido por Nuno Vaz veador da fazenda, seu tio, irmão de seu bisavo, de que tratamos nos capitulos 13 e 14, porque como o dito Lopo Vaz seu pai falleceu em vida do dito almirante seu avo, foi-lhe preferido dom Pedro de Castelbranco, filho segundo do dito almirãote e irmão mais moço do dito seu pai e assi se julgou per sentença, segundo mais largamente se disse no capitulo 18. Este Nuno Vaz de Castelbranco jaz sepultado nesta çidade de Lixboa no moesteiro da Trindade, das grades do cruzeiro pera dentro, entre a capella de Andre Soares e a capella moor, a qual capella moor fora per contrato antiguo feito no ano de Christo 1342, e de Çesar 1380, dada a Messer Manoel Paçanho, almirãote deste reino (quinto avo per linha feminina deste Nuno Vaz), pellos frades e convento da dita casa pera jaziguo do dito Misser Manoel e de seus desçendentes, como mais larguamente diremos no



capitulo ultimo deste sumario; pella dita sepultura deste Nuno Vaz consta fallecer no ano de 1548.

¶ Foi casado com dona Isabel de Noronha, filha de dom Lopo d’Albuquerque⁴⁴, conde de Penamacor, que a el-rei dom Afonso o 5º fez tantos e tão bons e leais serviços e recebo delle tantas honrras e merções como da chronica do dito rei dom Afonso e do sumario da do príncipe dom João composto por Damião de Goes, capitulo 50 e 51, e capitulo 72 e 86, consta. E pello contrario, procurou fazer tantos desserviços contra el-rei dom João o segundo, seu filho, e foi delle tão desamado e perseguido como da sua chronica feita por Guarçia de Re[fl. 60]sende, capitulo 51, e capitulo 53, e capitulo 73, se colige. E em ambas estas cousas forão quasi iguoais os consogros . *scilicet*. o dito Lopo Vaz “o Torrão” e o dito conde, ainda que en Lopo Vaz ja fica atras, capitulo 20, efficaamente provado que se não pode por nota de deslealdade, da qual o dito conde tão facilmente se não pode defender. E pera que a dita dona Isabel de Noronha, molher deste Nuno Vaz cujo este capitulo he, fosse filha do dito conde consta por o livro das linhagens moderno da Torre do Tombo e pello de dom Antonio de Lima e he cousa sem duvida. E posto que nos ditos dous livros se não faz menção que della ouvesse mais que hũ soo filho macho, Lopo Vaz de Castelbranco, de que loguo se fallará no capitulo seguinte, contudo tenho emformação que teve tãobem filhas, e espeçialmente me consta de hũa per nome dona Guiomar, que viveo em Evora sem casar e porque era chamada comummente “a freira” devia de aver estado em algũa forma de religião e por algũa causa justa ou dispensação residia fora della.

44 Na margem esquerda, em letra da mesma época: “¶ Albuquerque”.



Capítulo xxiii.

De Lopo Vaz de Castelbranco o d'Evora, en que se acabou a linha masculina do cheffe da geração de Castelbranco, e de sua mulher, filha e genrro. E de quen pode oje pretender ser chefe desta linhagem.

O filho macho de Nuno Vaz de Castelbranco, segundo se disse no capítulo preçedente, se chamou Lopo Vaz de Castelbranco como seu avo, e eu pera diferença o nomeo por “o d'Evora” porque viveo naquella çidade; teve grandes diferenças e demandas com o barão d'Alvito dom João Lobo, pai do barão dom Rodrigo que oje he. Casou o dito Lopo Vaz com dona Guio-mar de Mello, filha illegitima de Foão de Mello, irmão de Eitor de Mello, o d'Evora, hũ fi[fl. 60 v]dalguo mui conhecido. Ouve desta senhora hũa filha unica per nome dona Isabel de Noronha como sua avoo, mai de seu pai. A qual senhora he ja casada com Françisco de Mello de Castelbranco, seu primo segundo que vive em hũa sua quintã perto d'Obidos, como adiante no capítulo seguinte contaremos.

¶ No dito Lopo Vaz de Castelbranco se acabou a linha masculina do primogenito varão chefe desta linhagem de Castelbranco, posto que este nome e lugar possa pretender o dito Françisco de Melo de Castelbranco, seu genrro, que he oje o primogenito varão desçendente, por linha masculina legitima de Lopo Vaz de Castelbranco, “o Torrão”, que era sen duvida o chefe desta geração e apellido. E tãobem pode ter a mesma pretenção dom Antonio de Castelbranco, senhor da villa de Pombeiro, de quem se ha de fallar adiante, capítulo 36, por respeito de seu avo dom Pedro ser o filho maior que ficou ao tempo da morte do almirãote seu pai, e que como tal soçedeo no seu moorguado patrimonial e ficou entrando em lugar de primogenito. E do dito dom Pedro por linha de primosgenitos he o dito dom Antonio de Castelbranco o desçendente lidimo varão mais velho e herdeiro que oje ha.



Capítulo xxiii.

De Dioguo de Mello de Castelbranco, filho segundo de Lopo Vaz de Castelbranco “o Torrão”, e de sua molher e filho e neto, Lopo Vaz de Mello de Castelbranco e Françisco de Mello de Castelbranco, e de suas filhas e netos que dellas desçenderão.

A desventura da morte de Lopo Vaz de Castelbranco “o Torrão”, que foi causa de seu filho mais velho não soçeder nas cousas da Coroa ao almi-rãote Nuno Vaz seu pai, como contamos no capítulo 22, parece que alcançou tãobem no que pôde a Dioguo de Mello de [fl. 61] Castelbranco, filho segundo do dito Lopo Vaz “o Torrão”, pois ella devia de ser ocasião de Dioguo de Mello, como fidalguo pobre e desfavoreçido d’el-rei, casar mui diferentemente do que sua callidade requeria. Tãobem podia ser este erro seu por amores, que tras consigo a desculpa e perdão; mas emfim foi casado com dona Guiomar Borges, filha ainda não legitima de Pedro Borges, escrivão da chancellaria d’el-rei dom João o segundo e d’el-rei dom Manoel. E posto que não sabemos a causa nem o modo e respeito per que se este casamento fez, porem, quantas mais callidades de desi-gualdade se nelle achão mais claramente se ve que forçadamente devia proçeder por hũa das duas causas: de pobreza delle ou amores, que açima aponte, ou d’outra qualquer semelhante, e não ser feito per ordem e via ordinaria. E pera dar a entender isto cuido eu que exprimirão Damião de Goes e dom Antonio de Lima nos seus livros de linhagens as ditas callida-des de illegitimidade e do offiçio do sogro. Deste matrimonio teve Dioguo de Mello de Castelbranco hum soo filho macho, per nome Lopo Vaz de Mello de Castelbranco (no que foi semelhante o dito Diogo de Mello a seu irmão Nuno Vaz, segundo se disse nos dous capitulos antes deste). Teve, alem d’outras filhas freiras a que não soube o nome, mais tres filhas – *scilicet*– dona Joana d’Ataide, molher de Pedro Botelho⁴⁵, porteiro moor do Infante dom Luis, de quem naçeo Diogo Botelho, o mais firme, sequas e leal servidor que⁴⁶ o senhor dom Antonio prior do Crato, filho do iffante

45 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Botelhos”.

46 Segue-se palavra riscada: “teve”.



dom Luis, tem e teve en todos seus trabalhos, assi antes da⁴⁷ pretensão e nome de rei que tomou, como depois disso en todas as partes de França e Inglaterra onde sua fortuna e mao conselho o levarão e trazem.

A segunda filha do dito Diogo de Mello de Castelbranco foi dona Maria de Mello, que casou com Manoel Figueira⁴⁸.

A terceira filha, dona Fellipa de Mello, foi molher de Manoel d'Oliveira, estribeiro moor do cardeal infante dom Anrrique, rei que depois foi deste reino, dos quais nação Antão d'Oliveira que outrosi do dito imffante cardeal foi muito tempo estribeiro [fl. 61 v] moor e ora serve a senhora dona Caterina duquesa de Braguança, filha do infante dom Duarte. E alem d'outras boas partes que tem he de estremadas forças corporaes entre as do reino e mui bom cavaleiro. Por os apellidos destes tres fidalguos genrros do dito Diogo de Mello de Castelbranco serem, como dito he, Botelho, Figueira e Oliveira, lhe disse a elle o marques de Villa Real dom Miguel, avo de dom Manoel, duque que ora he da dita villa, que fizera hũ pomar de suas filhas, no quoyal pomar tãobem podera entrar a primeira nora do dito Dioguo de Mello de Castelbranco (e seu filho por respeito della), porque era filha de Françisco Figueira, estribeiro moor do imffante dom Luis e de dona⁴⁹ de Moura, irmã de dom Luis de Moura, pai de dom Christovão de Moura, gentil-homem da camara, veedor da fazenda e do conselho de todos os estados d'el-rei dom Fellipe nosso senhor, e dos mais açoitos que oje lhe sabemos. Com hũa sua prima comirmã, per nome dona Isabel de Moura⁵⁰, filha da dita sua tia e do dito Françisco Figueira, casou, como deziamos, o filho mais velho do dito Dioguo de Mello, per nome Lopo Vaz de Mello de Castelbranco, da quoyal senhora elle, Lopo Vaz, ouve hum filho que se chama Françisco de Mello de Castelbranco e he casad[o]⁵¹ á pouco tempo com sua prima dona Isabel de Noronha, filha de Lopo Vaz de Castelbranco o d'Evora, primo comirmão do pai do dito Françisco de Mello, como tocamos no capitulo preçedente, onde tratei da pretensão de chefe desta linhagem de Castelbranco que este Françisco de Mello de

47 Segue-se palavra riscada: "jnjusta".

48 Na margem direita, em letra do século XVI: "¶ Figueiras".

49 Segue-se espaço em branco.

50 Na margem direita, em letra do século XVI: "¶ Mouras".

51 No ms.: casada.



Castelbranco pode ter. Ouve mais o dito Lopo Vaz de Mello da dita sua primeira mulher dona Isabel de Moura duas filhas freiras em Santa Clara de Lixboa: dona Bernarda e dona⁵².

Casou segunda vez o dito Lopo Vaz de Mello com dona Costança de Brito⁵³, filha de Sabastião Tavares da Grã, veuva de Rui d'Abreu de Sousa, neto de Rui d'Abreu alcaide moor d'Elvas, filho de Bastião de Sousa que no ano de 521 foi por capitão moor na viagem da India, e antes e depois fez nella muitos serviços como nos livros de João de Bairros e nos de Fernão Lopes de Castanheda em diversos lugares se rellata. E deste primeiro marido Rui d'Abreu tinha a dita dona Costança hũa filha [fl. 62] per nome dona Britez de Brito, que morreo esposada de futuro com o dito Francisco de Mello de Castelbranco, filho do dito Lopo Vaz de Mello. Da dita dona Costança ouve Lopo Vaz a Diogo de Mello de Castelbranco, que falleço minino, e a dona Guimar de Mello, que en Elvas casou com dom Guarçia Anrriquez e delle tem estes filhos: dom Duarte Anrriquez⁵⁴, dom Lopo Anrriquez, dom Francisco d'Azevedo (que se chamou assi por o dito dom Guarçia ser neto, filho de hũa filha, de Francisco d'Azevedo, hũ fidalguo que naquella çidade foi morador, tãobem parente desta linhagem como dissemos no capitulo 16), dom Pedro Anrriquez, dona Britez Pereira. Alem da dita dona Guimar ouve o dito Lopo Vaz de Mello do dito segundo matrimonio de dona Costança duas filhas, dona Maria e dona Joana, que ainda tem em casa.

Esta he toda a desçendencia dos filhos e netos do dito Diogo de Mello de Castelbranco, filho segundo de Lopo Vaz de Castelbranco "o Torrão".

Acho mais delle dito Diogo de Mello que, como cortesão dos de seu tempo, á trovas⁵⁵ suas e repostas dellas no *Cançioneiro Geral* de Portugal, folio 177 verso e 178 verso.

52 Segue-se espaço em branco.

53 Na margem esquerda, em letra do século XVI: "¶ Britos".

54 Na margem direita, em letra do século XVI: "¶ Anrriques".

55 Corrigido sobre "provas".



Capítulo xxb.

De dom João de Castelbranco, d'alcunha “Braço de Ferro”, terceiro filho do almirãote Nuno Vaz, e da jornada e tomada d'Azamor en que se elle achou.

Do capitulo 18 atee o passado, 24, tratamos de Lopo Vaz “o Torrão”, primeiro filho do almirãote e de seus descendentes. Pedia a ordem tornar aguora ao filho segundo do dito almirãote e, depois de tratar d'elle e dos que d'elle vierão, vir ao terceiro filho, que foi dom João de Castelbranco (cujo he este capitulo); porem, porque dele não ficou mais que hũa filha e do dito dom Pedro, segundo filho, ficarão filhos e netos barões en que se continuou e dura oje sua des[fl. 62 v]çendença e linha masculina, pareço-me melhor ordem e menos confusão concluir primeiro com o dito dom João. Estes dous filhos mais moços do dito almirante, dom Pedro e dom João, se chamarão de “dom” porque naçerão depois de seu pai ter o dito carguo e dinidade d'almirante, por respeito do quoa o podião tomar como podem os filhos de condes e d'outras dinidades dahi pera cima; e o filho mais velho, que foi o dito Lopo Vaz, por ser antes naçido o não tomou. Este dom João de Castelbranco foi mui esforçado cavaleiro e de muitos spritos, e parece que por seu esforço lhe chamavão “Braço de Ferro”. Mas em suas cousas e discurso de vida pode con rrezão ser avido por pouco ditoso, como por a rellação d'alguns⁵⁶ veremos no capitulo seguinte.

Teve a comenda da villa de Castelbranco, que he a maior que ha da ordem de Christo e rende mais que nenhuma outra do reino de todas as ordens. Da mesma villa foi juntamente comendador e alcaide moor, como consta de Damião de Goes na *Chronica d'el-rei dom Manoel*, terceira parte, capitulo 46. E porque por agravos que teve do mesmo rei dom Manoel ou d'el-rei dom João seu filho se determinou ir como foi pera Castella, vendeo com sua licença a dita alcaidaria moor a dom Dioguo de Meneses, craveiro que foi da dita ordem de Christo, e d'elle veio por esta via a dom Fernãodo de Meneses, seu filho, e d'elle a seu neto dom Antonio, que a oje tem com a dita comenda.

⁵⁶ Entenda-se: pela relação de alguns dos seus feitos.



Os serviços deste dom João de Castelbranco na guerra claro está que devião ser muitos e grandes, pois sendo filho terçeiro de seu pai mereço por elles (sem ser privado nem ter condição nem estrella pera iso) tal comenda e alcaidaria moor em tempos em que as cousas desta callidade se davão mui bem pezadas, com mereçimentos que preponderassem, e não tão baratas e sem nunca vestir as armas como depois muitas vezes se derão. Na jornada en que se tomou a çidade d’Azamor aos mouros e nos mais feitos e soçessos de guerra que nella ouve foi este dom João, mas por serviços mais antigos devia ter mereçidas as ditas merçes, porque ja ao tal tempo era alcaide moor e comendador da dita villa segundo se collige do dito [fl. 63] autor no lugar açima apontado.

Porem, porque das mais cousas em que se achou não tenho particullar imformação, farei relação desta, como soçedeeo, que foi em aparato e bom soçesso mui notavel posto que de pouca resistêcia.

¶ No ano de 1513 por Moleizeão senhor da dita çidade d’Azamor quebrãotar as pazes que com el-rei dom Manoel os mouros moradores nella tinhão assentadas determinou o dito rei manda-lla tomar posto que fosse naquelle tempo lugar mui grande, de mais de çinco mil e quatroçentos vezinhos, e tivesse mui boa cerca quadrada. E pera general desta empreza escolheo a dom James duque de Bragança, seu sobrinho, filho de sua irmã, bisavo do duque dom Theodosio que oje vive, ao qual pera este feito mandou aperçeber hũa grossa armada de 400 vellas de toda a sorte en que forão quinze mil de pee e dous mil de cavallo em que entravão çem acubertados, todos criados e vassalos do dito duque. Com esta gente e armada partio de Belem a dezasseis dias de agosto do dito ano e atee 22 do mes esteve no Algarve recolhendo alguns navios donde tornou proseguir sua viagem a 23, que era vespora de São Bartolameu e a 28, dia do grande e famoso doctor africano Santo Agostinho, natural daquella provincia, surgio na barra d’Azamor e por lhe o vento ser contrairo pera entrar pelo rio foi a Mazagão, que he dahi a duas legoas, onde desembarcou sem nenhum periguo nem resistençia. Em Mazagão esteve o duque tres dias pondo em ordem as cousas que comprião pera por terra ir çercar a dita çidade d’Azamor. Nos quais tres dias, posto que alguns mouros dos aventureiros que avia na çidade vinhão de noite dar nas fraldas do nosso



campo e levarão delle cavallos e ferirão e matarão alguns cristãos que acharão desmãdados, nunca porem ousarão chegar ao corpo maior da gente posto que hũa vez de dia viessem çinco mil de cavallo e sete mil de pee com alguns dos xeques, os quais, trazendo tenção de dar batalha, como virão o campo do duque e a ordem e conçerto que nelle avia sem tentarem fortuna se tornarão pera a çidade [fl. 63 v] e com novas que derão se começou ella loguo a despejar da gente que não servia pera pellejar e defende-la. O duque, ao primeiro dia de setembro, abalou de Mazagão por terra contra Azamor com todo seu exército posto em ordenação como convinha e antes que partisse fez passar a mor parte da artelharria e monições aos navios pequenos e mandou nelles diante a Pedr' Afonso d' Aguiar (com cujo filho ou irmão casou hũa filha do guovernador dom Guonçallo, bastarda, como adiante se dira) ao qual hião encomendadas as cousas do mar, e com elle a Guarçia de Mello que entrassem pello rio acima pera queimarem algũas janguadas e caniçadas de palha, breu e alcatrão que os mouros tinham feitas pera lançarem pelo rio abaixo contra os nossos navios; o que os ditos Pedro Afonso e Guarçia de Mello fizeram como lhe era encarrregado antes que o duque chegasse a çidade. E posto que della lhe lançarão muitos tiros de fogo e pelouros de bombardas passarão avante e effectuarão seu intento. O duque levando seu caminho, alguns mouros de cavallo vierão cometer o adail que hia diante descobrindo o campo. E a escaramuça se travou entre elles tão bravamente que foi necessário acodir a ella o grão dom João de Meneses, que nesta jornada hia pera, fallecendo o duque, ficar por general e neste caminho de Mazagão pera Azamor levava a vanguarda, da qual tirou algũa gente de cavallo con que foi socorrer ao adail; mas, porque os mouros recreção cada vez mais, mandou o duque ao conde de Borba dom Vasco Coutinho, cunhado do dito dom João e tão valleroso capitão como elle, com mais gente e carregando ainda os mouros sobre elles o duque em pessoa lhe acodio com alguns poucos de cavallo e hum esquadrão de gente de pee cujo capitão era Guaspar Vaz, hũ dos quatro coroneis da infantaria que forão na dita jornada. Este, com o dito esquadrão se meteo entre os mouros e os christãos e ainda que foi dos imiguos com muita furia e esforço cometido se sosteve contra elles valerosamente sem o poderem entrar em todo o dia atee ser noite; com a qual [fl. 64] a escaramuça çessou, ficando dos mouros mortos dez e entre elles hun Çide Aço, mui sinalado cavalleiro. Dos nossos não morreo nenhum



e forão feridos dous e se perderão seis cavallos. Sem embargo da escaramuça em todo o dia não çessar, não deixava o exercito de ir marchando. E na ordem en que partira chegou a Azamor e se alojou aquella noite ao longo do rio defronte dos nossos navios que o duque diante mandara.

Ao dia seguinte polla manhã, aos dous de setembro, se tirou en terra algũa artelharia grossa e petrechos neçessarios pera o combate e sendo ja oras de meio dia appareçerão tres esquadrões grandes de mouros de cavallo que se puserão a tiro de bombarda do nosso arraial, com os quais o duque por justos respeitos não consentio que o conde de Borba saísse a pellejar como elle lhe pedia. E os mouros não ousando chegar-se mais perto se forão do luguar onde estavão sem tentarem feito algum. Na çidade, a este tempo avia muita gente de guerra, assi da natural como d’outra dos luguares vezinhos que acodira de socorro. Era capitão della Çide Mançor, mui arriscado cavalleiro e de grande reputação entre os mouros. Com elle estava outro seu irmão e Alesemão, senhor da villa de Targua, e outros capitães e gente nobre de fora. No campo andava o dito Molei Zeão, senhor da dita çidade, que deixando posto nella este recado de capitães e gente se saíra fora en tenção de dar batalha ao duque com muita gente de pee e de cavallo que consiguo e con dous filhos seus homens esforçados trazia; o que não soamente não fez mas ao primeiro combate, sem esperarem o segundo, os seus despejarão a çidade e a deixarão aos nossos. E a causa foi que tirada a dita artelharia en terra e algũas mantas, alguns dos nossos a quem o duque encarregou este primeiro combate as arrimarão ao muro e o começarão a picar por baixo dellas, ao que os mouros acodirão defendendo-se mui animosamente e ofendendo os nossos com muitos tiros d’arremesso e panellas de breu e alcatrão e outros materiaes [fl. 64 v] que lançavão de çima do muro con que ferirão alguns dos nossos. E durando assi o combate ja sobre a tarde hum pelouro nosso de bombarda deu pellos peitos ao dito Çide Mançor, capitão da çidade, que pello muro andava animando e inçitando os seus, e caindo loguo morto os mouros, vendo caso tão dasastrado levãotarão tamanhos gritos de pranto e choro que forão dos nossos ouvidos e desanimados com esta perda se sairão de noite da çidade com tanta pressa que ao sair pellas portas morrerão abafadas mais de oitenta pessoas, do qual despejo o duque loguo na propia noite foi çerteficado por hum judeu de nação portugues, ao qual



d'alviçaras deu seguro pera elle e pera os mais judeus não serem saqueadas suas casas e as vidas lhe ficarem seguras. Ao outro dia em amanhecendo se arvorarão na çidade as bandeiras de Portugal, e o duque fazendo consagrar a mesquita maior em igreja da advocação do Spirito Santo ouvio nella missa e se apousentou con sua gente dentro na çidade a tres dias do dito mes de setembro do dito ano de 513. O medo que os mouros daquella comarca cobrarão do exercito do duque foi tamanho que não somente os obrigou deixaren-lhe esta çidade mas, como ella foi guanhada, os moradores d'outras duas çidades, Tite e Almedina, as despejarão de todo, do que sendo ao duque trazido recado mandou tomar posse de Tite. E Nuno Fernandez d'Ataide, capitão que era de Çafim, as foi tomar d'Almedina que jaa d'antes era tributaria a el-rei; e con seguros que mandou aos moradores della que se avião saido os fez tornar a povoa-la e a tornou mais prospera do que d'antes era, posto que tirou muito trigo e cevada que nella achou. Depois disto, aos vinte e seis de outubro, sahio o duque d'Azamor con sua gente e correo toda a enxovia sem achar mais que hũ pobre aduar de attee dozentas almas, as quais tomadas mandou livremente e com grão magnanimidade soltar, como a tal senhor comvinha. E com estas cousas feitas se partio o duque para o reino por çerta indisposição que a iso obrigou, a 21 de novembro, tres meses e dez dias andados depois que de Belem des [fl. 65] amarrara, mas laa deixou a mor parte de sua gente e soo com dous navios chegou ao Algarve.

Capitulo xxbi.

Do que resultou ao bem deste reino da jornada do duque de Bragãoça a Azamor, en que se achou dom João de Castelbranco, alcaide moor e comendador de Castelbranco. Trata-se aqui mais do despejo que el-rei dom João o terceiro fez da dita çidade e algũs outros luguares d'Africa.

Desta ida do duque dom James a Africa e do soçedido nella rellatado no capitulo preçedente resultou ficarem de novo as ditas tres çidades da Berberia por el-rei de Portugal, cousa que então não soamente d'el-rei



e deste reino, mas dos estranhos e do papa foi tão festejada e çellebrada como depois dos nossos mal conservada e desprezada. E, çerto, quem considerar os muitos e bons luguares, largua comarca, grandes e prinçipaes cabildas e infinitos aduares de mouros que reconheçião vasalagem a el-rei dom Manoel que Deos tem e lhe paguavão tributo e pareas, e que quasi tudo o que ha de Mazagão atee Marrocos estava sogeito a seu poder e senhorio, e trouver à memoria as jornadas dos reis e infantes em Africa con tantos gastos, tão grandes armadas, tanto risco de suas pessoas, não sei como poderá deixar de se muito doer vendo que o que con tanto sangue e gloria de nossa nação e nome portugues, aumento da christãodade, louvor e exalçamento da fee catolica, nossos maiores guanharão aos imffieis, depois voluntariamente nos seus soçessores o larguamos aos mesmos imiguos de Christo, querendo com nome de escasos sezudos apagar a fama que elles de liberaes esforçados guanharão, e mostrar ao mundo regeitando o efeito e fruito de suas empresas que foi sem causa a reputação que delles e dellas nas nações estrão[fl. 65 v]geiras se conçebeo. Estando cativo o imffante dom Fernando, filho d'el-rei dom João o primeiro, e tendo-se prometido de se dar Çeita aos mouros (em arrefens da quoad promessa e conçerto elle estava dado) avia-se por bastante causa pera por elle não se entregar a dita çidade ter-se çelebrado e consagrado o santo nome e corpo de Christo nas igrejas e altares da dita çidade, que os mouros avião de tornar em mesquitas e templos de suas abominações. E nos, sendo mais antiquos neste culto divino da fee catollica e admenistração dos sacramentos às villas de Arzilla, Alcaçer Çeguer e Azamor e Çafim ao tempo que se larguarão do que era Çeita no tempo do cativo do infante, e sem intervirm hũa neçesidade tão grande da liberdade de hum tal prinçipe qual aquelle era que por não pereçer o povo portugues na mal afortunada jornada do palanque de Tangere posera sua pessoa por libertar as alheas, e sem obrigação de promessas nem contratos alguns, puramente de proprio motu e livre vontade, ouvemos por leves todos os respeitos de religião, honrra, reputação e cavallaria, e pôde mais que todos estes hum soo respeito de interesse e despesa que dizem que se fazia na sustentação destes luguares. A quoad, alem de não ser tão grande nem exçessiva como a querem emcareçer, pola ajuda dos tributos e pareas e rendas dos saveis con que os mouros e cabildas contrebuião, não sei eu onde podia ser mi-lhor empreguada a despesa que neste effecto, pois sabemos que a fazenda



e patrimonio da Coroa real pera estes dous fins he principalmente ordenada: guerra e justiça; e, enquanto se ella nelles despendeo, sempre Nosso Senhor a acreçentou e aumentou aos reis de Portugal, multiplicando-lhe as rendas e os thesouros por muitas vias e muito mais as vitorias, e depois que deixadas estas despesas tão justas, gloriosas [fl. 66] e neçassarias se converteo o rendimento do reino em outras de menos obriguação e menos proveito comum da republica não soamente a gloria della se perdeo, mas as rendas cada vez se deminuirão e se individou a Coroa de Portugal mais, atee se por no estado em que oje a vemos. Assi que os que por desempenharem o reino aconselharão a el-rei dom João o terceiro que largando estes luguares poupase o gasto que em os soster fazia, oulhem bem quanto medrou depois a fazenda real e comparem as riquezas e poder d'el-rei dom Manoel e dos reis ante elle com a pobreza do estado em que, depois dos ditos luguares se larguarem, o patrimonio deste reino sempre se vio. E eu seguro que vejão claramente quão contrairo efeito se seguiu do que elles pretendião, pois as vitorias dos imfieis na Africa e Assia notorio he en qual destes tempos nellas Deos deu mais e maiores. E se ainda quisermos con joizo considerar a causa da grande e exiçial perda da batalha d'Alcaçere, em que consistio a total destroição do reino, porventura com pequeno discurso acharemos que desta raiz trouve seu nascimento. Sabido he que dos primeiros tempos dos romanos na Espanha entrarem, e ainda antes delles, forão sempre jamais os portugueses entre todas as nações avidos por mui valerosos e esforçados. Esta reputação ganharão e conservarão os Viriatos, os Çessarôis, os Africanos, os Sertorios e outros muitos capitães de lusitanos que com muito poucos portugueses desbaratarão sempre e destruirão grande multidão de imigos, mas com muita mais gloria e louvor creçerão nesta fama os gloriosos reis de Portugal desd'o primeiro e invencível rei dom Afomssso Anriquez atee o tempo de que trato, sendo por os nossos pequenos campos immortais vitorias alcançadas de muitos e mui poderosos exercitos de varias nações e especialmente dos imfieis, na Europa, Assia e Africa. Não eramos⁵⁷ nos, pois, d'outra carne, nem d'outro sangue, nen d'outra natureza, nem d'outra terra, nem filhos d'outros pais senão dos [fl. 66 v] que isto fizerão, nem tinhamos rei menos animozo nem menos catolico que elles, que causa ouve logo de tão facilmente sermos desbaratados, rotos e vencidos e pera

57 Corrigido sobre "era menos".



sempre deshonrrados? Certo, nenhuma outra se pode humanamente dar (deixados os secretos e incompreensíveis juízos divinos) se não serem os mouros aguora mais exercitados na guerra que nos tempos antigos, e nos aguora menos exercitados que então. E isto como podera deixar de ser assi – *scilicet*– com se os ditos luguares todos que el-rei dom Manoel em sua obediência teve defenderem e conservarem, porque residindo nellas os prisídios necessários e os fronteiros que a elles concorrião com muita gente de pee e de cavallo não podera deixar de aver no reino muito grande copia de veteranos, que se lançamos conta ao numero e grandeza dos luguares que por nos estavam conservando-os na posse e ordem que el-rei dom Manoel os teve, os menos que nelles podião residir erão entre todos seis sete mil homens de pelleja. E estes, variando e soçedendo por anos huns a outros, vindo-se pera o reino os emeritos e ficando em seu lugar outros bisonhos, ninguem me neguará que forçadamente se acharião sempre no reino e nas partes d’alem pera hũa jornada importante dez ou doze mil homens que tivessem a dous e a tres e a quatro e a mais anos de milícia. E se com estes se achara el-rei don Sebastião, de Deos perdoe, he bem de crer que fora diferente o soçesso de sua empreza que se vio que teve. E foi sempre avido por tão importante este neguoiço de exerciço da disciplina millitar e por tão prejudicial çerrar as portas e ocasiões de todo à guerra que soo por esa causa muitas rees pubricas bem guovernadas, podendo destruir seus imiguos que tinhão à porta depois de avidas grandissimas vitorias delles, os deixavão ficar em pee para ocasião de sempre os seus na guerra se exercitarem, avendo por menor periguo o das armas imiguas que o do oço proprio e falta de exerciço. Isto usou Roma da primeira vez com Numança, e por duas vezes com Cartaguo. E em [fl. 67] istorias d’outros reinos se achão muitos exemplos semelhantes.

Nenhuma nação de gente no mundo ouve tão fraca que o exerciço das armas a não fizesse esforçada e vallerosa, nenhuma ouve tão vallente e animosa que a falta do uso e experiencia da guerra não tornasse vil, abatida, cobarde e ignominiosa. De hũa cousa e d’outra se vio clara a esperiencia nos gregos, nos romanos e itallianos, nos assirios, nos persas, nos guodos, nos alarves de Berberia, nos ungaros, nos epirotas e maçedonicos, e finalmente oje o experimentamos e provamos asaz com nosso dano nos turcos, nos framengos, e em nos mesmos temos o maior e mais cheguado



exemplo de todos, pois he certo que en todas estas nações que nomeei se virão as mudanças ambas da fortuna prospera e adverssa, e da reputação de valor ou covardia, serem causadas segundo o pouco ou muito exercício d'armas que tiverão. Veja-se aguora se era justa e devida toda a despesa que a esse fim se fizesse, ou dem-me oje modo de aver copia de gente soldadesca exercitada em Portugal. Mas emfim, deixemos esta materia dina de eternas lamentações e incapaz ja de todo o remedio.

E tornando à nossa da tomada de Azamor (da quoaal a grande dor e frescas maguoaas do estado da reepublica lusitana me tanto fez divertir), entre os muitos e mui prinçipaes senhores e fidalguos que com o duque forão na dita jornada e nos particullares feitos della que atras apontei (em que se acharão dous condes e tres que o depois forão e outras pessoas mui prinçipaes do reino e mui qualificadas) foi o dito dom João de Castelbranco, d'alcunha “Braço de Ferro”, alcaide moor e comendador da villa de Castelbranco, como se vee da dita *Chronica d'el-rei dom Manoel* por o dito Damião de Goes composta, na terceira parte, capitulo 46. E posto que este autor no fim do capitulo 47 conta que o dito duque, quando se veio, deixou quasi todolos seus na dita çidade d'Azamor e toda sua casa encomendada a dom Françisco de Portugal, seu primo, primeiro conde que depois foi do Vimioso, e [fl. 67 v] com soos dous navios se veio pera o reino como tãoobem atras no capitulo passado fica apontado, contudo das mais entradas e feitos de guerra que depois da vinda do duque fizerão (com a gente que lhes elle deixou) dom João de Meneses, Rui Barreto e Nuno Fernandez d'Ataide, en que ouverão notaveis vitorias, não quero tomar nada pera por entre os serviços de dom João de Castelbranco, porque nos capitulos 48 atee 51, em que estas cousas trata o dito Damião de Góes, o não nomea. E posto que elle o não declare, entendo que a maior parte dos fidalguos prinçipaes que com o dito duque forão se tornarão em breve tempo apos elle pera o reino, porque nem do conde de Tentuguel, nem do dito dom Françisco de Portugal, nem de Luis da Silveira, que depois foi conde da Sortelha, nem do dito dom João de Castelbranco, nem d'outros muitos se faz menção algũa nas cousas que soçederão depois da vinda do duque. E assi o afirma João Ochoa de la Salde no seu livro intitulado *Carolea*, que no ano de 1513 faz menção desta empresa e aponta os fidalguos prinçipaes que tornarão com o duque.



Capitulo xxbii.

Das mais cousas e soçessos do dito dom João, alcaide mor e comendador da villa de Castelbranco, e de sua molher, e filha dona Maria, donde proçedem os Cabraes de Belmonte.

Porquanto demasiadamente creçeo (sem ser esa minha tenção) o capitulo preçedente, reservei pera tratar neste as mais cousas do dito dom João de Castelbranco, cujo era aquelle luguar que com larguissima digressão lhe tomamos; e tornãodo a imfiar o discurso dellas:

¶ foi casado con dona Lianor de Sousa, filha de Afonso Vaz de Brito⁵⁸, caçador moor d’el-rei dom João o segundo (como consta do livro das linhagens moderno da Torre do Tombo, ainda que dom [fl. 68] Antonio de Lima no seu diz que o foi d’el-rei dom Afonso o quinto). A dita dona Lianor parece que pera vingar na honrra de seu marido a afronta e quebra que na sua reçebera o dito seu pai de Lopo Vaz “o Torrão” seu cunhado, irmão de seu marido, como contamos no capitulo dezanove, ou mais verdadeiramente por acreçentar na propria deshonrra sua e delle, tendo em menos a virtude que seu desonesto appetite, tinha viçiosa conversação com hum cleriguo seu capellão. E porque sabia do esforço e condição de seu marido quão arriscada andava sua vida se qualquer sospeita de suas culpas lhe cheguisse à noticia, pera mais seguramente guozar do deleite dellas se resolveo en lhe ordenar a morte pello dito cleriguo com tal simulação e manha que se não soubesse donde proçedera a causa della. Mas Deos, que poucas vezes permite tais obras ficarem sem castigo e por diversas maneiras ordena abrir-se caminho para se descobrirem os autores das culpas para averen as penas que mereçem e serem aos outros exemplo de se não confiarem en suas artes e modos secretos pera ousarem de as cometer, assi o fez e ordenou nesta, como loguo veremos. Soçedeo o caso por esta maneira. Sendo fora de casa dom João ao campo, ella meteo consigo ao dito cleriguo. E avisado do que avia de fazer em dom João entrando pello apousento da fortalleza de Castelbranco em que vevia, como

⁵⁸ Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Britos”.



alcaide moor que era da dita villa (que devia ser ja de noite), parece que deixou em baixo sua gente, ou por outra causa aconteçeo vir soo, o que vendo o cleriguo se chegou dissimulladamente a elle como capellão e pessoa de casa que era. E por detras, levando de hum terçado que debaixo da roupeta trazia, lhe deu hũa e muitas feridas com que o derrubou no chão tão ferido que nenhums sinais dava de vivo. E julgando-o elle por morto recolheo o terçado na bainya debaixo da roupeta e com a dita dona Lianor se pos sobre o dito dom João a fazer grande pranto contra quem o matara. Acodio a isto o juiz de fora, e como avisado (que devia ser) primeiro que tudo mandou prover na guoarda das portas do castello que ninguem pudesse sair sen seu mandado.

[fl. 68 v]

E feito isto, entendendo que aquella morte dada dentro en sua casa não podia naçer senão d'algũa pessoa della, e tãobem porque porventura averia ja do adulterio algum rumor na villa, fez buscar com deligençia todos os que no castello achou, vendo se lhe achavão armas que fizessem sospeita. E como em som de graça disse ao dito cleriguo que tãobem o avia de buscar, e pondo-o em efeito, lhe achou escondido o dito terçado cheo de sangue, pello que compreendendo-se o delito e origem delle o prendeo e a dita dona Lianor. E fazendo-o saber a el-rei, que estava em Evora, sua alteza mandou levar assi os ditos presos. E loguo sem muita detença mandou deguolar por justiça a dita dona Lianor com tanta brevidade que, quando dom João tornou das feridas a estado que mandava pedir a el-rei lhe dese sua molher e escusase a justiça con tenção de por si a fazer della, era ja feita a execução. E do cleriguo não sei em particullar o castiguo que lhe foi dado nem como morreo. Dom João ficou aleijado e mui maltratado das ditas feridas e cutilladas, segundo dom Antonio de Lima apomta no seu livro das linhagens, posto que não relata tão meudamente esta istoria como aqui vai, que he conforme a hũa imformação que me della foi dada. Depois, correndo o tempo, sentindo-se dom João agravado d'el-rei dom Manoel se quis ir pera Castella e desnaturar-se de seu serviço. E el-rei estava ja tanto avante em lhe elle ser pouco azeito que pedindo-lhe dom João licença pera se ir, e porventura parecendo-lhe que por suas callidades e mereçimentos lha não desse, el-rei por sua natural condição colerica lha



conçedeo levemente, acreçentando tãobem que lhe daria dinheiro pera o caminho se o não tivesse. Pello que dom João, pondo em efeito sua determinação, se foi destes reinos pera os de Castella e laa andou todo o mais tempo de sua vida atee sua morte. E ainda se conta que lhe aqueçeo laa outra desgraça, e foi que indo hun dia fallando com hũa dama se atravessou o grão capitão Guonçallo Fernandez de Cordova, duque de Sessa, [fl. 69] ou outra tal personagē, e lhe tomou a voz e o luguar, do que sentindo-se dom João se afastou a fora, e levando da espada arrancou para o dito grão capitão, mas o duque, conheçemdo quão deseparado de favores de amiguos e parentes dom João estava naquella corte, com grão confiança sem fazer movimento disse pera o dito dom João: “Dom João, metelda!”. E pode, pello luguar e tempo em que se achava, sair com esta segurãoça sem dom João ter luguar de executar o que seu animo e spiritos lhe pedião. Isto he tudo o que deste fidalguo per memorias vivas pude saber, que são, como disse atras, no capitulo 25, asaz bastantes mostras de sua pouca felice constelação, ainda que de sua parte não faltou nunca ao que devia.

¶ Teve hũa filha que chamarão dona Maria de Castelbranco, a qual casou com Fernão Cabral⁵⁹, alcaide moor de Belmonte, senhor da terra de Zurara, como conta dom Antonio de Lima. Della procedem os senhores daquella casa que oje são, por este modo. O dito Fernão Cabral era filho primeiro de João Fernandez Cabral e de dona Joana de Castro, neta do conde de Monsanto e do marichal dom Fernão Coutinho. E da dita senhora dona Maria de Castelbranco ouve este Fernão Cabral a João Rodriguez Cabral que soçedeo nos bens da Coroa ao dito seu pai e falleçeo sem filhos. E assi ouve mais da dita dona Maria a Nuno Fernandez Cabral, filho segundo, que teve hum filho per nome Fernão Cabral como seu avo. O qual soçedeo por casamento no morguado dos bens patrimoniaes feito do dote da dita dona Joana de Castro, porque este Fernão Cabral, o moço, neto da dita dona Maria de Castelbranco casou com hũa filha herdeira de Jorge Cabral seu tio, irmão terceiro de Fernão Cabral seu avo, o quoa venceu per demanda a Nuno Fernandez Cabral o dito morguado patrimonial da dita dona Joana de Castro, bisavoo do dito Fernão Cabral, o moço, e avoo do dito Jorge Cabral porque ella viveo mais que [fl. 69 v] Fernão Cabral, seu filho, primeiro marido da dita dona Maria. E por o dito casamento

59 Na margem direita, em letra da mesma época: “¶ Cabrais”.



tornarão ambos os morguados da Coroa e bens patrimoniais a juntar-se nos descendentes da dita dona Maria de Castelbranco. E o dito Fernão Cabral, seu neto, he morto e lhe ficarão filhos que oje ha.

Capitulo xxbiii.

De dom Pedro de Castelbranco, filho segundo do almirãote Nuno Vaz e seu herdeiro, e de como foi morto. E de Nuno Vaz Pereira de Castelbranco, seu sobrinho, que vingou sua morte e fez notaveis serviços na India que se aqui relatão.

O segundo filho que o almirãote Nuno Vaz de Castelbranco teve foi dom Pedro de Castelbranco. E por dom Lopo Vaz “o Torrão”, filho mais velho, fallecer en vida do dito almirãote, posto que delle ficarão filhos soçedeo no moorguado de Castelbranco, sito no termo desta çidade de Lixboa, por morte do dito almirãote, o dito seu filho segundo dom Pedro, que o vençeo por demanda; e seus herdeiros o pessuem oje e em sua linha direita se conserva, como ja atraas em alguns luguares foi neçessario apontar-sse. Este fidalguo, estando em Moura, afrontou hũ homem nobre morador na dita villa por sobrenome Viegas, criado que fora do almirãote seu pai, e lhe deu hũa bofetada sobre diferenças de pallavras açidentais. E posto que foi avisado que se guoardasse delle e de seus parentes que tratavão de se satisfazer, deu tão pouco por isso que antes lhe mandou dizer que se o tornasse⁶⁰ a encontrar que lhe avia [fl. 70] de dar mais bofetadas. Todavia, como parece o outro não era de todo descuidado do que compria a sua honrra e pera a afronta que lhe fora feita lhe não parecia bastante descargua recebe-lla do filho de seu senhor a quem servira, detreminou tomar della algũa maneira de satisfação, e armando-sse com hũ filho seu foi esperar dom Pedro ao campo hum dia que soube que elle era fora. E pondo-se no caminho per que dom Pedro avia de vir, tanto que o vio e hũ homem seu de cavallo com elle remeterão ambos ao dito criado de dom Pedro com as lanças feitas pera diante delle o afrontarem ou matarem, avendo que este despeito bastava pera sua vingança, atento que na pessoa

60 Seguem-se palavras riscadas: “a topar que”.



de dom Pedro, por filho de quem os criara, lhes parecia que não devião de tocar. Mas dom Pedro, que vinha sem lança, vendo o que passava levou da espada e começou a bradar-lhes: “a min, judeus! A min, villãos!”. E indo pera os offender e defender o criado, elles, constrangidos da neçessidade de sua defenssão e achando-se com armas de ventajen, o matarão e se acolherão pera Castella.

Dom João de Castelbranco, de quem fallamos no capitulo preçedente, sabendo desta morte do dito dom Pedro seu irmão se veio à mesma villa de Moura, que he luguar no estremo do reino, pera dahi mais façilmente poder ter intelligenças de como entrando en Castella se poderia vingar dos matadores. E gastando nisto algum tempo, tentando diverssas maneiras de sua tenção poder vir a effeito (o que não poderia ser sem muita dificuldade e periguo, pella guarda que os Viegas en si trazião e por estarem en reino estranho) foi avisado por recado dos mesmos Viegas que se não cansasse mais nos desenhos de os matar, porque lhe fazião a saber que nenhuma cousa elle imaginava e determinava de que a elles logo de dentro de mouro os não avisassem. Dom João com este recado ficou mui agastado, e tomando sospeita que estes avisos nação de alguns outros criados de seu pai com quem elle comonicava suas ordens e intentos de vingança (os quais porventura seria assi que pello [fl. 70 v] amor e criação que com os ditos Viegas terião en casa do almirãote lhos mandarião e procurarião sua salvação) se apaixonou contra elles e mandou afrontar alguns. E desesperado de sua estada ali poder ser mais de efeito algum se partio de Moura deixando a vingança de seu irmão pera outro luguar e tempo mais acomodado. E como as cousas depois correrão tão adverssas e contrarias ao dito dom João, como temos contado no capitulo antes deste, não pôde elle executar como desejava esta vingança.

Mas a molher do almirãote, dona Fellipa d’Ataide, mai do dito dom Pedro, com varonil animo propos em si dar ordem desta vingança, e recolhendo consiguo a Nuno Vaz Pereira de Castelbranco seu neto, filho de sua filha dona Marguarida e de Rui Diaz Pereira, de que fizemos menção no fim do capitulo 17, per sua mão determinou ver-se vinguada.



¶ E assi foi que sentindo-se o dito Nuno Vaz Pereira ja em idade e forças pera este negoçio, entrou en Castella e deixando cavallos em paradas matou a parte principal e se salvou em Portugal. E porque, contudo, por ir de preposito a cometer este caso lhe não valia o reino, conforme as capitullações dos reis, se embarcou pera a India onde atte sua morte fez serviços mui notaveis e foi hum dos abalisados e estremados fidalguos, capitão e soldado de conselho, prudência, esforço e cavallaria que na India entrou e que por seus grandes mereçimentos mais nome nella ganhou, como diz João de Bairros na 1ª *Decada*, livro 9, capitulo 4º, no fim. E na segunda *Decada*, livro 1º, capitulo 4º, e livro 3º, capitulo 6º; e *Decada primeira*, livro 10, capitulo 6º, e em outras muitas partes onde delle trata. Concorrerão neste fidalguo tres cousas mui difficultosas de ajuntar: grande conselho pera guoverno, grande esforço e deligência pera pellejar, singular condição e brandura pera conversar; com as quais partes foi não soamente exçelente capitão e soldado, mas geralmente de todos mui amado e benquisto, assi do viso-rei como dos fidalguos e soldados da India, como todas as cousas constarão da rellação do que [fl. 71] de seus serviços dissermos, porque sua prudência se mostrará en Quiloa. E quão benquisto foi se vera nos que com elle se forão pera Çofala. E finalmente a grande reputação que se tinha de seu esforço se entenderá do que por elle disse o viso-rei, e quão bem a elle mereçia mostrarão seus feitos e serviços na vida e na morte.

¶ Por morte de dom Pedro d'Anhaia, primeiro capitão que foi de Çofala, que falleceo no ano de 506, proveo o viso-rrei dom Françisco d'Almeida da capitãonia da dita fortaleza ao dito Nuno Vaz Pereira de Castelbranco. E partindo elle da India a servir o dito carguo se forão com elle muitos fidalguos e homens nobres sem carguo algũ mas so por ser benquisto e o amarem e desejarem debaixo de sua bandeira e conversação servirem a el-rei, como espeçialmente nota o dito João de Bairros na dita *Decada primeira*, livro 10, capitulo 6º, onde tãobem conta que indo de caminho e achando as cousas de Quiloa grandemente alteradas por competençias que avia entre dous bandos sobre fazerem rei dela hum de dous que o pretendião, e estando a terra por esta causa e por muitas vexações que os mouros dos nossos reçebião sobre o arrecadar dos direitos quasi de todo despovoad, Nuno Vaz se ouve con tanta prudência nestes negoçios que



paçificou a terra de todo. E sosseguadas as alterações, fez rei da dita cidade a quem justamente por direito conforme as provisões d’el-rei dom Manoel o devia ser, e deu tal ordem nos tributos e arrecadação delles que com grande facilidade em mui breve tempo se tornou a povoar e ennobrecer melhor que d’antes a dita cidade de Quiloa. E tanto credito se tinha de seu bom modo de guoverno, e tal manha se deu elle em mandar publicar o favor que nos ditos direitos avia de fazer que ja quando chegou hião apos elle muitas embarcações de mercadores que con suas casas se hião viver na dita cidade, no que tudo João de Bairros diz que Nuno Vaz mostrou não ter menos de prudência que de cavalaria.

¶ Estando en Çofalla Nuno Vaz, foi dom Lourenço d’Almeida por [fl. 71 v] mandado do viso-rrei, seu pai, d’armada. E chegando a Dabul, no rio da qual cidade achou hũa armada do Çamori de Calecu, e desejando dom Lourenço estranhamente pellejar com ella o deixou de fazer por conselho d’alguns capitães que niso muito com elle insistirão. E tendo disso recado o viso-rei dom Francisco tomou grande ira e despeito contra o dito dom Lourenço, seu filho, e esteve en termos de o castigar rigurosamente, se pellos autos que dom Lourenço fez do que os capitães lhe requererão e aconselharão não se mostrara sua muita vontade e detreminação de pellejar e a pouca delles. E contudo, suspendeo aos ditos capitães e disse pera seu filho dom Lourenço estas pallavras de tanta honrra pera Nuno Vaz: “Mal aja a morte de Pero d’Anhaia, que foi causa de se apartar de vos Nuno Vaz Pereira; que se elle fora presente não fora então mao conselho”. Assi conta isto o dito João de Bairros, *Decad[a]*⁶¹ segūda, livro 1º, capitulo 5º.

¶ E tinha bem rezão o viso-rei de dizer isto por Nuno Vaz por quão boa companhia sempre fez ao dito dom Lourenço d’Almeida nas armadas e feitos en que se com elle achou. Elle foi hum dos nove capitães que com o dito dom Lourenço andarão d’armada quando o dito viso-rei seu pai o mandou às ilhas de Maldiva, e indo ter a Zeilão forçados das correntes deixarão o rei daquella ilha tributario a el-rei de Portugal. Assi foi tãobem o dito Nuno Vaz Pereira em companhia do dito dom Lourenço quando com onze vellas, de hũa das quais Nuno Vaz era capitão, pellejou à vista de Cananor com 204 vellas de toda a sorte da armada d’el-rei

61 No ms.: decado.



de Calecu e as desbaratou matando tres mil dos imiguos. Na qual batalha Nuno Vaz com a sua caravella aferrou a sota-capitaina dos imiguos, en que avia quinhentos homens de pelleja mui luzidos e costumados a guerra, a maior parte dos quais Nuno Vaz com os seus e com ajuda da não de dom Lourenço que lhe socorreo matou e cativou, conforme ao que dis-to escreve Damião de Goes na *Chronica d'el-rei dom Manoel*, segunda parte, capitullo doze.

[fl. 72]

E segundo João de Bairros fica este feito de Nuno Vaz ainda mais honrroso porque escreve que a nao que aferrou Nuno Vaz foi a propia capitaina dos imiguos por a não poder aferrar dom Lourenço. E aponta elle nisto que era cousa temerosa de oulhar quanto mais de cometer o que fez Nuno Vaz aferrando com a sua pequena caravella São Jorge, que seria de çinquenta toneis, a nao dos mouros de quinhentos toneis atulhada delles e de arte-fícios de fogo, con que se ficavão parecendo a caravella com a nao, libree con touro. E he de notar que então na India hião os fidalguos prinçipaes en caravellas por se averem por milhores navios de pelleja, como expressemente o dito João de Bairros nota, *Decada primeira*, livro primeiro, capitulo 4º.

¶ Tornando desta vitoria Nuno Vaz com o dito dom Lourenço, o viso-rei dom Françisco o mandou a cousas do serviço d'el-rei à ilha de Zeilão, e ao tempo que de la veio achou ao viso-rei fazendo-se prestes pera ir pellejar com os rumes em vinguança da morte do dito dom Lourenço, seu filho, o quoyal pella grande confiança que no dito Nuno Vaz Pereira tinha o encarregou da capitania de hũa nao mui grande chea de muita e mui nobre gente. E con esta e dezoito vellas mais partio o viso-rei de Cananor pera Dio a dezasete dias de dezembro do ano de 508 com soos mil e trezentos soldados portugueses e 400 malavares de Cochim. E de caminho fez aquella grande e nomeada destroição na çidade de Dabul e seu termo matando todo genero de pessoa que se nella achou e saqueando e queimando a çidade de tudo o que nella avia sen deixar cousa que a ferro e a fogo não fosse posta. No quoyal feito o viso-rei apartou da gente que pellejava hum esquadrão con que mandou ao dito Nuno Vaz Pereira de Castelbranco co-



meter e entrar a cidade per outra parte, como o fez. E durou a pelleja das dez horas atee as tres pelejando-se sempre rosto a rosto, lança por lança e espada por espada, como ellegantemente representa João de Bairros, *Decada* 2^a, livro 3^o, capitulo 4^o.

¶ Neste tempo, antes de chegar a Dio quisera o viso-rei cometer Baçaim, o que contradisse com muitas e prudentes rezões o dito Nuno Vaz Pereira de Castelbranco, e era seu conselho avido [fl. 72 v] por tal nas cousas da guerra que a todos os fidalguos e capitães pareçeo neste caso o mais azer-tado. Porem, vendo que o viso-rei, tendo tanta afeição a Nuno Vaz por seu esforço, não mostrava aceitar bem contrariar-lhe elle seu desenho, não ousavão dar-lhe livremente seu parecer en conformidade do dito Nuno Vaz; mas o viso-rei, louvando a liberdade dos que sem temor aconselhão e entendendo que o parecer de todos era fazer-se o que Nuno Vaz votava se conformou com isso.

¶ E fazendo sua derrota direito a Dio, onde as armadas dos imiguos estavam, que por todas erão çem vellas com muitos Mamalucos e soldados de muitas outras nações atee entrarem esclavões e venezianos, chegou a vista dellas na entrada do mes de fevereiro do ano de 509. E porque no conselho que teve sobre o modo da batalha que se aos imiguos avia de dar, o viso-rei assentou de elle em pessoa ir diante de todos cometer a nao de Mirhoçem, capitão dos Rumes, os capitães da nossa armada, vendo o grande periguo a que o viso-rei se punha, se forão a sua nao pedir-lhe que en nenhuma maneira o fizesse. E agardeçendo-lhe o viso-rei a lembrança e cuidado que tinhão de sua vida elegeo em seu luguar entre todos pera aquelle primeiro cometimento, e mais importante e perigoso feito, ao dito Nuno Vaz Pereira, dizendo-lhe que tirava de si esta honrra pera lha dar como seu amiguo que era (nen podia tal viso-rei deixa-lo de ser de tal fidalguo e cavaleiro como era Nuno Vaz). Hia Nuno Vaz por capitão da nao Santo Spirito de trezentos toneis com çento e vinte homens de pelleja, todos gente fidalgua e nobre e destra pera aquelle offiçio, alem dos quais se passarão pera elle alguns fidalguos seus parentes pera o ajudarem e acompanharem no feito de aferrar a Mirhoçem, dos quais forão hum filho de Manoel Paçanha, alem d'outro que ja hia com elle, chamados Alvaro Paçanha e João Gonçalvez de Castelbranco e Rui Pereira; e estes dous derradeiros



estiverão na proa e forão dos primeiros que se lançarão na nao de Mirhoçem. O quoa João Gonçalves era meu tio, primo comirmão de minha avoo, e era avoo de Anrique de Sousa.

[fl. 73]

¶ En dia de São Bras, que he a tres de fevereiro, às nove horas do dia, feito sinal de batalha pello viso-rrei, se fez Nuno Vaz à vella com sua nao en que hião bem dozentos homens de peleia (com os que de novo avião entrado) e apos elle se fez toda a armada seguindo como lhe era mandado ao dito Nuno Vaz. O quoa, posto que no princípio da pelleja recebeu hum tiro d'artelharia dos imiguos que lhe matou dez homens juntos, de que hum foi Rui de Novaes, capitão do convez da sua não, comtudo não deixou por isso de seguir adiante. E não podendo chegar à nao de Mirhoçem por estar em pouca altura d'aguoa, o inimiguo se veio animosamente ferrar com elle por hum bordo, e Nuno Vaz fez o mesmo. E o dito Rui Pereira e João Gonçalves de Castelbranco, com outros que estavão na proa, vendo as naos assi aferradas hũa de longuo da outra, com bravo esforço se lançarão na de Mirhoçem levando aos imiguos diante de si atee o convez, ainda que com muito trabalho e perigo seu. E enquãoto elles isto fizerão, alguns dos nossos que mais acodirão e entre elles o mesmo Nuno Vaz andavão envoltos com os imiguos sobre a rede do convez. Era a pelleja cometida de cima e de baixo com muito animo, e estando ella nesta força hum gualião dos de Mirhoçem aferrou pelo outro bordo a nao do dito Nuno Vaz con que se dobrou a rodos o trabalho e periguo, e especialmente ao mesmo Nuno Vaz, porque sabendo dentro da naoo de Mirhoçem, onde andava pellejando, o que soçedera de novo à sua naoo, temendo pode-lla perder se com muita presteza não concluisse o neguoçio da de Mirhoçem, se apressou tanto e pellejou con tanta braveza que sendo-lhe neçessario tomar foleguo e abaixando pera isso o barbote que trazia sobre hum grojal, veio hũa frecha que lhe atravessou a garganta, de que loguo cahio. E sendo por alguns dos nossos levado à sua naoo e curado, continuando-se a pelleja a sua naoo, com ajuda da naoo de Francisco de Tavora, que lhe acodio, venceu e destroçou as duas que a tinhão aferrada, morrendo a moor parte dos imiguos e escapando Mirhoçem tãobem ferido no seu esquite. O viso-rei e



a outra armada se ouve de maneira com os imiguos [fl. 73 v] que das ditas çem vellas que tinhão (entre as de Miliquiaz, senhor de Dio, e as do dito Mirhoçem e as outras que mandara el-rei de Calecu) forão as mais dellas rendidas ou metidas no fundo, exçeito os paroos de Calecu e algũas outras que fugindo puderão escapar. Forão mortos mais de tres mil dos imiguos, e durou a batalha d'antes das onze antes do meio dia atee duas oras da tarde, en que de todo se acabou de alcansar inteira vitoria, que foi hũa das maiores que na India se alcansarão e hum dos mais illustres feitos que os nossos nella fizerão. Do gosto do qual quis Deos que guozase o dito Nuno Vaz Pereira de Castelbranco, pois tanta parte fora pera a custa de sua vida a ajudar a alcançar, e assi dahi a tres ou quatro dias falleçeo da frechada que ouve na garganta, sendo sua morte por esta maneira tão gloriosa e meritoria pera com Deos quanto seus feitos na vida o forão pera com o rei e com o mundo.

Quis aqui fazer tão largua menção das cousas deste fidalguo porque, posto que por linha femenina fosse desta linhagem de Castelbranco, representava no nome o almirãote Nuno Vaz de Castelbranco, seu avo, e a ocasião de todos estes serviços que fez na India foi o omizio em que encorreo pella vingança que fez da morte de seu tio dom Pedro de Castelbranco, cujo he este capitulo como atras fica dito. Constão estes serviços do dito Nuno Vaz da *Chronica d'el-rei dom Manoel*, segunda parte, capitulo nove, no fim e capitulo onze, e capitulo doze, e capitulo trinta e oito e trinta e nove, e de João de Bairros da primeira e segunda *Decada*, no livro terceiro, capitulo cinco e seis, e dos outros autores que escrevem a istoria da India. E o que atras neste capitulo aponte da morte do dito dom Pedro e vingança que fez o dito Nuno Vaz toca brevemente dom Antonio de Lima no seu livro das linhagens, e a mim mais larguamente me constou per copiosa emformação que me diso foi dada, e no que toca à pelleja dos rumes sobre Nuno Vaz diferem algũ tanto João de Bairros e Damião de Goes; eu segui a este ultimo que foi depois e neste caso escreveo com mais particularidades.



[fl. 74]

Capitulo xxix.

De como e com quem casou o dito dom Pedro de Castelbrãoco, senhor do morguado de Castelbranco, segundo filho do almirante Nuno Vaz, e dos filhos e filhas que teve.

Não pareça alheio da ordem da istoria depois da morte de dom Pedro de Castelbranco, que contamos no capitulo preçedente, tratar neste de como casou, porque como apos dizer com quem foi casado se segue no desenho e no estillo que levo saber e declarar que filhos teve e o que delles se fez, aguora com mais clareza que antes de contar como foi morto e vinguido se pode a isto satisfazer. O modo de seu casamento foi por esta maneira. Na çidade d'Evora viveo Rui Casco, pessoa de boas calidades de nobreza e esforço. Escreve-se dele que quando o mestre de Santiago de Castella entrou neste reino com duas mil lanças vindo correr a Evora, o príncipe dom João, rei que depois foi, 2º do nome, estava então na dita çidade. E posto em muito cuidado por se não achar con tanta gente que podese resistir ao dito mestre de Santiago nem pellejar com elle, usou daquelle generoso ardil que lhe tão bem soçedeo, mandando desafiar ao dito mestre pera a batalha per dous fidalguos príncipaes que da parte do príncipe lhe disserão que sem elle tomar mais trabalho de caminho o príncipe o viria no dia seguinte buscar aaquelle lugar. E juntamente com isto mandou o príncipe a dom Guarçia de Meneses, bispo d'Evora, com trezentos de cavallo que soamente avia na çidade que naquella noite fosse contra o rio do Degebe donde o mestre estava e com aquelles cavallos trilhase a terra, o que elles assi fizerão recolh~ do-se pella manhã em parte onde dos castelhanos não podião ser vistos. O mestre, ao desafio e recado do príncipe respondeo com iguual confiança e mostras de muita cortesia, dizendo que elle devia ser o que avia de ir buscar a sua alteza como a tal príncipe, e que assi o detreminava fazer esperando tirar muita honrra daquelle jornada. E querendo [fl. 74 v] com isto que dissera levãotou-se ante menhã e pondo sua gente em ordem, deixando atras a carriagem com os dous mil de cavallo que tinha, foi caminhando contra a çidade con tenção de chegar às



portas della. E seguindo sua via, quando os seus derão na trilha que tinham feito os do bispo pareço-lhe por ella que os menos que a poderião fazer serião tres mil de cavallo e entendendo que saídos estes da cidade estarião postos em algũa çilada de que façilmente saindo os poderião desbaratar, foi tamanho nelles o medo que fazendo volta atras começarão caminhar pera Castella mui amedrontrados e quasi fugindo sem ver imiguos nem aver de quem fugir. E passando esta gente pello porto da villa de Mourão, sahio a ve-llos dom Dioguo de Castro, o velho, que ali então estava com 150 lanças, e com elle o dito Rui Casco. E em o mestre de Santiago passando por o dito porto sentio e entendeo prudentemente Rui Casco a pressa e temor que os seus levavão e disse ao dito dom Dioguo que dessem nelles porque sen duvida hião desbaratados e cortados de medo, pois passavão o porto tão apressadamente e hião com tanta deshordem que as lanças lhe hião traquejando hũas com as outras de se muito baralharem huns com os outros e não irem em ordenãoça. Dom Dioguo, movido de esforço e boa rezão de Rui Casco, deu rijamente na traseira do mestre que passara ja mui adiante e desbaratou os castelhanos prendendo delles mais de çento de cavallo sem aver homen delles que fizesse rosto atras, com o grande medo que levavão. O príncipe, sabido o caso, fez merçe a Rui Casco de çincoenta mil reaes de tença em sua vida, que pera as satisfações daquelle tempo não era pequena nem se dava senão a pessoas mui qualificadas. Consta esta istoria da *Chronica d'el-rei dom João o segundo* por Guarçia de Resende, capitulo 16; e por ella se mostra, no capitulo 15, que aconteceu isto no ano de 1477, que ha çento e dez anos, e por Damião de Goes, que tãobem o conta no summario da chronica do príncipe dom João, capitulo 96, onde diz que sempre o príncipe dahi por diante honrrou muito com palavras e favores a Rui Casco por este assinado serviço.

[fl. 75]

Este Rui Casco, afora a molher de dom Pedro de Castelbranco de que loquo avemos de fallar, teve outras duas filhas, hũa das quais casou com dom Pedro d'Eça, que foi alcaide moor de Moura depois da morte do almirãote Nuno Vaz que teve a dita alcaidaria, e outra que casou com outro fidalguo do mesmo apelido d'Eça, avo de dom Dioguo d'Eça que oje vive en Azeitão. Depois da morte do dito Rui Casco, tendo dom Pedro



seu genro consiguo em Moura a dona Meçia da Fonseca, sua cunhada, veio a casa-la com o dito dom Pedro de Castelbranco, porque como elle era moço ao tempo que o almirãote seu pai falleçera acodia muitas vezes àquella villa onde se criara. E sendo disso avisado o dito dom Pedro d'Eça, parecendo-lhe que por ter a alcaidaria que lhe a elle directamente ouvera de ser dada poderia o dito dom Pedro de Castelbranco intentar algũa novidade contra elle com favor dos criados de seu pai que na terra avia, teve maneira como vindo ahi se vio com elle; e conhecendo o estado em que se elle achava, moço, orfão, não muito rico nem favorecido na corte, tratou de o obrigar com benefícios offerecendo-lhe pouzada, amizade e serviços. E começaram a ter antre si familiaridade, de que resultou casa-lo com a dita dona Meçia da Fonseca sua cunhada, a qual foi dona de muito ser, prudência e vertude

¶ Dela ouve o dito dom Pedro de Castelbranco hum filho e hũa filha: o filho se chamou dom Pedro de Castelbranco como seu pai, e dele trataremos larguamente nos capitulos seguintes, e a filha foi dona Ana de Taide, a quem depois da morte de seu pai casou a dita dona Meçia sua mai com dom Aires da Guama, irmão de dom Vasco da Guama, primeiro conde da Vidigueira, a cujos irmãos, todos sendo ja fidalguos de sua casa, el-rei dom Manoel deu o “dom” quando a primeira vez veio o dito conde do descobrimento da India, como conta Damião de Goes na chronica, primeira parte, capitulo 45.

Focão estas cousas deste dom Pedro de Castelbranco summariamente [fl. 75 v] o mesmo Damião de Goes no livro moderno das linhagens que estaa na Torre do Tombo, que como muitas vezes fica dito elle compos, e dom Antonio de Lima no seu. E as mais particullares que aponteí soube por imformação que delles tomei.



Capítulo xxx.

Do segundo dom Pedro de Castelbranco, do conselho d'el-rei, senhor do moorguado de Castelbranco e neto do almirante Nuno Vaz e de seus serviços na guerra d'Africa e comenda que por elles teve.

Dom Pedro de Castelbranco, neto do almirante Nuno Vaz, filho de seu filho segundo dom Pedro de Castelbranco, soçedeo ao dito seu pai no morguado patrimonial de Castelbranco sito no termo desta çidade de Lixboa e nos mais bens a elle anexos. Foi mui esforçado fidalguo e de muitos serviços assi nas guerras d'Africa como nas da India.

¶ Na petição de requerimentos que dom Antonio de Castelbranco, seu filho mais velho, fez a el-rei dom Fellipe nosso senhor depois que neste reino soçedeo, se relata que de dezaseis anos se foi o dito dom Pedro a Africa a çidade de Cafim de que era capitão o grão Nuno Fernandes d'Ataide, seu tio, e que com elle se achou en todas as entradas que fez e vitorias que ouve (que forão tantas e tão sinaladas como todos sabem) e que particulamente se achou na batalha de sesta-feira d'Endoenças do ano de 1514, em que o dito Nuno Fernandez com dom João de Meneses e Rui Barreto, capitães da çidade e campo de Azamor, desbaratarão aos alcaides d'el-rei de Fez, Latar e Lutete, matando hum delles e derrubando outro que deixando as armas e cavallo se salvou, e ficando dos seus mortos no campo mais de dous mil e seisçentos en que entravão sete xeques [fl. 76] da Xerquia e 550 besteiros e espinguardeiros, e cativos mais de 280 almas; e os feridos forão mais de quatro mil. E posto que Damião de Goes na *Chronica d'el-rei dom Manoel*, terçeira parte, capitulo 50, onde trata deste feito, nem em muitos outros capitulos en que falla das cousas de Nuno Fernandez, não faz menção do dito dom Pedro de Castelbranco seria pella causa que elle daa no dito capitulo 50, de não virem a sua notiça os nomes dos fidalguos todos que nestas cousas se acharão, que obriga aos escritores cairem nestas faltas e dellas resulta ficarem postos en duvida e esqueçimento os mereçimentos dos nobres que nellas forão.



¶ No ano de 539, foi provido o dito dom Pedro por el-rei dom João o terceiro da comenda de Nossa Senhora de Villa de Rei, no bispado da Guoarda, estando ausente na India, e na carta della se rellata que tinha feitos a Deos e ao dito senhor muitos serviços na guerra, e vençida a dita comenda em Africa na villa d'Arzilla e çidade de Tangere; os dous anos então ordenados era ja então do conselho como da dita carta consta.

¶ No ano de 1531, sendo capitão da çidade d'Azamor Pedro Mascarenhas, el-rei dom João foi avisado por carta sua que el-rei de Fez e o xarife se ajuntavão pera vir çercar a dita çidade com mui grande exercito, pello que enviou ao dito dom Pedro de Castelbranco por capitão moor de hũa armada de socorro en que mandou que fossem dozentos espinguardeiros e besteiros (sem outra gente) afora outros çento que do Algarve avião de ir ajuntar-se com o dito dom Pedro no mar, e que com esta gente se lançasse na çidade e dos que levava fosse capitão em todo o tempo do çercos e o mais que nella estivesse atee el-rei o mandar vir. No numero e callidade das vellas que avia de levar e no modo de as prover de mantimentos, artelharia e monições e cousas neçessarias ao dito socorro, remeteo el-rei tudo ao dito dom Pedro que fizese o que lhe pareçesse seu serviço compareçer dos offeçiaes do almazem, como consta do regimento que lhe deu feito em Evora a 17 de setembro do dito ano. E por elle se ve que avia então peste nesta çidade [fl. 76 v] de Lixboa, onde se este socorro fazia prestes e donde o dito dom Pedro partio. E posto que neste tempo andava d'armada Antonio de Miranda com a nao São Roque que depois foi a India e duas caravellas, mais el-rei tinha por çerto que se recolheria primeiro que o dito socorro podesse ir em outros navios (o quoa Antonio de Miranda devia ser o que depois na India em tempo do guovernador Lopo Vaz de Sãopaio foi capitão mor do mar e muitas outras vezes antes e depois servio de capitão moor d'armadas), contudo, sem embargo disso e de o dito dom Pedro durando o tempo de seu aperçebimento adoeçer, el-rei, sabendo que convaleçia, ouve por bem que elle fosse e que Antonio de Miranda lhe entreguasse a dita nao e caravellas tanto que cheguassem a Cascaes sem entrarem no porto con toda a gemte que nellas viesse, e dom Pedro as levasse consigo parecendo-lhe que vinhão em estado de poder navegar, e de Azamor tornasse a enviar pera o reino a dita nao São Roque por hũa pessoa que elle pera isso escolhese ficando as caravellas d'armada no rio



d'Azamor pera ajuda e socorro da çidade, segundo tudo compridamente em o dito regimento se relata e em hũa carta de muita confiança que el-rei escreveo ao dito dom Pedro depois de sua convaleçençia de Alvito a treze de outubro do dito ano de 531.

Partio com esta armada dom Pedro e, sem embargo do xarife ter ja posto cerco e muita artelharia assentada na barra e entrada do rio de Azamor pera com ella defender (ajudado da estreiteza do dito rio) que não entrasse socorro na çidade, dom Pedro com mui grão periguo e maior esforço se meteo com a gente que levava nella a vinte de novembro do dito ano, com cuja chegada em poucos dias o cerco se alevãotou. E porem, dom Pedro ficou e esteve ao todo per espaço de mais de nove meses e meio com muitos cavallos a sua custa servindo nas ocasiões e feitos de guerra que ouve, assi no dito cerco como depois d'elle na çidade e no campo, segundo vi per çertidão autentica. E se diz que pellejou muitas vezes e foi ferido em a dita⁶². E durando este tempo [fl. 77] lhe escreveo el-rei de Setuval per carta feita per Pedro d'Alcaçova Carneiro (conde que agura he da Idanha) a cinco de junho de 532, que tinha sabido o muito que tinha feito e aproveitado no efeito pera que fora dando-lhe os agardeçimentos que seus bons serviços mereção; e os mesmos lhe tornou a repetir noutra carta de 4 de agosto do dito ano per que o mandou vir pera o reino con a gente e caravellas que levava, posto que elle não partio senão a sete de setembro do dito ano de 532, en que se comprião nove meses e dezasete dias que à dita çidade d'Azamor chegua.

Estes são en ssoma os serviços que em Africa fez o dito dom Pedro de Castelbranco de que pude alcançar notiçia çerta, posto que tão sumaria e sem declaração de muitos particullares con que a rellação delles ficara de maior honrra e louvor seu. Os serviços da India são de moor calidade; delles direi o que souber nos capitulos seguintes.

62 Segue-se espaço em branco.



Capítulo xxxj.

Dos serviços do dito dom Pedro de Castelbranco feitos nas partes da India atte a morte do guovernador dom Anrrique de Meneses, a quem tinha desafiado.

O feliçissimo rei dom Manoel, que entre todos os reis de Portugal que antes e depois d'elle forão a maior cume de gloria chegou e em mais alto estado por seus reinos e mais florente vio seu imperio, assi em Africa como na India novamente por elle descuberta, na maior força de suas prosperidades faleceo em Lixboa a treze de dezembro de 521 anos como grave e eloquentemente representão João de Bairos, *Decada terceira*, livro 7º, capitulo primeiro e [fl. 77 v] Damião de Goes em sua chronica, 4ª parte, capitulo 83. Loguo no ano seguinte de 522, el-rei dom João o terceiro, seu filho, mandou tres naos pera a India con tres fidalguos prinçipais por capitães cada hum de sua, e levavão a nova da morte d'el-rei dom Manoel e de sua soçessão. Estes tres fidalguos erão dom Pedro de Castelbranco e Dioguo de Mello, que hia pera capitão d'Ormuz, e dom Pedro de Castro. Delles soo dom Pedro de Castelbranco passou aquelle ano à India, que os outros invernarão em Moçãobique. E cheguado⁶³ dom Pedro a Goa, hum domingo, estando na see a missa o guovernador dom Duarte de Meneses (que aquelle era o primeiro ano que a guovernava) ouvindo a pregação, lhe foi dado hum escrito do dito dom Pedro de Castelbranco de como ficava na barra da dita çidade con relação da mudança dos reis que nosso senhor ordenara. Deste ano por diante ficou dom Pedro na India, porque alem de nos constar pellos livros da India que não tornou nas naos de sua viagem nem por capitão d'outra algũa nos dous anos seguintes, achou-se presente na entrega do guoverno que fez o dito dom Duarte ao visorrei conde almirãote na entrada de dezembro do ano de 1524, como tudo consta do que escreve o dito João de Bairos, *Decada terceira*, livro 7º, capitulo sete e livro 9º, capitulo dous, e o Castanheda na *Istoria da India*, livro 6º, capitulo dezoito e livro 5º, capitulo 79. E nestes tres anos ou menos delles que ouve de espaço de sua chegada à India atee a dita entrega não he de crer que viesse ao reino e tornasse nem tãobem que deixasse de

⁶³ Palavra escrita sobre outra.



servir neste tempo en todas as prinçipaes ocaziões. Hũa provisão d’el-rei que levou quando partio do reino o dito dom Pedro pera lhe ser dada hũa nao quando se tornasse declara que asi o ha sua alteza por bem porquãoto a nao en que hia o dito dom Pedro, que era a de Duarte Tristão⁶⁴ mercador, en que tornou hum filho seu, avia de vir pera o reino na torna viagem, e o dito dom Pedro avia de ficar na India, pello que se mais comfirma o que açima fica dito.

[fl. 78]

No ano de 525, sendo guovernador o valeroso e mui virtuoso dom Anrrique de Meneses fez hũa armada de vinte vellas com a qual en setembro do dito ano veio a Calecu socorrer e desçercar hũa fortalleza nossa que então ali avia, de que era capitão dom João de Lima, hũ mui esforçado fidalguo que avia muitos meses que con grande valor sustentava a dita fortalleza e resestia ao poder do Çamorim, rei de Calecu, que o çerco tinha posto com noventa mil homens de peleia en que vinhão alguns reis e muitos senhores seus vassallos e amigos. E por industria de hum arreneguado çeziliano estava ao longuo da fortaleza feita hũa cava de atee vinte e çinco palmos de larguo à maneira de mea lua e nas duas pontas della que cheguavão ao mar feitos dous baluartes mui fortes com muita artelharia que juguava en revez ao longo da praia pera que o socorro (se por mar viesse) não podesse entrar na fortalleza. E en contorno da dita cava, nos luguares mais acomodados pera dar bataria estavão outros çinco baluartes perque tãoobem estavão repartidas muitas peças de artelharia, alem d’outra mais que avia em hũa trimcheira que se fez da terra que se tirou da cava pera efeito dos imigos tirarem della com espinguardas e frechas estando emparados das nossas. Com este aparato e ordem começou o Çamorim o çerco na entrada de junho e milagrosamente, com admiravel esforço e periguo grandissimo dos nossos, pôde por algũas vezes entrar na fortalleza o socorro que o dito guovernador por diverssos capitães lhe mandou, con que se sustentou tanto tempo contra tão poderoso imiguo attee a vinda do dito guovernador que como se disse foi en setembro, e nas ditas vinte vellas trazia de mil e quinhentos homẽs atee mil e noveçentos e por capitães dellas os prinçipaes fidalguos e de moor nome na India, e entre elles o dito dom

⁶⁴ Palavra escrita sobre outra.



Pedro de Castelbranco. Com esta gente, depois de muitos conselhos e grandes contradições de muitos que con graves rezões e notorios perigos encontravão esta determinação, o governador se resolveo em sair em terra e pellejar com os imigos sem embargo de sua multidão e poder e da força de suas monições, [fl. 78 v] cavas e baluartes. Porem, o governador dispos as cousas por tão boa ordem e com tanta prudência de capitão e os nossos se derão tão boa manha e se ouverão con tanto vallon e esforço e sobretudo a ajuda de Nosso Senhor foi tanto por elles, que no proprio dia en que desembarcarão se afirma matarem mais de tres mil dos imiguos morrendo dos nossos pouco mais de trinta sen nelles entrar pessoa notavel, mas entrarião muitos nos dozentos e trinta ou dozentos e quarenta feridos que ouve. Avida esta vitoria, o Çamorj, destroçado della, mandou cometer pazes ao governador offerecendo refazer a fortalleza e torna-lla ao estado que tinha antes do cerco e pagar as perdas e danos recebidos, com outras muitas cousas. De que não sendo o dito dom Anrrique contente por conselho que sobre isso teve mandou derribar a dita fortalleza, como o conde almirãote levava por regimento d'el-rei quando do reino partio. Consta o que tenho dito de João de Bairos, *Decada terceira*, livro 9, capitulo 9, e capitulo 10, e do Castanheda, livro 6º, capitulo⁶⁵, que no sustançial do dito feito e no que toca ao dito dom Pedro de Castelbranco não discrepa.

Nesta jornada ou en outra parte, como o dito governador dom Anrrique, tendo tantas partes e perfeições de bom fidalguo, valeroso capitão e virtuoso cristão, era naturalmente descomfiado e deste defeito lhe nação muitas vezes materia d'alguns desgostos com fidalguos, como nota o dito João de Bairos dito livro xº, capitulo 10, daqui ou d'outra cousa (que da verdade della nen de quem teve a culpa me não consta nada), ou mais çertamente do demonio, cujo offiço he nas cousas de mais serviço de Deos e do rei trabalhar sempre por samear a çizania dos odios de que naçe o fruto de suas maas obras, soçedeeo que o dito dom Pedro de Castelbranco teve algũas deferenças con o dito dom Anrrique de Meneses sendo governador, pellas quais dom Pedro, como era cavaleiro e detreminado, o mandou desafiar; e o escrito se achou depois da morte do dito governador, que foi no ano de 526, bem guoardado en seu poder como homem

65 Segue-se espaço em branco, que parece resultar de rasura.



que fazia conta, acabado o tempo de seu carguo, comprir com o intento delle. E pera então devia [fl. 79] de o emprazar o escrito, posto⁶⁶ que fosse feito durãodo seu guoverno, por não lhe poder parecer que se aquietava dom Pedro com as causas de seu descontentamento, que he o estilo usado neste caso en desafios de pessoas notaveis.

Capitulo xxxii.

Dos serviços de dom Pedro de Castelbranco na India en tempo do guovernador Nuno da Cunha.

No ano de 1533, sendo guovernador da India Nuno da Cunha, foi el-rei dom João o terçeiro avisado por suas cartas que tinha novas de vir à India hũa armada de turcos a que nella vulgarmente chamão rumes, que quer dizer “homens ruivos”, como comummente os turcos são. E determinando o dito guovernador pellejar com esta armada no mar de Arabia e i-la la buscar escreveo a sua alteza que o socorresse com as mais vellas de naoos e caravellas que pudesse ser e dese ordem que o capitão moor que com ellas fosse se ajuntasse con o dito guovernador no estreito do dito mar d’Arabia. E como pera este efeito erão avidas na India as caravellas por milhores navios de pelleja, como ja atras fica dito, capitulo 29, assentou-se en conselho que se armassen tres naoos e dez caravellas que partissem no inverno pello assi requerer a urgente neçesidade que avia que, como as armadas do turco, sendo tão guerreiras e poderosas como por nosso mal e com tanto danno da cristandade de todos he sabido, não sahião nunca senão pera notavel efeito e poucas vezes deixem de o conseguir, desta que se esperava não se temia menos que a perda de todo o estado da India, de que o turco tanto pertendia lançar-nos pello muito que de honrra e de proveito nisso interessava. Assi que com[fl. 79 v]forme a callidade da jornada e intento della se ha de entender a comfiança que el-rei dom João tinha das callidades, esforço e mereçimentos do dito dom Pedro de Castelbranco, a quem elegeo pera capitão moor da dita armada, com a qual partio em outubro do dito ano sendo o primeiro que en tal tempo e com tantas vellas cometeo e acabou tal navegação, a quoa foi tão prospera e

66 Corrigido sobre outra palavra escrita inicialmente.



bem afortunada que escrevendo dom Pedro a el-rei o que nella lhe soçedera per carta de Guoa em quinze de novembro de 534, lhe respondeo sua alteza que louvava Nosso Senhor muito por lhe dar tão boa viagem e que quando o enviara por çerto tinha que elle o avia de servir en tudo tão bem como então se via pello efeito e que lhe não avia de ficar nada por fazer. Levou dom Pedro por regimento alimpar a costa de Guinee de cosairos, especialmente do cabo de Boa Esperança por diante. E chegando a Moçãobique, tomando os mantimentos neçessarios sem desembarcar passar a Melinde e a Çocotora onde, achãodo novas do guovernador ser ido ao estreito a esperar os turcos, se avia de partir a demanda-lo e a juntar-se com elle. E achãodo novas en contrairo do guovernador não ser no dito estreito nen ter mandado armada a pellejar com os rumes por não aver çerteza de sua vinda esse ano, en tal caso lhe mandava el-rei se fosse ao cabo de Guoardafuu e dahi a costa de Xael ate Dofar, fazendo presas nas naos de mouros que passassem e que, invernando em Mascate, passado o inverno se partisse pera o mar de Mangalor, que he junto de Dio, e tornasse continuar o intento das prezas atee ser tempo de partir pera a India levãodo a via de Chaul, e correndo a costa atee onde estivesse o guovernador. As quais cousas, pois lhe el-rei responde (depois que soube o que fizera) que estava çerto não lhe ficar nada por fazer, se colige que comprio todas o dito dom Pedro de Castelbranco. Era-lhe mais ordenado que, achando outra armada que o guovernador mandasse as prezas no dito estreito, não obedeçesse ao capitão moor della mas elle mostrasse ao dito dom Pedro seu regimento e, visto, assentassem ambos o que achassem ser mais serviço d'el-rei . Consta tudo isto do regimento dado por [fl. 80] el-rei (e por sua alteza assinado) ao dito dom Pedro, feito ao derradeiro de setembro do dito ano de 533. E não se contentando dom Pedro com fazer o que lhe era mandado, sendo na costa de Melinde e achando alguns luguares levantados, e assi a çidade de Mombaça, que avia alguns anos que o rei della não paguava as parias ordenadas, lhe fez guerra e destrochio e queimou os ditos luguares e entrou a çidade fazendo ao rei della tantos danos que o obrigou reduzir-se a obediência de sua alteza pedir pazes, as quais dom Pedro com elle assentou perpetuas con quinhentos cruzados e restetohio hũa fusta nossa que fora tomada a dom Rodrigo de Lima e a Lionel d'Ataide. E posto que pera isso dom Pedro não levava comissão nem poder en seu regimento, el-rei o ouve assi por bem feito e que as ditas



pazes se guoardassem enquanto fosse servido d'el-rei de Mombaça bem e lealmente, como se ve da dita carta e reposta que escreveo ao dito dom Pedro, a dez de março de 1536; e de então atee oje esteve sempre Mombaça paçifica sen se mais rebelar.

Cheguando à India dom Pedro, acompanhou ao mesmo guovernador Nuno da Cunha en hũa nao das que do reino levava com muita gente sua na jornada de Baçaim, ano de 1534, ou no seguinte, quando o dito guovernador foi edeficar naquella ilha a fortalleza que nella temos e tomar posse das ilhas de Tana e terras sogeitas que lhe soltão Bhadur, rei de Cambaia, largou.

E vindo a Guoa a nova primeira do primeiro çerco de Dio, capitão Antonio de Silveira e dos imiguos Coja Çofar, reneguado italliano, o dito dom Pedro fez prestes hũa guallee à sua custa com muitos mantimentos e gente a seu soldo pera se ir meter de socorro na dita fortalleza, o que lhe o guovernador não consentio por ter neçessidade de sua pessoa, assi pera outras cousas do estado como pera levar consigo quando elle por si fosse desçercar a dita fortalleza e pellejar com os imiguos, pello que, impedindo-lhe sua ida lhe pedio a dita guallee, e assi prestes como estava mandou nella Martim Afonso de Mello e deu a guallee real ordenada pera a pessoa do viso-rei ao dito dom Pedro, que elle tornou a fazer prestes pera nella ir com o dito guovernador que se aparelhava pera ir ao dito efeito, segundo [fl. 80 v] tudo isto se refere na dita petição do dito dom Antonio, seu filho. Tãobem acho que el-rei mandou aguardeçer ao dito dom Pedro o serviço que lhe fizera de Dio e gente que levava por sua carta feita a tres de maio de 1537⁶⁷, dizendo-lhe mais que em efeito tanto de seu serviço bem cre delle que nenhuma cousa lhe ficaria por fazer. E he de notar que no ano de 1535 partio por setembro com a mais gente que pode levar de Guoa pera Dio o guovernador Nuno da Cunha, e cheegou la en vinte e hum dias; e a vinte e hum de dezembro começou a fortalleza, que se acabou a nove de fevereiro de 536. E esta se deve entender que foi a ocasião deste ultimo serviço de dom Pedro.

67 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Consta da Carolea”.



Capítulo xxxiii.

Dos serviços do dito dom Pedro na India em tempo do viso-rei dom Guarçia de Noronha e do guovernador dom Estevão da Guama, e de quando foi capitão d'Ormuz e do mais ata sua morte.

Ao guovernador Nuno da Cunha, que guovenou sete ou oito annos na India, soçedeo o viso-rrei dom Guarçia de Noronha, que por falleçer teve o guoverno della pouco mais de hum ano ou ao menos não chegou a dous; e partio deste reino no ano de 1538, e a onze de setembro do mesmo aportou em Guoa. Nesta viagem, escreveo el-rei dom João o terceiro ao dito dom Pedro de Castelbranco que por o viso-rei saberia das novas que sua alteza tinha da armada do turco, que foi a de Çoleimão Baxa, con que este capitão veio ajudar e continuar no çerco de Dio a Coja Çofar que o tinha posto, como disse no capitulo preçedente. Com o poder da qual armada o turco pretendeo de se senhorear da India e de suas grandes riquezas cuja mostra vira [fl. 81] em tres contos e meio d'ouro, afora infinitas e requisissimas joias, parte e relliquias dos grandes thesouros do soltão Bhadur, rei de Cambaia, que lhe forão levados. Era esta armada de 62 vellas, e nellas 45 guallees reais e 6500 homens de pelleja, de que erão mil e quinhentos janiçaros. E o intento con que vinhão e o naçimento da ocasião de sua vinda e o grande dano que na India poderão fazer se os Deos não trouxera a Dio e os demovera a se ali deterem sem passar adiante se vera pello que mui largua e distintamente escreve Lopo de Sousa Coutinho no 2º livro do dito çerco, capitulo 6º, e Fernão Lopes de Castanheda no livro 8º da *Istoria da India*, nos derradeiros capitulos, o qual no capitulo⁶⁸ declara os meios e avisos por que el-rei dom João foi çertificado do aperçebimento desta armada que o turco ordenava pera a India. Assi que posto el-rei com rezão en temerosos cuidados do que pello poder e esforço de tais imiguos poderia soçeder ao seu estado da India, sabemdo quão prinçipal pessoa era dom Pedro de Castelbranco pera a defenssão delle, lhe escreveo que, sobrevindo a tal neçesidade e pedindo-lhe o viso-rei se não viesse pera o reino, lhe aguardeçeria muito faze-llo assi, pois dos tais como elle era

68 Segue-se espaço em branco.



compria en semelhantes casos muito o serviço e ajuda, roguando-lhe encomendando-lhe e mandando-lhe com pallavras de muita confiança e honrra que ajudasse o dito viso-rei e lhe lembrasse tudo o que visse ser do serviço de sua alteza como delle esperava, segundo tudo melhor se pode ver na dita carta d'el-rei feita en Lixboa a 24 de março do dito ano de 38. Não faltou dom Pedro a esta esperãoça que el-rei nelle tinha, antes ajudou en tudo o dito viso-rei de maneira que lhe teve por isso grandissimo amor e afeição, como se mostra de hũa carta de sua mão feita en Guoa a dous de novembro do dito ano. E diz o viso-rei na dita carta que posto que tem muita neçessidade da armada de dom Pedro muita mais tem de sua pessoa pera aquella jornada, e por ella chama assi ao dito dom Pedro. O quoad, por seu mandado, emquãoto se o viso-rei fazia prestes pera a jornada de Dio, andava por capitão moor com hũa armada correndo os portos [fl. 81 v] do Malavar e provendo as fortallezas recolhendo todos os navios e soldados que se nellas podião escusar, com os quais veio entrando na barra de Guoa com 30 vellas, en que se ajuntarão sete gualees e gualiões e caravellas com mil homens de pelleja, que tudo entregou ao viso-rei. E dos que com elle vinhão tomou o viso-rei todos os capitães pera o serem dos navios de sua armada, e o dito dom Pedro na guallee que do tempo de Nuno da Cunha lhe ficara prestes (como se tocou no fim do capitolo atras), com mais de 200 homens que consiguo levou acompanhou o dito viso-rei atee a çidade de Dio, da qual era ja o çerco levantado e os turcos partidos, depois de bem rotos e destroçados, como o dito Lopo de Sousa conta, e Paulo Jovio e outros autores fazem menção.

No ano seguinte de 39, en outubro, tendo o mesmo viso-rei novas que gentes d'el-rei de Cambaia, especialmente Abrão Maluco, capitão do reino de Guzarate, tinha ocupadas com muita gente de guerra as terras de Baçaim e posto çerco à fortalleza de que era capitão Rui Lourenço de Tavora e que se empedia pellos imiguos o rendimento das tanadarias das ditas terras e ilhas de Tanaa, que importavão à fazenda real do estado, muitos mil pardaos despachou ao dito dom Pedro de Castelbranco por capitão moor de hũa armada de muitos navios de remo en outubro do dito ano de 39, que dizem serem vinte, dando-lhe comissão pera com o dito Rui Lourenço poder conçertar e assentar pazes como lhe pareçesse com o imiguo. Partido dom Pedro com esta armada e poderes, elle se ouve de maneira e



usou assi de hũa cousa e d'outra que, depois de muitos asaltos que deu nos luguares do dito Abrahão Maluco, en que lhe fez muitos estragos e dano, e depois de por força lançar fora das ditas terras as gentes que as ocupavão e vinhão pellejar com a fortalleza que desçercou, finalmente assentou pazes mui honrrosas e muito desejadas pello viso-rei e deixou tudo chão e paçifico e as ilhas postas em paz e soseguo con tanto louvor seu que, escrevendo-lhe o viso-rei os aguardeçimentos e guarbos disso em hũa carta de 15 de novembro do ano ja dito, a qual começa com estas pallavras: ¶ “Senhor, tudo o que laa he feito he tãobem feito com tão bom tento [fl. 82] e com tão boa vontade que eu não sei quem laa fora que o fizera tão bem, metendo-me eu neste conto”. E remetendo o mais que restava a ordem do dito dom Pedro lhe diz, propondo-lhe seu parecer, que pello do dito dom Pedro o mudara hũa e çem vezes. Nem he soo de louvar nestes serviços a prudência e cavallaria con que forão feitos, mas tãobem a pouca conta que dom Pedro fazia do interesse por satisfazer a estas materias de honrra.

Porque he de notar que alem dos muito grandes gastos e despesas de sua fazenda que nestas ocasiões fez, que muito encareçe o guovernador dom Estevão da Guama em hũa provisão sua onde parte dos serviços do dito dom Pedro se relatão feita a 27 de setembro de 1540, en todo este tempo que o dito dom Pedro ocupava nestas empresas e jornadas perdia ou dilatava ao menos de estar servindo a sua capitania de Ormuz principal na India em honrra e rendimento como a todos he notorio. Dela lhe tinha el-rei feito merçe no ano de 33, per carta feita a seis d'agosto, quando no inverno foi por capitão moor d'armada de socorro contra os rumes como no capitulo antes deste fica contado. E conforme a dita carta e ao cumprimento do guovernador Nuno da Cunha posto en Guoa a 10 de setembro de 34, lhe cabia lugar na vagante de Antonio da Silveira, que a então ja estava servindo e que depois de a servir foi encarreguado da de Dio quando se edificou e a teve no tempo do primeiro çerco. E não somente dom Pedro sobresteve na serventia de seu carguo enquãoto estas ocasiões de guerra duravão, mas acabadas ellas, tornando-se a Guoa e estando despachado pera ir servir em Ormuz, soçedeo adoeçer o dito viso-rei da enfermidade de que falleçeo. E sentindo-se nelle evidente o periguo della, o bispo de Goa, capitães e fidalguos princiães fizeram ao dito dom Pedro no primeiro lugar a soçessão, levando nosso senhor ao viso-rei como



parecia que ordenava e que seria grande inconveniente e arriscar-se o estado da India, se tal caso acontecesse, achar-se ausente pelos bandos e alterações que em tempo de Lopo Vaz e Pedro Mascarenhas naquelle estado ouve por semelhante causa, [fl. 82 v] e que alem deste respeito era sumamente neçessaria sua presença por se temer ainda d’outra armada e vinda dos rumes e ter por çerta sua tornada. Desta sustança, com palavras de grandes e diverssos guabos e louvores lhe fez cada hum dos sobreditos seu requerimento por escrito, em março e abril do ano de 540, dos quais eu vi os que fizeram o bispo dom Jeronimo d’Albuquerque, dom Estevão da Guama, que soçedeo na guovernãoça, dom Guarçia de Castro, dom Francisco de Meneses, dom João de Castro, dom João de Mascarenhas, capitão que depois foi de Dio no segundo çerco e guovernador deste reino de Portugal, Tristão d’Ataide, que depois foi capitão de Maluco, dom Francisco de Lima, Francisco Mendez de Vasconçelos, o doctor Pedro Fernandez, veador da fazenda, Miguel Vaz, Manoel da Guama, todos pessoas mui sinaladas e de que se faz muita conta na derradeira parte dos livros da India de Fernão Lopes da Castanheda. Obriguado destes requerimentos e da neçesidade do estado da India, deixou dom Pedro de ir por então a Ormuz e ficou invernando em Guoa, dando em todo elle mesa a muitos fidalguos e gente nobre. E emfim, servida sua capitania, se veio pera o reino em hũ navio que pera isso fez, posto que tinha duas provisões d’el-rei e hũa do dito guovernador dom Estevão da Guama pera lhe ser dada hũa naoo das d’el-rei e das de sua alteza; era hũa passada a 29 d’abril de 522, da primeira vez que foi à India, que tratamos açima, capitulo 31, e a outra escrita por Fernão d’Alvarez a 22 de março de 539, e a do guovernador no tempo ja açima neste capitulo apontado. E causou a dom Pedro isto bem grande perda porque por falta d’artelharia foi na costa roubado dos françeses e não ouve de seus grandes serviços depois de sua vinda outra algũa satisfação por sua morte ser tãobem dahi a poucos annos.

Teve mais na India dom Pedro outro desafio com Antonio da Silveira, famoso capitão que avia sido de Dio. E estando ambos brigando nelle, sobreveio gente conhecida do dito Antonio da Silveira desafiado que os estrovou, e elle tomou sobre si tornar a lembrar o caso a dom Pedro, o que não ouve efeito porque, vindo-se Antonio da Silveira pera o reino e muitos anos depois, o dito dom Pedro, [fl. 83] o arçebispo de Lixboa, dom



Fernãodo, e outras tais pessoas se meterão antre elles e os conçertarão e fizerão amigos. Constão todas estas cousas dos papeis nomeados neste capitulo, cartas d’el-rei e provisões e regimentos seus e dos ditos viso-rei e guovernador e do rellatorio da petição de dom Antonio de Castelbranco, seu filho herdeiro, em seus requerimentos com el-rei dom Felliipe nosso senhor e de particullares imformações que me forão dadas.

Capitulo xxxiiii.

Da molher e filhos e filhas do dito dom Pedro de Castelbranco.

O dito dom Pedro de Castelbranco foi casado com dona Marguarida de Lima, filha de João Brãodão de Lima⁶⁹, provedor das capellas d’el-rei dom Afonso o 4º, filho do mui valeroso e famoso Duarte Brãodão, cavaleiro da Guorrotea que nos reinos de Inglaterra fez dos maiores e mais notaveis feitos e proezas em armas que jamais de homem particular em nenhuma escretura se lem e por seu vallor chegou a comer com os reis de França e Inglaterra à mesa e a outras honrras semelhantes a esta. E não desbotou delle no esforço o dito João Brãodão seu filho, segundo na guerra d’Africa mostrou, pera onde foi com o duque de Bragança dom James na tomada de Azamor e nella ficou por fronteiro, onde em companhia dos insignes capitães della dom João de Meneses e dom Pedro de Sousa, conde que depois foi do Prado, se achou em mui sinalladas entradas e particularmente na batalha de sexta-feira d’Endoenças de que tratei acima no capitulo 30 e na ida sobre Marrocos que o dito dom Pedro e Nuno Fernandez d’Ataide, capitão de Çafim, cometerão que forão as duas mais honrradas cousas que naquelles tempos soçederão em Africa. E assi na jornada da tomada d’Azamor como nos ditos dous feitos, entre os prínçipaes fidalguos que Damião de Goes nomea vai tãobem o dito João Brandão, [fl. 83 v] como se ve da *Chronica d’el-rei dom Manoel* por elle composta, 3ª parte, capitulo 46, e capitulo 50 e capitulo 74.

69 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Brãodoes, de Lima”



¶ Foi o dito João Brandão casado com dona Isabel da Cunha, filha de Duarte da Cunha⁷⁰, filho do visconde de Villa Nova de Çerveira. E desta senhora ouve a dita dona Marguaida de Lima molher do dito dom Pedro de Castelbranco, dos quais naçerão dom Antonio de Castelbranco e tres filhas.

¶ A primeira, dona Isabel de Lima, molher de Febus Moniz⁷¹, semilher que foi d’el-rei don Sebastião, de que naçerão Pedro Moniz, que morreo em Africa, Jeronimo Moniz e João Moniz e outros.

¶ E a segunda filha, dona Ana d’Ataide, casou com dom Jorge d’Abranches⁷² de que não ouve filhos.

¶ E a terceira, dona Madanella de Lima, he casada com Fernão da Silva⁷³, do conselho do estado d’el-rei nosso senhor, alcaide moor de Silves e que ora serve de regedor da justiça por seu sobrinho Dioguo da Silva e esteve por embaixador na corte de Castella e foi o ultimo que en tempo dos reis de Portugal nella andou antes do reino vir a el-rei nosso senhor. Delle ha filhos, Rui da Silva e outros. Constão estes matrimonios dos filhos do dito dom Pedro de Castelbranco do que escreve dom Antonio de Lima no seu livro das linhagens neste titulo dos Castelbranco e he cousa notoria. Teve mais dom Pedro, alem dos filhos e filhas legitimos que no dito livro se declarão de que ja aqui fica feita menção outras duas filhas bastardas, dona Meça de Taide e dona Lourença, freiras no moesterio da Rosa desta cidade de Lixboa.

Capitulo xxxb.

De dom Nuno de Castelbranco, filho de dom Pedro de Castelbranco, e de seus serviços na India.

Alem das filhas illegitimas nomeadas no fim do capitulo preçedente teve dom Pedro de Castelbranco outro filho bastardo per nome dom Nuno de

70 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Cunhas”.

71 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Monizes”.

72 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Abrãoches”.

73 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Silvas”.



Castelbranco, mui esforçado cavalleiro e que nas partes da India a imitação de seu pai fez mui bons serviços per espaço de oito anos que nellas andou atee laa ser morto pellos turcos, como adiante neste capitulo contaremos.

[fl. 84]

No ano de 557, sendo guovernador Françisco Barreto, se achou com Pedro Barreto na destroição da çidade de Tata, na qual avia doze mil homens de pelleja todos estrangeiros de ordenãoça e soldo, en que entravão muitos mogoures, afora muita outra multidão da gente da terra, com os quais o dito Pedro Barreto pellejou defemdendo elles a çidade e pellejando tão esforçadamente que ferirão çento e vinte dos nossos de que morrerão dous. E porem, a çidade foi entrada a força d'armas e dos imiguos assi no campo e ruas como dentro em hũa grande mesquita que eles tinham fortificada a modo de fortalleza com mil magoures en sua guarda (onde foi a brigua prinçipal atee ser abalrroada) morrerão mil homens, en que entrou hum sogro e outro genrro do rei da terra, e so dentro na dita mesquita morrerão 500 à espada. E a çidade foi de todo queimada e destroida pellos nossos en tres dias que nella estiverão. E assi queimarão mais 200 navios que os imiguos tinham encadeados ao longuo da praia en que os nossos avião de desembarcar pera se ajudarem delles a tolher a dita desembarcação.

Acabado este feito, Pedro Barreto com os seus se tornou a embarcar e veio pello rio abaixo pondo o foguo a trezentos luguares d'aquella costa que todos queimou pellejando en sete dias que nisto gastou com muita gente que de hũa parte e d'outra do rio o hia seguindo e lhe começarão por tres partes atupir o rio sem poderem conseguir seu intento, antes o dito Pedro Barreto, passando avante lhe tomou hũa fortalleza que tinham no bandel, a qual arrasou e pos por terra à vista do capitão della, que tendo 200 de cavallo e muita gente de pee no campo não ousou cometer os nossos.

E não tendo Pedro Barreto mais que fazer naquella costa se partio pera a India e en Dio achou carta do dito guovernador Françisco Barreto per que lhe mandava que desse en Dabul, çidade do Hidalcão, e a destroisse se podese. Pera o que o dito Pedro Barreto se veio a ella e, desembarcando toda a gente que levava, pellejou com hũ capitão do Hidalcão que com



dous mil homens de guoarnição, balaguatins e outros estrangeiros estava en guarda e presidio da dita çidade. E forão os nossos vençedores e dos imiguos morta e ferida muita gente e tomadas sete peças d'artelharia [fl. 84 v] e a çidade abrazada. En todas estas emprezas e feitos de guerra que são dos bem notaveis que en semelhantes guerras pode aver pellejou dom Nuno de Castelbranco mui esforçadamente por sua pessoa, como declara a çertidão do dito capitão Pedro Barreto de çinco de maio do dito ano de 57.

No mesmo ano, durando as guerras da terra firme junto a Guoa entre os nossos e os do Hidalcão, invernou o dito don Nuno en Guoa onde erão continuos os assaltos e rebates dos imigos de noite e de dia nos luguares de Suaa e Chorão, vezinhos à dita ilha e çidade de Guoa. E sobrevindo quatro capitães do Hidalcão com muita gente de pee e de cavallo a cometer os ditos luguares, o guovernador mandou a Jorge de Mendoça, capitão da çidade, que com 400 homens se passase do paso seco a terra firme e pellejasse com os imiguos, o que assi foi feito. E durou a pelleja espaço de hũa ora e no fim della forão os imiguos postos em fugida ficando alguns destes mortos no campo e os nossos se recolherão a salvamento por ser ja noite pera o guovernador que os estava vendo e esperando, na qual entrada foi dito dom Nuno e nella pellejou como muito bom cavalleiro. Antes disto que, segundo parece pella çertidão do dito Jorge de Mendoça, passou en dezembro do dito ano de 57, em abril do mesmo, sendo capitão das terras que chamão de Salsete (que são tãobem daquella parte de terra firme de Guoa) dom Jorge de Meneses, estando elle no passo de⁷⁴ Margão con gente pera defender as ditas terras, entrarão nellas onze bandeiras do Hidalcão acompanhadas de 1500 de cavallo e muita gente de pee e çercarão os nossos na tranqueira onde estavam que ao todo erão çento e vinte portugueses e çem espinguardeiros da terra e oito çentos piães. E em quatro rebates que tiverão os nossos matarão e ferirão tantos dos contrairos que ouverão por seu conselho partirem-se e deixarem-lhe os ditos campos de Margão livres e desembarguados, no qual feito teve sua parte de gloria como de trabalho o dito dom Nuno, fazendo nelle o que nos mais costumava. E no ano de 59, invernãodo o dito dom Nuno en Cananor, de que era capitão dom Paio de Noronha, sobreveio guerra dos mouros do Malabar de que se ajuntou [fl. 85] multidão de çem mil delles. E chegarão às tranqueiras

74 Segue-se, certamente por lapso, a mesma palavra (de).



pera os abalroar e os nossos pellejarão alli com elles e os rebaterão, ajudando dom Nuno neste e nos mais trabalhos de guerra que aquelle inverno ouve mui esforçadamente.

Finalmente indo d'armada ao estreito de Meca embarcado com Cristovão Pereira, capitão moor da armada, com a fusta en que hão encontrarão hũa guallee de turcos con que pellejarão valerosamente e neste comflito foi morto o dito dom Nuno com outra gente nossa da fusta de que outros forão cativos. Constão todas estas cousas por çertidões autenticas de todos os capitães que açima nomeei e per outra do mesmo guovernador Francisco Barreto, feita neste reino, sendo elle geral das gualles delle no ano de 569, a tres de março. Deste dom Nuno não ficou desçendençia, nem foi casado. Sua mai foi hũa molher muito nobre per nome Francisca de Brito de que seu pai o ouve e a dona Meçia freira.

Capitulo xxxbj.

De dom Antonio de Castelbranco, senhor da villa de Pombeiro e morguado de Castelbranco, e de seus serviços, molheres e filhos.

Dom Antonio de Castelbranco, filho primogenito varão do dito dom Pedro de Castelbranco, como no fim do capitulo 30 fica dito, por morte do dito seu pai soçedeo no morguado de Castelbranco, sito no termo desta çidade de Lixboa e nos mais bens a elle anexos. No ano de 553, vindo nova que Luis da Silva, capitão de Tanger, com muitos cavalleiros d'aquella çidade forão mortos e cativos, pareçendo que avia falta de quem a defendese e por se temer vir çerco sobre ella, o dito dom Antonio se partio a via de Castella, e com muita gente a sua custa se meteo en Tanger atee el-rei dom João o terceiro o mandar vir por sua carta en que lhe aguardeçia o que fizera com honrrosas pallavras, escrita ao derradeiro d'outubro do dito ano.

No ano de 1566, reinando el-rei don Sebasatião que Deos tem, [fl. 85 v] foi saqueada a çidade do Funchal da ilha da Madeira por hũa armada de cosairos françeses que ao dito porto trouxe Guaspar Caldeira, hum



portugues descontente que partindo-se a França por agravos deu ordem à dita armada, prometendo leva-la à Mina e lhe entregar muitas riquezas de que dezia saber parte por ter andado naquella provincia pella terra dentro muitos anos. E indo nesta tenção ouverão os franceses por mais barato fazer o emprego na dita ilha, de que se afirma levarem mais de hum conto d'ouro, pello quoad feito o dito Guaspar Caldeira, com outro portugues seu companheiro, sendo presos em Fonterrabia a raia d'entre Castella e França, foi emforcado e esquartejado depois em Lixboa. Em socorro da dita ilha e pera castiguo dos ditos cosairos se fez com grão brevidade prestes hũa armada de que foi por capitão moor Sebastião de Saa, irmão de Françisco de Saa de Meneses, conde de Matosinhos e camareiro moor d'el-rei dom Henrique e d'el-rei dom Fellipe nosso senhor, e pai de João Rodriguez de Sa, herdeiro da casa e offiço do dito conde seu tio. O soçesso da armada foi de pouco efeito por os franceses serem ja partidos da ilha ao tempo que os nossos a ella chegarão e por as vellas não manterem conserva com a capitaina, que foi causa de não poderem ir en seguimento dos cosairos con tanta brevidade como convinha. A este socorro foi dom Antonio de Castelbranco em hũa nao que fretou, aparelhou e proveo de muita gente, mantimentos e monições, tudo a sua custa. E na dita ilha deu mesa a todos os que a querião delle açoitár, que não erão poucos. E tornando-se pera o reino se embarcarão com elle mais de trinta fidalguos sem pera ajuda da despesa e provimento da dita não lhe ser dado dos almazens d'el-rei cousa algũa, segundo vi per çertidão de Luis Çesar, provedor delles, feita a 21 de novembro de 573.

No ano de 572, declarando el-rei don Sebastião, que aja gloria, ao senhor dom Duarte que Deos tem, filho do infante dom Duarte, por capitão geral de hũa grossa armada que detremineva mandar não se sabe a que efeito, se fizerão prestes pera ir com elle per mandado de sua alteza alguns fidalguos principais, cada hum em seu gualião ou navio, que provião à sua custa com muitos e mui exçesivos gastos, provimentos e louçainhas. E porem, a armada, depois de prestes de todo não sahio do porto e nelle se [fl. 86] desfez a moor parte della por hũa grandissima tormenta que sobreveio ja em tempo que era mandada sobrestar. Nesta jornada hia o dito dom Antonio de Castelbranco por capitão do gualião São Tomee com sesenta homens a sua custa, afora dezaseis fidalguos parentes seus.



No ano de 575, achando-se el-rei don Sebastião no Alguarve, com leve motivo se resolveo passar a Africa, mandando dahi recado aos senhores e fidalguos principais do reino que se fossem pera elle com os mais⁷⁵ cavallos que pudessem ajuntar. E nesta forma chamou por sua carta feita em Laguos a vinte d'agosto do dito ano a dom Antonio de Castelbranco, que o loguo seguio levando nove cavallos, afora quatro de dous parentes que hião com elle, com os quais e com outra mais gente se embarcou en dous navios que fretou à sua custa e foi tomar el-rei en Tanger onde ja chegudara de Çeita en que fez pouca detença. E en Tanger acompanhou ao dito senhor todo o tempo que nella esteve, que não foi muito, porque a ida de sua alteza, assi como con leves causas foi cometida, assi levemente se desfez. E depois de serem com elle muitos senhores e fidalguos do reino se tornou no fim do verão.

Na segunda e desventurada jornada que o mesmo rei fez a Africa, no ano de 78, tornou a chamar pera elle por sua carta o dito dom Antonio, e nella lhe dava ordem el-rei que soos dous cavallos levasse a brida, hum delles acubertado, e seis homens consiguo, e isto foi o que se mandou que fizessem a todos os fidalguos principais. O dito dom Antonio o acompanhou em hum navio à sua custa com os dous filhos abaixo nomeados, e na lamentavel batalha do campo d'Alcaçer em que o dito rei foi vencido e morto se achou o dito dom Antonio de Castelbranco em seu serviço, e nella foi ferido de maneira que esteve à morte e ficou aleijado de hũa perna. E sendo cativo, pera o resguate seu e de seu filho mais velho, dom Pedro de Castelbranco, que importavão onze mil cruzados, lhe deu el-rei dom Anrrique licença pera vender alguns bens do morguado patrimonial de Castelbranco, que vendeo; e por este modo se desanexarão e alhearão delle. Soçedendo depois as alterações do reino e do levantamento de dom Antonio, prior do Crato, no ano de 580, teve firmemente nellas a mais justa parte que foi a da justiça e direito d'el-rei nosso senhor. E esca[fl. 86 v]pando os guovernadores do reino que ficarão por morte d'el-rei dom Anrrique da furia do dito dom Antonio e seus secazes em hũa caravella en que sairão de Setuval, o dito dom Antonio de Castelbranco os acompanhou sempre no reino do Algarve e mais partes por onde forão atee a entrada de sua magestade en a çidade d'Elvas, que os nella achou e ao dito dom Antonio. E por seus serviços

⁷⁵ Segue-se palavra riscada: fidalguos.



lhe fez merçe da comenda que tem que he de São Lourenço de Vilela de Rio Torto, e lhe foi dada em quinhentos mil reaes; e por os não render se lhe perfizerão em tença n'alfandegua desta çidade de Lixboa.

Casou o dito dom Antonio de Castelbranco tres vezes, a primeira com dona Isabel de Noronha, filha de dom Guarçia de Noronha, alcaide moor de Cartaxo, viso-rei que foi na India os anos de 39 e 40, como atras no capitulo 33 fica dito, de que não ouve filhos, e deixando-lhe ella sua fazenda, dom Antonio a largou a seu irmão dom Bernaldo de Noronha. E a segunda vez casou com dona Maria Briteiros (antiguo e nobelissimo appellido, conjunto ou mesturado com o sangue dos reis), filha de Mateus da Cunha⁷⁶, a qual senhora fora primeiro molher de dom João d'Almeida, filho de don Guarçia d'Almeida, veador que foi do príncipe dom João, pai d'el-rei don Sebastião, cuja neta do dito dom Guarçia he a condessa de Portallegre, dona Fellipa da Silva, que oje vive. A dita senhora dona Maria de Briteiros era senhora da villa e morguado de Pombeiro, que com ella ouve o dito dom Antonio e tem mais de 600 vezinhos em villa e termo com apresentação de igrejas e lhe não entra nella corregedor, por suas doações. ¶ Desta segunda molher ouve o dito dom Antonio de Castelbranco os filhos que tem – *scilicet*– Dom Pedro de Castelbranco, de quem fallaremos no capitulo seguinte, e dom Martinho de Castelbranco, filho segundo que oje he ainda solteiro e anda omiziado por a morte de hum homem que matou na çidade de Çeita estando por fronteiro nella servindo hũa comenda, entrando na cadea onde o morto estava a o matar por lhe parecer comprir assi a sua honrra. Ouve mais duas filhas o dito dom Antonio: dona Marguaida, jaa falleçida, e dona Joana, que oje tem seu pai en casa.

A terceira vez he casado com dona Maria Jaques, que primeiro foi [fl. 87] molher de Jorge de Sousa Mançias, trinchante que foi do cardeal el-rei dom Anrrique e seu copeiro moor, de quem lhe ficou hum filho per nome Françisco de Sousa que oje tem o mesmo ofício de copeiro moor e nelle serve o príncipe cardeal Alberto que estes reinos guoverna por sua magestade e se serve dos offiçiaes da casa real de Portugal, da qual senhora dom Antonio não tem nem pode ter filhos por a idade della. He falleçido o dito dom Antonio de Castelbranco.

⁷⁶ Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Cunhas”.



Capítulo xxxbii.

De dom Pedro de Castelbranco, filho primeiro de dom Antonio de Castelbranco, senhor da villa de Pombeiro e moorguado de Castelbranco.

Dom Pedro de Castelbranco, filho primeiro do dito dom Antonio de Castelbranco, de quem fallamos no capitulo prouximo atras, foi na jornada d’Africa d’el-rei don Sebastião e nella cativo, como ja ahi fica apontado. He comendador da ordem de Christo da comenda da Amendoa que rende de quinhentos cruzados açima, e a elle pertence ja oje o senhorio e jurdição da villa de Pombeiro, por ser morguado que proçede de sua mai ja defunta.

¶ Casou com dona Françisca Calva, filha de Antonio Calvo⁷⁷, rico e nobre italiano genoves, a qual senhora fora primeiro casada com Christovão de Tavora, estribeiro moor e semilher d’el-rei don Sebastião, capitão dos aventureiros na dita jornada e o mais afeito privado que se soube ao dito rei, mas ambos acabarão na desaventurada batalha d’Alcaçer. Do dito Christovão de Tavora não ouve a dita dona Françisca filhos, mas dom Pedro de Castelbranco ouve della dous, hum macho e hũa femea, que se chamão dom Antonio de Castelbranco e dona Maria de Briteiros; são herdeiros do grande dote da dita sua mai, a maior parte do qual he vinculado per instituição de moorguado e pertence ao dito dom Antonio⁷⁸ [fl. 87 v] de Castelbranco seu filho. Falleçeo a dita senhora de parto averaa pouco mais ou menos hum anno. E esteve com ella casado o dito dom Pedro perto de tres. He oje veuvo, e depois de o ser, falleçendo dom Antonio de Castelbranco, seu pai, de quem se fallou no capitulo preçedente, soçedeo o dito dom Pedro em sua casa e tomou posse da dita villa de Pombeiro e a elle pertence tãobem a aução⁷⁹ da comenda de seu pai per hum alvara que elle tinha pera a nomear em hum de seus filhos, o que não fez morrendo abintestado.

[fl. 88]

⁷⁷ Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Calvos genovezes”.

⁷⁸ Palavra escrita já fora da mancha do texto, certamente porque o copista a tinha inicialmente esquecido.

⁷⁹ Corrigido sobre outra palavra.



Seguen-se as cousas de Guonçallo Vaz de Castelbranco, primeiro senhor que foi de Villa Nova de Portimão, filho segundo de Lopo Vaz de Castelbranco, monteiro moor e irmão mais moço do almirante Nuno Vaz, o qual depois se chamou dom Guonçallo de Castelbranco e foi almotaxe moor, monteiro moor, escrivão da puridade, veador da fazenda e veedor moor das obras e residuos, e guovernador da justiça e testamenteiro d'el-rei dom Afonso o 5º, e teve assentamento de conde e bandeira quadrada.

Capitulo xxxbiii.

De dom Guonçallo Vaz de Castelbranco, primeiro senhor que foi de Villa Nova de Portimão, filho segundo de Lopo Vaz de Castelbranco, monteiro moor, e de seus serviços prinçipaes nas guerras d'Africa.

No capitulo 16, apontamos como de Lopo Vaz de Castelbranco ficarão dous filhos machos somente, e do almirante Nuno Vaz de Castelbranco, que foi o filho mais velho, e de toda sua descendência tratamos larguamente desde o capitulo 17, con todos os seguintes atee o capitulo 37, que he o proximo precedente, en que se acabou de tratar de sua linha, chegando com ella atee os mais moços que oje vivem. Segue-se per ordem de vida tratar do filho segundo do dito Lopo Vaz, irmão mais moço do dito almirãote, que foi Guonçallo Vaz de Castelbranco, primeiro senhor de Villa Nova de Portimão, con cujas cousas e de seus filhos, netos, bisnetos e descendentes continuará daqui por diante a relação deste sumario atee o fim delle.

Os serviços, callidades, offícios, virtudes e bondades do dito Guonçallo Vaz de Castelbranco forão tantos e tão grandes que não sera posivel relatados⁸⁰ em poucos capitulos, e por isso gastaremos [fl. 88 v] nellas todos os que forem neçessarios, que se devem de aver por asaz bem empregados.

⁸⁰ Possível erro por “relata-los”.



Nação Guonçalo Vaz de Castelbranco no ano de 423, aos 39 anos do reinado d'el-rei dom João o primeiro, e falleço no ano de 493, tendo 70 anos de idade, segundo consta pello seu letreiro que adiante vai, capitulo 58. E posto que de quinze anos por diante (en que começou a reinar el-rei dom Afonso o 5º) atee sua morte nos consta que continuou sempre en servir os reis de seu tempo en todas as materias de guerra, justiça, fazenda e honrra, e en todas as cartas e provisões das merçes e carguos que lhe forão dados se declara que forão seu serviços sempre muito grandes e estremados e continuados, e especialmente el-rei dom Afonso exprime em algũas das suas que ha tãobem respeito a criação que nelle fez (como em particullear adiante faremos menção quando de cada carguo e merçe tratarmos), contudo, dos maiores e mais callificados serviços seus na guerra diremos neste capitulo e nos dous seguintes.

O camareiro moor⁸¹ dom Francisco de Castelbranco, neto deste Guonçalo Vaz, na sua carta d'agravo a el-rei dom João o terceiro de que fiz menção no capitulo 12, diz no capitulo⁸² segundo della que o dito seu avo foi com el-rei dom Afonso o 5º em Africa com muito gasto de sua fazenda e muito serviço de sua pessoa todas as vezes que o dito rei laa passou, que são as seguintes.

No ano de 1458, sendo o dito Guonçalo de 35 anos, passou em Africa el-rei dom Afonso com vinte e seis mil homens de pelleja embarcados em 280, e segundo outros em 220, naos e gualees e outros navios de carga e serviço. Partiu de Setuval com esta armada ao derradeiro dia de setembro do dito ano e a 23 dias de outubro, que he espaço de 23 ou 24 dias, hũa quarta-feira, ganhou a villa de Alcaçer Çeguer aos mouros en dous combates que lhe deu alem do primeiro recontro da desembarcação, como tudo escreve Damião de Goes no sumario da chronica do príncipe dom João, capitulo xº, com tres seguintes; e no capitulo 11 se descreve o sitio e antiguidade e grandeza daquella villa naquelle tempo, e na chronica do dito rei [fl. 89] estaa tãobem larguamente declarado este feito.

81 Anotação marginal, do século XVI ou XVII: "No livro 3º dos Misticos fl. 99 ano de 1449. A Gonçalo vas de Castelobranco Monteiro mor d'el-rei dom affonso 5º fes m.º o ditto rei [de todo]los beens de Gil Anes que el perdeo na [...] de Alfaroqueira".

82 Segue-se palavra riscada: "doze".



No ano de 1463, tornou el-rei dom Afonso a Africa, en dezembro, e por tres vezes tratou de escallar a çidade de Tanger e entrou pello sertão atee a serra de Benacofu. E ja dentro do ano de 464 se tornou ao reino, como sua chronica conta e escreve o mesmo Damião de Goes no dito sumario, capitulo 17. Nesta jornada foi tãobem o dito Guonçalo Vaz, sendo ja do conselho d'el-rei e de idade de 40 anos.

No ano de 1471, sendo Guonçalo Vaz de 47 anos, passou terceira vez o dito rei dom Afonso a Africa e foi sobre a villa d'Arzilla, nobre e antiga povoação naquelle tempo, segundo o dito autor conta no mesmo sumario capitulo 22. E levou el-rei vinte e quatro mil homens com hũa armada de 338 vellas de toda a sorte. E partindo de Lixboa a 15 d'agosto do dito ano, aos 24 do mesmo mês, dia sinalado do apostolo São Bertolameu (santo de que particulamente Guonçalo Vaz de Castelbranco era devoto e a quem no testamento que fez nesta jornada toma por espeçial padroeiro e deixa missas e esmollas a sua honrra) guanhou a dita villa e a mesquita e castello, tudo por rijos e arriscados combates por dos mouros aver na villa muita e boa gente de guerra que esforçadamente pellejarão e defenderão os ditos lugares, matando e ferindo muitos dos nossos, en que entrou o dito Guonçalo Vaz de Castelbranco que ja naquele tempo era do conselho e veador da fazenda e almotaçe moor e tinha estes offiços pera seus filhos dom Martinho e dom Pedro, segundo elle no dito testamento que então fez declara e conforme ao letreiro de sua sepultura que estaa en São Martinho desta çidade de Lixboa, e a carta do dito camareiro moor seu neto e ao dito testamento. Elle foi nesta jornada e em ella mui ferido, posto que na chronica d'el-rei dom Afonso nem delle nem da maior parte dos fidalguos que en tão honrroso feito puserão suas pessoas e fazenda nenhuma relação se faz, do que com muitas pallavras se queixa hũa e outra vez do chronista que a fez Damião de Goes em o dito sumario, no capitulo 23 e 26. Forão mortos na entrada de Arzilla em os ditos combates mais de dous mil mouros e cativos mais de çinco mil, em que entrarão duas molheres e hum filho e filha do Molei Xequê, [fl. 89 v] senhor da dita villa, que depois foi rei de Fez. As molheres e filhas forão dadas pellos ossos do santo infante dom Fernão do e o dito filho per nome Molei Mafamede (que depois de estar em Portugal sete anos el-rei dom Afonso o deu livremente a seu pai) veio a soçeder-lhe no dito reino de Fez e veio çercar tres vezes Arzilla



em hũa das quais foi aquelle notavel çerco em tempo d’el-rei dom Manoel. Guanhou el-rei desta vez tãobem a nobillissima çidade de Tanger, que os mouros, sabendo da tomada d’Arzilla e do poder d’el-rei e das pazes ou tregos por vinte anos que o dito Molei Xequê com elle assentara, desesperados de a poder defender larguarão e despejarão com medo (se nella mais esperassem) dos nossos executarem nelles cruelmente a vingança de tantas perdas, danos, estragos, cativeiros e mortes quantos a nação portuguesa nella reçebera desd’o tempo que os infantes dom Anrique e dom Fernão, filhos d’el-rei dom João o primeiro, forão desbaratados atee a segunda passada do dito rei dom Afonso acima tocada, pellas quais era ja Tanger famosa entronese⁸³ pellos casos adversos e infortunios que aos nossos nella tinham acontecido e parecia estar em antigua posse de aver de nos vitoria.

Nesta terceira jornada gastou el-rei dom Afonso, do dia que partio atee tornar ao reino, 35 dias que en tudo lhe Deos conçedeo prosperos e bem fortunados, com muita gloria e louvor seu e de seus fidalguos e vassalos, que a custa de seu sangue e animoso serviço lha guanharão, de que resultou grande bem à cristãodade pello que aponta o dito autor, capitullo trinta e hum, e no capitullo vinte e dous, e vinte e quatro com dous seguintes, e capitullo trinta se contão por extensso todas estas cousas de Tanger e Arzilla acima tocadas, de que sua parte tanto con rezão cabe ao dito Guomçallo Vaz de Castelbranco, que nellas todas servio, pellejou e derramou seu sangue.

83 Possível erro de cópia por “entre nós”.



Capítulo xxxix.

Dos serviços de [fl. 90] Guonçallo Vaz de Castelbranco na guerra de Castella, no quoad se mostra que el-rei dom Afonso não foi tão mal aconselhado em a emprender nem tão mal afortunado em a proseguir como alguns autores deixarão escrito.

No ano de 1475 se começou a guerra entre el-rei dom Afonso de Portugal e el-rei dom Fernão sobre a soçessão dos reinos de Castella e Leão que el-rei dom Afonso dizia pertencerem à infante dona Joana, sua sobrinha, filha da rainha dona Joana, sua irmã, que depois, vindo a este reino, foi chamada “a Exçellente Senhora”, com a qual o dito rei dom Afonso se desposou per pallavras de futuro, e como propia tomou sobre si a causa de sua pretensão por ser deixado por seu tutor, regedor e defensor de seus reinos no testamento d’el-rei dom Anrique o quarto, seu pai, que alem de a ter nomeada por filha e feito jurar dos povos por princesa e legitima herdeira de seus reinos por duas vezes o declarou e rateficou assi em seu testamento a hora de sua morte. E pello contrario, por parte d’el-rei dom Fernão se pretendia e aleguava não ser a dita infante filha d’el-rei dom Anrique por elle ser impotente e por outras feas causas que contra a virtude e honrra da rainha sua mai se propunhão. E que por esta rezão, os ditos reinos por legitima e verdadeira soçessão pertenção à rainha dona Isabel, molher do dito rei dom Fernando, irmã por parte do pai do dito rei dom Anrique. Pera a conclusão deste feito, que estava certo aver-se de averiguar por armas (que são sempre os juizes de mor alçada em causas de reinos), el-rei dom Afonso partio pera Castella em maio do dito ano da villa d’Arronches onde tinha mandado que se juntassem com elle todas suas gentes, bastimentos e cousas neçessarias pera a guerra. E depois de estar na dita villa alguns dias celebrando as festas do nascimento do príncipe dom Afonso, seu neto, e provendo nas cousas do guoverno do reino e soçessão nelle por sua morte e nas mais que forão neçessarias, sahio dahi levando o caminho pera a Codiçeira e Pedra Boa, onde, feito alardo, se achou com cinco mil e seisçentos homens de cavallo e catorze mil de pee, afora aventureiros e gente de serviço. Com este exercito e com



os que mais se lhe ajuntarão [fl. 90 v] dos senhores de Castella que tinham sua voz, que foi bem menos gente da que elles lhe avião oferecido, fez el-rei dom Afonso guerra mais de hum ano a el-rei dom Fernando dentro en seus reinos, senhoreando-se de muitas çidades principais, villas e castellos, parte que se lhe entreguavão e seguião seu partido voluntariamente tendo-o por mais justo e parte por força d'armas, com as quais rendeo a villa de Baltanas e Cantalapiedra, arrasou e queimou muitas fortallezas, espeçialmente na comarca de Salamanca, atee a entrada de junho de 476, en que se tornou pera o reino deixando muitos luguares fortes que por elle estavam providos de gente, mantimentos e monições, muitos dos quais se sustentarão atee o ano de 479, en que as pazes forão assentadas e concluidas, e que por bem dos capitulos dellas se larguarão ao dito rei dom Fernão com a çidade de Tui e Baiona de Minho e outras quatro fortallezas que no reino de Gualiza tinham guanhadas por Portugal Pero Aluarez de Souto Maior e Pero de Mendanha.

E posto que Paullo Jovio, gravissimo sobre todos historiador de nossos tempos, tratando deste rei dom Fernão e de seu vallor diz sobre esta guerra que façilmente rebateo e deitou de seu reino aos portugueses que lhe por elle entravão, e pera con todos os autores, ainda os de nossas chronicas, he avido el-rei dom Afonso por mal aconselhado e pior afortunado en cometer e proseguir esta empresa, e a cada passo fallão en seus muitos infortunios, maos soçessos, trabalhos, danos e afrontas que lhe soçederão, contudo, se bem quisermos considerar o verdadeiro proçesso e discurso do que soçedeo e das causas que obriguavão a el-rei dom Afonso seguir o conselho e determinação que tomou, porventura acharemos que lhe não faltão muitas e justas descarguas das culpas que se lhe dão, e que seus trabalhos e desventuras não forão tão grandes nen acontecerão per modo que sua honrra, por fraqueza ou temeridade sua, reçebesse quebra ou afronta verguonhosa, como a muitos outros príncipes cristãos e pagões de todas as nações tem soçedido. E quanto ao azeitar da empresa, por çerto que o obriguavão a isso muitas e mui eficazes rezões, porque, soposto que quanto a Deos e à justiça estava a causa da infante dona Joana asaz justificada pellas cousas que pera isso alegão Damião de Goes na *Chronica do príncipe dom João*, capitulo 35 con tres seguintes e mais larguamente [fl. 91] o leçenseado Duarte Nunez na vida do mesmo rei dom



Afonso o quinto (que cedo entre as dos mais reis de Portugal atee el-rei dom Manoel inclusive sairá à luz), e soposto outrosi que a causa da dita infante e o que se contra ella aleguava pera ser excluida de seus reinos tocava tanto a honrra da rainha dona Joana irmã d'el-rei dom Afonso e pello conseguente a sua, e que alem do parentesco e orfindade e desemparro da dita prinçesa lhe competia sua defenssão pella comfiança com que el-rei dom Anrrique seu cunhado e primo lha deixara encomendada em seu testamento, çerto eu não vejo como el-rei podia deixar o conselho que tomou sem faltar aos primores da honrra, à obriguação de tutor, à natureza de parente, ao animo e ofiço d'el-rei, ao foro d'amizade, à lei de cavaleiro e finalmente ao ser de bom homen; nem como com estes respeitos se podia bem e lealmente cumprir sem proseguir o feito em pessoa, e por todas as forças en neguoço por tantas rezões justo e proprio, pois as dificuldades da empreza não erão tantas nem tão grandes que com os reinos de Castella estarem en ssi por discordias divisos sendo el-rei dom Afonso chamado por muitos grandes delles, penhorados a servir por conçertos e muitas outras vias, e sendo el-rei dom Fernão do tão estrangeiro como elle e de nação aragoneza, tão imfesta a castelhanos como a portuguesa, e sobretudo ficando a el-rei em Portugal filho e neto con que a soçessão de seu reino humanamente pareçia ficar segura e çessarem a maior parte dos inconvenientes e periguos que se podião temer, se não pudese com muita rezão ter muito grande e provavel esperãoça do bon soçcesso da empreza com muita gloria e acreçentamento d'el-rei e destes seus reinos sem quasi consideravel periguo de arriscar o estado e soçessão delles. E posto que foi tão contraira a estes desenhos a fortuna que o prinçipal fim se não conseguio, não custou tão pouco a el-rei dom Fernando esta guerra nem desestimou tanto os perigos della que o não obriguassem a tratar hūas vezes de conçertos mui honrrosos pera el-rei dom Afonso e outras detreminasse a arriscar o feito a desafio pessoal, que sempre nos reis he o recurso do mais desesperado e menos poderoso (no qual se viera a efeito conforme ao grande valor e mui conhecido e denodado esforço d'el-rei dom Afonso, por ventura ou sem ella que el-rei dom Fernando fora o que menos ganhara) e finalmente recusar batalha, retrair-se della e usar d'outras cousas e artes de quem se via em [fl. 91 v] mui grande aperto e as cousas mui dovidosas e vevia pouco comfiado da vitoria. E quem discorrer pellos termos que esta guerra teve e levou, e cotejar o que de parte a



parte se fez e acabou não achará nunca superior nella a parte d'el-rei dom Fernão do senão na batalha de Touro, en que a vitoria ficou quasi de per meio como se abaixo dira, en a qual sendo el-rei dom Afonso dos primeiros no cometer e pellejar, el-rei dom Fernando estava detras dos seus em ala apartada sem pellejar; e vendo o duvidoso soçesso da batalha a deixou no mor fervor della, como logo contaremos. E ainda depois disto, se per duas vezes os ardis das çiladas que el-rei dom Afonso usou não forão impedidos por pouca lealdade ou mau tento dalgũs que com elle andavão se tem por sen duvida que el-rei dom Fernando ou a rainha dona Isabel sua molher forão dele presos ou desbaratados. E sempre depois, enquãoto en Castella esteve, fez guerra cruel não çessando de continuas cavalgua-das e entradas pola terra dentro. E quando se veio pera o reino, não por disistir da guerra, mas por tornar com maior poder a ella, enlevado e não sem bastantes causas nas esperãoças de socorro grande de França de que ja tinha recado çerto não tornou em forma de vençido, mas arrasando e queimando luguares e destroindo a comarca de Salamanca per onde se tornou sem en todo o tempo que a guerra durou lhe tomarem os castelhanos mais que dous ou tres castellos d'Alegrete, Ouguela e Noudar, que são dos mais pequenos luguares que nelle ha e que per o príncipe seu filho forão cobrados.

Sendo isto assi, como se compadeçe con verdade dizer Paulo Jovio que facilmente deitou el-rei dom Fernão do os portugueses que lhe per suas terras entravão, ou onde estão aqui os grandes infortunios, perdas, danos e afrontas per que con rezão hum rei tal como el-rei dom Afonso possa dos autores ser tão a meude prasmado ou lamentado e d'ambas as maneiras injuriado? Os reis Fellipe e Francisco de França, Federico segundo, emperador, el-rei dom Guarçia de Gualiza e Portugal, el-rei dom Afonso o quinto d'Aragão e el-rei dom João de Navarra, seu irmão, forão por seus imiguos presos em batalha. El-rei dom James o segundo de Malhorca, el-rei dom Pedro o Cruel de Castella, Luis de Ungria perderão as vidas e juntamente os reinos (sem tornarem mais a seus desçendentes barões), sendo vençidos e mortos por seus contrairos. El-rei dom Afonso nem foi morto nem foi preso e apenas [fl. 92] se pode dizer que foi algũa ora vençido em parte e não de todo. Teve seus reinos salvos e inteiros atee ora de sua morte. Qual he loguo a causa fora destas que seja bastante a lhe



chamar infelíçe e desventurado? Se porque não guanhou Castella e ficou sem ella mereçe este nome, chamemos tãobem infelliçe e desventurado a el-rei don Dinis e a el-rei dom Afonso, seu filho, a el-rei dom João o primeiro de Portugal, que, entrando com mão armada por Castella e fazendo-lhe guerra guerreada, não conseguirão o mesmo efeito. E da mesma maneira e com mais rezão o chamemos aos reis de Castella, que tantas vezes emprenderão fazer-se senhores deste riconsinho (como lhe elles chamavão) de Portugal sem o poderem alcançar. E chamemos infeliçes outra vez aos mesmos reis de Castella e d'Aragão atee o dito dom Fernão que, começando a conquista de Granada, em diversos tempos lhe não puderão ver o fim. E finalmente chamemos infelliçes e desventurados a quantos emperadores, reis de França, Napoles e Çezilia emprenderão fazer-se senhores de Italia sem sair nenhun delles con seu intento. Todos estes tinhão moor poder, moores exerçitos, mais ajudas e forças pera lhe ser imputado a sua ma fortuna não conseguirem suas pretenções, e contudo, desistindo dellas sem as poder acabar, se en seus campos, reinos ou pessoas não receberão sinaladas rotas, quebras e perdas, não são nem forão nunca avidos por mal ditosos nem mal aconselhados, antes muitos deles destas mesmas emprezas com que não sairão tirarão grande fama e nome, não somente de as cometerem com prosperos princípios, proseguirem valerosamente, mas de as deixarem quando o tempo e estado das cousas era contrairo ao final remate dellas.

E porque aqui se me pode replicar que ao menos na ida a França se não pode el-rei dom Afonso escusar de temeridade e mau soçesso, reservo responder a isso para quando adiante, tratando do conde dom Martinho, filho deste Guonçallo Vaz de Castelbranco que ao dito rei naquella jornada servio e acompanhou, contaremos as causas por que se el-rei dom Afonso moveo e o que mais lhe la soçedeo, no capítulo 66.

E tornãodo a meu preposito dos serviços de Guonçalo Vaz de Castelbranco, dos quais ainda que por tão longa digressão me diverti, tãoben [fl. 92 v] d'algũa maneira toca a reputação delles mostrar que não forão feitos en guerra injusta nem temeraria nem de todo infelliçe. Nesta guerra de Castella o dito Guonçalo Vaz servio el-rei dom Afonso com çento e vinte de cavallo sustentando-os a sua custa, e con elles se achou nos príncipaes



dous feitos que nella ouve, que forão ainda⁸⁴ sobre Çamora e a batalha de Touro, de que por não fazer este capitulo mais larguo sera⁸⁵ neçessario tratar nos seguintes.

Capitulo XL.

Da ida que el-rei dom Afonso o quinto fez com o príncipe dom João sobre Çamora e da perda que recebeu el-rei dom Fernão dos continuos combates que os castelhanos davão às nossas munições per espaço de 15 dias, nos quais feitos foi Guonçalo Vaz de Castelbranco com sua gente muita e boa.

Estando el-rei dom Afonso na cidade de Çamora, que con a de Touro erão as principais que se por elle tinhão, e tendo posto na ponte della (nas pontas da qual ha duas torres, de cada parte hũa, que estavam providas de gente pera sua defenssão) por capitão Francisco de Valdes, hum fidalguo castelhano sobrinho de João de Porras, principal pessoa da dita cidade per cujo meio e de Afonso de Vallença, seu genro, alcaide moor della e marichal de Castella, el-rei a ganhara a sua obediência, o dito Francisco de Valdes com conselho e ajuda de hum Pedro de Mazariegos, cavaleiro e vezinho da mesma cidade, tenente do dito Francisco de Valdes, em hũa das torres, esquecido de sua honrra e do preito e menagem que por a dita ponte tinha feito a el-rei dom Afonso e das muitas merçes de que con grande liberalidade usava assi pera com elle como pera com o dito seu tio [fl. 93] e cunhado e mais cidadãos e povo de Çamora, determinou, indozido das promessas da rainha dona Isabel de cuja criação fora, de lhe entregar a dita ponte. E não contente com isto, por tratos que sobre esta materia com a dita rainha teve se resolveo em proçeder adiante em sua traição, e sabendo que el-rei dom Afonso esperava por o príncipe dom João seu filho, a quem por desejo que tinha de o ver e de comonicar em presença com elle o estado de suas cousas el-rei seu pai mandara chamar pera que

84 Possível erro por “a ida”.

85 Escrito inicialmente “se vera”, posteriormente corrigido.



aforrado com pouca gente que lhe elle mandaria a Miranda do Douro pera sua guoarda o viesse ver, o dito Francisco de Valdes entreteve e sospendeo seu trato com fundamento de, como o príncipe viesse, o deixar entrar com sua gente na ponte e tanto que fossem entre as duas torres se levãotar com o dito Pedro de Mazariegos contra elle cada hum de sua parte tomandoo no meo, e com a gente que lhe a rainha dona Isabel tinha prestes en Vilhalpando, que lhe loguo avia d'acodir como isto fizesse (e se dezia estar ja muito perto da ponte e aver abalado de Vilhalpando), prenderem e matarem o príncipe e os seus e senhorearen-se da çidade. E posto que el-rei dom Afonso foi desta traição avisado por o corregedor da çidade, o doctor Pedro de Pareja, e despachou con toda a pressa a Vasco Martins de Sousa Chichorro, seu capitão dos ginetes, que passando o Douro a cavallo a nado e dando ao príncipe conta do soçedido o fez sobrestar en seu caminho, contudo os tredos da ponte tinhão suas cousas ja providas de maneira que nenhum remedio ouve pera a cobrar nem poderem ser presos e castigados como mereção, sem embargo do rijo combate que se lhe deu.

E avendo-se el-rei por pouco seguro naquella çidade (da qual ja outra vez, estando em Penafiel, indo de caminho a socorrer o castello de Burgos, tivera recado certo que se queria rebelar e entregar a el-rei dom Fernão do que foi causa de lhe ser forçado tornar-se meter nella e deixar de fazer o dito socorro en que constestia muita parte do pezo e reputação de seus ne-guoços), com conselho do arçebispo de Toledo e d'alguns portugueses se sahio de Çamora e se passou a Touro. E el-rei dom Fernando entrou loguo en Çamora nas suas costas e pos cerco aos do castello que mantinhão a voz d'el-rei dom Afonso. Estando as cousas nestes termos, o príncipe dom João, com o aviso que teve por Vasco Martinz de Sousa se tornou de Miranda à çidade da Guoarda em Portugal. E desejoso de ajudar el-rei seu pai a vingar [fl. 93 v] a traição que lhe en Çamora fora ordenada, fez cortes na dita çidade e com parecer de todos os tres estados do reino assentou de ir em pessoa socorrer a el-rei, pera o que ajuntou a melhor e mais gente que pode. E posto que me não consta quando Guonçallo Vaz de Castelbranco começou a achar-se nesta guerra e servir pessoalmente nella, tenho alguma suspeita e presunção que foi então com o príncipe dom João, porque alem de na batalha real pellejar na sua ala me dão isto d'algũa maneira



a entender as pallavras da doação da villa de Villa Nova de Portimão feita a Guonçalo Vaz pouco mais de hum mes depois da dita batalha, como adiante se dira, no capitulo 53, na qual diz el-rei dom Afonsso assi:

¶ Considerando os muitos e continuados serviços de Guonçalo Vaz de Castelbranco, do meu conselho e veedor de minha fazenda nos meus reinos de Portugal, e como ora com muita gente me veio servir nesta ida que fui sobre Çamora e foi comigo na batalha de Castro Queimado, etc. Nem he de espantar não ir loguo com el-rei, por o carguo de veador da fazenda que tinha en que sua pessoal assistençia seria muito neçessaria não soamente pera o bem deste reino e provimento da cousas delle, mas ao socorro e provimento con que ao mesmo rei dom Afonsso se avia de continuo de acudir, en que cumpria mais neste tempo que nunca aver pessoa de tanta confiança como elle era pera não poder faltar o dinheiro e os mais bastimentos de guerra que são os nervos della.

Partio o príncipe da Guoarda em janeiro do ano de 476 e demtro no mesmo mes chegou (sem receber dano notavel nem ser cometido dos imigos) a Touro, onde el-rei seu pai estava tomando de caminho por força d'armas a villa de São Fellices, que estava por el-rei dom Fernando, a qual mandou saquear. E deixando nella quem a guoardasse se foi caminho de Ledesma e os moradores lhe mandarão pedir que os não combatesse porque lhe farião todo partido que fosse onesto, e o príncipe pella pressa que levava se contentou por então de o proverem de mantimentos que lhe não quis senão comprados por preço justo e razoado.

Tendo el-rei dom Afonsso consiguio o príncipe e os que com elle vierão, como era mui animoso e ardido na guerra e prestes na execução do que nella desejava fazer, determinou loguo pellejar em batalha campal com el-rei dom Fernãodo, que era cousa que avia muito que desejava, e por se não achar com poder neçessario a dillatara atee então, posto [fl. 94] que ja outra vez, depois d'el-rei dom Fernãodo estar dentro de Çamora, o mandara pera ella desafiar por hum rei d'armas. E el-rei dom Fernãodo, por conselho do duque d'Alva e cobardia dos seus, tendo muitas e mui luzidas gentes lhe não sahio, de que a rainha dona Isabel sua molher teve grande desgosto e lho deu a elle e aos seus assi a entender por suas cartas, e provendo-o



de mais gente o obrigou ir fazer o mesmo comprimento de honrra e oferta de batalha a el-rei dom Afonso, estando em Touro antes da chegada do príncipe. El-rei dom Afonso, aceitando o desafio, vendo que por ter repartida sua gente nos lugares de sua obediência e não ser chegado o príncipe com a que esperava de Portugal se não achava em estado de naquelle dia cumprir con seu desejo, respondeo que elle se avia por desafiado e porque então não poderia ser-lhe prometia de o ir buscar mui cedo a Çamora. Assi que pera cumprir esta promessa partio com o príncipe e seu exército para a dita çidade, deixando em Touro com a rainha dona Joana, sua molher, dom Fernando, duque de Guimarães e dom Pedro conde de Villa Real con a gente neçessaria pera sua defenssão e guoarda da çidade.

Desta ida sobre Çamora pretendia el-rei dom Afonso duas cousas, das quais hũa pareçia que neçessariamente se avia de seguir – *scilicet*– ou desçercar o castello de Çamora con grande honrra sua e afronta d’el-rei dom Fernão, ou vir com elle a batalha en que de poder a poder con todas as forças se tomasse determinação no negoçio; e esta segunda era a principal e primeira no intento e desejo d’el-rei e do príncipe. Chegando el-rei a Çamora, assentou seu arraial nas ortas junto con a dita ponte da parte donde ella sai pera o sertão, segundo o lugar e sitio da terra requeria. E posto que pera o efeito de desçercar o castello não era conveniente alojar-se daquella parte, e os castelhanos por esta rezão o reputavão a el-rei dom Afonso a mao ardil de guerra e pior conselho, moormente impedindo elle com as monições que tinha feitas junto da ponte que elles não podessem sair a dar-lhe batalha, que era o segundo efeito pera que sua ida se devia ordenar, contudo, a tenção d’el-rei pareçe que foi ante tudo ver se podia guanhar a ponte por não ficar sem castiguo a traição que a elle e ao príncipe se intentara pellos que nella estavam. Para iso çercou a ponte com baluartes, cavas, vallos e bastelhões, e a mandou continuamente combater, mas por sua fortalleza era menor o dano que rezebião os que estavam dentro. El-rei dom Fernão, receando-se que el-rei dom Afonso en se ahi assentar e representar seu exer[fl. 94 v]çito tivesse intento a o segurar, e tendo-o divertido e descuidado de prover na outra banda do rio mandasse por ella gente de que elle pudese receber dano ou os çercados socorro, mandava ter grão vegia assi no campo como na çidade e sobretudo no castello. Neste tempo se tratou de conçertos que



não vierão a conclusão, pello que se continuou com a guerra. E querendo mostrar el-rei dom Fernão a el-rei dom Afonso que não era menor o esforço dos seus pera combater as barreiras e monições, posto que mui fortes estivessem, do que os nossos querião mostrar contra a fortaleza da ponte, cada dia, dos quinze que este cerco durou, as mandava cometer. Mas fazião os seus menos efeito que os nossos contra os da ponte, porque erão dos d'el-rei dom Afonso rebatidos com muito esforço, recebendo sempre muito dano e perda de gente que lhe matavão de todas as vezes. Aqui estava Guonçalo Vaz de Castelbranco⁸⁶, do conselho d'el-rei dom Afonso e seu veedor da fazenda, e tinha consigo muita gente sua como tudo se prova pellas pallavras⁸⁷ da sua doação de Villa Nova que referi no capitulo preçedente e pella chronica do dito rei dom Afonso que fez Rui de Pina, capitullo⁸⁸, e pella do príncipe dom João que fez Damião de Goes, capitulo 77, e pella do mesmo príncipe sendo rei dom João o segundo, que compos Guarçia de Resende, capitulo 13. Consta que era esta gente, alem de muita como as doações dizem, mui boa e mui luzida e a melhor que no campo estava. E pello letreiro da sepultura do dito Guonçalo Vaz, que esta en São Martinho desta çidade de Lixboa, consta que erão os que levava à sua custa Gonçalo Vaz consigo çento e vinte de cavallo, que he çerto cousa mui grande e mui notavel e muito mais o que com elles fez na batalha do Touro, de que he bem que particullarmente fallemos en capitulo separado.

Capitulo XLI.

De como se ordenou a batalha real de Touro ou Castro Queimado e a ordem e forças que cada hũ dos reis nella teve, e como Guonçalo Vaz de Castelbranco ficou nas batalhas do príncipe de Portugal, que forão vencedoras.

Vendo el-rei dom Afonso que a ponte de Çamora, por sua fortaleza [fl. 95] e modo en que estava provida, se não podia pellos seus ganhar e

⁸⁶ Seguem-se palavras riscadas: "d'el-rei".

⁸⁷ Escrito inicialmente com três "l", um dos quais posteriormente riscado.

⁸⁸ Segue-se espaço em branco.



pella vigilância dos imigos a outra banda do rio era assi pejada e guoarda-delles que não avia lugar de poder por ella manhosamente socorrer o castello (que são os dous intentos que a meu joizo el-rei teve como official velho na guerra con gentil conselho e ardil dela – se o efeito lhe respondera – pera desta parte da ponte – onde mais impropio parecia – assentar seu arraial, como atras fica apontado), detreminou ver se podia conseguir sua ultima e principal tenção, que era trazer seu imiguo a batalha, pera o que assentou de levantar o arraial por que lhes ficasse lugar pera sairem a pellejar com elle se quisesem, e tãobem porque o conselho e parecer de todos os capitães era deixar aquelle lugar pollas muitas chuivas, frios e neves que recreçerão en os quinze dias que ali estiverão, de que a gente recebera muito dano por estar en campo raso. Assi que hũa sesta-feira pella menhã cedo, na vella da lua, primeiro dia de março do dito ano de 476 ou, segundo outros, a dous do dito mes, levantou el-rei seu campo provendo com mui bom recado que saindo as gentes d’el-rei dom Fernãodo lhe não podessem fazer dano, saindo-lhe na reçagua como muitas vezes aconteçe. E ordenou tudo de maneira que, posto que alguns de cavallo sairão por mandado d’el-rei dom Fernãodo pera lhe ir ladrando nas costas, nenhum efeito fizerão, e pouco depois que sairão pella porta da ponte sobreestiverão e não ousarão cometer nen seguir el-rei, antes, fazendo-se em hũ corpo com outros dozentos ginetes con que el-rei dom Fernãodo loguo mandou a Dioguo Ovando de Caçeres pera os pōr em ordem, se detiverão todos. El-rei dom Afonso caminhava neste tempo con tal ordenãoça e con tanto vaguar e confiança que posto que, por se deterem os imiguos muito, elle era ja mui alonguado delles, quando el-rei de Castella e Pedro de Gusmão, que forão diante descobrir o nosso exercito, não poderão neguar que conheção nelle não ir fogindo como os seus dezião sem os verem, mas esperando com muitas mostras de vontade de pellejar, porque se assi não fora poderão ja muito a seu salvo estar recolhidos a Touro e ter-lhes tomados os passos e postos daquella serra que ha antre Touro e Çamora e defender-lhos [fl. 95 v] muito façilmente, pello que dezião que seria sem nenhuma duvida covardia notoria não querer deçer con elles a batalha. Por conselho deste cardeal contrairo a todos os mais (que erão de voto d’el-rei seu senhor se tornar pera Çamora) se determinou el-rei don Fernãodo em apresentar batalha a el-rei dom Afonso, o ququal, atee os castelhanos se descobrirem no Alto da Serra, sempre descomfiou de elles



quererem vir a conclusão, vendo como indo elle tão devaguar não parecia ninguém que o seguisse en tanto espaço de caminho. E por esa rezão os nossos, ja desesperados de naquelle dia aver feito de guerra, muitos delles se entrarão em Touro onde ja estavam recolhidos ao tempo que os imiguos parecerão e outros andavão pello campo desmandados escaramuçando. Era tamanho o desejo d'el-rei de não entrar en Touro sen cometer algũa cousa de que os seus guanhassem honrra, que tendo andadas duas leguoas de Çamora pera Touro se adiantou pello rio a reter os seus e fez tornar alguns con tenção de aquella noite tomar delles os que neçessarios fossem e ir dar sobre a villa de Fonte Sabugo, quatro legoas de Çamora, onde estava o duque de Villa Fermosa, irmão bastardo d'el-rei dom Fernando com 600 lanças, ao qual elle esperava prender e ganhar a villa. O príncipe, vendo neste tempo deçer os castelhanos, e que passavão o porto da serra, entendendo que todavia a determinação d'el-rei dom Fernando devia ser fazer batalha, mui alegre com isso mandou esperar os seus e deu aviso a el-rei dom Afonso seu pai, o qual com o mesmo contentamento da çerteza da batalha se começou a perçeber pera ella pondo en ordem sua gente con tanta brevidade como a estreiteza do tempo requeria.

De diversa maneira se conta esta ordenança da nossa gente pellos autores portugueses, e pera o intento do serviço que aqui fez Guonçalo Vaz de Castelbranco algũa diferença vai de hũ modo a outro, porque Rui de Pina e Guarçia de Resende, nos luguares alleguados no capítulo preçedente, não fazem menção mais que de duas batalhas. A maior, en que foi el-rei dom Afonso con sua bandeira real, se pos ao longuo do rio com as costas en Touro contra Çamora e ficava defronte da batalha príncipal en que estava a bandeira real, e não a pessoa do dito rei dom Fenãodo. A segunda batalha, do príncipe, que era de menos gente mas toda cortesã [fl. 96] e escolhida, mui luzida e boa e emfim a melhor de todo exerçito, ficou da banda esquerda bem afastada da d'el-rei contra duas batalhas muito grandes dos imiguos por respeito das quais o príncipe foi aconselhado que repartisse tãobem como fez sua gente em duas batalhas. Pera o que apartou de si a Fernão Martinz Mascarenhas com os da guoarda, de que elle era capitão, e mandou juntamente a Guonçalo Vaz de Castelbranco e a Rui de Sousa que con sua gente, en que todos conformão que era muita e muito boa e mui luzida, se ajuntassem como loguo ajuntarão com o dito Fernão Martinz,



e todos se fizessem em hũ esquadrão. E pellas diferenças que entre todos tres como pessoas tão príncipaes avia sobre quem desta gente toda avia de ser capitão, pera as tirar, mandou o príncipe que nenhum delles o fosse senão dom Pedro de Meneses, conde que depois foi de Cantanhede, que pera isto mandou mais ajuntar-sse com elles; e de todos se fez hũa boa batalha. Na chronica do príncipe, capitulo 77, Damião de Goes ordena esta nossa gente d'outra maneira, e diz que el-rei todavia fez tres batalhas de sua gente, conforme a ordem ordinaria da guerra: com vanguarda, batalha e retaguarda, e suas alas. E que na retaguarda hia por capitão don João de Castro, conde de Monsanto, e na batalha el-rei dom Afonso e à mão direita delle o arçebispo de Tolledo con toda sua gente, detras da qual seguia parte da gente do duque de Guimaraes e conde de Villa Real, que en Touro ficarão com a mais, en guarda da çidade e rainha. A vanguarda levava Rui Pereira com os continuos e familiares d'el-rei e alguns cavaleiros particulares castelhanos, e loguo junto da vanguarda o conde de Farão con sua gente e outra que lhe el-rei mais ordenou, e à mão esquerda da vãoguarda o príncipe dom João com a frol do exercito; e apos esta ala seguia o bispo d'Evora dom Guarçia de Meneses com a sua, ambas acompanhadas de muitos besteiros e espinguardeiros. A gente de pee repartida en quatro partes toda posta da banda do rio.

Nesta ordem estava el-rei dom Afonso quando lhe chegou hum rei d'armas que da parte d'el-rei dom Fernão do o desafiou pera a batalha, ao qual elle animosissimamente respondeo disesse a seu senhor que era mais tempo aquelle de se encontrarem, que não de lhe mandar desafios. Da ordem da gente d'el-rei dom Fernão do [fl. 96 v] não cumpre a meu intento dizer mais, somente que elle da sua mais grossa gente fez hũa batalha en que mandou ir sua bandeira real e de toda a mais fez dez alas, as quatro maiores mandou ir ao longuo do rio contra Touro à mão esquerda da sua batalha e as seis menores à mão direita contra a gente do príncipe dom João, e no meio desta batalha hia a pionagem. Elle pera si apartou hũa pequena alla de boa e nobre gente con que se pos na reguarda pera dahi se salvar se a fortuna lhe fosse contraira, como fez, segundo loguo diremos. Das ditas seis alas que ficavão contra o príncipe dom João, erão capitães pessoas mui calificadas en sangue e vallor – *scilicet*– Dom Alvaro de Mendoza, conde de Sevilha de Castro Xeres, que em hũa escaramuça



sangrenta que teve com o conde de Penamacor dom Lopo d'Albuquerque o prendera e vênçera, e com elle hião Goterre de Cardenas e Rodrigo de Ulhoa, thesoureiros moores d'el-rei. Da segunda ala, dom Afonso da Fonseca, bispo d'Avilla, e outro dom Afonso da Fonseca, senhor de Coca e de Adahejos, seu primo comirmão. Da terceira, Pedro de Gusmão; da quarta, Bernaldo Françes; da quinta, Pedro de Velasco; da sexta, Vasco de Viveiro, irmão de dom Guonçalo, bispo de Salamanca. Destas seis alas diz Damião de Goes que se apartou hũa como para de refresco acudir as outras se lhe necessário fosse, e que vendo isto o príncipe mandou dos seus pera o mesmo intento de acodirem de refresco quando fosse necessário apartar a ala de Guonçalo Vaz de Castelbranco e dos mais seus companheiros acima nomeados, e que quando se a batalha começou o príncipe ferio nas cinco alas e dom Pedro de Meneses com os que com elle estavam, de que o primeiro foi o dito Guonçalo Vaz, foi romper juntamente, e ferir na sexta ala que se apartara. No que a meu ver, Damião de Goes, querendo treslladar o que os autores de Castella e Portugal disserão não vio a contradição en que cahia, porque se a ala en que era o dito Guonçalo Vaz se apartou pera não acudir senão de refresco quando necessário fosse (como elle quer dizer), como pode ser, segundo elle conta no capitulo seguinte, que he 88, que juntamente com o príncipe (que abalou primeiro que os imiguos), quebrantando seu mandado e ordem, fosse romper e ferir ficando impo[fl. 97]sibilitado o intento do príncipe? Alem disto, se estas seis alas erão as menores das dez que el-rei dom Fernão ordenou, como o mesmo autor conta, capitulo 76, e contra ellas todas seis pellejou o príncipe com todos os seus, segundo elle escreve no dito capitulo 77 e 78, como torna a dizer no capitulo 77, no fim dele, que o príncipe, pondo-se à mão esquerda da batalha d'el-rei seu pai afastado hum pedaço delle ficou oposto contra duas alas das maiores dos imiguos, que são as palavras da nossa *Chronica d'el-rei dom Afonso* por Rui de Pina e da d'el-rei dom João segundo por Guarçia de Resende, capitulo 13, contrairas à ordem das seis alas menores que elle segue? Pelo que nos particullares da orden da gente e rompimento da batalha seguiremos antes estes dous mais antiguos autores, ajudando-nos dos particullares que Damião de Goes acreçenta que não forem ao teor das ditas duas chronicas contrarios. Nenhum delles, nem dos autores castelhanos, escreven o numero de gente que de ambas as partes se achou nesta batalha, mas pode-se bem



entender a d'el-rei dom Fernãodo porque quando veio sobre Touro pera ver se podia desçercar o castello que então por elle se tinha ou provocar el-rei dom Afonso a batalha ou aperta-lo en çerco (e não sahio com nenhum intento, antes o castello se rendeo e elle verguonhosamente e com muita afronta, sendo-lhe pellos que tinham a voz d'el-rei dom Afonso tolhidos os mantimentos, levantou seu campo) se conta que trazia consi-guo então oito mil ginetes, quatro mil homens d'armas bem encavalgua-dos, trinta mil homens de pee. E depois, estando en Çamora, quasi con toda esta gente porque não quis sahir à batalha com el-rei dom Afonso, que pera ella esperando no campo o desafiou, a rainha dona Isabel, sua molher, tomando disso muito desgosto (como açima fica dito) e obrigan-do-o com afincados rogos que fosse buscar el-rei dom Afonso, posto que sabia que não por falta de gente mas por cobardia dos seus deixara aquelle dia d'açear a batalha, o proveo novamente com a mais gente que pôde ajuntar, a qual lhe enviou com o cardeal de Castella dom Pedro de Memdoça que levou toda a de guerra que avia en Valhadolid, Tordezilhas e outras villas vezinhas, como conta o dito Damião de Goes, capitulo 73 e capitulo 54. Pello contrario, el-rei dom Afonso, quando mais poderoso [fl. 97 v] sahio de seu reino, não chegava a vinte mil homens de pelleja entre todos, e posto que aguora estava socorrido de novo pello príncipe com quasi outra tanta gente tãobem se lhe avião vindo muitos pera o rei-no e outros tinha nas guarnições dos luguares de sua obediência. Alem disto, deixara muita gente en Touro com os ditos duque e conde e muita era ja recolhida na mesma çidade da que aquelle dia, partindo de Çamora, viera com elle, pellas causas que neste capitulo declaramos. Dos senhores de Castella que erão por elle lhe faltarão o duque de Arevalo dom Alvaro d'Estuniga e o marques de Vilhena e todos os mais, exçeito o arçebispo de Toledo. Assi que sem nenhuma duvida por muitas vezes repetem segu-ramente os nossos autores que era a dos imiguos sem comparação muita mais gente, mas nem por isso deixarão os nossos de ser os primeiros no cometer, nen Guonçalo Vaz de Castelbranco o primeiro que os rompesse, como veremos no capitulo seguinte. Sendo ja quasi sol posto ou ao menos depois de oras de vespóra (que tanto tardara el-rei dom Fernãodo en vir ahi con sua gente), el-rei dom Afonso mandou dizer ao príncipe seu filho que lhe mandava a benção de Deos e a sua e que com ella rompese loguo.



Capítulo XLii.

Da batalha real de Touro e do que nella soçedeo a ambos os reis dom Afonso e dom Fernão e a suas gentes, e como o príncipe dom João de Portugal, con quem se achou Guonçallo Vaz de Castelbranco, ficou no campo vencedor.

O príncipe, por obedecer o que lhe el-rei seu pai mandava e cumprir o que tanto desejava, depois de pellas trombetas se fazer sinal de batalha d'ambas as partes, elle e assi seus capitães juntamente con toda a gente das suas duas batalhas encontrarão as duas batalhas grandes dos imiguos, ou as ditas seis alas, [fl. 98] con singullar destreza e maravilhoso esforço, e posto que forão recebidos dos castelhanos como desforçados cavalleiros porque mui valerosamente chamando "Santiago!" se vierão pera os do príncipe que apellidavão "São Jorge!", contudo, não podendo sofrer a força e impito valeroso dos nossos, posto que muitos mais fossem em numero, começarão a fugir e em breve tempo forão desbaratados e postos en fugida, com muito dano e destroço seu, matando e cativando os nossos muitos delles. E alguns que escaparão se acolherão à sua bandeira real. El-rei dom Afonso, tanto que seu filho o príncipe foi ferir nos contrairos, abalou tãobem primeiro que elles con sua batalha, e apos elle a ala do conde de Farão con que encontrou a batalha real dos imiguos con muito animo e valor, andando el-rei na dianteira sempre pellejando como muito esforçado cavaleiro que era, sem resguardo de sua real pessoa nem temor algum dos grandes perigos a que a punha. Bem pelo contrairo o fazia el-rei dom Fernão, que estando, como dito temos, na reçagua e vendo os seus dous batalhões da mão direita desbaratados e rotos pellos do príncipe e que esta batalha com el-rei durava por mais de hũa ora sem se conhecer vitoria nem se inclinar a nenhuma das partes, não quis esperar mais a ver o ultimo soçesso deste negocio asaz descomfiado do bom fim delle, e com a ala pequena con que se deixara ficar atras se acolheo caminho de Çamora, deixando a batalha encomendada ao cardeal d'Espanha e ao duque d'Alva. E ainda de noite chegou à çidade sem elle nem os que com elle hião saberem se erão vençidos se vençedores. Neste tempo, os capitães das quatro alas grandes que el-rei dom Fernão posera junto do



rio à mão esquerda da sua batalha, vendo en quãoto perigo ella estava lhe acodirão, e da mesma maneira acodirão aos nossos o arçebispo de Toledo e o conde de Monsanto, que hião na retaguarda. E com a vinda destes socorros d'ambas as partes se renovou ali hũa brava e cruel batalha e esteve a cousa em pezo per muito espaço, como o autor da chronica castelhana comfessa, mas emfim polla força dos acobertados d'el-rei dom Fernando, que erão muitos, os nossos se começarão a desordenar de maneira que desemparrarão a bandeira real, a quoa, posto que os imigos ouverão à mão (cortando primeiro ambas as suas a Duarte d'Almeida, alferes pequeno, que a trazia, que atee lhas não deçeparem a não largou), contudo foi cobrada por hum Guonçalo Pires, criado [fl. 98 v] de Guonçallo Vaz Pinto que com ajuda d'outros esforçados portugueses a tomou a hum fidalguo castelhano que a trazia, por sobrenome Soto Maior, e a trouxe com ella prezo ao príncipe dom João.

El-rei dom Afonso, vendo sua bandeira real no chão e sua batalha desbaratada, reçando que o mesmo tivesse acontecido ao príncipe seu filho que tinha menos gente, sobreveo-lhe aquelle seu admiravel espirito de esforço com algũa mistura de desesperação do estado de suas cousas, e escolhendo antes morrer honrrada e cavalleirosamente que viver con desgosto, quisera, qual hum dos Deçios romanos, lançar-se no meo dos imigos e matando nelles acabar seus dias. Comtudo, aconselhado por alguns cavaleiros castelhanos particulares que realmente o servirão e acompanharão nesta batalha, elles o tirarão de fazer cousa tão mal atendida e se recolheo a Castro Nunho onde foi con singullar exemplo de lealdade recebido e consolado pello muito valeroso e leal cavalleiro Pedro de Mendanha, que depois se passou a estes reinos, de quem procedem os Mendanhas que nelle ha. E daqui foi el-rei depois trazido a Touro per ordem do príncipe seu filho, que nesta çidade estava vitorioso. O qual príncipe, atee o tempo do desbarate da batalha d'el-rei seu pai, andou seguindo o alcance dos dous batalhões grandes ou seis alas que desbaratará, mas sabendo o que a el-rei aconteçera começou a recolher os seus que demasiadamente seguião os imiguos, no que não pôde tanto poer ordem que muitos se lhe não perdessem pello muito que se meterão e pouco resguardo que no alcance tiverão. E vendo o príncipe isto, com a mais gente se pos em hum tezo, e com alguns que se a elle acolherão da



batalha d'el-rei e com outros que ja fora de tempo (ao atar das feridas) vierão de Touro fez hum bom corpo de gente e hũa grossa e forte batalha sem nunca mover atras hum passo do lugar que tomou. E não çessava com trombetas e ataballes que fazia tocar a meude, e com fogos que mandou fazer, de dar sinal aos que andavão espalhados pello campo pera se recolherem a elle. E naquella noite, per dom Vasco Coutinho, conde que foi depois de Borba, foi preso o conde d'Alva de Liste, tio d'el-rei dom Fernãodo, irmão de sua mai, com quem, andando ambos reconhecendo o campo, dom Vasco se encontrara. Neste tempo, a gente d'el-rei de Castella, per ordem do cardeal e duque d'Alva se ajuntou noutra batalha tão perto da do príncipe [fl. 99] que se ouvião huns aos outros o que fallavão. E por ser ja noite çerrada se fazia a guerra somente de parte a parte con gritas e atabales e atambores que d'ambas as partes se tocavão, tendo-se cada huns por vençedores. O príncipe determinou tanto que amanheçese dar nelles, e pera iso pos sua gente en ordem, mas os castelhanos, reçosos disto, como sabião que el-rei dom Fernãodo não estava na batalha e era acolhido pera Çamora quiserão tambem tomar seu conselho, e sendo passada gram parte da noite, parecendo-lhe tempo seguro pera os nossos os não seguirem se partirão do campo poucos e poucos tomando o caminho da serra e dali pera onde lhes melhor pareço sem os ditos cardeal e duque seus capitães o poderem estorvar. E vendo elles como se lhe a gente acolhia e a segurãoça e sosseguo con que os nossos estavão, con a que lhes ficou se forão de noite pera Çamora o mais caladamente que poderão, e posto que dos nossos fossem sentidos, por a noite ser mui escura e cuberta de nuvens e nevoeiros misturados con chuivas, o príncipe não ouve por conselho abalar tras elles nem mover con sua gente do lugar onde estava, e assi lho aconselharão o arçebispo de Toledo e os mais capitães que ahi estavão, assi por o tempo ser tal como porque podia ser ardil de guerra e ficarem os imigos en lugar e parte de que não sendo bem vistos dos nossos na noite os podessem tomar no meo e fazer muito dano. Porem, o intento dos castelhanos não era mais que recolher-se a salvamento, en tanto que quando amanheço nenhum deles apareçia no campo nem nas montanhas, que de noite as passarão todas, ficando no campo o príncipe dom João con segura e perfeita vitoria e aparelhado a pellejar se achara com quem. E pera que este seu vençimento e gloria não pudesse receber duvida mandou os prezos e feridos a Touro e determinou



comforme ao costume dos reis e príncipes vencedores em batalhas reais de estar ali tres dias no campo feito senhor delle, esperando quem lho quisesse contrariar, pera clara de [fl. 99 v] mostraçõ de não aver quem. Mas o dito arçebispo, com muitas rezões e por sua autoridade e prudência, e assi outros capitães porfiarão tanto com elle encarecendo-lhe o muito que fizera em esperar ali toda a noite e parte do dia, e como sendo os imiguos partidos e não avendo con quem pellejar era em lei de guerra e cavallaria naquele caso asaz bastãote hora por dia, o fizerão abalar muito contra sua vontade pera a çidade de Touro, pera onde caminhou com bandeiras despreguadas guoardando en tudo a ordem que os vencedores costumão ter segundo lei e uso de cavallaria. Mas antes que conte o que particullarmente fez Guonçallo Vaz de Castelbranco, façamos sobre este soçesso e batalha hum breve discurso no seguinte capitulo.

Capitulo xLiii.

En que se prova que por ficar o príncipe vencedor no campo se não pode el-rei seu senhor e pai chamar vençido, e que da dita batalha de Touro tirou el-rei dom Afonso muita mais gloria que el-rei dom Fernão seu contrairo, e se trata daquelle grande e notavel feito de Guonçalo Vaz de Castelbranco, que por sua pessoa, e com çento e vinte de cavallo seus, foi o primeiro que rompeo a batalha dos imigos polla parte per que elles forão vençidos, en que tãoben se achou Martim Vaz de Castelbranco, seu filho, e se rellata o que por ambos dis Francisco de Sa de Miranda.

Todas as cousas da batalha de Touro passarão nesta forma e na maneira que se aqui relatão, nas quais he pera perguntar [fl. 100] aos castelhanos que afronta ou reves recebeo el-rei dom Afonso (a cuja conta cae tãoben a vitoria do príncipe pois el-rei era o geral de seu campo) que com iguual desconto da parte de Castella não ficasse satisfeito. Se comparamos as pessoas dos reis, fe-lo o nosso tão esforçada e valerosa-



mente como estaa dito, animando, esforçando e ajudando seus vassalos, sendo o primeiro en todos e maiores periguos naquellas partes onde os periguos prevalleçerão. E o seu rei não somente não entrou nelles, mas nen de longe esperou o bom ou mau soçesso, desemparando os seus em hum tal caso. Se tratamos do dano da gente, não o farei, nem podem elles conçerteza afirmar de qual parte morreo mais. Soo digo que dos que dos portugueses forão mortos a maior parte se acha que morrerão afogados no Douro por se lançaren a elle depois do desbarate da batalha d'el-rei. E os castelhanos, a ferro dos nossos morrerão todos nas forças inteiras da batalha. Se oulhamos aos despojos, todos os mais que os castelhanos ouverão forão as armas do escudeiro pobre do alferes pequeno con oito guiões e pendões que guanharão, que tudo per mandado de seu rei e rainha foi levado en sinal de grande triumpho a Tolledo e posto na capella dos reis da igreja maior de Nossa Senhora, que não podem ser mais fracos despojos de batalha real e que cuido que antes acanhão do que acreditão sua vitoria, maiormente pera quem se lembrar que tendo guanhada a nossa bandeira real (sem nenhuma quebra do nosso alferes que a tinha, antes con grande louvor e honrra por como nisso se ouve) a tornarão a perder pello esforço de hum portugues de pouca contia que lhe prendeo hum fidalguo honrrado que a levava. Finalmente, se a gloria e vitoria àquelle he julguada (e isto sobretudo finalmente se respeita) que no campo fica feito senhor dele. Pello que atras se contem ficara bem clara a determinação neste caso, assi que ousa a dizer não somente que o príncipe foi claramente o senhor da gloria e vençimento d'aquelle dia como todas nossas chronicas affirmão e [fl. 100 v] se conta que a rainha dona Isabel deu a entender no que delle disse sobre esta batalha, e o conde d'Alva de Liste mais claramente no que lhe respondeo quando, sendo preso, o príncipe se desculpou com elle de lhe tocar con o conto da lança, e o proprio rei dom Fernão do, como refere Guarçia de Resende, capitulo 153, mas que se pode afirmar que el-rei dom Afonso foi nesta batalha mais vencedor que vencido, pois, por suas gentes ficou o campo e ao menos seguramente con entender que guanhou nella muita mais honrra que el-rei seu contrairo.

E vindo a meu preposito dos serviços de Guonçalo Vaz de Castelbranco e intento deste sumario, se entre todos sen duvida nen contradição se



atribue o maior e principal louvor e gloria daquelle dia ao príncipe e sua gente, que inteiramente sen receber rota nem desbarate foi vencedor, quanta parte cabe ao dito Guonçalo Vaz de Castelbranco, cujo esforço e singular valor primeiro e entre todos tanto se sinalou! Notorio he que sendo o príncipe o primeiro capitão que mandou abalar contra os imigos, elle foi dos seus o primeiro que entre tanto numero de notaveis cavalleiros e famosos capitães, como de parte a parte avia, rompeo em pessoa e com os seus 120 de cavallo a batalha dos imigos que se desbaratou. Assi consta de Damião de Goes, capitulo 78 e capitulo 102, e do mesmo na *Chronica d'el-rei dom Manoel*, quarta parte, capitulo 70. Assi o diz el-rei dom Afonso nas doações que pouco depois desta batalha lhe fez de Villa Nova de Portimão por este e por outros seus grandes e estremados serviços, que são as pallavras formais da doação, como adiante en seu luguar veremos. E assi ultimamente o diz dom Antonio de Lima, que falla nomeadamente nos 120 de cavallo no seu livro de linhagens.

E se os prudentes e guerreiros romanos, ao primeiro que entrava na çidade que se combatia ou primeiro matava imigo ou salvava çidadão romano na batalha premiavão tanto e davão coroas çivicas, castrenses e outras de louvor e gloria, que coroas tão diferentes, que premeos tão ventejados [fl. 101] se devião a quem não trepou por muro, mas no meio do campo ante dous reis, foi o primeiro, não em matar hum imiguo, mas en romper batalhas delles e as desbaratar, e foi tanta parte pera se salvar, não a vida de hun çidadão seu, mas a de seu rei e príncipe? E à honrra d'ambos, porque por esta vitoria, destroço e rompimento que da parte dos do príncipe ouve contra os imigos, lhes defendemos suas honrras e os reputamos con rezão por vencedores daquella real batalha. Deste tão grande mereçimento que o dito Guonçalo Vaz de Castelbranco neste dia teve não careçeo o conde de Villa Nova, seu filho, Martim Vaz de Castelbranco que, sendo em idade de 19 anos, seguio, acompanhou e imitou bem os feitos do dito seu pai, como adiante, falando dele em particular, apontaremos no capitulo 66. E por assi ser e a estes tais serviços ajuntarem pai e filho outros muitos de iguoaal calidade na paz e na guerra, com rezão Francisco de Saa de Miranda, nas chronicas que emmendou, em a vida d'el-rei dom João o segundo, tratando d'algũas merçes grandes que o dito rei fez a tal pai e filho diz assi: ¶ “Ambos tais pessoas e de tanto valor e de tantos serviços a este reino que



ainda que as merçes forão grandes os mereçimentos não forão menos”. E eu diguo que forão maiores, com as quais palavras dou fim e remate a este capitulo não tão demasiadamente comprido quanto a graveza e calidade da materia pareçia requerer.

[fl. 101 v]

Titulo das dinidades, carguos e offiços que teve Guonçallo Vaz de Castelbranco.

Capitulo xLiiii.

Da ordem que se ha de levar nas cousas de Guonçallo Vaz de Castelbranco e nas do conde seu filho que se relatão neste sumario.

Porque nos capitulos atras ficão relatados en soma os serviços de Guonçallo Vaz de Castelbranco nas guerras d’Africa e Castella, e pera outros seus na paz não ha melhor ordem de prosseguir os muitos que elle fez en todas as materias de conselho, de estado, justiça e fazenda que declarar os carguos que de todas estas cousas teve e o como se nellas ouve, continuaremos com este intento, porque os offiços, assi como trazem consiguio dinidades e honrras, assi tãobem carguos e serviços que os que os tem fazem aos reis a quem nelles bem servem. E acabados os offiços passaremos às puras doações e merçes que lhe forão feitas e os respeitos e pallavras de honrra e confiança por que se lhe conçederão, e finalmente trataremos de con quem foi casado e dos filhos e filhas que teve e os morguados, rendas e bens que posohio atee sua morte. E por esta mesma ordem iremos nas cousas do conde dom Martinho, filho do dito Guonçalo Vaz, por que tantas e tais callidades, partes, mereçimentos e serviços e boas venturas como Deos deu a estes dous senhores, mui esclareçidos romos⁸⁹ desta nobre arvore e linhagem dos Castelbranco, fiquem particularmente relatados e se tenha delles a mais perfeita lembrãoça que podermos alcançar.

⁸⁹ Possível erro por “ramos”.



Capítulo xLb.

De quoando Guonçallo Vaz de Castelbranco foi feito do conselho [fl. 102] d’el-rei dom Afonso o quinto com a moradia delle e de como se ouve sempre en o aconselhar; com o treslado de hũa carta d’el-rei por sua mão pera e lle de França e dos respeitos per que no mesmo tempo en que foi do conselho se lhe derão os privilegios de veador da fazenda.

A tres de janeiro do ano de 1462, el-rei dom Afonso, por seu alvara que vi, tomou por do seu conselho com a moradia dos delle, que erão dous mil dozentos oitenta e seis reaes (que com dous mil da propria fazião quatro mil duzentos e oitenta e seis reaes), ao dito Guonçalo Vaz de Castelbranco, sendo elle de idade de 39 anos, tendo ja esperiência, não somente dos neguócios e cousas da corte, en que se criara servindo sempre nelles, mas das da guerra en que se ja achara em Africa com o dito senhor rei na tomada d’Alcaçer, como atras fica contado. E esta na verdade he a idade ja madura pera sezudo conselho, na qual não soamente o conselheiro pode ter das materias de paz e guerra a dita esperiência, mas o rei tãobem te-la delle de sua prudência, talento e partes. E ambos estes juizos raramente se podem açertar em mais tenrra idade que esta, por quão propria he nos mançebos toda a variação assi nos costumes como no entendimento e prudência. Mostra-sse o muito conhecimento que Guonçalo Vaz de Castelbranco tinha dos neguócios e a prova grande que de sua inteireza e bondade e suficiência tinha ja a este tempo dada a el-rei porque hum privilegio que no mesmo ano el-rei lhe deu en Coimbra a vinte d’agosto pera poder guozar de todos os previllegios e liberdades dos veadores da fazenda e desembargadores declara que era continuo na corte e geralmente servia como os sobreditos nos carguos [fl. 102 v] e neguócios, posto que em espeçial não tivesse o nome de cada hum dos ditos offiçios com elles. E repete el-rei que, vista sua continuação e serviços, e como era verdade que sempre o ocupava tanto como cada hum dos ditos offiçiaes mereçia, que pois nos trabalhos era partiçipãote com elles tivesse e guozase das mesmas



liberdades que lhe não erão menos neçessarias. E pera se entender quãoto el-rei dom Afonso açertou em a escolha que delle fez pera seu conselho e estado, e quanta satisfação sempre delle teve neste cargo bastará ler-se hũa carta que estando o dito senhor em França, quando foi pedir a el-rei Luis della socorro contra Castella, lhe escreveo de sua propia mão em Paris a 26 de janeiro de 1467⁹⁰, que posto que seja mui comprida não cuido que sera molesta a ninguem a lição della por a gravidade das pallavras con que aquelle príncipe falla en suas adversidades e nas materias dellas. E ainda que seja do tempo adiante deste, cabe aqui ao preposito de como se ouve Guonçalo Vaz no conselho. A carta diz assi, fielmente treslladada *de verbo ad verbum*.

Carta d'el-rei dom Afonso quinto pera Guonçallo Vaz de Castelbranco:

“Guonçallo Vaz, amigo, vi duas cartas que me enviastes: hũa me deu João Mendez, escudeiro do príncipe meu filho, a outra Fernão Luis. Quanto ao que dizeis do que sentis deste reino e do que eu devo parar mentes, çerto qua volo aguardo muito. Assi isto como todo al que me escrevestes e aconselhastes, conheço que vem de são amor que sempre tivestes a minha alma e a minha honrra e a meu serviço, mais do que pella ventura outros tiverão. E poderá ser que alguns averão castiguo de Deos, que o não ouverão de mim, porque as vontades dos homens são escondidas, e ainda que as maas tenham non se podem assi conhecer; e salvam-se dizendo: “assi me parece a mim”. E não são mais obriguado que dizer o que entendendo, o que às vezes he bem pello contraíro, e non sera maravilha que estes se arrependerão polla ventura mais que os outros e que se desejarão de [fl. 103] eu ser metido em neçessidades que ja lhe ora pesa, con tantas. Os joizos de Deos são escondidos, muitas vezes vem mal por bem por muitos respeitos, empero nós sempre cuidemos que nossos pecados são causa de nossos trabalhos, porque ao menos quando nos delles não arredarmos com medo da pena do inferno que com reço de perdermos as cousas do mundo deles nos afastemos. Vós melhor que outrem sabeis quanto eu este feito de Castella sempre reço; çerto, creio que não por mingua de co-

90 Entenda-se: “1477”.



ração, porque ainda que em poucas fosse lhe çegava o joizo da rezão e de min algũa cousa mais tenho conhecido, porque isto con verdade ouso de dizer. Empero, açitei este feito, Nosso Senhor o sabe, nom por prazer que esperasse de ver, soo con desejo de o muito servir. E reçeando que, se o nom fizesse, que ante elle fosse dino de culpa. En verdade que, da prata das igrejas, Deos sabe quanto a minha alma o sente, mas a grande neçesidade com a justa querella e afincados conselhos d'outrem me fez errar nesta derradeira parte. Enquãoto en Castella andei vos sabeis, e os outros, quanto com a paz me prazia e quantas reprehensões levei por ella, de tal maneira que çerto en todos os feitos de Çastella a mim pareço (porque em isso e na maior parte dos conselhos eu era singular) que eu tinha o siso torvado. E, como a Nosso Senhor Jesu Cristo, ora me asacavão hũa cousa ora outra, dizendo que com desesperação queria morrer, se lhes alguma cousa requeria que lhes pareça perigoza de fazer. E porem, sei bem que, ainda que lhes pez, conhecem aguora que aquellas erão cousas de cavaleiro e príncipe pera se o feito acabar, e nom pellos passos em que fomos. Se dizia que nos conçertassemos, dezião que com mingua de coração o fazia. Enquãoto em Portugal estive en cousas de guerra, eu sempre mais fiz o que a mim pareço bem que seguir conselho e prazer d'outrem, mas quando entrei en Castella tomei por fundamento estar, enquãoto pudes-se, pello que a maior parte parecesse, em especial dos castelhanos, por eu entender que tinham melhor imformação das cousas daquella terra e me eu delles muito fiar, avendo que Nosso Senhor menos carreguo me daria do que se dhi seguisse [fl. 103 v], tendo reço de se poder dizer por mim o que ora por o duque de Borguonha se diz, que era homem de sua cabeça e que por isso se perdeo. Se vin a estas partes, não foi por al senão por ver se com meu perigo ou trabalho podia salvar Portugal e ganhar Castella, e quando todo não podese eu seria comtente do que a Portugal pertença. Neste termo estou. E pelo que envio dizer ao príncipe meu filho, podeis saber as cousas de qua como estão ora. Pera escusar mais desejo de vingança nem cobiça de honrra do mundo, senão fazer o que for mais serviço de Deos e bem de minha alma e consciência, praza a elle, Nosso Senhor, que mo leixe em ben conhecer. Não ha em mim paixão, louvores a elle, porque⁹¹ nem em Portugal não ha pessoa que mais daa os trabalhos delle que a mim, mas não sei outro melhor remedio nem mais são caminho

91 Segue-se espaço em branco.



pera minha alma. D'aguora ao diante não sei o que sera, peço a Sua misericórdia que me non leixe ser enganado. Quanto ao cargo que vos leixei de minha consciência, e assi o que vós ja d'antes tinheis de minha fazenda, ei por certo que tudo fazeis e aveis de fazer mui bem e vos encomendo que ajaes paciência com o trabalho que laa sei que vos dara porque não he este o menos serviço que en conta tenho e nisto não sinto aguora outra cousa de novo que vos aja de escrever. Quãoto ao feito da finta, todo o que o príncipe meu filho fizer assi em isto como em al ei d'aver por bem, posto que a mim se sigua daqui asaz trabalho por mingua de dinheiro. A vossa molher dai minhas saudações e lhe dizei que lhe rogo que me encomende a Deos porque eu creio que ella o fara con tal vontade e depois por sua virtude que espero que Nosso Senhor lhe outorguará tudo o que pedir. De Martim Vaz vos não escrevo porque elle tera cuidado de o fazer. E quero que saibais que eu são delle ben contente e hum dos trabalhos e serviços que me faz he ler vossas cartas. Escrita em Paris, a 26 dias de janeiro de 1477. Das outras cousas que me escrevestes per outras cartas vos respondo.”

Capitulo xLbi.

De como e quando [fl. 104] Guonçallo Vaz de Castelbranco foi monteiro mor e almotaçe moor.

O primeiro ofício que dom Antonio de Lima no seu livro de linhagens declara que teve Guonçalo Vaz de Castelbranco he o de monteiro moor, dizendo assi: ¶ “Primeiramente foi monteiro moor, e este ofício lhe deu seu tio Nuno Vaz”. Porem, Nuno Vaz seu tio, irmão de seu pai, e o mais velho dos sete que forão a Çeita, não acho que fosse monteiro moor, senão veador da fazenda como atras fica dito; e o ofício de monteiro moor teve Lopo Vaz de Castelbranco, pai do dito Guonçalo Vaz e delle ficou a Nuno Vaz, o almirante, seu filho, irmão do dito Guonçalo Vaz, de quem imos falando como se atras declarou, capitulo 15 e 16. Assi que se Guonçalo Vaz o ouve por renunçiação de Nuno Vaz, foi de Nuno Vaz, seu irmão, e não de Nuno Vaz seu tio; e ainda en seu irmão faz dificultade muito grande e quasi sen reposta hũa carta e provisão do dito rei dom Afonso do ano de 1474, a sete de outubro, en que concedendo ao dito Nuno Vaz almirãote as dizimas das



sentenças condenatorias que se dessem na villa de Moura por quaisquer juizes ou justiças que poder tivessem de julgar o nomea por seu monteiro moor. Contudo, a arvore que tem dom Manuel de Castelbranco, de que fiz menção no capitulo Xº, da tãobem este ofício ao dito Guonçalo Vaz e o mesmo se diz no letreiro de sua sepultura, que estaa em São Martinho desta cidade de Lixboa e he tradição antiga entre os seus descendentes, em cujo poder, entre os papeis que do dito Guonçalo Vaz ficarão, se acha hũa provisão d’el-rei dom Afonso em purguaminho, como erão as daquelle tempo, sobre a louça e meudezas de casa que os mouros moradores de Lixboa erão obriguados a dar d’apousentadoria ao monteiro moor e aos monteiros cada vez que el-rei viesse a Lixboa. E he o dito alvara feito em Sãotarem a dous d’abril de 446, aos 23 anos da idade do dito Guonçalo Vaz. E por nelle se não declarar o nome proprio do monteiro moor, senão o do ofício, não pode aver por elle certeza se este monteiro moor de que falla era o dito Guonçalo Vaz, posto que tem nas costas hũa cota de dom Martinho de Castelbranco seu bisneto, senhor de Villa Nova, que [fl. 104 v] o afirma⁹²; e Damião de Goes na *Chronica d’el-rei dom Manoel*, 4ª parte, capitulo 70, entre os mais ofícios que adiante poremos lhe atrebue tãobem este.

¶ No offício do almotaçẽ moor não ha nenhuma duvida que o teve o dito Guonçalo Vaz, o qual então andava em fidalguos mui illustres e de muito sangue e assi se conservou atee el-rei dom João o segundo, como se verá pella sua chronica que Guarçia de Resende compos, onde em diversas partes (se mal não sou lembrado) nomea alguns desta calidade que o tiverão, e tãobem na ida que escreve d’el-rei dom Manoel a Castella a jurar-se por príncipe, onde nomea dom Nuno Manoel almotaçẽ moor, e Damião de Goes, primeira parte da chronica, capitulo 26. E posto que, como digo, consta que este ofício foi do dito Guonçalo Vaz, assi por o dito livro das linhagens de dom Antonio de Lima e o da Torre do Tombo e arvore e letreiro sobreditos, como per muitas provisões d’el-rei en que delle faz menção de que algũas apontaremos adiante e mil outros documentos, contudo não lhe acho a carta delle pera saber e poder aqui escrever o tempo da data. No testamento que o dito Guonçalo Vaz fez quando

92 Na margem superior esquerda, em letra do século XVII: “no livro 3º dos Místicos fl. 99 se acha Gonçalo Vas nomeado per monteiro mor na merçe que el-rei dom Afonso 5º lhe fes dos bens que perdeo Gil Annes enteado de João de Lixboa pellos perder per se achar na batalha d’Alferobeira na que foi facta no anno de 449 a 12 de julho”.



foi com el-rei na tomada d'Arzila, escrito de sua letra (terrivel de ler), declara elle que sua alteza lhe tinha senificado que daria o dito seu ofício d'almoçãe moor por sua morte a seu filho segundo, a quem nomea por Pedro, e foi dom Pedro de Castelbranco, que naquelle tempo era muito pequeno e servia ao príncipe dom João, rei que foi o segundo do nome, que pera elle pedio a el-rei seu pai o dito ofício. E ainda que não tinha alvara avia o testador a dita merçe por çerta e infalivel, como por mui acomodadas palavras e de muita obriguação pera sua alteza declara. E fazendo esta conta, manda que fallecendo elle e sendo o dito seu filho em idade pera não poder servir que se escolha algum parente seu que ande na corte a que se encarregue a serventia do dito carguo ou outro fidalguo que com elle tenha rezão e amizade, e acreçenta estas palavras formais:

¶ “E seja bom por que eu descarregue a consçiença, e seja fora d'afeição porque pode muito trabalhar o povo e pouco segundo vir que cumpre e não segundo openião de se mostrar bom oficial”.

Da qual lembrança se bem colige quanta elle tinha de sua alma e quãoto mais cuidado nelle avia de fazer o que devia [fl. 105] a sua obriguação, sem vexação indevida e opressão injusta do povo, que de guanhar terra e melhorar em valia como rei por meios indeçentes e maos e perigosos à conçiença. E bem he de crer que este modo que elle, morrendo, encomendava ao soçessor que tivesse no dito carguo guoardaria por si muito perfeitamente nelle e se averia como en todos os mais sempre ouve, como infinitas vezes el-rei declarava nas cartas de cada hum que lhe dava, mas mais em particullar se prova isto por hũa provisão d'el-rei a 30 de maio de 463, em Alanquer, pella qual ouve por bem que o dito Guonçalo Vaz usase de seu ofício d'almoçãe moor en Santarem assi como nos mais luguares do reino, sem embargo de hũa carta de sua alteza que a villa alegava por si, porquãoto a carta fora passada por respeito de Pedro Lourenço d'Almeida, almoçãe moor que antes fora, do qual a villa se queixara por receber delle muita opressão. E declarou el-rei que esta carta e rezão não avião lugar no dito Guonçalo Vaz, dizendo estas palavras:

¶ “E visto por nós todo, e como o dito Guonçalo Vaz nos serve mui bem no dito ofício e com o menos trabalho e opressão que pode dar à dita villa,



antes sua tenção he se aver sempre mui bem e temperadamente con todos os lugares de nossos reinos e a dita vila não tem sospeição algũa como tinha ao dito Pedro Lourenço, por cuja causa de nós ouve a dita carta, etc. A qual era pera o almotaçe moor não usar de seu ofício na dita villa e os ofíciaes della servirem el-rei no provimento da corte. Tratei disto aqui sem me constar da data da carta deste ofício, como atras aponteí, porque na que se lhe passou pera ser do conselho no ano de 62, segundo dissemos no capitulo preçedente, ainda se lhe não nomea este carguo, e no ano de 64, en que lhe forão dados outros como veremos no capitulo seguinte, ja se faz menção delle nas provisões com este carguo de almotaçe moor, per onde se mostra que entre hum tempo e outro lhe foi dado, que erão pouco mais ou menos aos 40 anos de sua idade. E deste offício lhe tinha el-rei de palavra feito merçe pera o filho segundo no tempo da jornada de Arzilla como diz seu testamento e açima mais larguamente fica dito. E no ano de 479 lhe conçeдео el-rei que hũ almocreve seu en Santaren nunca fosse tomado por nenhuma neçessidade nen do rei nem do príncipe.

[fl. 105 v]

Capitulo xLbii.

De quoando e como Guonçallo Vaz de Castelbranco foi feito escrivão da puridade e veedor moor das obras e residuos do reino e depois veedor da fazenda.

Por Guonçalo Vaz de Castelbranco, assi como por o conde de Vila Nova, seu filho, se pode dizer con rezão o que por hũ delles se disse: que forão tulha d'ofícios, aludindo a Tullio *De Oficiis*, porque, como o seu talento, bondade e inteireza era geral pera todas as materias e en todas betava mui bem, os reis a quem servirão, que isto sentião e esprementavão delles en toda a diversidade de cargos grandes, se aproveitavão e logravão de sua sufiçiença, como se poderá entender do que neste summario d'ambos di-sermos e do que escreve delles Guarçia de Resende na *Chronica d'el-rei dom João o segundo*, capitulo 58, e Damião de Goes na d'el-rei dom Manoel, quarta parte, capitulo 70. E porque juntamente en todos não podião servir (que não he possivel acodir a obriguações tão diverssas e que



tantas vezes se encontrão no tempo e são incompatíveis) davão-lhe huns e mãodavão-lhe larguar outros conforme a maior ou menor neçessidade que de seu serviço tinhão o rei e o reino em cada materia. Dentro do ano de 464, que erão os 41 de sua idade, deu el-rei tres mui prínçipaes carguos a Guonçalo Vaz de Castelbranco sobre o que ja tinha de almotaçee moor, tendo nisso a maneira que aqui se dirá. A çinco d'abril do dito ano de 64, em Evora, lhe mandou passar carta dos ofícios de escrivão da puridade e veedor moor das obras e residuos do reino por morte de Dioguo da Silveira que as tivera, na qual diz que lhe faz merçe delles avendo consiração à bondade, discrição e lealdade de Guonçalo Vaz de Castelbranco, fidalguo de sua casa, do seu conselho e seu almotaçee moor, e assi aos muitos e grandes serviços que delle tem recebidos e continuadamente recebe, desde ahi a criação que nele fez, desejando por isso de o acreçentar e fazer-lhe merçe. E ao primeiro de outubro do mesmo ano, em Coimbra, fez por sua carta seu veedor da fazenda na vagante de dom Fernãodo de Castro por as mesmas pallavras e respeitos que aguora [fl. 106] acabei de relatar no ofício de escrivão da puridade, o qual o dito Guonçalo Vaz largou e el-rei lhe mandou que o de almotaçee moor ficasse servindo juntamente com o de veedor da fazenda, conhecendo dele (diz sua alteza na carta) “que destes ofícios, ainda que sejão de grão confiança e trabalho, e de quaisquer outras cousas de que o encarreguarmos, que por nos servir aja de fazer nos dará sempre mui bom conto e servirá sempre lealmente como atee ora fez”. E concede-lhe el-rei que en quaisquer juizes e justiças que lhe desobedeçerem nos ditos ofícios e seus mandados não fizerem possa executar as penas que vir mereçerem porque assi o ha por bem. Estava o dito Guonçalo Vaz ao tempo que foi feito escrivão da puridade, veedor moor das obras e residuos e veedor da fazenda pella maneira que neste capitulo fica dito, em 41 anos de sua idade.



Capítulo xLbiii.

De como e por que respeito Guonçallo Vaz de Castelbranco foi feito regedor da justiça da casa do çível e foi o primeiro que se depois chamou guovernador della e os poderes que teve.

Tinhão resultado ao bem comum do rei e do reino ate o tempo en que ficamos no capitulo passado grandes utilidades dos notaveis serviços de Guonçallo Vaz de Castelbranco por sua criação e continuação na corte, por seu esforço na guerra, por seu conselho e segredo nas materias do estado nos cargos de ser do conselho e escrivão da puridade, por sua industria e ordem nas obrigações de almotaçe moor, por sua prudência e guoverno e fidelidade nos ofícios de veedor moor das obras e residos e veedor da fazenda do reino. Ficavão soo as materias de justiça, nas quais el-rei dom Afonso quis que o reino tãooben [fl. 106 v] guozase mais perfeitamente da lealdade e inteireza de tão perfeito e illustre varão. E não são isto pallavras de encarecimento, mas ficão muito aquem das que ambos os reis dom Afonso e dom João o 2º põem nas cartas de regedor da casa do çível, de que loguo ei de fazer menção.

Era assi que particullarmente nas materias de justiça tinha el-rei tanta confiança de sua virtude e grande juizo que depois de escrivão da puridade e veedor da fazenda e dos mais carguos que con estes teve o obriguava a votar en casos crimes quando, indo el-rei pello reino, soçedia não levar letrados consiguu. E era isto tão continuo que lhe passou hum alvara pera que o votar nos ditos casos lhe não prejudicasse ao privilegio das ordens que então se usava nos clerigos casados, visto como soo por especial mandado de sua alteza e sem outro respeito, nem obriguação de ofício mais que com prazer e obedeçer a el-rei o fazia, segundo se declara no dito alvara feito en Covilhã a 13 de julho de 470. Assi que atee pera carguos de justiça não soamente teve natural, mas esperiência. Movido el-rei desta çerta confiança de Guonçalo Vaz, de que se nunca achara enguanado, no ano de 481, em Almeirim a 22 de fevereiro, aos 58 anos de sua idade, que foi o en que sua alteza faleçeo, lhe deu o ofício de regedor da Casa do



Çivel da çidade de Lixboa assi como o tivera o conde de Penella, ultimo antecessor, e os outros regedores que ante elle forão, qualquer que o mais inteiramente e o melhor ouvesse tido, como a carta delle exprime. E não se contenta el-rei con dizer isto nem declarar no princípio da carta os muito grandes e continuados serviços que delle tinha recebido e quanto confiava de sua lealdade e descrição, que lhe daria de si neste carguo tão boa conta como dera en todas as cousas de que tee então o emcarreguara, mas acreçenta que o faz por o sentir por muito seu serviço e bem destes seus reinos. E por que não parecessem clausulas comuns ou pallavras tabalioas postas acaso, torna no fim da dita carta a repetir estas formais pallavras:

¶ “A qual merçe lhe fazemos por seus grandes mereçimentos e pello co-nheçermos pera ello muito pertencente e o semtirmos assi por muito serviço de Deos e nosso e bem destes nossos reinos”. E fallecendo el-rei dom Afonso no fim do dito ano, el-rei dom [fl. 107] João seu filho lhe mandou por postilla na mesma carta per que lhe fazia merçe do dito of-
fício assi como o tivera en vida de seu pai, e en seu nome se lhe tornou a passar outra com as propias palavras de confiança e honrra nos propios luguares iguoalmente repetidas, feita a seis de outubro de 482. E Guarçia de Resende, na chronica que compos do dito rei, capitulo 58, e Françis-co de Saa de Miranda, no propio luguar, encareçem esta mesma e grande confiança per que se el-rei demoveo a encarregar deste carguo e ofício a Guonçalo Vaz de Castelbranco. E porque mostremos isto mais que em palavras não podendo el-rei dom João melhorar as suas das d’el-rei seu pai avãotejou-se nos grandes poderes que com o dito ofício deu ao dito Guonçalo Vaz, acreçentando-lhos cada vez mais com diversas provisões em breve tempo, con que vem a ser os mais e maiores que nunca regedor da casa da supricação teve, e parece que comprehendem o seu regimento e o do chançarel moor e desembargadores do paço e correedores da corte todos jumptos, os quais são os seguintes:

¶ Que pudesse mandar rever qualquer feito çivel ja despachado por pes-soas que poder tivessem de desembargar depositando a parte condenada trinta escudos d’ouro.



¶ Que pudesse dar cartas de seguro em casos de morte antes dos seis meses e antes dos trinta dias em casos de feridas abertas.

¶ Que pudesse dispensar por algũas neçessidades que os bens não ficassem pera o residuo posto que fosse passado o ano, e isto por seis meses por hũa vez.

¶ Que não reęebesse sospeição que lhe fosse posta que lhe não prouvesse, salvo nos seus feitos propios e de sua mai e de seus filhos e nos feitos de dom Alvaro d'Ataide, seu consogro, e do filho do dito don Alvaro, seu genro, dom Pedro d'Ataide, e dos mais seus genrros e dos criados continuos de suas casas ou algum outro em que elle en sua conscięcia se sentisse sospeito.

Tudo isto lhe conęedeo por hũ alvara feito em Evora a 26 d'agosto de 482, e que podese pôr os passes das cousas sobreditas e fazer tudo o sobredito.

¶ Assi mais mandou el-rei por outro alvara tãobem feito em Evora, a 16 de julho do dito ano, que os ordenados dos desembargadores e offiçiaes da dita casa do çivel se lhe não pagassem, [fl. 107 v] salvo per alvaras do dito Guonçalo Vaz de Castelbranco so pena de aos offiçiaes e tesoureiros que o contrario fizessem lhe não serem os ditos ordenados levados en despesa. E o seu ordenado de regedor erão setenta e çinco mil reaes, que era ordenado do dito ofiço, como se declara na provisão delle.

¶ Por outro alvara, de 26 de julho do sobredito ano de 482, lhe conęedeo mais sua alteza que pudese cumutar quaisquer penas de degredo pera os luguares do reino pera que então se degradava, como se fosse o degredo de dous anos e dahi para baixo e assi as penas de outras cousas mais leves a dinheiro pera repairo das obras da dita casa do çivel.

¶ En tempo do dito regedor Guonçalo Vaz se ordenou nas cortes pera capitullo dellas feito em Evora (en que o dito Guonçalo Vaz assistio e foi hum dos fidalguos prinçipais eleitos por difindores) que as appellações crimes de comarca da Estremadura viessem a casa do çivel assi como hião as da çidade de Lixboa, de que el-rei mandou passar provisão dirigida ao dito



Guonçalo Vaz, escrita em Evora a 17 de julho do dito ano de 482, e depois se incorporou nas *Ordenações*, livro 2º, titulo 26, § 13, e livro 3º, titulo 56, § 2. Ouve mais em seu tempo outra mudança, que foi aver el-rei por bem que o presidente da justiça da dita casa, que se atee então chamara regedor se chamasse guovernador de Lixboa e casa do çivel, e elle foi o primeiro que este titulo teve, como escrevem os ditos Guarçia de Resende e Françisco de Saa de Miranda. E do ano de 485 por diante acho que lhe chamou el-rei nas provisões guovernador.

Capitulo xLix.

De como Guonçallo Vaz de Castelbranco foi testamenteiro d'el-rei dom Afonsso o quinto.

Quem ler os capitulos preçedentes poderá cuidar que apos tantos e tais carguos do estado, fazenda e justiça não ficava a el-rei dom Afonsso outra cousa de que encarregar a Guonçalo Vaz de Castelbranco de tanta confiança como as passadas, mas elle [fl. 108] nesta derradeira a mostrou maior que en todas, que foi en confiar d'elle sua alma e consçiençia fazendo-o seu testamenteiro, como consta da sua carta que lhe de França escreveo, que atras fica treslladada, capitulo 45. E pello que a este preposito toca se torna aqui a repetir a clausula que a isto pertence, que he a seguinte:

¶ “quanto ao carguo que vos leixei de minha conçiençia, e assi o que vós ja d’antes ereis de minha fazenda, ei por çerto que tudo fazeis e aveis de fazer mui bem e vos encomendo que ajais paçiençia com o trabalho que laa sei que vos dara porque não he este o menos serviço que eu en conta tenho, e nisto não sinto aguora outra cousa de novo que vos aja de escrever.”

E pera que se saiba que na dita verba se trata deste carguo de testamenteiro se ha de advirtir que el-rei dom Afonsso quando foi pera França, no ano de 476, aos 53 da idade de Guonçalo Vaz, fez seu testamento e o deixou e entregou ao dito Guonçalo Vaz pera lho comprir perante o príncipe dom João seu filho. Consta isto per hum conhecimento que Pedro d’Alcaçova, escrivão da fazenda (avo do conde da Idanha que oje he), deu ao conde de



Villa Nova, filho do dito Guonçalo Vaz quando, no ano de 1494, depois do dito Guonçalo Vaz ser fallecido, o dito conde seu filho fez entrega a el-rei dom João do dito testamento d’el-rei seu pai e de outros papeis a elle pertencentes que sua alteza mandou se entreguassem ao dito Pedro d’Alcaçova pera os ter en guarda. E o conhecimento diz assi:

¶ “Sejão çertos os que este conhecimento virem que eu Pedro d’Alcaçova, escrivão da fazenda d’el-rei nosso senhor, reçebi do senhor dom Martinho, veedor da fazenda do dito senhor, estas cousas que se adiante seguem:

o testamento que fez el-rei, que Deos tem na Sua Santa Gloria, das cousas que deixou ordenadas pera descarguo de sua alma;

¶ hũa carta que escreveo a dom Guonçalo por sua mão, en que lhe noteficava como lhe deixava o dito testamento e entreguava presente o príncipe seu filho, el-rei nosso senhor;

¶ hũa folha de itens que se fizerão por o dito dom Guonçalo con declaração da maneira que se avia de cumprir o dito testamento;

¶ hũa carta delle dito seu filho per que escreveo ao dito senhor seu padre que mandava cada hum ano apartar çinco milhoes de reaes pera pagamento das ditas dividas.

O qual testamento e cousas sobreditas o dito dom Guonçallo [fl. 108 v] deixou a seu filho pera dar tudo a sua alteza. E em lhas apresentando, o dito senhor lhe mandou que entreguasse assi todo a mim, Pero d’Alcaçova, pera o ter em guarda e fazer delo o que sua alteza me mamdasse quando assi o ouvesse por seu serviço. E por verdade de todo lhe dei este meu conhecimento feito por Rui Mendez, contador de contos, que pera mais lembrança tomei por testemunha oje en Lixboa, a 13 dias de fevereiro de 1494 anos”.

Pello teor do dito conhecimento se entenderá claramente o que atras fica dito. E entre os mais ofícios e carguos que o dito Guonçalo Vaz teve, este de testamenteiro d’el-rei dom Afonso apontou o camareiro moor dom



Françisco de Castelbranco, seu neto, em hũa carta de agravos que escreveu a el-rei dom João o terceiro e se poem na sepultura do dito Guonçalo Vaz em São Martinho desta çidade de Lixboa e he cousa sem duvida.

Forão testamenteiros do dito senhor rei, alem do dito Guonçalo Vaz de Castelbranco, o príncipe dom João seu filho e o arçebispo de Lixboa, aos quais sua alteza encomendou este carguo por estas pallavras:

¶ “E lhe roguo que por reverençia de Deos este carguo queirão aceitar e nisso obrem con aquela vontade e deligençia que he rezão e eu delles espero, assi como bons e fieis amigos, consirando que a lealdade e amor que a min devem então sera maior tempo de se mostrar e conhecer.”

[fl. 109]

Seguen-se as merçes e doações que forão feitas a Guonçallo Vaz de Castelbranco.

Capitulo L.

Da merçe da honrra do Sobrado e quintã de Santa Comba, que el-rei dom Afonso deu de juro a Guonçallo Vaz de Castelbranco, ano de 1459.⁹³

A primeira merçe das notaveis que el-rei dom Afonso, que Deos tem, (grande gualardoador de serviços leais e esforçados vassalos) fez a Gonçalo Vaz de Castelbranco acho que foi a doação que lhe fez da honrra do Sobrado, que he en terra de Paiva, bispado de Lamego, con toda jurdição e con todas as honrras, liberdades, foros e direitos reais, casais e mais bens a ella pertencentes, de juro e herdade pera elle e seus filhos e netos e descendentes; da qual honrra fora ja senhor Gonçalo Vaz de Castelbranco, avo delle, como atras, capitulo 12, fica contado. E por virtude desta doação o dito Gonçalo Vaz punha ouvidor e juizes na dita honrra, como me constou per hum estromento feito na dita honrra a 25 de julho de 1473, no qual

⁹³ Na margem direita em letra do século XIX: Penaguião.



tempo era nella juiz Dioguo Afonsso, e ouvidor João Rodriguez Aranha, escudeiro do dito Gonçalo Vaz. Juntamente fez o dito rei merçe por a mesma carta da quintã de Santa Comba, que he en terra de Penaguaião, con todos seus privilegios, casais, coutadas, direitos, rendas, liberdades, ao dito Gonçalo Vaz, tãobem de juro e herdade, na forma sobredita em Evora, a 20 de fevereiro, ano de Christo 1459, que era o ano seguinte depois do dito rei dom Afonsso ter passado a primeira vez em Africa e ganhada a villa de Alcaçere, e com elle na dita jornada fora o dito Gonçalo Vaz de Castelbranco, segundo atras tudo en seu luguar fica contado. E pera se entenderem os serviços que nesta jornada e em outras cousas de muita importância tinha feito a el-rei ja neste tempo bem bastarão as palavras da dita doação, que dizem assi:

¶ “Dom Afonsso, etc. Fazemos saber que considerando nós aos muitos e estremados serviços que reçebidos temos de Guonçalo Vaz de Castelbranco, fidalgo da nossa casa, e aos que delle ao diante esperamos [fl. 109 v] receber”, etc. Demonstrão bem estas palavras a calidade e importância dos serviços a que el-rei, per desacostumadas palavras, alem de “muitos” chama “estremados”. A dita honrra do Sobrado passou ao conde dom Martinho, seu filho, que dela foi senhor como en seu luguar disemos, porem, a dita quintã de Santa Comba vendeo con liçença del-rei en sua vida o dito Gonçalo Vaz de Castelbranco, segundo se refere na carta que foi passada ao dito conde de comfirmação da dita honrra do Sobrado por el-rei dom Manoel em Estremoz, a 18 de janeiro de 1497.

Capitulo Li.

Dos direitos de Santarem, que foram dados a Guonçallo Vaz de Castelbranco ano de 1472 por el-rei dom Afonsso o quinto.

Continuando el-rei dom Afonsso em cumprir quãoto nelle foi hũa das principais obrigações do ofício de rei, que he remunerar com premio aos bons tão devida e importante como castiguar com pena aos maos, estando na villa de Santarem no ano de 1472, a 14 de maio, fez merçe a Gonçalo



Vaz de Castelbranco dos direitos da dita villa de Santarem e de todos os foros que na dita villa e seu termo a el-rei pertenção aver dos propios que nella tinha, e assi lhe fez merçe do reguengo de Chantas e renda delle, que estaa no termo da dita villa, assi como atee então pera a fazenda real se arrecadava e melhor, se melhor podesse ser. E os respeitos por que se a dita merçe fez declara a carta della por estas palavras:

“Dom Afonso, etc. Fazemos saber que consirando nós os muitos serviços e continuados que temos recebidos de Guonçalo Vaz de Castelbranco do nosso conselho e nosso veedor da fazenda e almotaçee moor, e querendo-lhos gualardoar em algũa parte como a nós cabe por darmos de nós aquelle exemplo que os virtuosos reis e príncipes en tais casos devem, temos por bem”, etc. A qual merçe, el-rei dom João o segundo, no ano de 482, que foi o seguinte depois do fallecimento d’el-rei seu pai, confirmou ao dito Gonçalo Vaz de Castelbranco [fl. 110] sendo regedor da justiça en a casa do çível. E posto que a dita merçe fosse concedida por el-rei dom Afonso primeiramente ao dito Gonçalo Vaz somente en sua vida, depois, indo de caminho pera Castella em Portalegre a 24 d’abril de 475, lhe fez merçe que a dita doação passase a seu filho depois de sua morte ou vauando per outra qualquer maneira, e que se os ditos direitos reais, foros e reguengos vaguassem que do tempo da carta pera então avia loguo por-metida da posse ao dito seu filho e mandava que a doação tivesse não menos força e vigor que se loguo por a dita carta ouvesse a posse dos direitos e reguengos nella declarados, exprimindo el-rei que o avia assi por bem pellos muitos e estremados serviços que continuadamente tinha recebidos do dito Gonçalo Vaz de Castelbranco do seu conselho, seu veedor da fazenda e almotaçee moor, e porque o sempre achara fiel e leal servidor e por a criação que tinha feita em Martim Vaz de Castelbranco, fidalguo de sua casa seu filho. E porque naquelle tempo por justos respeitos el-rei ordenou que nenhuma merçe sua vallesse sen consentimento do príncipe seu filho, como o refere Damião de Goes no sumario da chronica do dito príncipe, capitulo 48, el-rei dom Afonso, sentindo en si eficaz obriguação pera esta merçe que fazia a Gonçalo Vaz pera seu filho aver efeito, foi tãobem lembrado de dar ordem en o consentimento do príncipe se aver loguo, que hei que muito maior honrra e merçe fez nisso ao dito Gonçalo Vaz e a seu filho do que importava o proprio da dita doação, posto que era



de algũa sustança e rende oje mais de çento e çincoenta mil reaes. Diz o príncipe assi na carta do dito consentimento:

¶ “Visto por nós seu requerimento e como o dito senhor, antes de sua partida, no-lo requereo por elle e ainda nos escreveo ora de Castella mui encarreguadamente que lhe quisessemos dar o dito consentimento, avendo respeito aos muitos serviços que o dito senhor tem delle recebidos, e por conseguinte nós, e que desta e de qualquer outra merçe que lhe o dito senhor faça pera o dito seu filho he della mereçedor, e como o dito seu filho anda em serviço do dito senhor em Castella, a nós praz delo e lhe damos nosso consentimento, a 29 d’agosto do dito ano de 475, em Estremoz.” Não sei eu, certo, que maior satisfação de serviço nem mais honrr[o]sa⁹⁴ podia desejar hum leal servidor e tão principal fidalguo que o amor e honrras e pallavras e obras com que seu rei e príncipe lhe fazião taes merçes.

Depois, no ano de 476, a dez d’abril, el-rei dom Afonsso, estãodo [fl. 110 v] de Touro, fez merçe ao dito Guonçallo Vaz por sua carta, na qual o príncipe tãobem pos por sua letra o seu consentimento, que estes direitos ficassem por sua morte a seu filho mais velho, com os de Villa Nova de Portimão e o ofício de veedor da fazenda.

Capitulo Lij.

Das doações que el-rei dom Afonsso o quinto e o príncipe dom João seu filho fizeram a Guonçallo Vaz de Castelbranco dos direitos novos e velhos da judaria de Coimbra, ano de 476.

Erão tão grandes os mereçimentos dos serviços de Gonçalo Vaz de Castelbranco, especialmente na real batalha de Touro, foi tão avantejado de todos e sinalado seu esforço que o príncipe dom João, en cujas batalhas se elle achou como atras fica contado, não lhe pareço que satisfazia a sua obrigação com as merçes das doações de Villa Nova de Portimão e outras

94 No ms.: “honrassa”; escrito inicialmente “honra”.



que el-rei seu pai fez nese tempo ao dito Gonçalo Vaz de Castelbranco, mas entendeo que de sua propria fazenda e assentamento que pera sua casa d’el-rei tinha era rezão e obriguação propia de tal primçipe dar algũa mostra de remuneração a tal era rezão e obriguação propia de tal primçipe dar algũa mostra de remuneração a tal vassalo, pello que no ano de 476, que foi o mesmo da dita batalha, a 29 de julho, na çidade do Porto, lhe fez o dito senhor prinçipe por sua carta merçe de todos os direitos reais da judaria da çidade de Coimbra, que se chamava “o serviço real dos judeus della”, assi e tão interiramente como se pera o dito prinçipe arrecadavão. E os respeitos da dita merçe declara sua alteza na carta por estas pallavras: ¶ “Dom João, per graça de Deos prinçipe primogenito e herdeiro, etc. Fazemos saber que consirando nós os muitos e grandes serviços que temos recebidos de Gonçalo Vaz de Castelbranco do conselho d’el-rei meu senhor e veedor de sua fazenda e seu almotaçee moor, e como nos servio mui bem e com muita gente na batalha de Castro Queimado que o dito senhor ouve com el-rei de Sizilia e foi nella connosco, e querendo-lhe fazer graça e merçe”, etc. Pela qual clausula, alem da notiçia que dá da muita [fl. 111] gente que na dita batalha real teve sua o dito Gonçalo Vaz e como se nella ouve, se mostra tãoobem que alem deste e dos mais serviços que o dito Gonçalo Vaz de Castelbranco tinha feitos a el-rei e ao reino erão tãoobem muitos e grandes os que o prinçipe particulamente tinha recebidos del-le, conforme as sobreditas palavras da carta desta doação. E porque na dita judaria de Coimbra ficava ainda outro serviço real, que se chamava “o serviço novo” e não era do prinçipe, mas se arrecadava por el-rei, loguo em agosto, a 13 dias delle do mesmo ano de 476, el-rei dom Afonso, estando em Pombal, fez merçe ao dito Gonçalo Vaz do dito serviço dizendo como esta e qualquer outra merçe que lhe fizesse avia nelle por mui bem empreguada porque por seus muitos serviços era de todas mereçedor. E he curiosidade digna de notar na dita carta que, sendo a merçe feita em Portugal, na dita villa de Pombal da Coroa de Portugal e Castella, sua alteza⁹⁵ se assina nella por pallavras castelhanas: “Yo el rey”. Estas doações destes serviços novo e velho da judaria de Coimbra, posto que forão feitas ao dito Gonçalo Vaz de Castelbranco en sua vida soamente, depois forão dadas ao conde seu filho, que as teve pera si e pera hum filho lidimo, como adiante en seu lugar se diraa.

95 No ms.: e sua alteza.



Capítulo Liii.

Da doação que el-rei dom Afonso o quinto fez a Gonçalo Vaz de Castelbranco da villa de Villa Nova de Portimão no reino do Algarve, ano de 1476, sem lha pedir per si nem per outrem.

Villa Nova de Portimão he hũa villa no reino do Algarve, a principal e de gente mais rica que nelle ha e o maior ou dos maiores lugares de senhores e de melhor casaria que nestes reinos de Portugal se achão, exçeito os dos duques. E no dito reino do Algarve, de Castro Marim atee o cabo de São Viçente, não ha outro lugar de senhor. Tem hum porto de mar mui fremozo capaz de muitos navios pella qual rezão as armadas do reino que os reis de Espanha trazem por [fl. 111 v] aquella costa e demãodão sempre tem boa copia de homens de cavallo, gente con que os senhores da dita villa que sempre forão os desta linhagem de Castelbranco, filho, neto e bisneto do dito Gonçalo Vaz de Castelbranco, primeiro senhor della, servirão mui honrradamente aos reis deste reino nas jornadas e ocasiões de guerras que nelle ouve. Está a dita villa duas legoas da çidade de Silves e foi termo seu como tãobem foi a çidade de Lagos. Pelo bom sitio e commodidades do porto de Villa Nova se começou nella a fundar hum lugar que se chamava de Portimão, e deste nome se dão diversas causas que por não serem çertas as não relato, soo a ponto que ha ainda oje no dito reino naquellas partes do termo de Silves e Lagoas pessoas deste apellido de Portimão, que dão indício do lugar tomar este nome d'algun primeiro povoador que nelle ouvesse. Os moradores delle e muitos outros da dita çidade de Silves se conçertarão com el-rei per contrato que querião à sua custa fundar no dito lugar e porto hũa povoação maior que ficasse sendo villa isenta da jurdição da dita çidade. El-rei lho conçedeo con çertas outras liberdades, privilegios e condições de que se fizerão as escrituras de contrato neçessarias, e em mui breve tempo creçeo notavelmente a povoação que por estas rezões se chamou Villa Nova de Portimão. Poucos anos depois de sua fundação e acrescçentamento em povoação e em nome de villa foi dada por el-rei dom Afonso o 5º ao dito Gonçalo Vaz de Castelbranco, de maneira que quasi he tão antiguo o senhorio dos Castelbranco



nesta villa como o ser e nome della. E posto que os moradores pretendião ter privilegio concedido no tempo do dito contrato que a dita villa seria sempre realengua e se não daria a senhor algum, elle comtudo o ficou sendo e apos elle seus descendentes pella ordem que acima tocamos e adiante mais larguamente diremos, tratando de cada hum em particular. No que a dita villa e seus moradores ganharão tanto que do favor, emparo e proteção de tais senhores proçedeo ennobrecer-se a villa en casaria e riquezas e en tudo o mais atee o estado acima declarado en que ora está, como expressamente os mesmos moradores della escreverão a el-rei dom João o 2º por sua carta, de que no capitulo seguinte faremos menção. Foi a doação feita na çidade de Touro a dez dias de abril do ano de 476, avendo hũ mes e dez ou doze dias que passara o sucesso da real batalha de Touro. E posto que as doações da judaria de Coimbra, de que tratamos no capitulo atras, forão feitas algũs meses depois destas, quis dellas tratar primeiro [fl. 112] porque avendo-se a materia das doações de Villa Nova de proseguir mais larguamente nos capitulos seguintes, fica por esta maneira a leitura dellas menos confusa. Os respeitos e fundamento destas doações de Villa Nova são as mesmas que nas passadas doações vimos e nas seguintes veremos, os quais el-rei neste particullar declara por esta maneira. E depois de na carta se porem os titulos competentes naquelle tempo a rei de Portugal e Castella prosegue a carta dizendo assi:

¶ “Faço saber que consirando eu os muitos e grandes e continuados serviços que tenho reęebidos de Gonçalo Vaz de Castelbranco do meu conselho e veedor da minha fazenda nos meus reinos de Portugal, e como ora com muita gente me veio servir nesta ida que fui sobre Çamora e foi hum dos prinçipaes que rompeo a primeira batalha que se desbaratou, e querendo-lhe gualardoar os ditos serviços em algũa parte como a mim cabe por seus serviços serem dinos de remuneração, tenho por bem e me praz de meu motu propio e poder absoluto sem mo elle requerer nem outrem por elle de lhe fazer pura e irrevoguavel doação en sua vida da villa de Villa Nova de Portimão que he nos ditos meus reinos do Algarve d’aquem mar, etc.” Os privilegios e forma da dita doação no que toca a jurdição da dita villa concedidos por el-rei dom Afonso e por el-rei dom João seu filho ao dito Gonçalo Vaz declararemos compridamente no capitulo seguinte. Sendo elle ja senhor de Villa Nova, çelebrou o prinçipe dom João cortes em



Montemoor-o-Novo o ano de 477, sendo el rei em França. E diz o *Canção-neiro Geral*, folhas 19, que Portimão e outros senhores que nomea mão-davão nellas tudo, e a trova do coudel moor Fernão da Silveira a Anrique d'Almeida, entre outras per que lhe deu novas das ditas cortes, diz assi:

¶ Ahi he Portimão
Alvito Penella
Biringel com ella
que faz o sermão
Aquestes despachão
o muito e pouco

¶ Guonçallo Vaz de Castelbranco
¶ o barão, ¶ o conde de Penella
¶ o conde do Prado senhor de Beringel.

Tãobem assistio o dito Guonçallo Vaz nas cortes d'Evora que el-rei dom João o segundo ahi fez, en que elle com alguns outros senhores do reino foi difindor, como estaa posto em memoria na Torre do Tombo.

[fl. 112 v]

Capitulo Liiii.

Das doações, privilegios e merções que el-rei dom Afonsso concedeo a Guonçallo Vaz de Castelbranco açerca de Villa Nova de Portimão e asi de algũas d'el-rei dom João o segundo.

Fez el-rei dom Afonsso na dita doação de que tratamos no capitulo passado merçe da dita villa ao dito Guonçallo Vaz de Castelbranco con toda sua jurdição çivel e crime mero e mixto imperio, resalvando soamente pera si correição e alçada:

¶ Que pudesse chamar-se senhor della e que os juizes e tabaliães se chamassem tãobem por elle e elle os podese pôr.

¶ Que as appellações dahi en diante não fossem à çidade de Silves, mas ao ouvidor que o dito Gonçalo Vaz fizesse.



¶ Que tivesse todos os direitos reais da dita villa assi como os el-rei podia dar por direito quer rendessem muito quer pouco, sem se lhe descontar nada por elles dos direitos de Santarem, de que lhe tinha feito merçe como atras vimos, resalvando, porem, sisa e alfandegua, e assi lhe deu os padroados das igrejas da dita villa que a el-rei pertencessem.

¶ Lhe era concedido ja d'antes desta doação de jurdição da villa per outra carta feita no ano de 472 que ouvesse todos os direitos e rendas assi reais como quaisquer outras do dito luguar de Portimão, assi e da maneira que os tivera Rui de Mello que fora almirante de Portugal, entrando nelles portagem, dizima velha do pescado e todos os mais que a el-rei pertença por rezão do dito luguar de Portimão, posto que se arrecadassem na cidade de Silves, segundo tudo isto consta de tres cartas todas passadas no dito ano de 472. E assi lhe erão ja concedidas no dito ano de 474 as dizimas de todas as sentenças condenatorias dadas por quaisquer juizes ordinarios, ou que luguar de ordinarios tivessem na dita villa, juizes dos orfãos, contadores da fazenda ou dos residuos, almoxarifes, juizes das sisas ou dos direitos reais, juizes do mar, rabis e juizes dos judeus e quaisquer outras en casos çiveis, ou crimes, quer se dellas apellasse, quer não, contanto que fossem confirmadas, [fl. 113] segundo se mostra por hũa carta da dita merçe feita no dito ano sobescrita por Pero d'Alcaçova, cavaleiro da casa d'el-rei ao tal tempo.

¶ Item lhe foi outrosi concedida por o dito rei dom Afonso a barca de passagem da dita villa de Villa Nova de Portimão pera si e hum filho ou filha como a tinha outra pessoa de quem con licença d'el-rei o dito Gonçalo Vaz a comprou por carta feita em Evora, a 26 d'abril do ano de 478. E esta merçe lhe confirmou depois el-rei dom João o segundo no primeiro ano de seu reinado, que foi de 482, em Evora, a seis de outubro do dito ano.

¶ Item no mesmo ano de 478, passou o dito senhor rei dom Afonso segunda provisão em confirmação de outra que ja passara pera o mesmo efeito que a alfandegua que estava en Silves se passase a Villa Nova e dahi se não mudasse, sem embargo de todos os privilegios e rezões que os moradores de Silves aleguavão, feita a 24 d'agosto do dito ano em Evora no qual tempo ainda el-rei dom Afonso mandava pôr en suas cartas os titulos dos reinos de Castella com os de Portugal e assinava nellas “yo el rey”.



¶ Item no mesmo ano de 478, avendo el-rei respeito a como o dito lugar de Villa Nova fora edeficado e mandado fazer e çercar por sua alteza pera defenssão do reino do Algarve e ao periguo grande e aparelho que avia de imiguos entrarem no porto delle, fez merçe ao dito Guonçalo Vaz de fazer a dita villa couto pera melhor ser povoada por tempo de dez anos com os privilegios da villa de Marvão, a qual merçe el-rei dom João o 2º renovou no ano de 482. E por não fazermos da mesma materia muitos capitulos separados, concluiremos este con acreçentar nelle as mais merçes que açerca da dita Villa Nova o dito rei dom Afonso e el-rei dom João o 2º, seu filho, conçederão ao dito Gonçalo Vaz, posto que sejam mais modernas algũas dellas que outras de que adiante falaremos.

¶ Item, no ano de 1484, a seis d'agosto, en Setuval, fez el-rei merçe ao dito Gonçalo Vaz, senhor da dita villa e regedor da casa do çivel, que elle pudesse dar por suas cartas a quem quizesse, sendo pessoas autas, os offiçios de escrivão da portagem, dizima e redizima e direitos reais da dita Villa Nova, que avião vaguado por renunçiação. E por serem ofiços da fazenda, cuja dada não he nunca dos senhores das terras, foi particullar merçe.

No ano de 476, a vinte de julho, tres meses e dez dias depois da primeira e prinçipal doação de jurdição da dita villa de Vila Nova, [fl. 113 v] fez o dito rei dom Afonso na çidade do Porto merçe ao dito Gonçalo Vaz da dita villa, assi e da maneira que elle a tinha con seus direitos e rendas e previllegios que lhe por elle com ella forão conçedidos pera o filho seu mais velho depois do seu falleçimento, tendo-lhe ja feita merçe per outra carta feita a dez de abril do dito ano (que foi o dia da data da prinçipal doação) que os direitos reais da dita villa ficassem por sua morte a seu filho. Às quais merçes el-rei dom João o 2º então deu seu consentimento por sua letra ao pee do sinal d'el-rei seu pai nas ditas cartas e depois, sendo rei, as comfirmou no ano de 485, por sua carta feita en Sintra por Antonio Carneiro, a 22 de dezembro do dito ano. E nos ditos alvaras e cartas destas merçes declarão os ditos reis, pai e filho, que fazem a dita merçe ao dito Gonçalo Vaz de Castelbranco sem lha elle requerer nem outrem por elle, mas por seus muitos e grandes serviços que erão dinos de remuneração não soamente nelle mas en seus filhos. E faz outrosi el-rei dom João na dita carta menção de como os moradores da dita villa de



Villa Nova, sem embargo do privilegio que pretendião ter da dita villa não ser dada a senhor algum, pedirão a sua alteza por sua carta lhes fizesse merçe delles de a dar ao filho do dito Gonçalo Vaz, allegando como elle fora azo, ocasião e prinçipal fundamento de se a dita villa povoar e acreçentar e como os tratava mui bem e honrrava e en nada danificava, e assi esperavão que seu filho o fizesse. E por aqui se vera quão bem usava o dito Gonçalo Vaz da jurdição de suas doações e quão poucas opresões e queixas delle tinhão seus vassalos e as muitas merçes e homrras e acreçentamentos que delle recebião, cousas todas bem pouco costumadas en terras de senhorios.

Capitulo Lb.

De como Gonçalo Vaz de Castelbranco foi feito de “dom” e lhe foi dado assentamento de conde e bandeira quadrada por el-rei dom João o segundo. E foi o primeiro que se chamou guovernador da casa do çivel, ano de 1485.

Creçendo sempre os muitos serviços de Gonçalo Vaz de Castelbranco, que conforme a idade e maior esperiência e mais supremos carguos hião sempre sendo maiores e de maior importância ao reino e mais [fl. 114] obriguatoria satisfação aos reis, não podia nelles faltar o conhecimento do que era devido a tantos e tais mereçimentos, pello que el-rei dom João o segundo, que em tempo de prinçipe e de rei tinha bem visto a callidade e continuação delles, às mais merçes que atras ficão contadas feitas por elle ao dito Guonçalo Vaz de Castelbranco quis acreçentar outras maiores, conheçendo, porem, que ainda ficavão sendo muito menores do que elle devia e Gonçalo Vaz mereçia, segundo expressamente veremos que nas palavras da carta dellas comfessa. Assi que no ano de 485, fez merçe ao dito Gonçalo Vaz de Castelbranco de lhe dar assentamento de conde e que pudesse trazer bandeira quadrada como os senhores de titullo soos podem, e que se chamasse de “dom”, elle e seus desçendentes, segundo consta do que nisto escreve Garçia de Resende na chronica do dito rei, capitulo 58. E posto que elle quis sinificar por as milhores pallavras



que pôde quão dividas e bem empreguadas merçes erão estas nos muitos serviços e mereçimentos do dito Gonçalo Vaz, contudo com outras milho- res e mui mais honrrosas o declara el-rei na carta dellas, feita em Sintra ao primeiro de dezembro do dito anno cuja forma he esta:

¶ “Dom João, etc. Fazemos saber que consirando nós os muito grandes e continuados serviços que el-rei meu senhor e padre, que Deos aja, e nós temos recebido de dom Gonçalo de Castelbranco, senhor de Villa Nova de Portimão e do nosso conselho e regedor da nossa casa do çivel, e a muita confiança que delle sempre teve o dito senhor e que de todas as cousas en que o encarregou, e por consequinte nós, deu de si muito boa conta e nos servio bem e lealmente, assi nas cousas do reino como nos serviços da guerra e honrra, e que seus serviços são asi dinos de remuneração que desta e de qualquer outra maior merçe e acreçentamento que lhe fizemos he mui mereçedor, queremos e nos praz, etc.” E por esta carta se ve que ja neste ano⁹⁶ de 485 o dito dom Gonçalo se chamava guovernador da casa do çivel, chamando-se regedor della ainda no ano passado de 84, segundo se ve por hũa doação relatada atras no capitulo preçedente. E assi consta que foi elle o primeiro que este titulo de guovernador teve, como tãobem diz o dito Guarçia de Resende em o luguar açima referido. E neste mesmo ano, mes e dia da doação passada conçedeo el-rei ao dito dom Guonçalo que os direitos de serviço real novos e velhos da çidade de Coimbra de que lhe tinha feito merçe, tanto que por elle vaguassem por sua morte ou renun- çiação ou qualquer outra maneira, ficassem a sua molher em sua [fl. 114 v] vida, e ja d’antes tinha feita merçe à mesma dona Britez Vallente, molher do dito dom Guonçallo, e depois a elle de dous lezirões, hũ d’ Albaçatim no almoxarifado de Villa Franca de Xira, e outro que se chama Torrão do Diabo na Azambuja.

¶ Estas são as merçes prinçipaes que acho que por os reis forão feitas ao dito dom Gonçalo de Castelbrãoco, as quais, posto que muitas e grandes, se bem se compararem com os muitos anos de serviço, com os muitos car- guos e grandes en todas as materias da guerra e paz, das cousas da honrra, das da fazenda, das do estado, das da casa e corte e, emfim, das da alma, e se bem se pomderar a inteireza, verdade, diligência, lealdade, esforço e

⁹⁶ Segue-se uma passagem riscada: “passado de 84 segundo se ve”.



bondade con que en tudo proçeedo, sempre ficará claro o que atras, no fim do capitulo 43, dissemos com Francisco de Saa de Miranda, e o que el-rei dom João nas cartas das derradeiras e maiores merçes confessa .*scilicet*. que os mereçimentos do dito dom Gonçalo forão sempre não menos, mas maiores que ellas.

Capitulo Lbj.

De quando e como casou dom Guonçallo de Castelbranco com dona Britez Vallente sua molher, e da linhagen della e da instituição e callidade do morguado da Povia, de que ella foi senhora.

No ano de⁹⁷, casou dom Guonçallo de Castelbranco, que então se chamava Guonçalo Vaz, con dona Britez Vallente sua molher, filha de Martim Afonso Vallente, cuja nobreza, pera se bem saber, he de notar que hũa das mais antiguas linhagens, nobres e fidalgũas que ha em Portugal he esta dos Vallentes, segundo nos consta pello livro antigo das linhagens que está na Torre do Tombo feito pello conde dom Pedro, filho bastardo d’el-rei dom Dinis, que he a mais autentica prova e a mais sem sospeita que nisto pode aver. Nelle se conta que dom Guonçallo Ouveques (o que fundou o mosteiro de Çeite junto ao Porto) ouve hum filho que em tempo do primeiro rei de Portugal dom Afonso Anriques morreo ante o dito seu rei na gloriosa e memoravel batalha do Campo d’Ourique. E contando a chronica do dito rei dom Afonso, no capitulo 17, o soçesso desta batalha, diz que [fl. 115] morrerão⁹⁸ nella muitos dos nossos, entre os quais forão Martim Moniz, capitão da ala direita, e dom Dioguo Gonçalves, “homens mui princiçais”. Estas são as pallavras de que a antiguidade daquellas escrituras usava pera honrrar os que por sangue e feitos o mereçião. E conforme a esta verdadeira e antiga descendençia da nobreza e fidalguia dos Vallentes falla nella João Rodriguez de Saa nas trovas que fez das armas de algũas linhagens que andão no *Cançioneiro Geral* impresso.

97 Segue-se espaço em branco.

98 Na margem superior, em letra do século XVII: “Livro 3º d’el-rei dō dinis Fl. 154”.



E as que a isto tocão, folhas 116 verso, coluna 2^a, dizem assi:

“No bravo leão rompente
por tres luguares faxado
se mostra bem amostrado
sangue Ouvequez e Vallente
co nome mui conçertado.

Ambos sairão da vide
do bom que morreo na lide
d’Ourique diante el-rei
de louvor segundo lei
nom menos digno que o Çide.”

Deste dom Dioguo Gonçalvez⁹⁹, de quem a chronica e livro de linhagens e as ditas trovas fallão, e de dona Urraca Mendez sua mulher, irmã de dom Fernão Mendes de Bragança, vinha por linha direita masculina o dito Martim Afonso Vallente, sogro do dito dom Guonçallo, pai da dita senhora dona Britez Vallente. E porque os graos da desçendencia del-le, cotejados com o dito *Livro das linhagens do conde dom Pedro*, estão fielmente rellatados em a sepultura de dom Viçente Afonso Vallente que está nesta çidade de Lixboa na capella moor de São Jorge, igreja parochial della, junto ao altar moor da parte do Evāogelho, no alto dos degraos, metida na parede, referirei aqui en luguar do dito livro das linhagens, que vai mais comprido, o dito letreiro, que diz assi:

¶ “Aqui jaz dom Viçente Afonso Vallente que fez o morguado da Povia, pello qual dizem nesta igreja doze anniversairos e çincoenta missas. Filho de Afonso Pirez Valente e neto de Abril Pirez, bisneto de Pedro Soares, tresneto de dom Sever¹⁰⁰ Diaz, quarto neto de dom Dioguo Gonçalvez, que

99 Nota na margem esquerda, em letra do século XVII: “Abril Pires era avoo de [Vicente Afonso] senhor da granja de Ficalho[?]. Consta do livro 3º da Chancelaria d’el rei D. Denis, fl. 154. Como assima se dis”.

100 Entenda-se: Suer.



matarão os mouros na batalha d’Ourique ante el-rei dom Afonso Anriquez¹⁰¹, que fundou o moesterio de Çeite. O quoad dom Viçente Afonso Vallente deixou o moorguado da Povia a Lourenço Afonso Vallente, seu irmão. Deste veio a Pero Afonso Vallente, seu filho, e delle a Martim Afonso Vallente, alcaide moor de Lixboa, seu neto, e delle a Aires Afonso Vallente, seu bisneto, e delle a Martim Afonso Vallente, seu tresneto, e delle veio a dona Britiz Vallente, quarta neta, que casou com dom Gonçalo de Castelbranco, [fl. 115 v] senhor de Villa Nova de Portimão, escrivão da puridade e testamenteiro d’el-rei dom Afonso. Delles veio ao conde dom Martinho, senhor da dita villa, camareiro moor e testamenteiro d’el-rei dom Manoel, e delle a dom Francisco de Castelbranco Vallente, senhor da dita villa, camareiro moor d’el-rei dom João o terceiro; delle veio a dom Martinho de Castelbranco Vallente, senhor da dita villa, o quoad renovou a dita sepultura por estar ja muito velha”. Este comprido letreiro, assi como nos daa luz de muitas cousas e escusa neste capitulo relata-llas mais larguamente, assi tem neçessidade de algũas mais adições e declarações pera se bem entender a verdade e çerteza dos particulares delle.

E quãoto ao morguado da Povia de que faz menção, he de advirtir que foi instituido no ano de 1346¹⁰², que ha dozentos e hũ anos, ou algum tempo mais, porquãoto o propio da instituição não pude ver nem achar, e a sustança das obrigações se resumirão depois a instançia dos testamenteiros do dito dom Viçente Afonso, instituidor, em hum estromento publico que me foi mostrado, feito em janeiro do dito ano de 1386. Era o dito instituidor pessoa ecclesiastica, coneguo da see de Coimbra e prior de outra igreja, e por esse respeito não tendo desçendentes deixou o dito morguado ao dito Lourenço Afonso Vallente, seu irmão, e depois delle a seu filho maior lidimo e dahi em diante pella linha direita sempre ao maior filho lidimo. E por esta ordem se conservou o morguado nos desçendentes do dito Lourenço Afonso Vallente sempre em machos pellas soçessões que o dito letreiro declara atee a dita dona Britiz Vallente, molher do dito dom Guonçalo de Castelbranco, herdeira do dito morguado, en cuja linha

101 Sobre o texto há um sinal de + que indica uma nota à margem direita do texto, em letra do século XVII: “+ quinto neto de dom Guonçalo Ouveques”.

102 Corrigido sobre “1386”. O comentário que se segue, “que ha dozentos e hũ anos”, toma porém como referência, certamente, o ano de 1386. Esta mesma data, 1386, é reiterada um pouco depois, neste mesmo capítulo.



e desçendentes oje dura, sendo senhores delle dona Branca de Castelbranco Vallente, terçeira neta por linha dos primogenitos dos ditos dom Guonçalo e dona Britez Vallente, e dom Manoel de Castelbranco, bisneto dos mesmos senhores, casado com a dita senhora dona Branca. De maneira que do conde de Villa Nova dom Martinho atee os ditos senhores ultimos possoidores, que oje vivem e que ja tem filho macho herdeiro a quem Deos prospere, andou sempre junto o sangue e antigua nobreza da famillia dos Vallentes, desçendentes do dito dom Dioguo Guonçalvez que morreo na d’Ourique, com a illustre famillia e apellido dos Castelbranco cujo he este sum[fl. 116]mario. E por esta rezão e mestura dezia por elles hũa trova antigua desta maneira, dependendo de outra:

“dos que no Campo Vallentes
d’Ourique sacrificarão
seu sangue onde alcançarão
fama, mas seus desçendentes
Casteis Brancos se chamarão.”

E no dito livro antiguo de linhagens, depois de estar acreçentado à leitura mais antigua do conde dom Pedro o que depois soçedeo na instituição e soçessos do dito moorguado da Povia e como se ajuntarão estas duas famillias, diz quem o escreveu em tempo do conde de Villa Nova por fim de todas estas pallavras¹⁰³:

¶ “Isto quis aqui escrever por lembrança de sua linhagem e pello saberem os que hão de pessoir este moorguado, os quais devem de ter lembrança desta linhagem e apellido”.

103 Três notas marginais, em letra do século XVII (duas na margem direita e outra no rodapé). Nota da margem direita, em cima: “No livro 2º fl. 2 d’el rei don Fernando esta registada abreviada a doação de Lis[boa] a Mar[tim]. Carta porque o ditto senhor mandou entregar o seu castelo de Lixboa a Martim Afonso Vallente que delle fês menagem em 21 de março de 1415”. Nota da margem direita em baixo: “Esta donna Sancha Pires he a de que trata o Conde dom Pedro no titulo 58, fl. 180”. Nota na margem inferior: “No livro do conde dom [Pedro] fl. 180 no titulo 58 a margen esta hũa adição de João Rodriguez de Saa que dis [...] de fronte do [...] de donna Sancha Peres. Este Afonso Pirez Valente foi pay de dom Vicente Afonso Valente, que fez o morgado da Povia, e jaz em São Jorge, no comprimisso manda dizer certas missas por esta donna Goncina que nomea per sua tia. Deste morgado he erdeiro o conde de Villa Nova e os que delle decendem”.



¶ A callidade deste morguado da Povia e o muito que importa seu rendimento, assi em muitos mil moios de sal que muitos anos dá, como em muitos moios de pão, azeite, vinho; foros e outros mais rendimentos; a nobreza e poliça de seus apousentos, pomares, capella e brincos, e quão principal he por todos estes respeitos entre os morguados patrimoniaes de Portugal, por ser cousa mui notoria o não diguo aqui mais em particular. Ja desde sua instituição tem o dito moorguado obriguação de ter na dita igreja de São Jorge hum capellão continuo que cada dia resida a todas as horas dos offiços divinos na dita igreja e ajude a cantar as missas e anniversairos declarados no dito letreiro. E deixava mais o dito instituidor çertas livras ao moesterio de Chellas desta çidade per pitança, do que aqui faço menção pera se conhecer esta mais obriguação que a dita casa tem a esta familia dos Casteisbrancos e Vallentes (alem de outras que atras ficão contadas no capitulo Xiii, na instituição do morguado de Castelbranco), pois sempre os instituidores dos moorguados destas famillias se lembravão, juntamente com as cousas de sua honrra e alma, d'ajudar com seus leguados a sustentação do dito moesteiro de Chellas. Deixava outrosi o dito dom Viçente Afonsso çertos outros leguados pios pellas almas de dona Sancha, sua tia, e dona Gonzinha, cujos diz que forão os bens da dita Povia, e assi polla alma de sua mai e do bispo dom Estevão, todos pessoas fidalguas de sua [fl. 116 v] geração e sangue. E alem dos bens da Povia lhe annexou mais as casas de Lixboa defronte de São Martinho, que oje sabemos tão nobres e das mais manificas do reino, e sobre a porta dellas estão quarteados os liões faxados dos Vallentes com os d'ouro dos Casteisbrancos.

¶ Quãoto ao que o dito letreiro diz de Martim Afonsso Vallente, bisavo da dita dona Britez Vallente que foi alcaide moor de Lixboa, foi tirado do que se acreçentou no dito livro das linhagens. E consta outrosi mui larguamente per hum estromento feito em janeiro do ano de Çesar de 421, que he de Chisto de 383, em o qual estaa incorporado hum alvara d'el-rei dom Fernãodo de Portugal per que mandava ao dito Martim Afonsso Vallente, alcaide do seu castello da sua çidade de Lixboa (que assi se chamavão então os alcaides moores por alcaides do castello de tal parte) que entreguasse o dito castello a dom João Afonsso Tello, conde de Barçellos, seu vassallo e que com lho entregar o avia por desobriguado hũa, duas e tres



vezes do preito e menagem que por o dito castello lhe tinha feito, com condição que elle dito Martim Afonso Vallente tomasse outrosi preito e menagem primeiramente por o dito castello ao dito conde por el-rei, e en seu nome e da infante dona Britez, sua filha, pella mesma maneira, modo e condição que o dito Martim Afonso a tinha dado a el-rei. Pera o qual efeito sua alteza lhe dava por o dito alvara e carta todo seu comprido poder e especial mandado e que de como assi fora feito tiraria o dito Martim Afonso Vallente instromento e instromentos que lhe enviaria. Em comprimento do qual alvara se fez e executou o que el-rei mandava, e das entreguas e homenagens e do mais que se fez segundo forma da dita carta, alen do instromento que o dito Martim Afonso mandou a sua alteza, tirou tãobem pera sua guoarda e descargua outro, que he o propio que vi, feito a cinco dias do dito mes e ano sobreditos. Assi que manifestamente consta per este documento que da mão d'el-rei immediatamente naquelle tempo tinh[a]¹⁰⁴ o dito castello, e era alcaide moor de Lixboa com homenagem a sua alteza dada, o dito Martim Afonso Vallente. E per outro estromento, de vinte e hum de setembro do ano atras de 1420 da era de Çesar e de Christo de 1382, se comfirma outrosi que naquelle ano estava o dito Martim Afonso Vallente em posse por el-rei da dita alcaidaria. E segundo a *Chronica d'el-rei dom João o primeiro* está chea da lealdade portuguesa e constança que nella mostrou o dito Martim Afonso Vallente. Parece que por entender [fl. 117] delle el-rei dom Fernão do que não avia por legitima herdeira destes reinos a imffante dona Britez, sua filha, por ser espuria (como na verdade o era, sendo auida d'el-rei en vida do primeiro marido da rainha dona Lianor), quis segurar o partido e soçessão da dita infante dona Britez, rainha de Castella, com tirar o castello de Lixboa ao dito Martim Afonso Vallente e entrega-lo ao dito conde, irmão da mai, e tão cheguado parente da dita rainha de Castella, sua filha, en que não avia duvida de aver de seguir suas partes, como o fez.

¶ E se assi foi, como na *Chronica d'el-rei dom João o primeiro*, primeira parte, capitulo 41, se conta que ao tempo que o dito castello se entregou ao mesmo rei, sendo ainda mestre, o tinha o dito Martim Afonso Vallente pello dito conde, ha-se de entender que lho tornaria depois el-rei a entregar em ausençia do dito conde e que isto se chame te-llo por elle na

104 No ms.: tinho.



chronica, mas não que de sua mão o tivesse ou por elle fosse posto, pois nos consta que em seu nome proprio Martim Afonso o pessoira ao tempo que delle o dito conde o reço e lhe deu a menagem o conde a elle em nome d'el-rei, como acima he dito.

¶ Finalmente, enqũto o dito letreiro de São Jorge diz que o conde dom Martinho foi camareiro moor e testamenteiro d'el-rei dom Manoel, se ha de declarar que foi camareiro moor por merço do dito rei dom Manoel, mas não de sua pessoa, senão do príncipe dom João, seu filho, rei que depois foi, terceiro do nome, porque da pessoa d'el-rei dom Manoel não acho que o dito conde o fosse. E com isto fica verificado e declarado tudo o que o dito letreiro diz e relatado o que neste capitulo avia que dizer, conforme ao proposto na rubrica delle, porque também ja atras, no capitulo 47, fica dito como el-rei dom João o segundo fez merço dos direitos da judaria de Coimbra ao dito dom Guonçallo e por sua morte hã dita dona Britez Vallente, sua molher.

Capitulo Lbii.

Dos filhos e filhas que teve dom Guonçallo de Castelbranco e dos descendentes das ditas filhas.

Da dita senhora dona Britez Vallente (cujas partes e grandes virtudes nalgũa maneira se podem entender do fim da carta d'el-rei dom Afonso [fl. 117 v] o quinto trasladada atras no capitulo 45 e d'outra provisão do mesmo rei per que fazendo-lhe merço de çertas liziras diz que ha respeito a sua virtude e mereçimentos) ouve o dito dom Guonçallo de Castelbranco quatro filhos machos e seis filhas femeas – *scilicet* – dom Martinho de Castelbranco, conde que foi de Villa Nova; dom Pedro de Castelbranco, dom João de Castelbranco, dom Lopo de Castelbranco, dona Violante Pereira, dona Fellipa d'Abreu, dona Isabel Pereira, dona Joana Pereira, dona Meça Pereira, dona Maria Vallente. Os quais filhos e filhas se preçedião na idade pella ordem per que vão nomeados, e porque dos filhos machos se ha de tratar separadamente de cada hum per si nos capitulos seguintes trataremos neste soamente das filhas.



A primeira filha, dona Violante Pereira, foi esposada com dom João d'Ataide¹⁰⁵, filho herdeiro de dom Martinho d'Ataide, conde d'Atouguia. O qual casamento o dito dom Guonçalo seu pai tinha ja comçertado com licença d'el-rei e escritos passados no tempo da jornada d'Arzilla, segundo parece pello testamento que nese tempo o dito dom Guonçalo fez, aprovado a nove d'agosto de 471, no qual declara o muito contentamento que tinha de se este casamento efetuar, assi pella muita amizade que tinha com o dito conde como pellas boas callidades e disposição e partes do dito dom João, alen de cujo filho era e de sua muita valia. E o dote forão sete mil coroas das quais erão quatro per conta d'el-rei e das outras tãobem nenhuma erão per conta de seu pai. Deste dom João de Taide se acha nas chronicas que esteve em Africa e proçeedo nas ocasiões de seu tempo com muito esforço, do que não faço em particullar menção porque o casamento conçertado antre elle e a dita dona Villante durou pouco e não ouve delles geração nem me consta se chegerão a ser recebidos de presente, posto que na arvore antigua que tem dom Manoel de Castelbranco se poen a dita dona Villante por casada com elle e no livro moderno das linhagens de Damião de Goes se nomea por desposada, e don Antonio de Lima no seu livro não faz deste casamento nenhuma menção.

¶ Dona Fellipa d'Abreu, segunda filha, diz o dito dom Guonçalo seu pai no testamento que fez indo pera Arzilla que a tinha dada à senhora infante e que posto que lha dera pera a senhora [fl. 118] prínzeza, se a quizesse pera si, porque entendia que lhe prazia della, que fizesse nisso como sua merçe fosse, e lha encarregua nomeando loguo çerto casamento pera ella que ja diz que tinha tratado e lhe lembra os muitos serviços que hà dita infante e ao senhor imffante seu marido, que Deos tinha, elle avia feitos, que erão maiores do que elle nem ella numca souberão do dito dom Guonçallo por lhos elle antes querer fazer que dizer. Nas quais pallavras todas se da bem a entender que o inffante e inffanta de que fallão erão os inffantes dom Fernãodo e dona Britez, pai e mai d'el-rei dom Manoel, e a prínzeza que nomea era a prínzeza dona Lianor, rainha que depois foi, molher d'el-rei dom João o segundo, en cuja casa parece que andou a dita dona Fellipa d'Abreu. E ella entendo que he aquella dama deste nome tão çelebrada naquelle tempo pellas trovas dos gualantes cortesãos que estão no

105 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶Ataides”.



Cançoneiro, folio 145 verso, coluna 3^a e por diante. Ella emfim foi molher de dom Pedro de Taide, primo comirmão do dito dom João, filho de¹⁰⁶ dom Alvaro de Taide, senhor de Castanheira, Povos e Cheleiros, irmão do dito conde d'Atougua. E este dom Pedro de Taide foi irmão mais velho de dom Antonio de Taide, o mui vallido conde da Castanheira e veedor da fazenda que foi d'el-rei dom João o terceiro. E per morte deste dom Pedro de Taide (que foi culpado nas traições d'el-rei dom João o segundo e pelo caso morreo) casou a dita dona Fellipa com dom Jorge d'Eça, alcaide moor de Moura, e nem delle ouve filhos. Desta¹⁰⁷ senhora por via de seu primeiro marido, dom Pedro de Taide, forão as muitas moradas de casas da famosa rua Nova de Lisboa, que ora são do meirinho moor dom Duarte de Castelbranco e lhe rendem mais de hum conto de reis.

¶ Dona Isabel Pereira, terceira filha do guovernador dom Guomçallo, casou com dom Guoterre Coutinho, filho de dom Fernão do Coutinho¹⁰⁸, marichal, irmão de dom Vasco Coutinho, conde de Borba. E porque tãobem este dom Guoterre foi entre os principais culpados das traições e, preso por ellas, morreo na fortalleza d'Aviz, disse el-rei dom João, vendo a pouca lealdade que com elle mostrarão estes dous genrros do dito dom Guonçallo e a muita que lhe sempre tiverão elle e seus filhos, que o dito dom Guonçallo milhores filhos tinha que genrros. E parece que por não ficarem estas senhoras, filhas e irmãs de tão leais pessoas, com o nome de molheres dos que tais não forão, assi como a dita dona Fellipa casou segunda vez, o ffez [fl. 118 v] tãobem a dita dona Isabel Pereira, que depois da morte do dito dom Guoterre casou com Jorge de Mello, que foi mestre sala d'el-rei dom¹⁰⁹ Manoel. E assi mudando ambos¹¹⁰ estado morrerão por molheres de fidalguos mui leais e diferentes nisto dos primeiros maridos.

Deste segundo marido Jorge de Mello ouve a dita dona Isabel Pereira os filhos seguintes: ¶ hum filho e duas filhas. O filho se chamou Alvaro da¹¹¹ Cunha; e as filhas dona Joana de Mello, que casou com dom Alvaro

106 Na margem direita, em letra do século XVI: "¶Ataides".

107 Na margem direita, em letra do século XVI: "¶ D'Eças".

108 Na margem direita, em letra do século XVI: "¶ Coutinhos".

109 Na margem esquerda, em letra do século XVI: "¶ Mellos".

110 Possível erro por "ambas".

111 Na margem esquerda, em letra do século XVI: "¶ Cunhas".



d’Abranches, capitão que foi de Azamor, fidalguo mui conhecido neste reino, e dona Antonia Pereira, molher de dom Guarçia d’Eça, cujas linhas aqui relataremos atee chegarmos aos presentas que oje vivem, porque hum dos principais efeitos deste sumario he saberem-se por elle distintamente os parentescos que os desta linhagem se tem, assi os que conservão o apellido de Castelbranco como os que della desçendem per linha feminina e se chamão de outros apellidos, porque pera con todos e entre todos ha obrigações e respeitos dinos de saber e neçessarios de cumprir quando as ocasiões disso se ofereçerem, como no prologo fica dito. E esta salva e rezão de descargua fique daqui entemdida pera com ela se non aver por desneçessaria neste summario a relação largua que em muitos luguares delle atras e adiante se veraa das desçendenças de fidalguos de outro apellido e linhagens que per algũa via são parentes e conjuntos a esta.

¶ Assi que o dito Alvaro da Cunha, filho macho da dita dona Isabel Pereira, neto do dito guovernador dom Guonçallo de Castelbranco, casou com dona Constança de Noronha de que naçerão dous filhos e tres filhas – *scilicet*– Luis da Cunha, filho primeiro, que morreo solteiro indo pello mar a Enxobregas aventureiro ao torneio do príncipe dom João, filho d’el-rei dom João o terceiro; e por sobrevir hum pouco de vento fresco e o batel en que hia o dito Luis da Cunha levar aquella sua tão gualante como perigosa invenção da aguia ella lhe foi causa de çoçobrar o batel e elle se perder nelle, cuja morte e ricos e louções atavios meudamente relata e lamenta o eloquente escritor nosso e bom cortesão Jorge Ferreira de Vasconcellos no memorial que fez do dito torneio, que anda junto à primeira parte do seu livro de Sagramor, de impressão pequena, chamado *De Tavolla Redonda*.

¶ E o segundo filho do dito Alvaro da Cunha foi Jorge de Mello, que casou e não teve filhos.

[fl. 119]

As filhas forão: a primeira, dona Joana de Noronha, molher de dom¹¹² Bernardo de Noronha, pai e mai de dom Guarçia de Noronha que oje vive; e a segunda, dona Maria de Noronha, está en casa do dito dom Guarçia

112 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶Noronhas”.



seu sobrinho; e a terceira, dona Luisa, que he freira en Santa Clara desta cidade de Lixboa.

Das duas filhas de Jorge de Mello e da dita dona Isabel Pereira, irmãs do dito dom Alvaro da Cunha, a mais velha foi dona Joana de Mello, molher do dito Alvaro d'Abranches, mas por ser maior sua descendência diremos primeiro da outra irmã mais moça.

¶ E vindo a ella, a dita dona Antonia Pereira, molher do dito dom¹¹³ Garçia d'Eça, teve deste dito seu marido seis filhos machos e quatro filhas femeas – *scilicet* – Dom Jorge d'Eça, filho primeiro, que morreo na India casado e delle ficarão hum filho e duas filhas que estão freiras; e dom Francisco d'Eça, filho segundo, e dom Manoel, filho terceiro, que tãobem na India morrerão solteiros sem filhos; e dom João, que foi clérigo, filho quarto; e dom Bras, filho quinto, e ambos estes são tãobem mortos sem descendência; e dom Pedro da Guerra que¹¹⁴ oje vive, por casar. Das quatro filhas da dita dona Antonia Pereira e do dito don Guarçia, tres forão freiras: duas dellas, dona Jeronima e dona Maria, no moesteiro da Esperãoça desta cidade de Lixboa, e a outra, dona Fellipa da Guerra, nas comendadeiras de Santos della. A quarta filha, mas mais velha que as tres freiras, foi dona Maria d'Eça, molher de Simão de Mello, de que naçerão Francisco de Mello e Guarçia de Mello, que¹¹⁵ falleçerão en Africa com el-rei don Sebastião, e Manoel de Mello, terceiro filho, que está nesta cidade de Lixboa casado com dona Maria Manoel, filha de Manuel de Sousa, aposentador moor que foi. E alem destes tres filhos naçerão do dito Simão de Mello e da dita dona Maria d'Eça outras tres filhas, duas dellas freiras e outra dona Isabel, que casou com Alvaro Pirez de Tavora¹¹⁶, filho de Bernaldim de Tavora. E nestes se acaba de relatar a linha da dita dona Antonia Pereira, molher do dito don Garçia d'Eça.

Tornãodo aguora a dona Joana de Mello, molher que foi de dom Alvaro de Abrãoches¹¹⁷, os que delles naçerão são os seguintes çinco filhos e

113 Na margem direita, em letra do século XVI: "¶ D'Eças".

114 Na margem direita, em letra do século XVI: "¶ Guerras".

115 Na margem direita, em letra do século XVI: "¶ Mellos".

116 Na margem direita, em letra do século XVI: "¶ Tavoras".

117 Na margem direita, em letra do século XVI: "¶ Abrãoches".



duas filhas – *scilicet*– dom João d’Abranches, primeiro filho; dom Pedro d’Abranches, segundo; dom Jorge de Abranches, terceiro; dom Vasco de Abranches, quarto; dom Antonio de Abranches, quinto; dona Antonia de Abranches, seista; e dona Maria de Abrãoches, seitima.

[fl. 119 v]

¶ O dito dom João de Abranches, filho primeiro, casou con dona Antonia¹¹⁸ da Silva, filha de Lopo de Sousa do Pombal, dos quais naçerão dom Thomee, filho mais moço, e dom Alvaro d’Abranches, filho primeiro, que oje vive ainda solteiro em Almada, comendador da Ordem de Christo e de muitos spiritos, e tres ou quatro filhas mais, freiras en Chelas, exçeito hũa que estando desposada com dom Pedro de Abranches, seu primo, falleçeo elle antes de a poder reçoer. Nos seguintes não guoardaremos a ordem da idade, mas dos que não tiverão filhos diremos primeiro.

¶ Dom Jorge de Abranches, filho terceiro da dita dona Joana de Mello e do dito dom Alvaro de Abranches, casou com dona Ana de Taide, filha de dom Pedro de Castelbranco, irmã de dom Antonio de Castelbranco, senhor da villa de Pombeiro, da qual não ouve filhos como ja açima, no capitulo 34, fica dito.

¶ Dom Vasco de Abranches, quarto filho, e dom Antonio de Abrãoches, quinto filho, faleçerão o primeiro na India e o outro no reino, ambos sem descendentes.

¶ Dom Pedro de Abranches, segundo filho, foi casado com dona Britez Pantoja¹¹⁹, filha de Pedro Pantoja de Noronha, alcaide moor de Santiago de Caçem, tãobem bisneto por linha femenina do dito guovernador dom Guonçalo de Castelbranco como o era o mesmo dom Pedro d’Abranches, seu genrro, segundo se adiante dira quando se tratar das filhas do conde de Villa Nova.

118 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Sosasas”.

119 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Pantojas”.



¶ Do dito dom Pedro d’Abranches e da dita dona Brites Pantoja, bisneto e tresneta do dito dom Gonçalo de Castelbranco, naçerão quatro filhos e hũa filha – *scilicet*– dom Alvaro d’Abranches, que morreo em Africa com el-rei don Sebastião, primeiro filho; dom João de Abrãoches, segundo filho, que he frade de Nossa Senhora da Graça da Ordem de Santo Agostinho; dom Pedro Pantoja d’Abranches, terceiro filho, que depois de herdar a casa do dito seu avo Pedro Pantoja, estando conçertado para casar com dona Guiomar da Cunha sua prima, como acima se tocou, falleçeo; dom Jorge Pantoja de Abrãoches, quarto filho, que he oje casado com dona Branca de Vilhena, filha de¹²⁰ dom Vasco da Gama, neta de dom Estevão da Guama, guovernador que foi da India, bisneta de dom Vasco da Guama, primeiro conde da Vidigueira, no quoad dom Jorge de Abranches re-cairão, alem da casa de seu pai, os morguados e casas dos ditos Pero [fl. 120] Pantoja e dom Vasco da Guama, seus avo e sogro; e per obriguação do dito morguado de seu avo he o primeiro e prinçipal seu apellido Pantoja.

A filha do dito Dom Pedro de Abranches, mais velha que seus irmãos, se chama dona Joana de Mendoça. He casada com Françisco de Mendoça¹²¹, alcaide moor de Mourão, capitão que foi de Mazagão, de que naçerão dous filhos e hũa filha que são mininos. E neste se acaba de relatar a linha do dito dom Pedro de Abranches.

¶ Dona Maria de Abranches, filha seitima de dona Joana de Mello e dom Alvaro de Abranches, não casou.

¶ Dona Antonia de Abranches, filha sexta do dito dom Alvaro d’Abrãoches e da dita dona Joana de Mello, foi por dama com a prinçesa dona Maria pera Castella e la casou com dom Luis Porto Carreiro, filho mais velho do conde de Palma; he oje veuva e guarda moor¹²² das infantas filhas d’el-rei dom Felliipe nosso senhor. Dela naçeo dona Ana Porto Carreira que he casada com o conde de Monteagudo filho herdeiro do Marques de Almação.

120 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Guamas”.

121 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Mendoças”.

122 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Condes de Palma ¶ Porto Carreiros ¶ Marqueses de Almação. Mendoças”.



E com isto se acabão de relatar as linhas dos tres filhos hum filho e duas filhas da dita dona Isabel Pereira terceira filha do governador dom Gonçalo de Castelbranco e tornaremos a continuar com as mais filhas suas.

¶ Dona Joana Pereira, quarta filha do dito guovernador dom Gonçalo de Castelbranco, casou a troco com Simão Gonçalvez da Camara, capitão da Ilha¹²³ da Madeira, com cuja irmãa dona Meçia de Noronha casou o filho mais velho de dom Gonçalo de Castelbranco, como adiante veremos.

Do dito Simão Gonçalvez da Camara e da dita dona Joana Pereira sua molher proçederão João Gonçalvez da Camara, seu filho mais velho, e Simão Gonçalvez da Camara, primeiro conde da Calheta seu neto, e Martim Gonçalvez da Camara, seu irmão do dito conde Simão Gonçalvez, que neste reino em tempo d’el-rei don Sebastião tanta parte teve no guovernodelle, en que se ouve con tão singullar exemplo de virtude e inteireza quanto a todos he notorio. E do dito conde Simão Gonçalvez, neto da dita dona Joana Pereira, nação o segundo conde da Calheta João Gonçalvez da Camara, seu bisneto, que sendo casado com dona Maria d’Alemcastro, filha de dom Luis d’Alemcastro, neto do mestre de Santiagou dom Jorge, falleceo moço deixando da dita senhora hum filho herdeiro minino que oje vive e hũa filha.’

¶ Cousas mui honrrosas, serviços mui notaveis do dito Simão Gonçalvez da Camara, genro do dito dom Gonçalo de Castelbranco, e socorros que deu mui importantes [fl. 120 v] nos luguares d’Africa e em outros da conquista da Coroa deste reino se achão nas chronicas, que não aleguo por brevidade porque o dito basta pera se entender a callidade deste e dos mais genrros do dito dom Guonçallo.

¶ As outras duas filhas mais moças, dona Meçia Pereira e dona Maria Vallente, forão freiras no moesteiro de Chellas junto a esta çidade de Lixboa e nelle forão soçessivamente prelladas e tinhão particullares obri-guações do guoverno do dito moesteiro, e o moesteiro a ellas pellos le-guados que seus avoos e parentes avião deixado pera sustentação do dito convento, como atras en seus luguares fica declarado. E por esta rezão nas

123 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Camaras”.



obras da casa e igreja avia em muitos luguares as armas desta linhagem que tão sem rezão forão delles tiradas.

E posto que el-rei dom João o segundo tinha feito merçe a dom Gonçalo de Castelbranco dos direitos do serviço real novo e velho da çidade de Coimbra pera a dita sua mulher dona Britiz Vallente, fallecendo elle primeiro não ordenou Deos que fosse assi, antes a dita dona Britez, depois de aver os filhos e filhas sobreditos foi a que primeiro falleço, e depois de sua morte casou o dito guovernador dom Guonçallo con¹²⁴ dona Guiomar de Castro, filha de Alvaro de Sousa, moordomo moor d’el-rei dom Afonso quinto, sendo ella ja veuva de dom Pedro, filho herdeiro de dom Pedro de Mello, conde da Atalaia, mas da dita dona Guiomar não ouve o dito dom Guonçallo filhos.

¶ Teve mais o dito guovernador dom Gonçalo hũa filha bastarda per nome dona Isabel de Castelbranco¹²⁵, mulher de Dioguo Afonsso d’Aguiar, o moço, da ilha da Madeira, da qual ha oje algũs fidalguos deşçendentes que são Ambrosio d’Aguiar e os que delle vem. Constão todas estas cousas das filhas do dito dom Gonçalo e de seus casamentos e estado de vida de ambos os livros das linhagens de Damião de Goes e de dom Antonio de Lima, e da arvore antigua do dito dom Manoel de Castelbranco e das chronicas e documentos açima allegados, e são cousas sen duvida.

Capitulo Lbiii.

De dom Lopo de Castelbranco, filho 4º do guovernador dom Gonçalo de Castelbranco, e das capellas que desta linhagem ha na igreja de S. Martinho de Lixboa e letreiro do dito dom Gonçalo.

He meu intento neste sumario, na rellação das pessoas de que se nelle [fl. 121] trata, seguir aquella ordem con que a leitura fique menos confusa

124 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Sousas”.

125 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Aguiares”.



sem ter respeito a outra cousa. Por esta causa, posto que dom Lopo de Castelbranco foi o filho quarto e mais moço dos machos do guovernador don Guonçalo seu pai, e o mais velho delles foi o conde dom Martinho, contudo, porque avendo menos desçendenças dos mais moços se seguirá mais clareza tratando delles primeiro o faremos assi. E do mais moço iremos sobindo per ordem atee o dito conde filho mais velho, cujas cousas, serviços, carguos, filhos e filhas e desçendemtes se ouverão de ser primeiro rellatados que fallaramos en seus irmãos não poderão deixar de gerar grande confusão. Assi que sendo este capitulo do dito dom Lopo de Castelbranco, por falleçer moço não tenho delle muito que dizer, somente que falleço solteiro sem filhos no ano de Christo 1495, mas deixando ordenadas suas cousas em seu testamento e dispondo do seu nelle con tanta providençia como varão de perfeita idade. Foi o dito testamento feito em Evora ao primeiro de janeiro do dito ano. Nelle apartou o dito dom Lopo os bens moveis que deixou a suas irmãs leigas e hirmão dom Pedro iguualmente, e a seu irmão dom João (porque parece levava ja a ordem da vida ecclesiastica que seguio) não deixou nada, porque por esta mesma rezão excludo tãoobem as irmãs freiras como expressamente no dito testamento declara. E a seu irmão dom Martinho, que então ainda não era conde, mas do conselho d’el-rei e seu veedor da fazenda, deixou os bens de raiz em morguado, com encarguo que dos rendimentos delles se disesse pera sempre hum meio anal de missas (que elle chama meia capella) na igreja de São Martinho desta çidade de Lixboa, na capella que nella fundou o dito guovernador dom Gonçalo seu pai, com obriguação de outro maio anal de missas, por que juntas ambas estas obriguações se ficasse dizendo hũa missa cotediana na dita igreja pellas almas do dito seu pai e mai e sua delle dom Lopo. E que no pagamento das missas e mais obriguações da capella e soçessão dos bens que lhe deixava se guoardasse aquella forma e disposição que o dito dom Guonçallo seu pai na sua deixara e que se tinha en soçeder no seu morguado, com o quoad os ditos bens avião de andar e andão juntos, porque a vontade do dito testador foi, como no dito testamento manifestamente dá a entender lembrando-se do devido paternal e grandes benfições que do dito seu pai e mai tinha reçebidos, acreçentar [fl. 121 v] o seu morguado e capella no spritual pera proveito de suas almas, e no temporal pera maior honrra de suas memorias e linhagens. Os bens que pera isto nomeou e separou forão hũa quimtã das Serzedas, entre



Lixboa e Torres Vedras, hum casal que se chamava “o casal do Penedo” junto com Sintra, outros casaes que chamavão “de Fernão d’Aires”, outro mais que chamavão “o do Mourão” junto com a Povia em Santiagu dos Velhos. Das quais propiedades quis aqui fazer expressa menção porque, vendo-sse por ellas e pello mais que o dito dom Lopo tinha e deixava a outras pessoas o que importava sua legitima, se entenderá bem quantos bens e renda patrimonial teve o guovernador dom Gonçalo seu pai, que de dez filhos e hum delles morguado, a quem sempre se deixa o principal das terças, podião caber tantos bens moveis e de raiz ao filho mais moço. E, çerto, se oje se contarem os casaes da Alforrabeira que foi sua e outros muitos com muitas quintas, herdades e propiedades que teve no termo desta çidade, em Torres Vedras, em Sintra e em outros muitos luguares da banda d’aquem e d’alem, fazia espanto tão grossa fazenda naquelle tempo.

E advirto aqui que esta capella de que se faz menção no testamento de dom Lopo de Castelbranco se pode entender hũa de duas na dita igreja de São Martinho, porquanto ambos¹²⁶ são desta linhagem – *scilicet*– a capella moor, em cujo retabolo no frontispício delle estão as armas desta familia, e dentro da dita capella (que pera este hefeito he por baixo vam feita de abobada) está o jaziguio em que se lanção en carneiro atee se comerem os corpos dos possoidores destes ditos morguados, e nas paredes da mesma capella moor estão dos passados alguns letreiros (cujos ossos ali forão traslladados do carneiro) escritos em pedras pretas com letras de ouro, entre os quais está o do dito guovernador dom Gonçalo, que abaixo irá treslladado. Ha mais na dita igreja de São Martinho outra capella, no corpo da igreja junto a porta principal da parte do Evãogelho, onde estão as armas dos Castelbranco em escudos de tavoas, e no tecto do forro da dita capella; e nella se enterrão alguns desçendentes desta linhagem que não são os possoidores dos morguados da Povia e casa de Portimão, e esta he a do dito dom Gonçalo e dom Lopo. E porque nos não fica outro lugar mais acomodado que este pera por o letreiro do dito guovernador dom Gonçalo, que está na dita igreja na capella moor como acima fiz menção, o treslladarei [fl. 122] aqui quanto a elle toca, que diz desta maneira:

126 Possível erro por “ambas”.



¶ “Aqui jaz dom Gonçalo de Castelbranco, senhor de Villa Nova de Portimão, monteiro moor, almotaçee moor, escrivão da puridade, veedor da fazenda d’el-rei dom Afonso o quinto e seu testamenteiro, em cujo serviço e companhia foi na tomada de Arzilla em Africa; e en Castella, con çento e vinte de cavallo rompeo a primeira batalha na de Touro. Jazem com elle dona Britez Vallente, sua molher, e seu filho dom Martinho”.

¶ Do mais que pertence a estas capellas se tratará no fim deste sumario, no derradeiro capitulo delle, quando tratarmos das capellas mores e jaziguos que os desta linhagem tem en diversas partes e moesteiros deste reino.

Capitulo Lix.

De dom João de Castelbranco, terceiro filho do guovernador don Gonçalo, embaixador que foi en Roma en tempo d’el-rei dom Manoel e que laa falleçeo elleito bispo de Lameguo, e das cartas que sobre elle escreveo o cardeal João de Mediçis e depois de ser papa Leão deçimo.

Todos os filhos do guovernador dom Guonçallo mostrarão bem serem seus filhos e imitadores de suas callidades e partes, cada hũ conforme ao tempo de vida e estado que teve. E conforme a isto proçedeo dom João de Castelbranco, seu terceiro filho, que foi o primeiro desta linhagem e apellido de Castelbranco (rellatada neste sumario) que seguio a via ecclesiastica, e o primeiro bispo nella, inda que não he ja so nesta dinidade, como adiante veremos, quando tratarmos do bispo de Coimbra e conde de Arguanil que oje he e que o tãoben foi do Algarve, e d’outras pessoas de ordem que nesta famillia ouve. Porem, posto que o dito dom João de Castelbranco não seguisse as armas como os mais de que desçendia, não lhe impedio sua profissão de cleriguo servir seu rei nas cousas e carguos que ainda que fossem mais ordinarios en secullares não erão incompativeis nem indeçentes a seu abito e estado, como abaixo veremos.

[fl. 122 v]



No testamento que o guovernador dom Gonçalo fez chamando-se ainda Guonçallo Vaz de Castelbranco ao tempo da jornada da tomada de Arzilla, sendo ja vedor da fazenda, diz que sua tenção he que o dito seu filho João seja cleriguo se sua vontade não fosse en contrairo depois que chegasse a idade pera a poder ter, e que por ser muito minino naquelle tempo mandava que tanto que chegasse a idade de poder vencer moradia fosse assentado nos livros d’el-rei, conforme a hum alvara que de sua alteza pera isso tinha e depois de ser filhado com declaração que sua alteza o filhava pera o estudo, e de outra maneira não (que parece devia de ser costume daquelle tempo fazer-se a tal declaração, ou era este foro de capellão) se saísse de casa d’el-rei pera o estudo. Vivendo depois o dito guovernador dom Gonçalo mais tempo, parece que perseverou en por o dito seu filho dom João nesta via de estado ecclesiastico, e que elle se conformou na obediência e efeito com esta vontade de seu pai. Semdo moço, como neste reino então não avia universidade, passou a Italia e aprendeo na universidade de Pisa, que naquelle tempo era das mais çelebradas della e onde concorrerão muitos letrados dos mais insignes daquelles tempos cujas obras temos. Ali teve no estudo grande amizade com hum nobillissimo senhor da famillia dos Mediçis, duques e senhores de Florença, que ja então, posto que muito moço, era cardeal e depois foi papa Leão deçimo, de gloriosa memoria por seus feitos, letras, partes e grandes virtudes. A amizade que nas escollas tiverão se acreçentou depois en Roma sendo o dito dom João Castelbranco embaixador nella por o felliçissimo rei dom Manoel, en cujo serviço, estando na dita corte, o dito dom João Castelbranco foi eleito bispo de Lameguo. E antes da posse e ainda creio que antes da consagração, adoeção da imfirmidade de que falleço. E estando no derradeiro termo da vida, pouco antes de espirar fez hum escrito por sua mão pera seu irmão dom Martinho, de quatro ou çinco regras e de tal letra que bem mostrava o estado en que estava, mas de tal nota que he mui claro sinal de perfeito juizo con que se achava naquella hora, o qual eu vi e nelle dizia ao dito seu irmão que ao lançar da alma lhe escrevia aquelle e lhe fazia saber como deixava por testamenteiros ao dito cardeal de Mediçis juntamente com o doctor Fenão Gonçalves, aos quais se remete. E segundo consta per hũa carta do dito cardeal de Mediçis pera o dito dom Martinho, falleço o dito dom João [fl. 123] de Castelbranco no ano de 1511. He a dita carta escrita em latim com mui grave e ellegante estillo, representando



com muitas palavras quão grande fora a amizade que com o dito dom João tivera e quão to en lugar e amor de irmãos se tratarão, não passando dia que se não vissem e conversasse e encarecendo no mesmo grao o grande sentimento que de sua morte tivera e a muita neçessidade que de consolação por ella tinha. E depois, no ano de 1521, sendo o dito cardeal de Mediçis ja papa Leão deçimo, estando o dito dom Martinho conde de Villa Nova em Saboia com a armada en que levara a infante dona Britez, lhe escreveo o mesmo papa outra carta pedindo-lhe fizesse deter a armada atee lhe vir reposta d'el-rei dom Manoel a quem elle tinha mandado pedir que o ajudasse com o socorro della pera, juntamente com a do emperador, defenderem o estado da Igreja dos periguos de guerra que então temia. E nella lhe renova as lembrãoças da amizade antiga que tivera com seu irmão e por ellas lhe mostra maior confiança do conde fazer o que lhe pede. E porque estas cartas são mui notaveis e raramente por semelhantes palavras e en tais materias as escrevem os cardeais e papas aos senhores e fidalguos de Espanha, especialmente aos de Portugal, que, por estarem mais apartados tem com elles menos conhecimento, prestança e amizade, me pareço que não seria a ninguem molesto o tresllado dellas aqui posto, o quoa fielmente tirado de letra a letra em portuguez diz assi, posto que lhe falte a graça e gravidade que a lingua latina consiguio tras:

Carta do cardeal de Mediçis treslladada de latim em portugues.

Sobrescrito

Ao manifico varão dom Martinho de Castelbranco como a nosso irmão honoratissimo.

Leitura da carta

Manifico varão e como irmão nosso honoratissimo, saude. Desde o tempo que com vosso irmão dom João de Castelbranco, de boa memoria, tomamos amizade no estudo de Pisa sempre enquãoto naquelle lugar moramos o amamos con grande amor e afeição, mas depois que nós primeiro, e depois dahi a muito tempo elle veio a esta corte, não soamente conser-vamos, mas ainda acreçentamos a mesma amizade contrahida e começa-da em Pisa, porque não avia dia nenhum [fl. 123 v] que não estivessemos



juntos e guozassemos de nossa mutua benevolência. Daqui vem que por a morte de hum tal varão e amigo ajamos que nos foi tirado hum mui bom irmão e sintamos intimamente ser privados da sua conversação e irmão-
dade daquelle com o qual alegremente em amor não fingido viviamos. E ainda que nós en tal caso tenhamos neçessidade de não pequena conso-
lação, contudo, considerãodo isto estar assi por a natureza ordenado, que todas as cousas que naçerão morrão, não podemos nem devemos deixar de nos aquietar com esta neçessidade, ha qual todo o mundo he forçado obedecer. Portanto vos exçitamos e rogamos muito que, consideradas as
cousas sobreditas, sofraís comnosco moderadamente este caso que por nenhums remedios pode ser reparado, e cuideis delle ter passado pera a vida mais quieta. De nós pode vossa manifiçençia esperar tudo aquillo que delle sendo vivo devia e podia desejar. Estas cousas forão causa que elle pouco antes que faleçesse, indo eu visita-lo, nos roguasse que tomassemos o carguo de dispor de suas cousas juntamente com o veneravel Fernão Gonçalves, varão çerto, bonissimo e mui inteiro, o que nós recebemos que fariamos, cobrando contudo hum breve escrito seu assinado por sua mão por sua vontade. Assi que na disposição de suas cousas com o mesmo Fernãodo proçedemos da maneira que por sua relação e por alguns papeis en que tãobem puzemos nossa mão vossa manifiçençia façilmente poderá entender. E quãoto aos seus benefícios que eu tinha pera minha pessoa impetrados, seguimos a ordem que elle tinha dado, porque a abadia da igreja de Çedofeita demos ao mesmo Fernãodo e o moesteiro de São Romão a Pedro Fernandez, seu camareiro. Dos mais benefícios, se porventura vós alguns delles por seu mandado renunçiastes, não ha nelles outra cousa que dizer; porem, se ha alguns ainda por comferir, não os avemos de conçeder senão hà vontade de vossa manifiçençia e não de outra maneira, portanto esperamos vossas cartas sobre isto, as quais recebidas daremos a execução sua deliberação. E pera que não sejamos molestos com carta muito comprida, reportamo-nos en tudo hà rellação do dito Fernãodo, o quoyal de tal maneira se ouve com o nosso bom irmão, assi vivo como morto, que de todos por isso deve ser mui louvado, e vossa manifiçençia o deve amar e dar-lhe inteiro credito e totalmente persuadir-se que enquanto vivermos continuamente estaremos prontissimos nas cousas [fl. 124] que pertencerem ao proveito e honrra de vossa manifiçençia e de todas as que entendermos que deseja. Portanto, quando as



cousas o pedirem, use vossa manifiçençia con tanta comfiança de nosso serviço, com quãota usara do mesmo seu irmão. Dada em Roma, a 20 de setembro de 1511, como irmão João, cardeal de Mediçis.

¶ Tresllado da outra carta do papa Leão deçimo ao conde de Villa Nova.

Sobrescrito

Ao amado filho, nobre varão Martinho, conde de Villa Nova.

Leitura da carta.

Amado filho, saude e apostollica benção. Os dias passados escrevemos ao nosso charissimo en Christo filho Emanuel, illustre rei de Portugal, que esta sua armada mui aperçebida (a quoyal avia mandado pera honorificamente vir nella acompanhada sua filha e ser trazida a seu marido, da ajuda da quoyal (que nos elle muitas vezes ha muito tempo tinha por si oferecido que nos daria) ao presente tinhamos neçessidade pera defender nosso estado e o da Santa Igreja Romana) sua magestade mandasse que se ajuntasse com a nossa armada e com a do emperador, e somos çertos que sua magestade com mui boa vontade o fara, prinçipalmente em tão cheguado periguo da See Apostolica. Porem, porque poderia ser que não viessem as suas cartas pera este negoçio se por em obra tanto a tempo como he neçessario, pedimos a vossa nobreza mui afincadamente amoestando-o e exortando-o no Senhor que queira procurar que esa armada se não parta loguo antes que vossa nobreza receba cartas e mandado do mesmo rei, as quais não podem por nenhuma maneira tardar muito, porque por duas vias por portadores çertos escrevemos sobre isto a sua magestade. E nisto por este respeito mais comfiança temos que vossa nobreza nos queira gratificar, porque temos em lembrança o amor e benevolençia que dom João de boa memoria, vosso irmão, sempre teve pera comnosco, o quoyal amor não duvidamos que tãobem vós nos guardeis, pois nós a mesma vontade que pera com elle tivemos guoardamos ja pera convosco e guoardaremos sempre sem faltar nunca, avendo ocasião, a vossa honrra e proveito, como vos dira nosso amado filho dom Miguel da Silva, embaixador do mesmo rei [fl. 124 v] nesta corte por suas cartas, e o portador desta outrosi, nosso amado filho João Christhovão, nosso familiar, mais larguamente em presença vos declarara, aos quais dareis fee. Dada em Roma, no paço de São



Pedro sob o sinete do Pescador, a seis dias de outubro de 1521, nono ano de nosso pontificado. Firma do datario: Ja[copo] Sadoletus.

E posto que estas cartas, por serem escritas ao conde dom Martinho, poderão parecer que têm lugar mais propio quando se delle tratasse, contudo, pello que tocão e declaração das cousas do dito dom João de Castelbranco, que he a mais çerta e perfeita notiça que dellas temos, me não pareço impropio, mas neçessario, treslladaren-se aqui.

O que açima fica dito neste capitulo, que o dito dom João foi bispo eleito de Lamego e embaixador, consta da carta da arvore do dito dom Manoel de Castelbranco e do livro de dom Antonio de Lima quasi no fim do titulo desta linhagem, e hũa das igrejas que elle teve veio depois a dom Antonio, filho do conde de quem se adiante ha de fallar. E assi lhe veio a dinidade de daião da see desta çidade de Lixboa que tãobem foi do dito dom João.

Capitulo Lx.

De dom Pedro de Castelbranco, 2^o ¹²⁷ filho do guovernador dom Guonçallo, e de sua molher e filhos.

Dom Pedro de Castelbranco, 2^o¹²⁸ filho do guovernador dom Guonçallo, sendo moço servio ao príncipe dom João, rei que depois foi segundo do nome, como consta do testamento que o dito guovernador fez no tempo da tomada de Arzilla, que muitas vezes atras vai alleguado. Nelle declara o dito seu pai como o príncipe ja naquelle tempo pedira a el-rei seu padre o offiço de almotaçee moor pera depois da morte do dito dom Guonçallo (que o tinha) ficar ao dito dom Pedro seu filho, assi como lhe tinha dado o de veedor da fazenda pera dom Martinho, filho mais velho, e que el-rei, posto que lhe não passara disso carta nem alvara, mostrara niso tal vontade que o dito Guonçalo Vaz declara no [fl. 125] testamento que tem esta merçe por tão çerta como se della carta sellada tivera; porem, não me consta que o dito dom Pedro tivesse tal offiço. Acho imformação, ainda que de pessoas que na lembrança diso de todo se não affirmão, que o dito

127 Corrigido sobre: “terçeiro”.

128 Corrigido sobre: “terçeiro”.



dom Pedro de Castelbranco foi no feito da Graçiosa, que foi hũa villa que el-rei dom João o segundo, no ano de 489, mandou fundar e fortificar com sua fortalleza em Africa, pello rio açima de Larache, para o qual efeito per duas vezes mandou muita gente: na primeira foi por capitão moor della Guaspar Jusarte, hum fidalguo que na materia das traições tinha a el-rei ben servido; e na segunda foi dom João de Sousa, do conselho d’el-rei e mui espeçial cavalleiro entre os de seu tempo. Entre ambos levarão mil e quinhentos fidalguos e cavalleiros, todos da casa d’el-rei, e a frol de toda a corte, como por estas pallavras conta Guarçia de Resende na chronica do dito rei dom Joao o segundo, capitulo 80. E indo assi a dita empreza os prinçipaes fidalgos cortesãos, asaz de crer he que não ficasse fora deste conto o dito dom Pedro de Castelbranco, que, alem de ser continuo nella e maçebo, era outrossi filho e irmão dos que sempre erão dianteiros en todo o serviço.

Ha mais outra çircunstância que ajuda com mais firmeza a crer que o dito dom Pedro se achou neste feito, e he que creçendo o perigo da dita empreza, mandou el-rei tres fidalguos prinçipaes e de muita autoridade e mui açeitos a elle e conhecidos por mui vallerosos cavaleiros pera se informarem das dificuldades do neguoçio e con seu parecer se determinar el-rei no que faria. E hum destes tres foi dom Martinho de Castelbranco, irmão mais velho do dito dom Pedro, que quando d’antes não fosse não he provavel que então deixasse de acompanhar seu irmão estando na frol da sua idade. E o que soçedeo na dita jornada da Graçiosa e no çerco que tiverão d’el-rei de Fez Molei Xeque, e o fim que tudo teve com o mais que no caso passou relataremos mais copiosamente quando tratarmos dos serviços do dito dom Martinho, que não foi este o menor seu.

¶ Casou o dito dom Pedro de Castelbranco com dona Isabel de Mendoça, filha de Nuno Furtado de Mendoça, aposentador moor d’el-rei¹²⁹ dom Afonso o quinto, que foi irmãa de dona Ana de Mendoça, mai do mestre de Santiago e Avis, dom Jorge. Da qual senhora ouve os filhos e filhas seguintes: dom Antonio de Castelbranco, que faleçeo moço sen geração; dom Simão, de quem trataremos no capitulo seguinte; dom Guonçalo, filho terçeiro, que outrossi falleçeo sem desçendentes; dona Antonia, filha

129 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Mendoças”.



mais velha, que casou com Jorge de Mello Pereira, mestre sala da rainha dona Lianor, terceira mulher d'el-rei dom Manoel, mai da ifante dona Maria que esta en gloria.

[fl. 125 v]

¶ Da dita dona Antonia, filha primeira do dito dom Pedro de Castelbranco e do dito Jorge de Mello Pereira¹³⁰, seu marido, proçederão os filhos e desçendentes seguintes – *scilicet*– oito filhos machos, quatro dos quais falleçerão meninos, de tres delles cada hum se chamou soçessivamente Pedro Vaz de Castelbranco e o outro Rui de Mello; e assi mais outros tres, per nomes Manoel de Mello, Dioguo de Mello e Rui de Mello, que falleçeo de idade de 17 atee 18 anos. E ao dito Manoel de Mello matarão por desastre a traição cuidando que matavão outrem. De todos estes sete não ficou desçendencia. O oitavo filho mais velho que algũs dos sete sobreditos e mais moço que outros foi Martim Afonsso de Mello, que oje vive, o qual casou primeira vez com dona Fellipa de Mendoça, filha de Françisco Correa¹³¹, senhor de Bellas e de dona Ana de Mendoça sua mulher, e he ora segunda vez casado com dona Isabel de Sousa, filha de João de Sousa de Mello¹³²; e de nenhũa das ditas mulheres ouve filhos.

Alem dos ditos oito filhos machos, teve a dita senhora dona Antonia do dito Jorge de Mello, seu marido, quatro filhas: dona Villante e dona Meçia (que falleçerão mininas) e dona Isabel, que ha poucos anos que faleçeo e por ser muito doente não foi freira nen casada.

A quarta filha da dita dona Antonia foi dona Maria de Mendoça, que oje vive, mulher de dom João de Meneses¹³³, alferes moor d'el-rei dom João o terceiro, dos quais naçerão tres filhos e tres filhas. O mais velho dos machos foi dom Luis de Meneses, alferes moor que foi d'el-rei don Sebastião e a elle açeito; falleçeo cativo na jornada d'Africa. Delle e de dona Çizila de Noronha¹³⁴, sua mulher, filha de dom Pedro de Noronha, senhor de Villa

130 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Mellos, Pereiras”.

131 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Correas”.

132 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Mellos Sousas”.

133 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Meneses”.

134 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Noronhas”.



Verde, nação dona Françisca de Noronha, sua filha, condesa que oje he do Redondo, molher do conde dom João Coutinho¹³⁵.

¶ O segundo filho macho da dita dona Maria de Mendoça he dom Jorge de Meneses, alferes moor que ora he destes reinos, atualmente capitão em Çofalla, mui conhecido por seu esforço e proçedimentos; he casado con dona Fellipa, filha de Afonso de Torres e de dona Vilante de Mello.

O terceiro filho foi dom Guonçalo de Meneses, que falleceo na India solteiro, depois de sair mui rico de capitão d'Ormuz, de que ficou hũa filha bastarda.

¶ Das tres filhas da dita dona Maria de Mendoça, netas da dita dona [fl. 126] Antonia, bisnetas do dito dom Pedro, duas dellas, dona Antonia de Mendoça e dona Britez forão freiras no moesteiro d'Arouca, e dellas a dita dona Britez he fallecida.

¶ A terceira filha, per nome dona Lianor de Castro, casou com don Simão de Meneses tio, irmão do pai de dom Simão de Meneses, “o Roxo”, e de seus irmãos. E do dito seu marido ouve quatro filhos machos, dous que se chamavão dom João e o outro dom Anrique e outro dom Dioguo de Meneses, que todos falleçerão mininos. E afora eles são oje vivos don Sebastião e outro terceiro dom João de Meneses, e assi mais duas filhas, dona Maria de Mendoça e dona Guimar de Castro. E nos sobredits se acaba de rellatar a linha dos filhos e netos e mais desçendentes da dita dona Antonia, filha primeira do dito dom Pedro de Castelbranco.

¶ A segunda filha do dito dom Pedro se chamou dona Marguarida, que falleceo solteira sen casar. A terceira foi dona Caterina, freira das comendadeiras de Santos en Lixboa. E posto que da dita dona Marguarida, segunda filha, e dos filhos primeiro e terceiro se não faz menção em ambos os livros das linhagens de Damião de Goes e de dom Antonio de Lima, foi causa disso morrerem em pouca idade sem desçendentes. E por tãobem os não ter a freira dona Caterina não falou della o dito dom Antonio, mas

¹³⁵ Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Coutinhos”.



de todos os que aqui nomeo me constou per imformação de pessoas que deste particullar sabião a çerteza.

Capitulo Lxi.

De dom Simão de Castelbranco, filho de dom Pedro de Castelbranco, neto do guovernador dom Guonçalo, e de sua molher e filhos, e especialmente de don Antonio de Castelbranco, seu filho illegitimo que servio de capitão de Ormuz, e das filhas todas e de tres filhos que falleçerão moços.

De dom Pedro de Castelbranco o filho varão (de que ouve desçendençia) foi somente don Simão de Castelbranco, que no naçimento foi filho segundo e, por falecer sem filhos o mais velho, entrou em lugar do primogenito, como consta do que fica dito no capitulo atras. Este fidalguo, sendo mançebo [fl. 126 v] e solteiro, esteve por fronteiro em Azamor dous anos, sendo capitão daquelle çidade dom Alvaro de Abranches. E depois, vindo ao reino por agravos que teve d'el-rei, se foi pera Castella e dahi se foi adiante e se achou com o emperador na jornada de Argel, mais cristã e poderosamente emprendida que prosperamente acabada. Nella, sobre el-rei de Portugual (materia en que sempre embicarão castelhanos e en que não foi esta soo vez a que lhe forão a mão fidalgos desta linhagem, como adiante tãoobem noutro lugar veremos) teve o dito dom Simão Castelbranco hũas mui honrrosas diferenças e brigas com hum prinçipal senhor ou fidalguo de Castella, das quais sendo el-rei dom João o terceiro avisado per carta de dom Françisco Lobo, seu embaixador, mandou aguardeçer muito ao dito dom Simão o que nisso fizera. '

¶ Casou o dito dom Simão com dona Maria de Meneses, filha de Manoel de Noronha, irmão de Simão Gonçalvez da Camara, capitão da ¹³⁶ ilha da Madeira, que estava casado com hũa tia do dito dom Simão, irmã de seu

¹³⁶ Na margem esquerda, em letra do século XVI: "¶ Camaras".



pai, como ja atras fica declarado. Delle e da dita senhora naçerão os filhos e filhas seguintes: dom Jeronimo de Castelbranco, filho primeiro; dom Guonçalo, segundo; dom Antonio, terceiro; dom João, quarto; dom Luis, quinto; dom Jorge, sexto; dom Pedro, seitimo; dona Antonia, filha mais velha; dona Isabel; dona Britez; dona Ana. E teve mais o dito don Simão dona Maria, filha illegitima, freira de Santos de Lixboa. De todas consta que não forão casadas, mas freiras. Alem de todos estes filhos e filhas teve o dito dom Simão hum filho bastardo per nome dom Antonio de Castelbranco, que depois de sirvir dez anos na India e se mostrar mui esforçado nella en todas as ocasiões de guerra que no discurso do dito tempo ouve desde o tempo do conde de Redondo, viso-rei, por diante, foi despachado por capitão de Chaul. E estando em Ormuz com dom Martinho de Castelbranco, seu primo, filho do meirinho moor dom Afonso de Castelbranco, que era capitão da dita fortalleza, por falleçer o dito dom Martinho ficou en seu lugar na dita capitania e depois de a sirvir algum tempo tãoobem falleçeo na India antes de entrar na sua de Chaul. Dos filhos legitimos falleçerão moços dom Guonçalo, filho segundo; e dom Luis, filho quinto, que algum tempo servio de pagem da campainha a el-rei dom João terceiro; e dom Pedro, filho setimo; de que todos e do dito dom Antonio, filho não legitimo, não ficou desçendencia algũa. Dos outros quatro irmãos, dom Jeronimo, dom Antonio, dom João e dom Jorge daremos rellação nos capitulos seguintes.

[fl. 127]

Capitulo Lxii.

De dom Jeronimo de Castelbranco e de dom Antonio de Castelbranco, seu irmão legitimo, filhos primeiro e terceiro de dom Simão de Castelbranco, e de seus muitos e esforçados serviços na India, com o que mais delles ha e de seus descendentes.

Dom Jeronimo de Castelbranco, filho mais velho de dom Simão, e don Antonio de Castelbranco, filho terceiro, andarão muito tempo ambos na India. E porque a maior parte dos seus serviços e cousas notaveis que



nelles lhe soçederão foi indo ambos d'armada e ajudando hũ ao outro nas pellejas, me pareço que assi como juntos andarão nos feitos, assi os devia tãobem fazer companheiros na leitura deste capitulo e relação de suas cousas, falando, porem, ora separadamente de cada hum, ora juntamente de ambos, como as cousas e verdade dos soçessos o requererem. Ambos forão pera a India em hũa viagem tendo a guovernança della dom João de Castro no ano de 547, depois de segundo çerco de Diu, acabado do dito ano de 47, atee a vinda do viso-rei dom Afonso de Noronha, em cuja conserva o dito dom Jeronimo se partio pera o reino, em que ouve ao todo nove ou dez anos de espaço. Residirão ambos os ditos irmãos na India achando-se em todas as cousas de guerra que nella ouve depois de sua chegada e em todo o tempo que, apos o dito dom João de Castro, guovernarão Guarçia de Saa, Jorge Cabral e o dito dom Afonso. E depois da vinda do dito dom Jeronimo ficou dom Antonio ainda servindo todo o tempo do guoverno do viso-rei dom Pedro Mascarenhas e do guovernador Francisco Barreto, durando o quoa se veio para o reino o dito dom Antonio. Dos dez anos que na India servio dom Jeronimo, hũ soo delles foi soldado e nos nove foi sempre capitão. Dos serviços que fez, os de que tenho notícia são os seguintes.

En tempo de Jorge Cabral, estando o Malabar todo de guerra e Cochim cercado por el-rei de Calecu e pellos amoucos da pimenta, mandou o guovernador muitos homens fidalguos e capitães a socorro, os quais, por ser inverno e por andar o mar cheo de paraos de imiguos, não passarão dos ilheos de Guoa. So dom Jeronimo de Castelbranco passou na sua fusta com trinta soldados e foi ao dito socorro e levou polvora, de que avia em Cochim muita neçessidade, e andou nos rios pe[fl. 127 v]lejando todos os dias atee que chegou o guovernador Jorge Cabral com detreminação de dar em Bardella, ilha dos ditos rios. Estando pera o fazer chegou do reino o viso-rei dom Afonso, que lho estrovou e mandou aos fidalgos que o não seguissem na dita empresa. Guovernando depois o dito viso-rei, mandou a dom Jeronimo d'armada com seu sobrinho dom Antão por capitão de hũa gualceota que soo hia na frota, por tudo o mais serem fustas, a tomar Catifa, hũa fortaleza d'el-rei de Ormuz pelo estreito do mar Roxo, a qual tinham tomado turcos. Nesta jornada hia dom Antonio de Castelbranco com o dito dom Jeronimo, seu irmão. A fortaleza foi tomada pelos



nossos, vencendo com muito esforço aos turcos. E o primeiro capitão que sahio en terra e combateo os imigos com a gente de sua gualleota atee os ençerrar na fortalleza foi o dito dom Jeronimo, e o dito dom Antonio seu irmão foi o primeiro que ali matou turco a lança e pos ferro nos imiguos. Consta isto de hum tratado desta jornada que fez Jeronimo Luis, ouvidor geral que foi na India, que na dita armada hia por veedor da fazenda de Ormuz e o enviou a este reino a el-rei.

No ano de 53 passarão a Baçoraa vinte gualees de turcos, e no caminho tomarão Mascate que he do reino de Ormuz e assi tomarão tãobem a mesma cidade e a saquearão e baterão a nossa fortalleza dezasete dias, sendo capitão della dom Alvaro de Noronha, filho de dom Garcia de Noronha, viso-rei que fora na India. Ao socorro da dita fortalleza foi por capitão moor dom Antonio de Noronha, irmão do dito dom Alvaro, e com elle foi dom Jeronimo de Castelbranco em hũa fusta. Mas quando chegarão era ida a armada do turco. Porem, o dano recebido, de que então se não tomou satisfação, foi pouco depois vinguido pello esforço do dito dom Jeronimo de Castelbranco pello modo que se abaixo diraa.

No derradeiro ano do guoverno do dito viso-rei dom Afonso, mandou elle seu filho dom Fernão de Noronha em março em hũa grossa armada com regimento que fosse pelo estreito de Meca e que se tivesse tempo tomasse Doffar, hũa çidade e fortaleza de Arabia Felix, sogeita então ao turco, afastada muito alem das portas do estreito. Foi dom Jeronimo com elle em hũa caravella (que ja em outro luguar neste sumario mostrei, alegão do [fl. 128] João de Bairros, en quãoto melhor conta e de quanto mais efeito e quanto por mais gurreiro navio era tida na India que gualioões nem outros navios maiores). Partido dom Fernando e sendo sobre Dofar, mandou desembarcar a gente dos navios grossos en fustas e mandou a dom Jeronimo de Castelbranco que fosse reconhecer a desembarcação. Era o rolo do mar tamanho que lhe alagou e pos en terra hũa embarcação pequena en que hia. E assi por terra foi dom Jeronimo a pee hum espaço contra huns morros altos a reconhecer delles e fez sinal a dom Fernando que desembarcasse. E deixando dous homens en cima dos morros, hun delles soldado portuguez e outro siçiliano, mestre do navi[o]¹³⁷ de dom Jeronimo,

137 No ms.: navia.



elle se veio dar ordem a desembarcar a sua gente da dita caravella. Neste tempo os mouros da cidade sairão a pellejar com os nossos por ver se lhe podião tolher a desembarcação, e vendo aos dous homens que estavam nos morros derão nelles, os quais, vendo-os sobre si, se vinhão recolhendo. E dom Jeronimo da praia donde estava lhes bradou que virassem aos mouros e não fogissem, dizendo-lhe que se não pellejassem que não poderião escapar por ser a distancia grande pera poder fugir. E o dizer-lhe isto e acodir-lhe foi tudo em hum tempo, e começarão todos tres pellejar com os mouros, e com o rosto nelles se vierão pellejando e recolhendo pera os navios atee a agoa lhe dar pellos giolhos. No qual tempo foi derrubado o portuguez pellos imiguos antes de chegar a aguoa, e dom Jeronimo e o siçiliano o tornarão a defender atee lhe socorrer a gente da armada. E o primeiro homen que se lançou ao mar despido com hũa lança nas mãos a fazer o dito socorro foi dom Antonio de Castelbranco, irmão do dito dom Jeronimo, que alem de nestes tempos não ser nunca dos trazeiros hia-lhe tãobem mais no perigo de seu irmão que aos outros, assi que guiado de amor e esforço he bem pera crer e não pera espantar tudo o que fez. Quando chegarão os que mais depressa desembarcarão acharão mortos muitos dos mouros por mãos de dom Jeronimo de Castelbranco, o qual trazia hũa espada na mão e hũa çelada na cabeça e hũa rodella de aço no braço, em que tinha muitos sinaes de zagunchadas, e nas mais armas sobreditas avia outras semelhantes mostras do que com ellas fizera e recebera. Os mouros erão tantos que andava o campo cuberto delles. Pellejavão com espadas de mão e mea e rodellas e zargunchos, e sendo assi tantos durou a pelleja entre os tres cristãos e os mouros hũa boa hora, [fl. 128 v] de que somente sahio ferido o dito siçiliano de hũa sargunchada por hum hombro. E por o grande rolo do mar que avia não poderão os nossas chegar a terra nem desembarcar mais prestes a socorrer os seus. Mas tanto que sahio a nossa gente e fizerão corpo contra os mouros forão loguo rotos os imiguos e levados a força da espada atee se ençerrarem na fortalleza, a qual se não tomou por ser neçessaria mais detença do que os nossos podião fazer, por respeito de virem ja os ponentes rijos e ser neçessario recolher-se dom Fernando com a armada pera Ormuz, em guoarda da quoa seu pai o mandava com reço das gualees do turco, que avia novas estarem ainda em Bacora, as quais os dous anos atras avião vindo sobre a dita çidade e fortalleza de Ormuz.



Estas gualees do turco, em fim de julho do dito ano de 55 ou de 56, vierão terceira vez a Ormuz pera dahi passarem pera Meca, o que o ano de antes não avião podido fazer por lhe defender a passagem dom Dioguo de Noronha, irmão mais velho de dom Fernão d'Alvarez de Noronha, semilher que foi d'el-rei don Sebastião e capitão geral das gualees do reino. O dito dom Dioguo seu irmão, que foi de mui grão nome e reputação na India, não somente o ano atras impedira a dita armada do turco passar pera Meca como se ora disse, mas pellejãodo com ella a teve em muito aperto e lhe tomou hũa nao de duas que soamente vinhão na armada, por tudo o mais serem navios de remo. E façilmente lhe tomara tãobem ao outra naoo¹³⁸ se não puzera todo o seu intento em desbaratar as gualees, o que fizera de todo se lhe não acalmara o vento. E neste feito se achou dom Antonio de Castelbranco em hũa caravella, e nella deu caça dezasete leguas à armada do turco que foi de caça por a Arabia atee o Magostão na Persia. E com isto se satisfez em parte a afronta en que as ditas gualees o ano antes poserão a hum gualião de Guonçalo¹³⁹ Pereira Marramaque, irmão mais moço de João Rodriguez Pereira, senhor do morguado do Basto, cunhado que foi de dom Duarte de Castelbranco, meirinho moor que oje he deste reino. E posto que tomarão ao dito Guonçalo Pereira em calmaria e por esse respeito se vio em muito grão risco, contudo se defendeo delles sem muita perda dos seus nem do navio.

E tornando a dom Fernãodo de Noronha, vindo elle de Dofar pera Ormuz com sua armada, que era de cinco gualiões e sete caravelas afora muitas fustas, emcontrou as ditas gualees do turco no cabo de Mocandão, doze leguas de Ormuz, as quais erão quinze, todas [fl. 129] reais, e por capitão moor dellas Aliche Levim, mas por então não ouve mais entre hũa armada e outra que jugar de parte a parte da artelharia. Dom Fernão de Noronha por conselho dos pillotos da sua armada se lançou pella banda da Persia, porque de outra maneira não pudera tornar a tomar a dianteira hàs gualees do turco e estrovar-lhe a pasagem pera Meca ou desbarata-llas como era seu intento, porquanto sendo a distançia no dito cabo de Mocondão muito pequena da Persia a Arabia, ventão en cada hũa destas partes os ventos muito diferentes. E da Persia atravessou dom Fernãodo a Mascate

138 "Ao outra naoo": possível erro por "a outra naoo".

139 Segue-se palavra riscada: "Ferreira".



na Arabia e se meteo na fortalleza e ali se fez prestes pera pellejar com os turcos mandando muitas embarcações pequenas a por em vigia sobre a armada dos imiguos. Neste lugar de Mascate mandou dom Jeronimo de Castelbranco vazar em panellas duas pipas de polvora que levava na sua caravela. E tendo dom Fernando novas que as galees imigas vinhão pican-do o remo dos ilheos da Arabia pera Mascate sahio com sua armada do dito lugar de Mascate duas horas ante menhã na volta do maar, e no ilheo que estaa duas legoas do lugar lhe foi amanhecer e vio loguo as ditas quinze gualees ao longuo da terra hũas antre outras picando rijamente o remo, e oulhando por sua armada vio dom Jeronimo de Castelbranco ficar tãobem ao lomguo da terra como os imiguos vinhão e com as vellas tomadas sem o seguir, depesou muito ao dito dom Fernãodo por arreçar que o tomassem os imiguos sem lhe elle poder valler, e contudo se fez loguo na volta das gualees com todo o restante da armada e com pouco vento. As gualees dos turcos sendo ja perto de dom Jeronimo, elle virou sobre ellas con todas as vellas, estando ja dom Fernando casi a fala com elle, e rompeo com a caravella as gualees pelo meio, levando duas atravessadas no beque dela e as emcalhou en terra deixando hũa ancora ao mar pella popa da caravella. Ali lhe servirão muito as panellas de polvora que con singularl aduerten-çia mandara prover e ordenar em Mascate, porque com ellas pelejou mui-to espaço com as duas gualees, e depois dellas acabadas à espada. Neste tempo, dom Fernãodo, por ter pouco fundo, por conselho de dom Antão e de Manoel de Vasconcellos, pessoas de experiençia e credito na guerra, se fazia na volta do mar e com elle se começava tãobem a fazer na mesma volta a mais armada. Mas dom Antonio de Castelbranco, que hia com o dito dom Fernãodo no seu gualião, vendo o perigo [fl. 129 v] en que seu irmão ficava, exhortou ao dito Fernãodo a sorgir dizendo-lhe que pois via o estado de dom Jeronimo não pareçia rezão deixa-lo na[s]¹⁴⁰ mãos dos imiguos e ir-se com hũa armada tão poderosa como a sua era, e que pois o vento e pouco fundo não davão lugar pera mais devia ao menos sorgir atee ver o que o tempo e as cousas mostravão. Dom Fernãodo o fez assi e sorgindo com as vellas encima, sorgirão da mesma maneira os outro[s] quatro gualiões. E as caravellas que avia derão en seis gualees que ficavão de julavento do dito dom Jeronimo e as tomarão, e as sete que estavam de balrravento delle levarão as amarras hà popa, e por então ventar ja rijo

140 No ms.: não.



ficarão virando com as proas em dom Jeronimo e o baterão com a artilharia enquãoto pellejou. E depois de rendidas por elle as duas primeiras guallees que atravessou, as sete guallees de balrravento vizarão a dom Fernão do tirando-lhe com artilharia e elle a ellas por muito espaço em que lhe derrubou os esporões de algũas e casi as desaparelhou todas. Mas hũa dellas se aventurou a passar pella proa do esporão do gualião de dom Fernão do e recebendo dano de hum tiro se salvou contudo, e apos elle pella mesma maneira se aventurarão e salvarão as outras de balrravento, porém perderão-se depois na enseada de Cambaia. Estando dom Jeronimo nos termos que atras ficão ditos sahio dom Antonio de Castelbranco seu irmão do gualião de dom Fernão do tanto que o fez surgir e se lançou em hum tarranquim com outro homem pera ir ajudar e socorrer seu irmão. E chegando a hũa fusta da nossa armada se meteo nella e foi aonde seu irmão estava, o qual achou ferido em hũa perna, mas apercebendo-sse pera a resistência se as guallees tornassem a investir com elle. E pera isso mandava molhar as vellas e navio porque, como dissemos, as de balrravento virarão as proas pera elle. Dom Antonio lhe deitou dentro a metade da gente da fusta en que hia por a de dom Jeronimo estar muito ferida, e com a que lhe ficou foi dom Antonio tomar hũa guallee con que pellejara hum dos navios de alto bordo e se desamarrara delle ja destrocada. E este foi hum feito dos mais honrrosos e notaveis que se na India fizerão, assi pello muito que importava hà reputação do nome portugues a vingança de dita armada do turco que tantos danos tinha feitos como pella callidade e grandeza della e credito que se tem do esforço dos turcos, e finalmente pelo grande valor e esforçado [fl. 130] animo do dito dom Jeronimo, con que se determinou loguo a pellejar com os imiguos e o modo tão cavalleiroso con que este feito começou, proseguio e prosperamente acabou, que em fim a gloria daquelle dia quasi toda foi sua e pouca parte pode caber della a outrem, salvo ao dito dom Antonio seu irmão que alem do que por si ajudou foi con seu conselho e induzimento causa do que dom Fernando e os mais gualioes e caravellas fizerão. Por assi ser, o nosso famoso poeta Luis de Camões, no canto xº dos seus *Luziadas*, onde introduze a ninfa Thetis mostrando ao capitão geral Vasco da Guama, na sua ilha dos Prazeres, na figura de hũa esphera todas as partes da India e particullarmente aquellas en que avião de soçeder alguns feitos notaveis dos viso-reis, guovernadores ou capitães famosos portugueses que como em profeçia lhe



relatava, entre as mais cousas trata desta vitoria como de tão principal successo quanto o elle foi. E na estança 98¹⁴¹, a ninfa, falando com o dito Vasco da Gama a este preposito, mostrando-lhe a çidade Dofar na sphaera e aquella costa do reino de Ormuz por Mascate, Roçalgate, e por ali diz assi:

“Olha Dofar insigne porque manda
O mais cheiroso ençenso para as aras.
Mas atenta: ja dest’outra banda
De Roçalgate e praias sempre avaras
Começa o reino Ormuz, que tudo se anda
Pellas ribeiras que inda serão claras
Quando as guallees do turco e fera armada
Virem de Castelbranco nua a espada.”

Bella oitava pera tão bello feito, que se não fora contra o intento da brevidade do poeta muitas tais mereçia pera ser relatado.

Afora as acima referidas, pellejou dom Jeronimo de Castelbranco muitas outras vezes em todas as cousas do tempo dos ditos guovernadores que ouve nos nove ou dez anos que na India cursou. E en tempo do dito visorrei dom Afonsso esteve tãobem por capitão moor de cinco fustas sobre o rio de Panane no Malabar, e de dentro delle tirou tres naoos carreguadas que tomou por pelleja estando pera se irem pera Meca, no que ouve de sua parte muito periguo e da d’el-rei muito proveito.

Vindo em hũa nao pera o reino o ano que o dito dom Afonsso se veio da India se perdeo a nao em que vinha o dito dom Jeronimo e elle nella.

[fl. 130 v]

E este foi seu fim sem deixar desçendentes

¶ Dom Antonio de Castelbranco, seu irmão, continuando nos mesmos serviços da guerra com o valor que se bem ve pollos que acima contamos delle, esteve na India atee o tempo do guovernador Francisco Barreto,

141 Sobrescrito: 101.



segundo ja tãobem fica tocado. E vindo a este reino soçedeo adoeçer de maneira que ha muitos anos que vive aleijado das mãos e quasi de todo entrevado. Nenhum destes dous irmãos casou, mas dom Antonio tem dous filhos naturaes – *scilicet* – Dom Jeronimo de Castelbranco, solteiro, e dona Maria, freira. Pessue dom Antonio o morguado de Villa Pouca, de que não dou mais inteirea rezão por lhe não vir da linha dos Castelbranco. He comendador de Monte Cordova da Ordem de Christo. A ambos estes irmãos guaba dom Antonio de Lima de mui esforçados e bons cavalleiros e faz menção da batalha das gualees dos turcos no seu livro das linhagens.

Capitulo Lxiii.

De dom João de Castelbranco, filho quarto, e de dom Jorge, seu irmão, filho sexto de dom Simão de Castelbranco, e de seus serviços e mortes, e da molher e filhos do dito dom João.

De todas as çinco filhas femeas e de oito filhos machos que don Simão de Castelbranco teve, sete legitimos e hum bastardo, nomeados no capitulo 61, nos não fica ja por dar conta mais que de dous – *scilicet* – de dom João, filho quarto, e de dom Jorge de Castelbranco, filho sexto, que tãobem por se acharem ambos algum tempo na India juntos ficarão pera juntamente se delles tratar neste capitulo como no passado se fez por a mesma rezão de dom Jeronimo e de dom Antonio seus irmãos. E quanto a dom Jorge, ha delle menos¹⁴² que tratar, porque partindo deste reino com o viso-rei dom Costantino, filho do duque de Bragãoça dom James, dentro no ano que chegou ou em pouco mais tempo falleçeo.

[fl. 131]

Ja, porem, se tinha achado e servido mui vallerosamente nas guerras do cabo de Comorim que o dito viso-rei fez. Foi mançebo de grandes partes,

¹⁴² Segue-se palavra riscada: “delle”.



muito entendimento, esforço e cortesia. E perderão-se nelle as maiores esperanças que de si dava. Não foi casado nem ficarão delle descendentes alguns.

Dom João de Castelbranco, assi como viveo mais tempo assi fez mais serviços em Africa e na India. E no ano de 52 ou 53, sendo capitão de Çeita Martim Correa da Silva, que depois de soçeder neste reino el-rei dom Fellipe nosso senhor falleçeo sendo guovernador do Algarve, mandou ao dito dom João de Castelbranco que na dita çidade era fronteiro por capitão de çinco ou seis bargantins contra as fustas dos cossairos que naquelle estreito tanto molestão e tanto dano fazem, como todos por nosso mal tão bem sabemos. De duas vezes que a estas emprezas foi dom João tomou de cada hũa sua fusta e estes serviços ajuntou aos ordinarios de fronteiro nos sucessos que ouve enquãoto o foi. Depois se foi pera a India e nella servio dez anos, começando do tempo do guoverno do dito viso-rei dom Costantino que soçedeo ao guovernador Françisco Barreto, em cujo tempo seu irmão se viera pera o reino como no capitulo preçedente fica dito. Assi que acabados os dez anos ou mais dos serviços de dom Jeronimo e dom Antonio começarão outros dez dos de dom João e do dito dom Jorge seu irmão por que não ouvesse vagante naquellas partes do talento e esforço dos filhos de dom Simão de Castelbranco enquanto elles vivessem. Dom João começou a servir nas ditas guerras do cabo de Comorim em que tãobem se achou o dito dom Jorge como açima fica dito, e nellas continuou sempre dom João com o dito viso-rei dom Costantino emquanto ellas durarão. Depois de acabadas, durando o guoverno do dito viso-rei elle mandou dom Alvaro da Silveira, irmão do conde de Sortelha, dom Dioguo, com hũa armada de quinze vellas entre fustas e galiotas ao estreito de Meca pera que, se pudesse, queimasse çertas gualees de turcos que estavam em Moçoá, doze leguas de estreito, e não o podendo fazer se recolhe a Ormuz. Partindo dom Alvaro foi ter à dita çidade de Ormuz, e estãodo ahi vierão turcos de Bagada e tomarão a ilha de Bharem que he do dito reino de Ormuz (mais famosa pello valor que nella mostrou Antonio Correa Baharen em tempo do guovernador Dioguo Lopes de Siqueira seu tio que pelas perolas que se nela pescão).



[fl. 131 v]

E tomada a ilha começarão os turcos abater a fortalleza que nella ha, ao que acodio o dito dom Alvaro da Silveira e tomou a terra de maneira que não podessem os turcos tornar-se, pera assi os deter atee vir dom Antão de Noronha, que depois foi viso-rei da India, que então era capitão de Ormuz, e juntos ambos lhe darem batalha. Porem, como nestes casos a gloria das vitorias he muito cobiçosa em animos generosos e illustres e de maa mente se reparte, dom Alvaro, persuadido tãobem do conselho de algūs, mudou parecer e se determinou en dar soo per si con sua gente batalha aos turcos sem esperar por dom Antão e assi o fez. Porem, como os turcos erão muitos mais en demasia o desbaratarão e matarão e com elle outra muita gente nobre, não dando a vida senão a alguns poucos, mais ricamente armados pera efeito de en luguar de resgate lhe serem por troca delles dadas embarcações pera se tornarem por lhe ter dantes dom Alvaro quando chegou tomadas e queimadas as suas. Nestes cativos foi hũ deles dom João de Castelbranco, e morrendo depois de doença muitos dos turcos e dos mesmos cativos, entre poucos que escaparão e que os turcos deixarão quando se lhe derão embarcações foi tãobem o dito dom João, o qual, livre deste cativeiro e guovernando a India o viso-rei dom João Coutinho, conde do Redondo, andou com elle na guerra que fez no Malabar. E en tempo do dito conde viso-rei lhe soçedeo hũa brigua en que seu primo dom Martinho de Castelbranco, filho do meirinho moor dom Afonso, e elle resistirão en Cochim ao ouvidor geral. E indo-se por esta causa dom João homiziado de Cochim pera Guoa em hũa fusta da armada, achou no caminho outra fusta nossa rendida dos paroos dos Malavares que a levavão ja a toa pera dentro do rio. Dom João pellejou com elles e lha tomou e nella achou ainda algũa gente viva e com ella a mandou loguo ao viso-rei que ficava en Cochim ao outro dia. Pella mesma maneira, achou outra fusta nossa rendida mas ja sem gente algũa e a mandou tãobem a vista dos imigos ao viso-rei, não ousando os paraos dos Malavares sair do rio tomar-lha por elle os ter primeiro ençerrados nelle as bombardas. E o feito destas fustas foi parte pera se o viso-rei aver mais brandamente com dom João sobre a resistencia do ouvidor geral. Foi mais dom João por capitão moor de cinco fustas ao rio a tomar hũa pequena fortalleza de ladrões que ali avia, onde se recolhião de seus [fl. 132] asaltos e rapinas, a qual, posto que en çircoito fosse pequena,



era en sitio mui forte e dificultosa de guanhar por estar em hum pico. E contudo dom João hà escada a entrou e guanhou.

Depois de vindo ao reino tornou dom João hà India por capitão moor de hũa viagem. E em fim estando no reino veio acabar na infellice batalha d'Alcaçer com el-rei dom Sebastião.

¶ No tempo que na India residio casou com dona Maria Pinheira, filha de Antonio Correa¹⁴³, que naquelle estado foi hum mui notavel¹⁴⁴ cavalleiro por seu esforço, a qual senhora oje vive e della ouve dom João dous filhos machos: dom Lourenço de Castelbranco, filho mais velho, que oje parece ser de idade atee quinze anos e daa mostras de mui bom sogeito e inclinações, e dom Simão de Castelbranco, que falleceo. E assi duas filhas que são vivas – *scilicet*– Dona Eiria e dona Antonia, que estão con sua mai¹⁴⁵.

[fl. 132 v]

Seguen-se as cousas do conde de Villa Nova dom Martinho de Castelbranco, que foi do conselho do estado, vedor da fazenda d'el-rei dom Afonso e d'el-rei dom João o segundo e d'el-rei dom Manoel e seu testamenteiro e guovernador de Lixboa e casa do çível, camareiro moor d'el-rei dom João o terceiro, superior das apousentadorias, senhor da honrra do Sobrado, capitão geral da armada en que levou a infante dona Britez a Saboia.

São tantas e tão grandes as cousas, callidades, virtudes, serviços, carguos e mereçimentos, partes e perfeições que ha pera se dizerem do conde de Villa Nova dom Martinho de Castelbranco que so pera ellas se requeria hum copioso livro e não sei eu qual vida de varão illustre das que escreve-rão Plutarco, Sunctonio¹⁴⁶, Paulo Jovio e outros autores¹⁴⁷ podera ser chea

143 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Correas”.

144 A parte final da palavra, “vel”, aparece na linha seguinte e fora da caixa de texto.

145 Segue-se meia página em branco. Falta a indicação de início do capítulo 64 e respetiva epígrafe, a qual consta do índice na seguinte forma: “Capítulo 64. Das virtudes e partes do conde dom Martinho em soma, e de alguns ditos seus e da ordem que se tera na rellação de suas cousas”. Atendendo a esta epígrafe, é quase certo que o capítulo 64 começa no fólio 132v, tendo ela sido substituída pelo extenso título que aí se encontra.

146 Entenda-se: Suetonio.

147 Segue-se um segmento riscado: “dos que escreverão Plutarco”.



de mais exçellentes feitos, se suas raras callidades de esforço, inteireza e tallento se acharão en reinos maiores ou de mais guerras que este, onde ouvera ocasiões conformes a seus grandes spiritos e en que se poderão mostrar os feitos iguoaes hà sufuçiença. Porque se tratarmos das cousas millitares, ninguem en toda a idade mostrou mais vallor pera ellas; se das da justiça, ninguem foi mais inteiro; se das do conselho, ninguem mais prudente nelle; se das da fazenda e patrimonio real, ninguem teve delle moor cuidado e vigilança; e finalmente, se o queremos cortesão, virtuoso vallido, ninguem en seu tempo foi mais gastador em festas, justas e torneos, nem mais lousão en seu tratamento por todo o discurso de sua vida. E de cristãodade tinha tanta reputação com os reis que a elle antre todos os do reino escolhião pera deixar encarreguado de suas almas, pois no que toca a valido, notorio he que, em que pez ao tempo e a suas grandes mudanças (que en nenhuma cousa tem tanto luguar como na privança), elle a conservou à força de seus grandes mereçimentos con todos os quatro reis que alcansou e a quem servio nos setenta e hũ anos de sua idade, que todos deu aos reis e à repubrica.

¶ Nação o dito conde de Villa Nova na era de 1456, em Lixboa, e faleção no ano de 1527, en Santarem. E nos ditos setenta e hũ anos [fl. 133] de sua idade reinarão nestes reinos os reis dom Afonso o quinto, dom João o segundo, dom Manoel o primeiro, dom João o terceiro, pera con os quais deficultoso he julgar a quem fez maiores serviços nem de quem recebeu maiores merçes, posto que nisto he bem de considerar o que o mesmo conde diz em seu testamento, que atee aquella hora se não achava com mais juros, villas nem rendas pera poder deixar a seus filhos das que lhe seu pai deixara, salvo a mudança e creçimento que o tempo fizera nellas ou os reis por troca, dando-lhe outras de novo por lhe tirarem algumas de que querião fazer merçe a outros fidalguos a quem vinhão mais a preposito. Exemplo raro he este e mui notavel de parsimonia e temperãoça, pois atee Seneca, cuja frugualidade e doutrina espanta o mundo, lemos que de so Nero, con quem a princípio valeo, tirou sete contos de ouro con que se achava de fazenda ao tempo que por seu mandado foi morto, como refere (alem d'outros) Ambrosio de Moralles na vida de Seneca encorporada na sua *Caronica de Espanha*. E no conde de Villa Nova, vallido de quatro reis, não achamos acreçentado de novo hum real de renda en seu patri-



monio, mas acharemos doações de muitos carguos e de muitas honrras avidas pera si e para seus filhos, por que se entenda bem que carecendo de todo o modo de cobiça e de interesse, florescia nelle verdadeira magnanimidade, que conforme a doutrina de Santo Thomas he a virtude que exçita os grandes animos a grandes honrras, primeiro pera as mereçer e depois pera dellas usar ou as larguar, conforme o danno que fizerem à alma ou bem hà repubrica. O que tudo se vio no dito conde, que dos muitos e soberanos carregos que teve, parte delles largou, parte servio estrangido dos reis e movido pelo bem comum dos particulares, cujo zelo sempre foi en tanto extremo que hũa das virtudes que se delle muito celebrão he ter sempre por ofiço lembrar aos reis mereçimentos de vassallos conforme a callidade delles, sem respeito da pessoa pequena ou grande que por elles pedia satisfação. Conta-se delle que tendo el-rei dom Manoel provida hũa comenda en sua ausença em pessoa que lhe pareceo que muito a mereçia disse pera os mais do conselho: “que dissera aguora aqui dom Martinho?”. Era tida a eleição do dito conde por tão justificada que responderão os do conselho a el-rei (“se elle aqui estivera, senhor, porventura inda vos lembrara quem a melhor mereçera”). Pello contrairo, onde sentia pedir-se moor satisfação do que era a obriguação que naquelle caso el-rei tinha de a dar [fl. 133 v] respeitava muito não se exçeder o modo na destreboição do patrimonio real. Isto sinifica bem el-rei dom Manoel delle quando nas clausullas de seu testamento per que o faz seu testamenteiro, que são as mais honrrosas que nunca se virão de rei pera vassalo, como adiante constara do treslado dellas, capitulo 78, lhe encarregua que no paguamento de suas dividas não seja tão escrupuloso e reguroso como nas cousas de seu serviço sempre fora. He mui çelebrada hũa istoria que lhe aconçeo com o conde de Borba, o qual, tendo-se por mal respondido em hũa particular pretensão que tinha com el-rei parecendo-lhe que fora nisso parte prinçipal, o dito conde de Villa Nova se fez encontradiço com elle no caminho de Sintra. Indo o de Borba em hum fremoso cavallo e com muitos dos seus e vindo o de Villa Nova acaso em hũa mulla e mal acompanhado, o de Borba se lhe queixou da reposta de seu requerimento per modo d’agravo com colera, ao que o de Villa Nova respondeo: “eu não me achei nese despacho, mas se me achara iso mesmo que vos foi respondido ouvera de votar”. Com esta liberdade ajuntou ser tão apurado na verdade que ha lembrança que morrendo disse que nem em amores mentira nunca.



¶ Larguo seria de contar todas as mostras que em obras e pallavras este illustre conde deu de sua constança, verdade, magnimidade, prudência, inteireza, lealdade, e de todas as mais virtudes e perfeições de que Deos e a natureza o dotarão. Nem sera possivel pode-las compreender em largua escritura, quanto mais nesta minha tão sumaria e incogrua. Outro estillo, outra eloquência, outro oço e luguar e gosto diferente do que meu natural e o tempo me dão se requeria pera cumprir com isto. Porem, o que neste sumario delle dissermos podera ser verdadeira materia e algũa ajuda a outros milhores engenhos que pera compor e larguamente escrever a vida e feitos deste exçelente conde e illustre varão se aparelhão. A ordem que teremos na relação de suas cousas sera a mesma que nas de seu pai dom Guonçalo guoardamos, conforme ao proposto no capitulo 44 – *scilicet* – trataremos primeiro de seu nascimento, criação e cortesania, feições corporaes e partes então de seus serviços nas materias de guerra e em outras sem obrigação de ofício. Depois emfiaremos [fl. 134] os grandes carguos que teve e o como se nelles ouve. Apos os carguos seguirão as doações e merçes que pera elle e seus filhos lhe forão feitas e depois disto se dira de sua morte e sepultura, e finalmente de sua mulher e filhos. E em a relação e discurso de cada cousa destas acharemos e notaremos muitos exemplos per que se bem confirme em particular o que de todas suas virtudes juntamente e em soma neste capitulo dissemos.

Capitulo Lxb.

Do nascimento, criação, feições corporaes e cortezania do conde de Villa Nova, dom Martinho de Castelbranco.

Ja no capitulo passado se apontou que o conde de Villa Nova naçeo no ano de 1456, na çidade de Lixboa, patria digna de tão insigne alumno. Diz-se delle que o pario sua mai prenhe de sete meses e com os pees pera fora pera en tudo mostrar a natureza que se seguia nelle outra ordem fora do comum. Não he neçessario repetir aqui que foi filho mais velho de dom Guonçalo de Castelbranco, senhor de Villa Nova de Portimão, e de dona Brites Vallente, senhora dos morguados da Povia, porque ja atras, capitulo 57, fica dito. Soo he pera notar que as muitas virtudes que en seu



pai e mai floreçerão, como atras notamos quando de cada hum delles se tratou, passarão a elle com maior creçimento de fruito e bem comum deste reino, assi que não naçerão nelle como en terra nova, mas, dirivadas dos illustres troncos donde proçedia, frutificarão e multiplicarão, como en sitio ja acostumado a conservação e semente dellas. Não he esta regra infalivel nem acontece assi sempre que na herãoça dos bons costumes dos paes soçedão os filhos como na herãoça dos outros bens, mas, pela maior parte, tem a nobreza e virtude esta efficacia que poucas vezes os nobres e virtuosos deixão de produzir filhos semelhantes a ssi, e como [fl. 134 v] campos fertiles poucas vezes faltão com a uberdade das virtudes que se delles espera. Pera esta terra tão disposta como era a natureza e inclinação do conde dom Martinho vir a seu tempo com abundância e fruito de virtudes foi boa ajuda começar loguo desde tenrra idade a ser cultivada, porque se sabe que de muito moço se criou no paço, escola e berço onde quasi se criarão todos os príncipaes desta linhagem e apelido de Castelbranco, como do que de cada hum deles fica dito neste sumario e adiante se ha de dizer manifestamente constará. E particularmente do dito conde, em muitas cartas e provisões das merçes e carguos que lhe forão dados por el-rei dom Afonso o quinto se faz menção que sua alteza tem respeito hà criação que nelle fez, da qual o dito conde se soube tão bem aproveitar que foi hum dos cortesões guabados, avisado, gualante, servidor de damas, gastador e juguador que en seu tempo ouve. Achan-se no *Cançioneiro Geral* de Portugal, em muitos luguares, trovas suas e repostas a ellas. E nunca as suas entre as dos outros con que se relatão perdem o preço, como se dellas pode ver folio 147, 143, 126, 124, 71, 72, 157, 159, 172 e em outros luguares.

Na *Chronica d'el-rei dom João o segundo*, quando se conta que, sendo elle veador da fazenda e de tanta autoridade e valia como ja então tinha, lhe encarregou el-rei que mandasse dar ordem aaquellas exçessivas e memoraveis festas do casamento do príncipe dom Afonso e que tudo nellas corresse per seu mandado, provimento e regimento, declara Garçia de Resende, capitulo 116, os respeitos per que o despacho das cousas tocantes a estas festas se cometeo ao dito dom Martinho, ordenãodo-se casa apartada pera o dito despacho das festas, da qual (diz elle) deu el-rei carguo a dom Martinho de Castelbranco, veador de sua fazenda, homen de muita confiança e a elle muito açeito e gualante pera o tal carguo, pois era



pera gentileza e gualantaria. Por estas pallavras se ve bem a reputação de bon cortesão que o dito conde tinha. E no capitulo 127, contando o mesmo Resende as justas reais que nas ditas festas ouve, entre as letras que refere dos mantedores e aventureiros, quem do artefício dellas algũa cousa entender e desapixonadamente fizer juizo nenhuma duvida tenho que aja a letra [do] conde por das duas milhores dellas, quando lhe não der a palma de todas. Conforme a isto, fique entemdido d’aqui a louçainha, primor e gualantaria, custo, ornato [fl. 135] e cortesania com que o dito conde proçederia nas jornadas de Castella e Aragão, e de Saboia, e nas das arraias, nas entradas das rainhas e prinçezas, en que todas se achou e foi tão principal parte como adiante veremos. No ano de¹⁴⁸, indo el-rei dom João o terceiro en romaria a Santiago, ficou o conde por sua velhiçe com a rainha dona Caterina, e conta-se que era ordinario neste tempo manda-lo a rainha chamar pera os serões, e estando sua alteza com as damas manda-lo assentar e leren-se livros de istorias e tratar-se cortesãmente das materias delles pello modo que no livro intitullado *Cortesão Perfeito* se diz que se fazia na corte do duque de Urbino, de que resultou a composição daquelle exçelente tratado. Quanto às feições suas corporaes, não ha oje dellas inteira lembrança, somente que era de compassada medida, alvo e gentil homem, mais seco que grosso, airoso, bem vestido, ornado de toda a graça e com ella de hũa gravidade no rosto e pessoa da autoridade della e juntamente amavel a quem o via.

Capitulo Lxbi.

Dos serviços na guerra de Castella de dom Martinho de Castelbranco, conde de Villa Nova, e de sua idade¹⁴⁹ a França com el-rei dom Afonso o 5º.

Era de menos de vinte anos compridos dom Martinho (que então ainda se chamava Martim Vaz de Castelbranco) quando se achou con seu pai dom Guonçalo na batalha real de Touro ou Castro Queimado, segundo

148 Segue-se espaço em branco.

149 Erro evidente, mas para correção do qual se oferecem duas possibilidades, razão por que não o corrigimos. Seria: “e de sua ida a França”; ou: “e de sua idade e ida a França”. A primeira seria a correção que logo ocorre, mas, atento o início do capítulo, não pode afastar-se a segunda.



apontei no capítulo 43, onde e nos precedentes larguamente fica relatado o soçesso da dita batalha e discurso da guerra de Castela. E como o dito dom Guonçalo seu pai foi o que primeiro rompeo dos castelhanos segundo se ahi disse, assi tãobem o dito dom Martinho immitou bem o valor de seu pai, avendo-se tão esforçadamente na dita batalha que foi nella mui ferido. E por se desmandar muito no seguimento dos imiguos foi preso, como aconteceu a muitos outros nossos portugueses que por a mesma causa cairão então na mão [fl. 135 v] dos imiguos, segundo sinifica Damião de Goes no sumario da chronica do príncipe dom João, capítulo 78, e mais claramente se conta na *Chronica d'el-rei dom Afonso o quinto* composta por Rui de Pina, no capítulo¹⁵⁰. E quão honrrada e esforçadamente servio o dito dom Martinho nestas guerras se relata na provisão e carta tresladada adiante, no capítulo 45 e no capítulo 72. ¶ Sendo prizio-neiro de hũ castelhano nobre, como nelle avia partes que façilmente geravão afeição em quem o via, por industria da molher do dito castelhano, a quen dizem que não parecia mal, se salvou da prisão em tão breve tempo que pode passar com el-rei dom Afonso o quinto a França, como loguo se dira. No letreiro de sua sepultura que está na igreja de São Martinho desta cidade se diz que de quinze anos se achou na dita batalha de Touro, o que parece que se tomou de hũa carta do camareiro moor dom Francisco de Castelbranco seu filho pera el-rei dom João o terceiro, em que diz que da dita idade começou a servir seu pai na guerra de Castella, no primeiro ano da qual a dita batalha soçedeo. E nella se refere tãobem como foi ferido e preso, como acima fica dito e he cousa entre todos os seus descendentes averiguadas. Porem, quanto à idade, pello ano de sua morte e nascimento e tempo que nos consta que viveo, sai mais çerta a conta que apontei no princípio deste capítulo. E de mais efeito se pode entender que seria na dita guerra e batalha o esforço do dito dom Martinho sendo de perto de vinte anos que de quinze, como o dito letreiro e carta dizem. No ano de 1476, no mes de agosto, partio el-rei dom Afonso de Lixboa pera França pedir socorro a el-rei Luis pera a dita guerra de Castella, a qual jornada, posto que foi tão infelice e de nenhumm fruto como todos sabem, creio que em ser tão prasmada pellos autores todos, nossos e françeses, como se pode ver de Damião de Goes no dito sumario, capítulo 89, e da chronica do dito rei, he mais julguada pello sucesso que pelo conselho, porque

150 Segue-se espaço em branco.



quem se lembrar d'el-rei dom Pedro “o Cruel” de Castella e d'el-rei dom Henrrique o primeiro¹⁵¹, seu irmão, que o matou, que ambos cobrarão os ditos reinos de Castella por socorros que por suas pessoas forão pedir, hum a França e outro a Inglaterra, e d'outros muitos príncipes a que o mesmo aconteçeo, não tera o consellho do dito rei dom Afonso quinto (fundado sobre mais firmes espe[fl. 136] ranças de ligas, contratos e amizades que avião preçedido do que os ditos dous reis tinham quando de seus reinos se partirão pera os alheos) por tão desnecessario como mal afortunado. Levou el-rei dom Afonso dezaseis naos e cinco caravellas e dous mil e dozentos soldados de soldo pera guoarda da armada na ida e vinda dela. E pera ficarem com el-rei forão 470 pessoas, entre senhores e fidalguos e moradores de sua casa que o la avião de servir. Neste numero entrou o dito conde dom Martinho (con quem posto que ja aguora e nos capitulos preçedentes continuamos com este titullo e prenome de dom e de conde, se ha de presupor que os teve no tempo que adiante sinalaremos e não antes). Na dita jornada se ouve el-rei delle por tão bem servido como declara na carta que escreveo a seu pai, tresladada atras, capitulo 45, no fim della. O camareiro moor dom Francisco, filho do dito conde, afirma na sua pessoa el-rei dom João¹⁵² o terceiro ja acima aleguada que de deza-sete anos foi metido seu pai no conselho, que era o tempo em que por sua conta elle avia de achar-se em França. E porque eu não siguo a sua conta na idade, entendo que se no conselho entrou nesta jornada de França e la servio nelle, foi de idade de vinte pera vinte e hũ anos, que he espaço de pouco mais de hũ ano que el-rei dom Afonso nela despendeo des que de Castela sahio e de Portugal partio. Como quer que fosse, deixa-se bem entender que, alem do serviço que o conde fez nesta jornada a sua alteza, acreçentaria muito em seu talento e capacidade pera os grandes carguos que depois teve com a experiençia dos arduos negoçios que laa vio tratar e resolver, e con os varios aconteçimentos que as cousas tiverão em paz e guerra e com ver e conversar diverssas gentes, terras e costumes, assi enquaõto laa esteve como quando se tornou. E são todas estas ajudas mui grandes e mui neçessarias pera alcançar perfeita prudençia, sem as quais ella raramente se consegue.

151 Entenda-se: Henrique o segundo.

152 Entenda-se: afirma na sua epístola a el-rei dom João.



Capítulo Lxbii.

Da jornada da Graçiosa e cerco da dita villa, em que se achou dom Martinho de Castelbranco.

El-rei dom João o segundo, com aquelle seu grande valor e animo invencível con que sempre proçeedo no efeito e desejo das cousas da guerra, trazia mui viva na vontade e determinação a conquista de [fl. 136 v] Africa e descubrimento da India. E posto que pello pouco tempo que lhe Nosso Senhor deu de vida depois de começar a reinar, que forão so os catorze anos, não pode guozar do efeito de seus desejos, contudo deixou bem justificada e declarada sua tenção, e o que fizera se a morte lho não atalhara, nas deligençias e aparelhos que pera ambas estas conquistas deixou feitas, en que o feliçissimo rei dom Manoel não achou pequena ajuda quando no reino lhe soçeedo pera o muito que em ambas as ditas empresas come-teo, proseguio e efectuou. Assi que com este zello da conquista de Africa e por cumprir com o intento do Santo Padre, que pera o efeito della lhe avia concedido cruzada, de cujas esmollas era recebido muito dinheiro, o qual justamente em outra cousa não podia ser despendido, conforme as bullas della, o dito senhor rei dom João o segundo determinou fundar hũa villa em Africa pello rio acima de Larache, que se chamou por seu mandado “a Graçiosa”, fazendo fundamento que sendo bem fortificada com a gente de armas e fronteiros que nella puzese, e com ajuda das mais çidades e villas que laa tinha (parte das quais elle por sua pessoa ajudara a ganhar a el-rei dom Afonso o quinto seu pai), se faria muita guerra aos reinos, çidades e comarca de Fez e Mequines e Alcaçere Quibir, e se poderia por armas conquistar parte daquella terra ou ao menos reduzir os moradores della a lhe serem tributarios pello modo que depois os da comarca de Çafim e Azamor o forão a el-rei dom Manoel. E porque o dito sitio da Graçiosa ficava na Coroa de Portugal desd’o tempo das pazes e conçertos que Molei Xequê, rei de Fez, fez antes de o ser com el-rei dom Afonso o quinto na tomada de Arzilla sendo presente o mesmo rei dom João que então era príncipe, como larguamente conta Damião de Goes no sumario da chronica do dito príncipe, capitulo 29, pareço a el-rei que conforme aos ditos conçertos de pazes seria a fundação da dita villa menos contrariada pellos mouros. E contudo, juntamente com os offiçiaes, madeira e



cantaria lavrada, tijolo, cal e ferramentas e mais achegas que enviou pera as ditas obras, mandou hũa armada com algũa gente de guerra da mais honrrada de sua corte, e por capitão Guaspar Jusarte, parecendo-lhe que ainda que ouvesse resistência era bastante força a daquella gente, moormente podendo ser socorrida pello rio que então se entendia poder-se navegar em todo o tempo com caravellas e navios. Com os quais aperçebimentos a obra se começou com muita pressa e dilligência, o que sabendo o dito Molei Xequre rei de Fez, tendo conselho com os seus [fl. 137] sobre quão perjudiçial lhe ficaria sendo a dita villa se detreminou com parecer de todos em a vir çercar estando ja muita parte da obra feita, a luguares de pedra e cal, e a luguares de madeira e paliçadas fortes. Trouxe el-rei de Fez pera este çerco quarenta mil homens de cavalo e infinita gente de pee. E sendo com elle presente Molei Hea, seu filho mais velho, çercarão a villa por todas as partes, e de hũa banda e d'outra no rio contra a foz mandarão tãobem alojar muita gente que impedisse aos nossos qualquer socorro que lhe fosse enviado. Sendo de tudo isto informado el-rei dom João, e que Guaspar Jusarte adoeçera e os termos em que o neguoçio estava (o quoyal o tempo mostrava ser de maior pezo do que se a princiípio cuidara), despachou a dom João de Sousa, do seu conselho, com o qual foi muita gente da que Guaspar Jusarte levava, que ao todo entre hũa e outra se diz serem mil e quinhentos fidalguos e cavalleiros continuos da casa e corte d'el-rei e a frol della; e com elles o dito dom João avia de defender a fortaleza como capitão dela que avia de ser. Não contente el-rei com mãodar este socorro, creçendo cada dia as novas das dificuldades que se ofereçião no fundar e sustentar a dita fortaleza e villa, e sabendo-se mais no çerto quão periguooso era o sitio dela e como o rio não era a todo o tempo navegavel, el-rei, posto que por estas rezões lhe afirmavão ser impossivel conservar-se a dita villa, contudo, pelo cabedal que nella tinha metido, determinou não se resolver em larguar a dita empreza sem madura consideração e sem conselho de tais e tão calificadas pessoas que, comfiado el-rei em sua autoridade, prudência e esforço, não pudesse deixar de acertar e escolher a melhor parte. Para este efeito, discorrendo no penssamento por todos os homens que Portugal então tinha exprimentados nos neguoçios da guerra e paz e de calidades pera tal caso bastantes, elegeo tres, todos de tanta autoridade e conhecido esforço e tão açeitos a elle por seus mereçimentos quãoto poucos outros naquelle tempo lemos que ouvesse, os



quais forão o dito dom Martinho de Castelbranco, veador que então era de sua fazenda, e Fernão Martinz Mascarenhas, capitão dos ginetes e da guoarda, e dom Dioguo d'Almeida, prior que depois foi do Crato. E el-rei lhes mandou que indo-se hà dita villa da Graçiosa e reconheçido o sitio dela vissem e soubessem mui meudamente todos os inconvenientes que se apontavão e os mais que ouvesse porque tornados com esta imformação determinava com seu [fl. 137 v] parecer resolver-se em comformidade delle en deixar a dita villa ou a ssostentar. Os ditos tres fidalguos, que com rezão se podião chamar frol do reino, partirão delle pera a dita villa da Graçiosa e achãodo-se nella çercados do poder do dito rei de Fez não lhes pareceo que convinha a suas honrras em tempo de çerco tão apertado viren-se faltando-lhe tamanha ajuda e esperãoça de defenssão como en suas pessoas, conselho e cavallaria a fortaleza tinha e os portugueses que nella estavão, pello que se deixarão ficar e enviarão a el-rei a reposta do que lhe fora cometido por escrito. Nesta conjunção adoeção dom João de Sousa, capitão da dita villa, tão gravemente que não podia acudir às obriguações de seu carguo e não tendo copia de medeçinas, fisicos e cou-sas neçessarias a saude, por não pereçer ha falta de cura assentarão todos que se viesse loguo curar a Portugal, porque elle se achava en tão fraca disposição que de nenhuma cousa servia sua estada ali senão de se deixar morrer a mingua de remedios; aceitou elle fazer o que se ordenara e porque, como muito prudente, via que nos ditos dom Martinho, dom Dioguo e Fernão Martinz Mascarenhas avia tâotas calidades e mereçimentos que, preferindo elle hum delles em o deixar por capitão, se não poderião escusar agravos dos dous nem se poderia esperar que por esta via quisessem ficar na obediência do terceiro, lhes fez a todos sobre isso hũa falla e pedio que pois se elle vinha quisessem, por evitar escandalos, que per sortes se determinasse qual delles ficaria por capitão, no que comsentindo todos se fez assi, e a sorte cahio em dom Diogo d'Almeida, a quem os outros sem diferença algũa ouverão dahi en diante por capitão e dom João, depois de lhe entregar a villa, se veio curar ao reino.

El-rei de Fez, sabendo a pouca gente que na villa avia en comparação da sua, estava mui comfiado que nos primeiros combates que mui rijamente deteminava de lhe dar a entraria metendo a ferro os nossos e que de mortos ou cativos lhe não escaparião. Com esta esperãoça combateo a villa



muitas vezes por diversas partes com muito valor e ousadia dos seus, porém, o dano e estraguo que os nossos nelles fizeram, assi com a artilharia e outros artifícios de fogo, como com as mais armas, foi tão grande que se determinou el-rei a mudar conselho propondo consiguo escusar os combates o mais que pudesse pois o muito animo e esforço dos çercados não prometia fruto algum dos assaltos, e determinou [fl. 138] afastar-se mais da villa, e com prolonguado çerco, reduzindo os nossos a aperto e falta de mantimentos, os obrigar a se renderem. Com este fundamento mandou atravessar o rio por baixo da fortaleza em hun luguar en que dava vão, onde se fez hũa mui forte e dobrada estacada, e entre estaca e estaca çestos de pedra pera que o rio nem por navios grandes nem com barcas muito pequenas se podese navegar e se impedisse de todo aos nossos o socorro por aguo. Pera defenssão desta estacada por que não podesse ser desfeita mandou assentar muita artilharia de hũa parte e da outra do rio em que avia muitas bombardas grossas e outros tiros menores, en guoarda das quais estava grande multidão de gente.

Aires da Silva, camareiro moor d'el-rei que era capitão moor da nossa frota, que estava na foz do rio, cometeo de fazer a estacada, e posto que pos nisso todas as forças e fez as diligências possiveis, contudo pella grande resistência dos mouros nem chegar pode a ella. O que, sabido pellos nossos que estavam na fortaleza, posto que algũa confusão lhe fez verem-se en tanto aperto, todavia como era toda gente nobre, tão longe estiveirão de desmaiar no creçimento dos periguos que antes com elles cobrarão mais vivo esforço pera com moor diligência e prontidão se fortaleçerem e proverem com mais ordem e regra nos mantimentos que lhe durassen o mais tempo que fosse possivel. O que sobretudo os animava e esforçava mais era terem por çerto que quando doutra maneira não bastasse, el-rei dom João por sua grandeza de animo os iria socorrer em pessoa. E não nos enganava esta confiança, porque el-rei, tanto que teve recado do que se passava en Tavira (pera onde se passara com a rainha e corte pera a tudo poder com mais façillidade prover), deu loguo ordem a se mandarem mais navios e gente e artilharia a Aires da Silva com regimento e mandado seu que com maiores forças tornasse a cometer a estacada e repairos do rio e trabalhasse todo o possivel pellos desfazer pera que ao menos as pessoas dos çercados se podessem salvar nos navios, que era o mais que



el-rei ja pretendia. E não contente el-rei com este provimento se resolveo de todo em passar em pessoa a Africa e ir desçercar os seus, o que assi notificou a todo o reino fazendo chamamento de suas gentes, que com muita brevidade e en grande numero a elle acodirão. E foi de tanto momento esta determinação d'el-rei que [fl. 138 v] sendo della avisado el-rei de Fez e sabendo quão deveras el-rei dom João se fazia prestes, detreminou levantar o çerco porque a gente de seu arraial cada dia era menos por lhe fugirem muitos dos seus, escarmentados do exemplo dos muitos que os da villa muitas vezes lhe matavão e ferião. Determinado el-rei de Fez neste proposito, çessou de fazer guerra aos da villa e mandou cometer pazes a Aires da Silva, capitão moor da frota, com estas condições: que os christãos se podessem sair da dita villa da Graçiosa con todas as armas, artelharia, cavallos e tudo o mais que tivessem e se viessam salvos e seguros pera Portugal, e que el-rei dom João lhe comfirmasse as pazes que el-rei dom Afonso na tomada de Arzilla com elle assentara. Disto mandou o dito rei de Fez hum assento a Aires da Silva, o qual, parecendo-lhe bem as condições, delle determinou logo faze-lo saber a el-rei (como fez) e entretanto ter treguoas com os mouros. Cheguado recado a Tavira, el-rei foi delle em extremo alegre e contente, porque as pazes que o mouro pedia que se comfirmassem não tolhia poder el-rei conquistar todos os luguares fortes do reino de Fez, segundo a forma delas que rellata Damião de Goes na dita *Chronica do príncipe dom João*, capitulo 29. E quanto à dita fortalleza e villa da Graçiosa, ja el-rei dom João, pello sitio ser doentio e as mais incomodidades do rio e dificuldades de socorro de que estava informado pello dito dom Martinho de Castelbranco e seus companheiros, tinha resoluta determinação de a mãodar derribar, ainda que não ouvera çerco. Pello que loguo despachou tres outros fidalguos principais que com os que la estavão comfirmarão o assento de pazes a 27 d'agosto do dito ano de 1489. E levãotando os mouros o çerco, os nossos se vierão na frota com tudo o que na fortaleza tinhão e chegarão a Tavira, onde d'el-rei forão recebidos con muita honrra, amor e prazer segundo cada hum mereçia por callidade e pellos serviços que deixava feitos.

Este foi o principio proçesso e fim da jornada da Graçiosa, na qual, posto que se não conseguiu o efeito de se conservar a fortaleza, não foi perdida dos nossos nem guanhada a elles por força, mas larguada por pouco



neçessaria, e inconvenientes que tinha. E não se tirou pequeno fruto da jornada na gloria que os nossos alcançarão en se defender e ofender ao poder tão grande de hum rei que em pessoa os çercou e de tanta multidão de imiguos, da quoa[l fl. 139] gloria cabe tanta parte a dom Martinho de Castelbranco quãota elle teve nos feitos, esforço e conselho per que se ella alcançou. A istoria toda refere Guarçia de Resende na *Chronica d'el-rei dom João*, capitulo oitenta e oitenta e hum.

Capitulo Lxbiii.

Das jornadas de Castella e Aragão e entradas das rainhas e príncesas, e mortes dos reis en que se achou o conde dom Martinho de Castelbranco.

Como os serviços do conde de Villa Nova dom Martinho forão feitos em muitas e diversas materias, assi nos sera neçessario na relação delles variar das cousas de guerra às de paz, e das pezadas e do estado e conselho hãs de prazer e corte, segundo que os tempos as ofereção e alternavão. E não ficará com isso a istoria deste sumario de menos gosto e gravidade porque ja se sabe que com as veras se querem tãoobem as burlas, e “entre cole e cole se açeita hũa leechugua”. Entrarão diversas rainhas e príncesas en vida deste conde neste reino; foi el-rei dom Manoel tãoobem aos reinos de Castella e Aragão pera se jurar por príncipe e herdeiro delles. En todas estas ocasiões e nas jornadas, recebimentos, festas, justas, torneos e serões que por ellas ouve, sempre o dito dom Martinho de Castelbranco, con sua presença, autoridade, gualantaria e cortesania teve nellas muita parte, e sempre os reis tratarão muito de autorizarem estes autos solennes con levarem a par de si nelles ao dito conde. De cada hũa destas jornadas e entradas faremos hũa breve menção neste capitulo.

No ano de 1490, hum domingo, a 27 dias do mes de novembro, entrou em Evora a serenissima príncesa dona Isabel, filha dos reis Catholicos de Castella, Leão, Aragão e Siçilias, dom Fer[fl. 139 v]nando e dona Isabel, vindo ja recebida por molher do exçellente e mal logrado príncipe dom



Afonso, filho d'el-rei dom João o segundo. Sahio el-rei da dita çidade depois de comer, levando o caminho do moesteiro de Nossa Senhora do Espinheiro, onde ja estava a prinçesa. Hião com sua alteza o porteiro moor, quatro mestres salas, o veador da casa e os veadores da fazenda (hum dos quais era o dito dom Martinho de Castelbranco), que preçedião no luguar a todos os outros offiçiaes, exçeito o mordomo moor, que hia detras delles. E nesta ordem foi e veio el-rei assi à hida como quando tornou com a prinçesa. Prolixa e molesta cousa seria de contar o grandissimo aparato daquelle reçebimento, o infenito custo, louçainha e gualantaria, ornato e atavios de que os prellados, senhores, fidalguos e nobres do reino e corte usarão nos seis meses que as festas daquelle casamento durarão, os infinitos brocados, tellas, e todo genero de sedas que atee as pessoas de mui pequena callidade nellas gastarão, os banquetes, serões, momos, justas e torneos que se fizerão, a abundança e perfeição de cousas e concurso de gente, assi de naturaes como estrangeiros, que nellas ouve, pois esta materia he muito sabida e são notorios e verdadeiros aquelles dous grandes encareçimentos que se destas festas dizem, o primeiro que soo no mantimento das aves que se por conta d'el-rei nellas gastarão enquanto as festas durarão se despenderão mais de çem moios de triguo, e o segundo encareçimento, que todos comprende, he que estas forão enfim as maiores, mais ricas, mais solenes festas que se sabe fazerem-se em casamento de rei nem prinçipe christão. Sendo ellas estas, muita parte de serem tais e tão çellebradas se deve ao dito dom Martinho de Castelbranco, porque, alem do que nellas por sua pessoa fez sendo sempre dos primeiros e mais guabados no tornear, nos momos e justas, tudo o mais que as festas tiverão de ser, ordem e magestade, se deve a elle que foi o deputado do despacho dellas por quen correrão todos os aperçebimentos que por maar e terra se mandarão fazer hàs partes de levãote e poente, e todallas noteficações que a diverssas gentes e nações do mundo se fizerão das franquezas que el-rei conçedia a todos os que por qualquer via quizessem vir às ditas festas ou a ellas trouxessem [fl. 140] joias, brocados, pedraria, tellas, sedas, armações, panos ricos e quaisquer outros provimentos. E finalmente da grande prudência e providência do dito dom Martinho veador da fazenda proçederão todas as mais ordenãoças boas que pera este efeito se assentarão, parte das quais refere Guarçia de Resende na chronica do dito rei dom João o segundo, capitulo 116, e nelle pode saber quem quiser mais



larguamente o discurso destas tão çelebradas festas, desd'o capitulo 113 atee o capitulo 131.

No ano de 1497, no mes de setembro, avendo perto de dous anos que el-rei dom Manoel soçedera nestes reinos, partio de Evora pera a villa de Castello de Vide, onde se achou acompanhado de muitos prellados, senhores e fidalguos do reino que ahi per seu mandado erão vindos pera se acharem ao casamento da prinçesa dona Isabel, molher que fora do prinçipe dom Afonso, que sendo por el-rei dom Manoel tão desejado e da dita prinçesa per muitas rezões con tanta dificultade consentido, estava ja reduzido a termos de se efectuar. E estãodo a dita prinçesa com a rainha de Castella sua mai na villa de Valença de Alcantara onde viera pera este efeito, el-rei dom Manoel assentou de ir à dita villa aforrado com alguns senhores a se receber com a dita prinçesa, como fez sendo ja entrado o mes de outubro. E entre os poucos e grandes personagens que escolheo pera levar consigo foi dom Martinho de Castelbranco, que tãobem era seu veador da fazenda, como o fora d'el-rei dom Afonso o quinto e d'el-rei dom João. Consta isto do que escreve Damião de Goes na *Chronica d'el-rei dom Manoel*, primeira parte, capitulo 24.

¶ Usando o mundo de seu costume, que he sempre na força dos mores gostos misturar maiores desgostos, ou ao menos o remate dos prazeres acabar em descontentamentos (como o sabio nos insina), foi assi neste caso, que no mesmo tempo (ou ainda momento) do recebimento d'el-rei chegou nova à rainha dona Isabel que o prinçipe dom João seu filho era fallecido em Salamanca, onde el-rei dom Fernão do ficara com elle por sua ma disposição. E posto que esta triste nova por alguns respeitos se guoardou encoberta, emfim tanto que se publicou começaram os reis de Castella a soliçitar a el-rei dom Manoel seu genrro e pedir-lhe que com a rainha sua molher se fossem jurar por prinçipes dos [fl. 140 v] ditos reinos de Castella, Leão e Aragão, o quoaal titullo ja tinham tomado. Pera este efeito, depois d'el-rei dom Manoel ter muitos e graves conselhos e cortes geraes sobre sua ida e soçessão de Castella, emfim tomou por derradeira determinação não faltar em ocasião e jornada tão importante, deixando primeiro assentadas todas as cousas que cumprião ao bem do reino con tanta prudência que ainda aguora el-rei dom Felipe, nosso senhor, seu



neto, nas merções que fez a estes seus reinos nas cortes de Tomar no ano de 581 se conformou na maior parte dos capitulos della com o que o dito senhor rei dom Manoel en semelhante caso assentara com os povos nas cortes de Lixboa antes que partisse pera Castella. Nesta jornada, a instancia dos reis seus sogros determinou el-rei por mui bastantes rezões de ir tãobem o mais aforrado que ser podesse. E fazendo escolha dos senhores e fidalguos que en jornada de tanta magestade e importancia poderião satisfazer com as muitas callidades que ella requeria, foi hum delles que por todas as rezões sempre era dos primeiros o dito dom Martinho de Castelbranco, como refere Guarçia de Resende no tratado que fez desta jornada e Damião de Goes, na dita *Chronica d'el-rei dom Manoel*, primeira parte, capitulo 26. O sucesso desta jornada e as mudanças de que a fortuna nella usou, e como el-rei dom Manoel, sendo jurado por príncipe dos reinos de Castella e Leão e estando pera se jurar nos de Aragão, Valença e Catalunha, a fortuna lhe tirou o pomo da mão e o bocado da boca com a subita morte da rainha princesa sua molher, en cujo parto a tristeza e alegria se encontrarão obrando em hum mesmo tempo e nas mesmas pessoas, e a horas quasi juntamente cada hũa seus efeitos, não relato aqui mais larguamente porque são cousas por suas maguoas mui sabidas e choradas de todos.

No ano de 1500, casou el-rei dom Manoel segunda vez com a rainha dona Maria, filha dos mesmos reis Catholicos e irman da rainha dona Isabel sua primeira molher. E da dita rainha dona Maria ouve el-rei dom Manoel todos os filhos que teve, exçeito o príncipe dom Miguel, que nação em Aragão do primeiro matrimonio e falleção depois menino de idade de vinte e dous meses, e a infante dona Maria, que ouve [fl. 141] do terceiro matrimonio de que abaixo se falará. Veio a rainha dona Maria pera este reino no fim do mes de outubro, e partindo da çidade de Granada entrou por Moura e dahi veio a Alcaçere do Sal, onde aos trinta dias do dito mes de outubro foi recebida por palavras de presente com el-rei seu marido pelo bispo d'Evora dom Afonso. E porque neste recebimento se acharão muitos e príncipaes fidalguos do reino não he de crer que nelle faltasse o dito dom Martinho de Castelbranco sendo tão perto de Lixboa, onde por bem de seu ofício de veador da fazenda e por respeito da corte residia, e porem, não o acho especialmente nomeado nesta jornada en Damião



de Goes na dita chronica, parte primeira, capitulo 46, onde somente dos seculares nomea o senhor dom Alvaro, irmão do duque de Bragança, e os condes de Tentugal e Marialva, que todos forão a raia receber a rainha, e dos que el-rei consigo levou a Alcaçere não nomea especialmente nenhum.

Terçeira vez casou el-rei dom Manoel, com a rainha dona Lianor, irmã do emperador Carlos quinto, sobrinha das suas primeiras duas molheres, filha de sua irmã e d'el-rei Fellipe, o primeiro deste nome, conde de Fran-des. Este casamento se conçertou e efeituou no ano de 1518, e sendo el-rei delle mui alegre (posto que o não era o príncipe dom João seu filho, rei que depois foi, terçeiro do nome), contudo o mesmo príncipe e os mais infantes e fidalguos fizerão as mais demonstraões de alegria que puderão. E entre os senhores de titulo que a el-rei beijarão a mão quando teve a nova delle foi o dito dom Martinho de Castelbranco, conde de Villa Nova que ja então era. Depois o mandou el-rei com o duque de Bragança, arçebispo de Lixboa, bispo do Porto, conde de Tentugal a villa de Castello da Vide pera dahi na arraia do reino receberem a dita senhora rainha. Elle foi o primeiro dos ditos senhores e prellados que passando o ribeiro de Sever, que de-marca estes dous reinos, beijou a mão a sua alteza, como conta Damião de Goes na chronica do mesmo rei dom Manoel, quarta parte, capitulo 34, e quen notar o modo que se teve no beijar a mão a el-rei no paço com a nova deste casamento e depois à rainha no Crato e em Almeirim, entenderá que o lugar de beijar primeiro a mão ficava de melhor condição que os outros.

[fl. 141 v]

Reinãodo ja nestes reinos el-rei dom João o terçeiro, no ano de 1526 casou a inffante dona Isabel sua irmã, filha do dito senhor rei dom Manoel, com o emperador Carlos quinto, dos quais pai e mai he filho el-rei dom Fellipe o segundo, nosso senhor, que por respeito da dita sua mai cahio na soçessão destes ditos reinos de Portugal. No mes de fevereiro do dito ano, a çinco dias delle, entrou a emperatriz en Elvas, indo com ella os infantes dom Luis e dom Fernãodo, seus irmãos e, entre outros condes, o dito conde de Villa Nova dom Martinho de Castelbranco. E hũa quarta-feira, seis do dito mes, entrou em Badajoz e na arraia, à ponte de Caia, foi entregue aos duques de Bejar e de Calabria e ao arçebispo de Tolledo, dom Alonso



d'Azevedo. O que assi aponto com mais particularidade porque esta entregua e jornada não estã atee aguora escrita em livro impresso como as outras passadas, somente do tempo e dote deste matrimonio faz menção o dito Damião de Goes, primeira parte da *Chronica d'el-rei dom Manoel*, capitulo 75.

Não acompanhou somente o conde de Villa Nova aos reis a quem servio nestas jornadas de gosto e tempo de alegria mas assi como nas de guerra e do guoverno se achou sempre junto a elles, assi lhe não faltou no mais trabalhoso e desemparado tempo que he o da morte. E não duvido que na morte d'el-rei dom Afonsso o quinto, que foi em Sintra a vinte e oito d'agosto de 481, se achou o dito dom Martinho de Castelbranco, porque sendo nella tãobem presente o príncipe não avia com quem ficasse o dito dom Martinho pera deixar de se achar na doença e morte de hum rei a quem elle, assi en seus reinos como nos estranhos de Castella e França, sempre servira e acompanhara tanto na paz e na guerra. Porem, a chronica do dito rei dom Afonsso o quinto feita por Rui de Pina, capitulo¹⁵³ nen Damião de Goes na *Chronica do príncipe dom João*, capitulo ultimo, onde tratão desta morte d'el-rei dom Afonsso não declarão mais senão que se achou nella, alem do príncipe, o conde de Monsanto e outras pessoas principaes do reino.

Na morte d'el-rei dom João o segundo nos consta que se achou o dito dom Martinho de Castelbranco, e posto que Guarçia [fl. 142] de Resende na sua chronica, no capitulo ultimo, encareçe com maguoadas pallavras quam desemparado el-rei falleçeo, sem pai nem mai, sem filho nem filha, sem irmão nem irmã e inda com muito poucos dos seus, fora de Portugal, no reino do Algarve, em Alvor, luguar mui pequeno e em hũa mui pobre casa, contudo deses poucos e leais que atee naquela hora lhe não faltarão foi o dito dom Martinho, como do mesmo Garçia de Resende se vera no capitulo 212. E quem o tãobem en vida servira e fora nisso tão singular, justo era que tãobem o acompanhase e servise com o mesmo espeçial amor e lealdade atee sua moorte, que foi en vinte e çinco de outubro de 1495.

153 Segue-se espaço em branco.



Pella mesma maneira e pellas mesmas rezões foi outrosi o conde de Villa Nova presente no fallecimento d’el-rei don Manoel, que lhe deixou sua alma e reinos encarreguados ordenãodo que ficasse por seu testamenteiro e hum dos do guoverno do reino, segundo adiante veremos pellas clausulas de seu testamento. Falleço el-rei dom Manoel a treze de dezembro de 1521 anos, en Lixboa, e entre os prinçipaes senhores do reino que se ahi acharão foi o dito conde de Villa Nova, como consta de Damião de Goes na chronica do dito rei, quarta parte, capitulo 83.

Pareçe que pedia a ordem da historia, apos as jornadas contadas neste capitulo, tratar nelle ou no seguinte daquella jornada de tanta honrra como foi a de Saboia, en que o conde de Villa Nova foi com poderosa armada e grandissimos poderes sendo-lhe entregue a inffante dona Britez, filha d’el-rei dom Manoel, pera a levar, como levou, ao muito exçelente duque de Saboia dom Carlos, seu marido. Poren, porque nesta jornada o dito conde levou carguo de general e eu vou ora tratando dos serviços por elle feitos sem obriguação de carguo algum reservo esta jornada de Saboia pera dela tratar copiosamente en seu lugar.

Capitulo Lxix.

De quoando o conde [fl. 142 v] dom Martinho foi feito veador da fazenda e a quoauntos reis servio no dito carguo e de como se nelle ouve.

No ano de 1470, que foi o ano antes da jornada de Arzila, fez el-rei dom Afonso o quinto merçe a Gonçalo Vaz de Castelbranco, por seus grandes mereçimentos e polla grande criação que sua alteza tinha feita em Martin Vaz de Castelbranco, seu filho, que, vagando o ofício de veador da fazenda que o dito Gonçalo Vaz tinha, por seu fallecimento ou apousentamento ou per outra qualquer maneira, o ouvesse o dito Martin Vaz. E posto que ao tal tempo elle não fosse de idade pera o servir (porquãoto segundo a conta que levo era então de catorze pera quinze anos) avia sua alteza por ben que todavia lhe fosse dado e lhe fosse loguo dele feita carta em forma



e servisse o dito ofício juntamente com Lopo d’Almeida, primeiro conde que foi de Abrantes, que então era do conselho do dito senhor e seu veedor da fazenda, ou com qualquer outro companheiro que nella servise o dito cargo, e que enqãoto o dito Martin Vaz assi fosse em pequena idade a sua alteza prazia que se ensinasse en a casa da fazenda e praticasse as cousas della atee ser de idade para servir perfeitamente o dito ofício. Nesta forma se lhe passou carta delle na dita idade de catorze anos, a qual lhe foi confirmada por o príncipe dom João, rei que depois foi segundo do nome, no mesmo ano de 1470, a quatro d’agosto, declarando que posto que a dada do dito ofício viesse per tempo pertencer a elle príncipe (*scilicet*, per fallecimento d’el-rei seu pai) e que podesse dele livremente fazer merçe a quen quisesse, queria e avia por bem sua alteza que o dito dom Martinho, por ese mesmo feito, o ouvesse e cobrasse posse delle, porquanto sua tenção era que en todo o caso e tempo lhe ficasse o dito cargo, o que assi avia por bem consirando os muitos serviços de Gonçalo Vaz de Castelbranco (que ja ao tal tempo tinha feitos) e como era rezão seren-lhe gualdoados [fl. 143] e como a vontade e desejo d’el-rei seu senhor e pai era que o dito Martin Vaz fosse em efeito veedor da fazenda e outro nenhum não, segundo tudo melhor se declara em o alvara de príncipe que lhe disse passou, feito em Palmella por João Garçes no dia e ano acima apontado. No testamento que Guonçallo Vaz de Castelbranco fez no ano seguinte de 471, indo com o dito senhor rei dom Afonso a tomar Arzilla, faz menção de como a Martinho, seu filho mais velho, deixava ja a dita carta e alvara do ofício de vedor da fazenda. E, certo, da pratica e ensino que el-rei dom Afonso mandava que o conde sendo moço tivesse na mesa da fazenda ja con nome e titulo de veedor della (que era hũa merçe, favor e mimo assaz extraordinario) elle se soube tãoobem aproveitar e sahio tão bom discípulo que foi hũ dos grandes veedores da fazenda e que melhor a guovernarão neste reino em tempo algum, como claramente abaixo se mostrará. O camareiro moor dom Francisco de Castelbranco, filho do dito conde, em a carta de agravos que escreve pera el-rei dom João o terceiro de que muitas vezes neste sumario faço menção, diz que de dezasete anos foi o dito conde seu pai veedor da fazenda; e porque ja mostramos que em menor idade teve alvara do ofício se vaguasse por seu pai parece que entende o camareiro moor que dos ditos dezasete anos por diante o começou a servir. Porem, eu não acho outro documento per onde me diso conste senão a



carta em forma que lhe foi dada no ano de 481, a vinte e tres de fevereiro, vagando o dito offiço por seu pai Gonçalo Vaz ser feito regedor da justiça da casa do çivel. E nella declara el-rei dom Afonso os respeitos da dita merçe por estas palavras:

¶ “Dom Afonso, etc. Fazemos saber que consirando nós os muitos serviços que temos recebidos de Martin Vaz de Castelbranco, fidalguo de nossa casa, e a criação que nelle fizemos e comfiando de sua lealdade e discrição avendo tãobem respeito aos muito grandes serviços de Gonçalo Vaz seu padre, que ora fizemos regedor da justiça da casa do çivel de Lixboa, temos por bem e damo-lo por veedor de nossa fazenda, assi e pella guisa que o era Guonçallo Vaz, seu padre, etc.”

[fl. 143 v]

E posto que Guarçia de Resende na *Chronica d’el-rei dom João o segundo*, capitulo 58, atribue ao dito rei estas merçes feitas da guovernãoça da justiça a Gonçalo Vaz e da vedoria da fazenda a Martin Vaz seu filho, e parece que relata serem feitas no ano de 485, ou dahi por diante, a verdade he que lhas fez primeiramente el-rei dom Afonso o quinto no princípio do dito ano de 481, como se ve pella dita carta açima relatada. E falleçendo sua alteza no fim do mesmo ano, el-rei dom João o segundo seu filho lha confirmou loguo, e por rezão do seu alvara de lembrança, que sendo príncipe passara no ano de setenta, como neste capitulo fica dito, ja foi mais comprimento de obriguação que nova merçe a que sua alteza fez ao dito dom Martinho no offiço de veedor da fazenda. Assi que nelle o servio muitos anos atee o de 1494, en que foi feito guovernador da justiça per falleçimento do guovernador dom Gonçallo seu pai, indo-lhe seguindo as pizadas, assi nos carguos como nas virtudes, mereçimentos, serviços e inteireza per que lhe erão dados e con que os administrava, como se bem mostra das palavras da carta deste carguo que abaixo se relatarão en seu lugar. Por respeito deste ofiço de guovernador da justiça, que não era possivel servir-se juntamente com o seu de veedor da fazenda, largou este o dito conde quando açeitou a guovernãoça e soçedeo nelle dom Alvaro de Castro, segundo tãobem o mesmo Garçia de Resende no lugar ja dito faz menção.



Depois, no ano de 1496, ano primeiro emergente do reinado d'el-rei dom Manoel, entendendo aquelle prudente rei a muita neçesidade que tinha de tal servidor e conselheiro o ter sempre muito junto de si e quanto ao bem de sua fazenda e patrimonio real (que he o nervo do reino) importava o regimento dela correr per ordem do dito conde, lhe pedio que quisesse tornar azeitar o ofiço de vedor da fazenda com lhe prometer e dar sua fee real que dentro en quatro anos o tornaria a apousentar e o deixaria guozar da quietação e repouso que pretendia por sua idade e muito tempo que tinha servido. E as causas e meios honrrosos e çircunstanças de muito primor que da parte do conde intervierão e de muita honrra pera elle que da do rei se ajuntarão, de [fl. 144] clara o dito senhor per hũa provisão feita a vinte e quatro d'abril do dito ano de 96, cujas pallavras, posto que de largua leitura, sera neçessario tresladar por serem as mais breves e as mais graves e as mais çertas que todas as outras com que a sustançia dellas se possa declarar. Dizem assi:

“Dom Manoel, etc. Fazemos saber que el-rei meu senhor, que Deos aja, avendo respeito aos muitos serviços e mereçimentos de dom Martinho de Castelbranco do nosso conselho, senhor de Villa Nova de Portimão, etc., elle o tinha apousentado e assentado em a nossa çidade de Lixboa com o ofiço de regedor da casa do çivel. E ora consirando nós como o dito dom Martinho tem servido o dito senhor com muita lealdade, fiança e discrição, assi nas cousas de sua fazenda o tempo que foi veedor della, como nas outras cousas e negoçios do reino en que de si sempre deu boa conta e recado, como pera que alem delo o fazia com aquelle amor e afeição que a seu rei e senhor natural devia e que de todo tem grande pratica e conhecimento pello uso e costume que disso teve. E des hi conhecendo dele que non com menos vontade e afeição folguará de nos en todo servir, e assi pera as cousas da dita nossa fazenda e outros negoçios do reino nos he muito neçessario seu serviço e de o trazermos connosco pera das cousas passadas nos poder dar sãa e fiel imformação quando a nosso serviço e bem de nossa fazenda e cousas outras cumprir, e assi nas que sobrevierem ao diante, portanto nós lhe roguamos e encomendamos que elle quizesse andar en nossa corte e nos servir em ella com o ofiço de veedor de nossa fazenda e nos leixasse o dito ofiço de regedor da dita casa do çivel,



porque pera hum tal carguo cumpria nós provermos delle outra pessoa, de maneira que não estivesse sem regedor, por o que pertence a nosso serviço e bem da justiça . E como quer que o dito offiço seja de tal qualidade e tão honrrado e dos milhores do reino e a elle mais conveniente, por seu assento e herãoças que tem na dita çidade e por descanso e repouso de seus serviços e trabalhos passados, elle desejàodo muito de nos servir e comprazer segundo por nós lhe foi requerido e encomendado sem nisso nos cometer nem apontar cousa algũa çerta, lhe prouve de nos deixar o dito carguo pera o nós podermos dar a quem nossa merçe fosse e de nos servir [fl. 144 v] en nossa corte no dito offiço de veedor de nossa fazenda, e em qualquer outra cousa que a nosso serviço fosse neçessario, por çinco anos primeiros seguintes, e nos pedio por merçe que, dentro dos ditos çinco anos ou acabados elles, nós o apousentassemos com aquella honrra e merçe e satisfação que a tal ofiço como o da guovernãoça que nos leixou e a seus serviços que nos despois esperava fazer¹⁵⁴ fosse devido e equivalente e assi a nossa virtude e nobreza pertencesse como a pessoa que tudo leixou en nós. A qual cousa assi feita por elle, nós lho agradeçemos e nos prouve muito delo, e avemos por bem de nos servir assi delle em a nossa corte no que dito he no dito tempo dos ditos çinco anos, porque esperamos com a graça de Deos, Nosso Senhor, e lhe prometemos por nossa fee real dentro nelles de o cumprir assi e lhe darmos tal satisfação e contentamento e de nos avermos com elle de maneira que conrresponda con seus mereçimentos e serviços e ao ofiço que nos assi leixou. E pera nossa lembrança, etc.”.

Por o rellatorio da dita carta se ve bem hum discurso mui dino de louvor da parte de hum tal rei e senhor, e posto que Guarçia de Resende, no dito capitulo 58, entendeo que resultava muita honrra ao conde em escrever que com grandes promessas fizera el-rei dom Manoel com elle que tornasse a ser veador da fazenda, mui mais honrroso, louvavel e primoroso termo foi o que o conde tomou, dino de seu generoso animo e altos espertos, deixando toda a satisfação e pretensão na livre disposição de sua alteza sem nomeadamente lhe pedir nem apontar outra algũa merçe senão a real promessa e fee de passados çinco anos o deixar descansar como se

154 O segmento “despois esperava fazer” resulta de correção do que fora inicialmente escrito e é agora ilegível.



pello teor da dita carta mostra. O que el-rei dom Manoel prudentemente soube entender e com real animo soube gratificar, porque na carta do titulo de conde que lhe depois deu, e noutras algũas provisões de merçes que lhe fez compridamente, declara quanto mais obrigado se sentia pera a satisfação do conde pello amor e primor que mostrava en não estar com sua alteza em nenhum conçerto nem apontamento, mas deixar tudo nelle e larguar o que tinha por satisfazer ao gosto que el-rei mostrava de se servir delle. Se isto assi fizessem sempre os reis, ainda averia muitas vezes quem neste primor imitasse ao conde [fl. 145] e fosse a toda a parte e en todo carguo e en todo tempo servir sem pedir. Mas porque muitas vezes soçede ao contrairo e dos que de si se não lembrão en se segurarem nos conçertos, promessas e apontamentos não he nunca na brevidade nem na callidade melhorada a satisfação, antes vemos pella maior parte aver descuido e desiguoaldade en se lhe dar como a mereçem, por estas rezões fez o tempo com a esperiência seu offiço, e são comummente avidos por melhor aconselhados, ou ao menos sai melhor o partido aaquelles que antes de servir vendem os serviços con seguras fermidoões do que pretendem e ainda tem por mereçer, que, çerto, não pode ser mor miseria dos tempos nem mais indecente meio em materia tão fora de respeitos e conçertos, e tão chea de lealdade e amor como divera ser o servir aos reis, à patria e repubrica.

Asaz consta tãobem do teor da carta açima treslladada como sempre se ouve o dito conde no dito offiço de veedor da fazenda enquãoto o foi nos tempos dos reis dom Afonso e dom João o segundo, e não menos o declara el-rei dom Manoel do tempo en que neste dito carguo o conde o servio, segundo se vera por clausulas de outras cartas que ao diante hão de ir rellatadas, que por evitar maior prolixidade deste capitulo se aqui não aco-mulão. Dizem que era dito ordinario do conde de Villa Nova que a fazenda real se devia destrebuir por dous canos, hum muito larguo e outro muito estreito, cujo sentido era que nas cousas de honrra e importancia os reis avião de despender com magnificença e liberalidade real e, pello contrai-ro, na despesa e merçes ordinarias, se devia ter muita ordem e advertência grande em fugir da prodigalidade, inimigua capital do bem comum do rei e reino, porque como todos entendem da dissipação do patrimonio real vem a pobreza delle, de que recreçem os tributos novos e extorsões aos vassalos e faltarem as forças pera a despesa da guerra quando soçede e das cousas



de honrra quando as ha, e suspenderen-se os paguamentos das dividas, juros, tenças e mantimentos dos offiçiaes e particulares e, emfim, toda a miseria e desventura de hum reino depende das forças ou neçessidades da fazenda da Coroa e rendimento della. E quem bem considerar as neçessidades pera que ella he aplicada e o bom modo por que se ella deve de despende, achará que este se não pode guoardar sem os dous canos, larguo e [fl. 145 v] estreito, que o conde dezia, nem pode ser prefeito veador da fazenda quen não ajudar e persuadir o rei a que serve a seguir estes dous meios. Temos clara prova de como o conde dom Martinho por obras guoardava isto que por palavras dezia porque, quanto ao cano grosso, consta-nos que as festas reais do casamento do primcipe dom Afonso e as mais jornadas dos reis de seu tempo, cuja despesa per sua ordem correo, forão as de mor custo, aparato e manifiçensia que em Portugal antes nem depois se virão, e achava-sse a fazenda real em estado que a tudo podia suprir sem se muito endividar e com a brevidade devida. Louva Damião de Goes, terceira parte da *Chronica d'el-rei dom Manoel*, capitulo 46, ao dito conde na deligença e pouco espaço de tempo con que, sendo veedor da fazenda, fez prestes aquella grande armada de 400 vellas en que o duque de Bragança dom James foi por mandado do dito rei seu tio guanhar a çidade de Azamor, como atras fica contado, o que alem do bom cuidado, ordem e vigilança do dito conde se deve tãobem atribuir a faculdade e forças do patrimonio da Coroa en que o tinha conservado. E quanto ao cano estreito, não he neçessario melhor justificação de quão scrupuloso e inteiro o conde era nas regras delle e na despesa ordinaria que o que ja atras fica apontado, capitulo 64, e o que adiante se vera nas clausulas do testamento d'el-rei dom Manoel, em hũa das quais lhe encomenda que no que toca as obriguações da alma de sua alteza e descarguo de sua consçiença, de que o dito senhor rei o deixou por testamenteiro, não fosse tão riguroso e estreito como por seu serviço fora nas mais cousas de sua fazenda.

Tendo assi este mui inteiro e prudente veedor da fazenda comprido tão perfeitamente com as obriguações deste carguo e servido nelle tanto a contentamento de tres reis que o nelle occuparão, depois de passados os cinco anos que tomara pera nelles servir a el-rei dom Manoel e outros alguns anos mais, o dito senhor ouve por bem que elle pudesse renunçar o dito offiço no primeiro conde do Vimioso, dom Françisco de Portugal,



que sendo pessoa de tantas calidades, real sangue, suficiência e tallento como a todo o mundo he notorio, entrou neste carguo com larguar trezentos e oitenta mil reaes de tença de que o conde de Villa Nova ficou com os oitenta somente e deixou os outros à fazenda de sua alteza, como se [fl. 146] relata na provisão que o dito senhor rei lhe passou pera dom Francisco de Castelbranco, seu filho mais velho, lhe soçeder no ofício de camareiro moor do príncipe dom João, que o dito conde tãobem teve, e adiante irá o tresllado dellas. Desta renunçiação no conde do Vimioso faz tãobem menção o dito Guarçia de Resende no dito capitulo 58.

Capitulo Lxx.

De quando e como o conde de Villa Nova foi feito guovernador da justiça e a inteireza que neste carguo mostrou e quão bem o servio.

No capitulo preçedente se tocou ja como el-rei dom João o segundo deu o offício de guovernador da justiça da çidade de Lixboa, por morte do guovernador dom Guonçallo de Castelbranco, ao dito dom Martinho de Castelbranco seu filho, a qual merçe lhe fez no ano de 1494, a dezasete de julho, declarando na carta do dito carguo que o provia delle pella muita confiança que tinha de sua lealdade e discrição e considerando os muito grandes e continuados serviços que delle tinha recebidos e como de todas cousas de que o ate então encarreguara lhe dera de si boa conta, e por o sentir assi por muito serviço de Deos e seu e bem destes reinos. E no fim da carta torna a repetir que a dita merçe lhe faz por seus grandes mereçimentos e por o conhecer pera ello por muito pertencente. Os poderes que o dito carguo teve forão todos os que ao guovernador seu pai forão concedidos, que ficão relatados no capitulo 48, onde se ponderou quão extraordinarios são e como comprehendem en si muita parte dos poderes dos regimentos que oje tem o regedor da casa da supricação e os desembargadores do paço e o corregedor do crime da corte. Soo acho duas particularidades diferentes emtre os poderes de pai e filho: a primeira, que o dito dom Guonçallo podia mandar rever feitos per cartas com seu passe



soamente [fl. 146 v] per elle assinadas, con depositar à parte os trinta escudos ordenados sem dar conta a el-rei; o dito conde podia fazer o mesmo, dizendo-o primeiro a sua alteza ou mandando-o avisar. E a segunda diferença he que o conde podia mandar passar cartas de amãoçipação a homem antes de vinte anos e mulher antes de dezoito, contanto que fossem em idade e per causa razoada, o quoad poder não acho entre os do guovernador dom Guonçalo, nem o tem oje ninguem da pessoa real abaixo. E somente passão os desembargadores do paço cartas de emancipação depois das ditas idades de vinte e dezoito anos. En tudo o mais conformão os poderes que teve o dito guovernador don Gonçalo com os que forão dados depois ao conde seu filho per carta feita em Montemoor-o-Novo a oito de novembro do ano de 494. E quão bem delles o conde usou e a inteireza, iguoaldade e fidelidade con que no dito carguo servio se colherá bem claramente das mui honrrosas clausulas cheas de exuberantes louvores seus que adiante rellataremos, quando se fizer menção das cartas que lhe forão passadas do offiço de camareiro moor do príncipe e rei dom João o terceiro e na do titulo de conde, nas quais seus mereçimentos e bons serviços neste carguo e nos demais estão compendiosamente resumidos. Este offiço de guovernador servio o conde do dito ano de 494 ate o de 496, en que el-rei dom Manoel acabou com elle tornar ao de veedor da fazenda, como no capitulo passado se disse. E então o largou, e sua alteza proveo delle a dom Alvaro de Castro, que dantes lhe avia sucedido no tempo d'el-rei dom João o segundo tãobem no ofiço de veedor da fazenda quando o deixou, como tudo toca Resende na chronica do dito senhor rei dom João o segundo, no dito capitulo 58.

Capitulo Lxxi.

Como o conde de Villa Nova dom Martinho de Castelbranco foi do conselho dos reis a que servio, e a grande prudência, verdade e lealdade con que os sempre aconselhou.

Ben se deixa entender que ao menos desde o tempo en que o conde [fl. 147] de Villa Nova dom Martinho de Castelbranco começou a servir



actualmente a el-rei dom Afonso o quinto de seu veedor da fazenda, que como atras se disse foi no ano de 481, tendo o dito dom Martinho vinte e cinco anos de idade, seria feito do conselho do dito rei e d'el-rei dom João o segundo seu filho, a quen servio no mesmo cargo e no de guovernador da justiça, aos quais quasi neçessariamente per ordem comum anda anexo ser do conselho. Na carta de agravos do camareiro moor dom Francisco de Castelbranco, seu filho, muitas vezes por mim aleguada se aponta que o dito dom Martinho de dezasete anos foi metido no conselho. E não dovido que segundo seus leais serviços erão bem recebidos d'el-rei dom Afonso e por elles e por sua calidade e suficiencia era delle bem tratado e honrrado, como tudo se mostra do fim da carta de sua alteza escrita por elle de Paris a Guonçallo Vaz de Castelbranco seu pai, que fica treslladada no capitulo 45. Se aproveitaria o dito senhor en seus trabalhos e jornadas (en que o dito dom Martinho o sempre seguio, servio e acompanhou) de sua descrição, exçellente juizo e bom conselho metendo-o nelle, poren, com ser tudo isto assi e se aver de ter o apontado ate qui neste capitulo por sen duvida, pollas rezões e conjecturas evidentes nelle declaradas, contudo não lhe acho outra carta de moradia do conselho senão a que lhe foi passada ja en tempo d'el-rei dom Manoel, a 26 d'abril de 497, per que lhe fez merçe de cinco mil e trezentos reaes por mes de moradia do conselho, mas por ella se ve que ja d'antes fora delle e a tivera, porque a dita carta diz estas palavras:

¶ “Nos el-rei fazemos saber a vos dom João de Meneses, do nosso conselho e nosso mordomo moor, que nós tornamos ora a nossos livros a dom Martinho de Castelbranco, guovernador que foi da nossa casa do çivel de Lixboa, pera aver de andar na nossa corte e nos aver de servir de veedor da nossa fazenda, etc”. E pella mais comum sinificação da palavra (“tornamos”) se denota que não era aquella nova merçe, mas inovação da passada, porquãoto conforme ao regimento da fazenda e casa não podia vencer moradia quen tinha o offício da justiça. Cousa he sen duvida que o dito conde don Martinho foi do conselho do estado e despacho d'el-rei dom Manoel, e muito mais notorio he quão fiel conselheiro e leal servidor lhe foi e assi a el-rei dom João o terceiro seu filho, aos quais tanto de mais importância e momento pera o bem e regimento de seus reinos [fl. 147 v] foi o conselho do dito conde quanto mais cheo de prudencia e idade e



experiência das cousas e do guoverno do reino en todas as materias o elles alcançarão no tempo que se delle servirão. Mas pera se ver que nenhuma destas calidades lhe faltou, sendo ainda mais mãoçoêbo, nos tempos que servio, ajudou e aconselhou na paz e na guerra aos reis dom Afonso o quinto e dom João o segundo, convinha treslladar aqui o que disto testemunhão os reis dom João o 2º e dom Manoel en suas cartas quando lhe fizerão merçe do assentamento de conde e de poder trazer bandeira quadrada e depois do titulo de conde e do offiço de camareiro moor pera si e pera seu filho. E porem, porque o tresllado das clausulas das ditas cartas tem outro lugar mais propio, que he o en que tratamos de cada hũa das merçes, carguos e dinidades que se nellas contem, o deixaremos aqui de por por não repitir as mesmas pallavras muitas vezes. Ali se poderá ver o que pertence pera se bem entender o muito mereçimento do conde na materia do conselho e guoverno de que este capitulo falla, e o mesmo se poderá coligir de outra provisão d’el-rei dom Manoel, quando o chamou pera o ter consiguo, que ja atras fica treslladada, capitulo 69, en que bem se declara quanta discrição, lealdade e amor tinhão exprimentado os ditos reis nelle e quanta utellidade sentirão de o terem a par de si nos neguoçios e regimento do reino, de que elle tão grande uso e conhecimento tinha, e quão necessário o dito senhor rei achou lhe ser traze-llo sempre consiguo pera usar de seu conselho e sã e fiel imformação das cousas passadas, assi das da fazenda como das mais do reino, segundo tudo larguamente o dito senhor na dita carta por estas e outras mais pallavras relata. E da do titulo de conde porei so aqui estas poucas:

¶ “Servindo assi nelle como en todas as outras cousas de conselhos e neguoçios particullares que se delle sempre comfiarão mui fiel e verdadeiramente e com muita lealdade”.



Capitulo Lxxii.

De como o conde de Villa Nova foi enviado ao Alguarve com poderes pera mandar soco[fl. 148]rro ao cerco de Arzilla e de como se ouve sempre en todas as materias de guerra.

Mui çelebrado e de todos mui sabido he aquelle apertado cerco que a villa de Arzila teve en tempo d'el-rei dom Manoel, no ano de 508, sendo capitão della o mui valeroso conde de Borba dom Vasco Coutinho, o qual cerco foi posto por el-rei de Fez Molei Mafamede que, sendo moço, fora preso e cativo na mesma villa por el-rei dom Afonso o quinto quando a guanhou, e como príncipe barbaro e ingrato nestas mas obras quis pagar a liberalidade e grandeza que com elle sua alteza usara sustentando-o e tratando-o humanissimamente en sete anos que o teve en seu poder e per fin delles mandando-o livremente sem resgate algum a seu pai Molei Xequê, como tudo ja no capitulo 38 fica tocado. Porem, não foi elle soos dos de sua nação o que esta ingratidão mostrou, porque o mesmo fizerão en nossos dias os filhos de Çid Hahmuz, que depois de recebidas tantas merçes e guasalhados d'el-rei don Sebastião, que está en gloria, sendo passados a Africa corresponderão a ellas com obras de mortais imiguos, vindo com muita gente por muitas vezes correr aos nossos lugares fronteiros. E sofrivel fora este dano se outros maiores não tiveramos recebido neste reino do acolhimento destes príncipes e reis mouros, que alem dos antiguos, ha exemplos tão frescos e tão exitiaes a este reino que não he necessário aponta-llos.

E tornando ao cerco de Arzilla, elle foi posto hũa quinta-feira, vinte de outubro do dito ano de 508, com hum grande e poderoso exercito de vinte mil homens de cavallo e çento e vinte mil de pee, en que entravão dez mil besteiros e espinguardeiros com muita artelharia de bonbardas e outras monições de guerra. Com este aperçebimento, cercou e combateo el-rei de Fez a villa, em que bem não avia 400 homens de pelleja. E ao segundo asalto os mouros ganharão a villa e o conde, ferido de hũa seta que lhe atravessou hum braço, se recolheo ao castello com os mais que pôde,



donde dizem que se preitejou com el-rei de Fez que se dentro en çertos dias não fosse socorrido lho entreguaria. Poren, [fl. 148 v] dentro no tempo limitado o socorreo de Tanger o mui esforçado e dino de todo louvor dom João de Meneses, que com grande valor e prudência militar e com ajuda de 30 de cavallo e alguns outros de pee que do castello em favor dos nossos o conde mandara, apesar de tanta multidão de imiguos meteo nelle por duas vezes quatroçentos homens e mantimentos, polvora, pelouros, setas e outras monições. Apos este primeiro socorro vierão outros de Castella, do corregedor de Xares e do grande e famoso capitão o conde dom Pedro Navarro, tão çelebrado nas guerras de Italia pelas istorias do insigne Paulo Jovio, e entre ambos trouxerão tres mil e oitoçentos homens, e juntos aos mais que avia na frota de dom João de Meneses, alem dos que na fortalleza tinha lançado, forão causa d’el-rei de Fez larguar a villa e pouco depois levãotar o çerco, estando ja os nossos com forças e determinação pera dar em seu arraial. Conta Damião de Goes na segunda parte da *Chronica d’el-rei dom Manoel*, capitulo 29 (no quoal, e no capitulo 28, meudamente relata todos os particullares deste çerco) que dom João de Meneses chegou a Arzilla a 23 de outubro, avendo tres dias que a villa era guanhada pellos mouros, e que en dous dias seguintes deu ao castello os ditos dous socorros metendo-lhe em cada hum dozentos homens dentro, e que no dia do segundo socorro (que devia ser ao menos a 24 ou 25 de outubro) mandou por hũa caravella avisar a el-rei dom Manoel do dito çerco. Poren, ao que se pode entender e coligir do dito autor e do tempo en que loguo diremos que foi enviado o conde de Villa Nova, sua alteza sen duvida teve per outra via primeiro outro avizo que o da dita caravella, porque, segundo o mesmo autor escreve no propio capitulo 29, a primeira nova do çerco foi dada a el-rei don Manoel em Evora hũa terça-feira, que sendo a seguinte (como se deve presumir) depois da quinta, 20 de outubro, en que o campo dos imiguos assentou sobre a villa, como açima se disse, ficava sendo a 25 do dito mes, e não foi sua alteza ainda então avisado dos mouros a terem entrada, porque este recado (segundo o dito Damião de Goes) lhe veio ao domingo seguinte, trinta do dito mes, por onde se ve que o primeiro aviso não foi o da caravella de dom João, porque foi mandada a tempo que ja a villa era guanhada e o castello provido de primeiro e segundo socorro, [fl. 149] como açima referimos. E este recado do socorro do castello, consta do dito Damião de Goes que foi dado a el-rei indo ja pera o Algarve de



caminho na serra daquelle reino. O que não tem duvida he que a 27 do dito mes e ano, sete dias depois do cerco posto, o dito senhor rei dom Manoel enviou a dom Martinho de Castelbranco, seu veedor da fazenda e do seu conselho (que ja então era conde de Villa Nova por carta, posto que ainda por alguns respeitos não usava do dito titulo, como adiante se vera pello tempo en que foi feito no capitulo que disso trata) aos luguares do Algarve com larguos poderes pera enviar os socorros neçessarios à dita villa, e na provisão se faz menção que sua alteza tinha recado de estar ja çercada por el-rei de Fez. E diz a provisão assi no sustançial della:

¶ “Nos el-rei fazemos saber a vos, nosso corregedor do reino do Algarve, juizes, vereadores, procuradores, fidalguos, cavalleiros, escudeiros e povo das villas de Lagos e de Villa Nova e da çidade de Silves e ao nosso contador da dita comarca, almoxarife, etc., que nós, pello recado que aguora ouvemos de como el-rei de Fez ten çercado a nossa villa de Arzilla, por se acodir a caso semelhante como convem por nosso serviço, mandamos dom Martinho de Castelbranco, senhor de Villa Nova, do nosso conselho e veedor da nossa fazenda, pera nesses luguares prover e mandar fazer todo aquello que pera socorro da dita villa lhe parecer compridouro e neçessario pera nosso serviço. Por em, vo-lo noteficamos assi e vos mandamos a todos en geral e a cada hum de vós em espeçial que todo aquello que pello dito dom Martinho vos for requerido e da nossa parte mandado, assi açerca da apuração da gente de qualquer calidade e condição que elle a ordenar como tomada de navios pera a embarcação della e de todas e quaisquer outras cousas, como de mantimentos, armas e toda outra cousa neçessaria, e assi mandar despender dinheiro de nossas rendas e toda qualquer outra cousa que lhe a elle bem parecer e for compridoura por nosso serviço, vós todos e cada hũ de vós cumpraes e façaes todo o que por elle vos for requerido e mandado e por seus assinados, asi como o farieis e compririeis se por nos em pessoa e por nossos mandados vos fosse mandado, porque assi o avemos por bem e nosso serviço comprindo e fazendo tudo com aquella deligençia e cuidado que de vos comfiamos e en tal caso e de tanta importançia e que [fl. 149 v] tanto releva a nosso serviço o deveis fazer e esperamos que o façais. E por este lhe damos poder que aquelles que forem negligentes e reveis (que não esperamos) os possa apenar nos corpos e fazendas assi como bem visto lhe for e pera melhor sermos



servido convier, as quais penas que por elle foren postas lhe damos poder que possa dar, e de a execução, e mandamos a vos dito nosso corregedor, juizes e justiças que na dita execução cumprais seus mandados assi como os compririeis pellos nossos, o que todo cumpri e guardai, etc”.

E porque no princípio da dita provisão se mostra que hia dirigida somente pera aquelles luguares prinçipaes da comarca de Lagos que se nella declararão poderá alguen cuidar que depois d’el-rei dom Manoel ser no dito reino do Algarve na çidade de Tavira, pera onde partio d’Evora com tanta pressa como Damião de Goes conta no dito capitulo 29, mandara ao dito conde com os ditos poderes à comarca de Lagos, e não se encontrará con isto o que o dito autor escreve no mesmo lugar, que dentro en çinco dias forão com el-rei juntos vinte mil homens de pelleja de pee e de cavallo (boa mostra da verdadeira e antigua lealdade portuguesa ja por outros maiores exemplos confirmada) e que estando sua alteza pera se embarcar e passar em Africa contra o dito rei de Fez a desçercar a dita villa lhe vierão novas como o çerco era levãotado, porque se ha de advirtir que o sentido do chronista não he dizer que el-rei dom Manoel esteve soamente çinco dias aperçebendo-sse no Algarve e que dentro delles teve o dito recado, porquãoto o çerco durou mais tempo, e ainda depois dos socorros de dom João de Meneses metidos no castello esteve el-rei de Fez mais de oito dias dentro na villa dando en cada hum delles duas vezes aspero combate ao castello, hũa pela menhã e outra depois do meio dia, como consta do mesmo Damião de Goes. Mas ha se de entender que dentro dos çinco dia forão juntos por mar e terra os vinte mil homens portugueses chegados a Tavilla onde el-rei estava, e por em que em mais tempo se fizerão prestes navios e as mais cousas neçessarias pera a passagem atee vir a nova da dita villa ser desçercada, e assi poderá aver espaço de tempo e neçessidade pera, ficando el-rei en Tavilla, mandar o conde à comarca de Lagos com os [fl. 150] ditos poderes pera o ajudar a perçeber.

¶ Porem, porque sua alteza não faz menção na dita provisão da villa estar entrada dos mouros, mas somente çercada, o que neçessariamente ouvera de saber pello recado do socorro do castello que lhe na serra foi dado como atras fica dito, nem toca a nada açerca de sua determinação de passar e muito mais pella conta dos dias en que a provisão foi feita e en



que el-rei partio d'Evora, que ja fica apontada. E por ser escrita em Evora, como dela se ve, necessariamente se convençe que el-rei dom Manoel, tanto que à terça-feira lhe derão a primeira nova do cerco estando na dita cidade, enviou o conde de hun dia atee o outro e a provisão se lhe fez na mesma cidade a quinta-feira, a 27 do mes, que he o dia e lugar da data della, e que depois, sobrevindo o segundo recado ao domingo, sua alteza partio e se seguio o mais que na dita chronica se contou.

¶ E por razão de el-rei en tão poucos dias apos o conde acudir em pessoa ao Algarve não podia aver lugar delle dom Martinho mandar per si socorros hà dita villa, porque, contudo, o que tivesse prestes nos tres dias de ventagen entre sua partida e a d'el-rei acoderia a sua alteza como soubesse de sua chegada a Tavilla.

Mas he de notar que en caso de tanta importancia e que el-rei vinha a reputar en tanto que se punha a arriscar sobre elle sua real pessoa e estado, e em o quoaal tanto periguo avia na dilação e tantas callidades de prudência, deligencia, ordem e conhecimento das cousas da guerra se requerião na pessoa que a tal neguocio se enviasse, achava sua alteza con razão que todas estas necessidades ficavão bem remediadas e todos estes particulares bem cheios com mandar a isso o dito dom Martinho enquãoto não compriisse ir sua real pessoa. E isto sinificão aquellas pallavras da dita provisão (“por se acudir a caso semelhante, como convem por nosso serviço, mandamos dom Martinho de Castelbranco”, etc.) e em outras muitas clausulas da dita provisão o dá assi sua alteza bem a entender, como do teor della açima treslladado façilmente se pode coligir.

E não soo pello modo de proçeder do conde nas outras materias, [fl. 150 v] mas polla experiencia e conhecimento que el-rei dom Manoel tinha como o dito dom Martinho se ouvera sempre nas materias da guerra no tempo dos reis passados, assi nas guerras com christãos como nas de Africa, tinha muita rezão e era mui justa e bem fundada sua confiança. E tal se mostra que a tinha do dito conde neste particullar por as calusullas que na carta do titulo de conde lhe mandou pôr açerca desta materia de guerra, que no que a ella toca dizem assi:



¶ “E esguardando nós a muita criação que el-rei dom Afonso, meu tio, fez em dom Martinho de Castelbranco, etc., e como o começou a servir nas guerras de Castella com escudeiros, cavallos e armas, aventurando-se ja então aos perigos e trabalhos das ditas guerras como pessoa de maior idade do que elle naquelle tempo era, etc., e assi servindo a el-rei dom João, meu primo, iso mesmo nas cousas da guerra dos mouros d’alen que en seu tempo se oferecerão com sua pessoa e gasto de sua fazenda, como a gastou e despendeo na paz como cumpria a seu serviço, etc.”.

O que tudo se deve acrescentar ao que fica dito nos capitulos 66 e 67, onde tratamos de seus serviços millitares pera se melhor entender e declarar o louvor e merecimento deles.

Capitulo Lxxiii.

De como o conde dom Martinho de Castelbranco foi superior das apousentadorias e a origem, calidade e poderes deste cargo e quãoto e como o servio, e da instituição e poderes do dito cargo.

Costumavão os reis passados deste reino apousentar os cortesãos que con elles andavão à custa dos moradores dos luguares en que a corte estava, obrigando-os a dar-lhes pousadas, camas e fogo e agoa a sua custa ou en suas casas, como ainda oje se faz nos luguares que não tem privilegio en contraio. E porque a corte ordinariamente residia em hum destes tres luguares, Lixboa, Evora, [fl. 151] Santarem, recebem os moradores delles mui grande e continua vexação, pello que tratarão estes tres povos de se conçertarem com el-rei e remirem a dinheiro esta sojeição e opressão que sempre a todos os luguares e povos foi tão grave e de que desejarão sempre por todas as vias eximir-se, como he notorio e se colige do que en semelhante caso pedirão os povos a el-rei dom João o terceiro nas cortes de Torres Novas, ano de 525, capitulo 42. O assento que os reis tomarão com as ditas çidades de Lixboa, Evora e villa de Santaren sobre este caso foi que estes luguares darião cada hum sua copia de direito en



que se conçertarão, açoitando çerta imposição de que se avia de tirar. E com iso ficarão livres da obrigação que per direito e costume tinhão das ditas apousentadorias, e o rei seria obrigado dahi en diante das rendas das ditas imposições que pera iso deputarão mandar apousentar por sua conta todos os cortesãos que apousentadoria ouvessem de aver, mandando-lhe pagar casas, camas. Pera bom comprimento disto se ordenou en cada hum dos ditos tres luguares hũa casa do despacho d'apousentadoria da tal çidade, con çertos offiçiaes deputados pera ella, que se chamavão os 24 de tal casa. E avia juiz da casa, contador e reçebedores, escrivães e outros que entendião no arrendamento e arrecadação das rendas da dita casa e nos paguamentos dela que se fazião às pessoas a que pello apousentador moor erão dadas casas e camas de apousentadoria que, segundo ordenãoça como moradores da corte, as ouvessem de aver, e aos que taes não erão as não paguavõ, posto que o dito apousentador moor lhas mandasse dar. Sobre todos os ofeçiaes de cada hũa destas casas avia hũ supremo que se chamava superior das apousentadorias de Lixboa, ou de Evora, ou de Santarem. E posto que este carguo muito tempo se servio sen regimento per escrito, contudo sempre desde sua instituição foi pera a pessoa que o tivesse ser o comfidente e o fiel entre os povos e el-rei, e a elle tocar o supremo provimento e conhecimento das rendas e cousas que às ditas apousentadorias pertencesse. Per esta ordem e costume se servia o dito carguo.

Importão oje os rendimentos desta imposição que en diversos usos de despendem¹⁵⁵. Tenho imformação que a primeira pessoa que estes tres povos conformemente pedirão a el-rei [fl. 151 v] pera este carguo e en cuja bondade e inteireza comfiarão que estarião seguras a guoarda de sua liberdade e provimento de suas rendas foi dom Guonçalo de Castelbranco, pai do dito conde dom Martinho. Mas porque não lhe achei a carta deste ofiço não fiz delle menção entre os mais carguos que teve quando delle se tratou. Do dito conde acho cartas e provisões per que consta servir muitos anos de superior de todas as tres casas de Lixboa, Evora e Santarem. Porem, alguns anos primeiro o foi das de Evora e Santarem que da de Lixboa, por aver de mais tempo atras outro superior antigo provido nella. No ano de 509, a pedimento do conde, lhe foi dado per el-rei dom Manoel

155 Segue-se espaço em branco.



regimento per escrito sobre o que tocava às ditas apousentadorias de Evora e Santarem, porque o conde por sua singular virtude e sam consciência, entendendo quantos abuzos se introduzem nos carguos per ambição dos que os tem, desejando sempre com direito e sem elle entender seus poderes, não se comfiou de usar do costume en que achava o dito offiço, mas pedio a sua alteza certo e declarado regimento e ordenou que se lhe desse, como se lhe deu a 27 de fevereiro do dito ano de 509, por o quoaal declarou sua alteza que ao dito superior tocava conhecer de totalas apelações e agravos que sahissen dante quaisquer offeçiaes das apousentadorias, assi sobre rendas delas como sobre quaisquer diferenças que ouvesse entre os offeçiaes dela huns com outros sobre seus offiços, ou entre os ditos offiçiaes e outras partes no que tocasse às ditas apousentadorias ou dellas dependesse. E assi pertença a elle conhecer dos erros de offiços dos ditos offiçiaes de apousentadorias, determinando o que lhe parecesse por si soo no çível e no crime com dous desembargadores que com elle estarião no depacho, que seria final de moor alçada. Item faria cumprir a todos os ditos offiçiaes das ditas casas inteiramente seus regimentos e ordenações dellas. Item as rendas das ditas casas (que se avião de arrendar pello modo das outras rendas reais) se não arrematarião nem se averia o lanço nellas por feito (pera efeito de quem o fizesse aver alças se outrem sobre elle mais lançasse conforme ao regimento da fazenda posto que o tal lanço lhe fosse tomado e recebido pellos offeçiaes da casa) salvo depois do superior o aver por bem e o aprovar pello modo que o fazem os veedores da fazenda, e as contas que fossem [fl. 152] tomadas aos rendeiros faria prover se os contadores delas as tinham tomado como devião e nos tempos en que erão obriguados. E achando que estavam boas e bem tomadas faria dellas dar suas quitações aos rendeiros segundo estava ordenado. E finalmente, tudo o que lhe parecesse fazer ou ordenar pera boa ordenação e proveito das ditas apousentadorias, creçimento das rendas dellas, praticaria com os offeçiaes da casa a que tocasse e con sua imformação daria conta a sua alteza pera com elle mandar fazer e ordenar o que assi bom e proveitoso fosse.

Depois, no ano de 1511, foi tãobem feita carta ao conde de superior das apousentadorias de Lixboa. E no usar dos poderes deste offiço teve o mesmo resguardo e advertença no descarguo de sua alma que em pedir regimento pera o de Evora e Santarem mostrara, como açima he dito.



Porque avendo no regimento do superior das apousentadorias de Lixboa hum capitulo geral que dizia que el-rei lhe dava poder pera que quando lhe parecesse neçessario podese tirar e por os offeçiaes da dita casa que visse que cumprião a seu serviço e bem da dita apousentadoria pera ficarem e não serem mais que aqueles que lhe parecessem neçessarios, e assi pera os poder acreçentar em maior numero se visse que convinha. E sendo estas palavras tão geraes e exuberãotes e não se tendo atee então movida sobre ellas duvida algũa no tempo de seus antecessores, contudo elle moveo algũas a el-rei mui justa, virtuosa e prudentemente. E lhe pedio que declarasse se com erros e sem elles poderia tirar e por os ditos offeçiaes e se ficaria seu o provimento dos offiços em caso de renunçiação e privação como em caso de morte, e se avia algũ offiço que ficasse exceptuado de o elle poder prover. E sua alteza satisfez a tão justa petição respondendo às duvidas todas per hũa sua provisão de dezoito de dezembro de 514, determinando que conforme a direito os offiços se não poderião tirar, nem as pallavras gerais do regimento se entendião senão quando os offeçiaes errassem e pellos tais erros os merecessem perder, e que em caso que por suas culpas fossem delles privados ou vaguassem per fallecimento ou renunçiação de cada hun delles, poderia elle dito conde em cada hum dos ditos casos dar e prover os ditos offiços apresentando as pessoas a sua alteza pera, sendo delas contente, lhe mandar passar sua cartas, resalvando, porem, os offiços de juiz da casa e contador della, porque destes dous não teria apresentação mas ficaria a dada delles *in solidum* a el-rei. De poucas pessoas, çerto, se pode cuidar que tendo [fl. 152 v] por si pallavras gerais e regimento e costume a que se acostar em materia de dar e prover offiços (de que naturalmente todos são tão ambiçiosos) ouvese de exçitar duvidas sem lhas ninguem pôr, movido soo de respeitos da consçiença, podendo-se con rezão esperar da repostas delas as limitações e estreitezas do poder con que sua alteza respondeo. Mas o conde foi nisto tão diferente do que comumente todos fazem que não somente apontou as ditas duvidas e pedio a dita declaração dellas, mas por merçe espeçial pedio a el-rei dom João o terceiro no ano de 522 que lhe confirmasse a dita carta e provisão d'el-rei dom Manoel seu pai en que tanto se estreitava seu poder. E sua alteza na carta de confirmação diz que por lho elle pedir e por lhe fazer graça e merçe lha confirma. E con isto se fica bem entendendo con que zelo e verdade e inteireza serviria sempre estes carguos de superior



das ditas tres casas d'apousentadorias que depois de sua morte vierão a seu filho dom João de Castelbranco, como adiante veremos.

Capitulo Lxxiii.

Como o conde dom Martinho foi camareiro moor do príncipe e rei dom João o terceiro.

Para encarecer e justificar os muitos mereçimentos, grandes serviços e honrrosos respeitos per que o offiço de camareiro moor do príncipe dom João, rei que depois foi, terceiro do nome, foi dado ao conde de Villa Nova dom Martinho de Castelbranco, alem do que a calidade do mesmo offiço per si denota, que he tal que não cabe senão en pessoas de que os príncipes tenham mui grande confiança e amor e lhe sejam muito azeitadas, como bem nota Damião de Goes no sumario da chronica do príncipe dom João, rei que depois foi, segundo, no fim do capitulo 65, não pode aver melhor nem mais clara çerteza nem mais congruas palavras que as de que el-rei dom Manoel usa na carta do mesmo offiço que diz assi:

“Dom Manoel, per graça de Deos, etc. Fazemos saber que esguoardando nós os muitos e mui continuados serviços que dom Martinho de Castelbranco, conde de Villa Nova de Portimão tem feitos [fl. 153] a el-rei dom Afonso meu tio e a el-rei dom João meu primo, que santa gloria aja, e como sempre por elles foi encarreguado en carguos e cousas de grande sustança e fieldade, nas quais mui fielmente e con grande recado os servio e lhe deu de si mui boa conta, e esguoardando assi mesmo como elle nos tem servido mui continuadamente e com grande fieldade, e como pera as cousas de nosso serviço lhe conhecemos sempre muito amor, por a experiencia que temos de sua pessoa e virtude per onde e por todas as calidades que nella ha com muito nosso descanso nos podemos delle servir en quaisquer offiços e carguos que forem de grande importação, vendo como no offiço de camareiro moor do príncipe, meu sobre todos muito amado e prezado filho, devemos por tal pessoa qual pera tal offiço se requere, e de que tenhamos mui inteira confiança que a nós e a elle servirá inteiramente e con todo o nosso prazer e contentamento, assi no que toca



ao dito offiço como tãobem em lhe lembrar as cousas do nosso serviço e seu como pessoa que tem semelhante cargo e que tão continuadamente por ben delle ha de ser a elle cheguado, por todos estes respeitos e pella boa vontade que lhe temos e por folguarmos de lhe fazer merçe temos por bem e o fazemos camareiro moor do dito prinçipe meu filho com todas as honrras, preminências, privilegios, graças, merçes que são ordenadas e pertencen e devem aver os camareiros moores dos prinçipes destes reinos e con çen dobras de trezentos e setenta reaes a dobra de merçe en cada hũ ano que são ordenadas ao dito offiço, assi e pela guisa e maneira que o dito offiço tinha por nossa carta dom João de Meneses que se finou e melhor se elle con direito o melhor pode ter e pessoir; por em o noteficamos assi a todos os offiçiaes de nossa casa e do dito prinçipe meu filho que aguora são e ao diante foren, e assi quando a Nosso Senhor prouver delle ter sua casa apartada con seus offiçiais lhe mãodamos que o ajão por seu camareiro moor e o leixem servir e usar inteiramente do dito offiço assi como o elle o deve fazer e directamente lhe pertencer, e aquelles que elle por bem delle ha de mandar que lhe obedeção e cumprão seus mandados en todo o que ao serviço delle tocar sen nisso poren duvida nem embargo algum porque assi he nossa merçe, etc. En Lixboa, a quatro dias de julho, o secretairo a fez, ano de Nosso Senhor Jesus Christo de 1516”.

Desta dita carta açima treslladada constão bem os mereçimentos do conde per que este offiço de camareiro moor e outros moores, se os reis [fl. 153 v] os tiverão, erão mui devidos e nelle mui bem empreguados. E o mesmo mais copiosamente se declara em outro alvara que no mesmo dia e ano da carta da data açima lhe foi passado pera o dito offiço de camareiro moor ficar por sua morte a dom Françisco de Castelbranco, seu filho mais velho. O teor do quoa alvara por ser mui larguo se não relata aqui, porque tãobem he mais propio luguar seu quando tratarmos das puras merçes e doações que ao dito conde forão feitas, ou quando chegarmos a fallar no dito dom Françisco de Castelbranco, que por virtude do dito alvara gozou do efeito delle e servio o dito offiço de camareiro moor d’el-rei dom João o terceiro.

Mas pera se entender quão bem respondeo o conde nas obrigações deste offiço de camareiro moor, a confiança tão grande e tão inteira que el-rei



dom Manoel (que lho deu) de o elle assi fazer tinhamos, serve aqui dizer o que disto consta per provisões do dito rei dom João o 3º, que era a pessoa a que se no dito offiço servia e porventura o rei dos quatro que o conde servio a quem menos afeito foi. Este dito senhor rei, no ano de 1524, tres anos depois de reinar e oito anos depois de o conde começar a ser seu camareiro moor, lhe passou outro alvara, a quatro de março do dito ano, per que lhe confirmou a merçe que el-rei seu pai fizera ao conde do dito offiço pera seu filho mais velho. E os respeitos que a provisão aponta se referem nella per estas palavras:

¶ “E visto por nos seu requerimento, esguoardando seus muitos serviços e mereçimentos, e como nos serve mui continuadamente e muito a nosso contentamento, e por esperarmos que sempre assi o ffaça, por a boa vontade que lhe temos e folgarmos de lhe fazer merçe nos praz, etc.”.

Da qual clausula se ve bem quão satisfeito el-rei estava e quanto amor e boa vontade nelle gerara o continuo e bon serviço do dito conde no offiço de camareiro moor e quãoto a contentamento e prazer de sua alteza procedia o conde nas obrigações delle, que he o mais perfeito modo que en servir o dito offiço pode aver: ser muito continuo nelle e contentar muito a quem se serve em autos tão particullares e de tão cheguada cõmunicação como são os que a este offiço compete.

E, certo, quem considerar particullarmente o singular modo con que o conde se avia no servir de cada hum dos muitos e grandes carguos que teve e discorrer pellos louvores que por cada hum delles em espeçial mereço e lhe forão dados pellos reis a quem [fl. 154] servio, como tudo atras fica não somente dito e declarado, mas bastantissimamente provado e justificado, não poderá deixar de conçeber hũa grandissima reputação da rara exçelência, virtude e talento deste illustre conde de Villa Nova, porque, se bem atentamos, de tal maneira soube servir en todas as materias e en todos os carguos que parecia que soo pera cada hum delles naçera e que pera aquelle soo o fizera Deos e a natureza estremado. Lea quem quiser todos os capitulos atras que dele tratão: achará que foi sinalado na guerra, sinalado no esforço, sinalado no conselho, sinalado em bom, leal e continuo servidor e companheiro de seu rei na paz e na guerra, por mar e por terra,



nos trabalhos e nos prazeres, nos reinos estranhos e nos propios, perfeito cortezão, exçelentissimo veedor da fazenda, inteiro guovernador da justiça, iguoal na verdade e razão aos reis e aos povos, prudente, provido e virtuoso superior das apousentadorias e, finalmente, continuo, agradável e azeito camareiro mor. E aqui cabe “*quem mas hiziere passe adelante*”; porem, ainda ha mais que dizer de seus serviços, mereçimentos e bondades, que quasi não ha acabar de dar nestas suas cousas fim.

Capitulo Lxxb.

Como o conde de Villa Nova levou a inffante dona Britez a Saboia ao duque Carlos seu marido, em hũa poderosa armada de que foi e veio por capitão geral e guovernador, com os mais particullares que na jornada ouve.

No ano de 1521, dominguo de Pascoella, sete dias do mes d’abril, foi recebida na see desta çidade de Lixboa a infante dona Brites, filha segunda d’el-rei dom Manoel, com monseor de Baleisom ou, segundo outros, de Balçisam, embaixador do exçellente duque Carlos de Saboia, príncipe de Piamonte, en nome e como procu[fl. 154 v]rador espeçial pera o caso do dito senhor, avendo mais de quatro anos que con grande instançia e por diversas embaixadas o dito duque procurava e tratava o efeito do dito casamento. E a dez de agosto do dito ano de 1521, partio de Belem a frota e armada en que a dita senhora inffanta foi levada a Saboia. Dela nação o mui exçelente e de muito valor duque Manoel Filisberto, seu filho, que casou com madama Marguarita, filha¹⁵⁶ d’el-rei Henrique de França, pai e mai do duque Carlos que oje he, casado com a infante dona Catarina, filha d’el-rei dom Felliipe, o segundo das Espanhas, nosso senhor.

O aperçebimento desta armada, a riqueza della, o infinito gasto e louçai-nha dos senhores fidalguos e pessoas que nella forão, a magestade real que en tudo ouve, não he neçessario particularmente ser relatado neste lugar: pode-lo ha ver quen quiser em hum memorial que deste casa-

¹⁵⁶ Entenda-se: “irmã”.



mento e ida de Saboia deixou escrito Garçia de Resende, que anda junto com a chronica que elle compos d'el-rei dom João o segundo e com outras obras suas, e tãobem em Damião de Goes, posto que mais sumariamente, na *Chronica d'el-rei don Manoel*, quarta parte, capitulo 70, e na *Carolea* e en Garibai, livro 35, capitulo 33.

Para nosso intento, por ivitar prolixidade, bastará por ora saber que a armada foi de 18 vellas de que erão quatro naoos grossas, entrando a nao Santa Catarina de Monte Sinai en que o conde de Villa Nova levava a dita senhora inffanta, que era de oitoçentos toneis (ou de mil, conforme a Damião de Goes), toda guarneçida e armada de toldos e bandeiras e paramentos de sedas, tellas e brocados, hũa das mais ricas e fermosas peças que no mar nunca entrou. E nella, alem das camaras da inffanta, levava o dito conde hũa sua que ainda oje ha en sua Casa, toda armada de rico brocado de pello, mui bem alcatifada con cama do mesmo brocado e com outros muito ricos conçertos, segundo por estas pallavras o dito Resende conta. Hião mais dous gualioês, çinco naos, quatro gualees, duas caravellas e hũa fusta, que perfazião numero das dezoito vellas, todas tão providas de artelharia e monições de guerra que, afora a ordinaria que tinham e sohião trazer, ao tempo que forão tomadas para esta jornada lhe forão metidos mais 537 tiros de toda calidade, como o dito autor aponta, o qual, depois de encareçer os conçertos e guarnimentos [fl. 155] dos ricos toldos, estãodartes, bandeiras, armações de camaras, apercebimento e gualataria das vellas enxarças de todos os ditos navios e bateis dellas, e as infinitas sedas e brocados de diverssas sortes e cores, e devisas e borlados e entretalhados que nellas avia, resume tudo dizendo que poucas vezes ou nunca se veria armada en tudo tão conçertada. Porque, ainda que se fizessem ja outras muito maiores com muita parte se não farião tão ricas, e se fossem tão ricas diz que não serião tão atiladas, e se o fossem em algũa cousa não o serião en todas como esta foi. E o custo que fez poem por orçamento en seisçentos mil cruzados, dizendo que esta contia de despesa se afirmava e avia por mui çerta, posto que a *Carolea* poem a despesa real dela en çento e çincoenta mil cruzados.

Nesta armada irião çincoenta ou sessenta fidalguos, todos escolhidos de todas as mais illustres e prinçipaes familias de Portugal que, çerto,



quem ler o relatorio delles que fazem o dito Garçia de Resende e Damião de Goes, poderá julgar que de preposito se procurou tira-los de todas as Casas e gerações fidalguas por que não ouvesse nenhuma que deste serviço não participasse. E para dar mostra em Saboia e França da diversidade de apellidos, linhagens e casatas que em Portugal avia, hião mais com a dita senhora inffanta dez donas e damas de mui callificadas fidalguias, afora outras tres donas nobres e moças da camara e da guoarda roupa. Nos vestidos, espadas e colares destes setenta fidalguos entre homens e molheres e nas da mais gente nobre, offiçiaes e ministros e pessoas principaes que na dita armada forão, e nas libres de seus escudeiros, pagens, moços de esporas e remeiros e ministreis¹⁵⁷ de instrumentos, e nos ricos jaezes e guoarnições das encavalguaduras que levarão, e assi nas riquissimas camas, baixelas e armações se conta que ouve tanta soma de pedraria, perolas, canotilhos, chaperia, borlados de aljofar e de ouro de martelo, cadeias, joias e pontas, e botões de ouro e esmaltes e invenções, com muita copia de charamellas, sacabuxas, trombetas e atambores e muitos outros instrumentos, que nem quen tomou por intento escrever os particulares disto se atreueo lembrar-se da riqueza, poliçia e abastança de tudo. E pera se lhe crer a muita soma que diz destas cousas, propoem que estava este reino de Portugal então o mais rico da christandade e remata con dizer que nunca tal gente [fl. 155 v] se vio de riqueza e gualantaria, e que priçipalmente forão muitos, mui grandes e mui exçessivos os gastos do arçebispo de Lixboa e do dito conde de Villa Nova e os que fez o conde almirãoote com dom Françisco e dom Estevão da Guama, seus filhos, que com os mais fidalguos acompanharão a dita senhora inffanta.

¶ En jornada de tanta magestade e pera guoverno de tal gente e de hũa tal frota e armada escolheo el-rei dom Manoel a dinissima pessoa do conde de Villa Nova, camareiro moor do príncipe seu filho, sendo em idade de sesenta e çinco anos, en que não somente con suas calidades e muitos mereçimentos, prudência e partes, mas tãobem com a velhiçe e cans, dava ser e autoridade ao luguar que levava de capitão geral e guovernador de toda armada e gente dela. E posto que alem do bispo de Targua hia outra pessoa ecclesiastica tão príncipal en dinidade como he neste reino o arçebispo de Lixboa, que então se chamava dom Martinho da Costa, el-rei,

157 As últimas três letras estão escritas em tinta de tonalidade diferente.



porem, ao dito conde entregou a dita senhora inffanta sua filha e elle a levou na dita nao Santa Catarina, atee a entregar ao duque seu marido, como particulamente pondera o dito Guarçia de Resende em o dito relatorio desta ida, acreçentando apos isto que el-rei tinha em grande estima ao dito conde e era pessoa a que sua alteza mostrava muito amor e confiança e a quen sempre deu parte de todas suas cousas e segredos. Com elle hião quatro filhos seus e tres genrros e tres netos, como aponta (alem dos ditos autores) o camareiro moor dom Françisco, seu filho mais velho, em hũa carta sua de agravos pera el-rei dom João o terceiro que muitas vezes neste sumario tenho aleguada. E bem era que assi como a pessoa do conde principalmente entre todos autorizava esta jornada, assi os que delle proçedião fossem os mais que de hũa familia ajudassem e acompanhassem neste tão honrrado serviço. Os nomes dos filhos do conde erão dom Françisco de Castelbranco, filho mais velho; dom João de Castelbranco, filho segundo; dom Antonio de Castelbranco, filho terceiro, e dom Afonso de Castelbranco, filho quarto, dos quais e de cada hum em seus luguares diremos o que fizerão e mereçerão e quais sempre forão. Os genrros do conde erão Alonso Peres Pantoja, senhor e comendador de Santiago de Caçem, João Rodriguez de Saa, alcaide moor do Porto, Rui de Sousa. Os netos forão Pedro Pantoja e Martim Vaz seu irmão, filhos do dito Alonso Peres, e Lourenço de Sousa, filho de Rui de Sousa, dos quais tãobem adiante particularmente [fl. 156] se ha de tratar quando se fallar das filhas do conde que com elles casarão.

Teve esta armada em sua viagem tempos contrairos e em fim aportou em Saboia, no porto de Villa Franca de Nisa, depois de perto de dous meses de mar – *scilicet*– de dez de agosto atee vinte e nove de setembro, e com hũa nao menos que foi a do dito Alonso Perez, que com tormenta atravez de Cartagena deu na nao de dom Françisco, filho do conde, e ahi se desaparelhrou. E porque o mais suçedido no discurso da viagem não he de muita importância não farei aqui disso menção. O modo que se la teve no recebimento, as festas que se fizerão se verão adiante pelo tresllado de parte de hũa carta que o dito conde escreveo a el-rei, em que larguamente lhe da conta de tudo. E apos o seguinte capitulo ira treslladada, da quoa constarão tãobem parte dos serviços do conde e modo que teve em proçeder nos particulares de toda esta jornada e casamento, e as muitas honrras



que lhe pello duque e pellos seus forão feitas, e das que per o mesmo respeito recebeo d'el-rei dom Manoel. As da ida se entenderão dos poderes e comissões que lhe deu, que no capitulo seguinte se resumirão, e as da vinda toca o camareiro moor dom Francisco seu filho na dita carta atras neste capitulo aleguada, apontando que quando o conde veio de Saboia el-rei o recebeo en serão alevantando-sse da cadeira e dando quatro ou cinco passos com os braços abertos ao abraçar.

Ja neste sumario, no capitulo 59, fiz menção como estando o conde em Saboia com esta armada, o papa Leão deçimo lhe escrevera pedindo-lhe que a entretivesse atee vir recado d'el-rei dom Manoel, a quem tinha mandado pedir pera o socorro e ajuda dela juntamente com a sua e do emperador defender o estado da Igreja. E no dito capitulo fica a carta do papa treslladada, porem não tenho notícia que a tenção de sua santidade viesse a efeito, o que porventura seria pella ordem que o conde levava de não estar em Saboia mais que quinze dias com a armada d'alto bordo e de mandar dentro nos seis primeiros as gualees de que hia por capitão moor dom Pedro Mascarenhas sem per nenhum caso que soçedesse se deterem mais dia algũ. E tãooben porque depois do conde ser partido o avisou sua alteza per cartas feitas a 26 de setembro do dito ano de 521 que apartasse da mais [fl. 156 v] armada quatro vellas – *scilicet* – a dita nao Santa Catarina e hun gualião e duas caravellas de que nomearia os capitães quais lhe parecesse commonicando com o arçebispo de Lixboa. E por capitão moor dellas iria Fernão Perez d'Andrade, a quem o dito conde daria regimen-to do que avia de fazer conforme ao intento de sua alteza e sua ordem, que era irem as ditas quatro vellas carreguar a Sizilia de trigo e trazerem consiguio todas as mais naos que podessem pera se suprir neste reino a grande falta e esterlidade que aquelle ano nelle ouve e se poderem prover os luguares d'alén que estavam outrossi mui neçessitados. E avendo-se de dismembrar e repartir por respeito destas causas e urgentes neçessidades as quatro gualees e as ditas quatro vellas da mais armada, e avendo-se o conde de tornar na mais que ficasse en tão breve tempo como lhe era mandado, he provavel que não averia lugar de poder ser socorrido sua santidade. Isto he tudo o que de aperçebimento da dita jornada de Saboia e efeito della e tornada do dito conde resultou. Os poderes que o conde levava veremos no capitulo seguinte, e o que laa se fez no outro adiante.



Capítulo Lxxbi.

Dos poderes e alçada suprema que o conde de Villa Nova levou pera Saboia e comissões que lhe forão dadas por el-rei dom Manoel sobre graves neguoçios que se avião de tratar con o duque de Saboia e con outras pessoas.

Continuando com o estillo e costume que levo neste sumario de nos lugares en que he neçessario rellatar meudamente a sustança, particulares respeitos e pallavras d'alguas cousas que constão per provisões, cartas e alvaras dos reis enxirir en luguar da istoria e rellação dellas o tresllado da propia provisão ou alvara pera mais çerteza e mor brevidade, o faremos assi no que toca a esta jornada [fl. 157] de Saboia, porque os poderes que nella levou o conde de Villa Nova dom Martinho de Castelbranco, ou a maior parte delles, se relatão na carta de capitão moor e geral da dita armada que lhe foi dada, cujo teor he este: ¶ “Dom Manoel per graça de Deos, etc. Fazemos saber a vos, capitães das naos, gualees e navios que vão na armada en que vai a duquesa infante dona Briatiz, minha muito amada e prezada filha, pera Saboia, fidalguos, cavaleiros, escudeiros, nossos criados, gente de armas, patrões, mestres, pilotos, marinheiros, bombardeiros, besteiros, espinguardeiros e toda a outra gente e cõpanha que vai na dita armada que, consirando nós na esperiença que temos dos serviços do conde de Villa Nova, do nosso conselho, e camareiro moor do príncipe, meu sobretodos muito amado e prezado filho, e como sempre honrradamente e com muita lealdade e fieldade nos servio e nos deu de si todas boa conta e recado, por estes respeitos e por folguarmos de nisto lhe fazer honrra e merçe como he rezão que lhe façamos por seus muitos serviços e mereçimentos, e por comfiarmos delle¹⁵⁸ que nisto nos servirá com todo o bom sizo, prudença e recado como a nosso serviço compre, como sempre fez, o encarreguamos da capitania moor e geral de toda a armada que enviamos com a dita duqueza infante minha filha. Porem vo-llo noteficamos assi e vos mandamos a todos en geral e a cada hum de vos em espeçial que inteiramente lhe obedeçais e cumprais en todo o que de nossa parte e por nosso serviço vos requerer e mandar, e seus requerimentos e

¹⁵⁸ Escrito inicialmente “delles”.



mandados en todos os tempos e en todas as cousas en que elle vos reque-
rer e mandar, assi como o farieis e compririeis se por nós em pessoa vos
fosse mandado, porque assi o avemos por bem e nosso serviço, crendo
que de o assi fazedes e cumprirdes con toda a deligençia e bom cuidado,
todos en geral e cada hum em especial, receberemos de vos muito serviço,
e do contrairo, o que não esperamos, muito desprazer e deserviço. Item
por que milhor nos possa servir o dito conde na dita capitania moor da
dita armada e se dê castiguo àquellles que alguns malefícios cometerem,
per que com justiça devão ser punidos e castigados, por esta presente
carta lhe damos todo o nosso inteiro poder e alçada sobre todas as pessoas
de qualquer qualidade e condição que sejam sem tirarmos nen exçeituarmos
pessoa algũa. E queremos e nos praz que nos casos crimes use de todo o
dito poder e alçada en todos os casos e atee morte natural inclusive, sem
dele mais aver apellação nem agravo; e nos çiveis en toda a contia, sem
assi delle aver apellação nem agravo, porque nelle queremos que tudo faça
fim por [fl. 157 v] comfiarmos delle que inteiramente guardará a justiça às
partes e punirá e castiguará cada hum segundo mereçimento de sua culpa.
E lhe mandamos que inteiramente, assi nos casos crimes como çiveis dê e
mande dar a execução suas sentenças, juizos e mandados segundo poder
e alçada que por esta lhe damos. E assi avemos por bem que elle possa pôr
quaisquer penas çiveis e crimes àquelles que não cumprirem seus man-
dados ou fizerem outras cousas por que penas mereção, segundo vir que
os casos o mereçerem e nosso serviço lhe parecer, as quais mandará dar
a execução sem mais delle aver appellação nen agravo. E por çertidão de
todo lhe mandamos dar esta carta por nos assinada e asselada do nosso
selo redondo das nossas armas. Dada en a nossa çidade de Lixboa, a 30
dias de julho. Jorge Rodriguez a fez, ano de Nosso Senhor Jesus Christo
de 1521. El-rei”.

E per outro alvara separado, feito a dez de agosto do dito ano, que foi o
proprio dia en que a inffante partio deste reino, como no capitulo atras fica
dito, declarou sua alteza que do mesmo offiço de capitão moor e geral da
dita armada e dos mesmos regimentos, provisões, poderes e alçada que o
conde com elle levava avia de usar na torna viagem tee chegar ao porto
de Lixboa, porquanto sua alteza por então mandava que tornasse a dita
armada toda de conserva e que assi como hia viesse debaixo da capitania



e guoverno do dito conde. E depois de o conde ser em Saboia, por respeito da neçessidade do trigo que neste reino avia e por soçeder tomarem os cossairos muitas naoos que per conta d’el-rei e de mercadores vinhão carreguadas delle pera este reino, mandou sua alteza separar algũa parte da dita armada e que fosse carregar a Seçilia, como no capitulo passado se disse.

Escrevendo ao conde a causa per que de principio, ao tempo da sua partida deste reino, lhe não dera ordem pera a dita carreguação de trigo, a qual carta no que a isto toca diz assi:

¶ “Conde amiguo, nós, el-rei, vos enviamos muito saudar como aquelle que amamos. Bem sereis lembrado como ao tempo de vossa partida avia ja nestes reinos neçessidade de pão pella grande esterilidade que nelles ouve e como então praticamos comvosco sobre virem as naoos desa armada carreguadas de trigo. E por termos mandado provisões por muitas partes de levãote e ponente por feitores nossos com direito e por contratos que com mercadores mandamos fazer de muita soma, assi pera provisão dos nossos luguares d’alem como pera soprimto de nossos povos, o ouvemos ao dito tempo por escusado [fl. 158] por vos não dar trabalho nem detença. E ora pellos grandes inconvenientes de guerras que soçederão, etc.” E no fim da dita carta, que he mui largua, açerca da dita materia, encomendando el-rei mais ao dito conde que per sua ordem mandasse comprar quatro mil moios de trigo se descarregua com elle dizendo assi:

¶ “E bem cremos que per vossa mão ha de ser remediada a mor parte desta neçessidade”.

Alem das sobreditas cartas e provisões forão dados regimentos ao dito arçebispo de Lixboa dom Martinho da Costa e ao dito conde de Villa Nova juntamente, pera em algũas cousa ambos proçederem. E afora estas se derão outros regimentos e commissões separados soo pera a pessoa do dito conde. De huns e d’outros diremos aqui o mais sustançial e mais notavel pera satisfação dos curiosos, deixando o mais meudo, que he infinito pode-lo particularizar.



Item mandava-sse ao dito arçebispo e conde que, chegando ao duque da Saboia, fizessem cometimento pera lhe beijar a mão, porque, posto que sua alteza cria que elle lha não daria, lhe parecia que assi era bem que elles fizessem. O que aqui aponto pera se saber o respeito e honrra con que ja naquelle tempo os duques de Saboia erão mandados tratar pellos reis da christãodade, que deste particular se poderá coligir. Porem, o duque nem aos fidalguos particulares a deu, como adiante se vera no capitulo seguinte, na carta do conde.

Item se lhes deu en regimento que o costume de Saboia e França de darem paz aas molheres beijando-as por honrra na face se escuzasse e se não uzasse delle na pessoa da dita senhora inffante. E o que nisto se fez en Saboia se vera tãobem pella carta do dito conde que adiante vai.

Item que a inffante fizese medida de pe ao irmão e irmã do duque seu marido. E à madama Luisa, mai d'el-rei de França, Françisco, irmã outrosi do dito duque, por ter estas duas calidades de mai de rei e irmã delle dito duque de Saboia, lhe fizesse outra tanta cortesia quanta della reçebesse, reservando nestes particulares a vontade do dito duque, com a qual a infante en tudo isto se conformaria podendo primeiro fallar com elle.

Item que o duque reçebesse em pessoa a inffante per pallavras de presente dentro na nao en que hia antes de sair della e o auto do reçebimento fizesse o arçebispo de Lixboa, não sendo nestas cousas o gosto e prazer do duque en contrairo.

[fl. 158 v]

E o que sobre ellas passou em Saboia refere tãobem o conde em a dita sua carta.

Item que a justiça da gente da armada ficasse sempre ao dito conde de Villa Nova depois de serem em Saboia, assi e con todos os poderes como a levava no mar, segundo forma da carta açima tresladada; e isto se entendesse naquillo que fosse entre portugueses e portugueses ou, posto que fosse com outros d'outra nação, como o caso fosse d'antre gente que na



dita armada fosse. E que assi mesmo se entendese indo-se o duque do lugar onde fosse a desembarcação e ficando a frota nelle e pera isso se lhe pedise licença, crendo sua alteza delle que por ser cousa tão razoada o averia assi por bem.

Item que se no caminho por força de tempo se tomasse algum porto (o que enqñoto fosse possivel sua alteza mandava que se escuzasse) não saísse en terra pessoa algũa exçpto os compradores e as pessoas a que nomeadamente o dito conde desse licença, e a pessoa da inffanta em nenhuma maneira saísse en terra, posto que muito enjoada fosse. E chegando a Saboia outrosi não saísse a inffanta da nao atee o duque vir, salvo estivesse tão longe que se não esperasse poder chegar en tres ou quatro dias primeiros seguintes. E neste caso se lhe despachasse correo e apos elle se lhe enviasse João Rodriguez de Saa de Meneses pella muita confiança que el-rei delle tinha, pelo quoa com carta d'el-rei que elle levaria se faria saber ao duque da chegada da inffanta e de sua armada, con tudo o mais de que conviesse aviza-lo e lhe pedisse que abreviasse sua vinda o mais que lhe fosse possivel.

Item que con grande cuidado e lembrança procurassem os ditos arçebispo e conde que com efeito antes de sua tornada o duque mandasse passar as provisoēs, fazer entrega e dar posse à infante dos vinte mil cruzados de renda que lhe era obrigado a dar pellos contratos do dote, e assi todas as terras, villas, castellos, fortalezas e jurdições do estado que fora de madama Branca, duqueza da dita provincia de Saboia, segundo forma dos ditos contratos. E não se podendo isto tudo efectuar atee sua tornada o que restasse ficaria a cargo de João Lopez de Siqueira, que hia por mordomo moor da dita senhora inffante.

Item que outrossi cobraria o dito conde quitação em forma do duque do dote que sua alteza lhe dava, que Guarçia de Resende, no tra[fl. 159]tado atras aleguado que fez desta ida, e Damião de Goes, na dita *Chronica d'el-rei dom Manoel*, 4^a parte, capitulo 70, dizem que forão ao todo çento e cincoenta mil cruzados repartidos e paguos pello modo que elles declarão.

Item que enquanto o conde en terra estivesse, alem de deixar bem providos os navios da armada de gente que os vigiasse e defendesse, deixaria



nella por capitão moor en seu luguar a dom Pedro Mascarenhas (viso-rei que depois foi da India), que hia por general das gualees. E vindo-sse elle com ellas pera o reino mais çedo que a armada d'alto bordo (como sua alteza mandava segundo ja fica dito no capitulo antes deste) en tal caso proveria do dito carguo hũa pessoa que lhe pareçesse.

Item levarão os ditos arçebispo e conde comissão pera o que da parte de sua alteza avião de dizer ao dito duque de Saboia, que en sustança era sinificar-lhe o grande contentamento e prazer que sua alteza e a inffante sua filha reçebião de se o dito casamento comcluir e acabar; e com estas, outras pallavras de ofertas da parte d'el-rei pera o duque com demonstra-ções de amor como de pai pera filho, e apos iso encomendar-lhe a dita duquesa inffante sua molher.

Item tratar de induzir ao duque que, por todos os meios que lhe possiveis fossem, procurasse a paz e concordia entre o emperador Carlos quinto e Françisco, rei de França.

Item lhes era mais dada comissão pera da parte d'el-rei visitarem o irmão e irmã do dito duque de Saboia em forma de embaixada, dando-lhe pera isso primeiro carta de crença e fazendo-lhe entender o muito amor e boa vontade que en sua alteza, pelo grãode mereçimento de suas pessoas e por serem irmãos do dito duque, sempre acharião pera tudo o que delle lhes cumprisse, e juntamente lembrar ao dito irmão do duque que nas cousas da infanta, assi no comprimento dos contratos de seu casamento e dote e arras como do mais que pello tempo adiante soçedesse, quisesse fazer ao duque seu irmão as devidas lembrãoças como de sua muita virtude se esperava, e que el-rei reçeberia disso tanto prazer e o estimaria tanto como era razão que o fizesse nas cousas da duquesa inffante sua filha.

Item levou o dito conde de Villa Nova particullarmente comissão d'el-rei pera dar conta ao duque do casamento que se tratava da inffante dona Isabel com o emperador Carlos quinto (que se depois efetuou em tempo d'el-rei dom João o terceiro, como ja atras, capitulo 68, [fl. 159 v] fica tocado) e que pera este casamento persuadisse o dito conde ao duque a o ajudar quanto en si fosse, no que paguaria tãobem ao emperador a ajuda que per



seu embaixador lhe dera no seu mandando-o pedir e requerer a sua alteza mui afincadamente, e ao mesmo intento movesse elle duque a madama Marguaida, que no guoverno das cousas do emperador tinha muita parte, e assi a outros grandes ao emperador açoitos, pera que com a ajuda de todos mais brevemente e mais a gosto d'el-rei o dito casamento se concluísse.

Item que assi mais o dito conde movesse pratica com o duque sobre os filhos e filhas d'el-rei de França e sobre casamento do príncipe dom João com a filha d'el-rei Francisco, apontando que nos conçertos destes matrimônios se podião tomar tais meios que entre todos se seguisse o bem da paz e à christandade universal proveito.

Com isto e com lhes mandar que particularmente tomassem informações do estado e rendas e cousas do dito duque, e do poder, reinos e senhorios d'el-rei de França se concluem e acabão aqui de relatar os mais sustançaes pontos das comissões, poderes e regimentos que os ditos arçebispo de Lixboa e conde de Villa Nova levarão na dita jornada. O mais que fora do aqui resumido se não dava ao dito conde tocava ao guoverno, ordem e defensão da dita armada e à repartição das prezas que com ella fizesse nos navios de cossairos que encontrasse, e a meudeza disto não convem relatar-sse.

Capitulo Lxxbii.

En que se contem o treslado de parte de hũa carta do conde de Villa Nova dom Martinho de Castelbranco, pella qual dá conta a el-rei dom Manoel das festas que en Saboia se fizerão pelo casamento da inffante dona Britez, sua filha, e de todos os particulares que no tempo dellas soçederão.

Encomendou el-rei dom Manoel ao conde de Villa Nova no regimento que lhe deu, alem das mais cousas nelle conteudas (parte [fl. 160] das quais no capitulo preçedente ficão resumidas), que tanto que chegasse a Saboia ao lugar onde o duque estivesse e o reçebimento da inffanta com elle fosse feito lhe despachasse hum correo pelo ququal o avisase compridamente de



tudo o que pasase na viagem e de tudo o que se fizesse no dito recebimento e en a chegada da inffanta e armada, e de toda a outra cousa que lhe parecesse que sua alteza era bem que soubesse tão largua e compridamente como el-rei folguaria que o elle fizesse, e que isto seria depois de ter fallado ao duque pellas instruções que levava nos neguoçios que no capitulo preçedente ficão apontados; e que de sua parte dissesse a João Rodriguez de Sa, seu genrro, que tomasse cuidado de escrever a sua alteza todas as novas meudamente porque teria mais tempo pera o poder fazer, no que se denota tãobem o credito que naquelle tempo e sempre depois se teve da boa nota e conhecimento das letras humanas que no dito João Rodriguez de Sa avia; mas, sem embargo do cuidado que sua alteza dava ao dito João Rodriguez, o conde teve¹⁵⁹ de o escrever per si largamente o discurso do que passou na viagem e en Saboia, como sua alteza desejava saber. E posto que a carta he muito comprida e de cousas que parece que sem prejoizo da sustança deste sumario se puderão aqui escusar, contudo, porque estando impressas as festas e aparato do dito casamento e ida de Saboia atee a armada partir deste reino não estaa escrito en letra de forma por extensso o mais que laa passou, e tãobem por muitos particulares que tocão ao dito conde e a seus filhos, de cuja linhagem esta istoria he, e finalmente porque saber e ouvir tudo, moormente dos príncipes, nunca a ninguem fez nojo e a todos deve não ser molesto, quis aqui treslladar parte da dita carta do conde pera sua alteza; e deixarei nella tudo o que pertence hà viagem tee chegar a armada a Villa Franca em Saboia, porque são cousas de menos momento e gosto pera ler. E se no mais que da dita carta aqui posermos alguém quiser julgar que porventura as grandezas de Saboia en nada vencerão as que neste reino pello dito casamento se fizerão, isso ficaremos ganhando em prol e bem comum da reputação da patria. O estillo da carta do conde he qual permitião as muitas meudezas do neguoçio e materia de que trata, en que não cabem clausullas cheas nem passos de eloquência, mas hũa breve e particular relação de tudo, [fl. 160 v] com notar o que pera isso ha. Com esta advertência se deve de ler, a quoa continua assi.

159 No ms.: o teve.



¶ Tresllado de parte da carta do conde de Villa Nova, estando em Saboia, pera el-rei dom Manoel sobre as festas do recebimento da inffante dona Britez, sua filha, com o duque Charles.

Ao domingo, que foi dia de São Miguel, 29 de setembro de 521, ao meio dia, chegou a senhora inffante a Villa Franca. E conquãoto o duque quise-ra que fora surgir a frota dentro à çidade e mandou¹⁶⁰ ao mar recado pera isso por dous bargantis, hũ da duquesa de Namus¹⁶¹, sua irmã, sem ainda saber nada da frota, porque estavam duvidosos pella tardança dela; e apos este, outro, estando ja a vista tres ou quatro leguoas ao mar, onde andavamos en calmaria com hun gentil homen seu a visitar a senhora inffante com este mesmo recado que fosse a frota a Nisa surgir e não a Villa Franca, pedindo-lho por merce. E assi mo escreveo a mim que o fizesse; se não fez por os pillotos o averem por inconveniente, que, podendo-se fazer, pelo assi mandar, receberamos merçe. Tornou outra vez a Villa Franca a manda-lo pedir à senhora infante por cartas suas e outras palavras de gentileza que nella vinhão, à qual ella respondeo por sua letra escusando-se que ao outro dia faria o que elle mandava. Estava ordenado pera irmos ao outro dia em bateis, e o batel da nao estava ja aperçebido con seu toldo de brocado que mandei correger, e os outros das naos que o avião de levar à toa. Neste mesmo dia vierão alguns senhores e condes visita-la e beijar-lhe a mão, e como foi ja depois de comer não lhe derão outro convite senão de polvora, e assi se fez quando passamos por Nisa como elles tãobem fizerão, assi do castello como da çidade. Neste tempo en que estes chegarão estavam aperçebidos e fora do breu, vestidos de novo. E depois de serem idos [fl. 161] e eu com fundamento de ser ao outro dia, como tinhamos ordenado e lhe tinha pouco avido respondido a senhora infanta, vierão hũas treze facas mui boas e mui bem guarneçidas de borcado pera ella ir e suas damas. E apos isto veio o senhor duque, serião ja quatro oras depois do meio dia, sem eu ser avisado, e sendo ja la seus embaixadores, con quem eu tinha fallado algũas cousas que se ao outro dia avião de fazer e as avião de praticar com o duque, assi da paz de que se a senhora infanta escusava e arreçeva, pedindo-lhe por merçe ouvesse por bem de não deixar ella tão çedo os costumes de Portugal sobre que ouvera muitos debates com seus

160 A última letra parece resultar de emenda sobre a que fora inicialmente escrita e seria um “a”.

161 Entenda-se: de Namur.



embaixadores, que avião por cousa grave não se fazer principalmente a elle e a sua irmã a duqueza e a hũa viscondessa muito sua parenta, en que a senhora infanta estava posta en se não fazer nem poder inda que quizesse; mas como lhe nisso falei algũas vezes e lhe disse o prazer que nisso faria a vossa alteza, tomou meio de se pedir de sua parte ao duque e quando o elle não ouvesse por bem faria o que elle mandasse. E sem os embaixadores que levavão este recado virem nem mandarem reposta vi o duque vir mui perto d'aguoa. Açertou-se que estava ahi dom Françisco, meu filho, com o seu batel bem aperçebido e acompanhado com eses fidalguos que com elle hião e con seus ministriis, e Afonso de Albuquerque com outro tanto, que vinhão pera a nao, con que pude ter tempo. E assi como estava com eses fidalgos que vinhão na nao e com os con que con elles vinhão me fui a terra a hũa ponte que hi estava, e indo assi o topei que ja descavalguava à entrada dela e lhe quis beijar a mão, e assi eses figalguos a que a não quis dar, fazendo-lhe muita honrra com o barrete fora na mão, com asaz gentiliza e cortezia e muita gravidade, e con suas palavras e guasalhados e despejo me pareço loguo mui bem. Fui-me com elle em hũ bargantim que ahi estava, en que se meteo com eses senhores seus e eu soo com elle. Todos eses fidalguos e outros forão nos bateis assi como vierão en sua companhia. Antes que saisse do batel tive tempo pera mandar chamar o arçebispo que viesse pera estar com sua alteza e fallei com o seu mordomo moor como viesse à porta da sala recebe-llo, que assi pareço bem a seus embaixadores. Mas foi [fl. 161 v] tanta gente, assi da sua naoo como das deses fidalguos d'armada, que nunca pôde sair senão à porta da camara, porque nos empuxões destes tempos toda a terra he hũa. Eu hia com o senhor duque, que vio bem que se não podia mais fazer, a quem dei a mesma desculpa. Entrou dentro na camara e ali lhe falou e lhe deu sua paz, o que a senhora inffante fez com asaz despejo e muito aviso e virtude, como faz en todas suas cousas, de que vossa alteza deve ter todo seu contentamento, como disse e de todo o mais darei conta a vossa alteza por mim, prazendo a Deos. E depois de lhe dizer algũas palavras chamou-me a mim e ao arçebispo e lhe pedio muito por merçe e nos encomendou que ella quizesse loguo ir com elle ou tanto que elle se fosse. Quizera-se a senhora inffanta escusar com as mesmas rezões ja ditas, e com muita causa que hi avia e nós iso mesmo, e tãobem por ser tão tarde, apertou tanto que foi necessario ser asi, afora a gentileza que niso fazia en a tirar do mar. Então lhe



respondi que se faria niso e en tudo o que elle mandasse, porque assi o tinha jaa vossa alteza mandado, e que sua exçelência (que he a cerimonia com que falão os seus) a devia loguo ali receber e que o arçebispo o faria, e que vossa alteza levaria prazer que elle o fizesse, quando o não fizesse hun cardeal leguado que ahi estava.

Porque me tinhão dito os embaixadores que elle avia de fazer esta çerimonia, quando lhe falei que fizesse isto, o arçebispo respondeo-me que se não podia fazer senão pelo cardeal depois da mea noite, porque viera aqui por amor d'elle e de vossa alteza (se eu mal não entendi o françes), porque en seus anteçessores nesta terra nunca se fizera d'outra maneira por filhas de reis e emperadores que com elles casarão. Nisto não ouve mais praticar, senão vir-se loguo sem se assentar, porque o tempo não dava lugar pera mais. A senhora inffante ordenou loguo sua vinda com suas damas somente e eses fidalguos todos com ella em seus bateis, e isto não se pôde fazer tão çedo que não fosse ja com tochas, e com as que traziamos o arçebispo e eu e alguns fidalgos veio bem alumiada atee virem muitas do duque por seus pagens mais de meio caminho. E vierão a mor parte deses fidalguos em bestas, algũas desses seus gentis homens que deixavão com muita cortesia ficando elles a pee. Aqui foi a cousa tão depressa [fl. 162] e de rebate que vindo pera o arçebispo e pera mim bestas ordenadas se não ouverão mister por serem ja as minhas desembarcadas com a deligençia de dom Francisco, mais por amor de sua louçainha que da minha. O senhor duque se não veio mais pera a senhora inffante. Pellas ruas estavão grandes fogos feitos e muito ajuntamento de povo pellas ruas per onde fomos, e muitas gritas de prazer e alegria nomeando “Saboia” e “Portugual”. À porta do paço ao terreiro d'elle deçeo a duquesa sua irmã e a viscondesa con suas damas, e depois de eu deser a senhora inffanta de sua faca se foi pera ella a duquesa e a viscondesa con grandes medidas e cortesia que lhe tãooben fez a senhora inffante. E lhe derão sua paz, e no terreiro estavão ja as minhas charamellas e muitas trombetas que vierão diante e fizerão seu offiço, e assi levou a duquesa a senhora inffante pella mão ajudando-a a sobir pella escada que estava mui bem adereçada de borcados e veludos cramesins borlados d'ouro e prata, e nos luguares onde se assentava a louçainha com “SS”, “BB” e “LL” atados na obra.



Estava toda hũa camara armada desta maneira onde a senhora inffante se assentou com a duquesa e suas damas e nãos outros soamente. Dali a pouco se foi a duquesa como quem a queria deixar repousar, e então despejamos e nos fomos hãs pousadas que achamos bem providas de camas e nosso comer, principalmente o arçebispo e eu e esses fidalguos. Ao outro dia nos convidou o duque e aos embaixadores que chamão do emperador, mas eu creio e arreço que são da liga dos soizeros, dalgũas suas çidades, e isto depois de vir da missa pella menhã cedo. E depois que a senhora infante chegou, atee então a não vio mais o senhor duque, e foi-a esperar a hũa igreja que está junto dos paços e entrou pello terreiro delles e polla crasta do moesterio, elle somente com os seus desta maneira. Diante hião em ordem de rua çincoenta ou sesenta homens de alabardas vestidos de vermelho e d'outras cores, e pelo meio da rua alguns dos seus. E apos estes vinhão outros trinta de alabardas naquella mesma ordem vestidos de pelotes vermelhos e amarelos com chapas de ouro e prata. No meio destes hião outros gentis homens vestidos de seda e brocados, e apos estes sete ou oito letrados de roupas compridas, e apos estes çinco reis de armas con cotas de damasco branco e vermelho e com cruzeiras brancas. E luguo apos estes hião aquelles de sua ordem, alguns delles¹⁶² [fl. 162 v] vestidos todos de brocado e cadeas grandes de ouro, algũas dellas esmaltadas. Junto destes vinha o duque, e apos elle outra gente bem vestida. Estava corregido na capella moor de çeo de brocado e de baixo hum estrado de velludo camesim cuberto de almofadas desta sorte en que estava o duque e a senhora infanta, e atras ella a duquesa e viscondessa. E de hũa parte do coro estava ordenado pera o arçebispo e pera mim nos assentos delle cubertos de velludo camesim com almofadas do mesmo en çima e aos pees debaixo de nos estavam aquelles embaixadores dos soiseros. Da outra parte estavam aquelles quatro senhores, contando o visconde seu sobrinho, sem terem almofadas, e outros condes estavam da nossa parte sem terem nenhuma serimonia, e açima daquelles da ordem, mais junto do altar, estavam çinco ou seis bispos e outros tantos abbades. Estes condes que diguo estavam mui bem vestidos e hum delles tão velho e tão loução que me deu atrevimento a minhas maas louçainhas. E disse o cardeal a missa, que foi de cantores e orgãos mui bem ofiçada, e no meio della foi o reçeimento,

162 Esta mesma palavra, "delles", aparece repetida no início da página seguinte, não se tratando de reclamo.



pera o quoa o duque chamou o arçebispo e a mim pera ouvirmos as pallas, as quais se disserão assi como se ca soi a fazer, que são menos que as nossas com seu anel como se qua costuma. Foi o duque à oferta sem fazer nenhuma çerimonia, e assi quando tornou, todos aquelles senhores da ordem se alevãotarão com elle, pondo-se ao longuo do altar fazendo suas cortesias ao passar. A senhora inffante foi soo; quiseramos o arçebispo e eu ir com ella, e hum rei d'armas dos que estavam assentados en giolhos pera estes recados disse-nos que não era usança. Pareço-me que o duque ordenava tudo com elles dali e que pera françes era neste caso asaz grave e fora de tracos¹⁶³. Vindo a senhora inffante começou a fazer as medidas que se laa costumão, e elle não acodio a isso como quem o não vio e dissimolou a senhora inffante, e posto que não foi com as medidas ao cabo, não foi tão pouco que todos o não enxerguassem. Não nos avemos de espantar disto que se costuma qua, que estas gentilezas que se fazem neste caso creio que vossa alteza as trouxe a terra. A duquesa e viscondessa começarão esta noite com a senhora inffante con tanto acatamento que, se comerão algũa cousa, prestara-lhe pouco con trabalho della e com o muito despejo no beber do vinho; não sei se era por dar exemplo à senhora inffanta. O duque depois de çea veio ver a senhora inffanta e quis vir com poucos, e açertou-se de estarem ahi muitos fidalguos nossos.

[fl. 163]

Eu disse-lhe que erão tais pessoas que se não podião sair delles sem escandalo d'outros, e se mandasse que irião todos e que ficaria ahi o mor-domo moor comiguo. Disse que não; então ficarão e despejou-se d'outra algũa gente. Veio todavia o duque com poucos e falou-lhe em pee com a duquesa sua irmã e detevesse pouco por não gastar muito da noite que era a primeira, prazendo a Deos que seria pera seu serviço e descanso d'am-bos. Neste mesmo dia forão muitas damas da villa e dançarão no terreiro do paço, que creio que a senhora inffante vio d'algũas janelas, sem outro preposito. A senhora inffanta he tão louvada de sua fermosura e de todas outras cousas que por iso não oulhão tanto pera tudo o que trazemos, e çertifico a vossa alteza que he menos do que mereçe. Terça-feira atee depois de jantar não vi nada que dizer, porque a obra da noite passada

163 O sentido da palavra não é fácil de apurar.



fez que se guoardasse aquella menhã de todo lavor. Neste dia à tarde foi a senhora inffante e a duquesa com ella ver as justas que estavam apparelhadas. Estivemos somente o arçebispo e eu com ella, que nos mandou chamar o duque pera isso, e assi os embaixadores sem outrem entrar por ser aquella varanda donde as vio casa pequena. Foi a este luguar a pee por ser no mesmo terreiro en casas que estão no muro e varanda de fora delle bem acompanhada de todos estes fidalguos. Estava este luguar bem adeçado, o duque foi de mulla bem acompanhado dos seus e dos nossos que açertarão estar a cavallo pera ver as justas. Passou por hũa ponte levadiça que está sobre a cava per onde erão postas as liças. Hião os nossos mui bem vestidos, e porem (deixando espadas d'ouro e os atavios e suas perlas e colares) não nos avião os franceses nenhuma enveja no mais dos vestidos, deixando tãobem as guarnições das nossas bestas. Os doze que justarão, assi os quatro mantenedores como os outros, trazião paramentos de veludo forrados d'outra seda, e hum delles filho de hum daquelles condes honrrados os trazia de hum brocado forrados de veludo pardo. E assi os coines erão do mesmo, com alguns penachos sem outras çimeiras nem invenções. A tea era de madeira forrada de tavoado sem outra cubertura. No meio do terreiro onde erão as justas estava hun cadafalso en que estavam as lanças de justa e hum rei d'armas con ellas. Aqui estavam tãobem algũs fidalguos dos nossos, posto que os mais estavam a cavallo com o duque, e junto deste estava hun castello de madeira pintado de pardo a obra romana branca com covellos de redor e nelles as armas do duque en quarteirões com as de vossa alteza, e dentro hũ jardim feito a mão com muitos cravos e [fl. 163 v] ervas de cheiro, lorangeiras e limoeiras, onde vinha ter a ponte que estava ordenada na ribeira pera desembarcar a senhora inffanta se viera ter a Nisa, cuberto de redor de huns ramos de murta. No meio deste jardim estava hum padrão da mesma madeira, alto mui bem pintado com as armas do duque e sua coroa real en çima feita de madeira pintada d'ouro. E abaixo destes estavam huns escudos soltos de pendurados e nelles pintadas as armas dos justadores, as quais forão d'ali tiradas no meio das justas pellos parentes dos justadores. E corrião com os escudos altos na mão ao longo da tea por sinal que os justadores erão de gente nobre e de cotas d'armas, porque não podem justar senão com esta examinação e outros reis d'armas que fazião este ofício. O nome destas justas he justas d'armas. No meio daquelle padrão estava hũa rocha



pintada donde sahia hum braço grande com hũa mão fechada e nella hum escudo das armas da senhora inffanta pintadas que o lançava de dentro e o tornava a recolher, ora o braço vespido ora destido¹⁶⁴, a qual depois que foi noite lançava muito fogo e tirou a artelharia que nelle estava. Alguns dos justadores quebrarão bem suas lanças e justarão melhor se os cavallos forão milhores. As justas se despedirão por noite, não ouve nellas outra mais festa senão a que cada hum teve na çea, onde forão convidados que vierão asaz contentes, assi das viandas como da boa conversação delles.

¶ Daqui he bem que digua a vossa alteza o modo en que estavam aparelhadas as casas de tapeçaria. E o primeiro seja das casas da maior parte deses fidalguos, que estavam armadas de panos de raz finos, em espeçial as do arçebispo e as minhas, en que avia paramentos de seda nas camas e os cobertores dellas com borlamentos d'ouro e outros muitos leitos mui bem conçertados, que não ouve nenhum mister a sua cama. Erão tantos os panos d'armar polas casas que não sei como se puderão aver tantos. Alguns deles forão melhor repartidos pellos cadafalsos onde estiverão as damas que estavam sem elles, assi que foi tudo mui conçertado e em muita abastança de comer e de outras cousas assi com bellas tochas e brandões. E as varandas da primeira meia entrada, assi as paredes dellas como o que pendia pera fora, tudo estava armado de hūs panos de çetim cramesim com huns bastões em molhos atados d'ouro e de redor de prata, borlados e muitos outros conçertados com ramos que delles sahião sameados entre os molhos e por çima hũa bordadura largua com as mesmas invenções, çercado todo de hum cordão de São Françisco com seus noos de tella d'ouro.

[fl. 164]

Nesta mesma casa estava hum leito armado com paramentos desta mesma sorte con seu çeo, e assi avia nella hum doçel da mesma invenção. No andar desta camara estava outra casa mais pequena, armada de setim aliornado com bandaduras de brocado com seus troçaes de ouro e hũa cama com paramentos desta sorte. Outra camara de çima, que foi a primeira en que entrou a senhora inffante, estava armada de brocado rico raso

164 O copista parece ter escrito inicialmente “despido” e “vestido”, que posteriormente corrigiu, embora a correção não pareça fazer sentido.



cramesim e de veludo cramesim com hũa bordadura largua por çima do mesmo brocado entretalhada com huns laços bem obrados. Estes laços erão sua empreza e suas armas com a letra que avante se dira, que hião acabar em huns “CC” e “LL”. E todavia esta bordadura hia çercada de huns cordões de São Françisco entre talhadas do mesmo brocado e hum doçel e hũ leito e seus paramentos desta sorte, e tudo entretalhado do mesmo cordão de São Françisco com franjas d’ouro. E o çeo desta casa era cuberto de hum tafeta roxo. Neste andar estava outra casa mais pequena tãobem armada de velludo e hũa cama desta sorte. As casas en que o duque pou-sava erão armadas de panos de Frandes com dous doseis de brocado rico, e na sala hum delles com hũ pano de tella de prata pello meio com outras çercaduras do mesmo pano bem obradas e rica franja. Nesta sala avia hũa copeira grande con degrao à maneira das de Espanha, com muita prata e quãodo fomos comvidados, com hum licorne que estava no meio da co-peira tão alto que chegava tee o çeo do dorsel. A camara en que o duque dormia estava armada de huns panos de Frandes antigos com muito ouro e outro dorsel de brocado e abaixo outro çeo grande de brocado, debaixo do qual estava hũ leito com paramentos de çetim cramesim entretalhados de brocado e borlados d’ouro, e assi o cobertor do leito. A quarta-feira seguinte foi o duque ouvir missa à igreja maior da çidade, que he dentro no castello, que creio que foi por no-lo mostrar, como fez ao arçebispo e a mim pellas obras que nelle tinha feitas novamente, e para isso nos mandou chamar estando nós esperando por elle a cavallo e assi muitos dos seus que vinhão ja d’outros vestidos mui bons e ricos e de outras invenções e alguns com mui ricos forros de martas. O duque vestio aquelle dia hum pellote de brocado rico e gibão de pano d’ouro com huns labores d’ouro por çima das mangas que pareçia mui bem, com hũa capa de velludo [fl. 164 v] roxo forrada de tella de prata e a mulla com guarnição de velludo preto borslada e franjada de ouro e preto; e os vestidos de cada dia erão mui bons sem se poder culpar senão se o fosse pera se saber tãobem vetar. Na entrada do castello, que foi por hũa ponte levadiça, se deçeo o duque e nós com elle, e indo diante hun filho de hum daquelles condes, estando na ponte açertou de jugar a artelharia que o tomou de supeto e cahio da cava abaixo que he bem alta. Veio recado ao duque, mostrou sentimento disso aos que o disserão, e porem, sen se tirar de sua gravidade nem do proposito en que hia falando comiguo, e mandou que loguo fosse curado que por



então estava perigoso mas depois se achou bem. As obras que estavam no castello são mui reais e todas se fazem a custa do duque. Disse-lhe que tinha muito contentamento de o ver gostoso de as fazer por serem tais e que assi o teria vossa alteza mais delle quando o soubesse, por serem ambos nisso tão conformes. E que vossa alteza era tamanho mestre em edificar que se não contentava fazer obras se não sendo primeiro talhadas e cortadas e a envenção de sua mão; e quão manifico era nellas e quantas tinha feitas, de maneira que não parecesse que hia eu detreminado a dizer as grandezas dellas dizendo, porem, asaz. E o embaixador seu que laa foi e estava presente disse dellas muito mais. Daqui veio ouvir missa na igreja maior, e nós com nossos assentos em almofadas nelles, e assi os pees, e não se fez por então nenhuma serimonia a nenhum daquelles condes nobres porque estes e hum gentil homem seu parente andavão por ahi em pee. O cardeal esteve na cortina dentro com elle en giolhos com o barrete fora na mão. A senhora inffanta ouviu missa naquelle dia na casa dos paramentos de setim cramesim com suas damas e a duquesa que sempre vem estar com ella e assi muitos fidalguos dos nossos. Acabada a missa lhe veio recado que o cardeal a queria vir visitar. Esperou por isso, e antes que viesse eramos ja com ella o arçebispo e eu por o duque ser ja recolhido en sua casa e trazia muitos vestidos de chamalote alionado e quatro outros gentis homens melhor vestidos. Levantou-se a inffante e a duquesa com ella e forão dous ou tres passos recebe-llo e tornarão com elle a seu lugar. Sem se assentarem lhe falou o cardeal algũas pallavras sem se meter outrem no meio senão a duquesa. A mor parte da falla teve sempre o barrete fora conquanto [fl. 165] o mandava a senhora inffanta cubrir. Neste dia à tarde estava aparelhada a casa do refeitorio do moesteiro que era mais largua pera se fazer o serão. Vierão a elle todas as damas da villa, a senhora infante e duquesa com ella e suas damas entrarão e assentarão-se em hum pano de veludo lançado no chão con suas almofadas e seu dorsel armado de brocado. Estava da parte direita hũa cadeira de veludo cramesim pera se o duque assentar, o que não fez, e a outra parte a inffante, e duquesa da outra; toda a casa armada de tapeçaria de Frandes com huns assentos ao longuo de madeira onde se assentou o duque, que depois veio por si muito abaixo donde estava a inffante, o arçebispo a mão direita e eu pera cima, abaixo do duque os embaixadores e outros. Começarão a festa os seus gentis homens con suas damas e de mestura algũas da cidade com



seus maridos. Dançavão todos cada hum com sua a seus modos mui bem e hũas mudanças que ora hião a ellas e ora soos, e era o som desta dança de tres instrumentos: frauta, tamboril e rabeca. Trabalharão tanto na dança que vierão a tirar os pellotes, em espeçial eses melhor despostos e despois os gibões e ao som da dança corrião ao longuo da inffanta por diante e davão mui grandes saltos que vinhão cair com as damas. Isto não fizerão senão quatro ou çinco delles. Fez-se de todo noite e começarão de tocar as charamellas, e os nossos fidalguos dançarão com as damas da senhora inffanta e ella dançou por lho assi mandar pedir o senhor duque, e a mim mandou que dançasse com ellas. Eu me escusei por mao dançante e que por nosso costume não avia de estar senão mui longe do seu estrado, o que aguora ousara fazer, mas que dançaria melhor com hũa sua dama pera elle ver quão bem o fazia, o que fez e foi com dona Isabel Anriquez. E quando começou a dançar levantamo-nos o arçebispo e eu em pee e o duque nos fazia assentar. Disse-lhe que aquella era a cortesia e usança de Portugal e que nos devia ter companhia niso. Então se levantou, e assi acabado a dança lhe fez a inffanta mezura e elle lha fez hum pouco força-da. Acabou-se a festa, despedio-se o duque e o arçebispo com elle. Ficou a senhora inffante e eu com ella atee a deixar em seu apousento, que erão junto huns dos outros. A quinta-feira pella menhã, mandei correger pera ir ouvir missa ao moesteiro de São Dominguos em hũa capella delle. Chegando, sahia o duque com sua irmãa e com suas damas da capella moor onde o encontrei à porta della. Vinha mui bem acompanhado de seus [fl. 165 v] gentis homens e com dez mui bem ataviados de vestidos novos de brocados, sedas e outras invenções, com sua ordem de alabardas e meas lanças com muito conçerto e grandeza. Fui-me com elles ao paço e tornei à missa.

¶ Aqui he bem que digua das suas armas, porque açertei de ver a cortina en que ouvio missa, en que estavam borladas. Erão as cortinas de brocado roxo e veludo cramesim com outros entretalhos mui bem borlados e as armas sameadas¹⁶⁵ pellas cortinas com aquella letra por çima dellas e no meio da letra hum laço. E diz a letra “*ferte, ferte*”, que quer dizer em fran-çes “soportar” ou “sofrer”. Estas armas não são as antiguas desta casa,

165 A palavra parece ter sido corrigida, não sendo claro se o foi de “semeadas” para “sameadas” ou ao contrário. Ambas as formas estão documentadas.



porque hum senhor della em hum çerco de Rhodes, avera 150 anos, desbaratou e venço hũa grande armada dos turcos per onde Rhodes foi livre, e o papa e o emperador por aquella tão nobre e honrrada pelleja lhas deu. As armas antiguas são cruzes brancas en campo sanguinho com as mesmas letras, “*ferte, ferte*”. Alem do que disse tem a seguinte senificação: “*fortitudo eius Rhodas tenuiti fortitudo eius hostes domuit*”. Que quer dizer “a sua fortaleza sosteve Rhodes”. Tras tãobem outras cruzes brancas com frol de lizes no cabo con sua coroa real que trazião os seus alabar-deiros nos peitos e nas costas dos pellotes, feita de chaparia d’ouro e de prata. Soube que a trazião por devação de hum santo que jaz em Saboia, o quoad santo nomeão en suas guerras, como em Portugal São Jorge e en Castella Santiago. Neste dia à tarde se ordenou outro recebimento porque se não pôde fazer o dia da entrada. Estavão todas as ruas prinçipaes emparamentadas¹⁶⁶ por onde a senhora inffante avia de passar e toldadas dos milhores panos que cada hum tinha em suas casas, e assi pellas portas e janellas en que entravão nossos panos e reposteiros porque todos pousavamos naquella rua que he a prinçipal. Sahio a senhora inffanta sem o duque, e em saindo vi que tinha as taboas hum daquelles condes seus e outros seus gentis homens, e todos estes fidalguos con suas bestas bem ataviadas assi os que as trouxerão como os a que as derão, porque o duque tinha dito aquele dia ao arçebispo e a mim que fossemos com a senhora inffanta e esses fidalguos que aqui vinhão em ordem. Disse a seus embaixadores que nos dessem bestas pera alguns fidalguos que as não trazião e pera nossos ministros, as quais derão deses bispos e gentis homens. Sahio, como diguo, a senhora inffante por hũa daquellas ruas toldada con todos seus ministros diante e seus [fl. 166] porteiros de maça. Hia com ella a duqueza e a viscondesa con suas damas, e à porta do paço estava o cardeal con sua cruz e sua familia bem ataviada. Falou a senhora inffante com aquella gravidade e cortesia de seu habito, a que a senhora inffante seguio os termos no que lhe fez guoardando discretamente sua gravidade. Pos-se o cardeal à mão esquerda dela e loguo diante o arçebispo e eu, e mais diante hum daquelles embaixadores dos Soizeros e com elle o visconde sobrinho do duque, o que os bispos que loguo hião diante sofrião de maa vontade; e ouve entre elles rumor que se sentio por tomar aquelle lugar sem ordem que não era seu. Todo o genero de molheres estavam às

166 Escrito inicialmente “emparamentadas”.



portas das ruas, essas mais honrradas mui bem ataviadas e bem vestidas e con grande prazer festejavão aquella festa con suas fallas e muitas benções à senhora inffante, louvando–a grandemente. Ella, certo, hia de maneira pera ser louvada, assi pellos ricos e gualantes vestidos que levava como por sua gentileza e fermozura sem levar mantilha. Tornou a sair por outra porta da çidade que vai ter àquella grande ribeira que passa pellos muros della por entre elles e o arrabalde, que por então hia pequena que se podia bem vadear, e porem mostrava que espraiaava muito en tempo de inverno com hũa grande ponte de pedraria que se então fazia e outra de madeira com hũa torre no meio della atee onde estavão feitos os arcos tão altos que fizerão pouco nojo ao passar por baixo delles luguar tão graçioso que me parece que se não pode mais pintar, porque da parte dos muros da çidade na barbacam delles era cheo tudo de jardins e de lorangeiras e parreiras que ficavão como en varanda do muro obra de dous tiros de besta, ou mais. Avia casas mui boas no arrabalde da parte do sertão contra a serra que dali parecia pomares grandes e vinhas e grande soma de quintãs con casas de torres que pareçião mui bem, e da outra parte do arrabalde hum grande valle com ortas e muitas arvores mui graçiosos de nogueiras e outras arvores. Deste luguar se via parte do mar e da ribeira. Neste luguar que diguo da ribeira per onde hia a senhora inffanta, que era asaz longuo e comprido, estavão mais de mil e quinhentos homens, delles com picas às costas e outros com bestas e espinguardas, tudo mui ben conçertado, e desfecharão. E na volta destes hũn grande numero de mininos e moços pequenos todo vestidos de branco com hũas bandeiras de papel pintadas com as armas do duque [fl. 166 v] e as de vossa alteza em hũas canas e todos com aquelles grandes gritos nomeando “Saboia” e “Portugual”. E neste mesmo campo eses gentis homens, em espeçial hum daquelles condes, lançavão seus cavalos com aquelles saltos en que elles tem sua presunção; alguns delles me parecerão bons cavallos. Tornou a entrar por outra porta da çidade diante da qual estava hum paleo de damasco branco e cramezim posto em suas varas e toda a cleresia da çidade, en que averia quinze capas de brocado. E antre elles hum bispo vestido de branco e diante estavão os frades de São Françisco e São Dominguos e do Carmo com outras capas ricas e com mesas postas com muitas reliquias. Aqui se fez hũa arengua à senhora inffanta com orações e benções. Vierão os guovernadores da çidade com paleo e começou de entrar pella rua que estava



corregida como as outras com aquellas proçissões e cruzeiros diante, cantando todos innos conformes à festa e *Te deum laudamus*. Isto era ja com tochas e grandes lumes que todos tinham nas mãos per onde hiamos, e alguns duas tochas cada hũa em sua mão, e assi o usavão os pagens do duque posto que as suas são mais pequenas que as nossas. Primeiro o arçebispo e eu por respeito das cruzeiros e proçissões fomos ter a porta do paço, e cuidando que não avia mais que fazer o arçebispo se foi pera a pousada. Eu soube como a senhora inffante deçia no moesterio, tornei-me pera ella. Estava mui corregido, he casa mui honrrada e feita de abobada com muitas capellas ricas e bons retabolos, dentro na capella moor estava corregido pera fazer oração a senhora inffante com panos de brocado e almofadas delle e veludo cramesin, onde a fez o cardeal a mão esquerda sem entrar no estrado, o quoa tornou com ella tee porta da crasta, que vinha ter ao pateo das casas. Dali se despedio dela com as mesmas cortesias d'antes e ella com as suas. Fui com ella tee a deixar em seu apousentamento, e estando laa me mandou o duque chamar pera çear com elle e que levasse todos eses fidalguos que me parecesse bem. E porque estava ahi a mor parte delles não fiz mais que dizer-lho, fomos loguo todos. Estava hũa çea aperçebida no refeitorio do moesteiro ja dito, onde ja o duque estava; o arçebispo se escusou por ser ja na pousada. Não soube ninguem que avia d'aver convite, que me pareceo melhor que tudo por não ser cousa de preposito. Estavão nesta casa seis esteos de pedra que [fl. 167] sustinham a nave della por ser mui largua e comprida e conveniente pera a tal festa, estes erão pintados de hũa pintura arrazoada, posto que a tapeçaria as cobria. Nos esteos estavam feitos huns candieiros de madeira bem pintados e em cada hum delles seis tochas, e erão postas çinco mesas todas ao comprido da casa e a do meio hum pouco mais arredada das outras, e porrem, no mesmo compasso dellas, e nella hum dorsel de brocado e outro na copa em que estava pouca baixella dourada mas muitos picheis, copos e frascos que comprião pera o serviço daquella noite, porque a outra mesa da copeira não se pos senão o primeiro dia; muitos baçios grandes e pequenos de serviço com aquellas prateiras em que elles comem, pequenas tirando o comer dos outros grandes. A esta copa levavão os seus gentis homens os nossos forçando-os que bebessem. O duque se assentou e eu junto com elle, e nas outras mesas esses fidalguos nossos de volta com esses seus gentis homens e senhores e condes que erão muitos, sem



embargo de ficarem outros em pee que os servião vestidos de brocado, de trazerem as iguoarias e darem de beber con tanto despejo e prazer que não avia ahi nenhum modo de gravidade nem descontentamento em não serem dos assentados a mesa nem cuidando de tomar nella os lugares. Forão as iguoarias muitas e muito bem corregidas: grande diversidade de aves, pavões, capões, rolas e perdizes, todos os passaros, pasteis de mil maneiras en que entravão pasteis de tutanos e marmellos, muitos e bons vinhos branco e vermelho, muitas fruitas de mel e açúcar, mui bem feitas. Ja no fim do comer vinhão alguns deses bispos e outros senhores que cheguavão de bom geito à mesa do duque, e elle os agualhava com motes e prazer, e elles com bom despejo, com outros tantos motes com os convidados se assentavão nas outras mesas e remeçavão-se huns aos outros pellouros que fazião de pão. E ainda que dessen a hum bispo nos olhos, tudo era prazer e folgar, e delles se punhão no topo das outras mesas com as costas viradas pera o duque. Levãotou-se o duque e com elle todas as outras mesas pera daren lugar às festas. Assentou-sse em hũ cabo da casa com dorsel e eu junto com elle e o embaixador dos Soizeros da outra parte, que se ahi açertou, e essoutros gentis homens, assi nossos como seus, por ahi abaixo em outros assentos. Aqui estavão ja muitas damas [fl. 167 v] e donas da villa, fermosas e bem vestidas, com quem primeiro começarão a dançar os seus gentis homens e alguns da çidade dançavão todos juntos suas danças mais depressa que as nossas, usando mui a meude de suas cortezias beijando-se, que avião por grande descortesia aquella a que se não fazia. Chamavão-se aquellas danças d'alta Alemanha, que nos pareçeo mui bem, que eu mal saberei mostrar e menos fazer. E des que bem cansavão os deixavão e hião-se aos pees do duque, as quais elle reçebia com muitos guasalhados, hũas nos pees e outras no seu rosto delas dando-lhe a mesma paz, e a mim me fez assentar hũa que tive muito pouco e elle muito as suas. Tornarão outra vez por mandado do duque a dançar com os nossos e a volta delles alguns dos seus que fazião outro tanto e seguião o modo de sua cortezia e assi dançarão com ellas danças de Portugal e o tordião, porque ellas tudo fazião mui bem sem perder compasso da dança, inda que não soubessem o modo della. E assi tornarão a levar as damas aos mesmos lugares aos pees do duque, que as agualhava sempre da maneira ja dita. Apos isto, entrou¹⁶⁷ outro Gil

167 O “u” parece ter sido acrescentado posteriormente, embora pelo mesmo copista.



Viçente¹⁶⁸ com hũa representação de pastores que foi hum auto de amores. Porque não entendia a lingoagem não sei o que dizia. Acabando de se estes recolherem entrarão dez ou doze deses gentis homens, armados d'arnezes inteiros con suas çelladas e espadas brancas nuas bem limpas e afiadas pera tornear, e en çima das armas trazião pellotes de seda e de pano de cores quarteados e cortados, por tea hum pao atravessado de hum esteo da casa a parede e dous de hũa parte e dous da outra, cada hum con seu; e se esquentavão de maneira nos golpes que davão que emquanto os juizes lhes lançavão bastões que pera isso se estavam ordenados não acabavão tão azinha. E assi se combaterão todos e derão fim a seu torneio. Pareçeo-me mui bem. Eu disse ao duque que era aquelle mui bom exerçio, em espeçial pera este tempo. E estes assi armados, em tirando soamente as armaduras da cabeça tornarão a dançar com as damas. Apos isto, vierão fruitas sobre que todos beberão mais vinho que agoa, e erão servidos pello mordomo moor e offeçiaes do duque, e elles por sua mão davão de beber às damas e assi aos outros. O duque despedio as damas e se foi pera sua casa e eu [fl. 168] com elle e esses fidalguos que se hi acharão¹⁶⁹ do convite, e na escada me despedio e não quis que mais sobisse. Ao outro dia mandei convidar dez ou doze desses senhores e hum dos embaixadores dos soizeros, que o outro estava doente e lhe pezou muito de não ser na festa e se mandou desculpar que lhe pezava muito de non ver conçertos que lhe os outros guabavão tanto. O banquete foi bem ofiçiado de ministros e chocarreiros a que cumprio de suprir no que elles pedião aos convidados. Entre as outras fruitas ouve fartens que inda sobejarão do mar a que se lamçavão, não sei se pella pimenta que tem, se por ser fruta nova antre elles de maneira que hum bispo levou as mangas cheas pera mostrar. Neste dia à tarde ouve ahi outro torneio no terreiro do paço con tochas com invenções de donzellas que os trazião presos por cadeas de ouro. Quando entravão no terreiro pera tornear, o duque e a senhora inffante os virão de hũa varanda onde estavam, e acabado se forão o duque com a senhora inffante atee seu apousentamento, o que tee entao não fez. E eu indo junto com a duquesa de Namus, me disse que ja aquillo era começar o duque de tomar os costumes de Portugal. Respondi-lhe que assi era bem que os tomasse e que a senhora infante iria tomando os seus. E eu

168 Foi inicialmente escrito outro nome, hoje difícil de destrinçar.

169 A palavra parece ter sido corrigida sobre uma outra, inicialmente escrita.



creo que parecemos bem a esta gente, porque não fallo no povo e damas da villa que cada dia per onde pasavamos se lançavão das janellas fora por nos ver, mas estes gentis homens que hum pouco vem estas cousas com algum descuido e gravidade nos olhos, que fazião algũa cousa duvidar de quão bem lhe parecíamos. Soube aguora de hum gentil homem do duque, italiano, que teve carguo de me agualhar, e pello bispo desta çidade e per outros que virão as festas da entrada d'el-rei Fellipe en Castella e da vista d'el-rei de França e d'el-rei de Inglaterra que nunca en nenhuma dellas virão tão bem ataviada gente nem tão ricamente. E he de crer, pois o confessão e dizem homens tão cheos de borcados e sedas como nós e de muitos mais borcados como serião os outros, soo pello nosso conçerto e atilamento. E assi o tem todos escrito a Roma e a França.

[fl. 168 v]

Capitulo Lxxbiii.

Como o conde de Villa Nova dom Martinho de Castelbranco foi o testamenteiro d'el-rei dom Manoel e elleito em seu testamento por hum dos quatro primeiros pera a governaõça do reino com o príncipe, e das mui honrras clausulas por que lhe estes cargos encomendou.

Depois do conde de Villa Nova tornar de Saboia pouco tempo viveo el-rei dom Manoel, porque segundo se pode conjecturar das carta de sua alteza pera o dito conde estando en Saboia, feitas em Portugal a 26 de setembro de 521. O mais çedo que o conde podia ser neste reino era por todo o mes de outubro do dito anno, e el-rei dom Manoel consta-nos que faleçeo no dezembro seguinte a treze do mes, segundo escrevem os nossos chronistas, todos os que assi en latim de suas cousas tratarão, que forão o eloquentissimo bispo do Algarve dom Jeronimo de Osouro e o doctissimo liçençado Duarte Nunez do Lião no seu livro *Da Verdadeira Genealogia dos reis de Portugal* ja outras vezes por mim neste sumario alleguado, como os que en linguoagem portuguesa nisto fallarão, entre os quais Damião de Goes, 4^a parte da chronica do dito rei, capitulo 83. De maneira



que entre a tornada do dito conde e o fallecimento de sua alteza poderia aver mes e meio pouco mais ou menos. E porque ainda neste breve tempo não faltasse ao conde nova materia de servir, quis aquelle prudente rei que tanto na vida se delle servira guozar tãobem na morte de sua grande bondade, verdade, inteireza e virtudes. E entendeo que quem con tanto amor, cuidado e fedelidade lhe tanto tinha ajudado no guoverno de seu reino, na admenistração da justiça e no bem de sua fazenda real, muito melhor o faria no que tocasse a sua alma que como cousa tanto mais importante assi se devia esperar do bom servidor e amigo que en o descarregar das obrigações della se estremasse ainda mais e dobrasse o cuidado e deligença. Pello que fazendo el-rei seu testamento com asaz zello da salvação de sua alma como [fl. 169] por elle se mostra, em nenhuma cousa poem tanta eficacia como en obrigar ao dito conde que azeite ser seu testamenteiro e queira dar ordem a pagar suas dividas elle e o arçebispo de Bragua, que então era dom Dioguo de Sousa, pessoa de mui virtuosas calidades, e juntamente os enlege a ambos pera com outros mais companheiros no testamento declarados ficarem com o príncipe dom João seu filho no guoverno do reino. O ququal príncipe dom João era ao tempo da morte d’el-rei seu pai de dezanove anos e hia fazendo vinte, e porque conforme a usança de Hespanha de catorze anos, e ao mais de dezasseis, se costuma entregar aos reis o guoverno de seus reinos livre sem obriguação de ter pessoas que com elle assistão na guovernãoça exçeito os do conselho que elle escolhe e enlege quais lhe parece, tenho presunção que o testamento d’el-rei foi feito alguns anos antes que fallecesse, o que não pude averiguoar por não ter a copia inteira de todo o testamento, porem, das clausullas que tratão do dito conde de Villa Nova porei aqui fielmente o tresllado tirado de outro que tenho. E pelo teor dellas se vera que são cheas de hum grande e exçessivo amor e de hũa rara e singullar confiança e das mais honrrosas e obriguatorias pallavras que d’el-rei pera vassalo pode aver nem se nunca virão, segundo sou lembrado que ja outra vez notei neste sumario. Dizem assi.

Tresllado de çertas verbas do testamento d’el-rei dom Manoel

“Item porque mais em breve se possão satifazer minhas dividas e todas as obrigações deste meu testamento e descarguos, mando que loguo tanto



que eu falleçer se entreguem a dom Martinho de Castelbranco, conde de Villa Nova, camareiro moor do príncipe meu filho, todas as peças de ouro que em meu tesouro ouver, e assi em minha guoarda roupa (que não se-rião mandadas fazer pera algũas casas de oração ou dadas per mim, posto que em minha casa estem a ese tempo) e assi na estrebaria ou em qual-quer outra parte, e assi toda a minha prata lavrada que em quaisquer of-feçiaes estiver. E isto mando ao meu mordomo moor e veedor que o fação loguo assi cumprir [fl. 169 v] e muito encomendo ao príncipe meu filho que o mande logo assi fazer, e assi quaisquer joias nossas que ahi ouver en quaisquer partes ou offeçiaes onde estiverem.

Item roguo muito e encomendo e mando ao dito conde de Villa Nova que pella muito boa vontade que sempre lhe tive e muita confiança queira re-çeber todas estas cousas de ouro e prata, posto que seja desacostumado as tais pessoas reçeberem e despenderem, o que elle por amor de mim queira fazer por mais e melhor descarguo de minha conçiência e da d'el-rei dom Afonso e da d'el-rei dom João (de que elle algun carguo teve) e disso em maneira alguma se não queira escusar quer como cousa que seu rei lho manda de quem tem reçebido merçe amor e boas obras, quer como que outra pessoa lho pede e rogua, pois me deve amor e lho eu tive sempre e boa vontade.

Item tanto que en seu poder for o sobredito ouro e prata (o que muito lhe roguo que elle tenha cuidado de requerer por mais deligença se pôr nisso) trabalhe de saber todas as dividas de prata das igrejas e assi dos orfãos do tempo d'el-rei dom Afonso e d'el-rei dom João e quaisquer outras que nós devamos – as quais lhe encomendamos muito e mandamos que elle pague com a mais trigança que poder, indo nas cousas duvidosas sempre contra mim e não contra as partes, porque não podem estas dividas tanto montar que pera meu filho louvores a Nosso Senhor pello muito que lhe deu não seja pouco, e muito menos pera mim pera aver de jazer no pur-gatorio por as tais cousas. E roguo-lhe que nas sobreditas cousas não seja tão escrupuloso e reguroso como nas cousas de meu serviço sempre foi. E que se encoste sempre à mais piadosa parte, e se trabalhe de en todo quanto elle poder e abranger o que reçeber desencarregar minha cons-çiência e a dos passados e a sua mesma e assi mesmo o fara das joias.



Item ao dito conde mando que faça estes paguamentos segundo lhe parecer e disser sua consçiença sem pessoa outra algũa nisso entender porque eu o conheço por tal que he pera muito mais se fiar dele e fara as sobreditas cousas com o secretairo Antonio Carneiro ou João da Fonseca por escrivães, qual mais desacupação tiver, e sendo ocupados elle poderá tomar Afonso Mexia, e pella fee do dito conde [fl. 170] mando que se lhe dê a quitação.

E posto que nas tais dividas falleça algũa solenidade ou regimento de fazenda e contos, parecendo-lhe que por qualquer maneira eu são obrigado ha tal divida mando que elle a pague.

Item leixo e ordeno por meus testamenteiros dom Diogo¹⁷⁰ de Sousa, arcebispo de Bragua, e o dito conde de Villa Nova pera os descarguos de minha alma e todas as cousas deste meu testamento comprirem como por elle declaro e mando que se faça. E lhe roguo muito que se queirão sempre lembrar do grande amor e afeição que sempre lhe tive e das honrras e merçes que folguei de lhe fazer e de mim receberão com tão boa vontade. E que das cousas deste meu testamento tomem aquelle cuidado e lembrança que eu delles espero, e elles a Deos e ao mundo devem por suas limpezas e descarguos, pois tãobem lhe mereço nisto todo o serviço e boas obras. E muito lhe roguo que se cumprir folguem de com suas fazendas a meus descarguos e ao comprimento deste meu testamento ajudar, de maneira que loguo ou ao menos o mais breve que ser possa todo o meu testamento seja cumprido e depois pellas rendas do reino mando que lhe seja pago o que de seu pera isso emprestarem, no que não somente satisfarão a suas virtudes pello que me devem mas ainda servirão muito a Nosso Senhor, ao qual peço que por grande serviço lho receba se assi o comprirem e fizerem como elle sabe que mo devem e eu delles o espero pello amor e boa vontade que sempre lhe tive e merçes que de mim receberão.

Item consirando eu con grande deliberação e cuidado nas pessoas que devia leixar declaradas em este meu testamento pera no guoverno destes reinos averem de ficar bem visto e cuidado acerca disso detremino e mando que no dito guoverno fiquem com o príncipe meu filho dom Diogo de

170 Escrito inicialmente “João”, posteriormente riscado e substituído, pelo mesmo copista, por “Diogo”.



Sousa, arçebispo de Bragua; e dom Dioguo Ortiz, bispo de Viseu; o conde de Tarouca, meu mordomo moor; o conde de Villa Nova. E porque as cousas da fazenda louvores a Nosso Senhor são tão grandes e tão tocantes e mesturadas com o guoverno de nossos reinos e isso mesmo pello conde do Vimioso e o barão d'Alvito serem nossos veedores dela e tais pessoas que na dita guovernãoça poderão e saberão bem servir como a serviço do príncipe e bem destes reinos cumpre, avemos por bem que elles ambos entrem na dita guovernãoça com [fl. 170 v] os quatro açima nomeados, e todos seis guovernarão e determinarão as cousas do guoverno – *scilicet* – assi as que tocarem a guovernãoça da justiça e fazenda e provimentos outros neçessarios pera bem e defenssão do reino e conservação de sua paz e assosseguo provimento dos luguares d'alem e das Indias e defenssão sua, como de todas as outras cousas que de fora do reino estem. E assi en todas as outras que o mesmo rei he obriguado e deve prover por bem de seu cargo, resalvando as que neste testamento lhe tiramos en que não hão de prover atee o príncipe ser em idade e ter seu guoverno.

As quais cousas serão por elles todos despachadas as mais vezes e onde mais vezes ouver por elles se despacharão e determinarão e quando forem vezes iguoaes se tera aquela parte a que o príncipe se acostar quando for presente e quando o não for se lhe dara disso conta.

E posto que algum dos ditos deputados seja doente ou for fora da corte os outros que ficarem farão todas as cousas não sendo, porem, menos de quatro.

Item mando aos ditos meus testamenteiros que cada hun delles tome o tresllado deste meu testamento pera as cousas delle poderem melhor saber e as requererem e cumprirem como delles e de cada hum delles espero. E mando que outro tresllado seja dado aos vereadores e procuradores dos mesteres da çidade de Lixboa pera estar na camara da dita çidade. Aos quais offiçiais encomendo que o vejão o mais meu de que elles poderem pera saberem o que delle se cumpre, e requererem e lembrarem a meus testamenteiros e aos deputados do guoverno que queirão cumprir todo o que pello dito testamento lhe fica per mim encomendado e mandado quando acharem que algũa cousa dele fica por cumprir”.



Atee qui falão as clausulas do testamento d’el-rei dom Manoel pollas quais e pello mais que temos dito neste sumario deste conde de Villa Nova e do guovernador dom Guonçalo de Castelbranco seu pai se tera ben visto quão imitador foi hũ do outro nos mereçimentos e nos carguos e juntamente quão semelhantes tãobem forão os reis de seu tempo e quão imi[fl. 171] tadores huns de outros na muito grande confiança que d’ambos tiverão até a apurarem no mais importante que tudo que he encarregar-lhe suas almas, que dahi não ha passar. E posto que as pallavras do testamento e carta d’el-rei dom Afonso o quinto que ficão referidas atras, capitulo 49, não sejam tão largas tãobem en sua brevidade comprehendem hum mui assinalado amor d’el-rei pera o dito dom Guonçallo con demonstração do firme e seguro conceito que sua alteza tinha de sua lealdade e bondade e de quão bem nisso se avia de ver. Porem, segundo nos sinifica el-rei dom Manoel em hũa das clausullas açima neste capitulo treslladadas, ao conde dom Martinho vierão ainda alcançar as obrigações dos testamentos do dito rei dom Afonso o quinto e d’el-rei dom João o segundo, porque alem de el-rei dom Manoel lhe deixar a carguo que cumprisse tudo o que delles faltava por cumprir, diz tãobem sua alteza (como vimos) que das almas dos ditos dous reis algum carreguo tivera o dito conde. E com isto ficão relatados os carguos príncipaes que o dito conde teve.

Seguen-sse as merçes e doaçoẽs feitas ao conde de Villa Nova, dom Martinho de Castelbranco.

Capitulo Lxxix.

De quando foi dado assentamento de conde e bandeira quadrada a dom Martinho de Castelbranco.

Teremos nas doaçoẽs e merçes que forão feitas ao conde de Vila Nova dom Martinho de Castelbranco em a rellação dellas mais respeito a calidade delas que aos tempos en que forão feitas porque como as de fazenda forão poucas (fora das que de seu pai lhe ficarão) não sera neçessario ir particullarmente contando e referindo a forma e tempo da confirmação de



cada hũa, mas bastará en soma fazermos adiante, no luguar [fl. 171 v] que couberem, menção dellas. Das outras que tocão a dinidades e honrras iremos aguora fallando. He de saber que no ano de 1494, fez el-rei dom João o segundo merçe ao dito dom Martinho de Castelbranco (dez anos antes de el-rei dom Manoel lhe dar a carta e promessa de titulo de conde de que adiante se fallará) que elle tivesse assentamento de conde e bamdeira quadrada que soo aos de titulo convem, e os respeitos da carta tirados della de letra a letra são estes:

¶ “Consirando nós a criação que el-rei meu senhor e padre, cuja alma Deos aja, e nós temos feita en dom Martinho de Castelbranco, senhor de Villa Nova de Portimão, do nosso conselho e veedor de nossa fazenda e os muito grandes e continuados serviços que delle temos recebidos e a muita confiança que delle sempre tivemos. E que en todallas cousas em que o encarreguamos nos deu sempre de si mui boa conta e nos servio bem e lealmente, assi no carguo que ate qui teve de vedor da dita fazenda como nas cousas do reino e serviços da guerra e honrra e que seus serviços são assi dinos de remuneração, que desta e de qualquer outra maior merçe e acreçentamento que lhe fizemos he mui mereçedor, lhe fazemos merçe de çento e dous mil oitoçentos sesenta e quatro reaes brancos d’assentamento, os quais queremos que aja de nós en cada hum ano, e assi nos praz que possa trazer bandeira quadrada. E por em mandamos aos veedores de nossa fazenda que de janeiro que ora passou desta era presente de 94 en diante façam assento ao dito dom Martinho en nossos livros della os ditos 102.864 reaes do dito assentamento e dar carta delles en cada hum ano en luguar onde lhe sejão mui bem paguos. Dada em a nossa villa de Setuval aos 18 do dito mes de junho. Françisco da Mata a fez, ano do naçimento de Nosso Senhor de 1494 anos.

A merçe desta carta (pella quoa se ve tãobem como no paço e serviço dos reis se criou desde sua meniniçe o dito dom Martinho) foi hũa innovação que se lhe fez de outra semelhante que a seu pai fora concedida, como atras en seu luguar fica dito. E parece que el-rei dom [fl. 172] João por respeito dos mal contentes e envejosos (de que a corte he sempre chea e que encurtão a mão aos reis nas satisfações e merçes temendo agravos de mal applicados exemplos e falsas consequências) usava deste meio da merçe



destas cartas entendendo que por ellas ficava dando em efeito os privilegios de conde aos ditos pai e filho e se evitava o sobredito inconveniente. E por este mesmo respeito avemos de entender que el-rei dom Manoel quando depois deu mais o titulo ao dito dom Martinho suspendeo a declaração delle por quatro anos como veremos no capitulo seguinte e he cousa ordinaria e mais usada dos príncipes. Esta merçe foi depois confirmada na forma acima declarada ao dito dom Martinho de Castelbranco por el-rei dom Manoel no ano de 1497, e depois por el-rei dom João o 3º entre outras confirmações geraes, ano de 1522, posto que ja então tinha o titulo de conde de Villa Nova como loguo se dira.

Capitulo Lxxx.

Da doação e merçe que foi feita ao conde de Villa Nova dom Martinho de Castelbranco do dito titulo.

Posto que os carguos que forão dados ao conde de Villa Nova dom Martinho de Castelbranco sejam de tanta callidade como por elles atras se vio, e a mesma aja nas doações das honrras e dinidades que lhe forão concebidas (que são tais a que os reis poucas vezes e com mui madura consideração e pezo de mereçimentos costumarão proçeder, especialmente neste reino de Portugal en que os príncipes dele forão sempre nesta materia de honrras mui avaros e raramente chegarão a faze-las maiores por nenhuns serviços que a que neste capitulo se dira), contudo entendo que a joizo de todos os que sem pai[fl. 172 v]xão de odio, enveja ou amor examinarem a callidade da pessoa de dom Martinho de Castelbranco dirivada per tão illustres e antiguas raizes de fidalguia e mereçimentos de avoos e os muitos e estremados que nelle concorrerão e as singulares virtudes de que Deos o dotou e con que tanto en todas as ocasiões e materias aos reis e repubrica de Portugal por tantos anos tanto aproveitou, mui façilmente se julguará quanto maiores satisfações de titulos e estados se lhe devião e quãoto aquem do ser de sua pessoa ficarão as que se lhe derão.

Esta advertência faço pera a levar diante dos olhos quem ler estes capitulos en que das materias de suas honrras se trata porque minha tenção



he referi-las mais pera se isto assi melhor conhecer e se verem quão justos, quão louvaveis e quão maiores forão os respeitos per que se as ditas merçes lhe fizerão, que pera fazer argumento dellas a elle nem da callidade do premio aa qualidade dos serviços e mereçimentos, que isto com pessoas novas a que boa ventura subio a esse estado pode aver lugar, mas aqui não o tem.

E vindo à materia deste capitulo, el-rei dom Manoel no anno de 1504 passou hũa carta de sua real promessa e doação do titulo de conde de Villa Nova ao dito dom Martinho de Castelbranco sendo elle de idade de 48 anos com çertas declarações que se pello tresllado da dita carta verão, o quoyal he o seguinte:

“Dom Manoel, etc. Fazemos saber que esguoardando nós a muita criação que el-rei dom Afonso meu tio fez em dom Martinho de Castelbranco, senhor de Villa Nova de Portimão, do nosso conselho e veedor de nossa fazenda e como o começou a servir nas guerras de Castella com escudeiros, cavallos e armas, aventurando-se ja então aos periguos e trabalhos das ditas guerras como pessoa de maior idade do que elle naquelle tempo era e como en todos os outros serviços que se offereçerão atee o tempo de seu fallecimento sempre o sirvio mui bem e honrradamente sendo ja veedor de sua fazenda, no quoyal carguo e offiço ficou com meu primo el-rei dom João, que santa gloria aja, sirvindo assi nelle como en todas as outras cousas de conselhos e negoçios [fl. 173] particullares que se delle sempre comfiarão mui fiel e verdadeiramente e com muita lealdade, e assi o sirvindo isso mesmo nas cousas da guerra dos mouros d’alem que en seu tempo se offereçerão con sua pessoa e gasto de sua fazenda, como a gastou e despendeo na paz quando compria a seu serviço, esguoardando isso mesmo como nós, despois que pella merçe de Deos fomos rei destes reinos, estando elle ja apousentado com o offiço de guovernador da justiça da casa do civel que he tão honrrado e principal en nossos reinos, nos quisemos delle servir por sua muita fieldade e pelas cousas que tocavão ao maneo e provimento de nossa fazenda as saber mui bem, e nisto nos poder muito servir, e assi en todos os outros negoçios e cousas da guovernança do reino en que tanto tempo praticou e que delle se comfiarão, e nas quais sempre deu de si mui limpa e verdadeira conta e como mui fiel e



verdadeiro servidor, e sendo por nos pera ello requerido por assi o avermos por bem e nosso serviço, nos leixou o dito offiço e nos veio servir leixando livremente a nossa disposição e virtude a satisfação e contentamento disso, sem por ello estar connosco en nenhum conçoerto nem apontamento como quem com muito amor e bom desejo estava prestes pera en tudo nos servir como por suas obras e sirviços no-lo tem mostrado, e que eramos obrigado-lhe compoer e satisfazer com honrra e merçe, a quoyal por assi livremente a leixar en nós e a nossa disposição mais nobremente lhe devemos fazer, por todos estes respeitos e pella obriguação en que lhe somos pello dito offiço que nos assi leixou como tãobem pellos serviços que nos tem feito dinos de muito mereçimento e pellos que esperamos que ao diante nos faça e por lhe fazermos graça e merçe por esta presente carta lhe prometemos e ficamos por nossa fee real que dentro de quatro anos primeiros seguintes que se começarão a contar de janeiro que ora passou deste ano presente de 1504 en diante lhe daremos e de feito lhe damos titulo de conde da dita villa de Villa Nova de Portimão con todas as honrras, graças, preminências, privilegios e franquezas que aos condes destes reinos por direito e costume e privilegio são devidos e outorguados, e de que sempre usarão e usão e con todas e quaisquer outras cousas que aos semelhantes titulos são devidos e de direito lhe pertencem, ressalvando que com este titulo de conde não avera outro mais assentamento salvo aquelle que aguora ja tem e ha. E porque podera ser caso que por alguns [fl. 173 v] particullares negoçios e casos que sobrevem desta promessa e merçe do dito titulo de conde que lhe assi fazemos se não podera fazer sua carta em forma devida dentro dos ditos quatro annos praz-nos e outorguasmolhe que não lhe sendo feita no dito tempo dos ditos quatro anos loguo como elles forem saidos e passados por esta mesma carta possa tomar e tome o dito titulo de conde da dita villa, e della se chame conde sem pera isso lhe ser mais neçessaria outra nossa carta nem doação, porque esta queremos que lhe abaste pera isso; pella quoyal tãobem nos praz que en todo e por todo use e gouva de todas as honrras, preminências, privilegios, graças e merçes e franquezas que são outorguadas e de que usão os condes destes reinos como dito he, as quais mandamos a todos aquelles a que esta nossa carta for mostrada e o conhecimento della pertencer que en todo lhe cumprão e fação cumprir e guoardar sem duvida nem embargo algum que lhe a isso ponhão porque assi he nossa merçe. E en testemunho dello



lhe mandamos dar esta carta per nós assinada, a qual de nosso poder real e absoluto queremos que valha e tenha força e vigor como se fosse assellada do nosso sello de chumbo e passada pello nosso chançarel moor e pellos offiçiais de nossa chaçelaria sem embargo de qualquer ordenação ou cousa que ahi aja em contrairo porque todo avemos por nenhum e de nenhuma força nem vigor por avermos por bem e nosso serviço de esta carta agora não ser sellada nem passar pella nossa çançelaria per alguns respeitos per que a isso nos movemos. Dada em a nossa çidade de Lixboa, aos 28 dias de maio. Antonio Carneiro a fez, ano de Nosso Senhor Jesu Christo de 1504”.

Este he o teor da dita carta que foi confirmada por el-rei dom João o 3º en Lixboa a çinco de setembro do ano de 1522. E se das honrras e satisfações que se com muitos trabalhos e calificados serviços alcanção se ha de ter diferente reputação das outras que per outras vias se conseguem, claramente se ficará entendendo da relação da dita carta quão diferente conta se deve fazer deste titulo tão servido e tão mereçido e concedido a pessoa digna de outros maiores do que entre os homens de entendimento e ser se faz de outros titulos dados a pessoas en quem estes respeitos não concorrem. Porem, posto que esta dinidade e todas as mais erão con tanta [fl. 174] rezão devidas ao conde dom Martinho como atras fica dito, o respeito dos mal contentes (que nas cortes dos príncipes sempre andão e que sempre com os reis pode mais do neçessario segundo ja em alguns lugares tocamos) fez neste caso com el-rei dom Manoel que obriguasse com seus rogos ao dito conde a usar da moderação e temperãoça de seu generoso animo, e lhe pedio e rogou que por os justos respeitos que a isso o movião quizesse dilatar o efeito da dita merçe não se chamando conde, sem embargo do tempo dos quatro anos limitado na dita carta ser passado. Porem, ao primeiro de janeiro do ano de 1513, lhe mandou passar hũ alvara per o qual declarou que sua tenção não fora nunca ir contra a dita carta açima treslladada mas somente por legitimas causas roguar muito ao dito conde que por seu amor e por respeitos de muito seu serviço não tomasse por então o dito titulo, e que elle o fizera por folguar de o servir, e portanto declarou sua alteza pello dito alvara que desd’o dia en que se avião cumprido os quatro anos limitados na carta de conde avia ao dito dom Martinho de Castelbranco por verdadeiro conde conforme a merçe



que lhe fizera e que devia preçeder a todos os outros condes que depois disso fossem feitos, porque não era rezão que por elle servir sua alteza e fazer seus rogos se lhe seguisse inconveniente algum em sua preçedença. O quoal alvara el-rei dom João o 3º confirmou ao dito conde a 18 de agosto do ano de 1522. E nelle ten que notar os que o não souberem que os condes se preçedem neste reino huns a outros polla antiguidade do tempo em que lhe hee dado o dito titulo. Faz menção da merçe deste titulo e d'outros que el-rei dom Manoel deu Garibai, Livro 35, capitulo 27.

Capitulo Lxxxi.

Das tenças que o conde teve e de outras merçes que lhe forão feitas.

Pellas contias dos padrões das tenças que o conde dom Martinho de Castelbranco teve se mostra somaren quatroçentos e seis meil reaes.

[fl. 174 v]

Alen dellas teve a condessa dona Meçia sua molher outros çem mil reaes de tença que o conde lhe comprou com liçença d'el-rei e sua alteza lhe fez mais merçe pera ella da coroas que paguavão os adueiros da adua, e assi mais se lhe fez merçe em sua vida de hūas terras grandes que vaguarão por morte da comdessa da Atalaia sitas no termo da villa d'Azambuja, de cujo rendimento o terço avia de ser pera a fazenda d'el-rei e o mais pera o conde com dez moios de bolo (como dizem os lavradores) pera elle. E esta merçe lhe foi feita por el-rei dom Manoel no ano de 1502¹⁷¹ e confirmada por el-rei dom João no de 522. E no ano de 516, ao tempo que largou o offiço de veedor da fazenda e o trepassou con liçença de sua alteza no primeiro conde do Vimioso dom Françisco de Portugal lhe conçedeo mais el-rei que das tenças que tivesse o dito conde do Vimioso pudesse trespasar nelle todas as que quizesse em paguamento do que pello dito offiço lhe avia de dar. E não acho que fora destas se fizesse ao dito conde outra merçe de fazenda pera sua pessoa, exçepcto os rendimentos de Villa

¹⁷¹ Segue-se um segmento riscado: “e no ano de 1516”.



Nova de Portimão e da honrra do Sobrado, serviço da judaria de Coimbra novo e velho, reguenguo e propios de Santarem, de que trataremos no capitulo seguinte.

O que tudo o guovernador dom Guonçallo seu pai tivera e o deixara auido pera elle dito conde seu filho ao tempo de seu faleçimento. Porem, assi o que lhe seu pai deixou dos bens da Coroa como as sobreditas tenças que lhe forão dadas, todas forão merçes feitas pera elle en sua vida tão soamente, e das ditas tenças nenhuma passou a seus herdeiros, por onde se ve com quanta verdade elle en seu testamento declarou (tratando do que ficava a seus filhos e das merçes que pera elles pedia a el-rei) que atee aquella hora se não achava com mais terras, villas, jurdições nen rendas que conservar as que seu pai lhe deixara como atras, capitulo 64, fica relatado. Porque, posto que tinha mais as ditas tenças e terras d’Azambuja, todas expiravão por sua morte e não ficava nenhuma dellas a seus filhos, que era o preposito e intento do conde e a materia do que hia tratando com el-rei no dito testamento como se adiante pelo tresllado da verba que nisto falla vera, porque na verdade pera seu filho primogenito não tinha auido mais merçes nem rendas da Coroa [fl. 175] que as en que elle soçedera ao guovernador seu pai.

Capitulo Lxxxii.

De como o conde dom Martinho foi senhor de toda a jurdição, foros e direitos reais de Villa Nova e da honrra do Sobrado e dos serviços reais da judaria de Coimbra e de outras abaixo declaradas.

Quando o guovernador don Guonçallo falleçeo ja deixou auido o que tinha da Coroa pera seu filho mais velho, que foi o conde dom Martinho de Castelbranco de quem imos falando. E assi no que toca has merçes declaradas neste capitulo mais se podem contar por merçes feitas ao dito guovernador seu pai que a elle, sem embargo que em muitos dos alvaras que se dellas passarão ao dito guovernador dom Gonçalo se tem muito respeito a



criação que os reis no dito dom Martinho tinham feita e aos serviços que ja delle naquelle tempo tinham recebidos. As cousas da Coroa que por a dita maneira o conde teve são estas:

foi senhor de Villa Nova de Portimão e da dita villa teve o titulo de conde como he notorio e atras fica dito. Teve nella toda a jurdição, mero e misto imperio, todo o poder de dar todos os offícios, todos os foros, tributos e direitos reais, rendas da villa do mar e da terra e do salguado della com todas as mais preminências, privilegios e liberdades e poderes com que a dita villa foi dada e ate ver ao guovernador seu pai, segundo compridamente neste sumario, capitulo 53 e capitulo 54, fica relatado, onde também tratamos da calidade da dita villa e comodidades della, que por isso se aqui não repetem. E posto que o dito conde teve mais alguns particulares poderes e privilegios acerca das cousas da dita villa por alvaras e provisões que lhe disso forão passadas, por não serem de muito [fl. 175 v] momento não faço aqui menção dellas.

Item foi senhor da honrra do Sobrado, que he en terra de Paiva, bispado de Lamego com toda a jurdição de vassallos, direitos e foros e tributos e apresentação da igreja como seu pai a tivera, exçepção que a quintã de Santa Comba (que juntamente com a dita honrra do Sobrado fora dada ao guovernador seu pai) o conde a não ouve por elle a ter vendido en sua vida com licença d'el-rei.

Item teve os direitos reais de Santarem dos foros dos proprios casas, trigo, vinho, azeite e aves que a fazenda real na dita villa tem e o reguenguo de Chantas, tudo como seu pai dom Guonçallo o tivera e lhe avião sido dados pera o dito seu filho dom Martinho.

Item teve todos os lizirões d'Albaçatin no almoxarifado de Villa Franca de Xira e o do Torrão do Diabo d'Azambuja, que forão de seu pai e mai.

Item teve o serviço real e novo e portagem dos judeus da judaria de Coimbra e a judaria da dita sua villa da Villa Nova de Portimão. E porque el-rei dom Manoel, como he notorio, loguo no princípio de seu reinado ouve por serviço de Deos e seu e bem de seus reinos lançar delles todos os judeus



e mouros e extinguir as ditas judiarias en satisfação destas rendas dellas que o conde tinha lhe deu as seguintes:

A dizima do pescado d'Alhandra e Alverca.

O reguenguo da coutada de Torres Vedras, e o trigo, vinho e cevada das terras que se chamão do Condado da dita villa, que se lhe tãobem deu, en satisfação de çertos direitos reais que o conde tinha em Elvas, e os deixou pera os el-rei dar a Rui de Mello, alcaide moor da dita çidade.

A dizima nova do pescado das villas de Sines e de Villa Nova de Milfontes; e porque depois o conde largou as ditas dizimas pera as el-rei dar a dom Vasco da Guama, primeiro conde da Vidigueira, el-rei dom Manoel lhe deu en satisfação a renda da verba seguinte.

A renda das dizimas das madeiras e cortiça que de diversas partes deste reino vem a esta çidade de Lixboa, pella quoa [fl. 176] (alem de ser en satisfação da renda da verba acima) largou o dito conde mais a el-rei vinte mil reaes de tença.

A portagem da feira de São Sebastião e da feira de São Pedro tiradas as despesas ordenadas que se paguão sempre a custa da renda da dita feira.

Estas são todas as merçes e rendas dos bens da Coroa que o dito conde de Villa Nova dom Martinho de Castelbranco teve, pellas quais se verefica bem que são as mesmas que de seu pai lhe ficarão sem outro mais acrescentamento, nem mudança salvo o que o tempo nellas fez con o creçimento da valia e rendimento que elle a todas as cousas costuma dar, e as trocas que por ordem d'el-rei se fizerão pera sua alteza poder dar algũas rendas do conde aos fidalguos acima nomeados, a quem por a natureza e domiçilio que tinham nos luguares dellas mais convinhão como o dito conde en seu testamento bem declara, que çerto he cousa pera muitas vezes louvar e ponderar, e bem alhea da cobiça destes tempos ver hum tal senhor tão valido de quatro reis a quem servio, con tantos serviços na paz e na guerra, tantos mereçimentos, tantos e tais carguos, não pretender



nunca nem aver pera sua casa e possoidores della nenhuma jurdição, nenhuma renda mais que a que d'antes tinha e de seu pai herdara.

Capitulo Lxxxiii.

D'algũas merçes que o conde en sua vida ouve pera seus filhos, e de duas historias que se delle com el-rei dom João o segundo contão en sua chronica.

El-rei dom João o segundo ao tempo de seu falleçimento (que como he notorio foi na villa de Alvor no Algarve ano de 1495) achando-se com elle dom Martinho de Castelbranco, do seu conselho e seu veador da fazenda, lhe fez merçe que os direitos da judaria de Coimbra e os foros das casas e propios de Santarem, e o reguengo [fl. 176 v] das Chantas que elle dom Martinho de sua alteza tinha, ficassen a seu filho mais velho per sua morte por hum alvara que lhe disse mandou passar, o qual el-rei dom Manoel loguo en começando a reinar confirmou, como fez a todas as mais merçes que o dito senhor rei dom João o segundo ao tal tempo de seu falleçimento fizera, posto que sua alteza entendia que não tinha obriguação algũa de as guoardar, segundo tãobem refere Damião de Goes na sua chronica, primeira parte, capitulo 9. Depois foi tãobem confirmada a dita merçe por el-rei dom João o terceiro outrosi no princípio de seu reino¹⁷², ano de 1522. E posto que com muita razão Guarçia de Reisende e Damião de Goes reprehendem aquelles que com importunos requerimentos alcãoçarão d'el-rei naquella hora largas merçes, perturbando-lhe a quietação e repouso da alma que naquele tempo se requiere pera a bem encaminhar, certo esta reprehenssão se deve bem entender e limitar nos que sendo faltos de mereçimentos pedião e importunavão a el-rei sobre aquellas cousas que entendião que em outro tempo estando sua alteza en seu perfeito joizo não podião nem mereção delle alcansar. Porem, aquelles que, sendo cheos de mereçimentos e carreguados de anos de notaveis serviços como o dito dom Martinho de Castelbranco, se achavão com satisfações não equivallentes a elles não podem em maneira algũa ser neste particullar notados, antes se lhe devera muito imputar se obriguadas de sua consçiença e

¹⁷² Entenda-se: reinado.



do que devião às suas honrras e às memorias de seus avoos, conservação de suas casas e estados, emparo e acreçentamento do de seus filhos se des-cuidarão de fazer a sua alteza as neçessarias e devidas lembranças, estando elle em tempo que por sua enfermidade as não podia ter, e podendo-se não sem causa arreçar que dos serviços a elle feitos o novo rei que soçedesse (não sendo filho seu nem irmão) tivesse menos lembrança de os remunerar e satisfazer do que o proprio rei dom João tivera sendo-lhe feitos a elle. Por as quais rezões se ve claramente que não foi de receber nem dina de sua alteza a reposta que o mesmo rei dom João deu então ao dito dom Martinho de Castelbranco [fl. 177] sobre Villa Nova, porque, como conta Guarçia de Reisende na sua chronica capitulo¹⁷³, pedindo-lhe o dito dom Martinho a dita villa e jurdição della pera seu fillho mais velho depois de sua morte, el-rei lhe respondeo que aquillo não era ja seu mas que elle era tal que nenhum que viesse deixaria de folguar de lhe fazer muita merçe. E posto que das bondades, virtudes e grandes partes do dito dom Martinho se devia ter por mui çerto o que sua alteza dizia, contudo não era esa bastante causa pera elle no tempo que mais obriguação tinha de pagar dividas e mostrar gratidão a bons servidores faltar com ella a quem confessava ser tal que tudo de si podia e devia esperar, e era asaz impropia¹⁷⁴ que as merçes que elle devia remetesse a quem não sabia o que na satisfação dellas queria fazer. E pois na judaria de Coimbra, direitos e reguenguos de Sãotaren não achava o impedimento de ja não serem seus (como na verdade o não avia, porque atee o derradeiro momento de sua vida he cada hum rei senhor de seu reino e cousas da sua Coroa pera delas cumprir as obriguações e serviços feitos em prol e proveito do reino), assi tãobem não devera fazer caso do vão escrupullo que se lhe representava na doação de Villa Nova, en que seguindo as pisadas d'el-rei dom Afonso seu pai mais equivalentemente podia remunerar o dito dom Martinho e mostrar-se lembrado da obriguação que por seus serviços lhe tinha de conservar sua casa.

E pois aqui cahio à mão fazer esta çensura neste passo que este mui virtuoso e esclarecido rei teve com dom Martinho de Castelbranco, tomaremos tãobem licença pera mostrar neste lugar (que não sei se lhe caberá outro) quão injusta foi hũa reprehensão que o dito dom Martinho

173 Segue-se espaço em branco.

174 Possível erro por “impropio”:



de sua alteza teve na vida, sendo seu veedor da fazenda, que he tão sabida como porventura mal considerada. Conta o mesmo Reisende que servindo o dito dom Martinho no ofício de veedor da fazenda ao dito senhor rei dom João o segundo, e vindo-lhe em Lixboa nos paços da Ribeira fallando em hum neguocio de dom Pedro de Castelbranco seu irmão, sua alteza, vendo muitas partes, lhe respondera alto que dellas ouvissem: “milhor fora que me fallareis vós nos neguocios destas partes que pera o de vosso irmão sempre ouvera tempo”.

[fl. 177 v]

Tinha el-rei por sua natureza estas repostas asperas, às vezes com razão e às vezes sem ella, mas sempre indinas da humanidade e magestade que se na real pessoa de um rei requiere, como se vera por muitos outros exemplos que o dito Resende refere. E como tãobem foi sempre desejo so do nome e gloria de bom rei amigo da grei e do povo meudo, pode-sse de algũa maneira presumir que neste caso quis com as partes ganhar esta reputação, nem se pode facilmente dar outro bom intento de sua repreensão, porque, ainda quando o dito dom Martinho de Castelbranco fora remisso e descuidado nos neguocios das partes que tocavão a seu offício, primeiro convinha pello d’el-rei e pello delle avisa-lo sua alteza em secreto e não reprehende-llo pubricamente ante as partes, quanto mais conhecendo elle tão bem a grande bondade e diligência do dito dom Martinho em servir seu carguo, e não avendo quen se lhe queixasse nem tendo notiçia que algũa das partes que ali via tivesse com elle neguocio tal que requeresse dar-se conta delle a sua alteza. Pelo que parece claro que com mais razão (com fazer muito o que devia em seu offício) se lembrava o dito dom Martinho das leis da charidade que obriguão a irem¹⁷⁵ diante os mais chegados, e das da boa irmãodade que nas cousas dos irmãos não sofrem dilação nem pouco fervor. Porem, entendendo-se bem pello açima dito que a atenção de sua alteza não foi reprender ao dito dom Martinho, mas louvar-se a ssi ou dar ocasião a ser louvado, se entenderá tãobem que como este amor de gloria e louvor de algũa maneira seja permetido, mōrmente a hum rei de seu povo, ficão neste caso sua alteza casi sem nota e o dito dom Martinho de todo sem culpa.

¹⁷⁵ Segue-se um segmento riscado: “tão chegados”.



E tornando às merçes que ouve pera seus filhos (propia materia deste capitulo), no ano de 1513 lhe fez el-rei dom Manoel merçe do offiço de veedor da fazenda por sua morte pera seu filho maior dom Françisco de Castelbranco, a qual merçe lhe fez sua alteza de seu propio moto sem lha o dito dom Martinho requerer, movido soamente do que se devia a seu bon serviço e por elle isso e muito mais lhe mereçer como el-rei [fl. 178] tudo declara no alvara que disse lhe passou com outras muitas e mui honrrosas clausulas que constarão pello tresllado delle que adiante irá neste sumario quando tratarmos do dito dom Françisco de Castelbranco. E por a mesma rezão não vai aqui o tresllado de outro per que el-rei ouve por bem, quando ordenou fazer ao dito conde de Villa Nova camareiro mor do príncipe seu filho com renunçar o offiço de veedor da fazenda que o dito dom Françisco de Castelbranco avia de aver per morte do conde seu pai ouvesse e lhe soçedesse (como soçedeo) no de camareiro mor, que tãobem foi comfirmado por el-rei dom João o terçeiro.

Ouve mais o dito conde d'el-rei dom Manoel que por seu falleçimento a villa de Villa Nova de Portimão ficasse ao dito seu filho maior. E como entre os quatro reis a quem servio o dito conde de Villa Nova el-rei dom Manoel foi o que sobre todos moor amor lhe mostrou e mais desejou satisfazer a seus mereçimentos, soçedeo que teve o conde per hũa desobediência desgosto do dito seu filho primogenito dom Françisco de Castelbranco, e pera castiguo della el-rei, a instançia do conde, revogou por hũ seu alvara todas as merçes que lhe tinha feitas pera o dito seu filho e lhe conçedeo que elle podesse nomear nellas qual dos filhos quisesse ou reparti-las entre elles como melhor lhe pareçesse. E depois disto no mesmo ano de 1513, porque o dito alvara não fosse ocasião da casa de Villa Nova se poder perder morrendo o conde sem nomear, lhe passou outro per que lhe fez merçe que falleçendo elle sem fazer a dita nomeação ou repartição, soçedesse nas ditas doações o filho mais velho que se achasse ha ora de sua morte, ainda que fosse o propio dom Françisco ao quoa o dito conde tudo deixou en seu testamento e foi seu herdeiro e soçessor de sua casa e de todas as ditas merçes, como adiante veremos.



Em o mesmo ano de 1513, fez mais o dito rei merçe a dom Martinho de Castelbranco de hũa proviso[n]¹⁷⁶ per que declarou que posto que por bem das doações que lhe tinha passadas ouvesse de soçeder por sua morte seu filho mais velho na villa de Villa Nova de Portimão, contudo por fazer mais merçe ao dito dom Martinho por seus grandes serviços e mereçimentos dinos de toda a honrra acreçentamento e merçe avia por bem, por assi tãobem ser sua tenção ao tempo que a dita villa dera pera seu filho, que todo o rendimento das rendas della depois do falleçimento do dito dom Martinho [fl. 178 v] atee seu filho maior ser de idade de 25 anos fosse de dona Ilena e dona Maria, suas filhas, pera seus casamentos, e que os ditos rendimentos fossem de ambas ou de hũa *in solidum* como mais quizesse e declarasse en seu testamento o dito dom Martinho seu pai. E o que despois se fez destas duas filha se dira adiante em seu lugar.

Consta mais pello testamento do dito conde de Villa Nova feito no ano de 526 que tinha auido d’el-rei dom João o 3º çem mil reaes de tença por sua morte pera a dita dona Maria sua filha.

O camareiro moor dom Françisco de Castelbranco, em a carta d’agravos pera o dito senhor rei dom João o 3º que muitas outras vezes se ja neste sumario alegou aponta que el-rei dom Manoel en seu testamento deixou a fortaleza de Moura a sua irmã, que se deve de entender de dona Guimar de Noronha, filha quarta do dito conde de Villa Nova que casou com dom Rodrigo d’Eça, alcaide moor da dita villa.

Em o dito seu testamento faz mais o conde menção como deixava hum alvara do offiço de superior das apousentadorias pera dom João de Castelbranco seu filho segundo, e outro alvara de meirinho moor do príncipe dom João (rei que depoi[s] foi, terçeiro do nome) pera dom Afonso de Castelbranco seu filho quarto, a qual merçe declara que lhe el-rei dom Manoel fizera sem lha ele requerer, e que elle dilatara pedir o efeito e comprimento della por querer guoardar o decoro e respeito que se devia ao conde de Marialva dom Françisco Coutinho, que servira o dito offiço. Os quais dous offiços depois os ditos seus filhos servirão pella maneira que adiante en seu lugar de cada hum diremos. Outras merçes de comendas,

176 No ms.: provisou.



igrejas, dinidades e benefícios ouve o conde pera o dito dom João de Castelbranco, seu filho segundo, e pera dom Antonio de Castelbranco seu filho terceiro, dos quais aqui não faço menção por não serem merções dos reis, senão do papa e mestre de Santiago nem outrosi faço menção de outras merções de menor calidade que pera suas filhas e filhos ouve, que não são de tanto momento.

Capitulo Lxxxiii.

Da valia que o conde [fl. 179] dom Martinho teve com os quatro reis a quem servio, e de hũa carta que o emperador Carlos quinto lhe escreveo, e de outra que elle escreveo a el-rei dom João o terceiro.

Alcançar valia antre os reis, algũas vezes soçede por boa ventura, mas communmente não he sem boas partes e perfeições per que se os príncipes afeiçoão às pessoas que lhe são açoitadas. Porem, com ser isto assi, mui rara cousa he durar a ninguẽ a valia de hum rei pera outro, porque ainda conserva-la sempre com hum se tem por mui difficiloso, e avendo em todas as cousas do mundo tanta inconstância e variedade como nellas vemos em nenhuma se vem maiores nem mais espantosas mudanças que na privança. O que ontem governava o mundo, vemos não lembrar pera nada; o que era tão açoitado ao príncipe que não estava hum hora sem elle, vemos avorecer-lhe no mesmo estremo; e emfim não ha mais perigoso vidro cristallino que a graça dos príncipes, nem vento que a tantas partes se mude. Ja nos filhos e soçessores, ordinaria cousa he desagradaren-lhe os privados e validos dos reis e príncipes seus pais e antecessores, e he quasi consequência neçessaria, apos ser muito açoitado a el-rei, se-lo pouco ao príncipe seu herdeiro. Rara virtude e prudência he, e raros mereçimentos são os daquelles que ante muitos príncipes em hun mesmo tempo, ou em diverssos soçessivamente, tiverão e conservarão o mesmo lugar e autoridade, principalmente se pera iso não usão de meios indevidos nem perdem a inteireza e verdade e são per natureza alheos da lijonja. Donde se deixa bem entender quanto mereçimento, rara bondade e perfeição de virtudes e partes e talento erão as do conde de Villa Nova dom Martinho de Castelbranco, a



quem a fortuna con todas as voltas de sua movivel roda nunca se pôde derribar, e pareçe que elle soo entre poucos lhe pôde pôr o cravo.

De setenta e hum anos de idade que teve, quasi todos gastou no serviço dos reis de Portugal, pois nos consta, como ja noutro luguar fica dito, que sua criação quasi desd'o berço foi no paço, [fl. 179 v] quatro reis alcançou e, se bem considerarmos, algũs deles mui diferentes da natureza e condição dos outros; a todos servio, com todos comunicou, todos o trouverão sempre muito a par de si, pôde sempre tanto a força de seu mereçimento que a nenhum desaprouve nunca; a todos foi afeito, todos o encarregarão dos maiores offiços do reino, ante todos teve muito ser muita valia, muita autoridade, pois pera se ver quanto se prezava de ser per condição alheo de lisongeiro bastará o tresllado da verba de seu testamento que falla na condesa sua molher, que adiante vai, capitulo 86. E posto que do que de sua vida atee'guora temos escrito se pode asaz bem comprehender isto que dizemos de sua valia, o apontaremos aqui mais em particular.

Com el-rei dom Afonsso o quinto desde mui moço teve mui bom lugar. E levando-o consigo a França de mui tenrra idade, dizem que o metia no conselho de tão arduos e graves negoços como erão os que el-rei então trazia entre mãos. De la escreveo a seu pai por sua real mão quão contente dele era e de seu serviço. Vindo desta jornada o fez seu veedor da fazenda sendo de 25 anos, e se el-rei dom Afonsso mais vivera, segundo era bom premiador de serviços e os seus o mereção, mais lhe fizera. Quanto el-rei dom João o segundo, em muitos luguares testifica a sua chronica composta por Garçia de Reisende a muita confiança que nelle tinha e como lhe foi muito afeito, como se vera no capitulo 116, e no capitulo 58, e no capitulo 80 ou 81, dos quais se colhe bem a conta en que o el-rei tinha de esforçado cavaleiro, inteiro e prudente veedor da fazenda, galante e avisado cortesão, e a valia e reputação que por estas e outras partes com elle em sua corte alcançou, e o muito respeito que se lhe tinha. E dos tresllados das cartas e provisões das merçes que lhe fez, carreguos que lhe deu e confirmou (que ja atras ficão rellatados) se poderaa o mesmo colligir.

Pois em el-rei dom Manoel ouve sen duvida muito maiores e mais claras demonstrações do singular amor, rara confiança e inteira afeição que no



dito conde de Villa Nova pos, cheo está este sumario de evidentes mostradas desta verdade. Lean-se as cartas do tempo deste rei nelle tresladadas: entender-se-ha bem que com sua alteza em[fl. 180]tregar nas mãos do conde de Villa Nova todo o peso do guoverno de seu reino, e com lhe fazer mui honrras merçes sempre mostra nellas que tudo lhe parecia pouco pera o muito mais que mereçia e cabia na calidade, verdade, fidelidade, amor e bom serviço do dito conde. Mas tudo excede o entranhavel amor que en seu testamento e en lhe pedir que açoitasse ser seu testamenteiro lhe mostrou, como acima no capitulo 78 fica contado, onde se poderão ver tais clausullas e pallavras que, lidas ellas, ninguem duvide ser mui pouco o que aqui o encareçemos, e pouco tãobem o que o dito Garçia de Reisende disse no tratado da jornada de Saboia, quando trata da eleição que el-rei fez da pessoa do conde, dizendo como era pessoa a que sua alteza mostrava muito amor e confiança e a que sempre dera parte de todas suas cousas e segredos, segundo tãobem ja en seu luguar se referio. A rainha dona Lianor, em hũa provisão que lhe passou sobre não fazerem seus offiçiais innovação algũa nos direitos do conde que se arrecadavão en Silves e seu termo per que sua alteza renunçia todo o direito que nelles possa ter, diz que ha respeito ao muito amor que el-rei dom Manoel seu senhor teve ao dito conde. Apos tantas çertezas desta verdade, não ficará sospeitoso o testemunho do mesmo conde, o qual tratando em seu testamento de lembrar a el-rei dom João o terceiro a obriguação de seus serviços e lhe pedir que o seu titulo desse por sua morte a dom Françisco de Castelbranco seu filho mais velho lhe representa que, avendo servido tanto tempo e en tais carguos aos reis seus antecessores e sendo tão açoitado a el-rei seu pai, algum tempo achara pera ter dele alcançada a dita merçe se quisera usar de requerimentos e importunações e não se prezara mais de bem servir e mereçer. O tresllado das formais pallavras porventura o poremos adiante, no capitulo que tratar de sua morte.

Finalmente, no que toca a el-rei dom João o terceiro, nos podem aqui servir as pallavras rellatadas atras, capitulo 74, onde se trata de como elle foi seu camareiro moor e do muito contentamento que sua alteza mostrava de seu serviço neste carguo e muitos mereçimentos que en sua pessoa conheçia pellos quais respeitos lhe fez merçe do dito offiçio pera seu filho dom Françisco, do qual quando fallarmos se ajuntará o tresllado do



dito alvara. Ha mais [fl. 180 v] em confirmação disto hũa carta do emperador Carlos quinto pera o dito conde sobre çerta pretensão da rainha dona Lianor sua irmã pella qual se mostra quanta autoridade tinha o conde e quanto se lhe defiria e o respeito grande que se tinha a sua pessoa na determinação dos negoçios tão graves como o de que se trata, porque he costume dos reis quando querem e desejão que alguns negoçios seus e pretensões ajão bom efeito nas cortes e conselhos do estado d'outros príncipes escreverem e trabalharem por ter em sua ajuda aquellas pessoas que maior vallia e autoridade tem com os tais príncipes, como se ve dos historiadores e chronista todos, e espeçialmente o notara quem ler Çurita na vi[d]a¹⁷⁷ d'el-rei dom Afonso o quinto de Aragão. E atras fica outro exemplo no capitulo 76, quasi no fim, onde se trata do casamento da inffanta dona Isabel com o dito emperador que el-rei dom Manoel encomendou ao conde que communicasse com o duque de Saboia. E porque a dita carta he mui notavel pellas pessoas de quem e pera quem vinha e estillos della, me pareço pôr aqui o tresllado della.

Carta do emperador Carlos quinto pera o conde de Villa Nova, dom Martinho de Castelbranco:

Sobrescrito

“Al honrrado conde de Villa Nueva, del consejo del serenissimo, muy alto y mui poderoso rey de Portugal, nuestro muy caro y muy amado hermano y primo:

Dom Carlos, por la divina clemençia emperador semper augusto, rey de Alemania, de Castilha, de Leom, de Aragom, de las dos Siçilias, de Jerusalem, etc.

Honrrado conde de Villa Nueva del consejo del serenissimo, muy alto y muy poderoso rey de Portugal, nuestro muy caro y muy amado hermano y primo. El deão de la serenissima reyna dona Leonor, nuestra muy cara y muy amada hermana, nos ha escrito con quanta voluntad y amor el dicho serenissimo rey ha mandado prover lo que toca a lo [fl. 181] de las tierras

¹⁷⁷ No ms.: “villa”.



que por faleçimiento de la serenissima reina dona Lianor su tia, que aya gloria, perteneçem a la dicha serenissima reina dona Leonor nuestra hermana, lo qual estimamos y tenemos como cosa propia, pues en verdad asi lo es y le damos por elho muchas graçias. Y porque como quiera que ha mandado que se le entreguem las dichas tierras no se le dão ni entregão las fortalezas delhas segun y como las tenia y posehia la dicha serenissima reina dona Leonor y le perteneçem por la dicha capitulaçiom, escrivo al dicho serenissimo rey rogandole muy affectuosamente que, pues no es justo que çerca de la tenençia delas dichas fortalezas se haga novedad alguna con la dicha serenissima reina mi hermana, antes, como es razom y siempre lo ha echo, sus casas devem ser miradas y favoreçidas como de madre y como mias propias, tengua por bien de prover como luego se dé y entregue a las perssonas que pera elho su poder tienem la possessiom de las dichas tierras y de las fortallezas delhas, segun y como las tuvo y posseio la dicha serenissima reina dona Leonor su tia y le perteneçem conforme a la dicha capitulaçion. Y esperamos que pues es muy justo lo mandará prover assy. Por ende, a vós vos rogamos y encarregamos mucho lo guieys y encamineis y trabajeis de maneia¹⁷⁸ que aya efecto, que em ello, demas de ser mui justo que se haga, yo lo reçibire de vos em mui azepto plazer y contentamiento. De Valhadolid, a 15 de março de 527 años. Yo el Rey”.

O ano de 1527, que como por a dita data da carta acima se ve foi o en que se ella escreveo, foi tãobem o en que falleço o dito conde de Villa Nova (como n’outro luguar se tocou e no capitulo seguinte mais larguamente se mostrará), donde se colige que a autoridade e valia que com os reis deste reino teve lhe durou atee o fim de seus dias, posto que no que tocava à satisfação de seus serviços e merçes devidas a sua pessoa e às de seus filhos alguns agravos se entende que tinha reçebidos d’el-rei dom João o terceiro ao tempo que faleço, como lhe da a entender em hũa carta que lhe escreveo estãodo com alguns rebates de peste en casa [fl. 181 v] e elle tãobem doente, a qual diz assi:

¹⁷⁸ Confusão entre o português “maneira” e o castelhano “manera”.



“Senhor

Nosso Senhor nos da sempre neste mundo muitas lembranças pera fazermos o que devemos principalmente nos tempos que cumpre quando ve nosso esquecimento. Por onde creio verdadeiramente que minha doença e estes rebates que vem em minha casa (de que me salvou da morte que ja merecia¹⁷⁹, assi por minha idade como por tanta continuação de vaidades e pecados) não foi toda pera mais que aperceber que faça o que devo a minha consciência e cousas que sejam rezão e justas, como são as que peço a vossa alteza pera meus filhos de que tenho tanta obrigação ante Elle e a minha honrra. Ter-lhe-hei muito em merçe querer-me despachar nestes dias que o não ei de ver, que me pareça que obrão nisso mais suas virtudes que arengas e queixumes con que outros sempre requerem pera fazerem seus mereçimentos moores. E se eu alguns tenho ante vossa alteza e aos reis passados deste reinos forão tão pubricos e gerais en tudo por tantos anos que con toda sua magnanimidade e grandeza ainda deve de saber muita parte delles, e assi as merçes que recebi e en que tempos e por que respeitos e as que outras pessoas de minha calidade e de menos ouverão e hão cada dia, e as que pedem, con quem serei contente de ser igualado, oulhando o que cada hum tem servido e mereçe por seus serviços”. Depois desta carta devia soçeder o que dom Antonio de Lima relata no seu livro das linhagens, onde louvando a este conde e confirmando o que temos dito de sua valia com os ditos reis neste capitulo, diz assi:

¶ “Este conde de Villa Nova foi mui valeroso e de grão prudência. Foi mui estimado d’el-rei dom João o 2º e d’el-rei don Manoel e d’el-rei dom João o terceiro, o quoad o mandava chamar estando retirado da corte mui velho pera en tudo se guovernar por seu conselho, e elle respondeo que estava pera ir servir outro moor senhor que elle, o que fez dentro de poucos dias que falleço”.

179 Escrito inicialmente: “mereçera”.



Capítulo Lxxxv.

Da morte do conde [fl. 182] de Villa Nova e de seu testamento e sepultura.

Estando o conde de Villa Nova dom Martinho de Castelbranco em idade de setenta e hum anos mais cheo de serviços feitos aos reis e ao reino que de merçes e satisfações a elles devidas (como do discurso do que delle neste sumario temos dito se pode bem entender, e de sua carta treslladada no capitulo preçedente) foi Nosso Senhor servido chama-lo pera o premio eterno da gloria que lhe elle tãobem mereçia, assi pelloos ditos respeitos do que ajudara a repubrica, como mais particularmente por outras virtuosas obras per que se sempre na vida mostrou mui temente a Deos e virtuoso. Do dia e hora de seu faleçimento não pude ter çerteza, mas convence-se que faleço no anno de 1527 porque, sendo o testamento do dito conde feito e aprovado em Alcouchete a 26 de novembro, quasi fim do ano de 1526, e sendo a carta do emperador Carlos quinto que no capitulo passado fica treslladada escrita em março do ano de 27, acho que a catorze de novembro do mesmo ano de 27 se passou carta de camareiro moor d'el-rei dom João o terçeiro a dom Françisco, filho herdeiro do dito conde, e nella se faz menção de elle ser ja falecido, por onde se mostra que de março atee novembro do dito ano de 27 falleço. E sua morte se diz que foi na villa de Santarem, nas casas do arçebispo. Porem, seu corpo foi trasladado hà igreja de São Martinho desta çidade de Lixboa, onde está nella. E o conde se mandou ahi levar em seu testamento, declarando que se o non quizessem lançar no chão fosse na parede em parte onde se fizesse algum moimento, guoardando-se cortesia ao de seu pai e hà campã de sua sepultura, e que o dia de seu enterramento fosse segundo costume e como se fazia a tais pessoas, e sem outras vaidades, oulhando mais pello que conpria a sua alma que hàs serimonias do mundo, que são clausulas per que bem mostrou o conde que de todos os respeitos de bom filho e bom christão estava naquella hora mui lembrado, [fl. 182 v] e das vans pompas do mundo asaz esquecido. Estão oje seus ossos na capella moor da dita igreja de São Martinho (santo de seu nome e luguar a elle devido) juntamente com os de seu pai metidos na parede da parte do Evangelho cubertos com hũa pedra, e o letreiro nella com letras de ouro (segundo se ja disse atras fallando do



dito guovernador dom Guonçalo). E no que toca ao dito conde, depois de fallar nas cousas de seu pai diz o dito letreiro assi:

Letreiro:

¶ “Jazem com elle dona Britez Vallente sua molher e seu filho dom Martinho de Castelbranco Vallente, conde e senhor de Villa Nova, camareiro moor d’el-rei dom João o terceiro e de tres reis atras, veedor da fazenda d’el-rei dom Manoel e seu testamenteiro, o quoad de quinze anos se achou na de Touro, e de sesenta e dous levou a inffanta dona Britez a Saboia. Foi casado com a condessa dona Meçia de Noronha, que aqui tãobem jaz. Pai e filho forão guovernadores de Lixboa. Viveo o pai setenta anos, e o filho setenta e hum.”

Neste letreiro são algũas advertençias e emmendas neçessarias. E posto que ja de cada hũa em seu lugar tocamos, resumirei aqui todas. Ha-se de advertir e entender que o dito conde foi somente camareiro moor d’el-rei dom João o terceiro e não de outro algum rei, e foi veedor da fazenda de tres reis atras, foi testamenteiro d’el-rei dom Manoel e não acho que o fosse d’el-rei dom João o segundo. E d’el-rei dom Afonso o foi o guovernador dom Guonçalo seu pai, e por seu respeito parece que ficou correndo o dito conde na obrigação de acabar de cumprir o dito testamento, porque el-rei dom Manoel nas clausullas do seu en que faz ao conde testamenteiro assi o da a entender, e tãobem parece sinificar o mesmo no testamento d’el-rei dom João o segundo, mas neste se o conde entrou seria por lhe o mesmo rei dom Manoel encarregar e lhe cometer seu lugar, porque o dito rei dom João a sua alteza deixou por testamenteiro e pera conselho, e ainda lhe nomeou çertas pessoas en que não entra o dito conde. Quanto aos anos e computação delles que se faz no dito letreiro da idade do conde, siguo tãobem neste sumario mui diferente conta porque, sopondo que o dito conde viveo 71 anos como no mesmo letreiro se diz, e constando-nos per çerteza que faleçeo no ano de 527, [fl. 183] como ja neste capitulo provei, fica sendo impossivel achar-se de quinze anos na batalha de Touro, que foi no ano de 476, e ir a Saboia sendo de 62, pois consta que a dita jornada foi no ano de 1521, como atras temos contado. De maneira que por verdadeira conta acho que de dezanove anos era quando pelejou a batalha de Touro, e



de 65 quando foi a Saboia. E con esta conta quasi se conforma o camareiro moor dom Françisco de Castelbranco seu filho, em a carta de agravos que muitas vezes aleguamos pera el-rei dom João o terçeiro. E alguma discrepança que ha da sua conta e da do propio conde en seu testamento, que lo-guo abaixo se vera, a esta minha, na diferença de contar pellos anos uzuais ou emergentes pode ir o emleio, que he de dous anos, mais ou menos.

De quão virtuosamente o conde de Villa Nova faleço, bom sinal he quão bem viveo, que ordinaria determinação hee dos santos que comunmente hũa cousa responde à outra. E he bem de crer que quem na vida tão prudentemente se ouve en tudo no que mais importava se disporia milhor onde está o remate da prudência e do bem saber obrar. Boa mostra disto he tãobem o seu testamento, que sendo de pessoa de tanta calidade, he cheo de tão meudas contas e de outras tantas particulharidades tocantes ao descarguo d'alma (afora outros livros e papeis a que se o conde refere en que mais larguamente tinha cumprido o mesmo efeito) que, çerto, quem o ler e vir, alem disso, os santos conselhos e o prudente modo de proçeder que a sua molher e filhos encomenda, bem entenderá quão desejoso estava de sua salvação e quanto de sua parte punha por cumprir con todas suas obrigações, e deixar mui bem feitos todos os autos de bom christão. Nelle declarou que fora de contas das comendas e igrejas de seus filhos, e de criados, soo huma divida lhe lembrava, de sesenta mil reaes a hum mercador, e esta com duvida se a tinha paga. Porem, nós, como mais tratamos neste livro do que ao mundo e pretensões delle pertence, poremos somente aqui do dito testamento o tresllado daquela parte em que o conde de Villa Nova, com [fl. 183 v] tão justas rezões e honrrosas lembranças de seus serviços, pede e encarregua a el-rei dom João o terçeiro que faça merçer e honrras a sua molher e filhos. O que a isto toca diz assi:

¶ Tresllado de algũas verbas do testamento de conde

“A el-rei nosso senhor peço muito por merçe que avendo sua alteza respeito aos serviços que tenho feitos aos reis passados, começando em el-rei dom Afonso, que foi serviço de guerras e batalha e trabalhos em Castella e em França onde com elle fui com muitos escudeiros e servindo ja como homem de dezasete anos, e depois a el-rei dom João e a el-rei seu



pai em muitos serviços com muito gasto e despesas da minha fazenda e muita verdade e lealdade em seus offícios e carreguos que sempre tive e a confiança que de mim sempre tiverão en que se daa verdadeiro testemunho de minhas obras e serviços sem nũa neste tempo, prinçipalmente d’el-rei seu pai, sendo a elle tão açoitado, lhe querer pedir merçes e juros que a outros de minha calidade e de meus serviços sempre fez, que ficassem por minha morte a meus filhos, especialmente nesta ida de Saboia, onde he tão costumado de se fazer sempre merçe ou quando vão servir ou acabão de fazer semelhantes serviços quãoto mais a quem era de idade que passava de sesenta anos e quis nisso mais oulhar ao primor e bom exemplo de en tempo que me mandavão servir trabalhar pello servir con todas minhas forças e fazenda como fiz, que fazer outros requerimentos de merçes que esta foi sempre minha condição e meu geito, assi a el-rei seu pai como aos passados, assi nisto como em outras cousas, e que sua alteza não achará que tenha mais villas nen rendas que conservar as que meu pai ganhou e me leixou. E se algũas outras tenho e que ellas creçessem, o tempo o fez e el-rei seu pai mas fez tomar por lhe leixar outras que forão de meu pai pera as dar ao almirante e a Rui de Mello que lhas pedirão por lhe serem mais conformes nas merçes que lhes fazia e por fazer a elles nisso mais merçe que a mim. Peço-lhe muito a sua alteza que avendo respeito a estas cousas e outras muitas que deixo de dizer de meus mereçimentos, faça sempre merçe e honrra à condessa minha molher que, afora seus serviços e meus, por suas virtudes o mereçe, e assi a meus filhos. E elles são tais que o saberão [fl. 184] servir e mereçer, e o tem ja começado a fazer e dado sinal disso a que o tempo e suas idades e fazenda abrango. E assi peço a sua alteza que a honrra e merçe que me seu pai quis dar e fazer em meu titulo a outorgue a meu filho dom Françisco, por honrra e memoria de minha Casa e exemplo dos que bem servem, pois tem pessoa e serviços feitos e calidade per onde o ajuda a mereçer. E não queira sua alteza que valhão mais ante elle as importunações e modos e meios que tem algũas pessoas que se provem d’antemão com este requerimentos que a muita confiança que eu sempre tive de meus mereçimentos e serviços que, segundo os muitos dias que me Nosso Senhor leixou viver, em que o menos sempre servi que a elle e aos reis seus antecessores e continuação do meu muito serviço en tudo e nos carguos e offícios de sua corte e tão açoitado a el-rei seu padre, algum tempo achará pera isto requerer e leixar minha molher e filhos fora deste cuidado.



E que não quebre em mim, nem em meu filho, este tão virtuoso costume dos reis seus antecessores de se darem aos filhos as honrras e merçes de seus pais, como vera por exemplos passados”.

Quis aqui ajuntar o tresllado desta verba pera por ella constar quão anti-gua e bem merecida e quão injustamente dilatada he nesta casa de Villa Nova a pretensão do titulo que o conde teve, porque ainda que não ouvera mais obrigações que as en que este reino e os reis delle ficarão, a tão no-taveis serviços como os seus forão era muito justo satisfazer a sua ultima petição e derradeira satisfação, quanto mais que depois de sua morte em seu filho e netos herdeiros de sua casa concorrerão tão grandes serviços atee nelles perderam as vidas que parece que a todos e a cada hum em vida e a seus ossos e memoria depois da morte se fez agravo no que se lhe de-negou e se faz oje no que se dilata a seu soçessor.

Tornando ao conde de Villa Nova, elle e seu pai acreçentarão muito no ornato da dita igreja de São Martinho onde jazen. Ambos lhe derão alguns ornamentos e outros mais de brocados, velludos, damascos, setins e outras sedas applicarão a sua capella que nella tem, como me constou per hum estromento feito no ano de mil quatroçentos noventa e tres. O mais que na dita igreja depois fizerão seus herdeiros tocaremos adiante em seus lugares.

[fl. 184 v]

Capitulo Lxxxbi.

Da molher, filhos e filhas do conde de Villa Nova.

A rezão por que conforme ao estilo que levo me he necessário tratar primeiro da morte que do casamento, ja neste sumario n’outro lugar a dei, pello que não sera necessário aqui repeti-lla. Assi que continuando a mesma ordem neste capitulo, trataremos da pessoa com que o conde de Villa Nova casou, e consequentemente (como o desejo pede sabe-llo) faremos aqui menção en soma de quantos filhos e filhas teve, dos quais adiante per seus capitulos mais larguamente falaremos, segundo as cousas de cada hum o requererem. Foi pois casado o conde de Villa Nova dom Martinho



de Castelbranco com dona Meçia de Noronha, filha do capitão da ilha João Gonçalves da Camara, o qual casamento se fez a troco, casando Simão Gonçalves da Camara, filho herdeiro do dito capitão, com dona Joana Pereira, irmã do dito conde, como neste sumario ja noutra parte se disse e se escreve nos livros de linhagens e he cousa sen duvida. As escrituras de dote e arras deste seu casamento, diz o conde en seu testamento que se lhe avião perdido e por isso não poderemos fazer da sustança dellas menção. Foi a condessa dona Meçia senhora de mui eccellentes virtudes, altivos e grandes espiritus, dinos de sua calidade e estado como se colige de algũas cousas e ditos seus que ficarão em memoria.

Diz-se que vinha el-rei dom Manoel muitas vezes merendar a sua casa e lhe tinha o respeito que ella por sua muita virtude mereçia. A ella deixou o conde a terça en vida com poder pera dotar della çerta parte en casamento a dona Maria de Noronha sua filha e o mais ficar por sua morte aos tres filhos machos que tinha, afora o filho moorguado. A ella tãobem deixou por sua testamenteira e por ajudadores os declarados na verba de seu testamento que disse trata, que por bem sinificarem nella as muitas virtudes da condessa me pareço de ver aqui treslladar. E diz assi:

[fl. 185]

“Deixo que a condessa minha molher seja minha testamenteira e lhe peço por merçe que pois ella tantas obras de charidade con tanto cuidado sempre fez com tão pouca ajuda minha e he tão virtuosa pessoa, faça por minha alma tudo isto que diguo, e todas outras obras virtuosas que ella sempre fez a pessoas a que tanto não deve faça por mim, pois sabe parte das minhas de quão pouco mereçimento são ante Nosso Senhor e quão pecador são e sempre fui, e me perdoe se de mim as não reço como ella mereçia, mas Deos sabe o amor que lhe sempre tive. E se algũas palavras e modos reço que não erão de seu prazer, era por eu ser de minha condição pouco lisongeiro e a sua pouco menos, e sabe quão bem casada sempre foi e se a Deos chegar a este tempo me achará menos. E posto que sua vontade sei que he tal que tudo isto e mais faria por amor de mim, por serem cousas en que ha mister ajuda lhe peço por merçe que queira tomar meu sobrinho e seu, João Gonçalves, por ajudador a quem leixo tãobem



por meu testamenteiro, e lhe peço por merçe que queira por mim tomar este trabalho por amor de Deos e de mim que não he tanta fadiga que elle com a fazenda que fica o não possa bem fazer, porque mais prinçipalmente o estimo e escolho sua pessoa por conhecer sua bondade e virtude, e assi a dom Françisco meu filho, que pello que me deve e assi he tão obrigado a me ajudar a salvar a alma e que nisso não ha de pôr mais de sua casa que hum pequeno de cuidado”.

Ja no letreiro treslladado no capitulo preçedente se veria como esta condesa jaz em São Martinho desta çidade de Lixboa com o conde seu marido. Desta senhora, dotada de tais calidades e zelosa de tais obras e chea de tantas perfeiçõs como temos dito e na dita verba se relatão, teve o conde dom Martinho os filhos seguintes: dom Guonçalo de Castelbranco, filho primogenito; dom Françisco de Castelbranco; dom João de Castelbranco; dom Antonio de Castelbranco; dom Afonsso de Castelbranco, que todos se preçederão na idade pella ordem que aqui vão nomeados. Alem destes çinco filhos e d’outros que se diz que morrerão mininos tiverão o conde e condessa de Villa Nova oito filhas femeas [fl. 185 v] – *scilicet*– dona Britez Vallente, primeira filha; dona Camilia de Noronha, segunda filha; dona Lianor de Noronha, terceira filha; dona Guimar de Noronha, filha quarta; dona Joana de Noronha, filha quinta; dona Françisca de Noronha, filha sexta; dona Ilena de Noronha, filha septima; dona Maria de Noronha, filha oitava. E todas estas senhoras per esta orden estão postas na arvore que tem dom Manoel de Castelbranco outras vezes ja aleguada neste livro, posto que nos livros de linhagens, assi no novo da Torre do Tombo como no de dom Antonio de Lima, se preverte a ordem em as nomear conforme a suas idades e se não faz menção de hũa ou duas das ditas senhoras de que não ficou geração – *scilicet*– dona Joana de Noronha, que foi freira da observança no moesteiro da ilha da Madeira, e dona Ilena de Noronha que falleçeo solteira, pera quem o conde seu pai tinha avido d’el-rei a metade dos rendimentos das rendas de Villa Nova por sua morte pera ajuda de seu casamento atee dom Françisco, seu filho herdeiro de sua casa e da dita villa e irmão da dita senhora, chegar a vinte e çinco anos como açima, capitulo 83, fica apontado. Das quais duas senhoras por não aver mais que dizer que o aqui dito não faremos adiante menção, e de cada hũa das outras que todas forão casadas, e dos desçendentes que dellas ficarão



trataremos em capitulos separados. He pratica ordinaria entre os netos do conde que teve nove filhas, mas porque não ha çerteza nisso, nem se afirma nenhum no nome da que falta, pus somente as oito que se achão nos livros de linhagens e arvore desta de que ha pouco fiz menção.

Aqui acabão as cousas do conde de Villa Nova dom Martinho de Castelbranco e de sua molher a condessa dona Meçia de Noronha, e começão as de seus filhos e filhas, netos e desçendentes.

Capitulo Lxxxvii.

De dona Britez Vallente, filha primeira do conde de Villa Nova, molher de Alonsso Peres Pantoja, e de seus descendentes.

Por alguns respeitos que seria larguo apontar conven mais [fl. 186] à clareza e ordem que siguo neste sumario e ao intento delle tratar primeiro das filhas do conde de Villa Nova que dos filhos, en cujas linhas pede a rezão que se acabe a relação deste livro como de pessoas proprias e principaes desta linhagem e não nos desçendentes per linha femenina, que mais diretamente são das familias de seus pais. Pello que começando pelas mais velhas e deixando as que não casarão, de que se ja tratou, he de saber que no tempo das guerras de Castella entre el-rei dom Afonso o quinto de Portugal e el-rei dom Fernando “o Catolico” se passou à parte portuguesa (por lhe parecer por ventura mais justa) hum fidalguo mui principal castelhano per nome Pedro Pantoja, pondo na obediência do príncipe dom João as fortalezas de Zagala, Pedra Boa e Ferreira, que são na raia de Castella nos termos de Albuquerque e Valença. E en satisfação de seus serviços deu o dito príncipe em Portugal a villa de Santiago de Caçem (que he a melhor e mais fresca e de bons ares de toda aquela parte do Campo d’Ourique) ao dito Pedro Pantoja, como escreve Damião de Goes na *Chronica do príncipe dom João*, capitulo 90.

Este fidalguo era irmão de Françisco de Soliz, que se fez eleger mestre de Alcantara e tomou aos portugueses a villa d’Ouguella. E querendo-a os



nossos cobrar pondo cerco a hum capitão que elle nella deixara veio socorrer os seus e foi desbaratado dos nossos e morto por hum dos seus na batalha. Erão ambos sobrinhos de dom Guomez de Caçeres Solis, mestre que foi da dita ordem de Alcantara, e devião ser descendentes dos Pantojas de Toledo que se diz que forão a Castella de Portugal, de cuja familia ouve outro mestre de Alcantara chamado dom Pedro Alonso Pantoja, como tudo consta da chronica desta ordem de Alcantara que compos Françisco de Rhades, capellão d’el-rei nosso senhor, capitulo 35 e 36.

O dito Pedro Pantoja teve hum filho chamado Alonso Peres Pantoja que por sua morte foi senhor da dita villa e teve a comenda dela que he hũa das boas do reino.

Com este fidalguo casou o conde de Villa Nova sua filha mais velha porque o outro primeiro casamento que conçertou a troco com os filhos de conde de Penella não ouve efeito, como se dira no [fl. 186 v] capitulo que tratar de dom Guonçalo, filho primogenito do dito conde de Villa Nova. Teve a dita dona Britez Valente de Alonsso Peres Pantoja seu marido tres filhos e tres filhas, por esta ordem: Pedro Pantoja, Martim Vaz Pantoja, Manoel de Noronha, dona Marguaida, dona Antonia, dona Caterina. Estas duas senhoras derradeiras forão freiras, a primeira dellas em o moesteiro de Odivelas e a outra en Chelas. Dos filhos, Manoel de Noronha, o mais moço, faleço solteiro sen geração e Martim Vaz Pantoja, irmão do meio, foi clérigo e daião da see desta çidade de Lixboa. Os outros dous irmãos, Pedro Pantoja e dona Marguaida, casarão a troco com Antonio Furtado, “o Mouco”, e hũa sua irmã tãobem chamada dona Marguaida, dos quais ouve e ha descendentes que são os seguintes.

De Pedro Pantoja, que foi alcaide moor de Santiago de Caçem e comendador de Tavira, e de dona Marguaida sua molher naço Alonsso Peres Pantoja que foi hum fidalguo de muitas partes e gentil disposição. Foi casado com dona Maria de Castro¹⁸⁰, filha de Fernão Telez de Santarem. E estando desposado com ella de pouco tempo foi na jornada de Africa d’el-rei don Sebastião onde com elle morreo na batalha de Alcaçere sem deixar filhos, mas com as cousas da alma tãobem ordenadas que o testamento

180 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Telles Castros”.



deste fidalguo foi hum dos mais avizados e cristãos que vi de semelhantes pessoas. Tinha seu pai Pero Pantoja en sua vida, com consentimento do dito Alonso Perez e con licença que d’el-rei ouve, vinculada sua fazenda de raiz toda em morguado pera ficar na familia e apelido dos Pantojas, entrando nelle as legitimas das filhas a que per conçertos e por a dita provisão e licença per outro modo satisfez. Mas, fallecendo Alonsso Perez primeiro que o dito Pero Pantoja seu pai, tocou a soçessão deste morguado a dom Pedro Pantoja de Abranches e a dom Jorge seus netos, filhos de sua filha dona Britez de que loguo faremos¹⁸¹ menção. Alem de dom Alonsso Perez tiverão seu pai e mai çinco ou seis filhas e quasi todas forão freiras: no moesterio de Odivellas duas, e no de Chagas de Villa Viçosa outras duas, das quais hũa per nome dona Guiomar se passou ao insigne moesteiro da Conceição de Beja donde se tornou ao de Chagas de Villa Viçosa. Soo dona [fl. 187] Britez Pantoja foi casada com dom Pedro de Abranches que faleço en Castella, onde por mandado da rainha dona Caterina foi visitar el-rei dom Fellipe nosso senhor e ao príncipe Carlos quando elle cahio pella escada em Alcala de Henares. De dom Pero Pantoja e de dom Jorge seu irmão, filhos do dito dom Pero, e da dita dona Britez, que hũ apos outro soçederão no morguado de seu avo, e dos mais filhos e filhas e desçendentes seus se tratou ja no capitulo 57, onde se poderão ver, e por iso se escusa repiti-los neste lugar. E aqui se acaba de relatar a desçendência do dito Pedro Pantoja, filho da dita dona Britiz Vallente.

A outra filha, dona Marguaida, irmã do dito Pedro Pantoja, ouve de seu marido Antonio Furtado¹⁸² dous filhos: o mais moço he Afonsso Furtado, daião ao presente nesta see de Lixboa; o mais velho foi Jorge Furtado, ja falleçido, casou com dona Meçia filha de dom Pedro de Sousa¹⁸³, alcaide moor de Beja e senhor de Bringel, neto do conde do Prado e avo de dom Pedro de Sousa o moço, que oje tem a dita alcaidaria e villa.

Desta senhora dona Meçia ouve Jorge Furtado tres filhos e quatro filhas – *scilicet*– Antonio Furtado, que he solteiro, e Afonso Furtado, que serve de daião como coadjutor e futuro soçessor do dito seu tio. O terceiro filho,

181 O copista escreveu inicialmente a palavra falaremos, posteriormente riscada e substituida por “faremos”.

182 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Furtados”.

183 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Sousas”.



Pedro de Sousa, estaa em Malta cavalleiro daquela religião de São João. Das quatro filhas de Jorge Furtado he hũa dellas freira na Conceição de Beja, per nome¹⁸⁴, e outra minina, dona Ana, estaa con sua mai. As outras duas são casadas: dona Marguaida casou com Martim de Crasto¹⁸⁵, herdeiro dos morguados e casa de seu pai, Dioguo de Crasto do Rio, tão famoso por suas riquezas que se afirma passarem de hum conto d'ouro. Do dito Martim de Crasto tem a dita dona Marguaida çinco filhos mininos: Luis, Jorge e Andre, dona Meçia e dona Mariana.

A outra filha casada de Jorge Furtado he molher de dom Françisco de Sousa¹⁸⁶ seu tio, irmão de sua mai que servio de alcaide moor e capitão de Beja no tempo das alterações deste reino por seu sobrinho dom Pedro de Sousa. E tem a dita dona Villante [fl. 187 v] sua molher e sobrinha duas filhas, dona Meçia e dona Ilena.

Capitulo Lxxxiii.

De dona Camillia de Noronha, filha segunda do conde de Villa Nova, molher de João Rodriguez de Sa de Meneses, alcaide mor do Porto, senhor da terra de Sever, e de seus descendentes.

Hum dos fidalguos de muitas partes e aviso, muito lido, guallante e bom cortesão que ouve en seu tempo foi João Rodriguez de Sa de Meneses, que alem da illustre e antigua nobreza dos Saas de que era o chefe era tãobem filho de dona¹⁸⁷, filha do conde de Cantanhede dom¹⁸⁸. Foi alcaide moor do Porto, senhor da terra de Sever, cousas que de tempo mui antigo andarão en seus avoos e familia e apellido dos Saas, entre os quais he mui çelebrado nas chronicas por seu sinalado esforço e fidalguia outro João Rodriguez de Saa, avo deste, que en tempo d'el-rei dom João o primeiro de gloriosa memoria fez serviços e proezas notaveis na guerra e na paz,

184 Segue-se espaço em branco.

185 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Crastos”.

186 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Sousas”.

187 Segue-se espaço em branco.

188 Segue-se espaço em branco.



das quais foi bom imitador este seu neto em todas as ocasiões que em hum tempo e outro em seus dias soçederão. Quando el-rei de Fez çercou Arzilla no ano de 1508, como ja fizemos menção no capitulo 72, foi socorrida a dita villa por dom João de Meneses, hum dos milhores capitães que entre portugueses ouve que antão andava de armada no escrito, e naquelle mar de Berberia e en sua companhia trazia a João Rodriguez de Saa, seu sobrinho, filho de sua irmã, que era a pessoa de que sobre todos tanto confiava que, sendo-lhe neçessario vir a Tanger, o deixou em Alcaçer Seguer por capitão da moor parte da armada que ali deixou, e tendo en Tanger novas do dito çerco o chamou a ssi. E na entrada do arreçife de Arzila, que foi a mais perigosa cousa que ouve no dito socorro, o primeiro batel que chegou a terra foi o do dito João [fl. 188] Rodriguez, e elle dos primeiros que nella sairão, como tudo isto mais larguamente escreve Damião de Goes na segunda parte da *Chronica d'el-rei dom Manoel*, capitulo 28 e 29, e em outras partes della faz muita menção do dito João Rodriguez de Saa. E particullarmente na quarta parte, capitulo 38, diz que ouve nelle muita e varia lição e doutrina nas artes liberaes e filosofia e muita experiencia das cousas de seu tempo que acontecerão neste reino e outros. E no mesmo capitulo se refere o teor de hũa carta sua pera o dito Damião de Goes de que se entende quão bem sabia julgar, notar e guoardar as leis do bom estilo e avizada nota, de que sempre foi louvado, como ja atras apontamos neste sumario, capitulo 77, onde e no capitulo 76 tratamos das cousas que lhe el-rei dom Manoel encarregou na jornada de Saboia en que foi com a inffante dona Britez em companhia do conde de Vila Nova seu sogro. São mui sabidas e lidas as suas trovas das linhagens, de que as que nos pertenção referimos neste livro, e por ellas e por muitas outras que ha suas no *Cançioneiro Geral* portugues impressas se conhece façilmente que dos cortesãos servidores de damas e poetas daquela rude idade a elle se deve hũ dos primeiros e milhores luguares. Por todas estas partes e callidades de João Rodriguez de Saa de Meneses¹⁸⁹ o casou o conde de Villa Nova don Martinho de Castelbranco com sua filha segunda dona Camilia de Noronha, dos quais neçerão quatro filhos e tres filhas – *scilicet*– Antonio de Saa, Francisco de Saa, Sebastião de Saa, Pantalhão de Saa; dona Angela ou Arcangela, primeira filha; dona Eugenia, segunda; dona Maria de Meneses, terceira. De todos estes sete filhos e filhas soo dona Eugenia filha

189 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Sás”.



segunda foi freira em Santa Clara de Coimbra, todos os demais casarão. E a relação de suas cousas e descendências he a que se segue.

Antonio de Saa, filho primeiro foi casado com¹⁹⁰, filha de¹⁹¹, visconde de Villa Nova de Serqueira¹⁹², bisavo deste fidalgo moço que oje vive que abaixo se nomea, a quem compete a pretensão do dito titulo e casa. Da dita senhora ouve Antonio de Saa hũa filha per nome dona Camilia que casou com João Rodriguez de Saa, o moço, e delles nascerão a condessa de Matosinhos dona Caterina e dona Maria sua irmã, que são [fl. 188 v] ambas freiras no moesteiro de Sacavem de descalsas da primeira ordem.

Françisco de Saa de Meneses, segundo filho, foi camareiro do príncipe dom João, pai d'el-rei don Sebastião e capitão da guoarda do dito senhor rei, camareiro moor d'el-rei dom Henrique e d'el-rei dom Fellipe nosso senhor e dos seus conselhos do estado e hum dos çinco guovernadores deste reino que pera o guovernarem depois de sua morte el-rei dom Henrique escolheo dos onze que lhe os estados nomearão em cortes. Por morte de seu pai foi alcaide moor do Porto e primeiro conde de Matosinhos, comendador de Sãotiago de Caçem e doutras comendas. Foi tido por de muita prudência, aviso e autoridade, e ainda na cortesania e poezia avançado a seu pai. Casou duas vezes, a primeira com dona Ana de Mendoça filha de Aires de Sousa de Santarem¹⁹³, e a segunda com a dita condessa dona Caterina filha de João Rodriguez de Saa, o moço, e dona Camilia sua sobrinha, a quoa senhora depois de sua morte emtrou em estreita religião segundo se ia acima disse. De nenhuma destas mulheres ouve o dito Françisco de Saa filhos. Mas seu sobrinho João Rodriguez de Saa herdou sua casa e titulo, como loguo se dira.

Sebastião de Saa, filho terceiro, foi muito esforçado posto que muito pequeno de corpo. Pelejou na India valerosamente no segundo cerco de Dio e em outras partes. Foi por capitão moor contra os françeses que saquerão a ilha da Madeira o ano de 566, mas não os encontrou por serem ja idos.

190 Segue-se espaço em branco.

191 Segue-se espaço em branco.

192 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Limas”.

193 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Sousas Mendoças”.



Morreo na batalha d’Alcaçere con el-rei don Sebastião metendo-se entre os mouros com denodado vallor, donde dizem que avisado de alguns que fizese volta respondeo que o seu cavallo não sabia voltar. Foi casado com dona Luisa Henriques, filha de dom Francisco Pereira¹⁹⁴, embaixador que foi por duas vezes muitos anos en Castella con grande nome e satisfação dos reis. Da qual senhora Sebastião de Saa ouve dous filhos e tres filhas – *scilicet*– o conde de Penagaião João Roiz de Saa, camareiro moor d’el-rei nosso senhor neste reino, herdeiro das casas de seu avo, tio e pai; e Francisco de Saa, segundo filho. Das filhas, a mais velha, que se chama dona Joana, e a mais moça, que estaa pera freira, por nome dona Camilia, ambas solteiras, estão con sua mai. E a do meio, per nome dona Camilia, he molher de Gonçalo Pirez¹⁹⁵ Carvalho¹⁹⁶, filho primogenito [fl. 189] de João Carvalho Patalim que morreo em Africa e de dona Maria de Castro irmã de dom Antonio de Castro¹⁹⁷, conde de Monsanto que oje vive, molher que foi do dito João Carvalho e ora he casada com dom Antonio Pereira, irmão da dita dona Luisa Anriques sogra do dito Gonçalo Pirez¹⁹⁸ Carvalho.

Pantalião de Saa, filho quarto, servio com esforço na India muitos anos. He mui çelebrado hum desafio seu com o mui valeroso don Manoel de Lima, que sendo aprazado na India e cometido pelo dito Pantalião de Saa se efetuou muito depois neste reino a requerimento do dito dom Manoel que por rezão dos carguos que servia o tivera suspenso. Sahio delle ferido o dito Pantalião de Saa, porem, trouxe a espada de seu contraíro, e posto que dom Manoel mostrou sempre enquanto viveo sentimento deste sucesso comtudo elle foi de maneira que pouca ou nenhuma honrra se entende que se perdeo nem ganhou de parte a parte. Achou-se Pantalião de Saa tãobem naquele memoravel naufragio pelos poetas de nossos tempos tão chorado en que se perdeo Manoel de Sousa de Sepulveda com a mui fermosa e virtuosa senhora dona Lianor sua molher, prima comirmã do dito Pantalião de Saa. Graves e espantosos trabalhos e desaventuras são as que na istoria do dito naufragio se conta que aquella gente padeço por mar e terra em que os de moor lastima e dinos de piedosas lagrimas são

194 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Pereiras Henriques”.

195 Segue-se palavra riscada: “de”.

196 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Carvalhos Patalins”.

197 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Castros”.

198 Segue-se palavra riscada: “de”.



os que couberão em parte à dita dona Lianor que ella con tanta grandeza de animo varonil e perpetuo cuidado de sua honrra sempre nos moores periguos mais conservada, constantissimamente soffreo atee sua miseravel morte mereçedora de eterna fama e louvor e bem capaz de todos os benefiços da poezia. Porem, o sucesso daquelle naufragio podera, çerto, ser avido por incomparavel, se tão depressa nossos pecados nos não mostrarão tantos e tão frescos exemplos de outros tais, espeçialmente o da nao Santiago, capitão Fernão de Mendoça, que no ano de oitenta e çinco se perdeo, cuja lamentavel historia, copiosamente escrita por frei Tomas Pinto da ordem de São Dominguos, inquisidor geral que ora he na India e que della foi testemunha de vista, quem quer que a ler tenho por sen duvida que a julguará em multidão de grandes trabalhos, fomes, periguos e tormentos e desaventuras, e insignes e notaveis casos de miseria por iguual ou avantejada da de Manoel de Sousa. Pantalião de Saa nella como pessoa tão prinçipal e tão liado con rezão [fl. 189 v] de parentesco com o dito Manoel de Sousa o seguiu sempre em muita parte de descurso dos malles e desaventuras que lhe soçederão, que sendo tantos e tais que alhearão de seu juizo ao dito Manoel de Sousa, fidalguo honrrado e esforçado e sezudo, o dito Pantalião de Saa os passou con singullar firmeza de animo e tolerança de corpo incansavel, de maneira que entre mui poucos foi hum dos que escaparão delle. Por outras vezes se achou en grandes tormentos e imfortunios do mar, pellas quais não era tido por bem escançado nelle, senão de si mesmo que costumava dizer que, pois o Deos sempre livrara donde todos pereçião, elle devia soo ser avido por ditozo no mar e os outros por mal afortunados nelle. E não foi este soo hum dito seu bom, mas teve muitos por hũa natureza dicaz que en grandes homens se muitas vezes vio, e de que elle espeçialmente usava, no jogo a que em extremo foi dado. Foi Pantalião de Saa duas vezes casado, a primeira na India con dona Lianor que primeiro fora molher de João de Sepulveda, e dela ouve hũa soo filha que se chama dona Barbora, casada com Lourenço de Mello, filho de Fransisco¹⁹⁹ de Mello²⁰⁰ que vive junto a Obidos, aos quais tocou a erãoça do dito Pantalião de Saa seu pai e sogro. Segunda vez foi casado con dona Maria de Meneses filha de dom Fernão d'Almada²⁰¹,

199 Escrito inicialmente "Cristovão", posteriormente riscado e substituido pelo mesmo copista por "Frਾਂçisco".

200 Na margem esquerda, em letra do século XVI: "¶ Mellos".

201 Na margem esquerda, em letra do século XVI: "¶ Almadás Meneses".



capitão desta cidade de Lixboa de que lhe não ficou geração. Das tres filhas do dito João Rodriguez de Sa e da dita dona Camilia sua molher, a mais velha, dona Angela, teve do visconde seu marido hum filho que foi dom Francisco de Lima, ultimo visconde de Villa Nova de Çerveira, casado com dona Britiz d'Alcaçova²⁰², filha de Pedro d'Alcaçova conde de Idanha, dos quais naçerão muitas filhas e nenhum filho macho. São duas dellas freiras no moesterio de Çellas de Coimbra, chamadas dona Ilena e dona Maria; outra por nome dona Ines casou com Luis de Brito Nogueira²⁰³, filho de Lourenço de Brito Nogueira, herdeiro dos seus morguados de Santo Estevão de Beja e de São Lourenço desta cidade de Lixboa. O quoad Luis de Brito depois de ser veuvo tendo herdado poucos anos antes ao dito seu pai faleceo nesta cidade, deixando a dita sua molher hũ filho moço de muitas esperanças que se chama dom Lourenço de Brito de Lima Nogueira, herdeiro de sua casa e a quem toca a pretensão e soçessão da do visconde seu avo, e juntas nelle ficará a sua sendo hũa das mores do reino. He seu tutor seu tio Fernão da Silva, coneguo e arçediago [fl. 190] da see de Lixboa, neto do regedor velho João da Silva, primo comirmão do dito Luis de Brito, filho de outra filha do dito regedor.

Dona Eugenia, segunda filha de João Rodriguez de Sa, ja dissemos onde fora freira.

A terceira, dona Maria de Meneses, molher do conde de Sortelha dom Dioguo da Silveira²⁰⁴, teve delle quatro filhos e tres filhas – *scilicet*– dom Luis da Silveira, filho primeiro; e dom João, segundo; dom Martinho, terceiro; dom Alvaro, quarto. As filhas são dona Fellipa, dona Britez, dona Meçia. Dos filhos, dom Luis e dom Martinho falleçerão solteiros sen geração. Das filhas, dona Britez he freira no moesteiro da Esperança desta cidade de Lixboa, e dona Meçia foi freira no moesteiro de Lorvão e he falecida ha pouco tempo. Os outros dous filhos e hũa filha casarão e tem os filhos seguintes. Dom João da Silveira, que morreo na batalha de Alcaçere en vida do conde seu pai, foi casado con dona Madanella, filha de dom Luis d'Alencastro²⁰⁵, filho do mestre de Santiago e neto d'el-rei

202 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Limas Alcaçovas”.

203 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Britos Nogueiras”.

204 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Silveiras”.

205 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Alencastros”.



dom João o segundo. E delle dom João da Silveira, filho primeiro que por sentença alcançou a soçessão da casa de seu avo, asi no da Coroa como no do patrimonial, contra seu tio dom Alvaro, filho quarto do dito seu avo, por seu pai morrer na batalha dos mouros com el-rei e ser visto viver per gloria,²⁰⁶ e dom Luis da Silveira, filho mais moço do dito dom João, e dona Maria e dona Ilena²⁰⁷. Dom Alvaro, filho 4^o do conde dom Dioguo, he casado com dona Brites, filha de Afonso Mexia²⁰⁸ de Campo Maior, de que tem seis filhas e hum filho macho. Os nomes delles são:²⁰⁹

Dona Fellipa, filha do dito conde velho dom Dioguo da Silveira, he casada com dom Luis d'Alencastro, o moço, filho do outro dom Luis d'Alencastro e neto do mestre de Santiago, e delle tem hum filho, o que se chama dom Francisco, e hũa filha, dona Madanella, afora outros tres ou quatro filhos que lhe falleçerão mininos.

Capitulo Lxxxix.

De dona Lianor de [fl. 190 v] Noronha, filha terceira do conde de Villa Nova, molher que foi de Rui de Sousa, e de seus descendentes.

Rui de Sousa foi hum fidalguo mui honrrado neste reino, posto que não legitimo. Sua mai era dona Isabel de²¹⁰. Do pai do dito Rui de Sousa não ha certeza, foi sempre fama que era filho d'el-rei dom João o segundo, posto que se elle nunca quis nomear nem tratar por esse, o que nos consta he que era elle de tal callidade e Casa que o conde de Villa Nova tão grande pessoa e senhor tão principal no reino de tanta vallia e ser como elle foi lhe deu por molher sua filha terceira dona Lianor de Noronha, dos quais naçerão hum filho e hũa filha, Lourenço de Sousa e dona Camilia, cujos casamentos e desçendenças são as que se seguem.

206 Possivelmente seguir-se-ia a indicação de que teve descendência, começando pelo filho primogénito, de seu nome Diogo, morto sem filhos.

207 Foi inicialmente escrito "madanela", o qual foi riscado pelo mesmo copista.

208 Na margem direita, em letra do século XVI: "¶ Mexias".

209 Segue-se um longo espaço em branco, que ocupa duas linhas e talvez se destinasse a inserir os nomes dos filhos de D. Álvaro e D. Brites.

210 Segue-se palavra riscada.



Lourenço de Sousa, que foi apousentador moor, casou com dona Isabel d'Eça, filha de dom Jorge d'Eça²¹¹ e de dona Maria Tibao. Tiverão quatro filhos e duas filhas – *scilicet* – Rui de Sousa, Jeronimo da Silva, Manoel de Sousa, Martim Vaz de Sousa, dona Lourença freira no mosteiro da Esperança desta cidade de Lixboa, e dona Maria. Das filhas não ha geração nem dos tres filhos que todos falleçerão solteiros, a saber, Rui de Sousa, Jeronimo da Silva e Martim Vaz, que morreo no cerco de Mazagão no ano de 562, com nome de fazer nelle como esforçado muito o que devia. Soo Manoel de Sousa, filho terceiro, foi casado tantas vezes que parece que casou por si e por seus irmãos. Tres molheres teve com fallecer não velho na batalha de Alcaçere, a primeira molher do dito Manoel de Sousa foi dona Françisca, filha de Jorge de Lima, capitão que foi desta cidade de Lixboa e que sempre nas materias de guerra que tratou teve muita reputação de valeroso, cujo filho tãobem he Françisco Barreto de Lima do conselho de sua magestade, comendador de Almada, veador que foi da casa d'el-rei dom Sebastião e ora o he neste reino d'el-rei dom Felipe, nosso senhor, em cujo nome serve no dito cargo ao cardeal Alberto, archiduque de Austria, seu sobrinho que estes reinos por sua magestade guoverna. Da dita dona Françisca, irmam do dito Françisco Barreto, ouve o dito Manoel de Sousa hũa soo filha per nome dona Maria Manoel, que he casada de poucos anos a esta parte com Manoel de Mello²¹² de quem tem ja filhas. A segunda [fl. 191] molher do dito Manoel de Sousa foi dona Maria Manoel, filha de dom Fernão de Lima²¹³ de que ouve hũa filha que está freira en Villa de Conde. Terceira vez casou o dito Manoel de Sousa com dona Ana, filha de Luis Alvarez de Tavora, senhor do Moguadouro e mais villas daquella casa, da qual senhora ouve Manoel de Sousa hũ filho per nome Lourenço de Sousa e tres filhas: dona Filipa, que ora está conçertada pera casar com Matias d'Albuquerque seu tio; e dona Lourença que he freira no dito mosteiro da Esperãoça; e dona Maria que com a dita dona Fellipa estão en casa de sua mai, que segunda vez casou com don Graviel Ninho, nobre e esforçado fidalguo castelhano capitão por sua magestade do castello desta cidade.

211 Na margem esquerda: “¶ D'Eças Tibaos”.

212 Na margem esquerda: “¶ Mellos”.

213 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Limas”.



Dona Camilia, filha do dito Rui de Sousa e da dita dona Lianor de Noronha, foi casada com Manoel d'Albuquerque²¹⁴, filho de Lopo d'Albuquerque e de dona Joana de Mello sua molher. Ouve a dita dona Camilia de seu marido Manoel d'Albuquerque tres filhos e hũa filha – *scilicet*– Andre d'Albuquerque, Matias d'Albuquerque, Lopo d'Albuquerque, dona Maria da Silva, que faleceo moça solteira. E assi morreo tãobem o dito Lopo d'Albuquerque filho terceiro depois de ter estudado muitos anos de theologia na universidade de Coimbra em que teve muito bom nome de sezudo, grave e verdadeiro. Andre de Albuquerque, filho primeiro, morreo com el-rei don Sebastião na miseravel batalha de Alcaçer; foi duas vezes casado posto que de nenhuma teve filhos. A primeira vez casou com dona Caterina, filha de dom Pedro de Meneses irmão de dom Françisco de Noronha²¹⁵, conde de Linhares e tio do conde dom Fernando de Noronha veador da fazenda e do conselho do estado de sua magestade que oje he neste reino.

A segunda vez casou o dito Andre d'Albuquerque com dona Isabel de Lima, filha de dom Antonio de Lima²¹⁶, a qual he oje segunda vez casada com Françisco Barreto de Lima, veador da casa d'el-rei de quem acima se fez menção. Matias d'Albuquerque, segundo filho do dito Manoel d'Albuquerque e da dita dona Camilia, servio el-rei don Sebastião primeiro no paço e depois a elle e aos reis seus suçessores muitos anos na India atee o ano passado de 87, que de la veio com hũa mão perdida e com [fl. 191 v] muitos sinais de grandes e honrrosas feridas na cabeça e corpo, verdadeiras mostras do preço de seus grandes e assinados serviços e do muito valor, esforço e prudência con que se ouve sempre na guerra continua daquellas partes, en que sendo soldado e capitão ganhou muita fama e com notaveis vitorias, cativando el-rei de Lingua e destroindo as armadas do Achem e d'outros reis por muitas vezes, acreçentou a gloria do nome e apellido Albuquerque, tão famoso naquela Asia, Arabia e Persia polas immortais façanhas do grande Afonso d'Albuquerque seu tio, que ganhou o reino e çidades de Ormuz, Guoa e Malaca, e doutras desta illustrissima familia que naquellas partes por seus feitos forão mui sinalados. Está o

214 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Albuquerque”.
215 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Meneses Noronhas”.
216 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Limas”.



dito Matias d’Albuquerque conçertado pera casar com a dita dona Felipa sua sobrinha, filha de Manoel de Sousa seu primo comirmão, como se ja açima tocou. Da qual senhora, efectuando–sse o matrimonio com a dispensação apostollica que se espera, lhe Nosso Senhor dara fruito de benção a quem tãobem passe a satisfação grande que lhe de sua magestade he devida e esperada por suas raras calidades e singullares mereçimentos, cujas auções em moor copia que dinheiro tirou dos carguos de capitão geral do mar do sul e de capitão moor do mar do Malabar e de guovernador e capitão de Ormuz que na India teve. He ja casado com a dita dona Fellipa, sua sobrinha.

Capitulo noventa.

De dona Guimar de Noronha, filha quarta do conde de Villa Nova, molher de dom Rodrigo d’Eça, alcaide mor de Moura, instituidora do morguado de Montalvo, e de seus filhos.

Notoria cousa he que das primeiras e principais fidalguias de Portugal, que procedem do real sangue dos reis delle, [fl. 192] he a dos d’Eça, que descendem do infante dom João filho d’el–rei dom Pedro e de dona Ines de Castro. Desta mui illustre familia forão pessoas mui prinçipaes, entre os della dom Pedro d’Eça, alcaide moor de Moura, e dom Rodrigo d’Eça seu filho e soçessor na dita alcaidaria, com o quoad dom Rodrigo o conde de Villa Nova dom Martinho de Castelbranco casou sua quarta filha dona Guimar de Noronha. E por este casamento, se Deos ordenara ficarem delle filhos, se tornavão os descendentes desta linhagem e apelido de Castelbranco a investir na dita alcaidaria moor de Moura que pello feito de Lopo Vaz de Castelbranco “o Torrão”, de que se larguamente tratou atras nos capitulos 19 e 20 se tirara aos desta geração por morte do almirante Nuno Vaz de Castelbranco, pai do dito Lopo Vaz, segundo tãobem se ja apontou, capitulo 22. Os contratos do dote entre o conde de Villa Nova e o dito dom Rodrigo d’Eça sobre o casamento da dita dona Guimar forão celebrados e outorguados em 20 dias de março do ano de 1501, mas loguo na escritura se declara que os noivos não avião de tomar sua casa senão



dahi a quatro anos, que era no ano de 505. Dotou o conde a sua filha nove mil dobras (afora vestidos de sua pessoa) entrando na dita contia o casamento d'el-rei que, pella valia de çento e vinte reaes a coroa²¹⁷, soma tudo hum conto e oitenta mil reaes, exemplo çerto bem pera notar da moderação e frugalidade daquelles tempos, pois se avia esta quantidade por dote competente da filha de hum conde tão grande pessoa no reino pera hum alcaide moor e fidalguo tão illustre. E pera que tãobem este contrato seja exemplo de providência faremos aqui menção de outra particularidade delle, e foi assi que destas nove mil dobras prometeo o conde que lhe entreguaria ao tempo que tomasse sua casa en corregimentos della – *scilicet*– escravas, ouro e prata e joias da dita dona Guimar, sua filha, atee valia de duas mil e quinhentas dobras, e das seis mil e quinhentas que restavão lhe faria paguamento dentro de hum ano primeiro seguinte depois de elles serem vellados e recebidos, e terem sua casa e paguando-lhe em bens de raiz ficarião dotais e querendo-lhe antes pagar em dinheiro se empeguaria tudo em bens de raiz bons e rendosos, e atee se isto fazer o direito não iria à mão do dito dom Rodrigo, mas se depositaria em mão de hum terceiro de [fl. 192 v] que ambos fossem contentes, ou de hũ mercador abonado, que delle desse honesto guanho en trato liçito e seguro. De maneira que en tão fraco dote avia tanto cuidado da conservação delle quãoto oje não ha em outros de muita copia de mil cruzados que facilmente se entreguão e mais facilmente se despendem. E he sobre isso mais de notar que neste tempo (em que ainda el-rei dom Manoel se falava por senhoria como da escritura de dote parece) porventura com estas nove mil dobras se compravão mais herdades que oje com vinte mil cruzados, e he mui provavel que a mor parte das muitas herdades do morguado de Montalvo que esta senhora instituhio, como loguo diremos, se comprarão da valia deste dote e arras delle que forão tres mil dobras, que he a terça parte conforme a lei do reino, as quais el-rei dom Manoel lhe segurou pellos bens e rendimentos das cousas da Coroa que o dito dom Rodriguo tinha en caso que elle falleçesse primeiro que a dita dona Guimar (como aconteço), porque neste caso foi conçertado que as arras ouvessem luguar quer do dito dom Rodriguo ficassem filhos à dita dona Guimar, quer não. Mas en caso que ella falleçesse primeiro não vençião seus herdeiros arras e foi passada a provisão per que el-rei nesta forma lhas segurou a

217 Entenda-se a unidade monetária “coroa”.



16 de julho de 509 anos. Esta senhora dona Guimar teve do dito dom Rodrigo d'Eça seu marido dous filhos e duas filhas – *scilicet*– dom Pedro d'Eça e dom Martinho, e dona Bertoleza e dona Ines da Guerra, mas todos fallecerão solteiros sem delles ficar geração. Porem, ainda a dita dona Ines da Guerra era viva quando sendo ja veuva sua mai con consentimento seu fez de toda sua fazenda de raiz hum morguado cuja cabeça he a erdade de Montalvo com outras muitas anexas a ella no termo de Moura. Foi ordenado na dita instituição que o dito morguado andasse na dita dona Ines da Guerra e seus descendentes, e fallecendo ella sem filhos soçedesse nelle dom Afonso de Castelbranco, irmão da dita instituidor, meirinho moor que foi destes reinos; e falecendo elle sen filhos viesse ao camareiro moor seu irmão mais velho, e soçedendo morrer elle tãobem sem os deixar tocasse a soçessão a dom João de Castelbranco outrosi seu irmão. Aconteçeo que faleçeo a dita dona Ines da Guerra antes de casar, em [fl. 193] vida da dita dona Guimar sua mai, pello que conforme à instituição e ao testamento e muitos coudeçilhos que depois fez ficou pertencendo o dito morguado ao meirinho moor dom Afonso, e delle veio ao conde dom Duarte de Castelbranco, seu filho, que oje he herdeiro delle e o tem com outras muitas heranças e rendas maiores que lhe Deos deixe lograr por larguos anos. Rende este morguado de Montalvo perto de hum conto. Impetrou a dita dona Guimar em sua vida do papa que hũa çerta parte dos fruitos dos matos que de novo se rompessem no dito morguado fosse pera sustentação do prior de hũa igreja de Nossa Senhora da Conçeição que ella novamente fundou e ergueo em parochia no lemite das ditas herdades e que a apresentação deste parrocho fosse sua. O que, se en todo compridamente ouvera efeito, fora este oje hum não pequeno benefício pello muito que importa o dizimo dos matos que do tempo da impetração da bulla a esta parte de novo se romperão e cada dia rompen, mas opondo-se o cardeal infante dom Henrique, leguado *de late-re* que era neste reino, e o arçebispo e see d'Evora, e pretendendo impedir a execução das ditas bullas, sendo ainda menor o dito conde dom Duarte de Castelbranco ouve nisso composição entre elles, ficando o direito de apresentar com o dito conde meirinho moor e hũa çerta porção limitada pera o prior que na dita igreja for, da qual atee guora se usa. Ouve tãobem esta senhora dona Guimar en vida de dom Rodrigo seu marido e segunda vez depois de sua morte hũa doação do convento e frades do Carmo da dita villa de Moura pella quoaal elles lhe doarão con çertas obrigações a capella moor



da igreja do dito mosteiro pera seu jazigo e de seus herdeiros, que pertence oje aos herdeiros do dito morguado de Montalvo, como mais larguamente adiante diremos no capitulo que tratar dos jazigos principaes que tem os desta linhagem de Castelbranco.

Capitulo 91.

De dona Françisca de Noronha, sexta filha do conde de Villa Nova, [fl. 193 v] mulher de dom Bernardo Manoel, camareiro moor d’el-rei dom Manoel, alcaide moor de Santaren, e de seus descendentes.

Deste apellido Manoel, ha oje neste reino a casa dos comdes d’Atalaia, senhores de Tancos, de cuja familia foi mui principal ramo assi en valia e autoridade como em esforço e callidades pessoais dom Bernardo Manoel²¹⁸, o quoa nas guerras de Africa e en todas as ocações de seu tempo servio con muito nome e valor. Foi na jornada de Azamor e na de Mamora e em outras muitas cavalgadas e feitos honrrosos que os nossos capitães dos lugares d’alem naquelle tempo fazião. Faz de seus serviços e esforço muita menção Damião de Goes na terceira parte da *Chronica d’el-rei dom Manoel*, capitulo 48, 49 e capitulo 46 e 76, e em muitos outros lugares daquela chronica pellos quais se ve como foi camareiro moor do dito senhor rei dom Manoel e alem disso foi tãobem alcaide moor da villa de Santarem. Neste estado casou com elle dona Françisca de Noronha, filha sexta do conde de Villa Nova dom Martinho de Castelbranco, e depois de serem casados no ano de 1516 se efectuou con licença d’el-rei estando o dito dom Bernardo ausente deste reino hum conçerto que elle dantes tinha tratado com o conde do Redondo sobre a renunçiação da alcaidaria da dita Villa, en satisfação da qual lhe forão dados çento e çincoenta mil reaes de tença pella honrra dela com mais todas as rendas da dita alcaidaria (tiradas as despesas) en tença em dias de sua vida e de hũa filha sua, qual sua alteza ouvesse por bem com declaração que qualquer obrigação que ouvesse do dote ou arras do casamento da dita dona Françisca sua molher

218 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Manoeis”.



sobre as rendas da alcaidaria ficasse sobre esta satisfação que se lhe deu, como se tudo mostra por hum alvara em força de carta que disso foi passado por el-rei em ausência do dito dom Bernardo ha instância (segundo he de crer) do conde de Villa Nova, que o cobrou a sete de outubro do dito ano de 1516. Ouve a dita dona Françisca do dito dom Bernardo seu marido duas filhas, porque hũ filho que o dito dom Bernardo teve por nome dom Antonio Manoel foi de outra molher.

[fl. 194]

Das filhas da dita dona Françisca, dona Joana, a mais moça, foi freira no moesteiro da Esperança desta çidade de Lixboa, onde se chamava Joana de Jesu Christo.

A mais velha, per nome dona Meçia, foi casada com dom Pedro de Meneses²¹⁹, senhor de Ferozelhe, do qual ouve dous filhos e duas filhas. O mais moço se chama dom Fernão do, que foi da Companhia de Jesus muitos anos e ora he clérigo; o filho primeiro do dito dom Pedro de Meneses foi dom Jorge, senhor outrosi de Ferozelhe e de Alconchel en Castella, o qual casou com hũa filha de Sancho de Faria alcaide moor de Palmella de que ouve quatro ou çinco filhos, e duas ou tres filhas.

Das duas filhas do dito dom Pedro de Meneses e da dita dona Meçia, hũa dellas, per nome dona Maria, he freira no convento da Madre de Deos da primeira regra das descalças; a outra, que foi a mais moça, chamada dona Ana Manoel foi molher de Jorge de Mello²²⁰, filho de Manoel de Mello Coutinho de Santarem do qual lhe ficarão hum filho e tres filhas, a saber, Jeronimo de Mello e dona Maria, dona Meçia e dona Antonia. A primeira he casada com Pedro d'Alçaçova de Vasconcellos²²¹, senhor de Figueiro e do Pedrogão, filho de Luis d'Alçaçova que morreo na batalha d'Alçaçere en vida de seu pai Pedro d'Alçaçova que então era guovernador deste reino por el-rei don Sebastião ausente, e ora he conde e comendador da Idanha, veedor da fazenda e do conselho de sua majestade.

219 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Meneses”.

220 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Melos Coutinhos”.

221 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Alçaçovas de Vasconcellos”.



Capítulo 92.

De dona Maria de Noronha, filha oitava do conde de Villa Nova, molher de dom Nuno Alvarez Pereira, filho do marques de Villa Real.

De todos seus irmãos machos e femeas filhos do conde de Villa Nova, dona Maria de Noronha foi a mais moça. Porem, [fl. 194 v] nas louvadas qualidades e grandes virtudes que nella ouve não teve, certo, como no nascimento o derradeiro luguar, antes foi hum exemplo raro de tudo o que hũa dona pode alcançar em virtuosa fama e valia e autoridade com os príncipes e grandes pessoas do reino. Criou-se de muito minina no paço tanto que se afirma que de tres anos foi pera elle onde tinha tias e parenta debaixo de cujo cuidado estaria. En todo o tempo que no paço andou e en todo o discurso de sua vida ganhou e conservou sempre grande reputação ante el-rei, rainha, inffantes e inffantas, pella quoa foi de todos sempre tratada com muita honrra, amor e particular respeito do que se devia a filha de quem era, e a sua prudência e grandes partes pessoais. O conde seu pai en seu testamento, deixando a terça à condessa sua molher e por sua morte a alguns de seus filhos varões, como no capitulo 85 dissemos, permetio que della se pudessem dotar atee vinte e cinco ou trinta mil dobras à dita dona Maria pera seu casamento entrando nesta copia o casamento que ella avia de aver d'el-rei e ajuda da emperatriz dona Isabel, mai d'el-rei dom Fellipe nosso senhor, que lha tinha prometida, e assi sua legitima, e que casando com pessoa que à condessa parecesse que não podia al ser confiava da dita condessa, pois era tão virtuosa que alem das trinta mil dobras lhe daria do seu e da sua terça o que lhe parecesse rezão e se não podesse escusar pera efeito de seu casamento. E Deos lho ordenou tal que tudo o que pera elle se lhe deu foi muito bem empreguido. Casou com dom Nuno Alvarez Pereira, filho do marques de Villa Real dom Fernãodo, irmão do marques dom Pedro de Meneses. Esteve dom Nuno Alvarez en Çeita por capitão daquella cidade (cuja guovernãoça e capitania he, como se sabe, daquella casa de Villa Real desd'o tempo do conde dom Pedro de Meneses primeiro capitão della) e no tempo do dito dom Nuno Alvarez se fizerão as obras da nova fortificação da dita cidade, segundo parece por hũa carta sua para o camareiro moor dom Françisco de Castelbranco, que



se acabarão no ano de 1544. E por esta e outras muitas cartas suas que me aconteço ver se entende e sinifica ben o grande amor e sam vontade com que o dito dom Nuno Alveres proçedia nas cousas de seus cunhados e de seus filhos.

Não ficarão deste matrimonio filhos alguns, e fallecendo [fl. 195] primeiro o dito dom Nuno Alvarez viveo muitos anos depois veuva dele a dita dona Maria de Noronha sua molher. Da rainha dona Caterina e d'el-rei don Sebastião, e do cardeal dom Henrique e do senhor dom Duarte foi sempre com muita familiaridade, en visitasões e outras demonstraçoens de homrra e amor tratada e comunicada, e dos duques, marqueses e condes e da maior parte dos fidalguos prinçipaes deste reino venerada e acatada, como se de cada hum fora ou mai, ou tia. Faleço de mais de 60 anos en Lixboa nas casas do conde seu pai, de hũa indisposição antigua de hũ cancro que tinha no peito. Deixou parte de sua fazenda à Misericordia desta çidade de Lixboa, posto que por muitos justos respeitos de obriguação lhe pedia en seu testamento encareçidamente seu irmão dom João que a deixasse a don Dioguo de Castelbranco, genrro delle e sobrinho de ambos, o que tãobem em parte comprio. E por aqui se acaba de relatar tudo o que pude alcansar das filhas do conde de Villa Nova e de suas desçendenças, pello que nós passaremos aguora a tratar dos filhos e varões do mesmo conde e dos que delles proçedem.

Capitulo 93.

De dom Guonçallo de Castelbranco, filho primeiro do conde de Villa Nova, que falleço esposado com hũa filha do conde de Penella sen delle ficar geração.

Ambos os livros das linhagens e a arvore açima aleguada no fim do capitulo 86 fazem menção que o filho mais velho primogenito do conde de Villa Nova dom Martinho de Castelbranco foi dom Guonçallo de Castelbranco, o quoal, posto que falleço manço, segundo os ditos livros nese tempo que viveo mostrou tantas partes e virtuosas inclinações que com o nome mostrava soçeder tãobem nas grandes virtudes do guovernador



dom Guonçallo seu avo, e ser juntamente em vida herdeiro das do conde seu pai como o fora de sua Casa se lhe alcançara ver a morte.

[fl. 195 v]

Por elle ser este, e geralmente mui louvado e guabado na corte, era tanto extremo amado de seu pai. E especialmente a condessa sua mai deu tão grandes mostras de sentimento em sua morte que dizem forão conformes às que as tais donas quando ficão veuvias costumão fazer. No *Cançoneiro Geral* de Portugal se achão algũas trovas de dom Guonçalo de Castelbranco e outras que nelle fallão, e conforme aos contemporaneos que se ali nomeão e a ordem dos tempos se ve que falão deste dom Guonçalo, posto que depois ouve outros muitos seus sobrinhos do mesmo nome. Aponta-sse no livro das linhagens moderno da Torre do Tombo que o dito dom Guonçalo esteve conçertado pera casar com dona Lourença filha de dom João de Vasconçellos de Meneses conde de Penella, e foi assi que o dito conde de Penella se conçertou com o de Villa Nova (antes de ter este titulo) no ano de 505, de casarem os filhos mais velhos a troco dando e tomando cada hum o filho e filha mais velhos, que tinham por genrro e nora do outro. E em confirmação destes conçertos e de çerto particullar nelles tratado lhes passou el-rei dom Manoel no dito ano, a 24 de setembro, hũ alvara escrito e assinado da mão de sua alteza que dizia assi:

“Nós el-rei fazemos saber aos que este nosso alvara virem que o conde de Penella nosso amado sobrinho e dom Martinho, veedor de nossa fazenda, nos disserão que tinham com a graça de Deos conçertados casamentos entre seus filhos – *scilicet*– dom Afonso, filho do dito conde com a filha de dom Martinho; dom Guonçalo, seu filho, com hũa filha do conde, a que elle dom Martinho tinha dito e prometido que nunca em nenhum tempo nos requere-se do offiço da fazenda que de nós tem pera outro algum seu filho nem genrro senão pera o dito dom Guonçalo, e que por mais firmeza e segurança do dito conde nos prouvesse que posto que o contraíro por elle ou per outrem nos fosse requerido nós lhe não fizessemos delle merçe pera algum dos outros e lho promettessemos assi por nosso alvara, e por nós sermos disso contentes e o dito conde estar seguro do que assi antre elles ficou como açima dito he, lhe demos este por nós assinado,



pello quoa lho outorguamos de o assi cumprir. Feito en Lixboa, a 24 de setembro, ano de 505. Rei”.

Porem, o effeito deste dito alvara e o conçerto dos ditos casa [fl. 196] mentos dissolveo a morte do dito dom Guonçalo, como ella faz quãodo Deos he servido que venha, sem exceição de pessoas nem idade nem respeito de tempos. E por esta maneira faleçeo o dito dom Guonçallo de Castelbranco em vida de seu pai sem dele ficar geração.

Capitulo 94.

De dom Françisco de Castelbranco, camareiro mor d’el–rei don João o terçeiro, filho segundo do conde de Villa Nova e herdeiro que foi de sua casa e senhor da dita villa, e de seus serviços na paz e guerra e de suas partes.

Por assi falleçer sem filhos o dito dom Guonçallo, filho primeiro do conde de Villa Nova, em vida de seu pai, como aguora no fim do capitulo passado acabamos de dizer, soçedeo no lugar de primogenito dom Françisco de Castelbranco, filho segundo. E por faleçimento do dito conde foi senhor da dita villa de Vila Nova de Portimão e de tudo o mais que seu pai teve da Coroa – *scilicet*– direitos de Santarem, reguengo das Chantas e outro do condado de Torres Vedras, lezirias d’Azambuja e Villa Franca, direitos das feiras de São Pedro e São Sebastião, dizimas dos pescados d’Alverca e Alhandra e da Madeira e cortiça desta çidade de Lixboa. E assi mais foi senhor dos morguados patrimoniaes da Povia e capellas a elles anexas. E posto que por hũa desobediência que dezia ser–lhe feita pello dito dom Françisco ouve o conde seu pai em seu prejuizo hum alvara pera poder nomear por sua morte no senhorio da dita villa e mais bens da Coroa outro filho qual quisesse posto que mais moço fosse, contudo, ao tempo que o conde faleçeo se mostra por seu testamento o bon conçerto que deste seu filho tinha, porque, não lhe dando parte de sua terça, declara [fl. 196 v] que o faz não por o elle não mereçer tão bem e melhor que os outros filhos, mas por desconto do que com elle em sua sustentação depois de casado tinha gastado mais que com seus irmãos. E o deixa por seu testamenteiro e



pede a el-rei o titulo de conde pera elle, sinificando-lhe que alem dos mereçimentos seus propios, no dito dom Françisco avia outros, e calidade e serviços per que o bem mereçia. E se a desobediência que elle fez a seu pai foi a do seu primeiro casamento, que teve princípio e origem de afeição e amores (como tenho por imformação), erro era dino de perdoar, moormente sendo cometido com pessoa de tanta callidade como se abaixo vera. De mui moço, como todos os de sua linhagem costumavão e costumarão sempre, começou a servir aos reis dom Françisco de Castelbranco. No ano de 506 foi filhado por el-rei dom Manoel em moço fidalguo e no de 1515 foi tomado por pagem. E ja no ano de 511 lhe fora dado alvara do offiço de pagem da lança pera o servir dahi a dous anos se sua alteza não ouvesse por mais seu serviço servir-sse antes no dito offiço de dom Guonçallo seu irmão, que ainda era vivo. E no ano de 517 foi acreçentado a escudeiro e cavalleiro com tres mil e noveçentos reaes de moradia, que he a ordinaria que oje tem os desçendentes do dito conde seu pai. Em a carta de agravos que elle escreveo a el-rei dom João o terçeiro quatro anos depois de ser seu camareiro moor, que muitas vezes neste livro se ja alegou, aponta elle a sua alteza que nação e se criou na corte e que de sete anos entrara em seu serviço, sendo dos primeiros que começarão a o servir em tempo que sua alteza era príncipe, e que a el-rei dom Manoel seu pai servira oito anos no dito offiço de pagem da lança. No ano de 1520, deu el-rei dom Manoel ao dito dom Françisco de Castelbranco o abito de Christo con çincoenta mil reaes de tença, cousa que então açoitavão os fidalguos filhos de senhores de titulo e tão grandes pessoas como elle e seu pai erão, e que oje tão baratos vemos polas praças e ruas, posto que quanto à importância da utilidade era ao dito dom Françisco de muito momento ser da dita ordem de Christo, pello privilegio della de não pagar siza que no grande rendimento de suas marinhas e outras rendas ficava importando muito.

No ano de 1528, hum ano depois do conde seu pai falecer, [fl. 197] o fez el-rei dom João do seu conselho por seus serviços e mereçimentos e pollas callidades de sua pessoa que são os respeitos que se na carta desta merçe declarão. E posto que elle na sua, de que atras neste capitulo fiz menção, se queixa de sua alteza que sendo de 35 anos e seu camareiro moor o não metia no seu conselho, onde por rezão de seu ofiço e pessoa devera ser dos primeiros, isto se deve entender que não era então do conselho do



estado e despacho ordinario (que he o que o dito dom Françisco com rezão podia pretender e se lhe devia) e não do titulo do conselho, que pella dita carta d'el-rei consta ser-lhe dado no dito ano de 528, e por minha conta era aos trinta e hũ anos da idade do dito camareiro moor. O quoaal conforme ao que se colige da dita sua carta de agravos feita quatro anos depois da morte do conde seu pai (que falleceo no ano de 527, como em seu luguar fica dito) nação no ano de 497, porque por esta conta vinha a ser de 35 anos perfeitos ou começados ao tempo que escreveo a dita carta como se elle nella faz. E com esta conta conforma a que se colige do ano de seu falleçimento e da idade que então tinha que se declara em seu letreiro, como adiante veremos.

Alem dos serviços de mançebo no paço acima referidos e dos que fez no offiço de camareiro moor que teve como abaixo mais larguamente diremos, fez outros muitos na paz e na guerra. Foi a Çafim e Azamor e tres vezes às arraias com muito gasto, especialmente quando a prinçeza dona Maria, molher primeira d'el-rei nosso senhor sahio destes reinos, com a qual forão atee a raia o duque de Bragança dom Theodosio com mil de cavallo e o arçebispo de Lixboa dom Fernãodo e o barão d'Alvito dom Rodrigo e o dito dom Françisco de Castelbranco, cada hum con dozentos de cavallo. E a entrega da prinçesa se fez ao duque de Medina Sidonia dom João Alonsso de Gusmão entre Badajoz e Elvas junto da ponte de Caia onde partem os reinos (luguar naquelles tempos mui frequentado en semelhantes autos) e foi hũa terça feira, 23 dias de outubro do ano de 1543, estando presentes tãobem o bispo de Cartagena e o conde d'Olivares e o conde de Niebla, filho herdeiro do dito duque de Medina Sidonia e genrro do duque de Bejar.

E posto que as solenidades e çerimonias con que se estas entregas fazem são de todos comummente mui sabidas nestes tempos em que ainda dura a fresca lembrança dellas, contudo porque alguns os não saberão por ventura tanto em particular e [fl. 197 v] folguarão de as ler, e tãobem porque segundo o estado presente (durando (como Deos quererá) pera sempre a união destes reinos aos de Castella) não virá façilmente ocasião de em Portugal se çelebrarem semelhantes autos, pera os que delles menos noticia nos tempos presentes e seguintes tem e tiverem quis aqui relatar



meudamente os termos per que se nesta entregua proçeedo porque tãobem nas nossas chronicas, nos luguares en que tratão de outras entradas de príncesas e rainhas nestes reinos e pera fora delles, não estão as particullaridades todas tão declaradas como em hũa informação e lembrança de pessoa de vista que em meu poder se acha, ainda que algũa parte delas toca Damião de Goes na *Chronica d'el-rei dom Manoel*, quarta parte, capitulo 34.

A príncesa esteve em Elvas quatro dias e ao dia da entregua ja açima apontado partio da çidade em andas de brocado, e nelas foi atee junto à ponte de Caia da parte do reino de Portugal aonde se passou a hũa mulla muito guarneçida. Neste luguar pelos da guoarda estava feito hum grande espaço em que elles de hũa parte e doutra guoardavão que não entrasse gente algũa exçeito as pessoas a que era devido, e abalando o duque de Medina con sua gente vierão primeiro os condes e fidalguos de sua companhia beijar a mão à príncesa, todos em pellotes e a pee e por derradeiro veio elle e o dito bispo de Cartagena, e entrarão a cavallo no reçoimento e terreiro que estava feito andando por elle contra onde estava a príncesa espaço de hum tiro de malhão. Com a príncesa estavam no dito luguar o duque de Bragança e o embaixador Sarmiento e o arçebispo de Lixboa e o camareiro moor e o barão. Então se apearão o de Sidonia e o bispo do cavallo e mulla en que vinhão e tirados os barretes fizerão dahi atee onde a príncesa estava tres medidas e cheguando junto da príncesa o duque se adiantou e lhe beijou a mão que lhe ella não quis dar nem ao bispo, e lhes fez a cortezia e guasalhado que mereção e mais um pouco. Feito isto tornarão elles a cavalgar no luguar onde se avião apeado e vierão-se para onde a príncesa estava. O duque trazia a procuração do príncipe, rei que ora hẽ, dom Fellipe nosso senhor, e com ella na mão falou o duque de Bragança seu sobrinho e se fizerão entre si as devidas cortesias. Apos o que foi chamado Pedro Fernandez, escrivão da camara d'el-rei dom João o terço, o quoa com dous tabaliães d'Elvas era ali mandado vir pera darem estromentos [fl. 198] e feez do que passasse en sua presença. Perguntou loguo o de Sidonia ao de Bragança se era aquella senhora a serenissima príncesa dona Maria, filha dos muito poderosos senhores reis de Portugal dom João e dona Caterina. O de Bragança respondeo “si”, e assi o responderão juntamente o embaixador Sarmiento, o arçebispo de Lixboa e os outros senhores e fidalguos



de Portugal, pello que o de Sidonia disse aos escrivães de Castella, que tãobem pera este efeito trazia consigo: “*escrivanos dadmelo assi por testimonio*”. E disse mais contra o duque de Bragança: “*yo venguo aqui y el obispo para com ajuda de Dios se efectuarem estos casamientos a serviço de Dios nuestro senhor y para em nombre de su magestade y del príncipe mis senhores aver la entrega de la mui alta y poderosa princesa que presente estaa*”. O de Bragança lhe respondeo que mostrasse a procuração que pera iso trazia, e elle a tirou do çeo onde a ja recolhera e a leo o dito escrivão da camara Pedro Fernandez. E lida, o duque perguntou ao corregedor da corte e a outros letrados que ahi levava e erão presentes se era suficiente e por lhe dizerem que si tomando a procuração se chegou mais a princesa e a tomou por hũa cadea d’ouro que levava em hum braço largua e com o barrete fora disse que elle lhe entreguava ali a dita senhora princesa, filha dos ditos rei e rainha seus senhores, por molher do dito senhor príncipe e por sua senhora delles, por virtude da dita procuração que lhe assi elle duque mostrava. O de Sidonia respondeo que assi tomava a dita entrega da dita senhora princesa como elle duque dezia por molher do príncipe seu senhor e por sua senhora e lhe tornou a beijar a mão, elle e o dito bispo de Cartagena. Então derão os ministries²²² as trombetas, sacabuxas, charamellas e instramentos outros de hũa e outra parte de maneira que se não pôde mais ouvir ninguem. E os castelhanos se partirão com a princesa pera Badajos; e primeiro que o fizessem, o duque de [B]ragança²²³, senhores e fidalguos portugueses beijarão a mão a sua alteza, a qual mostrou tão grande sentimento e afeição no apartamento que se lhe virão sair as lagrimas dos olhos. Dali se passou à mão direita da princesa o duque de Medina, sobre o que ouve diferença entre elle e o arçebispo de Lixboa por dizer o arçebispo que por sua dinidade e por ir como foi attee [fl. 198 v] Salamanca por embaixador d’el-rei de Portugal lhe pertença ir à mão direita. O duque e fidalguos portugueses se tornarão loguo pera Elvas aonde chegarão ja muito de noite e ao outro dia se partio cada hum pera sua casa. Esta he a fama en que se a dita entrega fez.

E tornãodo aos serviços e partes do dito dom Françisco de Castelbranco, alem destas jornadas fez em serviço d’el-rei outras. Foi com o conde seu

222 Possível erro por “ministreis”.

223 No ms.: Fragança.



pai por capitão da nao Sebastiana na armada en que a inffante dona Britez foi levada como atras fica contado, e segundo se pode colegir da carta do conde atras treslladada não foi elle o que menos lustro deu nos daquella companhia. Foi mais com o inffante dom Luis por mandado d’el-rei a Castella. Foi grande justador, e por escrito e palavra bem fallado em todas as festas, torneos, justas e canas que ouve em seu tempo. Diz elle de si na dita carta pera el-rei dom João o terceiro (onde tudo isto se relata) que gastou mais que muitos outros homens que por isso tinham medrado. Com as mais cousas suas, e com a materia do offiço de camareiro moor que teve e o mais que nelle lhe soçedeo, continuaremos nos capitulos seguintes por não fazer este mais comprido.

Capitulo 95.

De como dom Francisco de Castelbranco, filho do conde de Villa Nova, teve alvara do offiço de vedor da fazenda, e por elle lhe foi dado o de camareiro mor d’el-rei dom João, que servio, e do que lhe nelle soçedeo com sua alteza e do mais até sua morte.

No ano de 513, sendo dom Francisco de Catelbranco de idade de dezaseis anos, lhe fez el-rei dom Manoel merçe pellos muitos e grandes serviços do conde seu pai sem hum nem outro lho pedir e de lhe passar hum alvara per que avia por bem que elle lhe soçedesse no offiço de veedor da fazenda. E as forças das rezões e respeitos en que el-rei funda esta merçe declara sua alteza por estas pallavras: “A nós praz por folgarmos de [fl. 199] fazer merçe a dom Martinho de Castelbranco, etc. E por nos elle isto e mais bem mereçer, que por seu fallecimento fique a dom Françisco seu filho a veedoria da fazenda que elle tem, a qual merçe lhe fazemos sem no-la requerer senão com seu bom serviço. E sendo o caso que nós falleçamos primeiro que o dito dom Martinho por este encomendamos e mandamos ao príncipe meu sobre todos muito amado e prezado filho que por fallecimento do dito dom Martinho cumpra esta merçe ao dito dom Françisco seu filho, porque sendo elle filho e neto de seu pai e avo não pode senão



servir bem, fiel e desenganadamente o dito offiço, e mais por nos parecer que o fara assi segundo o que de sua idade se pode compreender e por nossa lembrança, etc”.

Depois do ano de 1516, avendo el-rei dom Manoel por mais seu serviço ocupar o conde de Villa Nova no carguo de camareiro moor do príncipe seu filho polla grande importância delle, e ordenando pera o tal efeito que o conde renunciasse no conde do Vimioso o dito offiço de veedor da fazenda (como fez pella maneira que ja atras fica declarado) ouve tãobem por bem que en lugar do alvara açima treslladado se passasse outro ao dito dom Françisco pera por morte do conde seu pai soçeder no dito offiço de camareiro moor do príncipe assi como lhe ouvera de soçeder no de veedor da fazenda, o quoa alvara diz assi:

“Nós el-rei fazemos saber a quãotos este nosso alvara virem que esguoando nós como pera servir o príncipe meu sobre todos muito amado e prezado filho no offiço de seu camareiro moor convinha buscarmos tal pessoa de que nós e elle fossemos servidos com muito nosso prazer e contentamento, e que pellas cousas de nosso serviço e descansso e do dito príncipe meu filho oulhasse com aquela fidelidade e amor e bom cuidado que a nosso serviço convem, e depois de mui bem considerarmos naquelas pessoas que no dito offiço nos poderião e saberião bem servir e en que ouvesse todas as callidades neçessarias a pessoa que em tal offiço ouvessemos de pôr e encarregar, avendo respeito a experiencia que temos da pessoa, virtudes e bondade de dom Martinho de Castelbranco, conde de Villa Nova de Portimão, e como nos tem servido com muito amor e boa vontade e nos tem dada de si mui boa conta e recado, não soamente no offiço de nosso veedor da fazenda en que sempre mui fielmente servio a el-rei dom Afonso meu tio e a el-rei dom João meu primo, que santa gloria ajão, e assi a nós, mas en todas as outras [fl. 199 v] cousas de importância en que delle, elles e assi nós nos servimos e que lhe encarreguamos, lhe fallamos que pella mui inteireza confiança que delle tinhamos lhe prouvesse de no dito offiço nos servir e ao dito príncipe meu filho, e elle recebeo de nós em muita merçe e honrra pera isso o escolhermos e o açeitou e nos deixou pello dito offiço de camareiro moor do dito príncipe meu filho (de que o provemos por nossa carta como nelle he conteudo) o



seu offiço de nosso veedor da fazenda, e mais todo aquello que entre elle e o conde de Vimioso com nosso prazer foi conçertado que lhe leixasse pera elle dito conde do Vimioso servir o dito offiço, posto que tão grande e tão honrrado e de tanto proveito fosse avendo por maior honrra proveito e descanso seu escolhermos pera no dito ofiço a nós e ao príncipe servir. E porem, por elle assi nos leixar o dito offiço de veedor da fazenda pera delle fazermos o que nossa merçe fosse e todo o mais que asi lhe leixou o conde do Vimioso como dito he (do quoa offiço lhe tinhamos feito merçe pera hum de seus filhos por seu falleçimento segundo he conteudo nos alvaras e provisões nossas que disse tem) e esguoardando nós aos muitos e mui continuados serviços que delle temos reçebidos dinos de muita merçe e acreçentamento, não soamente a elle mas a seus filhos por este presente alvara nos praz por seu falleçimento fazermos merçe e de feito fazemos por este alvara do dito offiço de camareiro moor do dito príncipe meu filho a dom Françisco, seu filho maior, naquella propia forma, modo, maneira que lhe tinhamos dado o offiço de veedoria de nossa fazenda e como nas provisões que disse tem he conteudo. E sendo caso que Nosso Senhor desponha de dom Françisco (que elle não mande) antes do falleçimento do dito conde seu pai nos praz lhe fazer a dita merçe do dito offiço de camareiro moor do dito príncipe meu filho no modo sobredito pera hum dos outros seus filhos. Porem, declaramos que vendo nós ou o dito príncipe meu filho que na pessoa de cada hum dos outros seus filhos a que viesse o dito offiço, tirando o dito dom Françisco, ha algũas causas justas e onestas pellas quais não aamos nós e assi elle por nosso serviço elle ficar no dito offiço de camareiro moor, em tal caso lhe daremos trezentos mil reaes de tença en sua vida por satisfação do dito offiço, entrando nelles os oitenta mil reaes que elle dito conde de Villa Nova ha de moradia do conde [fl. 200] do Vimioso, ou a tença que por ella ao tal tempo de nós tiver por padrão, não passando dos ditos oitenta mil reaes, ou se antes o dito seu filho quiser a veedoria da fazenda do príncipe meu filho ficará en sua escolha qual destas mais quiser. E isto do dito offiço da veedoria da fazenda não se entenderá sendo nos ao tal tempo falleçidos, porque não sera neçessario serem tantos veedores da fazenda. Porem, por sua guoarda e nossa lembrança lhe mandamos dar este nosso alvara por nós assinado, o quoa queremos e nos praz que valha e tenha força e vigor como se fosse carta por nós assinada e assellada de nosso sello e passada por nossa



chancelaria, sem embargo da ordenação em contraíro. Feit[o]²²⁴ en Li-xboa a quatro dias de julho, o secretaíro o fez, ano de 1516. Rei”.

A merçe deste alvara, fundada en tantas e tão graves rezões e mereçimentos como se neles relatão, confirmou el-rei dom João o terçeíro no ano de 1524. E no de 1527, que foi o en que falleçeo o conde de Villa Nova, passou sua alteza por sua morte carta em forma do dito offiçio ao dito dom Francisco seu filho en que diz assi:

“Faço saber que esguoardando eu os muitos e grandes serviços que dom Martinho de Castelbranco, conde de Villa Nova de Portimão, meu camareíro moor, que Deus aja, fez a el-rei dom Afonso e a el-rei dom João meus tios e assi a el-rei meu senhor e padre que santa gloria aja e a mim, e como sempre fomos delle servido com muito amor e grande fieldade e vendo que por isso e pelos muitos mereçimentos de sua pessoa he cousa justa de fazer merçe e acreçentamento a seus filhos assi como he rezão. E esguoardando assi mesmo os muitos serviços de dom Francisco de Castelbranco do meu conselho, seu filho maior e herdeíro de sua Casa, e pela muita confiança que tenho delle que por ser filho de tal pai e por sua pessoa em todas as cousas em que delle me servir o fara muito bem e com muito amor e grande fieldade, e por esperar que assi me servirá ao diante, que receba de seus serviços muito comtentamento, e por a boa vontade que lhe tenho e folguar de lhe fazer merçe, tenho por bem e lhe faço merçe do offiçio de meu camareíro moor assi e pola maneira que o tinha o dito conde seu pai e com todas as honrras preeminências, [fl. 200 v] privilegios, graças e merçes que são ordenadas e pertencem e devem aver os camareíros moores dos reis destes reinos, e com as çem dobras de trezentos e setenta reaes a dobra de merçe en cada hum ano que são ordenadas ao dito offiçio de camareíro moor e como de todo usava e o tinha o dito conde seu pai e melhor se elle con direito o melhor poder ter e pesoíro e delle o usar”.

Afora as ditas çem dobras se lhe passou com esta carta hũ alvara ao dito dom Francisco de Castelbranco de seis mil e quinhentos reaes cada mes de moradia com o dito offiçio de camareíro moor, que era outro tanto como

224 No ms.: “feita”. Trata-se de um erro, atendendo às fórmulas presentes noutros documentos transcritos nesta obra.



com elle tivera o conde seu pai. E loguo no ano seguinte de 1528, ouve sua alteza por bem que elle guozasse do privilegio dos desembargadores da casa da supricação inteiramente sem lhe delle tirar clausula algũa, posto que o dito offiço não fosse daquelles que por bem da ordenação delle en todo devem gozar com derogação da dita ordenação. Por esta maneira e por tão urgentes, justos e devidos respeitos foi dado o offiço de camareiro moor ao dito dom Françisco de Castelbranco, o quoaal elle servio todo o tempo de sua vida exçeito algum que esteve agravado e recolhido na sua quintã da Povia. As causas de seus agravos forão muitas. Parte dellas se não podem (pello que toca à gloriosa memoria d’el-rei dom João o terçeiro) declarar em particullar; so basta saber-se que elle e seu pai, por sua alteza em mançebo ser inclinado a algũas cousas a que o elles não erão, lhe não forão tão açeitos como por outras rezões diverão ser. Ajuntava-sse a isto ser o camareiro moor de seu natural, sobre muito verdadeiro e bom christão, livre e isento de condição (qualidade trazida de mais longe do tronco de seus avoos e conservada quasi en todos os ramos e pessoas desta linhagem). Era tãoobem em ajuda desta pouca valia do camareiro moor dom Françisco com sua alteza a pouca amizade e menos conformidade que elle tinha com pessoas muito açeitas a el-rei. E são tão pubricas as diferenças suas com o mui vallido conde de Castanheira, dom Antonio d’Ataide, que não ei que se guarda mal o decoro em as aqui nomear. Por todos estes respeitos recebia o camareiro moor alguns disfavores de sua alteza de que se muito sentia. Especialmente aponta nas cartas pera a rainha [fl. 201] que disso tratão que el-rei dava luguar a que estivessem presentes muitas pessoas nas horas en que do offiço de camareiro moor era estar so com sua alteza, de que resultava ficar-lhe so a elle o trabalho do vestir e despir em presença das ditas pessoas, das quais per regimento e estillo do dito offiço nenhum ahi podia estar. Queixa-se tãoobem de não ser respondido no titulo de seu pai, sendo esta e outras maiores satisfações mui devidas a seus grandes serviços. E proçedeo tanto o camareiro moor nas mostras do sentimento deste agravos e paixões que esteve mui arriscado a sua maior perdição pelo que com os privados passou. A rainha dona Caterina, como prinçeza de mui altas e grandes virtudes, intervinha nestas materias entendendo que o camareiro moor lho mereçia e o não desmereçia na verdade a el-rei, pelo que estando o camareiro moor com sua casa na sua quintã da Povia, escrevendo sua alteza por vezes a dona



Maria de Castro, sua segunda mulher, persuadindo-a que induzisse ao camareiro moor, seu marido, a se tornar à corte oferecendo-lhe seu real favor em suas cousas. A estas cartas da rainha se achão outras da dita dona Maria en resposta dellas, nas quais depois de relatar os ditos agravos sinifica a grande dificuldade que achava no camareiro moor pera poder acabar consigo o que sua alteza mandava, tendo vivas e frescas na memoria as causas de sua paixão a que se não satisfazia, e sobretudo se oferecia nas derradeiras cartas de obedecer ao que sua alteza mandasse. E no ano de 1532, a seis de agosto, foi escrita hũa carta pella rainha hà dita dona Maria de Castro, en que sua alteza mostrava contentamento do camareiro moor tomar seu conselho e se querer vir pera a corte, e que quanto mais depressa o fizesse melhor entendia que seria pera suas cousas, dizendo sua alteza mais que esperava que sua vinda seria pera tanto seu contentamento quanto ella dona Maria desejaria. Vindo à corte, a rainha lhe pedio hum apontamento do que pretendia e das merções con que se averia por desagradado. Elle apontou somente a pretenssão de titulo de conde e não lhe quebrar sua alteza as honrras e preheminenças que os reis passados guoardavão aos seus camareiros moores, que era estarem muitas vezes com elles soos nas horas de seu offiço e seren sempre presentes nos seus conselhos, ora fossem de muitos ora de poucos. E pella bondade que a rainha mostrou de o ajudar nestas pretensões e merções que lhe fez se sentio sempre muito obrigado [fl. 201 v] a seu serviço o dito camareiro moor, e en seu testamento lhe encomenda com muita confiança (que das merções de sua alteza nelle mostra) o emparo e proteição de sua mulher e filhos especialmente de dom Martinho de Castelbranco, seu filho mais velho e herdeiro pagem da dita senhora rainha.

O imffante dom Luis, principe mui esclarecido e dotado de tão grandes calidades como a todos he notorio, se meteo tãobem em compor e ajudar as cousas do dito camareiro moor, segundo se mostra per cartas suas. Elle as pos todas em sua mão e por o imffante sem lhe deixar resolução nellas se partir pera Barçelona o ano de 1538 quando foi tratar de pazes entre o emperador seu cunhado e el-rei de França, ficou diso o camareiro moor mui sentido e agravado delle. Porem, segundo se bem pode collegir de hũa carta do imffante pera el-rei dom João o terçeiro seu irmão escrita na dita çidade de Barçelona sobre este negocio (a qual me aconteçeo ver com



outras muitas mui notaveis da letra e mão do dito infante, espeçialmente algũas dos mui graves negoçoos daquela jornada), deixa-sse entender por esta que falla no camareiro moor que o pouco que o imffante acabou en suas cousas foi por el-rei lhe defender que delas não tratasse porque en sustançia diz a carta do infante pera el-rei desta maneira:

“Dom Afonso de Castelbranco me pedio que escrevesse ao camareiro moor dom Françisco seu irmão que não fizesse nada en suas cousas atee minha tornada. E posto que me lembrou o que me vossa alteza en suas cousas mandara não lho pude neguar lembrando-me cujos filhos são”.

E a carta que o dito senhor inffante escreveo então ao camareiro moor he feita a treze de março do dito ano de 538, na dita çidade de Barçelona. Hà qual carta o camareiro moor respondeo, e depois do inffante ser no rei-no lhe tornou a escrever queixando-se da pouca lembrança que sua alteza mostrava de seus negoçios con tanta liberdade e verdades tão puras que posto que no mais são de mui bem composto estilo estas duas cartas, podem nesta parte de algũa maneira parecer que exçedem. Dellas me pareço tresladar aqui soamente hũa apos a do ¶ inffante pera elle, a quoa diz assi:

[fl. 202]

¶ Treslado da carta do imffante dom Luis estando em Barçelona pera o camareiro moor dom Françisco de Castelbranco por sua letra.

Sobreescrito.

“A dom Françisco de Castelbranco, camareiro moor d’el-rei meu senhor e do seu conselho.

Dom Françisco, amigo. Dom Afonso vosso irmão me disse quão agastado ficáreis da presteza de minha partida pera ca, e que aguora o estarieis muito mais parecendo-vos que minha tornada não seria tão breve como se cuidava quando de la parti. E posto que ella sera pouco mais longua com ajuda de Nosso Senhor me pareço que vo-lo devia assi de dizer pera que nesse tempo de minha ausençia vos não agasteis, porque como de



qua for falando-vos en vossos neguoçios e dando-vos nelles meu parecer podereis melhor escolher o que convem, o que se aguora porventura não faria tão inteiramente. E porque ao presente de qua me parece que vos não posso fallar mais o deixo pera quando vos vir. Escrita em Barçelona a 13 de março de 538, o inffante dom Luis.”

Reposta do camareiro moor ao imffante.

“Senhor. Hũa carta me derão de vossa alteza nesta quintā onde fico (a que não respondi pello correo que se loguo despachou). Por esta rezão e pela lembrança que vossa alteza tem de me escrever lhe beijo as mãos. E contudo, senhor, eu não posso deixar enquãoto viver de ter muita rezão de me queixar de vossa alteza, e asi a Casa de meu pai e os seus ossos, porque pondo-me em suas mãos deixar-me sem nenhuma determinação vera vossa alteza o que eu cuidaria, senão o de se diz que vossa alteza tãobem he em ajuda de me destroirem²²⁵. E por outra parte lembra-me o que me mandou dizer por Pedro Botelho quando se foi pera Almeirim e que todo este tempo estive sem fallar em meu neguoçio nem tomar determinação por mo vossa alteza assi mandar e então deixar-me sem ella. Çerto, senhor, que vos divera de lembrar que por salvar hũa casa de tantos serviços e mereçimentos deve muito trabalhar hum príncipe, e assi que vosso avo o imffante dom Fernãodo de Çeita não quis vir sem el-rei seu irmão perdoar ao almirãote, irmão de meu avo, e lhe tornar toda [fl. 202 v] sua casa, e isto era por morte de homem e sendo julguado que lhe cortassem a cabeça. E a mim, a culpa que me põem ¶ he dizerem (que tanto falar²²⁶ verdade) eu, senhor, fui fallar a el-rei como se vossa alteza partio e pedi-lhe licença pera servir meu offiço como me vossa alteza mandou aconselhar. Sua alteza me respondeo que por então não queria; perguntei-lhe por minhas culpas, deu-me as que vossa alteza sabe que eu tenho, pedi-lhe licença pera comer fora do reino o que meus avoos ganharão

225 O traslado desta carta parece estar aqui corrompido. Num outro testemunho manuscrito desta mesma carta [BNP, Cod. 1598, fl. 70], leem-se, neste ponto, as seguintes palavras, que parecem fazer mais sentido: “Contudo, Senhor, eu não posso deixar de me quaixar em quanto viver e ter muita razão de me queixar de V. A. e assi a Casa de meu pay e os seus ossos porque pondo me em suas mãos deixar me sem nenhuma determinação Veja V. A. o que eu cuidaria senão o que se diz que V. A. também he em ajuda de me destruirem”. Agradeço ao Hélder Carvalho a informação sobre estoutro testemunho da carta.

226 Corrigido sobre outra palavra inicialmente escrita e agora ilegível.



com muita lealdade e serviços, não ma quis dar nem menos que o vendesse. Vim-me pera esta quintã a dar graças a Deos, que he muito pera lhas dar por ver como vossas altezas favorecem homens que assi destroem o reino e suas honrras e filhos de seus pais e desfavorecem os filhos dos tais homens como eu são. E desta maneira, senhor, fico cuidando quão pouco a vida dura, nem os estados, porque se vossa alteza por la bem quiser oulhar, assi vera principes fora de seus estados e con rezão como cavalleiros de seus offiços, e quem isto faz tem poder de tomar conta a cada hum do mal que fez. Então, senhor, não aproveitão palavras, senão obras e boas, por isso não diguo outras muitas a vossa alteza senão pedir-lhe muito por merçe se adiante passar, como se diz, tenha lembrãoça de se encomendar bem a Deos e lhe pedir que ajude e lhe mostre o caminho da verdade, e ponha-se bem em suas mãos de vontade dentro do coração. E se assi fizer eu lhe fico que elle lhe encaminhe bem suas cousas e acreçente seu real estado com muitos dias de vida, como lhe eu contudo desejo desta quintã da Povia a 24 de março de 1538. Beija as mãos a vossa alteza dom Francisco de Castelbranco Valente”.

Desta livre e isenta condição e secas pallavras que no teor desta carta se vem e do fallar tanta verdade de que nella faz menção tirou o camareiro moor dom Francisco de Castelbranco o propio e ordinario fruto destas calidades que he desvaler comummente com os príncipes e ser odiado de seus privados, e assi morreo sem o efeito de suas pretensões; mas quão christammente se ouve en sua morte, verdadeiro sinal da vida, e as obras pias que instituhio veremos loguo no capitulo que se segue.

No ano de 1534 lhe escreveo el-rei dom João hũa mui copiosa e eloquente carta sobre lhe pedir seu parecer acerca de soster ou larguar as çidades de Çafim e Azamor, propondo sua alteza todas [fl. 203] as rezões e deficuldades que de hũa e doutra parte avia e senificando com palavras de muito sentimento quanta pena recebia soo de praticar nesta materia de deixar aos mouros tais duas çidades sendo guanhadas por el-rei seu senhor e padre com outras mui largas rezões, por esta parte declarando mais quanto desejo tinha da conquista de Africa e de fazer guerra aos mouros della por sua pessoa nas partes dos reinos de Fez e Marrocos, encomendando tãobem encareçidamente ao dito camareiro moor que oulhando



bem todas as particularidades e disposição de cada hũa destas partes o aconselhasse juntamente por qual dellas seria mais conveniente começar-se a guerra, na qual sua alteza dizia que não tardaria mais em a começar que como as neçessidades de sua fazenda lhe dessem lugar pera o fazer. A esta carta respondeo o camareiro moor com outra de mui vivos christãos e cavaleirosos fundamentos aconselhando sua alteza que se não larguassem as ditas çidades ao menos atee el-rei não começar a guerra pellas partes do reino de Feez, que lhe pareção mais dispostas per se por ellas emprender a dita conquista, exçitando com muitas e boas rezões a sua alteza pera o efeito da dita guerra, tratando tãobem nesta carta nestas duas partes de seu conselho e en representar o abatimento do credito portugues e as miserias do reino e as causas de tudo com aquelle seu livre e isento estillo que seu natural lhe dera. Porem, sem embargo dos fundamentos de sua opinião, que nós tãobem seguimos e provamos com outros diverssos (segundo se vera atras neste sumario, capitulo 26) prevaleo a parte contraira, e a guerra se não fez então, que porventura tivera mui avantejadas comodidades e sucesso do que teve quando depois el-rei don Sebastião, que Deos tem, tão inconsideradamente se nella meteo e nella acabou. E as çidades sobreditas de Çafim e Azamor forão por mandado do dito senhor rei dom João despejadas pellos nossos no mes de novembro do ano de 1541. E ainda não erão bem despejadas quando o Xarife as tomou e se empossou dellas e as tem e conserva como vemos.

Capitulo 96.

Da morte do camareiro mor dom Françisco de Castelbranco e de seu [fl. 203 v] testamento e sepultura e cousas que deixou ordenadas, e das molheres e filhos que teve e das merçes que ouve pera seu filho herdeiro.

Posto que o camareiro moor dom Françisco de Castelbranco creçeo mais em mereçimentos que en valia com el-rei dom João o terçeiro por as rezões e causas que mui larguamente ficão contadas no capitulo preçeden-te, contudo não pareço a sua alteza rezão deixar de lhe fazer merçe do senhorio da vila de Villa Nova de Portimão e de todas as mais cousas da



Coroa que elle en sua vida tinha pera as aver o filho mais velho varão que por sua morte ficasse, assi e da maneira que as elle tinha, as quais erão as propias que o conde seu pai posohia e ouvera pera elle, que ficão relatados atras, capitulo 82. E não tinha nellas o dito camareiro moor acreçentado mais que hũas boticas que estão nesta çidade de Lixboa à porta da portagem e oje poderão render dozentos cruzados, as quais ouve d’el-rei pera andarem sempre anexos a sua capella do morguado da Povia da Ermida que lla fez como loguo diremos. Da dita merçe principal per que se lhe deu sua Casa pera seu filho se lhe passou alvara feito en Santarem por Pedro d’Alcaçova Carneiro, conde que oje he da Idanha, a 24 d’agosto de 1546, declarando sua alteza nelle que avia respeito aos muitos serviços que o dito dom Françisco de Castelbranco seu camareiro moor e do seu conselho lhe tinha feitos e esperava que lhe fizesse, “pellos quais e pelo mereçimento de sua pessoa he rezão” (diz sua alteza no alvara) “que eu folgue de lhe fazer merçe”.

Pouco tempo depois de asi ter o camareiro moor avido sua Casa pera seu filho herdeiro falleço da vida presente, e porque o ano e dia de sua morte e idade se relatão no seu letreiro que estaa na capella moor de São Martinho desta çidade de Lixboa, metido na parede da parte da Epistola com letras de ouro em pedra preta, poremos aqui as palavras delle, que são estas:

“Aqui jaz dom Françisco de Castelbranco Vallente, senhor de Villa Nova de Portimão, camareiro moor d’el-rei dom João o terçoero, filho do conde dom Martinho e de dona Maçia de Noronha, casado [fl. 204] com dona Maria de Castro. Falleço a 15 de outubro de 1548, de idade de çincoenta e hum anos”.

No testamento do dito camareiro moor, feito a oito de julho do dito ano en que falleço de 548, loguo no princípio elle declara como mandou fazer a dita capella moor de São Martinho pera jaziguo do conde e condessa seu pai e mai que nella jazem e tãobem de seu avo e avoo, cujos ossos elle tirara da outra capella que está na dita igreja à entrada da porta principal da parte do Evãogelho, a qual capella os ditos seus avoos fizerão, e que esta treslladação fizera con liçensa do prellado e do nunçio do papa que então neste reino resedia, e mandou que na propia capella o enterrassem e na



mesma sepultura em que elles seus pais e avoos jazião, porque com ese fundamento a fizera. E porem, elles jazem da parte do Evangelho, e elle da outra como se ja disse. Acha-se hum estromento pubrico feito por notario apostolico a dez de novembro de 1528, pello quoa o vigairo perpetuo da dita igreja de São Martinho em seu nome e dos beneficiados della fez pura e livre doação *im perpetuum* ao dito camareiro moor e a seus herdeiros e soçessores da dita capella moor pera se nella enterrarem e poderem fazer as suas sepulturas e jazigos sem impedimento do serviço da igreja e com obriguação de elles a terem sempre repairada às suas propias custas e despesas e a conservar e melhorar no estado en que estava, e de a levantarem todas as vezes que caisse. E declara-se mais no dito estromento que a dita doação se fazia avendo-se respeito a como o dito dom Francisco de Castelbranco camareiro moor derribara a dita capella moor con liçença do dito vigairo e a mandara fazer maior e milhor ornada e de abobada, e que avia de poer nella hum retabolo que lhe oje vemos com as armas dos Castelbranco no frontispício e ornamentos e outras cousas en que gastaria mais de seteçentos cruzados.

Alem da dita obra da capella moor de São Martinho fundou o camareiro moor hũa ermida na sua grande quintãa da Povia da invocação de Nossa Senhora da Piedade, na qual mandou en seu testamento que residisse hum capellão continuo que cada dia nella disesse missa por sua alma e de duas molheres que teve e pollas das possoidores do moorguado da Povia que [fl. 204 v] pello tempo fossem. E alem de çerto triguo e azeite applicou sustentação do dito capellão renda en dinheiro de juro que mandou que se comprasse de sua terça e deixou muitos ornamentos ricos e prata e outras cousas do serviço da dita hermida que lhe elle e sua primeira molher dotarão anexos ao morguado. E nos itens juntos ao testamento se relatão particullarmente todas as peças ricas que pertencem ha dita hermida, a quoa muito encomenda e encarregua a seu soçessor pedindo encareçidamente que em nenhuma maneira falte o capellão e missa cotediana que pella maneira açima dita ordenou.

No dito testamento deixa o camareiro moor sua terça a seu filho primogenito herdeiro de sua casa emcomendando-lhe muito aos mais filhos seus irmãos pera que os agualhasse e alimentasse, assi quanto às suas



peessoas como aos servidores e en cavalguaduras que lhe fossem neçessarias atee serem de idade pera poderem servir a el-rei nas partes d'alem ou na India. E elles o fizerão assi servindo em ambas as ditas partes e no reino e em outras, como veremos em seu lugar quando dos serviços de cada hum falaremos. E às legitimas dos mais filhos (exçeito o mais velho) mandou que se lhe comprassem en tença pera se melhor poderem com ellas remediar em suas neçesidades que, çerto, he a melhor providençia que neste caso pode aver. Deixou por seus testamenteiros a sua segunda molher, dona Maria de Castro, e a seu cunhado dom Nuno Alvarez Pereira, marido de sua irmã dona Maria de Noronha (de quem atras falamos) e a seus irmãos dom João e dom Afonso, todos juntamente. E quem tãobem compria os testamentos de muitos, justo era que muitos comprissem o seu, porque como se ve de hũa verba do mesmo seu testamento, nella declara que ficou por ajudador no comprimento do testamento do conde seu pai (segundo nós tãobem atras contamos capitulo 85) e que fora testamenteiro da condessa sua mai, e assi de sua primeira molher dona Françisca. E todos estes testamentos tinha compridos como Nosso Senhor sabia e de todos tinha quitações e papeis que se emtre os seus acharião. E particularmente no fim do testamento encomenda ao meirinho moor dom Afonso, seu irmão, sua molher e filhos e lhe pede muito por merçe que os [fl. 205] queira aconselhar en tudo o que a sua fazenda e honrras cumprir pella muita confiança que diz que sempre delle tivera e levava.

No tempo da morte, há lembrança que se virão no dito camareiro mor dom Françisco de Castelbranco muitos e grandes sinais de verdadeira contrição e devação cristã. Conta-sse que tendo diante hũa imagem e parecendo aos çircunstantes que tinha os olhos divirtidos della o inçitavão e amoestavão que oulhase a imagem e se encomendasse a quem representava, e que elle com os olhos feitos em hũa çerta parte de parede respondera espantando-se delles não verem a imagem do cruçifixo que elle via, pera a qual dizia que estava sempre oulhando. E ou era assi que Nosso Senhor em prenunçio de sua salvação se lhe representava realmente aos olhos corporais naquela forma de cruçificado (como aconteçeo muitas vezes na morte de santos e peessoas virtuosas) ou ao menos (que he o que mais creio) tinha o camareiro moor os olhos spirituaes da consideração



tão empregados e embebidos na meditação das cousas da paixão de nosso senhor Jesu Cristo que se lhe afigurou ter presente seu cruçifixo. E quem na lembrança tão viva destas cousas acabou, de crer hé que foi pera lhe Nosso Senhor fazer merçe de com efeito lhe aproveitarem os mereçimentos de sua sacratissima paixão. Foi o dito camareiro moor duas vezes casado. A primeira delas se ocasionou de amores que teve com dona Francisca de Meneses, filha de dom Dioguo Pereira²²⁷, conde da Feira, com a qual sendo achado por seus parentes no tempo de seus amores dentro em hũa casa o quiserão obrigar per força ao casamento, de que se elle então livrou com sair por hũa janella não sem periguo seu porque quebrou hũa perna de que depois não foi nunca bem são. E tendo seu pai e elle desgostos de se tratar de seu casamento por esta via chegou o neguocio a juizo e foi julgado elle por livre sem ter obriguação de casar com a dita dona Francisca. Porem, depois de assi se pronunçar, o conde seu pai quis e lhe mandou que cazase então com ella e que fizesse por virtude o que por via forçada ambos atee'li contradisserão, usando o conde nisto de sua muita bondade, não consentindo que pessoa de tanta callidade fosse seu filho causa de ficar infamada. Fizerão-se então os contratos de dote e arras ao primeiro de dezembro de 1516, en que se declara que o dito [fl. 205 v] dom Francisco tomaria sua Casa na entrada do ano de 519 e se lhe promettem vinte mil dobras, em fiança e segurança das quais e de nunca virem a colação ficarão por fiadores e prinçipaes paguadores o herdeiro da Casa da Feira e o conde de Tarouca e o regedor Aires da Silva e suas molheres e filhos herdeiros, por todos serem tios cunhados e irmãos da dita dona Francisca. Esta senhora foi mui virtuosa dona e falleceo sem dela ficar geração, e parte da fazenda que lhe tocava deixou ao dito camareiro moor seu marido pera andar anexa a seu morguado, segundo elle en seu testamento faz menção.

Segunda vez foi casado o dito camareiro moor com dona Maria de Castro, filha de dom Dioguo Lopez de Lima²²⁸, alcaide moor de Guimarães, senhor da villa de Crasto d'Airo, e en vida desta senhora faleceo como ja se disse. En seu testamento lhe deixa dez moios de trigo e oitenta mil reaes en dinheiro de renda em cada hum ano en sua vida nos rendimentos

227 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Pereiras Meneses”.

228 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Limas Castros”.



dos bens da Coroa que ficavão a seu filho mais velho por o poder fazer per hum alvara d'el-rei que pera isso tinha, e assi a nomea no prazo de Per-nes. Desta senhora que fora dama mui fermosa da rainha dona Catarina ouve o dito camareiro moor os filhos e filhas seguintes.

Dom Martinho de Castelbranco, filho primeiro; dom Dioguo de Castelbranco, filho segundo; dom Luis, filho terceiro; dom Guonçalo, filho quarto; e dona Meçia de Noronha, que faleço muito moça sem casar e por isso não faremos dela ao diante mais menção. E dos mais filhos trataremos larguamente nos capitulos seguintes. Constão estas cousas dos casamentos e filhos do dito camareiro moor da arvore que tem dom Manoel de Castelbranco e dos livros ambos das linhagens, da Torre do Tombo e de dom Antonio de Lima, ajuntando a hum o que o outro diz. E o dito Antonio de Lima no seu comclue as cousas do dito camareiro moor con dizer assi: “Foi hum dos mais honrrados fidalguos do seu tempo, porque a privança do rei que não teve, que a outras desdoura, fez nelle tanto lustre como nos que a mais tiverão sem a sua honrra fazer en vez favor alheo”. E pelo que fica dito larguamente no capitulo antes deste se entenderá bem con quanta rezão don Antonio disse estas palavras e nós tãoobem com ellas. E com dizer mais que foi sempre tido o camareiro moor dom Françisco [fl. 206] por mui verdadeiro nas suas e mui christão nas obras pomos aqui fim hà relação de seus feitos.

Capitulo 97.

De dom Martinho de Castelbranco, senhor de Villa Nova de Portimão, filho primeiro do camareiro moor dom Françisco, e de seus muitos serviços, casamento e morte.

Dom Martinho de Castelbranco, filho primeiro do dito camareiro moor dom Françisco, herdou sua casa. Foi senhor de Villa Nova de Portimão e de todos os mais bens da Coroa que seu pai e avos tiverão de que ja era feita merçe ao camareiro moor seu pai pera elle, segundo no capitulo passado se disse, porque este foi o modo que os senhores desta casa sempre tiveram avendo-a en sua vida pera seu soçessor no moorguado patrimonial e



assi se lhe conçeдео tãobem ao dito dom Martinho em mais largua forma cont[r]a a lei mental, como abaixo diremos. Teve contudo muito tempo grande contradição da parte dos moradores da dita villa de Villa Nova de Portimão, que lhe embarguarão as doações pretendendo não poder ser a dita villa doada a nenhum senhor, mas aver sempre de ser realengua e andar unida à Coroa por expresso privilegio que diso tinha, conçedido por el-rei dom Afonso no tempo de sua fundação. Durou a demanda muito tempo, e porem, no fim della se deu sentença que atenta a forma dos ditos privilegios, e como sem embargo deles a dita villa era costumada a andar desmembrada da Coroa do reino e fora ja do bisavo, avo e pai do dito dom Martinho se pronunçiava que os reis destes reinos a podião dar a quem lhe aprouvesse e por consequente era e pertença o senhorio della ao dito dom Martinho por suas doações, pellas quais ouve posse. E posto que não foi tão amado de seus vassalos [fl. 206 v] que lhe deixasse de soçeder hum motim açidentalmente contra elle ordenado, contudo com ajuda delles fez muitos e honrrados serviços deste reino nas ocasiões que en seu tempo se ofereção²²⁹, segundo se adiante contará.

No ano de 1546, dous anos antes do falleçimento do camareiro moor seu pai, foi tomado polla rainha por seu pagen e no ano de 557 foi filhado d’el-rei por moço fidalgo; no de 561 se acreçentou a estes serviços de moço. Ajuntou outros de moor importancia como creçeço na idade.

No casamento do príncipe dom João, pai d’el-rei don Sebastião, que Deos tem, ano de 1553, gastou muito. Foi mandado çinco vezes ao Algarve avendo novas de armadas de mouros, turcos e cosairos, e no ano de 58 e no de 59, en que seu tio dom João de Castelbranco esteve no dito reino por fronteiro moor delle servio dom Martinho de capitão de sua villa. Todas as vezes que foi ao dito serviço foi mui acompanhado de parentes e criados, e com muito gasto.

No ano de 566, quando os françeses saquearão a ilha da Madeira se foi à dita sua villa de Villa Nova e estando-se nella fazendo prestes com muita pressa en tres naos e duas caravellas tendo feito muita gente e despesa foi mandado tornar por carta do cardeal dom Henrique, rei que foi destes

229 Possível erro por “ofereção” (pretérito).



reinos e que então nelles tinha o guoverno, por aver novas que ja os franceses erão idos.

No ano de 572, o mandou el-rei don Sebastião, que Deos tem, acompanhar ao senhor dom Duarte, filho do infante dom Duarte, que ajão gloria, em hũa poderosa armada que se pera elle fazia na quoa o dito dom Martinho (entre outros fidalguos mui prínçipaes que na jornada hião noutros navios) levava o gualião São Lourenço, que com muito provimento de armas e lousainhas e bandeiras de seda fez à sua custa prestes. E nelle hião dozentos homens seus vassalos que mandou vir do Algarve en caravellas, alem dos quais levava consigo muita copia de fidalguos seus parentes e de criados com muitas charamellas e trombetas e outros instromentos de guerra, no que tudo fez mui notavel gasto e despesa por esta ser ocasião de competência e en que cada fidalguo dos que levavão gualião meteo muito [fl. 207] cabedal, mas esta jornada ja noutro lugar apontamos como se não efectuou.

Trouve sempre requerimentos des que foi de idade pera iso sobre o titulo de conde que ao herdeiro de seu pai e avo se devia por tantas rezões como jaa neste sumario fica dito, e assi sobre o offiço de camareiro moor que de seu pai fora. E de se aver por muito agravado em não ser respondido a estas pretensões viveo sempre mal contente neste reino e fez algũas jornadas fora delle. A primeira foi no ano de 569, en que com seu irmão dom Dioguo se partio pera a guerra de Granada que emtão el-rei dom Fellipe nosso senhor fazia contra os mouriscos reveis daquelle reino, que sendo (como tem por natureza) tredos e desleais não somente a seu legitimo rei e senhor mas a fee cristam que ja tinham reçoebido, perfidamente se rebelarão levantando entre si hum apos outro dous reis e tornarão à falsa seita de Mafamede. E polla aspereza e fortaleza dos luguares daquelle reino e Serra Nevada que nella ha e muito valor dos ditos mouros andaluzes foi mais difficultosa e trabalhosa esta guerra do que se cuidou, e fazendo muitos danos se sostiverão por algum tempo atee serem tomados pelo esclarecido e bem afortunado prínçipe o senhor dom João de Austria, irmão do dito rei dom Fellipe nosso senhor (que ora he) o quoa de todo lançou daquelle reino esta má semente destribuindo os que se lhe renderão e não pasarão a Africa por os mais luguares de seus reinos de Hespanha.



Os sucessos desta guerra relata hũ poeta espanhol natural de Cordova chamado²³⁰, que compos em oitava a vida do dito dom João d'Austria, e Ilhescas na vida de Pio quinto (ano de 1570²³¹). Nesta guerra hia ser aventureiro o dito dom Martinho de Castelbranco e dela foi chamado por carta d'el-rei don Sebastião per que se tornou ao reino.

A segunda jornada fora do reino fez o dito dom Martinho no ano de 73, indo ver Italia e con tenção de achar na empreza da ligua contra os turcos de que o dito senhor dom João de Austria era general. E posto que não foi a tempo de ser nella não ficou pouco de guanho no muito que vio, asi dos exerçijos da guerra como dos varios costumes, trajos e poliçias das çidades prinçipaes da Europa per que andou, de que se não pouco soube aproveitar. E tocando as terras do estado de Saboia recebeo muitas honrras [fl. 207 v] e guasalhados do duque Manoel Feliberto pella obriguacão e conhecimento que de lhe seu pai ficara desta casa de Villa Nova do tempo que o conde, avo do dito dom Martinho, levou deste reino a inffante dona Britez, mai do dito duque, como neste sumario en seu luguar compri-damente contamos. E sempre depois emtre os senhores da casa de Villa Nova ouve muita correspondençia com as cousas do duque de Saboia, e particularmente o dito dom Martinho festejava e banqueteva seus embaixadores quando a este reino vinhão.

Andando ainda o dito dom Martinho fora do reino nesta segunda jornada soube como el-rei don Sebastião passava a Tangere o ano de 74. E vindo-se donde estava com a moor brevidade que lhe foi possivel foi na dita sua villa de Villa Nova, donde em mui pouco espaço de tempo partio pera Africa con treze navios e dozentos homens en que entravão muitos de cavallo, com os quais chegou à dita çidade de Tanger onde sua alteza estava e nella esteve enquanto el-rei se não veio.

No ano de 78, quando el-rei don Sebastião segunda vez passou na jornada en que se perdeo, o acompanhou com hũ gualião e muitos navios en que levava çento e sesenta soldados de soldo e muitos de cavallo, todos

230 Segue-se espaço em branco. Trata-se, provavelmente, de Juan Rufo, cordovês, autor de *La Austriada*, poema épico dedicado aos feitos de D. João de Áustria.

231 Entenda-se que este ano se refere às revoltas de Granada, e não à datação das obras aqui mencionadas.



vassalos seus e criados. E nos aperçebimentos pera a dita guerra e mantimentos pera a dita gente e pera muita outra de toda a sorte que se lhe folguava de chegar fez mui exçessiva despeza e gastos. Mostrou na vida sempre ser valeroso, mas muito mais na morte, porque o dia da infellice batalha de Alcaçere, que foi a 4 de agosto do dito ano de 78, foi visto não somente pellejar a pee e cavallo mui esforçadamente, mas andar, ora com louvores, ora com reprehões, animando e exçitando aos fidalguos e gente de cavallo e aos aventureiros (frol da gente de pee) que cada hum fizesse seu offiço e o que devião às suas honrras; e por este modo acabou como filho e neto de seus avoos. De maneira que nestas duas jornadas d’Africa no serviço da patria, nenhum dos senhores de Portugal o exçedeo, e na gente e armas e navios que levou elle exçedeo a todos tirando os duques.

Dom Antonio de Lima, no seu livro das linhagens, quando falla no dito dom Martinho diz assi entre outras cousas:

[fl. 208]

“Foi mui valeroso e custoso e grande gastador quando compria, assi o mostrou na primeira vez que el-rei don Sebastião foi a Tanger no ano de 74 e na segunda ida, en que se perdeo na batalha de Alcaçere, onde servio e acompanhou levando sempre doze, treze navios com muita gente de pee e de cavallo a sua custa dando mesa e agusalhando muitos fidalguos e soldados honrrados. E assi de Italia, onde foi pera laa se achar com o senhor dom João de Austria, trouxe muito bom nome e de todos os duques e senhores de Italia foi muito bem agusalhado, reçebido e tratado com muita honrra”. Atee qui são palavras do dito dom Antonio de Lima.

Foi casado com dona Joana da Silva, filha de dom Pedro de Meneses²³² (filho segundo de dom Antonio de²³³ Noronha primeiro conde de Linhares e neto do marques de Villa Real, pai do dito conde), capitão que foi en Çeita onde os mouros o matarão pelejando valerosamente. Desta senhora que oje vive não ouve o dito dom Martinho filho algum, e assi por não ter descendentes pedio a el-rei don Sebastião sua Casa pera quem quer que fosse

232 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Meneses, Noronhas, Silvas”.

233 Segue-se palavra riscada: “Meneses”.



seu suçessor nos seus moorguados patrimoniaes. El-rei lhe fez merçe no ano de 77 do senhorio e jurdição de Villa Nova e de seis çentos mil reaes de renda dos bens da Coroa que elle possohia pera o dito seu herdeiro e depois lhe fez mais merçe que isto se entendesse em femea contra a lei mental com declaração que a femea que asi ouvesse de guozar da dita doação fosse obriguada a casar com a pessoa da linhagem dos Castelbranco que lhe o dito dom Martinho nomeasse, e não o fazendo não ouvesse a casa. E por virtude deste alvara ordenou o dito dom Martinho em seu testamento que vindo sua soçessão a dona Branca de Vilhena, filha de seu irmão dom Dioguo, casasse com o filho mais velho do meirinho moor dom Duarte de Castelbranco seu primo, e não podendo isto aver efecto casasse com fidalguo do apellido de Castelbranco con conselho do dito meirinho moor e de dom Afonso de Castelbranco, bispo que oje he de Coimbra, conde de Arguanil. Mas o que nisto Deos ordenou se vera adiante em seu lugar quando tratarmos do dito dom Dioguo de Castelbranco e de seus filhos e filhas, e assi de dom Manoel de Castelbranco seu primo e cunhado que oje he casado com esta senhora dona Branca de Vilhena e ahi faremos menção das demandas que ouve e ha sobre a çerteza da morte do dito dom Martinho e sua suçessão e dependências, o quoa foi da orden [fl. 208 v] e cavallaria de Nosso Senhor Jesu Cristo, que segundo el-rei don Sebastião a estimava e se prezava de mestre della (trazendo de continuo o seu habito pubrico con duas setas atravessadas por devisa, à honra de São Sebastião, glorioso patrão de seu nome), não era pequeno meio de o servir e com prazer tomarem os homens da callidade do dito dom Martinho o abito da dita ordem sen comenda. Foi o dito dom Martinho grande servidor de damas, muito inclinado aas armas e das letras latinas teve conhecimento, com o quoa não soamente se ocupava em ler as istorias humanas²³⁴, mas tãobem as da sagrada escriptura. Rezava o offiço divino, foi edificador e fez muitas obras no seu morgado da Povia, aspero algum tanto de condição.

234 Corrigido sobre palavra inicial, hoje ilegível.



Capítulo 98.

De dom Dioguo de Castelbranco, filho segundo do cama-reiro mor dom Françisco, e de suas partes, serviços, morte, mulher e filhos.

De muito pouca idade começou tãobem dom Dioguo de Castelbranco a servir os reis deste reino, como se mostra pelo alvara de seu filhamento em moço fidalguo feito no ano de 56, e quasi todo o tempo que teve de vida gastou servindo atee a perder no mesmo serviço. Foi por vezes ao Algarve, guovernando a rainha dona Caterina, por seu mandado nos tempos en que seu tio don João de Castelbranco e seu irmão dom Martinho naquele reino e na villa de Villa Nova fazião o offiçio de capitães, como en seu luguar de cada hum dissemos. Servio nas gualees do reino alguns verões e andando nellas na costa do dito reino do Algarve lhe soçedeo ter en terra junto de Tavira hum desafio com hum homem bem esforçado a quem elle matou ficando ferido de hũa estocada de que sempre depois foi indespuesto.

[fl. 209]

Residio em Tanger servindo hũa comenda, que venceo; com muitos criados e cavallos em alguns rebates que em seu tempo ouve mostrou muito valor e nelles foi ferido: no tempo do çerco de Mazagão foi ao socorro del-le, onde pellejou muitas vezes e de hũa delas foi ferido dos imigos com hũa lança pela boca, ou na jornada do Pinhão em que se achou com Françisco Barreto, guovernador que depois foi da India a quem el-rei don Sebastião mandou por geral da armada que enviou com o socorro que deu a el-rei dom Fellipe, nosso senhor, pera a tomada da dita fortaleza do Pinhão que se aos turcos ganhou, sendo general da empreza dom Garçia de Toledo, marques de Vila Franca.

Quando dom Martinho de Castelbranco, senhor de Villa Nova, irmão mais velho do dito dom Dioguo de Castelbranco se fez prestes pera ir contra os françeses que derão saco na çidade do Funchal da ilha da Madeira e pera ir com o senhor dom Duarte na jornada que se aparelhava, em ambas o dito dom Dioguo hia não perdendo nunca nenhũa ocasião desta callidade de



serviços. Na jornada de Granada tãobem foi com o dito seu irmão atee ser mandado tornar, posto que elle o fez vir primeiro.

De ambas as vezes que el-rei don Sebastião passou em Africa o acompanhou e na derradeira morreo pelejando na batalha de Alcaçere, acabando na morte com as mostras que na vida dera de seu esforço por muitas vezes que pelejou em os ditos luguares e tempo, parecendo sempre bem nellas ser filho e neto de seus avoos.

Foi gentil homem, meão de corpo, seco, grande cavalgador e de mui conhecidas habelidades a cavallo, que se lançava correndo de hum no outro, e fazia outras semelhantes; muito brando de condição, muito liberal de cortezia, muito detreminado nas cousas de honrra e juntamente mui bom christão. Teve comenda na Ordem de Christo da igreja de São João na villa d'Abrãotes, e por suas calidades, valor e serviços outras muitas e maiores mereçia.

Foi casado com dona Lianor de Milão²³⁵, que oje vive, sua prima comirmã (filha de dom João de Castelbranco, seu tio) cujas muitas virtudes e prudência se não podem aqui bem dizer. E a afeição que antre elles foi causa do matrimonio lhe durou com acreçentamento de maior amor e comformidade todo o tempo da vida [fl. 209 v] delle, e ainda nos autos da morte, no fim, se mostrou isto porque no testamento que o dito dom Dioguo fez na jornada en que se perdeo mandou que se lhe puzese na sua sepultura este epitafio em lingua latina de que tinha conhecimento:

*“Unanimes Iaçent hic Jacobus Albicastrensis
Et uxor eius Leonor Milanensis; qui in obsidione
Mazagani et in aliis Mauritaniæ partibus
Pro Christo et eius patria dimicavit. Obiit anno
1578”.*

Pello quoaletreiro se ve que indo pera a guerra con determinação de ou vençer ou morrer nella pronunçiou o ano de sua morte. Desta senhora ouve o dito dom Dioguo de Castelbranco tres filhas que oje vivem, por

235 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Milão: Aragão:”



nome dona Branca de Vilhena, que ora he casada com dom Manoel de Castelbranco seu tio, a quem toca a soçessão da casa de seu tio dom Martinho juntamente com a dos morguados da Povia que possui como adiante diremos tratando do dito dom Manoel de Castelbranco; a segunda filha do dito dom Dioguo se chama dona Madanella²³⁶ e está ainda por casar, com sua mai; e a terceira, dona Maria, que com ser de muito pouca idade está ja recolhida no moesteiro da Esperança desta çidade de Lixboa onde estão outras suas tias. Afora estas, teve o dito dom Diogo outra dona Branca e outra dona Maria, filhas primeira e quarta, e dom Françisco de Castelbranco, filho segundo, que todos faleçerão sendo mininos. Depois da morte do dito dom Dioguo de Castelbranco, ficando ao tempo que elle foi pera Africa a dita dona Lianor sua molher prenhe, pario hum filho macho posthumo que se chamou dom Antonio de Castelbranco, ao quoa el-rei dom Henrique fez merçe do senhorio de Villa Nova de Portimão e de todos os mais bens da Coroa que com ella tivera dom Martinho seu tio, que lhe forão postos então per orçamento em tres mil cruzados de renda avendo respeito aos serviços e mortes do dito dom Martinho e dom Dioguo de Castelbranco, seus tio e pai, e a el-rei don Sebastião, que Deos tem, ter ja em sua vida feito merçe ao dito dom Martinho que por sua morte o suçessor de seu morguado ouvesse a villa de Villa Nova e seis çentos mil reis da Coroa com ella per hum alvara que lhe disse passou no ano de 577, o quoa el-rei dom Henrique quis que ficasse avendo lugar no filho do dito dom Antonio de Castelbranco, porem, elle não soamente não chegou a ter filho, mas nem posse da merçe [fl. 210] prinçipal que a elle en sua vida era feita. E antes de ter feitos seis anos de idade o fez Nosso Senhor herdeiro doutra melhor soçessão e dos bens da gloria, não sen grande dor e sentimento de sua mai e magoa de toda a geração por parecer que se acabava nelle a soçessão masculina da casa de Villa Nova. Mas Deos, que sabe sempre escolher o melhor, reparou e restaurou isto com entrar no lugar do dito dom Antonio dona Branca, sua irmam, pelo modo que açima fica tocado e adiante mais larguamente diremos.

Os serviços neste capitulo apontados do dito dom Dioguo de Castelbranco, alem de serem notorios constão pella provisão e pella petição que se fez no requerimento que se trouxe quando el-rei dom Enrique deu a casa

236 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “he faleçida e faleçeo donzella”.



de dom Martinho seu irmão ao dito dom Antonio seu filho, en que se fez delles justificação.

Capitulo 99.

De dom Luis de Castelbranco, filho terceiro do camareiro mor don Françisco, e de dom Guonçalo, seu filho quarto, que oje se chama frei Guonçallo, frade de São Françisco, con relação do famoso çerco de Chaul.

Porque estes dous filhos do camareiro moor dom Françisco de Castelbranco, terceiro e quarto, andarão ambos em hum tempo na India e ambos la deixarão o mundo, hum indo-se pera o çeo e outro emtrando en religião, trataremos delles juntamente neste capitulo. Servirão no paço sendo moços; forão filhados em moços fidalguos ambos no mesmo dia e ano, a 24 de março de 556, e o dito dom Luis no ano de 64 se acreçentou a escudeiro e no de 67 a cavalleiro com os tres mil e noveçentos reis da moradia ordinaria da casa de seu pai e avo, no quoyal tempo andava ja servindo nas partes da India com o dito dom Guonçalo seu irmão. E la gastarão ambos muitos anos e tudo o que de seu pai lhe ficara, e se acharão nas ocasiões todas de guerra que en seu tempo ouve.

Deste serviço do rei da terra se passou o dito dom Guonçalo estando [fl. 210 v] naquellas partes ao serviço do rei dos çeos, e entrou na religião de São Françisco dos Observantes, en que oje milita. Depois de frade e de servir pera o reino foi duas vezes a Italia, hũa delas eleito por discreto entre os que de Portugal forão ao capitulo geral, na outra passando por Saboia recebeo guasalhados e honrras do duque daquelle estado pellas obriguações e memoria que naquella casa de Saboia ha do conde de Villa Nova seu avo e de dom Martinho de Castelbranco seu irmão, como ja neste sumario contamos. Foi atee'guora presidente do collegio de São Boaventura que a dita província da Observançia tem na çidade e²³⁷ universidade de Coimbra, onde elle ouvio theologia.

²³⁷ Segue-se palavra riscada: "observer".



O dito dom Luis de Castelbranco, continuando en sua profissão militar, alem dos mais feitos en que foi se achou no memoravel e famoso cerco de Chaul que com muita rezão se pode engrandeçer sobre muitos dos que celebrão as antiguas istorias de gregos e romanos. E posto que deste cerco e das cousas nelles soçedidas ha ja impresso hum memorial e se esperão que saião a luz outros livros maiores que delle ha compostos, não deixarei aqui de resumir a sustança da empreza e suçesso dela.

No ano de 1570, sendo primeira vez viso-rei da India dom Luis d'Ataide (conde que foi d'Atouguia quando segunda vez foi guovernar aquelle estado) fizerão conjuração e ligua entre si contra os portugueses dous grandes tiranos, dos mais poderosos de todo oriente – *scilicet* – o Hidalcão, que pos cerco à ilha de Guoa, cabeça de nosso imperio naquellas partes, e o Nisa Maluco, que naquelle mesmo tempo cercou Chaul, que he hũa çidade da banda norte, 57, leguoas de Goa, posta em hum raso sem muro nem cava à boca de hum rio que lhe da o nome e tẽ mais açima outra povoação demarcada da outra por hum esteiro pequeno da parte donde o sol naçe. Nesta povoação de çima está a fortaleza que, por ser mui velha e de mui fraco repairo e ter çegua a artelharia por rezão dos edifícios vezinhos estarem mais altos que as bombardeiras, era de mui pouco efeito. Sobre estas povoações ambas veio o Nisa Maluco con grande poder. Afirma-se por cousa çerta que trouxe çem mil combatentes de pee e trinta e çinco mil de cavallo, das mais escolhidas e esforçadas nações que ha no oriente que pera esta jornada grangeou [fl. 211] de longe com largas merçes. O numero dos cavallos, elefantes, monições, armas e artelharia era imfinito. Veio primeiro diante do Nisa Maluco hum seu capitão per nome Tarquequão, que na entrada de novembro do dito ano pos seu campo contra Chaul de çima e prantou muita artelharia, prinçipalmente na entrada da barra pera tolher o socorro. Este ouve alguns encontros com os nossos, e com oito mil de cavallo que consiguo tinha procurava sempre desinquietá-los pera não poderem entender na fortificação da çidade. Na entrada do ano seguinte chegou Nisa Maluco, que cercou a çidade per todas as partes e assi per todas abateo muitas vezes com a artelharia sem de dia nem de noite cessarem de jugar com estrondo espantoso 32 peças que de redor da çidade estavam assestadas, entre as quais avia hũa que tirava com pelouro de sete palmos e meio de roda e outros de menos cantidade



mas de moor impeto. Sobre isto, com continuos asaltos foi a çidade posta en grandissimo aperto, mas o valor dos nossos foi tão admiravel que tudo vemçeo e sobrepujou. Era capitão da çidade ao prinçipio do çerco Luis Freire d'Andrade, e por lhe espirar seu tempo durante o dito çerco lhe soçedeo no carguo dom Jorge de Meneses Baroche. Esteve de socorro sempre com elles dom Françisco Mascarenhas, conde que oje he de Villa d'Orta e viso-rei que depois foi do dito estado, o quoaal andando por aquella costa por capitão moor de hũa armada que lhe o viso-rei dera se veio por sua ordem meter na dita çidade de Chaul pera a defender ou outra qualquer a que mais importante fosse o socorro de sua armada das que estavam pelloos portugueses na costa do norte. Era ao todo a gente de pelleja que en defenssão de Chaul esteve de oitoçentos pera mil homens que, posto que fizerão en todo o tempo que o çerco durou (que forão mais de nove meses) estranhas maravilhas de constança e esforço vençendo todas as dificuldades de imiguos de fora e falta do neçessario dentro, comtudo se entende claramente que fora impossivel a tão pouca gente defender hũa çidade ou duas tão mal fortalleçidas contra tão innumeravel, poderoso e aperçebido exercito se por si claramente não tiverão mui espeçial favor do çeo, com o qual he tudo façil. Este lhe mostrou Nosso Senhor em mui evidentes milagres, porque se diz que foi vista dos imiguos a figura da Sacratissima Virgem Nossa Senhora espantando-os [fl. 211 v] a elles e favoreçendo os christãos, e se tem por cousa averiguada e de que ningen duvida que a mare esteve chea sem vazar muitas oras, não dando lugar aos imigos pella parte que ella deixa en seco quando vaza poderem cometer e divertir em mais partes o pequeno numero da nossa gente. E destes dous milagres como mui çertos fez menção ao papa Gregorio deçimo terçio Achilles Estaçio, portugues, varão consumado nas letras humanas, em hũa oração sua que anda impressa que ante Sua Santidade teve en Roma quando da parte d'el-rei don Sebastião, no ano de 574, se lhe deu a obediência por João Guomez da Silva, seu embaixador naquelle tempo na corte romana, que ora he veedor da fazenda e do conselho do estado d'el-rei dom Fellipe nosso senhor. Emfim, que o suçcesso e remate do dito çerco de Chaul foi perder o Nisa Maluco doze mil homens dos seus e apos iso pedir treguas, e apos ellas pazas con grande gloria e immortal louvor dos nossos e iguoaal deshonrra e infamia sua.



¶ Neste glorioso cerco acabou seus dias o dito dom Luis de Castelbranco, o qual estando pelejando com os imigos na estância de São Francisco, que era mui perigüosa e estava a seu carguo com outros fidalguos lhe deu hũa bomba de fogo em hũa perna de que dahi a dous ou tres dias falleço, e elle foi o principal homem que neste cerco perdeu a vida; per onde he mais de estranhar a Luis Pereira não fazer delle menção na sua *Elegiada* quando trata deste cerco de Chaul, vendo que consta o que aqui diguo do que [d] o dito cerco escreveo o doctor Antonio de Castilho, coronista e guoarda mor da Torre do Tombo. Foi sempre o dito dom Luis de Castelbranco mui valeroso, e tal nome tinha e deixou na India. Teve diferenças e rotura com o viso-rei dom Luis sobre se aver de cobrir ante elle sem seu mandado ou com elle, materia que oje na India não tem ja duvidas, porque descubertos fãlão e estão os fidalguos sempre ante o viso-rei, que pera portugueses (se não intervem expresso mandado e espeçial ordem de seu rei) se pode ter por cousa grave. O dito dom Luis de Castelbranco não foi casado, mas ouve filhos naturaes – *scilicet* – dona²³⁸, que faleço menina, e dom Jorge de Castelbranco e dom Antonio, que o bispo de Coimbra conde de Arganil, seu tio, tem oje consiguio nos estudos daquella [fl. 212] universidade. Faz menção delles e da morte do dito seu pai en Chaul dom Antonio de Lima no seu livro das linhagens. E aqui se acaba de relatar a deçendençia do Camareiro moor Dom Francisco de Castelbranco, primeiro filho do conde de Villa Nova.

Capitulo 100.

De Dom João de Castelbranco, terceiro filho do conde de Villa Nova, que foi superior das apousentorias e do conselho do estado d'el-rei don Sebastião, capitão geral do Algarve.

Dom João de Castelbranco, filho terceiro do conde de Villa Nova, asi como viveo muitos anos asi servio muito em muitas materias que elle com grande brevidade e modestia relata em hũa petição que pouco tempo antes de sua morte fez a el-rei don Sebastião, da qual e de outras verdadeiras

²³⁸ Segue-se espaço em branco.



informações que de suas cousas tive iremos tirando o que se dellas aqui diser. E ainda que não ouvera outros documentos e justificações de papéis de seus serviços senão o que elle de si diz, mereção soo por elle ser bem cridos porque sobre todas suas calidades boas teve ser mui verdadeiro. Nação na corte no mesmo dia e ora en que nação el-rei dom João o terceiro, segundo na dita petição aponta, e o me[s]mo nome teve. E pello que escreve Damião de Goes na *Chronica d'el-rei dom Manoel*, primeira parte, capitulo 62, o nascimento do dito príncipe (e por consequinte do dito dom João) foi hũa segunda-feira, seis dias do mes de junho do ano de 1502. E falleção o dito dom João de Castelbranco na mesma corte em fevereiro do ano de 1572, como se pella abertura de seu testamento ve, de maneira que teve quasi setenta anos compridos de sua idade, e os sesenta e tres delles servio todos, porque de sete anos começou a servir a el-rei Dom Manoel e servindo no conselho do estado d'el-rei Don Sebastião falleção, como ao diante se dira.

[fl. 212 v]

Foi com a inffante dona Britez a Saboia en companhia do conde seu pai e de seus irmãos, como se ja noutro luguar tocou. Foi tres vezes à raia, duas dellas quando a rainha dona Lianor, molher terceira d'el-rei dom Manoel, neste reino entrou e quando delle se foi pera Castella e França, onde tãobem foi rainha. A terceira vez foi na entrada da rainha dona Caterina, molher d'el-rei dom João o terceiro, que entrou por a çidade d'Elvas en sete dias do mes de fevereiro do ano de 1525. E a forão esperar à dita çidade os infantes dom Luis e dom Fernãodo, irmãos do dito rei, e o duque de Bragamça dom James, e os condes de Tentuguel e Vimioso, e o barão d'Alvito e o dito dom João de Castelbranco e dom Dioguo de Castro, vee-dor da fazenda, e Manoel de Sousa, alcaide moor de Arronches, e outros fidalguos com muita copia de gente de cavallo, com os quais veio acompanhada a rainha atee Estremoz, onde a recebeo el-rei no mosteiro de São Francisco da dita villa.

Quando a prinçeza dona Maria, molher que foi d'el-rei dom Phelipe nosso senhor, foi deste reino pera Castella (como atras dissemos falando do



camareiro moor dom Francisco), que foi no ano de 1543²³⁹, achando-se o dito dom João de Castelbranco doente mandou el-rei em seu lugar a dom Martinho de Castelbrãoco seu filho, de quem adiante faremos menção.

No ano de 1532, sendo o dito dom João de Castelbranco de 30 anos, teve el-rei dom João recado de dom Duarte de Meneses capitão de Tanger que tinha por nova certa que el-rei de Fez vinha çercar a dita çidade, pelo que sua alteza escreveo logo (por Manoel de Moura pai de Miguel de Moura, escrivão da puridade que hoje he de sua magestade e do seu conselho do estado nestes reinos) hũa carta feita a 20 de abril do dito ano ao dito dom João de Castelbranco pella qual lhe mandou e encomendou que, en a vendendo, se fizesse prestes pera o ir servir à dita çidade de Tanger, levando a mais gente que lhe fosse posivel atee o numero que Nuno Rodriguez Barreto (que depois foi seu sogro) lhe escrevese, e que com esta gente estaria na dita çidade de Tanger ate ver outro recado de sua alteza. E o dito dom João declara en a sua petição de que açima fica feita menção que o numero da dita gente forão 200 homens que [fl. 213] avia de levar a sua custa, mas que fazendo-se prestes pera isso ouve el-rei por seu serviço que não fosse, e assi aponta outra jornada d’Africa en que ja dantes el-rei dom Manoel o mandava, a quoaal tãobem diz que por mandado de sua alteza não ouve efeito estando prestes pera ella.

No ano de 1534²⁴⁰, ao primeiro dia de maio, pos o Xarife çerco sobre a çidade de Çafim e lhe deu muitos combates. E sendo el-rei avisado da çidade estar neste estado e o çerco ser pera devagar, escreveo ao dito dom João en dezasseis dias do dito mes e ano que fosse ao socorro da dita çidade com os mais homens que podese levar, encareçendo-lhe a calidade e importancia da brevidade do serviço com a muita confiança que nelle tinha, a quoaal foi tão certa que o dito dom João de Castelbranco dentro en çinco dias foi em Çafim com hũa nao de duas guaveas e com duas caravellas mais, levando consiguio nestas embarcações muita gente honrrada com muito trabalho e perigo seu e despesa de sua fazenda a cuja custa se todo o gasto fez. Chegando à barra da dita çidade teve ao desembarcar recontro

239 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “Carolea no dito anno”.

240 Na margem direita, em letra do século XVI: “Outro cerco desta çidade conta a Carolea anno 1539, e 1540”.



com os imiguos, e assi nelle como nas minas e nos repairos que se na dita cidade fizerão e noutras ocasiões que no dito çerco ouve fez sempre muito o que devia a ssi e a filho de quem era.

No ano de 554, estive o dito dom João em Villa Nova por capitão²⁴¹ della por mandado d’el-rei dom João o terceiro e a 22 de julho do dito ano, tendo el-rei novas que Chagut Arraes, que depois foi rei de Tripoli em Berberia e morreo no çerco de Malta no ano de 1565, fora visto na costa de Catalunha com 22 navios de remo, cometeo ao dito dom João que com o doctor Fernão Rodriguez de Castelbranco (que então naquelle reino do Algarve andava e depois foi almotaç moor) tomasse assento com os moradores da dita villa no modo que se teria pera resistir ao dito cosairo. E estando o dito dom João servindo o dito carguo, soçedeo vir hũa nao de françeses carreguada de muita e rica mercadoria per conta de mercadores de Lixboa e emtrar no rio de Villa Nova vindo-lhe dando cassa a armada de Castella por respeito da guerra que então entre si tinhão o emperador Carlos com el-rei Françisco de França. E sendo a nao dentro no rio junto aos muros da villa, os espan [fl. 213 v]nhoes mandarão os bateis cheos de arcabuzeiros pera fazerem preza na dita nao, o que os da villa não somente querião impedir mas muitos delles erão em ajuda disso por estarem scandalizados dos continuos roubos dos corsairos françeses. Porem, o dito dom João de Castelbranco, pello que tocava ao serviço d’el-rei não se poder dizer que nos seus portos se tomavão per força navios aos françeses (que sua alteza nunca teve por declarados imiguos) e porque a cargua da dita não vinha per conta de portugueses, se meteo nella com muito trabalho e periguo, e por si e com os seus a defendeo muito valerosamente aos castelhanos e alguns da terra que erão em sua ajuda.

Depois disto, no ano de²⁴², andou o dito dom João de Castelbranco d’armada na costa do reino do Algarve por capitão moor contra cossairos e françeses.

No ano de 1554 ouve dom Pedro da Cunha, capitão geral que então era das gualees de Portugal, hũa honrrosa vitoria de Xaramete, cossairo turco mui

241 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ ou guovernador segundo Ilhescas que conta o dito çerco de Malta na vida de Pio 4º, alem d’outros autores hespanhoes e doutras nações que dele escreverão”.

242 Segue-se espaço em branco.



nomeado, en que o prendeo e lhe tomou algũas gualees e outras meteo no fundo com escapar soo hũa que fogio. Deu-se a batalha na costa do dito reino do Algarve à vista da villa de Albufeira, a qual foi mui bem pellejada com morte de muitos dos nossos e dos imiguos, e de hũa parte e doutra ouve alguns sinalados em esforço.

Deste soçesso se não deve pouco ao dito dom João de Castelbranco, porque con seu conselho deu causa da nossa armada não desencontrar a dos turcos e a poder desbaratar. E foi assi que estando o dito dom João por capitão en Villa Nova, e vindo ahi ter dom Pedro com as gualees ao rio se virão ambos, e dom João lhe disse as novas que tinha dos turcos e se lhe ofereço que iria em sua companhia pellejar com elles, e quando isto não quisesse lhe daria o socorro de gente que fosse neçoessario e lhe aconselhou que ajuntasse consiguo a armada das zabras que era ordenada pera andar com elle e que então ali não vinha, e junta toda a armada se fosse esperar ao cabo de Santa Maria que he porto da çidade Farão no meio da costa do dito reino do Algarve, porque assi não poderião os turcos dar rebate nem ser vistos em parte que o dito dom Pedro lhe não ficasse perto. O qual tomou o conselho do dito dom João (com [fl. 214] muita bondade e confiança de bom capitão que era) e lhe pareço mui prudente, e fazendo-se pretes com todas as forças juntas o dito dom João lhe mandou em breve tempo recado que tinha aviso de Xaramete ser entrado e vir com suas gualees ao longuo da costa, pello que elle dom Pedro devia levar ferro sem nenhuma detença e ir a demanda-lo. Este recado de dom João tomou a dom Pedro na barra de Villa Nova, e pondo em execução o que lhe elle mandava dizer buscou os turcos e os desbaratou como se ja disse.

Duas vezes foi o dito dom João de Castelbranco enviado pella rainha dona Caterina, que Deos tem, quando governava estes reinos por el-rei don Sebastião seu neto, ao reino do Algarve por capitão geral delle segundo em a dita sua petição se relata. E a derradeira dellas foi no ano de 1559, en que levou consiguo muitos sobrinhos e parentes dos quais erão dom Martinho de Castelbranco, senhor de Villa Nova de Portimão no dito reino; e dom Dioguo seu irmão; e dom Duarte de Castelbranco meirinho moor, conde do Sabugual que oje he; e dom Martinho de Castelbranco seu irmão; e dom Dioguo de Lima; e Dioguo Vaz da Veigua, sinalado em esforço, e



particularmente na preza de Xaramete, irmão mais velho de Lourenço da Veigua que foi governador do Brasil e de Simão da Veiga, que depois de muitas²⁴³ servir de capitão mor d'armadas morreo esforçadamente na batalha d'Alcaçere, e de Tristão Vaz da Veigua, que alem dos muitos anos de serviços notaveis que fez na India, especialmente nos çercos de Malaca en que servio de capitão (de que ha hum livro impresso) he oje capitão de Machico na ilha da Madeira, e o tem de juro e herdade. O quoa Tristão Vaz da Veiga com seus irmãos aqui nomeados tem parentesco com esta casa de Vila Nova, e pelo consequente com o dito dom João de Castelbranco por seu pai Manoel Cabral da Veiga, que polla via dos Cabrais era parente da condessa de Villa Nova dona Meçia de Noronha, filha do capitão da ilha. Hião com o dito dom João em companhia dos fidalguos aqui nomeados e d'outros mais de trinta de cavallo. Os poderes que levava erão mui largos pera todos lhe obedeçerem so graves penas (exçeito os alcaides moores) e pera poder despender todo [fl. 214 v] o dinheiro per conta das rendas da Coroa que fosse neçessario pera defenssão e socorro de qualquer lugar do reino e das çidades de Çeita e Tangere e provimento dellas, podia mais despender nos ditos efeitos o dinheiro das rendas da imposição de dous por çento que ha nos mais dos luguares do dito reino do Algarve, desd'o ano de 554, en que foi ordenado este direito, o quoa se paga de todas as mercadorias e novidades que a terra dá que se tirão de cada hum dos ditos luguares, quer pera o reino quer pera fora delle e he aplicado o rendimento desta imposição pera as despesas da miliçia e gente de guerra dos tais luguares e obras neçessarias a sua defenssão. E o que disto sobeja, que he a principal parte, se gasta nos salairos das vigias de cavalo e de pee que na costa ha, paguando cada luguar as suas, mas o dito dom João de Castelbranco podia pellos poderes que levava tomar de emprestimo as rendas de hum luguar e manda-las gastar nas neçessidades do outro atee elle ter per onde pagar. Na ordem que se avia de ter nas vegias de pee e de cavallo açerca de averem de ser çertas e terem premeio ou se averem de vigiar en turnos pellos moradores, remetia el-rei a resolução ao dito dom João de Castelbranco. E assi lhe mandou tãobem que com levar consigo Jeronimo de Ruão, mestre d'obras, visitase em pessoa todos os luguares do dito reino tomando assento das que serião neçessarias fazerem-se pera fortificação de cada hum delles, donde se seguio dar-se prinçipio a muitas

243 Provavelmente está omitida, por lapso, a palavra "vezes".



obras, especialmente a cerca da cidade de Laguos, que estando quasi feita e avendo tanta neçessidade de se acabar (como as excursões dos cosairos e imiguos ingleses, que alem de nos mais anos poderem fazer muito dano hà dita cidade este passado de 87 acometerão saquear, nos ensinão e mostram ao olho) se não poem em efeito acabar-se, podendo ser con tanta façelidade e tão pouca despesa como representei ao cardeal archiduque, nosso senhor, que oje governa estes reinos, quando o ano de 86, per mandado de sua magestade fui a diversas cousas de seu serviço ao Algarve, entre as quais me foi cometida a visitação das fortalezas do dito reino e a imformação do estado dellas e do en que [fl. 215] estaa esta obra de Laguos, a quoa pela curiosidade de sua alteza, inclinado entre outras sçiencias maiores a esta da architeutura, mandei trazer em molde e delineação com relação de todos os particulares della e do que custou o que he feito e orçamento do que custaria a obra que estaa por fazer e lanço feito dos offiçiaes que em onesto preço se obrigão acaba-la, que tudo apresentei com imformação de viva voz a sua alteza, com ordem que a tudo isto deu o dito meirinho moor dom Duarte de Castelbranco, veedor da fazenda e provedor moor das terças.

E tornando ao dito dom João de Castelbranco, elle se ouve nestas vezes que foi capitão geral do Algarve con tanta prudência, ordem e bom governo assi nas cousas do serviço d'el-rei que lhe forão encomendadas e na defenssão do dito reino, como nos negoçios dos particulares que a seu carguo tocavão que por isso lhe derão por muitas cartas suas que oje há el-rei e a rainha e o cardeal dom Henrique muitos aguardeçimentos. E, o que he mais raro e dificultoso en todo o offiço, moormente no de capitão, alcançou geral louvor de todas as cidades e villas daquelle reino e dos fronteiros que a elle forão.

Estes são os prinçipaes serviços que em manço e nas materias de guerra o dito dom João fez. Das mais cousas suas, por ser este capitulo ja mui largo, diremos no seguinte.



Capítulo 101.

Dos mais serviços, carguos, partes e virtudes, e testamento, morte e sepultura do dito dom João de Castelbranco, filho terceiro do conde de Villa Nova.

Foi o dito dom João de Castelbranco superior das apousentadorias, como se faz menção no livro novo das linhagens da Torre do Tombo, no qual offiço soçedeo ao conde seu pai, que lho ouve pera depois [fl. 215 v] de sua morte. E porque nelle se lhe moverão algũas innovações no tempo d'el-rei dom João o terceiro e depois em vida d'el-rei dom Sebastião, o vendeo a Lourenço de Sousa, apousentador moor, pera andar junto com o dito offiço, porque tãobem do regimento das apousentadorias se oje ja não usa, gastando-se o dinheiro da imposição que pera ellas foi aplicado em outros usos diferentes e não no paguamento das casas dos cortesãos, comfome a instituição dellas de que tratamos atras, capítulo 73.

Foi taobem o dito dom João de Castelbranco do conselho do estado d'el-rei don Sebastião, no qual sempre com muita verdade e liberdade propria de sua linhagem e de sua particular condição dava seu parecer. E no que tocava ao despacho do serviço dos particulares era inclinado a se lhe dar devida remuneração, e porque ou por lijonja do príncipe ou por pobreza e costume do reino (no qual sempre as satisfações forão mui inferiores dos serviços) achava no conselho votos contra si e via nelles desiguualdade na repartição com pouqua guoarda da justiça distributiva e muita consideração a respeitos impertinentes, tomou por remedio não querer comummente votar nos despachos taixa do premio que se avia de dar, mas soamente dezia na verdade a pouca ou muita sufeziência que sentia de cada hum. Estando ausente da corte no ano de 567, lhe mandou el-rei don Sebastião comunicar por carta a materia do casamento de sua alteza que se então tratava em França e por Pantalião Rabello, secretario que depois foi da India, que a isso enviou-lhe mandou juntamente mostrar as cartas que sobre este particullar lhe escrevera João Pereira Dantas, seu embaixador naquella corte de França. Mas Nosso Senhor que tinha doutra maneira disposto na soçessão destes reinos, não ordenou que este casamento viesse a efeito. Neste carguo de ser do conselho do estado



servio o dito dom João attee o tempo de sua morte, que como dissemos no capitulo preçedente foi no ano de 572.

E trazendo ja neste tempo el-rei don Sebastião com obstinada vontade e fatal determinação proposta consiguo a empreza e conquista de Africa, pera melhor expediente della [fl. 216] cometeo ao dito dom João que se fosse ao Algarve com poderes do guovernador pera dali o prover de mantimentos e socorros de gente que fossem neçessarios enquanto a guerra durasse. E ten-se por çerto, segundo soube por particular imformação dina de fee, que alem doutras merçes lhe prometia sua alteza por este serviço titulo de conde, mas seu animo generoso e livre da injusta ambição esteve tão longe de se inclinar ao que entendia ser manifesto desatino e dano total do reino, que nenhuma promessas o poderão mover a aceitar o cargo que se lhe dava, temendo parecer que com a autoridade de sua pessoa e reputação de sua madura idade mostrava aprovar e con seu serviço ajudar o prejudiçial conselho e detreminação d'el-rei. E assi antevendo con singular prudência as grandes perdas que o juvenil furor de sua alteza traria à repubrica e considerando consiguo a tentação tão perigouosa en que sua inteireza fora posta, foi visto muitas vezes depois deste cometimento d'el-rei passeando fallar so consiguo, benzendo-se e santiguando-se dos periguos das promessas per que passara e da calidade do caso que lhe fora proposto, lamentando ja consiguo o desemparo de tantas veuvras e orfãos como da jornada de Africa se avia de seguir.

Per outra vez, determinando el-rei don Sebastião com a mesma sua inconsiderada afeição da guerra mandar dar hum rebate falso nesta çidade de Lixboa pera experiencia dos animos da gente e da copia dos moradores e armas que nella avia, o prudente velho dom João de Castelbranco contrariou este desenho con vivas e eficazes rezões dizendo que per hũa vã ostentação e fraca experiencia que se pretendia se incoprerião tres gravissimos inconvenientes – *scilicet* – publicação da fraqueza das forças de hũa çidade tida no mundo por tanto mais poderosa do que se então achava, dissolução das honestas matronas e donzellas que na revolta do rebate ficarião expostas a grande risco da castidade, e finalmente grande periguo das casas sagradas e profanas serem roubadas.



Foi na frol da sua idade muito dado ao jogo, a qual inclinação depois tirou de si totalmente, atribuindo à Virgem, Nossa Senhora, cujo devotissimo era, pode-lo fazer, e dizia que pella afeição que mostrava, e bom tratamento e acolhimento que fazia aos frades descalços da piedade (com que familiarmente communica) [fl. 216 v] entendia que lhe viera este bem, movendo-se Nossa Senhora por suas orações a lhe remunerar as charidades que delle recebião com o apartar dos inconvenientes que do immoderado jogo communmente recreçem. Alem de por esta maneira tapar este cano à prodigalidade, foi geralmente nos mais autos de sua vida (exçeto os do serviço d'el-rei em que muito gastou) mui temperado na despeza e alheio de demaziados gastos. Sohia dizer que Deos e dinheiro erão duas cousas mui necessárias nesta vida, porque na verdade nem com as da alma nem com as do mundo pode bem cumprir sem muitas dificuldades quem as não tiver ou quem se deixar oprimir de dividas con que mal pode comservar a verdade, de que elle era tão amigo que porque hũa vez não pôde satisfazer a hum mercador com o que lhe emprestara no tempo limitado nunca mais enquanto viveo por grandes necessidades que lhe occurressem pedio a ninguem dinheiro emprestado.

No ano de 511, a seis dias de março, sendo o dito dom João de treze anos lhe deu o mestre de Santiago por respeito do conde seu pai a comenda de Aljezur no reino do Algarve que rende oje trezentos mil reaes a dom Manoel seu filho, a quem elle deixou per hum aluara que pera a deixar a filho tinha do dito mestre e quoa por os mestres seguintes e reis dom João e don Sebastião lhe foi confirmado. Na dita ordem de Santiago foi treze, que assi se chamão cada hũa das treze pessoas que os estatutos mandão que aja em cujo conselho nas cousas da ordem o mestre proçede, e a quem conforme aos ditos estatutos pertença a eleição do mestre.

No ano em que falleçeo fez seu testamento, mas estando ainda em pee e com perfeita saude, porem previnindo-se com prudência deste remedio tão necessário a todos, e muito mais aos da sua idade. E pareçia que alem da sua lingua velhiçe não prometer muito largua vida lhe revelava o spiritu que aquelle ano avia de ser o derradeiro de seus dias, porque não soamente sem estar doente fez testamento, mas vindo-se de Almeirim pera Lixboa se despedio dos amigos dizendo-lhe que vinha morrer a Lixboa,



onde o Deos levou na entrada de fevereiro do dito ano, como se ja noutro lugar disse.

[fl. 217]

Deixou ordenado que seu corpo fosse enterrado na capella de seu avo dom Goonçalo que estaa em São Martinho desta çidade de Lixboa e que dahi a hum ano se treslladassem seus ossos à sepultura do conde seu pai, que estaa na capella moor da dita igreja. Fez repartição entre seus filhos de quinhentos e vinte mil reaes de tença de que tinha liçensa d'el-rei pera testar, e os quatroçentos e setenta mil reaes delles deixou todos a seu filho unico varão dom Manoel de Castelbranco a quem tãobem deixou sua terça em moorguado, e que atee elle ser de vinte e cinco anos os rendimentos das ditas tenças que lhe deixaua, depois de outros encarguos compridos, se empreguassem em bens de raiz que se anexassem ao morguado. E assi fez morguado de outra copia de fazenda que deixou a dona Lianor de Millão sua filha, sogra e irmã do dito dom Manoel de Castelbranco, mai de dona Branca de Vilhena, sua molher, en quem ou em seus herdeiros se vem ajuntar ambos estes morguados com outros maiores de que adiante faremos menção. E particularmente mandou o dito dom João que o dito seu filho ajuntasse a seu morguado çertas terras e outras da Quarteira no Algarve que elle ouvera com sua molher primeira e erão de suas filhas e della, meias irmãs do dito dom Manoel, das quais as elle averia per compra ou per qualquer justa maneira. Quis destas cousas fazer aqui menção porque, posto que não de muito grande importância sejam, são todavia das que hão de durar pera sempre que a todo o tempo he bem acharen-se apontadas.

Nomeou por seu testamenteiro a dom Martinho Pereira, veador que foi da fazenda neste reino, a quem parece escolheo pera este cargo (sem aver entre elles obrigação estreita de parentesco) pola conhecida virtude e louvada inteireza e costumes que o dito dom Martinho teve. Alem do quoaal encomendou tãobem a lembrança de sua alma a dom Afonsso de Castelbranco, seu sobrinho, bispo que oje he de Coimbra e conde de Arguanil, de quem adiante fallaremos. Com esta disposição, deixãdo prudentemente ordenado o modo que na ordem da vida de seu filho unico [fl. 217 v] se avia de ter o achou a doença, apos a quoaal veio a morte. No tempo della



mostrou tanta constância e desejo de outra vida que se pode ter por mui certo sinal da gloria que nella he de crer que tem. Sentindo-se cheguado ao fim dava ameude o pulso a seus criados prometendo alviçaras ao que primeiro lhe dissesse que estava pera depressa acabar. E sendo na vida em extremo reçooso da morte, parece que se ouve nella de maneira e tais obras fez e tão christammente viveo que o reço de morrer se lhe converteo em desejo e a tristeza da consideração da morte repetida e continuada na vida lhe tirou o sentimento e quasi causou contentamento no mais trabalhoso tempo de passar por ella. Estando com esta inteireza e seguro semblante, parecendo aos çircunstantes, e espeçialmente a dom Martinho de Castelbranco, senhor de Villa Nova, seu sobrinho, que elle não entenderia de si o estado tão chegado ao fin en que estava lhe perguntou en que cuidava; ao que elle respondeo con sutil desimulação: “estou cuidando em hum vestido novo que aguora ei de mandar fazer”, dando a entender por este modo quão escusada pergunta aquella fora pera com elle, sendo certo que lhe não podia tocar naquelle tempo outra lembrança nem cuidado senão o de alma e de bem morrer. E por esta maneira com demonstrações de muita christandade acabou. Foi homem alto de corpo, alvo de rosto, mui verdadeiro, virtuoso e valleroso.

Capitulo 102.

Das molheres e filhos e descendentes de dom João de Castelbranco, filho terceiro do conde de Villa Nova.

No livro novo das linhagens da Torre do Tombo se faz menção somente do primeiro casamento de dom João de Castelbranco, mas dom Antonio de Lima no seu fala ja na primeira e [fl. 218] segunda molher que o dito dom João teve. Nós mais copiosamente trataremos d’ambas e dos filhos que delas teve, e netos e bisnetos que deles proçederão neste capitulo.

Consta pello testamento do mesmo dom João de Castelbranco que no ano de 1520, que era estando elle em dezoito annos de idade, o casou o conde de Villa Nova seu pai com dona Caterina Barreta²⁴⁴, filha de Pedro

244 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Mascarenhas Barretos”.



Mascarenhas, a quem Lopo Vaz de São Paio usurpou o governo da Índia e de cujo grande esforço e feitos os livros della e a *Chronica d'el-rei dom Manoel* estão cheos. Com esta senhora ouve dom João mui grande dote, e por morte de seu pai herdou seu morguado que depois, por fallecimento dela não lhe ficando filho varão leiguo dos muitos que teve, tornou à geração dos Mascarenhas pello casamento de dona Ilena sua filha, de que abaixo se dira. Os filhos e filhas que d'antre ambos nascerão são os seguintes: frei Guonçallo de Castelbranco, que oje vive con grande exemplo de religião, frade de São Jeronimo no real moesteiro de Belem junto a esta çidade de Lixboa; dom Martinho, filho segundo, e dom Françisco, filho terceiro, dos quais adiante fallaremos no capitulo seguinte; dom Pedro, filho quarto, e dom Antonio, filho quinto, que morrerão mininos. Das filhas foi a primeira dona Maria, que morreo freira professa de São Bernardo no moesteiro de São Dinis d'Odivellas; a segunda he dona Mecia de Noronha, que oje vive freira no moesteiro; e dona Brites, filha quarta, que faleçeo minina, e dona Ilena Mascarenhas, que foi filha terceira.

Esta dona Ilena casou com dom João Mascarenhas²⁴⁵, alcaide moor e comendador de Castelo de Vide, mui famoso pello segundo çerco de Dio que aconçeio no ano de 1546, os suçessos do qual çerco escrevem em particulares tratados Dioguo de Teive e Damião de Goes en latim, e Jeronimo Corte Real en rima solta, no qual elle com immortal gloria valerosissimamente defendeo a fortalleza daquella çidade, de que era capitão, do mui grande poder de imigos que con terrivel furor de peças de artelharia de grandeza incrivel e com infinito numero de soldados dando-lhe muitos e mui continuos combates a pretenderão expunhar, como [fl. 218 v] mais larguamente se relata nos livros de latim e linguoagem portuguesa que dos grandes feitos e soçessos deste çerco se compuserão que andão impressos.

Este dom João Mascarenhas foi tãobem em tempo d'el-rei dom Henrique seu mordomo moor, e por sua morte foi hum dos çinco guovernadores deste reino que deixou eleitos o dito senhor rei dom Henrique, os quais escolheo d'entre os que forão nomeados pellos povos nas cortes de Lixboa, ano de 79.

245 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Mascarenhas”.



Da dita dona Ilena Mascarenhas e do dito dom João seu marido nascerão estes filhos: dom Pedro, que morreo ja homem, dona Britez, que faleço em menina, e dom Nuno Mascarenhas, que oje he vivo, alcaide moor e comendador da dita villa de Castelo de Vide e herdeiro da casa, comendas e moorguados de seu pai, de que tudo tem muitos contos de renda. Fe-llo el-rei dom Felliipe nosso senhor conde de Azinhoso. E por aver parte a que pertença o direito da dita villa não lhe he ainda dada outra en lugar dela nem quer usar por ora do dito titullo, antes o tem renunciado per outras satisfações que mais quís.

Este dom Nuno Mascarenhas he casado com dona Isabel de Castro²⁴⁶, filha primeira de Fernão Teles de Santarem e de dona Maria de Castro sua molher, da quoyal dona Isabel o dito dom Nuno Mascarenhas ouve os filhos seguintes: dona Ilena, filha primeira (que no nome representou sua avo, mai de seu pai, e filha do dito dom João de Castelbranco), esta senhora falleço menina; e dom João Mascarenhas, que oje he casado con sua prima comirmã dona Maria da Costa, filha de dom António da Costa²⁴⁷ e de dona Marguaida de Vilhena, irmã da mai do dito dom João, e he esta senhora dona Maria ja oje herdeira e pessoidora do morguado dos Costas que he mui grande, como todos sabem. E pertencendo ao dito seu marido como a primogenito a soçessão da casa de seu pai dom Nuno, virá a ser a casa do dito dom João Mascarenhas despois que tudo herdar hũa das maiores deste reino porque ja aguora cada hũa delas por si he mui grande. O terceiro filho do dito dom Nuno he dona Maria [fl. 219] de Castro, o quarto dom Pedro, o quinto dom Fernando, o sexto dom Françaço, o seí-timo outra dona Ilena, o oitavo dom Antonio, o nono dom Manoel. E aqui se acabão de relatar os desçendentes do dito dom João de Castebranco e da dita dona Caterina Barreta sua primeira molher.

Segunda vez casou o dito dom João de Castelbranco con dona Brãoca de Vilhena, filha de Nuno Rodriguez Barreto²⁴⁸, alcaide moor de Farão e Loule e de sua molher dona Lianor de Milão que alem das mais calidades de sua illustre nobreza era nella sinalada por desçender do real sangue dos reis

246 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Teles Castros”.

247 Na margem esquerda, em letra do século XVI: “¶ Costas Vilhenas”.

248 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Barretos Vilhenas”.



de Aragão por esta maneira. El-rei dom João de Aragão, que primeiro o foi de Navarra, pai d’el-rei dom Fernão do “o Chatolico”, que tãobem o foi de Castella e Siçilias, teve hum filho não legitimo per nome dom Afonso d’Aragão, o qual ouve de dona²⁴⁹ de Escovar, natural de Medina de mui limpo sangue. Este dom Afonso foi mestre de Calatrava en Castella eleito no ano de 1443, como se ve da chronica da dita ordem composta por Francisco de Rades, capitulo 36. Foi depois duque de Vila Fermosa e conde de Ribagorça e delle desçendem os senhores daquelle estado, porque no ano de 1455, com licença do papa Calixto 3º, renunciando ao mestrado casou. Ouve o dito duque dom Afonso de Maria Junques, donzella de limpa geração e filha d’algo natural das terras do dito condado de Ribagorça, hũa filha que se chamou dona Lianor d’Aragão, a qual casou en Valença d’el Çid com dom Jaime del Milha, primeiro conde de Alvaida. E entre outros teve do dito seu marido hũa filha que se chamou dona Lianor de Milão, a qual veio a Portugal com a rainha dona Maria, segunda molher d’el-rei dom Manoel, filha d’el-rei dom Fernando, irmão do dito duque seu avo. E neste reino casou com dom Nuno Manoel, guoarda moor do dito senhor rei dom Manoel, e houverão antre outros por filhos a dona Maria d’Aragão e a dita dona Lianor de Milão, molher do dito Nuno Rodriguez Barreto, o qual era da illustre e mui valerosa familia dos Barretos, que no livro antiguo das linhagens da Torre do Tombo que fez o conde dom Pedro, filho do rei dom Dinis, se diz no titulo dos Frojazes Pereiras desçender tãobem delles, posto que no livro moderno das linhagens que [fl. 219 v] outrosi está na dita Torre do Tombo se continue soamente a do dito Nuno Rodriguez Barreto desde Guonçallo Nunez Barreto seu quinto avo, que foi em tempo d’el-rei dom Afonso o quarto e d’el-rei dom Pedro seu filho hum fidalgo honrrado.²⁵⁰

[fls. 220, 220v, 221, 221v, em branco]

²⁴⁹ Segue-se espaço em branco.

²⁵⁰ Seguem-se duas páginas e meia em branco, assinalando uma lacuna textual correspondente ao capítulo 103 e quase todo o capítulo 104. Esta falha foi notada por um leitor do século XIX, que escreveu a lápis, no fólio 219v, o seguinte apontamento: “Faltam o capitulo 103 e 104”. As epígrafes de ambos estes capítulos constam do índice, sendo, respetivamente: “Capitulo 103. De dom Martinho de Castelbranco e dom Francisco de Castelbranco, filhos 2º e 3º de dom João de Castelbranco” e “Capitulo 104. De dom Manoel de Castelbranco, filho erdeiro de dom João de Castelbranco, possoidor e soçessor nos morguados da Povia e no direito da casa de Villa Nova”. Estes capítulos são editados em anexo, segundo o resumo desta crónica que consta do manuscrito da Sociedade Martins Sarmento (Guimarães). A nota a lápis acima referida está quase impercetível na cópia digitalizada que está no ANTT.



[fl. 222]

e perdidas en tão calificados serviços que os possoidores della des que lhe foi concedida de mais de çento e tantos anos desta parte fizerão na guerra e na paz a torne com maiores titulos e crescimento de honrras ao dito dom Manoel de Castelbranco e a seus desçemdentres e soçessores. E aqui se acaba de relatar a desçendençia de dom João, terceiro filho do conde de Villa Nova.

Capitulo 105.

De dom Antonio de Castelbranco, filho quarto do conde de Villa Nova.

Dom Antonio de Castelbranco, filho quarto do conde de Villa Nova, foi cleriguo, posto que per costelação de sua linhagem e natural condição e inclinações propias e modo de vida que levou mais parecia nascido pera as armas e estado secular que pera o eclesiastico que teve. O conde seu pai diz delle en seu testamento que teve boa condição, e com isso faz menção de algũas menencorias que delle tivera e como se elle aparelhara pouco pera a muita honrra e renda que lhe o conde pretendera alcançar, nas quais palavras o conde parece que alude a aquella historia que se delle diz do capello de cardeal. Porque he cousa que se pratica entre os da sua linhagem que o papa Leão X^o, pella grande amizade que tivera com dom João de Castelbranco, bispo eleito de Lameguo, irmão do conde como ja em seu lugar largamente contamos, e pellos grandes mereçimentos do dito conde, lhe concedia aquella grande dinidade do cardealado pera o dito dom Antonio seu filho, querendo con tal benefício feito ao vivo mostrar-se grato ao amigo defunto e dar a entender o que a elle fizera e cumprir com efeito os grandes offerecimentos de mui çerta e afeiçoada vontade que pera as cousas de seu serviço e honrra antes de ser papa tinha prometido ao conde que sempre teria en todas as ocasiões que ouvesse, como se ve da carta que lhe escreveo consolando-o da morte do dito bispo seu irmão que atras fica treslladada. Dizem que o conde por não estar inteiramente satisfeito dos mereçimentos, virtudes e inclinações de seu filho



serem tais quais pera tão alto estado se re[fl. 222 v] querem não quis aceitar a merçe que se lhe ofereçia. E não deixo de cuidar que se isto foi nas jornadas de Saboia (como se diz), poderia deixar tãobem de aver efeito por outro respeito, não parecendo justo ao conde deixar-se obrigar de merçes tão grandes do papa não lhe podendo pella ordem d’el-rei que levava socorrer com aquella armada de que hia por general como lhe Sua Santidade pedia. Mas como quer que fosse, o tempo e discurso da vida de dom Antonio confirmarão mais quão prudente e christão conselho fora o de seu pai em o não meter em maiores obrigações de religiosos, castos e prudentes costumes e das mais calidades de perfeita virtude que São Paulo no bispo requiere e no cardeal pello conseguinte são mais neçessarias. Porem, se bem não teve estas dinidades, não lhe faltarão as maiores que abaixo delas ha. Porque foi dom Antonio daião da see metropolitana de Lixboa que ja fora o dito dom João de Castelbranco seu tio, e teve as igrejias de São João de Beja, de São Martinho de Carapicos de Ulme e outros benefícios que tãobem havião sido do dito bispo dom João. Das rendas dellas forão o conde e condessa seus padres admenistradores em sua vida e depois de sua morte, não çessando em dom Antonio a neçessidade da curadoria d’outrem pellos maos recados e despesas que das ditas rendas fazia e outros respeitos, forão seus curadores seus irmãos soçessivamente.

Sendo mançebo, o dito dom Antonio se achou na brigua que seu irmão dom Afonso teve no paço com os filhos de dom Antonio, primeiro conde de Linhares, e do barão d’Alvito, dom Rodrigo, e de Rui Tellez. Nella forão tãobem seus irmãos e alguns sobrinhos, aos quais el-rei dom João, por assi parecer justo a sua alteza conforme ao soçesso das briguas, degradou pera os lugares d’alem, chamando-os primeiro a ssi todos os de hũa parte e doutra e obrigando-os a se segurarem per seus asinados e segurando-os alem diso sua alteza per seus alvaras na forma que a lei do reino manda que se tenha nos semelhantes casos, entre tais e tão calificadas pessoas. Aconteçeo este neguoçio no ano de 1524, no fim de outubro, segundo se collige do assinado das partes e alvaras d’el-rei en que se contem o dito seguro. E depois da brigua ouve por muitos dias grande aperçebimento de gente e armas de parte a parte, e se guardava continuamente a casa do conde com muita companhia de parentes e criados quasi per aquelle modo que Paulo Jovio conta no principio da vida do primeiro Esforçia



que se fazia na casa do pai daquelle [fl. 223] esclarecido capitão no tempo das brigas que ouve entre sua familia dos Attendulos com os Pasulinos. E posto que el-rei pello dito modo interveio na concordia e paçificação, ou ao menos atalhou o impeto dos males que se temião, comtudo ainda no ano de 526 se mostra que durava a pendenza tão viva que o conde no dito seu testamento que naquelle ano fez encomenda ao dito dom Antonio seu filho que lhe lembrasse quão embaraçado ficava de seu homizio e com tais pessoas e que lhe era neçessaria muita conformidade com seus irmãos pera todos juntos se conformarem e defenderem melhor. Morreo dom Antonio recolhido junto do moesteiro de São Dominguos d’Azeitão onde pareço bem a seus parentes, não estando elle em estado de poder servir na see nem administrar seus benefícios e rendas, que estaria melhor acomodado pera a alma e pera o corpo.

Ouve delle estes filhos: dom Afonso de Castelbranco, bispo que oje he de Coimbra, com cujas grandes callidades parecem ficar desculpados de algũa maneira os erros de seu pai contra a castidade que forão causa de seu nascimento – e de suas cousas mais larguamente fallaremos no capitulo seguinte; dom Francisco, seu irmão, que morreo solteiro estudante em Coimbra. As filhas forão dona Isabel e dona Jeronima, freiras da ordem de Santo Agostinho cuja regra professarão no mosteiro de Santa Monica d’Evora e delle vierão pera esta çidade de Lixboa com intento de edificar e fundar com ajuda de dona Maria de Abranches sua parenta outro mosteiro nella da mesma ordem; e outra filha mais velha que todas, por nome dona Francisca, foi freira no moesteiro da Rosa de Lixboa.

Capitulo 106.

De dom Afonso de Castelbranco, bispo que foi do Alguarve e ora he de Coimbra e conde de Arganil.

Dom Afonso de Castelbranco foi o que entre os da sua linhagem mais mostrou que nos varões della avia disposição não somente para as armas en que sempre forão tão assinalados, mas para alcançar inteiro e perfeito louvor nas letras e disciplinas liberais. Nem podera seu pai dom Antonio



fazer melhor restetuição à reputação da ordem ecclesiastica que con lhe dar em seu lugar hum filho [fl. 223 v] que con tantas onzenas pagou suas dividas e con tanta abundância de gloria e fama de letras e castidade e outras virtudes suprio larguamente todas as faltas se as elle nellas porventura avia tido. Nação dom Afonso de Castelbranco na villa de Santiago de Caçem, onde sua tia dona Britez Vallente era casada com Alonso Peres Pantoja, senhor e comendador della como atras se disse. De mui pouca idade foi pera estudar à universidade de Coimbra, onde desde as primeiras letras começou a mostrar hum vivo engenho acompanhado de rara memoria con que depois alcançou perfeito louvor nas maiores sçiências, pera as quais não são pequenas ajudas as da eloquência e poesia. E em hũa e outra teve o dito dom Afonso tão bom lugar e tanto nome en sua adolecência que muitas vezes despois de ser singular nestas partes foi escolhido pera por seu joizo se distriboirem os premios aos que em verso ou em prosa contendião. Sabe-se delle que com grão facilidade compunha em breve tempo muita copia de versos e com rara felicidade de memoria os reitava todos em os acabando de compor e os conservava nella perpetuamente. Nas artes liberaes teve por mestre ao padre Pedro da Fonseca da Companhia de Jesus, preposito que ora he do convento de São Roque desta çidade de Lixboa, varão mui consumado naquellas disçiplinas cujos livros, assi sobre a dialetica como sobre a metaphisica, oje lemos. E sobre as mais sçiências que com estas se insinão os esperamos çedo, e enquãto elles não saem à luz da impressão se continua nas escolas com as glosas que elle naquelle seu primeiro curso (en que dom Afonso militou) deu a escrever a seus disçipulos, seguindo todos os mais preçeitores da dita religião da Companhia as pisadas e ordem de sua doutrina com pouca ou nenhuma variação, mas com algum acreçentamento ou deminuição nos lugares que a cada hum bem parece. Foi este curso loguo nos primeiros anos depois que el-rei dom João o terceiro con singular, catholico e dito-so conselho passou aos ditos padres da Companhia do Colegio de Coimbra o carguo de ensinar naquella universidade humanidade e artes como atee então fazião os françeses e outros estrangeiros e alguns portugueses seculares que el-rei pera isso de diversas partes do mundo com rogos e merçes trouxera, aos quais se os que delles ouvirão não quizerem confessar que os padres da Companhia fazem ventajen na erudição e methodo e ordem de ensinar, ao menos não poderão negar quanto moor fruito



se seguiu na doutrina, costumes e virtude que os estudantes juntamente com o latim [fl. 224] e sçiências dos padres aprendem e nelles imitão. E tornando ao dito dom Afonso de Castelbranco, bem convinha tão insigne mestre a tão insigne discípulo, o qual sahio tão estremado logico e philosofo que sempre depois enquanto continuou as escolas contendeo de gloria nestas sçiências con todos os de mor nome nellas, assi seculares como religiosos da mesma Companhia de Jehsus, e nos autos e exames de que muitas vezes teve cargo forão sempre mui çelebradas suas disputas com os mais sinalados, passando destas artes à sagrada theologia. Entre mui eminentes mestres que nella teve, o seu mais familiar foi o grande frei Martinho de Ledesma, cathedratico jubilado de prima de quem nos ficarão tratadas con mais firmeza de fundamentos que poliçia de estilo as materias morais do quarto das *Sentenças*, adicionando en dous volumes o que o angelico Santo Thomas nellas escreveo. Costumava frei Martinho engrandeçer tanto o engenho e sçiência de dom Afonso de Castelbranco que depois que se agraduou nenhum outro professor de theologia dos que publicamente lião cadeiras nella lhe parecia iguoa a elle. Sou testemunha de vista que apertado o mesmo frei Martinho muitas vezes de argumentos do dito dom Afonso mostrava no modo de responder a elles juntamente a dificuldade da duvida e o contentamento que da grande erudição e sotileza do discipulo elle en si sentia. Soo nos primeiros tres ou quatro anos tomou dom Afonso postilas dos mestres pera conhecimento dos termos da sçiência e primeira emtrada nas dificuldades das materias della, passado o qual tempo os ouvia somente en voz sem escrever, tendo por indignos de si e de sua habilidade outros documentos per que aprender senão as obras de Santo Tomas e os livros impressos de outros semelhantes e graves doutores. E sempre assi no curso dos muitos anos de escolas que teve, como depois de sahir delas no offiço de preguador, fez pouca conta dos que deixando ou não podendo alcansar a alta e exçelente doutrina dos sagrados doutores e de autores antigos de grande reputação se dão a juntar sermões alheos e livros de modernos, a cuja erudição elle chama “saber de cartapajios²⁵¹”. Quando el-rei começou a nobilitar o Collegio de São Paulo ordenando que entrassem nelle sem opposição as principaes pessoas em nobreza e sçiência que na universidade se achassem en todas as faculdades, foi elle na de theologia façilmente escolhido por sua alteza.

251 Entenda-se: saber de cartapácios.



E então entrou também Aires da Silva, reitor que depois foi na univer[fl. 224 v]sidade e ao diante bispo do Porto, varão de agudo engenho e proprio e verdadeiro emulo e competidor do dito dom Afonso de Castelbranco. E estes dous fidalguos se tem desde a fundação daquela universidade até'guora por os dous milhores engenhos de pessoas illustres que nella tomarão capellos de doctores. Porem, se he lícito fazer comparação em maior notícia das materias e mais continuo estudo em mais revolução de livros, em mais curiosidade de disputas e emfim em maior força de memoria, se deve sem duvida a palma ao dito dom Afonso de Castelbranco. No collegio fez seus autos e se agradeu tirando tanto louvor de cada exame que deixou de cada hum deles viva memoria.

No ano seguinte, depois de se fazer doctor en theologia (o qual grao tomou sendo tão mançebo que escasamente chegava aos anos que pellos estatutos da universidade pera iso se requerem), sahio do collegio e se veio à corte onde lhe foi loguo cometido rever os livros que se ouvessem de imprimir, trabalho, certo, e cargo mais dino da reputação de suas letras que do merecimento e calidade de sua pessoa, no quoa continuando pouco tempo soçedeo vagar hũa conesia doctoral de theologia na see de Coimbra que se avia de dar per opposição naquella universidade conforme aos privilegios que ella tem. Foi-se a ella opor dom Afonso, e posto que o doctor Inácio Diaz, lente mui eminente d'Escoto (que he cadeira grande) e collegial do mesmo collegio quizesse tentar concorrer com elle na opposição, contudo entendendo como os mais lentes que niso avião de votar estavam inclinados em favor do merecimento, letras e calidades do dito dom Afonso deixou de o fazer. E assi foi elle provido sem oppositor. No tempo que servio esta conesia começou a exercer o offício de preguador em que oje o vemos com muita rezão mui famoso, porque se ve em quoaquer sermão seu grande abundância de conceitos tirados dos mais exçelentes doctores da Igreja, illustrados com muitos lugares e autoridades da Sagrada Escritura, escolhidos e trazidos ao proposito con singular juizo e eleição, referidos com summa fidelidade de memoria, grande vehemença de pronunção e christã liberdade em reprehender os vícios atee nos príncipes, como os tempos requerião e requerem. Tanta he en suas pregações a erudição e a leguação de autores gravissimos que [fl. 225] não parece que elle he o que falla com o povo, mas que os doctores



sagrados todos continuando o mesmo proposito que trata mandão dizer por elle o que en cada ponto cada hum deles aos christãos quis insinar e pregar. E há poucos dias que vi hum notavel sermão seu que fez na çidade de Coimbra, no auto da fee, a tres de julho deste ano de 88, em que em oito folhas de papel que o dito sermão continha referião mais de 120 autoridades da escriptura e luguares de santos e notaveis doctores. Tornado de Coimbra à corte deixando a conesia e feito capellão moor do cardeal dom Henrique (rei que depois foi destes reinos) con generoso animo largou a hum amigo seu hũa rendosa igreja en Torres Novas con muitos depositos que avia dos rendimentos dela de muitos anos que estivera vaga, en que o duque d'Aveiro dom João o apresentava a elle, a qual fora do bispo de Çeita e Olivença dom James, seu irmão. E tendo dom Afonso o consentimento, assi do padroeiro como do provido, pera poder nella impetrar pensão liberalmente desistio della, e nesta e noutras cousas semelhantes mostrou sempre tão grande liberalidade que faz espanto ver como dando tanto e tratando-se muito nobremente conforme ao estado en que se achava se pode conservar sempre sen dividas. Enquanto foi estudante teve soamente dozentos mil reis²⁵² cada ano das rendas de seu pai, e assi nesse tempo como no que foi conego e capellão moor do cardeal e en todos os mais carguos e dinidades que depois disso teve proçeedo de maneira que nenhum outro fidalguo ecclesiastico de dobrada renda viveo com milhor nem mais abastada e honrrada Casa e criados, para os quais particularmente foi e he tão liberal que sempre sua remuneração passa muito alem dos serviços e mereçimentos delles. Não era ainda feito bispo nem tinha muita renda quando casou dous criados em Santiago de Caçem (quasi em hum tempo) dando de seu a cada hum mais de quinhentos mil reaes, e depois que bispou proveo de benefiços a muitos dos seus e da obrigação de seus avoos e parentes e lhe fez outras muitas merçes que seria larguo contar. No offiço de capellão moor do cardeal teve muita valia com elle, reconhecendo sua alteza e estimando quanto convinha à reputação de seu serviço ter nelle hũa tal pessoa que sendo eminente en letras e virtude era da linhagem dos Castelbranco, da qual não acharemos na relação que se faz neste livro que nenhum outro fidalguo descendente dela per linha masculina servisse a outro algum príncipe ou inffante que não fosse rei ou rainha ou seu filho herdeiro, e assi o cardeal lhe fez merçe em breve

252 Segue-se palavra riscada: "samente".



tempo [fl. 225 v] de muitos benefícios con que vinha a ter mais de tres mil cruzados de renda. E contudo, depois de alguns anos que servio o cardeal neste cargo de capellão moor se passou ao serviço d'el-rei don Sebastião azeitando ser seu esmoler, mais por detreminação sua que com gosto do cardeal nem conselho de seus parentes, de que lhe naçeo quando depois o mesmo inffante dom Henrique soçedeo neste reino não lhe ser tão azeitado como se entende que fora se esa causa não houvesse. Na infelliçe jornada d'el-rei don Sebastião acompanhou con navios, cavalos, e muitos criados e mantimentos a sua custa. Porem, emtendendo o errado conselho de sua alteza em ir de Arzila por terra continuar sua empreza contra o que se no reino assentara em conselho e pronosticando con sobeja liberdade das desordens que via no campo o desventurado soçesso que teve, vendo tãobem ante sua alteza porventura em mais chegado lugar alguns emulos seus, se deixou ficar no mar na armada de que dom Dioguo de Sousa era general, con o quoaal depois da perdição d'el-rei se ajuntou muitas vezes em conselho sobre o bem e defenssão da armada e o ajudou a fazer as deligençias que pera çertificação da morte de sua alteza erão neçessarias e se retornou com elle ao reino. E sendo levantado por rei el-rei dom Henrique, em todas as cortes que fez sobre materia da soçessão do reino depois de seus dias se achou dom Afonso no estado da nobreza, e nas primeiras dellas, ano de 79, falou ao povo da parte d'el-rei com hũa oração grave, elegante e compendiosa como a calidade de materia e dificuldades do tempo requerião. E no levantamento do príncipe dom Felipe, nosso senhor, que se fez em Lixboa o ano de 83 en cortes teve outra oração que irá treslladada no fim deste capitulo e anda impressa com o estromento do dito levantamento e cortes e com outro das que sua magestade fez em Thomar o ano de 81. Nas alterações que soçederão por morte do dito rei dom Henrique escolheo a melhor parte, seguindo a voz d'el-rei dom Phelipe, nosso senhor, verdadeiro e legitimo suçessor pera quem se foi. E por seu mandado esteve com os guovernadores na çidade d'Elvas assistindo no despacho da Mesa da Consciencia, carreguo que elle tãobem tivera em tempo dos reis don Sebastião e dom Henrique. Poucos dias depois de dom Afonso de Castelbranco ser em Elvas, vagando o bispado do Algarve por morte do eloquentissimo e doutissimo varão dom Jeronimo de Osouro, çelebrado per seus livros, el rei nosso senhor de Badajoz, onde estava, lhe fez saber como o avia postulado a Sua Santidade pera suçessor na dita prela-



sia. Foi esta nomeação de sua magestade con grande a[fl. 226]plauso e consentimento do Sagrado Colegio dos cardeais aprovada e confirmada pello Sumo Pontifize Gregorio deçimo terçio pella notiçia que tinha e lhe foi dada das calidades, virtudes e letras do novo eleito. E enquanto se as letras expedião e vinhão a este reino continuou dom Afonso na corte e serviço de sua magestade, não deixando de cumprir algũas vezes com a obrigação de seu preguador que lhe ja vinha do tempo dos reis atras. Como foi sagrado se partio da corte à residência de seu bispado, no quoa por reprender e castigar viçios envelheçidos na terra e de longuo tempo arreiguados con verdadeiro zelo de prellado mui inteiro e liberdade de verdadeiro Castelbranco incorreo em odio de alguns ecclesiasticos e seculares. Do qual fazendo elle sempre pouco caso, como a sua pessoa e offiço convinha, o tempo e sua geral liberalidade e humanidade pera con todos lhos reconciliou e trouxe a devida obediência, amor e conhecimento de suas virtudes. Em todo o tempo que governou o estado ecclesiastico daquelle reino e bispado mostrou con generosas obras de piedade o comprimento da perfeita esmolaria, tão encomendada de Deos e dos santos aos prellados.

Fez muitas e grandes dadivas a todo o estado de pessoas pobres, desde fidalguas atee os mais baixos mendicantes, e pera com elles e pera cõ amigos e criados e julgadores do serviço d'el-rei, e finalmente pera cõ todo o genero de pessoas usou de hũa profusa liberalidade dina de hum príncipe e animo real.

Nem se mostrou isto menos na despesa que fez na vinda dos duques de Medina Sidonia e Prestana, e do bispo de Çeita dom Manoel de Çiabra que ora he daião da capella de sua magestade neste reino quando os ditos duques e bispo da çidade de Çeita trouxerão à çidade de Farão por mandado d'el-rei nosso senhor, o ano de 82, o corpo d'el-rei don Sebastião que está en gloria. Mas foi este gasto mui maior quando o dito bispo dom Afonso trouxe do Algarve, no princípio do ano seguinte de 83, por terra a esta çidade de Lixboa o mesmo corpo de sua alteza, vindo mais com elle o dito bispo de Çeita (cuja despesa se fazia por sua conta) e Françisco Barreto de Lima, veador que fora da casa do dito senhor rei, e outros seis fidalguos e mais companhia que sua magestade a isso mandara. E recolhendo em



Evora, no mosteiro do Espinheiro, os corpos de alguns infantes filhos d'el-rei dom João o terceiro que falecerão meninos, e em Almirim o corpo d'el-rei dom Henrique, veio o dito bispo dom Afonso com os que com elle vinhão e outros, acompanhando os ditos corpos reais na pompa funeral con que forão trazidos [fl. 226 v] a Lixboa e levados ao mosteiro de Belem, onde cada hũ dos ditos reis tem capella ordenada pera seu jaziguo, alem doutra que ha pera os ditos imffantes. Não tendo o bispo dom Afonso compridos quatro anos na prelasia do Algarve foi eleito por sua magestade e confirmado por Sua Santidade em bispo de Coimbra e conde de Arguani. Dinidade, certo, mui devida a seus mereçimentos, assi por ser o principal bispado do reino como porque com isso parecia satisfazer-se en todo a criação que naquella çidade e universidade tivera, colhendose ja o fruto da grande suficiência que elle nella adquirira pois com muita gloria e gosto daquella terra, academia e see cathedral. Receberão todos, illustrado con novos titulos, por pastor, conde e prelado a quem tantos anos tiverão por morador illustre, doctor eminente e coneguo tão prinçipal. E não faltou o bispo conde (depois que o foi) ao que cada hum dos estados dos moradores de Coimbra delle podião esperar, respondendo a todos com exuberantes benefícios e agardeçidas lembranças de suas antigas obriguações. Ao collegio de São Paulo (cujo habito muitos anos trouxera e honrrara) uniu hum benefício de çem mil reis de renda, alem de melhorar as porções dos collegiaes con certo numero de aves de renda que lhe das suas applicou. Ao mosteiro das Çelas deu quinhentos mil reais pera acrescentamento do coro dele alem d'outras despesas que com o dito convento fez e faz. Funda de novo às religiosas de Santa Ana outra casa mui mais manifica e acomodada que a en que tee guora estão, e se espera que en tudo acreçente a reputação e renda daquelle mosteiro. Nos paços episcopais tem melhorado muito con custosos edefiços e aqueductos de aguo que de novo a elles trouxe. Entre as reais inclinações de senhor que tem he esta de edificar tão natural nelle que nunca çessa de obras, imitador nisto dos reis e prinçipes grandes que neste particular costumão mostrar muita parte de sua grandeza. Dizem delle que sendo collegial, se aconteçia que sendo outrem reitor do collegio elle acaso em sua ausençia ficava por viçe reitor, por poucos dias que isto durasse começava ou proseguia as obras que erão neçessarias ao ornamento da casa e se podia suprir a despesa com a renda della. En Santiago de Caçem, sua



patria, reformou e fez de novo casas de que se servia soo nalguns dias que aaquella vila hia guozar das pescarias e caças de que ella (alem de ser en si fresca e viçosa) he mui abundante. Ao quoaal exerciçio de caçar e pescar dom Afonso foi sempre desde sua mocidade [fl. 227] mui afeiçoado e o continuou en todo o estado con grande gosto. Nos poucos anos que esteve no Algarve fez de novo outro apousento na çidade de Farão pera si e pera os bispos que lhe soçedessem por o ahi não aver, tendo-se de muito poucos anos antes transferido per bulla apostolica a see cathedral e assento dos bispos e cabido da antiga, mas doentia, çidade de Silves pera aquella nova e mais sadia çidade de Farão. Nella edificou tãobem a casa da Misericordia, de que ficou por testemunha o leão rompente dos de Castelbranco, cujo escudo en çima do dito portal da dita igreja se ve, e oje en dia (de Coimbra onde reside) socorre a despesa desta obra e com largas esmolaz ajuda a sustentar as neçessidades a que a casa prove. E com a mesma liberalidade favoreçe de la alguns moradores nobres e pobres do Algarve, e muitos mais dos da çidade e bispado seu e condado de Coimbra e Arganil. Entre todas suas virtudes, a da castidade, tã neçessaria nas pessoas ecclesiasticas e de tanta perfeição e mereçimento pera con Deos como exemplar pera os homens, foi a que nelle mais resplandeço sem aver calumniadores que con rezão e çerteza de verdade saibamos que lhe nesta virtuosa fama podessem pôr nodoa. Asi que dotado de tã excellentes dões como sã os de muita sçiença, muita liberalidade, muita castidade, muito zello, muita liberdade, muito spirito e doutrina nas preguações, exerçita seu offiço pastoral e parece que quasi inteiramente cumpre as grandissimas e deficultosissimas obrigações delle, fazendo e ensinando, bem obrando e bem preguando. E porque dos vivos a perfeita gloria se não pode cantar senão no fim, fica soo esperar que elle na mais madura idade que lhe resta vença a ssi mesmo e con avantejadas virtudes acreçente o louvor dos passados mereçimentos con outros maiores.

¶ **Falla de don Afonso de Castelbranco nas cortes, ano de 83, no levantamento e juramento do príncipe dom Felipe, nosso senhor.**

“Quatro cousas tã perfeitas en Deos como he tudo nelle conhecerão os filosofos antigos sem o lume de fee que os santos com elle mais claramente entenderão: bondade infinita com que nos comunicou todo o bem



e ser que temos; sabedoria incompreensível con que nos encaminha ao fim que pretendemos; onnipotência sem termo con que obra em nós não o que pode, [fl. 227 v] mas o que deve e nos convem; verdade infalível con que nos segura em suas divinas promessas. Destes tão immenssos benefícios que delle recebemos naçe em todas as criaturas hũa devida e natural obrigação de o amarem, obedeçerem, honrrarem e confiarem em tão verdadeiro senhor. E quanto o justo e prudente guoverno de sua magestade he mais conforme a este natural e divino, tanto de nós deve ser melhor recebido e amado. Obrigua-nos a real manifidência d’el-rei nosso senhor con que a todos en geral e a cada hum em particullar fez tantas e tão asinaladas merçes a o servirmos con lealdade de amor. Obrigua-nos sua singular prudência con que nos guoverna com inteireza de justiça e quietação de paz a o seguirmos com prontidão de obediência. Obrigua-nos a grandeza de seu poder con que nos defende de nossos imigos a o venerarmos com o amor e obediência que devemos. Obrigua-nos, finalmente, muito a tudo sua inviolavel verdade con que nos fez merçe de cumprir e guoardar todas as merçes, privilegios, graças, isenções que a estes seus reinos con tanta liberalidade e grandeza prometeo e quis cumprir, pello que sendo Nosso Senhor servido de levar pera si o príncipe dom Dioguo que todos juramos na villa de Tomar, devemos com dobrada obrigação e contentamento jurar neste solene ajuntamento de todos os tres estados por verdadeiro príncipe e legitimo suçessor na Coroa destes reinos e senhorios de Portugal, pera depois dos largos e felizes dias d’el-rei nosso senhor, o muito alto e muito exçellente príncipe dom Fellipe seu filho, nosso senhor, conforme ao antiguo e louvavel costume destes reinos, mostrando todos com obras e serviços de fieis e verdadeiros vassalos a lealdade tão costumada em nossos antepassados, comfiando en Deos (de quem procedem e a quem se devem todos os bens) que depois de muitos e bem aventurados anos da vida de sua magestade tão neçessaria não soamente sera herdeiro o felicissimo príncipe seu filho de tantos e tão grandes reinos e estados, mas tãobem das muitas e esclarecidas virtudes d’el-rei nosso senhor en que o vai criando pera com ellas cumprir tão perfeitamente com sua real obrigação como de príncipe tão cristanmente instituido se pode e deve esperar, ocupando-se todo na conservação e aumento de nossa santa fee catolica, no bem universal e acreçtamento de todos seus reinos, defenssão e gloria de toda a christandade”.



[fl. 228]

Capítulo 107.

De don Afonso de Castelbranco, filho quinto do conde de Villa Nova, meirinho moor que foi nestes reinos de Portugal, e de seus serviços, molheres, filhos e descendentes.

Dom Afonso de Castelbranco, filho quinto do conde de Villa Nova dom Martinho de Castelbranco, fez muitos serviços aos reis de Portugal na paz e na guerra em çincoenta e hum anos de idade que teve, nos quais sempre foi continuo na corte, exçeito o tempo que gastou nas jornadas en que por serviço dos reis foi fora do reino. Ao tempo de seu falleçimento fez seu irmão dom João hum breve apontamento a el-rei de seus serviços por bem do requerimento e despacho de sua molher e filhos, com o qual apontamento pola çerteza da verdade que se presume de quem o fez e pera quem se deu me irei comformando aqui no que delle diser, alem do mais que per outras imformações me constou. Foi dom Afonso pagem da lamça d'el-rei dom Manoel e em seu tempo foi com o conde seu pai na jornada de Saboia quando levou a inffante dona Britez ao duque Carlos seu marido, como atras se contou. Foi pagem da campainha d'el-rei dom João o terceiro. Nas guerras de Africa servio per muitas vezes, porque em Azamor e Çafim esteve pouco menos de dous anos com vinte de cavallo e tornou à dita çidade outra vez de socorro estando ella çercada, onde chegou dos primeiros. Depois disto esteve en Çeita e ultimamente foi por terra com o infante dom Luis na gloriosa jornada de Tunes, onde a fortaleza da Goleta e aquella çidade e reino com insigne vitoria se ganharão por armas ao feroso cosairo Barba Roxa e se fez trebutaria ao felliçissimo emperador Carlos quinto, que pessoalmente foi em esta empreza o ano de 1535, como copiosissima e elegantissimamente escreve o mui docto e eloquente Paulo Jovio em suas historias. Outras duas vezes alem destas foi o dito dom Afonso com o mesmo inffante dom Luis a Castella e Aragão, e nas vindas e idas das prinçesas e rainhas a este reino foi mui ordinario em acompanhá-las com o custo e aparato que as tais jornadas requerem. Estando conçertado pera casar com dona Isabel de Castro sua segunda [fl. 228 v] molher foi por mandado d'el-rei visitar o dito emperador a Castella.



Quando o conde seu pai falleçeo ja lhe deixava avido o offiço de meirinho moor d'el-rei dom João o terceiro, do qual el-rei dom Manoel lhe passara hum alvara quando o príncipe tomou sua Casa, e por seu falleçimento tanto que o príncipe seu filho lhe soçedeo confirmou o dito alvara.

Porem, porque este offiço servia o conde de Marialva dom Francisco Coutinho, pessoa de tão grande ser e estado e depois de sua morte casando sua unica filha herdeira dona Guiomar com o inffante dom Fernão do, ficou o mesmo inffante usando delle como suçessor de todos os bens da Coroa e offiços do conde seu sogro e de sua Casa por provisão que diso tinha. Por este respeito se dilatou per muito tempo a posse ao dito dom Afonso de Castelbranco, e o conde seu pai diz em seu testamento que el-rei dom Manoel lho deu sem lho elle pedir e que por o conde de Marialva ser tal pessoa e por sua idade e entender d'el-rei que elle folgava de o fazer assi não apertara sobre elle em vida do dito conde nem requereira a posse. Tanto que el-rei dom Manoel falleçeo, por tãobem el-rei dom João então o aver asi por seu serviço a quem com graves rezões de justiça e de notorios e sinalados mereçimentos pede²⁵³ o efeito da dita merçe, que emfim ouve lugar no dito dom Afonso que teve o dito offiço. E por sua morte veio a seu filho mais velho, o conde dom Duarte de Castelbranco, e se consserverá com o favor divino pera sempre em seus desçendentes por lhe ser dado por sua magestade de juro e de herdade como adiante faremos menção.

Foi o dito meirinho moor dom Afonso comendador da igreja de Ulme, que primeiro tivera em beneficio o bispo de Lamego dom João seu tio, que falleçeo embaixador em Roma, de quem se ja largamente falou no capitulo 59. E por sua morte a impetrara o conde pera seu filho dom Antonio, irmão do dito dom Afonso, o qual a renunciou nelle pello modo que pera iso era necessário. E ja en vida do conde lhe dava os rendimentos dela avendo-os tirado ao camareiro moor, irmão mais velho, a quem os primeiro dera como tudo se relata no testamento do dito conde, onde claramente sinifica quanta satisfação elle tinha deste seu filho dom Afonso, ao qual tãobem deixou a quarta parte de sua terça. E alem desta [fl. 229] heração teve o dito conde dom Afonso outras duas de maior importação

253 Talvez erro por "pediu".



– *scilicet* – hũa de sua tia dona Fellipa d’Abreu, molher que foi de dom Pedro de Taide e depois de dom Jorge d’Eça, de quem ouve treze moradas de casas na rua Nova que dom Alvaro de Taide, sogro da dita dona Fellipa, senhor de Povos e da Castanheira e Chileiros, comprara a retro d’el-rei dom Afonso o quinto com consentimento do príncipe dom João seu filho por serem todas do almazem do reino ou foreiras a elle. E valem oje a dom Duarte de Castelbranco, filho do meirinho moor dom Afonso, melhoria de hum conto de renda. A segunda soçessão foi a do morguado de Montalvo, no termo de Moura, que lhe deixou sua irman dona Guiomar de Noronha, molher de dom Rodrigo d’Eça, alcaide moor da dita villa, como mais largamente atras fica declarado, capitulo 90, onde se tãobem fez menção da renda e calidade e condições delle. Casou o dito dom Afonso duas vezes segundo se refere no livro novo das linhagens da Torre do Tombo e no de dom Antonio de Lima, e o mesmo aconteçeo a seus irmãos mais velhos, dom Francisco e dom João, como de cada hũn em seu lugar dissemos. A sua primeira molher foi dona Costança de Mendoza²⁵⁴, filha de Antonio de Mendoza, comendador de Moura, Serpa e Veiros, da quoa senhora ouve o meirinho moor dom Afonso hũa soo filha que oje vive, per nome dona Maria de Castro, molher de dom Garçia de Meneses que morreo na batalha de Alcaçere e com ella seu filho unico herdeiro dom Duarte de Meneses, alem do qual e d’outros filhos que moços lhe falleçerão sem geração, chamados dom Diogo e dom Afonso e dom Fernãodo, ouve a dita dona Maria do dito dom Garçia seu marido quatro filhas que oje vivem todas freiras no moesteiro de São Dinis de Udivellas no termo desta çidade de Lixboa – *scilicet* – dona Isabel de Castro, dona Costança de Castro, dona Britez de Meneses, dona Catarina de Castro, em o qual moesteiro he oje abadessa dona Maria de Meneses sua tia, irmã do dito dom Garçia seu pai.

Segunda vez casou o meirinho moor dom Afonso de Castelbranco com dona Isabel de Castro²⁵⁵, dona de rara prudência, inteireza varonil e singulares virtudes e reais spiritus dinos do illustrissimo sangue de que procedia, porque ella era irmã do dito dom Garçia de Meneses, filha de dom Duarte de Meneses que foi muitos anos capitão de Tanger, neta de dom Fernãodo de Meneses irmão do conde de Viana e Loulee dom Henrique

254 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Mendogas”.

255 Na margem direita, em letra do século XVI: “¶ Meneses Castros”.



e do conde prior dom João de Meneses e de dom Garçia bispo de Evora, todos filhos de dom Duarte de Meneses, conde de Viana, netos do grão conde de Villa Real e Viana dom Pedro de Meneses, [fl. 229 v] primeiro capitão de Çeita. E por parte da mai era a dita dona Isabel de Castro filha de dona Fellipa de Castro, neta de dom Diogo de Castro que foi alcaide moor do Sabugal e Alfaiates, senhor das terras de Lanhoso, Santa Cruz, Çimfães, Sinde e Azere. Desta senhora ouve o dito dom Afonso de Castelbranco seis filhos e hũa filha – *scilicet* – dom Martinho de Castelbranco, que falleço minino de dous anos, dom Duarte de Castelbranco, meirinho moor (que oje he conde do Sabugal, a quen este sumario vai deregido), dom Gonçalo de Castelbranco, dom Martinho de Castelbranco, dom João de Castelbranco, dom Françisco de Castelbranco e dona Fellipa de Castro, a qual senhora casou com João Rodriguez Pereira, senhor de Cabeçeiras do Basto e d’outros lugares, Casa e familia antiquissima e nobelissima neste reino e com o sangue real muitas vezes mesturada, como se pode ver do que dos Pereiras (primeiro chamados Frojazes) se escreve no livro antigo das linhagens da Torre do Tombo e noutro particular que ha en casa do dito João Rodriguez Pereira, en que se mostra sua legitima e direita desçendençia por linha masculina. He oje veuva a dita dona Fellipa de Castro do dito seu marido sem lhe ficar delle geração. E posto que tãobem a não ha atee’gora dos outros filhos do meirinho moor dom Afonso, senão do dito conde dom Duarte de Castelbranco, contudo, por suas callidades e partes e por quão bem todos proçederão em sua profissão, de cada hũ delles (tirando o dito dom Martinho filho primeiro, de que não ha mais que dizer por falleçoer em tão pequena idade como está dito) trataremos en capitulos separados, começando dos mais moços pera vir concluir este sumario com as cousas e desçendençia do dito conde meirinho moor dom Duarte, bem dinas de com ellas se poer o sello às proezas e feitos dos de sua linhagem. E ficará tãobem assi a istoria mais clara e mais acomodada a se continuar nella com os que de seus filhos proçeden.



Capítulo 108.

De dom Françisco de Castelbranco, filho mais moço de dom Afonso de Castelbranco, meirinho moor que foi destes reinos.

Servio dom Afonso de Castelbranco nos çincoenta e hũ anos de sua idade aos reis e ao reino en todas as materias de guerra e de paz [fl. 230] e de honrra na corte e fora della, nos senhórios propios e nos estranhos, segundo mais particularmente contamos no capitulo preçedente. Mas con ser isto assi, nenhum serviço fez à reepublica tão importante como deixar nella depois de si çinco filhos que tanto mostrarão ser filhos seus e netos de seus avoos e tanto trabalharão por se sinalar cada hum no estado que tomou. O qual louvor elles, porem, não devem todo ao sangue do dito seu pai e à imitação de suas calidades, mas mui grande parte delle he propia e mui devida a sua mai dona Isabel de Castro, a qual, ficando-lhe elles todos pela morte do meirinho moor seu marido em mui pouca idade, tão rigurosa e varonil criação fez nelles. Asi procurou serem doutrinados en tudo aquillo que a generosos animos de mançebos tão illustres e filhos de quem erão convinha saber e fazer, e emfim tão perfeitamente comprio os offiços e encheo o luguar de mai e de pai que recebendo elles con singular obediência esta maravilhosa disposição pera grandes virtudes e partes en que os ella criou, loguo nos tenrros anos derão claras mostras de quem depois avião de ser – tanto vai, tanto importa, tanto consiste en se evitarem as delícias e regualos con que outras senhoras de semelhante callidade com mais mimoso que honrroso conselho crião seus filhos a modo de donzelas e os fazem fracos e efeminados, não se lembrando (como elegantissimamente hum autor nosso disse)²⁵⁶ que não çevam patos pera a mesa, mas que crião guovernadores pera a republica. Bem diferente destes tais foi na criação em menino, e he oje homem nas partes e costumes, dom Françisco de Castelbranco, o quoa sendo o mais moço de seus irmãos não parece que lhe ficou nenhuma cousa boa delles por tomar, pois vemos que são tão notorias nelle tantas perfeições, tão raras callidades, tão difficultosas de ajuntar como são madura prudência, estremado esforço, muito aviso, grande christandade, primor, pontualidade,

256 Na margem direita, em letra do século XVI: “Hieronimus Osorius De jnstitut regum”.



sizo, verdade, inteireza. E quem nas Casas dos reis e rainhas e nas cortes dos príncipes en que tantas ocasiões ha de perder ou corromper estas virtudes, e na guerra e fora della e nas cousas de honrra e parentesco, e nas de amizade e de fazenda e nas de toda calidade quãodo mais manço e quando menos manço se mostrou sempre de um toque e de hũa cor (o que tão poucos fazem) não se lhe queira moor çerteza de perfeição [fl. 230 v] e constância nem mor fineza de prudência e bem fundadas callidades. Sendo muito moço servio dom Françisco a rainha dona Catarina cujo pagamento foi, e depois a el-rei don Sebastião seu neto, de quen outrosi foi pagamento de livro muitos anos, e depois fidalguo da guoarda. E de suas altezas foi tratado e oulhado com muito particular gosto e favores por suas muito virtuosas inclinações e partes. E estando com el-rei don Sebastião en tão bom luguar de valia que nenhum outro dos da sua idade estava então melhorado nella, foi a Tanger por fronteiro. E en dous anos que na dita çidade esteve servio hũa comenda com sete cavallos e muitos criados, mostrando en todas as ocasiões que se ofereçeram muito valor de sua pessoa, especialmente en dous dias que ouve maior brigua com os mouros não ganhou elle pequeno nome. E bem pareceo a el-rei o como lhe disserão que nelles pelejara, dino do conceito que delle tinha e do que o obriguava seu apellido, como larguamente lhe sinificou por hũa carta escrita da mão de sua alteza chea de muitas outras particularidades e demonstrações de amor, a qual eu vi. Quando o mesmo rei a primeira vez passou em Africa, que foi o ano de 574, o achou na dita çidade de Tanger, onde lhe mandou que trouxesse o seu guião real que compete trazer aos pagens do livro, posto que ate ali o levara dom Jorge de Meneses, filho de dom João Tello que ja servia no dito luguar do livro. E na segunda jornada de sua alteza foi com elle na batalha de Alcaçer, onde pellejando valerosamente foi no fin della cativo, ja depois de todo o campo desbaratado. Entrou no rol dos oitenta fidalguos que o Xarife tomou pera si e resgastou por quatroçentos mil cruzados, que atee oje não acabão de todo ser paguos, por difficuldades que o mesmo Xarife faz na açaitação dos paguamentos, posto que na mesa deste negocio, en que com outras pessoas o dito dom Françisco de Castelbranco assiste, se daa por sua ordem e conselho todo o neçessario e possivel expediente. Outra vez alem destas foi a Afriqua, quando sendo don Duarte de Meneses (que oje he viso-rei da India) capitão de Tanger, Cid Albecarim, filho de ben Tude, lhe entregou a Arzila. E com el-rei don



Sebastião foi dom Francisco duas vezes ao Algarve, e do dito reino ajudou a trazer seu corpo a esta çidade e foi hun dos seis fidalguos a isso enviados, da quoa jornada se tratou atras, capitulo 106.

[fl. 231]

Nas materias das alterações do reino fez o que delle por sua prudência e sizo se esperava, e recolheo assi em hū navio os guovernadores deste reino que nelle salvou em Setuval da tirania de dom Antonio, prior do Crato. En toda a outra materia publica e particullar e en toda a outra cousa en que de seu valor e grande entendimento se podia fazer prova deu de si sempre tal e tão inteira e geral satisfação que en todas as suas ocasiões (atento o como se nellas ouve) não ficou por sua parte mais que desejar. Porem, he tanta nelle a disposição e talento pera grandes cousas e carguos de muita importância na paz e guerra, quais seus avoos e irmãos sempre tiverão e tem, que parte das desordens do tempo se podem coligir em ver que en tanta falta de ministros e en tanta pobreza de homens de talento e de suas calidades não está mais ocupada sua muita suficiência, de que não divera ser parte nem ocasião de impedimento ser ainda solteiro, pois com iso a seus mereçimentos, serviços, partes e idade tudo ja cabe e tudo he devido. He comendador de São João de Beja, comenda que vagou por morte de dom Gonçalo seu irmão que os mouros matarão na dita batalha de Alcaçere, como en seu luguar diremos. E ja fora a dita igreja de dom João seu tio que falleçeo en Roma e de dom Antonio de Castelbranco, pai do bispo de Coimbra que oje he, como apontamos quando se delles tratou. Nesta comenda e noutra na Ordem de Christo de São Martinho de Ranhados e en tenças que de sua magestade ouve por seus serviços tem o dito dom Francisco mais de tres mil cruzados de renda e a capitania de Ormuz pera si ou pera hū filho, dino por çerto de mui diferentes e avantejadas satisfações e estado, se da pobreza do reino e da repartição que se della faz se puderão esperar.



Capítulo 109.

De dom João de Castelbranco, filho quinto do meirinho mor don Afonso, que ora he frade de São Francisco da província da Piedade.

Nesta linhagen dos de Castelbranco fácil cousa foi sempre en todos [fl. 231 v] os tempos antigos e modenos achar varões esforçados e de muito valor, pello que quasi por ser isto propiedade do sangue mereçem menos louvor os fidalguos della que a via das armas seguem e nella se asinalão. E pello contrario, nas letras e vida de religião são mais raros os deste apelido e geração, pello que ficão mais de louvar os que com ellas ornarão a familia e forão causa della não careçer desta perfeição e de ter en todos os estados pessoas de nome e mereçimentos nelles. Esta sorte coube a dom João de Castelbranco, filho quinto do meirinho moor dom Afonso e de dona Isabel de Castro, sua segunda molher, o qual deixando a seus irmãos inteiro o louvor do estado militar e politico, escolheo pera si a melhor parte, adquirindo com mais verdadeiros mereçimentos de obras de religião e observância della igual nome na virtude do que seus irmãos tinham nas armas e na corte, ao que tãobem lhe deu muita ajuda a virtuosa e excellente criação e doutrina en que sua mai dona Isabel de Castro o criou, como no capitulo preçedente fiz menção. Ouvi-lhe, çerto, a elle per vezes dizer que hũa das cousas que o muito movera ao estado que tomara fora dizer-lhe sempre sua mai que não sen grande dor sua poderia ouvir que no curso das letras (de que elle passou à religião) ouvesse algum condiscipulo de seu tempo que o iguualasse, e de todo o não teria por seu filho se algum delles lhe fizesse ventagem, porque se outrem porventura lhe fizesse exçesso no engenho, esse devia elle suprir com o trabalho e cuidado. Estudou artes e theologia na universidade de Coimbra, e pera o melhor fazer com o recolhimento e continuação de horas de estudo e comferência que ellas requerem se recolheo no collegio de São Paulo em hum dos dous luguares de porçionistas que en cada collegio daquella universidade se reservão pera fidalguos illustres por mais autoridade dos collegios e porque daquelles luguares vem muitas vezes mereçer por letras e opposição as colegiaturas (se pera credito de sua sçiençia as querem pretender), mas dom João, depois de alguns anos de theologia en tempo que isto pudera começar de



lhe lembrar, entrou noutro collegio de mais estreita vida, metendo-se frade descalço no mosteiro de Santo Antonio de Coimbra da provincia da Piedade. E he, certo, exemplo grande da bondade de Nosso Senhor, e de como ajuda e dá novas forças no caminho da virtude aos que nelle se poem [fl. 232] com constante animo e afervorado zelo, ver o que neste caso com dom João usou. Era dom João de não robusta nem de todo inteira disposição, e posto que mimosamente não fosse criado de sua mai, que se nisso ouve com seus filhos tão varoilmente e com tanto rigor como no capitulo passado dissemos, contudo en tal callidade de pessoas não pode deixar de ser mui diferente o costume do tratamento e trajo do que requiere o burel e a cama de mantas e pees descalços. Porem, com o favor divino, frei João de Evora (que asi se chamou e chama na religião) se ouve de maneira com os trabalhos della que nenhum dos frades de diferente calidade melhor se acomodou a elles nem melhor pôde sofrer os longos caminhos a peen nas mudanças de hũa casa a outra e no ir preguar a diverssas partes, e no aspero e austero comer e vestir e en tudo o mais, sempre con tanta alegria e conservação de saude como se o mais deliçioso e regalado estado do mundo guozara. Contudo, de alguns anos a esta parte padeçe indisposições graves da cabeça e ouvidos que, porem, lhe não impedem o guoverno das casas da Ordem que muitas vezes teve, nem a continuação do preguar e confessar e outros offícios de virtude e caridade en que se sempre exercita com se ter na religião delle a reputação que por estes mereçimentos, mais ainda que por filho de seu pai, he rezão que se dele tenha.

Capitulo 110.

De dom Martinho de Castelbranco, filho quarto do meirinho mor dom Afonso, que falleceo solteiro sendo capitão de Ormuz.

Nos poucos anos que viveo dom Martinho de Castelbranco, filho quarto do meirinho moor dom Afonso, deu tantas mostras de valor e prudência e cristandade que se mais comprida vida tivera he bem de crer que tivemos en suas obras e virtudes muito mais que escrever, e que assi como nellas e no nome e apellido foi semelhante ao [fl. 232 v] conde de Villa Nova



seu avo, asi se iguoal tempo com elle vivera o iguoalara en gloria de feitos e carguos na paz e na guerra. Sendo minino foi pagem da rainha dona Caterina que Deos tem, e tanto que foi de idade pera poder começar a tratar as armas foi d'armada com dom João de Meneses de Siqueira, seu tio. No ano en que dom João Coutinho, conde de Redondo, partio pera a India por viso-rei della, foi tãobem dom Martinho deste reino na mesma viagem sendo de idade de 16 ou 17 anos. E começando desde tão moço a servir nas guerras daquellas partes continuou nellas atee sua morte por espaço de 14 ou 15 anos, conservando sempre muito nome e reputação de notavel esforço, sizo, entendimento e autoridade, e de outras muitas boas partes que venção a idade e estavão prometendo delle hũ mui illustre varão e insigne capitão e mui digno e prudente guovernador daquele estado. Pelejou nos cercos de Guoa e Çeilão em tempo do conde viso-rei dom Luis d'Ataide e do guovernador João de Mendoça, e assi nestas como en todas as mais ocasiões que ouve deu de seu animoso spirito e valeroso esforço mui inteira satisfação a toda a India, como se mostra pello que Luis Pereira, na *Elegiada* que compos da vida e morte d'el-rei don Sebastião, canto 13, tratando do dito cerco de Guoa diz pelo dito dom Martinho nestas sete regras de hũa oitava:

“E o que na força la de Santiago
Fazia ao inimigo as fações frias
Vendo en seu braço futuro estraguo
hé o que anima os seus com zombarias
Depois na guerra furioso draguo
Dom Martinho chamado honrrado e franco
Que por timbre tomou Castello Branco”.

E tendo el-rei don Sebastião a confiança que devia de suas grandes calidades, mereçimentos e serviços, posto que muito manço fosse o proveo da capitania e guoverno da fortaleza e reino de Ormuz, primeiro carguo apos o de viso-rei da India como todos sabem. E no pouco tempo que o servio alcançou muito nome entre cristãos e gentios naquella çidade pollas mostras que dera da justiça e prudência con que as guovernava. Quatro meses soos [fl. 233] teve de vida depois que em Ormuz entrou, e he fama que em hum banquete que el-rei de Ormuz lhe deu por erro lhe foi dada peçonha en lugar d'outrem a que se pretendia dar.



Faleço no ano de 1573, vespóra do Spirito Santo, con tantos e tão grandes sinaes de perfeita contrição e verdadeira cristandade que pasou ainda muito alem da gloria da morte ao merecimento e louvor da vida. Vi hum tratado particular de pessoa douta e eloquente (ao que nelle parece) que dos louvores de sua morte e de sua muita devoção nella e do desejo do çeo e desprezo do mundo e de outras provas de sua alma ser bem aventurada (que naquelles passos se nelle virão) foi composto. No dito tratado se refere que no mesmo dia do seu fallecimento, que foi as dez oras de vesporas daquella Santissima festa, entrar²⁵⁷ na camara onde elle jazia duas pombas hũa apos outra, as quais nunca se ali avião visto, nem dantes nen despois, aquellas nem outras. E vendo-as, elle se alegrou estranhamente e muito mais depois que vio que mandando-lhe elle deitar de comer ellas o tomarão como se forão muito acostumadas à casa, e depois de comerem tornarão a sair-se hũa apos outra asi como entrarão. Le[m]brarão-se então todos do dia en que estavão, que era vespóra do Espirito Santo, figurado pella pomba, e junto isto com as virtudes que sabião e vião da vida e morte do dito dom Martinho o tiverão por maravilhoso sinal e clara demonstração da graça de Nosso Senhor en que parecia sair desta vida pera alcançar na outra o premio eterno de sua gloria.

Muitos outros efeitos de sua prodença e chistãodade se relatão naquelle tratado que, por serem tão raros em vinte e nove anos de idade que nelle se diz que tinha quando falleço, dos quais a maior parte erão de soldado e capitão, estado tão devasso e tão perigoso pera a alma e sobretudo en terra e com poder tão costumado à liberdade e uso de viços e à ambição e cobiça, parece que com muita rezão se lhe pode aplicar o epitafio que no fim do dito tratado está, e em poucas palavras comprehende estas dificuldades todas contra a virtude que elle venço. Diz assi:

“Aqui jaz hum capitão manço que na fortaleza
De Ormuz viveo como christão e morreo como frade”

[fl. 233 v]

257 O texto está aqui falho. Terá havido erro na forma verbal (“entrar” por “entrarão” = “entraram”).



Por a morte do dito dom Martinho deixou elle nomeado no guoverno da dita capitania de Ormuz por provisão que tinha pera nomear enquanto por outra maneira se não prove-se a dom Antonio de Castelbranco seu parente filho não legitimo de dom Simão de Castelbranco seu tio, primo com irmão do meirinho moor dom Afonsso seu pai como ja en seu lugar se disse. Foi seu testamenteiro na India Matias d’Albuquerque seu sobrinho filho de dona Camilia de Noronha sua prima com irmã, molher de Manoel d’Albuquerque. E neste reino comprio as obriguações de seu testamento dom Francisco de Castelbranco seu irmão a quem por seu respeito e de propios mereçimentos está dada a mesma capitania de Ormuz pera si, ou pera huum filho: faleçeo o dito dom Martinho na dita idade de 29 anos. Mandou-se enterrar na ermida de Nossa Senhora da Esperança da mesma fortaleza de Ormuz, de que sempre na vida fora mui devoto, e perguntado se queria que se tresladassem seus ossos a Portugal rio-se muito disso. E somente mandou que na dita ermida lhe fosse posta hũa campã rasa sem outras armas, devisas, nem letras, salvo hũa que dissesse “quem aqui jaz pede hum Pater Noster e Ave Maria”. Não fõi casado nem ficou dele geração algũa. Não foi casado nem ficou dele geração algũa. Foi mais de que meam estatura sobre comprido, de poucas carnes, mas bem calificadas, o rosto em boa proporção, nem muito larguo, nem comprido. A cor preta principalmente da barba, que era pouca e apanhada, os olhos grandes, o naris afilado. E tudo tão cheo de autoridade e gravidade que sendo de tão poucos anos a todos parecia e representava um varão de mais madura idade. E se he bem nos varões illustres que por feitos profanos forão sinalados na vida saberem-se estas particularidades que os autores deles costumão escrever. O mesmo me pareço de ver de ser com mais rezão nelle que na vida e na morte os teve tão bons. E en tudo fõi illustre.



Capítulo 111.

De dom Gonçalo de Castelbranco filho terceiro do meirinho mor dom Afonso.

Como os fidalguos desta linhagem de Castelbranco sejam [fl. 234] entre todos dos que mais continuos forão na corte e no serviço dos reis, he forçado, por não tirar a cada hum o seu, repetir quasi em todos como cada hum delles de muito moço começou a comprir com esta obrigação. Assi foi em dom Guonçalo de Castelbranco, filho terceiro do meirinho mor dom Afonso que, como naído na corte, de muito pouca idade entrou no serviço d'el rei dom João o terceiro cujo pagem da lança foi. E lhe servio juntamente de pagem da campainha. Depois, sendo ja mais homem, foi tão bem dos fidalguos da guoarda d'el rei don Sebastião por cujo serviço se embarcou muitas vezes nas gualees do reino e no cerco de Mazagão que ouve em tempo do dito senhor rei don Sebastião, guovernando por elle a rainha dona Caterina sua avó, ano de 562. Foi dom Guonçalo dos primeiros fidalguos que com navio seu a sua custa foi ao socorro do dito cerco e esteve nelle todo o tempo que durou, mostrando asaz larguamente nos combates e asaltos o preço de sua pessoa e esforço. En sua casa emquanto lá esteve e nos navios en que foi e veio depois do cerco levantado teve muitos fidalguos e criados d'el rei com notavel gasto e despesa sua. Foi com el rei don Sebastião nas jornadas ambas de Africa, e na derradeira o matarão com elle na calamitosa batalha de Alcaçere. Teve muitas calidades e partes mui dinas de louvar muita verdade, e mui verdadeira amizade a quem a devia, muita inclinação ao bem e a compaixão dos pobres, muita cristandade, muito valor e esforço acompanhado de algũa repentina colera. Ouvi por vezes dizer ao conde meirinho mor dom Duarte, seu irmão, que hum dos homens por que se trocara fora o dito dom Guonçallo. Foi comendador da igreja de São João de Beja, comenda que por sua morte se deu a dom Francisco de Castelbranco, seu irmão, como se ja disse. Casou com dona Joana de Castro, filha de dom Henrique de Castro que no tempo que esta cidade de Lisboa se guovernava por vereadores fidalguos, o foi muitas vezes. Com a qual senhora ouve mui grão dote por ser filha unica herdeira de seu pai. Mas não ficou delle filho nem descendente algum.



[fl. 234 v]

Capítulo 112.

De dom Duarte de Castelbranco, filho segundo de dom Afonso, herdeiro de sua casa, meirinho moor destes reinos, vedor da fazenda e do conselho do estado de sua majestade, conde do Sabugal, senhor das terras de Lanhoso, Santa Cruz, Simfães, Sinde e Azere, e de seus serviços e filhos.

Alem das rezões que atras, no fim do capítulo 107, aponteí por que me movi a reservar pera este lugar como fim e ornamento de meu trabalho e deste sumario as cousas do conde meirinho mor dom Duarte de Castelbranco, filho segundo do meirinho moor dom Afonso, outra bastante causa avia tãobem pera o assi fazer, que he vermos nelle juntas todas as virtudes, calidades e partes que en cada hum de seus avoos e parentes neste livro notamos, por onde, avendo-se no fim delle de fazer epilogo dellas, pode este capítulo se-lo, pois na pessoa de quem trata estaa abreviado tudo o bom que pelos passados se repartio. Aqui concorrem virtudes, merecimentos, perfeições e serviços en todo o genero de materias, assi nas da guerra como nas da paz, assi nas da fazenda como nas da justiça, assi nas da corte e Casa como nas do conselho e guoverno, assi nas do reino como fora delle, e finalmente assi nas cousas pubricas como nas particulares. E porque de todas ellas se ja disse algũa cousa no prologo deste livro, pera justificação do que ali en forma se tratou bastará somente fazer neste capítulo hũa simples e sumaria relação de seus serviços e discurso da vida atte o presente. De doze anos começou o conde meirinho moor dom Duarte a servir a el-rei dom João o terceiro de pagem da compainha com muita satisfação de sua alteza e nisso continuou atee sua morte, conhecendo ja nele hũa madureza de juizo e hũa prudente capacidade para cousas graves, esperança certa do que depois de si deu. Foi por mandado da rainha quando guovernava duas vezes ao Algarve em companhia de dom João de Castelbranco seu tio, que era mandado por capitão geral ao dito reino com largos poderes [fl. 235] por dous verões, levando consigo muitos ho-



mens de cavalo. Para socorro do çerco de Mazagão fez prestes hum navio em poucas horas, en que embarcou com seu irmão dom Gonçalo e outros muitos fidalguos e partio com Alvaro de Carvalho, que hia à dita villa servir de capitão no çerco. De Belem o mandou a rainha desembarcar e ficou. Depois, indo mais por diante o çerco, vindo novas que se picava ja o muro foi outra vez escondido embarcar ao Algarve, e em Villa Nova fez hū navio prestes com mantimentos e soldados neçessarios e partio. E pellos tempos não darem lugar esteve na bahia de Lagoos atee chegar recado que era o çerco levantado, donde se veio por carta da rainha. El-rei dom Sebastião o mandou por embaixador a Castella, ano de 571, sendo elle de idade de 31 anos, onde esteve quasi seis anos servindo mui honrradamente e mui a contentamento d’el-rei e da rainha e do cardeal dom Henrique concorrendo muitos e diversos neguoços e de grandes sustanças, estando en alguns delles suas altezas diferentes em pretensão e opinião. E em outros particulares de materias graves de serviço de Deos e bem geral dos reinos (como forão os cambios de que então tratava, as capitulações d’entre reino e reino, as vistas que sua alteza procurava com a prinçesa sua mai e as suas fatais idas de Africa e a materia de seu casamento) lembrou e fez que em efeito se resolvesse e açoitasse por então o que mais convinha ao prol comum, como consta por papeis e cartas pollas quais se ve com quão certo e prudente joizo apontou os malles que se depois seguirão. No primeiro ano que este carguo de embaixador teve mandou a este reino a nova daquella felliçissima vitoria maritima que a armada da ligua cristã, sendo capitão geral della o senhor dom João de Austria, irmão d’el-rei dom Fellipe nosso senhor, alcançou da mui poderosa armada do turco Selim segundo no golfão de Lepanto, a sete de outubro do dito ano de 571, que foi a maior jornada que se sabe que por mar em tempo algum se fizesse e a maior batalha que nelle ouve pello grande numero de navios de remo, artelharia, escopetaria e força grande de soldados e gente pratica do mar com que d’ambas as partes se combateo. Morrerão dos imigos vinte mil e forão cativos dous mil (e entre elles dous filhos de Alibaxa, geral da dita armada e genrro do grão turco, o qual nella foi morto).



Perderão os turcos duzentas e quarenta galees e forão postos en liberdade doze mil cativos christãos, segundo tudo isto se ve pelo livro que en lingua castelhana compos en rima solta o nosso Jeronimo Corte Real, tão illustre en poesia e muitas outras boas partes e perfeições de que a natureza o dotou como en nobilissimo sangue e familia de que proçede, e o mesmo consta per outras relações en espanhol e italiano que vi impresas e de mão, posto que no numero da gente e navios e dos mortos e cativos á muita variedade, como tãobem se vera en Ilhescas na vida de Pio quinto, § primeiro, que clara e distintamente resume a dita jornada. Vindo de Castella, o dito conde meirinho moor foi contudo com el-rei don Sebastião a Africa em hũa nao sua com muitos criados e gasto. E posto que tinha bem entendido e dito a alguns amigos e parentes o mau suçcesso pera que aquella jornada se hia emcaminhando conforme a temeridade e desordem della, e sobre este presoposto²⁵⁸ como cousa çerta tratou e dispos das cousas da sua alma e fazendas, todavia com hum esforço e lealdade propia de seu sangue não deixou no maior periguo de acompanhar e seguir seu rei por cujo serviço foi na batalha cativo, como tãobem o forão muitos criados seus e outros mortos. E soo o resguate de sua pessoa custou mais de onze mil cruzados, e conçertando-se com o Xarife os oitenta fidalguos do primeiro rol que elle tomou por seus em preço de quatroçentos mil cruzados, foi elle hum dos eleitos pera vir tratar ao reino do paguamento do dito preço e liberdade dos oitenta. E posto que tãobem se nomearão outros fidalguos com elle, por varios casos chegou elle soo e fez nisso tantos offícios e com tanto zelo, fervor e inteireza en favor delles que se lhe ocasionou com isso perder en çerto modo a graça de el-rei dom Henrique em que estava muito adiante por cumprir com a obriguação que trazia a cargo, que era mui mal favoreçida dos pais e irmãos e de algũas molheres dos ditos cativos e de outras pessoas notaveis do reino, pelo que el-rei estava na causa mal afeito. Soçedendo as materias da justiça d'el-rei nosso senhor e suas pretensões na soçessão deste reino, entendendo os proveitos e guanhos do dito reino e terra en sua magestade ter o direito e justiça, como tem, e da neçesidade que avia de asi se declarar e mos[fl. 236]trar en pubrico por aquelles que com seu exemplo podessen alumiar e encaminhar a muitos, o começou de fazer. Neste meio tempo so trabalhou com el-rei dom Henrique en cortes que quisesse casar pera aver gera-

258 Escrito inicialmente: "preposto", tendo o mesmo copista logo agregado "so".



ção, e quando o dito rei nisso veio foi elleito o dito meirinho moor pellos tres estados dellas pera ir a Roma procurar com sua santidade a dispensação, o que não aceitou senão depois d'el-rei dom Henrique tomar sobre si o mandar cumprir com a obriguação do negocio dos cativos a que viera. E não avendo esta sua ida a Roma feito (como sempre se entendeo pellos que diso sabião a verdade) loguo deu por escrito seu parecer ao afligido rei do que era bem que fizesse pera quietação e benefício geral do serviço de Deos e bem deste reino. E assi se foi declarando en tudo nas cortes e juntas e en toda a outra parte, sem embargo dos inconvenientes e perigosos que os tempos offereçião, os quais pella mesma maneira propos, vindo por mandado de sua alteza, fazer a armada da India do ano de 580, que lhe tocava pelo carguo de veador da fazenda (de que neste ano fora promovido). E passando pelo risco da peste que avia nesta çidade de Lixboa e vençendo outras difficuldades que lhe recreçerão deu expediente à dita armada e a mandou en tempo conveniente. Com o mesmo intento e por çima das mesmas difficuldades (que por respeito da pretenssão e divisão do reino sempre hião creçendo) tinha continuado com os guovernadores que por morte d'el-rei dom Henrique ficarão, satisfazendo por obra com a obediência que en vida de sua alteza lhe prometera e jurara guoardar nas cortes que el-rei fez en Lixboa no ano de 579 (como fizerão os mais fidalguos principais, prellados e povos, cousa que muitos delles depois mal comprirão). Mas o dito meirinho moor, morto el-rei dom Henrique, se foi a Almeirim a elles e os acompanhou sempre atee en Setuval chegar o dia de se elles sairem da dita villa, que se poderá afirmar con verdade o não fizerão se elle não fora, como em particullar está sabido que ouve esta sua²⁵⁹ saída e salvação e feito pelo que lhes elle disse e fez fazer. Em Aiamonte se ajuntarão todos e ahi lhe mandou sua magestade que se entretivesse com o duque de Medina Sidonia, mas elle continuou depois muitos dias com os guovernadores em Castro Marim sem ir a sua magestade que estava em Badajoz. Porque, posto que entendia convir-lhe muito a elle pera suas particullares pretensões, o deixou de fazer pello benefício geral destes reinos e particularmente pello [fl. 236 v] do Algarve en cuja quietação e redução ao serviço de sua magestade fez o que he notorio, e em particular no caso do decreto que sua magestade mandou aos guovernadores que assinassem, por que elles declaravão pertencer-lhe a soçessão

259 Segue-se uma palavra riscada: "ida".



deste reino; no que ouve muitos particulares a que a prudência e inteireza do dito meirinho moor acodio pera isto ser na forma que devia. Aca-bados estes serviços, foi com os mesmos guovernadores a Badajoz beijar a mão a sua magestade donde, recolhendo-se pera Olivença ao dia que chegou tornou a ser chamado, e sua magestade o mandou vir a esta çidade de Lixboa acudir ao muito que nella de seu serviço avia que fazer. O que tudo por sua grande verdade cuidado e diligência se fez melhor e com mais brevidade do que en tais tempos parecia possivel, mas seus bons intentos ajudou Nosso Senhor com tão prosperos efeitos que fez a armada da India do ano de 581 como que não ouvera peste na çidade nem fora nela viso-rei, com acreçimento de tantas mais despesas e gastos quantas nunca neste reino se fizerão sendo nelle tal o ano de trabalhos, perdas e roubos de fazenda qual foi. Alem da dita armada, acodio de maneira ao provimento dos offiços e às repartições das esmolas ordinarias que os reis fazião e às vendas e arrecadações da fazenda como se fora em tempos quietos e bonachosos. Neste ano foi eleito pela camara de Lixboa pera seu procurador das cortes que el-rei nosso senhor fez na villa de Tomar, tendo niso a çidade os bons respeitos e considerações con que neste particular desejava servir e contentar a sua magestade. O quoa, porem, não ouve por bem que s'elle por então ausentasse dela. Depois, vindo da dita villa de Tomar sua magestade a Almeirim, foi mandado ir ao despacho de que se escusou por duas vezes. E tornando-se el-rei nosso senhor para os seus reinos de Castella ficou nestes de Portugal servindo de veador da fazenda por lho elle assi mandar mui estreitamente, posto que por algũas causas fez particular instançia a sua magestade antes de sua partida por deixar este carguo. No fim do ano de 86, lhe tornou sua magestade a mandar que com o príncipe cardeal Alberto, archeduke de Austria, seu sobrinho, que estes reinos por elle guoverna assistise no conselho do estado na materia do guoverno e do despacho. E de estar nelle se escusou com grão força e detreminada resolução por vezes, e da derradeira lhe respondeo sua magestade que nenhuma de suas rezões e escusas lhe admetia e que via que en todo o caso o servisse niso. No quoa carguo e no de veedor da fazenda, [fl. 237] assi na repartição do reino que teve como na dos contos e das terças en que está, em a quoa fez nova reformação de offeçiais, não he possivel relatar quantos serviços tenha feitos e quão importantes ao bem comum, ao acreçentamento e arrecadação da fazenda real, ao provimento



dos luguares de Africa e das mais fortalezas da costa e à conservação da justiça e inteireza dos ministros e finalmente ao paguamento das tenças, juros, ordenados, desembarguos das partes e breve e expediente despacho de toda a maneira de neguoços. Porem, he tão notoria sua rara prudência, inteireza, constância, seu perpetuo cuidado e continuação nas obrigações de seus carguos e o muito effeito que sempre resulta de sua assistência nos tribunais que lhe tocão, e a grande differença que per sua presença ou ausência o d'el-rei e o das partes nella sentem, e tão entendido de todos o rarissimo dom de seu exçelente talento pera toda a materia de guoverno que com a notariiedade e largua experiência que ha destas suas tão perfeitas calidades se escusa bem o que dellas aqui se pudera dizer. E conforme a tão grandes e abalisados mereçimentos se deve esperar que sejam as satisfações e merçes de sua magestade que, pois comparações são odiosas, se pode ao menos (salvas ellas) dizer que a ninguem neste reino por nenhum respeito mais deve. E das merçes que atee'guora lhe são feitas faremos algũa menção no capitulo seguinte.

Capitulo 113.

Das socesões de morguados de bens da coroa e patrimoniais e comendas que ate'guora tem o conde meirinho mor dom Duarte de Castelbranco.

Por morte do meirinho mor dom Afonsso de Castelbranco lhe soçedeo dom Duarte seu filho no dito offiço de meirinho mor de que lhe el-rei dom João então fez merçe. Depois, quando casou, lho conçedeo el-rei don Sebastião pera seu filho e ultimamente [fl. 237 v] el-rei dom Fellipe nosso senhor, entre as mais merçes que lhe fez lho conçedeo de juro e herdade pera si e seus desçendentes. E con justissima rezão, porque devendo este offiço andar em pessoas de grande sangue e mui prinçipaes (como a ordenação manda) por estes mesmos respeitos não deve sair nunca desta linha. Tambem lhe ficarão de seu pai as treze moradas de casas da rua Nova que pertencião ao almazem, as quais oje, como ja noutro lugar se disse, lhe rendem muito mais de hum conto de renda, possoindo ate'guora dez moradas somente entrando nellas tres que derribou e de novo redeficou e



pos em melhor forma. Estas casas tiverão sempre condição de retro porque quando el-rei dom Afonso o quinto con consentimento do príncipe dom João seu filho as vendeo todas por mil cruzados a dom Alvaro d'Ataide, sogro de dona Felipa d'Abreu, filha do governador dom Guonçalo de Castelbranco, foi loguo com clausula que a todo tempo que suas altezas lhe mandassem tornar os ditos mil cruzados tornarião a ficar as casas por da Coroa como se ve da escritura que se da dita venda fez per hum tabalião das notas en casa do honrrado padre arçebispo de Lixboa (que estes são os termos per que falla) sendo suas altezas presentes e asinando nella, e da outra parte o dito dom Alvaro d'Ataide como se costuma entre quaisquer pessoas particullares, que he singeleza pera notar daquelles tempos. Desta maneira estiverão estas casas muito tempo acondicionadas, mas oje he de crer que as tem o dito conde meirinho moor na forma que a seus me-reçimentos se deve e que assi as terão seus desçendentes. Soçedeo mais o conde dom Duarte de Castelbrânco ao dito seu pai no morguado de Montalvo no termo de Moura, de cuja calidade e rendimento e instituição tratamos mais copiosamente atras, capitulo 90, onde se falou de dona Guimar de Noronha, filha do conde de Villa Nova e tia do dito meirinho moor que o instituiu. E das obrigações delle se dirã adiante no capitulo ultimo deste summario.

Por morte de dom Garçia de Meneses seu tio, irmão de dona Isabel de Castro sua mai e seu cunhado, marido de dona Maria sua meia irmã, que morreo na batalha de Alcaçere (onde se tãobem perdeo dom Duarte de Meneses seu filho unico varão) vaguarão pera a Coroa certas villas e conçe-lhos que o dito dom Garçia tinha en sua vida juntamente com as saboarias de Evora e com a alcaidaria moor da villa do Sabugal. As outras [fl. 238] terras são Lanhoso, Santa Cruz, Çimfães, Sinde e Azere, que por todas terão quatro mil vassalos. A doação delles foi feita primeiramente a dom Dioguo de Castro, o velho, que fez notaveis serviços nas guerras de Africa, Castella e Aragão en tempo d'el-rei dom Afonso o quinto, e a elle soçedeo nas ditas terras dom Fernãodo de Castro seu filho, que estando em Arzila com 40 de cavallo a sua custa morreo pellejando. E deixou hum filho per nome dom Dioguo de Castro, que depois de servir na çidade de Tanger e no çerco de Çafim e ir na jornada de Tunes com o inffante dom Luis fale-ço sem filhos e nomeou por herdeiro de seus serviços ao dito dom Garçia



de Meneses seu primo, filho de dona Fellipa de Castro sua tia, irmã de seu pai. E por estes respeitos e mereçimentos e serviços propios do dito don Garçia se renovou nelle a dita doação e lhe forão dados os ditos bens da Coroa de dom Dioguo de Castro seu avo. E pertencendo por sua morte a pretensão delles tão diretamente e por tão justas e obriguatorias rezões ao dito conde meirinho moor don Duarte de Castelbrânco seu sobrinho (a quem elle tãobem en defeito dos filhos deixara por herdeiro), el-rei dom Fellipe nosso senhor lhe fez delles merçe assi e da maneira que as o dito seu tio tinha e com os padroados das igrejas das ditas terras na millhor forma en que mostrasse que algum seu antecessor as tivera, e isto de juro e herdade pera elle e pera seus desçendentes e duas vezes fora da lei mental e com as condições de instituição do morguado de Montalvo. E fazendo-lhe por algũas vezes merçe do titulo de conde da villa do Sabugal, por não ser nesta forma o não aceitou atee que lho deu com a dita villa do Sabugal no modo que ora tem que he pera si e seu filho e netos. Valerão estes bens da Coroa arrendados como devem pouco menos de quatro mil cruzados de renda. He comendador da comenda da Espada da çidade d'Elvas, alem de pensões que tem noutras, e de juros, tenças e ordenados, de que tudo tem alvaras pera poder deixar a filhos que não ha neçessidade de mais particularmente aqui se relatarem. De sua irmã dona Maria de Castro, depois de veuva do dito seu tio dom Garçia, ouve por titulo de doação con çertos encarguos e obriguações as suas herdades patrimoniais do termo de Evora que com hũa pequena capella que he da geração de sua mai dona Isabel de Castro, que ficou do dito dom Garçia, ficão importando valia de sesenta moios de renda. E não deve parecer superflua neste lugar a declaração nestes particulares todos, porque aos desçendentes e às pessoas desta familia pera quem se este livro ordenou pode vir a ser de gosto [fl. 238 v] e proveito esta meuda e çerta imformação do princípio, instituição, callidade e valia das ditas doações e morguados pera muitos efeitos.



Capítulo 114.

Da mulher e filhos de dom Duarte de Castelbranco, meirinho mor destes reinos, conde do Sabugal.

No ano de 1567, sendo o conde meirinho mor em idade de 28 anos casou con dona Caterina da Silva²⁶⁰, sendo ella dama da rainha dona Caterina que Deos tem e sua mai, dona Joana de Meneses, aia d’el-rei don Sebastião que estaa en gloria, no quoaal matrimonio se não pode subir mais com o louvor que con se poder con rezão dizer que as grandes calidades pessoas e mereçimentos de sangue de ambas as partes se ficarão iguoaalmente paguando do que se lhe devia. E deixando de falar em perfeições e virtudes de vivos, era esta senhora filha de dom Bernaldo Coutinho, alcaide moor de Santarem, filho do conde de Borba e do Redondo dom Vasco Coutinho e descendente dos de Marialva, de cujas calidades, valia e estado, esforço e feitos sinalados na guerra e na paz as chronicas e livros deste reino estão cheas. Por parte da dita sua mai, dona Joana de Meneses, era neta de dom Pedro de Meneses, conde de Cantanhede e tão principal cabeça do real e illustrissimo sangue dos Meneses.

Desta senhora dona Caterina da Silva ouve o dito conde meirinho moor dom Duarte de Castelbranco atee’guora os filhos seguintes: dom Afonso, filho primeiro, que falleçeo muito moço; dom Bernaldo, filho segundo, que oje fica en lugar de primogenito, a quem Deos prospere conforme as inclinações e sogeito que se nelle vem; dom Francisco, dom João, dom Manoel, que todos se preçedem na idade pella ordem em que aqui vão nomeados. As filhas são dona Joana de Meneses, dona Maria da Silva, dona Isabel de Castro, gemeas, das quais faleçeo a dita dona Isabel, outra dona Isabel de Castro, dona Guimar de Noronha, dona Mariana da Silva que tãobem faleçeo menina. E conforme ao que temos dito neste livro das descendências do conde de [fl. 239] Villa Nova e de seu filhos quasi a todos faleçeo o filho primogenito, herdando o segundo ou outro mais moço e atee nisto lhes he o dito conde meirinho moor dom Duarte de Castelbranco semelhante, assi en soçeder a seu pai faleçendo antes delle o filho primogenito dom Martinho como en ter oje tãobem para herdeiro seu

²⁶⁰ Na margem esquerda, em letra do século XVI: “Coutinhos, Meneses, Silvas”.



filho segundo dom Bernardo, como acima dissemos. Nelle e nos outros seus filhos e nos mais descendentes desta linhagem de Castelbranco que oje vivem de que neste livro se faz menção podemos e devemos justamente esperar e desejar que se conserve tanto a imitação de seus avoos e a propagação da familia e apelido que de seus grandes feitos e descendências se continuem apos este muitos outros maiores livros.

Capitulo 115.

**En que se resume como os desta familia de Castelbranco se acharão en todos os prínçipaes feitos de guerra e em-
prezas que à Coroa de Portugal tocassem e tiverão quasi
todos os mores offícios de reino e estão liados con quasi
todas as mais illustres e prínçipaes familias delle.**

Tendo acabado de rellatar em particular na leitura deste sumario as descendências dos fidalguos desta linhagem de Castelbranco atee os presentes que oje vivem por todas as linhas de machos e femeas e os feitos que fizerão e os carguos que tiverão, pareceo-me dever neste capitulo quasi com em fim e remate do livro resumir o que acerca destas materias por todo elle fica en diverssos lugares escrito para que assi aquelles louvores e qualidades que desta mui antigua e mui illustre familia no capitulo primeiro dissemos se veja que lhe não forão temerariamente atreuidos, mas que pello discursso e relação das cousas della ficão com largua justificação verificados. Assi que constará a quem ler este tratado que avendo fidalguos desta linhagem de mais de quatroçentos anos desta parte, como claramente se provou no capitulo 9, posto que [fl. 239 v] de todos não ha particullar e çerta lembrãoça, ao menos de mais de dozentos e sesenta anos atee o presente não ouve empreza nem cousa notavel neste reino nem fora delle que à Coroa de Portugal por qualquer via tocasse en que se elles não achassem e fossem dos prínçipaes no efeito dellas. E deixando as cousas da paz e não falando nas que fizerão outros progenitores seus de diferentes apellidos como foi dom Diogo Gonçalvez Ouveques e Vallente que morreo na batalha do campo d'Ourique em tempo d'el-rei dom



Afonso Anríques (de quem descendem todos os de Castelbranco da casa de Villa Nova), se mostra por este livro que na famosa batalha do Salado se achou Rui Gonçalves de Castelbranco com el-rei dom Afonso o quarto de Portugal. E nas guerras de Castella que em seu tempo e no d'el-rei dom Pedro ouve, Martim Rodriguez de Castelbranco e Alvaro Vasques de Castelbranco e Martim Vaz de Castelbranco, todos tres alcaides mores de Covilhã. E na de Aljubarrota, com el-rei dom João o primeiro foi Rui Vaz de Castelbranco, alcaide mor de Almeida, a quem sua alteza antes de a começar armou cavaleiro. E na tomada de Ceita Nuno Vaz de Castelbranco, vedor da fazenda e do conselho d'el-rei, e Lopo Vaz de Castelbranco seu irmão, monteiro mor e alcaide mor de Moura e outros cinco irmãos mais. E nas tomadas de Arzilla, Tanger, Alcaçer Çeguer, Guonçalo Vaz de Castelbranco, primeiro senhor de Villa Nova de Portimão, que já então era vedor da fazenda e almotaçe mor. E na batalha de Touro e mais que pras d'el-rei dom Afonso o quinto, o mesmo Guonçalo Vaz com çento e vinte de cavallo seus e seu filho Martim Vaz com elle, conde que depois foi da dita Villa Nova, e Lopo Vaz de Castelbranco “o Torrão”, filho do almirante Nuno Vaz de Castelbranco, alcaide mor de Moura e de Obidos e monteiro mor. E na jornada de França do dito rei dom Afonso e na da Graçiosa em tempo d'el-rei dom João o segundo o mesmo conde de Villa Nova. E na d'Azamor (quando a tomou o duque de Bragança reinando el-rei dom Manoel) dom João de Castelbranco “Braço de ferro”, alcaide mor e comendador da villa de Castelbranco. E nos çercos de Çafim e Azamor dom João e dom Afonso de Castelbranco, filhos do conde de Villa Nova, e dom Pedro de Castelbranco, avo de dom Pedro, senhor que oje he de Pombeiro. E nas cousas da India todas desd'o descobrimento della atee'guora he tão celebrado nas istorias e decadas este apellido de Castelbranco por cousas que diversas pessoas delle fizerão que por serem muitas escuso fallar nas do tempo d'el-rei don Manoel [fl. 240] e nas do tempo d'el-rei dom João o terceiro e nas do tempo d'el-rei don Sebastião. Fizerão naquellas partes notaveis serviços o dito dom Pedro de Castelbranco, capitão que foi de Ormuz, e dom Jeronimo e dom Antonio de Castelbranco e outros irmãos seus e dom Martinho de Castelbranco outrosi capitão de Ormuz que se achou no çerco de Goa em tempo do primeiro governo do visor-rei dom Luis de Taide, e dom Luis de Castelbranco que morreo no mesmo tempo no memoravel çerco de Chaul, sem outros muitos deste apellido que na



India mui bem servirão de que seria larguo fazer nomeadamente menção. De alguns dos quais eu não pude saber a descendência pera emfiar neste livro e a enxerir nesta arvore, como são Nuno Vaz de Castelbranco e Rodrigo Rabello de Castelbranco, capitão de Goa, e outros mui nomeados nas ditas istorias da India. No cerco de Mazagão se acharão dom Dioguo e dom Gonçalo de Castelbranco mostrando ambos nelle muito vallon, e nas jornadas de Africa do dito senhor rei don Sebastião forão quasi todos os que deste apellido ha e avia naquelle tempo vivos. De maneira que sendo estas que tocamos todas as prinçipaes jornadas e feitos de guerra que en diversos tempos polla Coroa de Portugal se emprenderão vemos que em nenhuma dellas faltou seu merecimento a esta linhagem. E quanto aos offícios e dinidades ja pellos que neste capitulo nomeamos se ve como tiverão muitos dos prinçipaes do reino e se descorrermos por todos os maiores que nelle ha acharemos que quasi nenhum lhe faltou, pois he notorio que alem dos ja ditos carguos de alcaides moores, monteiros moores, almirantes, veedores da fazenda, almotações moores, tiverão tãobem o de escrivão da puridade, de guovernador da justiça, de superior das apousentadorias, de camareiro mór, do conselho de estado e de fronteiro moor do Algarve, de embaixador em Roma e en Castella. E no que toca a vassalos, ja en tempo antiquissimo teve o primeiro Gonçalo Vaz de Castelbranco, avo do segundo Gonçalo Vaz, pai do conde dom Martinho, por vassalos os da honrra do Sobrado que foi sua com o padroado da igreja della, e depois do dito²⁶¹ neto Gonçalo Vaz e de seus descendentes. E Rui Vaz de Castelbranco se diz aver sido não soamente alcaide moor, mas senhor de Almeida e Sovereira Fermoza e das Çerzedas. O almirante Nuno Vaz foi senhor do Bombarral e em sua linha anda de juro a villa de Pombeiro, de que oje he senhor dom Pedro de Castelbranco seu terceiro neto, a qual he isenta da correição. E a dita villa de Villa Nova de Portimão quasi desde sua fundação he dos desta familia, direita e prinçipal [fl. 240 v] casa della, e na casa do conde meirinho moor dom Duarte de Castelbranco ha de juro as terras de Lanhoso, Santa Cruz, Simfães, Çinde e Azere que tem copia de mais de quatro mil vassalos com os padroados das igrejas e assi ha a dita villa do Sabugal. E nos ecclesiasticos ouve os bispados de Lamego, Algarve, Coimbra e condado de Arganil. E finalmente a propoguação do sangue e liança com as demais familias illustres he tão grande e por

²⁶¹ Seguem-se palavras riscadas: “seu pai”.



tantas vias dirivada que quasi não ha geração nenhuma de fidalguos em Portugal de todos os apellidos e linhagens prinçipaes que nelle ha, afora algũas de Castella, que com estas dos de Castelbranco não tenha muito devido e respeito de parentesco, porque segundo neste livro larguamente fica tratado estão por casamentos conjuntos com esta linhagem todas as seguintes: Pereiras, Meneses, Ataides, Silvas, Mellos, Coutinhos, Sousas, Tavoras, Noronhas, Camaras, Abranches, Guerras, Albuquerque, Britos, Pantojas, Guamas, Henriques, Cabraes, d'Eças, Alencastros, Mendochas, Furtados, Çerveiras, Barretos, Mouras, Cunhas, Monizes, Azevedos, Correas, Paçanhas, Soares, Abreus, Mascarenhas, Saas, Silveiras, Limas, Botelhos, Castros, Telles, Costas, Portocarreiros e Herreras (tres familias mui illustres de Castella), afora outras muitas que vão nomeadas pela margem deste livro nos lugares onde se ajuntão com esta dos Castelbranco. E soo do conde de Villa Nova dom Martinho de Castelbranco ha oje vivas mais de 130 pessoas que delle desçenden afora outros tantos ou mais que são fallecidos.

Capitulo 116.

Das capellas e jaziguos que en diverssas partes tem os desta famillia de Castelbranco.

O fim de todas as honrras e prosperidades humanas he a sepultura, na quoa os santos e sabios dizem que todos se iguoa. Mas ainda vemos que nella a vaidade achou lugar pera fazer diferença dos mais illustres aos menos illustres e dos nobres aos que o não são, tendo-se ja oje por hum dos prinçipaes [fl. 241] sinaes e demonstrações da nobreza não soamente ter sumptuosas sepulturas, mas ter pera ellas deputados moesteiros e capellas doutras igrejas muitas vezes aquiridas e apropiadas não sen viço de encuberta simonia. E parece que não podendo os homens pella brevidade da vida deixar de se apartar de suas pompas e faustos, ao menos aqui serão com o ultimo que podião que era com seus ossos manter-lhe companhia e fazer perpetua e imortal sua vam gloria. Porem, porque com esta inutil honrra dos corpos mortos estaa polla maior parte conjunto proveito das almas pellas obrigações das missas, sufragios e offiços que



comummente os testadores aos lugares de suas sepulturas applicão per que tãobem o culto divino se acreçenta, não achei que era fora do nosso intento tratar aqui dos prinçipaes jazigos e capellas que os fidalguos deste apelido e familia de Castelbranco tem, com fazer menção dos encarguos espirituaes que os testadores nellas ordenarão, que pode servir pera conservar a memoria dos tais encarguos e obriguações que muitas vezes se perde. E fallando menos spiritualmente e mais conforme ao intento deste sumario será taobem pera se entender que não menos neste particular que en todos os mais (que no preçedente capitulo se resumirão) he mui illustre e principal esta familia entre todas as do reino. E devendo-se todos os feitos, honrras, trabalhos e mereçimentos desta vida referir do premio da outra, pareço-me que este ultimo capitulo era devido às lembrãoças da morte e lugares della, onde emfim tudo vem parar. No discurso da leitura deste sumario se tem tratado desta materia, mas aqui se resumirá tudo o que en diversos lugares della se disse.

Assi que consta pello atras relatado que o almirãote Nuno Vaz de Castelbranco tem por jaziguo a capella moor do moesterio de São Françisco de Alanquer onde falleço, sendo alcaidessa moor da dita villa sua irmãa, molher de Gonçalo Guomez d'Azevedo. E aquella sepultura deve de rezão competir aos primogenitos de sua linhagem que ja em seu lugar se tratou quem oje erão.

Alem desta, edificou dom Antonio de Castelbranco, seu bisneto, senhor que foi da villa de Pombeiro, hum moesterio de frades capuchos da provincia da Arrabida junto ao seu morguado e quintam de Castelbranco no termo desta çidade de Lixboa onde ell[e]²⁶² jaz com sua segunda molher, dona Maria de Briteiros, e manda nelle fazer [fl. 241 v] os jaziguos de sua casa ao modo dos que tem a casa de Villa Nova na igreja de São Martinho desta çidade, de que loguo trataremos. Deixou o dito dom Antonio²⁶³ misas de obriguação.

Na dita igreja de São Martinho desta çidade junto ao Limoeiro, defronte das casas do morguado da Povia, ha duas capellas – *scilicet* – a principal

262 No ms.: ella.

263 Segue-se espaço em branco.



e outra entrando pella igreja à mão esquerda. Ambas pertencen aos possoidores do dito morguado da Povia e outros a elle anexos, herdeiros da casa de dom Gonçalo de Castelbranco senhor de Villa Nova de Portimão e do conde dom Martinho e de dom Lopo de Castelbranco, seus filhos, que as fundarão e instituirão pello modo que mais declaradamente atras em seu luguar fica rellatado. Tem de obriguação missa cotidiana pollas almas dos sobreditos tres instituidores. A capella moor da igreja parochial de São Jorge desta dita çidade de Lixboa he tãobem jaziguo prinçipal dos possoidores dos ditos morguados da Povia pola linha dos Vallentes que com este apellido dos Castelbranco dos da casa de Villa Nova anda junto. Sua primeira obriguação foi ter hum capellão continuo a todas as horas dos offícios divinos e com missa cotidiana. Ouve nisto mudanças por rescritos appostolicos. Dizen-se oje nella pella tenção de dom Viçente Afonso Vallente, seu fundador (que junto ao altar da dita capella moor tem seu jaziguo na parede da parte do evengelho) çincoenta missas. O camareiro moor dom Françisco de Castelbranco edificou hũa ermida de Nossa Senhora da Piedade na sua quintã da Povia e a unio pera sempre ao morguado dela, com obriguação de residir continuo hum capellão nella que digua missa cotidiana por sua alma e de dona Françisca de Meneses e dona Maria de Castro, suas primeira e segunda molheres, e pera isso deixou çerta renda aplicada pera a sustentação do dito capellão e fez do moorguado as peças de prata e ornamentos prinçipais do serviço da dita capella.

A capella moor do moesteiro do Carmo de Moura foi pello convento doada a dona Guiomar de Noronha, filha do conde de Villa Nova dom Martinho, molher de dom Rodrigo d'Eça, alcaide moor da dita villa e ahi jaz ella com elle. He oje este jaziguo o propio e prinçipal da casa do conde meirinho moor dom Duarte de Castelbranco, seu sobrinho, e dos mais herdeiros que forem do moor[fl. 242]guado de Montalvo que a dita dona Guimar de Noronha instituhio. A ella hão de ser levados os ossos do meirinho moor dom Afonso, irmão da dita dona Guiomar e primeiro herdeiro seu. Manda redificar e reformar esta capella o dito conde meirinho moor dom Duarte, e alem de huns tantos moios de trigo e de çerta contia de juro aplicada pera a fabrica della que o dito dom Duarte lhe mais dotou tem de obriguação²⁶⁴ missas. Nas herdades do dito morguado de Montalvo,

²⁶⁴ Segue-se espaço em branco.



termo da dita villa de Moura, fundou a dita dona Guiomar hũa igreja parochial de Nossa Senhora da Conceição que tem prior perpetuo da apresentação dos possoidores do morguado com a porção que se disse atras, capitulo 90. Ha de obriguação dizeren-se nella²⁶⁵ missas.

No ano de 1380 (que ha 208,) fizeram o menistro e padres do mosteiro da Trindade desta cidade de Lixboa doação de hũa capella no dito mosteiro a Miser Manoel almirante de Portugal e a seus filhos e a todos os de sua linhagem pera todo sempre pera sua sepultura, sendo disso contente el-rei dom Afonso o quarto, porquanto a dita capella fora fundada pella rainha Santa dona Isabel sua mai à honra e invocação da Trindade pella alma d'el-rei dom Dinis seu marido e sua. A qual liçença e consentimento el-rei dom Afonso deu ao dito Miser Manoel por hum alvara seu incorporado na escritura da doação da dita capella que os ditos ministro provincial e convento lhe fizeram, pella qual se obriguarão que nunca em nenhum tempo se enterrarião na dita capella outras pessoas, senão as da linhagem do dito almirante e que por sua alma delle e de dona Genebra sua mulher e de seus descendentes cantarião cada mes hũa missa offiçada de requiem, que são doze por ano e sairião cada dia sobre a sepultura do dito almirante se na dita capella se lançasse com cruz e com agoa benta e com hum responso cantado com suas orações pera sempre. E isto por respeito do muito bem que sempre avião recebido do dito almirante Miser Manoel e de seus filhos e porque então lhe doara novamente dous campos que elle tinha de redor do dito mosteiro. Deste almirante Miser Manoel descendem tambem por linha de fema quasi todos os fidalguos de Portugal [fl. 242 v] deste appellido de Castelbranco de que este sumario trata, como mais larguamente se relatou no capitulo 16, e por iso tãobem a aução e direito desta capella e sepultura lhes toca, ainda que ha outros fidalguos Peçanhas e Abreis d'Elvas que são legitimos descendentes por linha masculina do dito almirante, porque procedem de João Rodriguez Peçanha e de Martim d'Abreu, filhos de Miser Hitão Paçanha que era pai de Caterina Paçanha, mulher de Lopo Vaz de Castelbranco, monteiro moor e alcaide moor de Moura, como en seu lugar fica referido. E todos descendem do dito Miser Manoel, primeiro almirante dos desta linhagem de Peçanhas que em Portugal ouve. E segundo imformação tenho, nem nelles anda o

265 Segue-se espaço em branco.



jaziguo da dita capella mas he dada a outros fidalgos como muitas vezes frades nestes casos fazem.

Nos morguados que possuem dom Manoel de Castelbranco e dom Pedro de Castelbranco, senhor de Pombeiro, instituidos por diversas pessoas cuja suçessão oje pertence aos deste apellido ha çertas outras obriguações ao mosteiro de Chellas desta çidade de Lixboa que ja ficão neste livro en diversos capitulos apontados. Mas não acho que nelle tenham deputado particullar jaziguo.

E porque hũa das sete causas e utilidades prinçipaes que o conde dom Pedro, filho d'el-rei dom Dinis, no prologo que fez ao seu livro das linha-gens, que he o antigo que ha na Torre do Tombo, aponta que se seguem da composição de tais livros he saberem-se por elles os mosteiros e lugares pios que os antepassados fundarão ou dotarão e com esta obriguação e com as mais que requeria a materia deste sumario e intento delle temos cumprido (quanto en nós foi), não resta mais que pedir aos leitores que boamente relevem as faltas do estillo com a diligência e cuidado que se pos na verdade da historia e aos fidalguos desta mui illustre familia de Castelbranco que oje vivem e aos que depois vierem exhortar que se entenderem dever algum aguardeçimento ao cumprido trabalho e molestias que en seu benefício se neste livro passarão se aproveitem delle para sempre com feitos notaveis e exçelentes virtudes imitem a gloria de seus avoos que aqui se çelebra, não se contentando com a parte que por virem de seu sangue della lhes toca, pois he assi como disse Uxiles nos versos de Ovidio, que as cousas de nossos [fl. 243] antepassados e os louvores de suas grandes obras que nós não fizemos escasamente se podem chamar nossas.

Finis laus deo, 6 die Aprillis :1588:

[fl. 243 v em branco]

[fl. 244]



Anotações e addições a diversos lugares deste livro.

¶ No capitulo segundo, onde se falla das armas desta linhagem de Castelbranco e se trata dos particulares dellas, se ha de acrescentar em comfirmção do que ali se diz acerca das sinificações e exçelência do metal d'ouro e cor azul celeste e do mais que ali se declara que quem ler a Estevão de Guaribai no tratado que fez das insinias e armas de nobreza, no livro 33 do seu *Compendio Historial de Espanha*, achará que estão as ditas armas dos Castelbranco conformes às regras que elle diz que se nesta materia devem guoardar. Hee somente de advertir que enquanto o dito Garibai, capitulo 10, do dito livro 33, diz que he emcomgruidade quando no escudo ha algũa figura de animal pōr no timbre outro animal, se ha de entender se a figura do animal do timbre foi outra diferente da do escudo, porque sendo a mesma não he inconveniente. E assi vemos que sempre o timbre desta linhagem foi o mesmo leão do escudo. E quem tem aguiã por armas o tem tãobem por timbre. E ha outros muitos exemplos neste reino disto. Nos reais passos da villa de Sintra, na casa que se chama das armas por estarem nella pintadas por mandado dos reis destes reinos quasi todas as das mais prínçipaes e illustres familias delles, estão em mui bom lugar estas dos de Castelbranco, como se nella podem ver. E assi refirindo outras que na dita casa se achão faz tãobem destas menção Luis Pereira, poeta moderno portuguez, na sua *Elegiada* que compos em oitava rima, da vida e morte d'el-rei don Sebastião, no canto 4º.

¶ No capitulo 3º e 6º, no fim, e capitulo 9º, e em muitos outros deste livro se alegua com dom Antonio de Lima no livro que fez das linhagens e ha se de notar para mais credito seu que Andre de Resende, varão de tanta autoridade e erudição nas cousas antigas e de humanidade, como he notorio, faz muita conta do livro de dom Antonio de Lima em hũa epistolla sua en latin que anda impressa que escreveo a Bertolameu de Quebedo, benefi [fl. 244 v]çiado da see de Toledo, en reposta de outra sua onde tãobem se falla na autoridade do livro antigo das linhagens da dita Torre do Tombo que fez o conde dom Pedro, filho bastardo d'el-rei dom Dinis, com a qual alegua muitas vezes a chronica das ordens militares que compos Françisco de Rades e outros chronistas espanhoes de muito nome, como Çurita nos *Annaes de Aragão* en diverssos lugares e Guaribai, livro doze, capi-



tulo 35, e livro 34, capitulo 22, onde diz que he obra reputada por de muito verdade. E nós com o dito livro tambem aleguamos neste, em o capitulo 56 e capitulo 102, pera os quais servirá tãobem esta annotação.

¶ No capitulo 6º, onde se faz menção do que Jeronimo de Çurita diz acerca da batalha d'Aljubarrota e numero de gente que nella teve el-rei de Castella, se ha de acreçentar que a dita batalha e os particulares della escreve tãobem Guaribai, livro 15, capitulo 24, e livro 35, capitulo 2º, onde tãobem no numero da gente dos exercitos de Portugal e Castella discrepa das nossas chronicas portuguesas que, pollas rezões referidas no dito capitulo 6º, mereçem neste caso maior fee.

¶ No capitulo 11, se alegua com Guaspar de Barreiros. He de notar pera mais credito desta aleguação e dos memoriais escritos de sua mão de que ali fizemos menção que o dito Guaspar de Barreiros foi homem mui docto e curioso e particularmente tratou de se imformar desta materia das linhagens de Portugal. E ainda depois de se meter frade de São Françisco teve intento de compor hum livro dellas, segundo Bertolameu de Quebedo na epistolla que escreveo ao dito Andre de Resende diz que delle entendeo en Toledo, conforme ao que se collige do que Andre de Resende nisto lhe respondeo, posto que o dito Resende com algũa espeçie de emulação e com aquelle defeito propio da nação portuguesa, que he de trair dos naturaes e acanhar entre os estrangeiros o credito que delles conçebem, duvide do dito Guaspar de Barreiros poder satisfazer bem ao sogeito da materia e digua que serião usurpados algūs papeis que elle disso tivesse.

¶ No capitulo 11º, pagina²⁶⁶, onde se faz menção de como Martin [fl. 245] Vaz de Castelbranco, alcaide moor que foi de Covilhã, se servia de muita gente de pee e de cavallo segundo se acha provado em brasões e estromentos autenticos de pessoas que delle desçenden, se ha de acreçentar pera mais fee e credito do que nisto se diz que os ditos brasões estão registados na Torre do Tombo, livro 5º dos mysticos, folhas 235.

¶ No capitulo 11º, onde se aponta que huns fidalguos deste apelido de Vazes de Castelbranco que ha em Portalegre e seu progenitor Fernão Vaz de

266 Segue-se espaço em branco.



Castelbranco, comendador de Cabeça de Vide, procedem de hũa filha não legitima de Martim Vaz de Castelbranco, alcaide moor que foi de Covilhã, se ha de advertir que os ditos fidalguos tem hum memorial de sua descendência não tão autentico como era necessário pera prov[a]²⁶⁷ della, no princípio do qual se refere a tradição apocripha de que nós tratamos no capitulo 1º deste livro. E no discurso da leitura do dito memorial se diz mais que Lopo Vaz de Castelbranco, alcaide moor de Moura e monteiro moor d’el-rei dom João o 1º, de quem se falou no capitulo 15 e 16 deste livro, teve de sua molher Caterina Paçanha (que no dito memorial se chama Caterina Vaz Paçanha), alem dos mais filhos referidos por nós no dito capitulo 16, hum filho mais velho que todos, que morreo mançebo muitos anos antes que seus irmãos e se chamou Fernão Gonçalvez de Castelbranco e foi comendador de Jerumenha, e que pella dita idade en que faleço se não faz delle menção em alguns livros de linhagens. Mas que, contudo, ao tempo de sua morte ficavão ja delle dous filhos, chamados Fernão Vaz de Castelbranco e Luis Vaz de Castelbranco, e que destes o mais velho, Fernão Vaz de Castelbranco, foi o dito comendador de Cabeça de Vide a quem immediatamente soçedeo Dioguo d’Azambuja, primeiro capitão que foi de Çafim. Dizem mais que este Fernão Vaz de Castelbranco foi do conselho d’el-rei, e que asi foi do conselho d’el-rei don Afonso.

¶ No capitulo 11, pagina²⁶⁸, onde se faz menção que en Tortuzando, aldea de Covilhã, estão hũas casas chamadas “o paço” que forão do dito Martim Vaz, se ha de notar que as ditas casas forão d’outro Martim Vaz de Castelbranco, de quem particularmente não sei declarar o como desta estirpe proçedia. O quoyal foi casado con dona Genebra Pereira, filha de João de Mello. E delles nação hũa filha que foi casada com Guomez Soares, alcaide moor de Torres Vedras, de quem proçede dom Martinho Soares que oje o he, segundo de tudo isto me [fl. 245 v] foi dada imformação de quem se nella muito afirmava. Podia acontecer serem as ditas casas primeiramente fundadas pello dito Martim Vaz alcaide moor de Covilhã de quem no dito capitulo 11 se trata, e virem depois ao dito Martim Vaz mais moderno, seu descendente.

267 No ms.: prove.

268 Segue-se espaço em branco.



¶ No capitulo 12 e no capitulo 18 e em outros luguares deste livro se diz que o livro moderno das linhagens que ha na Torre do Tombo foi composto por Damião de Goes. Ha se de notar que, posto que elle na *Chronica d'el-rei dom Manoel*, 4^a parte, capitulo 71 e 72, da a entender o contrario, sinificando que detreminava emmenda-lo, tenho por imformação que em efeito elle o compos, porque antes erão soos huns cadernos confusos e sem ordem que se acharão na livraria de hũ coneguo curioso desta see de Lixboa, que os fizera, e por mandado d'el-rei dom João o terceiro, que santa gloria aja, forão levados depois do falleçimento do dito coneguo à dita Torre do Tombo, da qual sendo guoarda moor o dito Damião de Goes dizem que as emendou, copilou, acreçentou e ordenou, de maneira que pode com rezão ser avido por autor delle.

¶ No dito capitulo 12, no fim, se ha de acreçentar que posto que se digua que de hũa soo filha de Guonçalo Vaz de Castelbranco, o velho, senhor da honrra do Sobrado, ha descendentes, se acha em hum estromento antigo que outra filha sua chamada Lianor Paez de Castelbranco casou com João Camello Pereira, filho de hũ irmão de Alvaro Gonçalvez Camello, prior do Crato e que della e do dito seu marido, que forão moradores na villa de Castelbranco, nação Isabel Camella de Castelbranco, de quem pretendem descender os que tirarão o dito estromento.

¶ No capitulo 13, en que se falla na tomada de Çeita, se ha de acrescentar que, posto que as nossas chronicas não declarem o numero das vellas que el-rei dom João o 1^o levou na armada con que a tomou, Jeronimo Çurita, nos *Annais de Aragão*, livro 12, capitulo 52, diz que a armada tinha 33 naos e 27 gualees de tres remos por banco e outras 32 de dous remos por banco e 120 navios menores. E afirma que esta armada foi a maior de Espanha atee aquelles tempos e excalça a este magnanimo rei por ser o primeiro que passou a Africa depois dos guodos e conta que en dous dias e dous combates foi tomada aquella famosa çidade e nomea quem primeiro sobio ao muro e quem primeiro entrou [fl. 246] e quem primeiro meteo bandeira nella, nos quais particullares de todo se não conforma com a nossa chronica, a qual nós ali seguimos pela mais particular e çerta notícia que he de crer que neste reino se deles teria.



¶ No mesmo capitulo 13, en que se nomea Pedro Vaz de Castelbranco con os mais seus seis irmãos que na dita jornada de Çeita forão, se ha de acrescentar que este fidalguo se achou nas mui çelebradas justas de Soeiro de Quinhones, filho de Dioguo Fernandez de Quinhones, meirinho moor das Asturias. E foi assi que no ano de 1433, ou segundo outros de 34, reinando en Castella el-rei dom João o segundo e em Portugal el-rei dom Duarte, 19 anos depois da dita tomada de Çeita, o dito Soeiro de Quinhones, cavalleiro prinçipal e mui esforçado de sua pessoa, tomou por empreza, ao modo que se conta nos livros fabulosos, mäter justa por si e com nove companheiros mais que tomou ou, segundo outros, con doze, a todos os cavaleiros viandantes que passassem pella ponte de Orvigo, tres legoas de Astorgua. E era a lei da justa encontrar-se cada hum dos aventureiros com hum dos mantenedores e correr com elle tantas lanças com seu ferro de ponta de diamante atee que hum quebrasse primeiro tres dellas. Concorrerão a estas justas muitos cavalleiros de todas as partes e especialmente dos reinos de França, Catalunha e Aragão, e alguns de Alemanha, por aver aquele ano jubileu en Santiago de Gualiza, por cujo respeito passavão muitos romeiros desta calidade, durando as justas muitos dias en que ouve bem notaveis sucessos e alguns deles bem desastrados. E os fidalguos portugueses que se diz que nellas se acharão forão o dito Pedro Vaz de Castelbranco, Martim d’Almeida, e João Carvalho, e João de Mello, que ja dantes residia en Castella e nella se diz que naçera de pais portugueses, que foi o cavalleiro que se mais sinalou sobre os de todas as nações e se encontrou com o dito Soeiro de Quinhones, mantenedor prinçipal, e o ferio mui periguosamente, como mais larguamente conta o dito Jeronimo Çurita, livro 14, capitulo 22. E faz das ditas justas tãoobem menção Fernão Perez de Gusmão na *Chronica d’el-rei dom João o 2º*, capitulo 24, e o liçençado Duarte Nunez de Leão na chronica do dito senhor rei dom Duarte, que çedo porventura imprimirá, do qual reçebi esta lembrança e a elle se deve. E do dito João de Mello outras duas vitorias notaveis que alcançou en dous desafios empra[fl. 246 v]zados com pessoas de illustre valor e nobreza – *scilicet*– o primeiro a cavallo con Pedro de Breçemonte, senhor de Charni, em presença do duque de Berguonha Phelipe 5º, avo d’el-rei dom Felipe, nosso senhor, e o segundo a pe, em a çidade de Basilia, onde estava congregado conçílio geral, com Henrrique de Remestão, aos quais ambos vençeo: refere Garibai, livro 16, capitulo 23.



¶ No capitulo 13, em que se diz que el-rei dom João o primeiro ordenou a jornada de Çeita não estando ainda bem seguros os tratos da paz com Castella, a qual se ordenou o derredeiro de outubro do ano de Christo de 411, se ha de notar que o que ali se diz he conforme às nossas chronicas portuguesas. Porem, Estevão de Garibai, falando na dita jornada de Çeita, diz que quando el-rei a ordenou foi por ser príncipe a natura e arte belicoso, e não querendo estar ouçioso, avendo seus reinos repousado larguos anos das guerras de Castella, determinou passar as marinas africanas. E a ultima guerra que este rei teve con Castella declara que foi ano de Christo 1397, e as pazes finais e perpetuas poem no ano de 1431, avendo-se no meio tempo por diversas vezes conçertadas muitas treguoas como se do dito autor ve, dito livro 35, capitulo 5º, e capitulo 7º e 6º, em o quoal, posto que refere a nossa opinião de ser guanhada Çeita a 21 d’agosto, diz, porem, que poderia elle afirmar, e que assi o tem por verdadeiro e çerto, que se não ganhou senão em 14 do dito mês, hũa quarta-feira vespora de Nossa Senhora d’Asunção do anno de 1415, e que noutro tal dia vençeo el-rei a de Aljubarrota e em outro tal morreo.

¶ No capitulo 13, pagina²⁶⁹, no meio, onde se diz que não sabemos emfiar as desçendençias dos sete irmãos que forão na de Çeita e que porventura as não ouve senão illegitimas, se ha de advertir que dom Antonio de Castelbranco, senhor de Pombeiro, que Deos aja, dizia que ouvira a seu pai, dom Pedro, que Fernão Rodriguez de Castelbranco, almotaçee moor que foi neste reino, referia sua desçemdençia e a de seus irmãos que viverão em Coimbra a Paio Rodriguez de Castelbranco, hum dos ditos sete irmãos. Mas tenho por mais provavel outra imformação que me foi dada, que o dito Fernão Rodriguez proçedia desta familia por Fellipa Vaz de Castelbranco, sua mai ou avo, que desçendia de Isabel Vaz de Castelbranco, filha fora de [fl. 247] matrimonio de Martim Vaz de Castelbranco, alcaide moor de Covilhã, de quem se falou no capitulo 11.

¶ No capitulo 15, no fim, se ha de acreçentar que de Lopo Vaz de Castelbranco, monteiro moor, e alcaide moor de Moura, de quem se no dito capitulo falla, se acha mais declarado nas chronicas do reino alem do ali dito, que nas diferenças que soçederão sobre a admenistração do guoverno

269 Segue-se espaço em branco.



destes reinos de Portugal por morte d'el-rei dom Duarte entre a rainha dona Lianor sua mulher e o inffante dom Pedro duque de Coimbra seu irmão, acostando-se os grandes e nobres do reino huns a hũa parte e outros a outra o dito Lopo Vaz de Castelbranco seguia a justiça da rainha, a qual se bem olhamos as ordinarias regras de direito a tinha mui clara, pois pello testamento d'el-rei seu marido ficara nomeada por tutor de seu filho el-rei dom Afonso o 5º e guovernador de seus reinos, e o imffante dom Pedro, posto que tão prudente e valeroso príncipe fosse e estas calidades bem mostrasse no dito guoverno, nos modos de o adquirir não pôde fugir de algũa maneira não somente à nota de ambição, mas à de pouco grato à memoria d'el-rei dom Duarte que lhe tão bom irmão fora, não dando lugar a que se cumprisse sua ultima e legitima vontade. E assi permitio Deos que con sua vida o paguasse na batalha d'Alfarrobeira e que o mesmo rei dom Afonso tomasse delle satisfação das injurias e agravos que à dita senhora rainha sua mai por respeito do infante forão feitas neste reino e fora delle, atee se dizer que en sua morte, que foi repentina en Castella e com presunção de peçonha, teve elle parte, posto que esta fama seria porventura tão falsa como a que se então punha na honestidade da rainha, que enquãoto neste reino esteve foi avida por mui virtuosa prinçeza. E seguramente diz Çurita na vida d'el-rei dom Afonso o 5º de Aragão que o inffante dom Pedro lhe usurpou o guoverno por tirania, de que fica mais justificada a opinião de Lopo Vaz de Castelbranco, o quoa, posto que a maior parte dos estados do reino seguião a voz do inffante que por suas callidades e meios e por respeito dos inffantes seus irmãos os adquiria assi, elle contudo foi hum dos principais fidalguos que, a exemplo de Catão Utiçense, quiserão estar antes pella parte mais justa vençida que pello menos justa vençedora, e correspondeo nisto Lopo Vaz à lealdade e obrigação que tinha a el-rei dom Duarte, cujo monteiro moor fora e que delle fez sempre muita conta e estima. Consta da chronica an[fl. 247 v]tigua que foi elle da parte da rainha, e assi o nomea entre os primeiros deste bando o liçençado Duarte Nunez do Lião na chronica do dito rei dom Afonso o 5º de Portugal que novamente compoem com as mais dos reis deste reino, posto que Garibai, livro 31, capitulo 12, nomeando alguns parçiais e servidores da rainha, nesta pretensão não faz menção do dito Lopo Vaz de Castelbranco mas do que ali diz e no capitulo 13 se entenderá tão bem a justiça da rainha dona Lianor e os carguos e culpas que se para com ella davão ao infante dom Pedro.



¶ No capitulo 16, pagina terceira, onde se fala de Miçe Hitão Paçanha, se ha de acreçentar que do dito Miçi Hitão e de Foã d'Abreu sua molher, alem de Caterina Paçanha, molher de Lopo Vaz de Castelbranco, de quem se no dito capitulo trata, ficarão dous filhos machos, como consta do livro das linhagens da Torre do Tombo: o primeiro delles foi João Rodriguez Paçanha, de quem desçendem por linha direita masculina João Rodriguez Paçanha, que foi capitão e guovernador da Mina, e Jorge Paçanha seu irmão, que foi capitão e guovernador de Çeita; o segundo filho foi Martim d'Abreu, pai de Rui d'Abreu que foi alcaide moor d'Elvas, avo de Sebastião de Sousa que na India foi capitão de nome e valor, bisavo de Manoel d'Abreu de Sousa, terceiro avo de Fernão de Sousa, fidalguo bem conheçido que oje vive na dita çidade d'Elvas. E por esta rezão são estes fidalguos Paçanhas e Sousas Abreus d'Elvas conjuntos con esta familia dos de Castelbranco. E por respeito da molher do dito Miçe Hitão tomou o appellido d'Abreu hũa sua neta, filha de Lopo Vaz de Castelbranco e da dita Caterina Paçanha, da qual se falou no dito capitulo 16, e assi outra filha de dom Guonçalo de Castelbranco per nome dona Felipa d'Abreu, de quem se fala larguamente no capitulo 57, que era bisneta da dita Foã d'Abreu, molher do dito Miçe Hitão Paçanha e 3^a ou 4^a avo dos ditos fidalguos d'Elvas.

¶ No dito capitulo 16, onde se fala no almirante Miçe Carlos, irmão do dito Miçe Hitão de quem se falou na adiçãõ açima, se pode acreçentar que o dito Miçe Carlos teve hũa filha per nome dona Genebra, que foi quarta molher do conde dom Pedro de Meneses, primeiro capitão de Çeita, segundo consta pelo livro das linhagens da Torre do Tombo.

¶ No capitulo 16, onde se faz mençãõ dos filhos de Lopo Vaz de Castelbranco, [fl. 248] alcaide moor de Moura, se ha de acreçentar que en alguns livros de linhagens e memoriais que desta familia de Castelbranco tratão se faz mençãõ de outra filha do dito Lopo Vaz alem das referidas no dito capitulo 16, a qual dizem que casou com o doctor da Rosa, mas quem elle foi nem os desçendentes que teve não referen nem nós o sabemos.

¶ No capitulo 17, no fim delle, se ha de acreçentar hũa memoria que se acha do almirante Nuno Vaz de Castelbranco, de quem se no dito capitulo fala, e he que por hũa morte de homem de que não tenho notiçia quem fosse,



mas devia ser pessoa principal, foi julgado que lhe cortassem a cabeça e o infante dom Fernão do, pai d'el-rei dom Manoel, estando em Çeita no ano de 1468 (onde alcançou dos mouros algũas vitorias, como afirma Guaribai, livro 35, capitulo 15) insistio tanto com el-rei dom Afonso o 5º em aver de perdoar ao dito almirante por seus grandes mereçimentos que se não quis vir de Çeita sem impetrar de sua alteza pera o dito almirãote não somente perdão da pena capital mas que se lhe tornasse sua casa. Isto refere assi o camareiro mor dom Francisco de Castelbranco ao infante dom Luis em hũa carta que vai treslladada neste livro, capitulo 95.

¶ No capitulo 17, no princípio da pagina²⁷⁰, onde se trata dos poderes do offiço de almirante, se pode acreçentar o que da mesma materia curiosamente escreve Guaribai, livro 15, capitulo 54, onde declara que o almirante he justiça moor e capitão geral dos mares e presidente en todos os ne-guoços, ao qual pertence determinar todos os debates e diferenças navais e que pode trazer coronel no mar e tem tanto poder nelle quanto na terra o condestable, cujos poderes tãobem quen quiser poderá ler no mesmo autor no preçedente capitulo 53; e no seguinte poem en controversia o dito Guaribai, dando rezões per hũa e outra parte, qual seja moor offiço destes dous, almirante e condestable, e nelle refere quanto mais antigo he nos reinos de Castella o offiço de almirante e como o servirão muitas vezes pessoas estrangeiras, especialmente genovezes, o que tudo pella mesma maneira aconteceo em Portugal, onde o primeiro condestable foi dom Nuno Alvarez Pereira, criando-se pera elle o dito carguo por el-rei dom João o 1º, ano 1385, segundo o mesmo autor refere, capitulo 53, e consta-nos [fl. 248 v] que ja no tempo d'el-rei dom Dinis e d'el-rei dom Afonso o 4º de Portugal foi seu almirante Manoel Paçanha, fidalguo genoves, como se larguamente disse, capitulo 16.

¶ No capitulo 17, pagina²⁷¹, onde se falla de Alonsso de Herrera, fidalguo castelhano que casou com dona Joana de Thaide, filha do almirante Nuno Vaz de Castelbranco, e se diz delle que foi a pessoa por quem el-rei dom Afonso o 5º mandou açectar o desafio pessoal que el-rei dom Fernando lhe ofereçia, se ha de acreçentar en comfirmação diso que alem de Damião

270 Segue-se espaço em branco.

271 Segue-se espaço em branco.



de Goes, citado no dito capitulo 17, asi o escreve tãobem Guaribai, livro 18, capitulo 4º, o qual, alem d’outros fidalguos deste apelido, faz menção no livro 5º, capitulo 55, de Guarçia Gonçalvez de Herrera, marichal nos ditos reinos de Castella em tempo d’el-rei dom Henrrique o 3º.

¶ No capitulo 17, onde se diz que o almirante Nuno Vaz de Castelbranco foi senhor do Bombarral como se prova pellos documentos ali aleguados, ha se de advertir que o Bombarral oje não he villa mas aldea de Obidos, por onde [o]u²⁷² então era jurdição do conçelho separada, ou o almirante Nuno Vaz foi somente senhor d’algũas fazendas, foros e reguengos do dito luguar sem ter nelle jurdição nen vasalagem, que he o que tenho por mais provavel.

¶ No capitulo 18, no princípio, onde se pretende mostrar que Lopo Vaz de Castelbranco “o Torrão” não foi propietairo da alcaidaria de Moura, mas que teve o castelo pello almirante seu pai, se ha de anotar que, fazendo sobre este particullar mais discurso, parece todavia mais provavel que elle foi verdadeiro e propio alcaide moor da dita villa, porque o tornar-lhe el-rei dom Afonso a dar o castello e pedir-lhe elle isso em particular juntamente com o perdão, como no capitulo 20 se relata, demonstra que era dantes propio seu. E muito mais urgente conjectura he entregar o príncipe dom João, depois da morte do dito Lopo Vaz, a fortaleza de Moura à inffante dona Brites em nome e como tutora do duque de Viseu dom Dioguo, seu filho, segundo tambem apontamos no capitulo 21, o que não pudera ser se a propiedade da dita alcaidaria fora do almirante e não do dito Lopo Vaz, pois pello erro do filho não pudera ser tirada ao pai. E dado que seja verdade e claramente conste que o dito Lopo Vaz faleceo em vida do almirante [fl. 249] seu pai, cuja primeiro foi a dita alcaidaria, podia elle ter-lha renunciado com liçensa d’el-rei ao tempo de seu casamento e dote, como muitas vezes se faz, ou por outra ocasião.

¶ No capitulo 21, pagina²⁷³, onde se trata de mostrar que foi feito indino da virtude e grandeza do príncipe dom João o que usou no ordenar a morte de Lopo Vaz de Castelbranco, se ha de notar que com advertência

272 No ms.: eu.

273 Segue-se espaço em branco.



se disse ali que con dificuldade se acharia em príncipe christão outro caso mais culpavel pera com fidalguo particullar, porque pera com os de titulo, senhores de muitas terras, castellos e fortalezas, quando elles não guoardassem a devida obediência e recusassem entrega-las a seu rei, parece que mais facilmente se poderia permitir hum modo de execução da justiça extraordinario, semelhante ao que el-rei dom Afonso 12 de Castella (que comumente he contado por onzeno) teve com o conde de Trastámara, Lemos e Sarria, senhor de Ribeira e Cabreira, dom Alvaro Nunez de Osorio, o qual, tendo a maior parte dos castellos do reino em seu poder e sendo senhor de mui grande estado não quis entregar a el-rei as fortalezas que lhe pedia, pello qual respeito e por se aver comfederado com dom João Manoel, outro grande senhor da casa real que andava em deserviço do mesmo rei dom Afonso, não sendo el-rei poderoso pera d'outra maneira fazer justiça do dito conde se determinou manda-lo matar. E oferecendo-se pera isso Ramiro Flores de Gusmão, amiguo do conde, por grandes promessas que lhe el-rei fez fingio que se partia d'el-rei agravado delle e en sua desgraça, e sendo bem recebido do dito conde pella amizade que entre elles avia buscou tal maneira e teve tal manha que em breve o matou. E avisando diso a el-rei, se foi à pressa cobrar suas fortallezas que em poucos dias lhe forão entregues com os tisouros do dito conde, ano 1328, segundo se conta na chronica do dito rei dom Afonso onzeno, capitulo 79, e o refere Garibai, livro 13, capitulo 5°. E posto que este exemplo pareça semelhante, ha contudo grande diferença, assi por não cometer a punição ao príncipe dom João sendo el-rei seu pai vivo e estando no reino, como por estar Lopo Vaz de Castelbranco perdoado por el-rei dom Afonso o 5°, seu pai e ser sua culpa e poder mui diferente do dito conde dom Alvaro Nunez.

¶ No capitulo 25, onde se trata da tomada d'Azamor, se pode a[fl. 249 v] creçentar que, alem do que nesta jornada conta Damião de Goes na terceira parte da *Chronica d'el-rei dom Manoel*, capitulo 46 e 47, relata o soçedido nella verdadeira e honrrosamente Jeronimo Çurita, no livro 10 e ultimo, na istoria d'el-rei catolico, capitulo 79, e Estevão de Guaribai, no livro 35 de seu *Compendio Historial de Hespanha*, capitulo 31, onde diz que o duque de Bragança dom James, capitão geral da dita empreza, cobrou nella fama de tão exçelente e forte capitão que oje en dia naquellas



terras africanas faz aos mouros hũa maneira de sombra e taçito terror quando dos duques de Bragãça se trata. Faz tãobem desta empreza sumaria relação o livro que novamente compos João Ochoa de la Salde intitulado *Carolea*, que proçede por ordem dos anos e conta esta no ano de 1513 e no que toca ao numero da gente do exercito do duque recebe engano, pondo muito menos da que foi.

¶ No capitulo 26, en que larguamente se trata de mostrar por razões quão prejudicial conselho foi o dos que persuadirão a el-rei dom João o 3º o despejo dos luguares de Africa que largou, se deve em conformidade e confirmação deste parecer e do que ali mais se aponta acreçentar que Guaribai, livro 35 do seu *Compendio Historial de Hespanha*, capitulo 39, diz estas palavras formais, falando do dito senhor rei dom João o 3º:

¶ “Ocupavasse el-rei dom Juam en semeiantes santas conquistas, pero muchos graves varones le hizierom carguo por aver desamparado algunas fuerças africanas de las que los reis sus predeçessores con tanto trabajo y effusion de sangre ganaron por solo excusar la costa ordinaria de los presidios siendo a ello induzido por algunos de su consejo que devierom ser mejores pera contratar en los ferros de Lixbona que combatir con los inimiguos de la santa fee”. Das quais palavras consta ben claro que a parte que no dito capitulo 26 seguimos foi a que seguirão muitos graves e prudentes varões e que a contraria foi no mundo, onde a fama do feito chegou, geralmente reprovada e reputada por vil e infame, posto que Guonçalo de Ilhescas, na sua *Istoria Pontifical*, 2ª parte, livro 6º, capitulo 18, refere que o dito despejo se fez ano 1542 pello dito senhor rei dom João o 3º com acordo do papa Paulo 3º e do emperador Carlos 5º, tão varios são en si os juizos, ainda dos graves e prudentes varões!

¶ No capitulo 38, onde se trata da tomada de Alcaçer Çeguer e se diz [fl. 250] que el-rei a ganhou en vinte e tres de outubro do ano de 1[4]58²⁷⁴, se ha de advirtir que Estevão de Guaribai, livro 35, capitulo 14, comformando com Damião de Goes, aleguado no dito capitulo 38 em que el-rei entrou na dita villa con santa e triumphal proçissão hũa quarta-feira, diz e afirma que foi en dia de São Lucas, a 18 do dito mes de outubro. E caindo

274 No ms.: 1558.



a festa do dito evangelista en quarta-feira aquelle ano, o que pella letra dominical delle se pode ver, resultará que forçadamente o dito Damião de Goes recebe engano: confessando que el-rei entrou en quarta-feira, ou avia de ser a 18, ou a 25 delle.

¶ No dito capitulo 38, en que se tãobem fala da segunda jornada d’el-rei dom Afonso a Africa a escalar Tanger e da terceira, en que ganhou Arzila e Tanger, se ha de acreçentar que alem dos nosos chronistas que ali aleguamos trata sumariamente das ditas empresas Guaribai, livro 35, capitulo 15 e 16.

¶ No capitulo 39, pagina²⁷⁵, onde se faz menção dos luguares que el-rei dom Afonso o quinto de Portugal tomou nos reinos de Castella e dano que por armas naquelles reinos fez, se ha de acresçentar que, alem dos luguares ali nomeados, tomou e sustentou outros na comarca de Badajoz e Merida, na quoa e na de Çidad Rodrigo e Gualiza, os portugueses com muita ventagem sua e muito dano dos inimigos, entrando por suas terras fizerão brava e cruel guerra de prizoões, inçendios, prezas e mui grandes estraguos atee o tempo das pazes, segundo se ve do que escreve Damião de Goes na *Chronica do príncipe dom João*, capitulo 94, 95, 99 e 100, e do que Francisco de Rades, autor castelhano, aponta na chronica das ordens militares que compos, no que toca à ordem d’Alcantara, capitulo 36. En conformidade dos quais diz Garibai, livro 35, capitulo 17, que a dita guerra se fazia cruelissimamente entre Portugal e Castella a ferro e a fogo, assistindo continuamente nella en Castella el-rei dom Afonso, por onde não sei con quão seguro fundamento de verdade pode deixar escrito Guonçalo de Ilhescas, 2^a parte da sua *Istoria Pontifical*, livro 6^o, capitulo 19 (entre o mais que ali escreve dos reis Catholicos) que dom Alonso de Cardenas, mestre pretensso de Santiago, ganhou em Portugal mais de 20 luguares, não constando d’outros que castelhanos nesta guerra ganhassem [fl. 250 v] senão dos dous ou tres castellos de pouca importância, de que no dito capitulo 39 fizemos menção.

¶ No capitulo 39, onde se faz menção de alguns reis e príncipes christãos que forão presos em batalha, se pode acresçentar el-rei Emrique 3^o de

275 Segue-se espaço em branco.



Inglaterra e o infante Duarte, seu filho primogenito, e o infante Ricardo, conde de Cornualha, irmão do dito rei, que se chamou rei dos romanos e enperador em competência d’el-rei dom Afonso, “o Sabio”, de Castella, os quais príncipes todos tres forão presos em hũa batalha por hum capitão famoso françes chamado Simão de Monforte çerca dos anos de 1261, como depois d’outros que o largamente contão toca tãobem Garibai na vida do dito rei dom Afonso, livro 13, capitulo 9. Com os quais príncipes e com os mais referidos por nós no dito capitulo 39, se ve que quasi de todos os reinos principais da christãodade ouve reis presos em batalha.

¶ No mesmo capitulo 39, onde se faz menção das emprezas que alguns reis e príncipes christãos emprenderão contra outros e que sem embargo de não conseguirem efeito não forão avidos por infeliçes nem mal afortunados príncipes, se pode acrescentar em conformidade disto que el-rei dom Afonso 8º de Castella, chamado “Emperador d’Espanha”, e o conde dom Ramon, príncipe de Aragão, seu genrro, se conçertarão pera conquistar Navarra contra el-rei dom Guarçia Ramires, genrro do dito emperador, e contra dom Sancho “o Sabio”, reis de Navarra. E per outras vezes cometerão e fizerão em hum mesmo tempo guerra os reis de Castella e d’Aragão juntamente ao de Navarra sem conseguirem inteiramente o efeito da conquista de tão pequeno reino como aquelle, sendo elles dous príncipes tão grandes e de tamanho poder, como se pode ver de Guaribai, livro 12, capitulo 5, e capitulo 7, e 21, e 29, e 31, e em outros lugares de sua historia, assi de Castella como de Navarra e Aragão. E o mesmo mais largamente consta dos *Annais* do dito reino que Jeronimo Çurita compos. E nem por as ditas jornadas e emprezas contra Navarra não sortirem inteiro efeito lhes foi reputado a infeliçidade, antes são avidos, como por outras cousas mereçerão, por príncipes de gloriosa memoria e pros[fl. 251]pera ventura. De maneira que referindo estas cousas ao proposito que se no capitulo 39 trata d’el-rei dom Afonso de Portugal nem pode com rezão ser tão encareçido per todos os escritores de infeliçe e mal afortunado, se não for por aquela sentença de Çiçero e de Seneca noutra parte repetida por Sanazaro na sua *Arcada*: “que miseravel he so o que se tem por ese e o que diz de si que o he”, como parece que este príncipe fez, segundo se colige de sua carta trasladada neste livro, capitulo 45, e d’outra que se acha sua pera el-rei de França quãodo naquele reino desapareço querendo-se ir para



Jerusalem, das quais e d'outras que escreveo ao príncipe seu filho se colige quanto sentimento mostrava por obras e palavras de se lhe a fortuna não mostrar favoravel, tendo-se por mui infelice nos sucessos daquelle tempo que foi ocasião dos autores o poderem nomear por esse.

¶ No capitulo 39, pagina²⁷⁶, onde se nomeão dous autores nossos portugueses que justificação a causa e pretensão da “Exçelente Senhora” na soçessão dos reinos de Castela, se ha de acrescentar que a mesma justificação se colige de Jeronimo Çurita na 2ª parte dos *Annais*, livro²⁷⁷, onde refere a carta que a dita senhora mandou publicar nos prinçipais luguares do reino de Castella relatando muitas e mui legitimas e concludentes rezões de seu direito. E muito mais claramente se ve o que o dito autor nisto sente do que elle escreve no livro 6º, na historia d’el-rei dom Fernando, capitulo 14, onde refere que por morte da rainha catholica dona Isabel foi fama constante antre os grandes de Castella e se afirmava por cousa çerta que el-rei dom Fernando seu marido mandara cometer a el-rei dom Manoel que lhe desse por molher a dita “Exçelente Senhora” que nestes reinos estava, porquãoto era a verdadeira soçessora e proprietaria dos ditos reinos de Castella, e que el-rei dom Manoel não quis vir nisso, antes a mandou por em parte mais segura e com maior guoarda a dita exçelente senhora. E diz o dito Çurita que elle não somente conjectura, mas cre que naquelles dias se acharão algũas escrituras e imformações en que se comfirmava ser potente e habil el-rei dom Henrrique pera poder ter filhos (que era so a causa que podia impedir a soçessão e direito da dita senhora). E Guaribai afirma que el-rei dom Henrrique inçessavelmente, [fl. 251 v] no pubrico e no secreto, chamou sempre filha à dita dona Joana, e estando confessado hũa hora antes de morrer assi o declarou e que o tinhão jurado en vida ante os embaixadores de França o mesmo rei e a rainha sua mai, e que Dioguo Henrriques de Castilho, do conselho do dito rei dom Henrrique e seu chronista e mui familiar e açeito (a quem o dito Garibai en tudo segue) sinifica aver sido verdadeira filha d’el-rei seu pai, como tudo se vera no dito Garibai, livro 17, capitulo 4, e capitulo 22, e 27, e 32.

276 Segue-se espaço em branco.

277 Segue-se espaço em branco.



¶ No capitulo 39, onde se pretende mostrar como el-rei dom Afonso o 5º de Portugal não foi tão mal aconselhado em emprender a guerra de Castella nem tão mal afortunado nella como algũs autores deixarão escrito, se ha de notar em confirmação do que ali se diz que, alem das rezões que no dito capitulo 39 apontamos per que esta empreza não somente parecia forçada, mas menos grave, trabalhosa e difícil do²⁷⁸ que muitos cuidão e encarecem, e²⁷⁹ ha outra mui urgente, a qual he que tinha el-rei don Afonso por si a el-rei de França, o qual, comfederando-se com el-rei Duarte de Inglaterra, 4º do nome, a quem pera esse efeito tornou de inimigo, amigo, se fez da ligua d’el-rei de Portugal. E posto que depois, quando el-rei dom Afonso foi a França, lhe negou a devida ajuda que por seus conçertos estava obriguado a lhe dar, contudo, durando a guerra de Castella antes da batalha de Touro, tinha el-rei de França mostrado querer estar pello conçerto antre elles, mandando hum exercito de quarenta mil homens que no mes de fevereiro de 476 entrou fazendo guerra a el-rei dom Fernando pela provincia de Guipuscoa, como estas cousas, alem do que delas toca Paulo Jovio e outros autores escrevem, refere Garibai, livro 18, capitulo 3º e 6º, do qual no mesmo capitulo 3º e no capitulo 4º, no fim, e capitulo 5º e 9º, e capitulo 14 e 15, constão as vitorias que os portugueses por mar e terra alcançarão nesta guerra, vemçendo ao conde de Çifuentes e prendendo aos de Benavente e Alva de Liste, e tomando 35 naos castelhanas que vinhão da Mina e os muitos danos que fizerão asi na comarca de Salamanca como en toda Estremadura, a qual por ese respeito quasi de todo se despavou. E se o dito autor com muita rezão tem por bem afortunado a el-rei dom Afonso o 5º nas guerras de Africa, as quais diz que tratou com grande gloria sua sendo [fl. 252] mui venerado de todos os príncipes christãos, excedendo aos reis seus contemporaneos en reputação e que pudera ser chamado com glorioso renombre “o Africano”, e todos estes louvores lhe da sem embargo dos contrairos suçessos que teve na segunda jornada que fez a Africa, quando hia escalar Tãoger, os quais não ha por bastantes pera o deixar de nomear por mui venturoso nas ditas guerras africanas, como se ve do que o dito Garibai deste rei diz, livro 18, capitulo 10, no princípio, e livro 35, capitulo 12, e capitulo 16, no fim, e 17, no princípio, parece que nem por alguns desvios da fortuna

278 No ms.: “dos”.

279 Este “e” parece estar a mais.



que na empreza de Castella reço-beo pode ser tão encareçidamente chamado infelice, pois nella lhe não faltarão tão-bem prosperos soçessos. E não se pode aqui deixar de dizer de quão pouco credito deve ser ante todos os varões graves o que o dito Garibai refere, livro 18, capitulo 10, que alguns escritores dizem aver sido tanta a instancia d’el-rei dom Afonso em França em pedir socorro a el-rei della que, não se lembrando que era rei, con grande desejo de bom sucesso en suas pretensões se prostou de gíolhos ante o dito rei Luis de França, 11 do nome. Porque sendo el-rei dom Afonso tão magnanimo como a cada passo o dito Garibai afirma, e dotado de tanta alteza e animo como o mesmo autor diz, livro 35, capitulo 17, e mostrando sempre esta grandeza de seu coração en todos os tenpos prosperos e adversos como dele se ve dito livro 18, capitulo 8º, e livro 35, capitulo 18, não se pode crer que caise en tal pusilanimidade e tão contraria à autoridade de seu real estado e à arte portugues, que os autores espanhoes confessão ser tão perdida por pundonores. E he isto tanto assi que contão as nossas chronicas que esperando el-rei as vistas com el-rei de França teve conselho se lhe falaria primeiro ou esperaria que elle lhe falasse, e assentando-se que era necessário, pello estado en que estava e efeito a que hia, falar-lhe primeiro se tomou por meio que, pois lhe primeiro avia de tirar o barrete, fosse com lhe ficar de baixo hũa carapuça de retroz, ao que previndo el-rei de França foi o primeiro que se descobrio e que veio visitar à sua pousada a el-rei de Portugal, o qual sendo príncipe tão çerimoniozo como isto desfaz a fee e credito a tudo o que contra elle nestes particulares poden os autores escrever.

¶ No capitulo 42, e no capitulo 43, no princípio, en que se afirma que [fl. 252 v] o sucesso da batalha de Touro, ou Castro Queimado, entre os reis dom Afonso o 5º e dom Fernando o Catolico soçedeo pela maneira copiosamente relatada no dito capitulo 42 e 41, se ha de advertir que Jeronimo Çurita, no livro 19 dos *Annaes de Aragão*, que he livro 9 da 2ª parte, capitulo 44, conta a dita batalha mui diferentemente em algũas cousas sustançiaes e muito em perjuizo da honrra dos portugueses, no que não somente se não conforma com as nossas chronicas e autores, mas nem com algũas das chronicas e autores castelhanos. E parece que sem bastante rezão quer dar menos credito a todos estes documentos que às cartas que alegua que por parte d’el-rei dom Fernão do e dos seus se escreverão



recontando o sucesso desta batalha, pois confessa que por parte d'el-rei dom Afonso e dos portugueses se escreverão outras a Lixboa em contrario, e que cada huns se tiverão por vencedores e se publicarão por tais. E no que fez o invençivel príncipe dom João cala e abate muita parte de sua gloria e a honrra que desta jornada tirou. E o mesmo faz Estevão de Garibai na brevissima relação que faz das cousas dos reis de Portugal, onde, no livro 35 de seu *Compendio Historial de Hespanha*, capitulo 17, falando nesta batalha, passa con dizer que ainda que a principio se mostrou a vitoria por el-rei dom Afonso, *a la postre* a alcançou el-rei de Castella. E no livro 18, capitulo 7º, onde mais larguamente conta a dita batalha, posto que comfessa que durou tres oras sen se declarar a vitoria da parte d'el-rei dom Afonso e que o príncipe rompeo da sua seis batalhas castelhanas, e no capitulo seguinte diz que a rainha dona Isabel, sabendo do sucesso da batalha en Tordezilhas, onde estava, por carta d'el-rei seu marido disse “*que si no viniera el polo preso caera el guallo*”, contudo, ainda na relação do que o esclarecido príncipe fez e nos mais particulares da dita jornada, o dito autor se mostra suspeito, como tãobem o faz Ilhescas, segunda parte da *Historia Pontifical*, capitulo 19, na vida dos reis Catholicos, onde, porem, tãoben comfessa que por espaço de mais de tres horas não se pôde conhecer por nenhuma das partes a vitoria. E outro autor moderno castelhano chamado Julião de Castilho, na istoria que compos dos reis godos, livro 4º, discurso 11, diz que foi a batalha tão renhida que durou desd'as 9 da menhã atee sol posto, no que creo recebe enguano.

¶ No capitulo 48, junto do fim, se faz menção que Guonçalo Vaz de Castelbranco [fl. 253] foi hum dos principais fidalguos eleitos por defindores nas cortes que el-rei dom João o segundo fez em Evora. A se de acrescentar em comfirmção disto que as ditas cortes começarão a doze dias de novembro de 1481 segundo se acha per memorias autenticas, nas quais se diz que das ditas cortes forão defindores e estiverão ao desembarguo dellas dom João Galvão, bispo de Coimbra, prior de Santa Cruz, e dom Pedro de Noronha, mordomo moor, e o dito Guonçalo Vaz de Castelbranco, senhor de Villa Nova de Portimão, regedor da casa do çivel, e dom João d'Almeida, veedor da casa do dito senhor. E pelo que nas ditas cortes se assentou se passou depois em julho do ano seguinte de 82 a provisão de que no dito capitulo 48, no fin d'elle, se faz menção, o que tãobem se ha de



acrescentar ao que se diz no capítulo 53 neste livro, no fim, onde se trata de outras cortes em que o dito Guonçalo Vaz de Castelbranco foi hum dos prinçipais que despachavão o muito e o pouco nellas, como sinifica a trova ali escrita.

¶ No capítulo 57, pagina²⁸⁰, onde se relata que el-rei dom João o 2º disse no tempo das traições que Guonçalo Vaz de Castelbranco tinha milhores filhos que genrros, se ha de notar, em comfirmação da grande lealdade do dito Guonçalo Vaz de Castelbranco e de seus filhos, que não somente não entrou nenhum delles naquelle neguoçio de que tão poucos fidalguos escaparão, mas, sendo dous genrros do dito Guonçalo Vaz, dom Goterre Coutinho e dom Pedro de Taide, dos mais prinçipais culpados no caso, nem a elle nem aos ditos seus filhos ousarão de os cometer pera isso, porque se o fizerão, ou elles o descobrirão a el-rei ou, se o emcobrirão, el-rei os castiguara por isso como fez a outros fidalguos que por não revelarem a traição que sabião (posto que sendo cometidos não quiserão nella com-sentir) forão castiguados. E não se pode dizer que podia encobrir-se e não vir a notiça d’el-rei ser Guonçalo Vaz e seus filhos sabedores disso, porque na inquirição que se do caso tirou e tormentos que se derão a alguns culpados constou clarissimamente por testemunhos e comfissões dos delinquentes de todos aqueles com que o caso se comonicara. Assi que se colhe daqui hũ raro exemplo de conhecida lealdade e inteireza do dito Guonçalo Vaz de Castelbranco e seus filhos, pois em tão cheguado parentesco não deu sua virtude e o conçeito que delles se tinha lugar a se lhe poder fallar en cousa contraira a ella, estando bem desenguanados os ditos seus genrros e cunhados de não somente [fl. 253 v] os poderem atrahir a sua opinião, mas que el-rei teria della notiça tanto que o elles soubessem conforme a obrigação de tais e tão bons vassalos como elles erão.

¶ No capítulo 59, pagina²⁸¹, onde se faz menção do papa Leão Xº e se diz que foi de gloriosa memoria por seus feitos, letras, partes e grandes virtudes, se ha de acrescentar que quem dellas quiser larguamente saber lea Paulo Jovio nos 4 livros que escreve da vida do dito papa entre os varões ilustres de seu tempo, de que fez hum volume. E no livro primeiro da vida

280 Segue-se espaço em branco.

281 Segue-se espaço em branco.



do dito Leão X^o faz menção de muitos que em letras gregas e latinas flo-reçerão na universidade de Piza, na qual dom João de Castelbranco (de quem no dito capitulo 59 se trata) o converssou em particular amizade, sendo elle então cardeal e nomeando-se João de Medições. Chama Paulo Jovio à dita universidade “florentissima” e conta ser fundada por Lourenço de Medições, pai do dito cardeal, o qual trouxe a elle con sua industria, larguos estipendios e merçes os mais insignes professores en todas sçien-çias que en Italia avia, e mandou a ella o dito seu filho a estudar depois de elle ter recebido do papa Innoçençio o capelo de cardeal em idade de 13 anos. Escreven-se tãobem a vida e virtudes do dito sumo pontifiçe Leão deçimo na 2^a parte da *Historia Pontifical* que compos Guonçalo de Hilhescas. E na mesma segunda parte, na vida de Innoçençio 8^o, refere que o dito Leão X^o recebeo do dito sumo pontifiçe Innoçençio 8^o o capelo de cardeal sendo de idade de pouco mais de 18 anos, que parece mais provavel que ave-llo recebido de idade de 13 anos, como no dito capitulo 59 dissemos, seguindo a Paulo Jovio.

¶ No capitulo 60, onde se trata dos serviços de dom Pedro de Castelbranco, filho do guovernador dom Guonçalo, antes de se tratar de seu casamento, se ha de acrescentar como o dito dom Pedro de Castelbranco foi hum dos fidalguos a que el-rei dom Manoel chamou pera dar conta e descarga do seu terceiro casamento e dos que lhe beijarão a mão por elle, segundo consta do que escreve Damião de Goes na chronica do dito senhor rei, 4^a parte, capitulo 34, do qual casamento tãobem faz menção Garibai, livro 35, capitulo 32, declarando que el-rei era de 50 anos e a rainha dona Lianor de 19 compridos e que en [fl. 254]trou a rainha en Castello de Vide hũa quarta-feira, 24 de novembro do ano de 1518, o que tudo tãobem se ve pella adição do que do dito casamento se tocou no capitulo 68.

¶ No capitulo 60, pagina²⁸², onde se trata de Martim Afonsso de Mello e se diz que vive oje e que de nenhuma de suas molheres legitimas ouve filhos, se ha de advirtir que depois do dito capitulo escrito faleçeo, e que teve filhas e filhos bastardos – *scilicet*- dona Antonia de Mendoça e dona Maria de Mendoça, freiras em São Bernardo de Portalegre, e dona Francisca, e filhos Heitor de Mello e Manoel de Mello, solteiros. O dito Martim

282 Segue-se espaço em branco.



Afonso seu pai foi alcaide moor de²⁸³ e posohio da Coroa oito çentos mil reais de renda, de parte dos quais sua magestade fez merçe a dona Isabel de Sousa, sua segunda molher e aos ditos seus filhos.

¶ No capitulo 65, pagina²⁸⁴, onde se trata da letra que o conde de Villa Nova levou nas justas reais que ouve em Evora no casamento do príncipe dom Afonso, se pode declarar que a empreza forão hũas flores das que chamão bem-me-queres mal-me-queres e a letra dizia:

*“Çien mil destas desfoie
y fue mi ventura tal
que siempre caio em mal”.*

¶ No capitulo 68, pagina²⁸⁵, onde se falla no segundo casamento d’el-rei dom Manoel com a rainha dona Maria e se diz que della ouve todos os filhos que teve exçepcto o príncipe dom Miguel que ouve do primeiro matrimonio e a inffante dona Maria que ouve do 3º, se ha de acrescentar mais o inffante dom Carlos, mais velho que a dita inffante dona Maria, que nasceu em Evora a 18 de fevereiro do ano de 1520 e faleço em Lixboa a 15 de abril do ano seguinte de 1521, como na chronica do dito rei dom Manoel se conta e o notou o liçençado Duarte Nunez do Lião no livro *Da verdadeira genealogia dos reis de Portugal*, tratando do dito rei dom Manoel, o qual tãoben nas çenssuras que fez ao livro de frei Jose Teixeira, çenssuras 71, notou este erro do dito frei Jose por escrever que el-rei dom Manoel da rainha dona Lianor não ouvera mais que a dita inffante dona Maria unica filha. Mas pelo pouco tempo que o inffante don Carlos viveo, falecendo no berço, se pode perdoar não se fazer delle conta [fl. 254 v] como muitas vezes os livros das genealogias as não fazen dos que tão meninos faleçem.

¶ No capitulo 68, en que se falla das jornadas dos reis e príncipes deste reino en que os acompanhou dom Martinho de Castelbranco, conde de Villa Nova, sendo sempre dos escolhidos pera tais cousas, quer os reis fossem de praça e estado quer encubertos e aforrados como se vera pello que no

283 Segue-se espaço em branco.

284 Segue-se espaço em branco.

285 Informação em falta, embora não haja espaço em branco.



dito capitulo se relata, se ha de acrescentar a jornada que el-rei dom Manoel fez o ano de 1502 en romaria a Santiago de Gualiza, santuario tão principal de toda a christandade, como sabemos, e o mais frequentado de todo o orde²⁸⁶ depois do Santo Sepulchro de Jerusalem, ao qual se sabe pelas historias de Espanha que ja no ano de 1154 veio en romaria el-rei Luis Junior de França, 7º do nome conforme a comum conta, genrro d'el-rei dom Afonso 8º chamado emperador, e no ano de 1377 Phelipe, duque de Borgonha, segundo se ve de Garibai, livro 12, capitulo 8º, e livro 15, capitulo 16. E sem estes de diversas partes da christãodade concorrerão muitos e grandes príncipes à igreja e sepulchro de Santiago, e dos de Portugal consta que tinha feito a mesma romaria o conde dom Henrique, pai d'el-rei dom Afonso Henrique, e a rainha Santa dona Isabel depois de veuva d'el-rei dom Dinis seu marido, segundo o mesmo Garibai refere, livro 34, capitulo 3, no fim, e capitulo 28. El-rei dom Manoel partio pera a dita casa santa, de Lixboa, no mes de outubro do dito ano de 1502, aforrado e somente com alguns poucos senhores e fidalguos príncipaes que forão (alem do dito Martinho de Castelbranco) dom Fernão, segundo marques de Villa Real, dom Antonio de Noronha, seu²⁸⁷, escrivão da puridade de sua alteza que depois foi primeiro conde de Linhares, don Diogo Lobo, barão d'Alvito, e o bispo da Guoarda e prior de Santa Cruz dom Pedro, e o guoarda moor dom Nuno Manoel, como se vera na chronica do dito senhor rei dom Manoel composta por Damião de Goes, primeira parte, capitulo 64, onde se relata o que mais na dita jornada sua alteza fez.

¶ No dito capitulo 68, onde se trata das festas que se fizerão [fl. 255] no casamento do príncipe dom Afonso, filho d'el-rei dom João o segundo, e se diz que forão as maiores, mais ricas e mais solenes festas que se sabe fazeren-se en casamento de rei nem príncipe christão, se ha de anotar que deste encarecimento propio usão outros escritores em alguns lugares falando en certas festas de príncipes de sua nação, porque Estevão de Garibai, no livro 13, capitulo 10, encarece tanto as festas do casamento do infante dom Fernando, filho primogenito d'el-rei dom Afonso “o Sabio” com a inffante dona Branca filha d'el-rei São Luis de França que diz que se

286 Possível erro por “orbe”.

287 Segue-se espaço em branco, talvez resultado de raspagem. É possível que a passagem completa fosse: “dom Fernão, segundo marques de Villa Real, dom Antonio de Noronha, seu irmão, escrivão da puridade de sua alteza”.



não detem na narração dellas com afirmar que forão as mais sumptuosas bodas e de maiores festas e magestade e demais congregação de príncipes e grandes senhores que jamais nos reinos de Hespanha ouve atee nossos dias, que são os en que o dito Garibai compos sua historia, de quem se ainda diz ser vivo. E em maior ajuntamento de reis e príncipes estrangeiros lhe não podemos neguar a ventagem. E Jeronimo Çurita, em outros luguares de que ora não sou lembrado, diz outras palavras semelhantes a estas, exaggerando as festas de outros príncipes do seu reino de Aragão, Valença e Catalunha. E Paulo Jovio, no que conta no tomo dos varões illustres na vida de Galeão, segundo do nome, duque de Milão, das grandes festas que aquele príncipe fez no casamento de madama Violante sua filha com o infante Leonato, filho d'el-rei de Inglaterra (que na verdade forão de grandissimo aparato e despesa), afirma que o dito duque vençeo nellas o esplendor e pompa de riquissimos reis, assi que cada hum aventaja as de sua nação a todas as outras e se o fizemos nós com mais rezão que elles ou ao contraio fique ao juizo dos discretos leitores.

¶ No capitulo 68, pagina²⁸⁸, onde se faz menção do casamento da princesa dona Isabel com o príncipe dom Afonso filho d'el-rei dom João o segundo, se pode acreçentar por curiosidade e particularidade dina de saber o grande dote que a esta senhora foi dado pellos reis Catolicos dom Fernando e dona Isabel, seus pais, que se pode entender do muito que fora da obrigação do contrato delle lhe derão, que forão quinhentos marcos d'ouro e mil de prata, e em joias e perlas e vestidos valia de duzentos mil florins d'ouro, e en roupa [fl. 255 v] branca e outros arreios valia de vinte mil florins. E alem disto tudo o mais que pello dito contrato lhe tinham prometido, segundo afirma Estevão de Guaribai, livro 18, capitulo 38, onde tãobem faz menção das grandes festas que os ditos reis de Castella e Aragão fizerão en Sevilha nos desposouros da dita princesa sua filha, sendo o mesmo rei dom Fernão do mantenedor per sua pessoa em hũa justa. E nisso e no mais diz esta autor que as ditas festas forão as maiores que os que então vivião virão em Hespanha.

¶ No capitulo 72, onde se trata do çerco de Arzilla que el-rei de Fez lhe pos no ano de 508, se ha de advirtir que tudo o que se no dito capitulo

288 Segue-se espaço em branco.



diz he conforme ao que Damião de Goes escreve na *Chronica d'el-rei dom Manoel*, 2^a parte, capitulo 28 e 29; ao qual autor ali nos remetemos porque sendo cousa propria de sua obriguação e particullar destes reinos, he de crer que teria mais certas imformações que outros autores estrangeiros que do dito cerco tratão, como são Jeronimo Çurita no livro 8^o, das cousas d'el-rei dom Fernão do Catholico, capitulo 24, onde, posto que na sustança principal conforma com o dito Damião de Goes, em algũas particularidades discrepa delle, especialmente en dizer que Ramiro Nunes de Gusmão, corregedor de Xares, emtrou com os seus trezentos homens de socorro na fortalleza, declarando o dito Damião de Goes que o dito corregedor fez seu socorro em hũa caravella e que nella esteve no mar ao contorno da dita villa de Arzila, mudando-se de hũa estança a outra segumdo entendia que lhe convinha e que mais podia danar aos imiguos com as setas dos seus trezentos besteiros. Mas muito mais insofrivel he o erro de Estevão de Guaribai, o qual, no livro 20, capitulo 10, e no livro 35, capitulo 30, tratando deste cerco quer atribuir toda a honrra do socorro delle ao conde Pedro Navarro, dizendo que elle chegou com dous mil e quinhentos soldados velhos primeiro que a armada d'el-rei dom Manoel, e que não achou não somente a villa guanhada pellos mouros, mas tãobem a fortaleza, sem fazer menção do socorro da armada de dom João de Meneses, que chegou a Arzilla muito primeiro que o dito conde Pedro Navarro e tinha metido quatroçentos homens e muitas munições e bastimentos na fortaleza. Com o qual socorro e com o dito corregedor de Xares comfessa Çurita no dito lugar que os de Arzilla se achavão [fl. 256] tão pujantes que, posto que os mouros com grande obstinação perseveravão em sua porfia e não çessavão de minar e combater a fortalleza, os de dentro não somente a defendião con grande valor, porem sairão a elles e os deitarão de todas as barreiras e cavas e melhorarão as estanças e repaيرًا a maior parte do que estava batido, e que tudo isto tinhão feito quando chegou o conde Pedro Navarro, que foi a 30 de outubro com hũa hora de sol, tendo-se posto o cerco a 19 do mesmo mes, e dom João de Meneses cheguado a 21 delle, segundo o dito Çurita, ou a 20 e 23, conforme ao dito Damião de Goes. O qual, posto que no numero dos mouros não poem mais que dez mil besteiros e espingardeiros, Çurita afirma que erão quinze mil os desta calidade e a mais gente sem numero, e Garibai faz o exercito dos inimigos ao todo de çem mil mouros entre os de pee e de cavallo.



¶ No capitulo 75, en que se trata da jornada de Saboia e da armada em que o conde de Villa Nova dom Martinho de Castelbranco levou a inffante dona Brites, se ha de notar que da dita jornada trata Garibai, livro 35, capitulo 33, e diz que a dita armada era de 23 velas, que nós dissemos ser de 18 somente, e que o dito conde levava tres filhos e tres genrros, sendo a verdade que erão 4 filhos e os ditos tres genrros e tres netos, como no dito capitulo 75 apontamos seguindo nestes particulares e nos mais da dita jornada antes as nossas historias e documentos do reino, que de tudo tiverão mais certa noticia, que a autores estrangeiros.

¶ Nos capitulos 75, 76 e 77, e em muitos outros luguares deste livro, se ha de advertir que às filhas dos reis femeas, e especialmente à duqueza de Saboia dona Britez, chamamos “iffante” e “imfante”, e não “inffanta”, por este ser o costume de fallar dos mais modernos e polidos cortesãos, e assi se escrever tãobem nas provisões d’el-rei dom Manoel que o conde de Villa Nova levou na dita jornada de Saboia. E posto que com muitas pallavras reprove isto Garibai, livro 19, capitulo 6º, não são as suas rezões tão urgentes como lhe parecem, soposto que a boa lingoagem he não a que se acha nos livros antigos senão a que os polidos usam em seu tempo, os quais oje não chamão “inffantes” às filhas dos reis por lhe parecer que con isso as fazem capazes de soçeder no reino (como Garibai cuida), mas pode-se disso dar outra melhor rezão, e he por ser o nome de “inffante” [fl. 256 v] comum a macho e a fema, assi como o de “hospede” e de “servidor”, porque ainda nas femeas se diz assi melhor que “hospeda” e “servidora”. E posto que tãobem o nome de príncipe em latim he asi comum, não se segue que, porque se não diz na molher “príncipe” senão “princesa”, se aja de dizer na fema “inffanta” e não “inffante”, porque nisto se ha diversificar conforme ao uso mais comum dos polidos e cortesãos do tempo que corre, e quando tal uso não repunha²⁸⁹ ha se de conservar quanto for possivel a origem latina, como bem mostra o liçençado Duarte Nunez de Leão no mui douto e curioso tratado que fez da orthographia portuguesa, e o mesmo Garibai em muitos luguares confessa ser a lingoa hespanhol de Castella e Portugal e Aragão originalmente romançe latino introduzido pellos romãos desd’o tempo que Hespanha senhorearão, como elle diz que tãobem fizerão em França.

289 Entenda-se: não repugna.



¶ No capítulo 75, pagina²⁹⁰, onde se falla do casamento da iffante dona Britez com Carlos, duque de Saboia, príncipe de Piamonte, se pode acrescentar que os duques daquelle estado tem pretensão ao reino de Chipre por rezões que são largas de contar. E no tempo do dito casamento, sendo inda possuido o dito reino de Chipre pelos venezeanos, que com grande danno de sua repubrica e de toda a christãodade o perderão, sendo-lhe guanhado per armas pello turco ano de 1572, o dito Carlos, nono duque de Saboia, se intitulava rei do dito reino de Chipre, e o mesmo titulo continuou o mui esclarecido e valeroso príncipe Emanuel Philiberto, seu filho, 10 duque de Saboia, príncipe de Piamonte, rei de Chipre, como tudo isto aponta Estevão de Garibai, livro 35, capítulo 30, onde diz que no dito duque Carlos, marido da dita senhora iffante dona Brites, resplandeçerão mais os autos de nobreza e magnificença que a desposição e gentileza de sua pessoa, o que se pode acrescentar as mais novas que de sua pessoa e estado o conde de Villa Nova don Martinho escreveo a el-rei dom Manoel na carta que vai tresladada, capítulo 77.

¶ No capítulo 78, pagina²⁹¹, se diz que per uso de Hespanha os reis tomão o guoverno de seu reino como paixão de 14 anos. Ha se de advirtir que, conforme a isto que se ali diz, quasi em passando o tempo da pupilar idade tomou o guoverno de seus reinos el-rei don Sebastião, e que asi se usou nos tempos antigos sempre en Castella, como se ve nos exemplos d'el-rei dom Alonso "o Bravo" e d'el-rei dom Henrrique "o Emfermo", de que [fl. 257] trata Garibai, livro 14, capítulo 3º, e livro 15, capítulo 40, e em outros muitos exemplos, posto que Jeronimo Çurita, livro 6º, da historia d'el-rei dom Fernando, capítulo 1º, refere que as leis dos reinos de Castella não permitem reinar e guovernar senão de vinte anos por diante.

¶ No capítulo 85, pagina²⁹², onde se trata de averiguar a idade do conde de Villa Nova, me pareço dever aqui de advertir que, posto que o que ali se diz e a conta que en todo este livro levo da idade do dito conde, de que especialmente se trata tãobem nos capitulos 64, 65, 66, 69 e 75, seja mui verdadeira e neçessariamente resulte se fora çerto o fundamento que se

290 Segue-se espaço em branco.

291 Segue-se espaço em branco.

292 Segue-se espaço em branco.



ali toma de o dito conde falleçer tendo 71 anos de idade como no seu le-treiro se afirma, treslladado no dito capitulo 85, contudo eu dovido muito de o dito conde chegar a tantos anos de idade, porque, tendo por cousa infalivel como he que faleço no ano de 1527, como no princípio do dito capitulo 85 eficazmente se convençe, fica sendo mais provavel que faleço de menos idade. Para o que se presume que por mais certo documento se pode ter nisto o que o mesmo conde de si diz que nenhum outro, o qual na verba do seu testamento, tresladada no dito capitulo 85, refere que de 17 anos foi com muitos escudeiros, e servindo ja como homem, na batalha de Touro, a qual foi dada no ano de 1476, primeiro dia de março, como se disse no capitulo 41 e conta Garibai, livro 18, capitulo 7; donde resulta que o conde de Villa Nova, no dito ano de 527 en que faleço era de 68 anos e podia muito bem ser não os ter comprado. E da mesma conta resulta tãobem que no ano de 521, en que foi a Saboia, era de 62 anos, como o camareiro moor dom Françisco, seu filho, afirma, segundo referimos no dito capitulo 85, pagina²⁹³; onde, na pagina²⁹⁴, se ve do tresllado da verba do testamento do conde como elle nella diz que ao tempo desta jornada passava de 60 anos, que en comum modo de falar se entende hum atee dous anos mais, e não de 65, como se ali disse na dita pagina. Conforme a isto, o nascimento do dito conde foi no ano de 1459, e não no de 1456, como se dizia nos capitulos 64 e 65. E a mesma conta se ha de reduzir e emmendar ó que da dita idade do conde se tocou, capitulo 66, 69 e 65, os quais erros todos proçedião de seguirmos o dito letreiro, que he mais provavel conter en ssi erro que reçoer engano o mesmo conde de Villa Nova e o camareiro moor seu filho. E quen for lido nas historias e especial [fl. 257 v] mente nas nossas de Hespanha, en que se trata das mortes e idades dos reis e grandes della, achará muitos outros enguanos e erros que na conta do tempo resultão de letreiros postos com pouca advertençia que a cada passo os autores notão e reprovão.

¶ No capitulo 87, que falla de dona Brites Valente, primeira filha do conde de Villa Nova, molher que foi d'Alonsso Peres Pantoja, e se faz menção de Pedro Pantoja, seu pai, que nas guerras de Castella d'el-rei dom Afonso o 5º com el-rei dom Fernando teve as partes da Excellente Senhora dona

293 Segue-se espaço em branco.

294 Segue-se espaço em branco.



Joana, se ha de acrescentar que o dito Pedro Pantoja era irmão de dom Francisco Soliz, que se fez eleger mestre de Alcantara e estando intitulado nesta dinidade no tempo das ditas guerras veio com mão armada a Portugal e tomou a villa de Ouguella. E partindo-sse della deixando-a provida de presidio, os nossos forão por a cobrar e a çercarão, e querendo elle socorrer os seus foi desbaratado pellos portugueses em batalha e nella o matou hum dos seus que fora criado d'outro mestre d'Alcantara a quem elle desapossara. Este dito dom Francisco Soliz e o dito Pedro Pantoja, seu irmão, erão sobrinhos de dom Guomez de Caçeres e Solis, mestre que foi da dita ordem e mui esforçado cavaleiro em tempos d'el-rei dom Henrique o 4º de Castella. E devião desçender estes fidalguos Pantojas da familia dos Pantojas de Tolledo, que se diz que de Portugal forão a Castella. E hum fidalguo della chamado dom Pedro Alonsso Pantoja foi tãobem mestre de Alcantara, 18²⁹⁵ em ordem, eleito no ano de Christo 1343, que se mostrou mui valeroso nas guerras dos mouros e especialmente no çerco de Algezira em tempos d'el-rei dom Afonsso 11 (que Garibai faz 12 por sua conta). Consta o que nesta anotação se diz destes fidalguos Pantojas da chronica desta dita ordem de Alcantara composta por Francisco de Rhades, capitulo 35, 36 e 19.

¶ No capitulo 87, onde se faz menção de dom Pedro d'Abranches e se diz delle que falleçeo en Castella onde fora visitar a el-rei nosso senhor e ao príncipe Carlos, primogenito seu filho, por mandado da rainha dona Caterina de Portugal, avo do dito príncipe, por respeito da queda que dera por hũa escada em Alcala de Henares, se pode acreçentar que o dito desastre aconteceu no ano de 1562, na dita villa de Alcala, onde o príncipe [fl. 258] chegou a estado de estar descomfiado de todos os medicos. E entre outros milagres que Nosso Senhor ali obrou por interçesão de São frei Dioguo, hum bem aventurado religioso leigo do moesteiro de São Francisco da dita villa que nella estaa sepultado, a cujo sepulcro os fieis christãos daquella parte comcorrem com muita devação em suas neçessidades fazendo Nosso Senhor mediante seu servo muitas maravilhas, entre ellas esta da convaleçençia do príncipe Carlos da dita doença, refere por milagre mui notavel e cousa quasi de resurreição Garibai, livro 17, capitulo 7, e a *Historia Pontifical* de Guonçalo de Ilhescas na vida de Paulo 4º, no

295 Entenda-se: 18º (mestre da ordem de Alcântara).



paragrafo único, onde afirma que o dito milagre aconteceu no ano de 1563. E porem, parece mais certo aver acontecido no ano de 62 como Garibai diz, porque a rainha dona Caterina (que como guovernadora destes reinos por el-rei don Sebastião seu neto enviou ao dito dom Pedro d'Abranches) renunciou o guoverno en cortes o dito ano de 62, segundo a todos he notorio. E polla veneração en que com muita rezão são tidas as reliquias e sepultura do dito Santo frei Dioguo, os reis e príncipes quando se na dita villa achão costumão hi-las visitar com muita humildade e devação, como achando-me eu presente na dita villa no ano de 1585 vi que el-rei nosso senhor fez, levando consigo o príncipe seu filho dom Fellipe, nosso senhor, que Deos prospere, e as serenissimas iffantas dona Isabel e dona Caterina, indo de caminho com grandissima magestade de real corte dina de tão grande monarca pera Aragão a entregar a dita senhora iffanta dona Caterina ao duque de Saboia dom Carlos, príncipe de Piamonte, rei de Chipre, seu marido.

¶ No capitulo 98, e no capitulo 111, e capitulo 112, e em outros luguares deste livro onde se faz menção que dom Dioguo de Castelbranco, filho do camareiro moor dom Francisco, e dom Guonçalo de Castelbranco, filho do meirinho moor dom Afonso, e outros fidalguos deste apellido e linhagem pelejarão no cerco de Mazagão ou estiverão prestes pera ir ao socorro delle, se ha de acrecentar pera mais declaração de quão famoso cerco foi este e quanto louvor e honrra resultou delle à nação portuguesa e espeçialmente aos que nelle se acharão ou no socorro tiverão parte o que do dito socorro sumariamente diz Damião de Goes, terceira parte na²⁹⁶ *Chronica d'el-rei dom Manoel*, capitulo 27, onde afirma que o xarife, rei²⁹⁷ de Marrocos e de Fez e Mequines e d'outras grandes províncias veio a cercar o dito castello [fl. 258 v] de Mazagão guovernãodo estes reinos a rainha dona Caterina, molher d'el-rei dom João o terceiro, e que trouxe pera esta jornada mais de 120 mil homens de pee e de cavallo, pella multidão e esforço dos quais este cerco afirma aver sido tão apertado que em nosso tempo se não sabe outro nenhum que o mais fosse, nem na India

296 Possível erro por “na terceira parte da chronica”.

297 A palavra tem uma mancha de tinta por cima. Considerando que no fólío seguinte se usa a mesma expressão de “xerife rei”, a mancha parece ter sido inadvertida e não com o intuito de cancelar a palavra “rei”.



nem em Africa, nem en tod[a]²⁹⁸ Europa. Porem, sendo socorrido de soo gente portuguesa sem outra mestura algũa foi o xarife constrangido, depois de muito tempo estar sobre o dito castello, levantar o cerco. En comformidade do qual, diz Garibai, livro 35, capitulo 40, fallando d'el-rei don Sebastião, que Deos tem, que então reinava, estas pallavras:

¶ “No menos es el rei don Sebastião mui vitorioso en guerras que ha tenido com los moros africanos, especialmente quando em fin del mes de hebrero del ano de 1562 puso cerco sobre la vilha de Mazagão ell xarife rei de Marrocos, embiando a su hijo Molei Çidan, que por el grande vallor de los portugueses fue rebatido con su poder haziendo a la multitud de su exerçito tornar a sus casas vergonçosamente com grande daño y quiebra, quedando a los portuguses mucha gloria”.

¶ No capitulo 102, onde se falla da desçendença que tinha dona Branca de Vilhena, segunda molher de dom João de Castelbranco, da real familia e sangue dos reis de Aragão, e se faz menção de dom Alonsso de Aragão, filho não legitimo d'el-rei dom João o 2º e 3º avo da dita dona Branca de Vilhena, se ha de acrescentar ao que ali se diz que o dito dom Afonso de Aragão foi hum príncipe de grande preço e nome, como se ve do que delle os autores escrevem e especialmente Jeronimo Çurita nos *Annais*, segunda parte, livro 10, capitulo 64. Fazendo menção de sua morte, que soçedeo no ano de 1465, diz delle estas palavras:

¶ “cujas hazanhas y valor grande y las vitorias y buenas venturas que uvo em diversas guerras en Castilha, Navarra, Catalunha y Portugal mereção mui particullar historia”. E contestando ali o dito autor com o que nós apontamos de sua desçendença no dito capitulo 102, diz que o dito dom Afonso de Aragão ouve a dita dona Lianor de Aragão sua filha da dita dona Maria Junques, e que casou a dita dona Lianor com dom Jame del Mila, primeiro conde d'Albaida (sobrinho do papa Calixto 3º, que antes de o ser se chamou dom Alonsso de Borja, natural [fl. 259] de Xativa, luguar do reino de Valença, como escreve Garibai, livro 17, capitulo 2º; e da mesma familia foi dom Rodrigo de Borja, seu sobrinho, depois papa Alexandre 6º, e outros cardeais, como, alem d'outros autores, se pode ver

298 No ms.: todo.



do mesmo no dito lugar e livro 19, capitulo 1º, e da *Historia Pontifical*, nas vidas de Calixto 3º, Alexandre 6), e que da dita dona Maria Junques ouve mais outro filho, que foi dom João de Aragão que soçedeo a seu pai no estado de Ribagorça e foi duque de Luna. E que quando depois casou por dispensação apostolica com licença do dito papa Calixto 3º, como tomamos no dito capitulo 102, ouve da duqueza dona Lianor de Cortes, sua legitima molher, a hum filho chamado de seu nome dom Afonso de Aragão que lhe soçedeo no ducado de Vila Ferosa e na villa de Miliana. Com as quais adições e declarações se da luz e entendimento ao que ali dissemos e conforme a ellas se deve entender o ali referido.

¶ No capitulo 103, onde se faz menção de hũa oitava que dom Francisco de Castelbranco e seu companheiro levarão no torneio do príncipe em Emxobregas, ano de 1553, se pode acrescentar que a letra da oitava, posto que não careçente d'algum escrupulo nos consoantes, mas no sentido mui acomodada ao proposito e invenção, dezia desta maneira:

“Estes dous cavalleiros se perderão
No naufragio de Eneas com mao tempo
Abraços d'ondas bravas se vallerão
Té que domou Neptuno o fero vento.
Deste torneio as nimfas famas derão
Que a servir-vos moveo seu pensamento
Por mim Tritão trombeta seu Neptuno
Vo-los manda apezar de Tolo e Juno”.

¶ No capitulo 107, onde se faz menção da jornada de Tunez en que o iffante dom Luis acompanhou o emperador Carlos 5º, seu cunhado, e en companhia do dito iffante o meirinho moor dom Afonso de Castelbranco, se ha de notar que alem de Paulo Jovio, çitado no dito capitulo 107, que particularmente trata da pessoa do iffante e da fermosura e estranha forma e fortaleza do gualião da armada de Portugual, faz menção da dita [fl. 259 v] jornada Garibai, livro 35, capitulo 37, o qual, posto que com muita rezão louva²⁹⁹ o dito inffante dom Luis, afirmando que asi na tomada da Goleta como en tudo o mais soçedito nesta jornada se sinalou e ganhou clara

299 Escrito inicialmente “louvava”, posteriormente corrigido.



fama dina de semelhante príncipe e que depois da empreza acabada tornou o iffante a Portugal com catolico triumpho, com muita gloria e honrra d'el-rei dom João seu irmão e de seus subditos, contudo recebe o dito autor engano emquanto diz que o iffante foi à oppugnação e recuperação do reino de Tunas mandando-o el-rei seu irmão a ella com hũa mui boa armada de hum famoso gualião e muitas caravellas, no que parece sinificar que o dito iffante foi na dita armada mais per ordem e mandado d'el-rei que por sua propria determinação e motu proprio, sendo cousa nestes reinos notorea que o iffante sem el-rei o saber se partio d'Evora por terra, e com elle alguns senhores e fidalguos e nomeadamente o dito meirinho moor dom Afonso que en toda a jornada o seguio e acompanhou, e na armada por mar, por capitão dela, Antonio de Saldanha, a quem depois de se saber a determinação do iffante el-rei mandou avisar que onde quer que elle estivesse lhe obdeçesse como a sua real pessoa, como tudo melhor e mais larguamente se poderá ver en Damião de Goes, 1ª parte da *Chronica d'el-rei dom Manoel*, capitulo 101, onde declara que sendo o parecer de todos os do conselho do emperador depois de guanhada a Guoleta tornasse a Hespanha sem cometer a çidade de Tunez por se chegar o inverno, o iffante o contrariou e foi autor da grande e immortal vitoria e honrra que se na tomada da dita çidade guanhou.

¶ No capitulo 116, onde se refere como o almirante Nuno Vaz de Castelbranco foi enterrado na capella moor do mosteiro de São Francisco d'Alanquer, se ha de advertir que segundo particular informação que diso tomei, posto que o dito almirante ali jaz não he a dita capella mor apropiada pera so sua sepultura e de seus herdeiros, antes ha nella outras. E sendo aquelle mosteiro edificio mui antigo e das mais antigas casas da ordem de São Francisco em Hespanha, fundada por a iffanta dona Sancha, filha d'el-rei dom Sancho o 1º, ano de³⁰⁰, não he pouco pera espantar não se ter [fl. 260] aplicada particularmente a dita capella moor pera sepultura de algũa illustre familia, conforme a muita industria que em alcançar e doar semelhantes jazigos por respeito de esmolos e pios dotes costuma aver da parte dos fidalguos e religiosos em as pretender e efectuar.

300 Segue-se espaço em branco.



¶ No capitulo 4º, no fim, onde se faz menção de Tubal Rodriguez de Castelbranco, que oje vive nos reinos d’Aragão e he morguado nos deste apellido, se deve acrescentar que depois do dito capitulo escrito me veio à mão hũa carta do dito Tubal Rodriguez de Castelbranco, na qual respondendo à pergunta que se lhe fez a minha instançia por dom Françisco d’Aragão, irmão do duque de Vila Fermosa, que declarase o que de si soubese nesta materia de seu apellido e linhagem, rellata que seu avo se chamava Favião Rodriguez de Castelbranco e que foi comendador da ordem de Christo (que soo ha em Portugal) e que se achão em seu poder cartas dos príncipes e reis destes reinos e que por estas e outras conjecturas que refere tem por verosimil que o dito seu avo sahio de Portugal. Por esta carta entendendo que este Tubal Rodriguez de Castelbranco não he descendente dos fidalguos deste apellido que consta aver em tempos mais antigos naquelles reinos de Aragão, como se refere nos *Annaes* delle em os lugares çitados, no dito capitulo 4º, mas que proçedia por descendência mais moderna dos de Portugal. E as armas que na dita carta aponta ter sua linhagem, que são hum castelo branco com cruces nas ameas mais semelhantes são às armas dos de Villes (que são hũa torre de prata em cãopo verde e por timbre hũa cruz com hum braço de anjo, conforme aos livros d’armaria de Castella) do que se pareçem com as dos de Castelbranco, de que falamos no capitulo 2º, pello qual consta serem hum leão d’ouro rompente em campo azul da maneira que ali se declara, conformando nisso os livros d’armaria de Castella, Aragão e Portugal. Per onde venho a presumir que o dito Favião Rodriguez de Castelbranco proçederia porventura dos de Villes e Castelbranco que neste reino ha e seus descendentes conservarão hum destes apelidos e as armas do outro d’algũa maneira mudadas. Mas não ha nisto mais que esta leve conjectura.

[fl. 260 v]

¶ No capitulo 108, onde se aponta que entre as desordens do tempo o era tãobem en tanta falta de ministros e talento e em tanta copia de ocasiões não estar mais ocupada a muita suffiçiençia de dom Françisco de Castelbranco, se deve acrescentar que entendendo sua magestade e sendo mui çerto da dita suffiçiençia e calidades do dito dom Françisco o nomeou pera ser hum dos çinco fidalguos que ordenou que ouvesse nesta çidade



de Lixboa com cada hum seu terço de guerra temendo-se a vinda dos herejes a ella, de que mais larguamente se fez atras menção. E posto que por mui justos respeitos de sentimento foi dom Francisco mui deficultoso em aceitar o dito carguo, sua magestade por sua carta e sua alteza, com a efficaçia que por diversos modos nisso pos de sua parte e da de sua magestade, o obrigou (avendo recusado muitos dias) finalmente lhe ser forçado aceita-lo. Servirão em seu terço de cabos dom Alvaro d'Abranches, Antonio Furtado, dom Jeronimo de Noronha, nos quais e nos mais capitães se vião muitas callidades de apurado esforço, nobreza e suffiçiençia, e entre elles resplandeçia dom Bernardo de Castelbranco, filho herdeiro do conde do Sabugual, meirinho moor, irmão do dito dom Francisco, o quoyal, com aquelle seu azezo zelo do bem comum que sempre nelle arde, para exçitar com exemplo todos os de muita calidade a servirem en occasião de tanta importançia en qualquer luguar que fosse, offereço o dito seu filho pera capitão de hũa soo companhia que elle servio con tanta promptidão e entendimento, con tanta continuação nos trabalhos e vigias, con tantas demonstraçoẽs de animosos espiritos, quantos de seu sangue e natural sogeito mais que de sua idade (que não cheguava a 18 anos) se podia esperar. E en tudo isto tinha no dito dom Francisco, seu tio, claro espelho en que se ver e que imitar, oulhando pera a grande prudência, cuidado, vigilançia, esforço e autoridade con que proçedeo nas obriguaçoẽs de seu carguo e quão cheo teve o luguar d'elle en todas as ocasiões que se offereçerão, assi no campo como nas estançias que na çidade, nas marinas della, lhe forão assinadas de hũa parte e d'outra das casas dos contos e alfandegua junto as de dom Manoel seu primo, e a [fl. 261] muito custo que teve na mesa que sempre deu mui esplendidamente a todos os seus capitães e a outras pessoas, sem outras despesas ordinarias e extraordinarias.

¶ No capitulo 89, pagina ultima, onde se falla dos grandes serviços de Matias d'Albuquerque na India, se deve com rezão fazer tãoobem menção do muito mereçimento que teve e a muita parte da gloria que lhe coube na defenssão desta çidade de Lixboa quando dom Antonio, prior que foi do Crato, a veo çecar com exerçito de herejes, trazendo por geral do mar o famoso cossairo Francisco Draques, tão sinallado em nossas perdas maritimas, e por mestre de campo geral de terra hum cavalleiro de muita reputação na guerra, por sobrenome "Nares". Foi Matias d'Albuquerque hun dos



çinco fidalguos portugueses que sua magestade ordenou pera defenssão desta çidade, carguo que lhe seu zello de en tudo servir e aproveitar a patria fez aceitar e esquecer todos os outros respeitos. E apos elle o declarou sua magestade por capitão geral de hũa armada que mandava fazer contra o dito imiguo en rezão da defenssão da çidade e porto della. E dando-se-lhe os capitães neçessarios pera hum e outro efeito, usou delles e da gente de sua repartição no mar e na terra segundo o tempo e brevidade da occasião mostrou que convinha. E não somente nas estancias que lhe forão assina-das, mas en todas as outras, disse, fez e ajudou en tudo o que pertença à fortificação e defenssão dellas, recorrendo nos dias e noites de mor pe-riguo a todas as partes en que sua presença era proveitosa e neçessaria, ordenando os luguares onde convinha estar a artelharia, animando e es-forçando a gente popullar e os soldados, e en tudo mostrando muito vallon e experiença militar bem conhecida delle por seus serviços passados ³⁰¹.

[Fl. 262 em branco]

301 Segue-se uma anotação escrita em letra diferente, possivelmente por quem fez as anotações marginais do século XVII que se vêem em algumas partes deste manuscrito: “No capitulo XI, onde falla em Martim Vas de Castelbranco, se deve acrescentar que foi monteiro mor e que teve hũa filha natural (“natural” foi acrescentado posteriormente, pela mesma mão) que se chamava dona Isabel Vas de [fl. 261 v] de Castelbranco, que foi cazada com Vasco Pais Cardoso, alcaide mor de Trancosso e senhor d’Amoreira e do Ervilhão, como consta de sua sepultura, que está na igreja de Santa Olaia dos Cou-tos junto de Vizeu, na qual tem sobre seu moimento o litreiro seguinte: “Aqui jaz o muito honrado cavalleiro Vasco Pais, filho de Vasco Pais Cardoso, alcaide mor de Trancosso, senhor d’Amoreira e de Ervilhão. E a muita honrada senhora dona Isabel Vasques de Castelbranco, sua molher, filha de Martim Vasques de Castelbranco que foi monteiro mor deste reino e alcaide mor de Covilham, e nesta igreja se dizem pera sempre tantas missas pella sua alma”.



ANEXO

Resumo dos capítulos desta crónica presentes apenas no Epílogo seiscentista (manuscrito da Sociedade Martins Sarmento, Guimarães)

[Final do capítulo 102]

[fl. 34r]

Da dita dona Branca de Vilhena ouve dom João os filhos seguintes por esta ordem: dona Leonor de Milão, mulher de dom Dioguo de Castelbranco (de cujos descendentes se diçe no cap. 97 e se falará no cap. 104); dona Maria de Vilhena, freira da 3^a ordem de São Francisco; dona Madalena, freira no mosteiro da Esperança de Lisboa; dona Francisca e dona Britez, irmãs gêmeas, freiras no mesmo mosteiro; dona Antonia, que morreo moça; dom Martinho, que morreo de dous annos; dom Luiz, que morreo de hum anno; dona Joanna, freira em O[d]ivellas³⁰²; dom Manoel de Castelbranco, herdeiro da Casa de seu pai, dom João, e da Casa de dom Martinho, seu tio, como ao diante se dira. Ittem, mais dona Anna, que hee freira no dito mosteiro da Esperança; dona Jeronima, que morreo de hum anno.

Capitulo 103

De dom Martinho de Castelbranco e dom Francisco de Castelbranco, filhos 2º e 3º do dito dom João de Castelbranco

Falecerão estes dous filhos de dom João e de sua primeira mulher sendo mancebos de grandes esperanças servirão a ell-rei hum apos o outro de pagens da campainha. Dom Martinho acompanhou a princesa dona Maria, mulher d'ell-rei dom Felipe, ate à raia fazendo muitos gastos no fausto com que seu pai dom João o mandou. No anno de 1547 se fez

302 No ms.: oliuellas.



prestes por ordem d'ell-rei para hir socorrer a Mazagão com muita gente que tinha aparelhada a sua custa. E por ordem do mesmo rei não foi. Dom Francisco foi hum dos aventureiros no torneio de Enxabregas que se fes no casamento do [fl. 34v] principe dom João, pai d'el rei dom Sebastião, cuja envenção de cavalos marinhos et cetera se pode ver no *Memorial das Proezas da 2^a Tavola Rendonda* que Jorge Ferreira de Vasconsellos fez, onde tras este torneio.

Capitulo 104

De Dom Manoel de Castelbranco, filho herdeiro de dom Jorge, diguo de dom João de Castelbranco, sobcessor nos morgados da Povia e no dereito da Caza de Villa Nova.

Mostra como nasceo dom Manoel de Castelbranco. Nasçeo no anno de 1560. Ficou orfão de mai e pai sendo de 12 annos, encomendado a dom Diogo de Castelbranco, seu cunhado e primo. Foi de 17 annos na 2^a Jornada de Africa; na batalha foi ferido em hum ombro e cativo. Foi resga[ta] do sobre fiança de hum escrito que deu de pagar o dinheiro em Tavira a mai do Helche que ho tinha cativo, o quoyal pagou-o. Alem da comenda de São Tiaguo que seu pai lhe ouve, como dissemos no capitulo 101, foi provido por el-rei dom Fellippe doutra de Christo, que he a de São João d'Abrantes. Tem mais de bens da Coroa, entre ho que de seu pai lhe ficou e depois lhe derão, 800 mill reais de tença.

Está casado con sua sobrinha dona Branca de Vilhena, filha de sua irmãa dona Leanor de Milão e de dom Diogo de Castelbranco, seu primo. E por rezão da dita dona Branca sua molher (a quoyal D. Martinho, tio seu, deixou por herdeira e sobcessora na casa de Villa Noua e morguados da Povia de que o dito dom Martinho foi senhor, como dissemos no capitulo 97) pertencem ao dito dom Manoel os morgados e a dita casa e titulo que requiere, e sen duvida tera.

Tem ja hum filho de idade de hum anno por nome dom Diogo de Castelbranco, afora hũa filha que se chamou dona Leanor e morreo de dous meses.





Anexo 1¹

Organização dos Capítulos da *Crónica*

Capítulo	Tema/ personagem	Personagem1	2 (Fº de 1)	3 (Fº de 2)	4 (Fº de 3)	5 (Fº de 4)
3 a 11 (*)	Discussões sobre origens dos Castelo Branco					
12	Gonçalo, de cuja descendência se vai tratar					
13-14		Nuno, filho mais velho				
15-16		Lopo, filho segundo				
17			Nuno			
18-21				Lopo "Torrão"		
22					Nuno	
23						Lopo "de Évora"
24					Diogo de Melo Castelo Branco	
25-27				João		
28-29				Pedro		
30-34					Pedro	
35						Nuno (b)
36						António
38-57			Gonçalo			
58				Lopo s.g.		
59				João		
60				Pedro		
61					Simão e António (b)	
62						Jerónimo e António
63						João e Jorge
64-86				Martinho		

¹ Anexo elaborado por Maria de Lurdes Rosa.



Capítulo	Tema/ personagem	Personagem1	2 (Fº de 1)	3 (Fº de 2)	4 (Fº de 3)	5 (Fº de 4)
87					Brites Valente	
88					Camila de Noronha	
89					Leonor de Noronha	
90					Guiomar	
91					Francisca	
92					Maria	
93					Gonçalo s.g.	
94-96					Francisco	
97						Martinho
98						Diogo
99						Luís e Gonçalo
100-102					João	
103						Martinho e Francisco (FALTA)
104						Manuel CB (FALTA)
105					António	
106						Afonso
107					Afonso	
108						Francisco
109						João
110						Martinho
111						Gonçalo
112-114						Duarte
115	Feitos gloriosos e ofícios					
116	Locais de memória fúnebre					

(*) 3- Rui Gonçalves de Castelo Branco / 4 – Lopo Rodrigues de Castelo Branco / 5- Rui Vaz de Castelo Branco (I) / 6 – Rui Vaz de Castelo Branco (II) / 7 – Rui Vaz de Castelo Branco (III) / 8 – Lopo Vaz de Castelo Branco / 9 – Álvaro Vaz de Castelo Branco / 10 – Vasco Pires de Castelo Branco / 11 – Martim de Castelo Branco



Anexo 2

Datações diretas de datas de redação

Capítulo 1 (1589)

“que foi escrita no ano de 1500 e aponta que averia então dozentos anos, que ficão oje sendo 289”

Capítulo 3 (1589)

“[Batalha do Salado] que foi avida a vinte [fl. 23 v] e oito de outubro do ano de 1340, que ha 249 anos.”

Capítulo 4 (1589)

“Conta Jeronimo Çurita nos *Annais de Aragão*, primeira parte, livro oitavo, capitulo 33, que no anno de Christo de 1348 (que ha dozentos e quarenta e hũ annos)”

Capítulo 5 (1589)

“de maneira que reduzida a dita doação feita a Rui Vaz de Castelbranco por el-rei dom Fernãodo à conta do nascimento de Cristo (em que ha 38 anos de diferença da era de Çesar) fica sendo no ano de 1371, que ha 218 annos”

Capítulo 6 (1589)

“O segundo Rui Vaz de Castelbranco (entre os fidalguos princiães que a ellas vierão) se achou nas cortes de Coimbra nas quais foi elegido por rei o mestre de Avis el-rei dom João o primeiro de boa memoria, no ano de Christo de 1385, era de Çesar de 1423, que ha 204 anos.

Foi avida esta vitoria a 14 d’agosto (como todos saben) do dito ano de 1385, que vai en dozentos e quatro annos.”

Capítulo 7: (1587)

“de bens que ajuntou a hum morguado ja antiguo que possohia no anno de 1431, que se erão pella conta do nascimento de Christo (o que o registo não declara) ha 156 anos e pella era de Çesar ha 194”

Capítulo 9: (1587)

“que fez merçe ao dito Alvaro Vasquez de Castelbranco, seu vassalo, do



castello de Covilhã, en Lixboa, a treze de julho da era de Çesar de 1395, que fica sendo do nascimento de Christo de 1357, e ha 230 annos”.

“ser o dito Alvaro Vasquez ao [fl. 33 v] tempo da dita doação de idade de 30 anos que, com 230 que ha que a dita doação foi feita, são 260”

Capítulo 16: (1587)

“que fica sendo de Christo 1414, como se ve do registo, livro 3º, folio 172, entre os registos do dito rei dom João, que ha 173 anos”

Capítulo 20: (1587)

“Isto soçedeo no ano de 1478, que ha 109 anos”

Capítulo 29: (1587)

“que aconteçeo isto no ano de 1477, que ha çento e dez anos”

Capitulo 56: (1587)

“no ano de 1346, que ha dozentos e hũ anos”

Capitulo 89: (1588)

“Matias d’Albuquerque, segundo filho do dito Manoel d’Albuquerque e da dita dona Camilia, servio el-rei don Sebastião primeiro no paço e depois a elle e aos reis seus suçessores muitos anos na India atee o ano passado de 87.”

Capitulo 106: (1588)

“E há poucos dias que vi hum notavel sermão seu que fez na cidade de Coimbra, no auto da fee, a tres de julho deste ano de 88”

Capitulo 116: 1588

“No ano de 1380 (que ha 208)”

[Final, fl. 243]

Finis laus deo, 6 die Aprillis :1588:



Anexo 3¹

Identificação dos livros e manuscritos citados nas listas iniciais da *Crónica* (fls. 16v–18v) ²

Denominação da lista na <i>Crónica</i>	Na <i>Crónica</i>	Autor	Descrição bibliográfica	Cap. ^{os} CCB
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	Livro antigo das linhagens que compos o conde dom Pedro, filho bastardo d'el-rei dom Dinis, que está na Torre do Tombo de Portugal.	Barcelos, 3o Conde de (1287-1354)	[Manuscrito]	56-102- Anot.
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	Memorias por escrito da letra de Guaspar de Barreiros.	Barreiros, Gaspar (c. 1515-1574)	[Manuscrito]	11-17- Anot.
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	<i>Decadas</i> de João de Bairos da sua <i>Asia</i> .	Barros, João de (1496-1570)	<i>Asia</i> [primeira – terceira decada] de Joam de Barros dos factos que os portugueses fizeram no descobrimento & conquista dos mares & terras do Oriente. Em Lixboa : per Germão Galharde, 1552-1563. 3 vol. ; 2o (39 cm)	24, 28, 31, 62
Autores theologos e historicos antigos e poetas e humanistas que se neste livro citão pera algum dito, sentença ou exemplo ou acaso pera outro efeito.	Luis Pereira na <i>Elegiada</i> d'el-rei don Sebastião.	Brandão, Luís Pereira (1540-?)	<i>Elegiada</i> / de Luys Pereyra. Dirigida ao Serenissimo Senhor Cardeal Alberto Archiduque de Austria, & Governador dos Reynos de Portugal. – [Lisboa] : por Manuel de Lyra..., 1588. – [4], 286 [i.e 284], [1 br.] f. ; 8 (15 cm)	99-110- Anot.
Autores theologos e historicos antigos e poetas e humanistas que se neste livro citão pera algum dito, sentença ou exemplo ou acaso pera outro efeito.	Luis de Camões nos <i>Lusiadas</i> .	Camões, Luís de (1524-1580)	<i>Os Lusiadas</i> / de Luis de Camões. – Lisboa : em casa de Antonio Gõçaluez, 1572. – [2], 186 f. ; 4o (20 cm)	62

¹ Anexo elaborado por Margarida Leme.

² Na identificação das obras impressas foi seguido o critério das edições de data antecedente mais próxima à data de redação da *Crónica*, existentes na BNP. Não foram propostas identificações para os manuscritos, pela dificuldade em selecionar os exemplares, a partir dos poucos elementos fornecidos nas listas. Quanto à localização, no corpo da obra, das obras e documentos citados, tentou-se ser o mais exaustivo possível, sem que se possa garantir levantamento total, dada a magnitude da tarefa. Por fim, deve salientar-se que as referências constantes das listas não são as únicas obras e documentos citadas na *Crónica*, existindo vários outros. Pela sua quantidade e pela dificuldade em identificá-los, seria um outro trabalho, impossível na presente edição. Deixa-se o desafio aos futuros estudiosos do texto, desde já se garantindo o seu grande interesse.



Denominação da lista na Crónica	Na Crónica	Autor	Descrição bibliográfica	Cap. ^o CCB
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	Livros da India de Fernão Lopez da Castanheda.	Castanheda, Fernão Lopes de (1500-1559)	História do descobrimento & conquista da India pelos portugueses / por Fernão Lopes de Castanheda. – Coimbra, 1552-1561. – 8 vol. ; 2o (28 cm). – Vol. 1 : Ho liuro primeiro dos dez da historia do descobrimento & conquista da India pelos Portugueses... – Agora emme[n]dado e acrecentado... – João Barreira, 20 Julho 1554. – [4], ccij [i.e 186] p.	24-31-33
Autores theologos e historicos antigos e poetas e humanistas que se neste livro citão pera algum dito, sentença ou exemplo ou acaso pera outro efeito.	Fallas nas cortes do bispo de Coimbra dom Afonso de Castelbranco e sermão seu. E auto da fee.	Castelo Branco, Afonso de, D. (1522-1615)	[Manuscrito]	106
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	Arvore antiga desta linhagem que se acha em poder de dom Manoel de Castelbranco, herdeiro da casa de Villa Nova e morguado da Pvoa.	Castelo Branco, Manuel de, D. (1550-1626)	[Manuscrito]	10-11-12-13-16-17-46-57-59-86-93- Anot.
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	Tratados dos çercos de Goa e Chaul pello doctor Antonio de Castilho, chronista e guoarda-moor da Torre do Tombo.	Castilho, António de (c. 1525-1593)	Comentario do cerco de Goa e Chaul, no anno de M.D.LXX. Visorey Dom Luis de Ataide / scripto por Antonio de Castilho.... – 99 Em Lixboa : impresso em casa de Antonio Gonsaluez, 1573. – 48 f. ; 8o (16 cm)	
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	Julião de Castilho na istoria que compos dos reis godos.	Castillo, Julian del (fl. 1582)	Historia de los reyes godos que vinieron dela Scitia de Europa, contra el Imperio Romano, y a España y la succession dellos hasta el catholico y potentissimo don Philippe segundo Rey de España: a quien va dirigida / compuesta y recopilada por Iulian del Castilho. – Impressa em Burgos : por Philippe de Iunta, 1582. – [10], 158, [10] f. ; 8o (28 cm)	Anot.
Autores theologos e historicos antigos e poetas e humanistas que se neste livro citão pera algum dito, sentença ou exemplo ou acaso pera outro efeito.	Çícero.	Cícero (106 aC-43 aC)	n.a.	47



Denominação da lista na Crónica	Na Crónica	Autor	Descrição bibliográfica	Cap. ^{os} CCB
Autores theologos e historicos antiguos e poetas e humanistas que se neste livro çitão pera algum dito, sentença ou exemplo ou acaso pera outro efeito.	Jeronimo Corte-Real na <i>Batalha naval do senhor don João de Austria</i> .	Corte Real, Jerónimo (1530-1590)	Felicissima victoria concedida del cielo al señor don Iuan d' Austria en el golfo de Lepanto de la poderosa armada Othomana... / compuesta por Hieronymo Corte Real, cauallero portugueses. - Lisboa : por Antonio Ribero, 1578. - [8], 217, [1] f. : il.; 4o (20 cm)	112
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia d'elle.	Livro do primeiro cerco de Diu por ... Jeronimo Corte-Real em metro.	Corte Real, Jerónimo (1530-1590)	Sucesso do segu[n]do cerco de Diu estando Dõ Ioham Mazcarenhas [sic] por capitam da fortaleza, ano de 1546. - Em Lixboa : per Antonio Gonçaluez, 1574. - [8], 516 [i.e. 506] p. ; 4o (22 cm).	102
Autores theologos e historicos antiguos e poetas e humanistas que se neste livro çitão pera algum dito, sentença ou exemplo ou acaso pera outro efeito.	Achiles Estaço em hũa oração sua impressa que teve ante o papa Gregorio decimo tertio	Estaço, Aquiles (1524-1581)	Ad Gregorium XIII Pontificem Max. Sebastian I Portugalliae... Regis nomine obedientiam praestant Iohanne Gometio da Silva, oratio habita / ab Achille Statio Lusitano.... - Romae: apud Iosephum de Angelis, 1574. - [4] f.; 4' (21 cm)	99
Autores theologos e historicos antiguos e poetas e humanistas que se neste livro çitão pera algum dito, sentença ou exemplo ou acaso pera outro efeito.	Livros da logica e methaphisica do padre Pedro da Fonseca da Companhia de Jesus.	Fonseca, Pedro da (1528-1599)	n.a.	106
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia d'elle.	<i>Compendio historial de Hespanha</i> em quasi todas suas partes per Estevão de Guaribai.	Garibay y Zamalloa, Estêvão de (1525-1593)	Los XL. libros d'el compendio historial de las chronicas y vniversal historia de todos los reynos de España / compuestos por Esteuan de Garibây y Çamálloa, de nacion Cantabro.... - Impresso en Anueres : por Christophoro Plantino, prototypograho de la Catholica Magestad : a costa del autor, 1571. - 4 vol. ; 2o (33 cm)	3-75-80-Anot.
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia d'elle.	Livro moderno das mesmas linhagens que está na dita Torre do Tombo.	Góis, Damião de (1502-1574)	[Manuscrito]	12-16-17-18-22-24-27-29-46-57-93-102-Anot.
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia d'elle.	Chronica impressa d'el-rei dom Manoel pello dito autor Damião de Goes ...	Góis, Damião de (1502-1574)	Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel composta per Damiam de Goes, Diuidida em quatro partes.... - Em Lisboa : em casa de Francisco Correa, 1566-1567. - 4 v. em 1 t.; 2º (32 cm)	1-22-25-26-28-30-31-34-43-46-47-68-69-72-75-76-78-88-91-94-100-Anot.



Denominação da lista na Crónica	Na Crónica	Autor	Descrição bibliográfica	Cap. ^o CCB
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	Chronica impressa d'el-rei dom João o 2º ... e, sendo príncipe, outra sua por Damião de Goes.	Góis, Damião de (1502-1574)	Chronica do Príncipe Dom Ioam, Rei qve foi destes Regnos segvndo do nome em qve svmariamente se tra... / composta de nouo per Damiam de Goes.... - Em Lisboa: em casa de Francisco Correa..., 11 Abril 1567. - [4], 100 f.; 2º (28 cm)	14-17-18-20-22-29-38-39-40-41-66-67-68-74-87-Anot.
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	Livro do primeiro cerco de Diu por ... Damião de Goes em latim ...	Góis, Damião de (1502-1574)	Commentarii rerum gestarum in India citra Gangem a Lusitanis anno 1538 autore Damiano a Goes equite Lusitano, ex officina Rutgeri Rescij, 1539	102
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	<i>Historia pontifical</i> per Guonçallo de Ilhescas.	Illescas, Gonzalo de (1518-1583)	Historia Pontifical y Catholica : en la qual se contienen las Vidas Y hechos notables, de todos los sumos Pontifices Romanos. - Burgos : por Martin de Victoria, 1578. - 2 v.; 2o (31 cm).	10-97-112-Anot.
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	licenciado Duarte Nunez do Lião nas vidas dos reis de Portugal, que ainda não andão impressas.	Leão, Duarte Nunes de (1530-1608)	[Manuscrito]	39-Anot.
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	licenciado Duarte Nunez do Lião ... no livro das <i>çensuras In fratrem Josephum Teixeira</i> .	Leão, Duarte Nunes de (1530-1608)	Duardi Nonij Leonis iurisconsulti Lusitani Censurae in libellum de regum Portugaliae origine qui fratris Iosephi Teixeirae nomine circumfertur ; Item De vera regum Portugaliae genealogia liber.... - Olisipone : ex officina Antonij Riparij, 1585. - [4], 64 p., [49] f. ; 4o (24 cm).	Anot.
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	licenciado Duarte Nunez do Lião no livro <i>De vera regum Portugalie genealogia ...</i>	Leão, Duarte Nunes de (1530-1608)	Duardi Nonij Leonis iurisconsulti Lusitani De Vera Regum Portugaliae genealogia liber.... - Olisipone : [ex officina Antonij Riparij], 1585. - 50 f.; 4º (32 cm)	5-78-Anot.
Autores theologos e historicos antigos e poetas e humanistas que se neste livro çitão pera algum dito, sentença ou exemplo ou acaso pera outro efeito.	liçençado Duarte Nunez no tratado de orthographia portuguesa.	Leão, Duarte Nunes de (1530-1608)	Orthographia da lingoa portuguesa: obra vtil & necessaria assi pera bem screuer a lingoa Hespanhol como a Latina & quaesquer outras que da Latina teem origem ; Item hum tractado dos pontos das clausulas / pelo licenciado Duarte Nunez do Lião. - Em Lisboa : per João de Barreira, 1576. - [4], 78 f. ; 4o (20 cm)	Anot.
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	Frei Marino de Ledesma sobre o quarto das <i>Sentenças</i> .	Ledesma, Martín de (c. 1509-1574)	Fratris Martini Ledesmij theologi instituti praedicatorum Conimbricensis[ue] professoris, primus thomus qui & Prima. 4. nuncupatur. - Conimbricae : excudebat Ioannes Aluarus, 1555. - [12], 635 [i.é 639] p. ; 2o (30 cm)	106



Denominação da lista na Crônica	Na Crônica	Autor	Descrição bibliográfica	Cap. ^{os} CCB
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	Livro de linhagens que compos dom Antonio de Lima.	Lima, António de, D. (?-1582)	[Manuscrito]	3-6-9-10-11-12-16-17-18-20-22-27-28-29-34-43-46-57-59-60-84-86-97-99-107-Anot.
Autores theologos e historicos antigos e poetas e humanistas que se neste livro çitão pera algum dito, sentença ou exemplo ou acaso pera outro efeito.	Tito Livio.	Lívio, Tito (64-12 aC)	n.a.	19
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	Hum tratado que compos Jeronimo Luis, ouvidor geral que foi da India.	Luís, Jerónimo	[Manuscrito]	62
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	Luis de Marmor na <i>Descripção geral d'Africa</i> .	Marmol Carvajal, Luís del (1524-1600)	Primera parte de la Descriccion general de Affrica, con todos los successos de guerras que a auído entre los infieles, y el pueblo Christiano, y entre ellos mesmos desde que Mahoma inue[n]to su secta, hasta el año del señor mil y quinientos y setenta y uno / por el veedor Luys del Marmol Caravaial. - Granada : en casa de Rene Rabut, : vendense en casa de Iuan Diaz, 1573. - 2 vol. ; 2o (29 cm).	n.a.
Autores theologos e historicos antigos e poetas e humanistas que se neste livro çitão pera algum dito, sentença ou exemplo ou acaso pera outro efeito.	Françisco de Moraes, que compos <i>Palmeirim</i> , no tratado que fez do mesmo torneio que não anda impresso.	Morais, Francisco de (1500-1572)	[Manuscrito]	n.a.



Denominação da lista na Crónica	Na Crónica	Autor	Descrição bibliográfica	Cap. ^o CCB
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia d'elle.	Ambrosio de Moralles na Chronica das antiguidades de Hespanha, en diversas partes della.	Morales, Ambrosio de (1513–1591)	La Coronica General de España / que continuaua Ambrosio de Morales natural de Cordoua, Coronista del Rey Catholico nuestro señor don Philipe segundo deste nombre.... - En Alcalá de Henares : en casa de Juan Iníiguez de Lequerica, 1574. - [14], 418 [i.e. 419], [21] f. : il. ; 2o (30 cm)	10–19–63
			Los otros dos libros vndecimo y dvoidesimo de la Coronica General de España / que continuaua Ambrosio de Morales natural de Cordoua... : prossiguiendo adelante de los cinco libros que el Maestro Florian de Ocampo... dexo escritos. Van juntas con esta parte de la coronica las Antiguedades de España, que hasta agora se han podido escreuir. - En Alcalá de Henares : en casa de Juan Yñiguez de Lequerica, 1577. - [8], 17, [1], 225, [5] f. ; [6], 131, [1] f. : il., grav. ; 2o (30 cm).	
			Los cinco libros postreros de la Coronica General de España / que continuaua Ambrosio de Morales... Prosiguiendo adelante la restauracion de España, desde que se començo a ganar de los Moros, hasta que el rey don Bermudo el tercero deste nombre.... - Impresso en Cordoua : por Gabriel Ramos Bejarano impressor de libro : a costa de Francisco Roberte mercader de libros, 1586. - [14], 350, [4] f. ; 2o (28 cm).	
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia d'elle.	Letreiros en diversas sepulturas de igrejas e moesteiros em seus lugares nomeados e em espeçal em São Martinho, São Jorge e no moesteiro da Trindade, em Lixboa.	n.a.	[Letreiro em pedra]	n.a.
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia d'elle.	Cartas do papa Leão deçimo, emperador Carlos quinto, infante dom Luis e outros de outros senhores en seus lugares nomeados.	n.a.	[Manuscrito]	n.a.



Denominação da lista na Crónica	Na Crónica	Autor	Descrição bibliográfica	Cap. ^o CCB
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	Chronicas do reino que não andão impressas, em espeçial a d'el-rei dom Afonso Anrriquez, dom Afonso o 4 ^o , dom Pedro, dom Fernão, dom João o primeiro, dom Afonso o quinto.	n.a.	[Manuscrito]	n.a.
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	Diversos testamentos, sentenças e muitos outros papeis dos cartorios das casas de Villa Nova, Sabugal e morguado de Castelbranco e Pombeiro, que em seus lugares se referem.	n.a.	[Manuscrito]	n.a.
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	Estromentos autenticos em publico e blasões de pessoas deste appellido tiradas da Torre do Tombo.	n.a.	[Manuscrito]	n.a.
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	Livros d'armaria de rei d'armas Portugal e dos reis d'armas de Castella.	n.a.	[Manuscrito]	
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	Memorias de pessoas curiosas e vistas na materia das linhagens e muitas outras informações per escrito e palavra dinas de fee.	n.a.	[Manuscrito]	n.a.
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	Muita copia de provisões, regimentos, cartas de offiços e alvaras em seus lugares aleguados e treslladados, e petições de requerimentos feitos aos reis per que se derão despachos e muitas çertidões de serviços.	n.a.	[Manuscrito]	n.a.
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	Registos dos livros dos reis passados, de suas chançellarias e leituras, que estão na dita torre.	n.a.	[Manuscrito]	n.a.



Denominação da lista na Crónica	Na Crónica	Autor	Descrição bibliográfica	Cap.º CCB
Autores theologos e historicos antigos e poetas e humanistas que se neste livro çitão pera algum dito, sentença ou exemplo ou acaso pera outro efeito.	Outro livro em lingoa espanhol em prosa da mesma batalha naval [Lepanto, 1571] do dito senhor com os turcos.	n.a.	[Manuscrito]	n.a.
Autores theologos e historicos antigos e poetas e humanistas que se neste livro çitão pera algum dito, sentença ou exemplo ou acaso pera outro efeito.	Outro tratado que fez hum confessor de dom Martinho de Castelbranco, capitão d'Ormuz, sobre sua morte a modo de pregação.	n.a.	[Manuscrito]	n.a.
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	Instrumentos impressos das cortes de Thomar e do juramento do príncipe nosso senhor que se fez noutras en Lixboa.	n.a.	n.a.	n.a.
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	<i>Chronica dos reis dos catholicos em lingoa hespanhol que se intitulla por de Antonio de Nebriça, treslladada da sua latina.</i>	Nebrija, Antonio de (1444-1502)	Chronica de los muy altos y esclarecidos Reyes Catholicos don Fernando y doña Isabel de glorioso memoria / compuesta por el maestro Antonio de Nebrixa.... - Impressa en Valladolid : en casa de Sebastian Martinez, 1565. - [2], 313, [4] f. ; 2o (26 cm). - Antonio de Nebrija traduziu a obra original de Fernando del Pulgar. O erro é corrigido na p. de tít. da segunda edição em castelhano, impressa en Saragoça em 1567.	
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	<i>Chronica d'el-rei dom Afonso, ultimo deste nome de Castella, que comumente he contado por Onzeno e d'outros por Dozeno.</i>	Nuñez de Villaizán, Juan	Chronica del muy esclarecido [sic] principe [e] Rey don Alfonso el Onzeno deste nòbre de los reyes que reynaron en Castilla y en Leon. Padre que fue del rey don Pedro. - Valladolid : a costa de Pedro de Espinosa... y de Antonio de Zamora... : en casa de Sebastian Martinez..., 1551. - CLXXXVI f. ; 2o.	3



Denominação da lista na Crónica	Na Crónica	Autor	Descrição bibliográfica	Cap.º CCB
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	<i>Carolea</i> per João Ochoa de la Salde, prior de São João de Letrão.	Ochoa de la Salde, Juan (fl. 15??)	Primera parte de la Carolea inhiridion que trata de la vida y hechos del inuictissimo emperador Don Carlos Quinto de este nombre y de muchas notables cosas en ella sucedidas hasta el año de 1555... / recopilada en dos partes por Iuan Ochoa de la Salde prior perpetuo de Sant [sic] Iuan de Letran. - En Lisboa : por Marcos Borges, Antonio Ribero e Anton [sic] Aluarez : a costa de su mismo author en su propria posada, 20 Deziembre 1585. - [6, últ. br.], 451 f. ; 2o (31 cm)	26-75- Anot.
Autores theologos e historicos antiguos e poetas e humanistas que se neste livro çitão pera algum dito, sentença ou exemplo ou acaso pera outro efeito.	Jeronimo de Osorio <i>De Institutione Regum.</i>	Osório, Jerónimo (1506-1580)	D. Hieronymi Osorij Lusitani episcopi Syluensis De regis institutione et disciplina lib. VIII ad serenissimum et inuictissimum Portugaliae regem Sebastianum.... - Olysippone : ex officina Ioannis Hispani : excudebat Franciscus Correa, 1571. - 308, [2] f. ; 4o (22 cm)	108
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	<i>Chronica</i> impressa d'el-rei dom Manoel ... por Jeronimo de Osorio, bispo do Algarve, en latim.	Osório, Jerónimo (1506-1580)	De rebus Emmanuelis Regis Lusitaniae inuictissimi virtute et auspicio gestis Libri Duodecim / Auctore Hieronymo Osorio, Episcopo Siluensi. - Olysippone : apud Antonium Gondisaluu[m] Typographum, 1571. - 480, [2] p. ; 2o (30 cm)	78-106
Autores theologos e historicos antiguos e poetas e humanistas que se neste livro çitão pera algum dito, sentença ou exemplo ou acaso pera outro efeito.	Ovidio.	Ovídio (43 aC-18 dC)	n.a.	n.a.
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	Outro livro maior dos mesmos çercos que ainda não anda impresso, composto por Antonio Pinto, irmão de Nuno Alvarez Pereira, secretario que foi de sua magestade e do seu conselho.	Pereira, António Pinto (?-1587)	[Manuscrito]	n.a.
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	<i>Chronica d'el-rei dom João o segundo</i> de Castella por Fernão Perez de Gusmão.	Pérez de Guzmán, Fernán (c. 1377-c. 1460)	Comie[n]ça la Cronica del serenissimo rey don Iuan el segundo deste nombre : fue impressa por mādado del catholico rey don Carlos su visnieto. - En Seulla : [s.n.], 1543	Anot.



Denominação da lista na Crónica	Na Crónica	Autor	Descrição bibliográfica	Cap. ^o CCB
Autores theologos e historicos antigos e poetas e humanistas que se neste livro citão pera algum dito, sentença ou exemplo ou acaso pera outro efeito.	Tratado do padre frei Tomas Pinto da ordem de São Domingos sobre o naufragio da nao Santiago, capitão Fernão de Mendoza.	Pinto, Tomás (fl. 1585)	[Manuscrito]	88
Autores theologos e historicos antigos e poetas e humanistas que se neste livro citão pera algum dito, sentença ou exemplo ou acaso pera outro efeito.	Plutarco	Plutarco (c. 50-120)	n.a.	11-63
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	<i>Chronica das ordens militares</i> por Francisco de Rhades.	Rades y Andrada, Francisco de (?-1599)	Chronica de las tres Ordenes, y Cauallerias de S. Tiago, Calatraua y Alcantara: en la qual se trata de su origen, y successo, y notables hechos en armas de los Maestres, y Cavalleros de ellas: y de muchos Señores de titulo, y otros Nobles que descien den de los Maestres: y de muchos otros Linages de España / compuesta por el Licenciado Fr. Francisco de Rades, y Andrada, Capellan de su Magestad, de la Orden de Calatrava. - En Toledo : impressa con Licencia en casa de Iuan de Ayala, 1572. - [12], 73, 85, [1 br.], 55 f. ; 2o (29 cm).	87-102- Anot.
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	Andre de Resende na Epistolla impressa a Bertollameu de Chevedo, conego de Toledo.	Resende, André de (1498-1573)	<u>Incluída em:</u> L. Andr. Resendij Carmen endecasyllabon ad Sebastianum regem serenissimum. - Olisipone : apud Franciscum Garcionem, : in officina Ioānis Barrerae, 1567. - 54 [i.é 45], [1 br.] f. ; 4o (21 cm)	Anot.
Autores theologos e historicos antigos e poetas e humanistas que se neste livro citão pera algum dito, sentença ou exemplo ou acaso pera outro efeito.	<i>Cançãoeiro geral</i> de Portugal en diversas partes e autores.	Resende, Garcia de (1470?-1536)	Cançãoeiro Geral / Garcia de Resende. - [Lisboa]: [Hermã de Cāpos] [1516]. - 228 fl. ; 26 cm.	2-24-53- 57-65- 88-93



Denominação da lista na Crónica	Na Crónica	Autor	Descrição bibliográfica	Cap.º CCB
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	Tratado da jornada d'el-rei dom Manoel e rainha dona Isabel, sua mulher, a Castella e Aragão. E outro tratado da jornada da infante dona Britez a Saboia, pello mesmo autor.	Resende, Garcia de (1470?-1536)	<u>Incluído em:</u> Liuro das obras de Garcia de Reesende [sic] que tracta da vida & grandissimas virtudes & bôdades, magnanimo esforço, excelentes costumes & manhas & muy craros feitos do christianissimo... el rey dom Ioam ho segundo deste nome...., vay mais acresce[n]tado nouamente a este liuro hu[m]ja Miscellanea ê trouas do mesmo auctor.... - Euora : em casa de Andree de Burgos, Mayo 1554. - [6], cxxxiiij, xxij, [1 br., 4] f. ; 2o (28 cm)	68-75-76-84
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	Chronica impressa d'el-rei dom João o 2º por Guarçia de Resende ..	Resende, Garcia de (1470?-1536)	Lyuro das obras de Garcia de Rese[n]de que trata da vida & grãdissimas virtudes: & bôdades magnanimo esforço: excele[n]tes costumes & manhas & muy craros feitos do christianissimo... Rey dõ Ioão o segundo deste nome.... - [Lisboa] : em casa de Luys Rodriguez, 12 lunho 1545. - [8], CLX [i.é CLXI] f. : il. ; 2o (29 cm)	18-20-22-29-40-41-43-46-47-48-55-60-65-67-68-69-70-75-83-84
Autores theologos e historicos antigos e poetas e humanistas que se neste livro çitão pera algum dito, sentença ou exemplo ou acaso pera outro efeito.	Hum poeta cordoves que escreveo a vida do senhor dom João de Austria.	Rufo Gutiérrez, Juan (1574?-1620?)	La Austriada de Ivan Rufo.... - En Alcala : por Ivan Gracian Impressor y mercader de libros : a costa de Iuan de Montoya, mercader de libros, 1586. - [4], 447, [2] f. ; 8o (14 cm)	97
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	Senazaro na <i>Arcadia</i> .	Sannazaro, Jacopo (fl. 1458-1530)	Arcadia di M. Iacopo Sannazaro nuouamente corretta, & ornata d'alcune annotationi da Thomaso Porcacchi da Castiglione Arretino. Con la vita dell'auttore, descritta dal medesimo, & con la dichiaratione di tutte le voci oscure, che sono nell'opera... - Venetia : appresso Christophoro Zanetti, 1574. - [24], 238, [2] p. : il. ; 12o	Anot.
Autores theologos e historicos antigos e poetas e humanistas que se neste livro çitão pera algum dito, sentença ou exemplo ou acaso pera outro efeito.	Seneca.	Séneca (4 aC-65)	n.a.	63
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle.	Livro do primeiro cerco de Diu por Dioguo de Teive ...	Teive, Diogo de (c. 1514-c. 1565)	Comentarius de rebus in India apud Dium gestis anno salutis nostrae MDXLVI / Iacobo Teuio Lusitano autore. - Conimbricæ : (excudebant Ioannes Barrerius & Ioannes Aluarus, 1548). - [8], 92 p.; 4o (22 cm)	102



Denominação da lista na Crónica	Na Crónica	Autor	Descrição bibliográfica	Cap.º CCB
Autores theologos e historicos antigos e poetas e humanistas que se neste livro citão pera algum dito, sentença ou exemplo ou acaso pera outro efeito.	Santo Tomas de Aquino.	Tomás de Aquino, Santo (1225-1274)	n.a.	63-106
Autores theologos e historicos antigos e poetas e humanistas que se neste livro citão pera algum dito, sentença ou exemplo ou acaso pera outro efeito.	Jorge Ferreira de Vasconcelos no torneio do príncipe dom João.	Vasconcelos, Jorge Ferreira de (1515-1585)	Memorial das proezas da segunda Tauola redonda.... - Em Coimbra : em casa de João de Barreyra, 1567. - [4], 240 f. ; 4o (20 cm).	57
Autores theologos e historicos antigos e poetas e humanistas que se neste livro citão pera algum dito, sentença ou exemplo ou acaso pera outro efeito.	e o <i>Flos Samtorum</i> novissimamente impresso em castelhano onde trata da dita batalha e cita outros autores.	Villegas, Alonso de (1534-1615)	Flos Sanctorum y Historia general, de la vida y hechos de Iesu Christo, Dios y señor nuestro, y de todos los santos de que reza y haze fiesta la yglesia Catholica conforme al Breuiario Romano, reformado por decreto del sancto Concilio Tridentino : junto con las vidas de los sanctos proprios de España, y de otros Extrauagantes... / por el Maestro Alonso de Villegas. - En Toledo : por Juan Rodriguez, impressor y mercader de libros, y a su costa, 1587. - [16], 574 f. : il. ; 2o (31 cm)	n.a.
Autores e documentos que neste livro se alegão, de que se tirou a historia delle	<i>Annaes de Aragão</i> em todas suas partes compostas por Jeronimo Çurita.	Zurita, Jeronimo (1512-1580)	Los cinco libros primeros de la primera parte de los Anales de la Corona de Aragon... / compuestos por Geronymo Çurita.... - Impressa en Caragoca : en casa de Simon de Portonarijs, 1585. - [8], 454 f. : il. ; 2o (35 cm) --- Los cinco libros postreros de la primera parte de los Anales de la Corona de Aragon / compuestos por Geronymo Çurita, chronista del Reyno. - Impressa en Çaragoça : en casa de Simon de Portonarijs, 1585. - [6], 458 [i.e. 460], [1] f. ; 2o (35 cm)	4-5-6-15-84-Anot.



Índice de pessoas e locais

Pedro Pinto

Abranches (Álvaro de), cf. Álvaro de Abranches
 Abranches (Antónia de), cf. Antónia de Abranches
 Abranches (António de), cf. António de Abranches
 Abranches (Guiomar de), cf. Guiomar de Abranches
 Abranches (João de), cf. João de Abranches
 Abranches (Jorge de), cf. Jorge de Abranches
 Abranches (Jorge Pantoja de), cf. Jorge Pantoja de Abranches
 Abranches (Maria de), cf. Maria de Abranches
 Abranches (Pedro de), cf. Pedro de Abranches
 Abranches (Pedro Pantoja de), cf. Pedro Pantoja de Abranches
 Abranches (Tomé de), cf. Tomé de Abranches
 Abranches (Vasco de), cf. Vasco de Abranches
 Abrantes – 25v, 27, 142v, 209; II – 34v
 Abrão Maluco, capitão do Gujarte – 81v
 Abreu (Filipa de), cf. Filipa de Abreu
 Abreu (Leonor de), cf. Leonor de Abreu
 Abreu (Maria de), cf. Maria de Abreu
 Abreu (Martim de), cf. Martim de Abreu
 Abreu (Rui de), cf. Rui de Abreu
 Abril Peres – 115
 Acevedo (Alonso de), cf. Alonso de Acevedo
 Achem – 191v
 Adil Khan – 84–84v, 210v–211
 Afonso (Diogo), cf. Diogo Afonso
 Afonso IV (D.), rei – 17, 23–24, 33v, 45v, 47, 83, 92, 219v, 239v, 242, 248v
 Afonso V (D.), rei – 17, 24v, 37, 41v–42v, 48–51v, 52v–53, 54–55, 59–59v, 68, 88–91v, 92v–100v, 102–102v, 104–104v, 106–106v, 107v–108v, 109v–110v, 111v–114, 115v, 117–117v, 120v, 122, 125, 133, 134v–136v, 138v, 140, 141v, 142v–143v, 145, 147–148, 150v, 153, 169v, 171, 179v, 182v, 183v, 186, 199, 200, 202, 206, 229, 237v–238, 239v, 245, 247–249, 250–252v, 257v
 Afonso V, rei de Aragão – 91v, 180v, 247
 Afonso VI, rei de Castela – 256v
 Afonso VIII, rei de Castela – 250v, 254v
 Afonso X, rei de Castela – 250v, 255
 Afonso XI, rei de Castela – 17v, 23, 257v
 Afonso XII, rei de Castela – 249
 Afonso (D.), bispo de Évora – 141
 Afonso (D.), Conde de Barcelos e Duque de Bragança – 39v, 42, 47v
 Afonso (D.), Conde de Faro – 96, 98
 Afonso (D.), filho de D. Garcia de Meneses – 229
 Afonso (D.), filho de D. João II – 139v–140, 145v, 254, 255
 Afonso (D.), filho do Rei D. Dinis – 49v
 Afonso de Albuquerque – 161
 Afonso de Albuquerque, governador – 191v
 Afonso de Castelo Branco (D.), bispo de Coimbra e Conde de Arganil, filho de D. António de Castelo Branco – 18v, 122, 208, 211v, 217, 223–227v, 231

Afonso de Castelo Branco (D.), filho de D. Duarte de Castelo Branco – 238v
 Afonso de Castelo Branco (D.), meirinho-mor, filho de D. Martinho Vaz de Castelo Branco – 126v, 131v, 155v, 178v, 185, 192v–193, 201v–202, 204v, 222v, 228–229v, 231v–232, 233v–234v, 237, 239v, 258, 259; II – 36v
 Afonso Furtado, deão – 187
 Afonso Furtado, filho de Jorge Furtado – 187
 Afonso Gomes da Silva – 38
 Afonso Henriques (D.), rei – 17, 66, 114v–115, 239v, 254v
 Afonso Mexia – 190
 Afonso de Noronha (D.), vice-rei – 127–127v
 Afonso Peres Valente – 115
 Afonso de Valença, alcaide-mor – 92v
 Afonso de Vasconcelos (D.), Conde de Penela – 106v
 Afonso de Vasconcelos e Meneses (D.), filho de D. João de Vasconcelos e Meneses – 195v
 Afonso Vaz de Brito, caçador-mor – 52, 67v
 África Tingitana – 40v
 Agostinho (João Pereira), cf. João Pereira Agostinho
 Agostinho de Hipona – 63
 Aguiar (Ambrósio de), cf. Ambrósio de Aguiar
 Aguiar (Diogo Afonso de), cf. Diogo Afonso de Aguiar
 Aguiar (Pedro Afonso de), cf. Pedro Afonso de Aguiar
 Aiamonte – 236
 Aires Afonso Valente – 115
 Aires da Gama (D.) – 75
 Aires da Silva, bispo do Porto – 224
 Aires da Silva, camareiro-mor – 138–138v, 205v
 Alaejos – 96v
 Alba – 94, 98–98v, 100v, 251v
 Albatacim – 114v, 175v
 Albayda – 219, 258v
 Alberto, Príncipe – 87, 190v, 214v, 236v
 Albufeira – 213v
 Albuquerque – 186
 Albuquerque (Afonso de), cf. Afonso de Albuquerque
 Albuquerque (André de), cf. André de Albuquerque
 Albuquerque (Jerónimo de), cf. Jerónimo de Albuquerque
 Albuquerque (Lopo de), cf. Lopo de Albuquerque
 Albuquerque (Manuel de), cf. Manuel de Albuquerque
 Albuquerque (Matias de), cf. Matias de Albuquerque
 Alcácer-Ceguer – 65v, 88v, 102, 109, 239v, 249v
 Alcácer-Quibir – 34, 66, 86, 87, 132, 136v, 186v, 187v, 188v, 190–191, 194, 207v–208, 209, 214, 229, 230v–231, 234, 237v
 Alcácer do Sal – 141
 Alcáçova (Beatriz de), cf. Beatriz de Alcáçova
 Alcáçova (Pero de), cf. Pero de Alcáçova
 Alcalá de Henares – 187, 257v
 Alcobaça – 28
 Alcochete – 182



- Alegrete – 91v
 Alemanha – 167v, 246
 Alenquer – 27, 31, 35, 47-47v, 49, 105, 241, 259v
 Alexandre VI, papa – 259
 Alexandre Magno – 36
 Alexandria – 36
 Alfaiates – 229v
 Alfaroqueira – 49v, 247
 Alfonso de Aragón, filho de João II de Aragón – 219, 258v
 Alfonso de Aragón, filho de Juan de Aragón – 259
 Alfonso de Aragón, marquês de Vilhena – 27v
 Alfonso de Aragón, o Velho, condestável de Castela – 27v
 Alfonso de Aragón y Escobar, Duque de Villa Hermosa – 95v
 Alfonso Carrillo de Acuña, arcebispo de Toledo – 93, 96, 97v-98, 99
 Alfonso Pantoja (Pedro), cf. Pedro Alfonso Pantoja
 Algarve – 45, 63, 65, 76, 86-86v, 111, 112, 113, 122, 131, 142, 149-150, 168v, 176, 206v, 208v, 212, 213-215, 216-217, 225v-227, 230v, 234v-235, 236v, 240-240v
 Algeciras – 257v
 Alhandra – 175v, 196
 Ali Baxá, geral de armada – 235
 Ali Semão, senhor de Targa – 64
 Aliche Levim – 129
 Aljezur – 216v
 Aljubarrota, batalha – 26, 27, 28v, 239v, 244v, 246v
 Almada – 49v, 119v, 190v
 Almada (Fernão de), cf. Fernão de Almada
 Almada (Pedro Vaz de) cf. Pedro Vaz de Almada
 Almazán – 120
 Almedina – 64v
 Almeida – 25v-26, 28, 29-30, 35, 239v-240
 Almeida (Diogo de), cf. Diogo de Almeida
 Almeida (Diogo Fernandes de), cf. Diogo Fernandes de Almeida
 Almeida (Duarte de), cf. Duarte de Almeida
 Almeida (Francisco de), cf. Francisco de Almeida
 Almeida (Garcia de), cf. Garcia de Almeida
 Almeida (Henrique de), cf. Henrique de Almeida
 Almeida (João de), cf. João de Almeida
 Almeida (Lopo de), cf. Lopo de Almeida
 Almeida (Lourenço de), cf. Lourenço de Almeida
 Almeida (Martim de), cf. Martim de Almeida
 Almeida (Pedro Lourenço de), cf. Pedro Lourenço de Almeida
 Almeirim – 106v, 141, 202, 216v, 226, 236-236v
 Alonso de Acevedo, arcebispo de Toledo – 141v
 Alonso de Borja – 258v
 Alonso de Cardenas (D.), mestre da Ordem de Santiago em Castela – 53, 54v-55v, 74
 Alonso Enriquez de Guzmán, Conde de Alba de Liste – 98v, 100v
 Alonso de Fonseca y Avellaneda – 96v
 Alonso de Fonseca y Ulloa, bispo de Ávila – 96v
 Alonso de Guzmán (Juan), cf. Juan Alonso de Guzmán
 Alonso de Guzmán y Sotomayor, Duque de Medina Sidonia – 226, 236
 Alonso de Herrera – 49, 248v
 Alonso Pérez Pantoja, comendador de Santiago do Cacém – 155v-156, 185v-186v, 223v, 257v
 Alonso Pimentel (Rodrigo), cf. Rodrigo
 Alonso Pimentel
 Álvaro Núñez Osorio, Conde de Trastámara, Lemos e Sarria – 249
 Alvarado, cavaleiro castelhano – 24v
 Álvares (Fernando), cf. Fernando Álvares
 Álvarez de Toledo (García), cf. García Álvarez de Toledo
 Álvaro de Abranches (D.) – 260v
 Álvaro de Abranches (D.), capitão de Azamor, filho de D. João de Abranches Senhor do Morgado de Almada – 118v-119v, 126v
 Álvaro de Abranches (D.), capitão de Sofala, filho de D. João de Abranches Senhor de Rossas – 119v-120
 Álvaro de Abranches (D.), filho de D. Pedro de Abranches – 119v
 Álvaro de Ataíde (D.), Senhor de Povos – 107, 118, 229, 237v
 Álvaro de Bragança (D.) – 141
 Álvaro de Carvalho, capitão – 235
 Álvaro de Castro (D.), vedor da fazenda – 143v, 146v
 Álvaro da Cunha, filho de Jorge de Melo – 118v-119
 Álvaro Eanes de Castelo Branco – 21
 Álvaro Gonçalves Camelo, prior do Crato – 245v
 Álvaro de Luna (D.), monteiro-mor – 48v
 Álvaro Mendes Cerveira – 44
 Álvaro de Mendoza, Conde de Sevilha – 96v
 Álvaro de Noronha (D.) – 127v
 Álvaro Pessanha, filho de Manuel Pessanha – 72v
 Álvaro Pires de Távora, filho de Bernardim de Távora – 119
 Álvaro da Silveira (D.), filho de D. Diogo da Silveira – 190
 Álvaro da Silveira (D.), filho de Luís da Silveira – 131-131v
 Álvaro de Sousa, mordomo-mor – 120v
 Álvaro Vasques – 20v
 Álvaro Vasques de Castelo Branco, alcaide-mor da Covilhã – 25, 31v-34v, 239v
 Álvaro de Zúñiga y Guzmán, duque de Arévalo – 97v
 Álvaro de Zúñiga y Pérez de Guzmán, duque de Béjar – 141v
 Alverca – 175v, 196
 Alvito – 60, 76v, 112, 170, 197, 212v, 222v, 254v
 Alvor – 142, 176
 Ambrósio de Aguiar – 120v
 Ambrosio de Morales, cronista – 17v, 34, 53v, 133
 Amêndoa – 87
 Amoreira – 261v
 Ana (D.), filha de D. João de Castelo Branco – II – 34
 Ana (D.), filha de Jorge Furtado – 187
 Ana (D.), filha de D. Simão de Castelo Branco – 126v
 Ana de Ataíde (D.), filha de D. Pedro de Castelo Branco – 75, 83v, 119v
 Ana Manuel (D.), filha de D. Pedro de Meneses – 194
 Ana de Mendonça (D.), filha de Aires de Sousa – 188v
 Ana de Mendonça (D.), filha de Nuno Furtado de Mendonça – 125



- Ana de Mendonça (D.), mulher de Francisco Correia – 125v
- Ana Portocarrero (D.) – 120
- Ana de Távora (D.), filha de Luís Álvares de Távora – 191
- Andaluzia – 41
- Andrade (Fernão Peres de), cf. Fernão Peres de Andrade
- Andrade (Luís Freire de), cf. Luís Freire de Andrade
- André, filho de Martim de Castro do Rio – 187
- André de Albuquerque, filho de Manuel de Albuquerque – 191
- André de Resende, teólogo – 17v, 244–244v
- André Soares – 59v
- Ângela (D.), filha de João Rodrigues de Sá de Meneses – 188, 189v
- Anhaia (Pedro de), cf. Pedro de Anhaia
- Antão de Noronha (D.) – 127v, 129, 131v
- Antão de Oliveira, filho de Manuel de Oliveira – 61
- Antão Vasques – 26v
- Antónia (D.), filha de Alonso Pérez Pantoja – 186v
- Antónia (D.), filha de D. João de Castelo Branco – II – 34
- Antónia (D.), filha de Jorge de Melo – 194
- Antónia (D.), filho de D. Simão de Castelo Branco – 126v
- Antónia de Abranches (D.), filha de D. Álvaro de Abranches – 119, 120
- Antónia de Castelo Branco (D.), filha de D. João de Castelo Branco – 132
- Antónia de Castelo Branco (D.), filha de D. Pedro de Castelo Branco – 125–126
- Antónia de Mendonça (D.), filha natural de Martim Afonso de Melo – 254
- Antónia de Mendonça, filha de D. João de Meneses – 126
- Antónia Pereira (D.), filha de Jorge de Melo – 118v
- Antónia da Silva (D.), filha de Lopo de Sousa – 119v
- António (D.), prior do Crato – 61, 86–86v, 231, 261
- António de Abranches (D.), filho de D. Álvaro de Abranches – 119–119v
- António de Ataíde (D.), Conde da Castanheira – 118, 200v
- António de Azevedo (D.), almirante, filho de Lopo de Azevedo – 47
- António de Azevedo (D.), almirante, filho natural de Lopo Vaz de Azevedo – 47
- António Calvo, genovês – 87
- António Carneiro, secretário – 113v, 169v, 173v
- António de Castelo Branco (D.), filho de D. Diogo de Castelo Branco – 209v–210
- António de Castelo Branco (D.), filho de D. João de Castelo Branco – 218, 228v
- António de Castelo Branco (D.), filho de D. Martinho Vaz de Castelo Branco – 124v, 155v, 178v, 185, 222–223, 231
- António de Castelo Branco (D.), filho de D. Pedro de Castelo Branco e de D. Isabel de Mendonça – 125
- António de Castelo Branco (D.), filho de D. Pedro de Castelo Branco e de D. Francisca Calva – 87–87v
- António de Castelo Branco (D.), filho de D. Simão de Castelo Branco – 126v–131, 240
- António de Castelo Branco (D.), filho natural de D. Luís de Castelo Branco – 211v
- António de Castelo Branco (D.), filho natural de D. Simão de Castelo Branco, capitão de Chaul – 126v, 233v
- António de Castelo Branco (D.), senhor de Pombeiro, filho de D. Pedro de Castelo Branco e de D. Margarida de Lima – 43, 50v, 75v, 80v, 83–87, 119v, 241–241v, 246v
- António de Castilho, cronista – 17–17v, 211v
- António de Castro (D.), Conde de Monsanto – 189
- António Correia – 132
- António Correia Barém – 131
- António da Costa (D.) – 218v
- António Furtado “o mouco” – 186v–187
- António Furtado, cabo de terço – 260v
- António Furtado, filho de Jorge Furtado – 187
- António de Lima (D.), casado com D. Jerónima de Albuquerque Sousa – 191
- António de Lima (D.), genealogista – 17, 23v, 30, 31v, 33v–34, 35–37, 38v–39, 45v, 46v, 48–48v, 49v–50, 56v, 60, 61, 68–68v, 73v, 75v, 83v, 100v, 104–104v, 117v, 120v, 124v, 126, 130v, 181v, 185v, 205v, 207v–208, 212, 218, 229, 244
- António Manuel (D.), filho de D. Bernardo Manuel – 193v
- António Mascarenhas (D.), filho de D. Nuno Mascarenhas – 219
- António de Mendonça, comendador de Moura e Veiros – 229
- António de Meneses (D.), filho de D. Fernando de Meneses – 62v
- António de Miranda – 76v
- António de Nebrija, cronista – 17v
- António de Noronha (D.), Conde de Linhares – 208, 222v, 254v
- António de Noronha (D.), filho de D. Garcia de Noronha – 127v
- António Pereira (D.) – 189
- António Pinto Pereira, cronista – 17v
- António de Sá, filho de João Rodrigues de Sá de Meneses – 188
- António de Saldanha, capitão – 259v
- António da Silveira, capitão – 80, 82–82v
- Antuérpia (Leonel de), cf. Leonel de Antuérpia
- Aquiles Estação – 18v, 211v
- Arábia – 79, 128, 129, 191v
- Arábia Felix – 127v
- Aragão – 17–17v, 20–20v, 24–25, 28, 46, 91v–92, 135, 139, 140v, 180v, 219, 228, 238, 244, 245v, 246, 247, 250v, 252v, 255–255v, 256v, 258–259, 260
- Aragão (Maria de), cf. Maria de Aragão
- Aragón (Alfonso de), cf. Alfonso de Aragón
- Aragón (Fernando de), cf. Fernando de Aragón
- Aragón (Juan de), cf. Juan de Aragón
- Aragón (Leonor de), cf. Leonor de Aragón
- Aragón (Pedro de), cf. Pedro de Aragón
- Aragón y Escobar (Alfonso de), cf. Alfonso de Aragón y Escobar
- Aranha (João Rodrigues), cf. João Rodrigues Aranha



- Arcângela (D.), filha de João Rodrigues de Sá de Meneses – 188
 Arévalo – 97v
 Arganil – 18v, 122, 208, 211v, 226v
 Argel – 126v
 Aristóteles – 56v
 Arouca – 126
 Arronches – 90, 212v
 Arzila – 42, 46v, 65v, 76, 89–89v, 104v–105, 117v, 122–122v, 124v, 136v, 138v, 142v–143, 148–149, 187v, 225v, 230v, 238, 239v, 250, 255v
 Asdrúbal, general de Cartago – 53v
 Astorga – 246
 Astúrias – 246
 Ataíde (Álvaro de), cf. Álvaro de Ataíde
 Ataíde (Ana de), cf. Ana de Ataíde
 Ataíde (António de), cf. António de Ataíde
 Ataíde (Constança de), cf. Constança de Ataíde
 Ataíde (Filipa de), cf. Filipa de Ataíde
 Ataíde (Joana de), cf. Joana de Ataíde
 Ataíde (João de), cf. João de Ataíde
 Ataíde (Leonel de), cf. Leonel de Ataíde
 Ataíde (Luís de), cf. Luís de Ataíde
 Ataíde (Martinho de), cf. Martinho de Ataíde
 Ataíde (Mécia de), cf. Mécia de Ataíde
 Ataíde (Nuno Fernandes de), cf. Nuno Fernandes de Ataíde
 Ataíde (Pedro de), cf. Pedro de Ataíde
 Ataíde (Tristão de), cf. Tristão de Ataíde
 Atalaia – 120v, 174v, 193v
 Atougua – 117v, 210v
 Áustria – 236v
 Aveiro – 225
 Ávila – 96v
 Avis – 118
 Azambuja – 114v, 174v, 175v, 196
 Azambuja (Diogo de), cf. Diogo de Azambuja
 Azambuja (João Afonso da), cf. João Afonso da Azambuja
 Azamor – 62–65v, 67, 75v–77, 83, 118v, 126v, 136v, 145v, 193v, 197, 202, 203, 228, 239v, 249
 Azeitão – 75, 223
 Azere – 13, 229v, 234v, 238, 240v
 Azevedo (António de), cf. António de Azevedo
 Azevedo (Francisco), cf. Francisco Azevedo
 Azevedo (Francisco de), cf. Francisco de Azevedo
 Azevedo (Gonçalo Gomes de), cf. Gonçalo Gomes de Azevedo
 Azevedo (Gonçalo Vasques de), cf. Gonçalo Vasques de Azevedo
 Azevedo (Lopo de), cf. Lopo de Azevedo
 Azevedo (Martim Lopes de), cf. Martim Lopes de Azevedo
 Azevedo (Rui Gomes de), cf. Rui Gomes de Azevedo
 Azinhoso – 218v
 Azurara – 69
 Baçaim – 72, 80, 81v
 Baçorá – 127v, 128v
 Badajoz – 141v, 197, 198, 225v, 236–236v, 250
 Bagdad – 131
 Baiona do Minho – 90v
 Balleyson (Claude de), cf. Claude de Balleyson
 Baltanas – 90v
 Bárbara (D.), filha de Pantalão de Sá – 189v
 Barba-Roxa, corsário – 228
 Barcelona – 201v–202
 Barcelos – 16v, 36v, 39v, 47v, 116v
 Bardela – 127v
 Barém – 131
 Barém (António Correia), cf. António Correia Barém
 Baroche (Jorge de Meneses), cf. Jorge de Meneses Baroche
 Barreiros (Gaspar de), cf. Gaspar de Barreiros
 Barreto (Catarina), cf. Catarina Barreto
 Barreto (Francisco), cf. Francisco Barreto
 Barreto (Gonçalo Nunes), cf. Gonçalo Nunes Barreto
 Barreto (Nuno Rodrigues), cf. Nuno Rodrigues Barreto
 Barreto (Pedro), cf. Pedro Barreto
 Barreto (Rui), cf. Rui Barreto
 Barros (João de), cf. João de Barros
 Bartolomeu de Quevedo, cónego – 17v, 244–244v
 Basileia – 246v
 Basto – 128v
 Bauffremont (Pierre de), cf. Pierre de Bauffremont
 Beatriz (D.), infante, filha de D. Fernando I – 27v, 116v–117
 Beatriz (D.), Duquesa de Beja – 58v, 118, 248v
 Beatriz (D.), infante, filha de D. Manuel I – 17, 123, 124, 132v, 142, 154–168v, 182v, 188, 198v, 207v, 212v, 228, 256–256v
 Beatriz (D.), filha de Afonso Mexia – 190
 Beatriz (D.), filha de D. Diogo da Silveira – 190
 Beatriz (D.), filha de D. João de Castelo Branco – 218
 Beatriz (D.), filha de D. João de Castelo Branco – II – 34
 Beatriz (D.), filha de D. João Mascarenhas – 218v
 Beatriz (D.), filha de D. João de Meneses – 126
 Beatriz (D.), filha de Pero Pantoja – 186v
 Beatriz (D.), filha de D. Simão de Castelo Branco – 126v
 Beatriz de Alcáçova, filha de Pero de Alcáçova Carneiro – 189v
 Beatriz de Brito, filha de Rui de Abreu – 62
 Beatriz de Meneses (D.), filha de D. Garcia de Meneses – 229
 Beatriz de Meneses (D.), filha de D. João de Meneses – 187v
 Beatriz Pantoja (D.), filha de Pedro Pantoja de Noronha – 119v, 187
 Beatriz Pereira (D.), filho de D. Garcia Henriques – 62
 Beatriz Valente (D.), filha de D. Martinho de Castelo Branco – 185v–187, 223v, 257v
 Beatriz Valente (D.), filha de Martim Afonso Valente, mulher de D. Gonçalo de Castelo Branco – 114v–115v, 116v–117, 120v, 122, 134, 182v
 Beira, comarca – 36v
 Beja – 187, 189v, 222v, 231, 234; II – 36v
 Béjar – 141v, 197v
 Belas – 125v
 Belém – 63, 64v, 154v, 218, 226v, 235
 Belmonte – 67v, 69
 Beltrão de Castelo Branco – 24v



- Benacofu – 89
 Benavente (*Zamora*) – 251v
 Benavides Velasco (Francisco de Santa Maria), cf. Francisco de Santa Maria Benavides Velasco
 Bentude – 230v
 Berbéria – 56, 65, 67, 213
 Beringel – 112, 187
 Bernal Francés – 96v
 Bernarda (D.), filha de Lopo Vaz de Melo de Castelo Branco – 61v
 Bernardim de Távora – 119
 Bernardo de Castelo Branco (D.), filho de D. Duarte de Castelo Branco – 238v, 260v
 Bernardo Manuel (D.), camareiro-mor – 193v-194
 Bernardo de Noronha (D.), filho de D. Garcia de Noronha – 86v, 119
 Bertolesa de Eça (D.), filha de D. Rodrigo de Eça – 192v
 Bhadur, rei de Cambaia – 80, 81
 Blanche de Montferrat, duquesa de Sabóia – 158v
 Boa Esperança, cabo – 79v
 Bobadilla (Rodrigo de), cf. Rodrigo de Bobadilla
 Bombarral – 48, 240, 248v
 Borba – 63v-64, 98v, 118, 133v, 148, 238v
 Borges (Guiomar), cf. Guiomar Borges
 Borges (Pedro), cf. Pedro Borges
 Borgonha – 103v, 246v, 254v
 Borja (Alonso de), cf. Alonso de Borja
 Borja (Rodrigo de) cf. Rodrigo de Borja
 Botelho (Diogo), cf. Diogo Botelho
 Botelho (Pedro), cf. Pedro Botelho
 Braga – 26v, 169, 170
 Bragança – 39v, 47v, 49v, 61v, 63, 83, 130v, 145v, 197-198, 212v, 239v, 249v
 Bragança (Álvaro de), cf. Álvaro de Bragança
 Bragança (Constantino de), cf. Constantino de Bragança
 Bragança (Fernão Mendes de), cf. Fernão Mendes de Bragança
 Branca, infante, filha de Luís IX, rei de França – 255
 Branca (D.), filha de D. Diogo de Castelo Branco – 209v
 Branca de Castelo Branco Valente – 115v
 Branca de Vilhena (D.), filha de D. Diogo de Castelo Branco – 208, 209v-210, 217; II – 34v
 Branca de Vilhena, filha de Nuno Rodrigues Barreto – 219, 258v; II – 34
 Branca de Vilhena, filha de D. Vasco da Gama – 119v
 Brandão (Duarte), cf. Duarte Brandão
 Brandão (João), cf. João Brandão
 Brandão (Luís Pereira), cf. Luís Pereira Brandão
 Brás (D.), filho de D. Garcia de Eça – 119
 Brás Palha – 58
 Brasil – 214
 Briteiros (Maria de), cf. Maria de Briteiros
 Brito (Afonso Vaz de), cf. Afonso Vaz de Brito
 Brito (Beatriz de), cf. Beatriz de Brito
 Brito (Constança de), cf. Constança de Brito
 Brito (Francisca de), cf. Francisca de Brito
 Burgos – 93
 Cabeceiras de Basto – 229v
 Cabeço de Vide – 37, 245
 Cabral (Fernão), cf. Fernão Cabral
 Cabral (João Fernandes), cf. João Fernandes Cabral
 Cabral (João Rodrigues), cf. João Rodrigues Cabral
 Cabral (Jorge), cf. Jorge Cabral
 Cabral (Nuno Fernandes), cf. Nuno Fernandes Cabral
 Cabrela – 35, 47v
 Cabrera – 249
 Cáceres Ovando (Diego de), cf. Diego de Cáceres Ovando
 Cáceres y Solis (Gómez de), cf. Gómez de Cáceres y Solis
 Caia – 141v, 197-197v
 Caio Lélis, cônsul – 53v
 Cairo – 23v
 Calábria – 141v
 Caldeira (Gaspar), cf. Gaspar Caldeira
 Calcut – 71v, 73v, 78, 127
 Calheta – 120
 Calisto III, papa – 219, 258v-259
 Calva (Francisca), cf. Francisca Calva
 Calvo (António), cf. António Calvo
 Câmara (João Gonçalves da), cf. João Gonçalves da Câmara
 Câmara (Martim Gonçalves da), cf. Martim Gonçalves da Câmara
 Câmara (Simão Gonçalves da), cf. Simão Gonçalves da Câmara
 Cambaia – 80, 81-81v
 Camelo (Álvaro Gonçalves), cf. Álvaro Gonçalves Camelo
 Camila (D.), filha de António de Sá – 188-188v
 Camila (D.), filha de Rui de Sousa – 190v
 Camila (D.), filha de Sebastião de Sá – 188v
 Camila de Noronha (D.), filha de D. Martinho de Castelo Branco – 185v, 187v-188, 233v
 Camila de Noronha (D.), filha de Rui de Sousa – 191
 Camões (Luís de), cf. Luís de Camões
 Camões (Vasco Peres de), cf. Vasco Peres de Camões
 Campo Maior – 190
 Campo de Ourique – 114v, 186, 239v
 Cananor – 71v-72, 84v
 Canha – 35, 47v
 Cantalapiedra – 90v
 Cantanhede – 49, 96, 187v, 238v
 Carapicos de Ulme – 222v
 Cardenas (Alonso de), cf. Alonso de Cardenas
 Cardenas (Guterre de), cf. Guterre de Cardenas
 Cardoso (Vasco Pais de), cf. Vasco Pais de Cardoso
 Carlos (D.), infante, filho de D. Manuel I – 254
 Carlos III, Duque de Sabóia – 142, 154-168v, 228, 256v
 Carlos V, imperador – 17v, 141-141v, 159, 179, 180v-182, 201v, 213, 228, 249v, 259
 Carlos, filho de Filipe II de Espanha – 257v-258
 Carlos Emanuel I, Duque de Sabóia – 154v, 258
 Carlos Pessanha – 45-45v, 247v
 Carneiro (António), cf. António Carneiro
 Carneiro (Luís de Alcáçova), cf. Luís de Alcáçova Carneiro
 Carneiro (Pero de Alcáçova), cf. Pero de Alcáçova Carneiro
 Carreiro (Luís Porto), cf. Luís Porto Carreiro



- Carrillo de Acuña (Alfonso), cf. Alfonso Carrillo de Acuña
- Carrillo de Toledo (García Álvarez de Toledo y), cf. García Álvarez de Toledo y Carrillo de Toledo
- Cartagena* – 156, 197–198
- Cartago* – 53v, 66v
- Cartaxo* – 86v
- Carvalho (Álvaro de), cf. Álvaro de Carvalho
- Carvalho (Gonçalo Pires), cf. Gonçalo Pires Carvalho
- Carvalho (João), cf. João Carvalho
- Cascais* – 76v
- Casco (Rui), cf. Rui Casco
- Castanheda (Fernão Lopes de), cf. Fernão Lopes de Castanheda
- Castanheda* – 118, 200v, 229
- Castela* – 17–18, 19v, 20v, 22, 25v–30, 35, 36–36v, 39v, 42, 49–49v, 50v–51v, 53–55v, 56v, 62v, 68v, 70–70v, 74v, 83v, 85–85v, 90–93, 96v–97v, 100, 101v, 102v–103v, 104v, 110, 111, 112, 113, 117, 120, 122, 126v, 135–136, 139, 140–140v, 141v, 148v, 150v, 165v, 168, 172v, 183v, 186, 187, 188v, 191, 194, 197v–198v, 212v–213v, 219, 228–228v, 235–235v, 236v, 238, 239v–240v, 244v, 246–247, 248–249, 250–252v, 255v, 256v–257v, 260
- Castelo Branco*, vila – 37, 62v, 65, 67–68, 239v, 245v
- Castelo Branco* (Lisboa), quinta – 42v, 69v, 74, 75v, 85, 87, 241
- Castelo Branco* (Afonso de), cf. Afonso de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Álvaro Eanes de), cf. Álvaro Eanes de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Álvaro Vasques de), cf. Álvaro Vasques de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Antónia de), cf. Antónia de Castelo Branco
- Castelo Branco* (António de), cf. António de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Beltrão de), cf. Beltrão de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Bernardo de), cf. Bernardo de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Diogo de), cf. Diogo de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Diogo de Melo de), cf. Diogo de Melo de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Diogo Soares de), cf. Diogo Soares de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Duarte de), cf. Duarte de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Fabião Rodrigues de), cf. Fabião Rodrigues de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Fernão Gonçalves de), cf. Fernão Gonçalves de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Fernão Rodrigues de), cf. Fernão Rodrigues de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Fernão Vaz de), cf. Fernão Vaz de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Filipa Vaz de), cf. Filipa Vaz de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Francisco de), cf. Francisco de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Francisco de Melo de), cf. Francisco de Melo de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Gil Rodrigues de), cf. Gil Rodrigues de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Gil Vaz de), cf. Gil Vaz de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Gonçalo de), cf. Gonçalo de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Gonçalo Vaz de), cf. Gonçalo Vaz de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Guiomar Vaz de), cf. Guiomar Vaz de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Iria de), cf. Iria de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Isabel de), cf. Isabel de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Isabel Camelo de), cf. Isabel Camelo de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Isabel Vaz de), cf. Isabel Vaz de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Jerónimo de), cf. Jerónimo de Castelo Branco
- Castelo Branco* (João de), cf. João de Castelo Branco
- Castelo Branco* (João Gonçalves de), cf. João Gonçalves de Castelo Branco
- Castelo Branco* (João Soares de), cf. João Soares de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Jorge de), cf. Jorge de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Leonor Pais de), cf. Leonor Pais de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Lopo Rodrigues de), cf. Lopo Rodrigues de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Lopo Vaz de), cf. Lopo Vaz de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Lopo Vaz de Melo de), cf. Lopo Vaz de Melo de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Lourenço de), cf. Lourenço de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Luís de), cf. Luís de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Luís Vaz de), cf. Luís Vaz de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Manuel de), cf. Manuel de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Maria de), cf. Maria de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Martim Rodrigues de), cf. Martim Rodrigues de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Martim Vaz de), cf. Martim Vaz de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Martininho de), cf. Martininho de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Mem Rodrigues de), cf. Mem Rodrigues de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Nuno de), cf. Nuno de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Nuno Vaz de), cf. Nuno Vaz de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Nuno Vaz Pereira de), cf. Nuno Vaz Pereira de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Paio Rodrigues de), cf. Paio Rodrigues de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Pedro de), cf. Pedro de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Pedro Vaz de), cf. Pedro Vaz de Castelo Branco
- Castelo Branco* (Rodrigo Rebelo de), cf. Rodrigo Rebelo de Castelo Branco



- Castelo Branco (Rui Fernandes de), cf. Rui Fernandes de Castelo Branco
- Castelo Branco (Rui Gonçalves de), cf. Rui Gonçalves de Castelo Branco
- Castelo Branco (Rui Vasques de), cf. Rui Vasques de Castelo Branco
- Castelo Branco (Rui Vaz de), cf. Rui Vaz de Castelo Branco
- Castelo Branco (Simão de), cf. Simão de Castelo Branco
- Castelo Branco (Tubal Rodrigues de), cf. Tubal Rodrigues de Castelo Branco
- Castelo Branco (Vasco Pais de), cf. Vasco Pais de Castelo Branco
- Castelo Branco (Vasco Peres de), cf. Vasco Peres de Castelo Branco
- Castelo de Vide* – 140, 218–218v, 254
- Castelo Rodrigo* – 29
- Castilho (António de), cf. António de Castilho
- Castilla (Tello de), cf. Tello de Castilla
- Castillo (Julian del), cf. Julian del Castillo
- Castro (Álvaro de), cf. Álvaro de Castro
- Castro (António de), cf. António de Castro
- Castro (Catarina de), cf. Catarina de Castro
- Castro (Constança de), cf. Constança de Castro
- Castro (Diogo de), cf. Diogo de Castro
- Castro (Fernando de), cf. Fernando de Castro
- Castro (Filipa de), cf. Filipa de Castro
- Castro (Garcia de), cf. Garcia de Castro
- Castro (Guiomar de), cf. Guiomar de Castro
- Castro (Helena de), cf. Helena de Castro
- Castro (Henrique de), cf. Henrique de Castro
- Castro (Inês de), cf. Inês de Castro
- Castro (Isabel de), cf. Isabel de Castro
- Castro (Joana de), cf. Joana de Castro
- Castro (João de), cf. João de Castro
- Castro (Leonor de), cf. Leonor de Castro
- Castro (Maria de), cf. Maria de Castro
- Castro (Pedro de), cf. Pedro de Castro
- Castro Daire* – 205v
- Castro Jerez* – 96v
- Castro Marim* – 111, 236
- Castro Nuño* – 98v
- Castro Queimado* – 93v, 94v, 110v, 135, 252v
- Castro do Rio (Luís de), cf. Luís de Castro do Rio
- Catalunha* – 140v, 213, 246, 255, 258v
- Catão, o Jovem – 247
- Catarina (D.), rainha – 135, 187, 195, 198, 201, 205v, 206v, 208v, 212v, 214, 215, 230v, 232v, 234–234v, 238v, 257v–258v
- Catarina (D.), Duquesa de Bragança – 61v
- Catarina (D.), filha de Alonso Pérez Pantoja – 186v
- Catarina (D.), filha de D. Pedro de Castelo Branco – 126
- Catarina (D.), filha de D. Pedro de Meneses – 191
- Catarina Barreto (D.), filha de Pedro Mascarenhas – 218
- Catarina de Castro (D.), filha de D. Garcia de Meneses – 229
- Catarina Micaela, filha de Filipe II de Espanha – 154v, 258
- Catarina Pessanha – 35, 45v–46v, 242v, 245, 247v
- Catarina de Sá (D.), Condessa de Matosinhos – 188–188v
- Catarina da Silva (D.), mulher de D. Duarte de Castelo Branco – 238v
- Catifa* – 127v
- Cecília de Noronha (D.), filha de D. Pedro de Noronha – 125v
- Cedofeita* – 123v
- Ceilão* – 71v–72, 232v
- Cerveira (Álvaro Mendes), cf. Álvaro Mendes Cerveira
- Cerveira (Rui Mendes), cf. Rui Mendes Cerveira
- César (Luís), cf. Luís César
- Cesarão* – 66
- Cete* – 114v–115
- Ceuta* – 20, 35–35v, 37–37v, 38v–39v, 40v–41v, 43–43v, 44v–46, 47–47v, 50, 65v, 86–86v, 104, 131, 194v, 202, 208, 214v, 225, 226, 228, 229v, 239v, 245v–246v, 247v–248
- Chagut Rais, cf. Dragut Rais
- Chantas*, reguengo – 109v, 175v, 176v, 196
- Chão de Couce* – 49v
- Charny* – 246v
- Chaul* – 17, 79v, 126v, 210–212, 240
- Chaves* – 28v, 38
- Chelas* – 43, 116, 119v, 186v
- Cheleiros* – 118, 229
- Chichorro (Vasco Martins de Sousa), cf. Vasco Martins de Sousa Chichorro
- Chipre* – 256v
- Chorão* – 84v
- Cícero – 13–13v, 18v, 105v, 251
- Cid Aço, cavaleiro – 64
- Cid Albecarim – 230v
- Cid Amuz – 148
- Cid Mansor, cavaleiro – 64–64v
- Cifuentes* – 251v
- Cinfaes* – 13, 229v, 234v, 238, 240v
- Ciudad Rodrigo* – 250
- Claros de Guzmán (Juan), cf. Juan Claros de Guzmán
- Claude de Balleyson, embaixador – 154
- Coca* – 96v
- Cochim* – 72, 127, 131v
- Codeceira* – 89
- Coimbra* – 18v, 26, 28v, 110v–111v, 114, 115v, 117, 120v, 122, 174v–176, 177, 188, 189v, 191, 208, 210v, 211v, 223v–225, 226v–227, 231–231v, 247, 253
- Coja Sofar – 80–80v
- Comorim, cabo – 131
- Constança de Ataíde, mulher de D. Afonso – 49v
- Constança de Brito (D.), filha de Sebastião Tavares da Grã – 61v–62
- Constança de Castro (D.), filha de D. Garcia de Meneses – 229
- Constança de Mendonça (D.), filha de António de Mendonça – 229
- Constança de Noronha (D.), mulher de Álvaro da Cunha – 118v
- Constantino de Bragança (D.), vice-rei – 130v–131
- Córdoba* – 207
- Cornualha* – 250v



- Coronel (Rui Gonçalves), cf. Rui Gonçalves Coronel
 Correia (Antônio), cf. Antônio Correia
 Correia (Francisco), cf. Francisco Correia
 Corte Real (Jerónimo), cf. Jerónimo Corte Real
 Cortes (Leonor de), cf. Leonor de Cortes
 Costa (Antônio da), cf. Antônio da Costa
 Costa (Jorge da), cf. Jorge da Costa
 Costa (Maria da), cf. Maria da Costa
 Costa (Martinho da), cf. Martinho da Costa
 Coutinho (Fernando), cf. Fernando Coutinho
 Coutinho (Francisco), cf. Francisco Coutinho
 Coutinho (Gonçalo Vaz), cf. Gonçalo Vaz Coutinho
 Coutinho (Guiomar), cf. Guiomar Coutinho
 Coutinho (Guterre), cf. Guterre Coutinho
 Coutinho (João), cf. João Coutinho
 Coutinho (Vasco), cf. Vasco Coutinho
 Couts (Viseu) – 261v
 Covilhã – 19v, 25, 30, 31v-32, 33-33v, 34v-37, 104v, 239v, 245-245v, 247, 261v
 Crato – 61, 86, 137, 141, 231, 245v, 261
 Cristóvão (João), cf. João Cristóvão
 Cristóvão de Melo, filho de João de Melo – 49v
 Cristóvão de Melo, o Velho, filho de João de Melo – 49v
 Cristóvão de Moura (D.), vedor da fazenda – 61v
 Cristóvão Pereira, capitão-mor de armada – 85
 Cristóvão de Távora, estribeiro-mor – 87
 Cuenca – 20, 25
 Cunha (Álvaro da), cf. Álvaro da Cunha
 Cunha (Duarte da), cf. Duarte da Cunha
 Cunha (Gil Vaz da), cf. Gil Vaz da Cunha
 Cunha (Guiomar da), cf. Guiomar da Cunha
 Cunha (Isabel da), cf. Isabel da Cunha
 Cunha (Luís da), cf. Luís da Cunha
 Cunha (Mateus da), cf. Mateus da Cunha
 Cunha (Nuno da), cf. Nuno da Cunha
 Cunha (Pedro da), cf. Pedro da Cunha
 Cunha (Vasco Martins da), cf. Vasco Martins da Cunha
 Dabul – 71v-72, 84
 Damião de Góis, cronista – 17, 20, 38v-39, 42, 45v, 46v, 48, 49, 50-50v, 51v, 54v, 59v, 61, 62v, 67-67v, 71v, 73v, 74v-76, 77v, 83, 88v-89, 90v, 94v, 96-97, 100, 104v, 105v, 110, 117v, 120v, 126, 135v, 136v, 138v, 140-142, 145v, 148v-149, 149v, 152v, 154v-155, 159, 168v, 176v, 186, 188, 193v, 197v, 212, 218, 245v, 248v, 249v, 250, 253v, 254v, 255v-256, 258, 259v
 Dantas (João Pereira), cf. João Pereira Dantas
 Degebe, rio – 74
 Dias (Inácio), cf. Inácio Dias
 Dias (Sever), cf. Sever Dias
 Díaz (Pedro), cf. Pedro Díaz
 Diego de Cáceres Ovando – 95
 Diego Enríquez del Castillo – 251v
 Diego Fernández de Quiñones – 246
 Diego Gómez Manrique, adiantado – 27v
 Diego López Pacheco y Portocarrero, marquês de Vilhena – 97v
 Dinis (D.), rei – 16v, 45v-46, 92, 114v, 219, 242-242v, 248v, 254v
 Dinis (D.), Conde de Lerna – 49v
 Dinis de Lencastre, comendador-mor da Ordem de Cristo – 49v
 Diogo (D.), Duque de Viseu – 58v, 248v
 Diogo (D.), filho de D. Filipe I de Portugal – 227-227v
 Diogo (D.), filho de D. Garcia de Meneses – 229
 Diogo, frei – 258
 Diogo Afonso, juiz – 109
 Diogo Afonso de Aguiar, o moço – 120v
 Diogo de Almeida (D.), prior do Crato – 137-137v
 Diogo de Azambuja, capitão de Safim – 245
 Diogo Botelho, filho de Pedro Botelho – 61
 Diogo de Castelo Branco (D.), filho de D. Francisco de Castelo Branco – 195, 205v, 207, 208-210, 214, 240, 258; II – 34-34v
 Diogo de Castelo Branco (D.), filho de D. Manuel de Castelo Branco – II – 34v
 Diogo de Castro (D.), alcaide-mor do Sabugal – 229v
 Diogo de Castro (D.), filho de D. Fernando de Castro – 238
 Diogo de Castro (D.), vedor da fazenda – 212v
 Diogo de Castro “O Velho” – 74v, 238
 Diogo de Castro do Rio – 187
 Diogo de Eça (D.) – 75
 Diogo Fernandes de Almeida – 42
 Diogo Gil, o Magro – 58
 Diogo Gonçalves (D.) – 115-115v
 Diogo Gonçalves Ouveques (D.) – 239v
 Diogo de Lima (D.) – 214
 Diogo Lobo (D.), Barão do Alvito – 254v
 Diogo Lopes de Lima (D.), alcaide-mor de Guimarães – 205v
 Diogo Lopes de Sequeira, governador – 131
 Diogo de Melo, capitão de Ormuz – 77v
 Diogo de Melo, filho de Jorge de Melo Pereira – 125v
 Diogo de Melo “O Esquerdo” – 58v
 Diogo de Melo de Castelo Branco, filho de Lopo Vaz de Castelo Branco “o Torrão” – 59, 60v-61, 62, 68
 Diogo de Meneses (D.), claveiro – 62v
 Diogo de Meneses (D.), filho de D. Simão de Meneses – 126
 Diogo de Noronha (D.), filho de D. Martinho de Noronha – 128v
 Diogo de Noronha (D.), filho de D. Pedro de Meneses – 49
 Diogo Ortiz (D.), bispo de Viseu – 170-170v
 Diogo Pereira (D.), Conde da Feira – 205
 Diogo da Silva – 83v
 Diogo da Silveira (D.), Conde de Sortelha – 131, 190
 Diogo da Silveira, escrivão da puridade – 105v
 Diogo Soares de Castelo Branco, filho de Gonçalo Vaz de Castelo Branco – 38v, 40v
 Diogo Soares de Paiva – 38, 47v
 Diogo de Sousa (D.), bispo do Porto e arcebispo de Braga – 141, 169, 170-170v
 Diogo de Teive – 17, 218
 Diogo Vaz da Veiga – 214
 Diu – 17, 72-72v, 73v, 79v-82v, 84, 127, 188v, 218
 Dofar – 79v, 127v-128v, 130
 Douro, rio – 93, 100
 Dragut Rais, almirante – 213
 Drake (Francis), cf. Francis Drake
 Duarte (D.), rei – 37, 39v, 41-42v, 43v-44, 45-45v, 246, 247



- Duarte (D.), filho do infante D. Duarte – 85v, 195, 206v, 209
- Duarte (D.), Senhor – 61v, 85v, 206v
- Duarte de Almeida, alferes-pequeno – 98
- Duarte Brandão, cavaleiro – 83
- Duarte de Castelo Branco (D.), Conde do Sabugal, meirinho-mor – 13, 118, 128v, 193, 208, 214, 215, 228v-229v, 234-239, 240, 241v-242, 260v
- Duarte da Cunha, filho do Visconde de Vila Nova de Cerveira – 83v
- Duarte Henriques (D.), filho de D. Garcia Henriques – 62
- Duarte de Meneses (D.), filho de D. Garcia de Meneses – 229, 237v
- Duarte de Meneses (D.), filho de D. João de Meneses, capitão de Tânger – 212v, 230v
- Duarte de Meneses (D.), filho de D. João de Meneses, governador da Índia – 77v
- Duarte Nunes de Leão, licenciado – 17, 18v, 25v, 91, 168v, 246, 247, 254, 256v
- Duarte Tristão, mercador – 77v
- Duns Escoto – 224v
- Duque (João), cf. João Duque
- Eanes (João), cf. João Eanes
- Eça (Bertolesa de), cf. Bertolesa de Eça
- Eça (Diogo de), cf. Diogo de Eça
- Eça (Francisco de), cf. Francisco de Eça
- Eça (Garcia de), cf. Garcia de Eça
- Eça (Isabel de), cf. Isabel de Eça
- Eça (Jorge de), cf. Jorge de Eça
- Eça (Maria de), cf. Maria de Eça
- Eça (Pedro de), cf. Pedro de Eça
- Eça (Rodrigo de), cf. Rodrigo de Eça
- Eduardo I, rei de Inglaterra – 250v
- Eduardo III, rei de Inglaterra – 255
- Eduardo IV, rei de Inglaterra – 251v
- Egito – 23v
- Elvas – 47-47v, 61v-62, 86v, 141v, 175v, 197-197v, 198v, 212v, 225v, 238, 242v, 247v
- Emanuel Filisberto, filho do Duque de Sabóia – 154v, 207v, 256v
- Enrique Enríquez de Mendoza, Conde de Alba – 251v
- Enríquez del Castillo (Diego), cf. Diego Enríquez del Castillo
- Enríquez de Guzmán (Alonso), cf. Alonso Enríquez de Guzmán
- Enríquez de Mendoza (Enrique), cf. Enrique Enríquez de Mendoza
- Ervilhão – 261v
- Escobar (Leonor de), cf. Leonor de Escobar
- Espanha – 34, 51v, 53v, 66, 98, 111, 123, 133, 154v, 164, 169, 207, 243, 245v, 249v, 250v, 252v, 254v-255v, 256v, 257v, 259v
- Espanha (João de), cf. João de Espanha
- Estação (Aquiles), cf. Aquiles Estação
- Esteban de Garibay y Zamalloa, cronista – 17v, 23, 155, 174, 244-244v, 246v, 247v-251v, 252v, 253v, 254v-258v, 259v
- Estêvão (D.), bispo – 116
- Estêvão da Gama (D.), governador – 80v, 82-82v, 119v, 155v
- Estêvão Pais – 38
- Extremadura – 107
- Estremoz – 109v-110, 212v
- Eugénia (D.), filha de João Rodrigues de Sá de Meneses – 188, 190
- Eugénia (Isabel Clara), cf. Isabel Clara Eugénia
- Évora – 48v, 54, 58, 60, 68v, 74, 76, 96, 105v, 107-107v, 109, 112, 112, 113, 121, 139, 140, 141, 148v, 149v-152, 193, 223, 226, 229, 237v-238, 253, 254, 259v
- Évora (João de), cf. João de Évora
- Extremadura – 251v
- Fabião Rodrigues de Castelo Branco – 260
- Faria (Fernão Álvares de), cf. Fernão Álvares de Faria
- Faria (Sancho de), cf. Sancho de Faria
- Faro – 96, 98, 213v, 219, 226, 227
- Febos Moniz – 83v
- Feira – 205
- Fernán Pérez de Guzmán – 17v, 246
- Fernandes (Pedro), cf. Pedro Fernandes
- Fernández de Córdoba (Gonzalo), cf. Gonzalo Fernández de Córdoba
- Fernández de Quiñones (Diego), cf. Diego Fernández de Quiñones
- Fernando I (D.), rei – 17, 25-25v, 29v, 32v, 35v, 116v-117
- Fernando V (D.), rei de Castela – 49, 55-55v, 56v, 90-96, 97-99v, 100v, 139-139v, 186, 251-251v, 252v, 255-255v, 257
- Fernando (D.), infante, filho de D. João I – 65v, 89v
- Fernando (D.), infante, filho de D. Manuel I – 141v, 212v, 228v
- Fernando, infante, filho de Afonso IV de Aragão – 24v
- Fernando (D.), arcebispo de Lisboa – 83
- Fernando (D.), Duque de Guimarães – 94, 96
- Fernando (D.), Duque de Viseu – 58v, 118, 202, 219, 248
- Fernando (D.), filho de D. Garcia de Meneses – 229
- Fernando, filho de Sancho, Conde de Albuquerque – 27v
- Fernando Aires, casais – 121v
- Fernando Álvares – 82v
- Fernando Álvares de Noronha (D.), sumilher – 128v
- Fernando de Aragón, duque de Calábria – 141v
- Fernando de Castro (D.), filho de D. Diogo de Castro o Velho – 238
- Fernando de Castro (D.), vedor da fazenda – 105v
- Fernando Coutinho (D.), marechal – 69, 118
- Fernando de Gurrea y Aragón, Duque de Villahermosa – 260
- Fernando de La Cerda, infante, filho de Afonso X – 255
- Fernando Mascarenhas (D.), filho de D. Nuno Mascarenhas – 219
- Fernando de Meneses (D.), filho de D. Diogo de Meneses – 62v
- Fernando de Meneses (D.), filho de D. Duarte de Meneses – 229
- Fernando de Meneses (D.), filho de D. Martinho de Meneses – 42
- Fernando de Meneses (D.), filho de D. Pedro de Meneses, jesuíta – 194



- Fernando de Meneses (D.), Marquês de Vila Real – 194v, 254v
- Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos (D.), arcebispo de Lisboa – 197-198, 237v
- Fernando de Noronha (D.), Conde de Linhares, vedor da fazenda – 191
- Fernando de Noronha (D.), filho de D. Afonso de Noronha – 127v-128v, 129v
- Fernando de Noronha (D.), irmão de D. João de Noronha – 44v
- Fernão de Almada (D.), capitão – 189v
- Fernão Álvares de Faria – 42v
- Fernão Cabral, alcaide-mor de Belmonte, filho de Fernando Álvares Cabral – 69
- Fernão Cabral, filho de Nuno Fernandes Cabral – 69-69v
- Fernão Gonçalves, doutor – 122v, 123v
- Fernão Gonçalves de Castelo Branco, comendador de Juromenha – 245
- Fernão de Lima (D.) – 191
- Fernão Lopes de Castanheda, cronista – 17, 61v, 77v, 78v, 81, 82v
- Fernão Luís – 102v
- Fernão Martins Mascarenhas – 96, 137-137v
- Fernão Mendes de Bragança (D.) – 115
- Fernão de Mendonça, capitão – 18v, 189
- Fernão Peres de Andrade – 156v
- Fernão Rodrigues de Castelo Branco, almotacé-mor – 213
- Fernão Rodrigues de Sequeira, fronteiro-mor – 27
- Fernão da Silva, alcaide-mor de Silves – 83v
- Fernão da Silva, cônego – 189v-190
- Fernão da Silveira, coudel-mor – 112
- Fernão de Sousa, fidalgo – 247v
- Fernão Teles – 186v, 218v
- Fernão Vaz de Castelo Branco, comendador de Cabeço de Vide – 36v-37, 245
- Ferreira – 59
- Ferreira (*Castela*) – 186
- Fez, reis – 47v, 75v, 76v, 89v, 125, 136v-138v, 148-149v, 187v, 203, 212v, 255v, 258
- Figueira (Francisco), cf. Francisco Figueira
- Figueira (Manuel), cf. Manuel Figueira
- Figueiró – 194
- Filipa de Abreu (D.), filha de Afonso Torres – 125v
- Filipa de Abreu (D.), filha de D. Gonçalo Vaz de Castelo Branco – 117v-118, 228v, 237v, 247v
- Filipa de Ataíde (D.), mulher de D. Diogo de Noronha – 49
- Filipa de Ataíde (D.), filha de D. João de Ataíde, mulher de D. Nuno Vaz de Castelo Branco – 48v, 70v
- Filipa de Castro (D.), filha de D. Afonso de Castelo Branco – 229v, 238
- Filipa de Castro (D.), filha de D. Diogo de Castro – 229v
- Filipa da Guerra (D.), filha de D. Garcia de Eça – 119
- Filipa de Lencastre (D.), Marquesa de Vila Real – 49v
- Filipa de Lencastre (D.), rainha – 40
- Filipa de Melo (D.), filha de Afonso de Torres – 125v
- Filipa de Melo (D.), filha de Diogo de Melo de Castelo Branco – 61
- Filipa de Mendonça (D.), filha de Francisco Correia – 125v
- Filipa de Meneses (D.), mulher de D. Luís de Lencastre – 190
- Filipa da Silva (D.), Condessa de Portalegre – 86v
- Filipa Vaz de Castelo Branco – 246v
- Filipa de Vilhena (D.), filha de D. Diogo da Silveira – 190
- Filipa de Vilhena, filha de Manuel de Sousa – 191-191v
- Filipe I (D.), rei de Portugal e II de Castela – 24v, 49v, 61v, 75v, 83, 85v, 120, 131, 140v-141v, 187, 188v, 190v, 194v, 197v, 207, 209, 211v, 212v, 218v, 225v, 235, 237v-238, 246v; II – 34-34v
- Filipe I, rei de Castela – 168
- Filipe II, Duque de Borgonha – 254v
- Filipe III, filho de Filipe II de Castela – 258
- Filipe, rei de França – 91v
- Filipe de Habusburgo – 246v
- Flandres* – 141, 165
- Flandres*, rei de armas – 20
- Florença* – 122v, 253v
- Flores de Guzmán (Ramiro), cf. Ramiro Flores de Guzmán
- Fogaça (João), cf. João Fogaça
- Fonseca (João da), cf. João da Fonseca
- Fonseca (Mécia da), cf. Mécia da Fonseca
- Fonseca (Pedro da), cf. Pedro da Fonseca
- Fonseca y Avellaneda (Alonso de), cf. Alonso de Fonseca y Avellaneda
- Fonseca y Ulloa (Alonso de), cf. Alonso de Fonseca y Ulloa
- Fonte Sabugo* – 95v
- Formoselhe* – 194
- França* – 51, 54v, 61, 83, 85v, 91v-92, 102-102v, 108, 112, 135-136, 141v, 154v-155, 158, 159-159v, 168-168v, 179v, 183v, 188v, 201v, 206v, 209, 212v-213v, 215v, 223v, 239v, 246, 250v-252, 254v-255, 256v
- Francés (Bernal), cf. Bernal Francés
- Francis Drake, corsário – 261
- Francisca (D.), filha de D. António de Castelo Branco – 223
- Francisca (D.), filha de Jorge de Lima – 190v
- Francisca (D.), filha natural de Martim Afonso de Melo – 254
- Francisca de Brito – 85
- Francisca Calva, filha de António Calvo – 87-87v
- Francisca de Meneses (D.), mulher de D. Francisco de Castelo Branco – 204v-205, 241v
- Francisca de Noronha, filha de D. Luís de Meneses, Condessa do Redondo – 125v
- Francisca de Noronha (D.), filha de D. Martinho de Castelo Branco – 185v, 193-193v
- Francisco I, rei de França – 91v, 158, 159, 201v, 213
- Francisco de Almeida (D.), vice-rei – 71-72, 73
- Francisco de Azevedo (D.), filho de D. Garcia Henriques – 62
- Francisco de Azevedo, filho de Gonçalo Gomes de Azevedo – 47-47v, 62
- Francisco Azevedo, o de Elvas, filho de Rui Gomes de Azevedo – 47
- Francisco Barreto, governador – 84, 85, 127, 130v-131, 209
- Francisco Barreto de Lima, vedor da casa real – 190v-191, 226



- Francisco de Castelo Branco (D.), filho de D. Afonso de Castelo Branco – 229v-230v, 233v-234, 260v
- Francisco de Castelo Branco (D.), filho de D. António de Castelo Branco – 223
- Francisco de Castelo Branco (D.), filho de D. Duarte de Castelo Branco – 238v
- Francisco de Castelo Branco (D.), filho de D. João de Castelo Branco – 218; II – 34
- Francisco de Castelo Branco Valente (D.), filho de D. Martinho de Castelo Branco, camareiro-mor – 37v, 88v, 108v, 115v, 135v-136, 143, 145v-146, 147, 153v, 155v-156, 161, 162, 177v-178v, 180, 182-183, 184, 185-185v, 194v, 196-206v, 207v, 208v, 210, 212-212v, 217, 229, 241v, 248, 257, 258, 259
- Francisco Correia, Senhor de Belas – 125v
- Francisco Coutinho (D.), Conde de Marialva – 141, 178v, 228v
- Francisco de Eça (D.), filho de D. Garcia de Eça – 119
- Francisco Figueira, estribeiro-mor do Infante D. Luís – 61v
- Francisco da Gama (D.), filho de D. Vasco da Gama – 155v-156
- Francisco de Gurrea y Aragón, Duque de Villahermosa – 260
- Francisco Hurtado de Mendoza y Cardenas, marquês de Almazán – 120
- Francisco Hurtado de Mendoza y Fajardo, marquês de Almazán – 120
- Francisco de Lima (D.), Visconde de Vila Nova de Cerveira – 82v, 189v
- Francisco Luís de Lencastre (D.), filho de D. Luís de Lencastre – 190
- Francisco Mascarenhas (D.), Conde da Horta – 211
- Francisco Mascarenhas (D.), filho de D. Nuno Mascarenhas – 219
- Francisco da Mata – 171v
- Francisco de Melo, filho de Simão de Melo – 119
- Francisco de Melo, marquês de Ferreira – 59
- Francisco de Melo, morador em Óbidos – 189v
- Francisco de Melo de Castelo Branco, filho de Lopo Vaz de Melo de Castelo Branco – 60v-62
- Francisco Mendes de Vasconcelos – 82v
- Francisco de Mendonça, alcaide-mor de Mourão – 120
- Francisco de Meneses (D.) – 82v
- Francisco de Moraes, escritor – 18v
- Francisco de Noronha (D.), Conde de Linhares – 191
- Francisco Pereira (D.), embaixador – 188v
- Francisco de Portugal (D.), Conde de Vimioso – 67-67v, 145v-146, 170, 174v, 199-200, 212v
- Francisco de Rades y Andrada, cronista – 17v, 186, 219, 244v, 250, 257v
- Francisco de Sá, filho de Sebastião de Sá – 188v
- Francisco de Sá de Meneses, Conde de Matosinhos – 85v
- Francisco de Sá de Meneses, filho de João Rodrigues de Sá de Meneses – 188-188v
- Francisco de Sá de Miranda – 99v, 101, 107-107v, 114v
- Francisco de Santa Maria Benavides Velasco, Bispo de Cartagena – 197-198
- Francisco de Solís – 186, 257v
- Francisco de Sousa (D.), alcaide-mor de Beja – 187
- Francisco de Sousa, filho de Jorge de Sousa Mancias – 87
- Francisco de Távora – 73
- Francisco de Valdés, fidalgo – 92v-93
- Frederico II, imperador – 91v
- Freire (Gomes), cf. Gomes Freire
- Fuenterrabia – 85v
- Funchal – 85v, 209
- Furtado (Afonso), cf. Afonso Furtado
- Furtado (António), cf. António Furtado
- Furtado (Jorge), cf. Jorge Furtado
- Furtado (Lopo), cf. Lopo Furtado
- Furtado de Mendoza (Juan), cf. Juan Furtado de Mendoza
- Gabriel Ninho (D.) – 191
- Galeazzo (Violante Visconti), cf. Violante Visconti Galeazzo
- Galeazzo II, Duque de Milão – 255
- Galiza – 19v-20, 90v, 91v, 246, 250
- Galvão (João), cf. João Galvão
- Gama (Aires da), cf. Aires da Gama
- Gama (Estêvão da), cf. Estêvão da Gama
- Gama (Francisco da), cf. Francisco da Gama
- Gama (Manuel da), cf. Manuel da Gama
- Gama (Vasco da), cf. Vasco da Gama
- Garcês (João), cf. João Garcês
- Garcia, rei da Galiza – 91v
- Garcia de Almeida (D.), vedor do príncipe D. João – 86v
- García Álvarez de Toledo, Marquês de Villafranca do Bierzo – 209
- García Álvarez de Toledo y Carrillo de Toledo, duque de Alba – 94, 98-98v
- Garcia de Castro (D.) – 82v
- Garcia de Eça (D.) – 118v-119
- García González de Herrera – 49, 248v
- García Henriques (D.) – 62
- García Iñiguez, rei de Navarra – 34
- Garcia de Melo, capitão de Safim – 63v
- Garcia de Melo, filho de Simão de Melo – 119
- Garcia de Meneses (D.), bispo de Évora – 74, 96
- Garcia de Meneses (D.), filho de D. Duarte de Meneses – 229, 237v-238
- Garcia de Noronha (D.), filho de D. Bernardo de Noronha – 119
- Garcia de Noronha (D.), vice-rei da Índia – 80v, 86v
- García Ramirez, rei de Pamplona – 250v
- Garcia Rodrigues – 27v
- Garcia de Resende, cronista – 17, 50-50v, 51v, 54-55, 58, 59v-60, 74v, 94v, 95v, 97, 100v, 104v, 105v, 107-107v, 114, 125, 134v, 139, 140-140v, 141v-142, 143v, 144v, 146-146v, 154v-155v, 158v, 176v-177v, 179v
- Garcia de Sá, governador – 127
- Garibay y Zamalloa (Esteban de), cf. Esteban de Garibay y Zamalloa
- Gaspar de Barreiros, genealogista – 17, 36-36v, 244v
- Gaspar Caldeira – 85v
- Gaspar Jusarte, fidalgo – 125, 136v-137
- Gaspar Vaz, capitão – 63v
- Gavião (Pedro Vaz), cf. Pedro Vaz Gavião



- Genebra (D.), mulher de Mice Manuel Pessanha – 46v, 242
- Genebra Pereira, filha de João de Melo – 245
- Genebra Pessanha (D.), mulher de D. Pedro de Meneses – 45v, 247v–248
- Gibraltar* – 44v
- Gil (Diogo), cf. Diogo Gil
- Gil (Rui), cf. Rui Gil
- Gil Rodrigues de Castelo Branco – 24v
- Gil Vaz – 41
- Gil Vaz de Castelo Branco – 41
- Gil Vaz de Castelo Branco, filho de Gonçalo Vaz de Castelo Branco – 40v, 42
- Gil Vaz da Cunha – 41
- Gil Vicente – 167v
- Giovanni di Lorenzo di Medici – 122–124, 253v
- Goa* – 17, 77v, 79v–80v, 81v–82v, 84v, 131v, 191v, 210v, 233, 240
- Góis (Damião de), cf. Damião de Góis
- Gomes (Lopo), cf. Lopo Gomes
- Gomes Freire, escudeiro – 38
- Gomes Manrique – 49
- Gomes Soares, alcaide-mor de Torres Vedras – 245
- Gómez de Cáceres y Solís – 186, 257v
- Gómez Manrique (Diego), cf. Diego Gómez Manrique
- Gonçalo de Castelo Branco, cf. Gonçalo Vaz de Castelo Branco.
- Gonçalo de Castelo Branco (D.), filho de D. Afonso de Castelo Branco – 229v, 231, 233v–234, 240, 258; II – 36v
- Gonçalo de Castelo Branco (D.), filho de D. Francisco de Castelo Branco – 205v, 210
- Gonçalo de Castelo Branco, frei, filho de D. João de Castelo Branco – 218
- Gonçalo de Castelo Branco (D.), filho de D. Martinho de Castelo Branco – 185, 186v, 195–195v, 196v, 235
- Gonçalo de Castelo Branco (D.), filho de D. Pedro de Castelo Branco e de D. Isabel de Mendonça – 125
- Gonçalo de Castelo Branco (D.), filho de D. Simão de Castelo Branco – 126v
- Gonçalo Gomes de Azevedo, alcaide-mor de Alenquer – 35, 47, 241
- Gonçalo de Meneses (D.), filho de D. João de Meneses – 125v
- Gonçalo Nunes Barreto – 44, 219v
- Gonçalo Ouveques (D.) – 114v–115
- Gonçalo Pereira Marramaque – 128v
- Gonçalo Pires, criado – 98
- Gonçalo Pires Carvalho, filho de João Carvalho Patalim – 188v–189
- Gonçalo Vasques, filho de Vasco Pires – 31v
- Gonçalo Vasques de Azevedo – 27v
- Gonçalo Vaz de Castelo Branco, filho de Paio Rodrigues de Castelo Branco – 40v
- Gonçalo Vaz de Castelo Branco, filho de Vasco Peres de Castelo Branco, senhor de Sobrado – 34, 35–35v, 35v, 37–39, 40v, 43, 47v, 109, 240, 245v
- Gonçalo Vaz de Castelo Branco, senhor de Vila Nova de Portimão, filho de Lopo Vaz de Castelo Branco, escrivão da puridade, vedor da fazenda – 22, 37v–38, 46v, 47v, 49, 63v, 88–122v, 124v, 134, 135, 142v–143v, 146–147, 151v, 171, 174v–175, 182v–183, 195, 217, 237v, 239v, 241v, 247v, 252v–253v
- Gonçalo Vaz Coutinho – 29v
- Gonçalo Vaz Pinto – 98v
- Gonçalves (Diogo), cf. Diogo Gonçalves
- Gonçalves (Fernão), cf. Fernão Gonçalves
- Gonçalves (João), cf. João Gonçalves
- González de Herrera (García), cf. García González de Herrera
- González de Mendoza (Pedro), cf. Pedro González de Mendoza
- Gonzalo Fernández de Córdoba, duque de Sessa – 88v
- Gonzalo de Illescas, cronista – 17v, 235v, 250, 252v, 253v, 258
- Gonzalo Núñez de Guzmán, mestre da Ordem de Alcântara – 27v
- Gonzalo de Vivero, bispo de Salamanca – 96v
- Gonzinha (D.) – 116
- Grã (Sebastião Tavares da), cf. Sebastião Tavares da Grã
- Graciosa (Larache)* – 125, 136–138v, 239v
- Granada* – 23–23v, 44v, 92, 141, 207, 209
- Gregório XII, papa – 211v
- Gregório XIII, papa – 18v, 225v–226
- Guarda* – 76, 93–93v, 254v
- Guardafui* – 79v
- Guerra (Filipa da), cf. Filipa da Guerra
- Guerra (Inês da), cf. Inês da Guerra
- Guerra (Pedro da), cf. Pedro da Guerra
- Guimarães* – 26v, 94, 96, 205v
- Guiné* – 79v
- Guiomar (D.), filha de Lopo Vaz de Castelo Branco, “o Torrrão” – 60
- Guiomar (D.), filha de Pero Pantoja – 186v
- Guiomar de Abranches (D.), filha de D. João de Abranches – 119v
- Guiomar Borges (D.), filha de Pedro Borges – 61
- Guiomar de Castro (D.), filha de Álvaro de Sousa – 120v
- Guiomar de Castro (D.), filha de D. Simão de Meneses – 126
- Guiomar Coutinho (D.), filha de D. Francisco Coutinho – 228v
- Guiomar da Cunha (D.) – 119v
- Guiomar de Melo (D.), filha de Lopo Vaz de Melo de Castelo Branco – 62
- Guiomar de Melo, mulher de Lopo Vaz de Castelo Branco “o de Évora” – 60
- Guiomar de Noronha (D.), filha de D. Duarte de Castelo Branco – 238v
- Guiomar de Noronha (D.), filha de D. Martinho de Castelo Branco – 178v, 185v, 191v–193, 229, 237v, 241v–242
- Guiomar Vaz de Castelo Branco, filha de Fernão Vaz de Castelo Branco – 37
- Guipúscoa* – 251v
- Gujarate* – 81v
- Gurrea y Aragón (Fernando de), cf. Fernando de Gurrea y Aragón
- Gurrea y Aragón (Francisco de), cf. Francisco de Gurrea y Aragón



- Guterre de Cardenas – 96v
 Guterre Coutinho (D.), filho de D. Fernando Coutinho – 118-118v, 253
 Guzmán (Pedro de), cf. Pedro de Guzmán
 Guzmán y Sotomayor (Alonso de), cf. Alonso de Guzmán y Sotomayor
 Haliboaçem Abenamarim, rei de Marrocos – 23-23v
 Hamet Juçeph, rei de Granada – 23-23v
 Heitor de Melo (D.), filho natural de Martim Afonso de Melo – 254
 Heitor de Melo “o de Évora” – 60
 Helena (D.), filha de D. Francisco de Lima – 189v
 Helena (D.), filha de D. Francisco de Sousa – 187v
 Helena de Castro (D.), filha de D. Nuno Mascarenhas – 218v-219
 Helena de Lencastre (D.), filha de D. João da Silveira – 190
 Helena de Mascarenhas (D.), filha de D. João de Castelo Branco – 218-218v
 Helena de Noronha (D.), filha de D. Martinho de Castelo Branco – 178v, 185v
 Henrique (D.), cardeal infante, rei – 61, 85v, 86v-87, 188v, 193, 195, 206v, 209v, 215, 218v, 225-226, 235-236
 Henrique (D.), Conde – 254v
 Henrique (D.), infante – 39v, 41, 45, 47-47v, 89v
 Henrique II, rei de Castela – 135v
 Henrique II, rei de França – 154v
 Henrique III, rei de Castela – 248v, 256v
 Henrique III, rei de Inglaterra – 250v
 Henrique IV, rei de Castela – 90, 91, 251-251v, 257v
 Henrique de Almeida – 112
 Henrique de Castro (D.) – 234; II – 36v
 Henrique de Meneses (D.), Conde de Viana, filho de D. Duarte de Meneses – 229
 Henrique de Meneses (D.), filho de D. Simão de Meneses – 126
 Henrique de Meneses (D.), governador da Índia – 78-78v
 Henrique de Noronha (D.) – 42
 Henrique de Ramestão – 246v
 Henrique de Sousa – 72v
 Henriques (Duarte), cf. Duarte Henriques
 Henriques (Garcia), cf. Garcia Henriques
 Henriques (Isabel), cf. Isabel Henriques
 Henriques (Lopo), cf. Lopo Henriques
 Henriques (Luísa), cf. Luísa Henriques
 Henriques (Pedro), cf. Pedro Henriques
 Herrera (Alonso de), cf. Alonso de Herrera
Horta – 211
Hungria – 91v
 Idalcão – 84-84v, 210v-211
Idanha – 77, 108, 189v, 194, 203v
 Illescás (Gonzalo de), cf. Gonzalo de Illescás
 Inácio Dias, doutor – 224v
Índia – 49, 61v, 70v, 73v, 75-76v, 77v, 79, 80v-81, 82v, 83v-84, 86v, 119-119v, 125v, 126v-128v, 129v-132, 136v, 159, 188v-189v, 191v, 205, 209, 210-210v, 211v, 214, 215v, 218-218v, 230v, 232v-233, 236-236v, 239v-240, 247v, 258v, 261
 Inês (D.), mulher de Estêvão Pais – 38
 Inês de Castro (D.) – 192
 Inês da Guerra (D.), filha de D. Rodrigo de Eça – 192v
 Inês de Lima (D.), filha de D. Francisco de Lima – 189v
Inglaterra – 61, 83, 135v, 168, 250v, 251v, 255
 Iníguez (García), cf. García Iníguez
 Inocêncio VIII, papa – 253v
 Iria de Castelo Branco (D.), filha de D. João de Castelo Branco – 132
 Isabel (D.), infanta, filha de D. Manuel I – 141v, 180v-181, 194v
 Isabel (D.), rainha de Castela – 90, 91v, 93, 94, 97, 100v, 139v-140, 251, 255-255v
 Isabel (D.), rainha, mulher de D. Dinis – 242, 254v
 Isabel (D.), rainha, mulher de D. Manuel I – 17, 139-139v, 140v, 255-255v
 Isabel (D.), filha de D. António de Castelo Branco – 223
 Isabel (D.), filha de Jorge de Melo de Pereira – 125v
 Isabel (D.), filha de Nuno Vaz de Castelo Branco – 49-49v
 Isabel (D.), filha de D. Simão de Castelo Branco – 126v
 Isabel (D.), filha de Simão de Melo – 119
 Isabel Camelo de Castelo Branco – 245v
 Isabel de Castelo Branco (D.), filha de D. Gonçalo Vaz de Castelo Branco – 120v
 Isabel de Castro (D.), filha de D. Duarte de Meneses – 228, 229-230, 231v, 237v-238
 Isabel de Castro (D.), filha de Fernão Teles – 218v
 Isabel de Castro (D.), freira, filha de D. Garcia de Meneses – 229
 Isabel de Castro (I) (D.), filha de D. Duarte de Castelo Branco – 238v
 Isabel de Castro (II) (D.), filha de D. Duarte de Castelo Branco – 238v
 Isabel Clara Eugénia, filha de Filipe II de Castela – 258
 Isabel da Cunha (D.), filha de Duarte da Cunha – 83v
 Isabel de Eça (D.), filha de D. Jorge de Eça – 190v
 Isabel Henriques (D.) – 165
 Isabel de Lima (D.), filha de D. António de Lima – 191
 Isabel de Lima (D.), filha de D. Pedro de Castelo Branco – 83v
 Isabel de Mendonça (D.), filha de Nuno Furtado de Mendonça – 125
 Isabel de Moura (D.), mulher de Lopo Vaz de Melo de Castelo Branco – 61v
 Isabel de Noronha (D.), filha de D. Garcia de Noronha – 86v
 Isabel de Noronha (D.), filha de D. Lopo de Albuquerque – 59v-60
 Isabel de Noronha (D.), filha de Lopo Vaz de Castelo Branco “o de Évora” – 60v, 61v
 Isabel Pereira (D.), filha de D. Gonçalo Vaz de Castelo Branco – 117v-119
 Isabel da Silva, filha de Diogo de Melo “O Esquerdo” – 58v
 Isabel de Sousa (D.), filha de João de Sousa de Melo – 125v, 254
 Isabel Vaz de Castelo Branco, filha natural de Martim Vasques de Castelo Branco – 36v, 47, 246v, 261-261v
 Isabel Vaz Pessanha – 47
Itália – 122v, 148v, 168, 207, 208, 210v, 253v



- Itão Pessanha, mice – 35, 45v, 46v, 242v, 247v
 Jacopo Sannazaro – 18v, 251
 Jacques (Maria), cf. Maria Jacques
 Jaime (D.), Duque de Bragança – 49v, 63–63v, 64v–65, 67–67v, 83, 130v, 141, 145v, 212v, 239v, 249v
 Jaime II, rei de Aragão – 24v
 Jaime II, rei de Maiorca – 91v
 Jaime, infante, filho de Afonso IV de Aragão – 24v
 Jaime de Lencastre (D.) – 225
 Jaime de Milà, Conde de Albayda – 219, 258v
 Jasadoletus, datário – 124v
 Játiva (Valência) – 259
 Jeréz – 148v, 255v
 Jerónima (D.), filha de D. Garcia de Eça – 119
 Jerónima (D.), filha de D. João de Castelo Branco – II – 34
 Jerónima de Meneses (D.), filha de D. António de Castelo Branco – 223
 Jerónimo de Albuquerque (D.), bispo – 82v
 Jerónimo de Castelo Branco (D.), filho natural de D. António de Castelo Branco – 130v
 Jerónimo de Castelo Branco (D.), filho de D. Simão de Castelo Branco – 126v–131, 240
 Jerónimo Corte Real, poeta – 17, 18v, 218, 235v
 Jerónimo Luís, ouvidor-geral da Índia – 18, 127v
 Jerónimo de Melo, filho de Jorge de Melo – 194
 Jerónimo Moniz, filho de Febos Moniz – 83
 Jerónimo de Noronha (D.) – 260v
 Jerónimo Osório (D.), bispo do Algarve – 17, 18v, 168v, 225v
 Jerónimo de Ruão, mestre-de-obras – 214v
 Jerónimo da Silva, filho de Lourenço de Sousa – 190v
 Jerónimo Zurita, cronista – 17v, 24v–25v, 28, 44, 46, 180v, 244v, 245v–246, 247, 249v, 250v–251, 252v, 255–256, 257, 258v
 Jerusalém – 251, 254v
 Joana (D.), mulher de D. Afonso V – 49, 90, 91, 94, 251–251v, 257v, 90–90v
 Joana (D.), filha de D. António de Castelo Branco – 86v
 Joana (D.), filha de D. Bernardo Manuel – 194
 Joana (D.), filha de D. João de Castelo Branco – II – 34
 Joana (D.), filha de Lopo Vaz de Melo de Castelo Branco – 62
 Joana (D.), filha de Sebastião de Sá – 188v
 Joana de Ataíde (D.), filha de Diogo de Melo de Castelo Branco – 61
 Joana de Ataíde (D.), filha de Nuno Vaz de Castelo Branco – 49–49v, 248v
 Joana de Castro (D.), mulher de João Fernandes Cabral – 69
 Joana de Castro, filha de D. Henrique de Castro – 234; II – 36v
 Joana Jusarte, mulher de Nuno Vaz de Castelo Branco – 42v
 Joana de Melo (D.), filha de Jorge de Melo – 118v–120
 Joana de Melo (D.), mulher de Lopo de Albuquerque – 191
 Joana de Mendonça, filha de D. Pedro de Abranches – 120
 Joana de Meneses (D.), filha de D. Duarte de Castelo Branco – 238v
 Joana de Meneses (D.), mulher de D. Bernardo Coutinho – 238v
 Joana de Noronha (D.), filha de Álvaro da Cunha – 119
 Joana de Noronha (D.), filha de D. Martinho de Castelo Branco – 185v
 Joana Pereira (D.), filha de D. Gonçalo Vaz de Castelo Branco – 117v, 120, 126v, 184v
 Joana de Portugal, rainha de Castela – 90–90v
 Joana da Silva (D.), filha de D. Pedro de Meneses – 208
 Joane (Covilhã) – 30
 João I (D.), rei – 17, 24v, 25v–26, 27v, 30–30v, 32v, 35, 36, 37v–38, 39–39v, 44, 45–45v, 46v–47v, 88v, 89v, 92, 116v–117, 187v, 239v, 245–245v, 246v, 248
 João I, rei de Castela – 26v–27v, 30
 João II (D.), rei – 17, 24v, 42, 49, 50–50v, 51v–52, 54v, 57–59v, 61, 67v, 74, 88v, 90v, 91v, 92v–94v, 96–101, 102v, 104v, 105v, 107, 108–108v, 109v–110v, 111v, 112v–114, 117, 118, 120v, 124v–125, 132v–133, 134v, 135v–136v, 138–140, 141v, 142v–143v, 145, 146–147v, 150v, 153, 155, 169v, 171–171v, 176–177, 179v, 183–183v, 186, 188v, 190–190v, 199, 200, 239v, 246, 252v–253, 249, 250, 255, 258v
 João II, rei de Aragão e Navarra – 24v, 91v, 219, 258v
 João II, rei de Castela – 17v, 246
 João III (D.), rei – 37v, 45, 62v, 65, 66, 76, 77v, 79–79v, 80v–81, 85, 88v, 108v, 115v, 117, 118–118v, 125v, 126v, 133, 135–135v, 141v, 143, 147, 151, 152v, 153v, 155v, 159, 172, 173v–174v, 176v, 178–179, 180, 181–181v, 182v–183v, 196–197v, 198v, 200–200v, 201v, 202v–203v, 206v, 212–212v, 215–215v, 223v–224, 226, 228–228v, 234–234v, 237, 240, 245v, 249v, 258v, 259v; II – 36v
 João (D.), infante, filho de D. João I – 45, 47
 João (D.), infante, filho de D. Pedro I – 192
 João (D.), príncipe, filho de D. João III – 18v, 86v, 118v, 141, 159v, 169, 199–199v, 206v, 212, 229, 237v; II – 34v
 João (D.), filho de D. Garcia de Eça – 119
 João de Abranches (D.), filho de D. Álvaro de Abranches – 119–119v
 João de Abranches (D.), filho de D. Pedro de Abranches – 119v
 João Afonso da Azambuja, cardeal – 26v
 João Afonso Telo (D.), almirante – 27v
 João Afonso Telo de Meneses (D.), Conde de Barcelos – 36v, 116v
 João de Almeida (D.), filho de D. Garcia de Almeida – 86v, 253
 João de Ataíde (D.), filho de D. Martinho de Ataíde – 117v–118
 João de Ataíde (D.), senhor de Penacova – 48v
 João de Áustria (D.), filho de Carlos V – 18v, 207, 208, 235
 João de Barros, cronista – 17, 61v, 70v–72, 73v, 77–77v, 78v, 128
 João Brandão, filho de Duarte Brandão – 83–83v
 João Camelo Pereira – 245v
 João Carvalho, fidalgo – 246
 João Carvalho Patalim – 189
 João de Castelo Branco (D.), filho de D. Afonso de Castelo Branco – 229v, 231–232



- João de Castelo Branco (D.), filho de D. Duarte de Castelo Branco – 238v
- João de Castelo Branco (D.), filho de Gonçalo Vaz de Castelo Branco, bispo de Lamego – 117v, 121, 122–124v, 152v, 222–222v, 228v, 253v
- João de Castelo Branco (D.), filho de D. Martinho Vaz de Castelo Branco – 155v, 178v, 185, 192v, 195, 204v, 206v, 208v–209, 212–222, 228, 229, 231, 234v, 239v, 258v; II – 34
- João de Castelo Branco (D.), filho de D. Simão de Castelo Branco – 126v, 130v–132
- João de Castelo Branco, o Braço-de-Ferro, filho de Nuno Vaz de Castelo Branco – 49, 62–70v, 239v
- João de Castro (D.), Conde de Monsanto – 96, 98
- João de Castro (D.), Governador da Índia – 82v, 127
- João Coutinho (D.), Conde do Redondo – 125v, 126v, 131v, 193v, 232v
- João Cristóvão – 124v
- João Duque – 27v
- João Eanes – 104v
- João de Espanha, rei de armas – 20
- João de Évora, frei – 232
- João Fernandes Cabral – 69
- João Fogaça, comendador de Canha e Cabrela – 35, 47v–48
- João da Fonseca – 169v
- João Galvão (D.), bispo de Coimbra – 253
- João Garcês – 143
- João Gomes da Silva, embaixador – 211v
- João Gonçalves – 185
- João Gonçalves da Câmara, 2.º capitão da Ilha da Madeira, filho de João Gonçalves Zarco – 184v
- João Gonçalves da Câmara, 4.º capitão da Ilha da Madeira, filho de Simão Gonçalves da Câmara – 120
- João Gonçalves da Câmara, 6.º capitão da Ilha da Madeira, 2.º Conde da Calheta, filho de Simão Gonçalves da Câmara – 120
- João Gonçalves de Castelo Branco – 72v–73
- João de Lencastre (D.), Duque de Aveiro – 225
- João de Lima (D.), capitão – 78
- João de Lima (D.), visconde de Vila Nova de Cerveira – 188, 189v
- João de Lisboa – 104v
- João Lobo da Silveira (D.), barão do Alvito – 60, 170
- João Lopes de Sequeira, mordomo-mor de D. Beatriz – 158v
- João de Mascarenhas (D.), alcaide-mor de Castelo de Vide, filho de D. Nuno Mascarenhas, casado com D. Maria da Costa – 218v
- João de Mascarenhas (D.), alcaide-mor de Castelo de Vide, casado com D. Helena Mascarenhas – 82v, 218–218v
- João de Melo – 245
- João de Melo, alcaide-mor de Serpa – 49v
- João de Melo, fidalgo – 246
- João de Melo, filho de Cristóvão de Melo, o Velho – 49v
- João Mendes, escudeiro – 102v
- João de Mendonça, governador – 232v
- João de Meneses (D.), Conde de Cantanhede – 49, 63v, 67v, 75v, 83, 187v
- João de Meneses (D.), Conde de Tarouca, mordomo-mor – 125v, 147, 170–170v, 205v
- João de Meneses (D.), filho de D. João de Meneses, capitão de Azamor – 148v, 149v, 153, 255v–256
- João de Meneses (I) (D.), filho de D. Simão de Meneses – 126
- João de Meneses (II) (D.), filho de D. Simão de Meneses – 126
- João de Meneses (III) (D.), filho de D. Simão de Meneses – 126
- João de Meneses de Sequeira – 232v
- João Moniz, filho de Febos Moniz – 83
- João de Noronha (D.) – 42, 44v
- João Palha – 58
- João Pereira Agostinho – 44
- João Pereira Dantas – 215v
- João de Porras – 92v
- João das Regras, doutor – 26
- João Rodrigues Aranha, ouvidor – 109
- João Rodrigues Cabral, filho de Fernão Cabral – 69
- João Rodrigues Pereira, senhor de Basto – 128v, 229v
- João Rodrigues Pessanha, capitão e governador da Mina – 247v
- João Rodrigues Pessanha, filho de Itão Pessanha – 242v, 247v
- João Rodrigues de Sá, camareiro-mor, filho de João Rodrigues de Sá de Meneses – 85v
- João Rodrigues de Sá, Conde de Penaguião, filho de Sebastião de Sá – 188v
- João Rodrigues de Sá, o das Galés – 187v
- João Rodrigues de Sá, o moço, filho de Francisco de Sá – 188–188v
- João Rodrigues de Sá de Meneses, poeta, alcaide-mor do Porto – 21v–22, 115, 155v, 158v, 160, 187v–188
- João de Sepúlveda – 189v
- João da Silva, regedor – 190
- João da Silveira (D.), filho de D. Diogo da Silveira – 190
- João Soares de Castelo Branco, filho de Gonçalo Vaz de Castelo Branco – 38v, 40v
- João de Sousa, do Conselho do Rei – 125, 137–137v
- João de Vasconcelos e Meneses, Conde de Penela – 195v
- João Telo (D.) – 230v
- Jorge (D.), filho de D. João II – 120, 125, 190
- Jorge (D.), filho de Alonso Pérez de Pantoja – 186v
- Jorge de Abranches (D.), filho de D. Álvaro de Abranches – 83v, 119–119v
- Jorge Cabral, governador da Índia – 69, 127–127v
- Jorge de Castelo Branco (D.), filho de D. Simão de Castelo Branco – 126v, 130v–132
- Jorge de Castelo Branco (D.), filho natural de D. Luís de Castelo Branco – 211v
- Jorge da Costa (D.), arcebispo de Lisboa – 108v
- Jorge de Eça (D.), casado com D. Filipa de Abreu, alcaide-mor de Moura – 118, 229
- Jorge de Eça (D.), filho de D. Garcia de Eça e D. Antónia Pereira – 119
- Jorge Ferreira de Vasconcelos, escritor – 18v, 118v; II – 34v
- Jorge Furtado, filho de António Furtado – 187
- Jorge Furtado de Mendonça, filho de Martim de Castro do Rio – 187
- Jorge de Lima, capitão – 190v



- Jorge de Melo Pereira, mestre-sala – 118v–119, 125–125v, 194
- Jorge de Mendonça, capitão de Goa – 84v
- Jorge de Meneses (D.), filho de D. João de Meneses, o Tubara, alferes-mor – 125v
- Jorge de Meneses (D.), filho de D. João Telo – 230v
- Jorge de Meneses (D.), filho de D. Pedro de Meneses – 194
- Jorge de Meneses Baroque, capitão – 84v, 211
- Jorge Pantoja (D.), filho de D. Pedro Pantoja – 187
- Jorge Pantoja de Abranches (D.), filho de D. Pedro de Abranches – 119v
- Jorge Rodrigues – 157
- Jorge de Sousa Mancias, trinchante do Cardeal D. Henrique – 87
- José Teixeira – 17, 254
- Jóvio (Paulo), cf. Paulo Jóvio
- Juan Alonso de Guzmán, Duque de Medina Sidonia – 197–198
- Juan de Aragón, Duque de Luna – 259
- Juan Claros de Guzmán, Conde de Niebla – 197
- Juan Furtado de Mendoza, alferes-mor – 27v
- Juan Manuel, filho de Manuel de Castela – 249
- Juan Ochoa de la Salde, cronista – 17v, 67, 249v
- Juan de Silva y Castañeda, Conde de Cifuentes – 251v
- Juan Téllez de Castilla, senhor de Aguilar de Campoo e Castañeda – 27v
- Julian del Castillo, cronista – 17v, 252v
- Júlio César – 36
- Junquers (Maria), cf. Maria Junquers
- Juromenha – 245
- Jusarte (Gaspar), cf. Gaspar Jusarte
- Jusarte (Joana), cf. Joana Jusarte
- La Cerda (Fernando de), cf. Fernando de La Cerda
- La Goleta – 228, 259v
- Lagos – 86, 111v, 149–150, 214v–215, 235
- Lamego – 38, 109, 122, 124v, 175v, 222, 228v, 240v
- Laçarote, mice – 35, 45v–46
- Lanhoso – 13, 229v, 234v, 238, 240v
- Larache – 125, 136v
- Latar – 75v
- Latrão – 17v
- Leão – 28, 139, 140v
- Leão X, papa – 17v, 122–124, 156, 222–222v, 253v
- Leão (Duarte Nunes de), cf. Duarte Nunes de Leão
- Ledesma – 93v
- Ledesma (Marino de), cf. Marino de Ledesma
- Ledesma (Martinho de), cf. Martinho de Ledesma
- Leiria – 28v
- Lencastre (Dinis de), cf. Dinis de Lencastre
- Lencastre (Filipa de), cf. Filipa de Lencastre
- Lencastre (Francisco Luís de), cf. Francisco Luís de Lencastre
- Lencastre (Helena de), cf. Helena de Lencastre
- Lencastre (Jaime de), cf. Jaime de Lencastre
- Lencastre (João de), cf. João de Lencastre
- Lencastre (Luís de), cf. Luís de Lencastre
- Lencastre (Maria de), cf. Maria de Lencastre
- Leonel de Antuérpia, filha de Eduardo III de Inglaterra – 255
- Leonel de Ataíde – 80
- Leonor (D.), infante, filha de D. Afonso IV – 24
- Leonor (D.), rainha, mulher de D. Duarte – 247–247v
- Leonor (D.), rainha, mulher de D. Manuel I – 125, 141, 180–180v, 212v, 253v–254
- Leonor (D.), filha de D. Manuel de Castelo Branco – II – 34v
- Leonor de Abreu, filha de Lopo Vaz de Castelo Branco – 46v
- Leonor de Aragón, filha de Alfonso de Aragón – 219
- Leonor de Castro (D.), filha de D. João de Meneses – 126
- Leonor de Cortes, Duquesa de Luna – 259
- Leonor de Escobar – 219
- Leonor de Milão (D.), filha de Jaime de Milã – 218
- Leonor de Milão (D.), filha de D. João de Castelo Branco – 209–209v, 217; II – 34–34v
- Leonor de Milão (D.), filha de D. Nuno Manuel – 219
- Leonor de Noronha (D.), filha de D. Martinho de Castelo Branco – 185v, 190–191v
- Leonor Pais de Castelo Branco, mulher de João Camelo Pereira – 245v
- Leonor de Sá (D.), mulher de Manuel de Sousa de Sepúlveda – 189–189v
- Leonor de Sousa (D.), filha de Afonso Vaz de Brito – 67v–68v
- Leonor Teles (D.), rainha – 117
- Leonor Vasques Soares, mulher de Gonçalo Vaz de Castelo Branco – 38–38v, 47v
- Lepanto – 235
- Lérida – 24v
- Lerma – 49v
- Lima (António de), cf. António de Lima
- Lima (Diogo de), cf. Diogo de Lima
- Lima (Diogo Lopes de), cf. Diogo Lopes de Lima
- Lima (Fernão de), cf. Fernão de Lima
- Lima (Francisco de), cf. Francisco de Lima
- Lima (Francisco Barreto de), cf. Francisco Barreto de Lima
- Lima (Inês de), cf. Inês de Lima
- Lima (Isabel de), cf. Isabel de Lima
- Lima (João de), cf. João de Lima
- Lima (Jorge de), cf. Jorge de Lima
- Lima (Madalena de), cf. Madalena de Lima
- Lima (Manuel de), cf. Manuel de Lima
- Lima (Margarida de), cf. Margarida de Lima
- Lima (Rodrigo de), cf. Rodrigo de Lima
- Linga – 191v
- Linhares – 191, 208, 222v, 254v
- Lisboa – 17v–18, 23v, 26, 27, 28v, 32, 40, 41v, 42v–43, 59v, 69v, 76v–77, 81, 83v, 85, 86v, 89, 94v, 104, 106v, 107v, 108v, 115, 116v–117, 118, 119, 120v–121v, 124v, 126–126v, 132v, 134, 135v, 140v–141, 142, 143, 144, 146, 147, 150v–152, 153, 154, 155v, 156v, 157v–158, 159v, 170v, 173v–174, 176, 177, 182v, 185, 186v–187, 189v–190v, 194, 195, 196, 197–198, 200, 203v, 209v, 213, 216–217, 218, 218v, 222v, 223–223v, 225v–226v, 229, 234, 236–236v, 237v, 241, 242–242v, 245v, 249v, 252v, 254–254v, 260v–261; II: 34v
- Lisboa (João de), cf. João de Lisboa
- Lobo (Diogo), cf. Diogo Lobo
- Lope de Luna – 24



- Lopo de Albuquerque (D.), Conde de Penamacor – 59v–60, 96v
- Lopo de Albuquerque, filho de João de Albuquerque – 191
- Lopo de Albuquerque, filho de Manuel de Albuquerque – 191
- Lopo de Almeida, Conde de Abrantes – 142v
- Lopo Dias de Sousa, mestre – 43v
- Lopo Furtado, comendador de Loulé – 49v
- Lopo Gomes Pé-de-Ferro, alcaide de Almeida – 29
- Lopo Henriques (D.), filho de D. Garcia Henriques – 62
- Lopo Rodrigues de Castelo Branco – 24–24v
- Lopo de Sousa – 119v
- Lopo de Sousa Coutinho – 81–81v
- Lopo Vasques, comendador de São Vicente da Beira – 31
- Lopo Vaz de Azevedo (D.), almirante – 47
- Lopo Vaz de Castelo Branco, “o de Évora”, filho de Nuno Vaz de Castelo Branco – 60–60v, 61v
- Lopo Vaz de Castelo Branco, “o Torrão”, filho de Nuno Vaz de Castelo Branco – 49, 50–53, 54v–62v, 69v, 192, 239v, 248v–249
- Lopo Vaz de Castelo Branco, filho de Rui Vasques de Castelo Branco – 30
- Lopo Vaz de Castelo Branco, monteiro-mor e alcaide-mor de Moura, filho de Gonçalo Vaz de Castelo Branco – 35v–36, 37v, 38v–39, 40v, 42–45v, 46v–48, 51, 88, 104, 117v, 121–122, 239v, 241v, 242v, 245, 247–247v
- Lopo Vaz de Castelo Branco, o Pico, filho natural de Martim Vasques de Castelo Branco – 36v
- Lopo Vaz de Melo de Castelo Branco, filho de Diogo de Melo de Castelo Branco – 60v–62
- Lopo Vaz de Sampaio, governador – 76v, 82, 218
- Lorenzo di Medici – 253v
- Lorvão* – 190
- Loulé* – 49v, 219
- Lourença (D.), filha de Lourenço de Sousa – 190v
- Lourença (D.), filha de Manuel de Sousa – 191
- Lourença (D.), filha de D. Pedro de Castelo Branco – 83v
- Lourença de Meneses (D.), filha de João de Vasconcelos e Meneses – 195v
- Lourenço Afonso Valente – 115–115v
- Lourenço de Almeida (D.), filho de D. Francisco de Almeida – 71–72
- Lourenço de Brito de Lima Nogueira (D.) – 189v
- Lourenço de Brito Nogueira – 189v
- Lourenço de Castelo Branco (D.), filho de D. João de Castelo Branco – 132
- Lourenço de Melo, filho de Francisco de Melo – 189v
- Lourenço de Sousa, aposentador-mor, filho de Rui de Sousa da Silva – 155v, 190v, 215v
- Lourenço de Sousa, filho de Manuel de Sousa – 191
- Luís II, rei da Hungria – 91v
- Luís VII, rei de França – 254v
- Luís IX, rei de França – 255
- Luís XI, rei de França – 102v, 135v, 251–252
- Luís (D.), infante – 17v, 61–61v, 141v, 198v, 201v–202, 212v, 228, 238, 259–259v
- Luís (D.), filho de D. João de Castelo Branco – II – 34
- Luís (Fernão), cf. Fernão Luís
- Luís (Jerónimo), cf. Jerónimo Luís
- Luís de Alcáçova Carneiro, filho de Pero de Alcáçova Carneiro – 194
- Luís Álvares de Távora, senhor do Mogadouro – 191
- Luís de Ataíde, vice-rei, Conde da Atouguia – 210v, 211v, 232v, 240
- Luís de Brito Nogueira, filho de Lourenço de Brito Nogueira – 189v–190
- Luís de Camões – 18v, 130
- Luís de Castelo Branco (D.), filho de D. Francisco de Castelo Branco – 205v, 210–212, 240
- Luís de Castelo Branco (D.), filho de D. Simão de Castelo Branco – 126v
- Luís de Castro do Rio, filho de Martim de Castro do Rio – 187
- Luís César, provedor dos armazéns – 85v
- Luís da Cunha, filho de Álvaro da Cunha – 118v
- Luís Freire de Andrade, capitão – 211
- Luís de Lencastre (D.), filho de D. Jorge – 190
- Luís de Lencastre (D.), filho de D. Luís de Lencastre – 120
- Luís del Mármol Carvajal, cronista – 17v
- Luís de Meneses (D.), alferes-mor – 125v
- Luís de Moura (D.) – 61v
- Luís Pereira Brandão, jesuíta – 18v, 211v, 232v, 244
- Luís Porto Carreiro (D.) – 120
- Luís Portocarrero, Conde de Palma – 120
- Luís Portocarrero, filho do Conde de Palma e de D. Antónia de Abranches – 120
- Luís Sarmiento de Acuña, embaixador – 197v–198
- Luís da Silva, capitão de Tânger – 85
- Luís da Silveira (D.), filho de D. Diogo da Silveira – 190
- Luís da Silveira, Conde da Sortelha – 67v
- Luís Vaz de Castelo Branco, filho de Fernão Gonçalves de Castelo Branco – 245
- Luísa (D.), filha de Álvaro da Cunha – 119
- Luísa (D.), mulher de Lopo Furtado – 49v
- Luísa Henriques (D.), filha de D. Francisco Pereira – 188v–189
- Luísa de Sabóia, Duquesa de Nemours – 158, 160v, 168
- Luna* – 259
- Luna (Álvaro de), cf. Álvaro de Luna
- Luna (Lope de), cf. Lope de Luna
- Lutete* – 75v
- Machico* – 214
- Maçuá* – 131
- Madalena (D.), filha de D. Diogo de Castelo Branco – 209v
- Madalena (D.), filha de D. João de Castelo Branco – II – 34
- Madalena (D.), filha de D. Luís de Lencastre – 190
- Madalena (D.), filha de Nuno Vaz de Castelo Branco – 49–49v
- Madalena de Lima (D.), filha de D. Pedro de Castelo Branco – 83v
- Madeira* – 85v, 120–120v, 184v, 185v, 188v, 196, 206v, 209, 214
- Madrid* – 20
- Maiorca* – 91v



- Malabar – 81v, 84v, 127, 130, 131v, 191v
 Malaca – 191v, 214
 Maldivas – 71v
 Malik Ayaz – 73v
 Malta – 187, 213
 Mamora – 193v
 Mancias (Jorge de Sousa), cf. Jorge de Sousa Mancias
 Mangalor – 79v
 Manrique (Gomes), cf. Gomes Manrique
 Manuel I (D.), rei – 17, 48v, 59v, 61, 62v–63, 65, 66–67, 71–71v, 75, 76, 77–77v, 83v, 89v, 91, 100v, 104v, 105v, 109v, 115v, 117, 118v, 122–123, 125, 132v–133v, 136v, 139, 140–142, 143v–145v, 146v–154, 155, 160v, 168v–174v, 175v–178v, 179v–180v, 182v, 183v, 184v, 188, 192v, 193v, 195v, 196v, 197v, 198v–199, 212–213, 218, 219, 228–228v, 239v, 245v, 248, 249v, 251, 253v–254v, 255v–256v, 258, 259v, 260v
 Manuel (D.), filho de D. Garcia de Eça – 119
 Manuel (D.), filho de D. Nuno Mascarenhas – 219
 Manuel (Ana), cf. Ana Manuel
 Manuel (Antônio), cf. Antônio Manuel
 Manuel (Bernardo), cf. Bernardo Manuel
 Manuel (Juan), cf. Juan Manuel
 Manuel (Maria), cf. Maria Manuel
 Manuel (Nuno), cf. Nuno Manuel
 Manuel de Albuquerque, filho de Lopo de Albuquerque – 191, 233v
 Manuel Cabral da Veiga – 214
 Manuel de Castelo Branco (D.), Conde de Vila Nova de Portimão, filho de D. João de Castelo Branco – 17, 34, 37–37v, 38v, 40v, 45v, 48, 104, 115v, 117v, 120v, 124v, 185v, 205v, 208, 209v, 216v–217, 222, 242v; II – 34–34v
 Manuel de Castelo Branco (D.), filho de D. Duarte de Castelo Branco – 238v
 Manuel Figueira – 61
 Manuel da Gama – 82v
 Manuel de Lima (D.) – 189
 Manuel de Melo (D.), filho natural de Martim Afonso de Melo – 254
 Manuel de Melo, casado com D. Maria Manuel – 190v
 Manuel de Melo, filho de Jorge de Melo Pereira – 125v
 Manuel de Melo, filho de Simão de Melo – 119
 Manuel de Melo Coutinho – 194
 Manuel de Meneses (D.), marquês de Vila Real – 61v
 Manuel de Moura – 212v
 Manuel de Noronha, filho de Alonso Pérez Pantoja – 186v
 Manuel de Noronha, irmão de Simão Gonçalves da Câmara – 126v
 Manuel de Oliveira, estribeiro-mor do Infante D. Henrique – 61
 Manuel Pessanha – 72v
 Manuel Pessanha, almirante – 45v–46v, 59v, 242, 248v
 Manuel de Seabra (D.), bispo de Ceuta – 226
 Manuel de Sousa, alcaide-mor de Arronches – 212v
 Manuel de Sousa, aposentador-mor, filho de Lourenço de Sousa – 119, 190v–191v
 Manuel de Sousa Sepúlveda – 189–189v
 Manuel de Vasconcelos – 129
 Mar Roxo – 127v
 Margão – 84v
 Margarida (D.), filha de Alonso Pérez Pantoja – 186v–187
 Margarida (D.), filha de D. Antônio de Castelo Branco – 86v
 Margarida (D.), filha de Nuno Vaz de Castelo Branco – 49–49v, 70v
 Margarida (D.), filha de D. Pedro de Castelo Branco – 126
 Margarida de Lima (D.), filha de João Brandão de Lima – 83–83v
 Margarida de Noronha (D.), filha de Jorge Furtado – 187
 Margarida de Valois, filha de Francisco I – 154v
 Margarida de Vilhena (D.), mulher de D. Antônio da Costa – 218v
 Maria (D.), infante, filha de D. Manuel I – 125, 254; II – 34
 Maria (D.), rainha de Castela, filha de D. Afonso IV – 23v
 Maria (D.), rainha, mulher de D. Manuel I – 140v, 219, 254
 Maria (D.), filha natural de D. Antônio de Castelo Branco – 130v
 Maria (I) (D.), filha de D. Diogo de Castelo Branco – 209v
 Maria (II) (D.), filha de D. Diogo de Castelo Branco – 209v
 Maria (D.), filha de D. Francisco de Lima – 189v
 Maria (D.), filha de D. Garcia de Eça – 119
 Maria (D.), filha de D. João de Castelo Branco – 218
 Maria (D.), filha de João Rodrigues de Sá, o moço – 188
 Maria (D.), filha de D. João da Silveira – 190
 Maria (D.), filha de Lopo Vaz de Melo de Castelo Branco – 62
 Maria (D.), filha de Lourenço de Sousa – 190v
 Maria (D.), filha de Manuel de Sousa – 191
 Maria (D.), filha de Nuno Vaz de Castelo Branco – 49–49v
 Maria (D.), filha de D. Simão de Castelo Branco – 126v
 Maria de Abranches (D.), filha de D. Álvaro de Abranches – 119, 120, 223
 Maria de Abreu, mulher de Mice Itão Pessanha – 247v
 Maria de Aragão (D.), filha de D. Nuno Manuel – 219
 Maria de Briteiros (D.), mulher de D. Antônio de Castelo Branco – 86v–87, 241
 Maria de Castelo Branco, mulher de Fernão Cabral – 69–69v
 Maria de Castro, filha de Fernão Teles – 186v
 Maria de Castro (D.), mulher de Fernão Teles – 218v
 Maria de Castro (D.), mulher de D. Francisco de Castelo Branco – 201, 204–204v, 205v, 241v
 Maria de Castro (D.), mulher de D. Garcia de Meneses – 229, 237v
 Maria de Castro (D.), mulher de João Carvalhal Patalim – 189
 Maria da Costa (D.), filha de D. Antônio da Costa – 218v
 Maria de Eça (D.), filha de D. Garcia de Eça – 119
 Maria Jacques, mulher de D. Antônio de Castelo Branco – 86v



- Maria Junquers – 219, 259
 Maria de Lencastre (D.), filha de D. Luís de Lencastre – 120
 Maria Manuel (D.), filha de Manuel de Sousa – 119, 190v
 Maria Manuela (D.), infanta, filha de D. João III – 120, 197-198, 212v
 Maria Mascarenhas (D.), filha de D. Nuno Mascarenhas – 218v-219
 Maria de Melo (D.), filha de Diogo de Melo de Castelo Branco – 61
 Maria de Mendonça (D.), filha de Jorge de Melo Pereira – 125v
 Maria de Mendonça (D.), filha natural de Martim Afonso de Melo – 254
 Maria de Mendonça (D.), filha de D. Simão de Meneses – 126
 Maria de Meneses (D.), abadessa – 229
 Maria de Meneses (D.), filha de D. Fernão de Almada – 189v
 Maria de Meneses (D.), filha de João Rodrigues de Sá de Meneses – 188, 190
 Maria de Meneses (D.), filha de Jorge de Melo – 194
 Maria de Meneses (D.), filha de Manuel de Noronha – 126v
 Maria de Meneses (D.), filha de D. Pedro de Meneses – 194
 Maria de Noronha (D.), Condessa da Atalaia – 174v
 Maria de Noronha (D.), filha de Álvaro da Cunha – 119
 Maria de Noronha (D.), filha de D. Martinho de Castelo Branco – 178v, 184v, 185v, 194-195, 204v
 Maria de Paiva, filha de Lopo Vaz de Castelo Branco – 46v, 47v
 Maria Pinheira (D.), filha de António Correia – 132
 Maria da Silva (D.), filha de D. Duarte de Castelo Branco – 238v
 Maria da Silva (D.), filha de Manuel de Albuquerque – 191
 Maria Tibau (D.) – 190v
 Maria Valente (D.), filha de D. Gonçalo Vaz de Castelo Branco – 117v, 120v
 Maria de Vilhena (D.), filha de D. João de Castelo Branco – II – 34
Mariaiva – 141, 178v, 228v
 Mariana (D.), filha de Martim de Castro do Rio – 187
 Mariana da Silva (D.), filha de D. Duarte de Castelo Branco – 238v
 Marino de Ledesma, frei – 18v
Marmelar – 42v
 Mármol Carvajal (Luís del), cf. Luís del Mármol Carvajal
 Marraquaque (Gonçalo Pereira), cf. Gonçalo Pereira Marraquaque
Marrocos – 23-23v, 47v, 65, 83, 203, 258-258v
 Martim de Abreu – 242v, 247v
 Martim Afonso de Melo, alcaide-mor de Castelo de Vide – 41
 Martim Afonso de Melo, estante na Índia – 80
 Martim Afonso de Melo, filho de Jorge de Melo Pereira – 125v, 254
 Martim Afonso Valente, filho de Aires Afonso Valente – 114v-115
 Martim Afonso Valente, filho de Pero Afonso Valente, alcaide-mor de Lisboa – 115, 116v-117
 Martim de Almeida, fidalgo – 246
 Martim de Castro do Rio – 187
 Martim Correia de Silva, capitão de Ceuta – 131
 Martim Gonçalves da Câmara, filho de Simão Gonçalves da Câmara – 120
 Martim Lopes de Azevedo – 47
 Martim Moniz, capitão – 115
 Martim Rodrigues de Castelo Branco – 19v-20v, 33, 239v
 Martim Vaz – 103v
 Martim Vaz, filho de Alonso Pérez de Pantoja – 155v
 Martim Vaz de Castelo Branco, filho de Vasco Peres de Castelo Branco, alcaide-mor da Covilhã e Moura – 34, 35-37v, 38v-39, 110, 239v, 244v-245v, 247, 261-261v
 Martim Vaz Pantoja, filho de Alonso Pérez Pantoja – 186v
 Martim Vaz de Sousa, filho de Lourenço de Sousa – 190v
 Martinho (D.), filho de D. João de Castelo Branco – II – 34
 Martinho (D.), filho de D. Rodrigo de Eça – 192v
 Martinho de Ataíde (D.), Conde de Atouguia – 117v
 Martinho de Castelo Branco (D.), Conde de Vila Nova, vedor da fazenda, camareiro-mor, filho de Gonçalo Vaz de Castelo Branco – 22, 38v, 89, 92, 99v, 101-101v, 104, 108, 109v, 115v, 117-117v, 121, 122-125, 132v-205v, 208v, 209v, 210v, 212-212v, 214, 228-228v, 237v, 238v, 239v-240, 241v, 254v, 256-256v; II – 34-34v
 Martinho de Castelo Branco (I) (D.), filho de D. Afonso de Castelo Branco – 229v
 Martinho de Castelo Branco (II) (D.), filho de D. Afonso de Castelo Branco – 18, 126v, 131v, 229v, 232-233v, 240
 Martinho de Castelo Branco (D.), filho de D. António de Castelo Branco – 86v
 Martinho de Castelo Branco (D.), filho de D. João de Castelo Branco – 212v, 218; II – 34
 Martinho de Castelo Branco Valente (D.), filho de D. Francisco de Castelo Branco – 34, 37v, 115v, 205v-209, 210v, 214, 217v
 Martinho da Costa (D.), arcebispo de Lisboa – 155v, 156v, 158, 159v
 Martinho de Ledesma, frei – 224
 Martinho Pereira (D.), vedor da fazenda – 217
 Martinho da Silveira (D.), filho de D. Diogo da Silveira – 190
 Martinho Soares (D.) – 245
Marvão – 113
 Mascarenhas (António), cf. António Mascarenhas Mascarenhas (Fernando), cf. Fernando Mascarenhas Mascarenhas (Fernão Martins), cf. Fernão Martins Mascarenhas
 Mascarenhas (Francisco), cf. Francisco Mascarenhas Mascarenhas (Helena de), cf. Helena de Mascarenhas Mascarenhas (João de), cf. João de Mascarenhas



- Mascarenhas (Maria), cf. Maria Mascarenhas
 Mascarenhas (Nuno), cf. Nuno Mascarenhas
 Mascarenhas (Pedro), cf. Pedro Mascarenhas
 Mascate – 79v, 127v, 129, 130
 Mata (Francisco da), cf. Francisco da Mata
 Mateus da Cunha – 86v
 Matias de Albuquerque, filho de Manuel de Albuquerque, governador – 191-191v, 233v, 261
 Matosinhos – 85v, 188-188v
 Mauritània – 40v, 209v
 Mazagão – 63-63v, 65, 120, 190v, 209-209v, 234, 235, 240, 258-258v; II – 34, 36v
 Mazariegos (Pedro de), cf. Pedro de Mazariegos
 Meca – 85, 127v, 128v-129, 130, 131
 Mécia (D.), filha de D. Diogo da Silveira – 190
 Mécia (D.), filha de D. Francisco de Sousa – 187v
 Mécia (D.), filha de Jorge de Melo Pereira – 125v, 194
 Mécia (D.), filha de Martim de Castro do Rio – 187
 Mécia (D.), freira, filha de D. Nuno de Castelo Branco – 85
 Mécia (D.), filha de D. Pedro de Sousa – 187
 Mécia de Ataíde (D.), filha de D. Pedro de Castelo Branco – 83v
 Mécia da Fonseca (D.) – 75
 Mécia de Noronha (D.), filha de D. Bernardo Manuel – 194
 Mécia de Noronha (D.), filha de D. Francisco de Castelo Branco – 205v
 Mécia de Noronha (D.), filha de D. João de Castelo Branco – 218
 Mécia de Noronha (D.), filha de João Gonçalves da Câmara, Condessa de Vila Nova – 120, 174v, 182v, 184v-185v, 203v, 214
 Mécia Pereira (D.), filha de D. Gonçalo Vaz de Castelo Branco – 117v, 120v
 Medici (Giovanni di Lorenzo di), cf. Giovanni di Lorenzo di Medici
 Medici (Lorenzo di), cf. Lorenzo di Medici
 Melinde – 79v-80
 Melo (Cristóvão de), cf. Cristóvão de Melo
 Melo (Diogo de), cf. Diogo de Melo
 Melo (Filipa de), cf. Filipa de Melo
 Melo (Francisco de), cf. Francisco de Melo
 Melo (Garcia de), cf. Garcia de Melo
 Melo (Guiomar de), cf. Guiomar de Melo
 Melo (Heitor de), cf. Heitor de Melo
 Melo (Jerónimo de), cf. Jerónimo de Melo
 Melo (Joana de), cf. Joana de Melo
 Melo (João de), cf. João de Melo
 Melo (Lourenço de), cf. Lourenço de Melo
 Melo (Manuel de), cf. Manuel de Melo
 Melo (Maria de), cf. Maria de Melo
 Melo (Martim Afonso de), cf. Martim Afonso de Melo
 Melo (Pedro de), cf. Pedro de Melo
 Melo (Rodrigo de), cf. Rodrigo de Melo
 Melo (Rui de), cf. Rui de Melo
 Melo (Simão de), cf. Simão de Melo
 Melo (Vasco Martins de), cf. Vasco Martins de Melo
 Melo (Violante de), cf. Violante de Melo
 Melo Coutinho (Manuel de), cf. Manuel de Melo Coutinho
 Mem Palha – 58
 Mem Rodrigues de Castelo Branco, filho de Rui Vasques de Castelo Branco – 30
 Mendanha (Pero de), cf. Pero de Mendanha
 Mendes (João), cf. João Mendes
 Mendes (Rui), cf. Rui Mendes
 Mendes (Urraca), cf. Urraca Mendes
 Mendonça (Ana de), cf. Ana de Mendonça
 Mendonça (Antónia de), cf. Antónia de Mendonça
 Mendonça (António de), cf. António de Mendonça
 Mendonça (Constança de), cf. Constança de Mendonça
 Mendonça (Fernão de), cf. Fernão de Mendonça
 Mendonça (Filipa de), cf. Filipa de Mendonça
 Mendonça (Francisco de), cf. Francisco de Mendonça
 Mendonça (Isabel de), cf. Isabel de Mendonça
 Mendonça (Joana de), cf. Joana de Mendonça
 Mendonça (João de), cf. João de Mendonça
 Mendonça (Jorge de), cf. Jorge de Mendonça
 Mendonça (Jorge Furtado de), cf. Jorge Furtado de Mendonça
 Mendonça (Maria de), cf. Maria de Mendonça
 Mendonça (Nuno Furtado de), cf. Nuno Furtado de Mendonça
 Mendoza (Álvaro de), cf. Álvaro de Mendoza
 Mendoza (Pedro de), cf. Pedro de Mendoza
 Mendoza y Cardenas (Francisco Hurtado de), cf. Francisco Hurtado de Mendoza y Cardenas
 Mendoza y Fajardo (Francisco Hurtado de), cf. Francisco Hurtado de Mendoza y Fajardo
 Meneses (Afonso de Vasconcelos e), cf. Afonso de Vasconcelos e Meneses
 Meneses (António de), cf. António de Meneses
 Meneses (Beatriz de), cf. Beatriz de Meneses
 Meneses (Diogo de), cf. Diogo de Meneses
 Meneses (Duarte de), cf. Duarte de Meneses
 Meneses (Fernando de), cf. Fernando de Meneses
 Meneses (Filipa de), cf. Filipa de Meneses
 Meneses (Francisca de), cf. Francisca de Meneses
 Meneses (Francisco de), cf. Francisco de Meneses
 Meneses (Francisco de Sá de), cf. Francisco de Sá de Meneses
 Meneses (Garcia de), cf. Garcia de Meneses
 Meneses (Gonçalo de), cf. Gonçalo de Meneses
 Meneses (Henrique de), cf. Henrique de Meneses
 Meneses (Jerónima de), cf. Jerónima de Meneses
 Meneses (Joana de), cf. Joana de Meneses
 Meneses (João de), cf. João de Meneses
 Meneses (João Afonso Telo de), cf. João Afonso Telo de Meneses
 Meneses (João Rodrigues de Sá de), cf. João Rodrigues de Sá de Meneses
 Meneses (João de Vasconcelos e), cf. João de Vasconcelos e Meneses
 Meneses (Jorge de), cf. Jorge de Meneses
 Meneses (Lourença de), cf. Lourença de Meneses
 Meneses (Luís de), cf. Luís de Meneses
 Meneses (Manuel de), cf. Manuel de Meneses
 Meneses (Maria de), cf. Maria de Meneses
 Meneses (Miguel de), cf. Miguel de Meneses
 Meneses (Pedro de), cf. Pedro de Meneses
 Meneses (Sebastião de), cf. Sebastião de Meneses



- Meneses (Simão de), cf. Simão de Meneses
 Mequinez – 136v, 258
 Mérida – 250
 Mexia (Afonso), cf. Afonso Mexia
 Micaela (Catarina), cf. Catarina Micaela
 Miguel (D.), filho de D. Manuel I – 141, 254
 Miguel de Meneses (D.), marquês de Vila Real – 49v, 61v
 Miguel de Moura, escrivão da puridade – 212v
 Miguel da Silva (D.), embaixador – 124
 Miguel Vaz – 82v
 Milã (Jaime de), cf. Jaime de Milã
 Milão – 255
 Milão (Leonor de), cf. Leonor de Milão
 Mina – 85v, 247v, 251v
 Mir Hussain, capitão dos Rumes – 72v-73v
 Mira – 46
 Miranda (Antônio de), cf. Antônio de Miranda
 Miranda (Francisco de Sá de), cf. Francisco de Sá de Miranda
 Miranda do Douro – 93
 Moçambique – 77v, 79v
 Moçandão, cabo – 128v
 Mogadouro – 191
 Mogostão – 128
 Molucas – 82v
 Mombaça – 80
 Moniz (Febos), cf. Febos Moniz
 Moniz (Jerónimo), cf. Jerónimo Moniz
 Moniz (João), cf. João Moniz
 Moniz (Martim), cf. Martim Moniz
 Moniz (Pedro), cf. Pedro Moniz
 Monsanto – 30, 33v, 34v, 69, 96, 98, 142, 189
 Monsanto (Vasco Martins de), cf. Vasco Martins de Monsanto
 Montalvo – 191v, 192v-193, 229, 237v-238, 242
 Monte Córdova – 130v
 Montemor-o-Novo – 112, 146v
 Montferrat (Blanche de), cf. Blanche de Montferrat
 Montfort (Simão de), cf. Simão de Montfort
 Morais (Francisco de), cf. Francisco de Morais
 Morales (Ambrosio de), cf. Ambrosio de Morales
 Moura – 35-35v, 37v, 39, 42v-43, 45, 48, 50-51v, 52v-53, 54-55, 58-59, 69v-70v, 104, 118, 141, 178v, 191v-193, 229, 237v, 239v, 241v-242v, 245, 247, 248-248v
 Moura (Cristóvão de), cf. Cristóvão de Moura
 Moura (Isabel de), cf. Isabel de Moura
 Moura (Luís de), cf. Luís de Moura
 Moura (Manuel de), cf. Manuel de Moura
 Moura (Miguel de), cf. Miguel de Moura
 Mourão – 74v, 120
 Mourão, casal – 121v
 Mulai Cidan – 258v
 Mulai Hea – 137
 Mulai Mohamed – 89v, 148
 Mulai Said – 44v
 Mulai Xequê – 89v, 125, 136v, 148
 Mulai Zaiã – 63, 64
 Nápoles – 92
 Navarra – 91v, 219, 250v, 258v
 Navarro (Pedro), cf. Pedro Navarro
 Nebrija (Antonio de), cf. Antonio de Nebrija
 Nero – 133
 Nice – 156, 160-160v, 163v
 Niebla – 197
 Ninho (Gabriel), cf. Gabriel Ninho
 Nisa Maluco – 210v-211
 Nogueira (Lourenço de Brito), cf. Lourenço de Brito Nogueira
 Nogueira (Lourenço de Brito de Lima), cf. Lourenço de Brito de Lima de Nogueira
 Nogueira (Luís de Brito), cf. Luís de Brito Nogueira
 Noronha (Afonso de), cf. Afonso de Noronha
 Noronha (Álvaro de), cf. Álvaro de Noronha
 Noronha (Antão de), cf. Antão de Noronha
 Noronha (Antônio de), cf. Antônio de Noronha
 Noronha (Bernardo de), cf. Bernardo de Noronha
 Noronha (Camila de), cf. Camila de Noronha
 Noronha (Cecília de), cf. Cecília de Noronha
 Noronha (Constança de), cf. Constança de Noronha
 Noronha (Diogo de), cf. Diogo de Noronha
 Noronha (Fernando de), cf. Fernando de Noronha
 Noronha (Fernando Álvares de), cf. Fernando Álvares de Noronha
 Noronha (Francisca de), cf. Francisca de Noronha
 Noronha (Francisco de), cf. Francisco de Noronha
 Noronha (Garcia de), cf. Garcia de Noronha
 Noronha (Guiomar de), cf. Guiomar de Noronha
 Noronha (Helena de), cf. Helena de Noronha
 Noronha (Henrique de), cf. Henrique de Noronha
 Noronha (Isabel de), cf. Isabel de Noronha
 Noronha (Jerónimo de), cf. Jerónimo de Noronha
 Noronha (Joana de), cf. Joana de Noronha
 Noronha (João de), cf. João de Noronha
 Noronha (Leonor de), cf. Leonor de Noronha
 Noronha (Manuel de), cf. Manuel de Noronha
 Noronha (Margarida de), cf. Margarida de Noronha
 Noronha (Maria de), cf. Maria de Noronha
 Noronha (Mécia de), cf. Mécia de Noronha
 Noronha (Pedro de), cf. Pedro de Noronha
 Noronha (Pedro Pantoja de), cf. Pedro Pantoja de Noronha
 Noudar – 91v
 Novais (Rui de), cf. Rui de Novais
 Núñez de Guzmán (Gonzalo), cf. Gonzalo Núñez de Guzmán
 Núñez de Guzmán (Ramiro), cf. Ramiro Núñez de Guzmán
 Núñez Osorio (Álvar), cf. Álvar Núñez Osorio
 Nuno Álvares Pereira (D.), filho de D. Fernando de Meneses – 194v-195, 204v
 Nuno Álvares Pereira, condestável – 26v-27v, 248
 Nuno Álvares Pereira, secretário do Estado da Índia – 17v
 Nuno de Castelo Branco (D.) filho de D. Pedro de Castelo Branco – 83v-85
 Nuno da Cunha, governador – 79, 80, 81v-82
 Nuno Fernandes de Ataíde, capitão de Safim – 64v, 65v, 67v, 75v-76, 83
 Nuno Fernandes Cabral, filho de Fernão Cabral – 69
 Nuno Furtado de Mendonça, aposentador-mor – 125



- Nuno Manuel (D.), almotacé-mor e guarda-mor – 104v, 219, 254v
- Nuno Martins da Silveira – 42
- Nuno Mascarenhas (D.), filho de D. João Mascarenhas – 218v
- Nuno Rodrigues Barreto, alcaide-mor de Faro e Loulé – 212v, 219-219v
- Nuno Vaz de Castelo Branco, almirante, alcaide-mor de Óbidos e Moura, monteiro-mor, filho de Lopo Vaz de Castelo Branco – 45v, 46v, 47v-50, 58v, 61, 62-62v, 69v, 73v-74, 75-75v, 88, 104, 192, 239v-240, 241, 248-248v, 259v
- Nuno Vaz de Castelo Branco, estante na Índia – 240
- Nuno Vaz de Castelo Branco, filho de Lopo Vaz de Castelo Branco “o Torráo” – 50v, 59-59v
- Nuno Vaz de Castelo Branco, vedor da fazenda, filho de Gonçalo Vaz de Castelo Branco – 20, 39-43v, 45v, 48v, 50, 59v, 88, 104
- Nuno Vaz Pereira, filho de Rui Dias Pereira – 49v
- Nuno Vaz Pereira de Castelo Branco, filho de Rui Dias Pereira – 69v, 70v-73v
- Óbidos – 48, 60v, 189v, 239v, 248v
- Ochoa de la Salde (Juan), cf. Juan Ochoa de la Salde
- Odivelas* – 186v, 218, 229
- Oliveira (Antão de), cf. Antão de Oliveira
- Oliveira (Manuel de), cf. Manuel de Oliveira
- Oliveira* – 58v, 225, 236v
- Órbigo – 246
- Ormuz – 18, 77v, 80v, 82-82v, 126-126v, 127v, 128v, 130, 131-131v, 191v, 231, 232-233
- Ortiz (Diogo), cf. Diogo Ortiz
- Osório (Jerónimo), cf. Jerónimo Osório
- Ouguela* – 91v, 186, 257v
- Ourem* – 27
- Ouriq* – 114v, 115v-116
- Ouveques (Diogo Gonçalves), cf. Diogo Gonçalves
- Ouveques
- Ouveques (Gonçalo), cf. Gonçalo Ouveques
- Ovidio – 18v, 242v
- Pacheco y Portocarrero (Diego López), cf. Diego López
- Pacheco y Portocarrero
- Paio Rodrigues de Castelo Branco, filho de Gonçalo Vaz de Castelo Branco – 40v, 43
- Paio Soares – 38
- Pais (Estêvão), cf. Estêvão Pais
- Paiva (Diogo Soares de), cf. Diogo Soares de Paiva
- Paiva (Maria de), cf. Maria de Paiva
- Paiva*, julgado – 47v
- Paiva*, terra – 38, 109, 175v
- Palha (Brás), cf. Brás Palha
- Palha (João), cf. João Palha
- Palha (Mem), cf. Mem Palha
- Palha (Pedro), cf. Pedro Palha
- Palma* – 120
- Palmela* – 143, 194
- Panane*, rio – 130
- Pantaleão Rebelo, secretário – 215v
- Pantaleão de Sá, filho de João Rodrigues de Sá de Meneses – 188, 189-189v
- Pantoja (Beatriz), cf. Beatriz Pantoja
- Pantoja (Jorge), cf. Jorge Pantoja
- Pantoja (Martim Vaz), cf. Martim Vaz Pantoja
- Pantoja (Pedro), cf. Pedro Pantoja
- Pareja (Pedro de), cf. Pedro de Pareja
- Paris* – 102v, 103v, 147
- Pastrana* – 226
- Patalim (João Carvalho), cf. João Carvalho
- Paulo, apóstolo – 222v
- Paulo III, papa – 249v
- Paulo IV, papa – 258
- Paulo Jóvio – 81v, 90v, 91v, 132v, 148v, 222v, 228, 251v, 253v, 255, 259
- Pedra Boa* – 89
- Pedro I (D.), rei – 17, 31v-33v, 34v, 192, 219v, 239v
- Pedro I, rei de Castela – 91v, 135v
- Pedro IV, rei de Aragão – 24
- Pedro (D.), Conde de Barcelos – 16v, 114v-115, 116, 219, 242v, 244v
- Pedro (D.), Duque de Coimbra – 247
- Pedro (D.), infante, filho de D. João I – 39v, 41, 48v, 49v, 247v
- Pedro de Abranches (D.) – 187, 257v-258
- Pedro de Abranches (D.), filho de D. Álvaro de Abranches – 119-119v
- Pedro de Abranches (D.), filho de D. Pedro de Abranches – 119v
- Pedro Afonso de Aguiar – 63v
- Pedro Alfonso Pantoja, mestre da Ordem de Alcântara – 186
- Pedro de Alcáçova de Vasconcelos, senhor de Figueiró e Pedrogão – 194
- Pedro Álvares Pereira (D.), mestre da Ordem de Calatrava – 27v
- Pedro de Anhaia (D.), capitão de Sofala – 71-71v
- Pedro de Aragón, filho do marquês de Vilhena – 27v
- Pedro de Ataíde (D.), filho de D. Álvaro de Ataíde – 107, 118, 229, 253
- Pedro Barreto – 49v, 84-84v
- Pedro Borges, escrivão da chancelaria – 61
- Pedro Botelho, porteiro-mor do Infante D. Luís – 61, 202
- Pedro de Castelo Branco (D.), Senhor de Pombeiro, filho de D. António de Castelo Branco – 20, 86v-87v, 239v-240, 242v, 246v
- Pedro de Castelo Branco (D.), filho de Gonçalo Vaz de Castelo Branco – 89, 104v, 117v, 121, 124v-126v, 253v
- Pedro de Castelo Branco (D.), filho de D. João de Castelo Branco – 218
- Pedro de Castelo Branco (D.), filho de Nuno Vaz de Castelo Branco – 49, 50v, 59v, 60v, 62-62v, 69v-75v
- Pedro de Castelo Branco (D.), filho de D. Pedro de Castelo Branco – 75-83v, 119v, 240
- Pedro de Castelo Branco (D.), filho de D. Simão de Castelo Branco – 126v
- Pedro de Castro (D.), Conde de Monsanto – 77v, 141v
- Pedro da Cunha (D.), capitão-geral – 213v-214
- Pedro Díaz, prior da Ordem de São João – 27v
- Pedro de Eça (D.), filho de D. Fernando de Eça, alcaide-mor de Moura – 75, 192
- Pedro de Eça (D.), filho de D. Rodrigo de Eça – 192v



- Pedro Fernandes, camareiro, comendador de São Romão – 123v
- Pedro Fernandes, doutor, vedor da fazenda – 82v
- Pedro Fernandes, escrivão da câmara real – 197v-198
- Pedro da Fonseca, jesuíta – 18v, 223v
- Pedro González de Mendoza, mordomo-mor – 27v
- Pedro da Guerra (D.), filho de D. Garcia de Eça – 119
- Pedro de Guzmán – 95, 96v
- Pedro Henriques (D.), filho de D. Garcia Henriques – 62
- Pedro Lourenço de Almeida, almotacé-mor – 105
- Pedro Mascarenhas, filho de D. Fernão Martins de Mascarenhas, capitão de Azamor e vice-rei da Índia – 76, 82, 127, 156, 159, 218
- Pedro Mascarenhas (D.), filho de D. João Mascarenhas – 218v
- Pedro Mascarenhas (D.), filho de D. Nuno Mascarenhas – 219
- Pedro de Mazariegos, cavaleiro – 92v-93
- Pedro de Melo (D.), Conde da Atalaia – 120v
- Pedro de Melo (D.), filho de D. Pedro de Melo – 120v
- Pedro de Mendoza, cardeal – 97, 98
- Pedro de Meneses (D.), Conde de Cantanhede – 96, 238v
- Pedro de Meneses (D.), Conde de Viana e de Vila Real – 43v-44v, 45v-46, 49, 94, 96-96v, 194v, 229, 248
- Pedro de Meneses (D.), filho de D. António de Noronha – 191, 208
- Pedro de Meneses (D.), Marquês de Vila Real – 194v, 208
- Pedro de Meneses (D.), Senhor de Formoselhe – 194
- Pedro Moniz, filho de Febos Moniz – 83
- Pedro Navarro, Conde de Oliveto – 148v, 255v-256
- Pedro de Noronha (D.), capitão de Cananor – 84v
- Pedro de Noronha (D.), Senhor de Vila Verde – 125v
- Pedro de Noronha (D.), Senhor do Cadaval – 253
- Pedro Palha – 58
- Pedro Pantoja (D.), filho de Alonso Pérez de Pantoja, alcaide-mor de Santiago do Cacém – 155v, 186v
- Pedro Pantoja (D.), filho de Galín Pérez Pantoja – 186-187, 257v
- Pedro Pantoja de Abranches (D.), filho de D. Pedro de Abranches – 119v, 186v
- Pedro Pantoja de Noronha, alcaide-mor de Santiago do Cacém (D.) – 119v-120
- Pedro de Pareja, doutor – 93
- Pedro Pérez de Guzmán, Conde de Olivares – 197
- Pedro Soares – 115
- Pedro de Sousa (D.), alcaide-mor de Beja – 187
- Pedro de Sousa (D.), Conde do Prado – 83, 187
- Pedro de Sousa, filho de Jorge Furtado – 187
- Pedro de Sousa o Moço, alcaide-mor de Beja – 187
- Pedro Vaz de Almada – 42
- Pedro Vaz de Castelo Branco, filho de Gonçalo Vaz de Castelo Branco – 40v, 60v, 177, 246
- Pedro Vaz de Castelo Branco (I), filho de Jorge de Melo Pereira – 125v
- Pedro Vaz de Castelo Branco (II), filho de Jorge de Melo Pereira – 125v
- Pedro Vaz de Castelo Branco (III), filho de Jorge de Melo Pereira – 125v
- Pedro Vaz Gavião (D.), bispo da Guarda – 254v
- Pedro Velasco – 96v
- Pedroógão – 194
- Penacova – 48v
- Penafiel – 93
- Penaguão – 109
- Penamacor – 35, 36-36v, 59v, 96v
- Penedo (Sintra), casal – 121v
- Penela – 106v, 112, 186, 195
- Pereira (Antónia), cf. Antónia Pereira
- Pereira (António), cf. António Pereira
- Pereira (António Pinto), cf. António Pinto Pereira
- Pereira (Beatriz), cf. Beatriz Pereira
- Pereira (Cristóvão), cf. Cristóvão Pereira
- Pereira (Diogo), cf. Diogo Pereira
- Pereira (Francisco), cf. Francisco Pereira
- Pereira (Genebra), cf. Genebra Pereira
- Pereira (Isabel), cf. Isabel Pereira
- Pereira (Joana), cf. Joana Pereira
- Pereira (João Camelo), cf. João Camelo Pereira
- Pereira (João Rodrigues), cf. João Rodrigues Pereira
- Pereira (Jorge de Melo), cf. Jorge de Melo Pereira
- Pereira (Martininho), cf. Martininho Pereira
- Pereira (Mécia), cf. Mécia Pereira
- Pereira (Nuno Álvares), cf. Nuno Álvares Pereira
- Pereira (Nuno Vaz), cf. Nuno Vaz Pereira
- Pereira (Pedro Álvares), cf. Pedro Álvares Pereira
- Pereira (Rui), cf. Rui Pereira
- Pereira (Rui Dias), cf. Rui Dias Pereira
- Pereira (Violante), cf. Violante Pereira
- Peres (Abril), cf. Abril Peres
- Peres (Vasco), cf. Vasco Peres
- Pérez de Guzmán (Álvaro de Zúñiga y), cf. Álvaro de Zúñiga y Pérez de Guzmán
- Pérez de Guzmán (Fernán), cf. Fernán Pérez de Guzmán
- Pérez de Guzmán (Pedro), cf. Pedro Pérez de Guzmán
- Pérez Pantoja (Alonso), cf. Alonso Pérez Pantoja
- Pernes – 205v
- Pero Afonso Valente – 115
- Pero de Alcáçova, secretário – 108-108v, 113
- Pero de Alcáçova Carneiro, Conde de Idanha – 77, 108, 189v, 194, 203v
- Pero Álvares de Souto Maior – 90v
- Pero de Mendanha – 90v, 98v
- Pérsia – 129, 191v
- Pessanha (Álvaro), cf. Álvaro Pessanha
- Pessanha (Carlos), cf. Carlos Pessanha
- Pessanha (Catarina), cf. Catarina Pessanha
- Pessanha (Genebra), cf. Genebra Pessanha
- Pessanha (Isabel Vaz), cf. Isabel Vaz Pessanha
- Pessanha (Itão), cf. Itão Pessanha
- Pessanha (João Rodrigues), cf. João Rodrigues Pessanha
- Pessanha (Manuel), cf. Manuel Pessanha
- Piedra Buena – 186
- Piemonte – 154, 256v, 258
- Pierre de Bauffremont, Conde de Charny – 246v
- Pina (Rui de), cf. Rui de Pina
- Pinhão – 209
- Pinheira (Maria), cf. Maria Pinheira



- Pinhel – 29
 Pinto (Gonçalo Vaz), cf. Gonçalo Vaz Pinto
 Pinto (Tomás), cf. Tomás Pinto
 Pio V, papa – 207, 235v
 Pires (Gonçalo), cf. Gonçalo Pires
 Pisa – 122v-123, 253v
 Platão – 15v
 Plutarco – 18, 36, 132v
 Pombal – 111, 119v
 Pombeiro – 18, 20, 43, 60v, 85, 86v-87v, 239v-240, 241, 242v, 246v
 Ponte de Lima – 26v
 Porras (João de), cf. João de Porras
 Portalegre – 37, 86v, 110
 Portimão, cf. Vila Nova de Portimão
 Porto – 26v, 28v, 110v, 113v, 114v, 141, 155v, 187v, 188v, 224v
 Porto de Mós – 27
 Portocarrero (Ana), cf. Ana Portocarrero
 Portocarrero (Luís), cf. Luís Portocarrero
 Portugal (Francisco de), cf. Francisco de Portugal
 Portugal, rei de armas – 20v
 Póvoa, morgado – 17, 114v-115v, 116v, 121v, 134, 196, 200v-201, 202v, 203v-204, 208v, 209v, 241v; II – 34v
 Povos – 118, 229
 Prado – 83, 112, 187
 Priego, casa de – 34v
 Públio Cipião Africano – 53v
 Quarteira – 217
 Quevedo (Bartolomeu de), cf. Bartolomeu de Quevedo
 Quíloa – 71
 Quiñones (Suero de), cf. Suero de Quiñones
 Rades y Andrada (Francisco de), cf. Francisco de Rades y Andrada
 Ramestão (Henrique de), cf. Henrique de Ramestão
 Ramirez (García), cf. García Ramirez
 Ramiro Flores de Guzmán – 249
 Ramiro Núñez de Guzmán – 255v
 Ramón, príncipe de Aragão – 250v
 Ranhados – 231
 Rebelo (Pantaleão), cf. Pantaleão Rebelo
 Redondo – 125v, 126v, 131v, 193v, 232v, 238v
 Regras (João das), cf. João das Regras
 Resende (André de), cf. André de Resende
 Resende (García de), cf. García de Resende
 Ribagorça – 219, 259
 Ribera – 249
 Ricardo, Conde da Cornualha – 250v
 Rio (Diogo de Castro do), cf. Diogo de Castro do Rio
 Rio (Martim de Castro do), cf. Martim de Castro do Rio
 Rocalgate, cabo – 130
 Rodes – 165v
 Rodrigo, rei – 23, 41
 Rodrigo (D.), bispo de Targa – 155v
 Rodrigo Alonso Pimentel, Conde de Benavente – 251v
 Rodrigo de Bobadilla – 24v
 Rodrigo de Borja – 259
 Rodrigo de Eça, alcaide-mor de Moura – 178v, 191v-192v, 229, 241v
 Rodrigo de Lima (D.) – 80
 Rodrigo Lobo da Silveira (D.), Barão do Alvito – 60, 197-197v, 212v, 222v
 Rodrigo de Melo (D.), Conde de Tentúgal – 67v, 141, 212v
 Rodrigo Rebelo de Castelo Branco, capitão de Goa – 240
 Rodrigo de Ulloa – 96v
 Rodrigues (Garcia), cf. Garcia Rodrigues
 Rodrigues (Jorge), cf. Jorge Rodrigues
 Roma – 36, 66v, 122-122v, 124-124v, 168, 211v, 228v, 231, 236, 240
 Rosa, Dr. – 248
 Ruão (Jerónimo de), cf. Jerónimo de Ruão
 Rui de Abreu, alcaide-mor de Elvas – 61v, 247v
 Rui de Abreu de Sousa – 61v
 Rui Barreto – 67v, 75v
 Rui Casco – 74-75
 Rui Dias Pereira – 49v, 70v
 Rui Fernandes de Castelo Branco – 46v, 48
 Rui Gil, o Magro – 58
 Rui Gomes de Azevedo, alcaide-mor de Alenquer – 47-47v
 Rui Gomes de Azevedo, filho de Francisco de Azevedo – 47
 Rui Gonçalves de Castelo Branco – 20v, 23-23v, 239v
 Rui Gonçalves Coronel, vedor da casa real – 37
 Rui Lourenço de Távora, capitão – 81v
 Rui de Melo, alcaide-mor de Elvas – 175v
 Rui de Melo, filho de Álvaro da Cunha, almirante – 112v, 183v
 Rui de Melo (I), filho de Jorge de Melo Pereira – 125v
 Rui de Melo (II), filho de Jorge de Melo Pereira – 125v
 Rui de Melo, filho de Martim Afonso de Melo, Conde de Olivença – 58v
 Rui Mendes, contador – 108v
 Rui Mendes Cerveira – 49v
 Rui de Novais, capitão – 73
 Rui Pereira – 72v-73, 96
 Rui de Pina, cronista – 50-51v, 54-55, 58, 94v, 95v, 97, 135v, 141v
 Rui da Silva – 83v
 Rui de Sousa, filho de Lourenço de Sousa – 190v
 Rui de Sousa, filho de Martim Afonso de Sousa – 96
 Rui de Sousa da Silva, filho de Rui Gomes da Silva – 155v, 190v
 Rui Teles – 222v
 Rui Vasques de Castelo Branco – 20v
 Rui Vasques de Castelo Branco, comendador-mor da Ordem de Alcântara – 25-25v
 Rui Vasques de Castelo Branco, possuidor do morgado em Castelo Branco – 30-30v
 Rui Vaz de Castelo Branco, alcaide-mor de Almeida – 25v-26v, 28-30, 31v, 239v, 240
 Rui Vaz de Castelo Branco, sobrinho do almirante Nuno Vaz de Castelo Branco – 48
 Ruy Gomés de Silva y Mendoza, Duque de Pastrana – 226
 Sá (António de), cf. António de Sá
 Sá (Catarina de), cf. Catarina de Sá
 Sá (Francisco de), cf. Francisco de Sá
 Sá (Garcia de), cf. Garcia de Sá



- Sá (João Rodrigues de), cf. João Rodrigues de Sá
 Sá (Leonor de), cf. Leonor de Sá
 Sá (Pantaleão de), cf. Pantaleão de Sá
 Sá (Sebastião de), cf. Sebastião de Sá
 Sabóia – 17, 123, 132v, 135, 142, 154–168v, 180–180v, 182v–183v, 188, 207–207v, 210v, 212v, 222v, 228, 256–257, 258
 Sabóia (Luísa de), cf. Luísa de Sabóia
 Sabugal – 13, 18, 19v, 214, 229v, 234v, 237v–238v, 240v, 260v
 Sacavém – 188v
 Safim – 64v, 75v, 136v, 197, 202v–203, 213, 228, 238, 239v, 245
 Salado, bataha – 23, 47, 239v
 Salah b. Salah – 41
 Salamanca – 90v, 91v, 96v, 140, 198v, 251v
 Saldanha (Antônio de), cf. Antônio de Saldanha
 Salsete – 84v
 Samorim – 71v, 78–78v
 Sampaio (Lopo Vaz de), cf. Lopo Vaz de Sampaio
 Sancha (D.), infante, filha de D. Sancho I – 259v
 Sancha (D.), tia de D. Vicente Afonso Valente – 116
 Sancho I (D.), rei – 259v
 Sancho VI, rei de Navarra – 250v
 Sancho, Conde de Albuquerque – 27v
 Sancho de Faria, alcaide-mor de Palmela – 194
 Sannazaro (Jacopo), cf. Jacopo Sannazaro
 Santa Comba – 109–109v, 175v
 Santa Cruz – 13, 229v, 234v, 238, 240v
 Santa Iria – 27
 Santa Iria (Lisboa) – 42v
 Santa Maria, cabo – 213v
 Santarém – 26v–27, 28–28v, 42v, 48v, 104, 105, 109v, 112v, 151–152, 174v, 175v–176, 182, 186v, 188v, 193v–194, 196, 203v, 218v, 238v
 Santiago do Cacém – 119v, 155v, 186–186v, 188v, 223v, 225, 226v
 Santiago de Compostela – 135, 246, 254v
 Santiago dos Velhos – 121v
 Santos, mosteiro – 119
 São Felices – 93v
 São Lourenço de Vilela de Rio Torto – 86v
 São Romão, mosteiro – 123v
 São Vicente, cabo – 111
 São Vicente da Beira – 31
 Sarmiento de Acuña (Luis), cf. Luis Sarmiento de Acuña
 Sarzedas – 30, 121v, 240
 Seabra (Manuel de), cf. Manuel de Seabra
 Sebastião (D.), rei – 18v, 47v, 66v, 83v, 85–87, 119–120, 125v, 128v, 132, 148v, 186v, 188v, 190v–191, 194, 195, 203, 206v–209v, 211v, 215v, 234, 244, 256v, 258–258v; II – 34v, 36v
 Sebastião de Meneses (D.), filho de D. Simão de Meneses – 126
 Sebastião de Sá – 85v
 Sebastião de Sá, filho de João Rodrigues de Sá de Meneses – 188–188v
 Sebastião de Sousa, filho de Rui de Abreu – 61v, 247v
 Sebastião Tavares da Grã – 61v
 Selim, sultão – 235
 Séneca – 18, 133, 251
 Sepúlveda (João de), cf. João de Sepúlveda
 Sequeira (Diogo Lopes de), cf. Diogo Lopes de Sequeira
 Sequeira (Fernão Rodrigues de), cf. Fernão Rodrigues de Sequeira
 Sequeira (João Lopes de), cf. João Lopes de Sequeira
 Sequeira (João de Meneses de), cf. João de Meneses de Sequeira
 Serpa – 49v, 229
 Sertório – 66
 Sessa, casa de – 34v, 68v
 Setúbal – 77, 86v, 88v, 113, 171v, 231, 236
 Sever – 141, 187v
 Sever Dias (D.) – 115
 Sevilha – 96v, 255v
 Sicília – 92, 110v, 156v–157
 Siface, rei em África – 53v
 Silva (Afonso Gomes da), cf. Afonso Gomes da Silva
 Silva (Aires da), cf. Aires da Silva
 Silva (Antónia da), cf. Antónia da Silva
 Silva (Catarina da), cf. Catarina da Silva
 Silva (Diogo da), cf. Diogo da Silva
 Silva (Fernão da), cf. Fernão da Silva
 Silva (Filipa da), cf. Filipa da Silva
 Silva (Isabel da), cf. Isabel da Silva
 Silva (Jerônimo da), cf. Jerônimo da Silva
 Silva (Joana da), cf. Joana da Silva
 Silva (João da), cf. João da Silva
 Silva (João Gomes da), cf. João Gomes da Silva
 Silva (Luís da), cf. Luís da Silva
 Silva (Maria da), cf. Maria da Silva
 Silva (Mariana da), cf. Mariana da Silva
 Silva (Martim Correia de), cf. Martim Correia de Silva
 Silva (Miguel da), cf. Miguel da Silva
 Silva (Rui da), cf. Rui da Silva
 Silva (Rui de Sousa da), cf. Rui de Sousa da Silva
 Silva y Castañeda (Juan de), cf. Juan de Silva y Castañeda
 Silva y Mendoza (Ruy Gomés de), cf. Ruy Gomés de Silva y Mendoza
 Silveira (Álvaro da), cf. Álvaro da Silveira
 Silveira (Antônio da), cf. Antônio da Silveira
 Silveira (Diogo da), cf. Diogo da Silveira
 Silveira (Fernão da), cf. Fernão da Silveira
 Silveira (João da), cf. João da Silveira
 Silveira (João Lobo da), cf. João Lobo da Silveira
 Silveira (Luís da), cf. Luís da Silveira
 Silveira (Martinho da), cf. Martinho da Silveira
 Silveira (Nuno Martins da), cf. Nuno Martins da Silveira
 Silveira (Rodrigo Lobo da), cf. Rodrigo Lobo da Silveira
 Silves – 83v, 111v–113, 149, 180, 227
 Simão de Castelo Branco (D.), filho de D. João de Castelo Branco – 132
 Simão de Castelo Branco (D.), filho de D. Pedro de Castelo Branco e de D. Isabel de Mendonça – 125, 126–127, 130v
 Simão Gonçalves da Câmara, 3.º capitão da Ilha da Madeira, filho de João Gonçalves da Câmara – 120, 126v, 184v
 Simão Gonçalves da Câmara, 5.º capitão da Ilha da



- Madeira, 1.º Conde da Calheta, filho de Simão
 Gonçalves da Câmara – 120
 Simão de Melo – 119
 Simão de Meneses (D.) – 126
 Simão de Meneses o Roxo (D.) – 126
 Simão de Montfort – 250v
 Simão da Veiga – 214
 Sinde – 13, 229v, 234v, 238, 240v
 Sines – 175v
 Sintra – 42v, 113v-114, 121v, 133v, 141v, 244
 Soares (André), cf. André Soares
 Soares (Gomes), cf. Gomes Soares
 Soares (Leonor Vasques), cf. Leonor Vasques Soares
 Soares (Martinho), cf. Martinho Soares
 Soares (Paio), cf. Paio Soares
 Soares (Pedro), cf. Pedro Soares
 Sobrado, honra – 37, 38-39, 40v, 43, 47v, 109-109v,
 132v, 174v-175v, 240, 245v
Sobreira Formosa – 30, 240
Socotorá – 79v
Sofala – 71, 125v
 Solís (Francisco de), cf. Francisco de Solís
Sortelha – 67v, 131, 190
 Sousa (Álvaro de), cf. Álvaro de Sousa
 Sousa (Diogo de), cf. Diogo de Sousa
 Sousa (Fernão de), cf. Fernão de Sousa
 Sousa (Francisco de), cf. Francisco de Sousa
 Sousa (Henrique de), cf. Henrique de Sousa
 Sousa (Isabel de), cf. Isabel de Sousa
 Sousa (João de), cf. João de Sousa
 Sousa (Leonor de), cf. Leonor de Sousa
 Sousa (Lopo de), cf. Lopo de Sousa
 Sousa (Lopo Dias de), cf. Lopo Dias de Sousa
 Sousa (Lourenço de), cf. Lourenço de Sousa
 Sousa (Manuel de), cf. Manuel de Sousa
 Sousa (Martim Vaz de), cf. Martim Vaz de Sousa
 Sousa (Pedro de), cf. Pedro de Sousa
 Sousa (Rui de), cf. Rui de Sousa
 Sousa (Rui de Abreu de), cf. Rui de Abreu de Sousa
 Sousa (Sebastião de), cf. Sebastião de Sousa
 Sousa Coutinho (Lopo de), cf. Lopo de Sousa Coutinho
 Sousa Sepúlveda (Manuel de), cf. Manuel de Sousa
 Sepúlveda
 Souto Maior (Pero Álvares de), cf. Pero Álvares de
 Souto Maior
 Suá – 84v
 Suero de Quiñones – 246
 Suetónio – 132v
Suiça – 166, 167, 168
 Suleimão Baxá – 80v
Taná – 80, 81v
Tancos – 193v
Tânger – 65v, 76, 85, 86, 89-89v, 148v, 187v,
 207v-208, 209, 212v, 214v, 229, 230v, 238, 239v,
 250, 252
Targa – 64, 155v
Tarifa – 23
Tarouca – 170, 205
 Tarquecão, capitão – 211
Tata – 84
Tavira – 138-138v, 149v-150, 186v, 208v; II – 36
 Távora (Álvaro Pires de), cf. Álvaro Pires de Távora
 Távora (Ana de), cf. Ana de Távora
 Távora (Bernardim de), cf. Bernardim de Távora
 Távora (Cristóvão de), cf. Cristóvão de Távora
 Távora (Francisco de), cf. Francisco de Távora
 Távora (Luís Álvares de), cf. Luís Álvares de Távora
 Távora (Rui Lourenço de), cf. Rui Lourenço de Távora
 Teive (Diogo de), cf. Diogo de Teive
 Teixeira (José), cf. José Teixeira
 Teles (Fernão), cf. Fernão Teles
 Teles (Leonor), cf. Leonor Teles
 Teles (Rui), cf. Rui Teles
 Téllez de Castilla (Juan), cf. Juan Téllez de Castilla
 Tello de Castilla, filho de Afonso XI de Castela – 27v
 Telo (João), cf. João Telo
 Telo (João Afonso), cf. João Afonso Telo
Tentúgal – 67v, 141, 212v
 Teodósio (D.), duque de Bragança – 63, 197-198
 Tibau (Maria), cf. Maria Tibau
 Tite – 64v
 Tito Lívio – 18, 53v
Toledo – 17v, 93, 97v-98, 99, 100, 141v, 186, 244v, 257v
Tomar – 18, 27, 236v
 Tomás de Aquino – 14, 18, 133v, 224
 Tomás Pinto, frei – 18v
 Tomé de Abranches (D.), filho de D. João de Abranches
 – 119v
Tordesilhas – 97, 252v
Toro – 52v, 91v, 92v, 93v-101, 110v, 111v, 122, 135-135v,
 182v-183, 239v, 251v, 252v, 257
Torrão do Diabo (Azambuja) – 114v
Torre de Moncorvo – 28v
Torres Novas – 26v, 151, 225
Torres Vedras – 42v, 121v, 175v, 196, 245
Tortosendo – 36, 245
Trancoso – 261v
Tripoli – 213
 Tristão (Duarte), cf. Duarte Tristão
 Tristão de Ataíde, capitão das Molucas – 82v
 Tristão Vaz da Veiga – 214
 Tubal Rodrigues de Castelo Branco – 25, 260
 Tui – 90v
Tunes – 228, 238, 259-259v
 Ulloa (Rodrigo de), cf. Rodrigo de Ulloa
Ulme – 222v, 228v
Urbino – 135
 Urraca Mendes (D.) – 115
Valariça – 28v-29
 Valdés (Francisco de), cf. Francisco de Valdés
 Valença (Afonso de), cf. Afonso de Valença
Valência – 24, 140v, 255, 258v
Valência de Alcântara – 140, 186
Valência do Cid – 219
 Valente (Afonso Peres), cf. Afonso Peres Valente
 Valente (Aires Afonso), cf. Aires Afonso Valente
 Valente (Beatriz), cf. Beatriz Valente
 Valente (Branca de Castelo Branco), cf. Branca de Castelo
 Branco Valente
 Valente (Francisco de Castelo Branco), cf. Francisco de
 Castelo Branco Valente
 Valente (Lourenço Afonso), cf. Lourenço Afonso Valente



- Valente (Maria), cf. Maria Valente
 Valente (Martim Afonso), cf. Martim Afonso Valente
 Valente (Martinho de Castelo Branco), cf. Martinho de Castelo Branco Valente
 Valente (Pero Afonso), cf. Pero Afonso Valente
 Valente (Vicente Afonso), cf. Vicente Afonso Valente
Valhadolid – 97, 180v
 Valois (Margarida de), cf. Margarida de Valois
 Vasco de Abranches (D.), filho de D. Álvaro de Abranches – 119-119v
 Vasco Coutinho (D.), Conde de Borba – 63v-64, 98v, 118, 133v, 148, 238v
 Vasco da Gama (D.), Conde da Vidigueira – 75, 119v, 130, 155v, 175v, 183v
 Vasco da Gama (D.), filho de D. Estêvão da Gama – 119v-120
 Vasco de Vivero – 96v
 Vasco Martins da Cunha – 26v
 Vasco Martins de Melo – 26v
 Vasco Martins de Monsanto – 25
 Vasco Martins de Sousa Chichorro – 93
 Vasco Pais de Cardoso, alcaide-mor de Trancoso – 261v
 Vasco Pais de Castelo Branco – 33v
 Vasco Peres de Camões – 27
 Vasco Peres de Castelo Branco, alcaide-mor de Monsanto – 20v, 25, 31v, 33v-35v, 37
 Vasconcelos (Fernando de Meneses Coutinho e), cf. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos
 Vasconcelos (Francisco Mendes de), cf. Francisco Mendes de Vasconcelos
 Vasconcelos (Jorge Ferreira de), cf. Jorge Ferreira de Vasconcelos
 Vasconcelos (Manuel de), cf. Manuel de Vasconcelos
 Vasconcelos (Pedro de Alcáçova de), cf. Pedro de Alcáçova de Vasconcelos
 Vasques (Álvaro), cf. Álvaro Vasques
 Vasques (Antão), cf. Antão Vasques
 Vasques (Gonçalo Vasques), cf. Gonçalo Vasques
 Vasques (Lopo), cf. Lopo Vasques
 Vaz (Gaspar), cf. Gaspar Vaz
 Vaz (Gil), cf. Gil Vaz
 Vaz (Martim), cf. Martim Vaz
 Vaz (Miguel), cf. Miguel Vaz
 Veiga (Diogo Vaz da), cf. Diogo Vaz da Veiga
 Veiga (Manuel Cabral da), cf. Manuel Cabral da Veiga
 Veiga (Simão da), cf. Simão da Veiga
 Veiga (Tristão Vaz da), cf. Tristão Vaz da Veiga
 Veiros – 229
 Velasco (Pedro), cf. Pedro Velasco
 Veneza – 256v
 Viana, Condes – 43v, 45v, 229
 Vicente (Gil), cf. Gil Vicente
 Vicente Afonso Valente (D.) – 115-115v, 241v
 Vidigueira – 75, 119v, 175v
 Vila do Conde – 191
 Vila Franca de Xira – 114v, 175v, 196
 Vila Nova de Cerveira – 83v, 188, 189v
 Vila Nova de Milfontes – 175v
 Vila Nova de Portimão – 17, 18, 22, 34, 37v-38, 46v, 47v, 93v, 94v, 100v-101, 104, 108, 110v-114, 115v-116, 117v, 119v, 121v-122, 123, 124, 132v-134, 135, 139, 141-142, 144, 145-147v, 148v-149, 152v, 154-154v, 155v, 156v-157, 158-159v, 160v, 168v-173, 174v-176, 177, 178-183, 184-186v, 187v-188, 189v, 190v, 191v-192, 193-194, 195-196, 198-200, 203v, 206-206v, 207v-210v, 212, 213-214, 215, 217v-218, 222, 228, 232v, 235, 237v, 239-240v, 241v, 253, 254-254v, 256-257v
 Vila Pouca, morgado – 130v
 Vila Real – 45v-46, 49-49v, 61v, 94, 96, 194v, 208, 229, 254v
 Vila de Rei – 76
 Vila Verde – 125v
 Vila Viçosa – 186v
 Vilhena (Branca de), cf. Branca de Vilhena
 Vilhena (Filipa de), cf. Filipa de Vilhena
 Vilhena (Margarida de), cf. Margarida de Vilhena
 Vilhena (Maria de), cf. Maria de Vilhena
 Vilhena, marqueses – 27v
 Villa Hermosa – 95v, 219, 259, 260
 Villalpando – 93
 Villefranche-sur-mer – 156, 160-160v
 Villena – 97v
 Vimioso – 67, 145v-146, 170, 174v, 199-200, 212v
 Violante (D.), filha de Jorge de Melo Pereira – 125v
 Violante (D.), mulher de D. Francisco de Sousa – 187
 Violante de Melo (D.), mulher de Afonso de Torres – 125v
 Violante Pereira (D.), filha de D. Gonçalo Vaz de Castelo Branco – 117v
 Violante Visconti, filha de Galeazzo II – 255
 Viriato – 66
 Viseu – 58v, 170, 248v, 261v
 Vivero (Gonzalo de), cf. Gonzalo de Vivero
 Vivero (Vasco de), cf. Vasco de Vivero
 Xabregas – 118v, 259; II – 34
 Xael – 79v
 Xaramete, corsário turco – 213v-214
 Xérquia – 76
 Zagalo – 186
 Zamora – 92v-95v, 97-98, 99, 112
 Zúñiga y Guzmán (Álvaro de), cf. Álvaro de Zúñiga y Guzmán
 Zurita (Jerónimo), cf. Jerónimo Zurita



OBRA PUBLICADA
COM COORDENAÇÃO
CIENTÍFICA

